ANAIS

XXI SEMANA DE GEOGRAFIA DA FCT/UNESP

OUTRAS GEOGRAFIAS E (A)DIVERSIDADES: EXPERIÊNCIAS E POTENCIALIDADES

Presidente Prudente, SP
Março de 2021

ISBN: 1981-1047

Ficha catalográfica elaborada pela Seção Técnica de Aquisição e Tratamento da Informação - Diretoria Técnica de Biblioteca e Documentação - UNESP, Campus de Presidente Prudente

S47a Semana de geografia da FCT UNESP (21.: 2021: Presidente Prudente)
Anais da XXI Semana de Geografia da FCT/UNESP: Outras Geografia e (a)diversidades: experiências e potencialidades; XVI Encontro de Estudantes de Licenciatura em Geografia; VII Seminário Nacional de Integração da Graduação e Pós-Graduação em Geografia, Presidente Prudente, 18 a 29 de março de 2021 / Editores: Conselho do Curso de Graduação em Geografia da UNESP de Presidente Prudente. - Presidente Prudente, FCT/UNESP, 2021.
916.: il.

Disponível em:
https://www.fct.unesp.br/#!/graduacao/geografia/apresentacao

ISBN: 1981-1047

1. Geografia. 2. América Latina. 3. Diversidades. I. Título.

Bibliotecário(a)
Claudia Adriana Spindola
CRB-5790

COORDENAÇÃO GERAL

Prof. Dr. Raul Borges Guimarães
Prof. Dr. Jose Mariano Caccia Gouveia

COMISSÃO ORGANIZADORA

George Felipe Sanches
Stephanie Barbosa da Costa
Leticia Almeida Viana
Pamela de Lima Brambilla
Vanessa Kimie Iceri
Caroline Russo Simon
João Pedro Pereira Caetano de Lima
João Paulo de Oliveira Pimenta
Leandro Nieves Ribeiro
Bruna Ribeiro Correa
Diógenes Rabello
Julian Eduardo Medina Naranjo
Beatriz Mercês de Souza dos Santos
Matheus Buttler de Oliveira
Elvis Simões Pitoco Da Silva
Tatiana Monteiro Gomes
Lara Dalperio Buscioli
Maria Aparecida Martins dos Santos
Daiara Batista Mendes
Mariana Pimenta Bernardes
Rodolfo de Souza Lima
Laércio Yudi Watanabe Silva
Raisa Maria de Sousa Regala
Samarane Fonseca de Souza Barros
Vanessa Kimie Iceri
William Hiroshi Abeno Ronchi
Fernanda Aparecida Matheus

COMISSÃO CIENTÍFICA

Bruna Ribeiro Correa
Cássia Carolina Piva
Daiara Batista Mendes
Diógenes Rabello
Elvis Simoes P. Da Silva
Felipe César A. Silgueiro dos Santos
Fernanda Aparecida Matheus
Gabriel Vitor Nascimento Ferreira
Guilherme Silva de Sousa
Ian Damaceno
Janaína Conceição da Silva
João Paulo de Oliveira Pimenta
Laércio Yudi Watanabe Silva
Leandro Nieves Ribeiro
Maria Aparecida Martins dos Santos
Mariana Pimenta Bernardes
Mateus Fachin Pedroso
Nayara Rodrigues da Silva
Raisa Maria de Sousa Regala
Rodolfo de Souza Lima
Samarane Fonseca de Souza Barros
Vanessa Kimie Iceri
Victoria Aparecida Batista da Silva
Wilians Ventura Ferreira Souza
William Hiroshi Abeno Ronchi

PARECERISTAS

Adriano Amaro de Sousa
Alana Silva Moreira
Alessandro Donaire de Santana
Alexandre Antonio Abate
Aline Albuquerque Jorge
Allan Elias da Silva
Amanda Trindade Amorim
Ana Carolina dos Santos Marques
André Luís Valverde Fernandes
Angélica Santamaría Alvarado
Anna Paulla Artero Vilela
Augusto Marques da Silva
Beatriz de Azevedo do Carmo
Beatriz Gomes Rodrigues
Bruno Lucas Gonçalves
Carolina Russo Simon
Cássia Carolina Piva
Daiara Batista Mendes
Dayana Ap. M. de Oliveira Cruz
Diego Rafael Galvão Cesar Braga

Diógenes Rabello
Elvis Simoes P. Da Silva
Emanuela Sanches Moreira
Everton Luís de Souza Júnior
Felipe César A. Silgueiro dos Santos
Fernanda Aparecida Matheus
Fernando Henrique F. de Oliveira
Fernando Henrique Vidal França
Flávia Seixas Lisboa
Francielle Garcia Martins
Fredi dos Santos Bento
Gabriel Alexandre Gonçalves
Gabriel Vitor Nascimento Ferreira
Gerardo Alberto Silva
Gleice Santana Pereira
Guilherme Pereira Cocato
Guilherme Silva de Sousa
Gustavo de Jesus Andrade
Igor Matheus Santana Chaves
Janaína Conceição da Silva
João Paulo de Oliveira Pimenta
João Vitor de Souza Ferreira
Joice Konrad
Juliana andrade moura
Laércio Yudi Watanabe Silva
Lara Dalperio Buscioli
Larissa Araújo Coutinho de Paula
Larissa Figueiredo Daves
Leandro Nieves Ribeiro
Leticia Costa de Oliveira Santos
Liliane Katita de Carvalho
Lourdes Ap. Zampieri D Andrea
Lucas Araújo Martins
Lucas de Brito Wanderley
Luisa Fernanda Duran Montes
Marcia Arteaga Pertuz
Maria Aparecida Martins dos Santos
Mariana Cristina da Cunha Souza
Mariana Pimenta Bernardes
Mateus de Almeida Prado Sampaio
Mateus Fachin Pedroso
Mateus Vantuir Cardozo Lopes
Messias Alessandro Cardoso
Nayara da Silva Stockler
Nayara Rodrigues da Silva
Ozileide Matos Moreira
Pablo Muryllo De Oliveira
Paula Fonseca do Nascimento
Paulo Roberto Rosa
Raisa Maria de Sousa Regala
Ricardo dos Santos
Ricardo Manffrenatti Venturelli
Rodolfo de Souza Lima
Samarane Fonseca de Souza Barros
Sidney Cássio Todescato Leal
Silvia Aline Silva Ferreira
Tatiana Monteiro
Thiago Corrêa Jacovine
Vanessa Kimie Iceri
Victoria Batista
Vinicius Bonafin Stoqui
Wilians Ventura Ferreira Souza
William Hiroshi Abeno Ronchi

ORGANIZADORES(AS) DOS ANAIS

Diógenes Rabello
Lara Dalperio Buscioli
Maria Aparecida Martins dos Santos
Mariana Pimenta Bernardes
Raisa Maria de Sousa Regala
Rodolfo de Souza Lima
William Hiroshi Abeno Ronchi

APRESENTAÇÃO

É com satisfação que a Comissão Organizadora da XXI Semana de Geografia, XVI encontro de Estudantes de Licenciatura em Geografia, VII Seminário Nacional de Integração da Graduação e Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP divulga os anais com os trabalhos apresentados no evento.

O evento foi realizado no período de 18 a 29 de março de 2021. Ao término de um ano letivo sob impacto da pandemia da Covid-19, o Conselho do Curso de Graduação em Geografia da FCT/UNESP decidiu manter a realização do já tradicional evento com o objetivo de reunir estudantes e professores(as) de Geografia interessados(as) em discutir temas da atualidade, assim como tendências das pesquisas e da atuação dos profissionais da área tanto no Brasil como no exterior, em especial na América Latina. Como o evento foi realizado em formato de webnário, a programação foi distribuída no decorrer de duas semanas, proporcionando diversidade de experiências, maior engajamento dos participantes e promovendo a saúde mental.

O evento contou com a participação de geógrafos e geografas de todo território brasileiro com as mais variadas pesquisas que contribuem para a construção e valorização da ciência geográfica. Entre as atividades realizadas tivemos as Mesas Redondas, Grupos de Trabalho, Minicursos, Oficinas, Exibição de Documentários e Rodas de Conversa, Café Geográfico, Mostras Fotográficas, Literárias e Cartográficas.

O evento buscou seguir princípios de paridade de gênero em todo o processo de construção, dando espaços, falas e tempos para que as mulheres e as pessoas LGBTQI+ pudessem ocupar e se sentirem representadas pelo evento. Para nós, o princípio da paridade não significou apenas a participação, mas considerar as pessoas em suas diversidades expressividades constroem as Geografias que interpretem o Brasil e a América Latina. Outro princípio que guiou os trabalhos durante a Semana de Geografia, foi construir a participação igualitária de estudantes de graduação e de pós-graduação em todas as atividades o evento.

O apoio do Departamento de Geografia foi fundamental para o financiamento de algumas atividades que compuseram o quadro de programação da Semana de Geografia. De igual modo, pudemos contar com o apoio do Centro Acadêmico de Geografia (CAGeo), que se empenhou na construção do evento na abertura de seu canal do Youtube para receber as transmissões das atividades. Pudemos contar também com o apoio da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (FCT/UNESP), campus de Presidente Prudente e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP.

As atividades da Semana de Geografia foram gravadas e estão disponibilizadas no canal do **CAGeo Unesp Presidente Prudente** no YouTube. Os vídeos das mesas redondas, oficinas, minicursos, comunicações orais e outros podem ser visualizados *online* da íntegra a qualquer momento pelo link:
https://www.youtube.com/channel/UC5fOz1IJ2_aFqnEDFFEDKAA

O documento está dividido em duas sessões, a primeira de artigos completos e a segunda com resumos expandidos. Tanto os artigos completos quanto os resumos expandidos estão agrupados de acordo com os Eixos Temáticos do evento, sendo eles: Geografia Política e Geopolítica; Geografia, Ambiente e Ecologia; Geografia Economia e Trabalho, Geografia e a Prática de Ensino, Geografias e Identidades e Espaços Urbanos e Rurais na Contemporaneidade.

Boa Leitura!

Presidente Prudente, março de 2021

Obs: Os conteúdos apresentados nos textos, bem como a revisão gramatical, ortográfica, normativa e de similaridade é de responsabilidade de cada autor(a).

SUMÁRIO

ARTIGOS COMPLETOS 1

GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA 2

A "PONTE DA INTEGRAÇÃO" ENTRE BRASIL E PARAGUAI 3

A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS E OS IMPACTOS NOS (MEGA)EVENTOS ESPORTIVOS 17

POROSIDADE TERRITORIAL, PODER POLÍTICO E VIDA DE RELAÇÕES NA FRONTEIRA DO HAITI 43

O CONTEXTO DO ESPAÇO SOCIAL: NO HORIZONTE GEOGRÁFICO DE IBN KHALDUN 65

THINK TANKS (NEO)LIBERAIS NO BRASIL: O CASO DO DISCURSO ULTRALIBERAL DO INSTITUTO MISES BRASIL SOBRE A PANDEMIA COVID-19 EM 2021 85

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CRESCIMENTO DAS STARTUPS NO BRASIL 113

GEOGRAFIA, AMBIENTE E ECOLOGIA 132

A VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA OCUPAÇÃO IRREGULAR DO CÓRREGO SEM-DÚVIDA: DIREITO À MORADIA E DANOS AMBIENTAIS 133

OS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO E DE TRATAMENTO DE ÁGUA DE PACAEMBU- SP 152

GEOCTENOLOGIAS APLICADAS À ANÁLISE AMBIENTAL: METODOLOGIAS EM SIG PARA O PROCESSAMENTO DE ÍNDICE RADIOMÉTRICO DE VEGETAÇÃO EM BACIAS HIDROGRÁFICAS 170

A ANÁLISE TECNOTIPOLÓGICA DA CERÂMICA GUARANI DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS CASTELINHO E TAQUARUÇU 193

UNIDADES DE PAISAGEM DA PORÇÃO MERIDIONAL DO MUNICÍPIO DE SOURE, ILHA DE MARAJÓ, PARÁ 217

VARIABILIDADE HORÁRIA E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA NEBULOSIDADE EM ITAPECERICA DA SERRA/SP 239

ZONEAMENTO DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS NO MUNICÍPIO DE APODI/RN/BRASIL: CONHECENDO O SISTEMA AQUÍFERO JANDAÍRA NO CONTEXTO LOCAL 259

DINÂMICA ATMOSFÉRICA E AS PRECIPITAÇÕES EM PRESIDENTE PRUDENTE: ANÁLISE DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2015 275

EFEITOS DA SECA NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL 292

 ISBN: 1981-1047

GEOGRAFIA, ECONOMIA E TRABALHO 305

COMÉRCIO EXTERIOR ENTRE O BRASIL E OS BRICS: UMA ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE MARÍLIA - SP 306

GEOGRAFIA E A PRÁTICA DE ENSINO.....331

O ALUNO PROTAGONISTA: O PODCAST COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM NA GEOGRAFIA 332

RELATO DE EXPERIÊNCIA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA: O CROQUI CARTOGRÁFICO COMO RECURSO METODOLÓGICO NO ENSINO BÁSICO. 352

PROJETO "NÓS PROPOMOS!": INSTIGANDO A CIDADANIA PARTICIPATIVA NA ESCOLA 366

A PRÁTICA DOCENTE DIANTE DO ENSINO REMOTO: OS DESAFIOS DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA 384

PARA ALÉM DOS MUROS DA ESCOLA: OS JOGOS ELETRÔNICOS COMO POSSIBILIDADE METODOLÓGICA PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA DENTRO E FORA DA SALA DE AULA 399

GEOGRAFIAS E IDENTIDADES.....426

CULTURA UNIVERSITÁRIA E EXPERIÊNCIA DE JUVENTUDE DE ESTUDANTES DO SEGUNDO E TERCEIRO ANO DE GEOGRAFIA DA FCT/UNESP - PRESIDENTE PRUDENTE 427

A HISTÓRIA DO PENSAMENTO EM PERNAMBUCO: GILBERTO OSÓRIO E A GEOGRAFIA AMAZÔNICA 453

A APROPRIAÇÃO DA SUBCULTURA GÓTICA PELO CAPITALISMO NA ATUALIDADE 468

ESPAÇOS URBANOS E RURAIS NA CONTEMPORANEIDADE487

ABORDAGENS E CONCEPÇÕES SOBRE O ARRANJO ESPACIAL DA ATIVIDADE BANCÁRIA NA CIDADE DO NATAL-RN 488

A ATUAÇÃO DA MRV ENGENHARIA S/A NO ESPAÇO URBANO BRASILEIRO: O CASO DE PRESIDENTE PRUDENTE-SP E RIBEIRÃO PRETO- SP 505

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA NO BRASIL 522

PANORAMA DOS AGROTÓXICOS NO BRASIL NO GOVERNO BOLSONARISTA: LIBERAÇÃO, USO, CONFLITOS E AS CONTRA-HEGEMONIAS 538

A GEOHISTORICIDADE CAMPONESA EM "A TERRA E O HOMEM NO NORDESTE" 557

A CENTRALIDADE A PARTIR DOS PADRÕES DE LOCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NA CIDADE DE MARINGÁ/PR: RESULTADOS A PARTIR DA METODOLOGIA CNEFE-CNAE 573

 ISBN: 1981-1047

O USO DE TÉCNICAS NETNOGRÁFICAS PARA REPRESENTAÇÕES DE PERCURSOS URBANOS PERIFÉRICOS EM SÃO MATEUS, CIDADE DE SÃO PAULO – SP 593

ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE LONDRINA 610

TRABALHO, GÊNERO E SUBORDINAÇÃO DO CAMPESINATO NO PONTAL DO PARANAPANEMA (SÃO PAULO) 628

COMPARAÇÃO ENTRE AS REGIONALIZAÇÕES DE 1989 E 2017 DO IBGE EM MINAS GERAIS: BREVES DISCUSSÕES 644

FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL E MOBILIDADE: CIDADE TIRADENTES NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO 662

PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS FAMÍLIAS CATADORAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO LIXÃO DE NOVA OLINDA DO MARANHÃO-MA 689

CARACTERIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DOS PIMENTAS (GUARULHOS- SP): ENTRE PERIFERIA METROPOLITANA E SUBCENTRO MUNICIPAL 706

RESUMOS 728

GEOGRAFIA, AMBIENTE E ECOLOGIA 729

CADEIA DOS PNEUS INSERVÍVEIS EM UBERLÂNDIA-MG 730

ANÁLISE DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO TIMBURI, PRESIDENTE PRUDENTE-SP A PARTIR DO HISTÓRICO DE COBERTURA E USO DA TERRA 738

LEVANTAMENTO ACERCA DO PARQUE MUNICIPAL FLORESTA FÓSSIL, UMA PERSPECTIVA DE ANÁLISE INTEGRADA DO AMBIENTE, TERESINA-PIAUÍ 744

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DA BACIA HIDROGRÁFICA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA 749

NORMA E TERRITÓRIO: RECENTES MUDANÇAS NA CESSÃO DE USO DE ÁGUAS DA UNIÃO DESTINADAS À PISCICULTURA E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS 755

O FENÔMENO DAS TERRAS CAÍDAS E OS IMPACTOS NA COMUNIDADE SÃO LUIZ DO MACARÍ, TEFÉ - AM 761

CONFLITO PELA ÁGUA NO MUNICÍPIO DE RIACHO DE SANTANA/RN 766

GEOGRAFIA, ECONOMIA E TRABALHO 771

A GEOGRAFIA HISTÓRICA E ECONÔMICA DA POPULAÇÃO ESTRANGEIRA NO BRASIL COLÔNIA (1500-1808) 772

 ISBN: 1981-1047

NEOLIBERALISMO E ESPAÇO BRASILEIRO: ENTRE O ESTADO REGULADOR E AS CORPORAÇÕES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO 778

DESAFIOS PANDÊMICOS: O AVANÇO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS E SEUS IMPACTOS NO TRABALHO DOCENTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA 784

PRÁTICAS E DISCURSOS DO ESTADO NA CONDUÇÃO POLÍTICA DE TURISMO NO BRASIL: DA CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TURISMO AO GOLPE POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DE 2016 789

TRABALHO POR APLICATIVO EM LONDRINA/PR: ENSAIO SOBRE OS ENTREGADORES DE ALIMENTOS 794

OS IMPACTOS DA PANDEMIA NA ECONOMIA POPULAR: REFLETINDO SOBRE O CASO DA ECONOMIA CRIATIVA EM ARARAQUARA/SP 799

PRESIDENTE PRUDENTE/SP E A 10ª REGIÃO ADMINISTRATIVA: UM BALANÇO DE GEOGRAFIA ECONÔMICA DO MUNICÍPIO E SUA REGIÃO DE 2016 A 2020 804

GEOGRAFIA E A PRÁTICA DE ENSINO 811

GEOGRAFIA ESCOLAR: USO DA GEOGRAFIA FÍSICA NA SALA DE AULA 812

RELAÇÕES ENTRE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) E PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM EM GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA 818

SUJEITO E SEU LUGAR NO MUNDO: PAISAGEM E USO/OCUPAÇÃO DO SOLO ATRAVÉS DA BACIA DO RIBEIRÃO ANHUMAS 824

METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO DE GEOGRAFIA: QUEM PODE QUERER REFUTÁ-LAS OU IGNORÁ-LAS? 828

A PRODUÇÃO DE MAQUETES E MAPAS TÁTEIS PARA A CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS GEOGRÁFICOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA 834

O PIBID PARA ALÉM DA FORMAÇÃO DE FUTUROS PROFESSORES: POLÍTICA ASSISTENCIALISTA UNIVERSITÁRIA NO INTERIOR DO CEARÁ – O CASO DA UVA SOBRAL (CE) 839

O USO DE MAPAS MENTAIS PARA A PERCEPÇÃO SOCIOAMBIENTAL DO LUGAR: UMA ABORDAGEM NA GEOGRAFIA HUMANÍSTICA 845

A IMPORTÂNCIA DIDÁTICA DA HISTÓRIA EM QUADRINHOS: DIÁLOGOS E APRENDIZAGENS COM A TURMA DO 9° ANO: NO ENSINO DE GEOGRAFIA DA ESCOLA ESTADUAL DOM MOISÉS COELHO NA CIDADE DE CAJAZEIRAS - PB 851

O ENSINO DE BIOMAS BRASILEIROS USANDO GOOGLE EARTH NO CURSINHO POPULAR PRÉ-VESTIBULAR 856

DIFICULDADES E OPORTUNIDADES NA EDUCAÇÃO E NO ENSINO DE GEOGRAFIA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 861

 ISBN: 1981-1047

GEOGRAFIAS E IDENTIDADES.....867

COMPARAÇÃO ENTRE AS PICHAÇÕES DE CONTAGEM E RIBEIRÃO DAS NEVES, MINAS GERAIS..... 868

ENTRE O ESPAÇO E O LUGAR: O MUSEU DO HOMEM DO NORDESTE (MUHE) E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO BAIRRO CASA FORTE, RECIFE/PE..... 874

ESPAÇOS URBANOS E RURAIS NA CONTEMPORANEIDADE880

EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO FERRAMENTA NECESSÁRIA PARA A DEFESA DOS CAMPONESES E CAMPONESAS DO BRASIL..... 881

ENSAIO SOBRE PROBLEMAS AMBIENTAIS URBANOS A PARTIR DA ANÁLISE DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO RELEVO MATERIALIZANDO-SE EM CIDADES IMPERMEÁVEIS..... 886

A AGROECOLOGIA COMO RESISTÊNCIA PRODUTIVA DO MST: DO DEBATE PARADIGMÁTICO A COMERCIALIZAÇÃO EM ROSANA (SP)..... 892

POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS PARA AS CIDADES: PARTICIPAÇÃO E MODERNIZAÇÃO..... 898

DA ALIENAÇÃO E HETERONOMIA À EMANCIPAÇÃO: A PEDAGOGIA URBANA COMO POSSIBILIDADE DE DEMOCRATIZAÇÃO DO PLANEJAR A CIDADE 905

PADRÕES DE LOCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES COMERCIAIS E DE SERVIÇOS EM PRESIDENTE PRUDENTE – SP 911

 ISBN: 1981-1047

ARTIGOS COMPLETOS

 ISBN: 1981-1047

EIXO 1
GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA

 ISBN: 1981-1047

A "PONTE DA INTEGRAÇÃO" ENTRE BRASIL E PARAGUAI

GT – Geografia Política e Geopolítica

Dayana Aparecida Marques de Oliveira Cruz
d.dayana@hotmail.com
Instituto Federal de São Paulo (IFSP/Registro)

Resumo
O objetivo deste texto é discutir sobre o papel da construção da segunda ponte internacional entre Brasil e Paraguai para a integração regional entre os dois países. A segunda ponte, também conhecida atualmente como "Ponte da Integração", está sendo construída desde 2019, porém seu projeto dura oficialmente quase trinta anos. Neste texto, indicamos que o projeto de construção da segunda ponte não deve ser analisado apenas sobre o viés econômico, mas como um símbolo (geo)político utilizado nos discursos políticos e nas narrativas midiáticas. Tais discursos e narrativas mostram e reforçam a hierarquia que os dois países ocupam no sistema mundial como periferia (Paraguai) e semiperiferia (Brasil), bem como associam a gestão de construção da ponte como um símbolo de poder em torno da capacidade dos governos envolvidos. A fim de atingir o objetivo proposto, a metodologia utilizada constou da revisão bibliográfica sobre o tema e do levantamento de dados sobre o processo de proposição do projeto da segunda ponte.
Palavras-chave: Ponte da Integração; Brasil; Paraguai.

Introdução

O projeto de uma segunda ponte sobre o rio Paraná entre Brasil e Paraguai possui oficialmente quase trinta anos. Mesmo com a necessidade de execução do projeto indicada a partir da assinatura do acordo entre Brasil e Paraguai em 1992, as obras começaram apenas em 2019, sendo que atualmente (março de 2021), quarenta e nove por cento da obra foi concluída. A segunda ponte internacional entre os dois países deverá atender exclusivamente veículos pesados, sendo destinados à circulação de mercadorias.

O objetivo deste texto é discutir sobre o papel da construção da segunda ponte internacional entre Brasil e Paraguai para a integração entre os dois países. Nossa intenção é debater sobre o papel das infraestruturas no processo de integração regional, entendendo como o discurso em torno dessas infraestruturas pode reforçar as narrativas acerca da hierarquia que estes países ocupam no sistema mundial como periferia e semiperiferia.

Especificamente sobre o caso de Brasil e Paraguai, verificamos que a importância da conexão entre os dois países através das duas pontes internacionais vai além da circulação de mercadorias ou de pessoas, bem como do impulsionamento ao crescimento urbano e demográfico da região fronteiriça. As pontes podem ser apropriadas como símbolos e estratégias (geo)políticas

não só pelos representantes do poder público, mas pelas narrativas midiáticas, contribuindo para a formação da imaginação geopolítica regional.

O texto está dividido em duas partes principais, além da introdução e das considerações finais. Na primeira parte, falaremos sobre os papéis que Paraguai e Brasil desempenham no sistema-mundo e como a construção da primeira ponte internacional entre os dois países, a "Ponte da Amizade" foi utilizada como símbolo de modernidade e progresso. Na segunda parte, a discussão é conduzida em torno da proposta de construção do projeto da segunda ponte, buscando tratar resumidamente sobre o desenvolvimento do projeto e a apropriação do mesmo pelo discurso político na criação de uma narrativa simular em torno da construção da primeira ponte.

Integração regional entre Paraguai e Brasil e a posição hierárquica de ambos países no sistema-mundo

A integração regional na América Latina não pode ser pensada sem considerarmos o papel que os países desempenham no sistema mundial. Logo, o perfil e os moldes da integração não se limitam apenas à relação bilateral ou multilateral entre os países envolvidos, pois conecta-se ao papel que estes desempenham no sistema-mundo moderno colonial.

O sistema-mundo conformou-se no século XVI, tendo como pilar a invenção da América como construção geosocial (QUIJANO, 2012; MIGNOLO, 2007). Este foi o meio pelo qual os países europeus impuseram o padrão de modernidade às custas da hierarquização dos países explorados/dominados pela colonização como inferiores, conforme discutem Quijano e Wallerstein (1992).

> A América Latina é a mais antiga periferia da economia-mundo. Ela é parte constituinte do processo de formação e desenvolvimento do sistema capitalista mundial, orientada desde o início da colonização, para a produção de mercadorias de alto valor para a Europa (...) Seu desenvolvimento ulterior esteve intimamente associado à dinâmica dos centros de acumulação da economia-mundo – primeiro a Grã-Bretanha e posteriormente os Estados Unidos – participando da divisão internacional do trabalho como economias exportadoras de matérias-primas (BECKER; EGLER, 1994, p. 29).

Embora a colonização tenha acabado, os padrões de colonialidade (do poder, do saber e do ser) continuam a imperar em todos os âmbitos da vida social. Neste contexto, os países latinos continuam subjugados às posições inferiores na hierarquia do sistema-mundo, todavia, alguns passaram a desenvolver um papel político mais complexo. Este papel continua sendo inferiorizado,

 ISBN: 1981-1047

porém atribui equilíbrio ao sistema por meio de sua ambivalência. Este é o papel desempenhado pelas chamadas "potências emergentes", as quais no âmbito regional desempenham o papel de liderança, porém no contexto global são países subordinados, devido à posição que ocupam na divisão internacional do trabalho, conforme afirmam Becker e Egler (1994). Wallerstein (1974) denomina os países com papel ambivalente no sistema-mundo de semiperiféricos. "Os países semiperiféricos possuem contradições resultantes de um híbrido da conjuntura interna e global, bem como da própria estrutura de desenvolvimento do capitalismo" (CRUZ, 2020). Como exemplos, podemos citar os casos da Argentina, do Brasil e do México. Ao desempenharem o papel de liderança regional, as semiperiferias mantêm relações assimétricas com as periferias de seu entorno, como são os casos do Paraguai, Bolívia e Guatemala, reproduzindo, portanto, na escala regional a mesma lógica que lhes é imposta pelo centro.

Brasil e Paraguai desempenham papéis distintos no sistema-mundo moderno colonial. Embora ambos sejam subordinados ao centro do sistema, o Brasil a partir dos anos de 1970 consolidou-se como semiperiferia a partir do projeto político para a modernidade com a adoção da modernização conservadora, durante a ditadura militar (BECKER; EGLER, 1994). Por outro lado, o Paraguai permaneceu como periferia, inclusive, o Paraguai foi essencial para o reconhecimento do Brasil como liderança regional, ao optar por ampliar suas relações com o país vizinho, propiciada pela expansão das redes de infraestruturas. Neste contexto, a primeira ponte internacional entre Brasil e Paraguai (também conhecida como "Ponte da Amizade") e a construção da represa da hidrelétrica de Itaipu tiveram um papel decisivo para a consolidação da aproximação entre os dois países. Tal aproximação foi reforçada com a criação posterior do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a partir da assinatura do Tratado de Assunção em 1991. Juntamente com Argentina e Uruguai, Brasil e Paraguai consolidaram um espaço de cooperação econômica que em 2021 completou trinta anos de existência.

A integração entre países da periferia do sistema mundo, seja ela promovida no âmbito de acordos e blocos multilaterais, ou ainda, por acordos bilaterais, geralmente estão ligadas à criação de mecanismos que visam a inserção mais competitiva no mercado internacional. Diante desse objetivo, a expansão das redes de infraestruturas permite com que haja o aprofundamento da integração regional, pois facilitam as conexões já existentes para a circulação de capital, bem como criam novas possibilidades de interações espaciais. Segundo Milton Santos (2008), a geografia dos fluxos depende dessa base técnica que é constituída pela geografia dos fixos. Por outro lado, a rede de fixos só se conforma em função das demandas dos fluxos e dos benefícios que essa

 ISBN: 1981-1047

conectividade poderá resultar na rede, sendo assim, "fixos e fluxos são intercorrentes, interdependentes" (SANTOS, 2008, p. 188). A criação de um grande objeto técnico fixo no espaço, como no caso da primeira ponte internacional entre Brasil e Paraguai, também conhecida como "Ponte da Amizade" trouxe mudanças significativas na conexão entre os dois países no que tange a cooperação econômica, selando ainda a aproximação política entre ambos. Veremos mais adiante também a nova dinâmica que a "Ponte da Amizade" trouxe para a produção do espaço urbano de Ciudad del Este (Paraguai) e Foz do Iguaçu (Brasil).

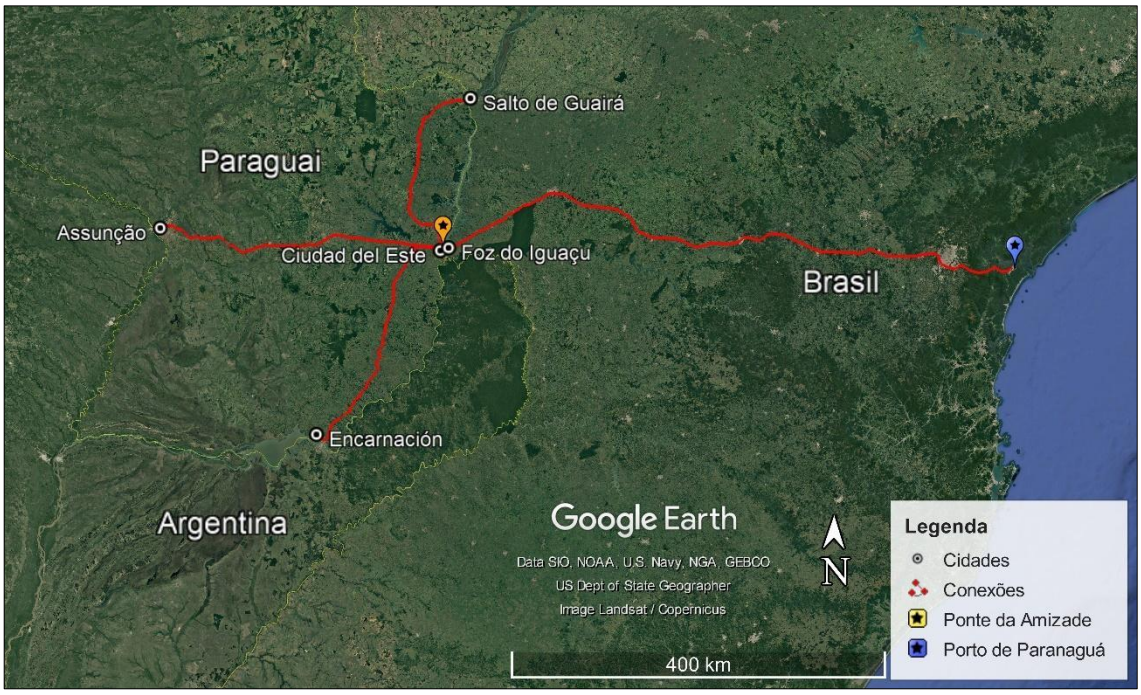
A Ponte da Amizade possibilitou com que o Paraguai abandonasse a política pendular que mantinha entre Brasil e Argentina (MELLO, 1987). bem como deixasse de depender do Porto de Buenos Aires para escoar suas mercadorias, contando a partir da construção da ponte com a saída pelo Atlântico através do Porto de Paranaguá, através da conexão entre a ponte e a BR 277.

A "Ponte da Amizade" permitiu o estabelecimento de diferentes conexões entre cidades caracterizadas como importantes "nós" da rede urbana paraguaia. Adentrando ao território paraguaio, a primeira cidade é Ciudad del Este. No sentido latitudinal, é possível ter acesso à capital, Assunção, pela rota nacional n. 7 – Dr. Gaspar Rodríguez de Francia – que liga Ciudad del Este a Coronel Oviedo. Em Coronel Oviedo, a rota nacional n. 2 segue até a capital paraguaia, Assunção. Na direção sul, partindo de Ciudad del Este, é possível chegar à Encarnación pela rota nacional n. 6 – Juan León Mallorquín. Na direção norte, Ciudad del Este está conectada à Salto de Guairá, que é a capital do departamento de Canindeyú (Figura 1).

No território brasileiro, a "Ponte da Amizade" conecta-se com a BR 277, a qual dá acesso ao Porto de Paranaguá (Figura 1) – um dos principais portos do país para o escoamento de commodities. A construção da primeira ponte internacional entre Brasil e Paraguai propiciou a integração de Foz do Iguaçu à rede urbana do Paraná, deu acesso ao mercado consumidor paraguaio e representou a neutralização da liderança argentina na Bacia do Prata. Do ponto de vista geopolítico, essa era uma das principais preocupações dos primeiros geopolíticos brasileiros, do qual destaca-se Mário Travassos na década de 1930 (TRAVASSOS, 1935; MELLO, 1987; CRUZ, 2017).

 ISBN: 1981-1047

Figura 1 - Conexões a partir da Ponte da Amizade



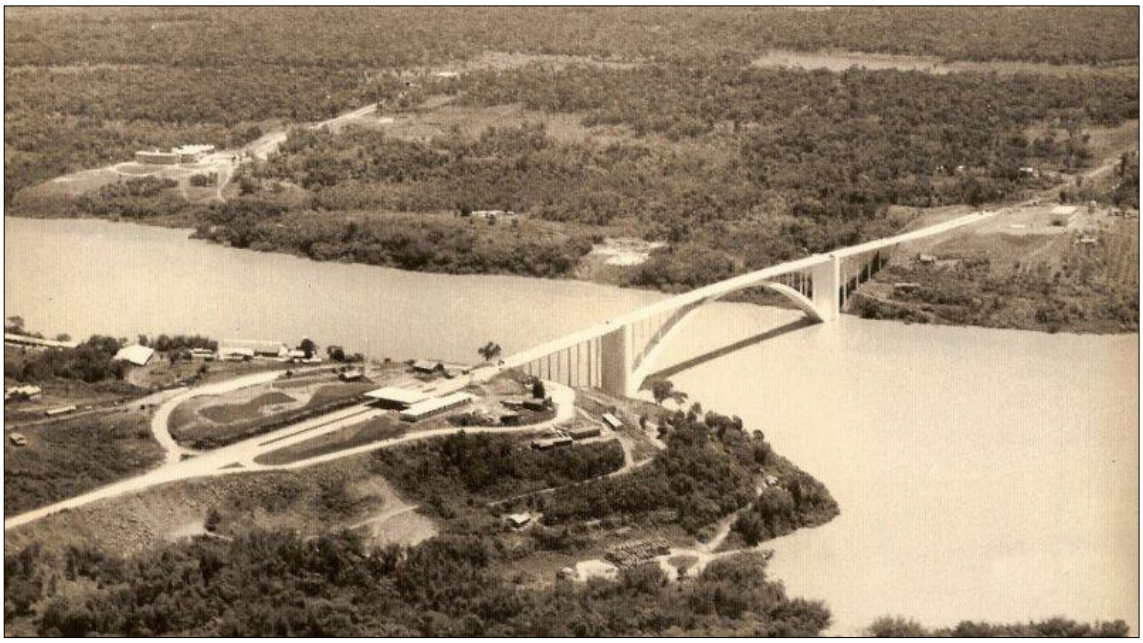
Elaborado pela autora.

As conexões indicadas na Figura 1, tanto do lado paraguaio como do lado brasileiro são fundamentais para o atendimento dos fluxos de pessoas e mercadorias entre os dois países. Além das possibilidades de conexão apresentadas anteriormente, para ambos os países, a construção da Ponte da Amizade também contribuiu para o abandono da memória dos efeitos da Guerra da Tríplice Aliança, ao selar a "amizade" entre os dois países, que dá nome à infraestrutura.

Como dito anteriormente, em relação à produção do espaço urbano nas cidades de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, nota-se que a "Ponte da Amizade" teve um papel fundamental no desenvolvimento urbano e no crescimento demográfico, responsável por alterar a paisagem fronteiriça. Ao serem comparadas, as figuras a seguir (2 e 3) permitem visualizar a transformação no espaço urbano ao longo do tempo. A construção da ponte desencadeou o processo de ocupação percebido nas imagens, considerando a comparação entre o ano de inauguração da ponte (1965) e a conformação atual dos espaços urbanos em Ciudad del Este e Foz do Iguaçu.

 ISBN: 1981-1047

Figura 2 - Ponte da Amizade e entorno em 1965.



Fonte: Portal Memória Paranaense, 2020.

Figura 3 - Ponte da Amizade e entorno em 2020.

Fonte: Redação Litorânea FM, 2020.

 ISBN: 1981-1047

Em relação à dinâmica de ocupação do espaço urbano percebida nas imagens, cabe ressaltar que o desenvolvimento urbano de Ciudad del Este e Foz do Iguaçu são distintos, haja visto os diferentes processos históricos e suas respectivas motivações que orientaram a ocupação das atividades materializadas nesses espaços.

> Foz do Iguaçu foi fundada como colônia militar, em 1889, e seu centro administrativo e comercial cresceu ao redor do lugar de sua fundação. As terras próximas à Ponte da Amizade permaneceram marginais a seu desenvolvimento urbano. Logo após a inauguração da ponte, na década de 1960, tal área começou a urbanizar-se, desenvolvendo-se os bairros de Vila Portes e Jardim Jupira, orientados ao comércio com o Paraguai. Por sua vez, a fundação de Puerto Presidente Stroessner, em 1957, esteve vinculada à futura conexão com o Brasil. O primeiro edifício de importância construído em Puerto Presidente Stroessner reflete a centralidade de tal conexão no desenvolvimento da cidade: o edifício da Alfândega, ao lado da estrada que leva à Ponte da Amizade. No entorno dessa rodovia, desenvolve-se a área comercial de produtos importados que se transformaria no grande fator de desenvolvimento da cidade (RABOSSI, 2010, p. 129).

Conforme mencionado na citação anterior, diferente de Foz do Iguaçu, Ciudad del Este, denominada inicialmente como Puerto Presidente Stroessner, foi fundada por conta da conexão com o Brasil, justamente por conta do projeto de construção da "Ponte da Amizade". A fundação de Ciudad del Este também fez parte da estratégia de Marcha para o Leste do governo paraguaio, a qual buscava garantir a presença do Estado no espaço fronteiriço e garantir a soberania nacional.

O crescimento demográfico de Ciudad del Este também ocorreu em função não só da construção da primeira ponte, mas também da represa da central hidrelétrica de Itaipú (1971-1984). Este último projeto foi responsável por atrair centenas de imigrantes que permaneceram na cidade após o término das obras. Arellano (2012) avaliou como os dados de crescimento populacional revelaram as mudanças decorrentes das grandes obras na urbanização de uma das mais importantes cidades da rede urbana paraguaia. Os dados indicam que em 1982 Ciudad del Este tinha apenas 49.423 habitantes, dez anos mais tarde, em 1992, o número de habitantes quase triplicou, apresentando um total de 133.881 habitantes. Em 2002, Ciudad del Este já contava com 223.350 habitantes, e em 2009 com 338.885 habitantes (ARELLANO, 2012). A estimativa é que Ciudad del Este alcançou 396.091 habitantes em 2011 (ALTO PARANÁ, 2021). Dessa forma, Ciudad del Este é a segunda cidade com maior população do Paraguai e a mais populosa da Tríplice Fronteira.

Considerando os aspectos gerais (economia, infraestrutura e população), Ciudad del Este é a segunda cidade mais importante do país, atrás apenas da capital Assunção. A cidade recente,

 ISBN: 1981-1047

criada em 1957, é, portanto, uma das principais cidades na rede urbana paraguaia, cuja infraestrutura inclui além da "Ponte da Amizade", o Aeroporto Internacional Guaraní.

Assim como Ciudad del Este, Foz do Iguaçu também passou por um aumento da população em um curto período decorrente da construção da Ponte da Amizade e da represa da hidrelétrica de Itaipu. Segundo Arellano (2012) cerca de 40 mil imigrantes chegaram à cidade e lá se estabeleceram para trabalhar na construção dos grandes projetos mencionados. Se em 1960, Foz do Iguaçu tinha apenas 28.080 habitantes, em 1980, a população total era de 136.320 habitantes, e em 2009 de 225.137 habitantes (ARELLANO, 2012). Em 2020, a população estimada no município era de 258.248 habitantes (IBGE, 2021).

O contingente populacional de Foz do Iguaçu e de Ciudad del Este é responsável pelo intenso movimento da Ponte da Amizade, o qual, por sua vez, mostra a interdependência entre as cidades. No ano de 2001, 18.500 veículos e 20.000 pedestres atravessavam diariamente a ponte (RABOSSI, 2010), atualmente, são 21.900 veículos atendidos diariamente (DNIT, 2019), sendo este movimento característico de uma ponte urbana e não de uma rodovia. Arellano (2012) menciona que o volume de pessoas que cruzam a Ponte da Amizade chega a ser dez vezes maior do que o número de pessoas que cruzam diariamente a Ponte Tancredo Neves entre Foz do Iguaçu e Puerto Iguaçu (Brasil e Argentina), configurando-se, portanto, na infraestrutura mais importante da Tríplice Fronteira.

Encontramos nas considerações feitas por Silva e Dias Júnior (2019) que a "Ponte da Amizade" foi alvo da elaboração de um discurso midiático que afirmara uma certa superioridade do Brasil em relação ao Paraguai por ter sido o responsável pela construção da ponte. Tal discurso criou uma narrativa do Brasil como o provedor do "desenvolvimento", do "progresso" e da "modernização" em um "espaço vazio" na fronteira. Os autores afirmam que mesmo quando o Paraguai era citado nos jornais da época como país semelhante, acabava subjugado como inferior ao Brasil (SILVA; DIAS JÚNIOR, 2019). Enquanto isso, Moraes (2007) afirma que no Paraguai o ditador Alfredo Stroessner também utilizava o discurso da modernização, porém, colocando-se no papel de grande idealizador de projetos para o seu país. A postura do ditador tentava construir sua imagem como responsável por resgatar o país do "atraso".

O discurso político e midiático em torno da construção da ponte faz parte da chamada geopolítica popular, corroborando para criar um imaginário em torno de uma narrativa específica, neste caso, do Brasil como o grande provedor do progresso na fronteira com o Paraguai. Para Cairo (2008), a geopolítica popular é formada por argumentos geopolíticos elaborados pelos meios

 ISBN: 1981-1047

de comunicação, pelo cinema, por novelas e literatura, que contribuem para a produção da circulação de um "sentido comum" do geopolítico, e dos pressupostos que são assumidos pelo cidadão. A geopolítica popular é uma das bases de reafirmação da imaginação geopolítica moderna, discutida por John Agnew (2005) como a projeção da estrutura da teoria e da prática da política mundial a partir de uma experiência euroamericana. A imaginação geopolítica moderna materializa-se no discurso que justificava as narrativas do controle formal ou informal de áreas "atrasadas" pelas "modernas", inferiorizando a primeira em relação à segunda.

No caso das narrativas midiáticas e do discurso político em torno da construção da "Ponte da Amizade" nota-se o atrelamento direto a um padrão de desenvolvimento e modernização alheio à realidade regional, espelhado em referências do centro do sistema capitalista, que por sua vez, são impossíveis de serem alcançadas por países periféricos e semiperiféricos, conforme discutem Quijano e Wallerstein (1992).

Encontramos características de um discurso semelhante em relação à construção da segunda ponte internacional entre Brasil e Paraguai, a qual está em curso e será discutida no próximo tópico.

A segunda ponte internacional entre Brasil e Paraguai

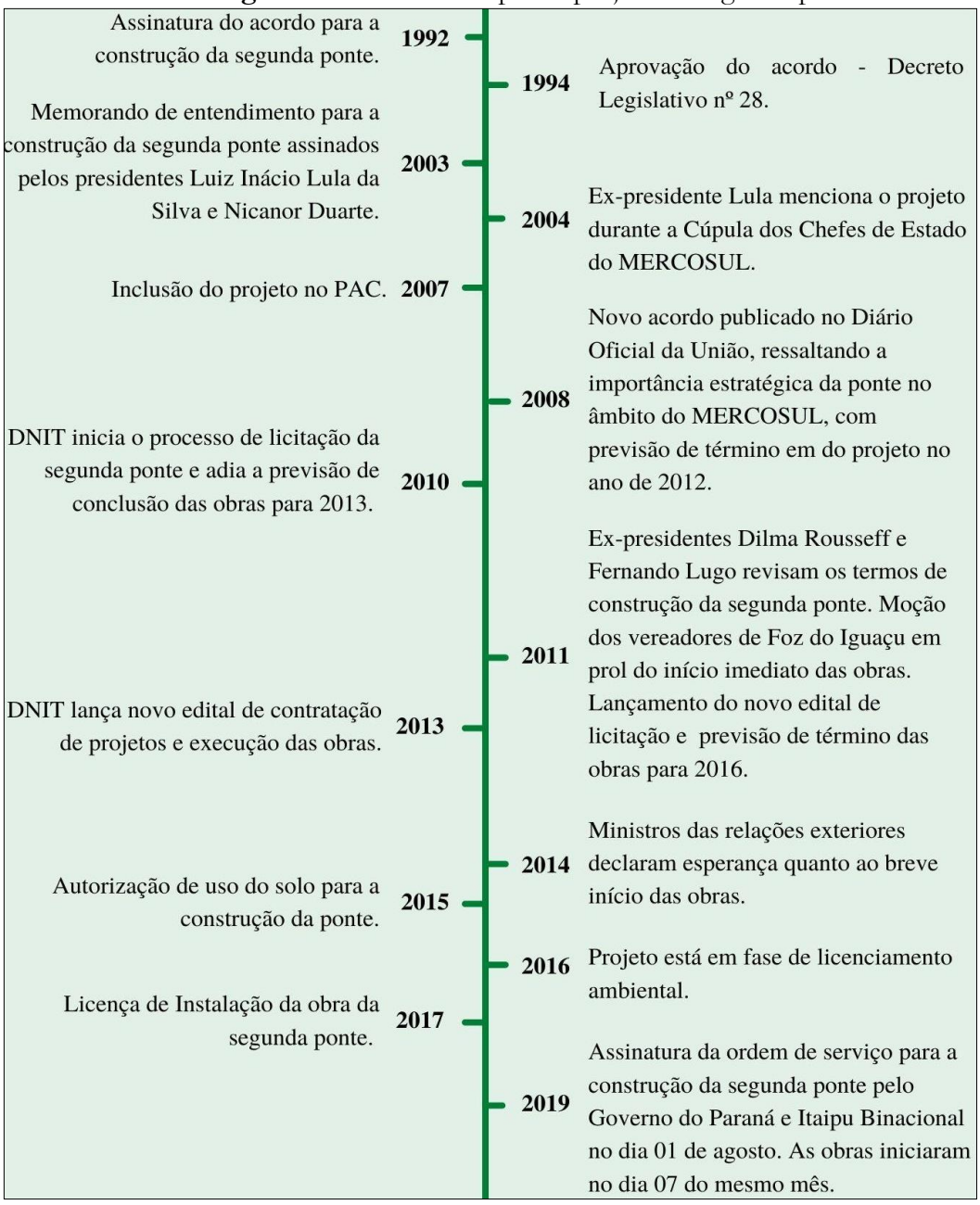
O projeto da segunda ponte passou por diversas alterações em seu cronograma, porém a expectativa é que ela seja concluída em 2022. Durante o governo Dilma, a ponte foi batizada popularmente como "Ponte da Solidariedade", mas atualmente é relatada pelos meios de comunicação e pelos órgãos governamentais como "Ponte da Integração". A mudança do nome pode ser apontada como uma iniciativa para o apagamento da atuação e envolvimento dos governos anteriores no projeto.

O projeto de construção da segunda ponte entre os dois países não está limitado ao papel que poderá desempenhar na rede urbana entre Brasil e Paraguai. Prova disso é que o projeto da segunda ponte internacional foi considerado prioritário na carteira de projetos no portfólio do Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN/IIRSA) da União de Nações Sul-americana (UNASUL), estando presente também nas discussões no âmbito do MERCOSUL. O debate sobre o projeto em instâncias de acordos regionais de integração mostra que a ponte tem o potencial de promover importantes articulações na rede de transportes sul-americana.

 ISBN: 1981-1047

Embora a execução das obras tenha sido iniciada apenas em 2019, a construção da segunda ponte já havia sido incorporada ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007. Desde então, foram elaborados o Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e as licitações para a elaboração técnica do projeto e início das obras. A Figura 4 demonstra resumidamente o processo de desenvolvimento do projeto que tornou-se oficial a partir da assinatura do acordo bilateral para a construção da segunda ponte em 1992.

Figura 4 - Linha do tempo do projeto da segunda ponte.



Fonte: 100Fronteiras, 2020. Adaptado pela autora.

 ISBN: 1981-1047

Atualmente, as obras estão sendo executadas pelo consórcio Construbase/Cidade/Paulitec, com recursos da Itaipu Binacional de setenta e nove milhões de dólares para as obras de terraplanagem e construção das torres basilares que darão sustentação à ponte (ITAIPU BINACIONAL, 2021). Está previsto também o montante de trinta e quatro milhões de dólares para o Consórcio Jota Ele-Planaterra-Iguatemi, a fim de construir duas novas aduanas e o acesso das obras complementares (ITAIPU BIONACIONAL, 2021). Neste montante, inclui-se a criação de uma via perimetral que ligue a segunda ponte à BR 277. A via perimetral terá um papel fundamental para garantir a circulação de mercadorias na região, afinal, a proposta é que a segunda ponte receba exclusivamente os veículos pesados, enquanto a primeira ponte ficará restrita à circulação de pessoas. Até março de 2021, quarenta e nove por cento das obras foram concluídas, apresentando-se conforme a Figura 5.

Figura 5 - Andamento das obras da segunda ponte entre Brasil e Paraguai em março de 2021.

Fonte: Agência de notícias do Paraná, 2021.

A gestão da construção da nova ponte é feita pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER) do Paraná. O governador do Paraná, Carlos Massa Ratinho Júnior (PSD) tem usado a

 ISBN: 1981-1047

execução das obras como um argumento para exaltar a gestão de seu governo, quando, na verdade, o projeto de construção da segunda ponte remete ao contexto mais amplo de integração regional, cujo proposta está em vigor, oficialmente, há quase três décadas.

Embora o financiamento do projeto da "Ponte da Integração" esteja sendo feito pelo Brasil, o projeto demanda também o investimento do Paraguai para a elaboração de estudos de impacto ambiental e outros projetos de infraestruturas que interliguem a nova ponte à rede de transportes do país, a partir do entroncamento da ponte com a Avenida Bernardinho Caballero em Presidente Franco (CRUZ, 2017). Logo, não faz sentido a continuidade de um discurso que coloca o Brasil como o grande provedor da infraestrutura que conecta os dois países, afinal as conexões da rede internacional não se fazem apenas com uma ponte. Este discurso tem sido assentado atualmente em uma narrativa que coloca a gestão atual do estado do Paraná como a grande responsável pelo projeto, e o governo do atual presidente, Jair Messias Bolsonaro, como o único capaz de levar adiante uma construção dessa magnitude. Narrativa essa que é encontrada não só no discurso midiático, mas nas falas dos próprios representantes do poder público.

Considerações finais

Para falar sobre a integração regional na América Latina a partir das infraestruturas é preciso considerar o papel que os países desempenham no sistema-mundo moderno colonial, afinal, a esses papéis são impostas as ambições de internalização dos padrões de desenvolvimento eurocêntrico e estadunidense. Os objetivos da integração precisam ser compreendidos, portanto, a partir de uma perspectiva histórica de longa duração, considerando também as recentes mudanças no cenário político e econômico regional.

O fato é que a integração regional entre Brasil e Paraguai foi iniciada com o duplo intuito político de diminuição da dependência paraguaia do porto de Buenos Aires. O acesso ao porto de Paranaguá pelo país mediterrâneo e a possibilidade do Brasil de neutralização da influência argentina na Bacia do Prata fez da ponte um símbolo (geo)político rumo à "modernização" e ao "progresso", cuja referência segue o padrão eurocentrado.

A apropriação do projeto da segunda ponte internacional entre os dois países pelo discurso político e midiático não é um fato novo. Vimos ao longo do texto que ela também esteve presente no caso da "Ponte da Amizade". Tal apropriação reforça o imaginário em torno do papel que os países ocupam no sistema mundial, neste caso, como periferia (Paraguai) e semiperiferia (Brasil).

 ISBN: 1981-1047

O intuito de elaboração deste texto foi indicar disparadores para a discursão em torno do processo de integração regional entre Paraguai e Brasil, considerando não só os projetos de infraestruturas e as justificativas para a promoção da fluidez na rede de transportes, mas também como o discurso em torno desses projetos impacta na representação do imaginário sobre as hierarquias entre eles.

Referências bibliográficas

100 FRONTEIRAS. **Segunda ponte Brasil-Paraguai: linha do tempo de 1992 a 2019.** 2020. Disponível em: https://100fronteiras.com/jornalismo-local/noticia/segunda-ponte-linha-tempo-1992-2019/, acesso em 05 fev. 2021.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ. **Obra da nova ponte entre Brasil e Paraguai alcança 49% de execução.** Disponível em: http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=111527&tit=Obra-da-nova-ponte-entre-Brasil-e-Paraguai-alcanca-49-de-execucao, acesso em 15 abr. 2021.

AGNEW, J. **Geopolítica: una re-visión de la política mundial.** Madrid: Trama territorial, 2005.

ALTO PARANÁ. **Ciudad del Este.** Disponível em: http://www.altoparana.gov.py/v0/index.php/ciudad-del-este?start=1, acesso em 10 abr. 2021.

ARELLANO, Daniel Bello. **La triple frontera del Paraná (Paraguay-Brasil-Argentina). Condiciones endógenas institucionales e ilegalidad**. Santiago: RIL editores, 2012.

BECKER, B. K; EGLER, C. A. G. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo.** 1994.

CAIRO, H. A América Latina no século XXI: geopolítica crítica dos Estados e os movimentos sociais, do conhecimento e da representação. **Caderno CRH**, v. 21, p. 201-206, 2008.

CRUZ, D. A. M. O **Geopolítica e integração regional: uma análise dos projetos de infraestrutura de transportes entre Brasil e Paraguai.** Tese (Doutorado em Geografia). 133 f. 2017. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia.

CRUZ, D. A. M. O. O pacto federativo brasileiro e o planejamento regional em tempos de crise: estratégias, fragilidades e desafios. **Revista Terra Livre**, v. 1, n. 25, p. 141-169, 2020.

DNIT. **Dnit atua no avanço das obras da segunda ponte sobre o rio Paraná.** 2019. Disponível em: https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/noticias/dnit-atua-no-avanco-das-obras-da-segunda-ponte-sobre-o-rio-parana, acesso em 30 mar. 2021.

IBGE. **Cidades e Estados.** Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/foz-do-iguacu.html, acesso em 11 abr. 2021.

ITAIPU BINACIONAL. **A segunda ponte sobre o Rio Paraná.** Disponível em: https://www.itaipu.gov.br/responsabilidade-social/segunda-ponte-sobre-o-rio-parana, acesso em 26 abr. 2021.

MELLO, L. I. A. **A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata**. Mestrado (Dissertação em Ciências Políticas). 1987. Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Departamento de Ciências Sociais.

MIGNOLO, W. D. **La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial**. Traduação de Silvia Jawerbaum e Julieta Barba. Barcelona: Gedisa editorial, 2007.

MORAES, C. Interesses e colaboração do Brasil e dos Estados Unidos com a ditadura de Stroessner (1954-63). **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 11, n.1, p. 55-80, 2007.

PORTAL MEMÓRIA PARANAENSE. **A inauguração da "Ponte da Amizade" em Foz do Iguaçu**. Disponível em: http://www.memoriaparanaense.com.br/2020/08/12/a-inauguracao-da-ponte-da-amizade-em-foz-do-iguacu/, acesso em 07 abr. 2021.

QUIJANO, A. Colonialidade Do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, B. S; MENEZES, M. P (orgs). **Epistemologias Do Sul.** Coimbra: Edições Almedina, 2012, p. 5–10.

QUIJANO, A., WALLERSTEIN, I. Americanity as a concept, or the Americas in the modern world-system. In: **International Social Science Journal**, Paris, n.134, p. 549-557, 1992.

RABOSSI, Fernando. Unidades, interações e representações fronteiriças: notas a partir da Tríplice Fronteira entre Brasil. Paraguai e Argentina. In: COSTA, Edgar Aparecido da; COSTA, Gustavo Villela Lima da; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de (orgs.). **Estudos fronteiriços.** Campo Grande: Ed. UFMS, 2010, p. 113-144.

REDAÇÃO LITORÂNEA FM. **Confirmada a reabertura da Ponte da Amizade para esta quinta-feira.** Disponível em: https://www.litoranea.fm/confirmada-a-reabertura-da-ponte-da-amizade-para-esta-quinta-feira-15/, acesso em 10 abr. 2021.

SILVA, P. R; DIAS JÚNIOR, W. A. O "progresso" e a "falta": representações e relações Brasil-Paraguai no jornal O Globo durante a construção da Ponte da Amizade (1956-1965). **Revista Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, vol, 12, n. 2, p. 7-32, 2019. Disponível em: http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/934/pdf, acesso em 09 fev. 2021.

TRAVASSOS, M. **Projeção continental do Brasil.** São Paulo: Companhia editora nacional, 1935.

WALLERSTEIN, I. **O sistema mundial moderno - II. O mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750**. Traduzido por Carlos Leite, Fátima Martins e Joel de Lisboa. New York: Academic Press, 1974.

WALLERSTEIN, I. A reestruturação capitalista e o sistema mundial. In: **Perspectivas**, v. 20, p. 249-267, 1998.

A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS E OS IMPACTOS NOS (MEGA)EVENTOS ESPORTIVOS

GT – Geografia Política e Geopolítica

Elvis Simões P. da Silva
elvis.silva@unesp.br
Mestrando no Programa de Geografia pela FCT/UNESP

Resumo

A pandemia do COVID-19 (SARS-CoV-2) chacoalhou o mundo, após uma rápida disseminação pelos continentes, através das redes de transportes e comércio do mundo globalizado. As medidas de contenção das relações sociais, implicaram numa série de deliberações, que paralisaram as economias globais, provocando mudanças até então inéditas em larga escala, países inteiros fecharam suas fronteiras. Apesar de possuir uma inédita magnitude, as enfermidades já atingiram o esporte em períodos anteriores, assim o trabalho tem por finalidade compilar os principais eventos esportivos afetados, nesta era contemporânea. Os dados foram baseados na coleta de dados de fontes jornalísticas e organizações internacionais, como a ONU (Organização das Nações Unidas), FIFA (Federação Internacional de Futebol e Associados), COI (Comitê Olímpico Internacional), entre outros, leitura de livros, artigos e participação em colóquios com o grupo de pesquisa NUPERG (Núcleo de Pesquisas e Estudos Regionais). Acreditamos que o impacto financeiro, de forma geral, é negativo, entretanto há outros contextos que estão sendo explorados, como o geopolítico, pelos países e organizações não governamentais, entre elas a FIFA (Federação Internacional de Futebol e Associados) e o COI (Comitê Olímpico Internacional).
Palavras Chave: Geopolítica, Geografia dos esportes, Pandemia

Introdução

O ano de 2020 foi marcado pelo início da maior pandemia do planeta, desde a gripe espanhola de 1918. A COVID-19 é uma doença causada pela SARS-CoV-2, um vírus das redes e impulsionado pela globalização. O primeiro relato da doença foi em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan (China). Em março de 2020, a OMS (Organização Mundial da Saúde) declarou o estado de pandemia, desencadeando uma série de medidas restritivas à circulação, entre elas o distanciamento físico, com a finalidade de controlar a quantidade de pessoas contaminadas. Em 2021, a pandemia continua, já se passaram de 150 milhões de pessoas contaminadas no mundo e mais de três milhões de mortes, segundo dados da OMS (2021). O Brasil já ultrapassou as 400 mil mortes em abril de 2021.

 ISBN: 1981-1047

Ainda são incertas as origens da doença. A última avaliação feita pela comissão da OMS em Wuhan, concluiu que a COVID-19 não surgiu nos mercados da região e considera que o vírus passou para humanos a partir de uma espécie animal ainda não confirmada, apesar de suspeitas (OMS, 2021).

O vírus se espalha pelos países através do fluxo global (Redes) de pessoas e mercadorias, sendo os *hubs* como os portos e aeroportos, os primeiros pontos de disseminação da doença, seguido por metrópoles nacionais (GOMES; CALDEIRA, 2020). Assim a doença vai se disseminando pelos municípios, por meio da difusão hierárquica (FONT, 2007) e heterárquica (CATELAN, 2012) das malhas urbanas.

Porém, até que as primeiras medidas de isolamento fossem criadas e que fossem efetivamente aplicadas, a rotina pouco mudou. A demora para agir, induziu diversas "bombas biológicas", termo este utilizado pelo Prefeito de Bergamo (Itália), Giorgio Gori, para descrever aquele que foi um dos jogos mais importantes da história do clube da cidade, o Atalanta. Estima-se que os quarenta mil torcedores que viajaram até Milão para acompanhar a partida, foram contaminados e retornaram a suas residências em Bergamo. O evento foi determinante para que a região se tornasse um dos primeiros epicentros da doença na Europa. Os Estados nacionais deliberaram ações de controle social, restrição de fronteiras marítimas, aéreas e terrestres, impedindo o comércio, dentre outras atividades que provocaram impactos econômicos.

A crise que inicialmente seria apenas sanitária, também passaria a ser uma crise social e econômica. Após a OMS (Organização Mundial da Saúde) fazer as primeiras recomendações de quarentena, logo os primeiros a serem impactados foram o setor de transportes, juntamente com o turismo. A IATA (Associação Internacional de Transportes Aéreos) apontou que no ano de 2018, a quantidade de passageiros transportados foi superior a quatro bilhões de pessoas, em uma projeção de 2020, as perdas até o mês de abril eram 314 bilhões de dólares. O turismo, que em 2018 foi responsável por 10% do PIB global e 319 milhões de empregos, foi diretamente afetado pelo transporte paralisado, assim como toda a indústria.

A OMC (Organização Mundial do Comércio) projetou um encolhimento do comércio internacional entre 13% e 32%, devido à pandemia. O FMI (Fundo Monetário Internacional) prevê um crescimento econômico global de aproximadamente -3%, sendo os países com forte indústria turística entre os principais afetados.

 ISBN: 1981-1047

Na Indústria, os produtos afetados são diversos, os beneficiados são do ramo alimentícios e os prejudicados dos de bens de consumo, como os veículos, afetando positivamente a agropecuária e prejudicando o extrativismo.

Os impactos econômicos totais ainda são preliminares, mas faremos algumas considerações. No curto prazo podemos observar o desabastecimento microeconômico das produções nacionais e do mercado consumidor; falência de pequenas e médias empresas; fuga e queda do mercado de capitais; congelamento das atividades de empresas multinacionais; aumento do desemprego; diminuição dos investimentos diretos estrangeiros. A longo prazo as implicações são crescimento negativo internacional e desaceleração e desequilíbrios das economias globais (CHINAGLIA, 2020). Neste contexto, o setor de esporte também foi atingido com a pandemia do novo coronavírus.

Neste trabalho, buscou-se analisar a atuação dos Estados Nacionais, ONGI's (Organização Não Governamental Internacional), OG's (Organizações Governamentais), institutos governamentais do esporte e entidades esportivas durante os principais surtos epidemiológicos na Era Contemporânea, como a Gripe Espanhola (H1N1) - 1918, Meningite - 1975, Sars (SARS-CoV) - 2003, Gripe Aviária (H5N1) - 2006, Gripe Suína (H1N1) - 2009, Ebola (2014), MERS – MERS-CoV (2015), Zika vírus e Chikungunya (CHIKV) – 2016, e Coronavírus (SARS-CoV-2) – 2020 e 2021. Deste modo, buscar-se-á identificar e periodizar os principais (mega)eventos esportivos afetados por agentes patogênicos

Este trabalho tem como objetivo tecer algumas considerações sobre o impacto da pandemia no setor de esporte. Para tanto, o trabalho baseou-se na coleta de dados de fontes jornalísticas e organizações internacionais, como a ONU (Organização das Nações Unidas), FIFA (Federação Internacional de Futebol e Associados), COI (Comitê Olímpico Internacional), entre outros, leitura de livros, artigos e participação em colóquios com o grupo de pesquisa NUPERG (Núcleo de Pesquisas e Estudos Regionais).

Os eventos destacados são aqueles que atualmente possuem relevância em relação a outros, que os classificam como megaeventos. São eventos que no passado, ainda rumavam as grandes magnitudes que hoje possuem e que são organizados por ONGs (Organização Não Governamental) com o potencial de influência e poder similares a dos Estados nacionais, fato esse, que os legitima não apenas entre as demais instituições de poder, mas também socialmente, no entanto, podem variar de uma escala local, como a NBA (Associação de Basquete Nacional), até uma escala global, como os Jogos Olímpicos.

 ISBN: 1981-1047

Esta pesquisa é resultado das percepções identificadas durante o TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), intitulado de "A Geopolítica dos esportes e o papel dos Brics na organização de megaeventos", no início da dissertação em desenvolvimento intitulada de "A Geopolítica dos Esportes: Os BRICS no mundo multipolar" e no colóquio do NUPERG "A pandemia de coronavírus e as implicações no sistema financeiro global". O um dos objetos da pesquisa eram os megaeventos, entretanto, outros eventos de natureza menor também foram elencados e observados, assim como, os impactos dos surtos epidemiológicos durante o período proposto. Por tratar-se de considerações iniciais, alguns pontos podem apresentar generalizações, que demandariam um maior aprofundamento numa possível futura pesquisa. Um desses elementos, é a multidiversidade de fatores que podem ser impactados numa situação de crise sanitária, como o socioeconômico, ambiental, geopolítico, entre outros, que não cabe a esta pesquisa entende-los de forma profunda, mas sim, identificá-los e periodizá-los.

Este texto está estruturado, além da introdução e considerações finais em duas seções. Na primeira seção abordaremos o contexto da pandemia no mundo contemporâneo e em diferentes momentos. Na segunda seção, teceremos algumas considerações iniciais sobre o impacto da pandemia do novo coronavírus no setor de esportes, principalmente no ano de 2020, assim, neste trabalho, propomos uma periodização em quatro dos principais eventos esportivos que foram afetados por agentes patológicos, durante a Era Contemporânea.

O esporte em tempos de pandemia: Um contexto global

No que se diz a esportes, dificilmente não pensamos na Antiga Grécia, um dos berços da civilização ocidental e que nos proveu parte do pensamento político e social vigente. No contexto grego, praticar atividades físicas era um processo de purificação da alma, em busca da beleza corporal, uma vez que, não seria possível alcançar a perfeição sem essa premissa (RUBIO, 2002). Os Jogos Pan-Helênicos, o conjunto das quatro competições maiores, os Jogos Olímpicos, Jogos Píticos, Jogos Ístmicos e os Jogos Nemeus, com o propósito de que as indiferenças relevadas, por um momento, em busca da perfeição, ritualística e da exaltação divina (RUBIO, 2002).

O esporte na antiguidade é comumente associado à Grécia, porém talvez seria um erro fazê-lo. O futebol teve sua raiz na China há mais de dois mil anos (FIFA, 2004), assim como outros esportes que eram praticados em outros territórios espalhados pelo planeta. No período da Idade Média, os esportes eram pouco estimulados no Ocidente, tal fato, se demonstra na atitude

 ISBN: 1981-1047

do Imperador Romano Teodósio I, que aboliu os jogos Pan-Helênicos, pois não concordou em abrigar um evento que homenageava os "deuses pagãos".

A Idade Moderna, período este no qual se destaca pelos movimentos inflexíveis ao anterior, como o iluminismo, e ao resgate dos elementos culturais da antiguidade, foi importe pelo resgate de diversos elementos culturais esquecidos pelo tempo, dentre elas o esporte. O resgate feito, buscou não apenas a prática esportiva em si, mas trouxe consigo todo o contexto do *status* social que o mesmo possuía, por outro lado, a relação com a religião, ritualística e divindades deixaria de existir, para que a racionalidade assumisse esse posto (ATHAYDE *et al.*, 2016).

No século 19, o futebol popular era resgatado em universidades britânicas, assim como o *rugby* e o críquete, sendo pensado, posteriormente formulando, sistematizado e regulamentado. A chegada do futebol no Brasil, durante a segunda metade do século XIX, se faz pela chegada dos imigrantes ingleses para trabalhar nas lavouras de café, assim, os primeiros pontos desta prática no Brasil, são as cidades que eram cortadas pela ferrovia São Paulo Railway (Jundiaí – Santos) (DUARTE, 2013).

Neste contexto, os Jogos Olímpicos foram repensados por Pierre de Coubertin e resgatados pelo COI (Comitê Olímpico Internacional), assim, em 1896 os Jogos Olímpicos da Era Moderna eram criados. Não possuíam o apelo e a grandeza dos dias atuais, mas foi um movimento importante para a história dos esportes modernos.

De forma genérica, podemos elencar cultura de acordo com a definição de TYLOR (1920, p. 18): "Culture, talken in its wide ethnographic sense, is that complex whole wich includes knowlegebelif, art, morals, law, custom, and any others capabilities and habits acquired by man as a member of society."[1] Esta definição sintetiza tudo aquilo que é produzido pela sociedade como parte de uma cultura e nesse sentido, o esporte é um "fenômeno cultural" (ATHAYDE *et al.*, 2016 p. 490).

O esporte carrega a competitividade como um dos seus principais pilares, afinal, só há um vencedor, tal fato, estimula as disputas e as rivalidades, que são intensificadas através do uso de bandeiras, camisas e hinos, embasados com narrativas e discursos históricos (HALL, 1996). São elementos que causam uma sensação de pertencimento de identidade social (DAMO, 2002); (COELHO, 2004), na escala local e identidade nacional, na escala internacional.

[1] A cultura, falada em seu amplo sentido etnográfico, é aquele todo complexo que inclui conhecimento, arte, moral, lei, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo individuo como membro da sociedade (TYLOR, 1920 p. 18 – Tradução Nossa).

 ISBN: 1981-1047

O esporte como elemento cultural, também se faz como um fator social (MOREAU; WILSON; DUAULT, 2021), podendo desempenhar diversos papeis, com demonstra ATHAYDE *et al.* (2016) e RUBIO (2007):

> Dentro do sistema capitalista, o fenômeno esportivo desempenhou diferentes papéis/funções. Em tempos de acentuada tensão entre burguesia e proletariado (capital e trabalho), as classes dirigentes utilizaram as práticas esportivas como uma estratégia de alienação, despolitização e arrefecimento das reivindicações políticas e trabalhistas. No interstício de tempo demarcado pela 2ª Guerra Mundial, o esporte foi subjugado à sua dimensão sociopolítica, utilizado como aparelho ideológico de determinados regimes políticos específicos (fascismo e nazismo). É uma época marcada por uma aproximação do Estado ao esporte com forte caráter interventor. Trata-se de um momento histórico no qual os governantes exploram com mais ênfase a capacidade ideopolítica do esporte, expressa por sua dimensão alienante e funcionalidade propagandística (ATHAYDE *et al.*, 2016, p.493).

> O esporte chamado de alto rendimento é um tipo de prática que pode se relacionar ao esporte espetáculo, protagonizado pelo atleta profissional, ou ainda a um tipo de atividade esportiva que não é necessariamente remunerada, mas que exige, do praticante, dedicação e rendimento que superam uma atividade de tempo livre ou amadora.[...] Na busca desse objetivo, estão implicados os valores próprios da sociedade atual, como o trabalho alienante, no qual o corpo é usado e manipulado pelo próprio atleta e pela comissão técnica para alcançar o rendimento máximo, em um curto espaço de tempo, atendendo os interesses que gravitam no entorno do espetáculo, como a venda de produtos ou a imagem do patrocinador (RUBIO, 2007, [online]).

Os autores apontam sobre os diversos papéis que os esportes desempenham na sociedade e nas Relações Internacionais, ou seja, o esporte também possui um aspecto geopolítico, como meio de expansão do poder, um pensando que vai de encontro a Boniface (2014), entretanto uma das principais funções é a econômica, uma vez que o mesmo é um produto altamente rentável, do ponto de vista financeiro, como destaca PRONI (2014):

> No Brasil, o PIB do esporte teve um crescimento superior ao do PIB global, nos últimos dez anos. As estimativas do volume de dinheiro que gira em função da indústria esportiva têm variado entre 1,5% e 2% do Produto Nacional Bruto (algo entre R$ 75 bilhões e R$ 100 bilhões, atualmente) (PRONI, 2014 [online]).

 ISBN: 1981-1047

Proni (2014), faz a menção do impacto dos (mega)eventos nas economias dos países, ou cidades, quando sede de competições, fato esse, intensificado pelos países emergentes durante o primeiro quarto do século XXI, na busca pela propagação de poder (SILVA, 2019).

> A realização de torneios esportivos pode ter efeitos positivos sobre a economia de um município ou mesmo de um país (no caso de um megaevento como a Copa). Tais efeitos são gerados principalmente pelos estímulos à demanda agregada. Para estimar os impactos econômicos do Mundial, é preciso considerar diversos fatores, tais como: 1) os gastos na construção ou reforma das arenas; 2) os investimentos em obras de infraestrutura urbana relacionados com o torneio; 3) os empregos diretos e indiretos propiciados por tais atividades; 4) o impulso no fluxo de turistas durante o torneio e nos anos seguintes; 5) o aumento na dívida pública e/ou na arrecadação fiscal. Os efeitos sobre a taxa de inflação e a taxa de câmbio costumam ser pontuais e temporários. Os benefícios são maiores quando o gasto provém majoritariamente do setor privado ou quando o gasto público deixa um legado de valor. O dinheiro movimentado pelo Comitê Organizador Local e pela Fifa – responsável pela produção do espetáculo e pela comercialização do torneio – não produz impactos econômicos significativos no país, mas podem favorecer algumas poucas empresas (nacionais e estrangeiras) (PRONI, 2014 [online]).

Diante dessas diversas considerações, que expõem o esporte como um elemento corriqueiro das sociedades contemporâneas, tende-se a acreditar que o esporte é um objeto de pesquisa exclusivo da Educação Física. Por conta da prática em si, provavelmente tenha sido a primeira ótica em relação ao esporte, todavia existe uma demanda pelo conhecimento científico do esporte, que é observado por diversas ciências.

Campos e Alfonsi (2014), principia a ausência dos esportes nas Ciências Sociais, inclusive nos estudos sobre futebol, que seria o caminho supostamente comum, devido a sua popularidade, ganhando mais espaço a partir dos anos 1970. Rubio (2007), apresenta a sociologia do esporte como campo recente no campo das ciências psicológicas, essa introduzida, após a conquista da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo de Futebol Masculino de 1958. Nas Relações Internacionais, o esporte tem seu espaço, como demonstrado por Boniface (2014). Burke (2005), explicita a separação da Educação Física e a inclusão na Ciência Histórica.

> Práticas é um dos paradigmas da Nova História Cultural: a história das práticas religiosas e não da teologia, a história da fala e não da linguística, a história do experimento e não da teoria científica. Graças a essa virada em direção às práticas, a história do esporte, que antes era tema de amadores, tornou-se profissionalizada, um campo com suas próprias

> revistas, como o International Journal of History of Sport (BURKE, 2005, p.78).

É fundado que o esporte pode ser explorado em diversas áreas da Geografia, porém os esportes estão correlacionados ao campo cultural, pois é considerado como parte da construção histórica das sociedades, assim como na História, então temos a Geografia dos Esportes como um ramo da Geografia Cultural.

A priori, a ideia de conviver com surtos epidemiológicos, nunca foi uma novidade para o ser humano, que ainda possui índices de higiene e de condições adequadas de vida insuficientes, para os parâmetros atuais, em diversas localidades do planeta, inclusive no Brasil, assim, gostaríamos de conceituar doença, não apenas no sentido biológico, mas como um elemento social, defronte ao pensamento de Laurell (2008):

> A natureza social da doença não se verifica no caso clínico, mas no modo característico de adoecer e morrer nos grupos humanos. Ainda que provavelmente a "história natural" da tuberculose, por exemplo, seja diferente, hoje, do que era há cem anos, não é nos estudos dos tuberculosos que vamos apreender melhor o caráter social da doença, porém nos perfis patológicos que os grupos sociais apresentem (LAURELL, 2008, p. 3).

A natureza social da doença, permite a possibilidade do estudo da relação entre as doenças e o seu contexto social, na Ciência Geográfica, todavia, a Geografia da Saúde já entende as enfermidades como objeto, em busca de para entender os problemas da saúde (BEZERRA, 2020).

Os esportes são resultados de toda a integração e trocas de conhecimentos entre povos e indivíduos ao longo da história, se fazendo presente em diversos momentos e em diversas civilizações, como a grega, romana, chinesa, maia, entre outros povos que pouco se conectaram ou não o fizeram, por discrepâncias em seus períodos históricos (MELLO, 2007), (CANETTIERI, 2010), (MILLS, 2005).

Tornando os esportes modernos uma somatória do que já existiu na antiguidade, aliados a sistematização, a inserção tecnológica, a internacionalização das disputas e também como um elemento do lazer e das práticas de incentivo às práticas de saúde, assim caracterizando-o como um fator social e indo de encontro a ANDRÉS (2020).

> O esporte moderno, produto de um processo de transformação de jogos e passatempos, foi construído na expressão cultural contemporânea mais

 ISBN: 1981-1047

> significativa. Ocupa uma gama preeminente na indústria do espetáculo e do entretenimento, mas também se infiltrou e convive no lar e na vida quotidiana das pessoas [...] é um fato social multidimensional no qual interagem numerosos agentes e involucra áreas transcendentes para a vida dos seres humanos. Não apenas conquista a atenção pública, senão que tem ganho espaços na agenda política. Principalmente superou amplamente os limites de uma concepção instrumental e subsidiaria para ser concebido como agente de desenvolvimento ao longo de um processo evolutivo constante (ANDRÉS, 2020, p.14).

O autor (ANDRÉS, 2014), estabelece o esporte como um processo cultural em constante evolução, é um ponto de intersecção e de superposição inserido no tempo e no espaço geográfico interligado pelas redes, assim sofrendo influência dos elementos do Poder.

As doenças e os esportes, como elementos sociais e que aqui se relacionam, são objetos, que quando relacionados, são pouco explorados pela Geografia, possivelmente pela falta de oportunidade histórica. O atual momento de inflexão, possivelmente incentivará diversos trabalhos nesse sentido, como este artigo.

No caso dos megaeventos, que para tal definição, usaremos a de Hall (2006), a trocas são intensificadas e esporte pode atuar como fator e um vetor de doenças, pois a prática esportiva envolve a participação de diversas pessoas, mesmo nas práticas individuais, o que provoca uma troca de informação e contato entre pessoas.

> [...]grandiosidade em termos de público, mercado alvo, nível de envolvimento financeiro do setor público, efeitos políticos, extensão de cobertura televisiva, construção de instalações e impacto sobre o sistema econômico e social da sociedade anfitriã (HALL, 2006, p.59)

Ainda se discute se os megaeventos realmente atuam como pontos disseminação de doenças, Gundlapalli *et al.* (2006), no primeiro estudo sistemático da influenza em qualquer evento esportivo internacional (Jogos Olímpicos de Inverno – 2002), destaca a viabilidade de controlar a influenza nesses eventos. Cardazzi *et al.* (2020), afirma que as cidades dos EUA (Estados Unidos da América), que tiveram novas franquias instaladas, tiveram seus índices de mortalidade por influenza aumentarem, assim como STOECKER *et al.* (2016), que identifica um aumento do índice de mortalidade por influenza em cidades que participam do Super Bowl. Orr *et al.* (2001), observou um grupo de casos de meningite meningocócica no Reino Unido que foi associado ao comparecimento a uma partida de rúgbi, entretanto WILLIAMS *et al.* (2009), faz uma inflexão desse raciocínio, concluindo que megaeventos são pouco relevantes na disseminação de doenças.

 ISBN: 1981-1047

> During the 2006 FIFA World Cup there was no increase in reported infectious episodes, and the expected number of additional cases was low [...]is absence of evidence of any increase in overall infectious disease events is consistent with the findings from other event surveillance reports. At the EURO 2004 football tournament in Portugal, no visitors were found to be affected by infectious disease outbreaks, and the number of outbreaks in the local population did not exceed expected values based on data from the preceding 3 years. At the Sydney Olympics in 2000, the number of infectious disease notifications was in line with the numbers from the preceding and following years. A similar picture was reported from surveillance during the millennium year in Rome (WILLIAMS *et al.*, 2009, p.602-603[2]).

[2] Durante a Copa do Mundo FIFA de 2006, não houve aumento nos episódios infecciosos relatados, e o número esperado de casos adicionais era baixo [...]esta ausência de evidência de qualquer aumento nos eventos gerais de doenças infecciosas é consistente com achados de outros relatórios de vigilância de eventos. No torneio de futebol EURO 2004, em Portugal, não foi detectado nenhum visitante afetado por surtos de doenças infecciosas e o número de surtos na população local não excedeu os valores esperados com base nos dados dos 3 anos anteriores. Nas Olimpíadas de Sydney em 2000, o número de notificações de doenças infecciosas estava em linha com os números dos anos anteriores e seguintes. Uma imagem semelhante foi relatada durante a vigilância durante o ano do milênio em Roma (WILLIAMS *et al.*, 2009 – Tradução Nossa).

 ISBN: 1981-1047

Quadro 1. Principais eventos esportivos atingidos por doenças antes do SARS-CoV-2.

Ano	Organizador	Competição	Local	Status	Agente etiológico
1897	Associação de Futebol	Copa da Inglaterra	Middlesbrough, Reino Unido	Jogos adiados	Vírus varíola
1918	CONMEBOL	Copa América de Futebol Masculino	Rio de Janeiro, Brasil	Adiada para 1919	Influenza H1N1
	NHL	Final - Liga Nacional de Hóquei (EUA)	Estados Unidos	Suspensa	Influenza H1N1
		Staley Cup			Influenza H1N1
	FERJ	Campeonato Carioca de Futebol	Rio de Janeiro, Brasil	Jogos adiados	Influenza H1N1
	FGF	Campeonato Gaúcho de Futebol	Rio Grande do Sul, Brasil	Suspensa	Influenza H1N1
	LPF	Campeonato Paulista de Futebol	São Paulo, Brasil	Jogos adiados	Influenza H1N1
1975	ODEPA	Jogos Pan-Americanos		Mudança de sede para a Cidade do México	Meningite
2000	COI	Jogos Olímpicos de Verão	Sydney, Austrália	Alerta de qualidade do ar	Excesso de pólen no ar durante a primavera
2002	FIFA	Copa do Mundo de Futebol Masculino	Japão e Coréia	Alerta e monitoramento	EEB - Doença da vaca louca
2003	FIFA	Copa do Mundo de Futebol Feminino	China	Mudança de sede para os Estados Unidos	Coronavírus SARS-CoV
2006	FIFA	Copa do Mundo de Futebol Masculino	Alemanha	Alerta e monitoramento	Influenza H1N5 - Gripe Aviária
	COA	Jogos Asiáticos da Juventude	Cingapura		Influenza H1N1 - Gripe Suína
2009	CONMEBOL	Copa Libertadores Masculina	México	Retirou-se as equipes mexicanas, que retornaram em 2010 do mesmo ponto de onde estavam	Influenza H1N1 - Gripe Suína
2015	CAF	Copa Africana de Nações Masculino	Marrocos	Mudança de sede para Guiné Equatorial	Ebola
	FISU	Universíada de Verão	Gwangju, Coréia	Alerta e monitoramento	MERS-CoV
2016	COI	Jogos Olímpicos de Verão	Rio de Janeiro, Brasil		Zika vírus e Vírus Chicungunha
		Jogos Paralímpiocos de Verão			

Fonte: O próprio autor

Diante dessas considerações iniciais, o seguinte Quadro 1 é uma síntese dos principais dos principais (mega)eventos afetados pelas epidemias, os quais explanaremos a seguir.

Varíola – 1897

A varíola é uma doença milenar e presente em diversos momentos da história das sociedades (TOLEDO JR, 2015), entretanto sua erradicação foi certificada na década de 1980, pela

 ISBN: 1981-1047

OMS (Organização Mundial da Saúde), no entretanto, nos últimos anos do século XIX, um surto de varíola atingiu a Grã Bretanha. A cidade de Middlesbrough (Reino Unido) sofreu um surto de varíola em dezembro de 1897, levando a cidade à desordem e ao caos, em apenas três meses. Em paralelo, o time da cidade, de mesmo nome, seguia uma trajetória inédita na semifinal da Copa da Inglaterra[3], até que a Federação de Futebol optou por adiar o jogo e realizá-lo em Brotton (Reino Unido).

O fato foi inédito, até então nunca uma competição esportiva de caráter oficial, teve de ser adiada por um surto pandêmico. As medidas foram excepcionais, mas se assemelham aos protocolos que foram adotados em outros momentos de surtos, como veremos no desenrolar da pesquisa.

Influenza H1N1 (Gripe Espanhola) – 1918

Depois do coronavírus (SARS-CoV-2), as comparações com a influenza pneumônica foram inevitáveis, uma vez que foi a maior pandemia do século XX, com os números de vítimas indeterminado, mas que variam de 50 a 100 milhões de pessoas (TALHA *et al*, 2020).

O contexto de 1918 era conturbado, afinal a Primeira Grande Guerra ainda estava em andamento, tal fato provocou uma demora para a descoberta da nova doença, que era disseminada pela guerra.

A consequência do contexto esportivo é similar ao atual, diversos eventos foram cancelados ou adiados, entretanto as obrigações financeiras, as pressões sociais, aliadas da falta de acesso ao conhecimento, forçavam a volta dos esportes em meio a uma crise sanitária.

A Europa estava toda mobilizada, com grandes cidades totalmente destruídas por conta da guerra, tal fato fez com que diversas competições esportivas já fossem canceladas, no entanto, o FC Barcelona inscreveu o clube no Campeonato Catalão, mesmo o Campeonato Espanhol estando cancelado. Atitude essa, que confrontou a Coroa Espanhola em mais uma situação em que o esporte foi um meio político.

O contexto europeu é inflexível com o de 2020, as Américas assim como à África, a Ásia e a Oceania, possuem semelhanças com o atual momento, preservando suas proporções. O Campeonato Australiano de Rugby foi ameaçado (MASTERS, 2021), mas continuou sem público.

[3] A Copa da Inglaterra é a competição de futebol mais antiga do mundo.

 ISBN: 1981-1047

Nos EUA, um dos principais afetados no início da pandemia, os efeitos foram impactantes, a *Stanley Cup* (Beisebol) foi cancelada e outras competições de menor importância tiveram o mesmo fim, ou foram adiadas, além de diversos atletas que morreram da doença, assim como no Brasil, entre as mais impactadas o Campeonato Paulista, Carioca, Pernambucano, etc.

Meningite – 1975

Neste tópico falaremos sobre um dos surtos de meningite que se iniciou no Brasil na década de 1930, se estendeu por décadas, alternando momentos de surto, mas que atuou com o período mais intenso durante os anos de 1974 e 1975 (VRANJAC, 1988); (SILVEIRA; MARQUES, 2015); (BARATA; MORAES, 2015).

> Somente nos anos de 1974-1975 foram registrados cerca de três vezes mais casos de meningite do que aqueles verificados nas quatro décadas anteriores: foram 46.514 notificações, contra cerca de 15.066 do período anterior. O principal estado atingido pela doença foi São Paulo, com 26.120 casos registrados entre 1974-1975, dos quais cerca de 23.185 casos somente na capital. A doença também apresentou alto índice de incidência na Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Goiás e nos três estados da região Sul (SILVEIRA; MARQUES, 2015 p. 95).

O contexto brasileiro era de uma ditadura militar, que tentava apresentar o país como uma nova potência que estava nascendo. Através do ufanismo, o governo exaltava o esporte e o usava como forma de propagação de poder (CHAIM, 2014). Diante do "milagre econômico"[4], os números do surto de meningite demostravam a realidade de um país subdesenvolvido, o que desagradava o governo militar, de forma concomitante, é um período também chamado de "anos de chumbo", pela repressão e a censura imposta aos meios de comunicação (SCHNEIDER; TAVARES; MUSSE, 2015).

No mesmo contexto, o Chile sofreu um golpe de estado em 1973[5], o que levou a organização dos VII Jogos Pan-americanos a transferir sua sede para São Paulo (1975) Em meio ao surto o governo tentou censurar os dados e a informação, mas não suficiente e a cidade de São

[4] Milagre econômico é um período que corresponde de 1969 a 1975, no qual, o Brasil teve altos índices de crescimento econômicos (% PIB) anuais.

[5] Golpe de Estado militar que derrubou o regime democrático e o presidente, iniciando a ditadura do governo Pinochet (1973-1990)

 ISBN: 1981-1047

Paulo também foi descartada como sede, desagradando o governo brasileiro. Sediar o evento e ainda assim gerir bem uma crise sanitária, seria o cenário ideal das aspirações geopolíticas dos governantes, contudo o evento aconteceu na Cidade do México.

Indo de encontro a esse contexto brasileiro, Moreau; Wilson; Duault (2021, p. 5) explanam da importância da gestão do surto e dos esportes, que se encaixa em diversos contextos, além deste brasileiro.

> Additionally, sporting competition achievements and epidemic management successes are often socially conceptualized as a reflection of personal or national competence, thus relating to phenomena such as heroization and positive in-group identification (MOREAU; WILSON; DUAULT, 2021 p. 255).[6]

Sars (SARS-CoV) – 2003

A primeira pandemia do século XXI foi descoberta em 2002, teve seu ápice em 2003 e foi controlada em 2014, a SARS, teve seu epicentro na China e neste mesmo país seria sediada a Copa do Mundo de Futebol Feminino em 2003, entretanto a sede foi alterada para os EUA, em consequência da doença (LONGMAN, 2003). Como forma de compensação, a China sediou a edição seguinte (2007).

Influenza H1N1 (Gripe Suína) – 2009

Popularmente chamada de gripe suína, é também um vírus respiratório que surgiu no México, em 2009 e foi uma epidemia que possui o contexto mais semelhante ao do COVID-19, neste século (OMS, 2009). Grandes pólos de aglomeração foram temporariamente fechados, como escolas, universidades, eventos esportivos, entre outros, todavia numa escala inferior ao atual contexto.

Por ser de certa forma recente, ocorreu em um momento que a globalização já havia se estabelecido pelo planeta, assim é possível observar uma variedade de eventos, que foram

[6] Além disso, o êxito na realização das competições esportivas e o sucesso na gestão da epidemia são frequentemente conceituados socialmente, como um reflexo da competência pessoal ou nacional, relacionando-se, assim, com fenômenos, como a heroização e a identificação positiva dentro do grupo (MOREAU; WILSON; DUAULT, 2021 p. 255 – Tradução Nossa).

 ISBN: 1981-1047

impactados pela "nova" H1N1. Apenas uma semana após a OMS declarar o estado de pandemia, em Cingapura, aconteceram os Jogos Asiáticos da Juventude, com uma série de medidas e planos de ação, que garantiram a biossegurança do evento (LIM *et al.*, 2010).

O México, que foi o epicentro da pandemia, consequentemente foi um dos mais afetados, assim como a Copa Libertadores. A competição foi uma das principais por essa pandemia de 2009, uma vez que os clubes mexicanos foram excluídos, pois não poderiam jogar no seu território, tampouco viajar para outros país. O Chivas Guadalajara e o San Luís, foram os afetados pela mediada e na edição seguinte os clubes puderam "continuar" do mesmo ponto que estavam na temporada anterior. Diversas outras competições optaram por adiar ou cancelar o eventos em território mexicano, que posteriormente, se expandiu para algumas áreas regiões dos EUA e para os países central-americanos, como a série de corridas A1 GP.

Ebola – 2014

O ebola é um vírus que provoca uma doença relativamente nova em seres humanos, em comparação com outras doenças que são seculares, como a varíola ou o câncer. Surgiu em 1976, às margens do Rio Ebola, no Congo e após diversos momentos de surto e controle da doença, a mesma ressurgiu na parte central e ocidental da África em 2013 (MAPHANGA; HENAMA, 2019).

Quadro 2. Ilustração dos países com transmissão e distribuição generalizada e intensa de casos

País	**Total de casos**	**Mortes confirmadas**	**Período**
Guiné	1919 casos	1166 mortes	11 nov. 2014
Libéria	6878 casos	2812 mortes	10 nov. 2014
Serra Leoa	5586 casos	1187 mortes	11 nov. 2014
Mali	5 casos	60-61 mortes	2014
Nigéria	20 casos	8 mortes	10 out. 2014
Senegal	1 caso	Senegal foi declarado livre do Ebola	17 out. 2014

Fonte: MAPHANGA; HENAMA, 2019 p. 4 – Tradução Nossa.

 ISBN: 1981-1047

O surto de 2013, em Guiné impactou de forma direta a maior competição entre nações do continente africano, a Copa Africana de Nações, que inicialmente seria realizada no Marrocos, foi assombrada pela crise sanitária instaurada no continente e infladas pela mídia árabe, uma vez que quatro dos países contaminados já estavam confirmados no torneio, assim as autoridades marroquinas desistiram do torneio (MOREAU; WILSON; DUAULT, 2021). A desistência da sede causou um desconforto entre a CAF (Confederação Africana de Futebol) e o Governo do Reino do Marrocos, que implicou numa retaliação, a suspensão do país do torneio. O país que esperava um aumento de 10% do PIB, em 2013, por influência da cadeia produtiva do turismo, entendeu que a Copa de Nações pouco influenciaria nesse valor (MAPHANGA; HENAMA, 2019).

Outros casos

Neste tópico daremos espaços para as doenças que causam impactos mínimos nos (mega)eventos esportivos, mas que devem ser considerados pela oportunidade histórica.

A FIFA monitorou de perto a situação da EEB (Encefalopatia Espongiforme Bovina), popularmente conhecida como "doença da vaca louca", que vitimou algumas pessoas no Japão meses antes da Copa do Mundo de Futebol de 2002. Nas Olimpíadas de Sydney (2000), a situação é atípica, no qual o evento seria realizado na primavera, período este, que há excesso de pólen no ar e que poderia dificultar a respiração dos atletas, mas não se teve relatos de complicações. Em 2006, a Alemanha se mostrou preocupada através de diversos membros do Governo, como Bärbel Höhn, parte do parlamento alemão, com a popularmente chamada de Gripe Aviária (H5N1), tais considerações foram de encontro com coordenador do programa de combates de pandemias da OMS, Klaus Stöhr, no entanto a biossegurança do evento foi assegurada (UOL, 2006). Por fim, o vírus da Zika foi assunto meses antes das Olimpíadas no Rio de Janeiro (2016). A cidade passava por um surto da doença, além da Chikungunya e da Dengue, diversos atletas desistiram da competição e cientistas pediram até o adiamento dos jogos através de uma carta aberta direcionada ao COI e a OMS (OMS, 2016); (ATTARAN, 2016), que garantiram a Zika como de baixo risco, assim os jogos aconteceram normalmente (FAPESP, 2017). Nesse mesmo ano, Porto Rico teve um surto de Zika e após pressão dos atletas e da população, a MLB (Liga Profissional de Beisebol – EUA) tirou os jogos que seriam realizados na ilha caribenha.

 ISBN: 1981-1047

O SARV-COV 2, o vírus que parou o mundo

A pandemia do coronavírus produziu impactos em diversos setores da economia e não poderia ser diferente no setor de esportes, que envolve toda uma cadeia produtiva. Neste sentido, diversos eventos foram impactados, como os Jogos Olímpicos, a respeito da Maratona de Vancouver (Canadá) e o Torneio de Wimbledon (Reino Unido). O Comitê Local dos Jogos Olímpicos de Tóquio, estima um custo adicional de US$ 2,4 bilhões, em virtude do adiamento para o ano de 2021 e é apenas uma das diversas outras competições do mundo esportivo que foram afetadas.

A COVID- 19 vem causando os maiores impactos a nível global desde a gripe espanhola, os confinamentos (*lockdown*) impostos pelos países quase paralisaram países inteiros por semanas, quebrando as redes do capital e causando danos graves na economia global. A intensidade dos impactos da COVID-19, talvez sejam maiores que os de outras doenças, mas não é exclusivo, o esporte sempre foi afetado. É prematuro afirmar com precisão todos os danos causados pela COVID, sejam eles sociais ou econômicos, entretanto é de nosso conhecimento, que o ramo cultural foi um dos mais afetados pela brusca parada na economia. Sendo o esporte todo interligado na rede da globalização, quando paralisado, toda a cadeia produtiva do esporte é afetada, desde os vendedores ambulantes no entorno dos estádios, as companhias de transporte, os clubes, todos foram diretamente afetados, uma vez que as principais competições estão ocorrendo sem público. Até o momento, há dúvidas se as Olimpíadas, de fato, acontecerão em 2021, o impacto político da COVID-19 sob o Primeiro Ministro do Japão foi intenso. Inicialmente, prometeu através do Comitê Organizador de Tóquio a fazer os Jogos mais baratos da história, fato esse que se inverteu após adiar os Jogos Olímpicos para 2021, além de que desde a Segunda Grande Guerra, as Olimpíadas não foram interrompidas, entretanto as epidemias são comuns e presentes no esporte.

Listar todos os eventos esportivos, de naturezas e categorias diversas, afetados pela COVID-19, resultaria numa compilação de milhares de competições esportivas, todavia destacaremos os principais torneios. Um adendo ao Torneio de Wimbledon (Tênis), que faz pagamentos anuais próximos a US$ 2 milhões a uma seguradora, que assegura uma indenização, para caso algo acontecesse e impedisse a realização da competição. É o único caso de uma competição de magnitude considerável, que teve seu impacto reduzido, o seguro do torneio incluí catástrofes naturais e instabilidades na biossegurança, como a atual crise sanitária (ESPN, 2020).

 ISBN: 1981-1047

Partindo da ótica das relações de poder, a FIFA, o COI e outras organizações supranacionais esportivas, não se apegam ao relacionamento apenas com os Estados nacionais, esse diálogo é expandido a outras figuras importantes que compõem a governança global, tais atitudes inserem as ONGI's nas relações internacionais.

> É interessante para o Estado, importante ator dentro da governança global, que associe seu nome à organização de um evento desportivo. Torna-se atrativo sediar um grande evento FIFA, além da visibilidade que o país terá (sob os pontos de vista social, político e econômico). Há também um sentimento ideológico-nacionalista da população, a movimentação da economia, além do fato de que o país-sede se torna polo turístico mundial durante o evento. O soft power se observa através de atos nos quais a FIFA tem como objetivo atrair a confiança de seus parceiros. Um elemento que se observa, por exemplo, é que a FIFA possui seu site em cinco idiomas (inglês, espanhol, francês, alemão e árabe), mas também, de acordo com o próximo país-sede da Copa do Mundo de futebol masculino – seu maior evento – há também o idioma do país no site (PIZZARO, 2017 p. 14-15).

As entidades esportivas procuram atrelar sua imagem as boas práticas, costumes e morais universais, que condizem com a prática esportiva, participando de programas de propagação da paz, como o *Handshake for Peace,* de desenvolvimento social, dentre outros.

> Mas os elementos do discurso da FIFA de seu objetivo de responsabilidade social ficam claros nos programas da entidade. Os principais deles, alguns em parceria com a ONU e ONGs, são: Fair Play; Say no to Racism; Handshake for Peace; Football for Hope; Football for the Planet; Together, we can beat Ebola (PIZZARO, 2017 p. 11).

Apegando-se aos programas de desenvolvimento social, que atuam há mais de 35 anos na FIFA, é possível observar a busca da entidade por criar programas de ajuda humanitária, como o programa do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), na Namíbia, uma ação conjunta da entidade, o COI e a ONU, tais relações foram intensificadas com a campanha "Juntos podemos para o HIV e a AIDS" (PIZARRO, 2015). São projetos que buscam atrelar a imagem da FIFA à causas humanitárias comuns.

 ISBN: 1981-1047

Quadro 2. Principais competições afetadas pela pandemia do SARS-CoV-2

Ano	Organizador	Competição	Local	Status
2020	COI	Jogos Olímpicos de Verão	Toquio, Japão	Adiado para 2021
		Jogos Paralímpicos		
	Boston Athletic Association	Maratona de Boston	Boston, Estados Unidos	Cancelada
	FIA	Formula 1	Competição global	Corridas adiadas, e mudança no local das provas e suspensão de provas
	FIM	Campeonato Mundial de MotoGP		
	UCI	WorldTour de 2020		
	UEFA	Eurocopa de Futebol Masculino	Diversas sedes pela Europa	Adiado para 2021
		Liga dos Campeões de Futebol Masculino	Europa	Adiamento das partidas.
		Liga Europa		
	CONMEBOL	Copa América de Futebol Masculino	Argentina e Colômbia	Adiado para 2021
		Copa Libertadores da América Masculino	América do Sul	Adiamento das partidas.
		Final - Copa Libertadores da América Masculino	Rio de Janeiro	Adiado para 2021
		Copa Libertadores da América Feminino	Santiago, Chile	Foi adiado para 2021 e sede foi transferida para Argentina.
	CONCACAF	Liga dos Campeões da CONCACAF	América do Norte e Central	Suspensa
	AFC	Liga dos Campeões da Ásia	Ásia	Adiamento das partidas.
	ITF e LTA	Torneio de Wimbledon	Londres	Suspensa
	ITF e FFT	Torneio de Roland Garros	Paris	Adiado para setembro
	ITF e USTA	US Open	Nova York	Diversos atletas desistiram da competição
	NFL	NFL	Estados Unidos	Foi adiada por 30 dias
	NBA	NBA		Adiamento das partidas.
	NHL	NHL		
2021	CAF	Copa Africana de Nações	África	Adiada para 2022
	FISU	Universíada de Verão	Chendbu, China	
	EOC	Festival Olímpico Europeu da Juventude	Banská Bystrica, Eslováquia	
	FIFA	Mundial de Clubes	China	Adiada para 2023
	COI	Jogos Olímpicos de Verão da Juventude	Dakar, Senegal	Adiada para 2026

Fonte: O próprio autor

 ISBN: 1981-1047

Durante a crise de ebola, na África Ocidental, a FIFA efetivou a primeira campanha de saúde de emergência de sua história. Liderando o projeto, a entidade contou com o auxílio da ONU, através da OMS e do Banco Mundial, para o combate da doença, assim a entidade não apenas utiliza o esporte através do *Soft Power*, como também, beneficia-se do contexto, em situação epidemiológica.

Até a escrita deste artigo, os Jogos Olímpicos continuam confirmados para julho de 2021, mas a incerteza do contexto, em que a vacinação vem sendo feita de maneira desigual pelos territórios, ainda geram questionamentos dessa premissa. O COI e a UEFA (União das Associações Europeias de Futebol) ainda não anunciaram quaisquer medidas específicas para serem realizadas durante seus eventos de combate e prevenção ao coronavírus a todos os participantes, em seus respectivos eventos, os Jogos Olímpicos e a Eurocopa Masculina de Futebol, entretanto a CONMEBOL, uma autarquia esportiva e braço da FIFA na América do Sul, recebeu uma doação de cinquenta mil doses da vacina feita pelo laboratório Sinovac (Chinês), para garantir a biossegurança do seu evento, a Copa América de Futebol (Argentina e Colômbia), se tornando a primeira organização civil do mundo a realizar vacinado. A doação constata, que a China não apenas faz suas estratégias baseadas no *Soft Power* (OLIVEIRA, FERNANDES, 2020) com Estados Nações, mas agora, busca produzir essa relação com entidades esportivas, uma vez que as mesmas controlam o esporte, o maior impulsionador de informações neste século XXI.

Considerações finais

Em outros momentos da história, eventos foram cancelados, adiados ou tiveram suas sedes substituídas por impactos de epidemias, como a Copa Africana de Nações de 2015 e os Jogos Pan-Americanos de 1975. A geografia busca a compreensão mais ampla da análise espacial, nos cenários da globalização, espacialização e cartografia, demografia, urbanização, economia e política e neste trabalho abordamos os eventos esportivos que foram diretamente influenciados por doenças impulsionadas pela globalização.

Até a escrita deste artigo, a pandemia causada pelo COVID-19 (SARS-CoV-2) ainda se faz presente, o que nos impede de tecer considerações maiores, contudo o ano de 2020 nos ofereceu uma série de fatos inéditos. Pela primeira vez os Jogos Olímpicos foram adiados e ainda se questiona a realização do mesmo em 2021, diversos (mega)eventos foram postergados ou cancelados em virtude da pandemia.

 ISBN: 1981-1047

Apesar do ano de 2020 ser atípico, ele não é exclusivo. Pudemos observar que na história recente do esporte, as doenças se fizeram presentes na agenda esportiva, mas o impacto socioeconômico e político ocasionado pelo novo coronavírus é inédito. Nunca antes, a indústria do esporte sofreu um impacto dessa magnitude e atingindo todos os níveis dessa cadeia de forma simultânea.

As ONG's estão aplicando e estão sendo influenciadas pelas estratégias do *Soft Power*, uma vez que o poder das mesmas são comparados ao dos Estados nacionais, o contexto de crises sanitárias se faz oportuno para este meio de propagação do poder, assim os agentes internacionais intensificam seu poder de atuação na governa global.

Referências Bibliográficas

ANDRÉS, F.C. **O Esporte em tempos de pandemia:** Um olhar desde Ibero-América. Montevidéu; Paris: Documento síntese – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, 2020. Disponível em: https://bit.ly/3u54tVa. Acesso em: 17 abr. 2021.

ATTARAN et al., Off the podium: why public health concerns for global spread of zika virus means that Rio de Janeiro's 2016 Olympic Games must not proceed. **Harvard Public Health Review**, Cambridge, v. 10, primavera 2016. Disponível em: https://bityli.com/P0Xd4. Acesso em: 30 abr. 2021.

ATHAYDE, P et al. O esporte como direito a cidadania. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 19, n. 2, abr.-jun. 2016. DOI: 10.5216/rpp.v19i2.34049. Disponível em: https://bit.ly/3eDY6RZ. Acesso em: 28 abr. 2021.

BARATA, R. B.; MORAES, J. C. A doença Meningocóccica na Cidade de São Paulo durante o Século XX. In: MOTA A.; MARINHO, M. G. S. M. C.; FILHO, C. B.(orgs). **As Enfermidades e suas Metáforas**: Epidemias, Vacinação e Produção de Conhecimento. São Paulo: Coleção medicina, saúde e história, 2015. v. 7, cap 5, p. 95-112. Disponível em: https://bit.ly/32WzQVG. Acesso em: 28 abr. 2021.

BEZERRA, A. C. V. A Geografia da saúde frente à crise da pandemia de COVID-19. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, Dossiê "Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 135-151, mês dez, 2020. ISSN: 2176-5774. Disponível em: https://bityli.com/eZqWn. Acesso em: 29 abr. 2021.

BONIFACE, P. **Football et mondialisation.** 2ª ed. Paris: Armand Colin, 2010. ISBN: 978-22-002-4833-8.

BONIFACE, P. **Géopolitique du sport**. Paris: Armand Colin, 2014. ISBN: 978-22-002-8961-4.

CAMPOS, F.; ALFONSI, D. **Futebol** objeto das Ciências Humanas. 1ª ed. São Paulo: Leya, 2014. ISBN: 978-85-8181-595-4

CASTILO, D. Um vírus com DNA da globalização: o espectro da perversidade. **Pragmatismo Político**. [S.l.] 2020. Disponível em: < https://bit.ly/3ubKeFn ≥. Acesso em: 18 fev. 2021.

CARDAZZI, A. et al. Professional Sporting Events Increase Seasonal Influenza Mortality in US Cities. (2020). **Economics Faculty Working Papers Series,** Morgantown, n. 20 v. 08 p. 1-53, 16 jun. 2016. Disponível em: https://bit.ly/3voXXsj. Acesso em: 20 abr. 2021.

CATELAN, M. J. **Heterarquia Urbana**: Interações espaciais interescalares e cidades médias. 227f. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, ago. 2012.

CHAIM, A. R. M. **A bola e o chumbo:** futebol e política nos anos de chumbo da ditatura militar brasileira. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. DOI: 10.11606/D.8.2014.tde-02042014-095412. Disponível em: https://bit.ly/2S8NXVY. Acesso em: 13 dez. 2019.

CHINAGLIA, P. H. A vulnerabilidade da globalização financeira: reflexões sobre os impactos da pandemia coronavírus na economia global neoliberal em 2020. **Espaço e Economia [online]**, Rio de Janeiro, n. 20, 23 dez. 2020. DOI: 10.4000/espacoeconomia.17523. Disponível em: https://bit.ly/3xxrnGu. Acesso em: 27 abr. 2021.

COELHO, J. N. Ondulando a bandeira: futebol e identidade nacional. **Relações Internacionais**, Portugal, v. 1, n. 2, p. 119-140. Disponível em: https://bit.ly/3gL3W6G. Acesso em: 30 mar. 2021.

DAMO, A. S. **Futebol e identidade social**: uma leitura antropológica das rivalidades entre torcedores e clubes. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002. ISBN: 8570256353 Disponível em: https://bit.ly/3gNc86o. Acesso em: 20 out. 2019.

DUARTE, O. **A história dos esportes**; 6a ed., Editora Senac, São Paulo, 2013.

FAVERO, P.M. **Globalização, mercantilização e geopolítica do futebol.** 2006. 60f. Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. DOI: 10.11606/D.8.2010.tde-08032010-115743. Disponível em: https://bit.ly/3aLwZ6u. Acesso em 28 abr. 2021.

FONT, A. Dispersão e difusão na região metropolitana de Barcelona. In: REIS FILHO, Nestor G. (Org.). **Dispersão urbana**: diálogo sobre pesquisas Brasil - Europa. São Paulo: LAP - Laboratório de Estudos sobre Urbanização, Arquitetura e Preservação da FAU/USP, 2007, p. 61-73.

GAMA NETO, R. B. Impactos da COVID-19 sobre a economia global. **Boletim de Conjuntura**, Boa Vista, n. 5, v. 2, p. 113-127, maio 2020. DOI: http://dx.doi.org/10.5281/zenodo.3786698. Disponível em: https://bit.ly/3vp05Aj. Acesso em 18 fev. 2020.

Gripe aviária na Alemanha gera terror biológico às vésperas da Copa. **UOL ESPORTES**, São Paulo, 21 fev. 2006. Disponível em: < https://bit.ly/3vjffai >. Acesso em: 27 abr. 2021.

GOMES, P. S; CALDEIRA, R. F. C. O que a rede urbana-regional do Brasil tem a dizer sobre o avanço da Covid-19? Ponderações para uma agenda urbana-regional atual e pós pandemia. **Revista Espaço e Economia[online]:** Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, n. 20, 26 dez. 2020. DOI: 10.4000/espacoeconomia.17912. Disponível em: https://bityli.com/l3OUd. Acesso em 29 abr. 2021.

GULLO, M. C. R. A economia na pandemia COVID-19: Algumas considerações. **Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidades**, Caxias do Sul, n. 12 (3 - Especial COVID 19), p. 1-8, dez. 2020. DOI: http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i3a05. Disponível em: https://bit.ly/2QZ9uQh. Acesso em: 21 abr. 2021.

GUNDLAPALLI, A. et al. Influenza, Winter Olympiad, 2002. **Emerging infectious diseases**, Atlanta, v. 12 n.1, p. 144-146, jan. 2006. DOI: https://doi.org/10.3201/eid1201.050645. Disponível em: https://bit.ly/3xsF49P. Acesso em: 27 abr. 2021.

HALL, C. M. Urban entrepreneurship, corporate interests and sports mega-events: the thin policies of competitiveness within the hard outcomes of neoliberalism. In: HORNE, J; MANZENREITER, W. (Ed.). **Sports Mega-Events: social scientific analyses of a global phenomenon**. (Número Especial: The Sociological Review Monograph Series) Thousand Oaks: 1 dez. 2006. v. 54, p. 59-70. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.2006.00653.x. Disponível em: https://bit.ly/3ntbOuZ. Acesso em: 28 abr. 2021.

HALL, S.; GAY, P. **Questions of cultural idenrify**. Thousand Oaks: SAGE Publications Ltd, 31 maio 2012. Online ISBN: 9781446221907. DOI: http://dx.doi.org/10.4135/9781446221907. Disponível em: https://bit.ly/3u3u2G3. Acesso em: 28 abr. 2021.

HOBSBAWM, E. **Nações e nacionalismos desde 1780**. São Paulo: Paz e Terra, 1991. Disponível em: https://bit.ly/3gKWics. Acesso em 28 abr. 2021.

IATA. **Resumo anual**. Montreal, 2019. Disponível em:<https://bit.ly/3eAVaWb>. Acesso em 18 jam. 2021.

LAURELL, A. C. A saúde doença como processo social. **Revista Latinoamericana de Salud,** Cidade do México, v. 2, p. 7-25. Trad. E. D. Nunes. 30 abr. 2008. Acesso em: https://bit.ly/3u14w44. Acesso em: 28 abr. 2021.

LIM, H. C et al. The influenza A (H1N1-2009) experience at the inaugural Asian Youth Games Singapore 2009: Mass gathering during a developing pandemic**. British Journal of Sports Medicine**, Reino Unido, v. 44, p. 528-532, 2 jun. 2010. DOI: http://dx.doi.org/10.1136/bjsm.2009.069831. Disponível em: https://bityli.com/wzz9E. Acesso em 29 abr. 2021.

LONGMAN, J. SOCCER; U.S. Replaces China As Host of Soccer's Women's World Cup. **The New York Times**, Nova York, 27 mar. 2003. Disponível em: https://nyti.ms/2QZazaN. Acesso em: 27 abr. 2021.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Revista do PPGAV/EBA/UFRJ**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dez. 2016.

MAPHANGA, P.; HENAMA, U. The Tourism Impact of Ebola in Africa: Lessons on Crisis Management. **African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure**, Helderkruin, v. 8, n. 3. p. 1-13. Disponível em: https://bityli.com/sA7oM. Acesso em: 30 abr. 2021.

MASCARENHAS, G. Geografia dos Esportes, Uma Introdução. **Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais**, Barcelona, n. 35, 1999. Disponível em: < https://bit.ly/2QBDH8c>. Acesso em: 12 set. 2020.

MASTERS. R. How rugby league survived the Spanish Flu a hundred years ago. **The Sydney Morning Herald.** Sydney, 18 mar. 2020. Disponível em: < https://bit.ly/3vuR4G9 >. Acesso em 27 abr. 2021.

MELO, V. A.; FORTES, R. A. História do esporte: Panorama e perspectivas. **Fronteiras: Revista de História – PPGH/FCH/UFGD**, Dourados, v. 12, n. 22, p. 11-35, jul. - dez. 2010. Disponível em: https://bit.ly/3aLb5Ah. Acesso em 28 abr. 2021.

MOREAU, N.; ROY, M.; WILSON, A.; DUAULT, L. A. **"Life is more important than football":** Comparative analysis of Tweets and Facebook comments regarding the cancellation of the 2015 African Cup of Nations in Morocco. **International Review for the Sociology of Sport [online]**, v. 56, n. 2, p. 252-275, 20 jan. 2020. DOI: https://doi.org/10.1177%2F1012690219899610. Disponível em: https://bityli.com/1wMm7. Acesso em: 30 abr. 2021.

Não deu zika nas Olímpiadas no Rio. **Pesquisa Fapesp**. 260ª ed. São Paulo, out. 2017. Disponível em: https://bityli.com/cSUfQ. Acesso em 30 abr. 2021.

OLIVEIRA, A. C. G. de; FERNANDES, F. G. C. Soft power em tempos de quarentena: as estratégias da diplomacia chinesa em meio à pandemia de Covid-19. **Boletim de Economia e Política Internacional – BEPI**, Brasília, n. 27, maio-ago. 2020. Disponível em: https://bityli.com/Dkiwi. Acesso em 30 abr. 2021.

OLIVEIRA, V. H. N. O papel da geografia diante da pandemia da COVID-19. **Boletim de Conjuntura**, Boa Vista, n. 3, v. 7, 26 jun. 2020. DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.3909889. Disponível em: https://bit.ly/2QAxqcM. Acesso em 18 fev. 2020.

OMS. **Pandemic H1N1 2009**: Report of Regional Consultation on Pandemic H1N1 2009 and Strengthening Country Capacity for Pandemic Preparedness. Tailândia, 9-11 jul. 2009. Disponível em: https://bityli.com/iezLl. Acesso em: 30 abr. 2021.

OMS. **Organização Mundial da Saúde [online]**. Zika virus and the Olympic and Paralympic Games Rio 2016, 12 maio 2016. Disponível em: <https://bityli.com/RM4MB>. Acesso em 30 abr. 2021.

OMS. **WHO-convened Global Study of Origins of SARS-CoV-2**: China Part. Genebra, 30 mar. 2021. Disponível em: https://bit.ly/3xo5QQC. Acesso em 27 abr. 2021.

OMT. **Destaques do Turismo Internacional**. Madrid, 2019. DOI: https://doi.org/10.18111/9789284421152. Disponível em: <https://bit.ly/3eAkdIZ>. Acesso em 20 jan. 2021.

ORR, H, et al. Cluster of meningococcal disease in rugby match spectators. **Communicable Disease and Public Health**, Bethesda, n. 4, v. 4, p. 316–318, dez. 2001. Disponível em: https://bit.ly/2QtkGox. Acesso em: 27 abr. 2021.

PIZZARO, J. O. A FIFA e o Soft Power do futebol nas Relações Internacionais. **Recorde: Revista de História do Esporte**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 1-19, jul.-dez. 2017. Disponível em: https://bityli.com/dovH4. Acesso em: 30 abr. 2021.

PIZZARRO, J. O. **FIFA e Governança Global**: atuação a partir da análise do soft power (1990-2015). 2015. 105 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Instituto de Filosofia, Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas, 5 nov. 2015. Disponível em: https://bityli.com/ftCe4. Acesso em 30 abr. 2021.

PRONI, M. W. A economia do esporte em tempos de Copa do Mundo. **ComCiência**, Campinas, n. 157, abr. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3nvfaxs>. Acesso em 28 abr. 2021.

RUBIO, K. Do Olimpo ao pós-olimpismo: elementos para uma reflexão sobre o esporte atual. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 130-143, jul.-dez. 2002. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2594-5904.rpef.2002.138705. Disponível em: https://bit.ly/3xwYOZZ. Acesso em: 28 abr. 2021.

RUBIO, K. Ética e compromisso social na psicologia do esporte. **Psicologia: Ciência e Profissão [online]**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 304-315, jun. 2007. DOI: https://doi.org/10.1590/S1414-98932007000200011. Disponível em: https://bit.ly/2R7FPUY. Acesso em 28 abr. 2021.

SCHNEIDER, C.; TAVARES, M.; Musse, C. O retrato da epidemia de meningite em 1971 e 1974 nos jornais O Globo e Folha de S. Paulo. RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, out. - dez. 2015. DOI: https://doi.org/10.29397/reciis.v9i4.995. Disponível em: https://bit.ly/3tYFwKJ. Acesso em: 27 abr. 2021.

SENHORAS, Elói Martins. Novo coronavírus e seus impactos econômicos no mundo. **Revista Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 1, n. 1, p. 39-42, 2020. DOI: http://doi.org/10.5281/zenodo.3761708. Disponível em: https://bityli.com/l3OUd. Acesso em: 29 abr. 2021.

SILVA, E. S. P. **A Geopolítica dos esportes e o papel dos Brics na organização de megaeventos**. 2019. 106f. Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2019.

SILVEIRA, A. J. T.; MARQUES, R. C. A Epidemia de Meningite em Minas Gerais na Década de 1970. In: MOTA A.; MARINHO, M. G. S. M. C.; FILHO, C. B.(Orgs.). **As Enfermidades e suas Metáforas**: Epidemias, Vacinação e Produção de Conhecimento. São Paulo: Coleção medicina, saúde e história, 2015. v. 7, cap 4, p. 71-94. Disponível em: https://bit.ly/32WzQVG. Acesso em: 28 abr. 2021.

STOECKER, C et al. Success is something to sneeze at: Influenza mortality in cities that participate in the Super Bowl. **American Journal of Health Economics**, Chicago, v. 2, n. 1, p. 125-143,

Inverno, 2016. DOI: http://dx.doi.org/10.1162/AJHE_a_00036. Disponível em: https://bit.ly/3xv7hgh. Acesso em: 27 abr. 2021.

STOOS, K. B.; DICHTER, H. Will coronavirus cancel the Olympics and others big sporting events. **The Washington Post**, Washington, 5 mar. 2020. Disponível em: https://wapo.st/3gLsLiP. Acesso em 27 abr. 2021.

TALHA, N et al. H1N1 Influenza. **NCBI - National Center for Biotechnology Information**, Bethesda, 30 nov. 2020. Disponível em: < https://bit.ly/3ns2wiU>. Acesso em: 27 abr. 2021.

The cradle of football. **FIFA.com**, Zurique, 19 out. 2004. Disponível em: https://fifa.fans/3nBdd2H. Acesso em 28 abr. 2021.

TOLEDO JR. A.C.C.; História da Varíola. **Rev. méd. Minas Gerais**, v. 15, n. 1, p. 58-65, jan-mar. 2005. Disponível em: < https://bit.ly/3xvevko>. Acesso em 27 abr. 2021.

TYLOR, E. B. **Primitive culture**: researches into the development of mythology, philosophy, religion, language, art, and custom. Londres: Murray, 1920. OCLC: urn:oclc:record:848435487. Disponível em: https://bit.ly/3u4H9qn. Acesso em: 28 abr. 2021.

VRANJAC, A. **Meningites de etilogia indeterminada no municpios de São Paulo, 1960 a 1977.** 1988. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988. DOI: 10.11606/T.6.2018.tde-05012018-092602. Disponível em: https://bit.ly/3dW3MaQ. Acesso em: 28 abr. 2021.

WILLIAMS, C. J et al. FIFA World Cup 2006 in Germany: Enhanced surveillance improved timeliness and detection. Epidemiology & Infection. **Cambrigde University Press**, Cambrigde, v. 137, n. 4, p. 597-605, 31 jul. 2008. DOI: https://doi.org/10.1017/S095026880800112X. Disponível em: https://bit.ly/2Qu4RxV. Acesso em: 27 abr. 2021.

Wimbledon pagou seguro em caso de pandemia por 17 anos e agora receberá R$ 722 milhões mesmo com torneio cancelado. **ESPN.com**, 9 abr. 2020. Disponível em: https://bityli.com/glOl5. Acesso em: 1 maio 2021.

POROSIDADE TERRITORIAL, PODER POLÍTICO E VIDA DE RELAÇÕES NA FRONTEIRA DO HAITI

GT - Geografia Política e Geopolítica

Guerby Sainte
guerby20102010@gmail.com
Universidade Estadual de Campinas

Resumo

O objetivo deste trabalho é levantar algumas considerações sobre a porosidade territorial, poder político e vida de relações na fronteira do Haiti em relação às suas atividades econômicas e comerciais fronteiriças. Há uma escassez de estudos históricos, sociológicos e, sobretudo, geográficos haitianos, feitos por haitianos sobre esse tão importante processo explicativo da vida de relações na ilha. Em relação à natureza da faixa de fronteira que foi implementada pelos dois Estados, a geografia insular não pode ser explicada sem o reconhecimento do papel histórico que desempenha a fronteira, tanto para dividir quanto para compartilhar. Tais divisões socioterritoriais entre os países, que historicamente foram colonizados, mostram plenamente a ligação com o espaço geográfico da fronteira, dadas a incorporação desses territórios nas redes comerciais.

Palavras-chave: Fronteira; formação socioespacial; Haiti; porosidade territorial

1. Introdução

A fronteira entre Haiti e a República Dominicana representa o limite de jurisdição e de soberania territorial e geoestratégica dos dois Estados. Assim, parte-se de uma abordagem de que os episódios mais recentes particularizam as metodologias que se desdobram na história das faixas de fronteira entre esses dois países coloniais, que nem sempre possuíram um traçado notoriamente fixado, mesmo depois de seu mapeamento. Apesar disso, a fronteira foi considerada como linha convencional que é mais ou menos reforçada, sujeita aos diversos eventos geográficos.

A técnica de reprodução espacial dos sistemas temporais, dado que cada nova organização temporal não pode reproduzir integralmente sua marca sobre a parcela do espaço alcançado. Nota-se que a dinâmica de estruturas históricas decorridas deixa marcas e possui traços históricos e justaposição de tempos, excluindo um espaço raramente acertado e metamorfoseado pela realização de renovação.

 ISBN: 1981-1047

Levando-se em conta o que foi observado na divisão da ilha, a formação socioespacial promovida como sistema de mediação não se restringe à capacidade dessa desenvoltura. Porém, do lado avesso, procura-o fortalecer por causa da perspectiva dinâmica entre os objetos espaciais, do arranjo das formas geográficas e estrutura territorial, que são geralmente representação política do espaço. Sendo assim, a formação que se interpõe às escalas geográficas e às organizações espaciais e também às escalas levam ao contexto de fixidez evolutiva para se revigorarem as esferas da economia e da política do espaço no período contemporâneo.

No momento em que se expressam as descontinuidades no sentido político de um Estado, respectivamente de um país, a formação socioespacial pode ser usada como espaço que revela a reminiscência ou diferentes períodos sócio-históricos da sociedade. Essa discussão feita sobre a teoria de periodização de espaço geográfico e formação socioespacial, é muito relevante para a pesquisa tanto sobre a fronteira e o território quanto sobre análise construída acerca da noção do espaço, está diretamente relacionada à formação sócio-histórica e espacial da ilha colonizada por França e Espanha.

Dessa forma, foi reconhecida geralmente como uma herança histórica, visto que o Haiti não pode chegar a se desfazer de sua própria história. Além disso, esses episódios mais recentes determinam as metodologias que se desdobram na história das regiões de fronteira da República Dominicana e do Haiti, que nem sempre possuíram um tracejado obviamente definido, mesmo depois de seu mapeamento.

Contudo, ela foi considerada como uma linha convencional que é mais ou menos ativada, subordinando-se aos acontecimentos geográficos. Acerca disso, estabeleceremos uma discussão sobre as diferentes fases dos eventos geográficos que levam posteriormente a uma divisão política da fronteira, não somente no período da conquista do espaço territorial por Cristóvão Colombo em 1492, mas também sobre a formação espacial e os usos presentes da fronteira entre o Haiti e a República Dominicana após o período colonial. É nesse contexto que a fronteira muda de lugar por meio dos acordos políticos entre os dois países coloniais e mantém-se um limite significativo,

O evento para divisão territorial entre os poderes coloniais foi iniciado a partir dos anos de 1697 até 1867, com o Tratado de *Ryswick*, assinado em 1697 entre França e Espanha. Esse Tratado concedeu a parte Oeste da ilha à França, que ocupou o espaço formando a

 ISBN: 1981-1047

colônia Santo Domingo, que, na época, possuía principalmente café e cana-de-açúcar cultivados sob-regime de exploração de milhões de escravos importados da África (THEODAT, 2003; ALFONSO, 2010). Como era a colônia mais próspera do Caribe, a França dependia muito de produtos de Santo Domingo, como açúcar, café, tabaco e índigo para o comércio internacional. Com indústrias muito intensivas em mão de obra, a população de Santo Domingo rapidamente se constituiu, em sua maioria, de escravos e de poucos colonos brancos ricos para administrar a ilha (HENOCHSBERG, 2016).

Depois da assinatura do Tratado do *Ryswick* entre as duas potências colonizadoras, essa época foi evidenciado um momento de tranquilidade para o território de Hispaniola, que prevaleceu para se desenvolverem aceleradamente os cultivos e plantações. No início de 1700, com o forte crescimento da mão de obra e uma maior ampliação de escravos na colônia, o açúcar alcançou um auge significativo. A força de trabalho escravista fez com que a colônia francesa se tornasse o primeiro produtor de açúcar nessa época e, com isso, a destinação principal do tráfico de escravos (BAUBRUN, 1860).

A nova política de importação de escravos africanos promovida pelos colonizadores franceses levou a ilha a uma rápida expansão do negócio da escravidão através do comércio triangular. Tal característica de negócio fez com que, no final do século XVII, a população escrava passasse a aumentar de 2.000, em 1681, para 12.000 em 1701. O fato marcante deste crescimento exponencial estava vinculado não só às grandes importações antes da revolução, mas também à natalidade limitada e à mortalidade muito alta entre os escravos. Em relação a isso, em 1767, o número de escravos importados era de 13.000; 27.000, em 1786; e de 40.000 em 1787. Os que ainda estavam vivos em Santo Domingo fortaleceram o crescimento da produção de açúcar e de café para a comercialização da metrópole.

Mesmo que a França e Espanha, através do Tratado de Ryswick (1697), tivessem concordado em compartilhar a ilha, esse Tratado não foi suficiente para acabar com os conflitos de interesses comerciais, políticos e econômicos com a grande produção de cana-de-açúcar e de café por meio do trabalho escravista, em condições mais competitivas do que as outras colônias da época. Tal fato levou as duas potências colonizadoras a negociarem sobre uma política de demarcação da fronteira.

É nessa perspectiva que, em 1777, o Tratado de *Aranjuez* concedeu o primeiro esboço de linha divisória entre a Espanha e a França. A linha de demarcação da fronteira existente

 ISBN: 1981-1047

não possuía força prática, dado que legislava sobre as terras dos poderes coloniais em rivalidade, essencialmente do lado espanhol, que, no final do século de XVIII, era uma colônia muito mais pobre e despovoada que sua contraparte francesa. Assim, as cidades ligadas que se posicionam na proximidade dos portos/postos transfronteiriços e no litoral são afastadas do resto do país.

Assim, o Tratado de Aranjuez definia as fronteiras entre as duas nações que permaneceram perpétua e invariavelmente fixadas na foz do rio Dajabón ou Massacre, no lado norte da ilha, e na foz do rio Pedernales/Anses-à-Pitre, no lado sul (MOUDDEN, 2006; ALFONSO, 2010). A Figura 1 mostra divisão política do Haiti e da República Dominicana, como previsto no Tratado de Aranjuez, em 1777, como apresenta a Figura 1.

Figura 1- Apresentação da estrutura cartográfica da ilha, 1776 – Demarcações da fronteira como prevista pelo Tratado de Aranjuez, em 1777

Fonte: Moreau de Saint-Méry (1776).

Assim, o espaço social relaciona-se ao espaço humano, lugar de vida e trabalho (morada do homem, sem determinações efetivas). Porém, o espaço geográfico é organizado pelo homem vivenciando em sociedade, e cada sociedade, historicamente, produz seu espaço como lugar de sua própria reprodução. Se for considerada a reprodução do território (café, cana-de-açúcar, algodão, anil etc.) da ilha pela exploração de mão de obra escravista pelos colonos franceses e espanhóis no período de colonização.

 ISBN: 1981-1047

Contudo, ao subordinar os períodos consecutivos ao modo de produção no qual interfere/controla ainda o desenvolvimento de outros sistemas, acaba por se tornar um objeto essencial da totalidade social e de suas dinâmicas da sociedade. Desse modo, tal categoria de formação econômica, espacial e social entre os dois Estados, está vinculada ao reconhecimento do espaço como uma instância social. Cabe observar, ainda, que, às vezes, a fronteira exterioriza algumas restrições econômicas por meio das normas estabelecidas entre os Estados pelo fato de que elas apresentam fluxos migratórios de mão de obra e pela presença dos circuitos de atividades comerciais.

A reflexão sobre o território para manter as formas de organizações do espaço econômico faz com que a mobilidade das pessoas se entrelace com os limites e, porventura, produza novas transformações nos espaços geográficos da fronteira devido à circulação dos fluxos (pessoas, capital e mercadoria). Por essa razão, há a necessidade de controle por meio de normas (nacionais e internacionais) e da administração aduaneira na gestão da circulação nas fronteiras.

Em relação à gestão da fronteira entre o Haiti e a República Dominicana através da franquia aduaneira, embora forneçam um mecanismo relativamente eficiente para a passagem de mercadorias através da fronteira sem pagar impostos, os mercados de fronteira não são o único meio de levar mercadorias informalmente (CFI, 2016). Ainda que haja poucas evidências, é possível subornar as estâncias aduaneiras para obter as mercadorias sem declará-las ou pagar menos impostos do que as obrigatórias. Posto isso, tais práticas existem em ambos os lados da fronteira e podem fugir dos registros estatais.

É importante ressaltar que atualmente, então, que as fronteiras porosas apresentadas como fronteira são indicadas por formas contraditórias e diversificadas de práticas da apropriação das trocas comerciais, recursos econômicos. No entanto, a fronteira põe em prática em função das desigualdades táticas de dominação, de hegemonia e de agenciamento na perspectiva de estabelecer o controle sobre os fluxos de mercadorias (MEZZADRA, 2016). Portanto, essas práticas ideológicas se efetivam na mobilização de usar a fronteira como mecanismo que possibilita convidar algumas facções para o usufruto, no âmbito do crescimento da riqueza e da competição com o motivo análogo que sarcasticamente comprova os limites, como parte do impulso da necessidade da ordem, da estabilidade e austeridade.

 ISBN: 1981-1047

Como ainda não existem políticas públicas que reconheçam as interações de fronteira, notadamente as imateriais, como socioculturais, funcionários daqueles organismos de controle nacionais, muitas vezes, por ignorar as práticas locais ou por considerá-las transgressivas dos territórios nacionais, acabam por tomar medidas arbitrárias, tais como o fechamento do posto de controle durante o período da noite pelos militares para controlar supostamente a circulação de mercadoria e de pessoas (REDON, 2010).

Nessa perspectiva, existe uma lógica entre a fixidez das fronteiras e a fluidez das informações. Portanto, as políticas de fechamento de fronteiras geralmente são alusivas (CATAIA, 2013). Assim, a porosidade territorial tem destaque na qualidade dos territórios nacionais que possibilita sua relação com o exterior, a partir de uma base institucional incumbida da regulação da mobilidade das pessoas e de mercadorias (ARROYO, 2001).

Assim sendo, no âmbito das cobranças de impostos estabelecidos pelo serviço alfandegário do lado dominicano, de acordo com relatório do *Centre de Facilition des Investissements* de 2016, a fraude pode ser explicada por dois aspectos. Ambos podem ser a consequência de isenção do imposto sobre valor agregado (IVA) ou TVA (*Taxe sur les Valeurs Ajoutées*) para os bens exportados concedidos pelo governo dominicano. Isso procede em um potencial admissível para as empresas que influenciam o sistema de diversas formas:

Em primeiro lugar, pelas mercadorias declaradas como exportações para a alfândega Dominicana que não entram no mercado haitiano. E, de fato, os caminhões que transportam esses bens voltam-se ao mercado dominicano, com a possibilidade de distorcer o jogo da competição através da economia de pagamento de seus impostos. Podemos perceber que o resultado de tal comportamento poderia ser um aumento artificial nas exportações reportadas em relação ao seu nível real.

Em segundo lugar, as mercadorias que são efetivamente exportadas para o Haiti podem ser supervalorizadas por uma empresa para aumentar a restituição do imposto cobrado. Portanto, o efeito de tal comportamento seria também um crescimento artificial nas exportações declaradas à alfândega dominicana em relação ao seu nível atual.

2. Metodologia

Para realizar esta pesquisa, procurou-se organizar, previamente, as metodologias que proporcionassem aproximação ao problema da pesquisa. Assim, realizaram-se um

 ISBN: 1981-1047

levantamento e revisão bibliográfica sobre teorias e conceitos relacionados a fronteira, interações especiais, que embasaram teoricamente a pesquisa, bem como sobre trabalhos acadêmicos que abordassem estudos sobre a dinâmica histórica, cultural, social e política do Haiti. Foi realizado também levantamentos de dados e informações primárias a respeito do comércio nas fronteiras. Com base nessas etapas, definiu-se um roteiro de visitas técnicas nessa região de fronteira haitiana para a coleta de dados e informações.

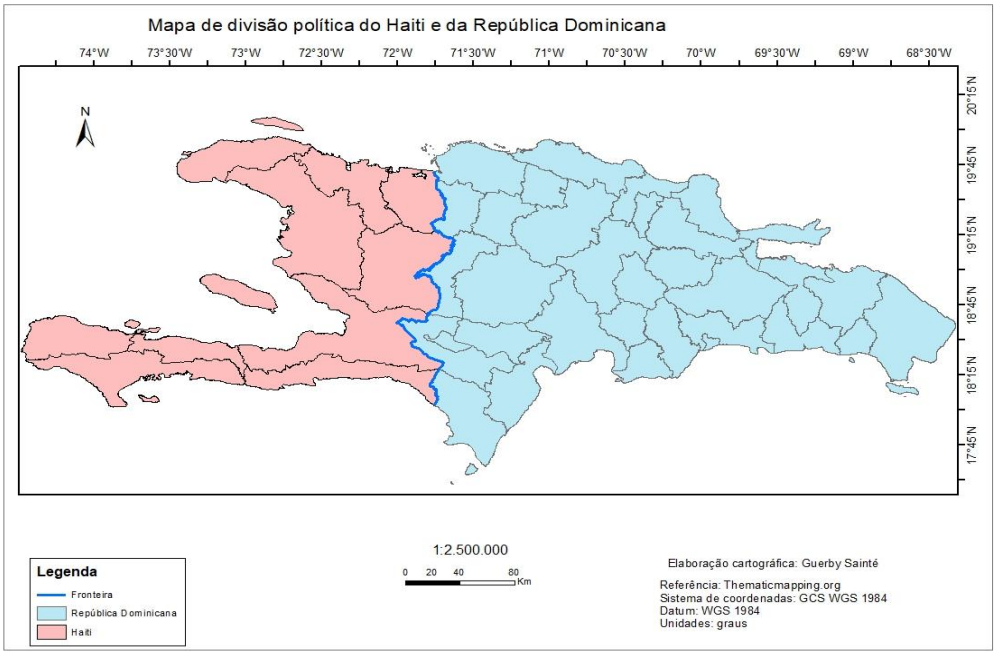
3. Fronteira do Haiti e suas interações espaciais

Haiti (10.700.000 habitantes) e República Dominicana (10.500.000 habitantes) compartilham a ilha de Hispaniola, porém, existe um profundo processo de diferenciação enraizado na divisão colonial realizada entre França e Espanha. Essa diferenciação herdada constitui uma espécie de "dupla insularidade" (THEODAT, 1998), marcada por considerável desigualdade socioeconômica, fortes diferenças culturais e pela inexistência de marcos institucionais (binacionais ou supranacionais) para a viabilização da integração fronteiriça (DE JESUS CERDANO; ALFONSO, 2005; ALFONSO, 2016).

A fronteira entre Haiti e a República Dominicana representa o limite de jurisdição e de soberania territorial e geoestratégica dos dois Estados. Assim, parte-se de uma abordagem de que os episódios mais recentes particularizam as metodologias que se desdobram na história das faixas de fronteira entre esses dois países coloniais, que nem sempre possuíram um traçado notoriamente fixado, mesmo depois de seu mapeamento. Apesar disso, a fronteira foi considerada como linha convencional que é mais ou menos reforçada, sujeita aos diversos eventos geográficos, como apresenta no Mapa 1, que mostra a nova divisão política do território do Haiti e da República Dominicana.

ISBN: 1981-1047

Mapa 1. Mapa de divisão política do Haiti e da República Dominicana



Fonte: Sistema de projeção cartográfica WGS1984, Thematicpping.org (2019). Elaboração própria do autor (2019).

Nesse caso, os dois Estados devem estabelecer esforços mais ampliados para impulsionar uma cooperação política, comercial e estratégica para proteger as áreas de fronteira e também as soberanias nacionais. Há uma importância crucial nacionalmente liderando o processo de relativização múltipla do Estado. Torna-se essencial para os fronteiriços e os contrabandistas que o Estado desempenhe uma função na luta pelo controle do território com consequência na dinâmica das técnicas de atravessamento e fortalecimento geopolítico dos episódios demográficos, da ampliação nas reflexões políticas de uma interdependência de Estado e da segurança de suas próprias fronteiras territoriais.

As análises de alguns autores, como Raffestin (1974; 1993); Foucher (1991; 2007); Alfonso (2010); Cataia (2010); Dorman e Cardin (2014) e Ferrari (2014); Mezzadra (2016), realçam que a fronteira não é considerada apenas um meio de diversificação territorial, é também um meio de distinção temporal. Assim, há uma unanimidade na literatura de que é com o surgimento do Estado Moderno que a fronteira linear ou limite, necessariamente demarcado e delimitado, torna-se fundamental para a construção do Estado, que precisou, especificamente, impulsionar os critérios de sua soberania territorial. Essa lógica, ainda assim,

 ISBN: 1981-1047

pertence à idealização moderna de fronteira como delimitação territorial e nacional do Estado.

No cenário atual, é importante considerar a característica polissêmica da área fronteiriça, que é o limite da jurisdição estatal. Na realidade, são áreas determinadas pelos Estados conforme os seus próprios interesses políticos e estratégicos, definida como uma faixa de fronteira. Esse limite, que pode ser natural ou artificial, contorna o remoto do território físico do Estado (CATAIA, 2013). Ademais, segundo Machado (2000), é um limite jurídico do território considerado como uma subjetividade conceituada e construída pela atividade institucional no contexto de estabelecer o domínio efetivo do Estado territorial, sendo uma ferramenta de fragmentação entre unidades políticas soberanas. Dado que a fronteira é também uma faixa oposta à linha do limite, os Estados implementam a ampliação desta faixa.

De tal forma, Mattos (1990) expõe que a fronteira é determinada como uma faixa de contato com outras soberanias, com espaço aéreo, com o mar e terrestre, nas quais as delimitações jurisdicionais e do direito de uso são controladas pelas leis internacionais. Nesse contexto, a fronteira se define como uma região sensível, na qual os direitos da soberania dos Estados se unem territorialmente. Destaca-se, por meio de uma observação feita sobre a fronteira que delimita o território do Haiti e da República Dominicana, que, segundo Moudden (2006), a fronteira é representada de maneira abstrata e notória em um mapa de divisão política. Porém, essa identificação é exteriorizada, uma vez absorvida na vida das comunidades fronteiriças, como uma realidade muito heterogênea e complexa.

Por uma eventual demarcação de território nacional, de controle estratégico e geopolítico estatal, a fronteira dos Estados apresenta um verdadeiro processo de significância a partir do estabelecimento do princípio westfaliano. Antigamente, essas instituições mal estipuladas defendiam/protegiam poderes frágeis e incapacitados de efetivar espantosa territorialização no espaço, contudo a fronteira move-se por um evidente processo de consolidação (CATAIA, 2011). Este processo se manifesta pela compreensão por parte do seu interesse, materializado e geoestratégico, no aprimoramento e na evolução dos mecanismos de territorialização e na incorporação de políticas orientadas para o espaço e a zona fronteiriça (FOUCHER, 1991, 2007). Ainda assim, a questão Pós-Guerra Fria mostrou

 ISBN: 1981-1047

uma recente noção da região de fronteira, que torna a ser porosa, atendendo à natureza dos fluxos transnacionais que se revelam à modernidade (CATAIA, 2013; MEZZADRA, 2015).

No contexto da natureza dos fluxos transnacionais que se estabelecem em diversas fronteiras, Haiti e República Dominicana não escapam ao evidenciar o processo de divisão política da ilha, marcado pelas interações sócio-históricas e comerciais transfronteiriças. Tais interações espaciais são fundamentais na particularização dos lugares e dos sistemas de diferenciações dos espaços, indicando as similaridades e as rupturas nas relações comerciais estabelecidas entre o Haiti e a República Dominicana. Esse contexto, que determina a organização do espaço geográfico e das cooperações bilaterais, possui as influências recíprocas e os efeitos produzidos nas escalas regional e nacional, repercutindo não só na relação política, mas também nas relações socioespaciais e econômicas.

Percebe-se que as cooperações bilaterais, ou seja, políticas e econômicas mantidas entre os dois Estados insulares, podem levar ao fortalecimento da economia dos países no intuito de trazer uma satisfação das populações, não só aos que mantêm uma vivência de fronteira. Também possuem um impacto sobre as diversas regiões dos países, tais como a criação de empregos e as trocas de mercadorias devido à circulação de fluxos de pessoas entre os dois Estados. Em relação aos acordos comerciais constituídos entre os dois países, a fronteira passa por uma série de mobilidade incessante de fluxos de mercadorias e transações internacionais entre os fronteiriços.

Em consequência disso, as regiões fronteiriças passam a sofrer uma nova forma de reconfiguração territorial e revitalizam a visão geográfica das áreas ao trazer uma relevância ao espaço territorial. E, ligada à fronteira do Haiti e da República Dominicana, evidencia um processo de desenvolvimento econômico, dada a atividade de troca promovida na faixa de fronteira pela população local. Em razão da dinâmica econômica e comercial na estrutura geográfica das fronteiras de dois países que tiveram uma herança colonial, torna-se essencial à rede regional que conecta as cidades transfronteiriças, relocalizá-las por meio de uma interpretação de maneira concreta. Além disso, essas redes urbanas devem proporcionar uma nova estrutura regional devido à construção do mercado binacional que leva a área de fronteira ao cenário internacional.

 ISBN: 1981-1047

4. Dinamização da fronteira do norte do Haiti: o caso de Ouanaminthe e Dajabón

Como resultado, podemos perceber que as concepções de idas e vindas entre os usos e reproduções que aparecem adaptadas ao estudo da área de fronteira possuem, respectivamente, dois aspectos: material e ideal. A questão material refere-se a todos seus destaques que registram no real: as estações de costumes, os terminais, e rios. O ideal, por sua vez, expõe as atribuições que dão significado a um espaço. Assim, os espaços nacional e internacional articulam-se, construindo relações e dinâmicas próprias e estimuladas pelos sujeitos fronteiriços.

Nesses espaços, estão estabelecidas as identidades nacionais distintas que constroem e reelaboram, capazes de construir um novo lugar, com aspectos regionais. Essas áreas de fronteiras não respeitam as barreiras nem as normas estabelecidas pelos Estados, visto que há atividades e interações dos agentes fronteiriços impulsionando as dinâmicas fronteiriças informais. Ademais, destacam-se as economias de mediação, em que os lucros e perdas são adquiridos por efeito de diferenças de juros e de câmbio, de diferenças de legislação trabalhista ou ambiental e, em consequência, de distintas normas institucionais ou de estatuto político que passam a explorar, de forma legal e ilegal, a essência das fronteiras internacionais dos Estados.

Assim, o fluxo de comércio informal traz alguns inconvenientes para a economia do país: em primeiro lugar, quando os bens contornam as alfândegas, eles não pagam impostos ou taxas. A redução das receitas fiscais dos direitos de importação e outras taxas de importação podem ter um impacto significativo na capacidade do governo de fornecer serviços. Em segundo lugar, a falta de controle das normas de entrada/saída dos produtos no país pode ter efeitos negativos sobre os consumidores.

Em terceiro lugar, esforços implementados para buscar uma estratégia industrial usando tarifas como um método de proteger a indústria local são notados. Ademais, em quarto lugar, uma economia saudável e competitiva baseia-se em condições de concorrência equitativas entre empresas, mas pode ser criado um desequilíbrio entre os importadores formais, que têm de suportar custos mais elevados (em termos de impostos) e os importadores informais, que têm custos mais baixos ou que contornam as fronteiras para não pagarem impostos.

 ISBN: 1981-1047

E, por fim, a segurança interna é, em certa medida, baseada no controle de armas, drogas e pessoas que podem entrar no país. Um sistema onde os fluxos de mercadorias não são verificados na fronteira reduz a capacidade do Estado de manter essa segurança. Apresenta-se uma possibilidade de que a faixa de fronteira possua alguma agilidade na mobilidade de fluxos de comércio informal, conforme os interesses de custo e de vantagem, que acarretam melhores efeitos de preços para esses comerciantes que transportam as mercadorias, aplicando-se de um lado ou de outro da fronteira.

4.1. Mobilidade das fronteiras e suas economias

Essa maleabilidade e as características da informalidade combinam-se impecavelmente aos padrões de fronteira presentes naquela região e apontam para regular aos paradigmas socioespaciais das áreas de fronteiras a que se vinculam os Estados nacionais. É interessante observar a porosidade da fronteira por meio dos comércios informais, que podem levar algumas vantagens e certos custos para as empresas e consumidores, muitas vezes, evitando pagar os impostos exigidos pelos serviços alfandegários.

Essas mercadorias que entram no país informalmente podem ter como consequências, em primeiro lugar: lucros mais elevados para importadores, que poderiam vender maiores quantidades de mercadorias aos consumidores a um preço mais baixo possível, ou quantidades similares, mas com uma taxa mais elevada em cada produto. Em segundo lugar, os preços são mais baixos para os consumidores, uma vez que os produtores/importadores optam por beneficiar os custos mais baixos ou aumentam assim o poder de compra dos consumidores, cuja população busca formas alternativas de sobrevivência para dinamizar o circuito inferior da economia urbana, como as feiras e demais tipos de comércios informais e ilegais na faixa de fronteira. Conforme mostra a Figura 2.

 ISBN: 1981-1047

Figura 2. Pequenos comércios no mercado transfronteiriço de Dajabón (2019)

Fonte: Trabalho de campo, Guerby Sainte, realizado em fevereiro de 2019

Dentre as mercadorias vendidas ao mercado transfronteiriço, há algumas que são produtos industrializados ou preparados fabricados na República Dominicana, que são os produtos comercializados e vendidos aos comerciantes haitianos, e esses produtos também são revendidos nos mercados locais, regionais e nacionais. Também há uma parte dos comerciantes que vendem produtos tradicionais ou alimentícios (legumes, cenoura, pimentão, ovos e tomates), que se destinam ao consumo direto da população, não só para a comunidade fronteiriça, mas também para as diferentes regiões do Haiti. É para o comércio pobre que vai a distribuição de quase a totalidade de produtos alimentícios, dos frutos e legumes frescos. Também são considerados como exemplo do circuito inferior praticado no mercado fronteiriço de dois países..

Assim, os comerciantes das cidades-gêmeas de Ouanaminthe e de Dajabón frequentam diariamente o mercado transfronteiriço. Esse mercado forma ainda um polo atrativo e um subsistema do circuito superior para a população da região norte do país.

ISBN: 1981-1047

Figura 3. Comércio de sapatos no interior do mercado de Dajabón – 2019

Fonte: Trabalho de campo, Guerby Sainte, realizado em fevereiro de 2019.

Figura 4. Comércio de sapatos e cinto no interior do mercado de Dajabón – 2019

Fonte: Trabalho de campo, Guerby Sainte, realizado em fevereiro de 2019.

Ainda os comerciantes, para frequentar o mercado transfronteiriço (binacional), os haitianos não precisam de documentos oficiais (passaportes, visto), uma vez que não

 ISBN: 1981-1047

ultrapassam a barreira que separa o mercado e o território de Dajabón, conforme os tratados assinados[7] entre os dois países.

Segundo o relatório do CEI-RD (2016), o comércio fronteiriço entre o Haiti e a República Dominicana construiu-se no objetivo de formalizar o mercado binacional; um censo foi realizado em 2009 sobre os compradores e vendedores nos mercados de fronteira. Porém, a quantidade de produtos oferecidos pelos comerciantes é extensa, pois oferecem vários tipos e qualidades de mercadorias em uma única tenda, como se mostra na Figura 5.

Figura 5. Comércio dos bombons praticados no mercado fronteiriço de Dajbón (2019)

Fonte: Trabalho de campo, Guerby Sainte, realizado em fevereiro de 2019.

Assim, dentro dos diferentes fluxos de comerciantes que vendem e compram mercadorias no mercado fronteiriço, houve uma grande parte que faz comércio ambulante

[7] Em conformidade com as disposições legais existentes e previstas no artigo 60 da Lei Geral da imigração, em decorrência das atividades não trabalhistas transnacionais, qualquer atividade de intercâmbio ou comercial que ocorra entre empresas ou pessoas da República e da República do Haiti por meio de suas fronteiras em cargos autorizados por essas atividades. Com base no artigo 3 da Lei Geral da Migração de República Dominicana, ratifica-se que todos os moradores fronteiriços que são considerados estrangeiros que se estabelecem na zona de fronteira da República do Haiti e fazem fronteira com o território dominicano nas províncias de Dajabón e Montecristi, Pedernales, Independencia, Elías Piña, que desenvolvem as atividades não laborais, dedicadas às operações de pequena escala. Devidamente autorizado pelo D. G. M – Direção-Geral de Migração podem desfrutar e também têm o privilégio de entrar no país dentro do perímetro da fronteira estabelecida para os seus cidadãos haitianos, devido a esta Lei, eles têm obrigação de voltar diariamente à sua cidade ou local de residência.

 ISBN: 1981-1047

no interior ou ao redor dos mercados, na praça pública e também na calçada ao venderem as mercadorias para manter a sobrevivência. Grande parte desses produtos comercializados na fronteira está relacionada ao circuito inferior da economia urbana, conforme indica a Figura 6.

Figura 6. Pequenas atividades comerciais praticadas na praça pública de Ouanaminthe (2019)

Fonte: Trabalho de campo, Guerby Sainte, realizado em 28 de janeiro de 2019.

Dentre os diversos tipos de mercadorias que ocupam o mercado fronteiriço de Ouanaminthe e Dajabón, o circuito inferior da economia urbana desempenha um papel significativo ao englobar as pequenas ocupações urbanas, tanto comerciantes ambulantes quanto pequenas empresas formais pouco capitalizadas que vendem os produtos manufaturados e/ou industrializados no mercado fronteiriço de Ouanaminthe e Dajabón. Dessa forma, tanto as empresas formais como as atividades informais são vulneráveis às instabilidades econômicas, visto que fazem parte do mesmo circuito. Ainda assim, este não se mantém por si próprio, porém em relação às partes superiores. Assim, sua fragilidade e instabilidade podem ser uma reflexão desta interdependência.

ISBN: 1981-1047

Os sujeitos frequentam o mercado binacional e cruzam as fronteiras para trabalhar em fábricas e empresas de produção, comércio e serviços localizados na fronteira. Soma-se a isso, por um lado, a proteção e a construção de grandes centros comerciais que transfundem a estrutura espacial da cidade e, por outro, o aumento da economia informal, isto é, dos vendedores ambulantes que disputam o controle da economia em espaços públicos, um reflexo do crescimento da pobreza urbana nesses países e, obviamente, nessas fronteiras. Assim, as trocas de mercadorias de fronteira destacam um papel essencial na vida dos lugares, regionais e nacionais.

A partir dos elementos expostos pela nova economia informal e fluxo de mercadoria e de pessoas que cruzam a fronteira de dois países, em certa medida, a informalização da economia, ou seja, o circuito inferior da economia urbana amplia a velocidade do funcionamento dos bens e serviços demandados pela comunidade local, sejam os produtos básicos (roupas ultraprocessadas), sejam os serviços imediatos de um grupo de operários industriais. Assim, o aumento do consumo de produtos industrializados é geralmente uma amostra de ampliação/difusão e modernização do consumo da população de baixa renda e do entrecruzamento dos dois circuitos da economia urbana (SASSEN, 2010).

É importante ressaltar que a cidade de Dajabón oferece uma grande atratividade, baseada mais nas ofertas dos produtos básicos do que em uma atração produtiva. E essa atividade comercial que ocorre no município fornece cadeias produtivas muito importantes. Os milhões de dólares de produtos agrícolas (Figuras 1) que são vendidos anualmente na feira não vêm da província, mas, de pequenos produtores.

Para promover as economias regionais das cidades ligadas às atividades comerciais entre os fronteiriços, Cano (2011) menciona que o Estado pode adotar uma fórmula simplista de descentralização nos municípios para atrair as indústrias nos diferentes setores do país. Isso se verifica ao repensar as readequações das regiões, preparando uma nova perspectiva de adequação das áreas de menores dimensões em outras cidades, a fim de antecipar o agravamento dos problemas que se manterão nas grandes áreas metropolitanas e que geram degradação de cidades de porte médio. Além disso, a cidade pode estar inserida em uma nova postura política e passar por um processo de revitalização em questões de finanças públicas, favorecendo a reconstrução das linhas mais gerais de uma dinâmica e efetiva política de

 ISBN: 1981-1047

localização das atividades econômicas dessas cidades (principalmente nas áreas de fronteiras entre o Haiti e a República Dominicana).

Como Ouanaminthe é uma cidade localizada na parte central, com uma área de cerca de seis hectares e constituída por uma malha urbana não estruturada, apresentando uma rede urbana precária (ALFONSO, 2016) por falta de investimentos do poder público. Acerca disso, Machado (2005) argumenta que a maior proporção da fronteira está afastada dos centros regionais de seus respectivos Estados em função da falta de redes de transporte e de comunicação, também por não haver uma política organizacional, econômica e planejamento para o crescimento econômico desta cidade. Ademais, as regiões das fronteiras, ou transfronteiras, estão completamente excluídas dos Estados circunvizinhos pelo papel divisor dos limites políticos de dois países. A Figura 6 mostra a situação da rede urbana de Ouanaminthe.

Em decorrência dessa análise, Alfonso (2016) afirma que a cidade de Ouanaminthe estabelece uma forte relação comercial com a sua cidade vizinha devido à feira binacional, que ocorre na fronteira dois dias por semana, permitindo que a população da cidade haitiana promova uma atividade de trocas de mercadorias com a cidade de Dajabón. Como já foi citado, tais atividades comerciais englobam quatro outros municípios da fronteira que acolhem vários intercâmbios e feiras nas fronteiras. Posto isso, os haitianos são principais compradores de produtos agrícolas dominicanos, pequenos varejistas de reexportações que prestam serviços de carga e transporte, como mostrado na Figura 7.

ISBN: 1981-1047

Figura 7. Produtos agrícolas de banana comprados pelos comerciantes no mercado de Dajabón para vender nas outras cidades do Haiti (2019)

Fonte: Trabalho de campo, Guerby Sainté, realizado em 29 de janeiro de 2019.

Nesse contexto, o mercado de Dajabón é considerado como um mercado local, que sustenta a maioria das famílias da região. Além dos produtos agrícolas comercializados, esse mercado gira em torno da venda dos produtos têxteis e calçados usados, que constituem mais de 40% de mercadorias vendidas no mercado transfronteiriço (ALFONSO; CARMONA, 2010; BOURGEOIS, 2016). Grande parte das mercadorias vendidas dos dominicanos vêm de outras regiões mais distantes. Por meio dessa perspectiva, a dinâmica local criada por essa troca torna-se palpável ao observar-se o movimento da mercadoria nas cidades fronteiriças Ouanaminthe (Haiti) e Dajabón (República Dominicana). As pessoas da parte norte dos países realizam compras ou vendas de bens e serviços no mercado de Dajabón, facilitando que várias toneladas de mercadorias passem pelo Haiti, de tal forma que essas pequenas cidades da fronteira se tornem um polo importante do subsistema econômico da maior parte do Norte do país (MOUDDEN, 2006).

Percebemos que o resultado das políticas internacionais é decidido em capitais nacionais sem consulta às regiões, porém a cidade de Ouanaminthe, tal como a cidade de Dajabón, apresentam instituições locais fracas e recebem pouco ou nenhum apoio financeiro e administrativo de seus governos centrais (MOUDDEN, 2006). Essas cidades não têm meios para lidar com a crescente pressão da infraestrutura, com o surgimento de oportunidades para desenvolver meios de subsistência legal e ilegal, levando a um aumento

 ISBN: 1981-1047

significativo da população. Portanto, esse comércio realizado na região usa geralmente o espaço fronteiriço para as diversas modalidades, tanto do comércio formal quanto informal, legal e ilegalmente no mercado transfronteiriço.

Considerações finais

O que certamente convida à reflexão numa faixa de fronteira é a disposição das infraestruturas existentes, o que pode ser suficiente para demonstrar a presença de um Estado e a sua integração ao país vizinho. Emerge a função legal e jurídica como limitador de ampla integração, complementaridade e solidariedade. Mesmo vivendo num período marcado por intensas relações internacionais, em que os Estados são pressionados a ampliar a porosidade de suas fronteiras; num período em que diversas organizações da sociedade se mundializam, ultrapassando qualquer fronteira, vigora a duplicidade de infraestruturas nas áreas fronteiriças. Dessa forma, os comércios transfronteiriços consolidam principalmente os centros urbanos do país. Isocronicamente aproveitam-se os mercados fronteiriços cuja falta de permanência, de estabilidade e impactos financeiros impede o desenvolvimento estável. Porém, o aumento significativo do comércio binacional deve logicamente gerar um aumento idêntico nas percepções alfandegárias no Haiti.

Tal fenômeno gera as idiossincrasias socioculturais nas duas cidades diferenciadas, e, por isso, acaba replanejando as estruturas socioespaciais e territoriais dessa região. Essa particularidade estabelecida na região de fronteira entre Ouanaminthe e Dajabón é uma comprovação que apresenta a realidade cotidiana na fronteira. Além das características divergentes, em um contexto complicado e difícil, apresenta, também, as complementaridades entre essas duas cidades, nas suas relações socioespaciais, territoriais e culturais, em suas práticas de atividades comerciais, de circulação de fluxos de pessoas e de serviços oferecidos pela população local, regional e nacional. Ainda, essas complementaridades repercutem, também, na circulação das informações que unificam e dissociam as duas populações tão desiguais na área de fronteira.

Referências bibliográficas

 ISBN: 1981-1047

ALFONSO, Haroldo Dilla; CARMONA, Clarissa. Notas para la historia de la frontera dominico-haitiana. In VV. AA. **La frontera dominico-haitiana**. Un estudio multidisciplinario. Santo Domingo: Banco Interamericano de Desarollo, 2010, p.33- 74.

ALFONSO, Haroldo Dilla.La regionalización precaria en la frontera dominico/haitiana. Si Somos Americanos. **Revista de Estudios Transfronterizos**, v. XVI, n° 1, p. 15-41, 2016.

BOURGEOIS, Catherine. Os "pèpès" contra o Estado: circulação de artigos têxteis de segunda mão na fronteira Haiti-República Dominicana e negociações sobre sua comercialização. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 43, nº 1, p. 36-59, agosto, 2016.

BAUBRUN, Ardouin. **Etudes sur l'histoire d'Haïti.** Paris: Imprimerie de E. Donnaud, 1860.

ANO, Wilson. **Ensaios sobre a crise urbana do Brasil**. Editora: Unicamp, 2011.

CATAIA, Márcio. **Fronteiras: territórios em conflito.** In Anais do XIII Encontro Paranaense de Estudantes de Geografia (EPEG). Cascavel: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2010.

_____.Território: fundamento e fundamentação do estado. Uberlândia, Revista Sociedade Natureza do Estado, vol.23 n.1. p.115-124, 2011.

_____. Quem tem medo das fronteiras no período da globalização? **Revista Terra Livre**, vol.1, nº 40, p.65-80, 2013.

CEI-RD. Perfil comercial: **República de Haití. Santo Domingo**: Centro de Exportación e Inversión de la República Dominicana (CEI-RD), 2016.

Centre de Facilitation des Investissements (CFI) (2016). Les **flux commerciaux entre Haïti et la Republique Dominicaine**. Opportunités pour acroître la production haïtienne. Port au Prince, 2016. Disponível em http://www.haitilibre.com/docs/flux2.pdf>. Acessado em 29 de março de 2020.

FERRARI, Maristela. As noções de fronteiras geográficas. **Revista Perspectiva Geográfica**, v. 9, n.10, p.1-25, 2014.

FOUCHER, Michel. **Front et frontières:** un tour du monde géopolitique. Paris: Fayard, 1991.

_____ . **L'obsession des frontières**. Ed. PERRIN, París, 2007.

MACHADO, Lia Osório. Limites e fronteiras. da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. **Revista Território**, vol. 8, p.10-29, 2000.

_____ Estado, territorialidade, redes, cidades-gêmeas na zona de fronteira SulAmericana. In MARTINS, J. S. In SILVEIRA Maria Laura. (ed.). **Continentes em Chamadas.** Globalização e Território. Rio Janeiro: Civilização Brasileira, p. 246- 284, 2005.

MATTOS, C. de M. **Geopolítica e teoria de fronteiras: fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990.

MEZZADRA, Sandro; NEILSON, Brett. **La frontera como método, o, la multiplicación del trabajo**. Buenos Aires. Tintas Limón, 2016, 509 p.

MOUDDEN, Lena Poschet E. **Villes à la frontière et transformation de l'espace**: le cas de Haïti et la République Dominicaine. Thèse de Doctorat à la faculté de l' environnement naturel, architectural et construit. École Polytechnique Fédérale de Lausanne, 2006.

REDDON, Marie. Frontière poreuse, État faible? Les relations Haïti / Republique dominicaine à l'aune de la fronteire. **Bulletin de l'Association de géographes français**, v. 87, nº 3, p. 308-323, 2010.

SASKIA, Sassen. **Territórios, autoridad y derechos**: de los ensamblajes medievales a los ensamblejes globales. Buenos Aires: Katz, 2010.

 ISBN: 1981-1047

O CONTEXTO DO ESPAÇO SOCIAL: NO HORIZONTE GEOGRÁFICO DE IBN KHALDUN

GT – Geografia Política e Geopolítica

Jahan Natanael Domingos Lopes
jahan_natanael@hotmail.com
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Resumo

Adentrando-se no estudo do Espaço social, conduziu-se, para tanto, uma análise a partir das posições do tunisiano do século XIV chamado Ibn Khaldun em sua obra "Os prolegômenos". Teceu-se, assim, uma prospecção fenomenológica-hermenêutica para penetrar o mundo da obra através do imanente manifesto e do transcendente latente, formando, na conexão, o sentido. Nisso, notou-se um autor teólogo *malikita*, seguidor da escola de *kalam* (de preceitos aristotélicos) a partir da vertente *mu'tazilita*. Ainda, evoca-se, no contexto, o desenvolvimento da papelaria difundindo o conhecimento e a pujança em expansionismo do Espaço islâmico permitindo florescer filosofias, artes e ciências. A seguir, abre-se caminho para entrar na obra, visionando primeiramente suas reflexões geográficas tanto naturais quanto humanas. Nota-se, em especial, sua análise do mapa de Al-Idrisi, influenciado por Ptolomeu, com sete climas e dez seções, o qual Ibn Khaldun analisa todas as setenta partes. Prosseguindo, incorporam-se os conceitos de Umran (civilização, sociedade) e asabiya (espírito de grupo, sociabilidade), que fundamentam o Espaço social na passagem do nomadismo ao sedentarismo. Tem-se, por fim, a exemplificação da possibilidade de articulação dos conceitos, analisando a geopolítica do Espírito de partido e o cenário pandêmico destacando, em ambos, a condição tanto mundial quanto a brasileira.

Palavras-chave: Pensamento geográfico; Geografia social; Metodologia; Ibn Khaldun.

Introdução

> *Certo, nós não mudaremos o mundo, mas podemos mudar o modo de vê-lo. Isso é importante porque só assim podemos escapar ao dogmatismo epistemológico e marcar um encontro com o futuro.*
>
> *(Santos, 2012, p. 40-41)*

À guisa de construir uma análise acerca do Espaço social, encontra-se uma ampla paleta de possíveis posições para tecer sua compreensão. Neste estudo, adentrar-se-á na proposta da filosofia social de Khaldun (1958; 1959; 1960) à busca de delinear-se uma perspectiva por vias não hegemônicas. Esse autor, um magrebino do século XIV,

 ISBN: 1981-1047

reconhecido sobretudo pela obra "Os Prolegômenos" (do árabe: مقّمقد ابن خلدون ; lê-se Muqaddimah), elucida uma interpretação própria e autêntica da sociedade em aspectos econômicos, políticos, geográficos, históricos, demográficos... que o caracteriza como "un africano genial, de mente tan clara y tan pulidora de ideias como la de un griego" (ORTEGA Y GASSET, 1927, p. 679).

Por ser uma obra densa, torna-se importante uma leitura com método; assim, seguir-se-ão as posições de Ricœur (1968; 1977; 2013). Com isso – no prumo de Husserl (2020) –, prossegue-se verificando temporariamente dois planos, um imanente manifesto e outro transcendente latente, que se conectam ao fornecerem, na interligação, o sentido. Assim, no âmbito do latente corresponde a uma inserção das ideologias do autor na geografia, história e sociedade, enquanto, na instância manifesta, tem-se a obra, em sua factualidade para com o mundo, materialmente escrita. Destarte, a discussão "servirá apenas para o deslocamento do problema do texto em direção ao mundo que ele abre". (RICŒUR, 1977, p. 45).

Guia-se, pois, em iniciar discussões no que refere às ideologias e ao contexto do autor, para, a partir disso, adentrar-se em sua perspectiva de cunho geográfico, tanto natural quanto humano, e, por fim, chegar-se à espinha dorsal da analítica social khalduaniana. Neste percalço, visar-se-á, como objetivo mais importante, a uma elucidação que caminhe para abordar o cerne de sua gnosiologia – pelas faculdades da alma – e epistemologia social – pelos conceitos de Umran e Asabiya –, entendendo-se como o coração do sentido desta obra. Com esse percurso, quer-se, por conseguinte, analisar o mundo da obra e compreendê-la para, assim, utilizá-la em análises da atualidade – geopolítica e pandêmica – tanto mundial quanto brasileira.

Prelúdio de um autor

> *As palavras, assim como as letras que entram em sua composição, proporcionam à alma a faculdade de agir sobre o mundo da natureza e, consequentemente, de causar impressões sobre os seres criados.*
>
> *(Khaldun, 1960, p. 195)*

É-se, enquanto construção de prefácio, fundamental situar o autor em seu contexto, para, então, embrenhar-se em sua obra. Com isso, caminhar-se-á nas visões que aferem ao

 ISBN: 1981-1047

mundo em que Khaldun vive e sobre o qual apela, o que permitirá um encaminhamento hermenêutico para uma compreensão mais acurada. De início, entre elogios e erratas (no caso, o local de nascimento), elucida-se em Claval (2015) uma menção introdutória ao autor:

> Ibn Khaldun (1332-1406) é um pouco posterior, mas faz sua carreira numa época em que o declínio do Islão árabe se acentua: nascido em Espanha, viaja até o Médio Oriente e passa a maior parte da sua vida na Tunísia. Em *Os prolegômenos* e *História dos Bérberes* propõe uma interpretação já moderna de geo-história do Norte de África e inicia a reflexão geopolítica. (CLAVAL, 2015, p. 34).

Nascido na cidade de Túnis – capital atual da Tunísia –, como relata o próprio autor em sua "Autobiografia" (KHALDUN, 1958, p. 481-553), sua história de vida constrange a um privilegiado reduto intelectual, pois, desde jovem foi orientado por professores das mais diversas artes e aprendeu, simultaneamente, sobre a religião e sobre o mundo. Vindo de uma linhagem que ocupou grandes cargos, sobretudo em Andaluz – a região árabe da Península Ibérica –, mas que, por conflitos internos, teve que fugir para o Magreb norte-africano. Seus avós foram para a Ifríkya, Magreb ocidental, ocupando cargos importantes tal como seus filhos e, neste contexto, nasce Ibn Khaldun. Assim, esse tunisiano, conseguiu manter sua tradição e, como seus ancestrais, percorreu uma vida repleta de posições políticas de destaque.

Seu percurso de vida pode ser pensado em dois momentos, no reduto da África do Norte, o primeiro em sua vida no Ocidente e o segundo no pujante Oriente. Em sua vida magrebina, viveu uma adolescência pautada em estudar a literatura sagrada, sobretudo, o Corão e os *Haditths*, tendo o autor – na orientação de Bissio (2012, p. 60), da escola muçulmana *Malikita*, fundada por Medina Malek bin Anas no século VIII – uma grande influência sobretudo em Al-Andaluz, e que ainda hoje é uma das quatro escolas sunitas dominantes – *Hanafi*, *Maliki*, *Shafi'i* e *Hanbali* –, que se caracteriza por ser muito estrita para com interpretação da lei. Neste passo, tem-se um estudo que, para alcançar a exigência da "tríade locutor-texto-receptor, necessitará da Gramática (*nahw*) para normalização do que será dito e da Retórica (*balagha*) e, no caso específico islâmico, a Ciência da Lei (*fiqh*) e a Teologia dialética (*kalam*), que constituem o ensino básico oriental de Ibn Khaldun. " (DANTAS, 2008, p. 7).

 ISBN: 1981-1047

Ainda, seus estudos percorreram outros campos, como os estudos clássicos, Ptolomeu, Platão e Aristóteles, influenciando-se muito mais pelo terceiro, assim como, também, pelos autores das vertentes filosófico-teológicas associadas à corrente do *Kalam* (do árabe: palavra ou discurso), semelhante – e inspiração – da Escolástica europeia, *ash'arita* e *mu'tazilita*. Segundo Lacoste (1991), Ibn Khaldun adapta-se, cada vez mais, ao decorrer da vida, à segunda vertente.

Enquanto convergência de ideias das duas vertentes, tem-se por Al-Jabri (1999, p. 111), o seguimento da "tese atomista", cujo pensamento qualifica-se em orientar que tudo é feito de átomos, que não perduram mais que instantes, mas que se recriam perpetuamente por Deus. Ainda, ambas seguem o método silogístico aristotélico, assim como suas proposições filosóficas e científicas. Contudo, embrenhando-se nas divergências:

> O pensamento mu'tazilita se assemelha muito ao cristão agostiniano, uma vez que ambos extraem da figura divina qualquer identificação positiva; assim, Deus será sempre o Inefável, o Invisível, o Ininteligível. O nome pelo qual os mu'tazilitas conheciam este princípio é ta'til. Não houve um método eficiente – entre os ash'aritas – que combatesse esta concepção, a não ser admitir que os Nomes e Atributos expressos são positivos e independem de existência terrena, uma vez que se associam à essência divina. (DANTAS, 2008, p. 14).

Ambas vertentes, distinguem-se, na leitura de Belo (2007), por qualificarem os atributos divinos acerca da essência de Deus: para os *ash'aritas* estando enquanto uma entidade real, mas, enquanto reação, iniciada no século IX, têm-se os *mu'tazalitas* que o qualifica enquanto ser em um plano suprassensível. Por conta da abertura que essa segunda vertente constrói, há a possibilidade de tecer um estudo do mundo que parte do sensível para atingir o inteligível, ou seja, em termos modernos, questiona um modo *a priorístico* racionalista para um caminho *a posteriorista* para alcançar o mundo inteligível. Khaldun (1959, p. 376) afirma que no homem a alma primeiro existe em potência e "sua passagem de potência para o ato se opera pela aquisição de conhecimentos e de percepções fornecidos pelas coisas sensíveis, e depois, pela faculdade especulativa. Isso continua até que ela se torne percepção em ato e intelecto puro".

 ISBN: 1981-1047

Nesta entrada das ideologias, torna-se importante situar que o poder de difusão estava associado, sobretudo, à possibilidade de materialização das obras. Assim, substituindo o papiro, houve o desenvolvimento de uma cultura do papel: "O processo de substituição da tradição oral pela cultura escrita, a partir do século IX, foi acelerado pela introdução do papel que os árabes conheceram através de seus contatos com a China. " (BISSIO, 2012, p. 37). Graças a esses vínculos entre o Oriente e o Extremo Oriente, não só os conhecimentos filosóficos, mas as técnicas livrescas foram difundidas, gerando uma alta produção de livros aos quais o acesso a eles tornou-se menos estrito.

Além disso, atenta-se, no aporte contextual dos impérios muçulmanos, ao Espaço islâmico – que compreende, em relação ao mar Mediterrâneo, tanto o Oriente Próximo quanto o Oriente Médio – o elucidar de uma espacialidade, ainda que rica em conflitos políticos e geopolíticos, de grande pujança. Conforme Bissio (2012, p. 30): "O domínio do Islã apresentava-se, dessa forma, como um gigantesco corpo, enervado de rotas e pontilhados de vilas que, na Alta Idade Média, ousavam empalidecer de inveja as da Europa. " Isso se verifica, no que constrange o Espaço islâmico, a partir de que "os domínios muçulmanos viam passar e repassar riquezas consideráveis, pagas com uma matéria-prima que eles detinham em quantidades prodigiosas: o ouro. " (BISSIO, 2012, p. 31).

Assim sendo, a pujança islâmica do medievo qualifica-se como ambiente privilegiado no mundo em construção de conhecimento. Esse cultivo epistêmico, viu-se, liga-se pela possibilidade de materialização tomística, devido à importação da técnica chinesa papeleira e também, pela estabilidade econômica dos impérios, haja vista a riqueza circulante, e, sobretudo, pela cultura filosófica – que não era vislumbrada enquanto oposta às questões divinas – gerando uma diversificação de epistemologias. Esclarecido o meio em que Ibn Khaldun está inserido, explica-se sua obra enquanto parte elucidativa desse mundo.

Perspectiva geográfica khalduniana

> *Pergunto: "Onde estão as ciências dos Persas, cujos escritos, na época da Conquista, foram destruídos por ordem do Califa Oma? Que foi feito das ciências dos Caldeus, dos Assírios, dos habitantes da Babilônia? Onde estão os resultados e os vestígios deixados pelas ciências entre estes povos? Onde estão a brilhante cultura dos Coptas e outras gerações de eras mais remotas? " Há uma*

 ISBN: 1981-1047

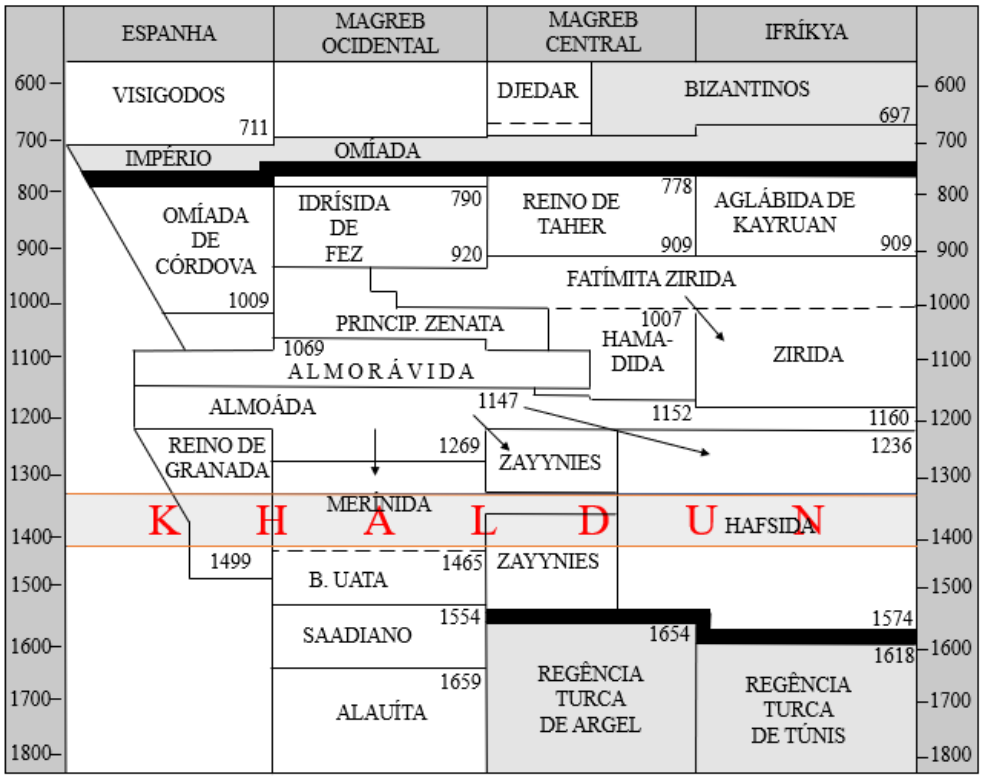
> *única nação, a dos Gregos, cujas produções científicas estão em nosso poder, e isto, graças ao empenho d'Al-Mamum, que os mandou traduzir do idioma original (para o árabe). Este príncipe pôde levar a cabo semelhante proeza, porque encontrou grande número de tradutores e gastou muito dinheiro. Quanto aos outros povos, nada conhecemos de suas ciências.*
>
> *(Khaldun, 1958, p. 95)*

Assim, penetrar-se-á, neste intelectual sunita da teologia *malikita*, da linha aristotélica do *Kalam*, na vertente filosófico-teológica *mu'tzalita*, em busca de sua perspectiva para com a geografia. A principal obra de Khaldun é "História Universal", em que, brilhantemente se destaca sua Introdução na qual afigura-se sua epistemologia social. Esses tomos, chamados de "Os Prolegômenos", como afirma Araújo (2007, p. 43), "mostra claramente que Ibn Khaldun estava inclinado a concentrar-se no fenômeno social. O centro de gravidade em torno do qual fez suas reflexões foi fundamentado em suas próprias experiências e direcionado para a etiologia do declínio". Entretanto, mostrar-se-ão elementos profundamente geográficos que, ainda que não estejam em sua espinha dorsal, são muito valorizados e retomados no percurso da obra.

Destarte, com as dezenas de impérios, do Ocidente ao Oriente, em que se debruçou a estudar – semelhante ao que fez Aristóteles (S/D) para seu livro "A Política" –, apresentaram-se ao autor questões sociais, políticas, econômicas, geográficas e históricas as quais foram importantes para a pretensão de Khaldun em compreender a civilização humana. Para tanto, apresenta-se o **Mapa 1** que assenta, graficamente, no Tempo e no Espaço, os impérios magrebinos, contendo todos os principais impérios estudados pelo autor, ainda que, situacionalmente, ocorram menções também aos impérios orientais.

ISBN: 1981-1047

Mapa 1. Impérios do Magreb do século VI ao XIX



Fonte: Lacoste (1991) modificado.

Nessa complexa orientação, observa-se que os impérios, como situa o próprio autor, possuem uma existência, surgem, desenvolvem, chegam ao apogeu e, por fim, declinam. Essa dinâmica da ontologia dos impérios é o principal tema de interesse de Khaldun: os engendramentos que promovem esse necessário fim em que chegam todos os Estados e governos, inclusive, como os próprios de sua época também iriam cedo ou tarde declinarem. Este tema do próximo tópico – da Umran, enquanto civilização, e da Asabiya, enquanto espírito de grupo, afigurando um comportamento contextual da sociedade –, aparece aqui como uma abertura geográfica. Assim, todas as informações e processos de sucessão do Ocidente e do Oriente eram lúcidas ao autor.

Com uma posição privilegiada a compreender a história geográfica em movimento, afirma Lévi-Provençal (1948, p. 20) que: "Ibn Khaldun teve diante de si uma verdadeira mina de documentos vivos" pelo frequente contato com populações "das quais ele pôde ao seu gosto, e no próprio habitar delas, registrar pessoalmente os princípios de economia social".

ISBN: 1981-1047

Ele pode refletir a partir da exterioridade não só por vias teóricas, mas também, pela experenciada para produção de sua obra. Esse é um autor que não só se debruçou sobre livros, mas teve ainda a possibilidade de vivenciar com os impérios e povos que estudou. Assim, ele pôde conhecer distinções tais como: "Não sejais como os Nabaths de Babilónia; quando lhes perguntam donde vêm, eles respondem: de tal ou tal aldeia. Respondei: nós somos de tal ou tal tribo. " (KHALDUN *apud* LA BLACHE, 1954, p. 85). Com isso, tem-se uma abertura rica em elementos geográficos, afinal:

> Ibn Khaldun, um dos maiores filósofos, chegou até a formular uma teoria do desenvolvimento histórico que informava sobre o clima e a topografia assim como as forças morais e espirituais em ação. Nesse esforço em investigar as leis do progresso nacional e sua decadência, Ibn Khaldun pode ser considerado o descobridor – como ele mesmo afirma – do verdadeiro campo e da real natureza da pesquisa geográfica. (KIMBLE, 2005, p. 218).

Ao embrenhar-se nas questões geográficas, encontra-se uma perspectiva geral sobre a Terra, a qual o autor conduz que: "concluem, certas pessoas, do exposto, que a água se acha por baixo da Terra, o que é um erro. O verdadeiro baixo da Terra é o ponto central de sua esfera, para o qual tudo se dirige em razão da gravidade" (KHALDUN, 1958, p. 111). Averiguadas a esfericidade e a gravidade, aponta-se a proposição que se conduz no que afere à geografia natural da Terra. Assim, evocar-se-ia uma imagem da Terra que não se assemelhava às posições terraplanistas do Ocidente Próximo, contudo, ressalva-se que ainda permanecia uma visão geocêntrica.

Prossegue-se, ainda, que o autor percorre as posições de Ptolomy (1991) em classificar o mundo em VII Climas latitudinais em X seções longitudinais, o que resultará em uma ambivalência para com o Espaço geográfico, pois insere, nos setenta subespaços, tanto questões naturais quanto humanas. Com isso, apercebe-se que os subespaços climáticos – construídos a partir do mapa mundi de Idrisi (1999), o qual Ibn Khaldun utilizou em sua análise, descrevendo, inclusive, cada uma das setenta partes –, utilizados para situacionalizar as porções terrestres, averiguam que "Os climas são descritos com bastante pormenores, mostrando-nos o adiantado conhecimento geográfico dos muçulmanos daquela época e também a organização político-social e os hábitos e costumes dos diversos povos abrangidos

 ISBN: 1981-1047

pelo mapa. ” (DAGLIONE, 1960, p. 272) Isso contribui para a equiparação do Espaço geográfico, transpondo-o em uma terminologia atual, o que se dinamizava como clima.

Seguindo a leitura khalduniana, nota-se uma visão climatológica em que o Clima IV ao VI seriam os melhores para a vida, devido à temperatura não ser extrema. Porém, orienta, por exemplo, acerca da Península Arábica, que “está circundada pelo Mar por três lados, como já se disse, de modo que a umidade deste elemento influi sobre a umidade do ar e diminui a secura extrema que o calor produz. A umidade do Mar, pois, estabelece nestes países uma espécie de temperatura média. ” (KHALDUN, 1958, p. 129) Nisso, ler-se-ia uma explicação para uma amenidade da temperatura na península, visionando uma complexidade na interação entre a Terra e a atmosfera a partir de climas não homogêneos.

Nessa tessitura introduzem-se, inclusive, questões biogeográficas, por exemplo, no estudo da relação da matéria natural das climatas. Essa análise contribuiu para evidenciar falácias em livros, como um capítulo de Ibn Maçudi que descreve uma cidade impossível, pois, “pretender que se tenha construído uma cidade inteira com este material é avançar a asserção evidentemente inverossímil e absurda. As histórias desta espécie são numerosas, mas é fácil descobrir a sua falsidade quando se conhecem os caracteres naturais do sistema social” (KHALDUN, 1958, p. 91).

Evidencia-se, ainda, uma preocupação com questões hidrológicas e geomorfológicas, como a importância dos rios para as civilizações, além de presumir qual o ponto mais alto da Terra, tal como lê-se:

> Eis aí os mais célebres Mares que os Geógrafos mencionam. Os mesmos dizem que a parte habitável do mundo é regada por um grande número de rios, entre os quais os mais notáveis são: o Nilo, o Eufrates, o Tigre, o Rio de Balkh, chamado Jaihun. O Nilo tem seu nascedouro numa grande montanha situada a dezesseis graus além do Equador e sob o Meridiano que atravessa a 4° parte do Primeiro Clima É chamada de Montanha de Comr, e não se conhece no mundo outra mais elevada. (KHALDUN, 1958, p. 118).

Transpassa-se, com isso, para as já imbricadas questões de geografia humana, como questões de geografia agrária e da população. Ao apelar sobre as tribos descendentes dos árabes antigos, os Mudar, diz: “os Coraix, os Kinana, os Thakif, os Bani Assad, os Hodail e

 ISBN: 1981-1047

seus vizinhos da tribo dos Khoza'a. Com efeito, estes povos levam uma vida de provações e habitam um país falho de cerais e de gado. Uma grande distância separa seu território das regiões férteis da Síria e do Iraque. " (KHALDUN, 1958, p. 222). Complexificam-se, pois, as noções de homem e natureza, fomentando uma leitura que progride do Espaço natural ao Espaço social.

Dessarte, tem-se um autor que, dentre seu horizonte de proposições, a geografia se abre em um considerável destaque. Concernindo o mundo geográfico por meio dos VII climas, suas asserções englobam uma pluralidade de informações naturais e humanas, unindo-as, de tal forma a permitir situá-lo como, em sua polimatia, também um geógrafo. Certa, pois, foi sua abertura para os fenômenos geográficos, o que torna-se pertinente introduzir sua metodologia de análise da dinamização social dos impérios, ou melhor, do visionamento acerca da própria sociedade em seu modo de ser grupo.

Espaço social: Umran (عمران) e Asabiya (عصبيّة)

> *Todos os laços servem para unir um povo, os do sangue são os mais íntimos e os mais fortes. A mesma causa mantém entre eles um forte espírito de grupo, e os povos que sentem a influência deste sentimento preferem sempre a vida do deserto à das cidades, onde perderiam sua bravura e seriam reduzidos ao nível dos indivíduos que têm necessidade de proteção alheia. O leitor que terá compreendido estes princípios poderá com facilidade tirar as consequências.*
>
> *(Khaldun, 1959, p. 233)*

Neste ponto adentra-se no objeto de estudo khalduniano a عمران (lê-se: Umran) que "traduz a mesma ideia geral de politeia de Aristóteles e abrange, ao mesmo tempo, diversos fenômenos sociais [...]: Sociedade, Sociologia, Organização Política, Organização Social, Civilização etc." (KHALDUN, 1958, p. 105, N. T.). Assim, esse conceito, chave do coração do objeto de estudo khalduniano, vem a ser apresentado tendo em vista a sociedade de maneira a ser ampliada a uma coletividade podendo ser tanto construída quanto destruída. A dimensão social, contudo, é trabalhada de maneira própria, dissociando o homem de uma determinação social para uma propriedade reflexiva que o qualifique. Entravar-se-ão essas discussões em aprofundamento.

 ISBN: 1981-1047

Adentrando-se na concepção do homem a partir de Aristóteles (S/D, Livro I, Cap. I, § 10, p. 18) diz-se: "Claramente se compreende a razão de ser o homem um animal sociável em grau mais elevado que as abelhas e todos os outros animais que vivem reunidos. " Isso, para Ibn Khaldun, corresponde a uma instância que não é nada decisiva acerca do que define o homem. Para tanto, atesta-se a faculdade da reflexão como a capacidade única e distintiva que possui para poder dimensionar o mundo e tomar atos. De modo mais completo, tem-se:

> Ao iniciar estes capítulos dissemos que pertencia o homem à espécie dos animais, e que se distinguia dos mesmos pela reflexão. Esta faculdade, que Deus lhe outorgou, é chamada *inteligência discernente*, enquanto capacitar o homem de pôr seguimento nos seus atos; chama-se *inteligência experimental* quando lhe permite apreender as opiniões de seus semelhantes e aquilo que consideram como bom ou como mau; por fim chama-se *inteligência especulativa*, quando lhe permite formas uma ideia justa das coisas existentes, quer das que estão debaixo de suas vistas, quer das coisas que ele não vê. (KHALDUN, 1959, p. 391, grifo do autor).

Deste modo, com as três inteligências, alcança-se uma posição de uma gnosiologia para atingir o mundo inteligível. Com mais acurácia, Khaldun (1959, p. 381-382) aprofunda-se na teoria das inteligências situando: a *inteligência discernente*, enquanto proporcionadora de conceitos (ou simples ideias;), inteligência *experimental*, para com afirmações ou proposições e *inteligência especulativa*, a qual visa ao conhecimento real ou hipotético, atrás dos sentidos, conceitos e afirmações. Nessa construção têm-se as qualidades que se averiguam nos mecanismos de cada inteligência.

Por meio de tais asserções compreende-se que a alma, que proporciona todas as faculdades, possui mecanismos internos e externos. Dos externos, encontra-se a corporalidade pelos sentidos e nos internos, tem-se um aprofundamento em faculdades da imaginação, da razão e profética. Conclui-se que "A alma humana, tal como acabamos de descrever, é invisível aos sentidos, mas suas influências evidenciam-se no corpo. Pode-se dizer que o corpo e suas partes, combinadas ou isoladas, são instrumentos postos a serviço da alma e de suas faculdades. " (KHALDUN, 1958, p. 156). Assim, a interligação da alma

 ISBN: 1981-1047

com o corpo provoca uma gnosiologia com uma participação do *a posteriori* (experienciável) ao *a priori* (inexperienciável).

Nisto, a relação da alma com o corpo, a condição do espírito define-se, pois, ao passo que: "O espírito, por sua vez, retira destas mesmas formas as que são espirituais e intelectuais, de modo que, partindo do sensível remonta até o intelectual por via da abstração e por intermédio da imaginação". (KHALDUN, 1960, p. 119) Permite-se, portanto, entender a interligação do sensível ao inteligível pelo espírito que se dispõe corporalmente a entregar as apreensões às faculdades internas. Ainda, acerca das faculdades adquiridas pela alma – sobretudo das artes e das ciências –, no transpassar externo ao interno, permissivo do espiritual, há uma tintura na alma que produz marcas, ou seja, o "tomar a impressão (a Tintura) da faculdade anteriormente adquirida" (KHALDUN, 1959, p. 323). Ler-se-iam, portanto, as quatro facetas interligadas de estruturação epistemológica: alma, corpo, espírito e tintura.

Ainda que a definição de Khaldun situe o homem como um animal dotado de reflexão, e não como racional ou social, a dimensão social é imperativa para a Umran. Entra-se, com isso, no conceito de عصبيّة (lê-se: asabiya) que se apresenta a partir de intensidades e contextos. Abre-se a discussão com a seguinte basilar questão: "Temos dito da vida sedentária, que é posterior à vida errante dos Nômades, servindo-lhes esta de tronco onde a Civilização nasceu e desabrochou. Pedimos ao leitor que medite sobre a importância deste fato. " (KHALDUN, 1958, p. 208). Assim, refletir sobre a genealogia social, a partir do sedentarismo como ponto de partida está no cerne da filosofia social khalduniana.

Com isso, compreendeu, o autor, sobretudo por sua experiência com os nômades Berberes do sul da cadeia montanhosa do Atlas magrebino, que o nomadismo possui uma força social, ou seja, uma asabiya muito forte. Pensar-se-ia que, nessa condição, a necessidade de um ser humano para com o outro é necessariamente imperativa, pois caçar, colher, enfrentar as adversidades do deslocar e da natureza... são questões que posicionam uma sociabilidade muito intensa. Desde já, percebe-se uma oposição à visão de Ratzel (1990, p. 74): "Mesmo os nômades estão ligados ao seu território, embora seus vínculos sejam mais

 ISBN: 1981-1047

tênues que os vínculos das sociedades sedentárias". Haja vista, ser, no horizonte khalduniano, muito mais fortes os vínculos, ou seja, a asabiya.

Outrossim, conforme se desenvolve o sedentarismo, ainda que no primeiro momento a asabiya mantenha-se forte, reforçando o fervor da luta incentivando o expansionismo, logo, com os vícios luxuosos da civilização, a coletividade esvai-se. No sedentarismo, entende-se, não se precisa mais do outro tal como antes se necessitava. Com isso, pelas praticidades de adquirir comer e bebes, com a atenção diminuta quanto a adversidades e ataques de animais selvagens, inclusive com o aumento da possibilidade de ócio – com isso surgem as artes e ciências –, entre outros aspectos, tem-se um modo de ser social que se perde em alteridade, humildade, confiança, comprometimento... Assim, o coletivo torna-se indivíduo e de indivíduo o outro é estranhado e, por vezes, inferiorizado frente a um "eu" que se percebe parte e não todo.

Entendido essa linha de pensamento khalduniano, cuja passagem do nomadismo ao sedentarismo é um prelúdio de uma asabiya que declinará, ou seja, as relações irão se liquefazer, ou ainda, haverá um mal-estar da sociedade, condições vistas pelas posições baumaniana e freudiana. Tem-se nesse processo social toda a sua epistemologia. A asabiya, pois, tanto constrói (quando forte) quanto destrói (no enfraquecer) a Umran, a civilização. Disso, uma metodologia por comportamento contextual da sociedade é confecturada por Ibn Khaldun.

Entrando-se no conteúdo do conceito de asabiya, tem-se que sua tradução é um entrave, contudo, hegemonicamente, para a maioria dos tradutores, a asabiya é tida como Espírito de grupo (LACOSTE, 1991). Essa condição estabelece o funcionamento da asabiya, sendo situada, pela predicação, o contexto que a reforça, ainda assim, seu mecanismo está no fortalecer ou enfraquecer as relações de grupos. Predica-se, portanto, a cada Espírito de grupo um contexto, tais como Espírito de: corpo, partido, nação, submissão, dominação, classe, devoção à terra, clã, tirania, violência, facção, conquista, união... Todos esses predicados do sujeito Espírito estão no que concerne ao contexto fortalecedor da asabiya.

Ressalta-se, ainda, que "Para Ibn Khaldun, o nível de desenvolvimento atingido pelo Umran depende não só do tamanho das cidades, como também do espaço de tempo

 ISBN: 1981-1047

durante o qual evolui a sociedade. ” (LACOSTE, 1991, p. 120). Portanto, a asabiya modula-se conforme se articulam o espaço e o tempo no mundo consonando em Umrans que, em sua existência, tendem a uma vida de ascensão, desenvolvimento, apogeu, derrocada e declínio. Esse é, no pensamento khalduniano, o ciclo dos impérios, a etiologia do declínio, a genealogia da civilização e do modo de ser social.

Estabelecida, pois, a reflexão mais importante para o entendimento social de Khaldun – tem-se, assim, não só a sociedade situada aquém de sua espacialidade – faz-se importante, dentro da própria leitura khalduniana, o atento ao Espaço e ao Tempo. O misto das predicações do Espírito de grupo aponta, inclusive, para questões geográficas. O Espaço social na leitura de Khaldun está aberto para situar a Umran, que não existe sem um onde e não existe sem um contexto. Conforme a existência de uma sociedade, na analogia do autor para com a vida que percorre rumo à morte, toma seus rumos, a espacialidade encontra um percurso que se evidencia em dois momentos: um de expansão e outro de retração. Consoante a asabiya reforça-se e depois declina, o Espaço social encontra-se disperso em movimento que vai se retardando até o assentamento sedentário, para depois começar uma nova dispersão e “des-sedentarização” que provoca uma mudança em toda disposição dos homens na Terra.

Considere-se, porém, que o ciclo dos impérios não possui uma temporalidade estrita, com civilizações que perduram por séculos, ainda assim, Khaldun percebe que há uma centralização comum no fato de que todas, mais cedo ou mais tarde, declinaram. Por vezes, há autores, como situa Lacoste (1991, p. 129), que propõem uma contraposição: “a asabiya, solidariedade tribal, seria o elemento oposto ao Umran, solidariedade cognática [...]”. Não obstante, percebe-se um forçar uma dialética que quebra a linha de raciocínio única construída pelo autor, que não explicita essa antítese. Entender-se-ia, pois, uma asabiya imperativa que como acidente, na visão aristotélica, desenvolve e destrona a Umran em seu processo, ou, o mais comum, tende a pendular na intensidade contínua entre a pela força e a plena fraqueza, perpetuando uma Umran que, por vezes, possui a sociabilidade mais ou menos intensa.

 ISBN: 1981-1047

Com a gnosiologia e epistemologia apresentadas, tem-se, inclusive, uma metodologia de análise do Espaço social evidenciada. Nesse passo, à guisa de arrematar a lucidez khalduniana enquanto proposição possível à atualidade, construir-se-ão dois exemplos, ainda que breves, focados em situar a analítica social construída até aqui. Assim, analisar-se-ão o contexto do Brasil e do Mundo pelo Espírito de grupo, focando-se no Espírito de partido, e, também, o cenário pandêmico em um hipersedentarismo, em um intenso enfraquecimento da asabiya.

1. Brasil e Mundo: Espírito de partido no Espaço social atual

A fim de se compreenderem os contextos brasileiro e o mundial na contemporaneidade, utilizar-se-á o Espírito de partido como afunilamento para uma postura mais aprofundada. Intensifica-se que, no contexto geopolítico brasileiro, tem-se um forte Espírito de partido de extrema direita conservadora bolsonarista – ainda que atualmente seja um Espírito de dominação, haja vista haver um "senhor" sem partido que comanda – no fortificar da asabiya – o grupo. Sabe-se que, conforme as ações de alimentar a asabiya feitas pelo líder, a asabiya tece cada vez mais fervor nas relações. Adentra-se no conceito que:

> Quando a administração, levada por espírito de tirania, lesa, de caso pensado, os bens dos súditos e prejudica-lhes a vida, atingindo-os na sua pessoa, na honra e na de suas mulheres, tal procedimento abre imediatamente uma brecha no edifício do império, contribuindo para sua queda, porque os espíritos se agitam, e se lançam à revolta. (KHALDUN, 1959, p. 107).

Entrando em um hiperônimo do caso brasileiro, semelhante acontecimento é o dos fascismos do início do século XX, com a grande pulsão de Espíritos de partido nos Espíritos de grupo, sobretudo pelo mundo europeu, fortalecendo a asabiya deles ao ponto de o Espírito de submissão produzir o holocausto. Assim, percebe-se que o extremismo – mencionou-se o fascismo, mas poderia ser pensado também acerca de grupos terroristas – tem grande proveito histórico do Espírito de partido. Move-se, inclusive, que nas esquerdas do século XX há uma rarefação da asabiya desses partidos, com ênfase, pelo fim da união soviética que reforçava as relações nesses grupos, ainda assim, hoje, atenta-se, há, com o imperialismo chinês, uma nova força que estimula a asabiya do Espírito de partido para um modelo que rivaliza com o perfil capitalista moderno com um tipo de socialismo *sui generis*.

 ISBN: 1981-1047

Entende-se, assim, que o Espaço social do mundo tende a uma grande articulação provocada pelo Espírito de partido, sobretudo no contexto atual da globalização no qual há um descompasso entre uma população que se abre para um imenso cenário global, mas que, simultaneamente, faz com que haja uma tendência, cada vez maior, ao individualismo, com exceção de grupos conservadores e extremistas que conseguem fortalecer a asabiya. Nota-se, então, que na sociedade sedentária, cuja asabiya já é enfraquecida, em contexto global tende a gerar um atomismo tão intenso que, ao que parece, o extremismo político conservador entranha na sociedade conseguindo formar moléculas cancerígenas.

2. Cenário pandêmico: o enfraquecer imperativo da asabiya

Na prospecção dos fatos atuais, adentra-se com urgência na questão da pandemia que começa entre 2019 para 2020. Senhoras (2020) marca como o maior fenômeno pandêmico dos últimos 100 anos, sendo uma classe do coronavírus, o SARS-CoV-2, que causa a doença COVID-19. Assim, determinou-se como uma das medidas mais elementares para evitar um extremo contágio descontrolado, o isolamento social. Esse fenômeno global, então, tem como procedimento um incentivo a hipersedentarização que, por um lado contribui com o retardo de contágio e por outro, com o enfraquecimento da asabiya.

Tem-se, como postulado social que: "Há para os homens necessidade absoluta de se reunirem em sociedade, como temos repetido várias vezes. " (KHALDUN, 1959, p. 133). Isso implica que a psicologia social saudável está pautada na sociabilidade da Umran em situação; contudo, como já afirmado, com a diminuta asabiya há um maior descomprometimento dos indivíduos entre si. Reconhece-se, porém, que o trabalho é um mecanismo que permite ainda a solidariedade social, mas ainda assim, sobretudo para aqueles que não possuem um compromisso labutar para com a alteridade, agrava-se a sensação de pequenez, abrindo-se para quadros depressivos e ansiosos.

Enquanto saldo positivo, tem-se, em Khaldun (1960) que no sedentarismo há a possibilidade de desenvolvimento das artes e das ciências, haja vista a grande capacidade científica de produção de vacinas que, em menos de três anos já estão prontas e com produção massiva e qualidade confirmada. Assim, o contexto global de hipersedentarismo concomita com um retiro individual aberto à reflexão para resolver os problemas do cenário

 ISBN: 1981-1047

atual. Portanto, verifica-se que o sedentarismo, individualiza, mas também faz aumentar a capacidade humana de exercer suas faculdades de apreensão e de imaginação de maneira livre a resolver problemas possíveis e não necessários. Felicita-se, pois, a comunidade acadêmica mundial que no sedentarismo de suas casas, laboratórios, institutos... dedicaram sua reflexão.

Tal situação, globalmente realizada, encontra como antítese o Brasil, com o forte Espírito de partido extremista, concorda-se que o atual presidente Bolsonaro é perverso! Tem lidado com a pandemia como se fosse algo menor e sem importância. Desrespeita as orientações das autoridades de saúde, indicadas por ele mesmo, ao sair em espaços públicos e gerar aglomerações" (OLIVEIRA, 2020, p. 1). O sedentarismo não sublimado em arte e ciências gera uma grave angústia. Com isso, uma grande massa lança-se no desespero de uma asabiya de dominação com discursos perversos; assim, as mentiras circuitam na logicidade social e reforçam o Espírito de grupo e, enquanto coletivo, nem a solidão e nem a solitude é possível. Nessa derrocada pela força da asabiya as pessoas saem de casa e a catástrofe acontece.

Conclusões

O trabalho visou compreender a leitura do Espaço social a partir da obra "Os Prolegômenos" do autor africano do século XIV chamado Ibn Khaldun. Orientou-se, toda a argumentação, em uma perspectiva fenomenológica-hermenêutica a partir de dois planos: imanente pelo manifesto e transcendente pelo latente; entre os dois patamares está o sentido do mundo da obra. Tal intento derivou – para uma análise consistente – em uma metodologia que pôde abrir as temáticas do autor de maneira profunda e concisa.

Assim, neste horizonte khalduniano, inseriram-se, em suas posições, estudiosos que o consideram precursor do: *malikismo* teológico, *mu'tazilismo* da escola de *kalam*. Ainda, entendeu-se em seu contexto histórico um grande movimento intelectual, de amplas correntes filosófico-teológicas, que, com o desenvolvimento da cultura do papel – com a importação da técnica chinesa – permitiu uma difusão literária, e, por fim, o contexto pujante e expansionista e unitário do território islâmico consentindo uma circulação de ideias e a permissividade de ócio com uma grande facilidade de fluidez.

 ISBN: 1981-1047

Desse plano, logo, adentrou-se em sua obra, recontando-se a apresentar, mais especificamente, suas posições geográficas, tanto naturais quanto humanas. Com vários exemplos de comentários calcados em geografia, elucida-se um autor que em sua polimatia era, inclusive, um exímio geógrafo. Especialmente por seu estudo do mundo pelo mapa de Al-Idrisi, inspirado na categorização de sete climas e dez seções de Ptolomeu, ou seja, compreendendo setenta partes do mundo as quais Ibn Khaldun descreveu cada uma delas, encaminhando dimensões geomorfológicas, climáticas, hidrográficas, agrícolas, urbanas, culturais, políticas...

Disso, partiu-se, pois, para seus conceitos que substratam sua análise social, e entendeu-se assim o autor enquanto um aristotélico com uma posição que inadmite a definição do homem enquanto um animal social por definição, mas, situa o homem como um animal de reflexão, permitindo que o pilar do social seja visto enquanto um ditame de intensidade, por vezes mais e por vezes menos intenso. Portanto, para Ibn Khaldun, a sociedade será a Umran e seu comportamento contextual a asabiya. Com isso, sua análise do Espaço social permite modulações na predicação do Espírito de grupo (asabiya).

A seguir, usaram-se os conceitos como ferramentas de análise do Espaço social com duas posições exemplificadas: a geopolítica pelo Espírito de partido e o cenário pandêmico, ambos situando uma dimensão mundial e recortando para a brasileira. Esses exemplos, são possibilidades de análises, dentro uma infinidade de outras ainda a serem conduzidas. Entende-se que o trabalho destacou pontos principais do horizonte khalduniano, que ainda podem ser aprofundados, assim como elucidou relações entre seus conceitos que, também, estão abertos a novas interpretações e modos de propulsão metodológica.

Referências

AL-JABRI, Mohammed. **Introdução a crítica da razão árabe**. São Paulo: Unesp, 1999.

ARAÚJO, Richard. **Ibn Khaldun**: a ideia de decadência dos Estados. São Paulo: Humanitas, 2007.

ARISTÓTELES. **A Política**. Tradução: Nestor Silveira Chaves; Introdução: Ivan Lins. Edição Especial. Rio de Janeiro: Edições de ouro, S/D.

BELO, Catarina. "Mu'tazilites, Al-Ash'Ari and Maimonides on Divine Attributes". **Veritas**: Revista da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. v. 52, n. 3, p. 117-131, setembro, 2007.

BISSIO, Beatriz. **O Mundo falava árabe**. A civilização árabe-islâmica clássica através da obra de Ibn Khaldun e Ibn Battuta. São Paulo: Civilização Brasileira, 2012.

CLAVAL, Paul. **História da geografia**. Lisboa (Portugal), Ed. Edições. 70, 2015.

DAGLIONE, Vivaldo. Resenha de: Os **Prolegômenos** ou Filosofia Social. **Revista de História**, São Paulo, v. 20, ed. 41, p. 269-272, 1 jan. 1960.

DANTAS, Albino Mário Santos. Leituras do Islã: O Fundamento da Letra em Al-Andalus. **Gênero & História** (UFPE), v. 5, p. 187-210, 2008.

HUSSERL, Edmund. **A ideia da fenomenologia**: cinco lições. Petrópolis: Editora Vozes, 2020.

IDRISI, Al. ***La première geographie de l'Occident*** (*traduction du* Chevalier Jaubert, 1840). *Présentation par* Henri Bresc *et* Annliese Nef. Paris, GF Flammarion, 1999, 516 p.

KHALDUN, Ibn. **Os prolegômenos ou Filosofia Social**. Tradução e notas José Khoury & Angelina Bierrenbach Khoury. São Paulo: Safady Ltda, 1958. v. 1.

KHALDUN, Ibn. **Os prolegômenos ou Filosofia Social**. Tradução e notas José Khoury & Angelina Bierrenbach Khoury. São Paulo: Safady Ltda, 1959. v. 2.

KHALDUN, Ibn. **Os prolegômenos ou Filosofia Social**. Tradução e notas José Khoury & Angelina Bierrenbach Khoury. São Paulo: Safady Ltda, 1960. v. 3.

KIMBLE, George. **A geografia na Idade Média**. Tradução de: Márcia Siqueira de Carvalho. 2ª. ed. Londrina: Eduel, São Paulo: Imprensa Oficial do estado de São Paulo 2005.

LA BLACHE, Paul Vidal de. **Princípios de Geografia Humana**. 2ª ed. rev. Lisboa (Portugal): Edições Cosmos, 1954 (1ª ed. 1921).

LACOSTE, Yves. **Ibn Khaldun**: nascimento da história – passado do terceiro mundo. São Paulo: Ática, 1991.

LÉVI-PROVENÇAL. Évariste. **Islam d´Occident. Études d´Histoire Médiévale**. Paris: Librairie Oriental et Américaine, 1948.

OLIVEIRA, Victor. "COVIDamos" em um mundo globalizado. **Life Research Group** [03/04/2020]. Disponível em: https://liferesearchgroup.wordpress.com/2020/04/03/covidamos-em-um-mundo-globalizado/ . Acesso em: 08/04/2021.

ORTEGA Y GASSET, José. **Obras completas.** Tomo II. [s.n.]: [s.l.], 1927.

PTOLOMY, Claudius. **The Geography**. Translated and edited by Edward Luther Stevenson. New York: Dover Publications, 1991.

RATZEL, Friedrich. A geografia do homem. In: **Ratzel**. MORAES, A. C. R. (Org.). São Paulo: Ed. Ática, (Col. Grandes Cientistas Sociais), 1990, p. 32-107.

RICŒUR, Paul. **História e verdade**. Rio de janeiro: Forense, 1968.

RICŒUR, Paul. **Interpretação e ideologias**. Trad. Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

RICŒUR, Paul. **Hermenêutica e ideologias**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5ª ed. São Paulo: Ed. USP, 2012.

SENHORAS, Elói Martins. "Coronavírus e Educação: Análise dos Impactos Assimétricos". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 2, n. 5, 2020.

 ISBN: 1981-1047

THINK TANKS (NEO)LIBERAIS NO BRASIL: O CASO DO DISCURSO ULTRALIBERAL DO INSTITUTO MISES BRASIL SOBRE A PANDEMIA COVID-19 EM 2021

GT – Geografia Política e Geopolítica

Leandro Nieves Ribeiro
leandro.nieves@unesp.br
Doutorando em Geografia pela FCT/Unesp

Resumo

Thinks tanks são institutos públicos ou privados, autônomos, sem fins lucrativos, que objetivam influenciar a opinião pública e até de políticas públicas em diversas áreas como educação, política, meio ambiente, saúde, segurança pública. A mundialização de think tanks, a sociedade em rede e a recente literatura científica demonstram que essas instituições são relevantes demais no cenário mundial, pois tentam persuadir a opinião pública com seus interesses políticos e econômicos, além de reproduzirem a neocolonização do pensamento (neo)liberal. O objetivo do texto é de analisar o discurso do Instituto Ludwig Von Mises – Brasil, um think tank ultraliberal, sobre a pandemia da Covid-19 de seus materiais publicados no seu site, entre 01 janeiro de 2021 até 31 de março de 2021. A nossa hipótese é que o instituto Mises Brasil potencializa o avanço do neoconservadorismo, ao reproduzirem a desinformação, o negacionismo e teorias conspiratórias sobre a pandemia da Covid-19 e das medidas adotadas pelas organizações públicas para restringir a circulação de pessoas.

Palavras-chave: Think tanks, (neo)liberalismo, Instituto Ludwig Von Mises – Brasil, análise do discurso, Covid-19

Introdução

Think tank é uma instituição de intelectuais e pesquisa, de origem pública ou privada, que objetiva influenciar a opinião pública e até as políticas públicas por meio de pesquisas, artigos de opinião, matérias publicadas em sites e nas redes sociais em diversas áreas como política, meio ambiente, saúde, segurança pública e entre outros. Existe mais de 8 mil think tanks no mundo, concentrando-se nos países hegemônicos e emergentes, com destaque para o Brasil, como o segundo maior país latino-americano com estes institutos.

Estes think tanks possuem diferentes correntes ideológicas e paradigmática e exercem influência no pensamento na sociedade civil seja com políticas ou opiniões públicas, que repercutem nas disputas territoriais materiais e imateriais da sociedade. Entende-se que os institutos (neo)liberais tem potencializado a conflitualidade e o conservadorismo, ao

 ISBN: 1981-1047

reproduzirem de forma negativa, ou com desinformação, interpretações equivocadas, desqualificando ou sem uma visão crítica, que determinam o desenvolvimento territorial, a disputa paradigmática e avanço do neoconservadorismo na sociedade.

O presente artigo busca analisar geograficamente o discurso ultraliberal do Instituto Ludwig Von Mises- Brasil por ser um think tank ultraliberal com forte influência da neocolonização do pensamento e do neoconservadorismo com a Escola Austríaca. Como estudo de caso, este artigo delimita a análise em materiais publicados no site do instituto ultraliberal sobre a pandemia da Covid-19, entre março de 2020 até março de 2021. A justificativa pela escolha da pandemia, é de aproveitar o contexto atual para compreender e refletir as problemáticas e implicações da ideologia neoliberal e o conservadorismo, promovidas por esse instituto. Para isso, utilizarei a metodologia da análise do discurso nos materiais publicados no site do Instituto Ludwig Von Mises- Brasil para identificar e analisar o funcionamento do discurso dessa ideologia, discutindo principalmente sobre a visão ultraliberal de liberdade e restrições e medidas de segurança, isolamento social e até o lockdown, que é o fechamento total.

A estrutura desse artigo foi subdivida em 5 partes. Na primeira, destacarei a relevância e problematização ao analisar os principais estudos sobre o think tank no mundo, identificando a origem, mundialização e concentração espacial. Na segunda parte, analisarei os think tanks no Brasil e especificamente sobre os institutos (neo)liberais. Terceira, problematizarei brevemente os temas pertinentes dos think tanks (neo)liberais na geografia e em outras áreas do conhecimento, como a influência e consequência da neocolonização do pensamento e da ideologia ultraliberal na sociedade brasileira através das manifestações de junho de 2013, que leva ao aumento do neoconservadorismo. Quarta, farei um breve histórico sobre o Instituto Ludwig Von Mises-Brasil, destacando a sua origem, funcionamento, materiais e demais formas que mostrem como influenciam a opinião pública. E por fim, na quinta parte analisarei o discurso do instituto através de textos publicados em seu site oficial sobre a pandemia do Covid-19, com a intenção de refletir sobre a ideologia ultraliberal e suas consequências para a sociedade.

 ISBN: 1981-1047

A origem do Think Tank e sua mundialização

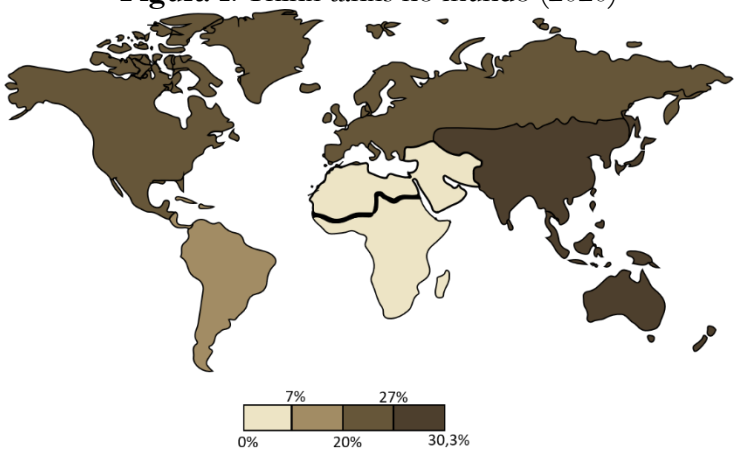
A palavra *think tank* possui uma variedade de traduções como pensadores ofensivos, reservatório de ideias, usina de ideias, centros de cérebro e institutos permanentes de pesquisas ((RIGOLIN, HAYASHI, 2012; ROCHA, 2019). Independente da tradução utilizada, os *think tanks* são entendidos como instituições de intelectuais e pesquisa, de origem pública ou privada, que objetivam influenciar a opinião pública e até as políticas públicas por meio de pesquisas, artigos de opinião, matérias publicadas em sites e nas redes sociais em diversas áreas como política, meio ambiente, saúde, segurança pública e entre outros (HAUCK, 2015).

O think tank tem sua origem nos EUA, no início do século XX, com as organizações Carnegie Endowment for International Peace e a Brookings Institution, que buscavam influenciar reformas sociais e políticas do país. A origem da palavra "think tank" remota ao jargão militar às salas secretas destinadas as discussões militares durante a guerra (HAUCK, 2015; RIGOLIN, HAYASHI, 2012). Após a Segunda Guerra Mundial, o jargão ganhou notoriedade e sucesso com a expansão ideológica da influência estadunidense, o que promoveu a mundialização desses institutos em vários países do mundo, e com isso, expandiu, diversificou e intensificou a influência desses institutos nos países.

Com a mundialização e o desenvolvimento de uma sociedade em rede e, igualmente, da evolução da telecomunicação, informação, internet e das redes sociais, os think tanks ganharam demasiada relevância no cenário mundial, sendo registrados um aumento de 702% institutos no mundo entre 2016 e 2019 (INSTITUTO MILLENIUM, 2019). Para identificar a quantidade desses think tanks recorre a McGann (2021), do Instituto Lauder da Universidade da Pensilvânia, que identifica, registra e acompanha anualmente os principais no mundo. Desde 2008, o instituto publica um relatório anual chamado de Global Go To Think Tanks (MCGANN, 2021). No relatório de 2020 foi identificado ao todo 11.175 mil institutos que estão espalhados em todos os continentes (MCGANN, 2021), conforme a figura abaixo;

 ISBN: 1981-1047

Figura 1. Think tanks no mundo (2020)



Adaptado de McGann (2021).
Fonte: Global Go To Think Tank 2020 (MCGANN, 2021).

Deste total de think tanks, a América do Norte (21,4%), Europa (26, 2%) e Ásia e Oceania (30,3%) agrupam juntos 77,9% dos institutos no mundo, enquanto, a África e Oriente Médio (11,4%) e América do Sul e Central (10,6%) reservam 22%. Esse dado evidencia que os países hegemônicos, seguido dos países emergentes, dominam a maioria dos think tanks, enquanto os países periféricos não possuem institutos próprios. É importante observar, que mesmo que os países periféricos não tenham tantos institutos próprios, existe a influência e alcance de institutos estrangeiros nesses países, formando uma rede de influências, conforme demonstra Mato (2007).

Outro dado expressivo do mesmo relatório é a concentração desses institutos nos EUA, que comporta sozinho 91,9% dos institutos na América do Norte e 19,7% de institutos no mundo. Para ilustrar a dimensão da concentração dessa país no mundo, basta compará-los com os demais países com mais think tanks, como a China (12,6%), Índia (5,5%), Reino Unido (4,6%), Coréia do Sul (3,7%), França (2,5%), Alemanha (2,4%), Argentina (2,3%), Brasil (1,7%) e Vietnã (1,6%) (MCGANN, 2021). Resumindo o dado, os EUA têm: 1,5 vezes institutos a mais do que a China; 11,5 vezes a mais do que o Brasil; 1,7 vezes a mais do que juntos tem a África e Oriente Médio; e 1,7 vezes a mais também do que a América Latina (incluindo dados do relatório da América Central e América do Sul e mais México). Estes dados demonstram a enorme influência e poderio estadunidense no mundo, o que posteriormente relacionarei com a neocolonização do saber e o poder de persuasão do país.

ISBN: 1981-1047

Cátia Costa (2017) destaca os think tanks como as instituições que mais influenciam as políticas públicas a nível mundial e, mesmo com essa relevância, há poucos estudos sobre esses institutos. Conforme explica Secchi e Ito (2016) os think tanks são atores invisíveis e que são desconhecidos da população. Para os autores, "as pessoas não conhecem sequer o termo think tank, exceção feita aos acadêmicos e jornalistas que vivem na comunidade epistêmica de políticas públicas" (SECCHI, ITO, 2016, p.346). No Brasil, as pesquisas acadêmicas, tanto nas áreas de Relação Internacional, Ciências Políticas, da Geografia sobre essas instituições são recentes e relativamente escassas (RIGOLIN, HAYASHI, 2012).

Além das pesquisas insuficientes, destaco outra problemática pertinente: a imprecisão na literatura acadêmica sobre a conceituação desses institutos. Hauck (2015) e Rigolin e Hayashi (2012) argumentam que a falta de clareza da conceituação é um fator preocupante, pois dificulta a possiblidade em analisar profundamente essas instituições, além de inviabilizar a dimensão dos seus impactos e da extensão de seu poder.

Hauck (2015) afirma que as primeiras organizações passaram por profundas metamorfoses tornando sua organização, seu funcionamento e atuação ainda mais complexa devido às crescentes concorrências entre eles, das hibridizações causadas pelos específicos contextos nacionais e até pelo desenvolvimento da globalização e da transnacionalização (HAUCK, 2015). A autora ressalta que é fundamental discutir a questão metodológica sobre a conceituação dos TT's, cuja falta de consciência metodológica tem ocasionado um problema conceitual, o que nos deixa "em um mar de confusão empírica e teórica [...] (SARTORI, 1970, p.1053, apud, HAUCK, 2015, p.31).

Uma segunda análise que reforça a problematização da questão metodológica sobre o conceito de think tanks é de Rigolin e Hayashi (2012). Para as autoras, o dilema da definição e caracterização de um think tank nunca foi superado, o que gerou uma fragilidade analítica. Deste modo, ocorreu uma falta de acepção sobre a classificação do que inclui ou exclui este tipo de organização. Refletem também que a imprecisão do termo favorece certos institutos que buscam ganhar notoriedade como think tanks, enquanto, poderiam supostamente ser associadas como grupos de interesses, ativistas ou lobistas. Conforme esclarece as autoras,

> Ser chamado de think tank é elevar-se acima da política baseada em meros interesses (o mundo da politics) e reivindicar os dividendos simbólicos que resultam da associação entre os produtores de

 ISBN: 1981-1047

> conhecimento especializado e a política pública (o mundo da policy)(RIGOLIN, HAYASHI, 2012, p.24).

Portanto, a imprecisão conceitual é um fator positivo para essas organizações, pois permite que um grupo lobista transpareça credibilidade ao parecer, de forma supostamente equivocada, como instituição de pesquisa científica "neutra" sem qualquer interesse político e econômico. Diante disso, há uma necessidade para um aperfeiçoamento teórico do conceito, até mesmo para que permita compreender a relação e limite de um instituto com grupos empresariados como associação, lobistas, grupos de pressão e partidos políticos (CRUZ, KAYSEL, CODAS, 2015). Entretanto, nesse presente artigo não será possível aprofundar esse conceito de think tanks e, portanto, tratarei esses institutos como instituições com a intencionalidade de influenciar a opinião da sociedade civil. A seguir destacarei a origem dos think tanks no Brasil e avançarei sobres os institutos (neo)liberais.

Think Tanks no Brasil e do caso dos Think Tanks (neo)liberais

De acordo com Secchi e Ito (2016), os primeiros think tanks brasileiros surgiram entre a década de 40 e 50, com a criação da FGV em 1944, o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI) em 1954 e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) em 1955.

Em síntese, a FGV é um think tank que atua em diversos assuntos, desde relações internacionais, meio ambiente, políticas sociais, políticas públicas, educação e entre outros. Vale que a FGV, a única em ativa entre os think tanks mais antigos no Brasil, é reconhecida como centro de excelência pelo Instituto Lauder na América do Sul e Central entre 2016-2019, por ter conseguido em 3 anos consecutivos ser reconhecido como o melhor na sua categoria. Além desse prêmio, o instituto FGV é reconhecido pelo mesmo instituto como o 3º melhor think tank no mundo, e também em outras diversas categorias, como 10º na política de desenvolvimento internacional, 4º em política social, 3º em meio ambiente e diversas outras.

Já o IBRI se especializou nas relações internacionais e encerrou em 1992, quando foi transferido a sua organização para a Universidade de Brasília, tornando-se além de um instituto um período acadêmico, chamado de Revista Brasileira de Política Internacional

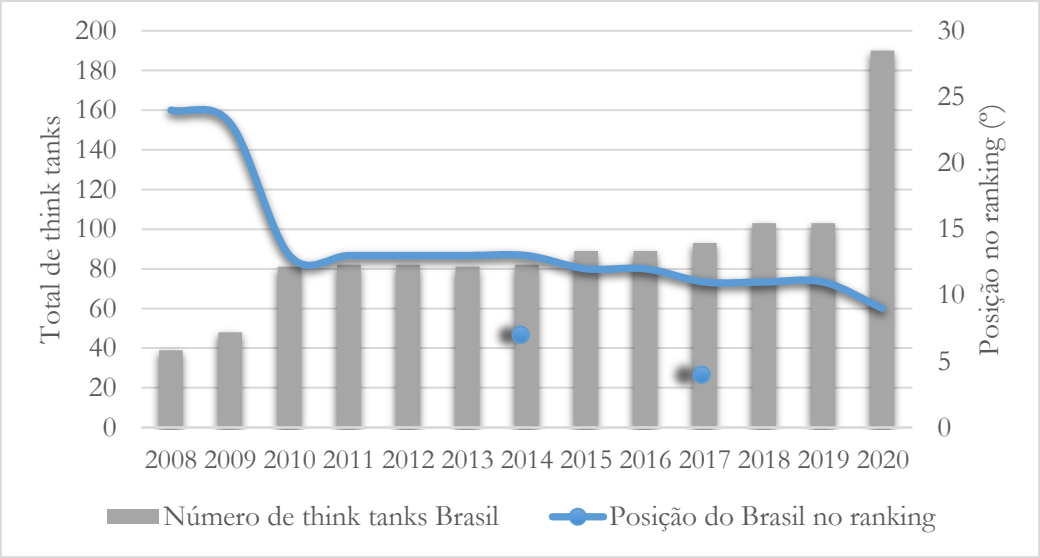
 ISBN: 1981-1047

(RBPI) (DULCI, 2012). E por fim, o ISEB foi criado como órgão do Ministério de Educação e Cultura no governo de Café Filho (1955), que sucedeu ao Getúlio Vargas após o seu suicídio e que praticamente foi iniciado no governo de Juscelino Kubitschek (JK). O ISEB foi criado para incentivar os estudos das ciências sociais e a promoção do desenvolvimento nacional, sendo que foi relevante para o projeto nacional-desenvolvimentista de JK. Com a ditadura civil-militar brasileira, o ISEB foi extinto em 13 de abril de 1964 (ABREU, 2012).

Atualmente, foram identificados 190 think tanks no Brasil (MCGANN, 2021), o que parece um número relativamente baixo, principalmente, se comparar com os EUA. Contudo, o Brasil ocupa o segundo posto de país com mais institutos na América Latina e na América do Sul, e perde apenas para a Argentina, que tem 262 institutos. Se somar esses dois países sul-americanos, eles representam juntos 35% dos think tanks na América Latina e 38,3% na América do Sul. Essa concentração de think tanks no Brasil e o que representa em conjunto com o governo de Buenos Aires, nos permite aferir diversas reflexões sobre a intencionalidade, dimensão e impacto desses institutos nesses países, que devido a riqueza de recursos naturais e de uma economia emergente, promovem um interesse e disputa geopolítica e territorial.

É interessante destacar o Gráfico 1 sobre a evolução desses institutos no país, e o ranking no relatório do Global Go To Think Tanks entre 2008 e 2020

Gráfico 1. Evolução de think tanks no Brasil e ranking no Global Go To Think Tanks (2008-2020)



Fonte: Global Go To Think Tank 2020 (MCGANN, 2021).

ISBN: 1981-1047

Entre o período de 2008 e 2020, o relatório indicou um crescimento acumulado de 387% de think tanks no Brasil, o que fez o país ultrapassar a 24ª posição para a 9ª em 2020, e alcançar pela primeira vez entre os 10 países com mais institutos no mundo. No período de 2019 para 2020, houve o maior crescimento de think tanks no Brasil com 84%, superando o crescimento anual de 69% entre 2009 e 2010.

Os principais e atuais exemplos de think tanks no Brasil são a já citada FGV, o Instituto Millenium (IMIL), o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Núcleo de Estudos da Violência (NEV USP), o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), Instituto Liberdade (IL-RS), a Fundação Perseu Abramo (FPA) e entre outros (MCGANN, 2021). Estes institutos são de diferentes áreas de atuação (administração, ciência e tecnológica, políticas sociais, educação, política externa, economia, meio ambiente, saúde...), de característica (centros de pesquisa, grupos de pesquisa, institutos de pesquisas) e de financiamento (setor privado, público e ou até de organização sem fins lucrativos). Pela diversidade é relevante fazer um recorte temático.

No caso deste artigo, abordarei os institutos (neo)liberais, que tal termo merece uma reflexão. O termo (neo)liberal utilizado aqui é para agrupar as diferentes correntes de pensamento liberal - como o liberalismo clássico de Adam Smith, o neoliberalismo de Milton Friedman da Escola de Chicago e, por fim, do ultraliberalismo que tem como pensador Ludwig Von Mises da Escola Austríaca. A justificativa é que como essas diferentes correntes de pensamento possuem inúmeras ramificações e que o desenvolvimento de seu pensamento não ocorreu de forma linear, há uma confusão e debate sobre o uso do termo "neo", entre os chamados neoliberais da Escola de Chicago com os "novos" liberais da Escola Austríaca, que aqui são identificados como ultraliberais (MATOS, 2007; ROCHA, 2019). Dessa forma, opto por agrupar essas correntes liberais como (neo)liberais para evitar a confusão terminológica entre os grupos liberais.

Dentre os think tanks (neo)liberais, considerei como exemplo o Instituto Millenium (IMIL), o Instituto Liberdade (IL-RS) e o Instituto Ludwig Von Mises-Brasil, sendo este último o nosso foco de estudo. Esses think tanks (neo)liberais são organizações sem fins lucrativos e contam com financiamento privado e/ou transnacional e defendem visões pró-mercado, pró-privatização, pró-Estado mínimo e de outras visões da corrente libertária e

 ISBN: 1981-1047

(neo)liberal. Para transparecer a natureza desses institutos, considero relevante descrever brevemente os dois institutos (neo)liberais, mesmo que eles não sejam nosso objetivo principal de estudo.

O IMIL foi criado oficialmente em 2006 e tem sua sede no Rio de Janeiro. O instituto se define como uma entidade sem fins lucrativos, sem vinculação político-partidária e com o objetivo de formar formadores de opinião e influenciadores que promovam valores e princípios neoliberais como a liberdade individual, direito a propriedade e economia de mercado (INSTITUTO MILLENIUM, 20??; SILVEIRA, 2013).

Segundo Friderichs (2019) o IL-RS foi criado em 1986 com o nome de Instituto Liberal do Rio Grande do Sul, que foi criado em 1983 por Donald Stewart Junior no Rio de Janeiro e que tem várias sedes no país com diretrizes e estrutura própria. Em 2002, a sede sul-rio-grandense tomou um rumo diferente do Instituto Liberal alterando para seu atual nome, Instituto Liberdade, devido uma relação com a Atlas Network, que será explicada em outro momento. Mesmo com a mudança, o Instituto Liberdade e o Instituto Liberal ainda têm uma forte relação e proximidade ideológica, conforme consta no site oficial do Instituto Liberal.

Em relação a descrição do Instituto Von Mises- Brasil farei isso em uma outra seção específica, mas pode-se adiantar que é um instituto criado com adaptação brasileira do Instituto Von Mises do EUA, em referência ao principal pensador da Escola Austríaca. Sobre o motivo da alusão ao pensador, é relevante destacar que Mises é cultuado pelos liberais por ter "refutado"[8] a teoria do cálculo socialista ao publicar o livro "O Cálculo Econômico sob o Socialismo" (1920).

Em síntese, compreende-se que estes institutos exercem uma intensa influência na sociedade com o pensamento (neo)liberal e neoconservador, ao moderarem o debate político por meio de sua persuasão com pesquisas, textos publicados em seus sites, artigo de opinião e de sua participação na mídia de forma geral. A seguir destacarei as principais problematizações sobre os think tanks e suas repercussões na sociedade.

[8] Usa-se o termo refutado entre aspas por não ser possível identificar que houve uma impugnação, uma vez que existe interpretações diferentes sobre a teoria defendia por Mises.

 ISBN: 1981-1047

Problematização e repercussão do neoconservadorismo dos Think Tanks (neo)liberais no Brasil

Rigolin e Hayashi (2012, p.22) afirmam que "se as ideias importam, é natural que o estudo dos think tanks seja igualmente importante, porque estas são as instituições que ajudam a propagá-las". Dessa forma, concordo com Rocha (2019) e Solano e Rocha (2019) que os think tanks (neo)liberais formam um contrapúblico ultraliberal e reforçam o avanço da onda neoconservadora (MARIUTTI, 2020).

Como exemplo dessa influência, o Instituto Millenium publicou um artigo de opinião intitulado de "O que pensar sobre o projeto que criminaliza o abuso de autoridade?" (INSTITUTO MILLENIUM, 2019). Outra forma de influenciar a opinião é através de slogans usados nas manifestações, redes sociais e entre outras formas para espalhar seu pensamento, como "Imposto é roubo", "Menos Marx, mais Mises", "Direitos humanos para humanos direitos" (ROCHA, 2019; SOLANO, ROCHA, 2019) e entre outros que são compartilhados pelos institutos citados.

Conforme explica Solano e Rocha (2019), o pensamento econômico (neo)liberal tem várias dimensões, ultrapassando para além das relações capitalistas, e funciona como um sistema normativo que abarca discursos e práticas sociais e morais conservadoras. Por isso, de acordo com a concepção das autoras, é possível identificar nessa ideologia uma relação com a homofobia, sexismo, racismo e xenofobismo, considerando-os como pensamentos neoconservadores.

Além do neoconservadorismo, é possível relacionar os institutos como uma reprodução da colonização do pensamento (CECEÑA, 2013), seja por meio de uma cultura civilizatória (CHAUÍ, 2015) ou da concepção de modernidade, contribuindo para uma formação da opinião pública com um consenso de que o desenvolvimento (neo)liberal é o caminho a ser seguindo. Para Gomez (2008, p.249), o referido consenso que "[...] goza de una legitimidade incostestable [...] [y] aparece como el bálsamo necesario para tranquilizar la consciencia social" é reproduzido pelos organismos supranacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que ditam as políticas econômicas mundiais.

De acordo com Mato (2007), além dessas organizações supranacionais, existe uma rede de influências das ideias neoliberais, que não se restringe a economicistas ou políticos,

 ISBN: 1981-1047

como também de significativos grupos, organizações e institutos nacionais da sociedade civil. Como explica o autor, o Friederich Hayek, depois da Segunda Guerra Mundial, convidou 36 economicistas, historiadores e filósofos para reunirem em Mont Pelerin na Suíça para debater sobre os rumos da economia e do Estado na visão do liberalismo. Esse encontro serviu para que, em 10 de abril de 1947, fosse fundado a Sociedade Mont Pelerin com o objetivo de promover as ideias liberais.

Além dessa sociedade, Mato (2007) explica que Anthony Fisher, da London School of Economics, gostaria de seguir carreira política para defender o pensamento liberal e que foi aconselhado pelo Hayek a evitar a política e a procurar incidir sobre os intelectuais, pois estes influenciariam a opinião pública e os políticos. Fisher, seguindo o conselho de Hayek, criou em 1955 a IEA (Institute of Economic Affairs) e em 1981 fundou a estadunidense Atlas Economic Research Foundation (formalmente chamada de Atlas Network), uma importante rede de 200 think tanks em 67 países, que articula outros *think tanks* ou organizações (neo)liberais latino-americanas, como o Instituto Liberdade (FRIDERICHS, 2019).

Os institutos (neo)liberais, através de suas redes de influência, funcionam como instrumento para a disputa territorial, paradigmática e geopolítica (KAROL, 2013). De tal forma, é relevante associá-los com os conceitos de soft e cyber power (NYE, 2002, 2010) e com a guerra híbrida (KORYBKO, 2015).

Nye (2002) ao analisar os tipos de poderes geopolíticos mundiais, destaca inicialmente três: hard power (poder duro, coerção ou militar), soft power (poder brando/influência econômica) e o smart power (o poder que combina o hard e o soft power). Dentre os três, destaco o soft power, que é associado com o think tank devido ao seu poder da persuasão, com a disputa ideológica, econômica, social e cultural em universidades, meios de comunicação, organizações filantrópicas e demais entidades similares (NYE, 2002).

Em estudos mais recentes, Nye (2010) classificou um quarto poder, o cyber power (o poder cibernético), que é medido pela difusão da informação pelo uso de eletrônicos e da infraestrutura cibernética. Se associar esse quarto poder com o think tank, além do soft power, percebe-se a dimensão e poder de alcance dessa instituição.

O conceito da guerra híbrida é apresentado por Korybko (2015), que de forma sintética apresento como uma combinação de estratégia militar convencional com outras

 ISBN: 1981-1047

forças da sociedade civil, como o think tanks, e de táticas de ciberguerra, gerando uma guerra de desinformação.

Para ilustrar historicamente como um think tank pode influenciar a opinião pública, cito o caso do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Segundo Paula (2004), o instituto foi criado por empresários em 1961, na época da renúncia de Jânio Quadros e posse para João Goulart, que era visto como uma ameaça comunista. O IPES teve uma importante contribuição nesse momento ao promover uma forte campanha antigovernamental e anticomunista para opinião pública por meio de meios de comunicação, filmes, cursos, seminários, conferências públicas financiadas pelo instituto e publicação de inúmeros livros e folhetos anticomunistas. O papel do IPES promoveu um aumento do conservadorismo no país e que culminou em 1964 com ditadura civil militar. Ressalta a autora, que o reconhecimento oficial da relevância do instituto foi feito em 7 de novembro de 1966, quando o IPES foi declarado como um órgão de utilidade pública do governo militar. Portanto, é alarmante como um think tanks pode influenciar a opinião pública.

Dentre outras consequências do pensamento neoconservador no Brasil, os think tanks (neo)liberais desempenham um papel fundamental na política brasileira, através de sua articulação com os movimentos sociais, como a organização das manifestações em junho de 2013 e de 2015 pró-impeachment da Dilma Roussef (SOLANO, ROCHA, 2019). As manifestações de 2013 e 2015 foram organizadas por grupos conservadores, como o Movimento Brasil Livre (MBL), o "Vem pra Rua" e Revoltados *On Line*, que fortaleceram o sentimento antipestista e a defesa de projetos sociais liberais, como medidas de austeridade, reformas trabalhistas, flexibilização das leis ambientais e entre outras. Para Carvalho (2018, p. 114), as medidas adotadas após o golpe, que destituiu a Dilma Roussef, mostravam que "...boa parte da elite econômica desejava-se salvar-se dos custos de umas das maiores crises econômicas da história recente, impondo-os sobre o restante da sociedade".

De acordo com Solano e Rocha (2019), o MBL foi criado pelo grupo Estudantes Pela Liberdade (EPL), uma filial brasileira do *Students For Liberty* dos EUA. Por sua vez, a EPL foi criada pela já citada Rede Atlas Network, da mesma forma que o Instituto Liberdade. Assim, percebe-se o fato da influência dos interesses do pensamento liberal, EUA e de outros países hegemônicos no Brasil.

 ISBN: 1981-1047

Além dessa relação entre as organizações, as lideranças dos movimentos e dos think tanks (neo)liberais tem uma estreita relação de proximidade. Por exemplo, o Rodrigo Constantino dos Santos foi um dos fundadores do Instituto Millenium e é o atual presidente do Instituto Liberal e colunista da Jovem Pan e de canais do YouTube. Constantino é considerado como um dos principais nomes dos liberais e tem articulação com os líderes do MBL, como o Kim Kataguari e o Fernando Holiday, com Olavo de Carvalho e entre outros influenciadores denominados de neoconservadores (MARIUTTI, 2020; SOLANO, ROCHA, 2019).

Através do que foi exposto, reafirma-se a relevância de aprofundar estudos sobre a atuação de *think tanks* (neo)liberais no Brasil. Devido a variedade de institutos e de problemática de temas, delimito nesse artigo um recorte metodológico ao analisar apenas um think tank (neo)liberal, pelo qual, foi escolhido o Instituto Ludwig Von Mises – Brasil, por ser um dos institutos mais populares entre os jovens e por defender a Escola Austríaca com o pensamento ultraliberal, que tratarei na seção seguinte a sua origem, funcionamento para depois analisar o seu discurso.

Instituto Ludwig Von Mises no Brasil

O Instituto Ludwig Von Mises – Brasil, ou como é popularmente chamado de Instituto Mises Brasil (IMB), foi fundado em SP no ano de 2007, e tem adaptação do Instituto Ludwig von Mises dos EUA, o que destaca a influência do governo de Washington, das ideias liberais e neocolonização do pensamento na sociedade brasileira.

O Mises Brasil se define com o objetivo de produzir e disseminar os estudos econômicos que promovam princípios liberais, como o livre mercado e a defesa da propriedade privada e redução do Estado na economia (MISES BRASIL, 20??). O instituto reproduz os pensamentos da Escola Austríaca, que versa sobre a ideologia ultraliberal que defende uma visão mais radical do liberalismo, inclusive, aliando os chamados anarcocapitalista (ancaps), com a ideia de que "imposto é roubo" e que, principalmente, lutam contra o Estado e a favor das empresas capitalistas (MARIUTTI, 2020; SOLANO, ROCHA, 2019). Entre os principais pensadores dessa Escola, temos Murray Newton

 ISBN: 1981-1047

Rothbard (1926-1995), Friederich Hayek (1899-1992) e o próprio Ludwig Von Mises (1881-1973).

O Mises Brasil tem um site oficial (www.mises.org.br) que apresenta diversos materiais como textos (tipo blog) e artigos de autoria própria ou traduzidos de autores conceituados da Escola Austríaca e da sede do Instituto estadunidense, sobre temas da economia, política, direito, filosofia e de assuntos atuais. Dentre alguns textos publicados destaco "Por que não é crime dirigir alcoolizado" (24 de junho de 2008), "Se você gosta da natureza, privatize-a" (13 de janeiro de 2011), "Os artistas, os defensivos agrícolas e a máxima de Nelson Rodrigues", "Ao contrário do que diz o senso comum, não existem recursos naturais" ou "Quem realmente cria monopólio, oligopólios e cartéis?" (25 de junho de 2020). É através desses materiais textuais, com títulos sensacionalista, direto e buscando mostrar uma verdade absoluta, que o instituto, principalmente, influência a opinião pública. No menu do site tem outras seções como de ensino, podcast, multimídia e agenda com eventos do IMB, que mostram também a diversidade de formas de persuasão.

Na parte de ensino é oferecido: uma pós-graduação, que é uma especialização de 18 meses em Escola Austríaca com custo total de R$10.782; a escola de verão, que oferece quatro dias de cursos num custo de R$899,00; e a revista mises, que foi criada em 2013 com o nome de "MISES: Revista interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia" e publica textos mais científicos, tendo autores estrangeiros e brasileiros como o economicista Adriano Paranaíba (professor de Economia do Instituto Federal de Goiás) e o economicista Fabio Barbieri (professor da Faculdade de Economia e Administração da USP).

O podcast do Mises Brasil é um programa semanal, tendo atualmente 445 episódios até 07 de abril, é conduzido por Rodrigo Saraiva Marinho, que se apresenta como advogado, mestre em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza (Unifor) e liderança do Partido Novo. O tema do programa de podcast segue a linha do pensamento do instituto tendo como títulos "307º Como privatizar os correios?" (12 de março de 2018), "316º -A verdade sobre Cuba" (14 de maio de 2018), "410º - Libertários podem fazer a diferença" (01 de junho de 2020) ou "415º - Como desestatizar o Brasil" (06 de julho de 2020). Ainda sobre o podcast, foi encontrado programas com propaganda política do Partido Novo, como o programa 432º que convida o candidato a prefeito de SP, o Arthur do Val (25 de novembro de 2020), do canal de YouTube Mamãe Falei e membro do MBL, e o 433º com a vereadora

 ISBN: 1981-1047

Janaína Lima de SP (8 de dezembro de 2020). É importante relatar a presença do neoconservador deputado federal Luiz Philippe de Orleans e Bragança[9], do Partido Social Liberal (PSL), em dois podcast, no 221º (03 de junho de 2016) e 282º (29 de agosto de 2017).

Na seção de multimídia é apresentado uma biblioteca digital, com e-books com diversos títulos como: a "Anatomia do Estado", "A ética da liberdade", "A grande depressão americana" de autoria de Rothbard; "Ação humana: um tratado de economia" e "A Mentalidade Anticapitalista" de Ludwig Mises; e até livros de brasileiros como "Artigos para se entender a crise" do economicista Leandro Roque, a "A economia do intervencionismo" do economicista Fabio Barbieri e a "Desconsideração da Personalidade Jurídica na Justiça do Trabalho" do advogado Rodrigo Marinho. Foi interessante notar que ao fazer o download do e-book, é pedido que seja preenchido um cadastro com nome, e-mail e celular, e que ao fazer o cadastro, o interessado receberá e-mails com atualizações sobre as atividades, cursos e texto do IMB.

No site consta uma loja virtual com venda de camisetas, caneca e bandeira com slogans de "imposto é roubo", "mais liberdade, menos Estado", "Be Nice, don't be communist", e tem um campo para receber doações financeiras e até um clube de benefícios. O clube tem diversos tipos de benefícios e custo, desde o mais básico ao mais completo, com pagamento anual de R$700,00 ou até R$10.000,00 que dependendo da sua contribuição recebe brindes como 1 livro, 1 gravata do IMB, acesso a conteúdo exclusivos, desconto na pós-graduação que eles oferecerem, participação no grupo do Telegram, acesso VIP a eventos e Brasão do IMB.

Além do site, o IMB tem redes sociais e contas oficiais, no Facebook (280.371 seguidores), Twitter (46.300 seguidores), Instagram (103.000 seguidores), Youtube (70.500 inscritos) e LinkedIn (7.351 seguidores), que, principalmente, divulgam seus próprios materiais do site divulgam a ideologia ultraliberal. Em Mises Brasil (2019, não paginado), o instituto é referenciado como "líder em diversas categorias do ranking IMPACTO DIGITAL", de think tank liberais com mais seguidores nas redes sociais fora dos EUA.

[9] Luiz Philippe de Orleans e Bragança, descendente da família dos imperadores brasileiro, estrou na política em 2018 e foi eleito pelo mesmo partido do presidente Bolsonaro. Segundo Jiménez (2019), o atual presidente Bolsonaro cogitava escolher o atual deputado federal como vice-presidente de sua chapa no PSL, porém ele mesmo acabou desistindo da nova chapa por causa de fotos comprometedoras de Luiz.

 ISBN: 1981-1047

O presidente do instituto é o Helio Marcos Coutinho Beltrão[10], que fundou o Instituto Millenium, participa ativamente em diversos espaços no IMB, desde textos de sua autoria, participação em podcast ou em vídeos e até nos cursos. Mori (2020) pela BBC News Brasil São Paulo, entrevistou o presidente do instituto ultraliberal que afirmou ter uma relação muito próxima com Ministro da Economia Paulo Guedes (que também fundou o Instituto Millenium), demonstrando uma afinidade política e econômica com o governo neoconservador de Bolsonaro. Uma outra aproximação com o presidente Bolsonaro[11], é que o Helio Beltrão defendeu publicamente o uso da hidroxicloroquina para combater a pandemia da Covid-19 em um vídeo no Youtube do IMB[12], podcast do IMB[13] e até em seu Twitter e na coluna da Folha de SP (BELTRÃO, 2020). É importante ressaltar que a OMS concluiu em 02 de março de 2021, que a hidroxicloroquina não funciona no tratamento contra a Covid-19, e que seu uso pode causar efeitos adversos (CORACCINI, 2021).

Análise do discurso do Mises Brasil sobre a pandemia do coronavírus em 2021

Para avaliar o discurso do Mises Brasil, analisarei o discurso de materiais publicados em seu site oficial sobre a pandemia Covid-19 e para uma maior delimitação temporal, limito ao período de 01 de janeiro até 31 de março de 2021. A justificativa pela escolha da pandemia é para aproveitar o contexto atual para compreender e refletir as problemáticas e implicações da ideologia (neo)liberal e o neoconservadorismo, promovidas por esse instituto. A intenção é identificar o pensamento ultraliberal sobre a atuação do governo brasileiro na pandemia, como a determinação de restrições e até do lockdown.

[10] O nome completo é Hélio Marcos Coutinho Beltrão, que é filho do ex-ministro Hélio Marcos Pena Beltrão dos governos militares de Costa e Silva e de Figueiredo.

[11] O presidente Jair Bolsonaro, assim como ex-presidente estadunidense Donald Trump, recomendaram fortemente o uso de hidroxicloroquina para combater a pandemia da Covid-19, conforme aponta Coraccini (2021).

[12] O vídeo foi publicado no dia 25 de março de 2020 com o título "O lockdown, a hidroxicloroquina e o uso off-label - Helio Beltrão entrevista Claudio Lottenberg" e está disponível em https://youtu.be/tJP9sdlzS7c

[13] O podcast citado é o "401º - COVID-19: Consequências e possíveis soluções (Helio Beltrão)", publicado no dia 30 de março de 2020.

 ISBN: 1981-1047

Antes de começar a analisar o discurso é relevante explicar a metodologia sobre a análise do discurso. A metodologia que utilizarei foi proposta de Barros (2015), que fez uma adaptação da metodologia da corrente francesa de Michel Pêcheux, com a ferramenta da interdiscursividade, do interdiscurso de Jean-Jaques Courtine, que é uma relação entre a ideologia e a formação discursiva. Intenciona-se com a análise, de avaliar a busca pelo efeito de sentido, que é a relação entre língua e ideologia, uma vez que os textos não são neutros e que "[....] a própria produção textual é a atuação da ideologia em sua relação com o inconsciente [...]" (BARROS, 2015, p.92). Além disso, a análise do discurso não é relacionada com os estudos linguísticos, mas de como os modos do texto e do discurso se relacionam na produção desses sentidos. Portanto, propõe-se entender os "atravessamentos discursivos", isso é, de identificar, principalmente, os argumentos e a lógica ultraliberais que foram usados no texto.

Com a pandemia do Covid-19, o referido instituto ultraliberal publicou diversos tipos materiais como artigos, textos e podcast. Buscando um melhor recorte, utilizei o campo de pesquisa no site palavras-chave como Covid-19 e lockdown. Ao todo foi encontrado 5 textos com o tema publicados no Mises Brasil entre janeiro até março de 2021, que nos permitem compreender os atravessamentos discursivos ultraliberais. Para evitar repetições, apresentarei uma síntese e análise dos 4 primeiros textos, que possuem temas mais próximos, e depois, analisarei o último texto, que trata de um assunto diferente dos anteriores.

O primeiro texto é "Lockdown: a nova ideologia totalitária", que foi publicado no dia 26 de janeiro de 2021 e tem autoria de Jeffrey Tucker, que é Diretor-Editorial do American Institute for Economic Research. Tucker (2021, não paginado) compara o lockdown como um instrumento dos regimes totalitários como o fascismo, e afirma que existe essa nova ideologia chamada de "lockdownismo", onde pessoas "foram colocadas em prisão domiciliar". Segundo Tucker (2021, não paginado)

> Mesmo em países onde o Estado de Direito e as liberdades individuais são fontes de orgulho nacional, as pessoas foram colocadas em prisão domiciliar. Suas igrejas e empresas foram fechadas. Milhões de empreendedores e trabalhadores foram humilhados pelo estado, o qual, além de proibi-los de trabalhar, ainda afirmou que suas atividades não eram essenciais para ninguém.

ISBN: 1981-1047

Na visão liberal do autor, a liberdade individual não pode ser restringida pelo Estado e a empresa e os empregos são colocados como mais importante do que a proteção de indivíduos. A contaminação e a morte pelo Covid-19 são colocadas como fatores naturais, inclusive, de que existe uma "neurose com uma sociedade sem patógenos" (TUCKER, 2021, não paginado), banalizando as doenças.

O segundo texto é "A tirania, enquanto ela vigora, não é reconhecida por suas vítimas", com data de publicação em 27 de fevereiro de 2021 e de autoria de Donald Boudreaux, que se define com ex-presidente da organização liberal estadunidense Fundação por uma Educação Econômica. O texto apresenta como tema central a associação de que medidas restritivas são ferramentas da tirania, que são "impostas" de forma "violenta, unilateral e criminosa" pelo o que chama de "socialismo sanitário". Nas palavras de Bourdreaux (2021a, não paginado):

> Dado que a tirania sempre conta com o amplo apoio de suas vítimas, a maioria das pessoas que vive sob ela não tem conhecimento do terrível destino que as aguarda. E assim é com a tirania do socialismo sanitário de hoje. Acreditando que as ordens de lockdown, os decretos sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras e o fechamento de escolas são necessários para evitar perdas incalculáveis de vidas, as pessoas obedecem.

Nesse sentido, o "socialismo sanitário" impõe autoritariamente as medidas restritivas com "exageros e meias-verdades", sem explicar ou debater exatamente quais exageros ou meias-verdades. E alerta que...

> [...] como acontece com toda tirania, a verdade acabará por emergir. No futuro, os olhos das pessoas se abrirão para os exageros, para as meias-verdades, para as distorções e para as mentiras descaradas usadas para defender as restrições tirânicas de hoje. Algum dia, no futuro, as pessoas olharão para 2020 e verão como um ano em que a tirania escureceu o globo. Nossos filhos e netos balançarão a cabeça espantados com o fato de os adultos – os "adultos" – de 2020 terem sido tão crédulos ao ponto de acreditar piamente nos exageros histéricos e nos enganos e duplicidades utilizados para justificar essa tirania.

 ISBN: 1981-1047

De forma superficial, Bourdreaux busca convencer o leitor que as preocupações sanitárias são exageradas e, que a ideologia ultraliberal seria a única correta ao identificar o problema, e afirma que no futuro, "nossos filhos e netos darão risadas" sobre a pandemia do Covid-19, sem comentar sobre a quantidade de óbitos e o colapso de saúdem em vários países.

O terceiro texto é intitulado de "E se o Coronavírus houvesse se espalhado sem ser detectado?", publicado em 05 de fevereiro de 2021 e assinado por John Tamny, que é editor do site Real Clear Markets e contribuidor da Revista Forbes. Tamny (2021) inicia o texto aferindo com o questionamento "como seria se o coronavírus houvesse se espalhado, mas sem jamais ser diagnosticado ou detectado?" após afirmar que os lockdowns são "ineficazes, trágicos e desnecessário" e que existe um "pânico global" sobre a pandemia. Ao longo do texto, Tamny (2021) compara a atual pandemia da Covid-19 se ocorresse há 100 anos, afirmando que antes "ninguém poderia se dar o luxo de ficar em casa" e que o "povo teria se revoltado". Alega que a expectativa de vida a 100 anos atrás era relativamente baixa e que por causa de doenças como pneumonia, tuberculose, meningite" não havia um "número suficientemente alto de idosos" e que por isso, o vírus "talvez nem sequer teria sido descoberto". Nesse pensamento, Tamny reflete:

> Pense nisso. Não é exagero nenhum dizer que o coronavírus é um vírus "para o mundo rico". Fechar o comércio, proibir as pessoas de trabalhar e colocá-las para vivendo de assistencialismo do governo é um arranjo que apenas sociedades muito ricas podem se dar ao luxo de implantar. Pessoas produtivas (e por isso financeiramente bem-sucedidas) possuem empregos "portáteis" (podem trabalhar de casa) e passaram incólume pelos lockdowns (há um estudo que mostra como a disparidade de renda aumentou durante os lockdowns, para surpresa de ninguém). Acima de tudo, apenas em um mundo em que os idosos são realmente velhos é que o vírus consegue ter qualquer correlação notável com a morte.

Pela citação acima, a doença do coronavírus é associada de forma exagerada como "doença de ricos", por supostamente atingir mais idosos que são em maiores números em países mais desenvolvidos, ignorando que as novas variantes atingem os demais grupos como crianças, jovens e adultos. O autor avalia que o "vírus já estava aqui", ao dizer que é uma "questão de lógica" que o "vírus começou a circular pelo mundo em algum momento do

 ISBN: 1981-1047

segundo semestre de 2019, se não ainda antes" do dia 31 de dezembro de 2019, data do primeiro alerta sobre o coronavírus em Wuhan, na China. E ainda, trata que a diferença de após 100 anos é que agora tem a "histeria" e finaliza que o melhor caminho" seria "deixar as pessoas viverem suas vidas", com "liberdade", e que os "jovem sejam infectados" para desenvolverem a imunidade, numa clara ideia de naturalização da morte e até da necropolítica (MBEMBE, 2011).

O quarto texto é "Poderiam ao menos ter a decência de parar com as justificativas bizarras para o lockdown", com publicação em 23 de março de 2021, também de autoria de Bourdreaux. No início do texto é alertado que o autor além do diploma de economia tem também em direito, o que "melhorou acentuadamente [....] [sua] capacidade de avaliar políticas e processos econômicos". Bordreaux (2021b) compara que muitos economicistas que nunca estudaram formalmente direito têm "análise política equivocadas e conselhos irrealistas e contraproducentes" e até "análises e conselhos ruins" sobre as externalidades.

Resumindo o texto, Bourdreaux (2021b, não paginado) afirma superficialmente que "lockdowns ignoram conceitos básicos de externalidade" e reforça a mesma "lógica" dos textos já citados, da banalização da Covid-19, em que a nossa sociedade sempre teve risco de doenças e que a imunidade natural (sem vacina) seria "melhor". Nesse texto, o autor tenta justificar seu argumento no seguinte trecho:

> Até março de 2020, nenhum cidadão tinha como um "direito de propriedade" estar livre do risco de exposição a patógenos carregados por indivíduos assintomáticos que continuavam vivendo sua rotina diária. Dado que cada um de nós sempre, e inevitavelmente, expeliu para o ar que respiramos bactérias e vírus que potencialmente prejudicam – e às vezes matam – outras pessoas, a vida como a conhecemos nunca poderia existir se cada um de nós tivesse o "direito de estar livre dessas bactérias e vírus espalhados por outras pessoas". Ninguém jamais esperou se tornar livre de tal exposição [...] (BOURDREAUX, 2021, não paginado).

O autor ao banalizar a Covid-19 e outros vírus, afirma que desde 2020 existe um "medo histérico de Covid" feito por políticos e pela mídia e que "não faz sentido nenhum – nem em termos legais, nem em termos econômicos" de restringir a circulação e funcionamento de serviços. Afirma ainda que as pessoas vulneráveis devem se proteger das "externalidades de terceiros", e não que "terceiros tenham suas vidas destruídas em troca de

 ISBN: 1981-1047

não respirarem sobre pessoas que podem e devem se proteger". Completa que quem tem medo de ser contaminado tem "liberdade de ficar em casa", mas que essa pessoa "não tem o direito de proibir outras de manterem sua rotina diária [e] [...] tampouco de proibi-las de respirar em público". Finaliza o texto, dizendo que as medidas de restrições foram "impostas com violência – em 2020", sem especificar casos, e apela para o sensacionalismo de que "teme que essa regra destrutiva permanecerá conosco por muito tempo".

Feito a síntese dos 4 primeiros textos, que todos foram escritos por estrangeiros e traduzido de países de outro contexto social, analiso que eles têm praticamente dois discursos comuns. O primeiro é que a imposição das medidas restritivas pelo Estado é compreendida como uma forma autoritária, totalitária ou disfarçada de um "socialismo sanitário", pois na ótica ultraliberal as restrições são uma afronta a liberdade individual. Essa associação é uma interpretação forçada, pois inverte o entendimento que a liberdade individual é mais relevante que a saúde coletiva. Para entender melhor Mariutti (2017) afirma que, entre os percursores do liberalismo, o termo "liberdade individual" ganhou diferentes conotações desde a Revolução Francesa, tornando-se então polissêmica e conceitualmente confusa entre a liberdade dos antigos e do moderno.

No âmbito do Direito brasileiro, o artigo 196 da Constituição Federal de 1988 determina que a "saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos...." (BRASIL, 1988), o que nos demonstra que as medidas de restrição e até o lockdown são válidas e que a saúde coletiva é tão importante quanto a liberdade individual. Cruz (2021, não paginado), em matéria da Nexo, relaciona os perigos do pensamento dos defensores da liberdade durante a pandemia e reflete que "sem medidas restritivas, o Brasil ficará também sem perspectiva de sair do colapso sanitário em que se encontra". Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), essas medidas de restrição são indicadas para retardar a transmissão do coronavírus, embora, reconheça que essas medidas podem afetar a sociedade e até de gerar a crise econômica.

> As medidas de distanciamento físico em grande escala e as restrições de movimento, freqüentemente chamadas de 'travamentos', podem retardar a transmissão do COVID-19 ao limitar o contato entre as pessoas. No entanto, essas medidas podem ter um impacto negativo profundo sobre os indivíduos, comunidades e sociedades, ao trazer

 ISBN: 1981-1047

> a vida social e econômica quase a um fim. [...] A OMS reconhece que, em certos pontos, alguns países não tiveram escolha a não ser emitir pedidos de permanência em casa e outras medidas para ganhar tempo.

Portanto, a concepção da OMS é que se necessário, os governos devem adotar medidas de restrição para evitar o máximo os agravamentos na saúde, mesmo que tais medidas tenham consequências econômicas e sociais. Dessa forma, os textos dos autores ultraliberais são sensacionalistas, negacionistas e ignoram que as medidas restritivas e o lockdown intencionam evitar o colapso de saúde nos hospitais, com ocupação máxima de leitos nos hospitais e do descontrole de contaminações, conforme ocorreu positivamente na cidade de Araraquara (SP), que de acordo com a prefeitura houve uma queda de 74% na média móvel de casos após o lockdown em 21 fevereiro de 2021. De fato, não existe uma saída fácil para combater a pandemia da Covid-19, entretanto, a saúde coletiva deve ser protegida acima de interesses individuais e até econômicos, uma vez que o Estado tem o dever de proteger a todos. Afinal, "a economia se recupera, já as vidas não!".

O segundo discurso comum é que existe uma ideia de "neura, histeria e exagero" sobre a pandemia do Covid-19, o que ignora completamente as informações sobre 3 milhões de morte no mundo[14], da contaminação e colapso de saúde que as organizações supranacionais, como a OMC, e nacional divulgam e alertam na mídia. Essa visão ultraliberal tem estreita relação com o negacionismo e/ou teorias conspiratórias, como uma dominação do "marxismo cultural", que são fatos comum no neoconservadorismo (MARIUTTI, 2020).

Seguindo com o quinto texto que tem o tema "Sobre o que é 'essencial' — quem tem a moral de decidir isso?", com publicação em 25 de março de 2021. O texto tem autoria de Filipe Celeti, o único autor brasileiro dos textos analisados, que é descrito como bacharel e licenciado em Filosofia e mestre em Educação, Arte e História da Cultura, ambos pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.

O texto tem como assunto principal o debate para buscar definir o que é essencial, em relação as medidas de funcionamento de empresas durante as restrições mais rígidas, como ocorreu no estado do Rio Grande do Sul com o Decreto nº 55.240 de 05 de março de

[14] Dado levantado de diversos sites de notícias e sites do governo oficial sobre o dia 17 de abril de 2021 no Brasil.

 ISBN: 1981-1047

2021 devido a fase da bandeira preta, que é a fase mais restritiva. Celeti (2021, não paginado) parte da filosofia, que o essencial é "aquilo que confere ao particular a sua característica mais importante, aquela sem a qual este particular não existiria" e segue para a educação, "o que é essencial ensinar?". Dentro das problemáticas das restrições trazida por Celeti (2021, não paginado) está que o governador do estado do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), decretou "que apenas alimentos podem ser comercializados nos supermercados", tendo um hiperlink de acesso para a matéria de Vasconcellos da Uol, com publicação no dia 10 de março de 2021. Celeti questiona que "lâmpada é essencial para evitar acidentes de idosos", que "peça de ar-condicionado são importantes para hospital" e até "peças de celulares são importantes". Finaliza o texto com a ideia de que o "essencial em uma economia é a liberdade" e que o "essencial é a produção e a comercialização de bens" e que não cabe aos políticos definir o que é essencial.

É interessante observar que a matéria citada de Vasconselhos (2021, não paginado) relata fatos bem diferente do que escreveu Celeti (2021). Por exemplo, Celeti afirmou que os supermercados só poderiam vender alimentos, mas Vasconselhos (2021, não paginado) afirma que durante o decreto do RS "podem vender itens de higiene, limpeza e alimentação - bebidas alcoólicas também estão liberadas..." e além de permitir a venda de diversos outros, como material de construção, ferramentas, panelas, potes, fósforos, lâmpadas, velas, isqueiros, celulares e entre outros que o Celeti informou erroneamente que não poderia com o decreto. Dentre os itens citados que não pode ser vendido são os "eletrônicos, flores e garrafas térmicas", entretanto, o governo do RS explicou que esses produtos proibidos podem ainda ser vendidos por "tele-entrega". Portanto, percebe-se que Celeti (2021) descontextualizou o decreto[15] e a matéria citada de Vasconselhos (2021) em seu texto, que provavelmente foram apenas usadas para tentar transparecer seriedade em seus argumentos.

Conforme exposto, os textos analisados reproduzem a visão ultraliberal, com a defesa da liberdade individual e da elite empresarial, que ignoram, distorcem ou negam os problemas sociais e de saúde no Brasil, banalizando a doença e minimizando os seus impactos para a população mais pobre e vulnerável. Também não foi identificado nos textos

[15] Vasconselhos (2021) explica que o decreto do governador Eduardo Leite teve o intuito de evitar injustiças com outros estabelecimentos, além do, colapso da saúde no RS.

 ISBN: 1981-1047

um debate específico ou científico sobre os contágios, o colapso de saúde pública e as restrições dos governos, como as cidades que aderiram ao lockdown no Brasil, como em Araraquara (SP), ou até em outros países, e nem os impactos das cidades que não aderiram com rigor as medidas restritivas. Como consequência, o discurso ultraliberal do IMB é superficial e gera a desinformação, o negacionismo científico e a teoria conspiratória, que promove, sobretudo, o contrapúblico ultraliberal com o aumento da influência neoconservadora na opinião pública (ROCHA, 2019; SOLANO, ROCHA, 2020).

Conclusões

A mundialização dos think tanks e o desenvolvimento de uma sociedade em rede possibilitaram que os think tanks tornassem poderosas e importantes instituições que influenciam a opinião pública e até políticas públicas por meio de pesquisas, artigos científicos, textos em blogs, episódio de podcast, vídeos de Youtube e entre outras formas. A maioria dessas instituições e as mais influentes estão nos países hegemônicos, como os EUA, e até nos principais emergentes, como a China, o que representa uma relação de interesse, poder e uma reprodução da neocolonização do pensamento nos países periféricos. O Brasil é o segundo país com maior quantidade de think tanks na América Latina, representando, portanto, uma relevância geopolítica de think tanks que paradigmaticamente disputam territórios no país.

Entre os diversos tipos e doutrinas econômicas defendidos pelos think tanks, problematizei a ascensão de institutos (neo)liberais, principalmente, aquele mais popular, influente e conservador, tendo como estudo de caso o Instituto Ludwig von Mises-Brasil. Este instituto brasileiro, através de seu site oficial e de suas redes sociais, reproduz o pensamento da Escola Austríaca, denominada de ultraliberalismo, por meio de materiais publicados como textos, artigos, cursos, podcast, vídeo no Youtube e até com venda de camisetas e canecas. Essa corrente de pensamento econômico defende uma visão mais radical de liberalismo, agrupando os chamados anarcocapitalistas, que se interessa pelo fim do Estado, a privatização, o livre-mercado e o domínio de empresas privadas.

A partir da metodologia da análise de discurso do Mises Brasil foi possível avaliar os materiais publicados em 2021 pelo instituto sobre a pandemia da Covid-19. Estes textos analisados, de maioria de autores estrangeiros, reproduziram o pensamento de que as

 ISBN: 1981-1047

medidas de restrição, para segurança e diminuição da gravidade do sistema de saúde, são formas de autoritarismo ou totalitarismo que ferem a liberdade individual e prejudicam a economia. Também foi identificado que os textos do IMB ignoram, distorcem ou negam os problemas sociais e de saúde no Brasil e contribuem para a desinformação, o negacionismo e conspiracionismo, que promovem, sobretudo, o contrapúblico ultraliberal com aumento da influência neoconservadora na opinião pública.

Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de. O ISEB e o desenvolvimentismo. In: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIl (CPDOC). **O Brasil de JK**. Dossiê dos cem anos de JK. FGV. Material digital. 2002. Disponível em https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/ISEB. Acesso em: 16 de abril de 2021.

BARROS, Thiago Henrique Bragato. **Uma trajetória da Arquivística a partir da Análise do Discurso**: inflexões histórico-conceituais [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

BELTRÃO, Helio. Liberem a hidroxicloroquina. Folha de SP. 25 de março de 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/helio-beltrao/2020/03/liberem-a-hidroxicloroquina.shtml?_ga=2.223799896.2146036626.1618776793-2133622569.1618776793. Acesso em: 10 de janeiro de 2021.

BRASIL. Decreto nº 53.777/17, de 5 de março de 2021. Institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19). Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Disponível em: https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos//doe-2021-03-05-2a-ed.pdf Acesso em 16 de março de 2021.

BRASIL.Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto por Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira)

CAMPOS, Janaina Francisca de Souza. **Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária**: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo. 2012. 388 f. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira**: do boom ao caos econômico. 1ª edição. São Paulo: Todavia, 2018.

 ISBN: 1981-1047

CECEÑA, Ana Esther. Subvertir la modernidad para vivir bien. In: ORNELAS, Raul; BATRA, Armando (coords.). **Crisis civilizatoria y superación del capitalismo**. Primeira edição. UNAM, Instituto de Investigaciones Económicas, México, 2013, p.91-128.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. Ed. Ática, São Paulo, 2015.

CORACCINI, Raphael. OMS: Hidroxicloroquina não funciona contra Covid-19 e pode causar efeito adverso. **CNN**. 02 de março de 2021. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2021/03/02/oms-cloroquina-nao-funciona-contra-a-covid-19-e-pode-causar-efeitos-adversos Acesso em 15 de março de 2021.

CRUZ, Isabela. Como o exercício da 'liberdade' afeta a coletividade na pandemia. 10 de abril de 2021. Nexo. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/04/10/Como-o-exerc%C3%ADcio-da-%E2%80%98liberdade%E2%80%99-afeta-a-coletividade-na-pandemia Acesso em

DULCI, Tereza Maria Spyer. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI/ Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI): desenvolvimento e integração do Brasil nas Américas (1954-1992). 2012. 359f. Tese (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.

FRIDERICHS, Lidiane Elizabete**. A atuação política dos think tanks neoliberais brasileiros e argentinos: os casos do Instituto Liberal, do Instituto de Estudos Empresariais e do Instituto para el desarollo empresarial de la Argentina (1983-1998).**2019. 300f. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

GOMEZ, Jorge Ramon Montenegro. "Los limites del consenso – la propuesta de desarrollo territorial rural em América latina." In: Campesinato e agronegócio na America Latina: a questão agraria atual. FERNANDES, (org.). 1.ed.São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.249-274.

HAUCK, Juliana Cristina Rosa. **Think Tanks: quem são, como atuam e qual seu panorama de ação no Brasil**. 2015. 197f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

INSTITUTO MILLENIUM. O que pensar sobre o projeto que criminaliza o abuso de autoridade? **Revista Exame**. 26 de junho de 2019. Disponível em https://exame.com/blog/instituto-millenium/o-que-pensar-sobre-o-projeto-que-criminaliza-o-abuso-de-autoridade/. Acesso em 04 out 2020.

JIMÉNEZ, Carla. O nem príncipe nem vice da política brasileira. **El País**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/15/politica/1573833639_420228.html. Acesso em 25 de janeiro de 2021.

 ISBN: 1981-1047

KAROL, Eduardo. **Geografia política e geopolítica no Brasil (1982-2012).** 2013. 257f. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo,2013.

KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas**: a abordagem adaptativa indireta com vistas à troca de regime. People's Friendship University of Russia: Expressão Popular, Moscou, 2015.

MARIUTTI, Eduardo Barros. Introdução ao pensamento liberal: sobre a liberdade em Benjamim Constant e em Alexis de Tocqueville. Textos para discussão. Unicamp, Campinas, n.285, fev. 2017.

MARIUTTI, Eduardo Barros. Olavo de Carvalho e a onda conservadora contemporânea. Textos para discussão. Unicamp, Campinas, n.380, maio.2020.

MBEMBE, Achille. Necropolítica seguido de Sobre el gobierno privado indirecto. Tradução de Elisabeth Falomir Archambault. [s.l]: Melusina, 2011.

MCGANN, James G., 2020 Global Go To Think Tank Index Report. Instituto Lauder, Universidade da Pensilvania, EUA, 2021. Disponível em: https://repository.upenn.edu/think_tanks/18 Acesso em 18 de março de 2021.

MISES BRASIL. Quem somos. **Mises Brasil**. Disponível em: <https://www.mises.org.br/About.aspx>. Acesso em 22 jul. 2020.

MISES BRASIL. MISES BRASIL 2019. Panfleto digital com projetos nas redes sociais. 24f. 2019. Disponível em: https://clube.mises.org.br/assets/doc/projetos.pdf. Acesso em 22 jul. 2020

NYE JR, Joseph S. **Cyber power.** [s.l].Harvad, Belfer Center, 2010.

NYE JR, Joseph S. **O Paradoxo do Poder Americano**: por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada. Tradução Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Unesp, 2002.

OMS. Doença por coronavírus (COVID-19): imunidade de rebanho, lockdowns e COVID-19. Redação. Organização Mundial da Saúde. 31 de dezembro de 2020. Disponível em: https://www.who.int/news-room/q-a-detail/herd-immunity-lockdowns-and-covid-19 . Acesso em 15 de janeiro de 2021.

PAULA, Cristiane Jalles de. O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais - IPES. In: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO Brasil (CPDOC). **A trajetória de João Goulart**. Na presidência da República. FGV. Material digital. 2004. Disponível em https://cpdoc.fgv.br/. Acesso em: 16 de abril de 2021.

RAFFESTIN, Claude**. Por uma geografia do poder**. Editora Ática, São Paulo, 1993.

 ISBN: 1981-1047

RIGOLIN, Camila Carneiro Dias. HAYASHI, Maria Cristina P. Innocentini. Por dentro dos "reservatórios de ideias": uma agenda de pesquisa para os think tanks brasileiros. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p 20-33, mar. 2012.

ROCHA, Camila. "Imposto é Roubo!" A Formação de um Contrapúblico ultraliberal e os Protestos Pró-Impeachment de dilma Rousseff. **DADOS**, Rio de Janeiro, vol.62,p.1-42, 2019.

SOLANO, Esther; ROCHA, Camila (orgs.). **As direitas nas redes e nas ruas**. A crise política no Brasil. 1a edição. Expressão Popular, São Paulo, 2019.

TUCKER, Jeffrey. **Lockdown**: a nova ideologia totalitária. MISES BRASIL Disponível em: https://www.mises.org.br/article/3298/lockdown-a-nova-ideologia-totalitaria. Acesso em 12 fev.2020.

 ISBN: 1981-1047

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CRESCIMENTO DAS STARTUPS NO BRASIL[16]

GT - Geografia Política e Geopolítica

Maria Cecília Batista Feitoza Silva
cecilia.batista@unesp.br
Graduanda em Geografia na Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente.

Maria Terezinha Serafim Gomes
terezinha.serafim@unesp.br
Departamento de Geografia - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente.

Resumo

A temática sobre inovação vem sendo discutida por diversos autores, por exemplo, Lencioni (2015), Gomes (2007 e 2019), Tunes (2015), entre outros. Nos últimos anos, intensificaram as transformações resultantes do processo de globalização, da reestruturação produtiva e do avanço de novas tecnologias. Neste contexto, a inovação ganha dimensão entre os agentes econômicos e sociais. Diante deste cenário, surgem as Startups, empresas de base tecnológica que buscam soluções inovadoras em diversas áreas. O Brasil conta atualmente com mais de 13 mil Startups (ABStartups, 2021). É notável, o crescimento de empresas *startup*s no Brasil, principalmente nos setores de Adtechs (educação), fintechs (finanças)e healthtechs (saúde). Com a pandemia da Covid-19, houve um crescimento, sobretudo nos setores da saúde.Este trabalho tem como objetivo tecer algumas considerações sobre o crescimento das startups no Brasil, principalmente do setor de saúde. Para tanto, a metodologia deste trabalho baseou-se em revisão bibliográfica sobre o tema, pesquisas em sites: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados), UNESP (Universidade Estadual Paulista), USP (Universidade de São Paulo), UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas); e coleta de dados e informações no sites: KPMG, Associação Brasileira de Startups (ABSTARTUPs), Fundação Inova de Presidente Prudente, Incubadora Tecnológica de Presidente Prudente e Prefeitura Municipal.

Palavras-chave: Inovação; startups;Pandemia covid-19;Brasil

[16] Este texto faz parte de discussões realizadas no projeto de Iniciação Científica "**Geografia da Inovação e Criação de Startups: um estudo sobre a cidade de Presidente Prudente-SP**", financiado pela FAPESP e do Projeto de Pesquisa: "**Geografia da inovação: uma análise da constituição de ambientes de inovação na região de Oeste Paulista**", coordenado pela Profa. Dra. Maria Terezinha Serafim Gomes.

 ISBN: 1981-1047

Introdução

Nos últimos anos a inovação passou a ser palavra de ordem, essencial no processo produtivo, intensificado com o processo de globalização e avanços das novas tecnologias da informação e comunicação (TICs). A temática da inovação é ampla, assim pode-se dizer que a inovação está circunscrita ao processo produtivo, às estratégias organizacionais, ao marketing,etc. Vale destacar que inovação, não é somente tecnológica, outras abordagens vêm surgindo como a inovação social e ambiental (GOMES, 2020). Neste sentido, cabe a definir o que distinguir invenção de inovação.A invenção é algo que foi criado e não transformado em produto, mercadoria a ser comercializada. Já a inovação é exatamente a materialização da invenção.

Dentre os diversos conceitos de inovação, alguns autores se destacam como fundamentais para sua compreensão, por exemplo: Para Schumpeter (1982), a inovação é um "ato empreendedor" importante para o desenvolvimento econômico, definindo-a em cinco tipos: a) novos produtos, b) novos métodos de produção, c) novas fontes de matéria-primas, d) exploração de novos mercados e, e) novas formas de organizar as empresas (SCHUMPETER, 1982). A inovação segundo ele se dá a partir da "destruição criativa", pela "substituição de antigos produtos e hábitos de consumir por novos" (SCHUMPETER, 1982).

Enquanto para Lencioni (2015), inovação está relacionada a algo novo,podendo ser uma atividade ou serviço. Neste sentido, ela afirma que:[...] o que aparece como novo pode ser novo para o mercado, mas pode ser novo para uma dada empresa, quando ela adota algo que já existe no mercado, sendo novo apenas para ela. Em todos esses casos trata-se de inovação. Em outros termos, inovação pode se relacionar a algo inteiramente novo ou algo novo apenas para uma empresa. Em síntese, a inovação pode se dar em relação a um produto ou a um processo. (LENCIONI, 2015, p.2)

Neste contexto de desenvolvimento da inovação destacam-se as startups. Startups são empresas nascentes de base tecnológica, consideradas inovadoras, ou seja, que possuem a inovação como principal estratégia competitiva.

Para Ries (2012, p.24), Startups são "uma instituição humana projetada para criar produtos e serviços sob condições de extrema incerteza".

Na mesma direção, Taborda (2006, p.6) aborda a definição de Startups:

 ISBN: 1981-1047

> [...]startups são empresas de pequena dimensão, mas começa a desenvolver-se um interesse cada vez maior das indústrias tradicionais na criação e desenvolvimento de conceitos inovadores através destas empresas. Deste modo, as startups podem ser pequenos projectos empresariais, ligados à investigação e desenvolvimento de ideias inovadoras, frequentemente de base tecnológica, mas também podem resultar da iniciativa de grandes grupos empresariais, como no caso da indústria de componentes automóveis ou de telecomunicações.

Vale destacar que muitas empresas startups estão localizadas em parques tecnológicos, incubadoras de empresas de base tecnológica, ou seja, em espaços de produção da inovação. Tais espaços denominados de "espaços híbridos da inovação" por Gomes (2019 e 2020) facilitam a interação entre os agentes envolvidos no processo e difusão da inovação.

Gomes (2020) compreende os parques tecnológicos como:

> "espaços híbridos de inovação". Trata-se do conjunto de agentes envolvidos no processo da produção de inovação, com diferentes formas de organização, grau e natureza das relações, interações e cooperação entre eles, a saber: o Estado nas diferentes esferas (Federal, Estadual e Municipal), as associações, as entidades de classe, as universidades, os centros de pesquisas e as empresas. Esses espaços promovem a cultura da inovação, a cooperação, a interação, a complementaridade, a concorrência, a competitividade e a sinergia, que contribui para atração de novas empresas. Não obstante os agentes envolvidos na produção do espaço de inovação possuírem interesses distintos, há um objetivo comum, entre eles: a inovação. (GOMES, 2020, p. 64).

Desde modo,

> "[…] os processos de inovação que ocorrem no âmbito da empresa são, em geral, gerados e sustentados por suas relações com outras empresas e organizações, ou seja, a inovação consiste em um fenômeno sistêmico e interativo, caracterizado por diferentes tipos de cooperação". (CASSIOLATO e LASTRES, 2005, p.37).

Como o próprio nome sugere, o funcionamento de uma incubadora se dá em "manter" empresas até que elas estejam prontas para competir no mercado junto a empresas maiores.

> As incubadoras têm por objetivo oferecer suporte a empreendedores para que eles possam desenvolver ideias

 ISBN: 1981-1047

> inovadoras e transformá-las em empreendimentos de sucesso. Para isso, oferecem infraestrutura e suporte gerencial, orientando o empreendedor quanto à gestão do negócio e sua competitividade, entre outras questões essenciais ao desenvolvimento de uma empresa. (ANPROTEC, 2014, *apud* DALCIN, 2015, p.46)

Vale destacar que no processo de criação das startups, empresas, denominadas aceleradoras, são as principais responsáveis por gerar o fluxo das startups no Brasil. Tais aceleradoras, por sua vez, se diferem das incubadoras ao priorizarem o conhecimento do empreendedorismo, e não em conhecimentos jurídicos, por exemplo (COHEN; HOCHBERG, 2014).

É importante lembrar que aceleradoras e incubadoras não são as únicas a impulsionarem o crescimento das *startups*, destacam-se os fundos de investimentos e também "investidores anjos".

Os Fundos de Investimentos são uma forma de aplicação financeira com um conjunto de diversos investidores,os chamados cotistas, que juntos fazem um investimento, normalmente em empresas promissoras em fase de crescimento, ou desenvolvimento.

Para Pessanha (2019,p.82) os fundos financeiros não devem e não podem ser vistos como uma forma de captação e aplicação diversa do mercado de capitais como um todo. Os fundos são parte de uma cadeia que envolve o mercado de ações, lançamento de títulos públicos, títulos bancários (renda fixa, CDB) e papéis corporativos.

Nos últimos anos houve um crescimento das startups no Brasil. Segundo a Abstartups (Associação Brasileira de Startups), atualmente, em 2021, o Brasil possui um total de 13.501 Startups, um crescimento de aproximadamente 9,5%. O crescimento das Startups no Brasil é evidente, os investimentos em tecnologia são cada vez maiores, assim como a distribuição entre centros de inovação. Consequentemente, espaços como incubadoras, pólos tecnológicos etc., crescem em conjunto ao número de empresas.

Neste sentido, as Startups, são empresas inovadoras e com capacidade de retorno rápido aos investidores. Esta é uma forma do capital se reproduzir. Muitos são os investidores individuais ou por meio de fundos de investimentos nas empresas startups.

Nos últimos anos, as startups ganharam dimensão pelo mundo nos setores de fintechs, software, serviços, comércio eletrônico e inteligência artificial. Elas se destacam não somente

 ISBN: 1981-1047

nos Estados Unidos, que tem o Vale do Silício, como principal centro de Startup do mundo, mas também na Ásia. Entre as empresas americanas destacam: Uber, Airbnb, Infor, Juul Labs, Lufax, SpaceX, Wework, Stripe, Samumed, Wish; as asiáticas: Ant Financial, Bytendance, Didi Chuzing, Bit Technologies, Beike Zhoafang, DJI Innovation (China), Grab (Cingapura) e Gojk (Indonésia). No Brasil, destacam-se as startups: Nubank, Ifood, Loggi e Gympass**.**

Este trabalho tem como objetivo tecer algumas considerações sobre o crescimento das startups no Brasil, principalmente do setor de saúde. Para tanto, a metodologia deste trabalho baseou-se em revisão bibliográfica sobre o tema, pesquisas em sites: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados), UNESP (Universidade Estadual Paulista), USP (Universidade de São Paulo), UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas); e coleta de dados e informações no sites: KPMG, Associação Brasileira de Startups (ABSTARTUPs), Fundação Inova de Presidente Prudente, Incubadora Tecnológica de Presidente Prudente e Prefeitura Municipal.

O artigo está estruturado em três seções, além desta introdução, a seção dois, apresenta-se uma breve discussão sobre as startups , seu surgimento no mundo e no Brasil; na segunda seção teceremos algumas considerações acerca das startups no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil. Por fim, as considerações finais retomam a discussão inicial.

O surgimento das Startups no Mundo e no Brasil

As primeiras Startups do mundo surgiram nos Estados Unidos no final dos anos 1990, especificamente, no Vale do Silício. O período compreendido entre 1996 e 2001, também conhecido como "bolha da internet" foi quando nasceram as gigantes globais de T.I. como: Google, Apple Inc., Microsoft, entre outras (TANEV, 2017 *apud* MARIN, p.12, 2018). Ou seja, o ambiente essencial para o surgimento de Startups, Alves traz a ideia de que:

> No Vale do Silício, conhecido pelas firmas de alta tecnologia do setor de informática, é visível a importância da cooperação entre firmas que trabalham conectadas trocando informações e aprendendo juntas, desta maneira o trabalho se torna mais ágil e eficaz. Novos produtos e protótipos são criados mais rapidamente

 ISBN: 1981-1047

> e a necessidade da existência de arranjos cresce ao passo que os produtos se tornam mais complexos. Essa complexidade faz que as firmas se especializem no que são melhor, isso caracteriza a substituição da verticalização integrada pela descentralização em rede. (ALVES, 2013, p.29)

As primeiras Startups brasileiras surgiram por volta de 2011, onde houve um boom na criação, assim, muitas empresas foram criadas e cresceram. A Brascom explica o fato de que:

> Isso aconteceu graças ao bom momento da economia brasileira e a crise nos Estados Unidos que levou os fundos de investimentos internacionais buscarem novas oportunidades em países como o Brasil onde havia crédito farto, emprego em alta e consumo em expansão. (BRASCOM, 2019, p.5)

Mas mesmo não sendo um número tão significativo, de 2015 a 2019, o número de Startups no Brasil cresceu em 207% (ABStartups, 2020). A Associação Brasileira de Startups explica os diversos fatores que fizeram esses números aumentarem, os mais importantes são a criação de políticas que apoiam a criação e desenvolvimento de Startups, como o "Programa Startups Brasil" e a criação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). (BRASCOM, 2019, p. 2).

Outro fator que gerou esse crescimento foi a preparação de um ambiente favorável e preparado para a criação de Startups, para isso não é apenas necessária a presença de parques tecnológicos e universidades, mas também investimentos e a criação de aceleradoras, incubadoras, entre outros.

Nos últimos anos houve um crescimento das startups no Brasil. Segundo a Abstartups, havia 12.770 startups no país, em 2019, ocorrendo um crescimento de 27% em relação a 2018, que totalizam 10 mil startups. Há que destacar que muitas startups estão em parques tecnológicos ou incubadoras. Corroborando tal afirmação

> "[...] parques tecnológicos, as incubadoras e as aceleradoras desempenham um papel relevante na formação de startups, uma vez que são estruturas dedicadas ao fomento da inovação e do empreendedorismo." (DALCIN, 2015, p.46).

Neste sentido, segundo Dalcin (2015, p.47)

 ISBN: 1981-1047

> [...] os parques tecnológicos podem favorecer o desenvolvimento de startups através de iniciativas voltadas ao empreendedorismo, como a criação de incubadoras, centros de pesquisa aplicada, de transferência tecnológica de universidades ou ainda pelo fomento a spin-offs de grandes empresas de tecnologia. Somado a isso, observa- se que as startups também agregam para o desenvolvimento do parque tecnológico em si [...].

No Brasil, conforme já mencionado nos últimos anos houve um crescimento exponencial no número de Startups, algumas são consideradas "unicórnios", termo utilizado para empresas que atingiram o valor de mercado de 1 bilhão de dólares. A tabela 1, mostra a participação das startups consideradas unicórnio no Brasil, em 2020.

Quadro 1 - **STARTUPS UNICÓRNIOS DO BRASIL (2021).**

NOME	**RAMO**	**CRIAÇÃO**	**VENDA**	**FUNDO FINANCEIRO**
99	Transporte	2012	Didi Chuxing (China)	Didi Chuxing (2017)
Arco Educação*	Soluções educacionais	2010	–	–
Ebanx	Serviços financeiros	2012	–	FTV Capital (2019)
Gympass	Saúde e bem estar	2012	–	SoftBank, Vision Fund, Latin American Fund
Ifood/Movile	Delivery	2011	–	Movile (Naspers e Innova Capital) (2017)
Loggi	Logística	2013	–	Dragoneer Investment Group, Monashees Capital, Qualcomm Ventures (2015).
LoFT	Telecomunicação	2018	–	Vulcan Capital (2020)

ISBN: 1981-1047

Nubank	Serviços financeiros	2013	–	TCV, Sequoia Capital, Kaszek Ventures, Tiger Global Management, QED, Founders Fund, DST Global, Redpoint Ventures, Ribbit Capital, Dragoneer Investment Group, Thrive Capital and Tencent.
PagSeguro	Serviços financeiros	2006	–	*
Quinto Andar	Aluguel de residências	2012	–	SoftBank, Kaszek Ventures e General Atlantic (2019).
Stone	Pagamento	2012	–	*
Wildlife	Jogos eletrônicos	2011	–	Benchmark Capital (2019)
VTEX	E-Commerce	1999	–	Tiger Global, Lone Pine Capital, SoftBank, Gávea Investimentos, Constellation Asset Management. (2020).
C6 Bank	Serviços Financeiros	2018	–	Credit Suisse (2020).
Madeira Madeira	E-Commerce	2009	–	SoftBank Latin America Fund e Dynamo (2021).
Creditas	Serviços Financeiros	2012	–	SoftBank (2019). LGT Lightstone (2020).
Hot Mart	E-Commerce	2011	–	TCV, Alkeon Capital (2021).

*Fonte: ACEStartups, 2020.

A partir da análise do quadro 1, podemos observar que quase todos os investidores são estrangeiros, dando uma atenção especial ao SoftBank, corporação multinacional japonesa de telecomunicações e Internet. A empresa atua no Brasil e em toda América Latina, desde 2019, a SoftBank criou um fundo financeiro de 5 bilhões de dólares na América Latina,

ISBN: 1981-1047

com o foco em empresas de inteligência artificial (99, Gympass, QuintoAndar, Buser, Créditas, MadeiraMadeira, Olist, VTEX, etc).

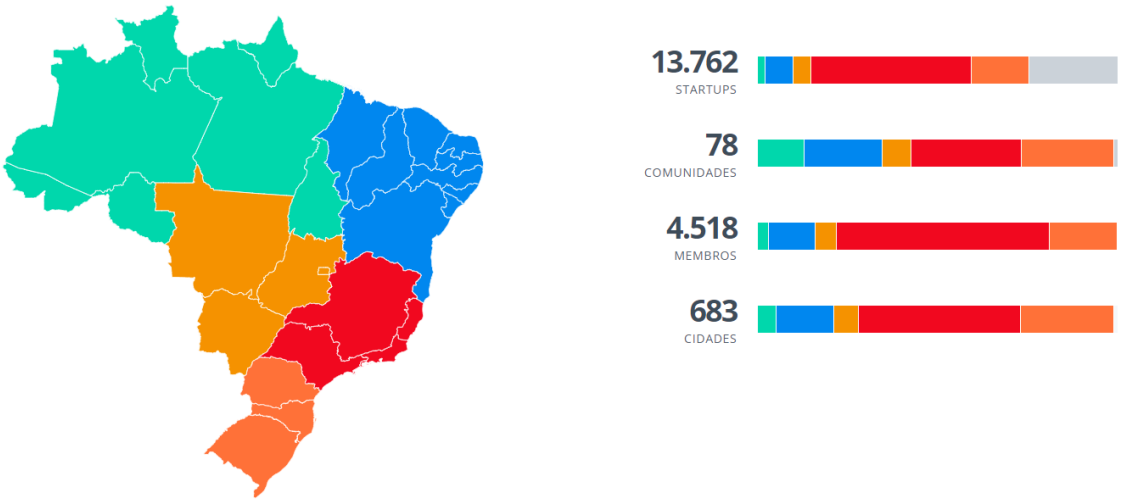
Neste cenário do "boom" das startups, destacam-se um tipo de investidor, o chamado "investidores anjos[17]", que normalmente são os investidores iniciais de startups. Investidores anjos são por sua maioria empresários, e milionários (pessoa física), que investem "sozinhos" em projetos de startups.

É notável, o crescimento de empresas *startup*s no Brasil, principalmente nos setores de Adtechs (educação), fintechs (finanças)e healthtechs (saúde). De acordo com a Startups Brasil, a maior parte das Startups se encontram na região Sudeste, com destaque nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro com 45%, o segundo lugar é ocupado pela região Sul com 16%, devido ao constante crescimento da criação de Startups no estado do Rio Grande do Sul, conforme pode ser visualizado na figura 1 e gráfico 1. Atualmente, a maior área de atuação das Startups brasileiras é na área de educação, contando com 8,54% do total, enquanto as áreas de finanças e saúde e bem estar ocupam o terceiro e quarto lugar respectivamente.

[17] O Investidor Anjo tem como objetivo aplicar em negócios com alto potencial de retorno, que consequentemente terão um grande impacto positivo para a sociedade através da geração de oportunidades de trabalho e de renda. O termo "anjo" é utilizado pelo fato de não ser um investidor exclusivamente financeiro que fornece apenas o capital necessário para o negócio, mas por apoiar o empreendedor, aplicando seus conhecimentos, experiência e rede de relacionamento para orientá-lo e aumentar suas chances de sucesso. (Fonte: Anjos do Brasil, 2020).

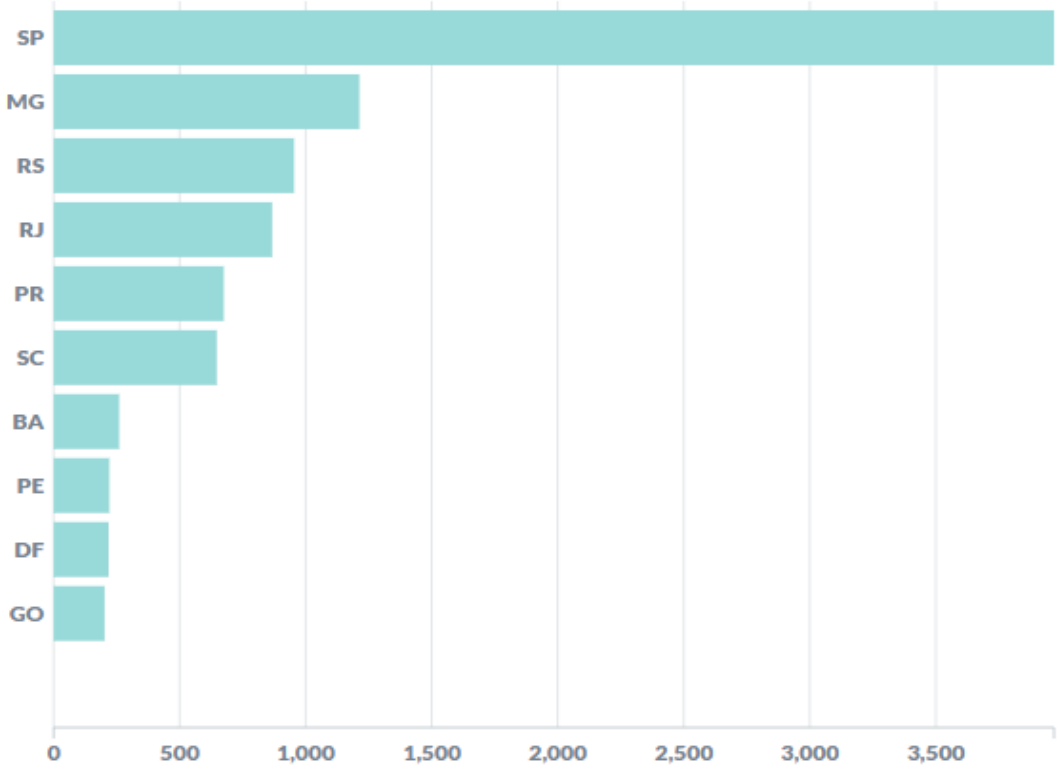
 ISBN: 1981-1047

FIGURA 1 - ECOSSISTEMA DAS STARTUPS DO BRASIL (2021).



*Fonte: StartupBase, 2021.

GRÁFICO 1 - RANKING DOS 10 ESTADOS COM MAIS STARTUPS (2021).



*Fonte: StartupBase,2021.

 ISBN: 1981-1047

As startups no Brasil no contexto da pandemia da covid-19

Após o crescimento exponencial das startups em 2019, em 2020 com a pandemia da covid-19 impactando diversos setores da economia, algumas startups também sofreram esses impactos, porém muitas surgiram ou se destacaram exatamente com a pandemia, principalmente aquelas ligadas ligadas às *healthtechs*[18], ou seja, aquelas ligadas à saúde.

Um levantamento realizado pela HealthTech Mining Report, em 2020, mostrou que 53 startups destacaram ligações diretas e indiretas de combate ao vírus. Ainda segundo esse levantamento, na área das healthtechs destacam as seguintes startups: Sanar, Vitta, Dr. Consulta, Memed, CMtecnologia, Magnamed, Labi, Consulta Já, Vittude e SIM.

O Brasil hoje conta com 509 Startups na área da saúde e bem-estar, em 2020 a empresa KPMG contabilizou 452 Startups nesse setor, tendo um crescimento de 56 empresas desde o início da pandemia. O estado de São Paulo concentra 43% desse total de das healthtechs, Minas Gerais (10%), Rio Grande do Sul (9,8%), Rio de Janeiro (8,5%) e Santa Catarina (7,4%).(KMMG,2021[19])

O quadro 2 mostra starturps da área de saúde e bem-estar no Brasil, concentrando-se em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

[18] Pesquisa Distrito Healthtech Report Brasil 2020, afirma que, o número de healthtechs brasileiras duplicou nos últimos cinco anos. Segundo o levantamento, metade das startups de saúde no Brasil foram fundadas entre 2016 e 2020. Atualmente são 542 companhias mapeadas no estudo, número que era de 265 em 2015. Fonte: https://www.revistaapolice.com.br/2020/10/healthtechs-crescem-no-mercado-e-ganham-visibilidade-durante-a-pandemia/ Acesso em: 05 dez. 2020.

[19] Fonte: https://home.kpmg/br/pt/home/insights/2020/10/brasil-542-startups-saude.html

 ISBN: 1981-1047

QUADRO 2 - STARTUPS DA ÁREA DE SAÚDE E BEM-ESTAR NOS ESTADOS DO BRASIL. (2021)

Estado	Número de Startups	Público Alvo	Modelo da Receita
São Paulo	161	B2B2C[7], B2C[8], B2B[9] P2P[10]	SaaS, Marketplace, Consumer, E-commerce, Hardware, API, Venda de Dados
Minas Gerais	64	B2B2C, B2B, B2C, B2G[11], P2P	SaaS, Hardware, Marketplace, Consumer, E-commerce
Rio Grande do Sul	48	B2B2C, B2B, B2C	SaaS, Marketplace, Consumer, E-commerce
Paraná	25	B2B, B2D[12], B2B2C, P2P	SaaS, Hardware, Marketplace, Consumer
Santa Catarina	25	B2B, B2C, B2B2C, B2G	SaaS, E-commerce, Licenciamento, Venda de Dados[20]
Rio de Janeiro	24	B2B2C, B2C, B2B	SaaS, E-commerce, Marketplace, Consumer, API
Ceará	12	B2B, B2B2C, B2C	SaaS, Marketplace, Hardware
Bahia	11	B2C, B2B, B2G	SaaS, Marketplace, Venda de Dados
Goiás	10	B2B2C, B2C, B2B	SaaS, Marketplace,

[20] *Business to Business to Consumer;* vendas onlines de produtos com grande estoque.

[8] *Business to Consumer*, empresa para o consumidor; o foco é o consumidor final.

[9] *Business to Business,* venda de empresas para outras empresas.

[10] *Peer to Peer,* rede que liga produção com seu consumidor.

[11] *Business to Government* , comércio entre empresas e o poder público.

[12] *Business to Developer,* empresas que comercializam e trabalham com programadores.

ISBN: 1981-1047

			Licenciamento
Piauí	9	B2B2C, B2C	SaaS, Marketplace, E-commerce, Consumer,
Mato Grosso	7	B2B2C, B2B, B2C	SaaS, Marketplace, API
Amazonas	6	B2B2C, B2B	SaaS, Marketplace
Distrito Federal	6	B2B2C, B2C, B2B	SaaS, Consumer, E-commerce
Pernambuco	5	B2B2C, B2B, B2C	SaaS, Marketplace
Espírito Santo	4	B2B2C, B2B, B2C	SaaS, Marketplace
Rio Grande do Norte	4	B2B, B2C, B2G	SaaS, Consumer
Maranhão	3	B2B2C, B2B, B2C	SaaS, Hardware, Marketplace
Paraíba	3	B2B2C	Marketplace, E-commerce
Pará	3	B2B, B2B2C	SaaS, Marketplace
Alagoas	2	-	SaaS
Mato Grosso do Sul	2	B2B2C	Venda de dados
Sergipe	2	B2B2C	SaaS, Marketplace
Acre	1	B2B2C	Marketplace
Rondônia	1	B2G	SaaS
Roraima	0	-	-
Tocantins	0	-	-

*Fonte: Startupbase, 2021

Neste contexto, surgindo para facilitar agendamentos, consultas ou dúvidas, no Brasil foram fundadas Startups na área da saúde, levando em consideração o constante avanço e adesão a telemedicina. Dentre essas, a que mais recebe destaque é a Dr. Consulta, fundada

ISBN: 1981-1047

em 2011 por Thomaz Srougi é especializada em agendamentos e associada com mais de 51 redes clínicas.

Entretanto empresas como Meddit, iClinic, e Memed vêm crescendo cada vez e sendo cada vez mais comuns entre médicos e pacientes. Assim como as da área da telemedicina, como a NEOMED que apresenta online o resultado de exames; a telemedicina "pode ser definida como o uso das tecnologias de informação e comunicação na saúde, viabilizando a oferta de serviços ligados aos cuidados com a saúde [...], especialmente nos casos em que a distância é um fator crítico." (MALDONADO, 2016, p. S2).

No artigo "Ações de startups e empresas brasileiras no combate à pandemia da COVID-19" de Machado *et al* (2020) também são destacadas outras empresas e áreas que estão ligadas ao combate da pandemia da COVID-19 no Brasil.

> Na área de gestão de medicamentos, as startups Far.me, PagMed e Remederia visam garantir que medicamentos, principalmente os de uso contínuo e assistência farmacêutica estejam disponíveis para a população (SIMI, 2020). Já o objetivo de E-saúde, Vidas.app e Agenda Consulta, é oferecer acessibilidade ao sistema privado de saúde, através de um aplicativo que conecta a população aos serviços procurados (SIMI, 2020). Em relação à gestão de equipamentos hospitalares, as startups Aclin e Arkmeds oferecem soluções nesse segmento (SIMI, 2020). Para ampliar o compartilhamento de dados sobre pacientes entre profissionais e setores, as startups Kentech, Cori Saúde e HH robots.care desenvolveram serviços de gestão ao acesso à informação (MOURA, 2020c; SIMI, 2020) apud (MACHADO, J. M. *et al,* 2020, p.97)

Assim como o uso e desenvolvimento de Inteligências Artificiais, utilizados no setor de saúde e bem-estar antes mesmo da pandemia, de acordo com Negri:

> O uso de ferramentas de inteligência artificial pode ajudar a estabelecer protocolos de atendimento mais consistentes e menos sujeitos a falhas. No futuro, a inteligência artificial pode, por exemplo, prover diagnósticos automáticos baseados nos sintomas informados, ou mensurados por aparelhos de monitoramento da saúde em tempo real. (NEGRI, 2018, p.32).

 ISBN: 1981-1047

Por fim, não podemos deixar de apresentar o importante trabalho que o SUS (Sistema Único de Saúde) realiza durante a pandemia, não apenas no atendimento e disponibilização de vacinas, mas também na integração tecnológica. CELUPPI, *et al* (2021) apontam que durante a pandemia:

> O e-SUS APS apresenta a funcionalidade de agenda online, na qual os pacientes podem agendar consultas nas unidades de saúde de maneira remota. Essa agenda está vinculada ao aplicativo Conecte SUS Cidadão (https://conectesus-paciente. saude.gov.br/), que tem o objetivo de permitir que a população acesse informações pessoais e clínicas disponíveis nas bases de dados, o que possibilita o acesso a inúmeras informações de saúde, inclusive aos resultados de exames da COVID-19. (CELUPPI, *et al,* p.3, 2021).

> Além disso, o Ministério da Saúde desenvolveu serviços de atendimento pré-clínico com quatro formas de atendimento à população, por meio do App Coronavírus, que tem o objetivo de orientar sobre a prevenção do vírus, coletar dados da população sobre sua condição de saúde e, dependendo das respostas, indicar o encaminhamento clínico do paciente. O Ministério da Saúde também disponibilizou um chat online (no site https://coronavirus.saude.gov.br/), um número para atendimento telefônico (136) e um canal de comunicação via WhatsApp com o objetivo de facilitar a comunicação entre o paciente e o serviço de saúde, minimizando os riscos de exposição e contágio. (CELUPPI, *et al*, p.3, 2021).

Dessa forma, a fundação de Startups passa a se difundir e passam a ser comuns em cidades médias e não apenas em metrópoles ou centros urbanos. Isso acontece não apenas por conta da maior adesão aos meios tecnológicos e inovadores, mas também investimentos e a presença de ambientes propícios para a criação de Startups, ou seja, universidades, parques tecnológicos e incubadoras tecnológicas.

O município de Presidente Prudente é um desses exemplos, com a presença de faculdades, universidade, vem vislumbrando criar um ambiente inovador, proporcionado pela Fundação "Inova Prudente", cada vez mais especializado na criação de Startups, conta atualmente com 12 Startups em diversos setores, além da Incubadora INTEPP (Incubadora Tecnológica de Presidente Prudente), que também possui startups.

ISBN: 1981-1047

Considerações finais

Este artigo buscou analisar o crescimento de startups no Brasil nos últimos anos. Houve um crescimento exponencial, somando-se atualmente mais de 13 mil startups, principalmente na área de finanças e educação, porém a área da saúde ganhou dimensão com a pandemia do coronavírus (SARS-COV2- Covid 19). Do total de 13.518 startups, 542 são da área da saúde, principalmente concentradas na região sudeste, nos Estados de São Paulo e Minas Gerais.

Vale destacar a participação de Startups em Parques Tecnológicos e Incubadoras de base tecnológica, em que muitas têm financiamentos de programas públicos, como por exemplos: Programa de Investimento em Startups Inovadoras do FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos); Startup USP e Programa Pipe – Fapesp, entre outros, destacando assim, que o poder público está presente na produção da inovação no incentivo a criação de startups.

Outras startups são financiadas pelos fundos de investimentos, conforme já mostramos anteriormente, inclusive estrangeiros, com a participação nas startups consideradas "unicórnios", ou seja, aquelas que já atingiram o valor de mercado de 1 bilhão de dólares.

Em suma, as startups são empresas inovadoras que possuem novas formas de organização, que desenvolvem produtos ou serviços inovadores,além de possuir diferentes formas de financiamentos, inclusive fundos públicos e privados. Estão localizadas em parques tecnológicos, Incubadoras de base tecnológica, e ainda em espaço coworking ou fora desses espaços de inovação.

Referências

ALVES, F. S. **Um Estudo Sobre as Startups no Brasil.** Monografia (Graduação) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Economia, Salvador, 2013.

 ISBN: 1981-1047

CELUPPI, I. C. *et al.* **Uma análise sobre o desenvolvimento de tecnologias digitais em saúde para o enfrentamento da COVID-19 no Brasil e no mundo.** Cad. Saúde Pública vol.37 no.3 Rio de Janeiro, 2021.

DALCIN, Thais. **Clusters de startups no Brasil:** uma análise multicasos a partir da visão baseada em recursos. Dissertação (Mestrado em Gestão e Negócios)- Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, RS, 2015.

DOWBOR, Ladislau. **O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais** / Ladislau Dowbor. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2020. Acesso em: 02 de Março de 2021.

GOMES, Maria Terezinha Serafim. A geografia da inovação e os agentes produtores dos "espaços híbridos da inovação" In:GOMES, M. T. S.; TUNES, R. ;OLIVEIRA, F. G.**Geografia da inovação**: território, Redes e Finanças. Rio de Janeiro : Consequência Editora, 2020,137-181a.

GOMES, Maria Terezinha Serafim. **Espaço, inovação e novos arranjos espaciais:** algumas reflexões. In: OLIVEIRA, F. G. et al. Espaço e Economia: Geografia Econômica e a Economia Política. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

GOMES, Maria Terezinha Serafim. O papel do Estado e a formação de espaços híbridos de inovação em cidades médias brasileiras**. Revista GeoUECE**, Fortaleza/CE, v.9, n. 16, p. 63 - 80, jan./jun.-2020b.

LENCIONI, Sandra. **Estado de São Paulo:** lugar de concentração da inovação e da intensidade tecnológica da indústria brasileira. In: SPOSITO, Eliseu Savério (org.) **O novo mapa da indústria no início do século XXI:** diferentes paradigmas para leitura das dinâmicas territoriais do Estado de São Paulo. São Paulo:Editora UNESP, 2015.

MACHADO, J. M. *et al.* **Ações de startups e empresas brasileiras no combate à pandemia da COVID-19.** Ciência em Movimento - Reabilitação e Saúde, n. 44, v. 22, Dezembro, 2020.

MALDONADO, Marques, Cruz. **Telemedicina:** desafios à sua difusão no Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 32 Sup 2, 2016.

 ISBN: 1981-1047

MARIN, A. P. **Fatores Que Explicam O Investimento Anjo Em *Startups.*** Dissertação (Pós-Graduação em Ciências Contábeis) - Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças, Vitória, 2018.

PESSANHA, Robert Moraes. **A "Indústria" dos fundos financeiros. Potência, estratégias e mobilidade no capitalismo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2019.

RIES, Eric. **A Startup Enxuta**: Como os empreendedores atuais utilizam inovação contínua para criar empresas extremamente bem-sucedidas. São Paulo: Leya Editora, 2012.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** São

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

Sites acessados

Inova Prudente. Inova Prudente. Disponível em: https://www.inovaprudente.com.br. Acesso em: 25 de Jan. 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2010. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/presidente-prudente/panorama. Acesso em: 25 de Jan. 2021.

Associação Brasileira de Startups. Crescimento das startups: veja o que mudou nos últimos cinco anos! Disponível em: https://abstartups.com.br/crescimento-das-startups/. Acesso em: 25 de Jan. 2021.

Brasscom - Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação. Relatório Startups. Disponível em: http://www.brasilitplus.com/brasilit/upload/download/1416332923startups.pdf. Acesso em: 25 de Jan. 2021.

AceStartups. Quais são os unicórnios brasileiros de 2021? Disponível em: https://acestartups.com.br/quais-sao-os-unicornios-

brasileiros/#:~:text=Os%20ungidos%20de%202019%20s%C3%A3o,em%2019%20rodadas%20de%20investimentos.
Acesso em: 25 de Jan. 2021.

Startupbase. Disponível em: https://startupbase.com.br/home. Acesso em: 19 de Abril de 2021.

EIXO 2

GEOGRAFIA, AMBIENTE E ECOLOGIA

ISBN: 1981-1047

A VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA OCUPAÇÃO IRREGULAR DO CÓRREGO SEM-DÚVIDA: DIREITO À MORADIA E DANOS AMBIENTAIS

GT - Geografia, Ambiente e Ecologia

Agda Natalia Davi
agda.natalia.davi@uel.br
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Ideni Terezinha Antonello
antonello@uel.br
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Resumo

Londrina é uma cidade de porte médio, com acentuado grau de urbanização no contexto paranaense, onde atualmente existem vários conflitos de ordem social e ambiental no município, como é o caso das ocupações irregulares em fundo de vale, objeto de estudo do presente artigo. Nesse contexto, buscou-se abordar a temática direito à moradia, onde tem por finalidade demonstrar a responsabilidade civil do Estado nos casos de danos ambientais decorrentes de ocupações irregulares, realizando uma análise ambiental referente aos impactos diretos que se tem mediante a presença das moradias nessas Áreas de Preservação Permanente. Tendo como recorte geográfico a Ocupação do Córrego Sem-Dúvida, localizado na Zona Norte da Cidade de Londrina-PR. Conforme últimos dados realizados pela COHAB-LD (2017), foram contabilizadas 69 áreas de ocupação na cidade, com aproximadamente 3.997 famílias vivendo em vulnerabilidade, já na Zona Norte da cidade, 18 ocupações, com aproximadamente 1.578 famílias, onde 4 ocupações com aproximadamente 252 famílias estariam em estudo para regularização fundiária. No ano corrente (2021), pode-se inferir que existe um número superior a esse levantamento, tendo em vista o aumento na desigualdade social, que levam esses indivíduos que não conseguem para aluguel a se submeterem a moradias precárias para sobrevivência.

Palavras-chave: Área de Preservação Permanente, Moradia, Impactos Ambientais

Introdução

No processo de urbanização ocorre a substituição do ecossistema natural por um completamente adverso, na qual o homem organiza suas necessidades para sobrevivência e segundo o poder que exerce sobre este espaço. Uso intensivo do solo e a ausência de planejamento pelas atividades humanas tem gerado disfunções espaciais e ambientais, repercutindo na qualidade de vida do homem, que se dá de modo diferente, atingindo na

 ISBN: 1981-1047

maioria das vezes de forma mais intensa a população de baixa renda, que sem acesso a moradia, passa a ocupar áreas impróprias a habitação.

Maricato (2003, p.154) afirma que:

> [...]. É nas áreas rejeitadas pelo mercado imobiliário privado e nas áreas públicas, situadas em regiões desvalorizadas, que a população trabalhadora pobre vai se instalar: beira de córrego, encostas dos morros, terrenos sujeitos a enchentes ou outros tipos de riscos, regiões poluídas, ou... áreas de proteção ambiental (onde a vigência de legislação de proteção e ausência de fiscalização definem a desvalorização).

De acordo com Guerra e Cunha (2000), os seres humanos, ao se concentrarem num determinado espaço físico, aceleram irreversível os processos de degradação ambiental. Desta forma pode-se dizer que a degradação ambiental cresce na proporção que a concentração populacional aumenta. Consequentemente as cidades e os problemas ambientais fazem entre si uma relação de causa e efeito rígido. Porém MARTINS & SOUZA, ressalta que o espaço urbano e o uso adequado das APPs, pode promover, além da preservação de recursos naturais, a melhoria da qualidade dos habitantes, em função de outros benefícios gerados pelo equilíbrio ambiental.

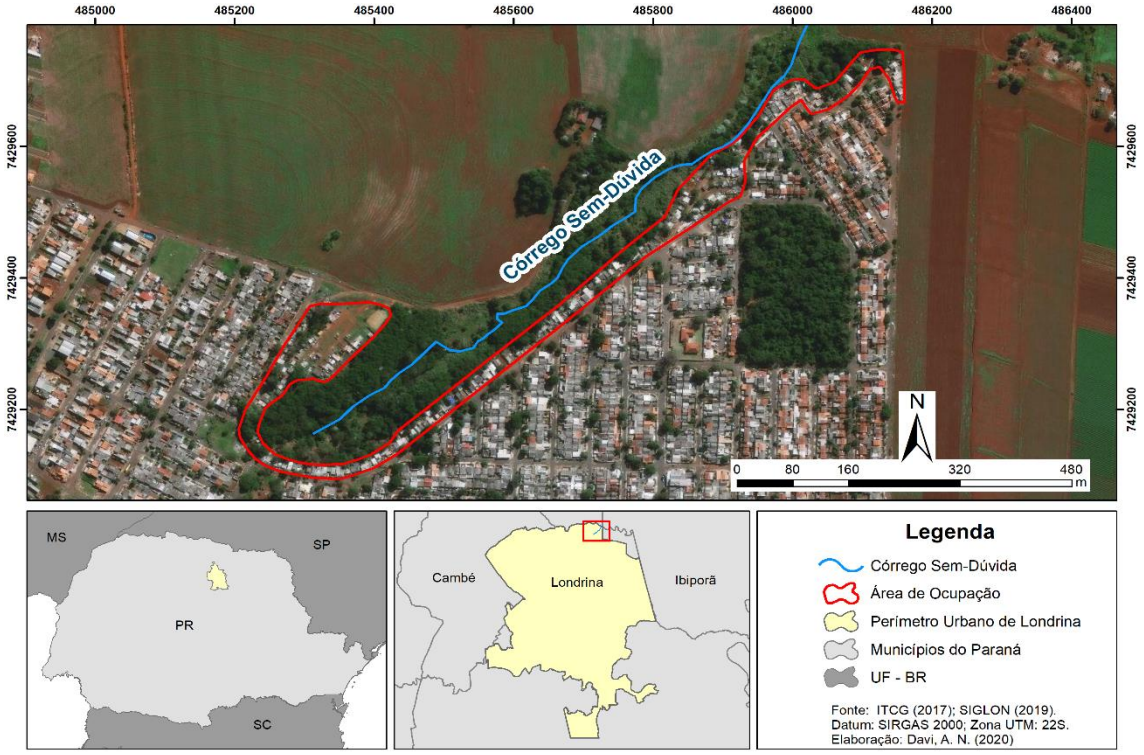
Ocupação Irregular em áreas de fundos de vale ocorrem em muitas cidades brasileiras, é um problema bastante grave, pois não se trata apenas da preservação ambiental destas áreas, mas também a desigualdade socioeconômica que reflete as questões de moradia no país e atinge diretamente uma parcela da população que não tem acesso a este direito. É de grande importância identificar, localizar e quantificar estas áreas para subsidiar o planejamento urbano relacionado à ocupação e uso do solo. Na área de estudo do Córrego Sem-Dúvida (Figura 1), vivem aproximadamente 200 famílias (COHAB,2017) em grande vulnerabilidade social e ambiental. Indivíduos que sem alternativa acabaram se submetendo a ocupar áreas de preservação para sobreviver, onde se encontram na informalidade e sem aparatos legais para saída do local, além do déficit de políticas públicas para atender essa parcela crescente da população.

A ocupação irregular do Córrego Sem-Dúvida teve sua ocupação inicial no ano de 1996, com 84 famílias oriundas do C.H Cinco Conjuntos, na Zona Norte da cidade de

 ISBN: 1981-1047

Londrina-PR, que por falta de recursos financeiros, decidiram ocupar a área do Córrego, fundando assim uma Ocupação Irregular, que com o passar do tempo, outras famílias que passaram a ter conhecimento da ocupação, vieram a se instalar no local. Como o número de famílias vinha aumentando, os próprios moradores realizaram uma " regionalização" no local, subdividindo assim a extensão da ocupação em Vale do Sol e Vale da Lua, fazendo divisa com os Conjuntos Habitacionais Aquiles Stenghel, Luiz de Sá e Maria Cecília e fazendo fundo com a Fazenda Primavera.

Figura 1. Área da ocupação irregular do Córrego Sem-Dúvida



Fonte: ITCG (2017); SIGLON (2019).
Elaboração: Davi, A. N. (2020).

Após serem abandonados por sete anos, foi apenas em 2003 que passou a existir uma perspectiva a este grupo quando, em parceria com a COHAB-LD, foi implantado dois programas habitacionais no referido fundo de vale. O Programa de Subsídio à Habitação Social (PSH), um programa do governo Federal, assinado com a Caixa Econômica, que atuou de 2003 a 2005, beneficiando um total de 122 famílias, as famílias remanejadas da ocupação

ISBN: 1981-1047

irregular, foram instaladas no atual Conjunto habitacional Primavera I e II; E o Programa Habitar Brasil (PHB), em parceria com o Banco de Desenvolvimento Interamericano (BIP), com o objetivo de estimular os municípios a destinar maiores recursos ao financiamento de projetos de regularização das ocupações irregulares e de modernização dos instrumentos e regulamentação, relacionados com a gestão urbana, das quais foram as que originaram em grande parte, a sua criação.

Tanto o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social como o Programa Habitar Brasil, beneficiaram os moradores das ocupações, mas, tiveram seu fim com o passar dos anos, sendo atualmente a COHAB-LD – Companhia de Habitação de Londrina-PR – responsável, onde tem como objetivo a construção de conjuntos habitacionais para a população de baixo poder aquisitivo, subsidiando a compra da casa própria para famílias de baixa renda com juros menores pelo Minha Casa Minha Vida. Programa esse que muitas vezes deveriam minimizar as ocupações irregulares.

Tendo em vista a necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre essas áreas de risco, o objetivo da pesquisa foi realizar estudos de vulnerabilidade socioambiental, com levantamento bibliográfico da temática Direito à Moradia, legislações vigentes referentes aos impactos e preservação ambiental, além de abordar a responsabilidade do estado nesses casos, além do levantamento teórico, foi realizado trabalhos de campo para o levantamento dos impactos gerados pelas moradias irregulares no local.

O Direito À Moradia

Ligado a dignidade, o direito à moradia trata-se de um direito fundamental que deve ser observado em relação a todos os indivíduos. O direito à moradia foi consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 artigo 13, que declara que toda pessoa tem direito a residência dentro de cada Estado e no artigo 25, afirma que:

Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito a segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle (DIREITO A MORADIA, 1948).

 ISBN: 1981-1047

> Declara o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos de 1996: Todas as pessoas têm direito a uma condição de vida adequada, que possa assegurar alimentação, vestimentas e moradia, e que os Estados devem tomar medidas para assegurar a efetivação desses direitos. A legislação brasileira reconheceu o direito à moradia na Constituição Federal de 1988, pela Emenda Constitucional n° 26 de 2000, passando esse direito a compor o rol dos Direitos Sociais do artigo 6°, que tem a seguinte redação: "são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção a maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição" (BRASIL, 2014a).

No artigo 23, inciso IX a Constituição prevê a competência administrativa comum (para atuação) entre União, Estados e municípios para promover programas de construção de moradias e melhorias nas condições habitacionais e de saneamento básico. Após a Constituição Federal de 1988, o Brasil institui algumas leis que buscam garantir o direito à moradia, como a Lei n° 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre as normas de regularização fundiária de assentamentos e do Programa Minha Casa Minha Vida. Em vista do aparato legal que o direito à moradia tem:

> [...] é inegável admitir que a pessoa humana, no mínimo, precisa de um espaço construído em que possa se sentir confortável e com privacidade para descansar e cultivar os laços sociais entre familiares e amigos. Trata-se de preceito básico para o desfrute de uma vida digna, pois todos necessitam de um lugar íntimo para sua sobrevivência, constituindo abrigo e proteção para si e para os seus. Vale ressaltar que, dessa noção de abrigo, nascem outros direitos como o direito à intimidade, à vida privada, à honra e à segurança, assim como os direitos sociais à saúde, à educação, ao trabalho, ao lazer, etc. (BARBOSA, 2012, p. 118).

O direito à moradia faz com que vários outros direitos possam ser assegurados, como a educação, a saúde, o lazer e o trabalho, sendo assim, aquele indivíduo que não tem uma moradia adequada dificilmente conseguirá exercer seu direito a educação, estará exposto a intempéries, insalubridades e, também encontrará dificuldades para conseguir um emprego ou outras formas de relações sociais, pois em sua maioria exige-se o comprovante de residência para fins burocráticos. Não basta apenas dizer que o direito à moradia constitui o

 ISBN: 1981-1047

fato de o ser humano ter uma casa, além disso, devem ser assegurados acesso a água potável, recolhimento de esgoto e lixo doméstico, rede de fornecimento de energia elétrica, transporte público, serviço de educação, saúde e trabalho de fácil acesso. No dizer de Edésio Fernandes (2006, p.19): "deve ser entendido aqui em sentido amplo, isto é, o direito de todos viverem em condições dignas, adequadas e saudáveis, do ponto de vista urbanístico e ambiental".

E para assegurar o seu exercício, é indispensável, segundo Claudia Maria Berré (2007, p.249): "que o Poder Público tenha políticas de acesso à habitação para a população de baixa renda, que não tem condições de adquirir sua moradia a preços de mercado".

Como as políticas habitacionais implantadas pelo poder público não têm sido suficientes para solucionar o problema, temos assistido a uma série de ocupações irregulares através de invasões, principalmente em áreas públicas ou de proteção ambiental (como o Córrego Sem-Dúvida). A crise habitacional no Brasil, decorrente de um desenvolvimento econômico pautado na acumulação de bens e onde desconsidera as questões sociais, agrava o impacto ambiental gerado pelo crescimento desordenado das cidades, diante da ausência de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento sustentável do meio urbano.

Assim, se evidencia o surgimento da cidade informal, que se forma a margem da sociedade e que não dispõe de qualquer infraestrutura urbana adequada a atender aos direitos da população, entre eles o direito à moradia, a saúde, a educação, ao trabalho, ao lazer e aos serviços públicos essenciais, como iluminação, rede de esgoto, água potável, etc...

Moradias que além de não atenderem a função social da cidade, preconizada na Constituição Federal de 1988 (CF/88), pelo seu art. 182, violam o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado também previsto no texto constitucional no art. 225, à medida que negam a população os direitos fundamentais a uma existência digna.

A moradia é um meio de efetivação da dignidade de cada indivíduo, pois por intermédio dela é possível que outros direitos fundamentais sejam efetivados, em especial o direito de viver em um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Com o crescimento desordenado das cidades, o direito à moradia vem sendo diariamente violado, pois muitas pessoas, sem opção, acabam recorrendo em instalarem suas moradias em lugares precários, com grande risco ambiental e estruturas precárias. Por isso, a grande importância em analisar as ocupações irregulares nas cidades e a violação ao direito à moradia, além de refletir qual deve ser a postura do Estado quando dessas ocupações ocorrem danos ambientais que

 ISBN: 1981-1047

acabam por atingir não apenas o meio, mas, as pessoas em situação de risco que se encontram nesses espaços ocupados irregularmente atentando a responsabilidade civil do Estado por danos ambientais decorrentes da violação ao direito à moradia. É dever do Estado por medidas sociais amparar esses indivíduos em vulnerabilidade, mas a realidade mostra ao contrário, o número crescente de famílias em situação de risco vem aumentando consideravelmente no Brasil, isso mostra a ineficácia do poder público em atender essa população, mesmo sendo um direito à moradia digna e o amparo por esses órgãos.

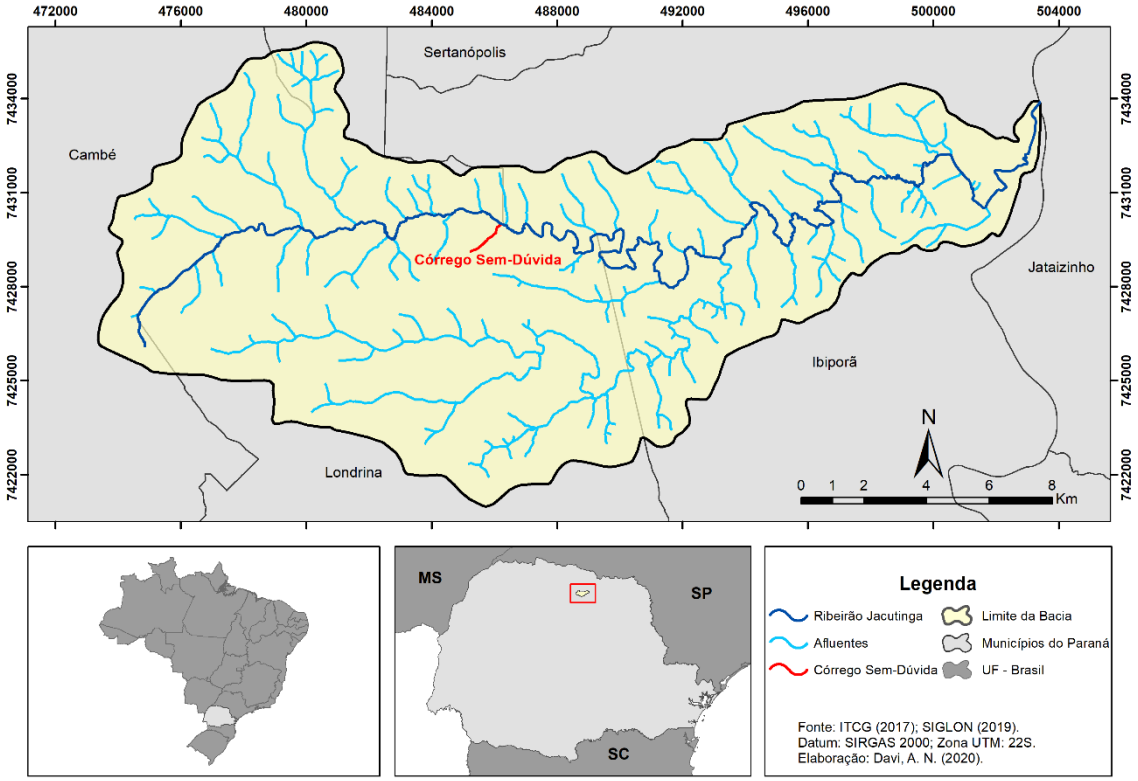
Impactos Ambientais na Ocupação Irregular

De acordo com Franco (2001), o conceito de impacto ambiental surgiu no final da década de 1960 em debates nos Estados Unidos, liderados pelo Senador Henry Jackson, que estabelecem a "Carta Magna do Movimento Ambientalista". A carta passou, em 1970, ser o NEPA – *National Environmental Policy Act*, que criou o EIS – *Environmental Impact Statement* (Declaração de Impacto Ambiental), com a função de prevenir possíveis impactos gerados no processo de desenvolvimento. A legislação americana influenciou a criação de legislações para proteção do meio ambiente no mundo todo, inclusive no Brasil. Depois de mais de uma década da criação do NEPA foi criada a Política Nacional do Meio Ambiente, pela Lei n° 6.938 de 31/8/81 e em seu art. 6°, dentro do Sisnama (Sistema Nacional do meio Ambiente), cria o Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente. Na resolução 001 do Conama de 23/1/86, define-se impacto ambiental "como qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causados por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas" (CONAMA, 1986).

O Córrego Sem-Dúvida (Figura 2) no qual corta a ocupação do fundo de vale, é afluente da bacia hidrográfica do Rio Jacutinga, localizando-se na Zona Norte da região urbanizada de Londrina, onde afloram rochas ígneas vulcânicas pertencentes a formação Serra Geral. Constitui-se em um meio hidrogeológico heterogêneo, onde o fluxo d'agua se faz de maneira restrita, limitado a descontinuidades representadas pelos sistemas de diaclasamento da rocha. Uma maior coalescência de diaclases pode representar uma maior oferta de água subterrânea, é o que acontece na área de ocorrência da bacia hidrografia do ribeirão jacutinga e seus afluentes, como o Córrego Sem-Dúvida (Figura 3), onde se apresentam várias nascentes.

ISBN: 1981-1047

Figura 2. Localização do Córrego Sem-Dúvida



Fonte: ITCG (2017); SIGLON (2019)
Elaboração: Davi, A. N. (2020)

ISBN: 1981-1047

Figura 3. Nascentes do afluente Córrego Sem-Dúvida

Fonte: Trabalho de campo (2020)

A ocupação do Córrego Sem-Duvida teve início em 1996, passando pela retirada das famílias para área regular, revitalização da área (2014) e após, nova ocupação. Atualmente a ocupação do Córrego Sem-Dúvida encontra-se com aproximadamente 200 famílias (COHAB,2017) vivendo de forma irregular na área. Por se tratar de uma área de fundo de vale e de preservação permanente, o local não é passível de regularização, estando as famílias sujeitas a desapropriação da área a qualquer momento. São casas improvisadas (Figura 4), sem rede de esgoto, energia e água adquiridas de forma irregular, famílias vivendo de maneira

ISBN: 1981-1047

improvisada em locais insalubres, se aglomerando em pequenos barracos e sem perspectiva de mudança.

Figura 4. Barracos na Ocupação do Córrego Sem-Duvida

Fonte: Trabalho de campo (2020)

Por não possuírem rede de esgoto encontramos assim, dois grandes agravantes no local, como opção, algumas famílias acabam abrindo fossas para o descarte dos rejeitos sanitários, as famílias que não tiveram essa opção pelo declive da área, acabam descartando diretamente no córrego, poluindo diretamente o curso d'agua e o lençol freático. Essa falta

ISBN: 1981-1047

de saneamento facilita a propagação de doenças e seu descarte irregular, como ocorrem em ocupações, apresenta altas quantidades de poluentes e de agentes biológicos, que podem causar doenças, incluindo bactérias, vírus e parasitas.

Além do descarte irregular de esgoto, encontramos também o descarte irregular do lixo doméstico (Figura 5), como visto em visitas de campo, alguns moradores acabam ateando fogo no lixo, entrando como mais um agravante ambiental, pois emite poluição na forma de fumaça, causa risco de incêndio para as habitações locais, destrói a vegetação e pode causar a morte de animais que ocupem as redondezas.

Figura 5. Descarte irregular de lixo no Córrego Sem-Dúvida

Fonte: Trabalho de campo (2020).

ISBN: 1981-1047

A maioria dos descartes são realizados diretamente no Córrego, pode-se verificar óleo em alguns pontos, evidenciando o descarte de resíduos, como restos de construção e lixo doméstico. Durante o percurso do córrego, é evidente o número de nascentes no local, mostrando o quanto a degradação ambiental na área é grave. A ocupação desordenada e falta de aparatos da cidade formal aumenta os impactos gerados pela população que sem recursos acabam indo para ocupações irregulares. Em visitas de campo ficou evidente que famílias estão procurando e indo morar na Ocupação do Córrego Sem-Dúvida, mostrando a déficit no acompanhamento dessas famílias e falta de aparatos para atender essa demanda, estamos falando de um local com grande índice de vulnerabilidade socioambiental e constante procura até os dias atuais.

Os processos de degradação dos ambientes passaram a considerar o viés social na produção do espaço e entendidos dessa forma com mais ênfase a partir da década de 1980 (FERNANDES, 2004). Os impactos socioambientais contemplam a dimensão social da dilapidação ambiental e, por esse motivo, o espaço natural e a problemática social devem ser analisados conjuntamente, para um entendimento metodologicamente mais aprofundado a respeito das dimensões de desigualdade que ameaçam a dignidade das populações urbanas e a integridade dos ecossistemas locais. Famílias sem recurso ocupando APPs, consequentemente levando a degradação dessas áreas e aumento da fragilidade ambiental, o que se encontra na ocupação do Córrego Sem-Duvida e em ocupação espalhadas por todo território nacional. A ligação da vulnerabilidade social com a ambiental é gritante, sem renda, sem auxilio ou perspectiva, essas famílias ocupam área de fragilidade, afastadas dos centros urbanos, caracterizando uma estratégia para o grande grupo imobiliário, afastando os mais pobres para as piores áreas urbanas e trazendo os com melhores condições para os centros onde se encontram os aparatos e melhores estruturas para uma sobrevivência digna e confortável.

Encontramos assim no fundo de vale, impactos diretos no afluente Córrego Sem-Dúvida, grande agravante pelo Ribeirão Jacutinga ser utilizado para abastecimento de pontos na cidade de Ibiporã-PR, impactos gerados diretamente pelas famílias da Ocupação e também pela propriedade rural ao lado, que no escoamento carrega resíduos agrícolas para o curso hídrico. Além da poluição e degradação pelo lixo doméstico descartado de forma irregular, ou quando não é queimado pelos moradores da ocupação.

 ISBN: 1981-1047

A Legislação Ambiental Sobre Áreas de Preservação Permanente de Fundos de Vale

A principal legislação ambiental que visa à proteção dessas áreas é a Lei Federal 4.771/65, chamada de Código Florestal, alterada pela Lei nº 7.803/ 89. Esta lei define em seu art. 2º que as faixas ribeirinhas devem ter no mínimo 30 metros de largura quando a largura do rio não ultrapassar 10 metros, aumentando conforme a largura do corpo d'água. No caso de ocupação destas áreas, a norma estabelecida através da Medida Provisória 1956-53 de agosto de 2000, que alterou o art. 4º do Código Florestal, dita que a supressão de vegetação em APPs e consequentemente a sua utilização só poderá ser efetuada para fins de utilidade pública e/ou benefício social devidamente declarado pelo poder público municipal.

Outro instrumento legal de grande importância na proteção do meio ambiente em áreas urbanas é o Plano Diretor dos Municípios, instituído pela Lei 7.483/98 de julho/2000, que traça diretrizes gerais para o planejamento global da cidade e dita normas para a proteção dos fundos de vale. Em Londrina, as leis de parcelamento do solo para fins urbanos de uso, ocupação e expansão urbana (aprovadas em 07/1998) definem as áreas de fundo de vale como "Áreas Especiais de Fundo de Vale e de Preservação Ambiental", devendo ser respeitadas as áreas ao longo das margens dos corpos d'água, numa largura mínima de 30 metros de cada lado. Esses locais teriam como princípio a proteção dos corpos d'água e destinar-se-iam prioritariamente à formação de parques contínuos, visando à preservação ambiental e à recreação.

Os fundos de vale situados em rios que são mananciais de abastecimento mereceram por parte do governo estadual uma lei que se preocupa com a sua preservação, a de nº 8.935/89, que define algumas exigências especiais para os empreendimentos ou atividades que porventura venham a ser efetivados nas proximidades dos mananciais de abastecimento público. Neste caso específico consideram-se não só as APPs como também o seu entorno, de acordo com uma avaliação técnica do órgão ambiental competente.

Popularmente mais conhecida como mata ciliar, a vegetação riparia se desenvolve ao longo dos rios, mananciais, reservatórios e demais corpos d'água e está entre os ecossistemas mais perturbados pela ação antrópica. Funciona como reguladora do fluxo de água, sedimentos e nutrientes entre os ecossistemas aquático e terrestre e é essencial para a proteção do solo e dos recursos hídricos (MENDONÇA; BARROS, 2002).

 ISBN: 1981-1047

Legalmente, a vegetação riparia é parte da Área de Preservação Permanente, na qual é vedado o corte de vegetação nativa ou qualquer outra forma de exploração, definida pelo Código Florestal, lei federal nº 4.771/65, devendo ser respeitadas as faixas marginais ao longo das margens dos rios, tendo estas larguras variáveis dependendo da largura dos corpos d'água. Ainda a Lei de Crimes Ambientais (n.º 9.065/98) considera crime destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, bem como utilizá-la de forma indevida. A vegetação marginal aos corpos d'água (riparia) tem recebido nos últimos anos atenção especial sobre questões relacionadas, dentre outras, à sua importância para a manutenção do equilíbrio do ecossistema aquático; às caracterizações quanto a florística; à estrutura genética de suas populações, ou ainda de questões referentes à revegetação de áreas riparias degradadas (SOARES, 2000).

A preservação da vegetação riparia é fundamental para a proteção de córregos e rios, principalmente os que atravessam as cidades, pois estão sujeitos a um elevado grau de intervenção antrópica. Tal vegetação contribui para a estabilização das margens dos corpos d'água, reduzindo o assoreamento e auxiliando na manutenção da qualidade da água. Juntamente com a vegetação localizada em outras áreas, atua sobre os elementos climáticos (em microclimas urbanos), contribuindo para o controle da radiação solar, temperatura e umidade do ar, a velocidade dos ventos e a ação das chuvas (ZANINI, 1998), além de reduzir a propagação de ruídos. Além das funções de estabilizar as margens dos rios e córregos, manutenção da qualidade da água e atenuação de fatores climáticos, devem ser acrescentadas para os fundos de vale sua importância em relação à fauna e flora nativa.

A preocupação com a preservação dos fundos de vale não é um mero capricho dos estudiosos, governantes e até da própria população. É antes de tudo uma necessidade a fim de se preservar e tentar recuperar a qualidade da água dos rios. Já é notório que a água é um dos elementos da natureza essenciais à vida e como tal merece todo o cuidado na sua conservação. Foi nesta linha de pensamento que o governo federal criou a Lei Nacional de Recursos Hídricos n.º 9.433/97, que, além de traçar normas e diretrizes para o uso racional dos recursos hídricos, determina o pagamento de taxas pelo uso da água.

A Responsabilidade Civil do Estado

 ISBN: 1981-1047

É crescente a ocorrência de danos ambientais, sendo eles no meio ambiente natural ou urbano. Eventos esses que ocorrem na grande maioria pela interferência do homem na natureza. Pela leitura do artigo 3°, incisos II e III da Lei 6.938/1981 é possível chegarmos a um conceito legal de dado ambiental:

> Art. 3º – Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:
> [...]
> II – degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente;
> III – poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:
> a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
> b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;
> c) afetem desfavoravelmente a biota;
> d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;
> e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos; [...] (BRASIL, 2014b).

Resultado de uma ação ou omissão que cause prejuízo ao meio ambiente ou até mesmo que afete a segurança, saúde, bem-estar da população, ou altere as características de determinado lugar é o que se entende por dano ambiental. Silvio Venosa (2013, p.227) destaca que "o dano ambiental caracteriza-se pela pulverização das vítimas, daí por que ser tratado como direito de tutela a interesses difusos. Os danos são de ordem coletiva e apenas reflexamente se traduzem em dano individual"

O direito ao meio ambiente equilibrado é direito de todos, reconhecido pela Constituição Federal de 1988 – artigo 225 – sendo de extrema importância para mínimas condições de vida do ser humano. Qualquer dano que o meio ambiente venha a sofrer afetará a vida de todos os indivíduos, de maneira indistinta, que se encontrem no seu raio de abrangência.

Pela dimensão e complexidade dos danos ambientais nessas áreas de ocupação irregular em fundo de vale, no caso do Córrego Sem-Dúvida, a reparação quando possível deve ocorrer visando ao retorno ao estado anterior, ou em caso de danos ambientais mais complexos, a recuperação da área de forma a reduzir e mitigar os impactos. Em muitos dos casos, os danos são causados por ações mal planejadas ou mal executadas pelo homem, como o que acontece com as ocupações irregulares, pois dependendo do lugar em que os sujeitos

 ISBN: 1981-1047

se fixarem, como no caso de áreas verdes ou de preservação permanente, podem causar graves danos ao meio ambiente. É importante frisar que muitos desses assentamentos urbanos irregulares ocorrem em lugares especialmente protegidos, como áreas de proteção ambiental, por exemplo, e a ocorrência de um evento danoso terá proporções consideráveis, afetando características singulares, que estão especialmente protegidas devido à sua importância.

A ocupações irregulares acontecem devido à falta de poder aquisitivo de homens e mulheres excluídos do mercado formal de trabalho, excluídos social e economicamente da cidade legal, pois em razão da supervalorização de terrenos em locais com infraestrutura adequada, veem-se jogados à própria sorte, ao total desamparo da lei e do Estado. O Estado, no entanto, por meio do poder público municipal, é que possui competência para regular a ordenação e ocupação do solo urbano. E quando esses órgãos públicos deixam que espaços de proteção permanente sofram ocupações irregulares, ocasionando danos ambientais, deverá responder por esses danos.

Sobre a responsabilidade civil do Estado, a Constituição Federal de 1988 adotou a teoria da responsabilidade objetiva. Quando um dano ocorre devido a uma ação ou omissão de um agente do Estado, este deverá responder independentemente da culpa, nos termos do artigo 37, parágrafo 6º da Constituição. Nos casos de responsabilidade por dano ambiental o artigo 225, parágrafo 3º da Constituição Federal, também assevera que "As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados" (BRASIL, 2014a).

Deste modo, a Constituição Federal reconhece a responsabilidade civil, penal e administrativa sobre os danos causados ao meio ambiente, no entanto, na leitura deste dispositivo não fica claro se é responsabilidade objetiva ou subjetiva. A lei 6.938/81, contudo, que trata da Política Nacional do Meio Ambiente, em seu artigo 14, §1°, prescreve que a responsabilidade por danos ambientais é objetiva, *in verbis:*

> Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União

 ISBN: 1981-1047

> e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente (BRASIL, 2014b).

O Estado tem responsabilidade objetiva do risco administrativo quanto aos danos ambientais, em que são aceitos excludentes como a culpa da vítima e força maior, por exemplo. Nos casos de dano ambiental decorrentes de ocupações irregulares, no entanto, verifica-se que houve falha do Estado no momento em que não fiscalizou a ocupação do solo ou permitiu que houvesse a instalação de pessoas em locais impróprios. Assim, em termos de responsabilidade civil, verifica-se que há solidariedade entre o Estado e os causadores do dano.

> Mas, se uma agressão contra a pessoa, ou contra a propriedade, for conhecida e anunciada com tal antecedência e vistos de certeza, que a polícia administrativa deva e possa evitá-la, e não obstante, graças à inércia injustificável das autoridades, o atentado se realizar, animado ou auxiliado pela indiferença dos agentes de segurança pública, ao Estado incumbe indenizar o dano causado (LESSA apud MUKAI, 2004).

De tal modo ocorre com as ocupações irregulares, uma vez que, por meio de estudos exigidos pela própria lei (Estatuto da Cidade) o poder público sabe quais áreas podem ser edificadas e quais podem apresentar risco para o meio ambiente e para a vida humana. Sendo assim, pode e deve o poder público interferir nas ocupações irregulares, para que essas não ocorram e consequentemente não causem danos ao meio ambiente. Caso não o faça, deve ele – o Estado – responder solidariamente pelo dano causado.

Entende-se que a proteção ambiental é fundamental para que a própria existência do ser humano seja assegurada, em um meio ecologicamente equilibrado. Sobre os inúmeros danos que o meio ambiente sofre, ainda mais sobre a decorrência do crescimento desordenado das cidades, os indivíduos não se importam com tais prejuízos causados na natureza. O crescimento urbano desenfreado acarreta danos a não observância das normas de proteção ambiental, gerando a exclusão de muitas pessoas dos espaços que possuem adequada infraestrutura para habitação, violando da mesma forma o direito à moradia.

ISBN: 1981-1047

Devido aos direitos previstos na Constituição Federal, o Estado deve adotar uma postura ativa para garantir esses direitos. Assim, deverá o poder público municipal responder pela sua omissão na efetivação ao direito de moradia em espaços adequados, mesmo que os danos acarretados sejam oriundos de ocupações irregulares, por possuir o dever para atuação em matéria de fiscalização do uso e ocupação do solo urbano.

Podendo assim inferir que o Estado, por intermédio do ente público municipal, responde de forma objetiva e solidariamente pelos danos causados ao meio ambiente, pois deveria cumprir sua obrigação na fiscalização e adotar políticas públicas eficientes de destinação e ocupação do solo urbano, além de atender aos anseios da população de baixa renda em conceder moradia a essas pessoas que não possuem meios para adquiri imóveis em locais privilegiados da cidade formal, dotados de condições estruturais adequadas para sobrevivência.

Considerações Finais

É necessária uma atuação mais eficaz do governo e também da iniciativa privada, para que haja urgentemente uma melhoria de condições de vida da população, principalmente a mais carente. A legislação ambiental vigente é suficiente para que o meio ambiente e os recursos naturais sejam devidamente protegidos, porém falta o cumprimento destas leis pelas autoridades competentes. As leis asseguram o amparo aos mais vulneráveis e a responsabilidade pela inadimplência aos danos ambientais, mas não assegura o cumprimento dessas leis. Estudos mais apurados nessas áreas são de extrema importância, expor a realidades dessas famílias e os impactos ambientais gerados perante a neutralidade do poder público é uma forma de expor a realidade neutra dessas entidades.

Problemas ambientais decorrentes das ocupações irregulares de fundo de vale estão relacionadas ao direito à moradia, atingindo as classes sociais mais vulneráveis, relegadas à falta de opção dentro da produção social do espaço urbano. Situação que necessita de uma integração entre as políticas ambiental e habitacional, visto que a adoção de políticas públicas voltadas à moradia, como a proteção ao meio ambiente devem andar juntas, tornando imprescindível não somente a retirada da população dos fundos de vale, mas a sua relocação e moradia dignas e seguras, com adequada infraestrutura, além da recuperação e preservação desses fundos de vale.

 ISBN: 1981-1047

Referências

BARBOSA, Lucília Goulart Cerqueira Camargo. A tutela do Direito à moradia como forma de promover a dignidade da pessoa humana em face do Direito ambiental brasileiro. In: **Revista Brasileira de Direito Ambiental**, São Paulo: Editora Fiuza, volume 32., 2012.

CUNHA, S. B. da.; VIEIRA, V. T. Mudanças na rede de drenagem urbana de Teresópolis (Rio de Janeiro). In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. da. **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 131.

MARTINS. Rosimeire P.; SOUSA. Suely P: A Ocupação Ilegal das Apps (Áreas de Preservação Permanentes) Urbanas Em Caldas Novas-Go. In: EREGEO - SIMPOSIO DE REGIONAL DE GEOGRAFIA, 11.,2009, Jataí, Goiás. **Anais eletrônicos**. [...]. Jataí, Goiás.

MUKAI, Toshio. **Direito ambiental sistematizado**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

REIS, João Emilio de Assis. O Direito à moradia como obrigação estatal no contexto constitucional brasileiro. CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO. 2013, Curitiba. **Anais Eletrônicos** [...]. Curitiba: Conpedi. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=cfa45151ccad6bf1>. Acesso em: 9 maio 2014.

VENOSA, Silvio de Salo. **Direito civil: responsabilidade civil**. 13. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2013. Vol. 4.

 ISBN: 1981-1047

OS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO E DE TRATAMENTO DE ÁGUA DE PACAEMBU- SP

GT- Geografia, Ambiente e Ecologia

Alexandre Antonio Abate
alexandre_abate@hotmail.com
Universidade Estadual Paulista (Unesp), câmpus de Presidente Prudente - SP
Bolsista de Mestrado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

Augusto Marques da Silva
guto_marques_silva@hotmail.com
Universidade Estadual Paulista (Unesp), câmpus de Presidente Prudente - SP
Bolsista de Mestrado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

Resumo

Este trabalho é uma síntese do artigo elaborado para a disciplina de *Problemas Ambientais Urbanos*, ministrada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), câmpus de Presidente Prudente - SP. Dentre os vários elementos trabalhados nele, optamos por apresentar aqui os sistemas de abastecimento e de tratamento de água do município de Pacaembu - SP. Para a compreensão deles, realizamos uma visita técnica ao Departamento de Água e de Esgoto (DAE) e entrevistas semiestruturadas, além da obtenção de dados em diferentes portais, dentre eles o da Agência Nacional de Águas (ANA), o do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) e o da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB). A interpretação e a discussão de todos os resultados obtidos foram amparadas na revisão bibliográfica e nas consultas às resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). No que tange aos resultados obtidos, destacamos que a água oferecida pelo sistema de abastecimento de Pacaembu é de boa qualidade, conforme pesquisa de Yasui (2015), sendo que o volume captado a partir de sete poços é superior à demanda. Referente ao tratamento, são utilizadas a cloração e a fluoretação.

Palavras-chave: Abastecimento de água; Tratamento de água; Pacaembu.

Introdução

 ISBN: 1981-1047

Este trabalho é uma síntese do artigo elaborado para a disciplina de *Problemas Ambientais Urbanos*, ministrada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), câmpus de Presidente Prudente - SP. Visando à compreensão da situação ambiental do município de Pacaembu, localizado no Estado de

São Paulo, realizamos uma investigação a partir de quatro perspectivas analíticas: 1) Sistemas de abastecimento e de tratamento de água; 2) Sistema de tratamento de esgoto; 3) Análise sobre o lixo produzido e a sua forma de coleta e de disposição final; 4) Discussão teórica sobre as áreas verdes urbanas e a espacialização de todas as praças da cidade, assim como a apresentação de um estudo de caso referente à avaliação da Praça "Avamor Berlanga Mugnai". Desta forma, a discussão ora apresentada, por se tratar, conforme já destacamos, de uma síntese, baseia-se apenas no primeiro eixo analítico.

Além dessa introdução, o artigo está estruturado em três partes principais. Na primeira, apresentamos a nossa área de estudo, destacando alguns aspectos atinentes à gênese de Pacaembu - SP, além da sua classificação no âmbito do estudo intitulado *Regiões de Influência das Cidades - REGIC,* publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2008, com dados referentes a 2007, além de outros dados e indicadores obtidos, sobretudo, no banco de dados do IBGE. Na segunda, apresentamos os procedimentos metodológicos que nortearam a investigação. Na terceira, apresentamos e discutimos os resultados obtidos, concernentes aos sistemas de abastecimento e de tratamento de água, além dos resultados provenientes da pesquisa desenvolvida por Yasui (2015) no âmbito do seu trabalho de conclusão do curso de Engenharia Ambiental. Nas considerações finais, há uma síntese do conteúdo apresentado no artigo, com destaque para os principais resultados revelados pela pesquisa.

Área de estudo: Pacaembu- SP

Consoante Abreu (1972) e Stefani (2007), as ferrovias[21] do Estado de São Paulo se caracterizaram por serem estradas do café e foram as responsáveis pela formação de

[21] Além de ter atuado, de forma determinante, para a gênese de Pacaembu, é importante destacar, também, que este modal de transporte atuou em prol do município devido à possibilidade de ampliação das lavouras, sobretudo de café, as quais poderiam ser escoadas rumo ao porto de Santos. Deste modo, é nesse contexto

 ISBN: 1981-1047

diversos núcleos urbanos. Corroborando este fato, IBGE cidades (*sem data*) destaca que, a partir de 1925, devido ao avanço da Companhia Paulista de Estrada de Ferro com destino ao Rio Paraná, diversas lavouras de café foram plantadas no Oeste Paulista, atraindo diversos agrupamentos humanos para a região, havendo, posteriormente, a gênese de núcleos urbanos. É nesse contexto, consoante o Portal[22] Memorial dos Municípios (*sem data*), que houve a gênese de Pacaembu[23] - SP. Assim, a sua origem esteve associada, inicialmente, à expansão da cultura cafeeira para o Oeste Paulista, permitindo, dessa forma, a organização de vários agrupamentos humanos na localidade: Sumatra, Iracema, Guaraniúva e Esplanada. A partir da ampliação e da junção crescente de tais agrupamentos, a denominação Guanariúva passou a se referir à totalidade dos povoados, sendo que, em 30 de novembro de 1944, através do Decreto de Lei 14.334, que versava sobre o quadro geral da divisão territorial do Estado de São Paulo em comarcas, municípios e distritos, o povoado Guaraniúva, denominado até então como vila pelo referido decreto, foi reconhecido como distrito pertencente ao município de Lucélia. Em 24 de dezembro de 1948, através do Decreto de Lei 233, que atualizou o quadro geral da divisão territorial do Estado de São Paulo, o então distrito de Guaraniúva foi elevado à categoria de município, passando a denominar-se Pacaembu e, portanto, desmembrando-se do município de Lucélia. Todavia, a efetivação da sua autonomia administrativa deu-se apenas em 02 de abril de 1949, sendo esta a data oficial referente à gênese da cidade/município.

O município de Pacaembu - SP (Figuras 1 e 2), localizado no Oeste Paulista, a latitude de 21° 33' 43" (sul) e a longitude de 51° 15' 39" (oeste), situa-se a altitude de 415 metros, pertencendo à região hidrográfica Aguapeí, a qual, por sua vez, pertence à região

que, segundo alguns citadinos entrevistados, houve o aumento populacional na cidade, incluindo de imigrantes japoneses. Complementando a discussão, destacamos que, segundo Giesbrecht (2017), a linha férrea, referente ao tronco-oeste da Paulista, atuou no âmbito de transporte de cargas até meados de 1990. Em 1998, após um período de desativação, a linha férrea destinou-se ao transporte de raríssimos passageiros que embarcavam em Pacaembu, no âmbito de administração da Ferrovia Bandeirantes S/A (Ferroban). Em março de 2001, essa atividade foi interrompida, sendo que a Estação Ferroviária foi demolida pelo município em 2006.

[22] Devido à carência de informações sobre a história de constituição da cidade, apresentamos algumas informações deste portal, as quais foram corroboradas através do acesso aos referidos decretos e com base em entrevistas informais realizadas com alguns citadinos.

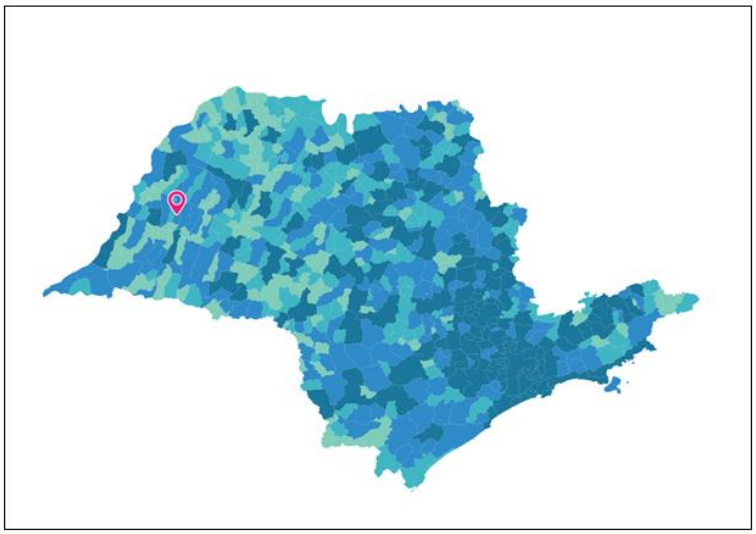
[23] Pacaembu é um nome de origem indígena - "paca-yembú"-, que significa "arroio das pacas" (IBGE cidades, *sem data*).

 ISBN: 1981-1047

geográfica do Rio Paraná. Segundo o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, possuía, neste ano, 13.226 habitantes, com densidade demográfica de 39,07 hab/km², sendo 14.197 a população estimada para 2019 (IBGE cidades, *sem data*). Em 2010, apresentava Índice de Desenvolvimento Humano

Municipal (IDHM) de 0,725, considerado alto, de acordo com as Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal (PNUD; IPEA; FJP, 2013).

Figura 1: Localização do município de Pacaembu no Estado de São Paulo. [24]

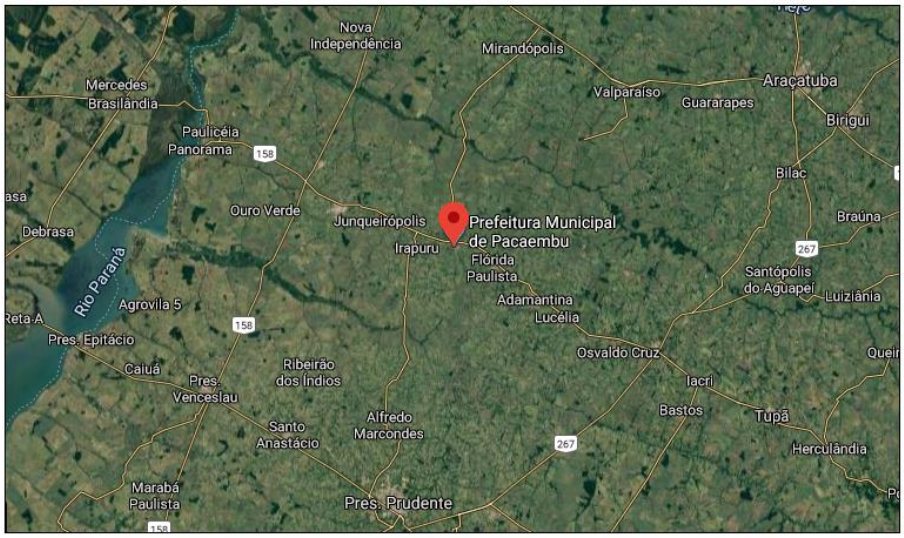


Obtida em: IBGE cidades (*sem data, sem paginação*).

[24] Devido à ausência do *shape* devidamente referenciado espacialmente, que permitiria a elaboração do mapa de localização por intermédio de técnicas de geoprocessamento, optamos por apresentar esta figura obtida no Portal do IBGE cidades.

 ISBN: 1981-1047

Figura 2: Imagem de satélite referente à localização de Pacaembu-SP perante as demais cidades da região.



Obtenção: *Google Maps (2021)*; **Organização:** Os autores (2021).

Consoante o estudo intitulado *Regiões de Influência das Cidades - REGIC,* publicado pelo IBGE em 2008, com dados referentes a 2007, Pacaembu era classificada como centro local, estando, portanto, na menor categoria definida pelo referido estudo no que tange à hierarquia urbana. Além disso, possuía influência direta de Adamantina, a qual era classificada como Centro de Zona A (IBGE, 2008).

Apresentamos, a seguir, o Quadro 1, que contém outros dados e indicadores sobre a nossa área de estudo. Embora fuja dos objetivos delimitados para este artigo, analisá-los pormenorizadamente, julgamos pertinente a devida apresentação.

ISBN: 1981-1047

Quadro 1: Dados e indicadores referentes ao município de Pacaembu - SP.

Dados e indicadores	Valores
Salário médio mensal dos trabalhadores formais (2017)	2,0 salários mínimos
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo (2010)	43,2 %
Proporção de pessoas ocupadas em relação à população total	13,4%
PIB per capita	R$ 14.216,64
Área da unidade territorial (2018)	339,375 km²
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (2010)	98,9%
Domicílios com esgotamento sanitário adequado (2010)	82,7%
Estabelecimentos de Saúde (2009)	5
Domicílios urbanos em vias públicas com arborização (2010)	97,6%
Domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio - 2010)	48%

Fonte dos dados: IBGE cidades (*sem data*); **Organização e Elaboração:** Os autores (2019).

Procedimentos Metodológicos

Realizamos algumas entrevistas informais visando à compreensão de aspectos atinentes à história do município, além da consulta em portais e em decretos estaduais, conforme apresentamos no tópico anterior. No que concerne à compreensão dos sistemas de abastecimento e de tratamento de água, os dados foram obtidos através de: 1) Visita técnica ao Departamento de Água e de Esgoto (DAE), sendo que registros fotográficos foram obtidos e alguns dados coletados com os funcionários através de entrevistas semiestruturadas; 2) Consulta a diferentes portais, dentre eles o da Agência Nacional de Águas (ANA), o do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) e o da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB). A interpretação e a discussão de todos os resultados obtidos foram alicerçadas na revisão bibliográfica e nas consultas às resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

ISBN: 1981-1047

Resultados e Discussões

O abastecimento e o tratamento de água de Pacaembu - SP

De acordo com Mota (2003), os sistemas de abastecimento de água devem proporcionar a distribuição para que as pessoas realizem as suas atividades, preocupando-se em suprir as mesmas com água de qualidade, imprescindível à preservação de sua saúde, e quantidade necessária para os diversos usos, partindo-se do pressuposto de que a água é um elemento indispensável à maioria das atividades humanas realizadas no âmbito doméstico.

O abastecimento de água, segundo Mota (2003), pode ser feito de duas formas: individualmente ou coletivamente. "Nos sistemas individuais de abastecimento, a captação da água é feita, geralmente, em fontes de encostas, em poços, ou a partir da água da chuva (cisternas)" (MOTA, 2003, p. 242). Estas soluções individuais, segundo o autor citado, aplicam-se, geralmente, às áreas rurais. Todavia, segundo Mota (2003), estes procedimentos ainda são utilizados nas cidades quando há ausência de sistemas coletivos, propiciados pelo poder público municipal, o que resulta, muitas vezes, em problemas sanitários, causando doenças e mortes, visto que estes procedimentos citados nem sempre garantem a qualidade indispensável ao consumo humano, não havendo, pois, em muitos casos, rigor em manter os padrões de potabilidade da água.

No que tange aos Sistemas Coletivos de Abastecimento de Água, sendo esta a modalidade presente na área urbana de Pacaembu - SP, Mota (2003) menciona que o processo é constituído de várias unidades e procedimentos ao longo do processo como um todo, desde a captação da água no manancial até a distribuição para a população. Desta forma, o referido autor identifica seis unidades principais que compõem esses sistemas coletivos, que podem variar dependendo das particularidades de cada cidade: 1) Manancial; 2) Captação; 3) Adução; 4)Tratamento; 5) Reservação; 6) Rede de distribuição. Consoante Calijuri e Cunha (2013), a necessidade de propiciar o tratamento das águas que serão utilizadas para o consumo humano, tornando-as, pois, potáveis, são antigas, remetendo-nos aos egípcios, os quais utilizavam técnicas rudimentares de tratamento, as quais baseavam-se, basicamente, na decantação em cisternas. Considerando a nossa história recente, temos, conforme explicam Calijuri e Cunha (2013), que a evolução do processo de tratamento da água, mediante a utilização do avanço técnico e científico, iniciou-se em meados do século XIX, quando o médico Dr. John Snow, considerado o pai da epidemiologia, demonstrou a

 ISBN: 1981-1047

relação existente entre água e saúde pública ao descobrir que os casos de morte por cólera, em Londres, estavam vinculados ao consumo de água contaminada oriunda dos poços da cidade inglesa. Não obstante, ao passo que a partir deste fato, as novas técnicas e conhecimentos científicos foram empregados para melhorar os processos de tratamento de água, procurando remover todas as impurezas de ordem química e biológica, houve o aumento exponencial da contaminação dos mananciais, em função, sobretudo, da ação humana nos processos de urbanização descontrolada - e acúmulo das pessoas nos centros urbanos - e industrialização, além do surgimento de novos contaminantes oriundos de novos produtos, utilizados em âmbito domiciliar e industrial.

Partindo para a descrição das formas existentes para o tratamento de água, utilizaremos a Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005. Há três métodos de tratamento de água, conforme esta resolução: 1) Tratamento avançado; 2) Tratamento convencional; 3) Tratamento simplificado. De acordo com a definição presente na resolução, temos:

> XXXII - tratamento avançado: técnicas de remoção e/ou inativação de constituintes refratários aos processos convencionais de tratamento, os quais podem conferir à água características, tais como: cor, odor, sabor, atividade tóxica ou patogênica;
> XXXIII - tratamento convencional: clarificação com utilização de coagulação e floculação, seguida de desinfecção e correção de pH;
> XXXIV - tratamento simplificado: clarificação por meio de filtração e desinfecção e correção de pH quando necessário (BRASIL, Resolução CONAMA nº 357/05, *sem paginação*).

O tratamento é a técnica que permite a potabilização da água, visando à satisfação das necessidades da população. Assim, segundo Braga *et al* (2005, p. 108-109), o tratamento de água possui diversas finalidades:

> Higiênicas: remoção de bactérias, protozoários, vírus e outros microorganismos, de substâncias tóxicas ou nocivas, redução do excesso de impurezas e de teores elevados de compostos orgânicos;
> Estéticas: correção de turbidez, cor, odor e sabor;
> Econômicas: redução de corrosividade, dureza, cor, turbidez, ferro, manganês etc.

 ISBN: 1981-1047

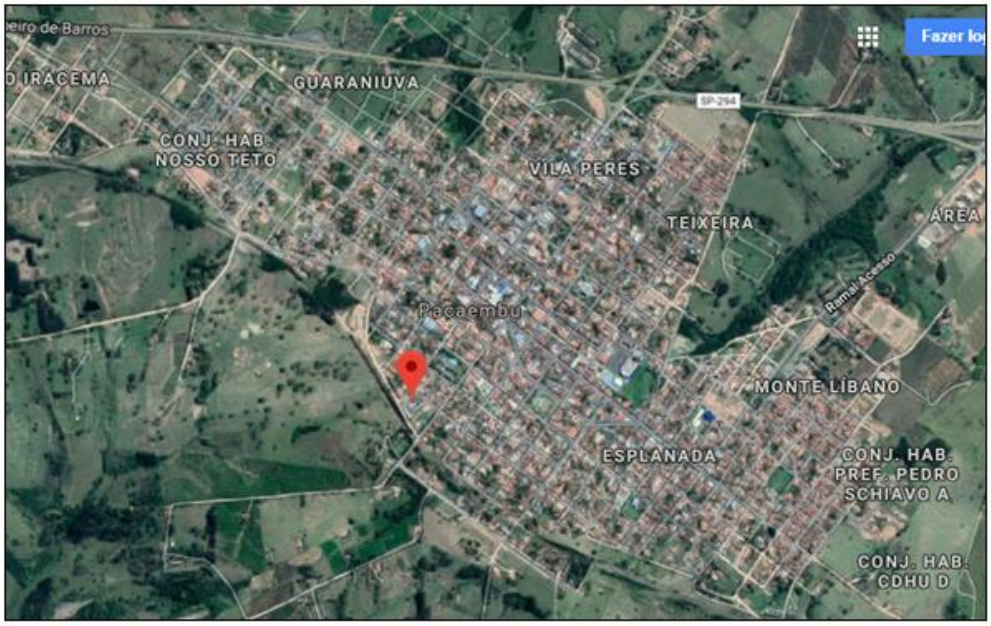
Em Pacaembu-SP, a Prefeitura Municipal é a responsável pelos sistemas de abastecimento e de tratamento de água, sendo o Departamento de Água e de Esgoto (Foto 1 e Figura 3) localizado à Avenida Espanha. Há uma equipe de, aproximadamente, 10 funcionários atuando neste departamento, sendo apenas uma, com formação em química, responsável pelo controle do processo de tratamento da água. O Sistema de Cloração e Fluoretação da Água de Pacaembu foi implementado em abril de 1986 com o apoio técnico da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) e da CETESB. Em abril de 2016, o espaço foi adaptado, tendo sido inaugurado o respectivo departamento.

Foto 1: Departamento de Água e de Esgoto (DAE) de Pacaembu-SP.

Fonte: Trabalho de campo; **Foto:** Os autores; **Data:** Dez. 2019.

ISBN: 1981-1047

Figura 3: Localização do Departamento de Água e de Esgoto (DAE) de Pacaembu-SP.

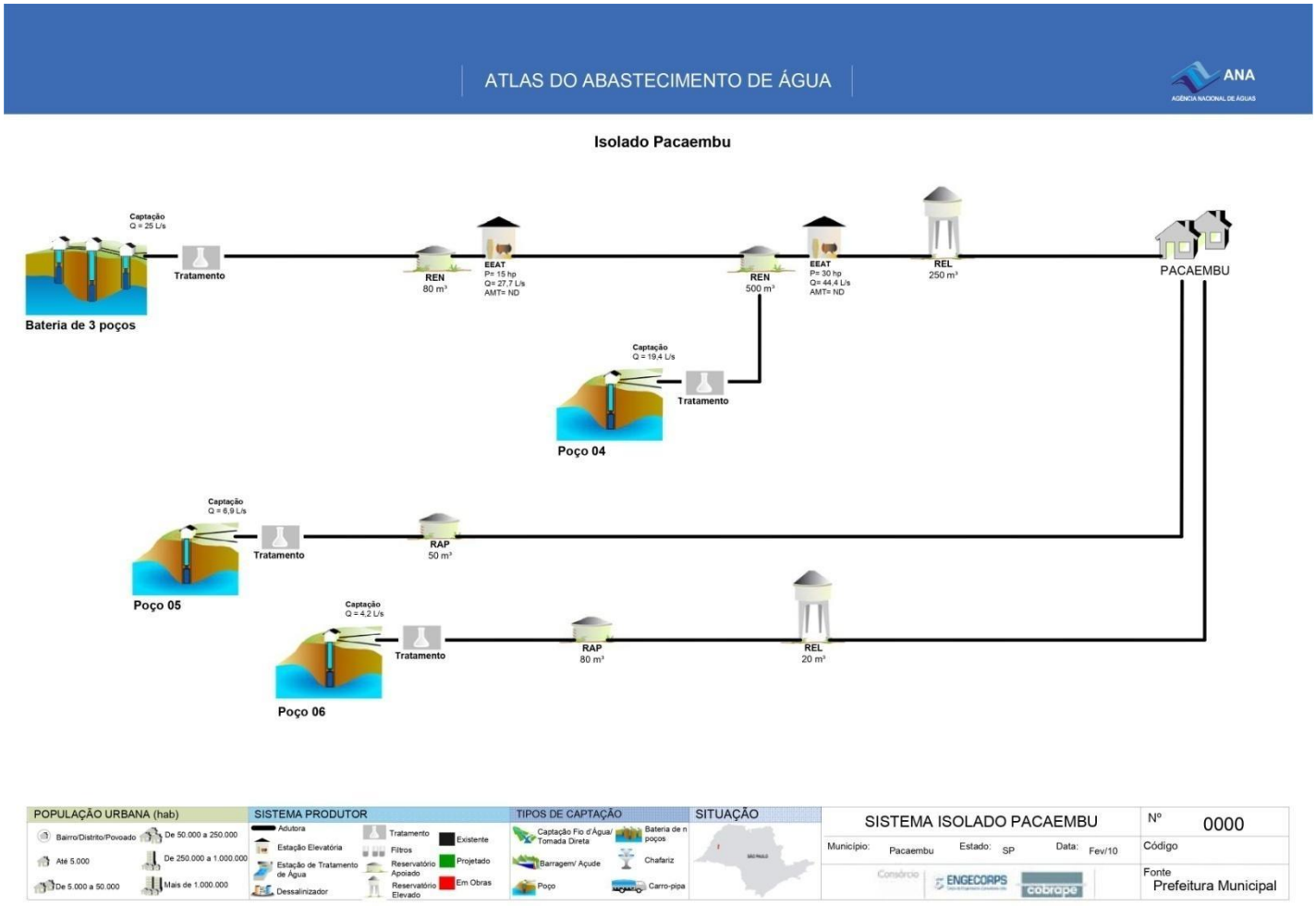


Obtida em: *Google Maps (2019)*; **Organização:** Os autores (2019).

A partir da observação da Figura 4, obtida junto ao Atlas de Abastecimento de Água, organizado pela Agência Nacional de Águas (ANA), é possível identificar como funciona este sistema isolado e algumas informações importantes. Embora na figura supracitada seja mencionada a existência de seis poços, a funcionária responsável pelo controle do tratamento de água informou que a captação ocorre a partir de sete poços. Observando a Figura 4 e considerando os cálculos referentes a apenas seis poços, há uma captação de 55,5 litros por segundo, sendo a demanda urbana, em 2015, de 33 litros por segundo (ANA*, sem data*), ou seja, a captação diária é mais do que suficiente para atender às necessidades da população, partindo dessa relação entre captação e demanda e também da existência de mais um poço, que não foi adotado para os cálculos disponibilizados pelo referido atlas.

ISBN: 1981-1047

Figura 4: Sistema de captação, de tratamento e de distribuição de água referente ao município de Pacaembu-SP.



Fonte: ANA (*sem data, sem paginação*).

A Tabela 1 contém as profundidades de todos os poços utilizados para a captação de água, assim como as respectivas localizações e a profundidade média, conforme informações obtidas durante a entrevista realizada. À título de ilustração, apresentamos, também, a Foto 2, referente ao poço central, localizado no Departamento de Água e de

ISBN: 1981-1047

Esgoto. A água captada no poço central é armazenada em dois reservatórios (Fotos 3 e 4), consoante informações fornecidas pela funcionária que trabalha neste departamento.

Tabela 1: Profundidades dos poços utilizados para o abastecimento urbano de Pacaembu-SP.

Localização do poço	Profundidade (em metros)
Poço Central (DAE) - Av. Espanha	152,50
Bairro Jardim Marajá	169,78
Bairro Guaraniuva	178,00
Conjunto Habitacional "Mário Covas"	138,45
Bairro Alto Iracema	100,15
Bairro Esplanada	71,00
Bairro Monte Líbano	112,52
Profundidade Média	**131,77**

Fonte: Trabalho de campo (2019); **Organização e Elaboração:** Os autores (2019).

Foto 2: Poço central, situado no Departamento de Água e de Esgoto (DAE).

Fonte: Trabalho de campo; **Foto:** Os autores; **Data:** Dez. 2019.

ISBN: 1981-1047

Fotos 3 e 4: Reservatórios utilizados para armazenamento da água coletada, antes de ser tratada.

Fonte: Trabalho de campo; **Fotos:** Os autores; **Data:** Dez. 2019.

Conforme informado durante a entrevista realizada com a responsável pelo tratamento de água, ela é submetida a um procedimento simplificado de desinfecção com cloro e com flúor antes de ser armazenada no reservatório para distribuição. Questionamos sobre as dosagens utilizadas, visando identificar se elas estão dentro dos parâmetros estabelecidos pela portaria 2.914/2011, do Ministério da Saúde, a qual foi revogada, através de consolidação, em 2018. Contudo, a responsável não soube informar, destacando apenas que as dosagens são variáveis, não explicando, também, quais os parâmetros da água bruta que exigem essas variações. À esquerda, na Foto 5, temos o clorador, sendo à direita o equipamento que realiza a fluoretação. Embora não seja utilizado o cloro gás, o qual é altamente tóxico e exigiria um rigor no seu armazenamento, ressaltamos, a partir da Foto 6, que também não há um controle adequado na armazenagem do cloro e do flúor nos seus estados líquidos, sendo eles armazenados no mesmo espaço no qual os equipamentos de cloração e de fluoretação localizam-se.

ISBN: 1981-1047

Foto 5: Equipamentos de cloração e de fluoretação.

Fonte: Trabalho de campo; **Foto:** Os autores; **Data:** Dez. 2019.

Foto 6: Espaço destinado ao armazenamento do cloro e do flúor.

Fonte: Trabalho de campo; **Foto:** Os autores; **Data:** Dez. 2019.

ISBN: 1981-1047

Nesta cidade, segundo informações provenientes do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), referentes a 2017, há 4.492 ligações existentes, sendo que 100% dos domicílios urbanos são atendidos pelo sistema de abastecimento (SNIS, *sem data*), que distribui, diariamente, 2.000 m³ de água, sendo o abastecimento satisfatório, conforme ressaltamos anteriormente na análise referente à oferta e à demanda de água e também com base na pesquisa realizada pela ANA (*sem data*). No que tange à área rural, a água é proveniente de poços caipiras e poços semiartesianos, implementados no âmbito do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH), conforme informações provenientes do Plano Municipal de Desenvolvimento Agropecuário (PACAEMBU, 2009).

A fim de complementar esta discussão, apresentamos os resultados da pesquisa realizada por Yasui (2015). Ele realizou análises físico-químicas e microbiológicas para a quantificação dos parâmetros de potabilidade da água de Pacaembu - SP. As amostras foram coletadas em cinco pontos da cidade (Figura 5), distribuídos de forma a abranger diferentes áreas.

Figura 5: Pontos delimitados por Yasui (2015) para a coleta de água em Pacaembu -SP.

Obtida em: Yasui (2015, p. 27).

 ISBN: 1981-1047

Na investigação realizada, os seguintes parâmetros foram avaliados: cloro residual (mg/L), turbidez (uT), pH, cor aparente (uH), fluoretos (mg/L), coliformes termotolerantes, coliformes totais e bactérias heterotróficas. As amostras foram coletadas em abril, maio e junho de 2014, havendo a comparação entre as médias obtidas com os valores máximos permitidos pela Portaria nº 2.914/2011, do Ministério da Saúde (YASUI, 2015). Desse modo, a partir dos resultados obtidos, concluiu-se que:

> [...] os parâmetros físico-químicos analisados estão abaixo dos valores máximos permitidos pela Portaria nº 2.914/11 do Ministério da Saúde, indicando que a água captada, tratada e oferecida pelo sistema municipal de abastecimento do Município de Pacaembu é de boa qualidade, não acarretando em risco à saúde (YASUI, 2015, p. 37).

Considerações Finais

Em Pacaembu - SP, os sistemas de abastecimento e de tratamento de água são de responsabilidade da Prefeitura Municipal. A água para o abastecimento é captada a partir de sete poços distribuídos em diversos pontos da cidade, sendo que o volume captado diariamente é superior à demanda. Além disso, conforme dados de 2017, todos os domicílios urbanos são atendidos pelo sistema de abastecimento. Concernente à área rural, a água é proveniente de poços caipiras e poços semiartesianos. O tratamento é realizado no Departamento de Água e de Esgoto por meio dos processos de adição de cloro e de flúor. Conforme pesquisa realizada por Yasui (2015), a água de Pacaembu é de boa qualidade, atendendo aos padrões de potabilidade exigidos pela Portaria nº 2.914/2011, do Ministério da Saúde.

Agradecimento

Embora o conteúdo desse artigo não seja resultante das pesquisas que estamos desenvolvendo, agradecemos à FAPESP pelas bolsas concedidas, as quais estão possibilitando a realização do mestrado acadêmico.

Referências

ABREU, Diores Santos. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista:** Presidente Prudente. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente: Presidente Prudente, 1972.

ANA - Agência Nacional de Águas. Atlas do Abastecimento Urbano de Água. *Sem data.* Disponível em: <http://atlas.ana.gov.br/Atlas/forms/analise/Geral.aspx?est=8&mapa=diag>. Acesso em: 25 nov. 2019.

BRAGA, Benedito *et al.* **Introdução à engenharia ambiental.** 2 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

BRASIL, Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res05/res35705.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2019.

BRASIL. Portaria Nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011. Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. Disponível em: < https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2914_12_12_2011.html>. Acesso em: 27 nov. 2019.

Calijuri, Maria do Carmo; CUNHA, Davi Gasparini Fernandes. **Engenharia Ambiental:** conceitos, tecnologia e gestão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto - lei 14.334, de 30 de novembro de 1944. Dispõe sobre o quadro geral da divisão territorial do Estado de São Paulo em comarcas, municípios e distritos. Disponível em: < https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1944/decreto.lei-14334-30.11.1944.html>. Acesso em: 13 nov. 2019.

ESTADO DE SÃO PAULO. Lei 233, de 24 de dezembro de 1948. Fixa o Quadro Territorial, Administrativo e Judiciário do Estado, a vigorar no quinquênio 1949-1953. Disponível em: < https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1948/lei-233-24.12.1948.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2019.

GIESBRECHT, Ralph Mennucci. Pacaembu-SP. 2017. **Portal Estações Ferroviárias do Brasil**. Disponível em: < http://www.estacoesferroviarias.com.br/p/pacaembu.htm>. Acesso em: 13 nov. 2019.

IBGE cidades. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA *online. Sem data.* **Apresenta informações censitárias dos municípios brasileiros**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 14 nov. 2019.

IBGE. **Regiões de Influência das cidades (REGIC).** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro: 2008.

MOTA, Suetônio. **Introdução à Engenharia Ambiental.** 3. ed. Rio de Janeiro: ABES, 2003.

PACAEMBU -SP. **Plano Municipal de Desenvolvimento Agropecuário.** 2009. Disponível em: < http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:bdO-wYF5oeUJ:www.cati.sp.gov.br/conselhos/arquivos_mun/389_27_03_2009_PLURIANUAL%25202009.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br.> Acesso em: 26 nov. 2019.

PNUD; IPEA; FJP. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília: PNUD, IPEA, FJP, 2013. Disponível em: < http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: 14 nov. 2019.

PORTAL MEMORIAL DOS MUNICÍPIOS. *Sem data.* Disponível em: < http://www.memorialdosmunicipios.com.br/listaprod/memorial/historico-categoria,126,H.html>. Acesso em: 13 nov. 2019.

SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. **Água e Esgotos.** *Sem data.* Disponível em: <http://app4.cidades.gov.br/serieHistorica/>. Acesso em: 25 nov. 2019.

STEFANI, Celia Regina Baider. **O sistema ferroviário paulista:** Um estudo sobre a evolução do transporte de passageiros sobre trilhos. 2007. 307 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

YASUI, Júlio Cesar. **Análise físico-química e microbiológica de água em residências localizadas no município de Pacaembu/SP.** 2015. 40f. Monografia (Graduação em Engenharia Ambiental) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campo Mourão, 2015.

 ISBN: 1981-1047

GEOCTENOLOGIAS APLICADAS À ANÁLISE AMBIENTAL: METODOLOGIAS EM SIG PARA O PROCESSAMENTO DE ÍNDICE RADIOMÉTRICO DE VEGETAÇÃO EM BACIAS HIDROGRÁFICAS

GT - Geografia, Ambiente e Ecologia

Alisson Rodrigues Santori
rodriguessantori@hotmail.com
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS/CPTL

Patricia Helena Mirandola Garcia
patricia.garcia@ufms.br
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS/CPTL

Resumo

Este estudo contribuí no suprimento de parte da necessidade de metodologias e técnicas, aplicadas na aquisição, tratamento e representação de atributos espaciais e ambientais, também no que tange as lacunas relacionadas ao processamento de dados e parâmetros em determinados tipos de informações espaciais. Os objetivos principais buscam a análise dados geográficos e os recursos ambientais da Bacia Hidrográfica do Ribeirão das Cruzes, por meio da utilização de levantamentos e análise espacial em SIG. A proposta de análise ambiental está apoiada em técnicas de sensoriamento remoto e geoprocessamento, utilizando softwares de informações geográficas (SIG) e imagens de satélite. O principal recurso explorado nesta análise são as formas e coberturas de vegetação que ocupam a área a bacia hidrográfica. Os indicadores utilizados para a execução deste processo são conhecidos na literatura relacionada ao processamento de imagens e produzem informações altamente representativas de processos temporais e sazonais dinâmicos do ambiente, reveladores das trocas e fluxos entre componentes do sistema ambiental. Assim, o presente estudo propôs uma leitura técnica do mapeamento da capacidade de modificação de recursos naturais sob determinadas condições e influências, bem como a efetiva possibilidade de monitorar e validar estas variações.

Palavras-chave: Sensoriamento Remoto; NDVI; Geoprocessamento; Sentinel-2;

Introdução

Neste estudo apresentamos um processo de análise que consiste em identificar e monitorar determinados processos ambientais utilizando uma integração entre o recorte espacial, temporal e sazonal com a utilização de ferramentas das geotecnologias e

 ISBN: 1981-1047

planejamento ambiental. Os passos aqui discutidos caminham para suprimir parte da necessidade de técnicas aplicadas na aquisição tratamento e representação de atributos espaciais e ambientais.

A sua base é constituída das análises realizadas para construção da dissertação com objetivo de validação de dados ambientais pelo monitoramento integrado, e a capacidade de gerenciamento de informações em áreas de relevante interesse para o planejamento.

O atendimento das demandas relacionadas com a análise ambiental e a vegetação, pela dinâmica sistêmica de determinados recortes da paisagem, pode ser compreendido com a aplicação e utilização de diferentes metodologias e técnicas de análise espacial e geográfica de recursos por meio do Sensoriamento Remoto (S.R).

Os subsídios que um estudo de avaliação ambiental da vegetação pode oferecer, colaboram com o planejamento ambiental e a tomada de decisões referentes ao manejo de áreas prioritárias. Na efetiva construção desta pesquisa são tomados como referência, um conjunto inicial de autores centrais com estudos, análises e pesquisas sobre a identificação e monitoramento do comportamento de recursos ambientais em uma paisagem.

A área de estudo corresponde a Bacia Hidrográfica do Ribeirão das Cruzes (BHRC), a unidade está situada na região leste do estado do Mato Grosso do Sul e inserida no território do município de Selvíria/MS, situado entre as coordenadas geográficas 20° 15' 36" S e 20° 30' 33" S / 52° 05' 05" W e 51° 45' 58" W, com uma área estimada em aproximadamente 212 Km² e altitude média de 365 metros. (Figura 1)

O fornecimento dos resultados esperados nesta pesquisa foi atrelado à metodologia de aquisição de dados e a aplicação de sensoriamento remoto da vegetação para a construção simples de índices radiométricos em produtos satelitários. Esse conjunto de resultados almejados, proporciona a base para as correlações dos processos de transformação do recurso natural vegetação sob a influência de fenômenos externos do ambiente.

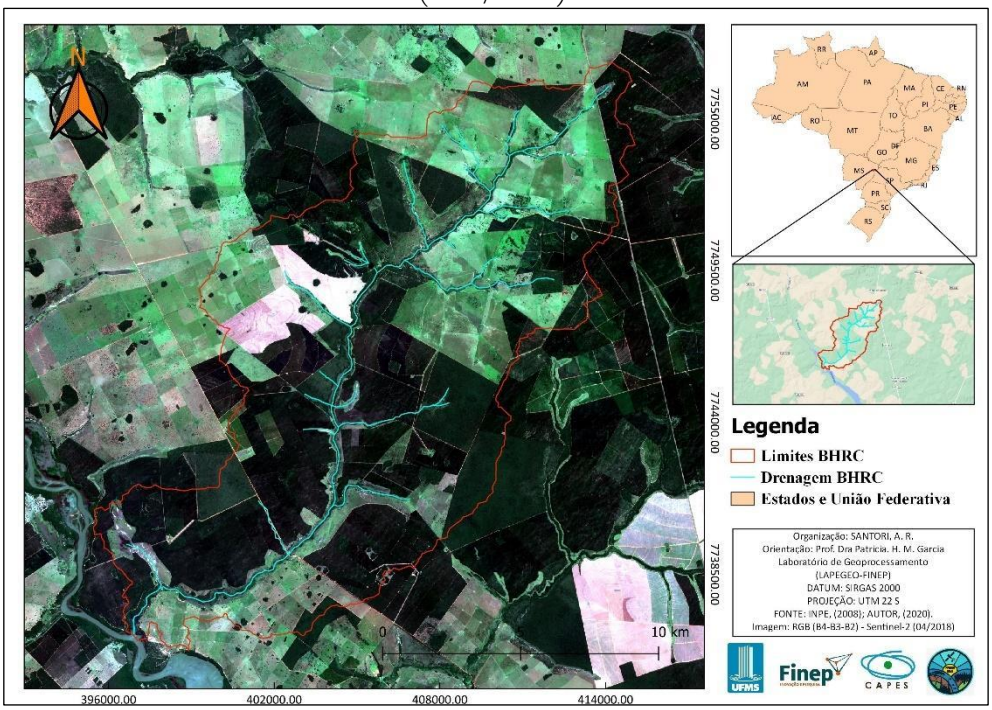
O objetivo proposto neste estudo consiste em interpretar e retratar um processo natural do ambiente e em um recorte dinâmico, além de discutir a qualidade e a viabilidade técnica para aplicação de índices e parâmetros biofísicos dos recursos vegetais. Os objetivos complementares buscam a avaliação da relação entre o comportamento sazonal da vegetação nativa e introduzida com o regime pluviométrico e a variação interanual.

ISBN: 1981-1047

Os resultados obtidos neste estudo pretendem integrar e fornecer subsídios para futuras propostas de planejamento ambiental de recortes semelhantes e pela difusão de práticas de manejo de áreas adequado e preservação ambiental. Esta colaboração pode ser alcançada com o aprimoramento constante da metodologia apresentada neste trabalho.

Na figura 1 podemos visualizar a delimitação da área de estudo e o seu contexto em relação às formas de usos e ocupações gerais, a imagem de base em cor natural foi produzida e teve como referência a composição das bandas para o mês de abril do ano de 2018.

Figura 1. Localização da Bacia Hidrográfica do Ribeirão das Cruzes, Selvíria/MS (abril/2018).



Fonte: Autor. (2021)

Desenvolvimento

O desenvolvimento deste estudo pode ser compreendido pela assimilação de três etapas principais para a obtenção dos resultados e da avaliação proposta. Primeiramente buscou-se adquirir informações geográficas gerais para avaliar as características de distribuição, estrutura e desenvolvimento da paisagem local e das formações de vegetação, utilizando imagens multiespectrais de satélite em boa resolução e técnicas de processamento

 ISBN: 1981-1047

digital de imagens (PDI). Posteriormente, deve-se aprofundar e ampliar os dados obtidos, interpretando o comportamento destes elementos e seu padrão registrado nos produtos matriciais, aplicando indicador (índice) de qualidade da vegetação (NVDI) na composição de usos da paisagem local. Por fim, discutiu-se os resultados do S.R, a forma como foram apresentadas as respostas e como estas informações espaciais podem ser exemplificadoras da transformação e modificação do ambiente apoiado na variação temporal-sazonal.

Referencial Teórico

O referencial teórico deste estudo parte da tentativa de elucidar os princípios e os aspectos da transformação holística do sistema em uma bacia hidrográfica, integrando e analisando as relações entre estruturas das paisagens brasileiras e a condição e comportamento dos processos fisiológicos e ambientais de cada paisagem (AB'SABER, 2003).

O conjunto de conceitos teóricos adotadas no desenrolar deste estudo estão ligados a utilização de metodologias voltadas para interpretação dos fenômenos espaciais, buscando o levantamento dos aspectos geográficos gerais da área e mais especificamente a avaliação das condições de um componente ambiental, sendo este os diferentes tipos de cobertura vegetal (antrópica e natural) do recorte.

O pilar teórico-conceitual base teórica para o desenvolvimento deste trabalho se constrói no processo discutido por Sotchava (1977), a partir do entendimento dos sistemas ambientais com base nos preceitos básicos dos Geossitemas

Esta moção do ambiente se alinha com o entendimento da existência de influências e interrelações entre os componentes do meio, e o constante fluxo de entrada e saída de energia e matéria, afetando diretamente a estrutura desses componentes. "O conceito de sistema é, atualmente, o melhor instrumento lógico de que dispomos para estudar os problemas do meio ambiente" (TRICART, 1977, p.19).

A adoção do recorte proposto se baseia na concepção de que uma bacia hidrográfica é um interessante recorte sistêmico de avaliação, para dimensionar alterações nas características ambientais dos componentes físicos do local estudado. Para Botelho e Silva (2004), a adoção de uma bacia hidrográfica como unidade de análise possibilita uma boa

 ISBN: 1981-1047

opção, desde que a área seja representativa das condições e relações físicas e socioeconômicas que se manifestem em uma escala maior do território considerado.

Tecnicamente a bacia hidrográfica é definida como um conjunto de terras drenadas por um rio principal e seus afluentes (GUERRA, 1987). O recorte da bacia hidrográfica se insere em um ambiente onde ocorrem fluxos constantes e processos dinâmicos, estes consequentemente são afetados pela interferência socioeconômica, ação antrópica e natural.

O planejamento de bacias hidrográficas abarca uma série de elementos que condicionam diretamente as transformações espaciais que ocorrem no desenvolvimento da sociedade inserida nestas áreas. "As Bacias Hidrográficas são entendidas como unidade de estudo e de planejamento, pois, dentre outros motivos, mantêm uma relação entre os componentes do ambiente e a atividade antrópica" (MIRANDOLA-GARCIA, 2016, p. 45).

Nesta mesma linha Silva (2018, p. 32), ressalta que a utilização de bacias hidrográficas através da análise sistêmica, já possui uma difusão ampla em trabalhos de geografia física, principalmente como áreas de gestão e planejamento social, econômico e ambiental.

Outro conceito importante nesta análise é o de Geotecnologias, englobando o Sensoriamento Remoto (SR), os Sistemas de Informação Geográfica (SIG), e as técnicas de Geoprocessamento (CAMÂRA, 2001). As geotecnologias englobam todos os recursos utilizados para a concepção da cartografia moderna e neste conjunto também estão inseridas as técnicas informáticas de tratamento e aquisição de dados por meio do processamento digital de imagens.

O Sensoriamento remoto, parte constituinte das geotecnologias, é compreendido com os usos de diferentes sensores que coletam informações a partir de equipamentos que também processam estes dados e os disponibilizam para diferentes finalidades. (FLORENZANO, 2007). Segundo Florenzano (2007), o sensoriamento utiliza-se de técnicas de captação e registro da energia eletromagnética refletida ou absorvida nos alvos de superfície.

Uma das principais características que apoiam o uso do S.R é a sua capacidade de abrangência espacial revelando informações geográficas em diferentes escalas espaciais e de recursos naturais amplos em escalas temporais e sazonais múltiplas.

 ISBN: 1981-1047

Neste processo de evolução técnica da análise e monitoramento terrestre, o surgimento do geoprocessamento e dos programas de SIG, colaborou para a difusão de novas ferramentas e técnicas voltadas para o aprimoramento da produção de estudos geográficos. O geoprocessamento é concebido como o processo informatizado dos dados geográficos obtidos por diferentes fontes e com múltiplas características, finalidades e aplicações. O seu funcionamento é baseado em mecanismos matemáticos e informáticos, facilitando a execução de análises complexas, cruzamento e combinação de dados variados (FLORENZANO, 2007).

Restou claro que este estudo pretende utilizar a avaliação da vegetação para compreender e representar a sensível dinâmica de transformação do ambiente natural. Este processo fica por conta da aplicação do Índice de Vegetação por Diferença Normalizada (NDVI).

Proposto por Rouse et al. (1973), a técnica se constitui como avaliador associado aos parâmetros biofísicos da cobertura vegetal, tais como biomassa e estrutura física dos diferentes tipos de vegetação, com base na relação de respostas obtidas por dois tipos de padrões (assinaturas) presentes no processo de imageamento orbital.

O NDVI é um indicador conhecido na literatura relacionada ao S.R e trata-se de uma avaliação da sensibilidade e variação em densidade e disposição biofísica da vegetação e um parâmetro do seu potencial de produção de biomassa a partir da interpretação da resposta fotossintética das plantas. (MATSUSHITA, et al., 2007). Segundo Ponzoni Shimabukuro e Kuplich (2012, p. 143), o NDVI constitui um dos índices de avaliação da cobertura vegetal mais utilizados nos estudos de sensoriamento remoto da vegetação, as respostas são obtidas em um pequeno intervalo de resposta entre -1 a +1.

A base do NDVI é de fácil compreensão e suas respostas tem total relação com a dinâmica do alvo que está sendo analisado. Este se destaca principalmente pelas vantagens que oferece no monitoramento agrícola e florestal, no desenvolvimento vegetal e variações topográficas. A interpretação do NDVI consiste através da resposta da vegetação através da equação de bandas do espectro eletromagnético entre o vermelho visível e o infravermelho próximo. (PONZONI, 2001)

De modo geral, este parâmetro se define quando a vegetação saudável e ativa se comporta absorvendo grande parte da luz visível atribuída ao canal espectral do vermelho

 ISBN: 1981-1047

entre 600nm e 700nm; onde ocorre a maior parte de absorção de energia pela clorofila e outros elementos fotossintetizante; e refletindo grande quantidade de energia internamente pela estrutura foliar das diferentes espécies, este que é registrado na faixa do infravermelho próximo entre 700nm e 1200nm (SHIMABUKURO; NOVO; PONZONI, 1998).

Um conceito importante que está contemplado no processamento do NDVI, consiste na técnica de conversão radiométrica, que deve ser aplicada nas bandas antes da criação da equação em SIG, nela ocorre a transformação dos números digitais (ND) em valores de reflectância bidirecional. (SCHAEPMAN-STRUB et al., 2006)

Explica Crósta (1992, p. 15), que cada célula ou pixel possui registrado em sua estrutura um número que representa o valor do nível de cinza daquela determinada célula, este valor é comumente chamado de *Digital Number* (DN) ou número digital (ND). A resposta espectral dos alvos vai estar registrada em valores físicos e desta forma podemos calcular a diferença normalizada.

Levantamento, aquisição e organização dos dados

Parte importante da metodologia adotada visualiza a utilização integrada de produtos de sensoriamento orbital realizado por satélites arquitetados com sensores multiespectrais que analisam e registram as formas de interação da radiação e da energia com os elementos do terreno.

Os produtos digitais de satélite são utilizados em conjunto com dados pluviométricos anuais das estações automáticas mais próximas da área de estudo, seguindo critérios pré-estabelecidos de seleção e análise sazonal para discussão dos resultados.

A identificação e aquisição dos dados ambientais ocorreu por meio da pesquisa em diferentes fontes, plataformas e bancos administrados por órgãos públicos, tais como, o dado do Modelo Digital de elevação (MDE) disponível no banco TOPODATA do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), as informações de preciptação registradas pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), e as imagens orbitais da plataforma Sentinel-2 acessíveis no banco de dados (*Copernicus Hub*) da Agência Espacial Europeia (ESA).

 ISBN: 1981-1047

Neste estudo optou-se pela utilização de imagens do programa de monitoramento terrestre *Copernicus* (ESA, 2018), a partir dos produtos multiespectrais registrados pelo sensor *Multi-Spectral Instrument* (MSI) de um dos satélites da constelação Sentinel, o Sentinel-2B.

Esta fonte oferece imagens orbitais com resolução espacial de 10, 20 e 60 metros e resolução espectral de 13 bandas, na metodologia foram utilizadas as bandas do Vermelho Visível - Verde Visível - Azul Visível (R4-G3-B2) e do Infravermelho Próximo (B8).

Foram realizadas duas buscas com parâmetros pré-definidos nas opções do banco de dados na plataforma, em seus parâmetros delimitou-se o recorte temporal das buscas entre o início do mês de abril e final do mês de setembro dos anos de 2018 e 2019 (início e final do períodos de estiagem na região), analisando o comportamento da cobertura de nuvens e acompanhando o indicativo de chuvas de todo o ano e analisando o período marcado com menores valores de precipitação mensal que varia de 5 a 6 meses na região leste do estado do Mato Grosso do Sul.

Na tabela 1 são apresentados atributos e dados ambientais e espaciais que fazem parte das informações básicas para execução da metodologia.

Tabela 1. Relação dos dados espaciais adquiridos e suas fontes.

Componente	Detalhe	Tipo de dado	Fonte
Drenagem	Delimitação da rede	Shapefile (Vetorial)	MDE TOPODATA (2008)
Limites da bacia	Delimitação da área da bacia	Shapefile (Vetorial)	MDE TOPODATA (2008)
Pluviosidade	Taxas de pluviosidade anual (2018-19)	Gráfico (Jpg)	INMET
Usos e cobertura	Classes gerais de usos e cobertura da terra	Raster (Matricial)	Imagens de satélite SENTINEL-2
NDVI	Valores e respostas da vegetação	Raster (Matricial)	Imagens de satélite SENTINEL-2

Org.: Autor. (2020)

ISBN: 1981-1047

Processamento e tratamento dos dados.

A preparação dos dados obtidos e a construção dos resultados almejados foi realizado com a utilização do SIG de código aberto e gratuito QGIS 3.6 Noosa®, por meio da utilização de ferramentas e algoritmos específicos de processamento digital de imagens e vetorização de dados espaciais.

Inicialmente foi preciso realizar a preparação e tratamento dos dados de relevo para a obtenção de dois elementos básicos da área estudada (drenagem e limites). Para tanto, a base de dados utilizada, corresponde a modelagem topográfica da superfície terrestre e consiste em uma relação de imagem *raster* de RADAR-SAR com dados de altimetria do Radar *Shuttle Radar Topography Mission* - SRTM 90m (VALERIANO, 2008).

Na preparação do dado para a obtenção da configuração da rede de drenagem do Ribeirão das Cruzes, foi utilizada a técnica de análise hidrológica do terreno conhecida como '*Fill skins'*, cujo processo consiste na identificação e posterior correção hidrológica do modelo de elevação. "A delimitação da drenagem com as informações do MDE hidrologicamente corrigido pode ser obtida pelo conjunto de algoritmos SAGA®, com a ferramenta '*Channel network and dreinage basins"* (SANTORI, 2021, p. 70).

Os limites da bacia são definidos pelos divisores de água na interpretação das cotas mais altas do MDE. Na delimitação em ambiente SIG, passamos a utilizar outro algoritmo complementar do QGIS 3.6®, conhecido como GRASS® (7.6.1), nele é possível realizar processos de delimitação e extrações em arquivos matriciais e vetoriais. "Ainda, pode-se utilizar a ferramenta conhecida em ambiente SIG como '*Watershed*', que tem a função de reconhecer e definir limites de bacias hidrográficas segundo parâmetros pré-estabelecidos" (SANTORI, 2021, p. 71).

Como foi destacado, as cenas utilizadas datam dos anos de 2018 e 2019, em dois momentos diferentes de cada um deles. Em ambos os períodos dos dois anos selecionados foram construídas cenas compostas em cores naturais dos elementos do ambiente para a interpretação e reconhecimento visual dos alvos relacionado ao conhecimento prévio das coberturas ali existentes.

As quatro composições coloridas (RGB) nas datas determinadas servem como base para interpretação visual de imagens a partir do conhecimento prévio dos usos e coberturas

 ISBN: 1981-1047

da terra predominantes e das características da paisagem local em estudos anteriores (GUIMARÃES; SANTORI; MIRANDOLA, 2020)

O trabalho com estes dados começa com o pré-processamento, ou seja, com a correção e adequação dos atributos da imagem para adaptá-la aos objetivos da interpretação visual proposta. Os principais passos do pré-processamento podem ser adaptados conforme a característica e a necessidade do estudo, mas sempre devem trabalhar como a base do PDI.

As bandas utilizadas para composição deste estudo a partir do geoprocessamento em SIG podem ser conhecidas na tabela a seguir. (Tabela 2)

Tabela 2. Relação de bandas utilizadas e suas informações gerais.

Nome	Bandas	Data	Resolução	Nível/Orbita
T22KCC + T22 KDC (20180908T200448) T22KCC + T22 KDC (20180908T200726)	Banda 2 (Blue) Banda 3 (Green) Banda 4 (Red) Banda 8 (NIR)*	11/04/2018 08/09/2018	10 m	1C/124
T22KCC + T22 KDC (20190411T201448) T22KCC + T22 KDC (20190908T200726)	Banda 2 (Blue) Banda 3 (Green) Banda 4 (Red) Banda 8 (NIR)*	26/04/2019 23/09/2019	10 m	1C/124

Org.: Autor. (2020)

*Infravermelho Próximo.

Estes produtos foram pré-processados com um pequeno conjunto de passos em SIG para com o intuito de corrigir e melhorar as informações representadas.

Adequar o produto aos padrões cartográficos e geográficos mais precisos, remete a ação inicial de registrar espacialmente as imagens de forma correta, realizando assim a primeira etapa de conversão do Sistema de Referências e Coordenadas (SRC) das imagens, para o mais adequado na escala (unidades em coordenadas planimétricas do padrão SIRGAS 2000 UTM 22S), correspondente à faixa da área em estudo.

Para um pré-processamento mais prático e limpo, deve-se logo em seguida valorizar os atributos visuais da imagem, a partir da manipulação da escala de cinza (Números Digitais – ND/DN). Deste modo, a intensidade e o contraste entre os atributos do terro ficaram

ISBN: 1981-1047

mais visíveis e marcados conforme o realce aplicado, este processo é conhecido como equalização de bandas (MARQUES FILHO; NETO, 1999).

Neste caso, a área de estudo precisa de duas cenas vizinhas para ser completada no imageamento, assim, a etapa que segue é a 'mosaicagem' ou mosaico de imagens na ferramenta "*Moisac to new raster*" opção do SIG utilizado.

A etapa seguinte consiste na composição de bandas diferentes para um mesmo arquivo matricial, possibilitando a criação de um empilhamento ou combinação dentro do padrão de cores R-G-B. A ferramenta de composição, que no geoprocessamento também é conhecida como técnica de "merge", pode ser realizada no por meio da sequência de comandos: 'Raster > Miscelânia > Mesclar'.

A composição RGB definida foi a de cores naturais ou verdadeiras com o padrão comum dos produtos Sentinel, que seguem a ordem (B4-B3-B2). Lembrando que a banda 8 (NIR) será utilizada na técnica de equação de bandas para formulação do índice de vegetação NDVI (ESQUERDO, 2007).

A última etapa do tratamento das imagens integra o uso da informação com os limites da área de estudo. A base deste processo é a utilização de um arquivo vetorial informando o polígono de delimitação da bacia hidrográfica, com isso pode-se realizar o recorte definindo a área de interesse. Com o algoritmo '*Extract by mask'* na caixa de ferramentas e análise de dados matriciais, foi realizado o recorte da quadrícula.

Índice de Vegetação por Diferença Normalizada

Os índices de vegetação são técnicas de geoprocessamento com manipulação de produtos de sensoriamento remoto orbital, assim, são múltiplas as fórmulas e equações que produzem indicadores definidos pela variação de comportamento do espaço e seus elementos registrados nas imagens.

No caso do NDVI, a equação de bandas é simples e atribui-se entre as respostas do Vermelho Visível e do Infravermelho Próximo, produtos que fornecem precisamente respostas opostas de interação da REM. (SHIMABUKURO; NOVO; PONZONI, 1998).

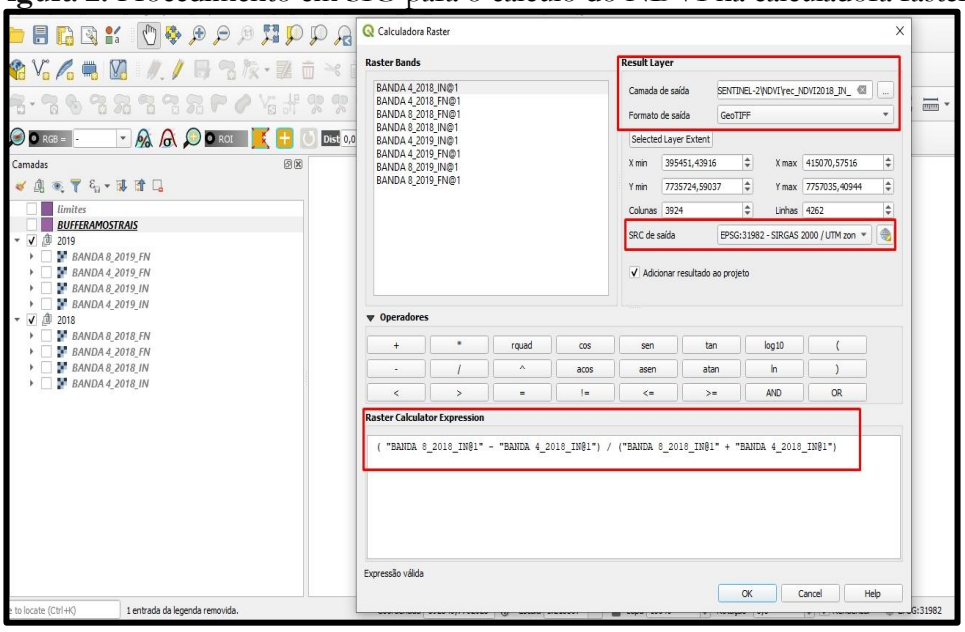
ISBN: 1981-1047

No entanto, para se obter uma resposta espectral adequada para formulação deste índice foi necessário alterar o padrão de registro visual das imagens, modificando o número digital bruto em valores variáveis de reflectância espectral.

Esta correção da imagem pode ser efetivada pela conversão automática do ND em valores de reflectância, com uso algoritmo Semi-Automatic Classification Plugin (SCP) que possui como uma das opções o padrão de conversão para imagens Sentinel, ou seja, baseando-se nos parâmetros de transformação do próprio SIG. (SANTORI, 2021, p. 87)

O índice é aplicado no SIG Qgis 3.6 Noosa® por meio da construção de uma equação simples na calculadora raster do software utilizado, devendo constar as seguintes informações NDVI = (NIR – RED) / (NIR + RED). (Figura 2)

Figura 2. Procedimento em SIG para o cálculo do NDVI na calculadora raster.



Fonte: Autor. (2020)

Neste estudo, trabalhamos com informações do tipo matricial que registram um grande volume de dados em extensas áreas e recortes. Com a conclusão dos conceitos, processos e dos passos apresentados, foi possível encaminhar as etapas práticas de geração do índice de vegetação para cada uma das datas dos dois anos considerados.

Conclusões

ISBN: 1981-1047

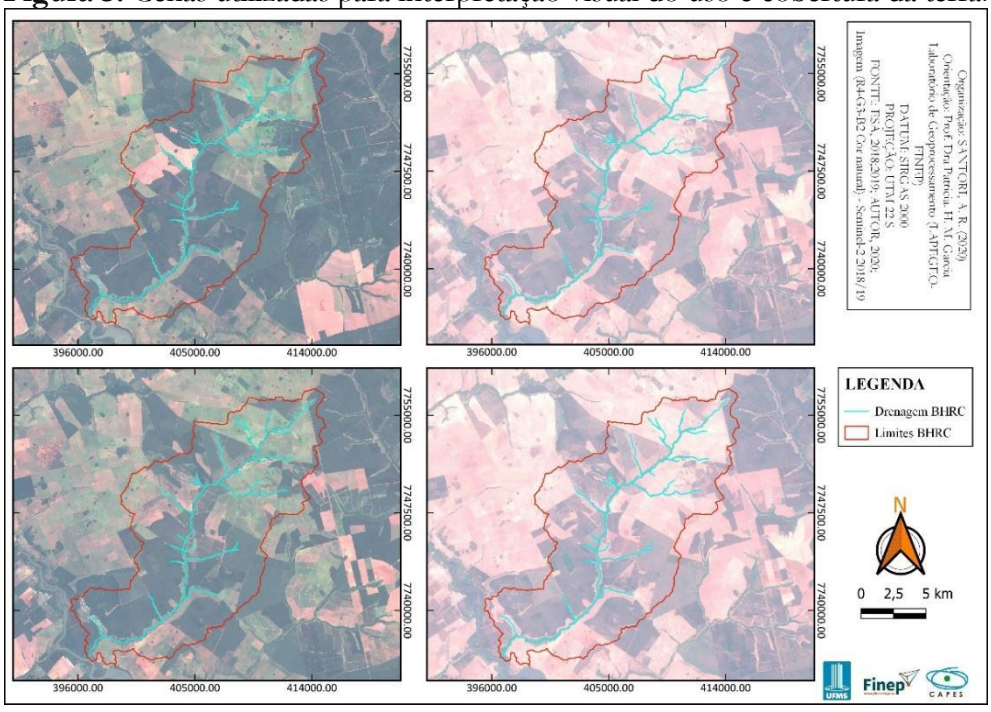
Os resultados obtidos na aplicação da metodologia podem ser apresentados em duas situações de análise e discussão. Primeiro a interpretação das imagens coloridas em escala 1:5.000 oriundas da composição colorida, e segundo a aplicação do NDVI nas quatro datas estudadas são os resultados apresentados.

As imagens coloridas servem para compararmos o comportamento projetado pelo NDVI nos resultados, os alvos identificados foram classificados de forma geral com base em levantamentos anteriores nesta área e apoio do manual de usos da terra do IBGE (2018).

Ao todo na área estão presentes cinco classes de usos e cobertura do solo definidas como: silvicultura, pastagem, áreas úmidas, áreas descobertas (solo exposto) e vegetação natural, a transformação temporal e sazonal dos alvos nas imagens utilizadas pode ser observada com clareza conforme a sucessão das composições.

A imagem a seguir representa as composições obtidas para interpretação dos alvos na área de estudo, as cenas são apresentadas na sequência das datas analisadas, sendo que a parte superior apresenta o ano de 2018 e a inferior as datas do ano de 2019. (Figura 3)

Figura 3. Cenas utilizadas para interpretação visual do uso e cobertura da terra.



Fonte: Sentinel-2. **Org.:** Autor. (2021)

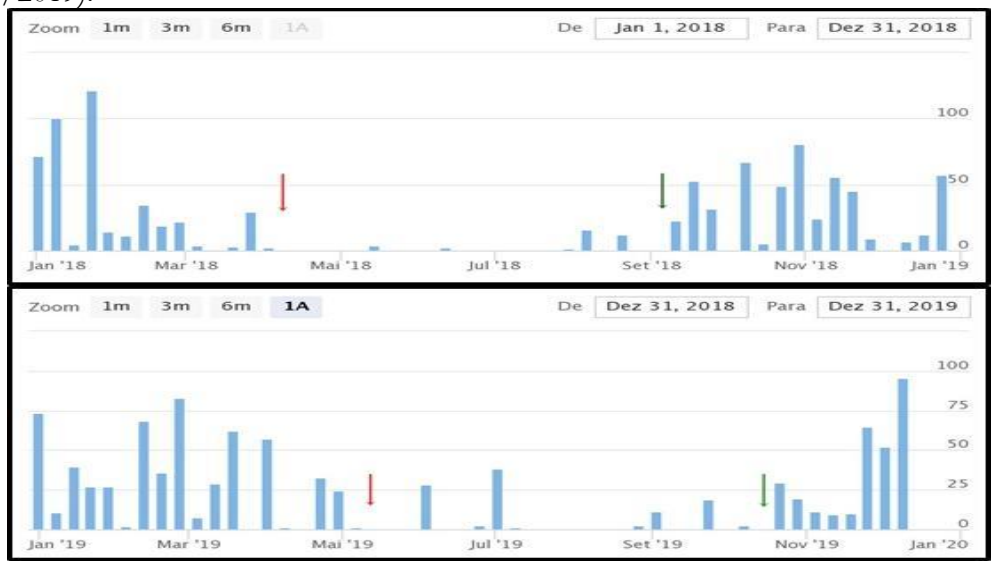
ISBN: 1981-1047

A precipitação foi escolhida como uma das principais variáveis deste estudo, pois o parâmetro de tempo atmosférico é um dos que mais apresenta tendências de variabilidade e recarga (*input*) de matéria no ambiente ao longo de um período considerado. O padrão climático na região onde a BHRC está situada é definido de forma geral como Tropical, apresentando estações quentes e chuvosas e estações frias e secas de forma marcada ao longo do ano, a temperatura média é de 22ºC e precipitação média de 1200 mm.

Observou-se que a estiagem mais acentuada ocorre entre os meses de maio a setembro. Neste momento ocorre um processo de adaptação climática comum na vegetação natural, tanto nas fitofisionomias de Cerrado e de Mata Atlântica. Os meses mais chuvosos na região concentrasse na época do verão principalmente entre os meses de dezembro e fevereiro, vale ressaltar que a severidade da seca pode produzir de 2 a 4 meses com menos de 10mm de precipitação média total ou mesmo sem qualquer chuva.

As figuras a seguir são os dados e aspectos relacionados à distribuição das chuvas ao longo dos anos de 2018 e 2019. A primeira corresponde a estação automática de na malha urbana de Três Lagoas/MS, em uma distância de a 56 km da área de estudo. (Figura 4)

Figura 4. Gráficos mensais de precipitação na estação de Três Lagoas/MS (2018/2019).

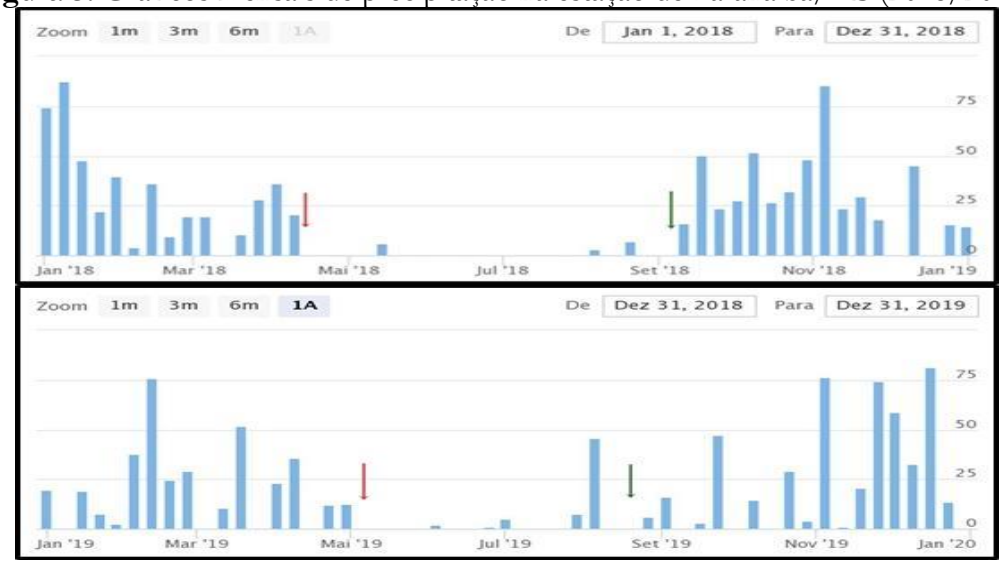


Fonte: INMET. (2018/2019)

ISBN: 1981-1047

A segunda corresponde aos dados mensais obtidos pelos equipamentos da estação automática de Paranaíba/MS em uma distância maior de 160 km da área estudada, porém apesar das distâncias, os dados foram bem consistentes para contextualização da dinâmica hídrica e climática da região. (Figura 5)

Figura 5. Gráficos mensais de precipitação na estação de Paranaíba/MS (2018/2019).



Fonte: INMET. (2018/2019)

A variabilidade da precipitação ficou estabelecida nos indicativos do período de estiagem na região, desta forma, no gráfico estão apontadas as datas aproximadas de início (vermelho) e final (verde) do período seco na área.

A tabela 3 detalha os valores de chuvas registrados em milímetros nas estações automáticas selecionadas para obtenção dos dados, os valores das duas estações em cada ano foram somados para facilitar a noção regional de distribuição das chuvas.

ISBN: 1981-1047

Tabela 3. Total dos dados de chuva somados das duas estações analisadas.

2018	Valores (mm)	2019	Valores (mm)
Janeiro	356,2	Janeiro	191
Fevereiro	466,1	Fevereiro	590,1
Março	102,4	Março	168,6
Abril	3,8	**Abril**	88
Maio	3,8	Maio	26
Junho	2,4	Junho	30,8
Julho	1	Julho	40,4
Agosto	31	Agosto	2
Setembro	105,6	**Setembro**	23,2
Outubro	126	Outubro	69,2
Novembro	202,2	Novembro	92,6
Dezembro	254,4	Dezembro	308,5

Fonte: INMET. (2018/19). **Org.:** Autor. (2021)

A amplitude do NDVI foi representada por um conjunto simples de cores adaptado pelo autor e considerando um intervalo pré-estabelecidos de classes (são estas -1 a -0,5; -0,5 a 0; 0 a 0.25; 0.25 a 0.5; 0.5 a 0.75 e 0.75 a +1).

Deste modo, a variação ocorreu utilizando tons de verde para valores mais próximos a +1 e cores entre o bege, o laranja e o vermelho para indicar cocientes mais próximos a 0 ou negativos e próximos a -1.

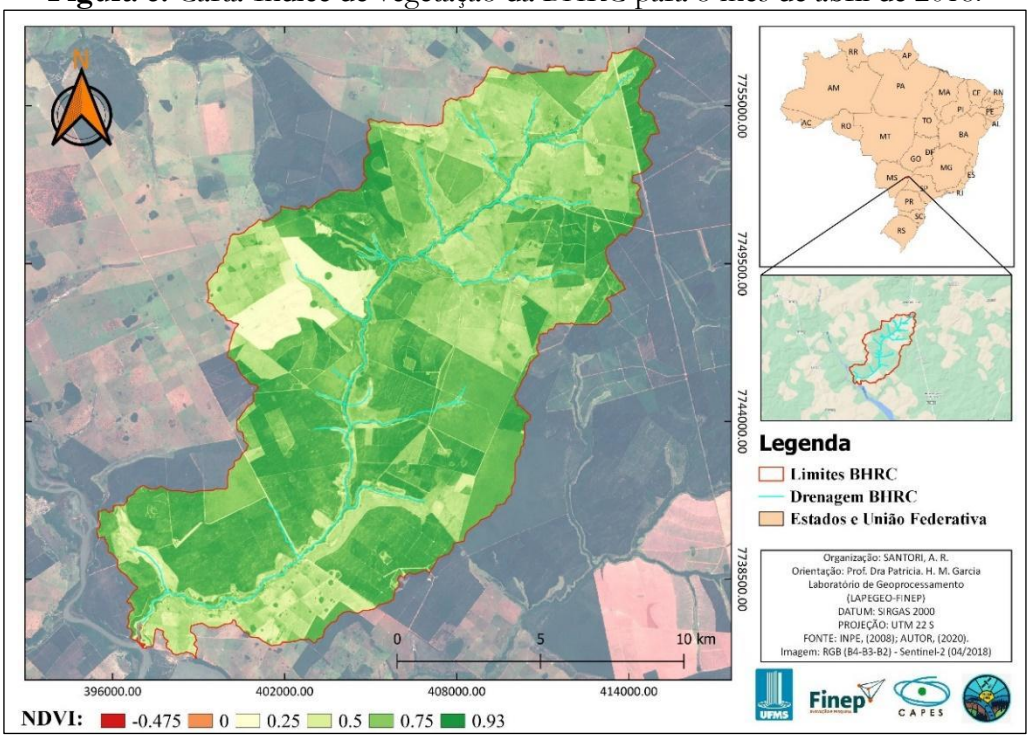
No mês de abril do ano de 2018, o comportamento da vegetação antrópica e natural manteve um predomínio de valores superiores a 0.5 na amplitude do índice, demonstrando o indicativo de eventos de chuvas ainda recentes e presença de água no ambiente.

Uma área marcante a oeste da BHRC, apresentou a característica de processos de retirada recente da vegetação pelo corte dos talhões dos eucaliptos, para processamento na indústria. Esta mesma atividade (Silvicultura) foi a que apresentou valores mais positivos, revelando a boa capacidade de adaptação e desenvolvimento destes monocultivos florestais.

Por fim, a data de 11 de abril de 2018 foi a que apresentou maior amplitude do índice (-0.47 a 0.93), o alcance do valor negativo foi ocasionado principalmente pelas massas e corpos d'água com maior volume no período. (Figura 6)

ISBN: 1981-1047

Figura 6. Carta-Índice de vegetação da BHRC para o mês de abril de 2018.



Fonte: Autor. (2020)

Aproximadamente 5 meses após a primeira data de 2018 foi selecionada a segunda data deste mesmo ano, para efeito de comparação entre o início e o final do período de estiagem na região leste de MS. As conclusões dos efeitos da ausência de precipitação nos meses inter-anuais são de fácil visualização no padrão de resposta obtido pelo NDVI.

Deste modo, em setembro de 2018 a componente vegetal apresentou de forma quase unânime, reduções perceptíveis nas características de vigor, e principalmente na sua capacidade de produzir biomassa e realizar fotossíntese. A pastagem e as formações campestres demonstraram ser a cobertura mais sensível à falta de água no ambiente.

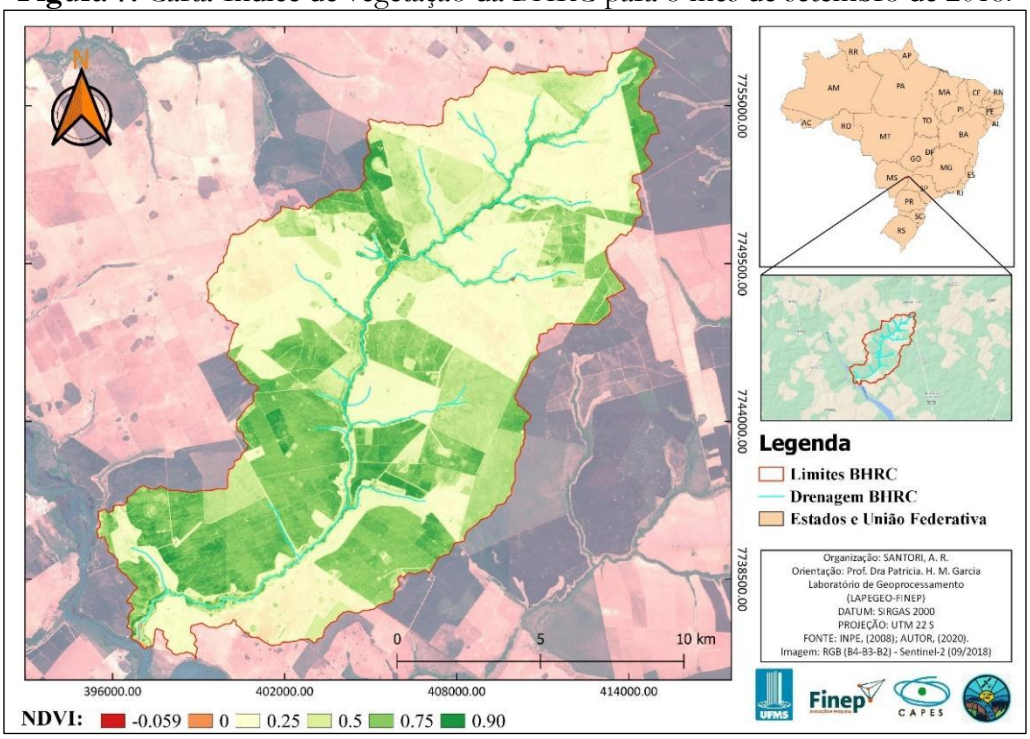
As únicas formações e tipos de cobertura que preservaram biomassa e vigor foram plantios consolidados (antigos) de eucaliptos e fragmentos de vegetação típica do bioma Cerrado, mais especificamente áreas de cerrado *strictu senso* e matas de galeria.

Por fim, a data de 8 de setembro de 2018 apresentou a amplitude um pouco mais restrita (-0.05 a 0.90), assim, indicando a redução da área dos espelhos d'água na BHRC neste período de estiagem. A figura a seguir também indica a forte relação que as faixas vegetadas

ISBN: 1981-1047

com maior intensidade de respostas têm com a disponibilidade hídrica que começa a se restringir nas proximidades da rede de drenagem (e nascentes). (Figura 7)

Figura 7. Carta-Índice de vegetação da BHRC para o mês de setembro de 2018.



Fonte: Autor. (2020)

A terceira data foi a mais próxima possível da usada no ano anterior, onde ficou observável a transformações das coberturas terrestres, principalmente em relação a ganhos de densidade e área, chegando a padrões mais homogêneos em determinadas formações.

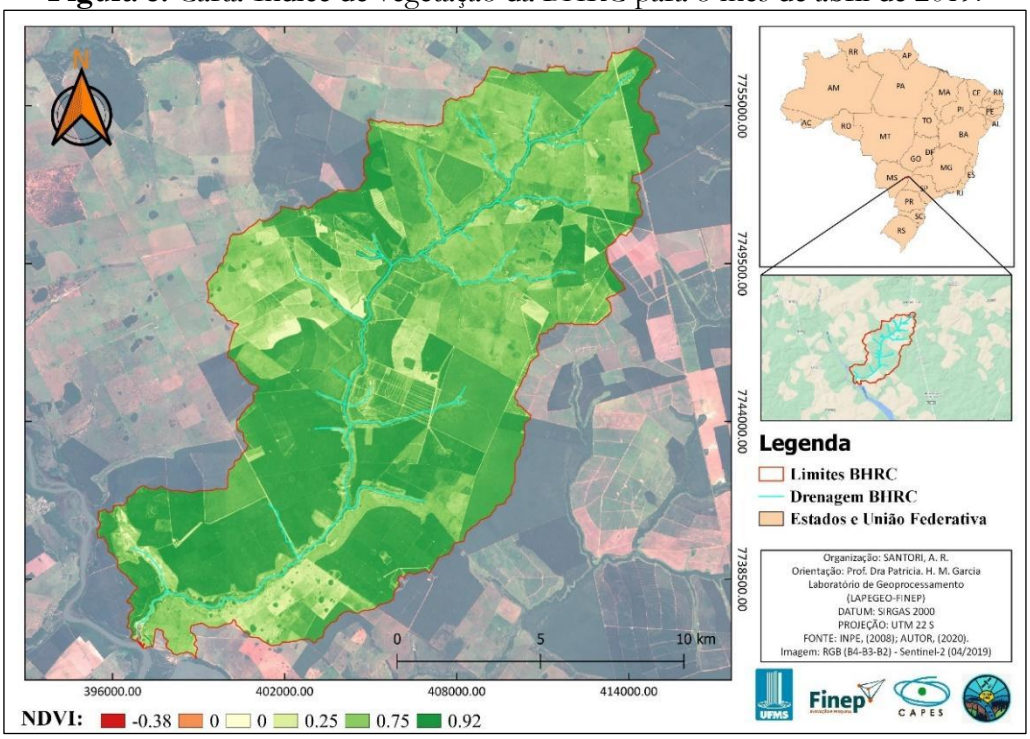
Pode-se concluir que houve uma resposta melhor e mais intensa para a data de abril de 2019 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este padrão se confirma quando observamos que os meses de fevereiro e março foram um pouco mais chuvosos em 2019 do que em 2018. (ver tabela 3)

Uma condição marcante deste intervalo, está relacionada à evolução diferenciada da cobertura de eucaliptos recém-plantados na área que no ano anterior correspondeu a solo exposto. Vale ressaltar que mesmo após períodos úmidos relativamente longos, a vegetação natural relacionada às formações de cerrado restrito não produzem biomassa vegetal suficiente para alcançar os valores máximos no NDVI.

ISBN: 1981-1047

Por fim, a data de 26 de abril de 2019 apresentou boa e larga amplitude na escala do índice (-0.38 a 0.92), repetindo o padrão de aumento dos valores negativos, puxados pela detecção de corpos d'água de relativo tamanho. Na figura a seguir podemos notar as leves diferenciações texturais entre as coberturas (Silvi. > Veg. Nativa > Pastagem). (Figura 8)

Figura 8. Carta-Índice de vegetação da BHRC para o mês de abril de 2019.



Fonte: Autor. (2020)

A dinâmica de um índice tão sensível como o NDVI pode variar muito em pouco espaço de tempo, este processo pode ser compreendido quando analisamos o comportamento do clima no mês de agosto de 2019 e comparamos com a resposta do índice apresentada na data de setembro deste mesmo ano.

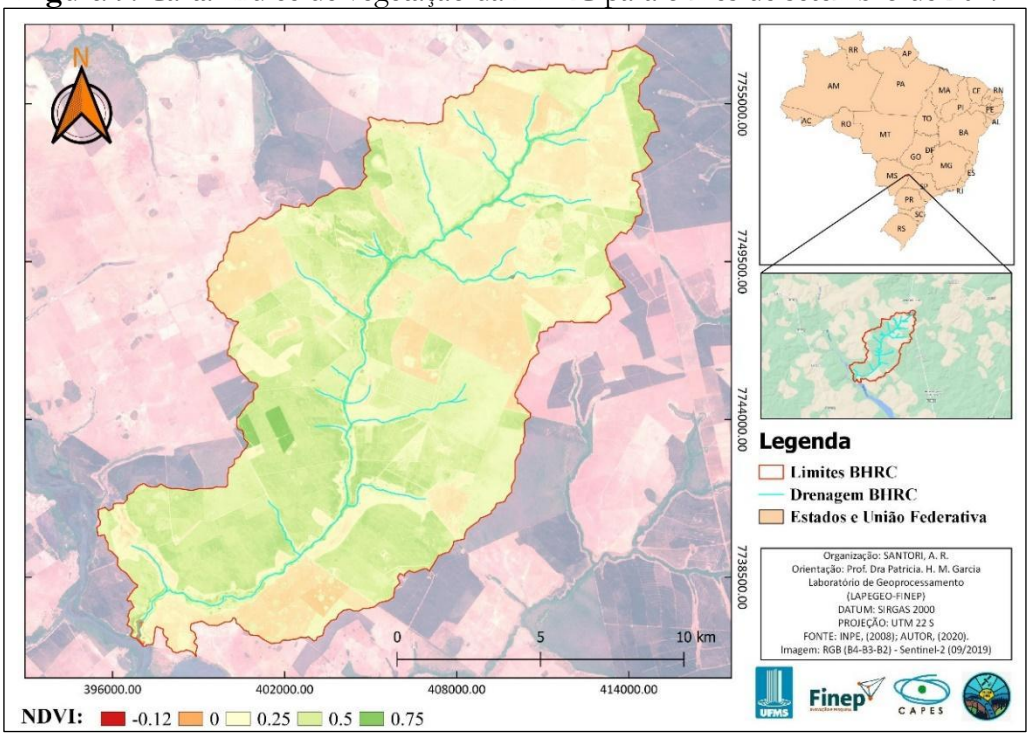
Uma das conclusões a que se chega deste estudo é a forma com que a vegetação se comporta a eventos mais extremos, obedecendo principalmente suas condições biológicas, morfológicas e estruturais de adaptação a essas ocorrências. Esse padrão é apoiado na comparação que pode ser realizada entre as formações campestres menos estruturadas e mais sensíveis e as formações arbóreas de eucaliptos mais resistentes e vigorosos.

O ponto mais marcante nesta última data foi a forma com que, mesmo os tipos de cobertura mais resistentes e adaptadas, sentiram a acentuação do tempo seco em seus últimos meses, apresentando reduções drásticas de 0.25 ou mais na escala do NDVI.

ISBN: 1981-1047

Por fim, a data de 23 de setembro de 2019 foi a que apresentou a menor amplitude entre as datas analisadas (-0.12 a 0.75), não ocorreram valores próximos ao máximo do índice e a maior parte da vegetação arbóreo-arbustiva estabeleceu-se em 0.5, e as áreas de pastoreio ficaram semelhantes a solo exposto, ou seja, próximas a resposta 0. (Figura 9)

Figura 9. Carta-Índice de vegetação da BHRC para o mês de setembro de 2019.



Fonte: Autor. (2020)

Em uma visão geral dos resultados, são indicadas fortes correlações e integração da qualidade de resposta da vegetação introduzida (silvicultura e pastagem) com a presença de umidade no solo; a dinâmica dos elementos do entorno; a homogeneidade da cobertura vegetal e com o estágio de desenvolvimento das espécies de cada ocupação.

Na vegetação em senescência (seca) que apresenta valores baixos de NDVI, a banda que corresponde ao vermelho visível (RED) passa a ter um comportamento mais propenso a maior reflectância e menor absorção devido a considerável diminuição de elementos fotossintetizantes da folha (clorofila e de outros elementos). Na banda que corresponde ao infravermelho próximo (NIR) a transmitância e reflectância diminuem exatamente pelo fato de a vegetação analisada não apresentar vigor nas folhas e na arquitetura do dossel e em alguns casos estresse hídrico, portanto, redução da diferença normalizada.

ISBN: 1981-1047

Constatou-se de forma clara, que o NDVI é um índice para padrões biofísicos da vegetação, portanto, devido a sua estrutura de análise, o comportamento da água no espectro sempre projeta respostas negativas na escala (-1.0 a +1.0).

Considerando a integração de todos os dados e resultados apresentados pelo NDVI, ficou claro uma variação muito latente na ocupação dos principais usos ao longo da amplitude e das classes consideradas na interpretação e apresentação do índice.

O NDVI não mostrou-se totalmente eficaz na diferenciação de usos da terra, exceto na identificação e mapeamento de APP's e das matas de galeria, principalmente em períodos menos úmidos.

As respostas espectrais produzidas na leitura do sensor MSI dos satélites Sentinel-2 (ESA, 2018), demonstraram grande sensibilidade, confiabilidade e a capacidade de interpretação do usuário aos processos de interação entre a energia e o alvo.

Neste estudo, o resultado apontou que os produtos do NDVI são um excelente parâmetro para avaliação da qualidade ambiental e controle agrícola de plantios extensos, por meio da relação entre atributos do ambiente, e como informações apresentadas na produção de cartas-índice de apoio ao monitoramento das classes de usos da terra

A consideração final reforça que a análise de variáveis físicas e espaciais da natureza, pode apresentar padrões e indicadores altamente colaborativos na interpretação da dinâmica dos recursos naturais ao longo de sua evolução. Se oferece como um exercício de interpretação da relação integrada entre recursos como água-vegetação, parâmetros dos processos sistêmicos e atributos do potencial das geotecnologias na análise ambiental.

Agradecimentos

Este estudo foi desenvolvido no ambiente do Laboratório de Prática e Geoprocessamento (LAPEGEO-FINEP), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas (PPGEO/UFMS-CPTL) e com apoio da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) e da empresa Eldorado Brasil S.A.

Referências

ISBN: 1981-1047

AB'SÁBER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. Ateliê editorial, 2003.

BOTELHO, R. G. M.; SILVA, A. S. Bacia Hidrográfica e Qualidade Ambiental. In: Reflexões sobre a Geografia Física no Brasil. 1.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p.153-157.

CÂMARA, G. et al. Análise Espacial e Geoprocessamento. Cap. 1. **Análise espacial e dados geográficos. Brasília: EMBRAPA**, 2001.

CRÓSTA, A. P. Sensoriamento remoto. **Anuário Fator Gis**, v. 97, p. 10-21, 1997.

EUROPEAN SPACE AGENCY (ESA). Guia de usuário do Satélite Sentinel-2 MSI. 2018 Disponível em: <https://sentinels.copernicus.eu/web/sentinel/technical-guides/sentinel-2-msi >. Acesso em: janeiro/2021.

ESQUERDO, J. C. D. M. **Utilização de perfis multitemporais do NDVI/AVHRR no acompanhamento da safra de soja no oeste do Paraná**. Campinas, SP: [s.n.], 2007. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola), Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade de Campinas, Campinas. 2007. 136p.

FLORENZANO, T. G. **Iniciação em sensoriamento remoto**. Oficina de textos, 2007.

GUIMARAES, J. C. S.; SANTORI, A. R.; MIRANDOLA-GARCIA, P. H. Geotecnologias Aplicadas ao Uso e Cobertura da Terra na Bacia Hidrográfica Ribeirão Das Cruzes (BHRC)-Três Lagoas/MS. In: XVI FÓRUM AMBIENTAL DA ALTA PAULISTA, 2020. ANAIS DO FÓRUM AMBIENTAL DA ALTA PAULISTA. Tupã: ANAP, 2020. v. 16.

GUERRA, A. J. T. Dicionário Geológico-Geomorfológico. 7 ed. Rio de Janeiro: FIBGE. 1987. 446 p

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA (INMET). Banco de dados do Instituto Nacional de Meteorologia. Graficos pluviométricos das estações automáticas. Disponível em: < https://portal.inmet.gov.br/servicos/esta%C3%A7%C3%B5es-autom%C3%A1ticas >. Acesso em: janeiro/2021.

MARQUES FILHO, O; VIEIRA NETO, H. **Processamento Digital de Imagens**. Rio de Janeiro: Brasport, 1999. ISBN 8574520098. Disponível em: <http://pessoal.utfpr.edu.br/hvieir/download/pdi99.pdf>. Acesso em: abril/2021.

MATSUSHITA, B et al. Sensitivity of the enhanced vegetation index (EVI) and normalized difference vegetation index (NDVI) to topographic effects: a case study in high-density cypress forest. **Sensors**, v. 7, n. 11, p. 2636-2651, 2007.

MIRANDOLA-GARCIA, P. H. Discussão teórica dos métodos e técnicas para estudos em bacias hidrográficas. Ciência Geográfica, Bauru, 20, n. 1, p. 44-57, jan/dez. 2016.

PONZONI, F. J. **Comportamento Espectral da Vegetação**. In: MENESES, P. R., NETTO, J. S. M. (org) Sensoriamento remoto, reflectância dos alvos naturais. Brasília – DF: Editora Universidade de Brasília - UNB, Embrapa Cerrados, p 157-199, 2001

PONZONI, F. J.; SHIMABUKURO, Y. E.; KUPLICH, T. M. Sensoriamento Remoto da Vegetação. 2. ed. atualizada e ampliada. São Paulo: Oficina de Textos, 2012. 176p.

ROUSE, J. W. et al. Monitoring the vernal advancement and retrogradation (green wave effect) of natural vegetation. 1973.

SANTORI, A. R. **Geotecnologias aplicadas a análise ambiental: Aquisição e avaliação de variáveis espectrais da vegetação entre os anos de 2018 e 2019 na bacia hidrográfica do Ribeirão das Cruzes, Selvíria/MS.** 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, UFMS, Três Lagoas, 2021.

SCHAEPMAN-STRUB, G. et al. Reflectance quantities in optical remote sensing—Definitions and case studies. **Remote sensing of environment**, v. 103, n. 1, p. 27-42, 2006.

SILVA, R. A. **Geotecnologias aplicadas às alterações ambientais em áreas de preservação permanente (APP's) da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Campo Triste/Três Lagoas-MS (2006-2016).** 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, UFMS, Três Lagoas, 2018.

SOTCHAVA, V. O estudo do Geossistema: método em questão. **São Paulo: IGEO-USP**, 1977

SHIMABUKURO, Y. E.; NOVO, E. M. L. M.; PONZONI, F. J. Índice de vegetação e modelo linear de mistura espectral no monitoramento da região do Pantanal. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, v. 33, n. 13, p. 1729-1737, 1998.

TRICART, J. Ecodinâmica. FIBGE- SUPREN, Rio de Janeiro,1977.

VALERIANO, M. de M. TOPODATA: **Guia para utilização de dados geomorfológicos locais.** Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), São José dos Campos, 2008.

A ANÁLISE TECNOTIPOLÓGICA DA CERÂMICA GUARANI DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS CASTELINHO E TAQUARUÇU

GT – Geografia, Ambiente e Ecologia

Beatriz Mercês de Souza dos Santos
beatriz.merces@unesp.br
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Faculdade de Ciências e Tecnologia (campus de Presidente Prudente)

Neide Barrocá Faccio
nfaccio@terra.com.br
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Faculdade de Ciências e Tecnologia (campus de Presidente Prudente)

Resumo

O presente artigo é resultado da pesquisa de Iniciação Científica intitulada "O estudo tecnotipológico da cerâmica Guarani dos Sítios Arqueológicos Castelinho, Alvim e Taquaruçu da área do Alto Rio Paraná – SP", financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, a FAPESP. Com isso, nosso objetivo foi o de estudar as cerâmicas do Sítio Arqueológico Castelinho, localizado na margem direita do Rio Paraná e do Sítio Arqueológico Taquaruçu, localizado na área do Baixo Rio Paranapanema, lado paulista, por meio do modelo tecnotipológico proposto por Faccio (1992), que visa tornar os fragmentos cerâmicos como um todo, inserindo, também, características naturais, bem como a cadeia operatória de produção da cerâmica proposto por La Salvia e Brochado (1989). Os dois sítios arqueológicos estão associados à Tradição Tupiguarani, grupo indígena Guarani, além de possuírem características de influência jesuítica em sua cultura material. O estudo que contempla a interface entre a Geografia e a Arqueologia e contribuirá para conhecimento de Ocupações Indígenas no Oeste do Estado de São Paulo. Partimos da premissa de que os vestígios materiais contam uma história e essa história pode ser desvendada a partir do estudo da cerâmica por nós, tendo em vista que o grupo que a produziu não estão mais aqui.

Palavras-chave: Geografia e Arqueologia; Cerâmica Guarani; Interferência Jesuítica.

Introdução

No presente estudo, abordaremos por meio do modelo tecnotipológico proposto por Faccio (1988, 1992) e da cadeia operatória de La Salvia e Brochado (1989), a cerâmica Guarani do Sítio Arqueológico Castelinho, localizado na margem do Rio Paraná e o Sítio

 ISBN: 1981-1047

Arqueológico Taquaruçu, localizado na margem do Rio Paranapanema, ambos no Estado de São Paulo.

Thomaz (1995) e Faccio (1992), respectivamente, relatam que o Sítio Taquaruçu possui influência jesuítica. Segundo Thomaz (1995), as missões jesuítas funcionavam como

> [...] poder religioso, político, econômico e social, produzindo uma subversão total e uma radical reestruturação, que não permitia fugas. Tirava o índio de suas aldeias seculares nas florestas e de seu modo de vida tradicional com predomínio de liberdade e lazer, para obrigar a construir cidades modernas baseadas em comunidades fortemente estruturadas, onde a regra era disciplina e trabalho (THOMAZ, 1995, p.24).

A partir da entrada dos espanhóis na região da Bacia do Prata, que antes era habitada pelo grupo Guarani, ocorreu a exploração da mão de obra desse grupo nas "encomiendas" ou a inserção nas missões religiosas pelos jesuítas. Esses assentamentos do grupo Guarani sempre formavam redes, que tinha aspectos defensivos, econômicos, práticos e simbólicos, como a troca de pessoas, objetos, informações e conhecimentos (ZUSE, 2009).

Zuse (2009) enfatiza que a expansão do grupo Guarani ainda está em construção pelas descobertas arqueológicas ao longo do país, mas o consenso é que os Sítios Arqueológicos estão em vales férteis dos rios, partindo de uma adaptação agrícola iniciada, provavelmente, na Floresta Amazônica, de uma direção oeste-leste, a partir do Baixo Rio Paraná, adentrando o estado do Rio Grande do Sul, a partir do eixo formado pelos Rios Uruguai, Ijuí e Jacuí.

Noelli (1993) defende que o grupo Guarani reproduzia sua cultura e impunham sua ideologia às outras regiões que iam sendo colonizadas, desde a Amazônia até a foz do Rio Paraná, além das regiões leste e oeste. Assim, os Guarani persistiram por três mil anos reproduzindo com muita fidelidade sua cultura material, suas técnicas de confecção e uso, sua subsistência atrelada a linguagem e comportamentos, até a chegada do europeu.

Evidentemente, os jesuítas alteraram toda a estrutura social das aldeias, ou seja, o objetivo não era apenas a catequização dos nativos. De acordo com Borelli (1984), a divisão do trabalho foi atingida. Além disso, os aspectos organizadores da vida social e econômica daqueles grupos também foram alterados.

 ISBN: 1981-1047

Assim, o Sítio Arqueológico Castelinho, em associação ao que já foi definido por Thomaz (1995) e Faccio (1992) para o Sítio Arqueológico Taquaruçu, também foi associado à interferência jesuítica, por apresentar decoração plástica escovada, base em forma de pedestal. No decorrer deste trabalho, iremos aprofundar mais sobre essa temática da influência jesuítica e sítios Guarani.

Metodologia

Analisamos 350 fragmentos, sendo 117 peças de cerâmica do Sítios Arqueológico Castelinho, 207 peças de cerâmica e 26 fragmentos de telhas jesuíticas do Sítio Arqueológico Taquaruçu. Em seguida, realizamos uma análise tecnotipológica comparativa dos materiais dos dois sítios arqueológicos em estudo.

No caso da cerâmica Guarani, o uso de acordelamento, de acordo com La Salvia e Brochado (1989, p. 154), "é o mais comum mesmo durante o contato com o europeu onde continuam produzindo para atender suas necessidades com as técnicas nativas (...)". A produção é dividida em etapas: obtenção da matéria-prima, técnica de processamento da pasta, antiplástico, manufatura, acabamento superficial, barbotina, decoração, queima e, por último, o modo de utilização.

Sendo assim, a análise da cerâmica partiu do modelo proposto por Faccio:

> O pressuposto básico é tornar a vasilha cerâmica enquanto unidade de estudo (...). No entanto, na arqueologia brasileira, a grande maioria do material cerâmico é coletada na forma de fragmentos, sendo raros os potes que conseguem ser recuperados inteiros. Assim, o encaminhamento proposto é agrupar os fragmentos provenientes de uma mesma vasilha através de análises de sua distribuição na área do sítio, dos planos de fratura e dos diferentes atributos tecnológicos e estilísticos (características da pasta, decoração, forma e dimensões) (FACCIO, 1992, p.82)

Assim, antes do início da análise tecnotipológica, a cerâmica, quando fragmentada, foi reunida em conjuntos de fragmentos de uma mesma vasilha e esta análise foi adaptada à área de estudo. Além disso, foram registradas informações sobre o nome do sítio, do município de localização, a data da análise e as coordenadas geográficas.

ISBN: 1981-1047

Na sequência, identificamos geoindicadores arqueológicos, tais como o tipo de relevo; a ocorrência e o tipo de rocha presente na área e/ou entorno do sítio, observando se há presença de cascalheira e/ou afloramentos rochosos; o tipo de solo e sua coloração; características acerca do curso d'água mais próximo ao sítio e informações acerca de depósitos de argila, quando ocorrerem; informações sobre a vegetação natural remanescente e, por último, o uso atual e os impactos sobre a área do sítio (MORAIS, 1999).

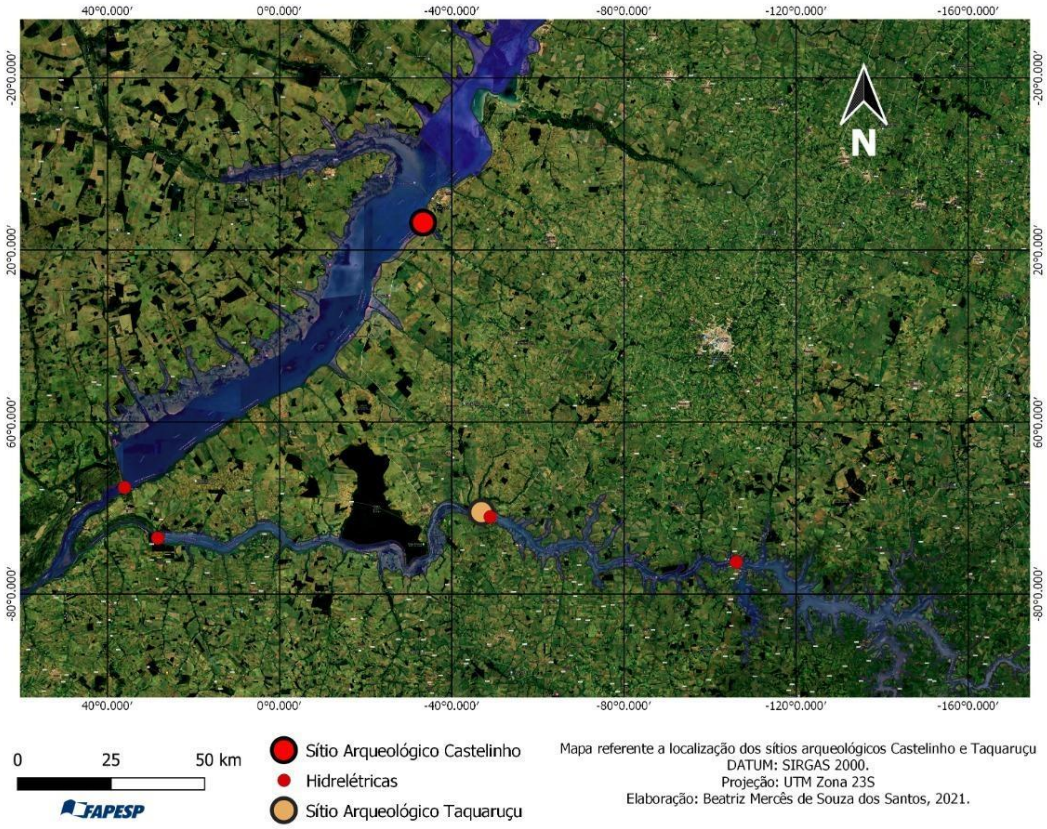
O Sítio Arqueológico Castelinho e o Sítio Arqueológico Taquaruçu

O Sítio Arqueológico Castelinho está localizado no município de Presidente Epitácio, Estado de São Paulo, região do alto curso do Rio Paraná, próximo à foz do Rio Santo Anastácio. Sua localização está próxima ao perímetro urbano do município de Presidente Epitácio, SP, além de ser impactado pela formação da Lagoa da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta. Sendo assim, o sítio está parcialmente desmoronado e submerso.

Já o Sítio Arqueológico Taquaruçu, objeto da dissertação de mestrado de Thomaz (1995), está localizado na Fazenda São Domingos, na área do reservatório da Usina Hidrelétrica de Taquaruçu, que é comandado pela Companhia Energética de São Paulo, a CESP, no Município de Sandovalina, Estado de São Paulo. Na **Figura 1**, é possível observar a proximidade entre as Usinas Hidrelétricas e os sítios arqueológicos.

ISBN: 1981-1047

Figura 1. Localização do Sítio Arqueológico Castelinho e do Sítio Arqueológico Taquaruçu

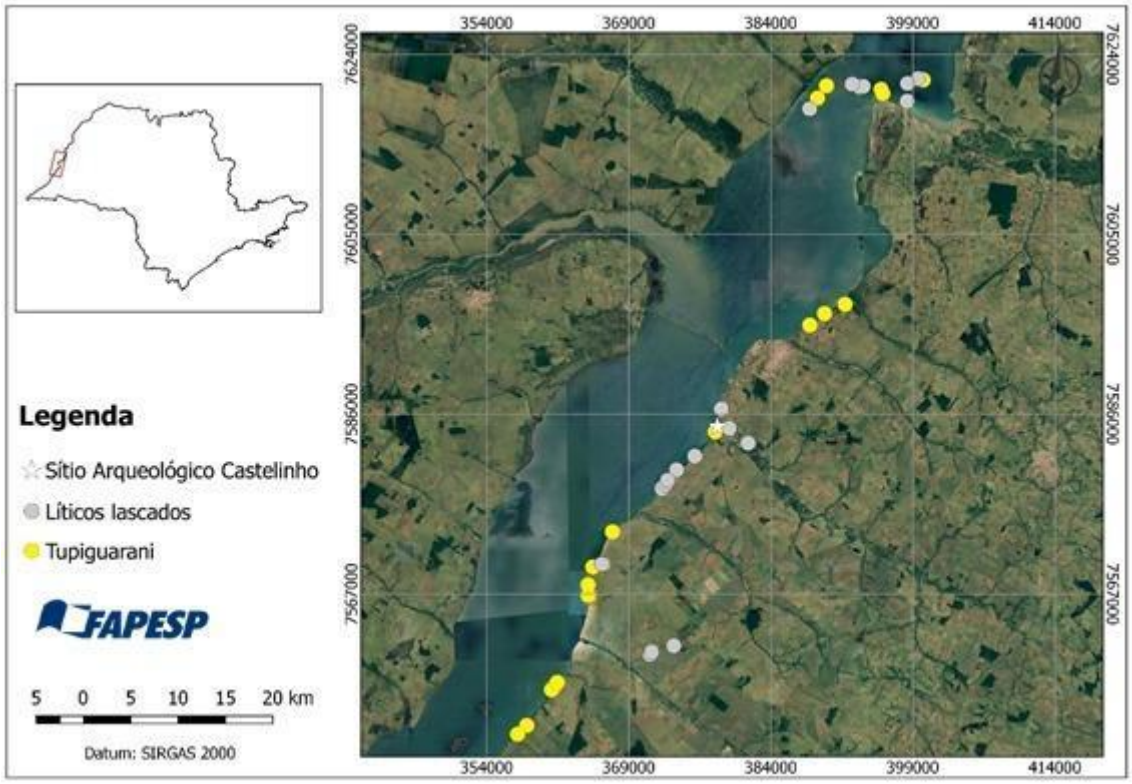


O município de Presidente Epitácio, onde está localizado o Sítio Arqueológico Castelinho é caracterizado pelo clima do tipo úmido, seu período de seca varia de 1 a 2 meses e a temperatura é caracterizada como Subquente, com média de 18° C em todos os meses. A Litologia do munícipio é a Formação Rio Paraná, além da classe de rochas ser classificada como Sedimentar. A vegetação é pioneira, com influência fluvial e/ou lacustre herbácea sem palmeiras, o tipo de solo é o arenoquartzosos profundos, a cobertura sedimentar é inconsolidada e o sítio está em uma planície fluvial do Rio Santo Anastácio (IBGE, 2020).

No município de Presidente Epitácio, registra-se a presença, de acordo com o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos de 38 sítios: 19 sítios Tupiguarani e 19 sítios líticos. Não encontramos outras informações, além daquelas presentes no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (**Figura 2**).

ISBN: 1981-1047

Figura 2. Localização dos sítios arqueológicos Tupiguarani e líticos do Município de Presidente Epitácio, SP



Fonte: Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (2020)
Organização: a autora (2020)

Analisando a Figura 2, verifica-se que alguns sítios localizados no norte do Município de Presidente Epitácio estão, atualmente, submersos. Antes da formação do Lago da Usina Hidrelétrica Sérgio Motta, esses sítios estavam emersos, motivo pelo qual foi possível identificá-los. Ainda, coloca-se a hipótese de que esses sítios apresentam coordenadas erradas no site do IPHAN.

O munícipio de Sandovalina–SP, onde está localizado o Sítio Arqueológico Taquaruçu é caracterizado pelo clima do tipo úmido, seu período de seca varia de um a dois meses e a temperatura é caracterizada como subquente, com média entre 15° e 18° em pelo menos um mês. A litologia do munícipio é a Formação Serra Geral e a vegetação é pioneira, com influência fluvial e/ou lacustre herbácea sem palmeiras (IBGE, 2020). Na área do sítio predomina o Latossolo, a cobertura sedimentar é inconsolidada e o sítio está localizado em

ISBN: 1981-1047

uma planície fluvial, segundo Thomaz (1995). Não encontramos o registro de outros sítios arqueológicos no município de Sandovalina, além do Sítio Taquaruçu.

A análise tecnotipológica da cerâmica possibilitou o conhecimento das características que compõem cada fragmento de cerâmica, como a classe, o antiplástico, que dá a estrutura da peça, a espessura, a queima, o tratamento de superfície e tipos de borda, para, posteriormente, identificar conjuntos de fragmentos de uma mesma vasilha.

A análise das cerâmicas do Sítio Castelinho, nos permitiu identificar nove tipos de classe, apresentados na **Tabela 1**.

Tabela 1. Classes dos fragmentos cerâmicos do Sítio Arqueológico Castelinho

Classe	Número de peças	Frequência
Base	15	12,8%
Borda	32	27,3%
Borda e parede	3	2,5%
Borda, parede e base	6	5,1%
Parede	55	47%
Parede angular	3	2,5%
Suporte para panela	1	0,85%
Vaso com cabo	1	0,85%
Vaso com pedestal	1	0,85%

Fonte: a autora (2021).

Com base na análise tecnotipológica, identificamos que a classe mais presente no Sítio Castelinho é a parede (47%), seguido da borda (27,3%), base (12,8%), parede angular (2,5%), além do suporte para panela, vaso com cabo e vaso com pedestal, esses com 0,85% de frequência.

Em nossa análise, verificamos o grau de queima do material cerâmico do Sítio Castelinho apresentado na **Tabela 2**.

ISBN: 1981-1047

Tabela 2: Grau de queima dos fragmentos cerâmicos do Sítio Arqueológico Castelinho

Grau de queima	Número de peças	Frequência
Queima 1: Seção transversal sem presença de núcleos, com cor uniforme variando do laranja tijolo ao amarelo	3	2,56%
Queima 2: Seção transversal sem presença de núcleos, com cor uniforme variando do cinza claro ao pardo	9	7,69%
Queima 3: Seção transversal com presença do núcleo central escuro e uma camada interna e externa clara	1	0,85%
Queima 4: Seção transversal sem presença de núcleos, com cor uniforme variando do cinza escuro ao preto	70	59,8%
Queima 5: Seção transversal com uma camada clara na parte externa e uma camada escura na interna	7	5,98%
Queima 6: Seção transversal com uma camada clara na parte interna e uma camada escura na externa	0	0%
Queima 99: Não identificado	27	23%

Fonte: a autora (2021)

ISBN: 1981-1047

Com base na Tabela 2, podemos observar que o grau de queima do material cerâmico do Sítio Castelinho é predominado pela Queima 4 (58,8%), seguido da Queima não identificada (23%), além da Queima 2 (7,69%), Queima 1 (2,56%) e Queima 3 (0,85%).

Na **Tabela 3**, apresentamos os tipos cerâmicos presentes no Sítio Castelinho.

Tabela 3: Tipos cerâmicos presentes no Sítio Arqueológico Castelinho

Acabamento de superfície interno e externo	Número de peças	Frequência
Liso/Corrugado	27	23,07%
Liso/Corrugado associado ao ungulado	23	19,6%
Engobo vermelho/Engobo branco	2	1,7%
Liso/Engobo branco	1	0,85%
Engobo vermelho/Engobo vermelho	13	11,1%
Engobo vermelho/Engobo vermelho com incisão	1	0,85%
Liso/Escovado	15	12,8%
Liso/Escovado com inciso	1	0,85%
Liso/Inciso	1	0,85%
Engobo vermelho/Inciso	1	0,85%
Liso/Inciso com aplique mamilar e suporte	1	0,85%
Liso/Liso	16	13,6%
Engobo vermelho/ Não identificado	1	0,85%
Liso/Não identificado	1	0,85%
Engobo vermelho/Pintura preta sobre engobo vermelho	2	1,7%
Liso/Pintura vermelha sobre engobo branco	13	11,1%
Liso/Ungulado	5	4,2%

Fonte: a autora (2021)

O tipo cerâmico mais frequente no Sítio Castelinho é a face interna lisa com a face externa corrugada (23,07%), seguido da face interna lisa e face externa corrugada associada ao ungulado (19,6%); face interna lisa e face externa lisa (13,6%); face interna lisa e face externa escovada (12,8%); face interna e externa com engobo vermelho (11,1%); face externa lisa e externa com pintura vermelha sobre engobo branco (11,1%). Além disso, o antiplástico presente em todo material cerâmico é o mineral com tempero de caco moído.

Destes 117 fragmentos analisados no Sítio Arqueológico Castelinho, conseguimos agrupar 15 conjuntos de fragmentos de cerâmica de uma mesma vasilha. Todos os fragmentos estavam numerados. O **Quadro 1** mostra a quantidade de fragmentos de cada

ISBN: 1981-1047

um dos 15 conjuntos analisados. Segundo Faccio (1992,1998), o estudo dos conjuntos de fragmentos de uma mesma peça auxilia a conhecer as variáveis tecnotipológicas de produção de um mesmo recipiente e mostrar o seu estado de conservação, que no caso Sítio Castelinho é considerado muito bom.

Quadro 1. Conjunto de fragmentos de uma mesma vasilha cerâmica do Sítio Arqueológico Castelinho, Presidente Epitácio-SP

Número do Conjunto	Número de peças
1	7
2	2
3	2
4	4
5	14
6	3
7	2
8	2
9	2
10	6
11	3
12	2
13	4
14	3

Fonte: a autora (2020).

Os menores conjuntos apresentaram duas peças e o maior conjunto apresentou 14 peças. O tamanho dos fragmentos cerâmicos e a quantidade conjuntos, que reúne mais da metade das peças analisadas, atesta o bom estado de conservação do Sítio Arqueológico Castelinho.

A partir do programa de computador CorellDraw, foi possível a reconstituição gráfica de duas bordas cerâmicas, permitindo, assim, visualizar as formas dos potes. Apesar de essas reconstituições serem muito eficazes

> em desvendar a forma do vaso, não garantem assim, que consigamos chegar a sua função. Isso porque acreditamos que além dos elementos como forma, diâmetro da boca e altura, a função a qual se destina o vaso, também é determinada pelo tratamento de

 ISBN: 1981-1047

> superfície, composição da pasta de argila, detalhes importantes para a sua compreensão (FACCIO, 2011, p.119)

Mesmo com essa problemática, o método continua sendo ideal para analisarmos a cerâmica. No Sítio Arqueológico Castelinho foi possível a reconstituição gráfica das formas dos potes em duas cerâmicas (**Foto 1** e **Figura 3**):

Foto 1: Cerâmica original, número 65, Sítio Castelinho

Fonte: a autora (2020).

Figura 3. Reconstituição gráfica, número 65, Sítio Castelinho

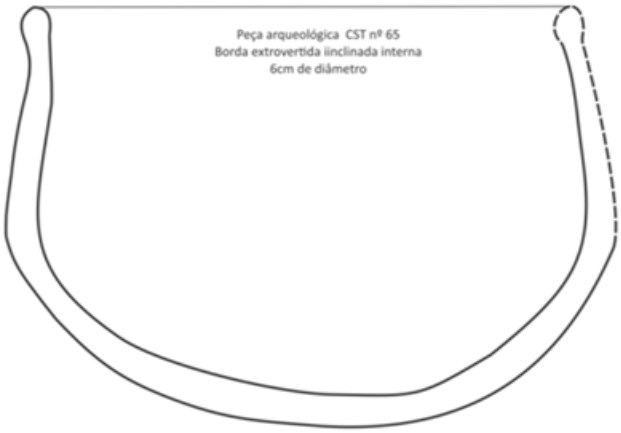
Fonte: a autora (2020).

ISBN: 1981-1047

Na Foto 1, a borda é extrovertida inclinada interna, com 6 cm de diâmetro e 0,7 cm de espessura. Em sua reconstituição gráfica, traz a ideia de que é, provavelmente, uma miniatura de *yapepó*, utilizado, se não fosse uma miniatura, poderia ter sido utilizado como panela. A espessura da parede fina é explicada por ser uma miniatura, mas em sua função de panela, precisaria de uma maior espessura.

A Foto 2 apresenta uma borda contraída com 16 cm de diâmetro e 1,9 cm de espessura e antiplástico mineral caco moído. Em sua reconstituição gráfica podemos levantar a hipótese de que esta cerâmica se trata de um *cambuchi caguaba*, utilizado para o armazenamento de água. A espessura da vasilha é mais grossa, devido ao seu tamanho.

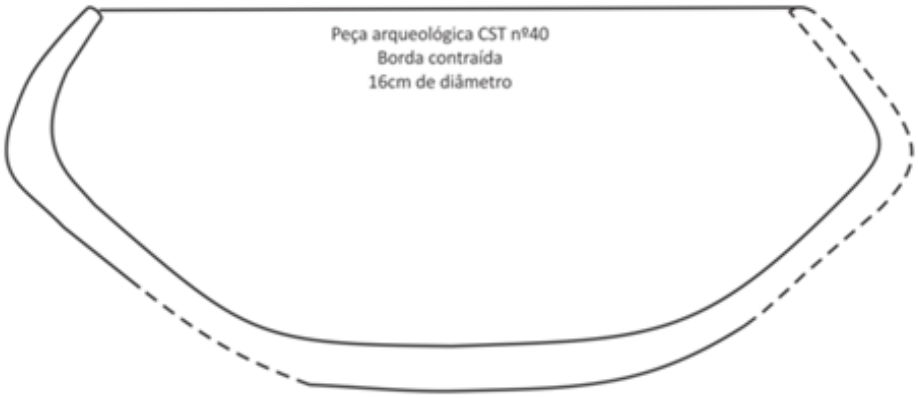
Foto 2: Cerâmica original de número 40 do Sítio Castelinho



Fonte: a autora (2020).

ISBN: 1981-1047

Figura 4. Reconstituição gráfica de número 40 do Sítio Castelinho



Fonte: a autora (2020)

Na **Tabela 4**, apresentamos os tipos de bordas presentes no Sítio Arqueológico Castelinho.

Tabela 4: Tipos de bordas presente no Sítio Castelinho

Tipo de borda	Quantidade de peças	Frequência
Direta inclinada externa	1	2,7%
Direta inclinada interna	9	24,3%
Extrovertida inclinada interna	14	37,8%
Contraída	6	5,1%
Carenada	7	18,9%

Fonte: a autora (2020)

Podemos observar, de acordo com a Tabela 4, que o tipo de borda mais frequente no Sítio Castelinho é a extrovertida inclinada interna (37,8%), seguido da direta inclinada interna (24,3%), a carenada (18,9%), a contraída (5,1%) e, por último, a direta inclinada externa (2,7%).

Identificamos, no Sítio Arqueológico Castelinho, características cerâmicas que não são comumente encontradas nos materiais arqueológicos da Tradição Tupiguarani, como a decoração escovada, vaso em formato de pedestal e vasilha com suporte para cabo.

O Sítio Taquaruçu foi classificado por Thomaz (1995) como histórico de contato, com base na classificação de sítios históricos de Fontana (1965). Em sua área foram encontrados 511 fragmentos de cerâmica, 3500 fragmentos de telhas goivas, três fragmentos

 ISBN: 1981-1047

de tijolos, dois fragmentos de lajota, 150 líticos lascados, duas cunhas de ferro, dois pregos, ossos de ave, ossos de peixe e dentes de mamífero (THOMAZ, 1995).

A **Tabela 5** apresenta as classes dos fragmentos cerâmicos do Sítio Taquaruçu, que estão na Reserva Técnica do Centro de Museologia, Antropologia e Arqueologia (CEMAARQ), que tem o acervo arqueológico coordenado pela Professora Livre Docente Neide Barrocá Faccio, desde setembro de 2020. Dos 511 fragmentos cerâmicos que Thomaz (1995) descreve em sua dissertação de mestrado, tivemos acesso a 207 fragmentos.[25]

Tabela 5. Classes da cerâmica da área do Sítio Taquaruçu, Sandovalina - SP

Classe	Número de peças	Frequência
Base	2	0,96%
Borda	22	10,6%
Parede	166	80,1%
Parede angular	17	8,2%

Fonte: a autora (2020).

Podemos observar, de acordo com a Tabela 5, que a classe mais presente da cerâmica da área do Sítio Taquaruçu é a parede (80,1%), seguida da borda (10,6%), da parede angular (8,2%), além da base (0,96%).

Na **Tabela 6**, apresentamos os tipos de antiplástico e de tempero presentes na cerâmica da área do Sítio Taquaruçu.

Tabela 6: Antiplásticos/tempero presente na cerâmica da área do Sítio Taquaruçu, Sandovalina, SP

Antiplástico/tempero	Número de peças	Frequência
Mineral	60	28,9%
Mineral e caco moído	113	54,5%
Mineral e carvão	3	1,4%
Mineral, carvão e caco moído	31	14,9%

[25] Isso deve-se ao fato da Reserva Técnica do CEMAARQ estar em fase de organização.

ISBN: 1981-1047

Fonte: a autora (2020).

Podemos observar, na Tabela 6, que o antiplástico mais presente no Sítio Taquaruçu é o mineral com tempero de caco moído (54,5%), seguido do mineral (28,9%) e do mineral, carvão e caco moído (14,9%).

Em nossa análise, verificamos o grau de queima do material cerâmico do Sítio Taquaruçu apresentado na **Tabela 7**.

Tabela 7: Grau de queima dos fragmentos cerâmicos do Sítio Arqueológico Taquaruçu

Grau de queima	Número de peças	Frequência
Queima 1: Seção transversal sem presença de núcleos, com cor uniforme variando do laranja tijolo ao amarelo	18	8,6%
Queima 2: Seção transversal sem presença de núcleos, com cor uniforme variando do cinza claro ao pardo	31	14,9%
Queima 3: Seção transversal com presença do núcleo central escuro e uma camada interna e externa clara	3	1,4%
Queima 4: Seção transversal sem presença de núcleos, com cor uniforme variando do cinza escuro ao preto	107	51,6%
Queima 5: Seção transversal com uma camada clara na parte externa e uma camada escura na interna	48	23,1%
Queima 6: Seção transversal com uma camada clara na parte interna e uma camada escura na externa	0	0%
Queima 99: Não identificado		

Fonte: a autora (2021)

Com base na Tabela 7, podemos observar que o grau de queima do material cerâmico do Sítio Castelinho é predominado pela Queima 4 (51,6%), seguido da Queima 5 (23,1%), além da Queima 2 (14,9%), Queima 1 (8,6%) e Queima 3 (1,4%).

No **Tabela 8**, apresentamos os tipos da cerâmica do Sítio Taquaruçu.

ISBN: 1981-1047

Tabela 8. Acabamentos de superfície presente no Sítio Arqueológico Taquaruçu

Acabamento de superfície interno e externo	Número de peças	Frequência
Liso/Liso	42	20,8%
Engobo branco/Liso	16	7,7%
Pintura vermelha sobre engobo branco/Liso	1	0,48%
Não identificado/Liso	37	17,8%
Liso/Ungulado	17	8,2%
Liso/Inciso	2	0,96%
Liso/Corrugado	4	1,93%
Liso/Escovado	39	18,8%
Liso/Ponteado	5	2,4%
Liso/Engobo vermelho	1	0,48%
Engobo vermelho/Engobo vermelho	1	0,48%
Liso/Corrugado associado ao escovado	1	0,48%
Liso/Pintura vermelha sobre engobo branco	13	6,2%
Liso/Ponteado com incisão	2	0,96%
Liso/Espatulado	16	7,7%
Liso/Pintura preta sobre engobo branco	2	0,96%
Engobo branco/ Engobo vermelho	1	0,48%
Liso/Não identificado	5	2,4%
Não identificado/Não identificado	2	0,96%

Fonte: a autora (2021).

O tipo de acabamento de superfície mais frequente no Sítio Taquaruçu é a face interna e externa lisa (20,8%), seguida da face interna lisa e externa escovada (18,8%), face interna não identificada e face externa lisa (17,8%), face interna com engobo branco e face externa lisa (7,7%), face interna lisa e externa espatulada (7,7%), além da face interna lisa e face externa ungulado (8,2%) e face interna lisa e externa com pintura vermelha sobre engobo branco (6,2%).

Desses fragmentos, 105 foram reunidos em 22 conjuntos de uma mesma vasilha. Desses 105 fragmentos, 96 estavam numerados e nove estavam sem numeração. Verificamos na dissertação de Thomaz (1995) qual foi a última numeração da cerâmica e continuamos a numeração (números de 512 a 610).

A **Tabela 9** mostra a quantidade de fragmentos de cada um dos 22 conjuntos analisados.

ISBN: 1981-1047

Tabela 9: Conjunto de fragmentos de uma mesma vasilha da cerâmica da área do Sítio Arqueológico Taquaruçu, Sandovalina, SP

Número do Conjunto	Número de peças
1	4
2	2
3	4
4	2
5	2
6	2
7	7
8	6
9	2
10	3
11	4
12	3
13	16
14	2
15	2
16	6
17	3
18	42
19	3
20	14
21	13
22	23

Fonte: a autora (2020).

Os menores conjuntos apresentaram duas peças, como o conjunto 2, 4, 5, 6, 9, 14 e 15. O maior conjunto apresentou 42 peças (Conjunto18). O tamanho dos fragmentos cerâmicos e a quantidade conjuntos, que reúne mais da metade das peças analisadas atesta o bom estado de conservação do Sítio Arqueológico Taquaruçu.

No Vale do Rio Paranapanema, a cerâmica Guarani foi modificada por interferência dos jesuítas nos Sítios Alvim e Taquaruçu. De acordo com Faccio (1992), como exemplo dessas modificações nos artefatos da cultura material Guarani, após o contato, está a presença da decoração escovada na cerâmica. Zuse (2009) relata a preferência dos missionários jesuítas pelo acabamento de superfície da cerâmica no tipo liso, com engobo vermelho e a glanulometria do antiplástico mais fina, dando origem a uma pasta lisa e homogênea.

ISBN: 1981-1047

Sobre a decoração escovada, Chmyz (1972) e Schimitz (1980) alegam contemporaneidade dessa técnica com a da chegada dos europeus (CHMYZ, 1972; SCHIMTZ, 1980).

Na **Foto 3** temos um exemplo da decoração escovada do Sítio Arqueológico Taquaruçu.

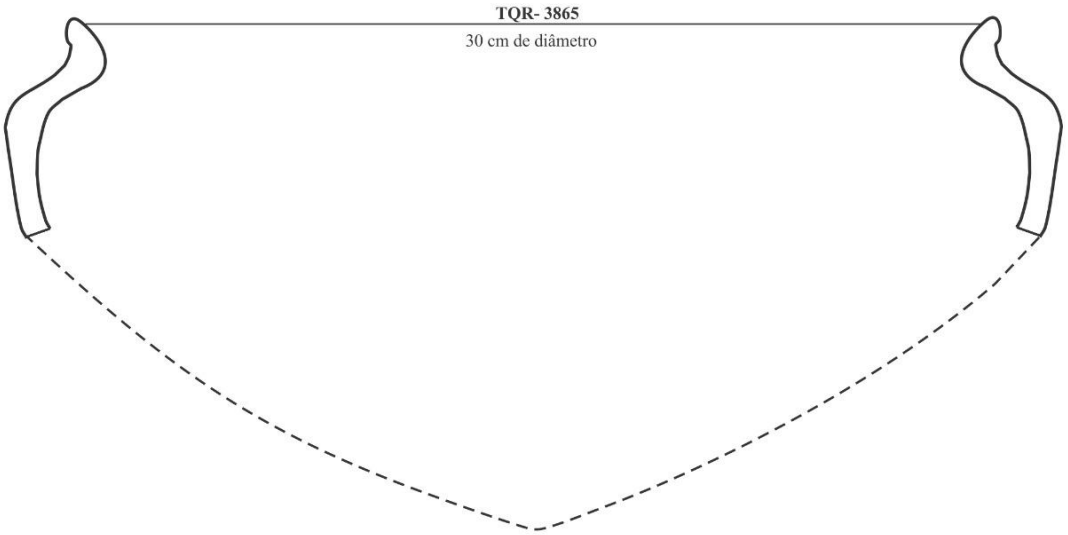
Foto 3: Cerâmica com decoração escovada (TQR-244) do Sítio Arqueológico Taquaruçu

Fonte: a autora (2021)

Foi possível realizar a reconstituição gráfica da forma da borda 3862 (**Figura 5**) e 3865 (**Figura 6**) no programa Corell Draw®.

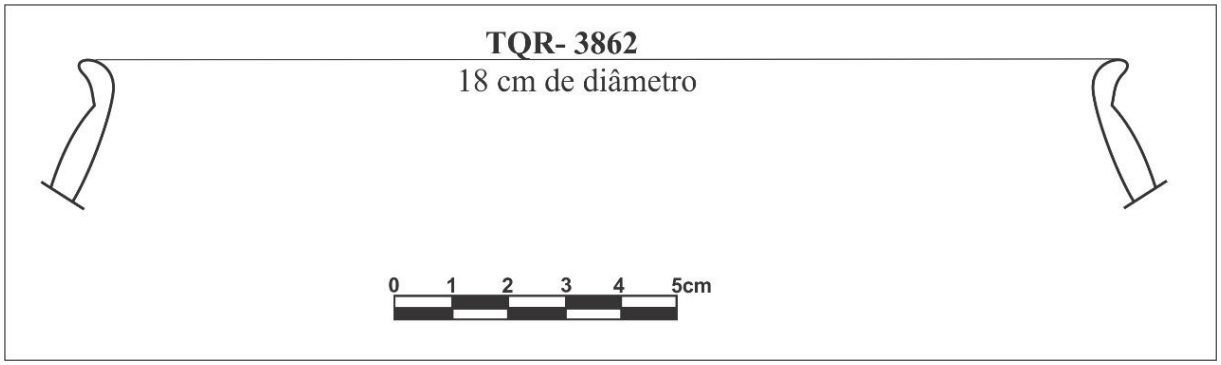
ISBN: 1981-1047

Figura 5. Reconstituição gráfica da forma da borda 3862 do Sítio Taquaruçu



Fonte: a autora (2020)

Figura 6. Reconstituição gráfica da peça 3865 do Sítio Taquaruçu, a partir do fragmento de borda



Fonte: a autora (2020).

Na **Tabela 10**, apresentamos os tipos de bordas presente no Sítio Arqueológico Taquaruçu.

ISBN: 1981-1047

Tabela 10: Tipos de bordas presente no Sítio Taquaruçu

Tipo de borda	Quantidade de peças	Frequência
Contraída	1	7,1%
Direta inclinada externa	8	57,1%
Direta inclinada interna	1	7,1%
Extrovertida inclinada interna	4	28,5%

Fonte: a autora (2020)

Podemos observar, de acordo com a Tabela 10, que o tipo de borda mais frequente no Sítio Taquaruçu é a direta inclinada externa (57,1%), seguido da extrovertida inclinada interna (28,5%), a contraída (7,1%) e, por último, a direta inclinada interna (7,1%).

Analisamos 26 fragmentos de telhas jesuíticas do Sítio Arqueológico Taquaruçu. Esses 26 fragmentos, foram agrupados em três conjuntos e verificamos que o antiplástico utilizado para a confecção das telhas jesuíticas foi o mineral e o tempero de telha moída. Isso demonstra uma técnica europeia na confecção da forma da telha associada a uma técnica Guarani na forma de tempero da pasta.

Tabela 11: Tipos de antiplástico/tempero presente nas telhas jesuíticas do Sítio Taquaruçu – município de Sandovalina, SP

Antiplástico	Número de peças	Frequência
Mineral com tempero de telha moída	24	92,3%
Mineral	2	7,69%

Fonte: a autora (2020)

Podemos perceber, de acordo com a Tabela 11, que o antiplástico mais frequente nas telhas jesuíticas do Sítio Taquaruçu é o mineral com tempero de telha moída (92,3%) e o mineral (7,69%).

As telhas jesuíticas, descritas por Thomaz (1995, p.54) em sua dissertação de mestrado, resultam da técnica de moldagem e, segundo Sepp (1980, p.238), as olarias eram montadas perto de barreiras que forneciam o tipo de argila adequada, isto é, com maior plasticidade, além de necessitarem de terreno amplo para a secagem nos fornos.

ISBN: 1981-1047

Thomaz (1995) apresenta sete tipos decorativos de telhas jesuíticas: 1) linhas digitais, que podem ser grossas, finas, verticais e associadas; 2) letras; 3) linhas curvas; 4) cruz, que pode ser vasada, estrelada e gamada; 5) pintada; 6) linhas associadas e 7) figura.

O fragmento de telha jesuítico, número 3504, do Sítio Taquaruçu, representado pela **Foto 4**, com tamanho de 23,8 por 9,5 e espessura menor de 0,6 e maior de 1,5 centímetros, apresenta uma boa queima, sem presença de núcleo. A peça que possui um quarto de uma telha completa, apresenta linhas curvas duplas produzidas com espátula, provavelmente de madeira, no sentido do comprimento da telha. O antiplástico observado foi o mineral com o tempero de telha moída.

Foto 4. Fragmento de telha jesuítica 3504 do Sítio Arqueológico Taquaruçu

Fonte: a autora (2020)

O fragmento de telha jesuítico de número 3512 do Sítio Taquaruçu, representado pela Foto 5, com tamanho de 44,5 por 23 centímetros, espessura menor de 2,3 e maior de 2,4 centímetros. Essa telha fragmentada é composta pela união três peças. Apresenta decoração incisa na forma de Cruz estrelada e possui marcas digitais no uso de dois ou três dedos. O antiplástico corresponde ao mineral com o tempero de telha moída.

De acordo com a dissertação de Thomaz (1995), o conjunto 1 de telhas jesuíticas do Sítio Taquaruçu pode ser classificado como cruz vasada.

ISBN: 1981-1047

Foto 5. Fragmento de telha jesuítica 3512 do Sítio Arqueológico Taquaruçu

Fonte: a autora (2020)

Thomaz (1995, p. 51) relata que o Sítio Taquaruçu funcionava para os jesuítas como "base para a instauração de uma 'pequena' construção de madeira coberta com telhas goivas, já que foram encontrados pregos e um buraco de esteio, não restando nenhum indício de paredes". Assim, pode ser considerado que essa construção serviria como o núcleo de uma futura redução, que não chegou a ser concretizada.

Considerações finais

Neste artigo, apresentamos a análise cerâmica dos Sítios Arqueológicos Castelinho e Taquaruçu, bem como as telhas jesuíticas do Sítio Taquaruçu, com base no modelo tecnotipológico proposto por Faccio (1992, 1998) e na cadeia operatória de produção cerâmica de La Salvia e Brochado (1989).

O Sítio Arqueológico Taquaruçu é peculiar por apresentar fragmentos de cerâmica com espessura maior que as dos sítios pré-históricos encontrados no Pontal do Paranapanema, além da presença do antiplástico mineral, sem o tempero caco moído em muitas peças. As pinturas da cerâmica não são tão elaboradas como ocorre em sítio Guarani, além de as telhas jesuíticas apresentam decorações semelhantes aos do grupo, mas também

 ISBN: 1981-1047

parecem terem sido feitas às pressas, não se comparando com a delicadeza e perfeição das pinturas Guarani verificadas em sítios pré-coloniais. Ainda, a cerâmica escovada reforça a hipótese comprovada por Thomaz (1995), de que esse sítio possui influência jesuítica.

Já o Sítio Arqueológico Castelinho apresenta vasilhas quase inteiras, característica impressionante para a Arqueologia brasileira, já que, a presença de empreendimentos, como Usinas Hidrelétricas e Usinas de Açúcar e Álcool, tendem a comprometer ainda mais os sítios arqueológicos, que já estão sofrendo interferência por conta do solo ácido do Pontal do Paranapanema.

Quanto à decoração, o Sítio Castelinho apresenta uma quantidade expressiva de bordas e pintura, característica marcante da Tradição Tupiguarani, se diferenciando de certa maneira do Sítio Taquaruçu. Porém, o suporte para panela, vaso com base em pedestal, vasilha quase inteira com aplique mamilar e apêndice, bem como a cerâmica escovada, mantém a hipótese de influência jesuítica, que poderá ser comprovada ou refutada com comparações tecnotipológicas entre o sítio Castelinho e outros sítios do Oeste Paulista, além da datação. Coloca-se a hipótese que, se houve influencia jesuítica, esta foi menos demorada do que a verificada na área do Sítio Taquaruçu, tendo em vista principalmente a construção de edificação de madeira com telha coifa – demonstrando a estadia dos jesuítas por um longo tempo.

A continuidade da pesquisa e a comparação dos resultados com aqueles já aferidos para sítios pré-coloniais do Pontal do Paranapanema (FACCIO 2011, 2020) trará novos resultado para esta pesquisa.

Referências

BORELLI, S. H. S. **Os Kaingang no estado de São Paulo:** constantes históricas e violência deliberada" In: VÁRIOS AUTORES. Índios em São Paulo: resistência e transfiguração. São Paulo, Ed. Yankatu e Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1984.

CHMYZ, I. **Pesquisas Paleetnográficas efetuadas no vale do rio Paranapanema – Paraná e São Paulo**. Tese de Doutoramento, FFLCH/USP, São Paulo, 1972.

FACCIO, N. B. **Estudo do Sítio Arqueológico Alvim no Contexto do Projeto Paranapanema**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/ USP, 1992.

FACCIO, N. B. **Arqueologia dos Cenários das Ocupações Horticultoras da Capivara, Baixo Paranapanema -SP**. São Paulo: FFLCH/ USP, 1998.

 ISBN: 1981-1047

FACCIO, N. B. **Arqueologia Guarani na Área do Projeto Paranapanema:** estudos dos sítios de Iepê, SP. Volume I. Tese de Livre Docência – Museu de Arqueologia e Etnografia, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

FACCIO, Neide Barrocá. **A complexidade dos sistemas de assentamentos ameríndios no Planalto Ocidental Paulista vistos a partir da arqueologia:** a contribuição do LAG/MAR. In: Revista Confins, USP, São Paulo – SP, 2019. Disponível em: http://journals.openedition.org/confins/21188. Acesso em: 23 de nov de 2020.

FONTANA, L. B. On the manig of historic sites archaeology. **American Antiquity**, 31(1):61-65, 1965.

LA SALVIA, F.; BROCHADO, J.P. **Cerâmica Guarani**. Porto Alegre, Posenato Arte e Cultura, 1989.

MORAIS, J. L. **Perspectivas Geoambientais da Arqueologia do Paranapanema Paulista**. Tese de Livre-Docência apresentada no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

NOELLI, F.S. Sem Tekohá Não Há Tekó. Em busca de um Modelo Etnoarqueológico da Aldeia de Subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no Delta do Rio Jacuí, RS, Porto Alegre: PUCRS, 1993.

SCHMITZ, P.I. A tradição cerâmica Tupiguarani: as Subtradições e Sua Origem In: SCHIMITZ, P.I. et al. **Temas de Arqueologia Brasileira**. Goiânia: IGPA, 1980.

SEPP, Antonio**. Viagens às missões jesuíticas e trabalhos apostólicos**, EDUSP, 1980.

THOMAZ, R. C. C. **Arqueologia da Influência Jesuítica no Baixo Paranapanema:** estudo do Sítio Taquaruçu, 1995, Revista USP.

ZUSE, S. **Os Guarani e a Redução Jesuítica:** tradição e mudança técnica na cadeia operatória de confecção dos artefatos cerâmicos do Sítio Pedra Grande e entorno. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2009.

 ISBN: 1981-1047

UNIDADES DE PAISAGEM DA PORÇÃO MERIDIONAL DO MUNICÍPIO DE SOURE, ILHA DE MARAJÓ, PARÁ

GT – Geografia, Ambiente e Ecologia

Danielle Araújo Lobato
dalufpa@yahoo.com.br

Universidade Federal do Pará - UFPA

Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA

Carmena Ferreira de França
carmena@ufpa.br

Universidade Federal do Pará - UFPA

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Faculdade de Geografia e Cartografia

Resumo

Este estudo analisa e caracteriza a estrutura da paisagem costeira da porção meridional do município de Soure, Ilha do Marajó, PA. A análise é pautada na metodologia de Bertrand (1971). Neste enfoque, a paisagem é uma unidade sistêmica e complexa, que decorre de três tipos de organização: o potencial ecológico, produto da combinação dos dados físico-químicos do contexto abiótico; a exploração biológica, expressa pelas comunidades viventes ligadas ao contexto abiótico, sobretudo a vegetação; e da utilização antrópica, que corresponde às diferentes formas de uso, ocupação e transformação dos fatores bióticos e abióticos. Adota-se, neste trabalho, uma escala de detalhe, na qual são identificadas, delimitadas e mapeadas as unidades hierárquicas de 4.ª e 5.ª grandezas (geossistemas e geofácies), classificadas de acordo com a tipologia fisionômica e ecológica. A área de estudo apresenta um mosaico paisagístico composto por cinco geossistemas e subdivididos em vinte e três geofácies. Cada unidade possui características peculiares, decorrentes dos seguintes elementos: estrutura, composição das espécies vegetais e forma de vida; morfometria e morfografia; tipos de coberturas superficiais; nível e magnitude das inundações e formas de uso/ocupação da terra. Os resultados deste estudo podem subsidiar políticas de gestão e conservação dos recursos naturais, considerando a Reserva Extrativista Marinha de Soure, com populações tradicionais que praticam o extrativismo, e a presença de outras atividades econômicas como pecuária bubalina, bovina e equina.

Palavras-chave: Costa. Marajó. Geossistema. Geofácies. Vegetação

 ISBN: 1981-1047

Introdução

A porção meridional do município de Soure, na ilha de Marajó, é influenciada por um sistema estuarino complexo, que é a baía de Marajó, resultante do encontro das grandes embocaduras do Pará e do Tocantins, mas com interferência do oceano Atlântico. A características geomorfológicas locais e a posição geográfica permitem a atuação das macromarés, que alcançam até 4,7 m de amplitude (BRASIL, 2014), favorecendo a presença de uma área inundável que ocupa cerca de 70 % da área estudada.

A amplitude de inundação pelas marés gera condições ecológicas para o desenvolvimento de manguezais, campos alagáveis e praias. A cobertura vegetal é variada e se distribui conforme a topografia, o substrato sedimentar, a composição dos solos, o aporte de água doce das chuvas ou dos igarapés.

Devido à proximidade em relação à capital paraense, Belém, que resulta na facilidade de acesso por via fluvial e aérea, o município de Soure tornou-se um polo de desenvolvimento socioeconômico na ilha de Marajó, em que se destaca o turismo, nas suas diferentes modalidades, e as atividades tradicionais, ligadas ao extrativismo, realizado, sobretudo, por comunidades pesqueiras, e à pecuária exercida tanto em terrenos pantanosos, quanto em terrenos bem drenados. As formas de uso e ocupação da terra, seja na zona urbana ou rural, representam demandas sociais por recursos naturais e, ao mesmo tempo, ações transformadoras do meio físico e biológico.

Os fatores ligados à localização geográfica da área, ao quadro natural e antropogênico, tratados sob o enfoque sistêmico, indicam a presença de um mosaico paisagístico diverso, como expressão espacial da interação entre as formas de uso e ocupação humana e as condições mesológicas (características estruturais e dinâmicas do quadro natural).

Diante do exposto, o objetivo deste artigo é analisar o mosaico paisagístico da porção meridional do município de Soure, com base na identificação, caracterização e classificação de unidades espaciais em escala de detalhe (geossistemas e geofácies), levando-se em consideração as diferenças topográficas e morfológicas, as características da cobertura sedimentar superficial, a composição e fisionomia da vegetação e as formas de uso e

 ISBN: 1981-1047

ocupação da terra.

A metodologia para a elaboração desta análise adotou três etapas de investigação: (a) revisão e atualização bibliográfica acerca do conceito de paisagem e do quadro geológico e geomorfológico da área de estudo; (b) trabalhos de campo para inventário florístico, levantamento topográfico e tipologias de uso da terra; e (c) trabalhos de laboratório para confecção de perfis topográficos e vegetacionais, bem como mapas temáticos a partir do tratamento digital e interpretação visual de imagem de alta resolução espacial, utilizando-se de Sistema de Informação Geográfica (SIG).

O INTEGRADOR CONCEITO DE PAISAGEM E A VISÃO GEOSSISTÊMICA

O espaço geográfico pode ser interpretado a partir de distintos conceitos, sejam eles território, lugar, rede, ambiente, paisagem. Cada conceito expressa um filtro que ressalta aquilo que o conceito sinaliza, ou seja, uma determinada dimensão do espaço. Sendo assim, o pensamento geográfico se expressa por um cabedal de conceitos dotados de níveis de abstração diferenciados e, por consequência, de possibilidades operacionais múltiplas (SUERTEGARAY, 2002).

Corrêa e Rosendahl (1998) afirmam que a paisagem se constitui num conceito chave na ciência geográfica, capaz de fornecer unidade e identidade à geografia. Entretanto, o conceito de paisagem passou por processos de maior e menor significação, ao longo da história do pensamento geográfico, chegando a assumir, nos momentos em que outros conceitos se tornaram mais enfatizados, uma posição secundária.

Uma das principais características associadas ao estudo da paisagem é o seu caráter de totalidade. Tal atributo reflete a complexidade do estudo e determina uma grande dificuldade para sua abordagem, uma vez que ela necessita de uma visão integrada do conjunto das variáveis climáticas, geomorfológicas, fitogeográficas e antropogênicas, em função da escala a ser utilizada. Essa característica serve de aporte para novas análises que buscam um novo paradigma nas ciências, questionando as especializações e rupturas, elementos esses que são associados a um clássico reducionismo (SUERTEGARAY, 2002).

 ISBN: 1981-1047

O estudo da paisagem há muito vem sendo resgatado nas pesquisas geográficas. Contudo, o seu redirecionamento, bem como os métodos relacionados e a sua aplicabilidade são bastante diferenciados, e por vezes, alvos de discussões e críticas. A busca por definições da paisagem e da sua metodologia, capazes de integrar a natureza (com seus elementos físicos e biológicos) e a sociedade (com seus aspectos econômicos, políticos e culturais) remonta a origens longínquas (DIAS, 2003).

Inicialmente, o conceito de paisagem surge na Geografia com influência advinda dos naturalistas do século XIX, como é o caso de Humboldt, em cujas descrições buscava as conexões entre os elementos do quadro natural. Porém, é a partir da década de 1950 que este conceito adquire mais força, passando a assumir um papel de destaque em boa parte do discurso geográfico. Desde então, tem-se construído uma fecunda base de discussões teóricas, tornando-se uma categoria de grande relevância à ciência geográfica, tanto quanto os conceitos de região, espaço, território, etc. (DIAS, 2003).

Com a incorporação da Teoria Geral dos Sistemas no pensamento geográfico, Sotchava (1977) lança o conceito de geossistema. Trata-se de um sistema natural, de nível local, regional ou global, no qual o substrato mineral, o solo, as comunidades de seres vivos, a água e as massas de ar, particulares às diversas subdivisões da superfície terrestre, são interconectados por trocas de matéria e de energia em um só conjunto. Embora o geossistema seja um fenômeno natural, todos os fatores econômicos e sociais, influenciando sua estrutura e peculiaridades espaciais, são tomados em consideração durante o seu estudo. É uma unidade geográfica sistêmica de base territorial ou física, configurando-se num modelo global de apreensão da paisagem (ROUGERIE; BEROUTCHACHVILI, 1991; CHRISTOFOLETTI, 2002).

Bertrand (1971) retrabalha o termo paisagem, conceituando-a como uma combinação dinâmica e instável de elementos físicos, biológicos e antrópicos, que reagem dialeticamente entre si. Neste aspecto, reafirma a paisagem como conjunto único e indissociável. Sua linha de pensamento se propõe a abordar um problema de metodologia, apoiando-se em uma abordagem taxonômica, tipológica e dinâmica da paisagem. Bertrand apresenta a ideia de uma organização de unidades paisagísticas, articuladas por níveis hierárquicos (taxonômicos) e consideradas como unidades geográficas globais.

ISBN: 1981-1047

O objeto de estudo de uma geografia global é constituído por um complexo de elementos e de interações que participam de uma dinâmica comum. Este complexo decorre de três tipos de organização: (a) do potencial ecológico, produto da combinação dos dados físico-químicos do contexto abiótico; (b) da exploração biológica, expressa pelas comunidades viventes ligadas ao contexto abiótico, sobretudo a vegetação; e (c) da utilização antrópica, que corresponde às diferentes formas de uso, ocupação e transformação dos fatores bióticos e abióticos.

A paisagem é concebida como o resultado da integração de todas essas relações. E o complexo correspondente a ela pode ser apreendido por um exame das diversas combinações e dinâmicas, permitindo evidenciar as diferenças objetivas que dividem o espaço geográfico e criam as unidades de paisagem. Estas, seja qual for o nível hierárquico, comportam aproximadamente os mesmos elementos (embora as combinações possam variar de uma para outra), os fatores dominantes, o sentido das modificações e a amplitude das dinâmicas em curso. O geossistema é uma das unidades hierárquicas, considerado de 4.ª grandeza taxonômica, e definido como uma unidade dimensional (espacial), compreendida entre alguns quilômetros quadrados e algumas centenas de quilômetros quadrados. Caracteriza-se por uma certa homogeneidade fisionômica, por uma forte unidade ecológica e biológica, enfim, por um mesmo tipo de evolução (BERTRAND, 1971; ROUGERIE; BEROUTCHACHVILI, 1991).

Estudar a paisagem implica delimitá-la e dividí-la em unidades com feições mais ou menos homogêneas e hierarquizadas, conforme a escala espacial adotada. Isso resulta numa classificação taxonômica, em que cada unidade está inserida dentro de uma outra unidade de nível hierárquico superior, relacionado a uma determinada ordem de grandeza espacial. Neste aspecto, há seis níveis têmporo-espaciais e hierárquicos de paisagem: zona, domínio, região natural, geossistema, geofácies e geótopo (BERTRAND, 1971).

A zona associa-se ao conceito de zonalidade climática planetária. As zonas possuem as maiores dimensões espaciais, com área de abrangência acima de 10 milhões de km², sendo, portanto, unidades de paisagem de 1.ª grandeza. Os domínios localizam-se dentro das zonas, apresentam dimensões entre 1 e 10 milhões de km² (unidade de 2.ª grandeza) e são identificados e delimitados a partir das conexões entre o relevo, o clima e os biomas. As regiões naturais situam-se no interior dos domínios. Definem-se pela combinação entre

 ISBN: 1981-1047

relevo, clima, solo e vegetação. Abrangem áreas de 1.000 a 1 milhão de km², portanto, são classificadas como unidades de 3.ª grandeza. As zonas, domínios e regiões naturais são unidades superiores de paisagem que se estendem por grandes áreas e, como tais, são representadas, cartograficamente, em pequena escala (BERTRAND, 1971).

As unidades inferiores de paisagem são classificadas em geossistemas, geofácies e geótopos. Os geossistemas (4.ª grandeza) abrangem áreas de 2 a 900 km² e são representados em escala média. Resultam de combinações de fatores geomorfológicos, climáticos e hidrológicos, que constituem seu potencial ecológico, em interação com a exploração biótica (principalmente a vegetação) e a ação antrópica (interferências humanas sobre o meio físico e biológico). Correspondem ao nível hierárquico mais adequado à análise geográfica, pelo fato de congregarem a maior parte das combinações e dos fenômenos observáveis, numa escala temporal compatível com a vida humana, e por isso, facilitarem o estudo da organização e da dinâmica espaciais.

Os geofácies definem setores de homogeneidade fisionômica dentro dos geossistemas, abrangem áreas entre 2 e 900 m² (5.ª grandeza), onde também se distinguem um potencial ecológico, uma exploração biológica e uma ação antrópica. Os geótopos individualizam-se no interior dos geofácies pela combinação entre um biótipo e uma biocenose. São as menores unidades geográficas homogêneas, com área inferior a 1 m² (6.ª grandeza).

Bertrand (1971) estabelece dois critérios de tipologia das unidades inferiores de paisagem: o fisionômico e ecológico e o dinâmico. No primeiro, o geossistemas são identificados e classificados pela cobertura vegetal clímax e pelo potencial ecológico dominante. A cobertura vegetal é prioritária na definição do geossistema, uma vez que assume o papel de síntese, refletindo as condições mesológicas e dinâmicas. Caso a vegetação não esteja presente, deve-se considerar, neste caso, somente o potencial ecológico característico, acrescido do nome da região natural na qual se insere o geossistema. Os geofácies e os geótopos devem ser nomeados pelo agrupamento fitossociológico que os compõe, relacionado ao potencial ecológico dominante.

Quanto à tipologia dinâmica, Bertrand (1971) apóia-se na Teoria Bio-resistásica de Erhart (1962, 1966) e estabelece como elementos definidores o sistema de evolução, o estágio de clímax da vegetação e o sentido geral da dinâmica (progressivo, regressivo ou estável).

 ISBN: 1981-1047

Com efeito, os geossistemas são divididos em dois conjuntos principais (geossistemas em biostasia e em resistasia), com subdivisões relacionadas aos estágios de clímax (climáxicos, paraclimáxicos ou degradados), à dinâmica regressiva ou progressiva e à participação de mecanismos naturais e antrópicos no desequilíbrio sistêmico.

A partir da metodologia proposta acima, tem-se uma boa base para estudos da paisagem, pautada numa concepção integradora, ajustada a determinada escala geográfica e cartográfica, que resgata e valoriza a cobertura vegetal como síntese do meio. Trata-se de um esquema capaz de fornecer as ferramentas necessárias para a compreensão da paisagem marajoara, no que tange à sua estrutura e diversidade.

CLASSIFICAÇÃO DE UNIDADES DE PAISAGEM DA PORÇÃO MERIDIONAL DO MUNICÍPIO DE SOURE, ILHA DE MARAJÓ, PARÁ

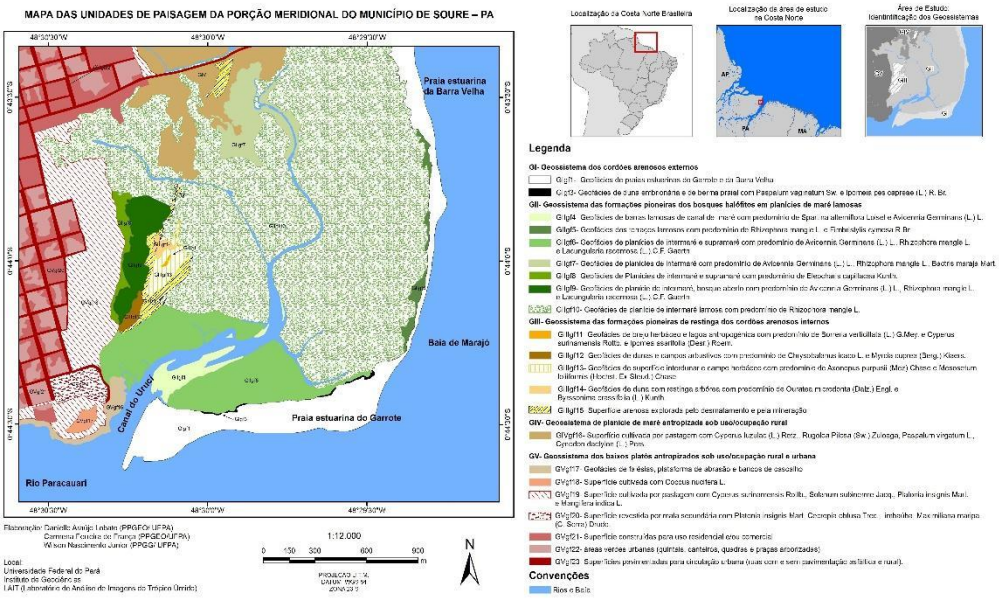
A complexidade física e biológica da costa paraense é analisada através de inúmeros trabalhos, que revelam a compartimentação, a estrutura e a dinâmica do cenário geológico, geomorfológico e fitogeográfico regional (JAPIASSU; GOES FILHO, 1974; FRANZINELLI 1990; LISBOA *et al.*, 1993; LIMA *et al.*, 1996; ROSSETTI, 2001; SOARES JÚNIOR, 2002; FRANÇA, 2003; PROST *et al.*, 2009-2011). São artigos, livros e teses que fornecem dados acerca dos componentes da paisagem, sua distribuição e organização espacial. Essas informações são incorporadas, sob a ótica bertrandiana, para subsidiar a classificação fisionômica e ecológica das unidades paisagísticas da área de estudo. Os elementos considerados para a identificação, delimitação e classificação dessas unidades são os seguintes: (a) composição e estrutura da vegetação; (b) morfometria e morfografia; e (c) formas de uso/ocupação da terra. Desse modo, as classes obedecem aos fatores relacionados à formação vegetal (estrutura, composição das espécies vegetais e forma de vida), à topografia, à divisão do relevo, às coberturas sedimentares superficiais, ao nível de inundação, bem como à interferência antrópica. Esta última, em suas diversas manifestações, influencia ou modifica os elementos paisagísticos, altera o potencial ecológico e a exploração biológica, produzindo novos conjuntos ou combinações. Pelo exposto, a classificação apresentada baseia-se nos critérios fisionômicos e ecológicos propostos por Bertrand (1971).

 ISBN: 1981-1047

Adota-se, neste trabalho, uma escala de detalhe. Isto é, são identificadas, delimitadas e mapeadas as unidades inferiores: geossistemas e geofácies. Para a definição da nomenclatura ou tipologia, a identificação dos geossistemas é iniciada pela formação vegetal associada ao potencial ecológico e/ou à exploração antrópica. Quanto às unidades correspondentes aos geofácies, utiliza-se o potencial ecológico acrescido pelos gêneros ou espécies mais representativos (BERTRAND, 1971).

Os geossistemas e geofácies da porção meridional do município de Soure são apresentadas na Figura 1 e sintetizadas.

Figura 1. Mapa de unidades de paisagem (geossistemas e geofácies) da porção meridional do município de Soure, ilha de Marajó, Pará



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Geossistema dos cordões arenosos externos (GI)

Esta unidade de paisagem se localiza na extremidade oriental da área estudada e abrange 420.000 m², ocupando cerca de 20 %. É constituída pelos cordões arenosos das praias estuarinas da Barra Velha e do Garrote, além das faixas de dunas embrionárias parcialmente revestidas por restinga herbácea. Trata-se de um geossistema diretamente influenciado pela dinâmica da baía de Marajó e da embocadura do estuário do Paracauari.

 ISBN: 1981-1047

São distinguíveis os seguintes geofácies: (a) Praias estuarinas do Garrote e da Barra Velha (GIgf1); (b) Superfícies construídas em zonas de pós-praia (GIgf2); e (c) Dunas embrionárias e berma praial com predomínio de *Paspalum vaginatum* Sw. e *Ipomoea pes capreae* (L.) R. Br (GIgf3) (Figura 2).

Figura 2. Praia estuarina do Garrote (GIgf1), geofácies pertencente ao geossistema dos cordões arenosos externos (GI). Limita-se com outras unidades de paisagem de 5.ª ordem: Dunas embrionárias e berma praial com predomínio de *Paspalum vaginatum* Sw. e *Ipomoea pes capreae* (L.) R. Br.(GIgf3) e Geofácies de planície de intermaré lamosa com predomínio de *Rhizophora mangle L.* (GIIgf10).

Fonte: Acervo das autoras (2013).

O potencial ecológico é caracterizado por dunas (fixas e móveis) e praias de areias quartzosas finas a muito finas (média granulométrica de 2,37 a 3,1) e bem a muito bem selecionadas. O gradiente topográfico em torno de 1:52, 1:95 e 1:160 favorece a ação das macromarés e ondas, que remodelam zonas de estirâncio com larguras entre 180 e 400 metros (FRANÇA, 2003). Em função das peculiaridades físicas, este geossistema é explorado pelas comunidades locais para fins comerciais, sobretudo para fins turísticos, aproveitando-se do valor cênico e recreativo como atrativos fundamentais. Disso decorre a retirada da vegetação de restinga e a construção de pequenos bares e restaurantes em setores de pós-praia. Outro uso importante é a pesca para consumo familiar e para abastecer comércio local. Para tanto, são construídos currais para captura em alguns trechos de inframaré dos cordões praiais.

Geossistema das formações pioneiras dos bosques halófitos em planícies de maré lamosas (GII)

ISBN: 1981-1047

Ocupa a maior parte da área de estudo (41 %), abrangendo cerca de 870.000 m². Limita-se espacialmente com o geossistema dos cordões arenosos externos, a leste, e com o geossistema dos baixos platôs antropizados sob uso/ocupação rural e urbana, a oeste. O potencial ecológico é marcado pelo domínio da macromaré, cuja amplitude máxima atinge 4,7 m (BRASIL, 2014). O nível e o tempo de inundação por maré, associados ao baixo gradiente topográfico (1:456), favorecem a acumulação de sedimentos finos (silte e argila) e o desenvolvimento de planícies de maré. A drenagem é realizada por canais cujos regimes são exclusivamente controlados pelo fluxo e refluxo das marés (canais de maré). Neste particular, destaca-se o canal do Uruci que, juntamente com seus tributários, constituem a rede de drenagem desta unidade de paisagem.

Não obstante as variações sazonais da pluviosidade, nesta porção da ilha de Marajó, que determinam flutuações no aporte de água doce para o sistema costeiro e, portanto, modificações de salinidade, a pedogênese hidromórfica e a água salobra dão as condições ideais para o desenvolvimento das formações pioneiras constituídas por florestas halófitas sobre as planícies de maré. Estas planícies apresentam, portanto, condições fisiográficas necessárias para a instalação da vegetação de mangue, uma vez que configuram áreas lamacentas ou pantanosas, em um modelado relativamente plano, com declives suaves.

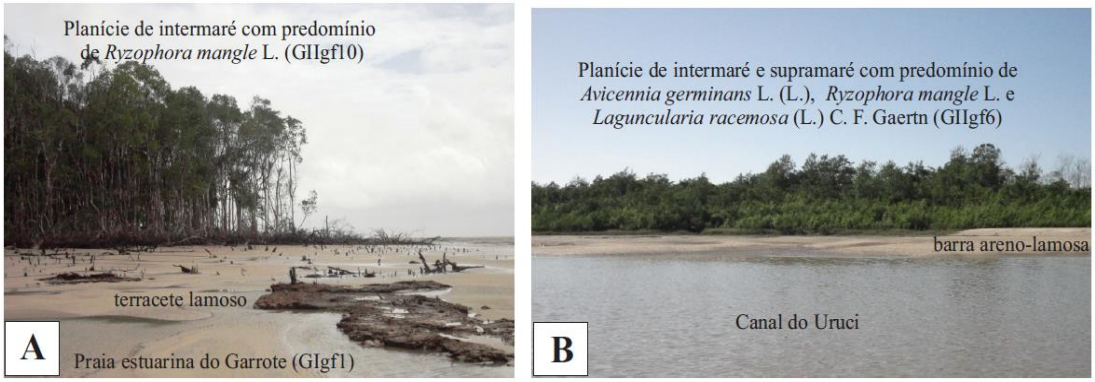
As cotas topográficas variam de 3,12 a 5,7 m. Esta variação de topografia, embora mínima, é suficiente para promover diferentes níveis de inundação, de aporte sedimentar e de salinidade, o que implica na distribuição desigual de espécies de mangue. A espécie *Rhyzophora mangle* L. distribui-se, preferencialmente, na porção oriental do geossistema, onde surgem bosques densos de árvores altas, adultas e senis, que atingem alturas de 20 a 50 m. Na extremidade leste, em contato com o geossistema dos cordões arenosos externos, dominam indivíduos adultos, com até 50 m de altura. Para o interior, na direção oeste, os indivíduos se tornam mais jovens e decrescem em altura. Por sua vez, a espécie *Avicennia germinans* (L.) domina nas margens dos canais de maré e no interior das planícies, em setores de cobertura sedimentar mais recente, mais protegidos e estáveis do ponto de vista morfodinâmico.

A zonação ou distribuição das espécies de mangue, em virtude da variação do potencial ecológico, permite a identificação dos seguintes geofácies: (a) Barras lamosas de

 ISBN: 1981-1047

canal de maré com predomínio de *Spartina* sp. e *Avicennia germinans* (L.) L. (GIIgf4); (b) Terraços lamosos com predomínio de *Rhizophora mangle* L. e *Fimbristylis cymosa* R. Br. (GIIgf5); (c) Planícies de intermaré e supramaré com predomínio de *Avicennia germinans* (L.) L., *Rhizophora mangle* L. e *Lacungularia racemosa* (L.). Gaertn (GIIgf6); (d) Planícies de intermaré com *Avicennia Germinans* (L.) L., *Rhizophora mangle* L., *Bactris majora* Jacq. (GIIgf7); (e) Planícies de intermaré e supramaré com *Eleocharis capillacea* Kunth. (GIIgf8); Planície de intermaré com bosque aberto com predomínio *Avicennia germinans* (L.) L, *Rhizophora mangle* L. e *Lacungularia racemosa* (L.). .C.F. Gaertn (GIIgf9); e (f) Planície de intermaré lamosa com predomínio de *Rhizophora mangle* L. (GIIgf10) (Figura 3).

Figura 3. As condições de instabilidade ou de estabilidade morfodinâmica influenciam nas características do potencial ecológico e da exploração biológica: (A) na extremidade leste da área de estudo, os bosques de mangue do geofácies GIIgf10, com árvores altas e senis, sofrem a ação das vagas da baía de Marajó, acarretando a destruição da franja vegetal, a formação de terracetes e a sobreposição do substrato lamoso por areias praiais, que são indicadores de erosão costeira; (B) nos setores mais protegidos, ocorre desenvolvimento vegetacional em diferentes estágios de sucessão ecológica, representando momentos distintos de colonização da planície de maré, com estratos de mangues jovens, nos setores de sedimentação mais recente, seguidos por bosques de mangue adulto em posição de retaguarda. Essa distribuição é indicativa de setores estáveis do ponto de vista morfodinâmico, ocupados pelo geofácies GIIgf6.



Fonte: **Acervo das autoras (2013).**

O uso dos elementos da paisagem é tradicionalmente extrativista. Os gêneros vegetais *Rhyzophora* sp. e *Avicennia* sp. são empregados na produção de lenha e carvão, pelo alto poder de combustão. São destinados aos fornos de produção de farinha de mandioca, às panificadoras e olarias. Além destes usos, a madeira é extraída para a construção de currais

 ISBN: 1981-1047

de pesca, de casas de taipa e recipientes para o armazenamento e transporte do caranguejo da espécie *Ucides cordatus* Linnaeus. As folhas da *Rhyzophora* sp., postas em infusão, servem para a produção de chás que auxiliam na cura de algumas doenças gastrointestinais, de acordo com a medicina popular. Cabe ressaltar, ainda, o uso industrial deste gênero arbóreo no processo de tingimento de couro de búfalo, nos curtumes marajoaras.

A ação antrópica, através das práticas extrativistas, interfere na composição e na estrutura do mangue. Nos setores mais acessíveis ou mais explorados pelas comunidades, o mangue apresenta-se com certo grau de degradação, indicado pelo reduzido diâmetro do tronco das árvores, pela distribuição espaçada de espécies arbóreas e pela maior quantidade de sedimentos arenosos que se sobrepõem às argilas e siltes, alterando a composição do substrato. O Geofácies de planície de intermaré com bosque aberto com predomínio de *Avicennia Germinans* (L.) L., *Rhizophora mangle* L. e *Lacungularia racemosa* (L.).C.F. Gaertn (GIIIgf9) reflete essas interferências.

Geossistema das formações pioneiras de restinga dos cordões arenosos internos (GIII)

Esta unidade de paisagem ocupa 216.000 m², o que corresponde a 10 % da área de estudo. É constituído por cordões arenosos com direção preferencial de NNE-SSW. Limita-se, a leste, com o Geossistema das formações pioneiras dos bosques halófitos em planícies de maré lamosas e, a oeste, com o Geofácies das Planícies de intermaré com bosque aberto com predomínio *Avicennia germinans* (L.) L, *Rhizophora mangle* L. e *Lacungularia racemosa* (L.) (GIIIgf9).

Apresenta significativa diversidade paisagística se comparada às outras unidades, tanto no que se refere à topografia, quanto à riqueza de formações e de espécies vegetais. As modificações espaciais dos fatores abióticos, principalmente a ação do vento (deflação eólica), a exposição à radiação solar e a flutuação sazonal da pluviosidade, além do conteúdo orgânico do solo e da exploração mineral (ação antrópica), respondem pela variabilidade da cobertura vegetal. Em consequência, distinguem-se, no interior deste geossistema, os seguintes geofácies: (a) Brejo herbáceo e lagoa antropogênica com predomínio de *Borreria*

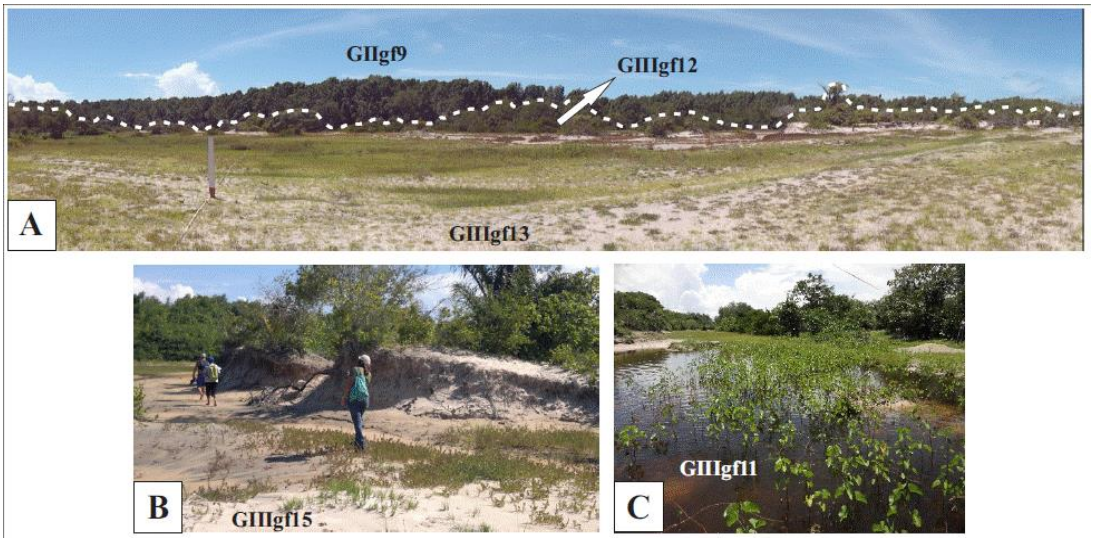
 ISBN: 1981-1047

verticillata (L.) G.Mey., *Cyperus surinamensis* Rottb. e *Ipomoea asarifolia* (Desr.) Roem. & Schult. (GIIIgf11); (b) Dunas e campos arbustivos com predomínio de *Chrysobalanus icaco* L. e *Myrcia cuprea* (Berg.) Kiaers. (GIIIgf12); (c) Superfície interdunar e campo herbáceo com predomínio de *Axonopus purpusii* (Mez) Chase e *Mesosetum loliiformis* (Hochst. Ex Steud.) Chase (GIIIgf13); (d) Duna com restinga arbórea com predomínio de *Ouratea microdonta* (Dalz.) Engl. e *Byrsonima crassifolia* (L.) Kunth. (GIIIgf14); e (e) Superfície arenosa explorada pelo desmatamento e pela mineração (GIIIgf15).

O GIIIgf11 (Geofácies de brejo herbáceo, e lagoas de origem antropogênica, com *Borreria verticillata* (L.) G.Mey., *Cyperus surinamensis* Rottb. e *Ipomoea asarifolia* (Desr.) Roem.) desenvolve-se nas depressões naturais ou nos setores desmatados e escavados pela extração de areia, onde se acumula água do lençol freático ou das chuvas. O brejo herbáceo ocupa áreas cujas cotas topográficas estão entre 6 e 3 m, com gradientes que variam de 1:21 a 1:800 (Figura 4).

ISBN: 1981-1047

Figura 4. Geofácies pertencentes ao geossistema das formações pioneiras de restinga dos cordões arenosos internos. A - Em primeiro plano na foto, o geofácies de superfície interdunar e campo herbáceo com predomínio de *Axonopus purpusii* (Mez) Chase e *Mesosetum loliiformis* (Hochst. Ex Steud.) Chase (GIIIgf13). A linha tracejada indica a zona de contato entre dois geofácies: dunas e campos arbustivos com predomínio de *Chrysobalanus icaco* L. e *Myrcia cuprea* (Berg.) Kiaers. (GIIIgf12) e Planície de intermaré com bosque aberto com predomínio *Avicennia germinans* (L.) L, *Rhizophora mangle* L. e *Lacungularia racemosa* (L.). .C.F. Gaertn. (GIIgf9); B – Superfície arenosa explorada pelo desmatamento e pela mineração (GIIIgf15); C - Brejo herbáceo e lagoa antropogênica com predomínio de *Borreria verticillata* (L.) G.Mey., *Cyperus surinamensis* Rottb e *Ipomoea asarifolia* (Desr.) Roem. & Schult. (GIIIgf11). No entorno, o geofácies de duna com restinga arbórea com predomínio de *Ouratea microdonta* (Dalz.) Engl. e *Byrsonima crassifolia* (L.) Kunt. (GIIIgf14).



Fonte: **Acervo das autoras (2013).**

As espécies vegetais que compõem o brejo herbáceo apresentam uma expressiva sazonalidade anual em termos de composição florística. Nos meses de julho a dezembro, considerado como período menos chuvoso, sobrevivem espécies resistentes à pouca umidade do solo, tais como: *Fimbristylis cymosa* R.Br., *Pycreus polystachyus* (Rottb.) P.Beauv. e *Eleocharis mutata* (L.) Roem. & Schult. No período chuvoso, que vai de janeiro a junho, além destas espécies, há acréscimo de uma composição florística mais diversa, com destaque para: *Paspalum vaginatum* L., *Ludwigia hyssopifolia* (G.Don) Exell, *Aeschynomene evenia* C.Wrigth & Suvalle e *Nymphoides indica* L. Além das espécies herbáceas, ocorrem arbustos distribuídos de forma dispersa, como *Chrysobalanus icaco* L. e *Annona glabra* L. (Amaral, *et al.,* 2008).

É comum encontrar no brejo herbáceo, propágulos de espécies como *Avicennia germinans* (L.) L., *Rhizophora mangle* L. e *Lacungularia racemosa* (L.).C.F. Gaertn. Vários fatores

 ISBN: 1981-1047

sugerem a inserção desses propágulos, dentre eles, a proximidade com o Geossistema das formações pioneiras dos bosques halófitos em planícies de maré lamosas e, também, a baixa cota topográfica. Entretanto, tais espécies não chegam a atingir o estágio adulto uma vez que o potencial ecológico não apresenta condições favoráveis para que tais espécies se desenvolvam plenamente.

O Geofácies de duna com restinga arbórea com predomínio de *Ouratea microdonta* (Dalz.) Engl. e *Byrsonima crassifolia* (L.) Kunth. (GIIIgf14**)** ocorre em setores onde as condições edáficas se caracterizam pelo maior conteúdo de matéria orgânica e, também, onde a topografia é mais elevada (cotas entre 8 e 4 m) com gradiente entre 1:45 e 1:180. Nessas áreas, a restinga é mais densa devido ao porte das árvores e à proximidade das copas.

O Geofácies de dunas e campos arbustivos com *Chrysobalanus icaco* L. e *Myrcia cuprea* (Berg.) Kiaers. (GIIIgf12) constitui-se de dunas baixas e de formato irregular, compostas por areia quartzosa muito fina. Podem haver depressões interdunares, que promovem a formação de pequenas lagoas durante o período chuvoso ou que permanecem como áreas úmidas devido à influência do lençol freático. São vegetadas por restinga arbustiva e arbórea, onde predominam *Chrysobalanus icaco* L., *Anacardium occidentale* L., *Myrcia cuprea* (Berg.) Kiaers., *Byrsonima crassifolia* (L.) Kunth e *Eugenia lambertiana* DC. É comum a presença de moitas compostas por arbustos e árvores, de variada dimensão espacial, intercaladas por trechos com vegetação herbácea. Nessas moitas, destacam-se as espécies: *Humiria balsamifera St.* Hill., *Myrcia cuprea* (Berg.) Kiaers. e *Astrocaryum vulgare* Mart. Esta última é largamente utilizada pelas comunidades locais para a extração de óleo de larva de tucumã, utilizada na medicina popular e na alimentação. Outras espécies, como *Anacardium occidentale* L. e *Byrsonima crassifolia* (L.) Kunth, fornecem frutos extraídos para alimentação ou são cultivadas em quintais e pomares.

Geossistema de planície de maré antropizada sob uso/ocupação rural (GIV)

Localiza-se na porção setentrional da área de estudo, ocupa uma área de 272.000 m², o que corresponde a 12 %. Esta unidade de paisagem é formada pelas zonas criatórias desenvolvidas no interior das planícies de maré revestidas por mangue. Nessas áreas, a vegetação original foi substituída por herbáceas cultivadas para alimentação do gado bovino, bubalino e equino. Compreende o geofácies GIVgf16 - Superfície cultivada por pastagem

 ISBN: 1981-1047

com *Cyperus luzulac* (L.) Retz., *Rugoloa pilosa* (SW.) Zuloaga, *Paspalum virgatum* L., *Cynodon dactylon* (L.) Pers. A proximidade com a zona urbana de Soure favorece o acesso através da estrutura viária e da atividade turística.

Geossistema dos baixos platôs antropizados sob uso/ocupação rural e urbana (GV)

Esta unidade perfaz um total de 360.000 m², o que corresponde a 17 % da área de estudo. O potencial ecológico é constituído pelos baixos platôs esculpidos em sedimentos terciários e quaternários do Grupo Barreiras/Pós Barreiras (FRANÇA, 2003). A borda dos platôs é erosiva e origina escarpas (falésias inativas) com cerca de 1 m de altura.

A floresta de terra-firme e o cerrado, que outrora recobriam os baixos platôs, atualmente se encontram fortemente alterados ou substituídos em sua quase totalidade, em decorrência do uso rural e urbano. A cobertura vegetal atual é constituída por fragmentos de capoeira, resultantes da remoção e substituição da vegetação nativa. Nestas capoeiras, é comum a ocorrência de algumas espécies como, por exemplo, *Tapirira guiamensis* Aubl., *Maximiliana maripa* (Aubl.) Drude, *Cassipourea guianensis* Aubl., *Myrcia fallax* (Rich.) DC., *Ocotea guianensis* Aubl., *Scleria bracteata* Cav. e *Memora schomburgkiana, Platonia insignus* Mart

Os solos são do tipo latossolo amarelo, derivado do processo de pedogenização de sedimentos areno-argilosos da Formação Barreiras-Pós-Barreiras, sob condições tropicais. São laterizados e lixiviados, o que lhes atribui um caráter distrófico (IBGE, 1990), desfavorecendo a atividade agrícola.

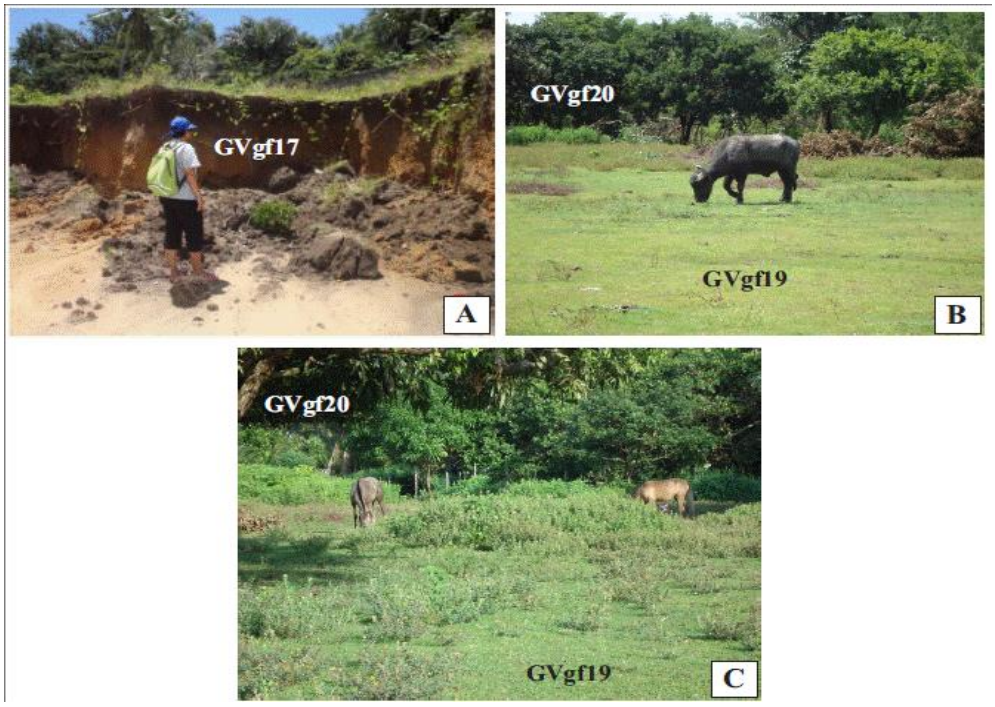
A atividade extrativista, que inclui madeira, frutos, mel, gêneros fitoterápicos, dentre outros, é uma prática comum às comunidades tradicionais que fazem uso dos recursos paisagísticos desta unidade. A pecuária extensiva, sobretudo de gado bovino e equino, e a expansão da malha urbana de Soure, são facilitadas pelas características morfométrias dos baixos platôs, entretanto, são usos que respondem pela maior parte das alterações da exploração biológica da paisagem.

O geossistema, portanto, subdivide-se nos seguintes geofácies: (a) Falésias, plataforma de abrasão e bancos de cascalho (GVgf17); (b) Superfície cultivada com *Coccus nucifera* L. (GVgf18); (c) Superfície cultivada por pastagem com *Cyperus surinamensis* Rottb., *Solanum subinerme* Jacq., *Platonia insignis* Mart. e *Mangifera indica* L. (GVgf19); (d) Superfície

 ISBN: 1981-1047

revestida por mata secundária com predomínio de *Platonia insignis* Mart, *Cecropia obtusa* Trec., imbaúba, *Maximiliana maripa* (C. Serra) Drude (GVgf20); (e) Superfície construídas para uso residencial e/ou comercial (GVgf21); (f) Áreas verdes urbanas (quintais, canteiros, quadras e praças arborizadas) (GVgf22); e (g) Superfícies pavimentadas para circulação urbana (ruas com e sem pavimentação asfáltica) (GVgf23) (Figura 5).

Figura 5. Geofácies do geossistema dos baixos platôs antropizados sob uso/ocupação rural e urbana: A - Falésias, plataforma de abrasão e bancos de cascalho (GVgf17); B e C - Superfície cultivada por pastagem com *Cyperus surinamensis* Rottb., *Solanum subinerme* Jacq., *Platonia insignis* Mart. e *Mangifera indica* L. (GVgf19) e superfície revestida por mata secundária com predomínio de *Platonia insignis* Mart, *Cecropia obtusa* Trec., imbaúba, *Maximiliana maripa* (C. Serra) Drude (GVgf20).



Fonte: Acervo das autoras (2013).

O conceito de paisagem adotado neste trabalho, bem como a escala taxonômica e a tipologia utilizadas na classificação, correspondem a um modelo teórico-metodológico, que permite compreender e representar o mosaico paisagístico da área de estudo. Com efeito, destaca a diversidade de unidades, como reflexo da complexidade sistêmica, na qual estão relacionados o potencial ecológico, a exploração biótica e a ação antrópica.

 ISBN: 1981-1047

As características estruturais e dinâmicas do quadro natural são abordadas enquanto potencial ecológico dos geossistemas. São inferidas a partir dos seguintes fatores: amplitude das marés, formas de relevo, cotas e gradientes topográficos, condições de drenagem e coberturas sedimentares superficiais. A exploração biológica é analisada através da fisionomia da vegetação. Considerada como um dos elementos constituintes, a vegetação não expressa somente uma cobertura do solo. Mais que isso, é tratada como um meio vivo, conectado e colocado ao nível de múltiplas interações com o meio físico e antrópico. Portanto, é um elemento aglutinador, "síntese do meio", que desempenha papel fundamental na identificação e delimitação dos geossistemas.

Segundo Passos (2003), o tapete vegetal é o refletor visível à escala humana e representa um dos elementos prepoderantes para a definição paisagística. A análise da fisionomia e da composição florística possibilita interpretar a estrutura e a dinâmica do espaço geográfico. Neste aspecto, a vegetação é um sensor das características topográficas/morfológicas, hidrológicas, pedológicas, geológicas, etc., e funciona como indicador das modificações nos geossistemas, provocadas por fatores naturais ou pelo uso/ocupação humana. É o componente revelador das paisagens.

Por fim, a ação antrópica, é revelada pelas atividades urbanas, ligadas ao papel polarizador da cidade de Soure, no que se refere ao comércio e à oferta de serviços, pela pecuária bubalina, bovina e equina e pelos diferentes tipos de extrativismo realizado nas capoeiras, mangues, restingas, campos e estuários marajoaras.

Esses componentes, no interior de cada unidade espacial, relacionam-se de modo particular, resultando em conjuntos específicos (unidades de paisagem), classificados e mapeados como geossistemas e geofácies (divisão hierárquica), em decorrência da escala geográfica de análise e de representação cartográfica.

CONCLUSÃO

A paisagem costeira da porção meridional do município de Soure, Ilha de Marajó-PA, revela um mosaico cuja multiplicidade e contraste resulta de fatores físicos, biológicos e antropogênicos, que atuam de modo combinado-integrado em diferentes escalas temporais e espaciais, e acabam por qualificar a paisagem deste compartimento da zona costeira paraense.

 ISBN: 1981-1047

A paisagem é concebida como totalidade e unidade, de caráter dimensional, podendo ser hierarquizada em ordens de grandeza espacial, a por exemplo dos geossistemas e geofácies. Enquanto conjunto sistêmico, seus elementos componentes definem certa configuração, em relação ao qual a ação antrópica estabelece formas distintas de uso e ocupação.

A definição das unidades baseia-se na taxonomia (escalas têmporo-espaciais de 4.ª e 5.ª grandezas) e na tipologia fisionômica e ecológica, propostas por Bertrand (1971) para os estudos da paisagem, no âmbito da Geografia Física. A divisão taxonômica adotada permite o nível de detalhamento apropriado à escala de trabalho, possibilitando a adequada representação cartográfica do mosaico de geossistemas e geofácies. Essas unidades expressam uma síntese, pautada numa perspectiva sistêmica e geográfica da realidade, e ao mesmo tempo, resultam de uma análise da combinação-interrelação dos fatores elencados como estruturadores da paisagem (físicos, biológicos e antrópicos).

Com efeito, a área de estudo está suscetível à dinâmica do estuário do Paracauari, do canal do Araruna e da baía de Marajó, determinada pelas macromarés, ondas e chuvas. Em função do gradiente topográfico costeiro, desenvolve-se extensa área inundável, que cobre 70 % da área de estudo, onde a variação da cobertura vegetal e do uso da terra definem unidades paisagísticas, cada qual apresentando diferentes condições de relevo, de estrutura vegetacional e composição florística.

As unidades de paisagem identificadas, delimitadas, classificadas e mapeadas compõem um mosaico de cinco geossistemas (GI, GII, GIII, GIV e GV), subdivididos em vinte e três geofácies (GIgf1, GIgf2, GIgf3, GIIgf4, GIIgf5, GIIgf6, GIIgf7, GIIgf8, GIIIgf9, GIIgf10, GIIIgf11, GIIIgf12, GIIIgf13, GIIIgf14, GIIIgf15, GIVgf16, GVgf17, GVgf18, GVgf19, GVgf20, GVgf21, GVgf22 e GVgf23). Cada unidade possui características peculiares, decorrentes dos seguintes elementos: (a) estrutura, composição das espécies vegetais e forma de vida; (b) morfometria e morfografia; (c) tipos de coberturas superficiais; (d) nível e magnitude das inundações; e (e) formas de uso/ocupação da terra.

Adota-se, neste trabalho, uma escala de detalhe, mapeando-se as unidades inferiores: geossistemas e geofácies. Para a definição da tipologia, a nomenclatura dos geossistemas é iniciada pela formação vegetal associada ao potencial ecológico e/ou à exploração antrópica. Quanto às unidades correspondentes aos geofácies, utiliza-se o

 ISBN: 1981-1047

potencial ecológico acrescido pelos gêneros ou espécies mais representativos (BERTRAND, 1971).

A análise integrada dos fatores do meio físico, biológico e antrópico, da porção meridional do município de Soure-PA, contribui para uma melhor compreensão da estrutura da paisagem costeira, mostrando-se como um instrumento metodológico coerente. Os resultados podem subsidiar políticas de gestão dos recursos naturais e de conservação dos recursos da flora e da fauna, considerando a localização deste setor na Reserva Extrativista Marinha de Soure, com populações tradicionais que praticam o extrativismo, e a presença de outras atividades econômicas associadas à pecuária bubalina, bovina e equina. As informações geográficas geradas devem servir de base para o gerenciamento desse amplo universo de atividades.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA pelo aperfeiçoamento teórico-metodológico e técnico, necessário ao desenvolvimento desta pesquisa; ao professor Ernani Chaves pelo apoio logístico durante os levantamentos de campo no município de Soure; e ao técnico Luís Carlos Lobato, taxonomista em botânica do Museu Paraense Emílio Goeldi, pela coleta e identificação dos gêneros e espécies vegetais.

REFERÊNCIAS

AMARAL, D. D.; PROST, M. T.; BASTOS, M. N. C.; NETO, S. V. C.; SANTOS, J. U. M. Restinga do litoral amazônico, Estado do Pará, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, , v. 3, n. 1, p. 35-67, 2008 (Série Ciências Naturais).

BERTRAND, G. Paisagem e Geografia Física Global. Esboço metodológico. **Caderno de Ciências da Terra**, n. 13, p. 1-27, 1971.

BRASIL. Ministério da Defesa. Marinha do Brasil. **Tábua das Marés**. Disponível em: http://www.mar.mil.br, acesso em: 12/04/2014.

CORREA, R. L. ; ROSENDAHL, Z. **Paisagem, tempo e cultura**, Rio de Janeiro: UERJ, 1998. 124 p.

CHRISTOFOLETTI, A. **Modelagem de sistemas ambientais**. São Paulo: Edgard Blücher, 2002, 236p.

DIAS, J. **A construção da paisagem na Raia Divisória São Paulo–Mato Grosso do Sul–Paraná**: um estudo por teledetecção. 2003. 266 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

ERHART, H. Biostasia e resistasia: esboço de uma teoria que considera a pedogênese como um fenômeno geológico. **Notícia Geomorfológica**, n. 9-10, p. 23-25, 1962.

ERHART, H. A Teoria Bio-resistásica e os problemas biogeográficos e paleobiológicos. **Notícia Geomorfológica**, n. 11, p. 51-58, 1966.

FRANÇA, C. F**. Morfologia e mudanças costeiras da margem leste da Ilha de Marajó-PA**. 2003. 144 f. Tese (Doutorado em Geologia) - Centro de Geociências, Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

FRANZINELLI, E. Evolution of the geomorphology of the coastal of the state of Pará, Brazil. In: SYMPOSIUM PICG 274, 1990, Cayene. **Anais**. Cayene: ORSTOM, 1990. P. 203-230.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Geografia do Brasil**. Região Norte. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Diretoria de Geociências, 1991. 307 p. (Volume 3).

JAPIASSU, A. M. S. & GOES FILHO, L. 1974. As regiões fitoecológicas, sua natureza e seus recursos econômicos. Estudo fitogeográfico da Folha SA.22 Belém. In: BRASIL. DNPM. **Folha SA-22 Belém**: geologia, geomorfologia, solos, vegetação, uso potencial da terra. Rio de Janeiro, Projeto Radam. p. IV/1-IV/93. (Levantamento de Recursos Naturais, 5).

LIMA, M. I. C.; COELHO, F. A. J. F.; SILVA; G. H.; BEZERRA, P. E. L.; NETO, M. F.; MIRANDA, C. A.; FERREIRA, J. D. A. Interpretação morfoestrutural da região leste da Ilha de Marajó (PA). In: SIMPÓSIO DE GEOLOGIA DA AMAZÔNIA, 5., 1996, Belém. **Boletim de Resumos Expandidos**. Belém: SBG, 1996. P. 327-330.

LISBOA, P. L. B.; LISBOA, R. C. L.; ROSA, N. A.; SANTOS, M. R. Padrões de diversidade florística na Reserva Ecológica do Bacurizal, em Salvaterra, Ilha do Marajó, Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 9, n. 2, p. 223-248, 1993. (Botânica).

PASSOS, M. M. **Biogeografia e paisagem**. 2. ed. Presidente Prudente: Edição do Autor, 2003, 264 p.

PROST, M. T. R. C.; FRANÇA, C. F.; PIMENTEL, M. A. S.; MENDES, A. C. Relevo e paisagem: aplicações na costa amazônica norte-brasileira. **Aurora Geography Journal**, n. 3, p. 75-92, 2009-2011.

 ISBN: 1981-1047

ROSSETTI, D. F. Late Cenozoic sedimentary evolution in northeastern Pará, Brazil, within the context of sea level changes. **Journal of South American Earth Sciences**, n. 14, p. 77-89, 2001.

ROUGERIE, G.; BEROUTCHACHVILI, N. **Géosystèmes et paysages**. Bilan et méthodes. Paris: Armand Colin Éditeur, 1991. 301 p.

SOARES JÚNIOR, A. V. **Paleogeografia e evolução da paisagem do nordeste do Estado do Pará e noroeste do Estado do Maranhão (Cretáceo ao Holoceno)**. 2002. 126 f. Dissertação (Mestrado em Geologia) – Centro de Geociências, Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

SOCHAVA, V. B. O estudo de geossistemas**. Métodos em Questão**, n. 16, p. 03-51, 1977.

SUERTEGARAY, D. M. A.; Geografia Física? Geografia ambiental? Ou Geografia do ambiente? In: MENDONÇA, F.; KOSEL, S. **Elementos da epistemologia da Geografia Contemporânea.** Curitiba: UFPR, 2002. 270 p.

 ISBN: 1981-1047

VARIABILIDADE HORÁRIA E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA NEBULOSIDADE EM ITAPECERICA DA SERRA/SP

GT - Geografia, Ambiente e Ecologia

Jéssica Ribeiro do Carmo Santos

jessica.ribeiro@unesp.br

Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista

Antonio Jaschke Machado

jaschke.machado@unesp.br

Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista

Resumo

O estudo da variação temporal dos elementos climáticos tem datação antiga no estudo da climatologia e, ainda hoje nota-se um crescente interesse acerca de estudos dentro desta temática, uma vez que o clima está fortemente ligado a relação sociedade e natureza e, sobretudo, com os reflexos das atividades humanas sobre o meio ambiente. Este estudo tem como objetivo analisar a distribuição horária e espacial da nebulosidade em três pontos com características distintas. O local selecionado é o município de Itapecerica da Serra/SP que se encontra na sub-região sudoeste de uma das maiores manchas urbanas do planeta e a mais importante rede de cidades do Brasil. Este estudo é, sobretudo, de caráter observacional, é composto por registros fotográficos do céu e análise da escalada de nebulosidade. Os resultados preliminares indicam uma frequência maior de nuvens baixas, sobretudo, *cumulus* e *stratus* em ambos os pontos selecionados para coleta. E na escala de nebulosidade, o período das 17 horas, em todos os dias e pontos, esteve em 10 partes do céu coberto por nuvens.

Palavras-chave: Nebulosidade; Escala de nebulosidade; Nuvens baixas; Itapecerica da Serra.

 ISBN: 1981-1047

Introdução

A nebulosidade é um elemento primário do clima e possui relevância significativa para diversas áreas da sociedade, o entendimento da dinâmica sazonal da nebulosidade pode representar considerável importância para a agricultura, para a arquitetura e construção civil, por exemplo. Possui grande importância na análise do feedback climático, além de ser um elemento capaz de se relacionar com outros diferentes elementos do clima.

Objetiva-se com este estudo realizar uma análise da variação horária e distribuição espacial da nebulosidade, neste primeiro momento em um período dentro da estação úmida, em três pontos com características distintas do município de Itapecerica da Serra na cidade de São Paulo. Outro importante objetivo é a observação da escala de nebulosidade a partir de décimos de parte do céu encoberto.

Itapecerica da Serra/SP está situada na Sub-Região Sudoeste da Macrometrópole Paulista (SRSOMP) com coordenadas geográficas 23°43'25"S e 46°50'15"O está em torno de 920m acima do nível do mar. A área total do município é de 150,741km² em 2019, população estimada em 177,662 habitantes em 2020 e densidade demográfica de 1.011,57 hab/km² segundo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O município está a aproximadamente 33km da capital Paulista. A Região Metropolitana de São Paulo é formada por 39 municípios divididos em cinco sub-regiões: Norte, Leste, Oeste, Sudeste e Sudoeste. A SRSOMP é composta pelos seguintes municípios: Cotia, Embu, Embu-Guaçu, Itapecerica da Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista.

Desenvolvimento

A atmosfera terrestre é uma camada considerada fina de gases e material particulado que envolve o planeta Terra. Os seus principais constituintes são os gases: nitrogênio, com 78% de volume e oxigênio com 21%. Além dos seus constituintes naturais, estão presentes os gases inertes: argônio, criptônio, hélio, neônio e xenônio. Segundo PEREIRA et al. (2002, p.41) "esses sete gases formam a matriz atmosférica". Assim como também o vapor d'água

ISBN: 1981-1047

que possui variação de 1% a 5% do conteúdo total da atmosfera.

> Alguns constituintes da atmosfera desempenham papel peculiar, merecendo considerações adicionais. O vapor d'água é um exemplo, não somente por ser matéria-prima na formação de nuvens, mas também como veículo para o transporte de calor na atmosfera, conduzindo-o sob forma latente e liberando-o como calor sensível. Tanto vertical quanto horizontalmente, esse transporte é de importância capital no tempo meteorológico. (VIANELLO; ALVES, 2004 p.27).

Halley estabelece, no século XVII, uma associação muito clara entre a nebulosidade e o tempo atmosférico predominante, procurando dessa maneira compreender o tempo a partir dos processos de formação das nuvens, sempre conferindo grande importância aos fenômenos relacionados à chuva e às causas responsáveis pela variabilidade da umidade, tanto em locais distintos, quanto para estações (PRADELLA, 2014).

A estrutura vertical da atmosfera possui inúmeros aspectos quanto a sua composição, temperatura, umidade, pressão, movimentos e outros. Geralmente a divisão da atmosfera acontece em camadas que possuem características próprias, embora não sejam homogêneas. As camadas interagem entre si, trocando propriedades, visto que não existem limites físicos que as tornem separadas. (VIANELLO; ALVES, 2004).

As camadas que constituem a atmosfera são: exosfera, termosfera, mesosfera, estratosfera e troposfera. É na troposfera que acontecem os fenômenos meteorológicos e por isso é considerada a camada atmosférica mais importante para este estudo. (IAG, 2021).

É entendido como nebulosidade a cobertura de nuvens de uma determinada localização. Custódio (2007, p.1) aponta que a nebulosidade "atua como uma barreira para radiação solar que chega na atmosfera e ainda para perda da radiação terrestre ao espaço, influindo, portanto, no balanço de radiação da superfície". Ou seja, como apresenta Assireu et al. (2011, p. 1501-1) "as nuvens tem forte influência para o balanço de energia da Terra e para o clima, e, portanto, desempenham função reguladora da temperatura média do planeta".

 ISBN: 1981-1047

> A característica visual principal da Terra, quando observada do espaço, é sua cobertura de nuvens. As nuvens são volumes com alta concentração de gotículas de água e/ou cristais de gelo em suspensão na atmosfera, podendo ocorrer em qualquer região do planeta entra superfície e a tropopausa (ECHER et al., 2006, p.343).

Segundo a Organização Meteorológica Mundial (1961, p.3) "a nuvem é um conjunto visível de partículas minúsculas de água líquida ou de gelo, ou ambas ao mesmo tempo em suspensão na atmosfera". Custódio (2007, p.4) aponta que as gotículas de água líquida possuem diâmetro que varia de 10 a 100 micrômetros e os cristais de gelo são um pouco maiores, "mas ambos são pequenos o bastante para permanecerem suspensos da atmosfera" e a proporção de água no estado líquido ou sólido irá depender do tipo de nuvem presente.

As nuvens se formam a partir da evaporação e condensação da água na superfície de aerossóis atmosféricos chamados núcleos de condensação.

> Na formação das nuvens, a condensação do vapor d'água em gotículas exige a presença de vapor d'água na atmosfera e de núcleos de condensação em quantidade suficiente. Núcleos de condensação são partículas em torno das quais o vapor d'água se condensa. [...] O processo de condensação ocorre quando o ar se resfria pela ascensão adiabática (ECHER et al. 2006, p. 343).

A Organização Meteorológica Mundial (1961, p.4) diz que "as nuvens estão em perpétua evolução e apresentam-se, por conseguinte, sob uma variedade infinita de formas". No entanto nota-se que é possível indicar um número restrito de formas de nuvens que são observadas com maior frequência em todo o globo, contabilizando 10 formas características, que são: *cirrus, cirroscumulus*, *cirrostratus, altocumulus*, *altostratus, stratus, cumulus*, *stratocumulus*, *cumulonimbus* e *nimbostratus.*

A classificação das nuvens pode ser definida como altas, médias e baixas e segundo Custódio (2007, p.10) acontecem "em estágios de acordo a altura de suas bases em relação ao solo". As nuvens altas possuem sua base acima de 6km de altura e correspondem a nuvens

 ISBN: 1981-1047

como *cirrus, cirroscumulus* e *cirrostratus*. As nuvens médias estão com suas bases de 2 a 7 km de altura e correspondem a nuvens como *altocumulus* e *altostratus*. Já as nuvens baixas estão associadas a bases de até 2km de altura correspondem a nuvens como *stratus, cumulus*, *stratocumulus*, *cumulonimbus* e *nimbostratus* (MENDONÇA; DANNI-OLIVEIRA, 2007).

O trabalho de observação do céu pode ser feito, basicamente, a partir de dois modos: o da superfície terrestre com a inspeção visual feita por um observador e a com o uso de satélites (ECHER et al. 2006). Neste estudo, será utilizada a primeira forma mencionada, a observação visual do céu realizada em superfície através de um observador.

O registro da observação visual da nebulosidade possui ampla aceitação e é habitualmente utilizado no meio científico, mas também é considerado um método subjetivo, uma vez que mesmo havendo um método padrão estabelecido pela Organização Meteorológica Mundial (OMM), esse registro dependerá do observador (ASSIREU et al. 2011).

Durante o registro visual do céu o observador que irá realizar a coleta deve identificar um ponto que lhe ofereça um campo de visão amplo com o mínimo de obstruções possíveis. A quantidade de nuvens é expressa por uma fração proporcional à área encoberta, que pode ser em oitavos ou décimos. Neste estudo será utilizado a fração em décimos (ECHER et al. 2006).

A cobertura das nuvens pode ser registrada a partir de uma escala de nebulosidade que pode variar de 0 a 10 partes. Em situações de céu totalmente encoberto atribui-se o valor 10, com o céu parcialmente encoberto atribui-se 5, até chegar ao valor 0 em que não há vestígios de nuvens no céu. (SANT'ANNA NETO; TOMMASELLI, 2009).

O processo de formação das nuvens pode ser dividido por: orográfico, convectivo e frontal. As nuvens originadas por orografia resultam do levantamento do ar pela presença de um elemento topográfico, como montanhas e morros, e formam as nuvens que ficam junto às encostas (CUSTÓDIO, 2007). A origem das nuvens convectivas, como apresenta Custódio (2007, p.5), acontece quando "o movimento ascendente da massa de ar é desencadeado pelo balanço de radiação". E por último a formação de nuvem através do

 ISBN: 1981-1047

processo frontal acontece através dos sistemas frontais, causado "pela diferença de densidade de massas de ar em deslocamento".

O contexto do Sistema Clima Urbano (S.C.U.) elaborado por Monteiro que se constitui por um sistema aberto conta com três canais de percepção. Os canais são, o termodinâmico, referente ao conforto térmico, o Físico-Químico, referente a qualidade do ar e o Hidrometeórico referente ao impacto meteórico (MONTEIRO e MENDONÇA, 2011). A nebulosidade se encontra no canal Hidrometeórico, mas não somente nele, relaciona-se também com o térmico dinâmico por poder ter relações diretas com o conforto térmico.

Segundo Bertrand (2004, p. 141):

> A paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É, em uma determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução.

Neste estudo o elemento geográfico que se destaca na paisagem é a nuvem. A nebulosidade, enquanto um elemento físico, interage com outros elementos, em especial o antrópico, de forma dinâmica. Segundo Landsberg (2006), conforme uma determinada cidade cresce, há uma tendência de aumento também da nebulosidade.

As formas das nuvens dizem respeito a algum fenômeno, ou seja, a forma está associada a uma dinâmica atmosférica, convectiva ou estratiforme, por exemplo. Enquanto que seu conteúdo diz respeito aos aerossóis e vapor d'água que são os ingredientes que dão origem às gotas, cristais e pedras de gelo.

Landsberg (2006) apresenta que a partir de certas condições meteorológicas, a poluição dos grandes centros urbanos junto do vapor adicionado, pode acarretar a condensação sem ao menos ter chegado ao ponto de saturação, como também ocasionar o aumento da convecção e da turbulência sobre as cidades que causará formação de nuvens.

 ISBN: 1981-1047

Registro fotográfico do céu e escala de nebulosidade

O registro fotográfico do céu é um importante elemento para este estudo. As fotos foram capturadas a partir de um *smartphone* nos locais e horários selecionados. Os tipos de nuvens foram identificados a partir do livro "Atlas internacional das nuvens" da Organização Meteorológica Mundial (OMM) e da figura 1 com o sistema de classificação das nuvens obtida através do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG – USP).

Figura 1. Classificação das nuvens

Fonte: Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG – USP).

A escala de nebulosidade utilizada neste estudo é a que divide o céu em 10 partes e que identifica quantas dessas partes estão cobertas por nuvens. No momento do registro o observador deve optar por um ponto em que tenha maior alcance no campo de visão do céu e com menos obstruções possíveis. Esta escala foi registrada no momento da captura fotográfica nos locais e horários selecionados.

A série temporal estudada compreende o período de 9 a 13 de novembro do ano de 2020. A distribuição espacial das coletas aconteceu em 3 pontos da cidade com

 ISBN: 1981-1047

características distintas. Os horários das coletas foram: 9h00, 13h00 e 17h00, com diferença em torno de 15 minutos entre pontos e para análise da distribuição da nebulosidade do período foi elaborado um modelo de maior frequência de nuvens para cada horário de coleta.

Características pontos de coleta

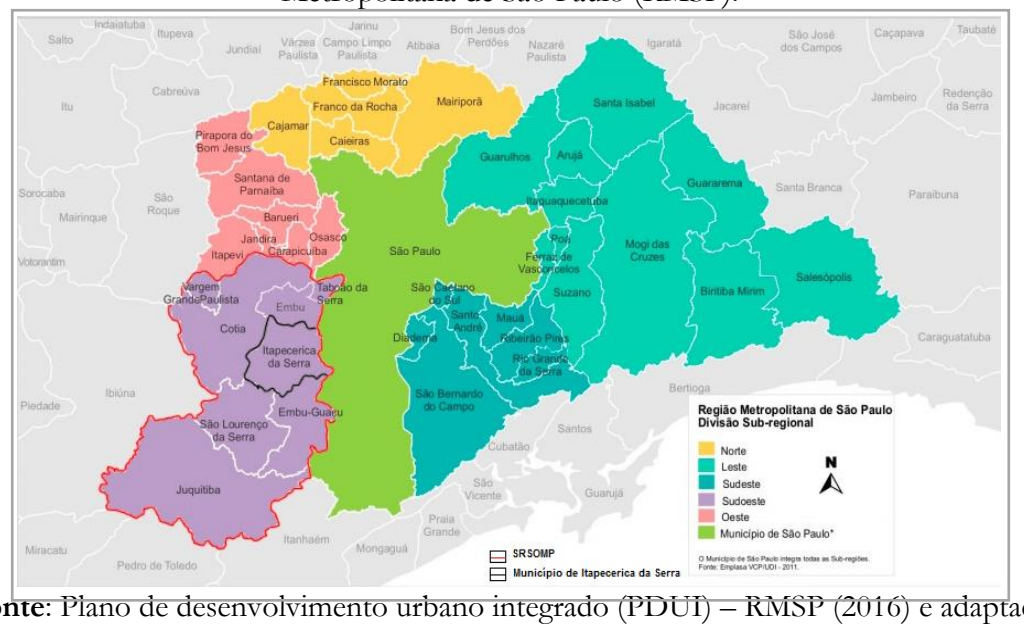
O município de Itapecerica da Serra (figura 2) possui características marcantes no relevo como aponta Carnicelli (2007, p.122) "seu relevo bastante acidentado é característico da formação da Serra de Paranapiacaba do reverso da Serra do Mar. Seus vales são banhados por inundações de pequenos rios como por exemplo o Rio Embu Mirim".

Ainda hoje é possível encontrar importantes reservas de mata atlântica em vertentes acentuadas em meio a áreas urbanizadas. Os solos são bem desenvolvidos, junto a características úmida do local auxiliam no desenvolvimento de uma vegetação densa formada por mata atlântica com espécies vegetais típicas de altitudes maiores, como as araucárias (VENTURI, 2001).

Segundo o IBGE, a classificação climática para Itapecerica da Serra é Tropical Brasil Central, Sub quente (média de 15° e 18° em pelo menos um mês), superúmido sem seca/subseca.

ISBN: 1981-1047

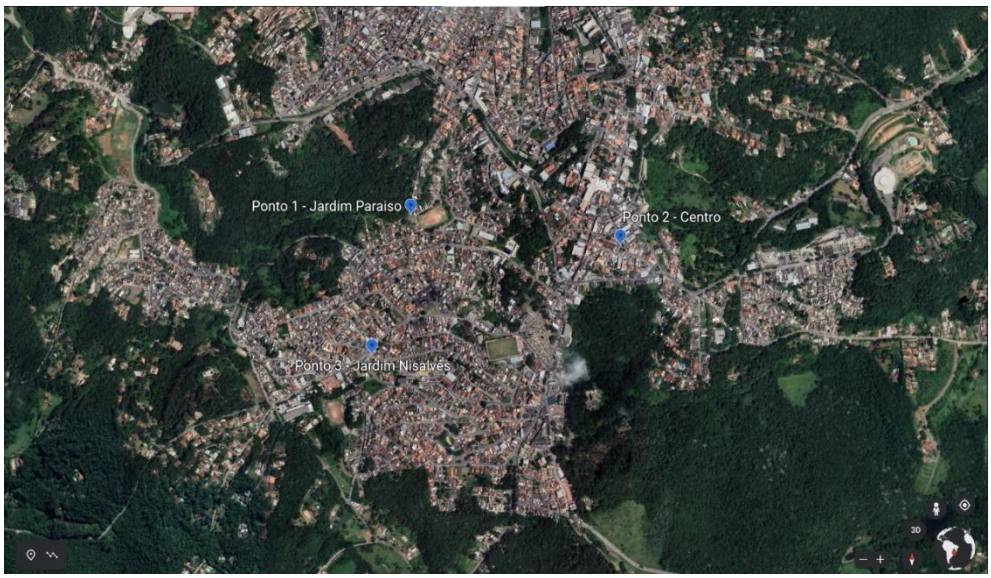
Figura 2. Localização do município de Itapecerica da Serra e da SRSOMP na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).



Fonte: Plano de desenvolvimento urbano integrado (PDUI) – RMSP (2016) e adaptado pela autora.

Foram selecionados três pontos para coleta dos dados da nebulosidade (figura 3).

Figura 3. Localização dos pontos de coleta



Fonte: Google Earth.

ISBN: 1981-1047

O ponto 1 (figura 4) situa-se no bairro Jardim Paraíso em um fundo de vale próximo a um córrego e também do centro da cidade. Suas coordenadas geográficas são, 23°42'59"S e 46°51'25"O, com altitude entorno de 812 metros (Coordenadas geográficas e altitude coletadas do GPS *Amazfit Pace*). O entorno deste ponto é composto em parte por uma densa vegetação e também por edificações com uso para habitações.

O ponto 2 (figura 5) está situado no Centro do município em um topo de colina, é um dos pontos mais altos da cidade. Suas coordenadas geográficas são, 23°43'3"S e 46°50'57"O, com altitude em torno de 910 metros (Coordenadas geográficas e altitude coletadas do GPS *Amazfit Pace*). O entorno próximo ao ponto é composto, sobretudo, por edificações com uso do comércio, mas também se percebe de forma esporádica alguns pontos verdes.

O ponto 3 (figura 6) está localizado no Jardim Nisalves, bairro próximo ao centro da cidade e encontra-se em um fundo de vale. Suas coordenadas geográficas são, 23°43'15"S e 46°51'29"O, a altitude do local está em torno de 820 metros (Coordenadas geográficas e altitude coletadas de GPS *Amazfit Pace*). O seu entorno é constituído, sobretudo, por edificações com uso para habitação e comércio.

ISBN: 1981-1047

Figura 4. Registo fotográfico do entorno do ponto 1.

Fonte: Registro pessoal da autora, dia 17 de dezembro de 2020.

Figura 5. Registo fotográfico do entorno do ponto 2.

Fonte: Registro pessoal da autora, dia 17 de dezembro de 2020.

ISBN: 1981-1047

Figura 6. Registo fotográfico do entorno do ponto 3.

Fonte: Registro pessoal da autora, dia 17 de dezembro de 2020.

Variabilidade da nebulosidade

A análise da variação temporal de elementos meteorológicos tem datação antiga nos estudos de climatologia. Segundo Wollmann e Sartori (2010, p.33) a avaliação dessa variação "permitiu, durante muitos anos, conhecerem empiricamente as condições da variabilidade das condições atmosféricas, geralmente, ao longo de um ano sobre determinada região, a fim de se determinar um padrão sazonal".

O conhecimento sobre os dados de cobertura das nuvens tem importância significativa para o estudo do clima, pois como coloca Echer et al. (2006, p.342) "Dentre os componentes da atmosfera, a coberta das nuvens é o principal agente nos processos de absorção e espalhamento da luz solar que incide sobre a Terra, seguido pelos gases e pelos aerossóis". Além de ter considerável importância "na compreensão de várias questões ainda em aberto em diversas áreas das ciências atmosféricas e meio ambiente".

 ISBN: 1981-1047

A cobertura de nuvens é responsável pela quantidade de radiação solar que consegue atingir a superfície. E este efeito faz com que durante o dia a temperatura do chão aumente mais lentamente, enquanto à noite diminua mais lentamente. Em outras palavras, a nebulosidade reduz as taxas de variação da temperatura na superfície. Já em relação ao céu, a presença de nuvens eleva a temperatura da coluna atmosférica acima da superfície, inibindo a perda radiativa da superfície para o espaço, em termos da radiação infravermelha.

A radiação emitida pelo sol pode ser refletida por diferentes corpos de acordo com as suas propriedades físicas. O albedo é uma propriedade que diz respeito a porcentagem que um corpo reflete da radiação que incidiu sobre ele. As nuvens *cumuliformes* apresentam albedo de 0,7 a 0,9, ou seja, esse tipo de nuvem reflete de 70% a 90% da radiação que incide sobre ela (MENDONÇA; DANNI-OLIVEIRA, 2007).

No ponto 1 (figura 7) nota-se que houve, durante os três períodos, uma tendência de céu encoberto por nuvens e, sobretudo, nuvens baixas, variando, principalmente, entre *cumulus* e *stratus*.

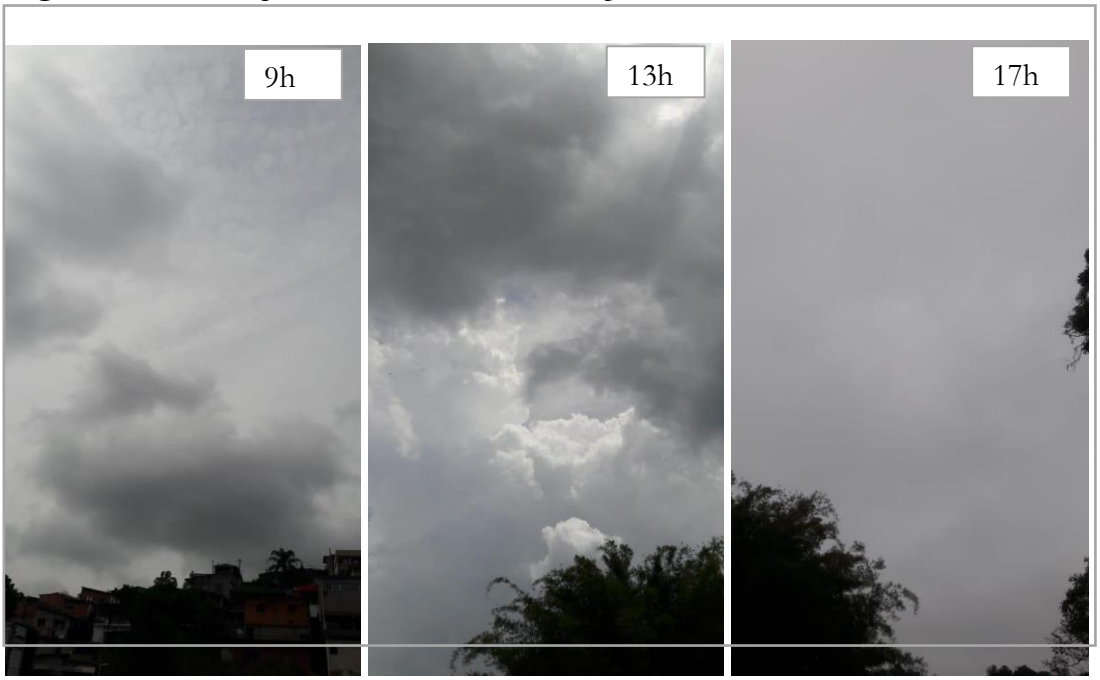
As nuvens *cumulus* são constituídas, sobretudo, por gotículas de água, porém, cristais de gelo podem se formar em parte dessas nuvens quando a temperatura é nitidamente inferior a 0°C. Segundo a Organização Meteorológica Mundial (1961, p. 32) "Os *cumulus* originam-se sob efeito das correntes convectivas que aparecem quando o decréscimo vertical da temperatura nas camadas baixas da atmosfera é suficientemente forte".

As nuvens *stratus* tem por definição na Organização Meteorológica Mundial (1961, p. 29) "camada de nuvens, geralmente cinzenta, com base bastante uniforme, podendo dar lugar à garoa, prismas de gelo ou neve granular". Esta nuvem normalmente é constituída por gotículas de água muito pequenas.

No ponto 2 (figura 8) é possível observar através da seleção das imagens que há também um predomínio de céu encoberto por nuvens baixas e que essas nuvens variam entre *cumulus* e *stratus*.

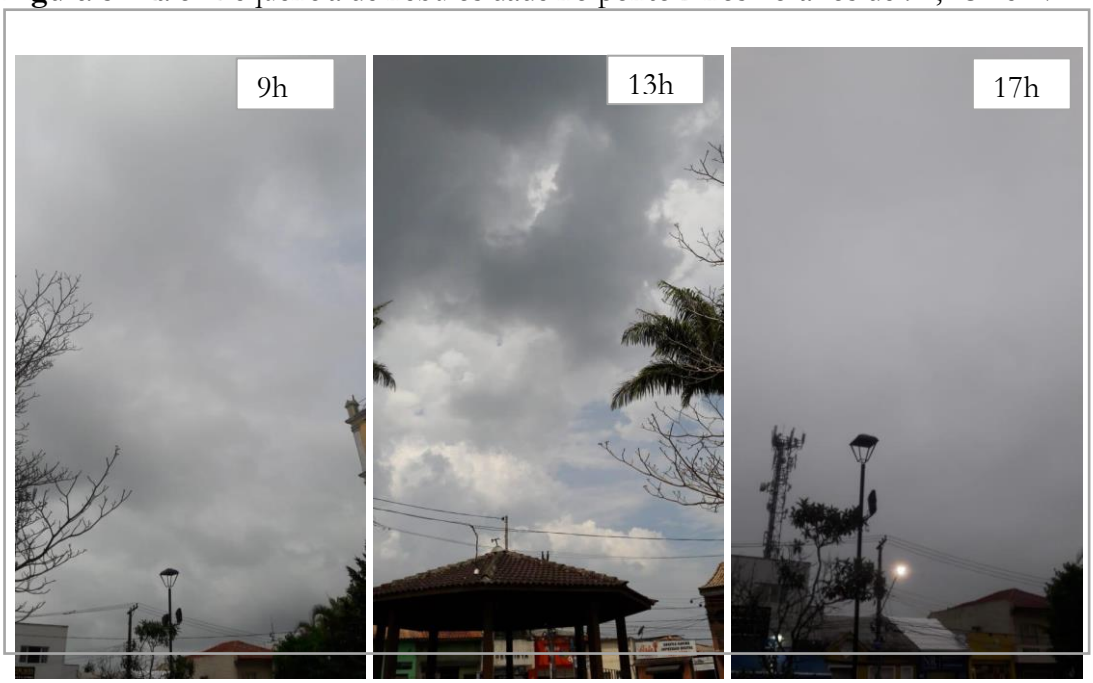
ISBN: 1981-1047

Figura 7. Maior frequência de nebulosidade no ponto 1 nos horários de 9h, 13h e 17h.



Fonte: Registro pessoal da autora.

Figura 8. Maior frequência de nebulosidade no ponto 2 nos horários de 9h, 13h e 17h.



Fonte: Registro pessoal da autora.

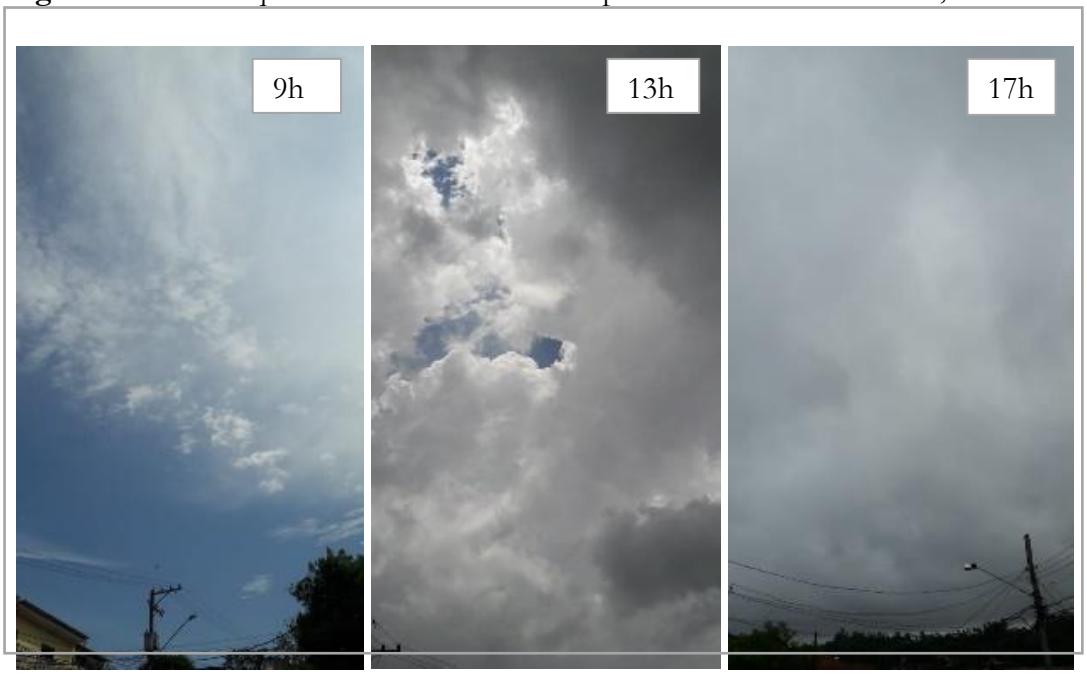
ISBN: 1981-1047

No ponto 3 (figura 9) nota-se um predomínio de nuvens baixas no céu, nos períodos de 13 e 17 horas. No período das 9 horas há uma maior frequência de nuvens médias e altas, variando entre *altocumulus e cirrus*.

As nuvens *cirrus* são, segundo a Organização Meteorológica Mundial (1961, p. 17) "nuvens isoladas, em forma de filamentos brancos e delicados, ou de bancos ou faixas estreitas brancas". Elas são constituídas por cristais de gelo e sua formação "provem muitas vezes da evolução da virga do *cirroscumulus* ou *altocumulus*, ou da região superior de um *cumulonimbus*".

A Organização meteorológica Mundial (1961, p.22) aponta que "os *altocumulus* formam-se quase sempre em bordas de uma camada extensa de ar ascendente, ou, ainda, em consequência de turbulência ou de convecção em nível médio". Essa nuvem é constituída em sua maioria por gotículas de água.

Figura 9. Maior frequência de nebulosidade no ponto 3 nos horários de 9h, 13h e 17h.



Fonte: Registro pessoal da autora.

ISBN: 1981-1047

Escala de nebulosidade

No ponto 1 (figura 10) com relação a escala de nebulosidade, durante as coletas foi possível observar o predomínio de céu totalmente encoberto, sobretudo, no período das 17 horas em que todos os dias no céu constava 10 partes da escala de nebulosidade. O "x" no dia 13 às 17h nos três pontos representa um horário do dia em que não houve coleta.

Na escala de nebulosidade do ponto 2 (figura 11) atribuiu-se, em parte dos dados, valores de 10 partes do céu cobertas por nuvens, sobretudo, no período das 17 horas.

Assim como nos pontos anteriores, no ponto 3 (figura 12) o período das 17 horas foi marcado, em todas as coletas, por escala de nebulosidade em 10.

Figura 10. Escala de nebulosidade do ponto 1 – de 09 a 13 de novembro.

Dias do Mês **Horário**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**
09 horas	5	10	7	10	9
13 horas	2	9	9	8	9
17 horas	10	10	10	10	x

Fonte: Elaborado pela autora.

ISBN: 1981-1047

Figura 11. Escala de nebulosidade do ponto 2 – de 09 a 13 de novembro.

Dias do Mês / Horário	9	10	11	12	13
09 horas	6	10	5	10	8
13 horas	3	9	10	9	9
17 horas	10	10	10	10	x

Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 12. Escala de nebulosidade do ponto 3 – de 09 a 13 de novembro.

Dias do Mês / Horário	9	10	11	12	13
09 horas	6	10	7	10	10
13 horas	3	9	9	10	9
17 horas	10	10	10	10	x

Fonte: Elaborado pela autora.

ISBN: 1981-1047

Considerações Finais

Serão realizadas breves considerações acerca dos dados coletados em Itapecerica da Serra, no Estado de São Paulo no período que compreende de 9 a 13 de novembro de 2020. Não será possível, ainda, realizar uma análise mais sistemática da distribuição das nuvens no município de Itapecerica da Serra e sim considerações a partir do período estudado.

Na semana em que foram realizadas as primeiras coletas de campo, foi possível observar um predomínio de nuvens baixas no céu que variaram, sobretudo, entre *cumulus* e *stratus*.

Com os dados da escala de nebulosidade foi possível observar uma grande frequência de 10 partes do céu encoberto por nuvens, sobretudo, no período das 17 horas e que a maior parte dos resultados apontaram valores superiores a 5 na escala de nebulosidade.

Espera-se que esta semana, junto das demais coletas que acontecerão, possam apontar uma primeira aproximação da distribuição das nuvens no município na estação úmida (que são parte dos dados trabalhados neste artigo) assim como também na estação seca.

Referências

ASSIREU, A. T. REBOITA, M. S. CORRÊA, M. de P. Observando o céu, quantificando as nuvens e praticando modelagem: um exercício de apoio ao aprendizado das ciências atmosféricas. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, v. 34, n. 1, 15001, 2011.

BERTRAND, G. **Paisagem e geografia física global:** esboço metodológico. Trad.: Olga Cruz. Curitiba: Editora UFPR, n.8, p. 141-152, 2004.

CARNICELLI, J. G. **Itapecerica da Serra: A integração da política urbana à gestão do sub-bacia Guarapiranga - O caso do Jardim Branca Flor (1997 a 2006)**. 2007. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.

CUSTÓDIO, M. de S. **Nebulosidade diurna no Rio Grande do Sul**: climatologia e monitoramento por satélite. 2007. Dissertação de Mestrado em Sensoriamento Remoto,

Centro Estadual de Pesquisas em Sensoriamento Remoto e Meteorologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

ECHER, M. P. de S. MARTINS, F. R. PEREIRA, E. B. A importância dos dados de cobertura de nuvens e de sua variabilidade: Metodologias para aquisição de dados. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, v. 28, n. 3, p. 341-352, 2006.

IAG - Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas. **Estrutura da atmosfera**. Disponível em: <https://www.iag.usp.br/siae98/atmosfera/estrutura.htm>. Último acesso em: 11 de abr. de 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Atlas escolar**. Disponível em: <https://atlasescolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_brasil/brasil_clima.pdf>. Último acesso em: 17 de nov. de 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Cidades e Estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/itapecerica-da-serra.html>. Último acesso em: 16 de nov. de 2020.

LANDSBERG, H. E. O clima das cidades. **Revista do departamento de geografia USP**, São Paulo, 2006.

MENDONÇA, F. DANNI-OLIVEIRA, I. M. **Climatologia noções básicas e climas do Brasil**. São Paulo: Oficina de texto, 2007.

MONTEIRO, C. A. de F.; MENDONÇA, F. **Clima Urbano**. São Paulo: Contexto, 2011.

ORGANIZAÇÃO METEOROLÓGICA MUNDIAL. **Atlas internacional das nuvens**. Tradução Roberto de Carvalho Pires Ferrão. Rio de Janeiro, 1961.

PDUI – Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (2016). **Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)**. Disponível em: <https://www.pdui.sp.gov.br/rmsp/?page_id=56>. Último acesso em: 17 de nov. de 2020.

PEREIRA, A. R.; ANGELOCCI, L. R; SENTELHAS, P. C. Atmosfera terrestre. In: PEREIRA, A. R.; ANGELOCCI, L. R; SENTELHAS, P. C. **Agrometeorologia**: fundamentos e aplicações práticas. Guaíba: Livraria e editora Agropecuária, 2002, p.41-54.

PRADELLA, H. L. **A construção do conceito de "tipos de tempo" entre os séculos XVII e XXI, no âmbito das Ciências Atmosféricas**. 2014. Dissertação de Mestrado em Geografia Física, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

SANT'ANNA NETO, J. L; TOMMASELLI, J. T. G. **O tempo e o clima de Presidente Prudente**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, p.75, 2009.

VENTURI, L. A. B. **Itapecerica da Serra – Ocupação e uso do território**. 2001. Tese de Doutorado em Geografia Física – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

VIANELLO, R. L; ALVES, A. R. O mundo em que vivemos. In: VIANELLO, R. L; ALVES, A. R. **Meteorologia básica e aplicações**. Viçosa: editora UFV, 2004, p. 15-43.

WOLLMANN, C. A; SARTORI, M. da G. B. Variação mensal e sazonal da nebulosidade em Santo Maria, Rio Grande do Sul, no período de 1969 a 2005. **Revista Geografar**. Curitiba, v.5, n. 2, p.32-44, jul. /dez. 2010.

 ISBN: 1981-1047

ZONEAMENTO DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS NO MUNICÍPIO DE APODI/RN/BRASIL: CONHECENDO O SISTEMA AQUÍFERO JANDAÍRA NO CONTEXTO LOCAL

Lucas Matheus Garcia Tôrres
lucas-matheus-@hotmail.com
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

GT – Geografia, Ambiente e Ecologia

Resumo

Águas subterrâneas são compreendidas como toda a água que advém abaixo da superfície da Terra. O município de Apodi, situado no estado do Rio Grande do Norte, possui uma demanda hídrica de 90 litros/dia por habitante. Mais de 90% do suprimento dessa demanda de água advém das águas subterrâneas, tornando-as como principal fonte de abastecimento do município. O Sistema Aquífero Jandaíra corresponde a uma área de aproximadamente 619 km² dentro território de Apodi. Nesse contexto, este trabalho tem por objetivo, analisar o uso, a capitação e a disponibilidade hídrica das águas subterrâneas, oriundas do aquífero Jandaíra, no município de Apodi. Para isso, elaborou-se um banco de dados, a partir do registro de 69 poços cadastrados no Serviço Geológico do Brasil - CPRM. Posteriormente, os dados foram inseridos em um Sistema de Informação Geográfica – SIG, para uma melhor análise espacial destes. Como resultado, constatou-se que a profundidade dos poços com águas explotadas do Sistema Aquífero Jandaíra, no município de Apodi/RN/Brasil, varia entre 38 e 230 metros, sendo considerados poços rasos. O principal meio de captação dessas águas é através do sistema de bombeamento cata-vento e possuem múltiplos usos tais como, o abastecimento doméstico, irrigação e pecuária.

Palavras-chave: Águas subterrâneas; Sistema Aquífero Jandaíra; Disponibilidade hídrica.

Introdução

A água é um recurso essencial para a sustentação da vida de todos os seres vivos. As regiões semiáridas, como é o caso de boa parte da região Nordeste brasileira, no qual está inserido o estado do Rio Grande do Norte, são as mais afetadas pela falta de água, devido ao regime irregular de chuva, tanto espacialmente quanto temporalmente.

Águas subterrâneas são compreendidas pela Associação Brasileira de Águas Subterrâneas – ABAS (2016) como toda a água que advém abaixo da superfície da Terra, preenchendo os poros ou vazios intergranulares das rochas sedimentares, ou as fraturas, falhas e fissuras das rochas compactas.

 ISBN: 1981-1047

O Conselho Nacional do meio ambiente - CONAMA reafirma o conceito para estas águas em sua resolução de nº396/2008 em seu Art2º, tratando-as como aquelas que ocorrem naturalmente ou artificialmente no subsolo e aquífero como corpo hidrogeológico, possuindo capacidade de acumular e transmitir água através dos seus poros, fissuras ou espaços resultantes da dissolução e carreamento de materiais rochosos.

Esses recursos apresentam importância fundamental para agricultura, indústria e abastecimento urbano e doméstico (PEIXOTO et al. 2017).

A Bacia Sedimentar Potiguar, localiza-se no extremo Nordeste do Brasil, inserida em partes do estado do Rio Grande do Norte e do Ceará (OLIVEIRA, 2016). Está é agregada sobre rochas paleoproterozóicas e neoproterozóica (OLIVEIRA, 2008). Dentro da litoestratigrafia dessa bacia sedimentar, encontra-se a formação Jandaíra.

O sistema aquífero Jandaíra, no qual é formado por calcários cremes e margas com intercalações de folhelhos, argilitos e evaporitos (SÁ, 2000), tratando-se de um aquífero livre, com múltiplas condições de captação e usos, a partir da variabilidade de sua qualidade (VASCONCELOS; TEIXEIRA e ALVES NETO, 2010). Referindo-se ao aspecto estrutural, este representa uma sedimentação de plataforma/rampa carbonática de mar raso, (Oliveira 2012).

Córdoba (2001) relata que, a Formação Jandaíra é constituída por mudstones a grainstonesbioclásticos, intraclásticos e calcários litográficos, com intercalações de evaporitos, folhelos, margas e arenitos. Este aquífero desenvolvido nesses depósitos é do tipo cárstico-fissural livre (Manoel Filho et al., 2003).

De acordo com Diniz Filho (1999), as propriedades litológicas das principais unidades litoestratigráficas influenciam diretamente no potencial hidrológico e na qualidade das águas subterrâneas. Isso é possível através dos estudos de seus aspectos hidráulicos, composicionais, dimensionais e hidrodinâmicos.

Os calcários da Formação Jandaíra, localizados na região oeste do estado do Rio Grande do Norte, têm-se revelado, Hidrogeologicamente, em geral, como um bom condutor hidráulico, decorrente do elevado nível de carstificação. Isto, lhes atribui o caráter de um aquífero com um elevado potencial hídrico e, tendo sua qualidade adequada para o desenvolvimento da fruticultura irrigada (Feitosa, 1994).

 ISBN: 1981-1047

Segundo a Secretaria Estadual de Recursos Hídricos – SERHID (1998b) as águas explotadas do aquífero Jandaíra apresentam dureza superior a 200 mg/L^{-1} como $CaCO^3$ e, sólidos totais dissolvidos entre 1.000 e 5.000 mg/L^{-1}. Estudos apontam que a esse sistema aquífero pode chegar a 600 m de profundidade (OLIVEIRA, 2016).

O município de Apodi, situado na microrregião da Chapada do Apodi, no estado do Rio Grande do Norte, tem uma população estimada em 35.874 habitantes (IBGE, 2020). Esta possui um consumo de água per capita de 90 litros/dia por habitante, para seu abastecimento, seja doméstico ou industrial, nas áreas urbanas e rurais. Mais de 90% do suprimento dessa demanda de água advém das águas subterrâneas, tornando-as como principal fonte de abastecimento do município (SÁ, 2000).

Geologicamente, o município de Apodi é praticamente dividido em duas regiões distintas, rochas cristalinas do Pré-Cambriano, predominantemente na parte sul e sedimentos do Cretáceo e os aluviões quaternárias que compõem a Bacia Potiguar, localizados na parte central e norte do município (SÁ, 2000).

Mais de 50% do território municipal de Apodi é formado por rochas sedimentares. Estas possuem uma importante potencialidade hídrica, visto que possuem uma capacidade de acumular e transportar água através de seus poros, formando aquíferos. Dentre estes encontra-se o Sistema Aquífero Jandaíra.

Neste contexto, o presente trabalho tem por objetivo, analisar o uso, a capitação e a disponibilidade hídrica das águas subterrâneas, oriundas do aquífero Jandaíra, no município de Apodi.

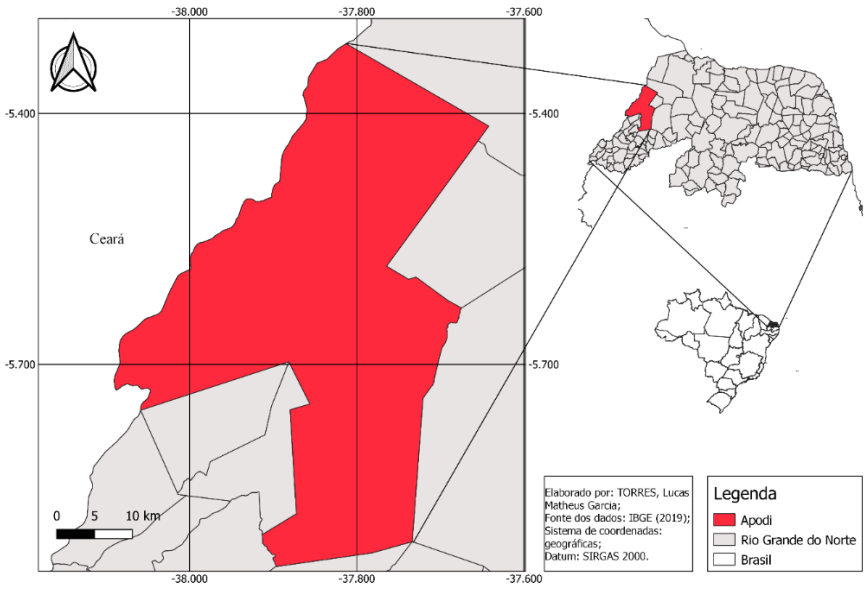
Metodologia

A área de estudo está situada na chapada do Apodi, no extremo oeste do estado do Rio Grande do Norte (Figura 1).

Segundo o Instituto de Defesa do Meio Ambiente - IDEMA (2008), o clima apresentado na área de estudo é o Tropical Semiárido, com pluviometria anual média de 717,9 mm, apresentando altas temperaturas, com média de 28,1°C, mínima de 21,0 ºC e máxima de 36,0 °C.

ISBN: 1981-1047

Figura 1: Localização da área de estudo



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

No contexto geológico, está inserida na bacia sedimentar potiguar, localizada entre os estados do Rio Grande do Norte e Ceará. Na bacia Potiguar, encontra-se a formação Jandaíra formada por folhelhos e carbonatos, que afloram na mesma (Araripe e Feijó, 1994). A figura abaixo apresenta as feições cársticas presentes na Formação Jandaíra na área de estudo (Figura 2).

ISBN: 1981-1047

Figura 2: Afloramento da Formação Jandaíra no Lajedo de Soledade

Fonte: Acervo do autor (2021).

A pesquisa foi dividida em duas etapas, sendo a primeira um levantamento bibliográfico, com um intuito de um maior aporte teórico acerca do assunto trabalho neste trabalho. Para isso fez-se a pesquisa de gabinete a parte de alguns autores, tais como OLIVEIRA (2016), DINIZ FILHO (1999), PEIXOTO et al (2017), VASCONCELOS; TEIXEIRA e ALVES NETO (2010), entre outros.

A segunda etapa da pesquisa, correspondeu a elaboração de um banco de dados sobre os poços que explotavam águas da área de estudo. Para tal, utilizou-se dos registros de 69 poços que, explotam água do Aquífero Jandaíra no município de Apodi, disponibilizados pelo SIAGAS/CPRM (2020), com a finalidade de produzir um diagnóstico das águas subterrâneas. O cadastro, portanto, dispõe da profundidade, uso e captação da água, além de sua vazão e nível no lençol freático.

Em seguida, os dados sistematizados foram inseridos em Sistema de Informação Geográfico – SIG, formando um banco de dados georreferenciados, visando uma espacialização dos poços em estudo. Para tal, foram utilizados os shapefiles das malhas geográficas municipais disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, dos anos de 2010 e 2019, e o banco de dados gerados pelos autores.

ISBN: 1981-1047

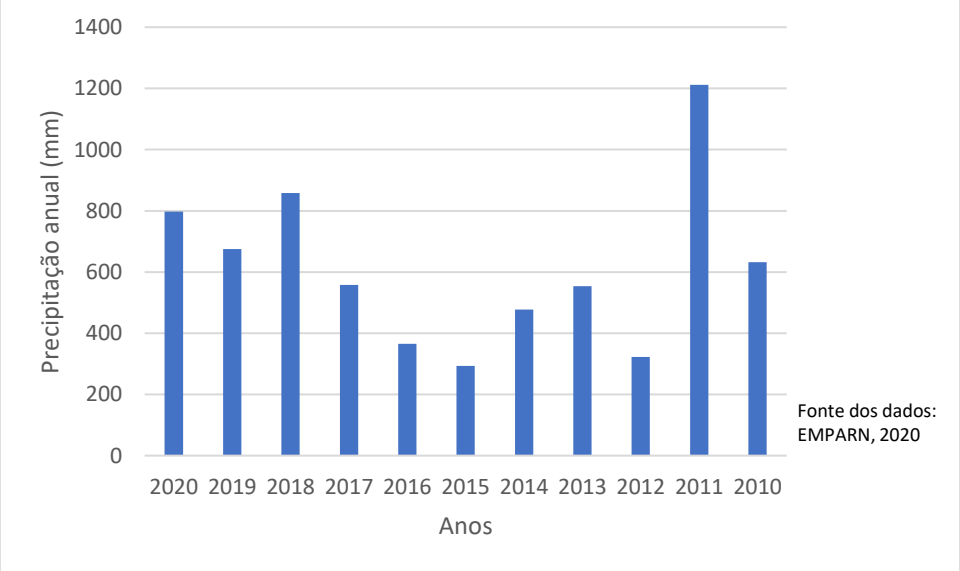
Posteriormente, com o auxílio do software Quantum-Gis versão 3.4.4, foi possível uma melhor análise e integração espacial dos dados.

Por fim, realizou-se uma discussão acerca dos dados obtidos, tendo por finalidade compreender o zoneamento das águas subterrâneas, oriundas do Sistema Aquífero Jandaíra, no município de Apodi, possibilitando vir a contribuir com futuros trabalhos na área.

Resultados e discussões

A área de estudo, localizado no semiárido brasileiro, região que sofre constantemente com os efeitos do comportamento variável das chuvas no espaço e no tempo, apresenta uma média de chuva, no decênio 2010-2020, de 613,2 mm (Figura 3). Isso, associado a falta de rios perenes na região, capaz de suprir toda a demanda hídrica, leva as populações que vivem nesta localidade, a buscar outras soluções para seu abastecimento hídrico.

Figura 3: Gráfico das médias das precipitações anuais no município de Apodi – RN, entre os anos de 2010 e 2020



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da EMPARN (2021).

Sabendo que mais de 90% do suprimento da demanda de água do município de Apodi, advém das águas subterrâneas, tornando-as como principal fonte de abastecimento

ISBN: 1981-1047

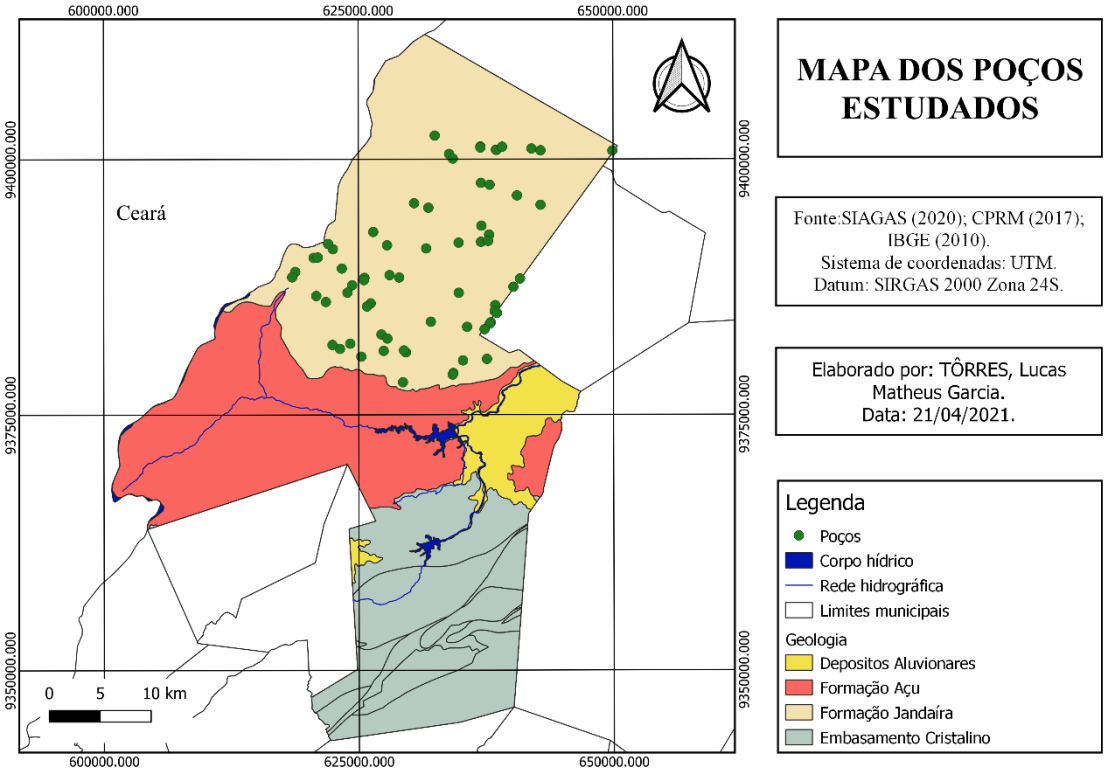
do município, vê-se a importância de estudar os reservatórios de águas subterrâneas na região.

O Sistema aquífero Jandaíra conduz-se, entretanto, como um aquífero cárstico livre, no qual capta água pluvial e/ou a partir da formação de barreiras que atua como aquífero de transferência. Rebouças (1967) relata que, mesmo com a condição da qualidade da água limitada, este é o aquífero de maior reserva hídrica, na Bacia Potiguar, dimensionada em 180 x 109 m³.

Na área de estudo, constitui-se de calcários cremes e margas com intercalações de folhelhos, argilitos e evaporitos (SÁ, 2000). Este trata-se de um aquífero livre, heterogêneo, anisotrópico e de circulação cárstica, possuindo condições de carstificação e qualidade da água variáveis (VASCONCELOS; TEIXEIRA e ALVES NETO, 2010).

Com base nos dados obtidos, na área estudada, esse sistema aquífero, corresponde aproximadamente a 619 km² e existem 69 poços (Figura 4).

Figura 4. Localização dos poços estudados



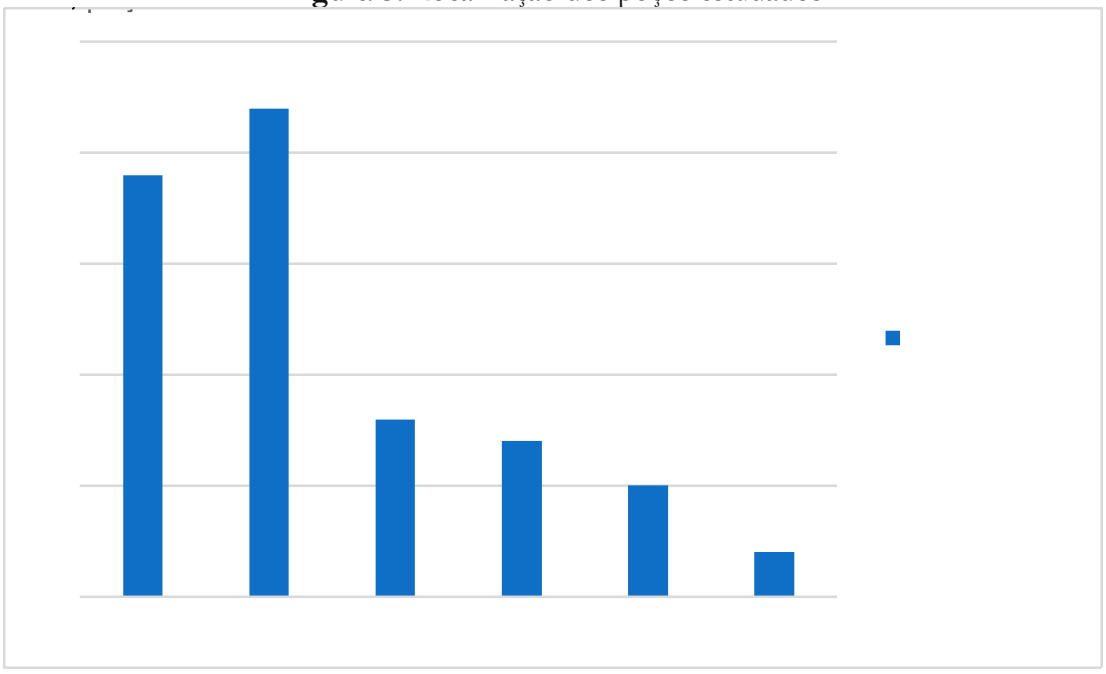
Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

ISBN: 1981-1047

A figura acima, permite visualizar a espacialização dos poços estudados, nos quais, em quase sua totalidade, estão inseridos na porção norte do território apodiense. Esta, por sua vez, corresponde a formação jandaíra no município em questão.

Os poços estudados possuem uma variação pouco considerável no nível de profundidade, sendo alguns rasos atingindo apenas 38 metros, e outros, podendo chegar a 230 metros de profundidade. A figura abaixo nos mostra a distribuição da profundidade desses poços (Figura 5).

Figura 5. Localização dos poços estudados



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

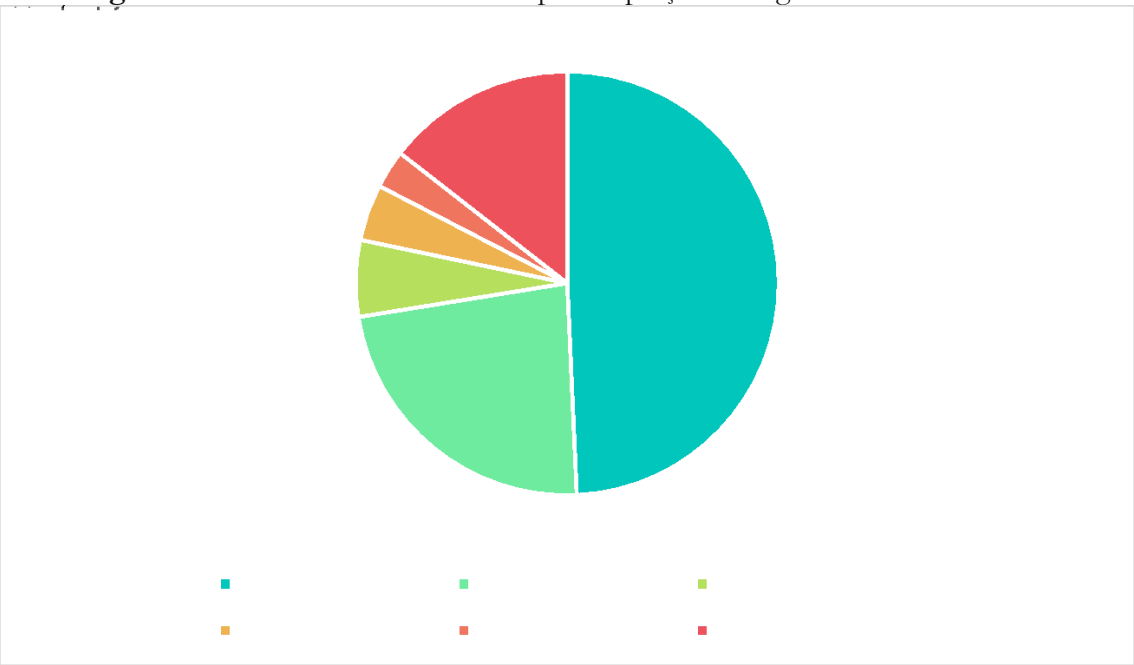
Visualizando o gráfico vê-se que, cerca de 30,00% dos poços que captam água do sistema aquífero Jandaíra no território apodiense, estão a uma profundidade que varia entre 71 e 102 metros. Enquanto, apenas pouco mais de 2% destes, alcançam os 200 metros de profundidade.

De acordo com o Serviço Geológico do Brasil – CPRM (1998), a unidade de bombeamento refere-se ao equipamento no qual será utilizado para captar a água do poço. Na área de estudo identificou-se, de acordo com os dados disponibilizados pela CPRM, os

 ISBN: 1981-1047

mais diversos tipos de sistema de bombeamento (Figura 6), tais como, o Cata-vendo, compressor, bomba submersa, bomba injetora, bomba pistão e bomba sapo.

Figura 6. Sistema de bombeamento para captação das águas na área de estudo



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Quase metade dos poços estudados, cerca de 49,27%, utilizam, para explotar suas águas, a técnica da unidade de bombeamento por cata-vento (Figura 7). Esta, funciona com uma estrutura em torre com um sistema de hélice no topo que aciona, através da energia eólica, um pistão, no qual funciona dentro do poço e se seu movimento, subindo e descendo, possibilita a captação da água (SÁ, 1998).

Esta técnica é tão antiga quanto a própria civilização, tornando-se forma mais econômica e segura de bombear água (LIMA, 2009).

ISBN: 1981-1047

Figura 7. Sistema de bombeamento para captação das águas na área de estudo

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

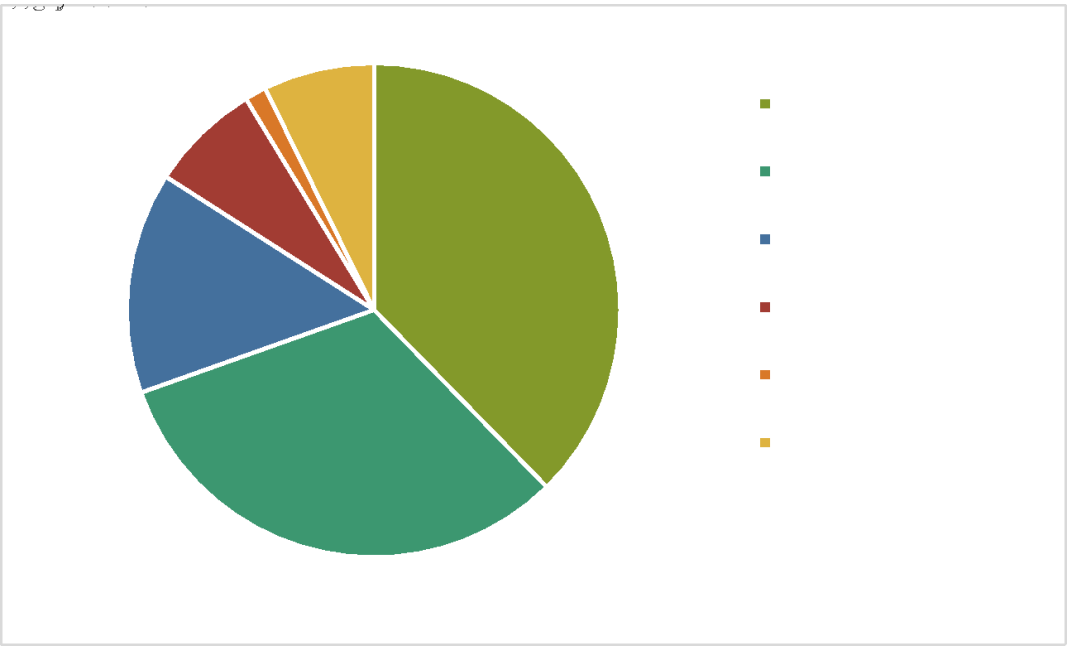
Outro sistema de bombeamento destas águas que está bastante representativo é o por compressor (correspondendo ao valor de 23,19% dos poços estudados), no qual de acordo com a CPRM (1998), trata-se de um motor externo que injeta ar comprimido dentro do poço, através de um cano, fazendo assim, a água chegar até a superfície.

As outras unidades de bombeamento possuem valores bem inferiores, as bombas, injetora, pistão e submersa, correspondem a explotação, na área estudada, respectivamente aos valores de 4,35%, 2,90% e 5,80%. Por outro lado, aproximadamente 15% dessas não foram possíveis serem identificadas por falta de dados.

As águas explotadas deste aquífero, no território que corresponde ao município de Apodi, são usadas, principalmente, para abastecimento doméstico e atividades agrícolas e pecuaristas (Figura 8).

ISBN: 1981-1047

Figura 8. Uso das águas explotadas da área de estudo



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Com base no gráfico observado, é possível perceber que mais de 50% do uso dessas águas estão relacionadas a atividades agrícolas e pecuaristas. Por outro lado, 7,25% desses estão sem uso, em situação de abandono.

Analisando a figura abaixo é possível perceber que os poços estão com uma vazão média de 1,91 m³/h, sendo o poço 56, localizado no Sítio Rancho do Jucá, o de menor vazão (0,1 m³/h), e o 40, situado no distrito de Soledade, o de maior vazão (10 m³/h), ambos estão inseridos na zona rural do município de Apodi.

Com relação ao nível estático, a profundidade da água, a partir do solo, em repouso dentro do poço, vê-se que, a maior profundidade na qual a água se encontra no aquífero Jandaíra, dentro do município de Apodi, é de 76 metros, registrada no poço 12 e a profundidade mais rasa, apenas 2 metros, nos poços 5 e 51. A profundidade média do nível de água em repouso destes poços, com base nos dados obtidos, está a 24,57 metros.

As maiores vazões estão diretamente relacionadas à porosidade secundária, sobre influência das juntas de alívio de pressão e de lineamentos e fraturas nos sentidos NE - SW e NW - SE (MANOEL FILHO et al., 2010).

ISBN: 1981-1047

Figura 9. Localização dos poços estudados

Cadastro	UTM - S	UTM - W	N. estático (m)	Vazão(m^3/h)
1	633910	9400510	12,8	1,5
2	634278	9400056	5	0,3
3	636980	9401231	9,3	0,3
4	636986	9401131	8	0,5
5	638510	9400913	2	0,3
6	638560	9400900	-	0,6
7	639110	9401212	3,13	0,3
8	642000	9401035	1,09	1,5
9	642884	9400857	3,5	0,9
10	649933	9400824	-	0,5
11	620596	9390363	70	2
12	621000	9390400	76	-
13	622484	9391212	60	6
14	626451	9392889	-	-
15	627807	9391585	20	2
16	630466	9395698	33	6
17	631865	9395251	31	1
18	631646	9391275	-	0,4
19	637027	9397677	27,8	0,3
20	637881	9397497	-	0,3
21	637025	9391907	3,49	-
22	637822	9392612	-	3
23	637822	9392612	-	0,8
24	637069	9393486	39,8	1
25	640563	9396443	4	0,8
26	642878	9395528	8	0,5
27	640849	9388310	25	9
28	640194	9387502	25	0,5
29	638409	9385718	16	0,6
30	638349	9385124	14	0,5
31	638576	9384949	8	1,3
32	637965	9384025	12	6
33	637866	9383900	6	2
34	637362	9383356	14	0,8
35	635645	9383593	20	1
36	637588	9380449	12,8	-
37	635239	9380310	14,4	2
38	634835	9386928	49	-
39	632088	9384099	25	2
40	629638	9381106	18	10
41	629450	9381296	6	0,5
42	628990	9388433	30,1	9
43	627950	9.389.487	41,5	1,5
44	628044	9388666	21,2	0,5
45	625580	9388402	-	-
46	625532	9388182	-	3
47	624370	9387679	59	8
48	623910	9386959	32	1
49	626193	9385908	11,4	1
50	625832	9385603	17	0,5
51	627234	9382859	2	4
52	627820	9382455	-	0,5
53	627461	9381252	-	-
54	625263	9380693	10	-
55	624177	9381961	12	0,8
56	623166	9381456	45,2	0,1
57	622430	9381841	50	1
58	621794	9386046	25	1
59	620850	9386631	-	-
60	623365	9389312	61	0,3
61	618791	9388993	50,6	2
62	618482	9388461	39,2	3
63	634287	9379076	61	0,3
64	634230	9378922	26,6	0,5
65	629342	9378177	-	-
66	634824	9391833	-	-
67	637717	9392001	-	-
68	622026	9391724	-	-
69	632503	9402315	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

ISBN: 1981-1047

Visualizando os dados obtidos, é possível perceber que a vazão média dos poços explotados do Aquífero Jandaíra é de 2,3 m³/hora. Esta vazão está limitada, possivelmente pela capacidade dos equipamentos de bombeio de água, nos quais observamos através deste estudo que em sua maioria utilizam-se de cataventos. Diante disso, a potencialidade de produção dos poços estudados está sendo definida mais pela compatibilização consumo e capacidade de bombeio, ou seja, pode-se alcançar volumes bem maiores de ofertas de águas, utilizando-se de técnicas mais modernas. Assim, reforça-se a necessidade de se conhecer melhor este potencial hídrico.

De acordo com Sá (2000), estima-se que seja explorado um volume da ordem de 283.000 m³/ano, assim, o Sistema Aquífero Jandaíra corresponde a cerca de 25% do volume de águas subterrâneas explotadas no município.

Conclusões

Do ponto de vista hidrogeológico a formação jandaíra no município de Apodi, comportando-se como um aquífero do tipo do tipo cárstico-fissural livre, apressenta propriedades litológicas das principais unidades litoestratigráficas, nas quais influenciam diretamente no potencial hidrológico e na qualidade das águas subterrâneas. Diante disso, pode-se afirmar que, hidrogeologicamente, este aquífero, apresenta-se como um bom condutor hidráulico, decorrente do elevado nível de carstificação.

Foram cadastrados sessenta e nove poços que explotam águas do Aquífero Jandaíra no município de Apodi, sendo em sua totalidade poços tubulares, usado principalmente na pecuária, irrigação e abastecimento doméstico. Esses, se caracterizam como poços rasos, nos quais o mais profundo não passa dos 230 metros de profundidade.

Os dados relacionados aos sistemas de abastecimento, apresentaram as mais diversas unidades para a explotação destas águas, sendo o sistema de cata-vento o mais utilizado.

Relacionado ao nível da água em repouso nesses poços, ajusta-se a uma média de 24,57 metros de profundidade, contando a partir da cota do terreno.

Com relação ao nível de explotação dessas águas, a vazão média dos poços do Aquífero Jandaíra é de 2,3 m³/hora, possivelmente, não estão explorando todo o recurso

 ISBN: 1981-1047

natural existente. Esta exploração está limitada, devido ao sistema de bombeamento de água mais utilizado, o cata-vento.

Diante dos resultados apresentados, destaca-se que o aquífero Jandaíra, dentro dos limites municipais apodiense, precisa ser melhor explorado, possibilitando assim, uma melhor gestão dos recursos hídricos para seus habitantes.

Referências

ABAS – Associação Brasileira de Águas Subterrâneas. (2010). **Educação/Águas subterrâneas, o que são?**. Disponível on-line em https://www.abas.org/aguas-subterraneas-o-que-sao/ . Acesso em jan. 2021.

BRASIL, Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. **Resoluções do Conama: Resoluções vigentes publicadas entre setembro de 1984 e janeiro de 2012**. /Ministério do Meio Ambiente. Brasília: MMA, 2012. 1126p.

FEITOSA, E. C. **O aquífero Jandaíra no município de Baraúna/ RN – Atualização dos conhecimentos**. Secretaria de Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte (SERHID) / Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE (FADE), Natal, RN, 1994.

IDEMA. **Perfil do seu Município. Apodi**. 2008. Disponível em: < http://www.idema.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=CATALG&TARG=61&ACT=null&PAGE=0&PARM=null&LBL=Socioecon%C3%B4mico>. Acesso em: 10 fev. 2021.

LIMA, Maria Rogrigues de. **O USO DA ENERGIA EÓLICA COMO FONTE ALTERNATIVA PARA SOLUCIONAR PROBLEMAS DE ENERGIA E BOMBEAMENTO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA EM LOCAIS ISOLADOS**. Monografia (Pós-Graduação Lato Senso em Fontes Alternativas de Energia) - Departamento de Engenharia, Universidade Federal de Lavras Minas Gerais, 45f. 2009.

MANOEL FILHO, J. et al.. **Avaliação dos Recursos Hídricos Subterrâneos e Proposição de Modelo de Gestão Compartilhada para os Aquíferos da Chapada do Apodi, entre os Estados do Rio Grande do Norte e Ceará**. Vol. III – Hidrogeologia. AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA. PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS. Acordo de Empréstimo N° 7420-BR, Banco Mundial, 2010.

 ISBN: 1981-1047

OLIVEIRA, F.R. ; CARDOSO, F.B.F. ; MANOEL FILHO, J. ; KIRCHHEIM, R.; FEITOSA, E.C.; TEIXEIRA, H.R. ; VARELLA NETO, P.L.; GONÇALVES, M.V.C. & NASCIMENTO, F.S. **Gestão Compartilhada de Águas Subterrâneas na Chapada do Apodi, entre os Estados do Ceará e Rio Grande do Norte**. XVII Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas e XVIII Encontro Nacional de Perfuradores de Poços, Bonito/SP, 2012.

OLIVEIRA, Renan da Costa. **Avaliação do aquífero cártisco Jandaíra na região de Baraúnas, Rio Grande do Norte**. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Centro de Ciências Exatas e da Terra, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 128f. 2016.

OLIVEIRA, R. G.. 2008. Arcabouço Geofísico, Isostasias e Causas do Magmatismo Cenozóico da Província Borborema e sua Margem Continental (Nordeste do Brasil). Tese de doutorado, pós-graduação em Geodinâmica e Geofísica – UFRN. 415p.

PEIXOTO, FILIPE DA SILVA; CAVALCANTE, ITABARACI NAZARENO; SILVEIRA, RENATA NAYARA CÂMARA MIRANDA; DE ARAÚJO, KAREN VENDRAMINI. **Estimativa de recargas hídricas subterrâneas potenciais voluntárias e involuntárias em áreas urbanas**. ÁGUAS SUBTERRÂNEAS (SÃO PAULO), v. 31, p. 104, 2017.

REBOUÇAS, A., FILHO, M. & BENOIT, H. **Bacia Potiguar - Estudo Hidrogeológico**. SUDENE - Divisão de Documentação, Recife, 1967.

SÁ, José Ubaldo de. **Base municipal de informações das águas subterrâneas Município de Apodi**. Recife: CPRM, 2000.

SERHID. (1998b). Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Norte. **Plano**

Estadual de Recursos Hídricos. Caracterização Hidroquímica dos Aquíferos do Rio Grande do

Norte, Natal.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BBRASIL – CPRM. **Noções Básicas Sobre Poços Tubulares Cartilha Informativa. Agosto, 1998**. Disponível em https://www.cprm.gov.br/publique/media/hidrologia/mapas_publicacoes/Nocoes_Basicas_Pocos_Tubulares.pdf Acesso em 27 de jan. de 2021.

VASCONCELOS, S. M. S.; TEIXEIRA, Z. A. ; ALVES NETO, J. . **Caracterização do aquífero Jandaira, porção situada no Estado do Ceará, Brasil**. Revista de Geologia (Fortaleza), v. 23, p. 50-60, 2010.

Agradecimentos

Ao Serviço Geológico do Brasil – CPRM pela atualização e oferta de dados de perfis litológicos no Sistema de Informação de Águas Subterrâneas – SIAGAS.

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

 ISBN: 1981-1047

DINÂMICA ATMOSFÉRICA E AS PRECIPITAÇÕES EM PRESIDENTE PRUDENTE: ANÁLISE DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2015

GT - Geografia, Ambiente e Ecologia

Paulo Sérgio Avanzi Júnior
paulo.avanzi@unesp.br
Universidade Estadual Paulista

Gustavo Henrique Pereira da Silva
gustavo.silva@unesp.br
Universidade Estadual Paulista

Resumo

Este trabalho buscou analisar a dinâmica atmosférica associada às precipitações do ano de 2015 em Presidente Prudente – SP. Os procedimentos metodológicos consistiram na aquisição dos dados meteorológicos do ano de 2015, disponibilizados pelo INMET e a posterior confecção do gráfico de análise rítmica que possibilitou identificar a gênese climática e os impactos deflagrados no mês de novembro de 2015, com destaque para o dia 28. Nesse dia, constatou-se em Presidente Prudente pontos de alagamentos, queda de árvores etc. Por meio da análise, evidencia-se a urgente necessidade de se pensar um planejamento adequado, que considere nas cidades as questões ambientais e climáticas com vistas à qualidade de vida da população.

Palavras-chave: Precipitações. Presidente Prudente (SP). Impactos de precipitações. Clima Urbano.

Introdução

Globalmente, mais pessoas habitam nas áreas urbanas do que nas áreas rurais, com aproximadamente 55% da população mundial residindo nas cidades (ONU, 2018). Projeções das Organizações das Nações Unidas (ONU) revelam que até o ano de 2050, 68% das pessoas habitarão nessas áreas (ONU, 2018), o que impõe a toda sociedade uma gama de desafios, dentre os quais, a questão ambiental e climática.

No Brasil, o processo de urbanização, intensificado principalmente nas últimas décadas, acarretou transformações no espaço urbano. O intenso crescimento urbano associado a um planejamento ineficiente ou inadequado resultou em diversos impactos para

 ISBN: 1981-1047

os cidadãos e para o meio ambiente, alicerçado em uma infraestrutura muitas vezes precária, com limitações nos sistemas de saneamento e abastecimento de água, poluição atmosférica etc. (SILVA, 2020). Nesse sentido, Amorim (2000, p.18) argumenta que:

> As transformações na paisagem provocadas pelo surgimento e crescimento das cidades alteram o balanço de energia e o balanço hídrico urbano. Essas modificações são provocadas pela retirada da vegetação original, pelo aumento da circulação de veículos e pessoas, impermeabilização generalizada do solo, mudanças no relevo, concentração de edificações, canalização de córregos, além do lançamento de partículas e gases poluentes na atmosfera.

A geração desse ambiente antropizado reverberou em uma considerável degradação das condições ambientais e na formação de um clima particular nas cidades, denominado de clima urbano (SILVA, 2020). À vista disso, o clima, enquanto uma das dimensões do ambiente urbano, possibilita estudos que oferecem contribuições para pensar as questões ambientais nas cidades e o melhoramento da qualidade de vida para seus cidadãos.

Com isso, a interação entre superfície e atmosfera ganhou maior enfoque dos pesquisadores, uma vez que suas trocas de energia são modificadas pelo processo de transformação da paisagem natural e repercutem também nos níveis mais subsuperficiais, como a água subterrânea (SILVA, 2020).

Assim, destaca-se os estudos de clima urbano, conceito definido por Monteiro (1976) como "[...] um sistema que abrange o clima de um dado espaço terrestre e sua urbanização" (MONTEIRO, 1976, p.95). Ao considerar essa definição, entende-se que cada cidade apresenta um clima específico, decorrente das especificidades do sítio urbano e das características do meio físico.

Monteiro (1976) ofereceu importante contribuição para os estudos de clima urbano ao propor o Sistema Clima Urbano (SCU), entendido enquanto um quadro de referência teórico-metodológica que visa

> [...] compreender a organização climática peculiar da cidade e, como tal, é centrado essencialmente na atmosfera que, assim, é encarada como operador. Toda a ação ecológica natural e as associações aos fenômenos da urbanização constituem o conjunto complexo sobre o qual o operador age. Por isso, tudo o que não é atmosférico e que se concretiza no espaço urbano, incluindo o homem e demais seres vivos, constitui elementos do sistema, estruturando-se as partes,

 ISBN: 1981-1047

> que, através de suas reações, definem atributos especiais (MONTEIRO, 2003, p. 21).

O SCU permite o estudo detalhado do clima urbano, a partir de três subsistemas, que se vinculam aos canais de percepção humana, sendo: o canal Fisíco-Químico; o canal Termodinâmico e o canal Hidrometeórico (MONTEIRO, 1976). O canal hidrometeórico é enfocado neste trabalho e é aquele que agrupa as formas meteóricas, hídricas (chuvas), mecânicas e elétricas, que podem causar eventualmente impactos na vida das cidades.

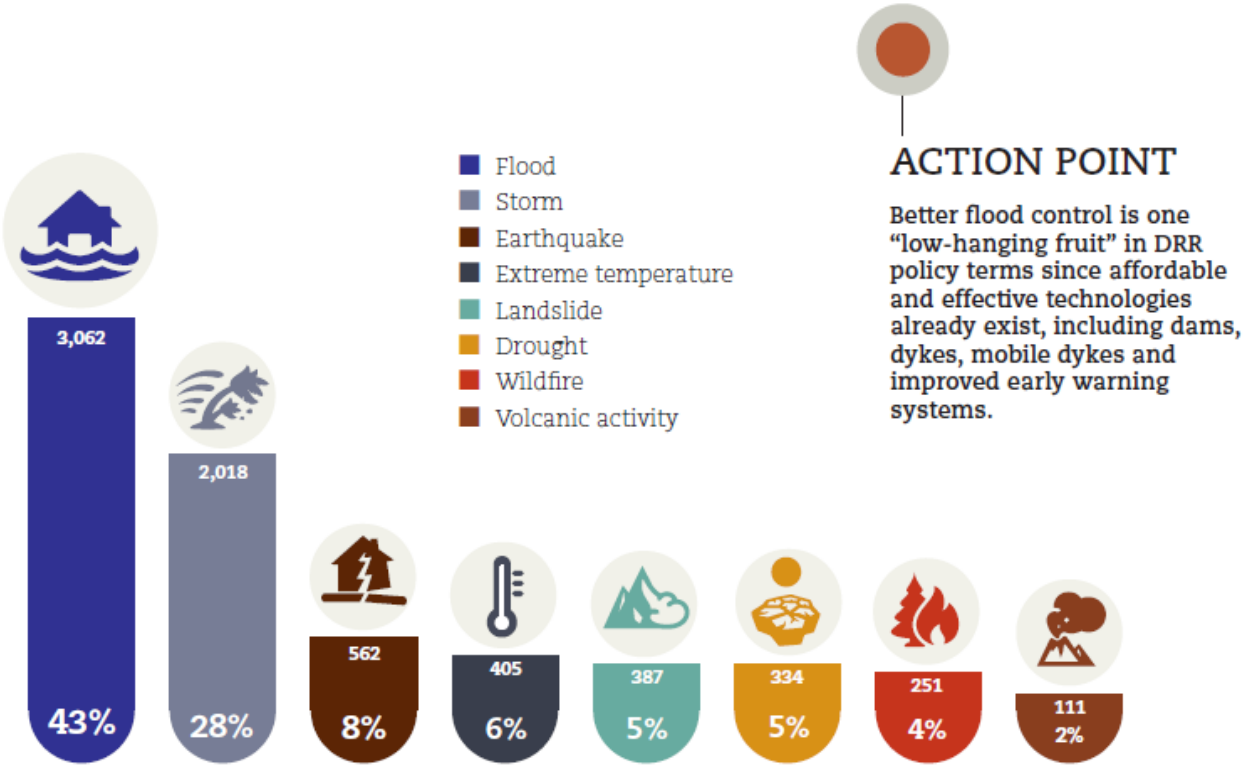
Nesse sentido, destaca-se que os eventos extremos de chuvas têm recebido cada vez mais atenção, em razão principalmente das repercussões sobre a sociedade, em especial nas áreas urbanas. Marengo (2009) considera eventos, em termos meteorológicos, os grandes desvios de um estado climático moderado, sendo as escalas de médio e curto prazo as mais significativas para a vida humana, tendo em vista os impactos socioambientais ocasionados.

Esses eventos podem repercutir na superfície a partir de diferentes formas, como: inundações, enchentes, alagamentos, secas etc., associados às características do sítio e aos aspectos físicos.

O relatório *The human cost of weather-related disasters 1995-2015* (CRED/UNISDR, 2015), que analisou os desastres relacionados à ação climática em um período de vinte anos, classificou as inundações como o desastre natural de maior ocorrência, correspondendo a 43% dos diferentes desastres revelados. O documento também relata que atualmente, existem tecnologias que facilitam a resolução do problema das cheias urbanas, como as represas, diques e diques móveis, além de sistemas de alertas aprimorados (Figura 1).

 ISBN: 1981-1047

Figura 1. Porcentagem da ocorrência de desastres naturais por tipo de desastre



Fonte: CRED/UNISDR, 2015.

Frente ao mesmo problema e buscando reduzir os efeitos das mudanças climáticas nos ambientes urbanos, a infraestrutura verde apresenta diferentes alternativas para lidar com eventos climáticos, incorporando a natureza às cidades por meio de tipologias sustentáveis e adaptáveis. Herzog (2013) explica que o conceito, também conhecido como infraestrutura ecológica, tem evoluído rapidamente e se tornado mais abrangente nos últimos anos, estando baseado em um compreendimento das cidades a partir de uma visão holística e sistêmica do espaço urbano, buscando não só incorporar os espaços verdes as cidades, como também, torná-los multifuncionais.

> A infraestrutura verde oferece inúmeros serviços ecossistêmicos no local. Eles podem ser significativos não só para que os ecossistemas urbanos sejam sustentáveis, mas também para que estejam preparados para enfrentar grandes chuvas e rupturas de abastecimento. Além disso, a infraestrutura ecológica pode melhorar o clima urbano, reduzindo ilhas de calor (HERZOG, 2013, p. 156).

ISBN: 1981-1047

Herzog (2013) aponta que são inúmeros os benefícios da infraestrutura verde multifuncional em escala local, como a diminuição do escoamento superficial; filtragem da água de escoamento de resíduos como óleo, borracha e partículas de poluição; aumento da permeabilidade dos solos e redução de enchentes; mitigação das ilhas de calor, entre outros. Para alcançar este objetivo, diversas tipologias podem ser inseridas e adaptadas ao contexto urbano, como alagados construídos (*wetlands*), biovaletas, jardins de chuva e pavimentos porosos. A utilização de uma ou mais tipologias adaptadas ao ambiente urbano, e também em conjunto aos sistemas de drenagem, potencializam a capacidade de lidar com diferentes intempéries deflagradas pelos elementos atmosféricos ligados ao clima urbano, como os eventos extremos e os impactos provocados pelas chuvas intensas.

Nos dias atuais, os veículos de informação e as imprensas locais são importantes divulgadores e difusores da informação climática, principalmente quando relacionada a partir de impactos que apresentam como gênese a ação dos elementos do clima sobre o espaço. Sant'Anna Neto et al. (2002) avaliaram o papel da mídia impressa sobre as adversidades climáticas em Presidente Prudente e região, destacando que muitas vezes, os dados meteorológicos camuflam a repercussão dos impactos das precipitações. Por conta disso, os autores destacam que as informações de caráter qualitativo são de suma importância para esclarecer os episódios adversos, sendo utilizadas como ferramenta de auxílio para o entendimento do clima como fenômeno geográfico.

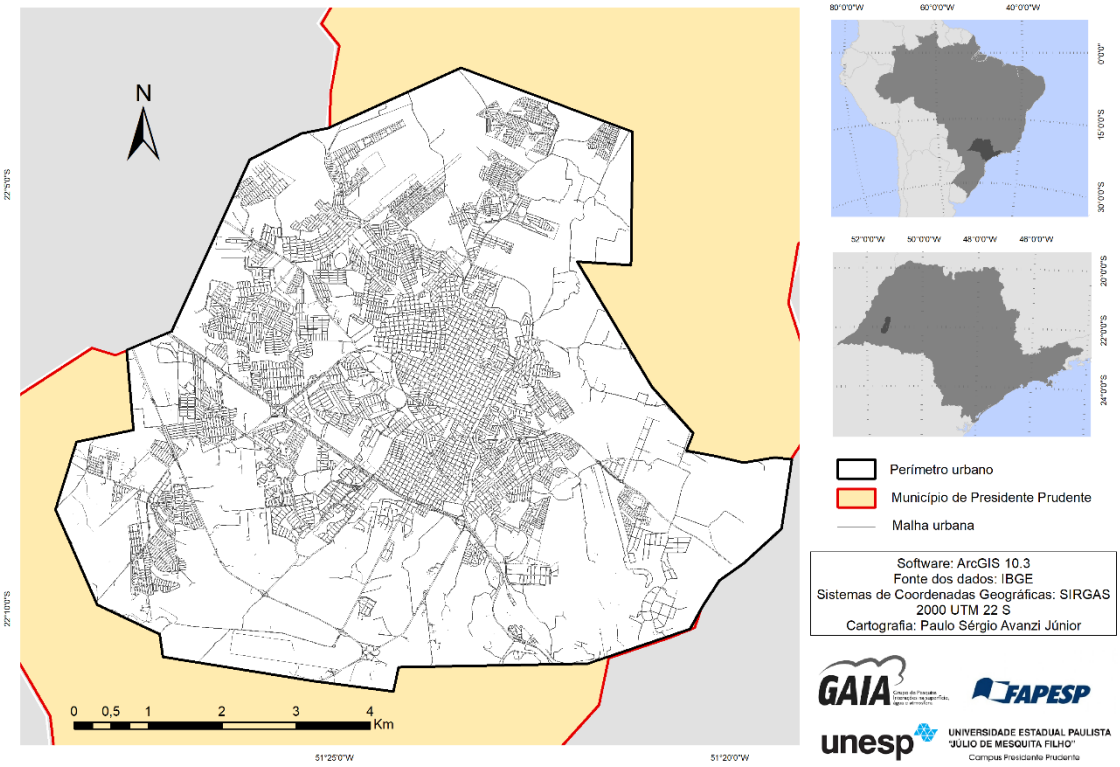
A ação dos eventos extremos e episódios de precipitação em Presidente Prudente foi investigada por Mendonça (2011), constatando diferentes impactos e transtornos associados a presença das precipitações apresentadas com volume igual ou maior a 15mm em 24 horas. O autor destacou, através do cálculo da média pluviométrica mensal entre os anos 1969 e 2009, que dos quarenta anos analisados, durante vinte deles o mês de novembro ultrapassou a média pluviométrica mensal (133,8mm), alcançando valores totais mensais de até 330 mm para o mês de novembro, como é o caso do ano de 1975.

O presente estudo foi realizado no município de Presidente Prudente e buscou analisar a dinâmica atmosférica associada às precipitações do ano de 2015. Privilegiou-se tal ano, por apresentar um total pluviométrico de 1853,8 mm, sendo o ano mais chuvoso entre 2010 e 2019, além disso, Presidente Prudente é uma cidade de porte médio que desempenha importante papel na rede urbana que se encontra inserida (IBGE/REGIC, 2018).

 ISBN: 1981-1047

Presidente Prudente está localizada no oeste do Estado de São Paulo, distante cerca de 558 km da capital estadual (Figura 2). A população é de aproximadamente 230.371 cidadãos (IBGE, 2020), sendo 97,96% o grau de urbanização do município (SEADE, 2021).

Figura 2. Município de Presidente Prudente/SP



Fonte: autores.

Em relação ao clima local, a posição geográfica e os fatores climáticos condicionam ao município uma dinâmica climática caracterizada pelo clima tropical, onde são identificados dois períodos distintos de precipitações. O maior volume concentra-se no período quente e úmido, acompanhado pela diminuição significativa tanto em quantidade quanto em volume no período seco (AMORIM, 2000).

Presidente Prudente se encontra submetida ao tipo climático anual (TCA) do tipo "A" (tropical), com predomínio do Aw, clima tropical com verão quente e chuvoso, conforme a proposição dos tipos de clima do Brasil elaborada por Dubreuil et al. (2018).

ISBN: 1981-1047

Procedimentos metodológicos

O presente trabalho baseou-se na proposta teórico-metodológica de Monteiro (1976) do Sistema Clima Urbano (SCU), que entende o clima urbano enquanto um sistema singular aberto, dinâmico e que considera a inter-relação entre os elementos da natureza e sociedade. Para tanto considera-se a ênfase do fenômeno na cidade, entendendo o clima enquanto um fato dinâmico.

Monteiro (1976) propôs três subsistemas para o SCU, dentre os quais o subsistema hidrometeórico é o enfoque deste trabalho. Essa metodologia se encontra largamente difundida na climatologia urbana brasileira, como nos trabalhos de Mendonça (1995), Zavattini (2000), Amorim (2000), Sant'Anna Neto (2001), entre outros.

Para caracterizar as precipitações que ocorreram durante o ano de 2015, foram utilizados na elaboração deste trabalho dados meteorológicos disponibilizados pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), registrados por meio da Estação Meteorológica Automática de Presidente Prudente (A 707) e obtidos por meio do Banco de Dados Meteorológicos para Ensino e Pesquisa (BDMEP). As informações adquiridas foram organizadas e manipuladas através do aplicativo *Microsoft Excel*[26].

Para compreensão da gênese climática dos episódios de precipitação estudados foram identificados os sistemas atmosféricos atuantes nos dias de análise, tendo como referência a proposta metodológica da Análise Rítmica (Monteiro, 1971).

Para Monteiro (1971) a partir da escala diária torna-se possível a associação e compreensão dos mecanismos atmosféricos em função dos elementos do clima.

> [...] o ritmo climático só poderá ser compreendido através da representação concomitante dos elementos fundamentais do clima em unidades de tempo cronológico pelo menos diárias, compatíveis com a representação da circulação atmosférica regional, geradora dos estados atmosféricos que se sucedem e constituem o fundamento do ritmo. (MONTEIRO, 1971, p.9).

A análise rítmica se encontra amplamente utilizada nos estudos climáticos (ZAVATTINI, 2004; AMORIM, 2017; SILVA, 2020) e possibilita entender as dinâmicas

[26] *Excel* é marca registrada da Microsoft Co

 ISBN: 1981-1047

atmosféricas a partir da sucessão dos tipos de tempo em ordem cronológica, considerando o ritmo climático.

O mês de referência foi novembro de 2015, no qual buscou-se analisar a origem e os impactos deflagrados pela precipitação ocorrida durante o dia 28 deste mês. Para tanto, os sistemas atmosféricos atuantes foram identificados a partir da utilização das cartas sinóticas de superfície disponibilizadas pelo Centro de Hidrografia da Marinha do Brasil, além das imagens de satélite (GOES) provenientes do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC/INPE).

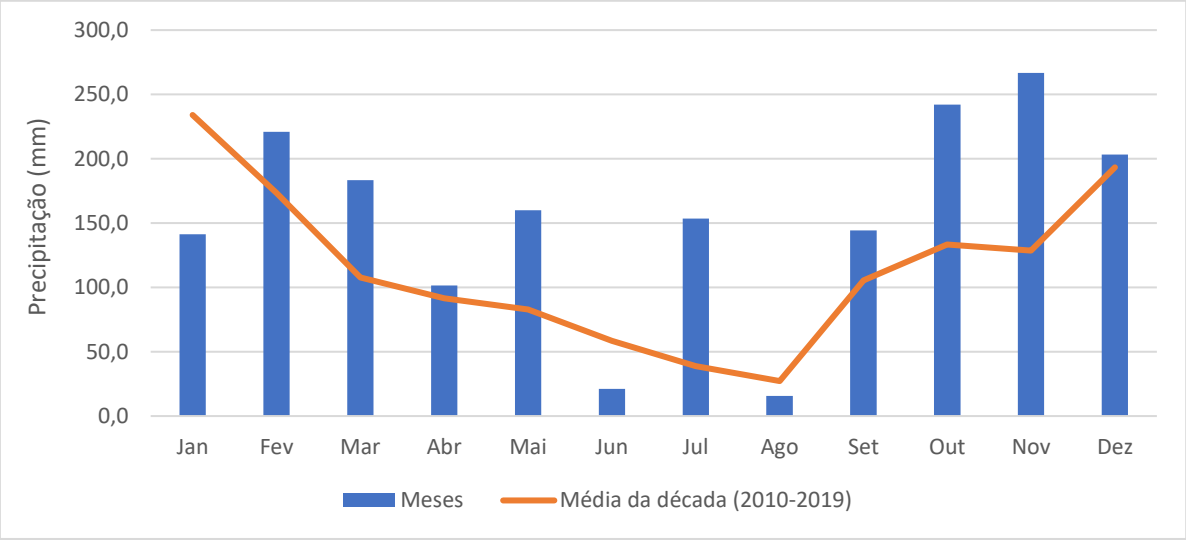
A repercussão dos impactos deflagrados pelas precipitações no ambiente urbano foi realizada através do portal de notícias "G1", que destaca informações do município de Presidente Prudente e região, sendo utilizadas as publicações relacionadas às precipitações ocorridas no dia 28 do mês de estudo.

Resultados

O ano de 2015 apresentou o maior volume de precipitação acumulada para Presidente Prudente, alcançando um total de 1853,8 mm distribuídos ao longo do ano (Gráfico 01). Nos três últimos meses do ano, registrou-se um total de 712 mm, o que ocasionou diversos transtornos e deflagrou impactos no ambiente urbano, dos quais os alagamentos, quedas de árvores e danos em edificações são impactos recorrentes das fortes precipitações que atingiram o município (G1).

 ISBN: 1981-1047

Gráfico 1. Precipitação total acumulada no município de Presidente Prudente (2015)



Fonte: Estação Meteorológica Automática do INMET em Presidente Prudente.
Org.: autores.

Segundo dados do CPTEC/INPE (2020) sobre o monitoramento da ocorrência dos fenômenos El Niño e La Niña, durante os anos de 2015 e 2016 houve a atuação do El Niño-Oscilação Sul (ENOS), em fase positiva (El Niño) e de forte intensidade. A atuação do fenômeno apresenta potencial para acarretar variações nos elementos meteorológicos, como o aumento da temperatura, alterações nos padrões de vento e anomalias positivas e negativas relacionadas às precipitações, sendo a porção Sudeste do Brasil afetada por episódios de precipitações de grandes proporções (CPTEC/INPE).

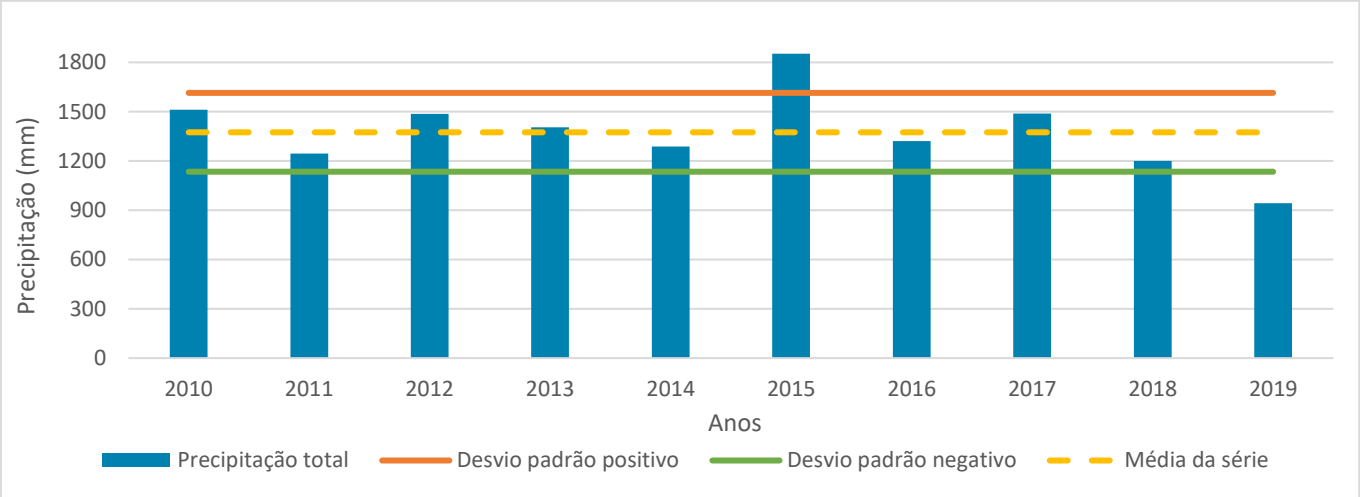
Amorim et al. (2019) explica que, devido ao município estar localizado em uma faixa área de transição climática entre os sistemas tropicais e extratropicais, a atuação dos fenômenos El Niño e La Niña (anomalías negativas) não constitui um fator determinante para os eventos anômalos de precipitação dada a caracterização da região em que está inserido, estando estes fenômenos relacionados de forma parcial aos episódios de precipitação.

Ao longo de todo o ano de 2015, precipitações de diferentes intensidades qualificaram o ano como o mais chuvoso entre os anos 2010 e 2019 (Gráfico 02), estando amplamente acima da média para esse período (1374,5 mm). Por conta disso, diversos

 ISBN: 1981-1047

eventos ilustraram as manchetes da mídia local, impactando diretamente a organização do espaço e sujeitando a população ao risco.

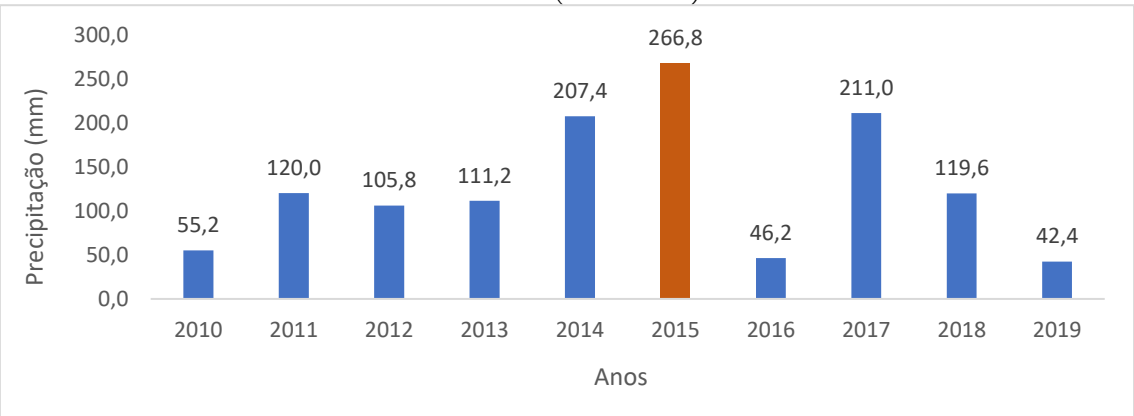
Gráfico 2. Precipitação anual acumulada no município de Presidente Prudente (2010-2019)



Fonte: Estação Meteorológica Automática do INMET em Presidente Prudente.
Org.: autores.

O volume acumulado no decorrer da segunda metade do período evidenciou a excepcionalidade pela qual se caracteriza este ano, principalmente pelos meses de julho, outubro e novembro. O mês de novembro caracterizou o maior volume acumulado deste mês (Gráfico 03), quando comparado a última década, somando 266,8 mm (INMET).

Gráfico 3. Precipitação mensal dos meses de novembro no município de Presidente Prudente (2010-2019)



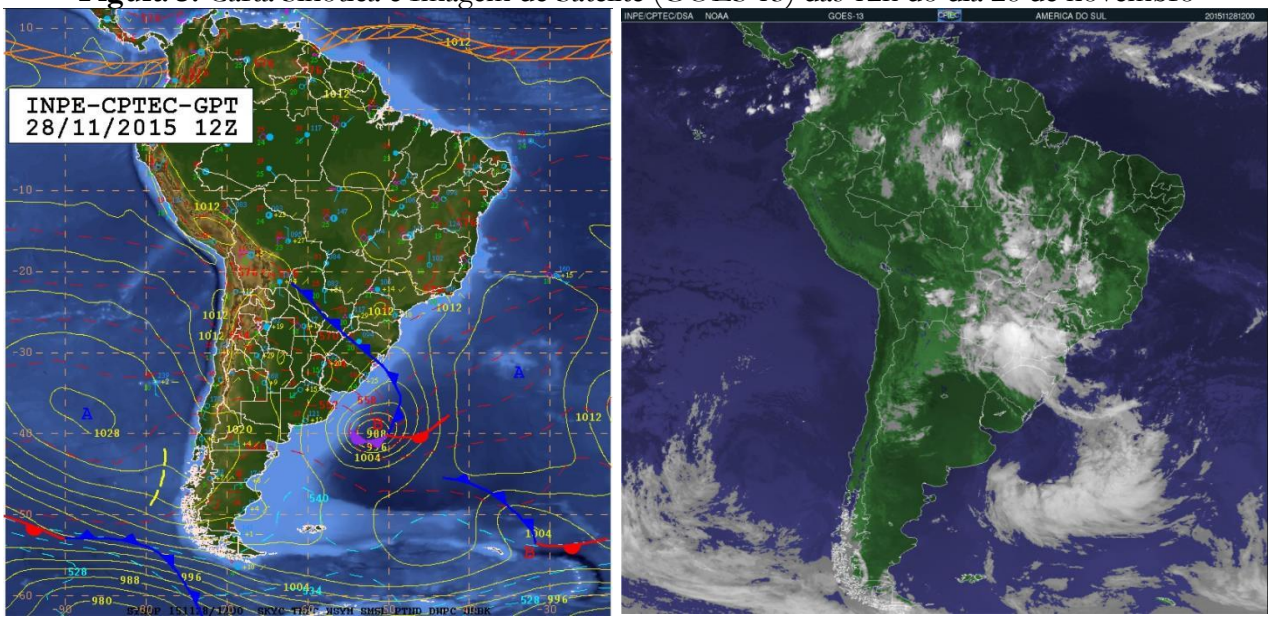
Fonte: Estação Meteorológica Automática do INMET em Presidente Prudente. **Org**.: autores.

ISBN: 1981-1047

Durante este mês, um episódio de precipitação em especial acarretou diversos transtornos no ambiente urbano. No dia 28 de novembro, a incursão de uma frente de origem polar (Frente Polar Atlântica) pela região Sudeste registrou 39,2 mm de precipitação na Estação Automática Meteorológica de Presidente Prudente. Nos dias 24 e 25 deste mês, a estação registrou 32,6 e 30,6 mm, com a atuação de uma frente polar que provocou precipitações e ocasionou a queda do muro de uma Escola Municipal e falhas no fornecimento de energia elétrica. Registrou-se ainda a queda de 201 raios em um período de 10 horas no dia 25[27] (G1).

As imagens de satélite e as cartas sinóticas apontaram que as chuvas que ocorreram durante o dia 28 são resultado da entrada de uma Frente Polar Atlântica advinda da região Sul do Uruguai em direção a região Sul/Sudeste do Brasil, resultando em chuvas frontais (Figura 03).

Figura 3. Carta Sinótica e Imagem de Satélite (GOES 13) das 12h do dia 28 de novembro de 2015



Fonte: Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC/INPE).
Org.: autores.

[27] Globo Notícias (G1). **Em dez horas, Presidente Prudente registra queda de 201 raios.** Disponível em: http://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2015/11/em-dez-horas-presidente-prudente-registra-queda-de-201-raios.html. Acesso em: 27 de fev. de 2021.

 ISBN: 1981-1047

De acordo com a mídia local (G1), no decorrer do dia 28[28], o volume precipitado ocasionou diversos pontos de alagamentos, sobretudo na Avenida Quatorze de Setembro, um dos locais frequentemente afetados por precipitações mais intensas. Além dos diversos pontos notificados, foram registrados ventos de até 80km/h durante a passagem do episódio, ocasionando a queda de 15 árvores no município, registradas pelo Corpo de Bombeiros de Presidente Prudente (Figura 4).

Figura 4. Impactos deflagrados pela precipitação ocorrida em 28 de novembro de 2015 no município de Presidente Prudente/SP

Fonte: G1 (2015).

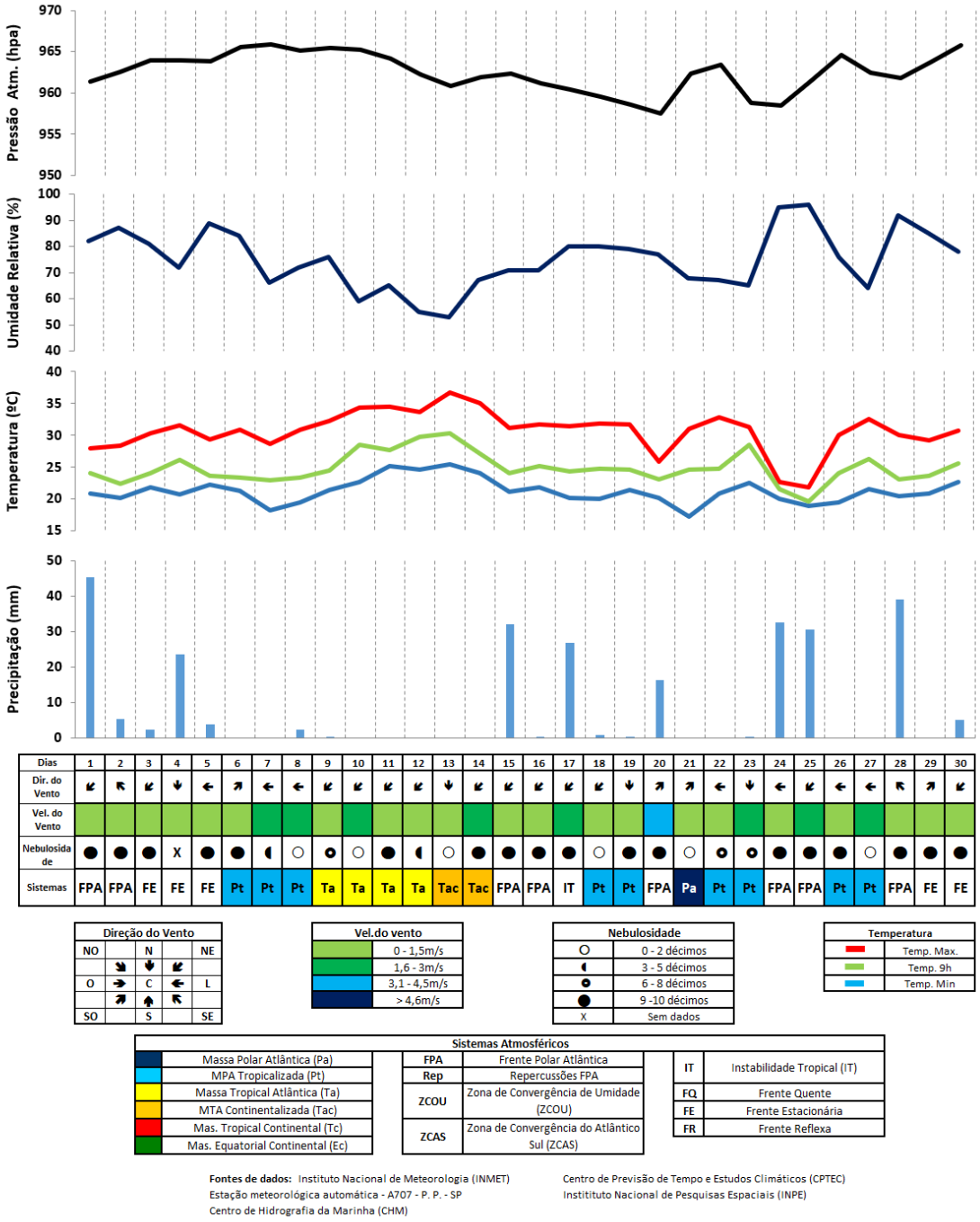
[28] Globo Notícias (G1). **Temporal causa queda de árvores em Pres. Prudente e Martinópolis**. Disponível em: http://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2015/11/temporal-causa-quedas-de-arvores-em-pres-prudente-e-martinopolis.html. Acesso em: 27 de fev. de 2021.

 ISBN: 1981-1047

O gráfico de análise rítmica (Figura 05) mostrou que durante a passagem, a frente ocasionou uma queda considerável nos valores de temperatura máxima e mínima (ºC), bem como a queda da pressão atmosférica (hpa) acompanhada pelo aumento da umidade relativa (%), estando todos os dias destacados sob alto índice de nebulosidade. A direção predominante dos ventos advindos dos quadrantes Oeste/Noroeste confirmam a atuação de uma Frente Polar Atlântica, que durante o dia 28, alcançou a velocidade máxima de até 71km/h de acordo com a Estação Automática Meteorológica de Presidente Prudente.

ISBN: 1981-1047

Figura 5. Gráfico de análise rítmica do mês de novembro de 2015



Fonte: Estação Meteorológica Automática do INMET em Presidente Prudente.

Org.: autores.

ISBN: 1981-1047

CONCLUSÃO

A construção deste trabalho permitiu identificar a gênese e os impactos de um dos episódios que causaram transtornos ao ambiente urbano de Presidente Prudente, sendo provocado pela incursão de um sistema de origem polar sobre o município, ocasionando 39,2 mm de precipitação e promovendo diversos transtornos.

Múltiplas perturbações foram identificadas no município de Presidente e região durante o episódio, sendo os maiores representantes dos impactos identificados os alagamentos, inundações e quedas de árvore, provocados pelo grande volume identificado em um curto período de tempo e ventos de alta velocidade. Os veículos de informação utilizados permitiram relacionar os dados quantitativos e qualitativos do episódio, destacando a verdadeira repercussão social da ação da chuva intensa no município.

Os impactos causados no ambiente urbano evidenciam a necessidade de um planejamento adequado que leve em consideração as questões climáticas como intrínsecas para o planejamento frente às intempéries do clima, por conta disso, são de suma importância estabelecer pautas voltadas para medidas de ação e prevenção, buscando harmonizar o ambiente antrópico com a paisagem e os elementos naturais.

REFERÊNCIAS

AMORIM, A. T. *et al*. **Análise temporal de índices de precipitação pluvial no Oeste do Estado de São Paulo**. In: Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada (SBGFA), 18., 2019, Fortaleza.

AMORIM, M. C. C. T. **O clima de Presidente Prudente/SP**. 2000. 322 f. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

AMORIM, M. C. C. T. **Teoria e Método para o Estudo das Ilhas de Calor em Cidades Tropicais de Pequeno e Médio Porte**. Tese de Livre-Docência. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2017.

UNISDR – United Nations Officer for Disaster Risk Reduction; CRED – Centre for Research on the Epidemiology of Disasters. ***The Human Cost of Weather-Related Disasters 1995-2015***. Brussels; Geneve: CRED; EM-DAT; UNISDR, 2015. Disponível em: www.undrr.org/publication/human-cost-weather-related-disasters-1995-2015. Acesso em: 02 de mai. de 2021.

 ISBN: 1981-1047

CHM - Centro de Hidrografia da Marinha. **Cartas Sinóticas**. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/chm/dados-do-smm-cartas-sinoticas/cartas-sinoticas. Acesso em: 12 de fev. de 2021.

CPETEC/INPE - Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos. **Banco de Dados de Imagens**. Disponível em: http://satelite.cptec.inpe.br/home/index.jsp. Acesso em: 27 de fev. de 2021.

CPTEC - Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos. **El Nino e La Nina**. Disponível em: http://enos.cptec.inpe.br. Acesso em: 27 de fev. de 2021.

DUBREUIL, V. et al. Os tipos de climas anuais no Brasil: uma aplicação da classificação de Köppen de 1961 a 2015. **Confins**, n. 37, 2018.

Globo Notícias (G1). **Em dez horas, Presidente Prudente registra queda de 201 raios.** Disponível em: http://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2015/11/em-dez-horas-presidente-prudente-registra-queda-de-201-raios.html. Acesso em: 27 de fev. de 2021.

Globo Notícias (G1). **Temporal causa queda de árvores em Pres. Prudente e Martinópolis**. Disponível em: http://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2015/11/temporal-causa-quedas-de-arvores-em-pres-prudente-e-martinopolis.html. Acesso em: 27 de fev. de 2021.

HERZOG, C. P. **Cidades para todos: (re) aprendendo a conviver com a natureza**. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad X: Inverde, 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades**. REGIC. IBGE: Coordenação de Geografia. 2018 .

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População estimada.** 2020. https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/presidenteprudente/panorama. Acesso em: 01 mar. 2021.

INMET - Instituto Nacional de Meteorologia. **Banco de Dados Meteorológicos para Ensino e Pesquisa**. Disponível em: https://bdmep.inmet.gov.br/#. Acesso em: 27 de fev. de 2021.

MARENGO, J. A. Mudanças climáticas, condições meteorológicas extremas e eventos climáticos no Brasil, p. 4- 19. In: **Mudanças climáticas e eventos extremos no Brasil**. FBDS (org). p: 05-19. FDBS & LLOYD'S. 2009.

MENDONÇA, F. de A. **O clima e o planejamento urbano de cidades de porte médio e pequeno: proposição metodológica para o estudo e sua aplicação à cidade de Londrina/PR**. 1995. 381 p. Tese (Doutorado em Geografia) - USP-SP, São Paulo. 1995.

MONTEIRO, C. A. de F. **Análise Rítmica em Climatologia**: problemas da atualidade climática em São Paulo e achegas para um programa de trabalho. São Paulo: Universidade de São Paulo/Instituto de Geografia, 1971. 21 p. (Série Climatologia n° 1).

MONTEIRO, C. A. de F. **Teoria e Clima Urbano**. São Paulo: IGEOG/USP, 1976. (Série Teses e Monografias).

MONTEIRO, C. A. de F. Teoria e Clima Urbano. In: MENDONÇA, F.; MONTEIRO, C. A. de F. (orgs). **Clima Urbano**. São Paulo: Contexto, 2003. Cap.1, p. 09-67.

ONU. **2018 revision of world urbanization prospects**. New York, NY, USA: UN Population Division. 2018. Disponível em: https://population.un.org/wpp/. Acesso em: 10 abr. 2019.

SANT'ANNA NETO, J. L., SOUZA, C. G., GOULART, H. R., BRIGATTI, N. VALIO, D. A. **Adversidades Climáticas Retratadas pela Imprensa Local de Presidente Prudente e Região**. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CLIMATOLOGIA GEOGRÁFICA, 2002, Curitiba. Anais do SIMPÓRIO BRASILEIRO DE CLIMATOLOGIA GEOGRÁFICA. Curitiba: Conselho de Curso de Graduação em Geografia – AGB, 2002. v. V. p. 899-906.

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Perfil dos Municípios Paulistas – Presidente Prudente**. Disponível em: https://perfil.seade.gov.br. Acesso em: 08 de mar. de 2021.

SILVA, G. H. P. **Os efeitos de áreas agrícolas urbanas na intensidade das ilhas de calor em Florianópolis-SC**. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2020.

ZAVATTINI, J. A**. Estudos do Clima no Brasil**. Campinas: Alínea, 2004, 398 p.

 ISBN: 1981-1047

EFEITOS DA SECA NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL

GT - Geografia, Ambiente e Ecologia.

Antonio Yam da Silva Gomes
yam.silva16@gmail.com
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Hans Ronieli Cardoso Ferreira de Willegaignon
hanswillegaignon18@gmail.com
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Resumo

O presente artigo faz um levantamento bibliográfico a respeito da seca no Nordeste e como a região tem feito para se sobressair diante das consequências resultado desse evento climático, destacando a extrema vulnerabilidade que região tem diante desse fenômeno, e os métodos que a mesma utiliza para sobreviver diante desse cenário de escassez de recursos. De início se faz um levantamento sobre o conceito de seca, quais consequências a mesma traz para aquela área que é atuante, e posteriormente é feito uma abordagem de como a população e o governo se comportam diante dessa realidade.

Palavras-chave: Seca, Nordeste, Impactos, Vulnerabilidade Climática

Introdução

A seca é um dos fenômenos naturais que tem uma grande frequência e ocorrência no mundo. Mesmo com o passar dos séculos, esse fenômeno continua representando um desastre natural considerável. Tal fenômeno é comum principalmente no nordeste do Brasil, devido alguns fatores que permite a ocorrência de tal fenômeno, como à, condições climáticas no qual a região está sujeita, que consequentemente provoca a vulnerabilidade hídrica, onde também tem a ausência de políticas públicas eficazes, onde as secas, com suas características adversas contribuem na construção de desastres sociais e ambientais na região. No Nordeste do Brasil as temperaturas oscilam acima das médias normais climáticas, e o período chuvoso é caracterizado principalmente pela enorme deficiência hídrica.

Segundo CASTRO (2003) as secas são consideradas fenômenos naturais extremamente severos, que são gradativamente influenciadas pelas características fisiográficas presentes na região (rocha, solo, topografia, vegetação e condições meteorológicas). Quando estes fenômenos intensos ocorrem em locais onde os seres

 ISBN: 1981-1047

humanos vivem, resulta em danos materiais e até mesmo humanos, e também ocasionando prejuízos socioeconômico, ou seja, o fenômeno estiagem é denominada seca, analisada atualmente como um dos desastres naturais de maior ocorrência e impacto no mundo. Isto se deve ao fato de que ela ocorre durante longos períodos, afetando grandes extensões do território em questão. No Nordeste brasileiro, os prejuízos observados ao longo dos anos, onde envolvem setores da economia, no caso, perdas na agricultura de sequeiro, na pecuária, etc., influencia diretamente na oferta de energia elétrica, bem como, comprometimento do abastecimento de água para a sociedade em si. É importante ressaltar que, a seca não é limitada apenas ao Sertão, ela também pode atingir áreas ao leste do Nordeste como o Agreste, Zona da Mata e Litoral. (CARVALHO, 1988).

O Nordeste Brasileiro é reconhecido como uma área altamente vulnerável aos fatores climáticos, principalmente, em sua região semiárida. A seca é considerada um desastre de ordem natural, pois os impactos da semiaridez representam, secularmente, um quadro de risco para a população. Os desastres naturais são causados por fatores relacionados com a geodinâmica terrestre ou relativos a fenômenos meteorológicos como vendavais, secas, geadas, chuvas de granizo, inundações, ondas de calor, ondas de frio, queda da umidade relativa do ar e outros. Diante desta problemática, o objetivo geral da presente pesquisa é fazer um balanço histórico das secas no Nordeste, e analisar as consequências trazidas pela mesma a região, e a partir disso, verificar os principais impactos ocorridos e fazer uma reflexão sobre.

Para a consecução dos objetivos propostos, a pesquisa foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica, da literatura sobre as secas e seus impactos no Nordeste. Em seguida, procedeu-se à análise de dados estatísticos do Censo Agropecuário do Nordeste, para assim averiguar os impactos ocasionados pela seca na região.

Desenvolvimento

De modo geral, as alterações no clima ocasionadas por diversos motivos, mais em parte pela ação antrópica, têm afetado de diversas formas mundo afora, e desta forma trazendo consequências negativas, aumentando cada vez mais a incidência e também a intensidade dos fenômenos climáticos de grandes proporções (furacões, maremotos, tsunamis e etc...) que ocorrem em várias partes do mundo. E ao analisar a forma com que

 ISBN: 1981-1047

essas modificações climáticas tem ocorrido, é possível que ainda possa vir acontecer, consequências como grandes ondas de calor, esgotamento das aquíferos, além do aumento gradual de fenômenos como secas e inundações, que desta forma, se tornarão mais frequentes e em grandes escalas, ao longo do tempo (MARENGO, 2008).

Com isso, temos um fenômeno bastante comum principalmente no nordeste do Brasil, a seca. O mesmo, de maneira peculiar, é descrito como um componente de grande importância da variação climática pelo planeta, principalmente nas áreas que estejam dentro das zonas semiáridas. Tal fenômeno é definido genericamente por Costa (2014, p. 9), como uma "situação de escassez de água que se prolonga ao longo do tempo, que abrange áreas extensas e com repercussões negativas significativas nas atividades socioeconômicas e nos ecossistemas". E complementando tal raciocínio, Freitas (2016) descreve a seca como um "fenômeno climático caracterizado pela baixa e má distribuição de chuva em uma região, tanto de um ponto de vista espacial, como temporal, o que provoca vários desequilíbrios" (FREITAS, 2016).

Deste modo, por ser um fenômeno que ocorre bastante no nordeste do Brasil, por exemplo, pode ocorrer um esgotamento dos solos, o que acaba limitando o desenvolvimento econômico da área, como a prática agrícola, por exemplo. Já em relação a sua ocorrência, Freitas (2016) destaca que o fenômeno das secas é bem mais intenso em regiões com características semiáridas, no caso por exemplo o objeto de estudo em questão, o Nordeste do Brasil. Neste sentido o mesmo também destaca os principais lugares onde esse fenômeno ocorre com mais frequência, países como, Brasil, China, Ásia, África, Estados Unidos e Austrália.

Segundo o referido autor, o acontecimento desse fenômeno pelo mundo se dá de forma irregular ao longo do tempo, totalizando 6% dos desastres globais ocorridos entre os anos de 1970 e 2012, ocasionando grandes prejuízos econômicos, além de muitas mortes ao longo da história. De acordo como Lira (2016) analisando sua distribuição desse fenômeno por continente, a África destacasse entre os demais por apresentar a maior ocorrência de seca chegando a 44%, devido às suas características climáticas e de vegetação, seguido da Ásia 24%, já as Américas ficaram em terceira posição em relação a tal fenômeno, chegando a 21%, vale ressaltar que o Brasil está presente dentro desse continente e que nele o fenômeno "seca"

 ISBN: 1981-1047

ocorre com frequência da sua área nordeste, em seguida vem a Europa com 6,4% e por último a Oceania com seus 3,3%, evidenciando-se assim a complexidade deste fenômeno climático pela geografia mundial (ALPINO e COSTA, 2014).

Por ser um fenômeno que há muito tempo ocorre em várias partes do planeta, principalmente nas áreas caracterizadas pela aridez e semiaridez, é importante salientar que as mudanças climáticas podem cada vez mais aumentar a ocorrência destes períodos de estiagem e prolongar cada vez mais o mesmo, além de acarretar consequências mais "catastróficas". A partir disso, ocasionaram-se grandes prejuízos para a qualidade de vida das pessoas que ali residiam, ou seja, moravam em espaços, que geograficamente eram vulneráveis à ocorrência da seca.

Seguindo esta linha de raciocínio, os mesmos autores salientam que este tipo de fenômeno ocasionado pelo clima pode ter resultados ainda piores quando associados à perspectiva do aquecimento global. No entanto, embora estas hipóteses sejam remetidas a um aumento na intensificação dos fenômenos climáticos como a seca, por exemplo, a situação social de cada espaço afetado é distinta.

Assim, a fragilidade de algumas localidades em relação a seca, aumenta as consequências da escassez prolongada de chuvas, atingindo principalmente grupos sociais menos favorecidos, como as pessoas que residem em áreas rurais, primeiro porque historicamente é a classe social, menos favorecida pelos governantes do que a classe social que residem em áreas urbana, e cujas atividades econômicas estejam necessitam das chuvas. Desta forma, em períodos extensos de seca, a produção agrícola pode ser comprometida de forma substancial, levando a elevação dos preços de tais produtos no mercado. Outro fator bastante importante por sinal, que acaba sendo limitado é à água potável, acarretando consequências negativas para a saúde das pessoas, tendo em vista a má qualidade da água utilizada para consumo humano.

Com isso, por mais que as secas tenham uma grande ligação com a deficiência hidrológica, sendo um fenômeno que frequentemente é ligado às ciências meteorológicas, há vários processos socioeconômicos que potencializam estes efeitos. Conforme explica Freitas (2016), a seca não se restringe apenas "uma situação climática anormal que provoca

 ISBN: 1981-1047

frustrações das safras agrícolas, mas também se apresenta como um fato social", onde é de grande valia ressaltar, que quanto menor o grau de desenvolvimento econômico e social de uma determinada sociedade, maiores serão os impactos das secas sobre tal população.

No caso específico do Brasil, a área historicamente mais afetada é o Nordeste, especialmente o Semiárido. Isso se deve às características climáticas e ambientais na qual essa região está submetida, pois devido a sua enorme variação climática, é dada condições favoráveis à ocorrência de eventos extremos como as secas. Além disso, outro fator que torna possível a precariedade na região, é a predominância acentuada de desigualdade socioeconômica. Portanto, a seca se forma a partir de variações climáticas que atingem de forma eventual diversas áreas geográficas espalhadas pelo planeta. A respeito do caráter histórico deste tipo de fenômeno, na realidade atual seus efeitos podem se agravar de forma gradual, devido ao período recente em que vivenciamos o aquecimento global, que pode aumentar a sua frequência e intensidade de tal evento climático. Com isso, vale destacar, que os registros de grandes secas ocorrem em intervalos cada vez menores entre uma seca e outra, desta forma evidenciando que a estiagem está cada vez mais presente no nordeste do Brasil, e possuem efeitos cada vez mais severos, como por exemplo da grande seca de 2012, que é considerada por especialistas renomados, como sendo a maior dos últimos 50 anos ocorrida na região Nordeste, e cujos as consequências se concentram principalmente no Semiárido. Tal área geográfica é a mais vulnerável do país em relação à questão climática, e apresenta um longo histórico de estiagens prolongadas (Carvalho,1999).

De forma mais detalhada, conforme Brasil (2005), o Semiárido Nordestino tem uma precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros; o índice de aridez é de até 0,5 quando calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990, e o risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990.

A região semiárida (disposta na Figura 1) possui uma extensão de 982.563,3 km², e abrange exatamente 1.133 municípios entre os estados de Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, além de uma parte do estado de Minas Gerais. Com isso, 56% do que que equivale território do Nordeste brasileiro é recoberta pela sub-região semiárida, que concentra aproximadamente 12% da população do Brasil, onde

 ISBN: 1981-1047

vale destacar que entre os estados, o Rio Grande do Norte é o mais semiárido, com quase 95% de sua extensão territorial dentro da área semiárida do nordeste (CARVALHO, 2014).

Ao detalhar a região semiárida no Nordeste, Castro (1984) ressalta o fato de que seu clima é extremamente seco, com chuvas bastante escassas e ocorre de forma irregular. Estes aspectos mostram a fragilidade desta área e como a mesma está sujeita às variações climáticas e suas consequências. Vale destacar que tal território geográfico enfrenta desde do passado grandes estiagens e secas que ocorrem com pouco intervalos entre elas, podendo variar de anos a décadas a sua ocorrência, de modo que a escassez das chuvas e má distribuição das mesmas, tem sido um obstáculo frequente, em relação ao desenvolvimento de atividades voltadas para agricultura e pecuárias na região.

Em relação a frequência de desse fenômeno (seca) no Semiárido nordestino, (Maia 2001) afirma que a região já vivenciou 85 anos de seca entre os séculos XVIII, XIX e XX, o que significaria a ocorrência de estiagem da seguinte forma, onde seria em geral dois anos e meio de inverno normal, e um de seca, ou seja, essa seria a sequência, evidenciando assim que durante os três séculos citados anteriormente, as secas ocorriam a cada dois anos e meio, com um evento climático quase que padrão. Desta forma, as secas no nordeste do Brasil, é um evento climático que ocorre desde muito tempo atrás, resultando sempre em consequências sociais e econômicas negativas, onde nesse caso necessitaria de um olhar mais aguçado por parte do governo para com os cuidados com essa região e as pessoas que ali moram, onde demandam um planejamento governamental mais cuidadoso em relação à referida problemática.

Carvalho em sua publicação de 2014, informa que "o investimento em infraestrutura viária e hídrica aumentou nas últimas décadas e barragens e reservatórios espalharam-se pela região Nordeste". Porém, a falta de chuva observada no Semiárido brasileiro a partir de 2012, que foi quando ocorreu um grande período de seca, apresentou reflexos negativos sobre os níveis de água disponíveis nos mesmos. E de acordo Castro (2016) nessa época boa parte dos regulatórios da região ficaram com níveis bem baixos: "Pelo menos metade dos 504 reservatórios monitorados pela ANA no Nordeste chegou ao final de 2013 com menos de 30% da capacidade" (CASTRO, 2016).

 ISBN: 1981-1047

E isso tornou mais difícil o abastecimento hídrico para a população a partir do ano de 2014, fazendo-se necessário, a utilização de rodízios para a distribuição de água em toda referida área geográfica.

Com isso, as principais fontes de água, sejam elas de pequeno e médio porte, perderam a maior parte de seus volumes, e alguns chegaram até mesmo secar, ocasionando um colapso hídrico na região. Isso só mostra que o governo precisa se esforçar muito ainda, para haver melhorias na região em relação à infraestrutura para população sertaneja. Desta forma, percebe-se, que a estiagem é um evento climático presente em grande parte da história do Nordeste brasileiro, principalmente, na sua área semiárida, que é caracterizada por uma grande fragilidade climática.

As consequências deixadas pela seca, contribuiu muito para o crescimento da classe pobre e é essa mesma classe que sofre com tais efeitos, também tais consequências contribuíram para queda no tamanho das áreas e suas respectivas colheitas, além dos baixos rendimentos físicos a partir de culturas tradicionais como milho e feijão, como diz Duarte em sua publicação de 2002:

> Lavouras cultivadas no Semiárido nordestino em regime de sequeiro, que lidam com uma produção declinante em épocas de baixa pluviometria, tiveram uma queda na produção. Note-se também que os maiores abalos são sentidos pelos grupos populacionais mais pobres. Quanto às quedas nos rendimentos das lavouras. (Alpino, 2002).

Alpino (2002) também afirma que no ano de 1958 o banco do Nordeste do Brasil fez uma pesquisa de campo para averiguar a porcentagem de perdas ocasionadas pela estiagem, nos estados mais atingidos pela seca. Assim, nos estados do Piauí, do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco, foram verificados prejuízos da ordem de -85% na lavoura do milho, -85% do feijão, -50% da mandioca, -50% da banana, -90% do café e -90% da cana-de-açúcar, e o algodão teve frustração de -55% a -60% de sua safra, em relação ao ano de 1957.

Outra atividade gravemente prejudicada por conta do clima, é a pecuária que, de forma parecida com à atividade agrícola, em anos em que a estiagem é presente de forma constante há grandes perdas na produção pecuarista, tendo em vista seu caráter extensivo,

 ISBN: 1981-1047

de baixa produtividade (KHAN, 1995). Ainda segundo Khan (1995) a criação de bovinos é praticamente dedicada à engorda e posteriormente o abate, para assim ser feita a venda no mercado litorâneo e nas pequenas cidades, também é voltado para a pecuária leiteira especializada, porém o que ganha destaque é a venda de carne. Outro ponto importante que merece destaque no Nordeste Semiárido, é que a criação de gado é sustentada quase que em sua maioria, por forragens nativas e restos de culturas anuais, de modo que há uma adaptação à seca, pois o período é difícil para alimentar devido à escassez de alimentos, desta forma são encontradas sérias dificuldades para garantir a alimentação e água para o consumo dos animais, daí a importância de se utilizar essas alternativas.

Ou seja, os efeitos da seca e consequentemente a falta de recursos hídricos e de alimentos, afetam de forma direta o tamanho dos rebanhos e sua produção em geral, e principalmente, o desempenho de animais de pequeno porte, como ovinos, caprinos e suínos por exemplo, vale ressaltar que estes apresentam um incremento relativo nas vendas, por impulsionar as mesmas, quanto ao gado, o que se configura, é a crescente perda de peso dos animais, aumento do número de morte, ocasionando abates precoces e, ainda, mudança de locais, pois alguns criadores preferem ir com seus rebanhos para áreas menos afetadas pela seca, como uma forma de para salvar os mesmos (KHAN, 1995).

De certa forma há um desencadeamento das secas no meio rural do Semiárido, pois a mesma atinge inicialmente sobre a produção, e logo em seguida, atinge o setor de empregos, gerando desemprego, e desta forma resultando na redução da renda, principalmente pequenos agricultores. Com isso, uma vez que as atividades produtivas sejam elas agricultura ou pecuária, sejam de certa forma abaladas, resultando num cenário negativo sobre o nível de ocupação da mão-de-obra para o trabalho da terra, já que o volume de produção determina o nível de emprego da mão-de-obra. Ou seja, o desemprego principalmente nas áreas rurais, assume proporções alarmantes nos períodos em que a seca é constante, uma vez que guardam estreita relação com a concentração de mão-de-obra nas lavouras.

Com base no que foi exposto anteriormente, percebe-se que a população que vivem no Semiárido nordestino estão mais resistentes em relação às variações climáticas, já o mesmo não pode ser dito da agropecuária que é desenvolvida nessa área, que continua extremamente frágil à insuficiência pluviométrica, principalmente por apresentar

 ISBN: 1981-1047

características distintas, cujo desempenho é totalmente influenciado com os regimes de chuva.

Conclusões

O objetivo geral do presente trabalho foi fazer um levantamento de dados sobre o balanço histórico das secas no Nordeste e estudar os seus efeitos socioeconômicos na região nordeste do Brasil, com isso pode-se concluir que as secas são fenômenos climáticos extremos que tendem a se agravar por conta do aquecimento global. Vale salientar, como foi demonstrado, que no caso do Nordeste, as mesmas representam um problema histórico, ou seja, vem ocorrendo desde muito tempo atrás.

Os primeiros registros de seca na região Nordeste do Brasil são datados desde o XVI, onde vale destacar que esse evento climático vem se repetindo ao longo do tempo, causando sérios impactos tanto na vida das pessoas quanto nas atividades produtivas da região, sobretudo no que se refere a pecuária e agricultura. Com tudo, no decorrer da história, por conta do avanço das políticas de transferência e ações governamentais, em relação a proteção social, foram feitas construção de obras de infraestrutura de armazenamento de água, no caso barragens, açudes e cisternas, para fazer com que a população saísse daquela situação de precariedade, então ocorreu uma redução das consequências da seca sobre a população que habita a região semiárida. Porém, os rebanhos e as produções alimentares, de milho e feijão por exemplo, continuam vulneráveis a realidade ocasionada pela seca, tais problemas atinge todas as unidades federativas do Nordeste, dentre os quais o estado do Rio Grande do Norte se destaca, por ser o estado mais semiárido do país.

Desta forma entende-se que este trabalho pode contribuir no sentido de fazer um levantamento de dados a respeito das consequências trazidas pela seca a região nordeste, e todos fatores que são resultantes disso, como ações governamentais que atingiu de forma mais efetiva os pequenos agricultores familiares presentes na região nordeste, tendo em vista que a maior parte dos produtores que compõem este segmento desenvolvem suas atividades produtivas de forma bastante precária.

Referências

AB'SÁBER, A. **Ecossistemas do Brasil**. São Paulo: Metalivros, 2006.

 ISBN: 1981-1047

ABU AHMED. **Effects of the drought in the health and social life in the Sudan**. World Health Fórum, 1990.

ADGER, N.W. Social and ecological resilience: are they related? **Prog Hum Geogr** 24: 347-364.

AGÊNCIA PERNAMBUCANA DE ÁGUA E CLIMA (APAC). [Acessado em 12 de setembro de 2014]. Link: http://www.apac.pe.gov.br/.

ALDERMAN, K; TURNER, L.R; TONG, S. **Floods and human health**. A systematic review. Environment Internacional, 2012.

ALPINO, T. M. A.; FREITAS, C. M.; COSTA, A. M. Seca como um desastre. **Revista Ciência & Trópico**. Recife, v. 38, n. 2, p.109-134, 2014.

AMORIM, M.C.C; PORTO, E.R. **Considerações sobre controle e vigilância da qualidade de água de cisternas e seus tratamentos.** 4º Simpósio Brasileiro de Captação e Manejo de Água de Chuva, Juazeiro, BA. Embrapa Semiárido, 2003.

ANDRADE, Manuel Correia. **A problemática da seca**. Recife: Líber Gráfica, 1999ALCÂNTARA, A.M; VESCE, G.E.P. **As representações Sociais do discurso do sujeito coletivo no âmbito da pesquisa qualitativa**. Anais Educere, PUCPR. 2008.

ANDRADE FILHO, V.S; ARTAXO, P; HACON, S; CARMO, C.N; CIRINA, G. **Aerossóis de queimadas e doenças respiratórias em crianças**, Manaus, Brasil. Revista de Saúde Pública, vol 47(22): 239-247, 2013 Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA). [Acessado em 03 de outubro de 2013 às 12:35]. http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=1150.

ATLAS BRASILEIRO DE DESASTRES NATURAIS – Volume Brasil. Florianópolis: Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPED) - UFSC, 2012.

ATLAS BRASILEIRO DE DESASTRES NATURAIS – Volume Brasil. 2ª Edição Revisada e Ampliada. Florianópolis: Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPED) - UFSC, 2013.

ATLAS BRASILEIRO DE DESASTRES NATURAIS – Volume Pernambuco. 2ª Edição Revisada e Ampliada. Florianópolis: Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPED) - UFSC, 2013.

BANCO DE DADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO (BDE). [Acessado em 22 de Fevereiro de 2015, às 19:38]. Site: http://www.bde.pe.gov.br/EstruturacaoGeral/conteudo_site2.aspx.

BANHOLZER, M. **Casos de dengue hemorrágica aumentam em Pernambuco**. NE 10 – Notícias de Pernambuco, Nordeste, Brasil e mundo. Noticías Grande Recife. [Acessado em 27 de Fevereiro de 2015, às 12:01]. Site: http://noticias.ne10.uol.com.br/granderecife/noticia/2014/10/16/casos-de-dengue-hemorragica-aumentam-em-pernambuco514733.php.

BARRANCO, A; MENDOZA, T. **Resiliencia y compromiso**. TS Difusion. Colegio Profesional de Trabajo Social de Málaga. Vol, 98, Febrero, 2013.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é, o que não é**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

BRANCO, A.M. **Mulheres da seca: luta e visibilidade numa situação de desastre**. Editora Universitária João Pessoa: UFPB, 2000.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasilia, DF. Portal da Legislação. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm> Acesso em: 06/10/2020.

BRASIL. Lei nº 175, de 1 de janeiro de 1936. Regula o disposto no Art. 177 da Constituição Federal de 1934 (efeitos das secas). Rio de Janeiro, RJ. Portal da Legislação. Disponível em: Acesso em: 03 mar. 2017.

CARVALHO, C. P. O. O novo padrão de crescimento do Nordeste Semiárido. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 45, n. 3, p.160-184, jul-set, 2014.

CASTRO, A. L. C. **Manual de Desastres: desastres naturais**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2003. 174 p.

CAVALCANTE, C. V.; PESSOA, D. M. **A seca de 1979-1980:** uma avaliação pela Fundação Joaquim Nabuco. Fortaleza, Banco do Nordeste; Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 2002. (Série Estudos sobre as Secas no Nordeste, v.3)

FERNANDES, Cláudio. **"Secas do Nordeste"**; Brasil Escola. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/historiab/secas-nordeste.htm. Acesso em 15 de setembro de 2020.

KHAN, A. S.; CAMPOS, R. T. Efeitos das secas no setor agrícola do Nordeste. In: MAIA GOMES, G.; SOUZA, H. R.; MAGALHÃES, A. R. (Orgs.). **Desenvolvimento sustentável no Nordeste**. Brasília, IPEA, 1995. p.175-194.

LIRA, I. **Alimentos:** percurso extenso e caro até o RN. Tribuna do Norte. Natal, 22 out. 2009. Disponível em: . Acesso em: 15 maio 2017.

LIRA, J. S. **Resiliência da agricultura familiar no nordeste brasileiro.** 2016. 82f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Economia Rural, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2016.

MARENGO, J. A. Vulnerabilidade, impactos e adaptação à mudança do clima no semi-árido do Brasil. **Parcerias Estratégicas**. Brasília, v.13, n. 27, p.149-176, 2008.

NOBRE, C. **Usando a ciência climática para combater a indústria da seca**. 2017. Disponível em: http://wribrasil.org.br/pt/blog/2017/01/usando-ciencia-climatica-para-combater-industria-da-seca.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Metodologia de Caracterização e Previsão das Secas**. Modelação Espacial e Temporal. Lisboa. 2004.

PEDUZZI, P. **Participação da agropecuária no PIB sobe para 23% em 2015**. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-12/participacao-da-agropecuaria-no-pib-sobe-para23-em-2015. 2015.

PERES, E. Q.; BRITO JÚNIOR, I.; LEIRAS, A.; YOSHISAKI, H. **Humanitarian logistics and disaster relief research:** trends, applications, and future research directions. 2012

PORTAL BRASIL. **Plano Safra tem papel fundamental para a agricultura familiar, diz ministro**. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/governo/2016/04/agricultura-familiar-com-r-28-9-bi-para-garantir-alimento-namesa-das-familias. Acessado em: jun 2017.

PROGRAMA NACIONAL DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. [Acessado em 22 de Fevereiro de 2015 às 11:39]. Site: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/itapetim_pe.

RIBEIRO, L. A. **Consultoria Ambiental em Recursos Hídricos**. Disponível em: http://www.aquafluxus.com.br/desastres-naturais-estatisticas-recentes. 2015.

SILVA, M. A. M., FRUTUOSO, M. N. M. A., RODRIGUES S. S. F. B.; NOGUEIRA, R. J. M. C. **Fatores socioambientais influenciados pela seca na conservação da caatinga**. 2016.

SILVA, V. P. R; PEREIRA, E. R.R.; AZEVEDO, P. V.; SOUSA, F. de A.S.; SOUSA, I. Análise Pluviométrica e dias chuvosos na região Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental.** Campina Grande. 2010.

SILVA, R. M. A. da. **Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-Árido:** políticas públicas e transição paradigmática. 2007.

SOUSA, J. M. B. B. de. **Previsão Sazonal de Índices de seca com modelos de Markov.** Lisboa. 2009.

TRAVASSOS, I. S.; SOUZA, B. I. de; SILVA, A. B. da. **Secas, Desertificação e Políticas públicas no Semiárido Nordestino Brasileiro.** 2013.

VERNER, D. Vozes do povo: impactos socioeconômicos da seca no Nordeste do Brasil. In: NYS, E; ENGLE, N. L.; MAGALHÃES, A. R. **Secas no Brasil: política e gestão proativas.** Brasília: CGEE/Banco Mundial, 2016, p. 135-166.

VERNER, D. Programa Nacional de Educação ambiental. In: NYS, E; ENGLE, N. L.; MAGALHÃES, A. R. **Secas no Brasil: política e gestão proativas.** Brasília: CGEE/Banco Mundial, 2016, p. 135-166.

 ISBN: 1981-1047

XIMENES, L. J. F.; LOPES, P. A. A.; MENDONÇA, E. C. B. **Efeitos das secas sobre indicadores agropecuários do Nordeste.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2013. 56p. (Apresentação PowerPoint).

 ISBN: 1981-1047

EIXO 3
GEOGRAFIA, ECONOMIA E TRABALHO

ISBN: 1981-1047

COMÉRCIO EXTERIOR ENTRE O BRASIL E OS BRICS: UMA ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE MARÍLIA - SP[29]

GT - Geografia, Economia e Trabalho

Tainá Akemy Chiaveri Iwata[30]
taina.iwata@unesp.br
FCT-UNESP

Resumo:

Nos últimos o processo de globalização, a reestruturação produtiva e o avanço das tecnologias da informação e comunicação (TICs), entre os fatores, ocasionaram transformações intensas nas relações entre empresas e entre países, por sua vez no comércio internacional. Há maior participação de países em desenvolvimento, considerados como países emergentes, como é o caso do Brasil, China, Índia, Rússia e África do Sul, denominado BRICS. É perspectiva que se insere o Brasil, um país com ampliação na participação do comércio internacional, que vem alterando suas relações comerciais, sendo mais pautadas na relação multilateralista, ampliando sua pauta exportadora. Ademais, as relações comerciais entre o Brasil e os países do BRICS têm crescido nos últimos anos e favorecido a pauta de exportações de diversos municípios brasileiros, mesmo com pequena participação como é o caso dos municípios da região Oeste Paulista. Este artigo objetiva-se analisar as relações comerciais do município de Marília com os países do grupo BRICS, bem como o grau de intensidade tecnológica dos produtos no período de 2000-2016.

Palavras-chave: Comércio exterior; Oeste Paulista; Produtos; BRICS

Introdução

O aprofundamento do processo de globalização no sistema mundial, acarreta em transformações em todo sistema econômico e produtivo. Os avanços tecnológicos, bem como o desenvolvimento de sistemas de transportes e telecomunicações, permitiram que o comércio internacional adotasse novas medidas e padrões produtivos, promovendo a fragmentação produtiva e de bens, alterando, assim, as estruturas organizacionais e produtivas, além das relações de trabalho e sociais.

[29] Este trabalho é vinculado às discussões realizadas na monografia apresentada no departamento de Geografia em 2019, intitulado como "O comércio exterior na região Oeste Paulista: Uma análise a partir dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul)", sob orientação da Prof. Dra. Maria Terezinha Serafim Gomes.

[30] Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, na Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente.

 ISBN: 1981-1047

Neste contexto, com o mundo globalizado surgem novas formas de produção, devido às inovações tecnológicas de produtos e processos, caracterizado pela "acumulação flexível". Deste modo, a flexibilidade do capital, dos sistemas produtivos, dos transportes e telecomunicações, proporcionou uma distribuição geográfica que acarretou na formação dos circuitos espaciais produtivos em diferentes portes de empresas e países. (HARVEY, 1992)

Desta forma, "as novas tecnologias abrem a possibilidade de uma reconstituição das relações de trabalho e os sistemas de produção em bases sociais, econômicas e geográficas inteiramente distintas. " (HARVEY, 1992, p.177)

Devido a essas mudanças o sistema produtivo e comercial tornou-se fragmentado, sendo essencial para a análise de políticas comerciais atuais, possibilitando o aprofundamento das discussões sobre o sistema multilateral de comércio, as formas de produção e do mundo do trabalho.

Dentro deste cenário, a economia mundial vem passando por diversas alterações que foram intensificadas pelo processo de globalização e dos avanços tecnológicos, por sua vez "aprofundaram as relações comerciais entre os países" (IWATA, 2019, p.1), deste modo, ocasionando a ascensão econômica de alguns países, por exemplo os países emergentes.

De modo geral, com o aprofundamento da globalização e das relações comerciais, novos países se destacam, bem como o grupo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) que vem se destacando na pauta do comércio internacional.

É neste contexto que se insere o Brasil com a abertura econômica dos anos 1990 e um conjunto de novas medidas aplicadas na política externa nos anos 2000, pautadas no desenvolvimento comercial entre os países emergentes, com países da América do Sul, do eixo Sul-Sul, Índia, África do Sul, no Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), além dos países árabes e do continente africano, bem como fortalecimento das relações comerciais do MERCOSUL. O país passou a ampliar suas relações comerciais e suas exportações, deste modo resultando no seu aumento em 2003 com os BRICS, bem como o aumento de sua economia entre os anos 2003-2014.

Neste cenário, nos últimos anos, houve um aumento das relações comerciais entre o país e os BRICS, favorecendo a pauta de exportações de diversos municípios brasileiros, e apesar da pequena participação dos municípios da região Oeste Paulista, as empresas localizadas nas cidades médias, passaram a se inserir na nova divisão territorial do trabalho,

 ISBN: 1981-1047

exportando seus produtos para diversos países do mundo, como é o caso do município de Marília.

Este trabalho tem como objetivo analisar as relações comerciais do município de Marília com os países do grupo BRICS, bem como o grau de intensidade tecnológica dos produtos no período de 2000-2016. Para realização deste artigo, a metodologia baseou-se em revisão bibliográfica sobre o tema, pesquisas em sites: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados). Para análise baseamos nos dados do MDIC (Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços), em conjunto com a proposta da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) referente à intensidade tecnológica dos produtos, publicada em 2014 pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Além da realização de pesquisa de campo junto às empresas industriais do município de Marília.

O artigo está estruturado em duas seções, além desta introdução, na 1ª seção, apresenta-se uma breve discussão sobre o aprofundamento das relações comerciais com a globalização; na segunda seção teceremos algumas considerações o comércio exterior entre os BRICS a partir das empresas localizadas no município de Marília. Por fim, as considerações finais.

O comércio exterior do Brasil entre os BRICS

O Brasil passou por diversas medidas que alteraram sua posição no cenário internacional, durante os anos de 1950/1970, a indústria passou a apoiar-se em um modelo de substituição das importações, a partir da década de 1980 mudanças no setor econômico para estabilizar a economia brasileira, além da abertura comercial e financeira, resultante da adesão da política neoliberal nos anos 1990.

> Essas políticas eram baseadas na substituição de importações em que, com o intuito de proteger a indústria nacional, foram estabelecidas barreiras aos produtos importados, seja mediante adoção de altas tarifas nominais ou pela adoção de quotas, proibições e diversos tipos de barreiras não-tarifárias. A partir de 1990, com o fim das barreiras não-tarifárias e a diminuição das tarifas, passou-se à adoção de políticas liberais de comércio. (ROSSI JÚNIOR; FERREIRA, 1999, p.2)

 ISBN: 1981-1047

Fuini (2013), compreende que a inserção brasileira no mercado internacional foi marcada como uma "inserção subordinada ao capitalismo mundial", essencialmente entre os anos de 1980 e 1990, ainda complementa que para os autores HAESBAERT e PORTO-GONÇALVES (2006), o modelo brasileiro de inserção na divisão internacional do trabalho e na nova ordem mundial está associada ao projeto neoliberal da economia.

No Brasil, a década de 1990 é marcada pelas reformas liberalizantes e também pela estabilização inflacionária alcançada através do Plano Real. Segundo Sicsú (2007) foi a partir de 1999 que se desenvolveu uma mudança na estratégia brasileira, afirmada em metas acerca da inflação, fiscais e flexibilidade cambial. Ao mesmo passo ocorre o processo de reestruturação produtiva pautada na competitividade internacional.

> Nos anos 1990, a reestruturação produtiva ganha dimensão com a abertura comercial e financeira, a política neoliberal e a necessidade de reestruturar para inserir-se no mundo globalizado, levando as empresas buscarem por ajustes, inovações tecnológicas, novas formas de organização de produção e organização do trabalho (GOMES, 2010, p.93)

Ao longo dos anos, ocorreram e/ou vem ocorrendo mudanças no comércio exterior brasileiro devido a diversos fatores, entretanto podemos citar alguns, como a abertura econômica que ocorreu a partir dos anos 1990, sucedendo pelas novas medidas que foram adotadas para uma melhor posição, como as que foram implantadas pelos governos do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010) e governo da ex-presidenta Dilma Rousseff (2010-2014 e 2015-2016), tais como, a aproximação de países sul-americanos, e do eixo sul-sul, com essas novas medidas o Brasil obteve uma grande diversidade de parcerias e cooperações, como o próprio BRICS, assim ampliando sua participação no comércio internacional.

Na pauta do comércio exterior, notamos diferenças no que se refere aos produtos comercializados pelo país, pois até os anos 1960 as exportações eram de produtos primários, e atualmente as exportações são mais diversificadas, possuem produtos de diferentes graus de tecnologia, apesar de possuir uma baixa participação de produtos de alta tecnologia, conforme veremos na análise do município de Marília.

 ISBN: 1981-1047

Nos anos 1990, com a adoção das medidas neoliberais no país, como a abertura econômica e financeira, as empresas passaram a se inserir cada vez mais no cenário mundial, para isso é necessário torna-se mais competitivas, proporcionando a busca por inovações.

As relações comerciais brasileiras tiveram alterações ao longo dos anos, saindo de uma abordagem universalista para uma desenvolvimentista, universalista e de autonomia nos anos 2000. É nesta perspectiva que se insere o governo Lula (2003-2010) com uma política externa mais ativa, na qual desempenhou grandes impulsos para a integração sul-americana, promovido pelo papel de liderança pelo Brasil. O país obteve uma grande diversidade de parcerias, evidenciando a cooperação sul-sul na agenda externa brasileira.

> O impulso às alianças com nações emergentes e subdesenvolvidas, como o Brasil, não se deveu aos desejos de união terceiro-mundistas nem antiimperialistas. Esta agenda expressou o pragmatismo da política externa lulista na busca de mercados e áreas para investimentos do capital brasileiro e internacional associado, pois ao mesmo tempo em que desenvolveu o "eixo sul-sul", manteve boas relações políticas e comerciais com norte-americanos e europeus. (ARAÚJO, 2011, p. 9)

Os autores Vigevani e Cepaluni (2007) através das seguintes diretrizes apontam as mudanças na política externa brasileira articuladas pelo governo Lula da Silva.

> 1ª contribuir para a busca de maior equilíbrio internacional, procurando atenuar o unilateralismo; 2ª fortalecer relações bilaterais e multilaterais de forma a aumentar o peso do país nas negociações políticas e econômicas internacionais; 3ª adensar relações diplomáticas no sentido de aproveitar as possibilidades de maior intercâmbio econômico, financeiro, tecnológico, cultural, etc.; e 4ª evitar acordos que possam comprometer a longo prazo o desenvolvimento. (VIGEVANI; CEPALUNI,2007, p. 291)

"O final do século XX e início do século XXI é marcado pela transição de poder, pelo fim da ordem bipolar, pelo declínio hegemônico dos EUA e pela ascensão dos países emergentes, a exemplo dos BRICS. " (IWATA, 2019, p.34)

Com o comércio internacional globalizado, houve aumento da participação e/ou criação de blocos comerciais, sendo instituído para facilitar as operações comerciais, além da maior facilidade em trocas, compras e vendas entre os países, permitiu o surgimento de

 ISBN: 1981-1047

novos competidores no comércio, como os países emergentes, o qual se insere o Brasil, China, Índia, e África do Sul, denominado de BRICS.

O BRICS é um termo, que foi criado em 2001 pelo economista-chefe do Goldman Sachs Jim O'Neill, e desde de sua denominação vem tendo grandes desdobramentos, inclusive a alteração de um conceito acrônimo BRIC para uma instância de coordenação política entre o Brasil, Rússia, Índia e China, outro ponto foi que no ano de 2010 contou com a inserção da África do Sul, passando a ser BRICS.

O grupo é composto por economias emergentes, consideradas subdesenvolvidas e industrializadas, a escolha destes países se deu por "[...] todos parecem dispor de recursos de poder militar, político e econômico; alguma capacidade de contribuir para a gestão da ordem internacional em termos regionais ou globais, além de algum grau de coesão interna e capacidade de ação estatal efetiva". (HURRELL, 2009, p. 10).

O BRICS não é considerado um bloco econômico, mas um grupo político de cooperação, é integrado por cinco países: Brasil, Rússia, Índia e China e África do Sul, são países de certa forma parecidos por serem economias em desenvolvimento. Constitui-se em um grupo de países buscando estabelecer relações intra grupo, bem como uma influência conjunta em temas de interesses comuns, sendo uma cooperação internacional para desenvolvimento, sendo totalmente diferente de outras formas de blocos e agrupamentos. (CASELLA, 2011) São economias emergentes que articulam novas formas de cooperação, com base numa relação sul-sul, que buscam reestruturar a ordem mundial (CASELLA, 2011, 2014; NOGUEIRA, 2012; STUENKEL,2013; BESHARATI, 2015; STUENKEL, 2012, FLEMES, 2010; BAUMANN, 2010).

Deste modo, os países do BRICS se desenham como uma nova forma de cooperação, assumindo um papel importante entre os países emergentes, na qual o "primarismo unilateralista deve deixar de existir" (CASELLA, 2011) (IWATA, 2018, p. 23)

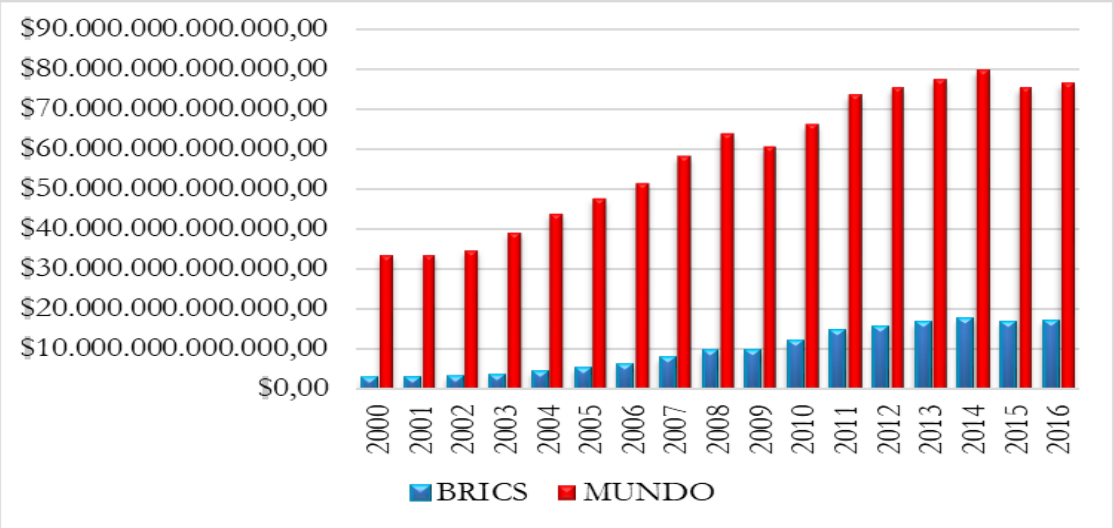
Podemos destacar que, os BRICS vêm alcançando reconhecimento internacional, e este resultado é fruto do esforço político conjunto e inédito no cenário internacional que transformou a simples sigla, limitada ao mundo das finanças, em um arranjo de potências emergentes (STUENKEL, 2012; NOGUEIRA, 2012).

O grupo representou em 2019 cerca de 23,98% do PIB (produto interno bruto) mundial, ou seja US$ 21,039 trilhões. Na figura 1 podemos observar o desenvolvimento do

 ISBN: 1981-1047

PIB (Produto Interno Bruto) do grupo ao longo dos anos de 2000-2016. Os países apresentaram um crescimento da participação do PIB em todo o período analisado.

Figura 1 – BRICS: Crescimento anual do PIB do grupo em relação ao mundo



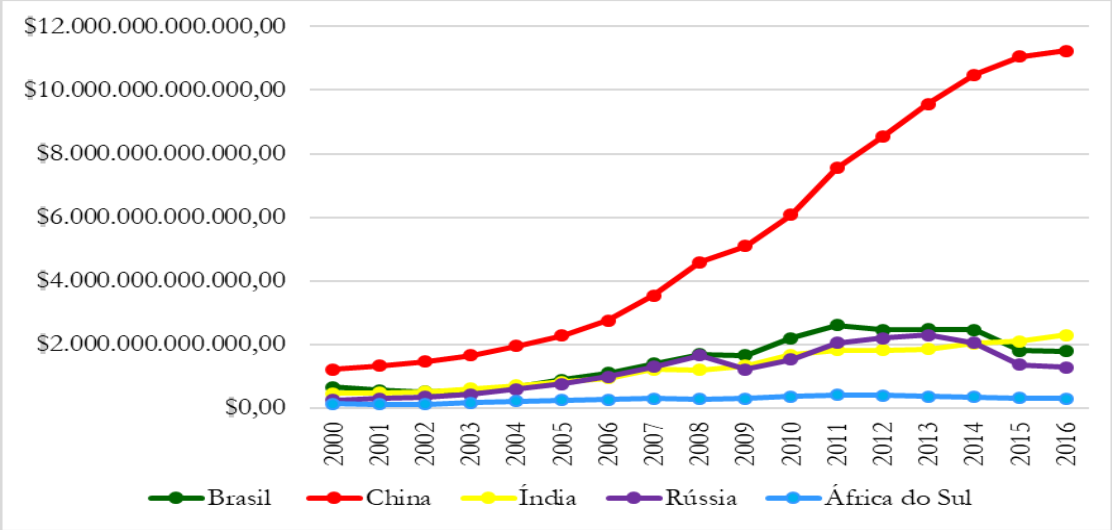
Fonte: Dados do Banco Mundial, 2021. Org: Autora.

Na figura 2, podemos verificar a participação dos países BRICS na composição do produto interno bruto, notamos o acentuado crescimento da China ao longo dos anos, uma queda do Brasil a partir de 2015 e uma evolução da Índia, principalmente a partir de 2016. Analisando o gráfico, notamos que o Brasil vem tendo uma queda em relação ao pib quando comparado aos outros países.

Desde a formação do grupo, a China vem apresentando um papel de destaque, isso ocorre principalmente pelo desenvolvimento que o país vem obtendo desde os anos 2000.

ISBN: 1981-1047

Figura 2. BRICS: PIB - 2000-2016



Fonte: Dados do Banco Mundial, 2021. Org: Autora.

Conforme podemos visualizar nas figuras 2 e 3, observamos que o grupo BRICS vem apresentando um certo aumento na participação comercial e econômica nos anos últimos anos, comandado pela China, o que podemos entender que ocorre através dos diferentes níveis de integração e cooperação do grupo.[31]

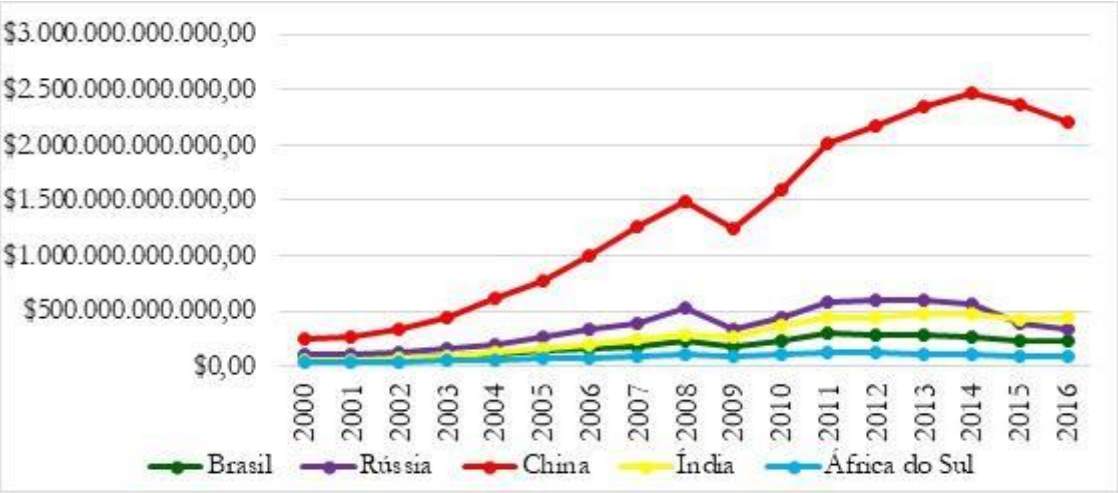
"O peso dos BRICS no comércio mundial (exportações e importações) passou de 9,8% em 1990 para 22,6% em 2008" (BAUMANN, 2010. p. 12) no ano de 2016 atingiu 15,09%. (BANCO MUNDIAL, 2019)

A figura 3, apresenta a participação das exportações dos países BRICS ao longo do período (2000-2016). Notamos um crescimento até 2008, ocorrendo uma queda entre os anos 2008 e 2009, por causa da crise da "bolha imobiliária" nos EUA, com repercussão mundial. Já a partir de 2010 observa-se um melhor desempenho na participação das exportações dos países do BRICS.

[31] Os dados apresentados a seguir fazem parte da discussão realizada anteriormente, apresentada na monografia da autora para o departamento de Geografia da FCT-Unesp no ano de 2019.

 ISBN: 1981-1047

Figura 3. BRICS: Exportações – 2000-2016



Fonte: Dados do Banco Mundial, 2019. Org: Autora.

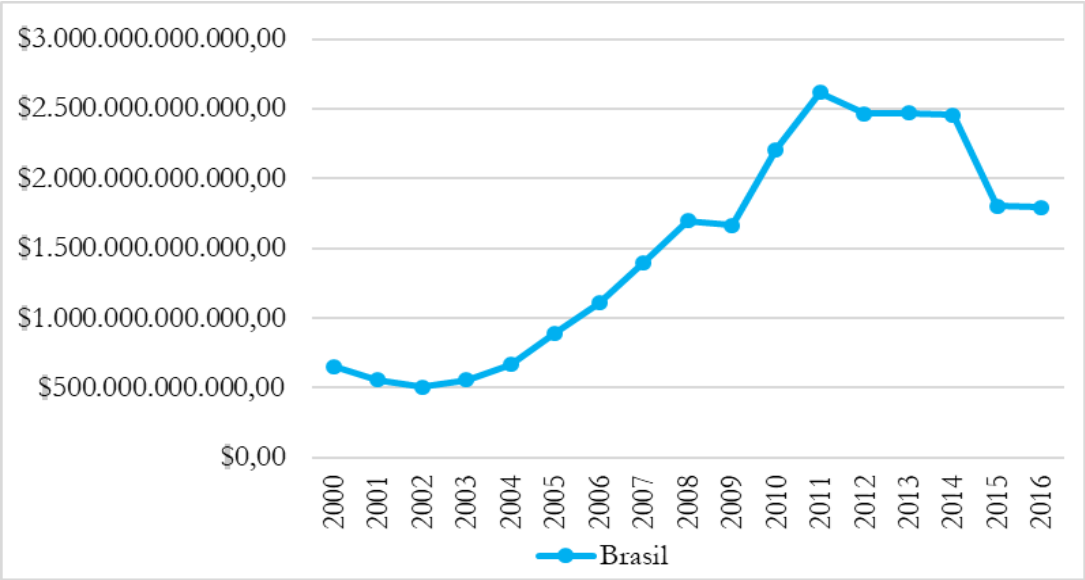
O Brasil possui diversos acordos com o grupo, dentro do grupo o maior parceiro comercial do país é a China. É considerado uma das potências emergentes, membro do Mercosul (Mercado Comum do Sul), grupo BRICS, Unasul (União de Nações Sul-Americanas), G20 entre outros. Possui diversos parceiros comerciais.

Atualmente, o Brasil está ocupando a décima segunda posição, com aproximadamente US$ 1,3 trilhões (FMI, 2020), com projeções para 2021 tornar-se a décima quarta, vemos o país perdendo espaço no cenário internacional, pois em 2018 era a nona economia mundial com PIB de US$ 2,14 trilhões (FMI, 2018), e 2011 era a sexta economia US$ 2,6 trilhões. (BANCO MUNDIAL)

A figura 4 mostra a evolução do PIB brasileiro no período de 2000-2016. De 2000 a 2011 o país manteve a tendência de crescimento do PIB, porém a partir desde período observamos uma queda em 2015. Essa queda foi ainda mais acentuada a partir de 2018 e com pandemia de COVID-19 em 2020.

ISBN: 1981-1047

Figura 4. Brasil: Crescimento anual do Pib 2000-2016 (US$)



Fonte: Dados do Banco Mundial, 2019. Org: Autora.

O PIB (produto interno produto) brasileiro atual, é de aproximadamente US$ 1,4 trilhões (FMI, 2020), R$7,4 trilhões em reais. (IBGE, 2020). No ano de 2016, o pib foi de US$ 1.798,62 dólares, o PIB *per capita* US$ 8.649,9 mil (2016), em reais somaram-se R$ 6.266,9 bilhões. A composição do PIB por setor de atividade econômica configurou-se em: agricultura: R$54.818,00 indústria: R$300.425,00 serviços: R$1.063.306,00[32](4º trimestre de 2016). (IBGE, 2016)[33]

Compreendemos que o desenvolvimento econômico brasileiro, ocorreu por conta de diversos motivos, como a independência em relação ao petróleo, tornando-se um grande exportador, essa modificação foi de extrema importância para o desenvolvimento econômico e para o crescimento do PIB do país.

A atividade econômica brasileira estava se desenvolvendo ao longo dos anos, o que proporcionou bons resultados no desenvolvimento, entretanto vale ressaltar que a partir de 2015 se instalou uma crise econômica e política que culminou no i*mpeachment* da Presidente Dilma Rousself, em 2016, alterando o cenário de tendência de crescimento que foi observado no período anterior.

[32]Valores em Milhões de Reais.

[33] IBGE – PIB. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1846#resultado>. Acesso em:20 abr 2021.

 ISBN: 1981-1047

No cenário mundial, o Brasil ocupou a posição 27º nas exportações e nas importações ocupou a 28º posição. (OMC, 2020). Em 2020, o Brasil exportou cerca de US$ 209,8 milhões (MDIC, 2021), sendo US$ 42, 6 milhões (20,4%) do estado de São Paulo. A relação comercial brasileira, é de certo modo abrangente, o país possui relações/acordos comerciais com diversos países, tanto nas exportações quanto nas importações, o que é favorável para a participação no mercado internacional e dentro do grupo BRICS.

O gráfico 5 demonstra que até o ano de 2016, as exportações no Brasil obtiveram um nível de crescimento até o ano de 2008, visto que no em 2009 ocorre uma queda, sendo assim, reflexo da crise internacional ocasionada no mesmo ano, entretanto nos anos seguintes acontece a retomada o crescimento, e novamente há uma queda brusca, principalmente em 2015.

Os principais parceiros comerciais, em relação às exportações foram a China (US$35,1 bilhões), os Estados Unidos (US$23,3 bilhões), a Argentina (US$13,4 bilhões), a Holanda (US$10,3 bilhões) e a Alemanha (US$4,86 bilhões).

Figura 5. Brasil: Exportações 2000-2016 (US$)

Fonte: Dados do Banco Mundial, 2019. Org: Autora.

A maior participação é do Estado de São Paulo, além de possuir uma economia diversificada, a qual possui o mais amplo parque industrial do País, baseada numa sólida base tecnológica, que geram produtos de alto valor agregado, um forte setor de serviços e financeiro, e o cultivo produtos agropecuários, detentor do maior PIB (produto interno

 ISBN: 1981-1047

bruto) do país, o equivalente a R$ 1,9 trilhão, representa 31,93% do PIB brasileiro (SEADE, 2017) e os dados sobre comércio exterior são bastante significativos, pois o Estado de São Paulo exportou US$ 52,3 bilhões, em 2018, respondendo por 21,8% das exportações brasileiras.

O estado de São Paulo é um grande fornecedor de bens de consumo, bens de capital, insumos e serviços para as demais regiões do Brasil e também para o exterior.

Neste contexto, a região Oeste Paulista surgiu com uma base econômica na agricultura, e com o avanço e o desenvolvimento econômico na região ocorreu uma inserção de indústria de agrícolas e de pequenas empresas de bens de consumo não duráveis.

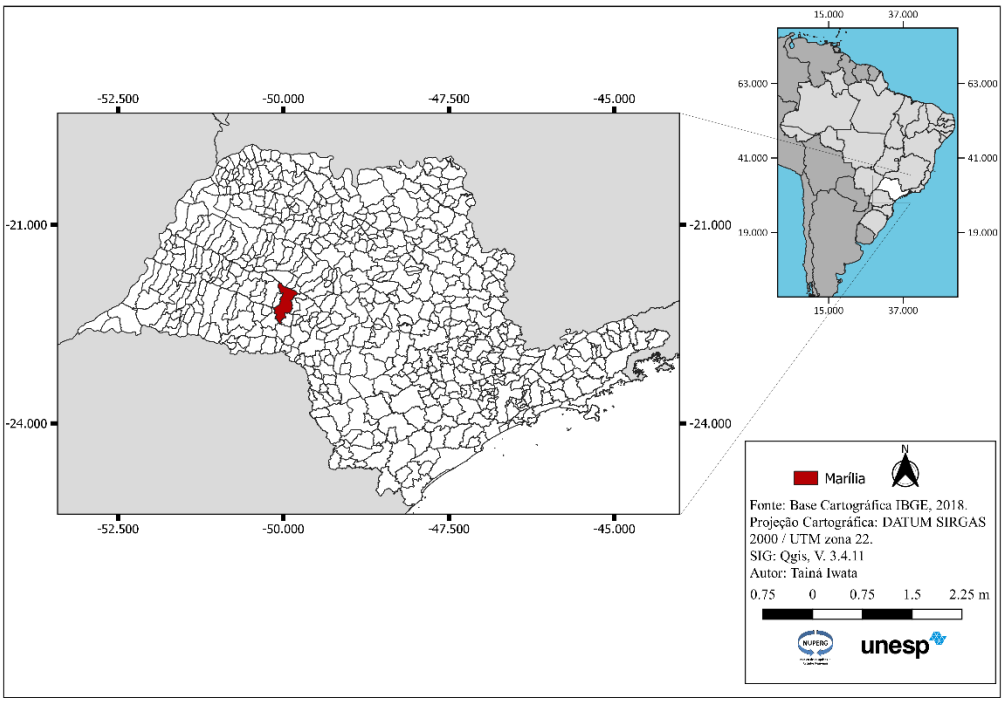
O município de Marília e a participação das exportações para BRICS

A região Oeste paulista passou por alterações em sua composição produtiva, inicialmente pautada na agropecuária, incorporou novos setores o que contribuiu para sua inserção na divisão internacional do trabalho, não com apenas produtos primários, pois a região produz produtos de intensidade tecnológica variada, bem como alta tecnologia através da exportação de produtos farmoquímicos e de equipamentos médicos produzidos nesta região.

É nesta perspectiva que se insere o município de Marília, o qual está localizado na região Centro-Oeste paulista (figura 1). Possui a população por volta de 240.590 pessoas, segundo o censo de 2010. (IBGE, 2021). O PIB é de R$ 8.082 milhões (2018), e PIB per capita é R$34.084,06 mil. (IBGE, 2021)

 ISBN: 1981-1047

Figura 6: Mapa de Localização do Município de Marília



Fonte: IBGE, 2021. Org: Autora.

A região centro-oeste paulista, na qual está localizado o município de Marília, foi desenvolvida com a expansão da agricultura, pautada na produção de café e algodão, entretanto nas últimas décadas a estrutura produtiva alterou-se, com a inserção de novos ramos. Neste contexto, atualmente, a economia do município é baseada na indústria, no comércio e prestação de serviços, bem como no setor agropecuário. Possui um parque industrial diversificado, composto por empresas do setor alimentício, metalúrgico, construção, têxtil, material gráfico e plástico, entre outras, sendo que algumas empresas atuam no mercado nacional e internacional. O setor comercial dispõe de lojas de variados segmentos atendendo o mercado local e regional.

O município é "considerado pela Secretaria de Desenvolvimento do estado de São Paulo, como "aglomerado produtivo do ramo alimentício" (BOMTEMPO, 2011, p. 28), possuiu empresas que distribuem seus produtos para o mercado nacional e internacional.

De acordo com a autora Denise Bomtempo (2011) em relação à indústria alimentícia estão

ISBN: 1981-1047

> instaladas no estado de São Paulo, além de se concentrarem na metrópole e na região metropolitana paulistana, nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, têm se deslocado para cidades médias e de porte médio, tanto próximas às metrópoles como também mais distantes do ponto de vista topográfico, como foi possível verificar nos dados relacionados às cidades que concentram mais de vinte estabelecimentos industriais do ramo alimentício. (BOMTEMPO, 2011, p. 143)

Este é o caso do município de Marília, pois possui grandes empresas no ramo alimentício, como a Marilian S/A, Dori Ltda, e Nestlé, entre outras. A autora aponta que "dada a aglomeração industrial do ramo alimentício, verificamos que existem inúmeros circuitos produtivos que atravessam a cidade de Marília. " (BOMTEMPO, 2011, p. 286). Também há no ramo de metalurgia importantes empresas como, a Sasazaki, fábrica de Portas e Janelas.

A autora aponta que a rede urbana composta no processo de industrialização passa por constante alteração, como resultado se tem a alteração do papel das cidades, o que se tem uma nova configuração estabelecendo novos contextos. (BOMTEMPO, 2011, p.311)

> Desde a década de 1980, as metrópoles na escala global reconfiguram seus papéis. Além de espaços da produção elas concentram e centralizam atividades de gestão, circulação de informações, realização de serviços especializados e consumo. Existem na verdade processos simultâneos de centralização e desconcentração de funções urbanas das metrópoles para cidades médias e pequenas, disso resultam configurações territoriais com novos conteúdos. (BOMTEMPO, 2011, p.311)

Estas alterações ocorrem por conta da densidade do meio-técnico-científico-informacional (SANTOS, 1999), onde passa a ter novos locais de produção, consumo e de circulação.

Em 2020, as exportações somaram-se em US$ 38,31 milhões, e representou 0,8% das exportações do estado de São Paulo. Com base na tabela 1, podemos analisar o crescimento anual do PIB (produto interno bruto), as exportações e a participação de ambos no PIB do estado. Observa-se que houve crescimento na participação do PIB do estado, passado de 0,34%, em 2000 para 0,36%, em 2016. Em 2016, as exportações municipais eram de 22.348.406,00, e representava 0,07%.

 ISBN: 1981-1047

No que diz respeito à composição do produto interno produto (PIB) do município destacam-se: a agricultura (1%), a indústria (16,39%) e os serviços (82,61%), sendo que cerca de R$8,03 milhões em 2018. (SEADE, 2021). O PIB municipal em 2016 foi de R$ 7.353,42 milhões, e sua participação no do estado é de 0,36%.

ISBN: 1981-1047

Tabela 1. Marília: PIB municipal, exportações e participação no Estado de São Paulo (Milhões R$ / Milhões US$).

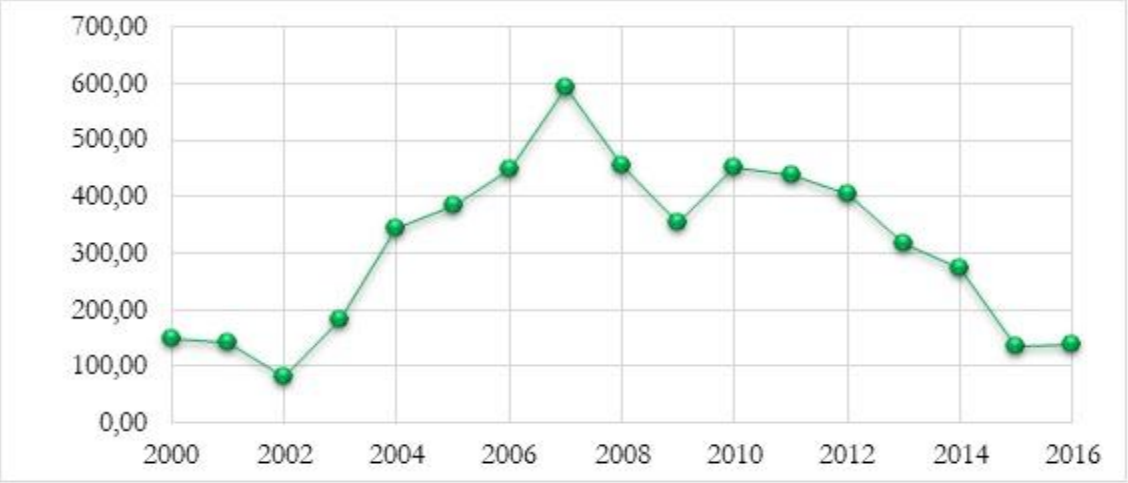
Ano	PIB Municipal (R$)	PIB Estadual (R$)	Participação no PIB do Estado (%)	Exportações Municipais (U$)	Exportações Estaduais (U$)	Participação das exportações do município no Estado (%)	Participação da Exportações municipais no PIB Estadual (%)
2000	1.443.132,00	424.161.313,00	0,34	4.240.504,00	21.899.964.860,00	0,02	0,51
2001	1.548.956,00	463.477.731,00	0,33	16.332.847,00	23.100.334.619,00	0,02	0,48
2002	1.839.901,00	518.878.815,00	0,35	12.554.608,00	22.414.525.423,00	0,02	0,28
2003	2.108.459,00	591.454.032,00	0,36	10.868.016,00	26.568.389.079,00	0,04	0,65
2004	2.282.223,00	652.955.558,00	0,35	10.492.680,00	34.389.976.772,00	0,06	1,21
2005	2.492.845,00	743.042.944,00	0,34	12.957.541,00	41.568.206.708,00	0,05	1,28
2006	2.759.505,00	824.529.299,00	0,33	16.442.313,00	50.290.045.270,00	0,05	1,50
2007	3.099.838,00	935.653.180,00	0,33	15.436.096,00	56.199.983.843,00	0,06	1,97
2008	3.504.092,00	1.042.510.168,00	0,34	37.252.788,00	63.279.189.189,00	0,06	1,53
2009	3.995.060,00	1.127.093.826,00	0,35	51.648.361,00	46.537.670.670,00	0,05	1,25
2010	4.551.069,00	1.294.695.988,00	0,35	90.795.951,00	56.748.807.913,00	0,06	1,59
2011	5.083.997,00	1.436.672.709,00	0,35	67.946.345,00	65.785.117.185,00	0,06	1,55
2012	5.770.067,00	1.559.033.444,00	0,37	54.425.474,00	65.077.660.246,00	0,07	1,49
2013	6.432.238,00	1.715.238.417,00	0,38	29.705.497,00	63.048.358.311,00	0,08	1,19
2014	6.541.199,94	1.858.196.055,00	0,35	36.608.063,00	57.811.225.639,00	0,08	0,96
2015	6.925.439,91	1.939.901.907,00	0,36	30.263.324,00	51.679.737.553,00	0,07	0,48
2016	7.353.418,83	2.038.004.931,00	0,36	22.348.406,00	52.621.279.191,00	0,07	0,50

Fonte: Dados do IBGE, 2019. MDIC, 2019. IPEA, 2019 Org: Autora.

Notamos que no período de 2000 a 2016, o PIB municipal obteve maior participação no PIB estadual no ano de 2013 atingindo 0,38% (Figura 6).

ISBN: 1981-1047

Figura 6. Marília: As exportações em relação ao PIB Municipal - 2000-2016 (%)



Fonte: Dados coletados do IBGE, 2019. MDIC, 2019. Org: Autora.

Na figura 6 podemos observar os dados referentes ao PIB do município Marília a participação das exportações em relação ao PIB, sendo assim notamos que o ano de maior participação das exportações no PIB foi em 2007, em 2008 ocorre uma queda na participação, já em 2010 observa-se uma retomada até 2015, ocorrendo novamente uma queda.

Já a participação na pauta de exportações no PIB estadual, 2007 foi o ano com maior participação, atingindo 1,97%. Durante o período de 2000-2016, o município exportou para todos os países do BRICS, sendo eles: África do Sul, China, Índia e Rússia, acumulando o total de US$ 22.925.431,00 milhões, cerca de 4,76% das exportações, entretanto podemos destacar que alguns anos não ocorreram exportações para alguns dos países pertencentes ao grupo.

No que diz respeito aos destinos das exportações no período de 2000-2006, verificamos que o maior valor foi para África do Sul, seguido da China, conforme podemos observar na tabela 2.

ISBN: 1981-1047

Tabela 2 –Marília: Exportações do município para os países dos BRICS – 2000-2016 (US$ milhões).

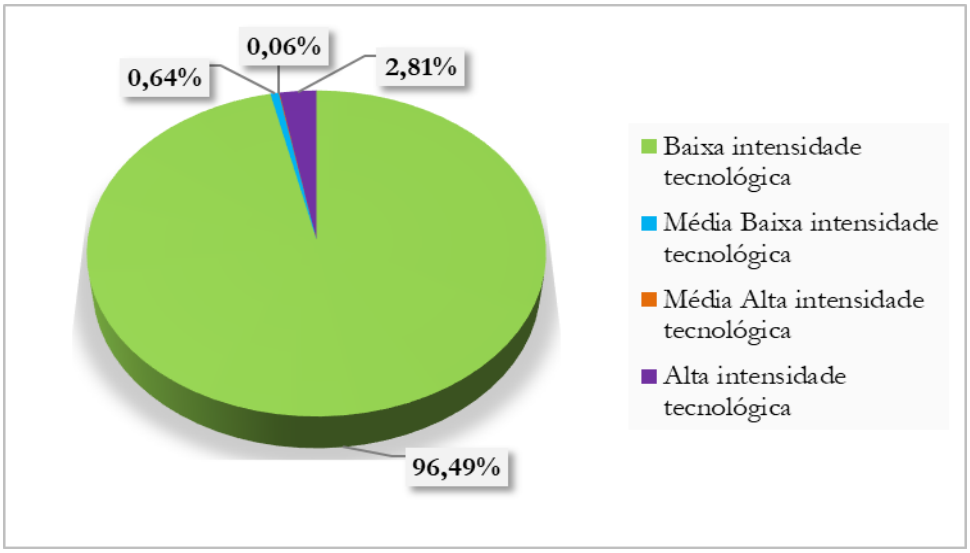
	África do Sul	China	Índia	Rússia	Exportações BRICS	Participação das exportações dos BRICS no município (%)
2000	62.494,00	-	-	22.000,00	84.494,00	2,01
2001	47.044,00	12.182,00	-	-	59.226,00	1,13
2002	319.799,00	-	-	-	319.799,00	6,00
2003	1.415.281,00	-	-	-	1.415.281,00	12,57
2004	2.400.458,00	488.527,00	-	33.314,00	2.922.299,00	13,65
2005	1.183.499,00	317.646,00	-	-	1.501.145,00	6,87
2006	969.731,00	235.437,00	-	-	1.205.168,00	4,52
2007	924.959,00	360.314,00	15.885,00	-	1.301.158,00	3,95
2008	537.468,00	287.021,00	-	-	824.489,00	2,16
2009	1.231.090,00	23.438,00	-	-	1.254.528,00	5,07
2010	1.363.876,00	769.247,00	-	81.176,00	2.214.299,00	6,37
2011	997.504,00	545.152,00	38.178,00	-	1.580.834,00	3,86
2012	1.153.267,00	-	58.563,00	74.825,00	1.286.655,00	2,66
2013	1.330.186,00	486.084,00	-	337.233,00	2.153.503,00	4,50
2014	1.000.597,00	293.460,00	-	805.542,00	2.099.599,00	4,46
2015	735.853,00	308.377,00	-	319.408,00	1.363.638,00	3,79
2016	884.679,00	-	-	454.637,00	1.339.316,00	3,89
Total	16.557.785,00	4.126.885,00	112.626,00	2.128.135,00	22.925.431,00	4,76

Fonte: MDIC, 2019. Org: Autora.

ISBN: 1981-1047

No período de 2000 a 2016, o município de Marília exportou diversos produtos com graus de intensidade tecnológica variados, conforme podemos observar no gráfico 7. A maior participação de exportações por grau de intensidade tecnológica destaca-se os produtos de baixa intensidade, perfazendo um total de 96,49%. Em segundo lugar aparece os produtos de alta tecnologia com 2,81%.

Figura 7. Marília: Grau de intensidade tecnológica dos produtos exportados - 2000-2016.



Fonte dos dados: MDIC, 2019. Classificação dos Produtos: OCDE, 2011. Org: Autora.

Conforme podemos observar no quadro 1, a maior parte das exportações do município de Marília foram os produtos de *Baixa Intensidade Tecnológica* (96,49%) como açúcares e produtos de confeitaria, cacau e suas preparações, entre outros. Entretanto, também exporta produtos de *Média Baixa Intensidade* (0,64%) como plásticos e suas obras, além de produtos de *Alta Intensidade Tecnológica* (2,81%), como reatores nucleares, aparelhos e instrumentos mecânicos, entre outros.

Podemos observar com os dados expostos que as exportações o município de Marília com os parceiros do grupo BRICS, começaram no ano 2000, pautada em produtos de baixa tecnologia e alta tecnologia, tendo como o maior parceiro a China, nos anos seguintes que foram analisados (2005 e 2010) os produtos exportados foram apenas de baixa intensidade

ISBN: 1981-1047

tecnológica, já em 2016 as exportações pautaram os produtos com graus de intensidade tecnológica diferentes.

Quadro 1. Marília: Produtos exportados pelo Município para os países dos BRICS - 2000-2016.

Grau de Intensidade Tecnológica	Produtos
Baixa Intensidade Tecnológica	Açúcares e produtos de confeitaria; Cacau e suas preparações; Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; Papel e cartão; obras de pasta de celulose, de papel ou de cartão; Preparações à base de cereais, farinhas, amidos, féculas ou leite; produtos de pastelaria;
Média baixa Intensidade Tecnológica	Borracha e suas obras; Cobre e suas obras; Obras de ferro fundido, ferro ou aço; Plásticos e suas obras; Produtos cerâmicos.
Média Alta Intensidade Tecnológica	Óleos essenciais e resinoides; produtos de perfumaria ou de toucador preparados e preparações cosméticas
Alta Intensidade Tecnológica	Produtos para fotografia e cinematografia; Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes.

Fonte: MDIC, 2019. Classificação dos Produtos: OCDE, 2011. Org: Autora.

Com base no que foi exposto ao longo deste artigo, podemos compreender que no período analisado (2000-2016), as exportações do município de Marília foram compostas por produtos desde a baixa intensidade tecnológica até alta, todavia sua maioria pertence a produtos de baixa intensidade. Deste modo, mesmo com pequena participação na pauta das exportações, o município insere-se na divisão internacional do trabalho.

Vale destacar que, atualmente, Marília conta com um projeto de instalação de um parque tecnológico, principalmente na área de Tecnologia da Informação. Para ANTROPEC (2015, p.24), parque tecnológico trata-se de:

> um complexo produtivo industrial e de serviços de base científico-tecnológica, planejado, de caráter formal, concentrado e cooperativo, que agrega empresas cuja produção se baseia em pesquisa tecnológica desenvolvida nos centros de P&D vinculados

 ISBN: 1981-1047

> ao parque. Trata-se de um empreendimento promotor da cultura da inovação, da competitividade, do aumento da capacitação empresarial, fundamentado na transferência de conhecimento e tecnologia, com o objetivo de incrementar a produção de riqueza de uma região.

Ademais, os parques tecnológicos são empreendimentos que visam contribuir para o desenvolvimento regional. Para a instalação de parques tecnológicos é necessário que o município apresente uma boa infraestrutura, como as redes técnicas materiais e imateriais, ou seja, as condições gerais de produção disponíveis para sua implantação, além disso destaca-se o papel do poder público e dos agentes locais envolvidos no processo de produção do espaço da inovação, conforme salienta Gomes (2019).

Neste contexto, o Centro de Inovação tecnológica (CITec-Marília) concentrado na Universidade UNIVEM (Centro Universitário Eurípides de Marília) desde 2015, tem como propósito estimular o desenvolvimento local e regional, através de um local estruturado para propiciar/incentivar pesquisa, desenvolvimento e inovação (P&D&I) de empresas inovadoras.

Considerações Finais

Neste artigo foram analisadas as exportações do município de Marília para os países do BRICS, no período de 2000 -2016. Os dados revelaram que os produtos exportados pelo município, em sua maioria são considerados de baixo grau de intensidade tecnológica.

Quando compreendemos as exportações brasileiras, em um sentido amplo as exportações possuem um crescimento até 2008, já no ano de 2009 observa-se uma queda, este ano é marcado por uma crise mundial, entretanto em 2010 se tem uma retomada do crescimento, e sofre uma queda novamente no ano de 2015.

Apesar do crescimento da pauta de exportações nos anos anteriores, em 2020 com a pandemia houve queda na participação, sendo que desde 2017 o país apresentou crescimento, entretanto, esta queda ocorre em um contexto global, sendo 3,5% no ano de 2020, isto por causa da pandemia de Covid-19 que acarretou na parada da economia mundial. (FMI, 2020)

 ISBN: 1981-1047

Conforme já mencionado, a maior participação no PIB nacional, é o estado de São Paulo, em 2020 concentrado 31,56% (R$ 2,21 trilhões (IBGE, 2020) na região metropolitana 53,45% R$1.181 trilhão), o que demonstrando uma forte concentração da RM. No que diz respeito à participação de Marília na composição do PIB estadual, referente às exportações municipais foram baixas, variando de 0,28% a 1,97%. Com relação às exportações para os BRICS, o município exportou cerca de US$ 22.925 milhões, representou cerca de 4,76% das exportações municipais, e principalmente produtos de baixa intensidade tecnológica.

Não obstante não ser objeto de análise deste artigo o período após 2016, é importante destacar que vários fatores implicaram nas pautas das exportações e no PIB, como a crise política e econômica e mais recente a crise sanitária com a pandemia do coronavírus (COVID-19) a partir do ano 2020.

De acordo com o IBGE, o PIB nacional em 2016 somou-se em R$6,267 trilhões de reais tendo uma queda de 3,2% com relação a 2015, no ano de 2019 teve o acumulado de R$ 7,257 trilhões obtendo um crescimento de 1,1%, enquanto no ano de 2020 teve uma queda de 4,1%, sendo o acumulado em R$7,4 trilhões, levando em consideração a situação causada pela pandemia de COVID- 19. (IBGE, 2021)

Com relação ao PIB do município de Marília em 2016 somou-se em R$7.161 milhões, em 2018 R$ 8.082 milhões, notamos também um crescimento. (IBGE/SEADE, 2021)

As exportações brasileiras em 2016 foram de US$ 179,526 bilhões de dólares, em 2019 foram na ordem de US$221.126 bilhões e, em 2020 somou US$209.180 bilhões de dólares, registrando uma queda em relação aos anos anteriores (2016-2018). No município e Marília, as exportações no ano de 2016 somou-se em US$34.439 milhões de dólares, em 2019 teve o acumulado de US$ 35.760 milhões de dólares, enquanto 2020 somou-se em US$ 38.312 milhões de dólares, é notável o crescimento, apesar de 2020 estarmos em uma pandemia. (MDIC, 2021).

Em suma, podemos concluir que apesar do município de Marília exportar produtos de baixo valor agregado, ele possui relações importantes na inserção na divisão internacional do trabalho com o comércio com os países dos BRISCs, entre outros. Também se destacam as alterações na estrutura produtiva com o crescimento de empresas no setor de TI (Tecnologia da Informação), levando a criação da ASSERTI (Associação de Empresas de Serviços de Tecnologia da Informação) e o projeto do Parque Tecnológico de Marília.

ISBN: 1981-1047

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, P. R. **O BRIC e a substituição de hegemonias.** In: BAUMANN, R. (org.). *O Brasil e os Demais BRICS*: Comércio e Política.Brasília, CEPAL, 2010.

ARRIGHI, G. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. UNESP, Rio de Janeiro, 1995.

ARROYO, M. Dinâmica territorial, circulação e cidades médias. In: SPOSITO, E.S.; SPOSITO, M.E.B; SOBARZO, O. (Org.). Cidades médias: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 71-85.

AYEBER, L, F. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: ed. UNESP, 2002.

BANCO MUNDIAL. World Development Indicators Database. Disponível em: <http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=2&series=NY.GDP.MKTP.CD&country=# > Acesso: 01 Mar. 2021.

BAUMANN, R. Os novos bancos de desenvolvimento: independência conflitiva ou parcerias estratégicas? **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 287-303, jun. 2017. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101315720170002002 87&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 abr 2021.

BAUMANN, R., (org). **O Brasil e os demais BRICS – Comércio e Política**. Brasília, IPEA, p.179, 2010. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/1396-o-brasil-os-demais-BRICS-comercio-politica>. Acesso em: 02 mar. 2018.

BAUMANN, R.; [et al.]. **BRICS: estudos e documentos**, FUNAG, p.350. Brasília, 2015. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/index.php?route=product/product&product_id=744> Acesso em: 02 mar. 2018.

BOMTEMPO, D. C. **Dinâmica territorial, atividade industrial e cidade média: as interações espaciais e os circuitos espaciais da produção das indústrias alimentícias de consumo final instaladas na cidade de Marília – SP**. Tese (Doutorado em Geografia) – PPGG – Universidade estadual paulista "Júlio de Mesquita Filho"- Campus de Presidente Prudente, 2011.

BRASIL. **Comex Stat.** (MDIC). Disponível em: < http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 17 fev 2021

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Luiz Ricardo Cavalcante (Org). **Classificações tecnológicas: uma sistematização**. Nota Técnica, n.17, Brasília, Mar, 2014.

CASAGRANDE, D. L.; ILHA, A. S.; FÜRH, J. Comércio bilateral Rio Grande do Sul-China: uma análise de 2000-2010. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 6, 2012, Porto Alegre (RS). **Anais**. FEE: PUCRS, 2012.
CASELLA, P. B. **BRIC - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul: uma perspectiva de cooperação internacional**. São Paulo. Atlas, 2011.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). Portal de estatísticas do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.seade.gov.br/#> Acesso em: 17 fev 2021.

GOMES, M. T. S. Espaço, inovação e novos arranjos espaciais: algumas reflexões. *In*: OLIVEIRA, F. J. G. de; OLIVEIRA, L. D. de; TUNES, R. H.; PESSANHA, R. M. (org.). **Espaço e economia*:* Geografia econômica e a economia política.** 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. v. 1, p. 163-196.

GOMES, M. T. S. **O processo de reestruturação produtiva em cidades médias do oeste paulista: Araçatuba, Birigui, Marília, Presidente Prudente e São José do Rio Preto**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GOMES, M. T. S. **Reestruturação Produtiva em Cidades Médias: Uma Análise das Empresas Industriais do Oeste Paulista.***GEOUSP* - Espaço e Tempo, São Paulo, nº 28, pp. 93 - 103, 2010. Acesso em: 17 fev 2021.

GONÇALVES, R; BAUMANN, R; PRADO L. C; CANUTO, O. **A Nova Economia Internacional.** Uma Perspectiva Brasileira, Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1998.

HAESBAERT, R. (Org.) **Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo**. Niterói: UFF, 2013, p. 113-136.

HURREL, A; *et al.***Os BRICS e a Ordem Global**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Cidades e estados.** 2021. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio. Acesso em: 24 jan 2021.

IWATA, T.A.C. **O Comércio exterior na região Oeste Paulista: Uma análise a partir dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).** Monografia (Bacharel em Geografia) –Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual paulista "Júlio de Mesquita Filho"- Campus de Presidente Prudente, 2019.

O'NEILL, J. **BuildingBetter Global EconomicBRICS**. Global EconomicsPaper 66, November 2001. Disponível em: http://www2.goldmansachs.com/ideas/BRICS/building-better-doc.pdf Acesso em: 29 jun 2019.

 ISBN: 1981-1047

SAGUIN, A. L. **A evolução e a renovação da Geografia Política**. In: *Boletim Geográfico.* Rio de Janeiro. IBGE, ano 35, N. 235. p. 5-23, 1977.

SERIMGARDI-SAMPAIO, S. **Indústria e território em São Paulo:** A estruturação do Multicomplexo Territorial Industrial Paulista: 1950-2005. Campinas- SP, Alínea, 2009.

SICSÚ, J. **Rumos e definições da política econômica brasileira: do plano A de FHC para o plano A+ de Lula**. In: SICSÚ, J. *Emprego, juros e câmbio* – Finanças globais e desemprego. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SPOSITO, E. S. SPOSITO, M. E. B. SOBARZO, O. (Orgs.). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. (Série Geografia em Movimento

VIGEVANI, T. RAMANZINI JÚNIOR, H. **A Ideia de Multilateralismo e a política externa brasileira**. Texto apresentado no 8º Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 26 e 27/09/2011. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/16929>. Acesso em: 08 fev 2021.

VIZENTINI, P. F. 2004. Relações Exteriores do Brasil (1945-1964): **O nacionalismo e a política externa independente**. Petrópolis: Vozes, 2004.

 ISBN: 1981-1047

EIXO 4
GEOGRAFIA E A PRÁTICA DE ENSINO

ISBN: 1981-1047

O ALUNO PROTAGONISTA: O PODCAST COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM NA GEOGRAFIA

GT- Geografia e a Prática de Ensino

Diânice Oriane da Silva
dianice@uel.br
Universidade Estadual de Londrina

Resumo

Este trabalho procura abordar a contribuição de uma das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) nas aulas de Geografia. O objetivo geral é analisar a contribuição da ferramenta digital *Podcast* no processo de ensino-aprendizagem, tendo como ambiente de experimentação duas turmas do 7º ano vespertino na Escola Estadual Adherbal de Paula Ferreira, cidade de Itapetininga/SP, durante um mês no segundo semestre letivo de 2019. A partir da adoção de tal ferramenta, buscou-se identificar a afinindade dos educandos com as TICs e se sua aplicação colabora no processo de aprendizagem; além de verificar a participação e o retorno dos alunos na utilização dessa ferramenta. A pesquisa se embasou em autores como Libâneo (2010), Reis (2018) Cavalcanti (2010), Berbel (2011), Moran (2015) e de forma qualitativa a partir das informações coletadas por meio de entrevistas e observações em sala e no compromisso dos alunos em realizar as atividades. De forma geral, foi observado que a inserção das TICs, em especial o *Podcast*, no ensino de geografia, conseguiu aproximar a realidade tecnológica que os alunos vivenciam com os conteúdos geográficos e, consequentemente, a uma aprendizagem bem sucedida.

Palavras-chave: tecnologia, educação, prática pedagógica

Introdução

As mudanças que ocorrem na sociedade com a incorporação de ferramentas tecnológicas no dia-a-dia traz uma difícil tarefa, mediada pelo professor, em utilizá-las de maneira mais adequada, sem descartar as conquistas e métodos de ensinos anteriores gerando novas práticas para o ensino. A fusão destas ferramentas e os métodos de ensino conduzem a uma metodologia de ensino híbrida.

Esse hibridismo é resultado da ação de diversos instrumentos tecnológicos, das redes de informações que possibilitam ao ensino de geografia poder acompanhar as

 ISBN: 1981-1047

inovações que, muitas vezes, os estudantes dominam tornando o processo de aprendizagem mais dinâmico e interativo.

Assim, o que se pretendeu, então, foi analisar as potencialidades das Tecnologias da Inovação e Comunicações (TICs) para superar as dificuldades e limitações do contexto do ensino público e suas contribuições para bons resultados da aprendizagem, estimulando a autonomia e a ampliação de horizontes, necessários para a vivência em sociedade; além de analisar a contribuição da ferramenta digital *Podcast* no processo de ensino-aprendizagem, tendo como ambiente de estudo duas turmas do 7º ano vespertino na Escola Estadual Adherbal de Paula Ferreira, cidade de Itapetininga/SP, no segundo semestre letivo de 2019.

No trabalho prático foi observado o desenvolvimento da atividade proposta sobre a temática: o processo de industrialização brasileira: tecnologias e transformação, tema pertinente à Geografia nas turmas do 7º ano do Ensino Fundamental II.

Para isto, teve-se como base diversos autores relacionados tanto às TICs quanto ao Ensino Híbrido que o presente trabalho visa elencar, enfatizando as contribuições do uso do *Podcast* como ferramenta digital no ensino, especificamente do componente curricular de Geografia, propondo uma ação desafiadora aos alunos, dando significado à aprendizagem, assumindo uma criticidade e ativismo no processo de crescimento intelectual.

Desenvolvimento

As grandes transformações científicas e tecnológicas, como: a rapidez nos meios de transportes, a aceleração da comunicação visual digital e a circulação monetária para além das fronteiras nacionais, são realidades que cada vez mais estão presentes no cotidiano e necessitam ser exteriorizadas através da educação e da cultura.

O desenvolvimento de novas possibilidades na aprendizagem, torna-se um campo experimental para aprimorar o processo de ensino, onde as ferramentas tecnológicas tem ganhado força juntamente com o trabalho do professor.

Para Silva (2017) uma metodologia de ensino híbrida terá um maior alcance, de resultados positivos, por possibilitar diferentes enfoques para uma mesma situação de

 ISBN: 1981-1047

aprendizagem. A integração de ambientes remotos e presenciais levam os alunos a aprenderem de forma significativa e aprofundada; sendo mais participativos e estarão mais envolvidos no processo de aprendizagem; além do professor que poderá refletir sobre suas práticas e aprimorá-las.

No caso do ensino de Geografia, deve-se compreender que a trajetória e as transformações teóricas e metodológicas, em particular nas últimas cinco décadas desta ciência mostram que em um passado não tão longínquo, o ensino estimulava os alunos à mera descrição de aspectos físicos terrestres. Porém, com as mudanças de abordagem pela Geografia Tradicional e pela Geografia Renovada, trouxeram consequentemente, reflexos nas metodologias adotadas para o desenvolvimento da aprendizagem.

Nesta perspectiva, Cavalcanti (2010) salienta que o movimento de renovação da ciência geográfica foi marcado por duas linhas de pensamento: uma considerada tradicional, com estrutura no início do século XX e a outra, com abordagem mais crítica (Geografia Nova).

As alterações na abordagem da Geografia no país resultaram em mudanças nos conteúdos, nas práticas e também nos inúmeros desafios que apareceram. Com encaminhamentos para a geografia escolar atual, Bezerra (2014) apresenta algumas reflexões sobre o pensamento geográfico que estimularam a necessidade de revisão do ensino da Geografia nos ensinos fundamental e médio.

No século XXI, Bezerra (2014) aponta que a formação docente deve ter uma perspectiva de ensinar e apreender informações de forma crítica, destacando o papel do cidadão, a dimensão de sua formação pedagógica como agente transformador do espaço geográfico em que está inserido e as possíveis mudanças que pode fazer na construção do conhecimento, impulsionador das transformações nas práticas educacionais.

O professor como mediador do conhecimento geográfico

A construção do conhecimento geográfico pelos alunos,tem no papel do professor a função principal de mostrar como compreender a realidade na qual estamos inseridos, apresentando seus reais fundamentos. A complexidade do espaço geográfico, muitas vezes,

 ISBN: 1981-1047

passa despercebido aos cidadãos, mas a Geografia possui papel fundamental na compreensão das mudanças e o professor é o melhor profissional para o descortinar dos fatos.

É pela mediação do professor, que inseridos nesta sociedade contemporânea e tecnológica deve se atentar para as mudanças, também, no processo de aprendizagem com ferramentas que ajudarão no ensino. Inicialmente as novas tecnologias inseridas na educação, era motivo de preocupação por parte dos professores, em especial a entrada do computador, com receio de substituição deste profissional.

Mas, como menciona Reis (2018), o que ocorre é a grande importância que o professor possui no processo de mediação no uso das ferramentas tecnológicas no ensino, com os alunos no entendimento das transformações do mundo.

Não são todos os professores que utilizam de TICs no preparo de materiais didáticos ou das mídias educativas para o aprendizado em sala de aula, pois o investimento em treinamento de professores, e o manuseio das tecnologias são insuficientes, resultam na não utilização, e o uso do modelo tradicional de ensinar.

Ainda nesta mesma linha de considerações, Moran (2015)

> Ensinar utilizando a Internet pressupõe uma atitude do professor diferente da convencional. (...) não é um informador (...) Sua primeira tarefa é sensibilizar os alunos, motivá-los para a importância da matéria, mostrando entusiasmo, ligação da matéria com os interesses dos alunos (...) (MORAN, 2015, p.152).

O professor de Geografia deverá fazer a mediação entre as mudanças que ocorrem no espaço geográfico e o contexto do aluno. A utilização de ferramentas digitais ou de outras TICs (lousa digital, gamificação, livro digital...) favorece mudanças na didática em sala de aula. Não se pode esquecer que a realidade das escolas públicas não é favorável à utilização de materiais tecnológicos diversificados, pela ausência destes; porém, o computador seria uma ferramenta essencial para o uso diverso na apresentação dos conteúdos.

Cavalcanti (2002) aponta que há um grande desafio, dos professores na prática de ensino, ao considerar que o trabalho escolar está inserido em uma sociedade tecnológica e afirma:

 ISBN: 1981-1047

> (...) o aluno é um sujeito permanentemente estimulado pelos artefatos tecnológicos: TV, vídeo, games, computador, internet. Ainda que ele não seja dono de uma série deles, esse mundo 'entra' em sua cabeça pela TV e outros meios, ditando os ritmos e os movimentos da sociedade atual, os padrões e valores da vida, as linguagens e leituras do mundo. (CAVALCANTI , 2002, p.82).

Desta forma, há a necessidade do professor de geografia estar inserido nesse contexto tecnológico para assegurar a transposição didática dos conhecimentos geográficos. A abordagem praticada pela Geografia Crítica considera, além de debates para o desenvolvimento crítico-social do educando, o emprego de metodologias que aproximem os conteúdos do mundo vivenciado pelos alunos, para se tornarem participantes ativos e conscientes da/na construção da sociedade.

Berbel (2011, p. 25), reforça que "... é recorrente entre, os estudiosos de Educação das últimas décadas, a ideia de que já não bastam informações para que crianças, jovens e adultos possam, com a contribuição da escola, participar de modo integrado e efetivo da vida em sociedade".

Para problematizar situações, analisar as contradições do espaço e ir além da descrição das paisagens, alcançar a construção de novos conceitos, é necessário utilizar de metodologias atrativas, criativas e inovadoras em sala de aula.

A despeito disso, Moran (2015, p.152) afirma: "É preciso mudar e inovar a partir do uso de práticas que sejam mais condizentes com a realidade cotidiana dos estudantes e com as tecnologias acessíveis." Eis o porquê dessa necessidade de unir o uso das TICs com o ensino de Geografia, a fim de atrair o aluno para alcançar o conhecimento geográfico de forma mais agradável.

As TICs na Educação

A evolução tecnológica tornou-se um elemento impulsionador da globalização, que na década de 1990 modificou o cotidiano das pessoas, inserindo-se no contexto educacional, com novas formas de conciliar e integrar as tecnologias neste cenário, originando um tipo de ensino híbrido que favoreça o aprendizado e o domínio dessas tecnologias como elementos de mediação.

 ISBN: 1981-1047

Essa forma de ensino híbrido possibilita algumas práticas pedagógicas inovadoras, juntamente com recursos educacionais, para uma educação de qualidade condizente às demandas atuais.

Tendo em vista que em diversos segmentos profissionais e sociais os recursos tecnológicos são manipulados, o ambiente escolar não pode estar à parte. Ele deve utilizar , os recursos tecnológicos para mudanças em suas práticas educativas. Reis (2018) menciona que a informática com fins educativos no Brasil surgiu na década de 1970, com programas de políticas públicas para uso de TICs na educação.

Passados quase cinquenta anos, ainda se constata que a ferramenta mais utilizada é o livro didático. Entretanto, isso não o menospreza, ou seja, ele ainda possui sua importância; porém com as novas tecnologias amplia-se o acervo de trabalho no processo de construção da aprendizagem. Entende-se que o computador tem um imenso acervo audiovisual que ajudará nas formas de ensinar, em especial na Geografia.

Para Reis (2018) a sociedade pós-industrial trouxe mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas que também, impactaram na educação, em um contexto político e educacional neoliberal, mercantilizou o processo de ensino-aprendizagem, agravou a segregação e diferenciou o sistema educacional, entre público e privado.

A aceleração ocorreu similarmente na formação e na qualificação dos professores, o que tornou possível uma fragilização no processo de formação do profissional da educação.

Libâneo (2010) igualmente examina as transformações ocorridas na sociedade, os papéis de professores e escolas como fundamentais na democracia para a sociedade hodierna. Em um mundo globalizado, com mudanças mundiais simultâneas (científicas e tecnológicas), torna-se imprescindível a atribuição da escola e dos professores na condução deste novo ensino. Ambos precisam fazer a transposição didática, para que os alunos compreendam a realidade com base científica, proporcionando a criticidade e reflexão pelos mesmos em relação ao seu dia a dia.

Neste contexto, é que se propõe a utilização das TICs, todavia, surgiram questões que este trabalho tenta contribuir para respondê-las como: o uso de TICs, no âmbito escolar, favorece ou até melhora a prática no ensino de Geografia, com relação à aprendizagem? As

 ISBN: 1981-1047

TICs são um atrativo para os educandos? Elas trazem alguns benefícios para o processo de ensino-aprendizagem? Há algumas ferramentas digitais que os alunos têm maior facilidade de manuseio?

Para alcançar as respostas pretendidas, essa pesquisa buscou analisar a colaboração das TICs no desenvolvimento de conhecimentos geográficos, em particular no estudo sobre o processo de industrialização brasileira, conteúdo desenvolvido no 7º ano do ensino fundamental II, na Escola Estadual Adherbal de Paula Ferreira, localizada na cidade de Itapetininga /SP.

Muitas das reflexões reforçaram o repensar de práticas pedagógicas, já consolidadas nas escolas públicas, e em particular no ensino de geografia. Então, buscou-se sistematizar essas reflexões e a compreensão da questão que se pautou pelo seguinte objetivo: compreender a relação entre o ensino de geografia e a ferramenta digital *Podcast*.

Com a ferramenta definida e o conteúdo delimitado, foi proposto aos grupos de alunos o uso da ferramenta digital *Podcast*, com o intuito de proporcionar uma atividade diferenciada de ensino e aprendizagem que instigasse a curiosidade dos educandos. O resultado obtido nesta pesquisa compreende o ano de 2019, período em que houve a possibilidade do contato e uso direto, com a construção sistemática da atividade pelos alunos do 7º anos do ensino fundamental II.

A tecnologia/ferramenta digital *Podcast*

A contribuição pedagógica por meio do uso das TICs pode ampliar o leque de formas que levam os alunos a aprenderem. Para Perrenoud (2000)

> (...) as tecnologias podem reforçar a contribuição dos trabalhos pedagógicos e didáticos contemporâneos, permitindo que sejam criadas situações de aprendizagem ricas, complexas e diversificadas por meio da divisão do trabalho que não faz mais com que o investimento repouse sobre o professor. (PERRENOUD, 2000, p.139)

Dentre as TICs existentes, nesse trabalho utilizou-se o *Podcast*, por ser uma ferramenta importante para a mediação pedagógica, quando flexibiliza as oportunidades de

 ISBN: 1981-1047

aprendizagem, que vão além dos espaços de ensinar e aprender. Mas, é necessário compreender um pouco mais sobre essa ferramenta no ensino.

O *Podcast* é um arquivo de áudio em formato digital que é transmitido pela internet – e funciona basicamente como um rádio digital. O aluno pode baixar o arquivo no seu computador ou celular para ouvir quando quiser. Diferentemente de outros formatos de conteúdos, que fazem uso de textos, imagens e vídeos, o *Podcast* é feito para ser ouvido.

Por ser um recurso com grande potencial de estímulo ao aprendizado, pode ser ouvido diversas vezes e em diferentes situações. Seu conteúdo auxilia no processo de assimilação, anterior à realização de uma tarefa/atividade, o que motiva o aluno a aprender inclusive com o próprio domínio das TICs no ensino, interagindo com o professor, colegas e as tecnologias.

O *Podcast* se torna uma ferramenta que resgata a **oralidade**, a **criatividade** e é usado cada vez mais por professores e alunos. O fato de alcançar também as escolas está associado ao seu potencial para desenvolver **habilidades cognitivas**, além de acrescentar ao **fazer pedagógico**.

Segundo Saidelles (2018) o *Podcast* é uma tecnologia que tem se destacado nas últimas décadas por apresentar flexibilidade na produção e distribuição, o que tem facilitado em atividades pedagógicas.

Diversas são as formas de contextualização na educação, sendo elas: a rapidez em localizar informações sobre assuntos variados, utilização do recurso em diferentes locais e tempo, o que proporciona independência por parte do educando.

Para Primo (2005)

> *Podcasting* é um processo midiático que emerge a partir da publicação de arquivos de áudio na internet. Esse processo ocorre a partir da associação entre o arquivo de áudio que forma o *Podcast*, um arquivo de texto que ajuda a divulgá-lo sempre que ele é lançado na internet. (PRIMO, 2005, p. 3)

Para Saidelles (2018) a ferramenta *Podcast* é um facilitador, por ter a capacidade de ser reproduzido em computadores, tablets e celulares, e em qualquer lugar, além de um recurso que pode servir para outras atividades escolares; ouvir em outro momento, em

 ISBN: 1981-1047

especial os alunos trabalhadores quando precisam faltar às aulas, além de ser um valioso recurso para alunos com deficiências visuais.

Freire (2011) aponta que o aumento do número de *Podcast*s disponibilizados favorece uma mudança no acesso aos conteúdos, em especial pelos deficientes visuais. Essas novas mídias auxiliam na inclusão educacional, levando os "processos educacionais para além das paredes da escola".

Na escola, a produção e uso representam uma oportunidade de aproveitar recursos que temos nas mãos para dar mais sentido às aulas por intermédio da gravação e audição, dando voz aos alunos e permitindo que desenvolvam seu protagonismo, sentido à aprendizagem e tornando-a mais efetiva.

Benefícios do trabalho com o *Podcast*

Percebeu-se que, no século XXI, incentivar o uso de tecnologias e linguagens em áudio na sala de aula pode corroborar para uma educação mais participativa e significativa para os estudantes, uma vez que estão inseridos em um mundo audiovisual e o conhecimento, nessa área, pode ajudá-los a se comunicar com o mundo de maneira eficaz.

Os alunos, em diferentes graus, estão conectados pelas redes sociais. Em seu dia a dia eles já fazem uso de serviços de *streaming* de áudio e acessam *Podcast*s. Exatamente por ser algo que faz parte de seu convívio, pode-se aproveitar essa aceitação para desenvolver atividades e projetos que utilizem *Podcast*s, com intencionalidade e de maneira significativa.

Entre os benefícios do trabalho está a possibilidade de fazer os alunos não serem apenas consumidores, mas também produtores. Ao produzir *Podcast*s, eles vão trabalhar a oralidade, escuta ativa, a percepção do ambiente e desenvolver sua maneira de se expressar.

Na sala de aula, o áudio é uma possibilidade de exercitar a criatividade, sem a preocupação da exposição visual. Desta forma, torna-se uma ferramenta que permite direcionar para ações de pertencimento e potencializar atividades com o uso dessa ferramenta.

Quando se analisa o tema do projeto, que diz respeito aos Recursos Educacionais Digitais e ao *Podcast*, junto à educação brasileira, pode-se observar que a situação educacional

 ISBN: 1981-1047

no Brasil segue um modelo habitual e precário. Geralmente são utilizados em sala de aula recursos como o livro didático e, por vezes, alguma dinâmica.

Recursos midiáticos e digitais raramente são utilizados, tanto pela relutância quanto pela falta de recursos e capacitação dos professores. A proposta é gerar a apropriação do *Podcast* como um meio educacional para que professores e alunos possam criar algo novo dentro dessa linguagem.

Para Freire (2001), a educação deveria ser uma prática de liberdade, um diálogo horizontal entre o professor e o aluno. O aluno passaria então de sujeito passivo para um sujeito ativo, não absorvendo conteúdo, mas sendo livre para exercer coautoria.

A criação de um *Podcast* exercita o pensamento crítico, a colaboração entre professores e estudantes e a habilidade das crianças de buscar conhecimentos por si só. A inserção desse tipo de plataforma como um método de aprendizado quebra a submissão dos estudantes, exigindo que se posicionem e participem da construção do conhecimento, o que difere dos materiais didáticos e dos sistemas de avaliação que contribuem para que seja replicado "o traço da obediência e da conformação" (KAERCHER, 2003, p.63).

Diferente dos *feeds* de texto, os *Podcast*s são *feeds* de áudio, ou seja, textos para ouvir. Com essa proposta, utilizaram a criatividade para selecionar aspectos pertinentes à temática estudada, organizando os conhecimentos obtidos de forma a elaborar um *Podcast* informativo, objetivo e interessante.

Face ao exposto, Saidelles (2018) menciona que o *Podcast* é uma tecnologia que tem se destacado nas últimas décadas por apresentar flexibilidade na produção e distribuição de informações, o que tem facilitado atividades pedagógicas.

Com um potencial considerável de uso no ensino, a ferramenta *Podcast* pode ser empregue em sala de aula e tem a capacidade de promover a discussão, o trabalho colaborativo e a produção de material pelos alunos, além do aprendizado de forma progressiva e escalar. Por estes motivos, a ferramenta foi escolhida para estudo e aplicação na prática escolar das aulas de geografia.

 ISBN: 1981-1047

Materiais e Métodos

Essa pesquisa apresenta uma experiência com atividades que foram desenvolvidas com o uso de uma TIC e, portanto, metodologicamente apresenta uma abordagem qualitativa com enfoque descritivo. Para Marconi e Lakatos (2011, p.269), a "metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano", o que facilita na compreensão do comportamento social. O enfoque descritivo é com relação à observação e o registro do pesquisador em seu campo de estudo, como ressalta Gil (2008).

Utilizou-se da pesquisa bibliográfica (revisão da literatura) para compreender o campo de estudo onde foram utilizadas referências na área de Ensino de Geografia, o que torna oportuno o contato com fontes necessárias para o desenvolvimento da pesquisa, como livros, teses, artigos científicos e outros mais.

O trabalho prático teve como objetivo observar o desenvolvimento da atividade proposta sobre a temática: o processo de industrialização brasileira: tecnologias e transformação, tema pertinente à Geografia nas turmas do 7º ano do Ensino Fundamental.

Entretanto, nesta pesquisa para se avaliar a validade da aplicação desta TIC no ensino de Geografia, optou-se em utilizar a comparação de uma turma com o uso da ferramenta digital em seu processo de ensino-aprendizagem e outra turma com um ambiente tradicional/convencional de ensino. Esta comparação nos possibilitou identificar se ocorreu benefícios no uso de ferramentas digitais no ensino de Geografia.

A turma que teria as atividades vinculadas ao uso do *Podcast* foi a do 7º ano A, com 35 alunos matriculados e frequentes, enquanto que a turma do 7º ano B, com 39 matriculados (35 frequentes) do ensino fundamental II, totalizando 70 alunos, da faixa etária de 11 a 13 anos.

O período de realização das atividades foi de um mês no 7º ano A, iniciada com uma aula dialógica na qual houve a divisão dos assuntos em sala para posterior pesquisa, produção de roteiro e orientação para a produção de um *Podcast*, a ser apresentado pelas equipes junto aos seus colegas.

 ISBN: 1981-1047

Na turma do 7º ano B, foram utilizados meios tradicionais de compreensão do conteúdo, como: livro didático, quadro negro e aula dialógica.

Com a turma em que o uso da TIC foi utilizada , após as explicações iniciais do conteúdo e para que o trabalho de construção do *Podcast* fosse realizado, foi necessário uma pesquisa prévia, em livros e materiais diversos, sobre a temática estudada em sala de aula. Os alunos tiveram a autonomia de escreverem o roteiro do que gostariam de falar/gravar.

Posteriormente, foi questionado aos estudantes quantos tinham acesso à internet e quais ferramentas utilizavam frequentemente, não apenas para estudos. Partindo destas informações, a professora responsável pela disciplina fez a proposta de trabalho, em grupos, da elaboração e produção de um *Podcast* contemplando o conteúdo estudado e sua apresentação aos demais colegas de sala.

O próximo passo foi conhecer um pouco mais sobre como criar um *Podcast*. Para isso, a docente investigou quais os softwares livres e gratuitos que os alunos poderiam utilizar. Dentre as opções, o aplicativo *Anchor* foi o selecionado para a produção dos trabalhos pelos alunos. Essa ferramenta pode ser baixada e trabalhada no formato offline, ou seja, sem precisar de conexão com a internet que permite edição, cortes, mixando vozes e músicas, além de ser interativo e bem intuitivo, além de ser executada em smartphones, aparelho digital mais comum e acessível pelos alunos.

Para o manuseio do aplicativo, os alunos tiveram a autonomia de buscarem a aprender com tutoriais como utilizar essa ferramenta, vídeos explicativos hospedados na plataforma de vídeos "*YouTube*".

Os próprios alunos se organizaram via aplicativos de mensagens e criaram um grupo virtual para sanar as próprias dúvidas. Quando apresentadas no grupo virtual, todos os alunos da sala tomavam ciência e eles mesmos respondiam às dúvidas dos colegas e até mesmo com exemplos próprios da linguagem deles.

Diante das experiências que os alunos se organizaram no manuseio do aplicativo, eles passaram a seguir um roteiro para a criação do *Podcast*, como direciona Valle (2019) na seguinte ordem:

 ISBN: 1981-1047

1. **Escolha de um tema para o Podcast** (a delimitação do foco, evita que o *Podcast* fique confuso e cansativo); entre as etapas da industrialização brasileira.
2. **Criação de roteiro do tema escolhido** (antes de começar a gravar, escrever o que vão gravar e em qual ordem, ajuda na organização das ideias , a sequência e dificulta os "brancos").
3. **Ensaio para a gravação** (o ensaio antes da gravação, ajuda na percepção dos possíveis problemas no roteiro, treina a oralidade e o controle na fala, muito rápido ou muito devagar).
4. **Gravação em um ambiente com pouco ruído** (em uma sala ou espaço controlado, para evitar distrações).
5. **Edição do Podcast** (utilizando os programas disponíveis ou mesmo os recursos do celular, pode-se aproveitar e retirar os trechos que não ficaram bons).
6. **Publique o Podcast** (depois da edição, o *Podcast* está pronto para ser publicado e para apresentar os *Podcast*s). (VALLE, 2019*)*

Em aula posterior, após o término das apresentações, os alunos foram submetidos a uma avaliação de aprendizagem dos conteúdos trabalhados, com questões objetivas, em ambas as turmas.

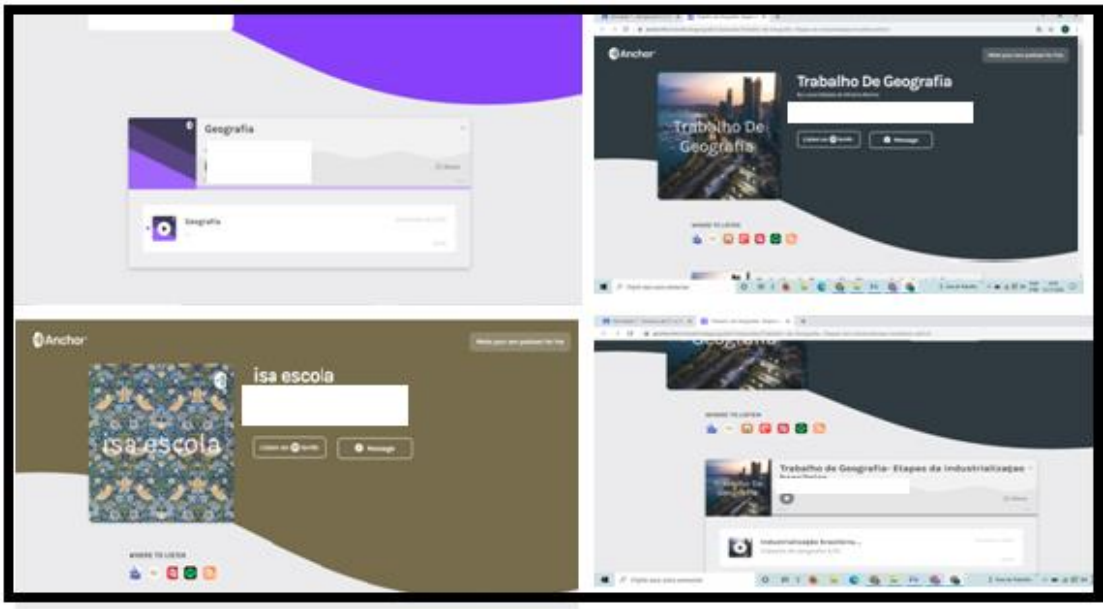
Para finalizar a pesquisa, a turma do 7º A, foram sorteados aleatoriamente, 10 alunos para responderem 5 questões relacionadas com o uso de ferramentas digitais, que viriam a respaldar o uso de TICs na sala de aula.

Resultados e discussão

Com os trabalhos dos grupos prontos, todos apresentaram para os demais alunos em sala. Alguns educandos, mais dedicados, se aprofundaram em desvendar o uso do aplicativo, colocaram uma melodia de fundo durante sua exposição oral, enquanto outros apenas colocaram uma imagem e a fala.

ISBN: 1981-1047

Figura 1. Impressão das telas iniciais do *Podcast* criado pelas equipes da turma do 7ºano A.



Fonte: Organização da autora (2019).

Após a apresentação das equipes, todos foram convidados a fazerem uma reflexão tanto com relação ao conteúdo, quanto na exposição do *Podcast* e verificou-se, oralmente, uma satisfação quase unânime no uso dessa ferramenta para a aprendizagem.

Todavia, visando avaliar o quanto tal ferramenta motivou os alunos a apreenderem, foi organizada uma atividade avaliativa para a aula seguinte, em ambas as turmas do 7º ano (a turma que se envolveu com o uso do *Podcast* e a turma que teve aulas sem o uso da TIC).

Essa avaliação, veio ao encontro das ideias de Lakatos e Marconi (2011, p.75) quando destacam que a "... pesquisa de campo é a pesquisa em que se observa e coletam-se os dados diretamente no próprio local em que se deu o fato em estudo", sendo observados e coletados espontaneamente.

O desempenho das turmas foi avaliado de forma objetiva, com dez questões sobre o conteúdo trabalhado no período de um mês. Essas informações coletadas possibilitaram a realização da comparação sobre o desempenho de cada turma investigada.

ISBN: 1981-1047

O resultado obtido com as questões objetivas possibilitou-nos compreender que a turma do 7º ano A, no qual foi utilizado a ferramenta digital *Podcast* para maior compreensão e fixação do conteúdo trabalhado, obtiveram uma quantidade elevada de assertivas, em relação à turma que não foi utilizado esta forma de aprendizagem. Em paralelo à observação em sala de aula, pode-se reconhecer a interação dos alunos, tanto na participação quanto na atenção dispensada ao assunto tratado.

Com relação à avaliação da turma do 7º ano B, em que as aulas foram realizadas de forma mais tradicional (dialogada, uso de livro didático e lousa), os resultados obtidos demonstraram uma queda na quantidade de questões acertadas.

Desta forma, pode-se verificar que os resultados obtidos na avaliação objetiva efetuada nas duas turmas foram diferenciados, obtendo a turma do 7º ano A, com uso de ferramenta digital, um resultado superior ao do 7º ano B, com aulas sem recurso tecnológico.

Ao longo das aulas e da pesquisa, observou que o uso de ferramentas associado ao conteúdo trabalhado traz aspectos positivos ao ensino-aprendizagem dos estudantes, na apresentação de conteúdos, informações complementares outras abordagens realizadas pelos educandos, estimulam a atenção dos alunos, questionamentos (dúvidas) e a participação no processo de construção do conhecimento.

Com esses resultados em mãos, foi realizada uma coleta de informações no qual aleatoriamente entrevistou-se 10 alunos do 7º ano A, com cinco questões para depreender a opinião deles, com relação ao uso da ferramenta digital na aprendizagem de conteúdo de Geografia. Realizada individualmente, sem seus nomes serem revelados, para a identificação dos entrevistados, foram atribuídos a inicial do nome com um número sequencial.

O uso de entrevistas também foi utilizado para a coleta de mais informações sobre os alunos, pois Rosa e Arnoldi (2006) reforçam que esta técnica é uma forma racional de condução pelo pesquisador, para conduzir com eficácia um conteúdo sistemático, mais completo e com tempo reduzido.

Realizada individualmente, o **primeiro questionamento** foi sobre quais instrumentos (ou metodologias) os professores utilizam nas aulas.

 ISBN: 1981-1047

Para este item, depreendeu-se que através das respostas dos alunos a quase unanimidade de educadores que lecionaram neste ano específico fizeram uso do livro didático, apenas. Isto demonstra o uso recorrente de aulas tradicionais, sem metodologias mais adequadas ao momento que vivenciamos, desmotivando ainda mais os alunos. Há diversos motivos pelo qual os professores não inovam em suas aulas, que neste momento não serão discutidos ou elencados. Porém, o livro didático possui importância enquanto instrumento na docência.

Na sequência, o questionamento abordou a respeito da **relação tecnológica utilizada pelos estudantes**, dentro e fora da escola para os estudos.

Pode-se constatar, com as respostas obtidas, que a grande maioria utiliza o celular para os estudos. Desta forma, o celular torna-se uma ferramenta na busca de informações para os estudantes, porém esta tecnologia só terá suas devidas funções direcionadas para a aprendizagem a partir do momento em que houver um direcionamento/orientação pelos professores com finalidade bem definida. Caso contrário, essa ferramenta não terá utilidade educacional.

Por estar presente no cotidiano dos educandos, este fato ajuda no acesso às tecnologias interativas, o que deve ser revisto por educadores e gestores escolares.

Ao serem questionados com relação ao **uso de internet para desenvolvimento de atividades escolares**, constatamos que a maioria utiliza a internet para fins escolares.

Para Tajra (2001) a internet traz muitos benefícios para a educação, facilitando pesquisas, troca de experiência entre professores e alunos e podendo ser fonte de pesquisa.

No ensino fundamental II, a pesquisa também é necessária para a busca de mais informações sobre um assunto ou temática, uma informação complementar, para compreender o que nos rodeia ou fatos atualizados.

No quesito **utilização de tecnologias em sala de aula**, os entrevistados relataram ser positivas por despertarem a atenção, a curiosidade do tema, o questionamento por parte dos estudantes, além do estímulo na participação na aula.

ISBN: 1981-1047

Já para entender o ponto de vista do educando houve o questionamento sobre a diferença existente entre as aulas que não utilizam ferramentas digitais (ou mídias educacionais) e as que utilizam. As respostas apontaram que a funcionalidade, a curiosidade e o contato com a tecnologia fazem a diferença no aprendizado, facilita a compreensão e deixa as aulas mais interessantes.

Diversos foram os pontos positivos elencados observados: melhora a aprendizagem, desperta a curiosidade, levantamento de possibilidades/hipóteses pelos alunos, aulas mais dinâmicas, o aluno se torna o protagonista de sua aprendizagem, o uso de uma ferramenta digital no qual os alunos têm acesso/conhecem, facilita a empatia pelo colega de sala, troca de ideias/experiências entre os pares.

Então, como observado em sala de aula, o uso direcionado das tecnologias para composição e desenvolvimento de conteúdos, em particular da Geografia, contribuem muito para a inserção do aluno nesta nova possibilidade de aprendizado no contexto atual.

Conclusões

A pesquisa buscou analisar a contribuição da ferramenta digital *Podcast* no processo de ensino-aprendizagem, dos conhecimentos do processo de industrialização brasileira, nas turmas dos 7º anos A e B, da Escola Estadual Adherbal de Paula Ferreira, na cidade de Itapetininga/SP.

As tecnologias devem estar presentes no contexto educacional, pois a escola está inserida no mundo contemporâneo, a qual estas fazem parte da rotina. A fim de contribuir para a transformação de tal cenário, o professor possui papel fundamental como um facilitador dos processos de ensino-aprendizagem, cabendo a ele buscar alternativas de ensino, no caso o uso das TICs, como a aplicação do *Podcast* no ensino fundamental.

Uma das características principais do *Podcast* é seu fácil acesso e utilização. O usuário pode ouvi-lo através do seu *smartphone, tablet ou notebook*, podendo optar por baixar o arquivo para ouvi-lo mais tarde. Através do uso da ferramenta digital como ferramenta de ensino-aprendizagem, os alunos estariam sendo incentivados a criar seu próprio *Podcast*, motivando sua autonomia criativa e, consequentemente, quebrando a hierarquia aluno-professor e estimulando seu senso crítico à medida que fomenta debates e reflexões.

 ISBN: 1981-1047

Já os educadores, além de exercerem o papel de mediadores durante essas atividades, estariam cooperando ao compartilhar suas experiências com esse tipo de atividade, ajudando outros alunos e professores, da sua própria cidade ou de outras partes do país, a terem mais familiaridade com essas ferramentas educacionais.

A pesquisa realizada com os alunos, revelou-nos que eles sentem necessidade de mudanças, como ocorre o processo de ensino-aprendizagem, com alternativas que instiguem a curiosidade, a participação ativa dos mesmos em novas atividades, além de maior envolvimento da turma e dos resultados de aprendizagem satisfatórios.

Novos caminhos podem ser abertos e potencializados pelos educadores para que seus educandos transitem por vários mundos, descubram e quebrem barreiras, tenham vez e voz que muitas vezes foram caladas e reprimidas, que possam ter vivências e desenvolver diversas habilidades e competências, de forma integral.

Referências Bibliográficas

BERBEL, N. A. N. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. **Semina:** Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011.

BEZERRA, Douglas Bento. Geografia e Cinema: as espacialidades de Brasília e as suas representações nos filmes Insolação e A Concepção. 2013. **Monografia** (Bacharelado em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, Brasília - DF, 2013.

CAVALCANTI, L. de S. **Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos**. Editora Papirus. São Paulo. 2010.

CAVALCANTI, L. de S. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002.

FREIRE, P. E. O *Podcast* como ferramenta de educação inclusiva para deficientes visuais e auditivos. **Revista Educação Especial**, v.24,n.40,p.195-206, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

 ISBN: 1981-1047

KAERCHER, N. A. Desafios e utopias no ensino de Geografia. In: CASTROGIOVANNI, A. C. et al (Org.) **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões.** Porto Alegre: AGB/Seção Porto Alegre, 2003.

LIBÂNEO, J. C.. **Adeus professor, adeus professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARCONI, M. C.; LAKATOS, E.M.. **Metodologia Científica.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MORAN, J.. Mudando a Educação com Metodologias Ativas. In: Coleção Mídias Contemporâneas. Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens. Vol. II. Carlos Alberto de Souza e Ofelia Elisa Torres Morales (orgs.). **PG: Foca Foto** - PROEX/UEPG, 2015. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/mudando_moran.pdf . Acesso em 12 de mar. de 2019.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para Ensinar**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2000.

PRIMO, A. F. T. Para além da emissão sonora: as interações no *Podcasting*. **Intexto.** Porto Alegre, n.13, 2005.

REIS, M. A.. Análise comparativa do uso das Tics no processo de ensino-aprendizagem dos saberes geográficos. **Interespaço**. Grajaú/MA, v.4, n.14, p. 260-279, 2018.

ROSA, M. V. de F. P. do C.; ARNOLDI, M. A.G.C. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para a validação dos resultados.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SAIDELLES, T. et al. A utilização do *Podcast* como uma ferramenta inovadora no contexto educacional. 23º Seminário Internacional de Educação, tecnologia e sociedade, **Anais**, Taquara/RS: Faccat, 2018.

SILVA, E. R. O ensino híbrido no contexto das escolas públicas brasileiras: contribuições e desafios. **Revista Porto das Letras**, vol.3,n.1, Palmas/TO, UFT,2017.

TAJRA, S. F. **Informática na Educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor da atualidade**. 3.ed. São Paulo: Editora Érica, 2001.

VALLE, L. **10 dicas para usar a produção de *Podcast*s como recurso educativo. Instituto Claro – Educação.** Disponível em: https://www.institutoclaro.org.br/educacao/nossas-novidades/reportagens/10-dicas-para-usar-a-producao-de-podcasts-como-recurso-educativo/ .Acesso em: 10 ago. 2019.

 ISBN: 1981-1047

RELATO DE EXPERIÊNCIA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA: O CROQUI CARTOGRÁFICO COMO RECURSO METODOLÓGICO NO ENSINO BÁSICO.

GT - Geografia e a Prática de Ensino

Dionel Barbosa Ferreira Júnior
dioneljunior41@gmail.com
UNIFESPA

Robson Alves dos Santos
robson.alves@msn.com
UNIFESPA

Resumo

A educação geográfica e o ensino da Geografia perpassam por transições nas suas abordagens de conteúdos, práticas de ensino e metodologias didáticas realizadas em sala de aula. Assim sendo, o foco neste trabalho está na atuação do discente ao ministrar a aula, de modo que aborde e relate a experiência de elaboração de Croquis cartográficos enquanto metodologia pedagógica a ser explorada nas aulas de Geografia. Para a realização desta pesquisa consideramos vários procedimentos e etapas, com base no objetivo proposto. As metodologias utilizadas foram a) pesquisa teórica; b) planejamento didático-pedagógico; c) regência e, d) elaboração de croquis pelos alunos, durante a experiência no estágio docente supervisionado. A cartografia tornou-se tema relevante entre pesquisadores preocupados em inseri-la no ensino de uma Geografia escolar. A inserção da cartografia, sobretudo o uso de croquis exerce a criatividade e possibilita ao aluno uma participação mais interativa e nos conteúdos do ensino de geografia.

Palavras-Chave: Ensino de Geografia; Cartografia; Estágio Supervisionado.

Introdução

O ensino praticado no âmbito escolar tem sido uma das pautas temáticas cada vez mais discutidas, debatidas e abordadas nos diversos eventos educacionais. É comumente os embates relacionados à presença do ensino tradicional, contestado pela monotonia e práticas pedagógicas que desconsideram a participação e interação dos alunos enquanto sujeitos ativos, carregados de interações sócio-históricas para além dos muros das instituições de ensino. Tais fatores acarretam para um desestímulo no processo de aprendizagem, interferindo na relação entre os sujeitos que compõem as escolas: educadores e educandos.

 ISBN: 1981-1047

No decorrer dos anos, a educação geográfica e o ensino da Geografia perpassam por transições nas suas abordagens de conteúdos, práticas de ensino e metodologias didáticas realizadas em sala de aula, o que contribui de maneira positiva na quebra do rótulo de "matéria decorativa." As metodologias de ensino são constituídas enquanto um conjunto de ações desenvolvidas pelo/para o docente, visando alcançar os objetivos propostos. É fundamental que o professor tenha clareza do que, como e a quem está ensinando, para utilizar uma metodologia que alcance os anseios e necessidades encontradas pelos alunos.

Para o desenvolvimento de tais práticas em sala de aula, torna-se essencial que desde o processo formativo na graduação, que os discentes tenham experiências e contatos com o futuro ambiente de trabalho. Dessa forma, os cursos de licenciatura possuem em suas grades curriculares a disciplina de Estágio Docente, que viabiliza a interação e aproximação entre a educação básica e superior. As Geografia (s) escolar e acadêmica precisam unir-se, para assim propiciarem uma interligação entre teoria e prática, ambas consideradas pilares na construção de uma formação qualificada para os licenciandos.

Em síntese, a presente pesquisa tem como objetivo explanar o relato empírico vivenciado através do Estágio Docente II em Geografia, no ano de 2019, na turma de 1º ano do Ensino Médio da Escola Municipal de Ensino Fundamental "O Pequeno Príncipe", localizada no município de Marabá – Pará. Os estágios docentes são marcados por etapas, como: observação do espaço escolar, acompanhamento de aulas de Geografia e a realização de regências dos discentes. Assim sendo, o foco neste trabalho está na atuação do discente ao ministrar a aula, de modo que aborde e relate a experiência de elaboração de Croquis cartográficos enquanto metodologia pedagógica a ser explorada nas aulas de Geografia.

Procedimentos metodológicos

Para a realização desta pesquisa consideramos vários procedimentos e etapas, com base no objetivo proposto. As metodologias utilizadas foram a) pesquisa teórica; b) planejamento didático-pedagógico; c) regência e d) elaboração de croquis pelos alunos, durante a experiência no estágio docente supervisionado. Na pesquisa teórica foi realizado um levantamento bibliográfico de autores que tratam dos temas de Estágio Docente: Pimenta e Lima (2006), Saiki e Godoi (2015); além da discussão de Metodologias no ensino de

 ISBN: 1981-1047

Geografia, mais especificamente sobre os Croquis na cartografia, tendo como base: Cirineu (2012) e Morone (2007).

O planejamento didático pedagógico foi um dos recursos cruciais para a assim elaborar o plano de aula, instrumento responsável por descrever e expor os conteúdos a serem trabalhados, seguido por objetivos e passo a passo da regência ministrada pelo professor/discente do curso de Geografia. A regência teve como tema: a linguagem cartográfica, apresentando aos alunos e a história da cartografia, identificando os saberes prévios a respeito do assunto ministrado. Por fim, após a aula explanativa, foi solicitado aos alunos que desenvolvessem croquis cartográficos, com intuito de aguçar e praticar a criatividade e conhecimento adquirido pós explanação. A construção dos croquis foi baseada em cartas topográficas, representando bacias hidrográficas a serem delimitadas, foram utilizados os seguintes materiais para a os mapas: papéis manteigas, lápis de colorir e régua.

Resultados

O estágio supervisionado em Geografia: perspectivas na formação docente.

O estágio docente torna-se momento crucial na formação identitária dos graduandos enquanto licenciandos, pois são inseridos no futuro âmbito da atuação profissional, além da possibilidade de correlacionar teoria e prática no espaço escolar. Na percepção de Piconez (2008, p.25) o estágio é "[...] um componente teórico-prático, isto é, possui uma dimensão ideal, teórica subjetiva, articulada com diferentes posturas educacionais, bem como uma dimensão real, material, social e prática".

É imprescindível repensar e valorizar os conhecimentos empíricos vivenciados em cada contexto e espaço de discussões, sendo importante o compartilhamento de ideias principalmente com os discentes que estão em processo de formação inicial. O estágio supervisionado é rico no sentido desafios aos estagiários, que possuem o seu primeiro contanto com o ambiente.

A linguagem e métodos como possibilidades de serem inseridos na educação, variam de acordo com o contexto, no caso de uma Geografia escolar contemporânea destaca-se: compreender o conhecimento prévio dos alunos. A mediação didática se encaixa nessa perspectiva, de maneira que leva em conta o aluno enquanto sujeito ativo, carregado de

 ISBN: 1981-1047

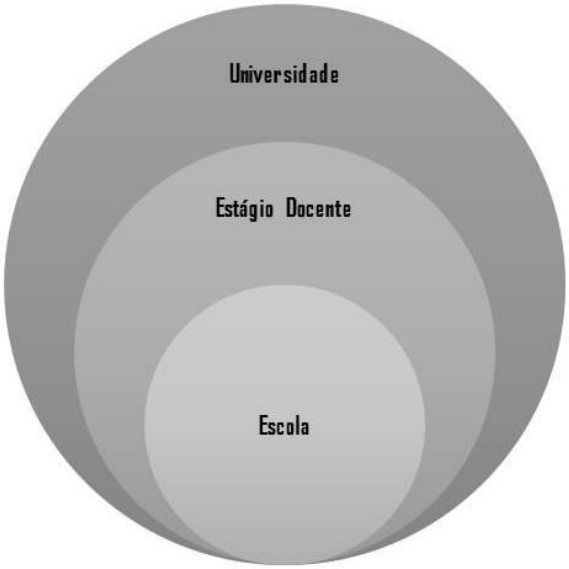
processos histórico-sociais além do espaço escolar. Desse modo, Cavalcanti (2013, p. 386) frisa que

> Aos professores de Geografia, interessa compreender seus alunos, seu comportamento de jovens pertencentes à sociedade contemporânea, brasileira, de partes específicas desse país, mas interessa sobretudo entender os alunos e suas práticas espaciais, entender como eles vivem em seu lugar, em seu cotidiano, como se relacionam com esse lugar, que é seu bairro, sua cidade. (2013, p. 386)

Observa-se, no entanto, o distanciamento entre os professores da rede de Ensino Superior e Educação Básica, sendo inviável o desenvolvimento de pesquisas acerca de temáticas do eixo educacional. Cacete (2015, p. 6-7) afirma tal problemática entre ambos os educadores, quando menciona que "normalmente, os professores das escolas básicas não veem muito valor nas pesquisas acadêmicas, e os professores da academia, muitas vezes, não veem valor no saber das experiências dos professores das escolas básicas". Desse modo o estágio ao inserir o aluno da licenciatura nas escolas básica de ensino, potencializa o desenvolvimento destes em sua autonomia e manuseio das práticas didático-pedagógicas, além da aproximação entre instituição acadêmica e escolar, conforme o infográfico ilustra a seguir

ISBN: 1981-1047

Figura 1 – Interligação Escola-Universidade através do Estágio Docente



Fonte: Autoria Própria, 2021.

Uma grande discussão que ainda perpetua a respeito do estágio é a sua redução apenas como parte de uma "grade curricular" discutido por Saiki e Godoi (2017). Essa disciplina, é marcada e caracterizada por ter um processo longo de tempo, vivenciada, compartilhada e não sendo minimizada à um momento estático na formação inicial. Assim, é preciso quebrar tais paradigmas e compreender o estágio na perspectiva da reflexão, da extensão, ensino e sobretudo objeto de pesquisa dos educandos.

A Cartografia no Ensino de Geografia.

Com um mundo cada vez mais globalizado, rodeado de recursos tecnológicos e acessos de maneira veloz, tem se adquirido cada vez mais rápido informações de forma instantânea, destacando-se as linguagens gráficas que tendem a prender a atenção dos leitores e usuários dos meios de comunicações. Dessa maneira, a cartografia tornou-se tema relevante entre pesquisadores preocupados em inseri-la no ensino de uma Geografia escolar. Assim, Castellar (2011, p. 134) reafirmar o papel dessa Geografia ao mencionar

 ISBN: 1981-1047

> O fundamental para a Geografia escolar é possibilitar ao aluno uma aprendizagem no sentido da consciência geográfica, entendendo a localização dos lugares e fenômenos e, a partir disso, podendo raciocinar geograficamente, compreendendo a ordenação territorial, a espacialidade e/ou territorialidade dos fenômenos, a escala social de análise. (CASTELLAR, 2011, p.134)

Para tanto, Cavalcanti (orientações teóricas quanto nas atividades práticas, os caminhos traçados vão em direção a reflexões e definições sobre finalidades educativas da Geografia, sobre a necessidade de orientar a seleção de conteúdos para essas finalidades, articulando-se a buscas de metodologias para aprendizagens mais ativas (significativas). Os saberes geográficos se fazem presente cotidianamente nas escolhas diárias dos cidadãos, sendo de suma importância explorar a cartografia como uma linguagem que propiciará o desenvolvimento cognitivo (CASTELLAR, 2019). Nesse sentido, Duarte (2017) aponta exemplos de como usar o "pensamento espacial", afirmando

> Pensamento espacial é onipresente em nosso cotidiano. Quando caminhamos em uma rua movimentada utilizamos o pensamento espacial para não esbarrarmos nas outras pessoas. Também usamos essa forma da cognição para definir a melhor rota para nos deslocarmos entre dois pontos de uma cidade, para distinguir a forma da letra "A" da letra "H", para reconhecer os símbolos utilizados nas placas de trânsito, para organizar os móveis em um cômodo, para praticar um desporto. A sucessão de exemplos é interminável. (DUARTE, 2017, p. 37-38)

A inserção da cartografia, sobretudo o uso de croquis exerce a criatividade e possibilita ao aluno uma participação mais interativa nos conteúdos do ensino de Geografia, viabilizando formas desde a localização referente à algum fenômeno geográfico desde até o modelo de representar um determinado conhecimento. Essa inserção torna-se objeto de estudo de renomados autores do contexto da educação geográfica, de maneira que Duarte (2017) se posiciona em relação ao "pensar geograficamente", ressaltando o domínio espacial e da linguagem cartográfica como recurso de suma importância na cognição disciplinar. Segundo Straforini (2004):

 ISBN: 1981-1047

> a geografia é um meio de enriquecer o processo de alfabetização porque é no espaço geográfico que as crianças têm suas múltiplas possibilidades de realidade. É nele que a vida se faz. Assim, é no espaço geográfico que as crianças buscam e encontram os símbolos e os seus significados.(STRAFORINI 2004, p.120)

O ato de ler e escrever é considerado elementar para o desenvolvimento do ser humano, permitindo o acesso em vários âmbitos e inserção no contexto educacional. No sentido da ciência geográfica, Castellar (2011) frisa as representações utilizadas pelas crianças no desenvolvimento espacial, visto que "a criança lê e registra (escrita/representação) o que observa das paisagens do espaço vivido e, a partir dessas atividades, começa a perceber as relações sociais nele existentes." (CASTELLAR, 2011, p 4).

A linguagem cartográfica pode ser discutida e abordada em sala de aula por meio dessas representações gráficas, essas são textos alfabéticos por ser apresentados como figura espacial como: linhas, formas, superfícies, distâncias, extensões, volumes e suas várias dimensões comprimento, largura e altura. São diversas representações gráficas que podem ser trabalhadas no ensino e nas pesquisas da Geografia, como por exemplo: desenho, planta, carta, mapa, bloco-diagrama, maquete, infográfico, anamorfose e por fim os croquis, destacado enquanto recurso metodológico durante a disciplina de Estágio Supervisionado, realizado na educação básica do município de Marabá – Pará.

O croqui cartográfico inserido no âmbito escolar como recurso pedagógico.

O croqui é um desenho, um esquema rápido, geralmente feito à mão, referenciando os principais elementos de um determinado espaço geográfico, através desse recurso pode-se obter diversos objetivos. Segundo Cirineu (2012, p.16) "Do ponto de vista cartográfico, o aluno irá aprender a dominar a linguagem cartográfica, aprender a elaborar representações gráficas por etapas desde o desenho dos croquis até a codificação e decodificação da legenda." Este ainda afirma que

> Esta dominação espacial apreendida pelo aluno permite que este possa registrar um referido espaço por meio da confecção de mapas. Ao iniciar as tarefas de mapear, estamos portanto, mostrando ao aluno os caminhos para que ele possa se tornar um leitor consciente da linguagem cartográfica. (CIRINEU, 2012, p.18).

 ISBN: 1981-1047

Os croquis se diferenciam devido ao tipo de representação gráfica que aborda, com foco somente das informações essenciais, na qual o aluno tenha objetividade através do que elabora. Na percepção de Simielli (1996, p. 16) o estudo cartográfico perpassa pelo uso do croqui em sala de aula, é por meio desse instrumento que se fazem análises geográficas, além da localização de determinado elemento. A autora ressalta a importância de os alunos elaborarem os croquis, cumprindo todas as etapas de produção, diferentemente da simples cópia de mapas ou croquis.

A produção dos croquis é uma proposta viável para os alunos no âmbito escolar, devido ao intuito de cumprir essas etapas de elaboração, os alunos desenvolverão habilidades e competências que são objetivos da educação brasileira e do ensino de Geografia. Diante dessa discussão sobre este recurso, aborda-se a seguir sua inserção em uma aula realizada através do estágio docente em Geografia (Unifesspa) na Escola "O pequeno príncipe" município de Marabá – Pará.

Figura 2 – Mapa da Escola em que o Estágio foi realizado.

Fonte: Autoria Própria, 2021.

ISBN: 1981-1047

Regência e Atividade Cartográfica Proposta aos Alunos.

Em primeiro momento houve a regência na turma de 1º ano do Ensino Médio abordando como temática: a história da cartografia e sua utilização como ciência (representada na figura 3). A duração da aula dividiu-se primeiramente entre aula explanativa sobre os fundamentos e primórdios da cartografia. Também foi apresentado aos alunos os diferentes tipos de mapas e seus devidos objetivos, de modo que compreendessem os componentes presentes em cada mapa, como: legenda, escala, título e representações pictográficas no intuito de identificar o que formam as bacias hidrográficas.

Figura 3 – Aula ministrada na turma de 1º ano do E.M

Fonte: Autoria Própria, 2019.

Dessa maneira, após a aula ministrada expositivamente, os alunos com auxílio do professor utilizaram os seguintes materiais para a elaboração dos croquis:

ISBN: 1981-1047

Tabela 1 – Materiais Didáticos utilizados na elaboração dos Croquis

Mapa Topográfico
Papel "Manteiga"
Lápis de Cor
Régua

Fonte: Autoria Própria, 2021.

Na profissão docente, é possível se deparar com adversidade e dificuldades diante de um sistema desigual de educação, marcado por diversas contradições. A partir dessa discussão Cavalcanti (2017, p 105) menciona as condições de trabalho em que o professor se encontra, marcado por "[...]condições precárias; da gestão da escola; das formas de inserção das demandas externas; mas, principalmente, diante dos alunos e suas demandas, seu envolvimento, seus modos de aprendizagem."

Diante das dificuldades acerca da aquisição de materiais na escola, foi pensado para a realização da atividade levar pelo docente em formação inicial os materiais expostos acima (tabela 1). Em primeiro, o mapa topográfico foi disponibilizado pelo laboratório de Cartografia da Unifesspa, servindo de base para que o aluno delimitasse uma bacia hidrográfica, identificando os componentes do rio e posteriormente desenhado através da utilização do papel "manteiga".

Foram desenvolvidas atividades que estimulassem as noções básicas que fazem parte dos mapas: legenda, figuras geométricas, signos, cores, linhas entre outras formas de representações dos fenômenos. Para isso, a turma composta por 23 alunos, dividiram-se em grupos a fim de socializar e dividir os materiais para a execução do croqui. Os adolescentes sentiram-se a vontade para fazer as representações a partir da criatividade subjetiva de cada um, conforme a imagem 4 abaixo

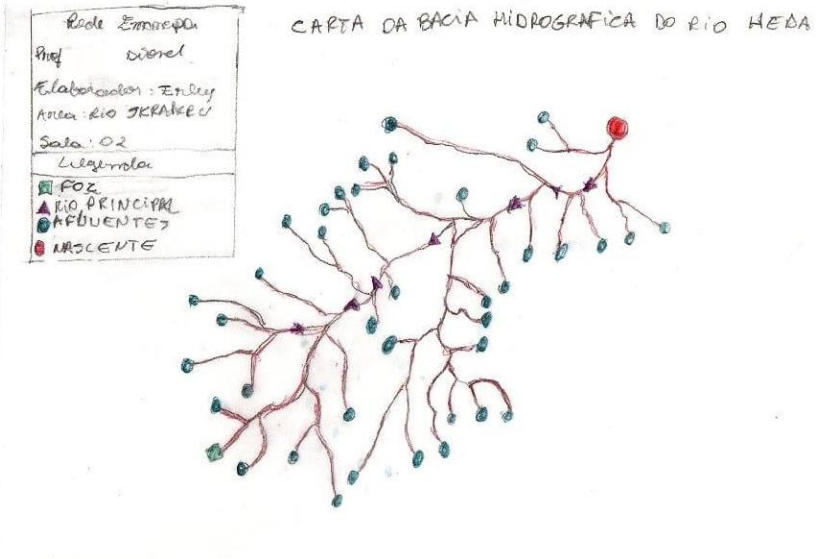
 ISBN: 1981-1047

Figura 4 – Momento de atividade sendo realizada pelos alunos em grupo.

Fonte: Autoria Própria, 2019.

Elaboração de Croqui de alguns alunos do 1º ano da Escola "O pequeno príncipe", Marabá – Pará.

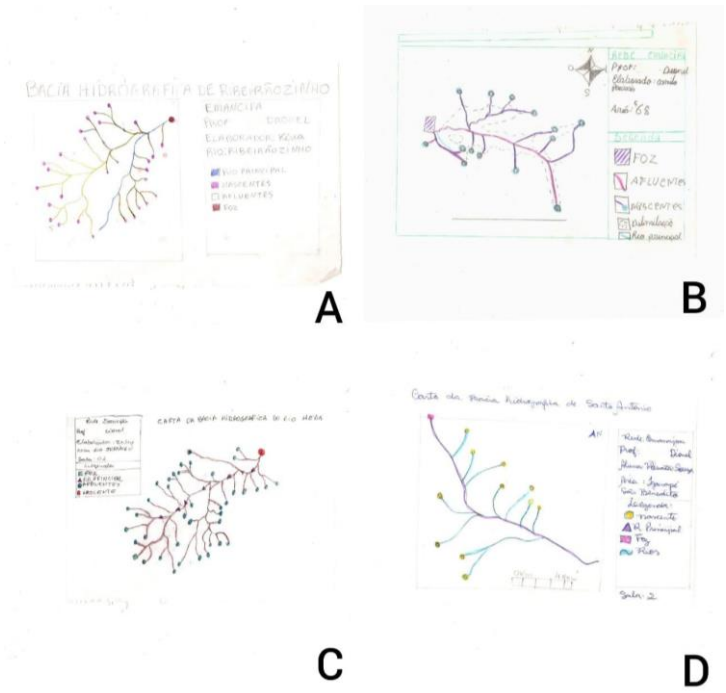
Figura 5 – Croqui feito durante estágio docente.



Fonte: Aluno do 1º ano, 2019.

ISBN: 1981-1047

Figura 6 – Croqui feito durante estágio docente.



Fonte: Aluno do 1º ano, 2019.

Considerações finais

A cartografia é uma ciência e conteúdo importante para o ensino da Geografia, de modo que ela se dá de diversas formas, sendo um meio de comunicação que facilita a obtenção e a análise das informações organização espacial. A utilização da linguagem cartográfica dos croquis propicia em sala de aula abordagens metodológicas que exige a participação ativa do aluno, possibilitando a elaboração e apreensão de novos conhecimentos, além de desenvolvê-lo cognitivamente. Este recurso cartográfico possibilita o uso de novas ferramentas no ensino de Geografia, não se limitando ao livro didático enquanto abordagem didática.

Cabe destacar a necessidade de uma formação inicial de qualidade dos futuros docentes na perspectiva de atuação na educação básica, de modo que estes detenham da autonomia docente, por meio da apropriação do conhecimento específico e pedagógico para que assim estes saibam manusear os diversos tipos de proposições didáticas, como por exemplo o uso dos croquis em aulas de Geografia. A utilização desse recurso propiciou a

 ISBN: 1981-1047

instigar a criatividade e potencializar a cognitividade dos alunos, para que assim estes desenvolvam o conhecimento e análise geoespacial.

Referências bibliográficas

CALLAI, Helena C. **A formação do profissional da Geografia:** o professor. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 2013.

CASTELLAR, Sonia. M. V. A Cartografia e a construção do conhecimento em contexto escolar. In: ALMEIDA, Rosângela Doin de. (Org.). **Novos Rumos da Cartografia Escolar:** Currículo, linguagens e tecnologia. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2011. pp. 121-135.

CACETE, N.H. Formação do professor de geografia: sobre práticas de ensino e estágio supervisionado. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral/CE, v.17, n. 2, p.3-11, Jul. 201 5, http://uvanet.br/rcgs. ISSN 2316 – 8056 1999, Universidade Estadual Vale do Acaraú.

CASTROGIOVANNI, A.C. Apreensão e compreensão do espaço geográfico. In: **O ensino de geografia:** práticas e textualizações no cotidiano. - 6º ed. – Porto Alegre: mediação, 2000.

CASTROGIOVANNI, A.C; TONINI, I, M; KAERCHER, A.N; COSTELLA, R.Z. (Orgs). **Movimentos para ensinar geografia – oscilações**. Porto Alegre: Editora Letra 1, 2016, p. 85 – 103

CAVALCANTI, S. L. **O trabalho do professor de geografia e tensões entre demandas da formação e do cotidiano escolar**. Percursos de Formação Docente e Práticas na Educação Básica, p. 100.

CIRINEU, Andréia Rodrigues de Araújo. **O ensino da geografia por meio da utilização de croquis.** 2012.

COPATTI, C.. **Geografia(s), Professor(es) e a construção do Pensamento Pedagógico-Geográfico.** 1. ed. Curitiba: CRV Editora, 2020. v. 1. 184p.

LIMA, Maria Socorro Lucena; PIMENTA, Selma Garrido. Estágio e docência: diferentes concepções. **Poíesis pedagógica**, v. 3, n. 3 e 4, p. 5-24, 2006.

MORONE, Rosemeire. **O uso de croquis cartográficos no ensino médio**. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MOREIRA, G.L. O estágio supervisionado: retrocessos e avanços na formação de professores de geografia. **Revista de Ensino de Geografia**, Uberlândia, v. 6, n. 10, p. 106-121, jan./jun. 2015.

MOREIRA, D. S; SILVA, M. J; FERREIRA, R. J. A didática da afetividade. *In:* PASSINI, E.Y; PASSINI, R; MALYSZ, S.T. **Práticas de ensino de geografia e estágio supervisionado**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 72-77.

PIMENTA, S.G; LIMA, M.S.L. Estágio e docência: diferentes concepções.**Revista Poíesis** -Volume 3, Números 3 e 4, pp.5-24, 2005/2006

SAIKI, Kim; GODOI, Francisco Bueno de. A prática de ensino e o estágio supervisionado. IN: PASSINI, Elza Yasuko et al (Org.). **Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado**. São Paulo: Contexto, 2007

SATO, E.C.M; FORNEL, S.R. Conhecimento do espaço escolar. *In:* PASSINI, E. Y. **Práticas de ensino de geografia e estágio supervisionado**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 32-51.

SOUZA, V. C. Desafios do estágio supervisionado na formação do professor de Geografia. *In:* ALBUQUERQUE, M. A. M.; FERREIRA, J. A. S. (Org.). **Formação, pesquisas e práticas docentes:** reformas curriculares em questão. João Pessoa: Mídia, 2013. p. 105-130.

STRAFORINI, Rafael. **Ensinar geografia:** o desafio da totalidade mundo nas séries iniciais. São Paulo: Annablume,2004.

SIMIELLI, M.E.R. **Cartografia e Ensino.** Proposta e Contraponto de uma obra Didática. Tese de Livre – Docência. DG/FFlCH/USP, São Paulo, 1996.

 ISBN: 1981-1047

PROJETO "NÓS PROPOMOS!": INSTIGANDO A CIDADANIA PARTICIPATIVA NA ESCOLA

GT - Geografia e a Prática de Ensino

Letícia Koltum Grosse
leticia-grosse@hotmail.com
UNICENTRO

Luana Guidoni
luanaguidoni@gmail.com
UNICENTRO

Marquiana de Freitas Vilas Boas Gomes
marquiana@unicentro.br
UNICENTRO

Resumo

O ensino da Geografia nas escolas deve ir além do livro didático e conteúdos abstratos, e nesse contexto cabe ao professor dinamizar a disciplina, promover atividades que instiguem a atenção do aluno e os tornem cidadãos mais críticos e participantes na sociedade. Com isso o presente trabalho busca trazer reflexões sobre a aplicação do projeto "Nós Propomos" em uma turma de 1º ano do Ensino Médio da rede pública na cidade de Guarapuava-PR, através de parcerias entre o Colégio e a Universidade por meio do estágio supervisionado. O projeto que teve origem em Portugal hoje está presente em diferentes países proporcionando experiência única aos alunos e professores. Composto por diferentes etapas, o projeto ao ser desenvolvido instigou os alunos a terem autonomia e participação na sociedade, proporcionou novos conhecimentos entorno da temática trabalhada, além de tornar a Geografia mais interessante, trazendo-a pra realidade, indo além da sala de aula e livros didáticos.

Palavras-chave: Geografia: Ensino: Extensão:

Introdução

Os conhecimentos da Geografia já estavam presentes na realidade humana antes mesmo de se tornarem ciência, porém foi desde o século XIX, que a Geografia passou a ter uma maior importância nas escolas. Do período de inserção desse componente curricular na escola, a disciplina passou por diferentes objetivos, no Brasil, desde a redemocratização vem ganhando força a ideia de contribuição da geografia escolar como contribuição ao

 ISBN: 1981-1047

desenvolvimento da formação cidadã dos alunos, ou seja, compreender a realidade do espaço e seu papel no mesmo.

Nesse contexto cabe ao professor ir além do conteúdo dos livros e, desenvolver e propor atividades adequadas que contextualizem os conhecimentos geográficos com a realidade dos alunos, para que eles compreendam o lugar onde vivem e as relações ali existentes, e assim desenvolvam e exerçam sua criticidade. Pensando nisso, foi proposto pela professora Drª. Marquiana de Freitas Vilas Boas Gomes, então responsável pela disciplina de estágio supervisionado II do 4º ano do curso de Geografia-Licenciatura da Universidade Estadual do Centro-Oeste/Guarapuava/Pr, o desenvolvimento do "Projeto Nós Propomos!". Dessa forma, nós como acadêmicas do curso de geografia realizamos o estágio supervisionado a partir do projeto de extensão denominado: "Projeto Nós Propomos! Guarapuava: Juventude Educando-se na/com a cidade", em parceria com o Projeto Nós Propomos! Cidadania, Sustentabilidade e Inovação na Educação Geográfica – IGOT/Lisboa. O Colégio Estadual Francisco Carneiro Martins foi o escolhido para o desenvolvimento do projeto, situado na área central da cidade de Guarapuava, e que recebe alunos de diferentes bairros e classes sociais. As atividades foram desenvolvidas com o 1° ano B do Ensino Médio Regular.

O presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência do estágio supervisionado a partir de um projeto de extensão, o qual visa promover a autonomia do aluno e sua participação na comunidade, em decisões importantes e reivindicações de direitos quando necessário, desenvolvendo assim uma cidadania participativa.

2 O ensino da Geografia

Alguns autores como Paraná (2008) destacam que para falar sobre o ensino de Geografia vale relembrar seu objeto de estudo e definir o que essa ciência estuda. Porém, foram muitos ao longo da história dessa ciência até que a mesma se concretizasse e que fosse definido um principal, o qual abrangeria as mais diversas áreas da Geografia. Para compreender todo percurso da Ciência Geográfica é necessário que se faça uma retrospectiva da sua história, retomando as diferentes fases pelas quais passou, buscando assim as bases teóricas geográficas, porém não será este o objetivo desse trabalho.

 ISBN: 1981-1047

Os conhecimentos geográficos sempre estiveram presentes e foram importantes nas diferentes fases da humanidade. O homem desde seu início precisou do conhecimento sobre o clima e as estações para agricultura, saber se localizar no espaço em que vivia utilizando-se de pontos de referência ou ainda saber a localização do rio, animais e plantas necessárias.

Pereira (1988), por sua vez, infere que a Geografia teve início em um importante momento histórico no qual o mundo passava por diferentes mudanças, podendo ser citado questões políticas, econômicas, sociais, estruturais, etc. A autora destaca que o início efetivamente da ciência geográfica teve duas condições: a material (expansão europeia) e a ideológica (nova estruturação mundial).

Moura e Alves (2002, p. 310) salientam ainda que "a história da Geografia, como disciplina escolar no século XIX, teve objetivo de contribuir para a formação dos cidadãos a partir da difusão da ideologia nacionalista". Mas ao longo da história o objeto de estudo da Geografia e seus objetivos foram se modificando.

Moraes (1997) traz a discussão sobre o objeto de estudo da Geografia, ao citar os diferentes objetos de estudos baseados em variados autores como, a superfície terrestre, paisagem, individualidade dos lugares, diferenciação de áreas, o espaço e as relações entre o homem e o meio, ou, posto de outra forma, entre a sociedade e a natureza. Mas o que se pode ressaltar é que diferente de antigamente e do início dessa ciência, hoje as relações existentes também são estudadas e não se separa mais de uma forma tão marcante a geografia física da humana.

A Geografia enquanto disciplina escolar tem como objetivo contribuir para a formação cidadã dos alunos, e na construção de uma visão crítica da realidade, e para que isso ocorra necessita-se que esta seja trabalhada da melhor maneira possível nas escolas. De acordo com Thiesen (2011, p. 90) a geografia:

> [...] deve oportunizar que os estudantes compreendam melhor a realidade em que vivem e nela intervenham de modo a transformá-la. Deve ajudá-los na apropriação significativa de conhecimentos, habilidades, atitudes e convicções indispensáveis ao seu desenvolvimento como cidadãos individuais e coletivos.

 ISBN: 1981-1047

É uma ciência que desperta a criticidade do aluno, e para isso é necessário que o professor faça com que os alunos despertem interesse pela geografia em sala de aula. Visto que muitas vezes a disciplina remete a acontecimentos distantes do cotidiano. Cavalcanti (2005, p. 203) aponta que "a geografia é uma ciência que estuda o espaço, na sua manifestação global e nas singulares. Sendo assim, os conteúdos geográficos precisam ser "apresentados" para serem trabalhados pelos alunos nessa dupla inserção: a global e a local".

Ao tratar de assuntos próximos à realidade do aluno, levando em consideração seu cotidiano, suas vivências e conhecimento prévio, o professor faz com que o mesmo se torne mais ativo em seu processo de aprendizagem. Portanto, "as experiências do vivido, do refletido e do concebido pelos alunos em sua vida cotidiana devem integrar o escopo dos conteúdos/conceitos curriculares de modo a tornar as aprendizagens mais significativas" (THIESEN, 2011, p. 91).

Cabe ao professor fazer essa ligação entre o local e o global, mediando o conhecimento científico ao conhecimento do cotidiano, visto que os conteúdos devem ser trabalhados em diferentes escalas, e não de forma fragmentada. "É preciso, então, que o professor aguce bastante a sensibilidade para captar os significados que os alunos dão aos conceitos científicos que são trabalhados no ensino" (CAVALCANTI, 2005, p. 201). Moura e Alves (2002, p. 315) ressaltam que "[..] é necessário que os conhecimentos cotidianos sejam confrontados com as formulações teóricas, para que o senso comum seja superado e que o educando consiga entender e dar explicações da complexidade da realidade".

As aulas expositivas sempre fizeram parte das práticas pedagógicas. Uma forma de tornar essa prática mais eficiente, de acordo com Surmacz (2015 p. 37), é "[..] dar à aula expositiva uma dimensão dialógica, transformando-a em uma aula expositiva dialogada". Para que dessa forma haja uma troca de experiências, na qual o professor possa utilizar dos conhecimentos dos alunos saindo do posto de único detentor de conhecimento.

Uma das ferramentas utilizadas para nortear o ensino tanto da geografia como de outras disciplinas escolares é o livro didático, o qual dispõe do conteúdo que o professor deverá abordar durante o ano letivo. Assim,

> [...] não há maiores problemas em fazer uso do texto do Livro escolar, pois ele muitas vezes é o único livro a que o aluno tem acesso e, portanto, indispensável. O que precisa é a clareza dos

 ISBN: 1981-1047

> aportes teóricos da disciplina escolar, dos aspectos pedagógicos que dizem respeito ao ensinar (CALLAI, 2011, p. 139).

O livro didático se apresenta como uma ferramenta importante no ensino, sendo um transmissor de conhecimento, porém, sua eficácia depende da forma que é utilizado e a organização das informações nele disponíveis. Este não deve ser o único material utilizado em sala. Para isso é necessário que "o professor saiba aquilo que vai ensinar e que conheça para além daquilo que vai ser trabalhado, isto é, que conheça a sua ciência, que compreenda o significado daqueles conteúdos no contexto da sua disciplina escolar" (CALLAI, 2011, p. 135).

Além das aulas expositivas, livros didáticos e quadro negro há inúmeros materiais e ferramentas que podem auxiliar o professor na transmissão do conhecimento aos alunos: música, jogos, notícias, mapas, imagens, charges, vídeos, pesquisas, entre outros; podem tornar a aula mais dinâmica, facilitando a compreensão do conteúdo. "As diferentes linguagens utilizadas no ensino de Geografia são importantes no processo de aprendizagem, ajudam o professor na materialização do conteúdo e são ferramentas importantes para o ensino" (SURMACZ, 2015, p. 61).

Moura e Alves (2002 p. 315) enfatizam que:

> [...] há uma preocupação com um ensino de Geografia que vai além dos conteúdos, ou seja, um ensino voltado para a formação política do educando. Para isso, há a necessidade de considerar o aluno como sujeito do processo de ensino-aprendizagem. É necessário tornar o conhecimento científico acessível ao educando, "falar a sua língua, ou uma língua que ele entenda".

Portanto, abordar assuntos do cotidiano do aluno, valorizar seu conhecimento prévio e transmitir o conhecimento científico de maneira didática que facilite a compreensão são as principais premissas de um professor em sala de aula. De uma forma geral, Callai (2018, p. 13) salienta que:

> [...] na escola o fundamental é oportunizar acesso ao conhecimento que é produzido cientificamente, o qual toda a criança e o jovem têm direito. Este processo significa oportunizar aos alunos as ferramentas intelectuais para agir no próprio momento da vida em que estão, isto é, ser sujeito que vive como tal com direitos e deveres no presente.

 ISBN: 1981-1047

A Geografia tem, assim, uma característica especial, que oportuniza aos educandos a capacidade de interpretar o mundo, os tornando mais críticos e capazes de agir e transformar o espaço em que vivem.

3 Projeto "Nós Propomos!"

3.1 Sobre o Projeto

> O Projeto Nós Propomos! inicia a sua trajetória no ano de 2011, em Portugal. Surge no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT-UL). Aproveitava-se de uma conjuntura escolar, do programa de Geografia para jovens de 16/17 anos, que contemplava um Estudo de Caso dirigido à resolução de problemas territoriais regionais. (SOUTO; CLAUDINO, 2019, p. 8)

O Projeto português "Nós Propomos", visa promover e auxiliar no desenvolvimento da cidadania crítica e participativa dos alunos, ensinando-os a observar e interpretar a cidade e o bairro onde vivem, para identificar os problemas e posteriormente apontar possíveis soluções. Neste sentido, tornou-se possível os alunos mostrarem sua capacidade de participar na mudança da realidade local.

Além disso, o projeto busca desenvolver e necessita das parcerias entre universidade, escolas, autarquias, empresas e associações. Este projeto que foi desenvolvido em Portugal no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território na Universidade de Lisboa, posteriormente passou a ser aplicado em outros países. Está presente em diferentes cidades do Brasil e em Guarapuava vem sendo desenvolvido em diferentes colégios com características singulares.

O projeto tem como objetivo uma inovação na educação geográfica no Ensino Médio, visto que não existem muitas atividades como estas. Porém, sabe-se que é esse o objetivo da ciência geográfica dentro das escolas, ou seja, incentivar e desenvolver a formação cidadã e crítica do aluno.

As atividades foram desenvolvidas no Colégio Estadual Francisco Carneiro Martins, com a mesma turma em que havíamos realizado o estágio supervisionado no primeiro semestre (1° B). Assim sendo, optamos por dar prosseguimento às atividades,

 ISBN: 1981-1047

seguindo um cronograma pré-estabelecido pelo projeto, de maneira que ocorreram apenas adaptações quando necessário.

3.2 Desenvolvimento do projeto

O projeto possui um cronograma pré-estabelecido das atividades a serem desenvolvidas, para que assim ocorra dentro da lógica necessária. Portanto, para aplicação seguiu-se esse cronograma, ocorrendo adaptações apenas quando necessário para encaixar na realidade do colégio e da disciplina, a qual precisa também cumprir com os conteúdos propostos no Plano de trabalho do professor regente.

As atividades foram então desenvolvidas ao longo de 16 aulas, sendo estas germinadas, o que facilitou o desenvolvimento do projeto, visto a complexidade e demanda de tempo das atividades desenvolvidas. Ocorrendo então da seguinte forma:

Etapa 1 - Identificação dos problemas locais: Nesse primeiro momento foi realizada a apresentação do projeto aos alunos e a explicação de como ele seria desenvolvido, através da apresentação por PowerPoint a qual continha alguns resultados de Portugal.

Posteriormente os alunos foram levados até o laboratório de informática para responderem um questionário produzido pelas estagiárias que buscava identificar características dos alunos como: idade, bairro em que moravam, acesso a celular, computadores e internet, meio de locomoção até o colégio, entre outros. Além disso, foi utilizado o questionário também para que os alunos apontassem os principais problemas existentes ao redor do colégio e na cidade na visão deles, infraestruturas necessárias, o papel dos órgãos públicos e deles nas resoluções, entre outras questões. O questionário foi produzido no "Google Forms" e foi realizado assim o primeiro diagnóstico para ser dado sequência ao projeto.

A imagem abaixo, refere-se à uma das perguntas respondidas pelos alunos no questionário, a qual tinha o intuito de identificar os problemas apontados por eles para posteriormente ser definido a temática que seria trabalhada ao longo do projeto.

ISBN: 1981-1047

Figura 1: Pergunta do questionário sobre os problemas do Centro de Guarapuava-PR.

Fonte: Autoras, 2019.

Na imagem acima a barra que contou com 16 votos (57,1% dos alunos votaram), representou a questão da mobilidade no centro de Guarapuava como um problema. Desta forma, optou-se juntamente com os alunos desenvolver o projeto com a temática da mobilidade urbana a qual envolveria também problemas de transportes, calçadas e acessibilidade que também receberam votos.

Etapa 2 – Grupos de trabalho: a partir da escolha da temática de "Mobilidade urbana", os alunos se organizaram em grupos de até 4 integrantes (os quais deveriam permanecer juntos até o final do projeto).

Etapa 3 – Temas de trabalho: Nessa etapa os alunos definiram o tema/problema a ser investigado dentro da temática mobilidade urbana. Os temas escolhidos pela turma foram: Acessibilidade, respeito no trânsito, ciclovias, transporte público e sinalizações. Cada grupo ficou com um tema, sendo que desenvolveram todas as atividades solicitadas sobre este.

No mesmo dia, cada grupo elaborou duas questões sobre o tema que escolheram, as quais deveriam ser pensadas de forma que colaborassem com seus trabalhos em desenvolvimento. Essas perguntas compuseram o questionário que foi aplicado à população no trabalho de campo.

ISBN: 1981-1047

Foi solicitado ainda que os alunos realizassem uma pesquisa como atividade de casa para a próxima aula sobre a temática de "mobilidade", e em especial sobre o tema escolhido pelo seu grupo para ser trabalhado no projeto. As indicações foram para que os alunos pesquisassem curiosidades, notícias com possíveis soluções, a importância do tema e acontecimentos/ fatos de Guarapuava, questões históricas, além do que encontrassem a mais. Ou seja, era uma pesquisa semi-aberta.

Etapa 4 - Apresentação de conteúdo/Exposição de pesquisa: Nesta aula os alunos socializaram com a turma informações pesquisadas como atividade solicitada na aula anterior. Como forma de instigar à participação dos alunos e tornar a aula mais descontraída, a atividade ocorreu através de uma dinâmica, onde foi solicitado para que os alunos fizessem um círculo com as cadeiras e se sentassem, no meio foram colocadas bexigas que continham números dentro e simultaneamente foi entregue a cada aluno um número. Primeiro foi pedido a um voluntário que estourasse uma bexiga para que a dinâmica pudesse ser iniciada, o número que havia dentro da bexiga correspondia a um aluno e este deu início a dinâmica contribuindo com informações sobre mobilidade. Após o aluno contribuir ele deveria ir até o centro da sala estourar outra bexiga para que dessa forma outro aluno participasse (figura 2).

As informações trazidas pelos alunos foram elencadas no quadro, assuntos como acessibilidade (surdos, cegos e deficientes), calçadas, ciclovias, planejamento urbano e educação no trânsito foram os mais comentados. E juntamente comas falas dos alunos foram expostas outras questões ou complementado quando necessário. Simultaneamente também foi explanado sobre o histórico e a importância da mobilidade urbana. Essas contribuições tiveram o intuito de desenvolver e contribuir com a construção do conhecimento sobre essa temática, para que fosse sendo concretizado pelos alunos.

 ISBN: 1981-1047

Figura 2: Dinâmica para compartilhamento das pesquisas

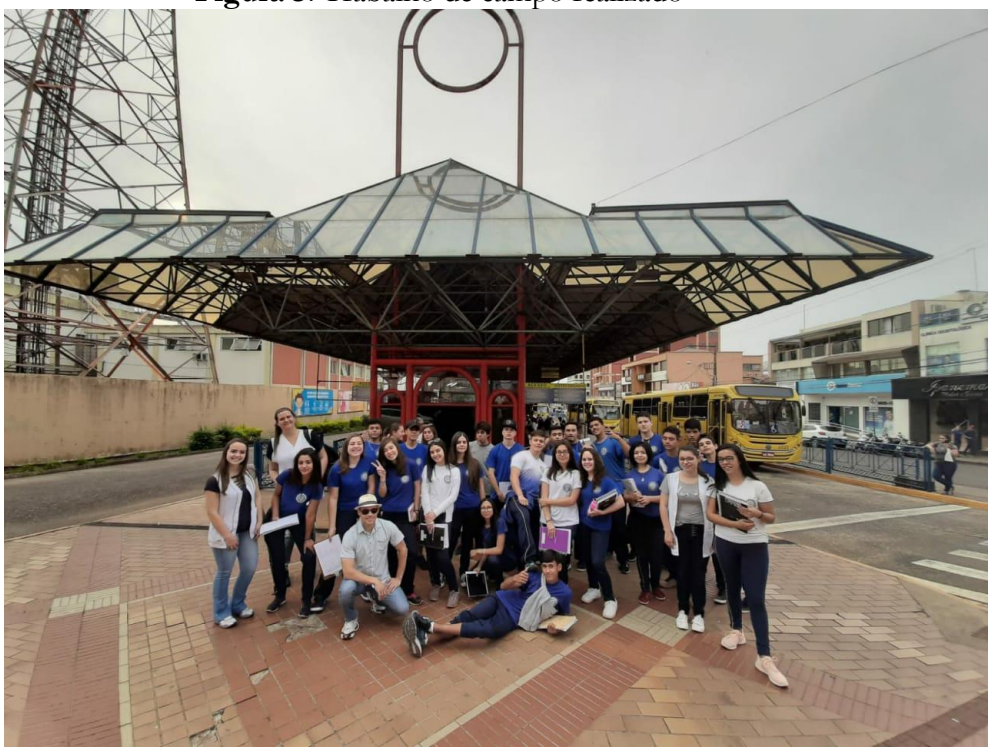
Fonte: Autoras, 2019.

Etapa 5 - Trabalho de campo: Foi realizado um trabalho de campo com os alunos para que eles realizassem um diagnóstico de como eram vistos os problemas relacionados à mobilidade pela população. O campo foi para muitos alunos uma novidade, visto que nunca tinham realizado um como atividade escolar. Para o campo acontecer, foi realizado um mapeamento das ruas em que os grupos iriam, entregue termos de compromisso para os pais assinarem, assim como foram passadas todas as informações de como o campo deveria ocorrer. Para auxiliar as estagiárias com os grupos, outros alunos da disciplina de estágio da UNICENTRO estiveram presentes.

Os alunos se deslocaram até algumas ruas no entorno do colégio, em especial do terminal de transporte público devido ao grande movimento de pessoas (figura 3) para aplicação do questionário elaborado por eles para a população, duplas foram formadas para a atividade. Além disso, esse foi um momento destinado para que os alunos realizassem observações do local, anotações e registros fotográficos.

ISBN: 1981-1047

Figura 3: Trabalho de campo realizado



Fonte: Autoras, 2019.

Etapa 6- Plano diretor de Guarapuava: Nesta etapa foi exposto pelas estagiárias aos alunos pontos referentes à mobilidade urbana presentes no plano diretor da cidade, o qual estava passando por uma reformulação e envolvia em especial a questão de mobilidade. Essa exposição ocorreu em especial, para que os alunos tivessem conhecimento do que era proposto pelo governo municipal, o que era direito e estava adequado ou inadequado. Assim eles poderiam cobrar e argumentar.

Juntamente foram apresentados os dados dos questionários que eles aplicaram à população, no centro de Guarapuava, para que assim pudessem comparar a opinião dos Guarapuavanos com o que é direito de todos e está no plano de mobilidade.

A sistematização dos dados dos questionários foi realizada pelas estagiárias para agilizar o processo, visto que havíamos um curto espaço de tempo disponível para realização do projeto. Os dados foram apresentados em forma de gráficos que são gerados através do google formulários.

Foram aplicados 53 questionários, o diagnóstico obtido foi que um dos principais problemas do centro da cidade seriam relacionados a falta de sinalização, e desrespeito por

 ISBN: 1981-1047

parte dos veículos as faixas de pedestres. Além de que quando se falou de ciclovias os respondentes relataram que quase não utilizam as bicicletas como meio de transporte principalmente por não haver ciclovias e assim ser um meio de locomoção perigoso pela falta de infraestrutura.

A partir desse momento os alunos já haviam informações suficientes sobre a questão da mobilidade urbana na cidade de Guarapuava para dar prosseguimento a suas propostas, tanto a partir das discussões realizadas em sala e apresentação de conteúdo, bem como com a coleta de dados primários realizada pelos próprios.

Figura 4: Apresentação dos dados e plano diretor

Fonte: Autoras, 2019.

Etapa 7 – Possíveis soluções: a partir da coleta de informações, da construção dos conhecimentos, foram disponibilizadas aulas para que os alunos discutissem sobre os problemas e possíveis soluções com seus grupos, bem como para elaboração de material para apresentação.

Os alunos tinham liberdade para optar por qual material utilizariam na apresentação do trabalho desenvolvido. Os alunos optaram principalmente pelo Powerpoint, como

 ISBN: 1981-1047

mostra a figura 5 dos alunos no laboratório desenvolvendo a apresentação. Apenas um único grupo optou em utilizar a maquete.

O material elaborado pelos alunos continha informações sobre o tema que cada grupo estava trabalhando, dados dos questionários, imagens dos problemas e finalmente as possíveis soluções apontadas. Solicitamos que eles apresentassem para nós em sala de aula para que assim conseguíssemos visualizar o que estava sendo feito e auxiliar em possíveis ajustes que fossem necessários e dar os últimos encaminhamentos para a próxima etapa.

Figura 5: Alunos desenvolvendo as apresentações das possíveis soluções

Fonte: Autoras, 2019.

Etapa 8 – Seminário do Projeto "NÓS PROPOMOS!": Como finalização do projeto, os trabalhos foram apresentados no Seminário do Projeto "Nós Propomos!" (figura 6), na Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, o qual foi proposto pela Prof. Dra. Marquiana.

O seminário ocorreu em uma manhã e reuniu os diferentes colégios da cidade nos quais tinham turmas em que estava sendo desenvolvido o projeto. Esse momento teve como objetivo que os alunos compartilhassem seus trabalhos e experiências e os demais colegas. Este momento foi composto por uma riqueza de informações e caracterizações do

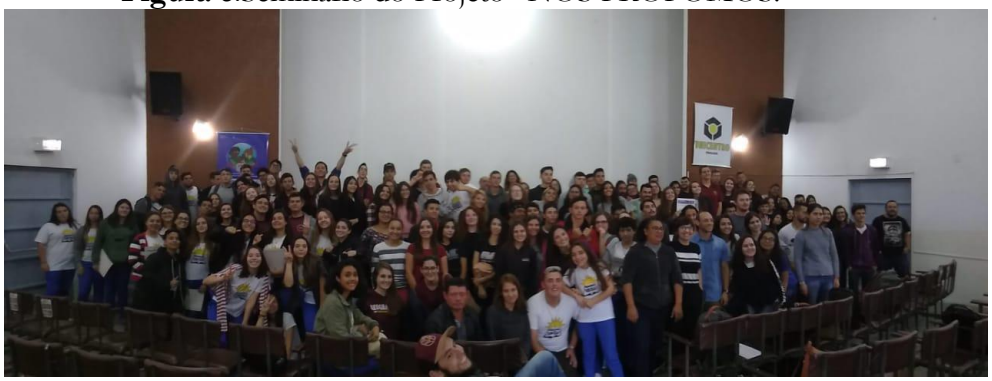
ISBN: 1981-1047

município, visto a complexidade de temas trabalhados pelos diferentes grupos e diversas realidades dos bairros em que os colégios encontravam-se.

Uma das características e ideias do projeto "Nós Propomos!" é a união entre Universidade, Colégio e o poder público. Essa união e aproximação aconteceu no seminário, momento em que vereadores e representantes do poder público estiveram presentes, além da Prefeitura do Município ter cedido ônibus para o transporte dos alunos.

No seminário foram premiados os trabalhos que apresentaram as soluções mais originais, criativas e também viáveis de cada turma, os quais receberam um certificado de destaque. No caso da turma do Carneiro Martins em que foi desenvolvido o trabalho que deu base para esse artigo, o grupo selecionado trabalhou sobre "Respeito e Transito", os alunos buscaram um vereador do município para conversar sobre o plano diretor, problemas e soluções.

Figura 6:Seminário do Projeto "NÓS PROPOMOS!"



Fonte: Autoras, 2019.

Com a finalização do estágio supervisionado através do projeto Nós Propomos! Podemos salientar que este promoveu uma experiência muito significativa tanto para as estagiárias como para os alunos. Visto que durante todo o período do desenvolvimento do projeto buscamos levar o conhecimento utilizando diferentes ferramentas, como atividades em grupo, pesquisa, utilização do laboratório, desenvolvimento e aplicação de um questionário, trabalho de campo, socialização do material. Assim conseguimos visualizar na prática diferentes situações que um professor passa em seu cotidiano, desde o entendimento de qual metodologia é mais adequada para cada turma, os percalços que aparecem no

 ISBN: 1981-1047

caminho ao realizar diferentes práticas, e também a satisfação de ver seu trabalho sendo concluído e surtindo efeitos.

Tivemos sim algumas dificuldades no decorrer principalmente referente à falta de participação de alguns alunos e não entrega de atividades, bem como já salientado o curto espaço de tempo que tínhamos disponíveis. Porém dentre as dificuldades encontradas os benefícios foram maiores, pois sair da zona de conforto e levar os alunos a participarem ativamente da construção do conhecimento e serem reconhecidos por isso é muito gratificante.

Conclusões

Entre as metodologias utilizadas, o uso de exemplos do cotidiano dos alunos está entre as melhores, sendo que merece ser valorizada e sempre utilizada, pois desperta o interesse deles e tem a capacidade de desenvolver a criticidade dos alunos, além de que assim eles conseguem compreender melhor a importância de conhecer os conteúdos disciplinares, em especial a Geografia que está intimamente relacionada à realidade deles e explica muitos acontecimentos do seu cotidiano. O professor tem a tarefa de realizar uma leitura geográfica através da participação dos alunos em sala de aula.

O "Nós Propomos!" tem um papel importante no desenvolvimento do aluno enquanto cidadão, fazendo com que eles tenham consciência do seu papel e direitos na sociedade. O projeto conseguiu fazer com que os alunos percebessem a realidade próxima a eles, e os problemas que antes passavam despercebidos no dia a dia começaram a ser observados e criticados. Problemas de acessibilidade, do transporte público, falta de ciclovias, entre tantas outras questões eram vivenciadas pelos alunos diariamente, mas não se questionavam sobre.

Notou-se em sala de aula a participação e iniciativa dos alunos para desenvolver as atividades, como no caso da equipe que buscou conversar com um vereador do município sobre os problemas levantados por eles e as possíveis soluções. As apresentações na Universidade tiraram os alunos da sua zona de conforto, os levando a agregar mais uma experiência em sua formação. São atividades como essa que desenvolvem a autonomia e iniciativa dos alunos e proporcionam novas experiências que as aulas tradicionais não são capazes de prover.

 ISBN: 1981-1047

Problemas de frustrações em atividades como esse projeto exigem do professor. Isso porque existe o conhecimento da dificuldade de atitudes concretas pelo poder público sobre os problemas e soluções propostas. Apesar de que no caso dessa turma, o tema coincidiu com o Plano Diretor que era muito comentado no município, em especial em audiências públicas que estavam ocorrendo, fato este que trazia empolgação para os alunos.

A disciplina da Geografia precisa deixar de ser meras repetições e/ou memorização de rios, capitais, cidades, estados e assim por diante, mas fazer com que os alunos compreendam melhor o mundo, país, estado, cidade, bairro, ou seja, o local onde vivem, a partir de suas realidades concretas. Os professores de Geografia em especial possuem uma grande importância para formação dos alunos, pois essa disciplina vai além de conhecimentos científicos, ela tem a capacidade de formar os alunos como cidadão para vida e despertar o interesse deles em fazer sua parte de maneira positiva na realidade em que vivem e não ser apenas mais um mero telespectador.

Referências

CALLAI, H. C. Educação geográfica para a formação cidadã. **Revista de Geografia Norte Grande.** Santiago, vol. 70, p. 9-30. 2018. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0718-34022018000200009&lng=e&nrm=iso Acesso em: 26 de jan. de 2021.

CALLAI, H. C. A geografia escolar – e os conteúdos da geografia. **Anekumene**, Bogotá, n.1, p. 128-139. 2011. Disponível em: https://revistas.pedagogica.edu.co/index.php/anekumene/article/view/7097 Acesso em: 23 de mar. de 2021.

CAVALCANTI, L. de S. Cotidiano, mediação pedagógica e formação de conceitos: uma contribuição de Vygotsky ao ensino de geografia. **Cad. Cedes**. Campinas, vol. 25, n. 66, p. 185-207, maio/ago. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622005000200004&script=sci_abstract&tlng=pt#:~:text=Lana%20de%20Souza.-,Cotidiano%2C%20media%C3%A7%C3%A3o%20pedag%C3%B3gica%20e%20forma%C3%A7%C3%A3o%20de%20conceitos%3A%20uma%20contribui%C3%A7%C3%A3o%

20de,Cad.&text=A%20partir%20de%20uma%20s%C3%ADntese,a%20forma%C3%A7%C3%A3o%20de%20conceitos%20geogr%C3%A1ficos Acesso em: 23 mar. 2021.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MOURA, J. D. P.; ALVES, J. Pressupostos teórico-metodológicos sobre o ensino de geografa: Elementos para a prática educativa. **Geografia**, Londrina. v. 11, n. 2, p.309-319. Jul/Dez. 2002. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/viewFile/6733/6075 Acesso em: 26 jan. 2021.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação- SEED. **Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação Básica**. Curitiba: SEES, 2008, p. 50-54. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_geo.pdf Acesso em: 26 jan. 2021.

PEREIRA, R. M. F. do A. **Da Geografia que se ensina à gênese da Geografia moderna.** 1988. Dissertação (Mestrado em Educação)- Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/75444/91150.pdf?sequence=1&isAllowed=y%20Acesso%20em:%2023%20de%20mar.%20de%202021 Acesso em: 23 mar. 2021.

SURMACZ, E. C. S.; ANDRADE, L. de. **Estratégias de ensino em geografia**. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2015. Disponível em: http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/123456789/855/5/Estrat%C3%A9gias%20de%20ensino%20em%20geografia.pdf%20Acesso%20em:%2026%20de%20jan.%20de%202021 Acesso em: 23 mar. 2021.

SOUTO, X. M.; CLAUDINO, S. Construímos uma educação geográfica para a cidadania participativa. O caso do projeto Nós Propomos! **Signos Geográficos**, Goiânia, v.1, p. 3-16,

2019. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/signos/article/view/59171 Acesso em: 23 mar. 2021.

THIESEN, J. da S. Geografia escolar: dos conceitos essenciais às formas de abordagem no ensino. **Geografia Ensino & Pesquisa**. Santa Maria, v. 15, n.1, p. 85-95, 2011. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/7379 Acesso em: 23 mar. 2021.

A PRÁTICA DOCENTE DIANTE DO ENSINO REMOTO: OS DESAFIOS DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA

GT – Geografia e a Prática de Ensino

Lívia Danielle Rodrigues do Nascimento
livianascimentodr@gmail.com
Universidade Federal de Alagoas

Profª Dra. Maria Francineila Pinheiro dos Santos
francineilap@gmail.com
Universidade Federal de Alagoas

Resumo

Este trabalho tem por objetivo central discutir os desafios vivenciados pelos professores de Geografia durante a realização do ensino remoto. Este trabalho está ancorado na metodologia da pesquisa exploratória. Como procedimentos metodológicos foram realizados levantamento bibliográfico, aplicação de questionário com sete professores de Geografia de escolas públicas e privadas em diferentes municípios do estado de Alagoas, e por fim análise dos dados coletados. Os resultados obtidos evidenciaram que os principais desafios vivenciados pelos professores estão direcionados a ausência de fatores como: recursos e acessibilidade dos alunos; capacitação dos professores; incentivo dos pais; falta interesse nas aulas e cumprimento de metas pelos alunos; e por fim; necessidade de motivação aos professores e alunos. O trabalho ainda expõe os pontos positivos e negativos do ensino remoto segundo os professores, bem como os impacto na vida pessoal e doméstica dos professores. Assim, este trabalho apresenta discussões para refletir sobre os desafios do professor de Geografia, e a necessidade de uma formação continuada dos professores diante do ensino remoto.

Palavras-chave: Ensino de Geografia; Aulas remotas; TDICs;

Introdução

Ao longo dos últimos anos, nos deparamos com discussões sobre o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação - TDICs voltadas para o Ensino de Geografia. Estas têm possibilitado novas abordagens metodológicas para os professores, direcionadas a potencializar o processo de ensino-aprendizagem. Entre as discussões propostas, evidenciamos constantemente pesquisas que nos fazem pensar e refletir sobre as possibilidades do uso destes recursos no ambiente escolar, bem como a formação continuada dos professores de Geografia através do uso das TDICs.

 ISBN: 1981-1047

Essas discussões já existentes no momento anterior à pandemia da Covid-19, tornaram-se essenciais para discutir o Ensino de Geografia diante das aulas remotas, onde a utilização desses recursos tornou-se essencial no âmbito educativo.

O isolamento social como efeito mitigatório para a disseminação do vírus denominado Sars-CoV-2, que causa a doença Covid-19, resultou na incorporação no Ensino Remoto Emergencial, ao que Azevedo (2020) denomina de "educação sem escola", como uma alternativa para dar continuidade ao processo educativo, tendo início oficial no Brasil através da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, que definiu a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus – Covid-19.

O uso das TDICs e das plataformas virtuais na educação tem sido uma realidade, na qual, os professores de Geografia defrontam-se com novos desafios pedagógicos diante das aulas remotas. Observa-se que há uma modificação repentina da rotina do professor, desde a incorporação desses recursos em suas aulas, até mesmo a adaptação da sua própria residência e jornada de trabalho para conseguir realizar as aulas remotas.

Neste contexto, esta pesquisa tem como objetivo central discutir os desafios vivenciados pelos professores de Geografia durante a realização do ensino remoto. Este trabalho está ancorado na metodologia da pesquisa exploratória (GIL, 1999). Como procedimentos metodológicos foram realizados levantamento bibliográfico, realização de questionário (composto por quatro questões) com sete professores de Geografia de escolas públicas e privadas em diferentes municípios do estado de Alagoas (através do envio por e-mail), e por fim análise dos dados coletados.

Desenvolvimento

A Pandemia da Covid-19 e a incorporação do Ensino Remoto Emergencial

As consequências socioespaciais dos efeitos da pandemia do Novo Coronavírus teve início em Wuhan - China em 2019 e perdura até os dias atuais (2021), tem ocasionado mudanças, as quais afetaram o cotidiano das pessoas em todo o mundo.

O impacto da pandemia da Covid-19 no setor educacional está sendo significativo. O Relatório de Monitoramento Global da Educação publicado pela UNESCO (2020) aponta

 ISBN: 1981-1047

que a pandemia expôs e aprofundou ainda mais essas desigualdades e a fragilidade de nossas sociedades, de acordo com o referido relatório:

> A crise atual irá perpetuar ainda mais essas diferentes formas de exclusão. Com mais de 90% da população estudantil mundial afetada pelo fechamento de escolas relacionado à COVID-19, o mundo está prestes a sofrer uma perturbação de grandes dimensões e sem precedentes na história da educação. As diferenças sociais e digitais colocam os mais desfavorecidos em uma situação na qual correm o risco de ter perdas de aprendizagem ou abandonar a escola (UNESCO, 2020, p.5).

O fechamento das Escolas em 2020, em resposta à disseminação da Covid-19 impactou o sistema educacional em todo o mundo. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Grupo Educacional do Banco Mundial sobre os riscos associados ao fechamento das escolas, ressaltam que o mesmo "[...] pode significar interrupção do processo de aprendizagem, vinculado a ausência de interação entre estudantes e professores e elevar a taxa de abandono, principalmente para crianças com alta vulnerabilidade". (WORLD BANK GROUP EDUCATION, 2020, p.1).

Sobre esse cenário atípico, nos deparamos com o isolamento social e a incorporação do Ensino Remoto Emergencial. Esse novo contexto educacional tem possibilitado desafios e/ou possibilidades para os professores e alunos, mas é essencial enfatizar que o ensino remoto não pode ser confundido com educação a distância, uma vez que trata-se de uma educação remota em caráter emergencial, assim como apontam Joye et al. (2020, p.13) ao enfatizar que o objetivo principal do ensino remeto durante as atuais circunstâncias "não é recriar um novo modelo educacional, mas fornecer acesso temporário aos conteúdos e apoios educacionais de uma maneira a minimizar os efeitos do isolamento social nesse processo".

Assim, o ensino remoto emergencial é incorporado na educação brasileira de forma repentina, trazendo inúmeros desafios para os professores de Geografia em suas aulas.

Ensino de Geografia através das Aulas Remotas

O Ensino de Geografia possibilita aos alunos o entendimento das relações espaciais no seu cotidiano, mediadas através dos conhecimentos e leitura acerca do espaço geográfico.

 ISBN: 1981-1047

Para isto, as reflexões, as análises e as discussões concretizadas nas aulas de Geografia requer sobretudo, que o professor possibilite aos alunos uma construção do conhecimento crítico e criativo sobre seu entorno.

Castellar (2005, p. 223) define o Ensino de Geografia como sendo "um conjunto de saberes que não só ocupam os conceitos próprios, mas os contextos sociais nos quais se apoiam". Esses contextos sociais devem estar inseridos no cotidiano dos alunos, pois o Ensino de Geografia visa "transformar o modo de pensar sobre a organização do espaço, e principalmente, conscientizar esses alunos como seres espaciais" (SACRAMENTO, 2015, p.110). Para a autora, não basta evidenciar o cotidiano dos alunos em sala de aula, mas também saber trabalhar com eles e os conhecimentos incorporados aos especializados.

Diante do isolamento social, o Ensino de Geografia precisou se adequar a uma nova modalidade de ensino: o ensino remoto. Este trouxe mudanças e desafios aos professores de Geografia, principalmente aos docentes da rede básica de ensino durante a realização de suas aulas remotas.

No que se refere às aulas remotas, estas compreendem a utilização de tecnologias ancoradas em um aparato didático-pedagógico pelo professor para suprir a ausência das aulas presenciais e emergiram como uma alternativa para dar seguimento às atividades escolares diante do isolamento social.

O Ensino de Geografia através das aulas remotas, "[...] apresenta como um novo objeto de estudo para a ciência geográfica e amplia a nossa curiosidade sobre os efeitos e consequências nos diversos setores da sociedade, principalmente na educação" (Macêdo e Moreira, 2020, p.72). Para os autores, esse período deve ser analisado sob um olhar geográfico, com ênfase ao processo educativo, tendo em vista as drásticas mudanças que foram realizadas em um curto espaço temporal para suprir a demanda de realização de aulas diante do isolamento social.

Diversos autores trouxeram suas contribuições refletindo sobre o Ensino de Geografia no período da pandemia (Ferreira e Tonini (2020); Carvalho Filho e Gegnagel (2020); Macêdo e Moreira (2020); Oliveira (2020); Azevedo (2020); Silva (2020); etc.). Nestes trabalhos, é evidente o papel das TDICs e sua potencialidade no processo de integração socioespacial.

 ISBN: 1981-1047

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TIDC abrem novos caminhos para refletir sobre as possibilidades educacionais dessa temática, uma vez que "Os novos recursos tecnológicos, [...] trazem novas formas de ler, de escrever e, portanto, de pensar e agir" (DI MAIO e SETZER, 2011, p.221). As concepções dos referidos autores ressaltam a importância da inserção das TDIC no ensino, pautadas no desenvolvimento de novas metodologias para suprir as demandas do processo de ensino-aprendizagem

As TDICs são "ferramentas mediadoras que possibilitam experiências significativas no fazer pedagógico" (SILVA e MORAES, 2014, p. 4). Essas experiências no uso das TDICs na educação brasileira "têm sido incorporados com inúmeras ações, no sentido de agregar valores e qualidade aos projetos educacionais, o que representa um grande desafio" (ALLAN e PICONEZ, 2010, p.1). Esse desafio está vinculado ao papel do professor frente à utilização das TDICs, uma vez que a sua capacitação profissional irá determinar a metodologia na qual serão aplicados esses recursos, ou mesmo, a falta dela, e o quanto essa carência de uma formação qualificada ao uso dos recursos tecnológicos pode tornar o processo de ensino-aprendizagem ultrapassado quando comparado aos demais professores que possuem o letramento digital.

Nesse contexto, as TDICs diante do ensino remoto emergem numa discussão sobre suas potencialidades para a realização das aulas remotas, a necessidade de uma formação dos professores e a importância desses recursos na integração socioespacial, conforme apontam os autores supracitados anteriormente que abordam esta temática.

Vale salientar, que "Tal integração não abarca a todos os sujeitos e atores sociais que desenvolvem suas vidas em ritmos diferentes devido, essencialmente, ao modo desigual como o capital atravessa seus cotidianos" (SILVA, 2020, p.8). A desigualdade social, embora notória, não é o único dilema manifestado nos trabalhos dos autores acima supracitados, ressalta-se um agente chave nesse processo: o Professor de Geografia. Os docentes se deparam com a necessidade emergencial de uma formação continuada para conseguir se adaptar ao ensino remoto, pois conforme expressa a pesquisa do Grupo Educacional do Banco Mundial (2020), a capacidade dos professores e gestores no uso da tecnologia na aprendizagem nesse período é um fator crítico.

Sobre essa formação para uso das tecnologias, a mesma refere-se ao letramento digital dos professores, o qual, segundo Pereira e Copatti (2017, p.32) conceituam como:

 ISBN: 1981-1047

> A condição que o mesmo desenvolve, a partir do conjunto de práticas sociais para acessar, ler, escrever, gerenciar, avaliar e interpretar, de maneira crítica, as informações disponíveis nos recursos digitais, em diferentes suportes, bem como possuir noções de instalação e funcionamento dos equipamentos, para com isso fomentar possibilidades de novas aprendizagens, possíveis mudanças de discurso ideológico e uso adequado TDIC, para uma efetiva construção do conhecimento, com vistas a inclusão social dos indivíduos que fazer parte do processo de ensino aprendizagem da escola.

Nessa perspectiva, ressaltamos a necessidade dos professores estarem aptos a utilizar as TDICs, pois o docente estar familiarizado com o suporte técnico dos equipamentos, assim como estar envolvido com o processo de ensino-aprendizagem, introduzindo as práticas sociais em suas aulas através de ações efetivas, construídas em conjunto com seus alunos.

Assim, compreendemos a importância do professor ter acesso ao letramento digital, principalmente em um momento pandêmico, pois conforme expressa o relato descritivo de Azevedo (2020, p.227):

> [...] A maioria dos professores, até o momento da pandemia, não tinha o hábito de utilizar tecnologia em suas aulas e quando utilizava era de forma pontual. Esses professores tiveram de mudar sua forma de dar aula em um curto espaço de tempo. Os professores em sua maioria tiveram de se adaptar a ministrar aula para um computador [...] Além de ter de aprender a ministrar sua aula de forma online, muitos professores tiveram de aprender rapidamente a utilizar diferentes aplicativos e ambientes virtuais de aprendizagem, aprender a gravar vídeo aulas, tudo isso pensando em como possibilitar o processo de ensino-aprendizagem mais significativo para seus alunos, seja por meio de atividades síncronas ou assíncronas.

Os apontamentos da autora reforçam as mudanças repentinas na rotina do professor e a necessidade emergencial de uma formação continuada para conseguir se adaptar ao ensino remoto, pois conforme expressa a pesquisa do Grupo Educacional do Banco Mundial, a capacidade dos professores e gestores no uso da tecnologia na aprendizagem nesse período é um fator crítico, uma vez que:

> É crucial o apoio efetivo aos docentes na transição para o ambiente de ensino EaD com formação continuada e uso de instrumentos de

 ISBN: 1981-1047

> monitoramento das atividades realizadas pelos alunos. Mesmo quando os pontos acima são considerados, é prudente esperar uma queda da aprendizagem ao menos no curto prazo. A evidência internacional mostra que esse efeito negativo na transição para o ensino a distância ocorre devido:(i) à falta de familiaridade com as ferramentas utilizadas no ensino EaD, (ii) à falta de um ambiente familiar motivador ao aprendizado online bem-sucedido, (iii) e à falta de congruência entre o que antes era ensinado em sala de aula e o que passa a ser ensinado online (WORLD BANK GROUP EDUCATION, 2020, p.3).

Os fatores mencionados acima reforçam a necessidade do professor de Geografia estar apto para suprir a demanda educativa não somente durante o período de isolamento, mas também num momento pós-pandemia.

Nestes termos, Silva (2020, p.11) aponta que no caso da Geografia, "[...] a tecnologia utilizada para proporcionar a formação deveria garantir também o desenvolvimento de artifícios para o uso no contexto da mediação das aprendizagens. Tais artifícios poderiam garantir acesso a conhecimento sistematizado em momentos como este da pandemia e em outros". Segundo o autor, a incorporação emergencial do uso das TDICs deve fornecer subsídios e incentivo aos professores de Geografia continuarem a usar esses recursos mesmo após a retomada das aulas presenciais.

O que se sabe, é que o processo de adaptação ao ensino remoto dos professores de Geografia durante a pandemia é uma temática geradora de grandes discussões no âmbito educacional, pois conforme apontam Macêdo e Moreira (2020, p.87):

> Podemos considerar como hipótese para futuros trabalhos que a pandemia do Covid-19 é como um divisor de águas na maneira de pensar a educação e nas práticas metodológicas do ensino de Geografia, nos levando a refletir sobre a (re)significação do papel do professor de Geografia e suas práticas metodológicas a partir do ponto de vista das suas percepções sobre propostas para melhorar a qualidade do ensino de Geografia apontando uso das tecnologias e as metodologias ativas previstas a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como uma proposta de melhorar as práticas pedagógicas de ensino de Geografia nesse novo cenário global.

Ainda segundo as autoras, as suas sugestões de novas investigação sobre a referida temática devem estar alicerçadas em pesquisas de cunho quali-quantitativo, baseadas na elaboração de entrevistas, questionários e gráficos, realizando discussões que demonstrem

 ISBN: 1981-1047

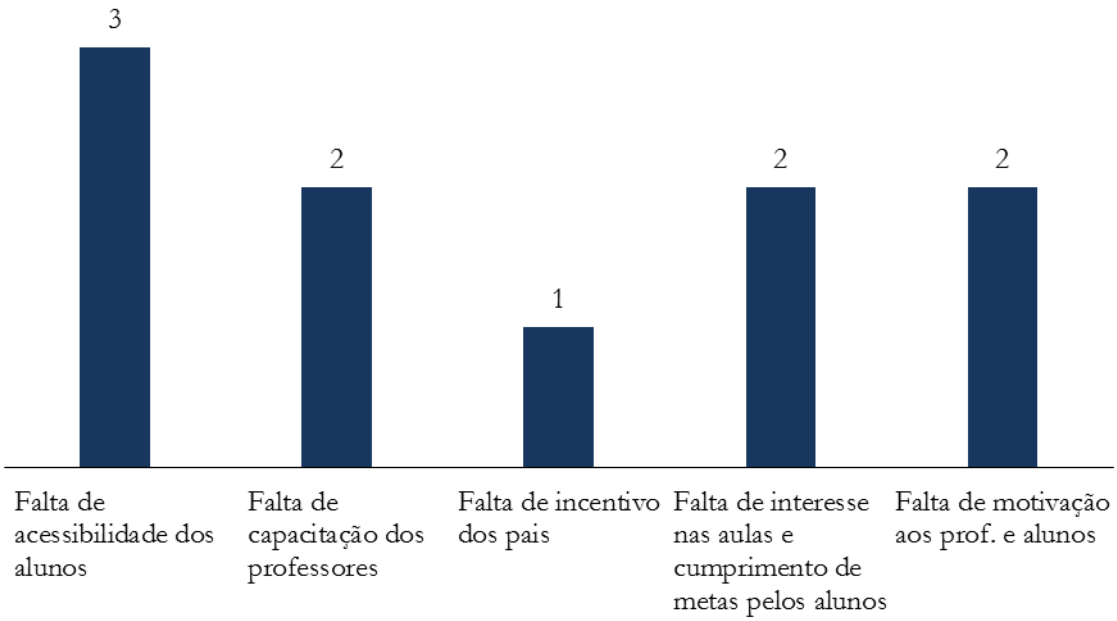
na fala dos alunos e professores as dificuldades e sobre a falta do acesso à internet e uso das tecnologias na rede básica de ensino**.**

Compreende-se, portanto, que esse cenário educativo, seja qual for a etapa vivenciada, os professores e alunos foram os sujeitos impactados diretamente pelas ações decorrentes do período de Pandemia da Covid-19 na educação brasileira. Assim, será destacado a seguir as opiniões dos professores acerca dos desafios enfrentados pelos mesmos em sua prática docente.

Os desafios vivenciados pelos professores de Geografia

Conforme os dados obtidos nos questionários aplicados com sete professores de instituições públicas e privadas no estado de Alagoas, a primeira pergunta abordada neste trabalho irá enfatizar os principais desafios vivenciados pelos professores na sua Prática Docente através do ensino remoto, cujas respostas obtidas estão expressas na figura 1:

Figura 1. Principais desafios vivenciados pelos professores na sua Prática docente



Fonte: Autoras, 2021.

A figura 1 evidencia que entre os principais desafios vivenciados pelos professores em sua prática docente durante a pandemia da Covid-19 está a falta de acessibilidade dos

 ISBN: 1981-1047

alunos, que foi mencionado por três professores. Esse desafio ressalta um dilema enfrentado pelas escolas durante as aulas remotas, pois evidencia e aprofunda a desigualdade social já existente no Brasil. Nesse contexto, os docentes relataram que há alunos desassistidos por não possuírem acesso a tais recursos para conseguir acompanhar as aulas.

Além disto, dois docentes ressaltaram a ausência de uma capacitação para utilizar as TDICs, este panorama é evidenciado por Carvalho Filho e Gengnagel (2020) ao descrevem sobre os desafios vivenciados pelos professores em virtude do isolamento social, dando ênfase a necessidade do uso das tecnologias educacionais aplicadas ao ensino remoto e a necessidade dos docentes em se adaptar a novas metodologias, entre elas o uso das plataformas educacionais.

Ainda segundo a figura 1, dois professores salientaram a falta de interesse dos alunos nas aulas remotas e o não cumprimento de metas pelos mesmos; e por fim, dois professores informaram a desmotivação de alunos e professores durante esse período, onde o isolamento social está afetando principalmente o psicológico dos mesmos.

Outrossim, os professores apontaram a necessidade da escola estimular e motivar os professores e alunos, sobre esses últimos, os docentes ressaltam a importância dos pais e responsáveis incentivarem seus filhos e acompanharem de perto o processo educativo desses alunos sob vias remotas, principalmente aqueles alunos que, segundos os docentes, não cumprem as metas estabelecidas.

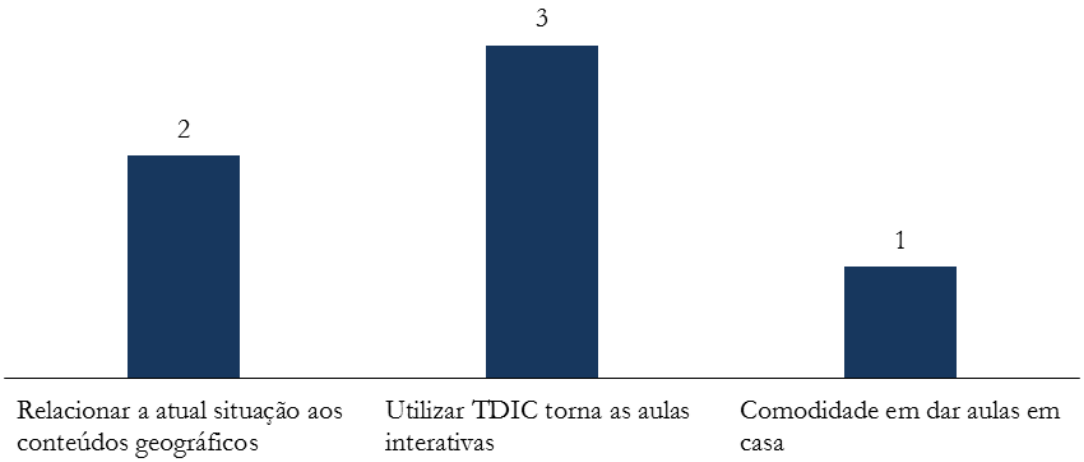
Os apontamentos dos professores reforçam os resultados presentes na pesquisa World Bank Group Education (2020) evidenciando a importância de avaliar a infraestrutura dos professores e alunos no processo de adaptação do ensino remoto. Além disso, a pesquisa aponta que o envolvimento dos pais na educação dos filhos é um elemento fundamental para mitigar os impactos nocivos da pandemia.

As implicações das aulas remotas de Geografia no período da Pandemia da Covid 19

O questionário aplicado também se debruçou sobre os pontos positivos e negativos da prática docente nas aulas de Geografia no período da pandemia da Covid-19. Sobre esses, obteve-se o seguinte panorama (figura 2):

 ISBN: 1981-1047

Figura 2. Pontos positivos da prática docente e do Ensino de Geografia diante a pandemia



Fonte: Autoras, 2021.

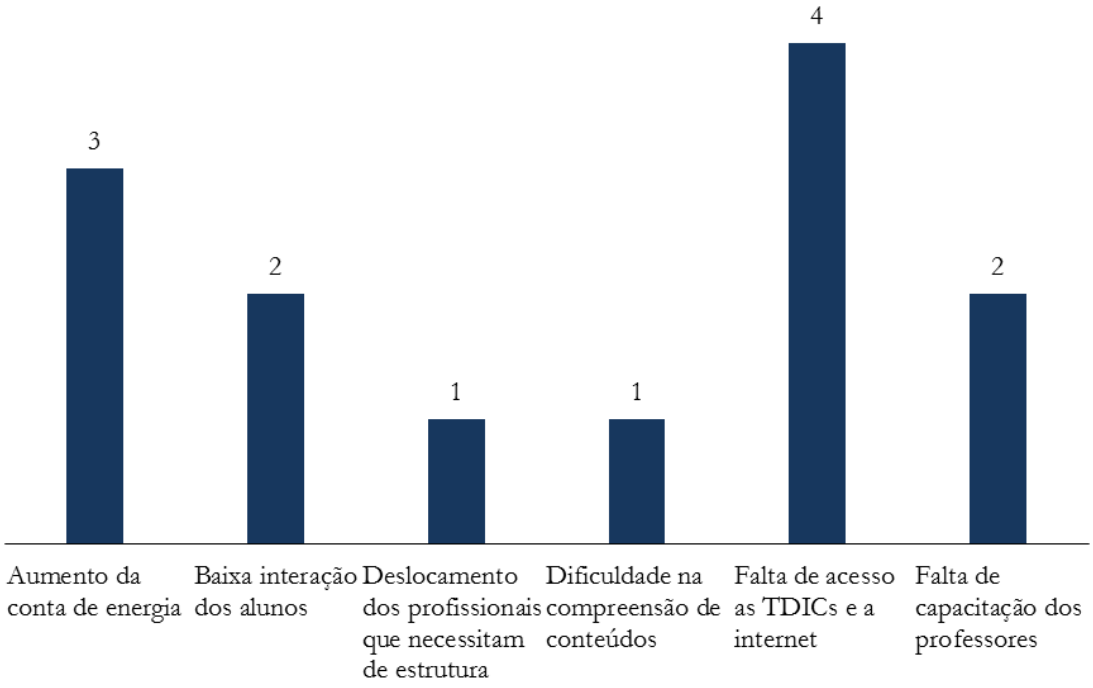
De acordo com a figura 2, foram constatados três pontos positivos informados pelos docentes, o primeiro deles, que foi mencionada por três professores que ressaltaram a utilização das TDICs nas aulas de Geografia tem proporcionado uma interação maior com os alunos, a exemplo da utilização de Softwares como o Google Earth.

Dois professores informaram sobre as possibilidades de poder contextualizar o cenário pandêmico com os conteúdos geográficos, principalmente ao abordar temas econômicos e sociais; em segundo, Por fim, um docente ainda ressaltou a comodidade de ministrar as aulas dentro de casa.

Sobre os pontos negativos, os apontamentos descritos pelos sete professores, obtive-se as seguintes respostas (figura 3):

ISBN: 1981-1047

Figura 3. Pontos negativos da prática docente e do Ensino de Geografia diante a pandemia



Fonte: Autoras, 2021.

Conforme exposto na figura 3, quatro professores apontaram que a falta de acesso às TDICs e a Internet pelos alunos é o principal ponto negativo do ensino remoto. Além disso, três professores mencionaram o aumento da conta de energia e novamente, a falta de capacitação para utilizar os recursos digitais, que foi mencionada por dois docentes.

Dois professores ainda ressaltaram a baixa interação dos alunos, principalmente ao realizar trabalhos coletivos, debates, mesa redonda e seminário, ou mesmo, o não cumprimento das atividades propostas.

Outrossim, um professor ainda ressaltou a necessidade de deslocamento dos profissionais que necessitam de espaço e equipamentos, isto é, os professores que precisam sair de casa para ter acesso a recursos e ministrar suas aulas, e um professor relatou a dificuldade na compreensão do conteúdo pelos alunos através das aulas remotas.

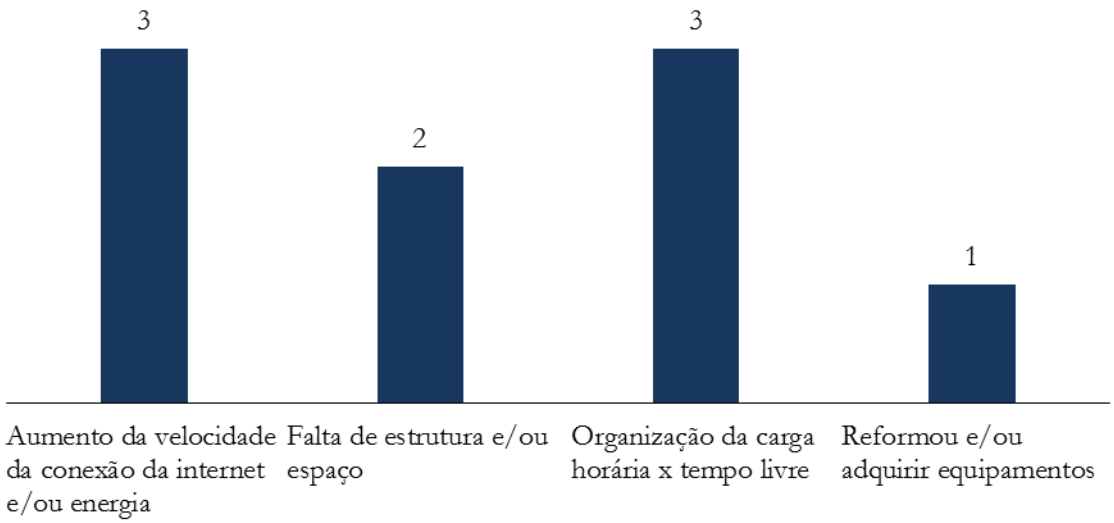
Em termos gerais, os professores ressaltaram que existem mais desafios a serem enfrentados do que possibilidades para o ensino remoto, conforme expressos nos dados sobre os pontos positivos e negativos acima supracitados.

ISBN: 1981-1047

O impacto do ensino remoto na vida dos docentes

A pesquisa ainda de debruçou sobre o impacto na vida pessoal e doméstica dos docentes, obtendo o panorama exposto na figura 4:

Figura 4. O impacto na vida pessoal e doméstica dos docentes



Fonte: Autoras, 2021.

De acordo com a figura 4, três docentes informaram que houve um aumento da conta de energia e/ou internet, em alguns casos, tiveram que optar por uma conexão mais rápida e de um custo mais alto visando a realização de suas aulas remotas.

Outro dilema está vinculado ao professor organizar sua carga horária e conciliar com seu tempo livre, este ponto foi mencionado por três professores, ressaltando fatores como: o estresse para cumprir as demandas; o aumento do horário de dormir, além da procura dos alunos pelo professor independente do horário do dia.

Sobre a carga horária, Azevedo (2020, p.227) aponta que os professores dedicam seu tempo mesmo após o fim da aula para acompanhar seus alunos, e que essa movimentação dos professores reforça a importância desse profissional na luta pela "[...] busca de uma educação transformadora, e de condições adequadas de trabalho e, claro, de valorização profissional, financeira e social".

ISBN: 1981-1047

Essa valorização do professor deve partir da sociedade, considerando o papel social que o professor desempenha em sala de aula. Por esse motivo, é essencial a escola desenvolver ações de apoio e reconhecimento do trabalho docente.

Ainda de acordo com a figura 4, um professores relatou a falta de estrutura e/ou espaço dentro de casa impondo desafios para realizar as aulas de Geografia, principalmente vinculados ao barulho externo durante a explicação em suas aulas e compartilhamento de computador com outros membros da família. Por fim, um professor ainda ressaltou que foi necessário realizar uma reforma em sua casa e adquirir novos equipamentos para conseguir ministrar suas aulas.

Conclusões

A pesquisa permitiu realizar discussões sobre a realidade que estamos vivenciando, os resultados obtidos constataram que os principais desafios vivenciados pelos professores estão direcionados a ausência de fatores como: recursos e acessibilidade dos alunos; capacitação dos professores; incentivo dos pais; falta interesse nas aulas e cumprimento de metas pelos alunos; e por fim; necessidade de motivação aos professoras e alunos.

De acordo com os professores, o ensino remoto possibilita somente três pontos positivos: relacionar a atual situação aos conteúdos geográficos; a utilização das TDICs torna as aulas interativas e a comodidade lecionar em casa. Em contraste, os professores realçaram seis pontos negativos, a saber: aumento da conta de energia; baixa interação dos alunos; deslocamento dos profissionais que necessitam de estrutura; dificuldade na compreensão de conteúdo; falta de acesso às TDICs e a internet e falta de capacitação dos professores.

Todo esse panorama ainda é direcionado aos impactos na vida pessoal e doméstica dos professores, onde os mesmos precisaram aumentar os gastos com a contratação de aumento da velocidade da conexão da internet, com gastos de energia, com pequenas reformas na residência e/ou adquirir equipamentos para a realização das aulas remotas. Além disso, os professores ainda lidam com a falta de estrutura e/ou espaço em sua residência, e tendo que conciliar sua nova carga horária com seu tempo livre.

Desigualdade, falta de capacitação, incertezas e desafios são as palavras descritivas do ensino remoto. Sobre esta modalidade do ensino, esta pesquisa trouxe reflexões sobre os

 ISBN: 1981-1047

desafios de alguns professores de Geografia, e a necessidade de uma formação continuada dos professores diante do ensino remoto.

Referências

ALLAN, L. N, PICONEZ, S. C. B. TIC y Educacion. Aprender em parceria: estudo de metodologia para inserção das tdci na formação continuada de professores da educação básica. In: Congresso Iberoamericano de Educacion. Buenos Aires, **Anais**. República Argentina, 2010. Buenos Aires, 2010.

AZEVEDO, S. de C. A educação sem escola: o ensino remoto emergencial, a função social da educação e a desigualdade social. In: ALVEZ, F. D.; AZEVEDO, S. de C. (orgs.). **Análises geográficas sobre o território brasileiro:** dilemas estruturais à Covid-19. - Alfenas, MG - Editora Universidade Federal de Alfenas, 2020. p.219-231.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 343**, de 17 de março de 2020.

CARVALHO FILHO, O. R. de.; GENGNAGEL, C. L. Ensino de Geografia em tempos da Covid-19– tecnologias e uso de plataformas de educação para o ensino remoto em Ribeirão Preto/SP e em Passo Fundo/RS. **Revista Ensaios de Geografia**, Niterói, v. 5, nº 10, p.88-94, jul. de 2020.

CASTELLAR, S. M. V. Educação geográfica: a psicogenética e o conhecimento escolar. Cadernos Cedes, **Campinas-SP**. v. 25, n. 66, p. 209-225, 2005.

COLEMARX. **Em defesa da educação pública comprometida com a igualdade social:** porque os trabalhadores não devem aceitar aulas remotas. Rio de Janeiro-UFRJ, 2020.

DI MAIO, A. C.; SETZER, A. W. Educação, Geografia e o desafio de novas tecnologias. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 24, nº 2, p.211-241, 2011.

FERREIRA, D. S.; TONINI, I. M. Há uma escola como lugar em período de pandemia? **Revista Ensaios de Geografia**, Niterói, vol. 5, nº 10, p.27-32, jul. de 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

JOYE, C. R.; MOREIRA, M. M.; ROCHA, S. S. D. Educação a Distância ou Atividade Educacional Remota Emergencial: em busca do elo perdido da educação escolar em tempos de COVID-19. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, p.e521974299-e521974299, 2020.

MACÊDO, R. C.; MOREIRA, k. da S. Ensino de Geografia em tempos de pandemia: vivências na escola municipal professor américo barreira, Fortaleza–CE. **Revista Verde Grande:** Geografia e Interdisciplinaridade, v. 2, n. 02, p.70-89, 2020.

PEREIRA, A. M. de O.; COPATTI, C. Letramento Digital, formação docente e práticas pedagógicas: diálogos e aproximações. In: PORTUGAL, J. F.; TONINI, I. M.; OLIVEIRA, S. S. de. (Orgs.). **Geografia:** diálogos, reflexividades e aproximações/ Curitiba– CR, 292, 2017, p.143-153.

SACRAMENTO, A. C. R. Os elementos didático-geográficos no processo de ação consciente dos professores de geografia. **Revista Didácticas Específicas**, Madrid, Espanha, nº 12, p. 98-116 2015.

SILVA, E. G. M.; MORAES, D. A. F. de. O uso pedagógico das tdic no processo de ensino e aprendizagem: caminhos, limites e possibilidades. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor**. PDE artigos. Paraná, 20p. 2014]

SILVA, L. C. da. Ainda sobre a Covid-19: O ensino-aprendizagem de Geografia em debate. **Élisée,** Rev. Geo. UEG – Goiás, v. 9, nº 2, e922028, jul./dez. 2020

UNESCO– Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Relatório de monitoramento global da educação** – 2020: Inclusão e educação– todos, sem exceção. Disponível em: https–unesdoc.unesco.org. Acessado em 17/02/2021.

WORLD BANK GROUP EDUCATION**. Políticas educacionais na pandemia da Covid-19–** o que o Brasil pode aprender com o resto do mundo?. 25 de março de 2020. Disponível em: https: www.worldbank.org. Acessado em 17/02/2021.

 ISBN: 1981-1047

PARA ALÉM DOS MUROS DA ESCOLA: OS JOGOS ELETRÔNICOS COMO POSSIBILIDADE METODOLÓGICA PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA DENTRO E FORA DA SALA DE AULA

GT- Geografia e a Prática de ensino

Wilians Ventura Ferreira Souza
wilians.ventura@unesp.br
Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP

William Miyakava
william.miyakava@unesp.br
Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP

Monique Cocco Teixeira
monique.teixeira@unesp.br
Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP

João Lucas Barbaroto Grassi
joao.grassi@unesp.br
Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP

Fabricio de Paiva Silva
fabricio.depaivasilva@gmail.com
Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP

Resumo
Este artigo é fruto de uma proposição coletiva para o ensino -aprendizagem do conteúdo de geografia dentro e fora das salas de aula e nos espaços formais e informais de educação. O tema deste trabalho gira em torno das possibilidades e, principalmente, das potencialidades que os jogos eletrônicos possuem dentro e fora das salas de aula, isto é, para além dos muros da escola. O conteúdo e a discussão advêm da disciplina de Projeto de Integração Disciplinar II, orientada pelo Prof. Dr. Nécio Turra Neto, do curso de Geografia da FCT/UNESP. O artigo está divido em três grandes etapas: 1) Discussão teórica e conceitual em torno dos jogos eletrônicos como possibilidade metodológica para o ensino 2) Metodologia e estruturação dos quadros de desconstrução e critérios de avaliação e acessibilidade dos jogos eletrônicos como potencial para serem tomados como recursos didáticos no ensino de Geografia 3) Resultados alcançados a partir da seleção e avaliação dos jogos eletrônicos. Os procedimentos metodológicos utilizados foram: levantamento bibliográfico, mapeamento e modelização cartográfica, elaboração de *Gameplays* e construção do compêndio de jogos. Com este trabalho esperamos trazer uma contribuição para docentes de Geografia, evidenciando teórica e empiricamente as potencialidades dos jogos eletrônicos como recursos para ensinar.

Palavras-chave: Jogos Eletrônicos; Ensino de Geografia; Educação; Metodologia de Ensino

 ISBN: 1981-1047

Introdução

A geografia escolar possui inúmeras possibilidades, e uma delas é a capacidade que temos de construir conteúdos e readequá-los a diferentes realidades e contextos socioespaciais. Este artigo urge de um desafio lançado no segundo semestre de 2020, em um contexto marcado pela pandemia do Novo Coronavírus. Uma realidade muito cruel que impactou não somente as maneiras de se ensinar e aprender, mas também de conviver, dialogar, e estabelecer contatos contínuos e ininterruptos.

A verdade é que houve a necessidade de nos adaptarmo-nos e readequarmo-nos a esse novo contexto. Entretanto, os desafios colocados também foram inspiradores para a proposição do assunto deste artigo e de toda essa construção que aqui será realizada. Identificamos nesse período uma oportunidade de estabelecer um diálogo com uma área da Geografia pouco trabalhada entre os professores, sobretudo, da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente (FCT -UNESP).

O jogo eletrônico é negligenciado por muitos professores que o veem como uma atividade banal de entretenimento vazio, não o identificando como uma potencial ferramenta. É nesse sentido que propomos outro olhar para os jogos, como uma forma de explorar suas potencialidades, tendo em vista o peso crescente que ocupa no cotidiano dos estudantes para além dos muros da escola. Assim, ao abrir-se para algo que é relevante para os estudantes, a escola pode se tornar mais dialógica e os conteúdos mais significativos.

Existem alguns pontos que precisam ser levantados, o primeiro deles é acerca da importância que os jogos eletrônicos possuem na atualidade. Eles informam, formam, contribuem para a compreensão de elementos espaciais e até mesmo para a formação de opiniões, dependendo do conteúdo do jogo.

Assim, torna-se imprescindível que os professores de geografia conheçam os jogos e suas linguagens, como forma de aproximação com os jovens estudantes. Com isto, pode-se explorar as possibilidades dos jogos como recurso metodológico, o qual utilizado de forma correta pode potencializar o processo de ensino-aprendizagem.

ISBN: 1981-1047

O artigo está dividido em três grandes partes para facilitar o entendimento do conteúdo e dos processos construídos durante sua elaboração: 1) Discussão teórica e conceitual em torno dos jogos eletrônicos como possibilidade metodológica 2) Metodologia e estruturação dos quadros de desconstrução e critérios de avaliação da acessibilidade dos jogos 3) Resultados alcançados a partir da seleção e avaliação dos jogos eletrônicos.

A primeira parte tem por objetivo trazer uma discussão acerca dos jogos eletrônicos e dos conceitos necessários para a sua compreensão e avaliação. Neste tópico, discutiremos a ideia da *gamificação*, e o processo de globalização e das Tecnologias da Informação (TI). Além dos conceitos que atravessam os jogos, também realizamos uma breve discussão sobre as desigualdades socioespaciais e seus adventos. Tais desigualdades se colocam para nós como verdadeiros desafios para pensar o uso dos jogos eletrônicos como metodologia de ensino, sobretudo, no contexto da escola pública. O que nos conduz a pensar na necessária acessibilidade tecnológica e socioeconômica do jogo, sendo este o principal critério de seleção dos jogos elencados com potencial para serem trabalhados no ensino de Geografia.

A segunda parte surge a partir da necessidade de construirmos ferramentas metodológicas, práticas e pragmáticas de avaliação dos jogos eletrônicos. Não basta dizer que determinado jogo é acessível ou pode ser trabalhado dentro e fora das salas de aula, é necessário adotar uma postura metodológica para avaliar esses jogos a partir de critérios definidos com base em discussões e bibliografias relacionadas ao tema, bem como em relação às Bases Nacionais Comuns Curriculares, e assim o fizemos.

Na terceira parte realizaremos a exposição dos resultados alcançados e de como foi esse percurso que também entendemos como um resultado muito importante, onde nós, autores, também nos desprendemos de ideias e concepções equivocadas e por muitas vezes preconceituosas acerca do jogo eletrônico.

Discussão teórica e conceitual em torno dos jogos eletrônicos

A intensificação tecnológica e científica marcada pela nova era da informação e dos conteúdos digitais forneceram subsídios importantes para o desenvolvimento educacional a partir da utilização de ferramentas tecnológicas como recurso metodológico e didático.

> Nos últimos tempos, as transformações foram acontecendo nos mais diversos âmbitos da sociedade. Na educação, essas

 ISBN: 1981-1047

> transformações exigem dos educadores propostas metodológicas renovadas que capacitem melhor os alunos para as características da sociedade moderna marcada pela multiplicidade de linguagens e técnicas que permeiam diversos âmbitos do mundo do trabalho. (EVANGELISTA; ARAÚJO; LEAL, 2014, p. 1).

O aluno é posicionado como sujeito ativo no processo de construção do conhecimento, assim, o domínio do professor em relação as tecnologias podem contribuir para uma construção coletiva em sala de aula de temas ou situações problemas que aproximam a tecnologia da realidade dos/as alunos/as, sendo já preparados/as para os desafios que posteriormente terão que enfrentar. Assim, "espera-se com isso que os alunos saiam de um estado de passividade para uma maior atividade e participação nas aulas, refletindo criticamente sobre os assuntos abordados" (EVANGELISTA; ARAÚJO; LEAL, 2014, p. 2).

O advento das novas tecnologias e jogos computacionais (também denominados de jogos virtuais ou jogos eletrônicos), gênero já incorporado ao cotidiano de diversos alunos fora do âmbito escolar, possibilitam o uso destes como recurso metodológico no processo de ensino-aprendizagem, como propõe Evangelista, Araújo e Leal (2014), acabando por destacar um jogo de grande potencialidade na educação geográfica, o *game* denominado *SimCity* 5.

Vale lembrar que a abordagem dada acerca do uso das novas tecnologias na prática docente é sempre a de complementaridade, nunca de substituição. Assim, o professor(a) não será substituído(a) pelas tecnologias ou jogos, mas deverá utilizar os jogos eletrônicos de forma metodológica combinada a outros recursos, como o texto, de modo a potencializar o ensino de geografia.

O *SimCity* 5 foi produzido pela empresa *Máxis* e distribuído pela *Eletronic Arts* (1997). Trata-se de um jogo que possibilita explorar vários temas e conceitos básicos de geografia com ludicidade, estimulando o interesse e a participação do aluno.

Através desse jogo computacional pode-se criar, planejar, construir e gerenciar cidades, simulando e visualizando cenários urbanos resultantes das diversas formas de intervenção humana, instigando a reflexão sobre a visão de mundo e de geografia subjacente a essas intervenções.

 ISBN: 1981-1047

A utilização dos jogos eletrônicos pressupõe um trabalho prévio por parte dos professores e dos alunos acerca dos objetivos propostos a partir da utilização de determinado jogo eletrônico, assim, o ato de jogar presume a existência de algumas perguntas como: *Quais conceitos geográficos podemos perceber a partir de determinado jogo? Como ensinar determinado tema? Como aplicar um conceito a partir das múltiplas interfaces do jogo?*

O crescimento desse mercado de jogos eletrônicos, como aponta Lima (2015), produziu algumas questões que passaram a serem trabalhadas, sobretudo, pelos sociólogos. Ao mesmo tempo que esse tema é emergente para as Ciências Sociais, a geografia escolar tem dado pouca atenção para os jogos eletrônicos como uma ferramenta metodológica para ensinar geografia.

> O presente trabalho busca contribuir para suprir essa ausência a partir de dois itens relacionados ao tema: i) games, explicitando o que se entende por jogos eletrônicos; e, ii) ensino, ilustrando a partir da criação de um núcleo de pesquisa no Ensino Básico de que forma games e o ensino podem dialogar a partir da Geografia. (LIMA, 2015, p. 80)

A tão famosa expressão utilizada por Milton Santos (2006, p.226) em torno dos "sistemas de objetos e sistemas de ações" pode ser interpretada pelos geógrafos, mas também, e, principalmente, pelos jovens jogadores de jogos eletrônicos. De forma geral, todos os jogos eletrônicos utilizam um sistema de objetos que pode ser o corpo ou até mesmo um pequeno fragmento de rocha, "assim como envolvem ações que dão sentido à prática desenvolvida a partir daquele sistema de objetos" (LIMA, 2015, p. 80)

Lima (2015) utiliza a palavra *game* para se referir aos diferentes jogos eletrônicos disponíveis em diferentes plataformas, umas mais acessíveis que outras, como: computadores, consoles, dispositivos móveis, entre outros aparelhos. São jogos que possuem sua própria metodologia, possuem uma interface diferenciada e estabelecem/constroem uma relação diferente com aquele que joga.

> Se os jogos envolvem uma dimensão lúdica a partir de um sistema de ações carregados de significados, os games fazem o mesmo, porém a partir de um outro sistema de objetos marcados por interfaces digitais. Aqui a prática não se realiza nos moldes de uma quadra poliesportiva tradicional, mas conforme já ressaltamos em

 ISBN: 1981-1047

> Lima (2015) produz uma espacialidade com ressignificações na construção de lugares e territórios. Nesse sentido, se a quadra poliesportiva pode ser uma analogia para explicar o espaço, o espaço pode ser uma analogia para explicar os games. (LIMA, 2015, p. 81)

A partir do exposto por Lima (2005) podemos entender a importância dos jogos na atualidade, mas principalmente, porém não exclusivamente, a sua camada de penetração nos jovens estudantes que interagem cotidianamente com as mais diferentes interfaces virtuais, dentre as quais estão os jogos eletrônicos.

A *gamificação* também está presente em estratégias de marketing, utilizada por empresas para conquistar públicos específicos, como discorre o exemplo utilizado por Lima (2015) a respeito da *Nike*, que desenvolveu um aplicativo de celular que possui a capacidade de contabilizar os passos dados por um determinado(a) sujeito(a) ao correr, além de contabilizar seus passos, também os compara com outros/as corredores/as. A *Nike* utilizou as mesmas estratégias e métodos utilizados para resolver problemas nos cenários virtuais em situações reais.

A grande questão que, do nosso ponto de vista, estaria no âmago do debate sobre o uso de jogos eletrônicos no ensino de geografia, é como criar pontes entre uma atividade que o jovem/aluno pratica diariamente em casa atrelado ao prazer – o jogar, com uma atividade que ele pratica nas escolas – estudar? A resposta para essa questão estaria justamente na união dessas duas perspectivas, jogar e aprender, isto é, aprender jogando.

A proposta de ensinar a partir de jogos eletrônicos é construída com e através do apoio dos estudantes, que passam a somar suas habilidades e suas experiências com os jogos eletrônicos, construindo, assim, um plano ou um objetivo-fim em torno da utilização dos jogos eletrônicos em determinadas disciplinas.

Dessa forma, alguns jogos como *Age of Empires, Civilization, Rome, Total War* e outros, podem ser utilizados para além da geográfica, através de discussões em torno do totalitarismo, da democracia, da monarquia, entre outros elementos verificáveis em alguns desses jogos eletrônicos comerciais.

Budai, Cipola e Ré (2018) discutem a proposta do uso das tecnologias no ensino de geografia no ensino médio. Pressupondo a faixa etária das alunas e alunos que compõem o quadro escolar supracitado, é levado em consideração que os mesmos pertencem a era da

 ISBN: 1981-1047

tecnologia da informação, focado principalmente no aparelho celular. Apesar da facilidade de uso e imersão tecnológica em que vivemos, é fato que nem todas e todos possuem condições de se inteirarem no meio tecnológico, via a acessibilidade exigida para tal. Mais adiante vamos desenvolver melhor a ideia de como as novas tecnologias compõem também parte da desigualdade que marca nossa sociedade.

Diante desse quadro, utilizar metodologias tradicionais para ensino é entendido como algo desinteressante, ao passo que o uso das tecnologias de informação como metodologia de ensino faz com que alunos tenham mais atenção e entendam o processo de ensino-aprendizagem como algo dinâmico. Segundo Budai, Cipola e Ré (2018), o maior desafio para os professores é manter os alunos motivados dentro das salas de aula.

O artigo elaborado pelo professor Eduardo Donizeti Girotto e David Augusto Santos (2017) é resultado do projeto *"A construção do raciocínio geográfico na escola pública"*, realizado em parceria com o Laboratório de Ensino de Geografia e Material Didático (LEMADI), do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP). A intervenção-proposta se passa em uma escola municipal de São Caetano do Sul, onde o objetivo inicial era de provocar uma reflexão geográfica a partir da apresentação de alguns jogos e filmes, isto é, os jogos seriam um pontapé inicial para a discussão de conceitos e abordagens geográficas.

> O uso de jogos e filmes no ensino de geografia vem sendo facilitado, nos últimos anos, pelo desenvolvimento e divulgação de novos recursos tecnológicos, principalmente sites e canais de vídeos na internet, bem como pela ampliação (ainda que em escala muito reduzida e de forma bastante desigual) da infraestrutura tecnológica de algumas escolas públicas no país. Em nossa experiência, partimos do pressuposto de que a utilização destes recursos no ensino de geografia pode contribuir para a ressignificação dos mesmos, vistos que eles estão presentes no cotidiano de muitos alunos e alunas. (GIROTTO; SANTOS, 2017, p. 99)

O jogo passa a ser um componente importante do processo de ensino e aprendizagem. É a partir dele que o professor poderá, caso seja de interesse próprio e dos alunos, aproximar determinados conceitos, conteúdos e temas trabalhados em sala de aula com a realidade e com as técnicas que esses alunos já possuem em relação às múltiplas tecnologias disponíveis.

 ISBN: 1981-1047

A abordagem curricular trabalhada em sala de aula ainda não conseguiu romper os limites "conteudistas", isso significa que muitos dos temas e assuntos trabalhados em sala de aula ou se tornaram obsoletos ou já não mais atraem os alunos para a discussão e reflexão. A proposta de Girotto e Santos (2017) é muito relevante e exequível quando vemos emergir um mundo de possibilidades tecnológicas e temas que já estão pré-dispostos dentro dos jogos eletrônicos e filmes, prontos para serem abordados pelos educadores.

É principalmente por esse motivo que o raciocínio geográfico é tão importante nesse processo:

> Em linhas gerais, o raciocínio geográfico pode ser concebido como a capacidade de estabelecer relações espaço-temporais entre fenômenos e processos, em diferentes escalas geográficas. Trata-se, portanto, de compreender a dimensão espacial dos fenômenos, questionando-os acerca de suas localizações, distribuições, correlações. (GIROTTO; SANTOS, 2017, p. 100).

Uma boa parte do conteúdo trabalhado nas universidades e na educação básica, provocam uma camuflagem dos processos, fenômenos e dinâmicas geográficas. Essa relação foi posta à tona pelo geógrafo Yves Lacoste (1976), quando o mesmo afirmou existir duas geografias, a geografia dos professores e a geografia dos Estados Maiores. A primeira se apresenta às pessoas de forma desinteressante, é como se estivesse descolada da realidade, é utópica e por já ser utópica não há possibilidade da criação de utopias reais. A segunda é restrita apenas a grupos pequenos, tendo em vista que se trata, sobretudo, de interesses nacionais, territoriais e até mesmo imperialistas.

> Ao denunciar em sua obra esta dualidade da Geografia, Lacoste também anuncia o potencial de um saber geográfico apropriado pela população enquanto importante elemento na (re)significação da luta cotidiana e na construção, portanto, de uma consciência espacial, capaz de trazer à tona a condição espacial dos fenômenos da realidade e da apropriação que tem sido feito da mesma pelos agentes da geografia dos Estado-Maiores. Se, de um lado, a Geografia tem servido para fazer a guerra, como demonstram inúmeros exemplos do passado e do presente, possui também o potencial de contribuir em um melhor entendimento da dimensão geográfica da realidade. Tal entendimento, por sua vez, é fundamental para que os sujeitos sociais compreendam e transformem a realidade em que vivem, reconhecendo-se como sujeitos da produção da espacialidade. (GIROTTO; SANTOS, 2017, p. 100).

ISBN: 1981-1047

O grande desafio lançado pelos autores é o de construir um caminho para que os próprios estudantes arquitetem a consciência de sua condição espacial, bem como, dos processos que constroem a totalidade social em que estão inseridos. O objetivo é que fujam do natural e compreendam como todas as coisas são socialmente construídas e disputadas na sociedade em que estão inseridos.

Como aponta Santos (2014), não devemos tomar os fixos e fluxos, sobretudo, os fluxos, como estruturas neutras ou não intencionais, pelo contrário, tanto os fixos como os fluxos (meio técnico-científico-informacional) como um todo atendem interesses e intencionalidades distintas. Dessa forma, a tecnosfera e a psicosfera são importantes conceitos para nos posicionar em toda essa teia de relações.

> Tecnosfera e psicosfera são redutíveis uma à outra. O meio geográfico atual, graças ao seu conteúdo em técnica e ciência, condiciona os novos comportamentos humanos, e estes, por sua vez, aceleram a necessidade da utilização de recursos técnicos que constituem a base operacional de novos automatismos sociais. Tecnosfera e psicosfera são os dois pilares com os quais o meio científico-técnico introduz a racionalidade, a irracionalidade e a contrarracionalidade, no próprio conteúdo do território (SANTOS, 2006, p.204).

Os jogos eletrônicos, bem como, os filmes, desempenham um papel interessante na vida dos estudantes. Eles se relacionam e representam a presença do mundo no lugar, existe um jogo escalar muito importante nesse processo, tendo em vista que em muitos momentos são mediados e apresentados na escala local, regional, nacional e global.

É a partir dessa discussão e problemática que os jogos eletrônicos e os filmes são lançados para os estudantes. Exige-se a compreensão desses interesses e intencionalidades e, portanto, uma ressignificação do papel ativo do aluno nesse mundo em transmutação.

Apesar dos filmes e jogos serem muito interessantes por carregarem grande potencial pedagógico no processo de ensino-aprendizagem, é necessário o uso de outras ferramentas que complementam dada abordagem ou ferramenta tecnológica. Não é o jogo ou o filme sozinho que dará conta de todo o processo/conteúdo, mas a união de vários recursos e metodologias.

ISBN: 1981-1047

Os jogos eletrônicos e os filmes foram apresentados por Girotto e Santos (2017) como importantes mediadores didáticos que facilitam a construção de significados, bem como do raciocínio geográfico por parte dos alunos que tiveram contato com eles. Os autores também alertam para a autonomia da escola e da prática docente na construção de outros caminhos didáticos e abordagens, tendo em vista o atual contexto de burocratização e silenciamento da prática docente enfrentada no Brasil.

Desafios de aplicabilidade: as desigualdades socioespaciais como uma barreira a ser superada

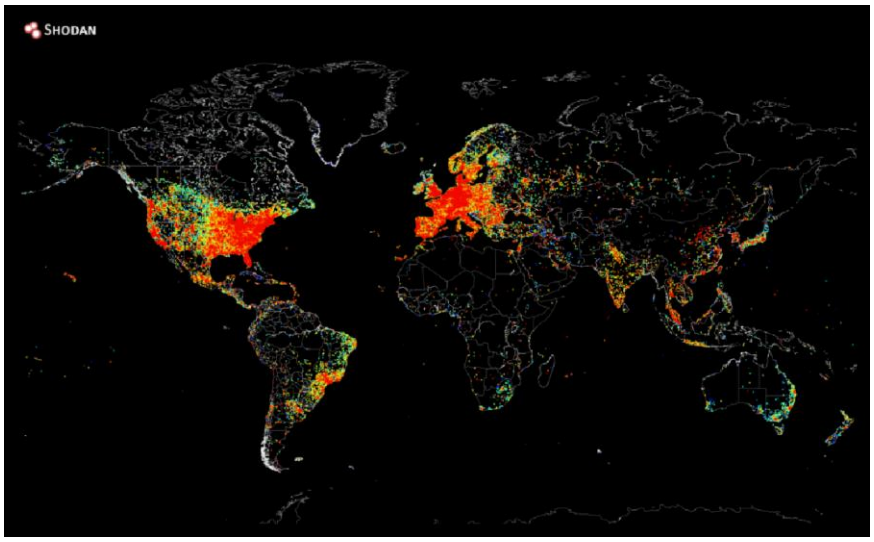
Para além de uma discussão teórica em torno dos jogos eletrônicos, é necessário pensarmos também em sua aplicabilidade, tendo em vista que o Brasil é um país desigual e que o acesso a essas ferramentas tecnológicas ainda não é universal.

A pandemia do Novo Coronavírus (*Orthocoronavirinae*) e o impacto social, cultural, político, geográfico e econômico provocado nesse novo contexto nos fez pensar coletivamente em alguns pontos e tópicos que nos aproximam da realidade de alunas/os inseridos no sistema básico de educação e que foram diretamente impactados, seja pela ausência de estruturas, seja pelas múltiplas desigualdades existentes em diferentes contextos que esses sujeitos estão inseridos.

Há pontos a serem levantados, como qual a pandemia acelerou a implantação de tecnologias de informação (TI) e novas formas de ensinar, bem como de aprender. Entretanto, também é evidente que a pandemia reforçou as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como novos símbolos da desigualdade na educação brasileira, assim, evidenciando a questão do acesso e vulnerabilidades, uma vez que o ensino, em grande parte dos sistemas educacionais, migrou para o ambiente da Internet.

ISBN: 1981-1047

Figura 1 – Mapa da conexão da Internet no mundo



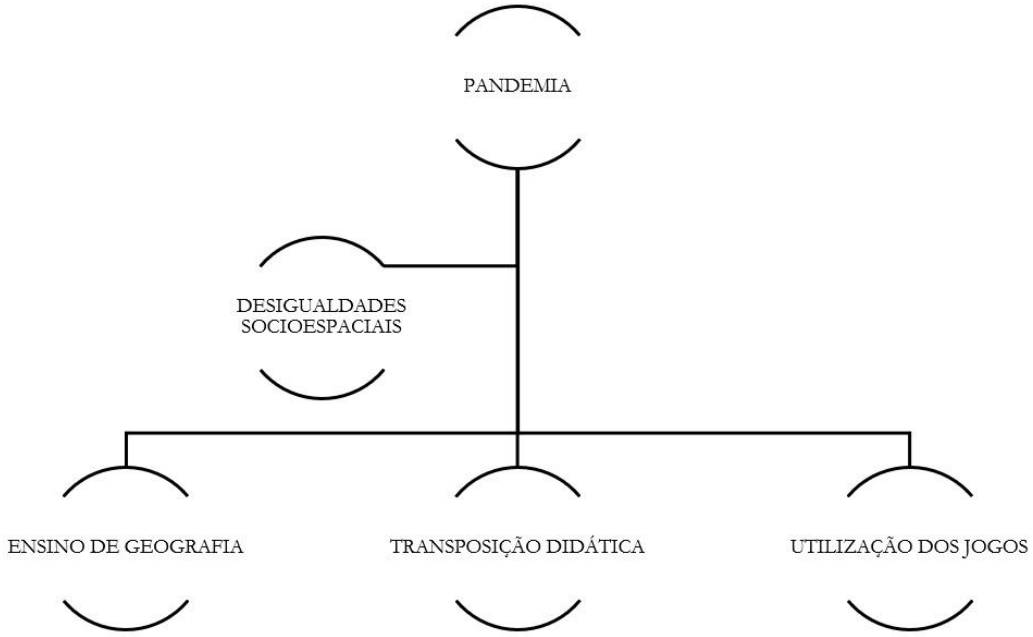
Fonte: John Matherly (2015).

A técnica utilizada por John Matherly (2015) autointitulado cartógrafo da rede, evidencia o panorama de conexões através da positivação dos Protocolos de Internet (IPs), assim, é possível observar espaços que possuem uma maior conexão e consequentemente acesso à internet (rede) e espaços opacos, apagados, que não possuem acesso algum. Quanto mais forte a cor, maior o número de dispositivos conectados.

O mapa de John Matherly evidencia um dos problemas vividos pelo sistema educacional brasileiro nas mais diferentes escalas, a falta de acesso à internet e a estruturas necessárias para acompanhar remotamente as aulas ministradas pelos (as) professores (as) e Unidade Escolar (EU).

ISBN: 1981-1047

Infográfico 1 – Pensar a educação básica a partir do contexto pandêmico e não pandêmico

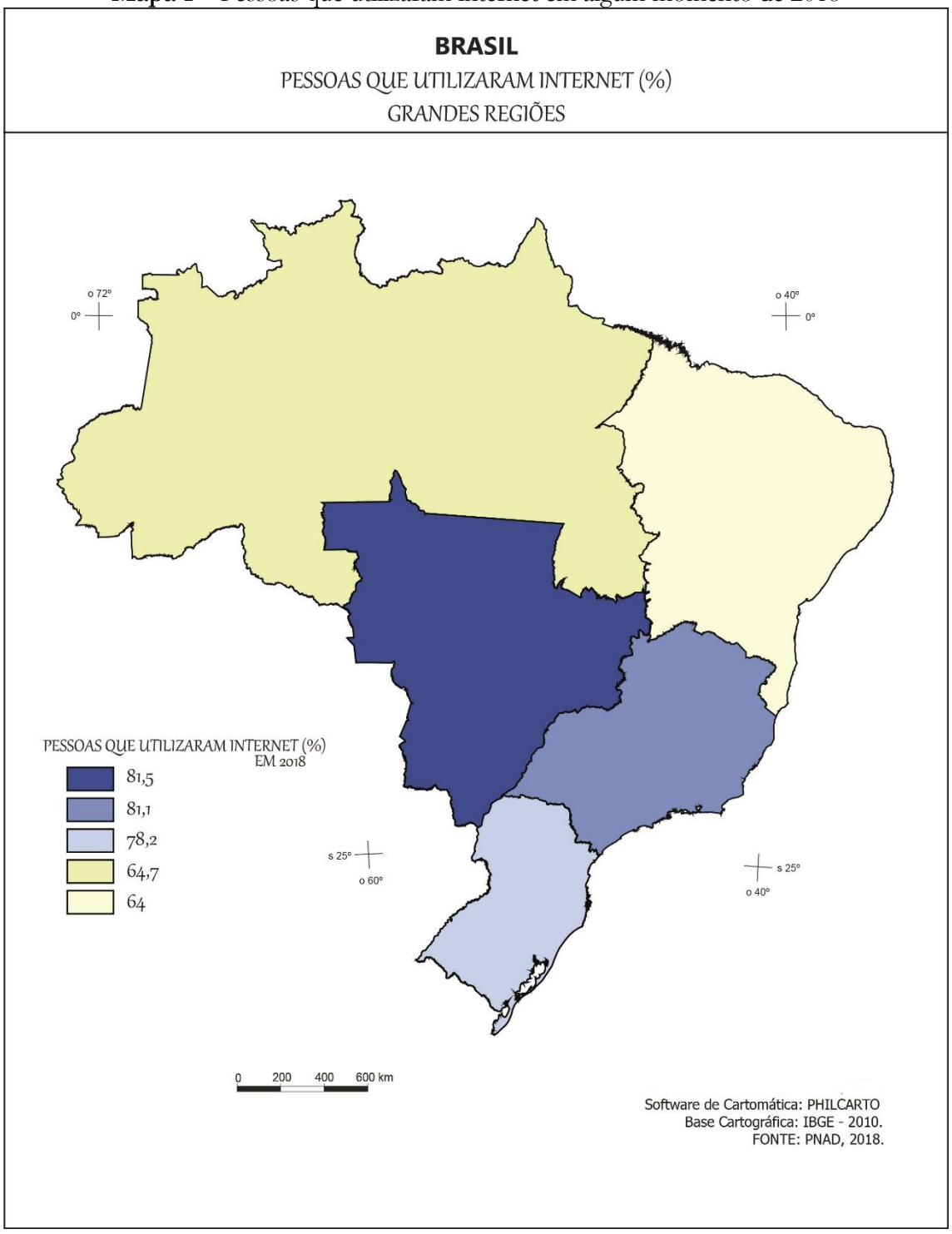


Organização: Os autores, 2021.

Assim, problematizar o acesso é fundamental para a proposta aqui apresentada. Sabemos que o ensino remoto tem colocado a nós, (futuros), professores(as) e alunos(as), sobretudo, da rede pública de ensino, diferentes desafios. O primeiro deles é superar ou minimizar as desigualdades, garantindo minimamente o acesso dos/as alunos à rede. O segundo desafio é realizar uma transposição didática, garantindo a manutenção efetiva do ensino e aprendizagem, assim, lançamos algumas questões a partir da visualização cartográfica e de alguns dados divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD, 2018).

ISBN: 1981-1047

Mapa 1 – Pessoas que utilizaram internet em algum momento de 2018



Fonte: PNAD, 2018. **Organização**: Os autores, 2021.

O mapa 1 representa uma primeira aproximação com as características socioespaciais presentes no Brasil, relacionada às pessoas que em algum momento de 2018

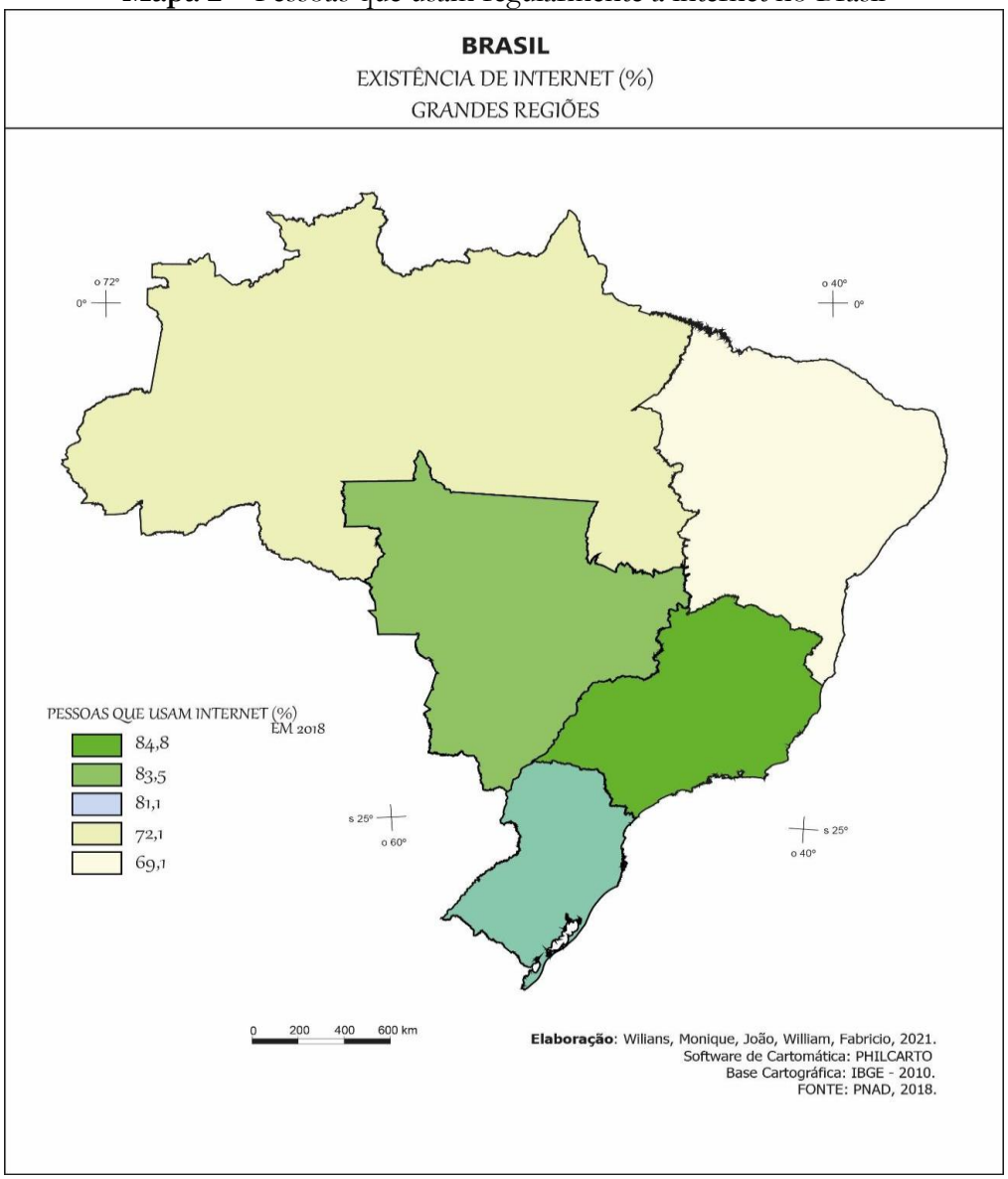
 ISBN: 1981-1047

utilizaram a internet. Entretanto, essa informação não representa a realidade, tendo em vista que não se atenta a continuidade da utilização do recurso, nem evidencia o quanto as desigualdades se revelam também em outras escalas geográficas.

Como é possível observar, a região Centro-Oeste foi a que mais concentrou pessoas que em algum momento de 2018 utilizaram a rede com uma taxa de 81,5% da população da região, seguida do Sudeste com 81,1% de sua população, Sul com 78,2% da sua população, Norte com 64,7% e, por fim, Nordeste com 64%. São justamente as regiões norte e nordeste que vão nos apresentar alguns caminhos para a superação da desigualdade de acesso.

 ISBN: 1981-1047

Mapa 2 – Pessoas que usam regularmente a internet no Brasil



Fonte: PNAD, 2018. **Organização**: Os autores, 2021.

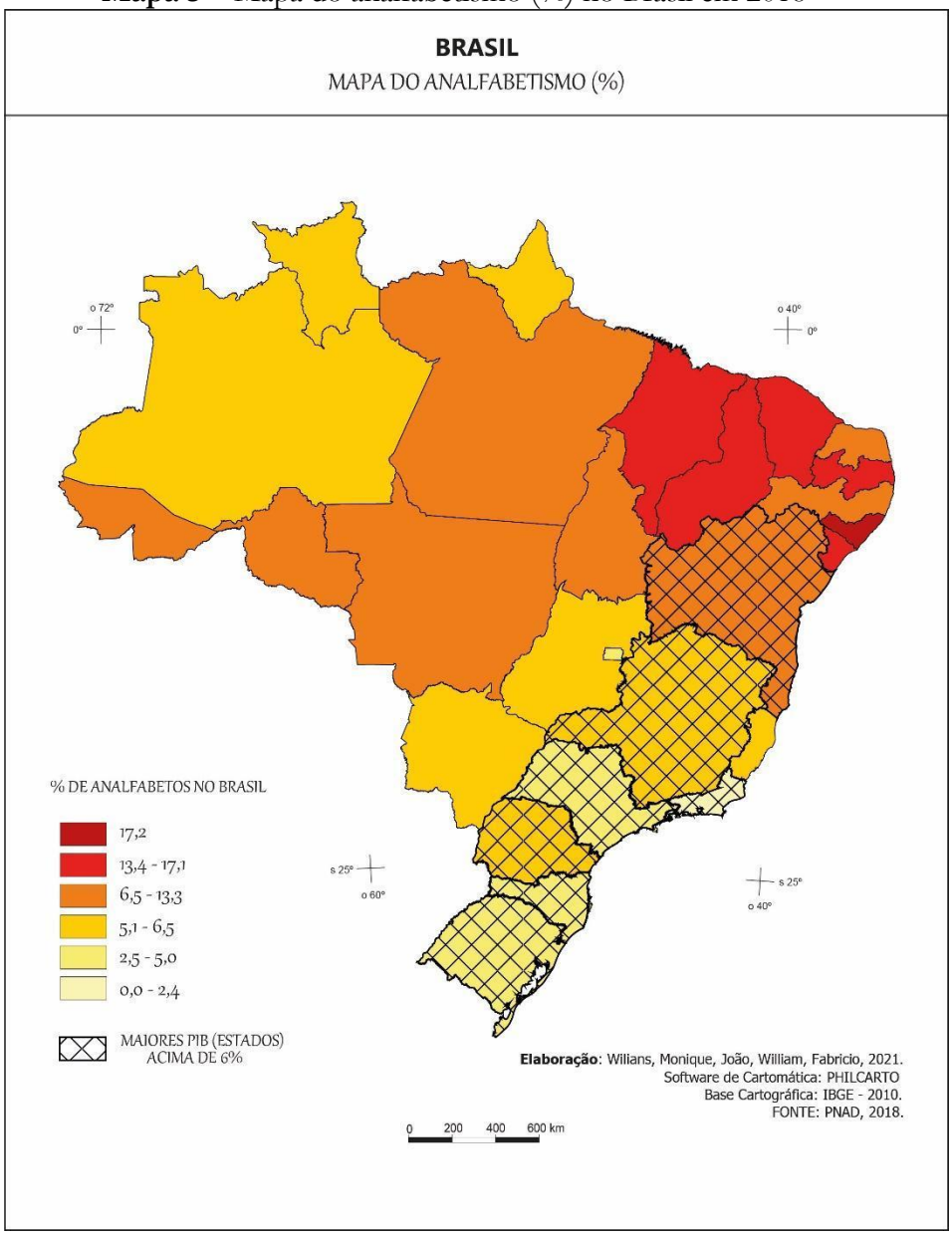
Já o mapa 2 evidencia uma regularidade e continuidade na utilização da internet, elemento não evidenciado pelo mapa 1.

A região Sudeste representa maior acesso e continuidade de acesso em 2018, acumulando uma taxa de 84,8% da população do seu território, seguida da região Centro-Oeste com 83,5%, Sul com 81,1%, Norte com 72,1% e Nordeste com 69,1%. As regiões Norte e Nordeste respectivamente possuem o menor acesso e continuidade de acesso no

 ISBN: 1981-1047

Brasil; esse dado está relacionado às diferentes desigualdades, a taxa de analfabetismo, assim como a participação dos Estados no PIB.

Mapa 3 – Mapa do analfabetismo (%) no Brasil em 2018



Fonte: PNAD, 2018. **Organização**: Os autores, 2021.

O analfabetismo é um grande problema no Brasil, ainda nos dias de hoje. O país ainda tem cerca de 11,3 milhões de pessoas analfabetas e uma taxa de 6,8% de pessoas acima dos 15 anos que não sabem ler ou escrever (PNAD, 2018). É importante lembrar que o país

 ISBN: 1981-1047

reduziu o analfabetismo, mas não na velocidade esperada para as políticas públicas vigentes nos governos petistas.

No ano de 2018, apenas 13 Estados atingiram a meta de redução do analfabetismo no Brasil. No entanto, como é possível observar no mapa 3, os desafios ainda são gigantes, os Estados brasileiros que concentram uma elevada taxa de analfabetismo estão concentrados, principalmente, nas regiões Norte e Nordeste do país.

Metodologia e estruturação dos quadros de desconstrução e critérios de avaliação da acessibilidade dos jogos

As transformações tecnológicas provocaram mudanças importantes nas relações entre as sociedades, bem como, na forma de ensinar. A escola como um espaço fundamental da sociedade também acompanha esse processo de revolução científica e tem buscado se adequar e readequar a essas mudanças tecnológicas.

A utilização de novas metodologias para o ensino das diversas áreas do conhecimento na educação básica é fruto de uma vasta produção bibliográfica encontrada no meio *online*, onde a partir destas, selecionamos e utilizamos em nossa produção. As pesquisas a serem citadas posteriormente buscam facilitar a aproximação dos conteúdos transmitidos em sala de aula com os estudantes, propondo que as aulas sejam mais dinâmicas junto com a introdução de novos elementos. Tais apontam alternativas para uma melhoria nesse processo e de como essas inovações podem ser inseridas na escola. No ensino de Geografia os jogos eletrônicos surgem como uma possibilidade metodológica de grande relevância, porém, ainda pouco utilizada em sala de aula.

Os jogos eletrônicos no ensino de geografia, podem, como expresso anteriormente, ajudar na compreensão de alguns conceitos, processos e dinâmicas relacionadas. Assim, "esse recurso pode contribuir para uma melhoria na compreensão dos assuntos, construindo habilidades, competências e inteligências no aluno" (EVANGELISTA; ARAÚJO; LEAL, 2014, p. 5).

As metodologias de ensino-aprendizagem utilizadas até cerca do século XX eram tradicionais e centradas na transmissão do conhecimento. Podemos ressaltar também que as 3 Revoluções Industriais influenciaram a padronização do ensino ao redor do mundo, como já atenta Santos (1999). Segundo Bomfim (2006, p.107):

 ISBN: 1981-1047

> (...) o ensino de geografia mantém, ainda, uma prática tradicional tanto no ensino fundamental quanto no médio. Para a maioria dos alunos a aprendizagem da Geografia na escola se reduz somente à memorização, sem fazer referência às experiências socioespaciais.

Isto converge muito com as práticas Freireanas de ensino, onde se rompe a relação vertical do educador – educando em uma postura hierárquica do saber, onde o professor é o detentor do saber e os alunos somente reproduzem o conhecimento passado. O ensino de geografia nas escolas, e em específico no ensino médio como é posto aqui, não se limita somente ao ensino de espaços, econômicos e físicos, mas também onde permita que o aluno reflita sobre sua participação ativa na construção dos espaços e sua *práxis* diária.

De acordo com as Orientações Curriculares Para o Ensino Médio (2006, p.43, grifo dos autores) a Geografia compõe o currículo do ensino fundamental e médio e deve preparar o aluno para "(...) localizar, compreender e atuar no mundo complexo, problematizar a realidade, formular proposições, reconhecer as dinâmicas existentes no espaço geográfico, pensar e atuar criticamente em sua realidade tendo em vista a sua transformação".

Portanto, o(a) professor(a) é entendido(a) como mediador do conteúdo apresentado, e não mais respondendo a uma cadeia hierárquica de ensino, detendo toda a sabedoria ali presente e repassando-a. Utilizar tecnologias cotidianas dos alunos facilita o processo de ensino-aprendizagem, pois se aproxima da linguagem que o educando está habituado, permitindo que o conteúdo se baseie em sua percepção de vida, dentro e fora de sala de aula.

Romper com o tradicional ensino de geografia nas escolas significa fazer com que as alunas e alunos percebam através de uma linguagem metodológica atual/participativa a qual estão habituados, e se sintam pertencentes. Onde o meio em que vivem e ocupam refletem as escolhas, que o ser humano, incluindo ele, toma ao viver, e consequentemente, impactam no espaço vivido. É a fomentação do ensino e olhar crítico.

É perceptível que a geração do século XXI tem muito mais contato e consequentemente mais facilidade com as novas tecnologias, portanto, os jogos eletrônicos se tornam interessantes também pelo fato de serem relacionados ao momento de lazer. De acordo com Pereira (2012, p. 183), "O que se nota durante o jogo (eletrônico/computador)

 ISBN: 1981-1047

é que quem está praticando, encara-o não como uma obrigação, mas como uma liberdade, em que ocorre o desenvolvimento do raciocínio, e principalmente, do prazer".

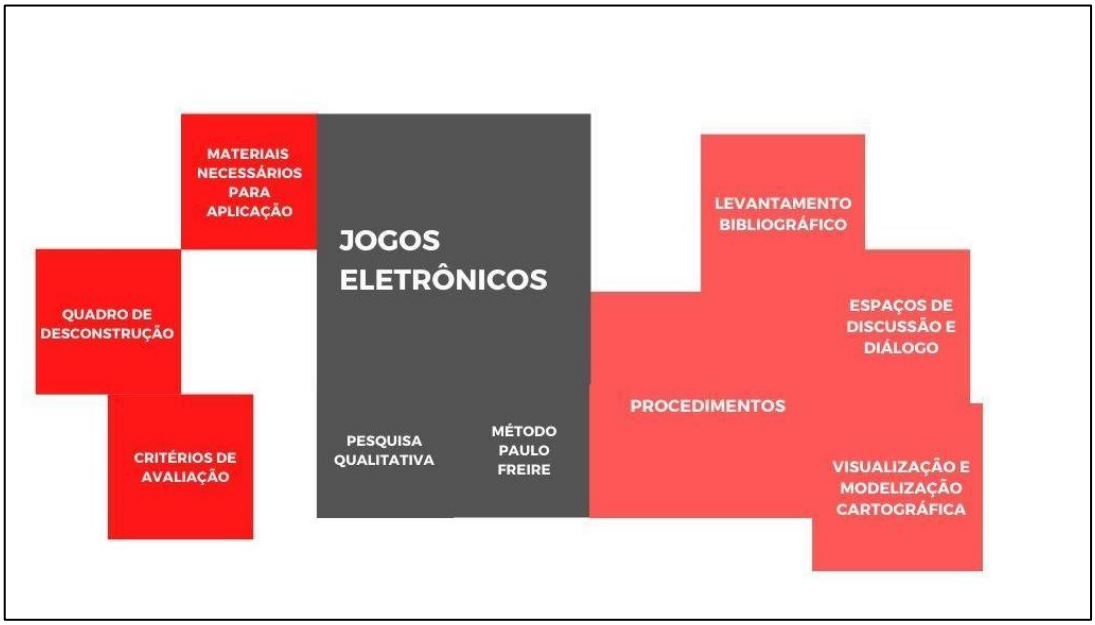
O autor elenca, a partir de seu levantamento, alguns jogos que sejam possíveis em que é possível trabalhar conteúdos de geografia em sala de aula, com base em livros didáticos das escolas de educação básica. Dentre os selecionados no artigo, ele lista os seguintes: Montando o Brasil, Jogo do Relevo, Climas do Brasil, Vegetação Brasileira, Gentílicos, Blocos Econômicos e Coordenadas Geográficas.

Para exemplificar uma aula trabalhando com um jogo eletrônico, ele escolhe o "Jogo do Relevo". O jogo, que está disponível em CD, se desenvolve basicamente em torno de uma imagem de um fenômeno geográfico e um texto ao lado, contendo informações teóricas. A partir disso, o aluno escolhe dentre as alternativas expostas na tela, qual fenômeno está relacionado com essa imagem. Se errar mais de duas vezes, o game se encerra e volta ao início, e conforme vai acertando, o jogo prossegue. O ponto a ser destacado é que o professor pode complementar a informação exposta no texto do jogo com outras informações e curiosidades que julgar necessário e pertinente para a classe.

No caso dos jogos trabalhados por nós e que serão expostos nos resultados e considerações finais, temos alguns pontos que precisam ser diferenciados: O primeiro ponto é que mesmos são utilizados exclusivamente em plataformas digitais. O segundo ponto é que a metodologia se encontra aliada aos parâmetros da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os currículos estaduais, no nosso caso, o Paulista.

ISBN: 1981-1047

Infográfico 2 – Percurso metodológico



Organização: Os autores, 2021.

Pensamos, portanto, em algumas das questões que envolvem as desigualdades socioespaciais e estruturais presentes no Brasil, a partir dos dados já apresentados e tomamos como pressuposto de que qualquer proposta de ensino de geografia que vise introduzir novas tecnologias e, sobretudo, que necessite ser manuseada pelos estudantes, mesmo depois da aula, na sua casa, deve levar em consideração este quadro estrutural. Consultamos uma série de dados acerca dessas desigualdades presentes em bancos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – (PNAD) e Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Essas fontes foram necessárias e fundamentais para a elaboração dos dois materiais que seguem e que fundamentam toda a nossa estrutura metodológica de desconstrução e avaliação dos jogos eletrônicos.

Para otimizar e potencializar o ensino de geografia e de outras áreas das humanidades, construímos duas ferramentas que consideramos relevantes: 1) Quadro de desconstrução do jogo; e 2) Critérios de acessibilidade do jogo.

ISBN: 1981-1047

Quadro 1 – Análise, leitura, potencialidades e desconstrução do jogo eletrônico

Nome do Jogo	Habilidades (BNCC)	Conteúdos (BNCC)

Organização: Os autores, 2021.

O quadro de desconstrução do jogo (quadro 1) representa o nosso primeiro contato com o jogo eletrônico. O nosso objetivo principal é a familiarização, o conhecimento e o aprofundamento das nossas experiências em relação ao jogo. Dessa forma, realizamos uma imersão e verificamos a partir das nossas perspectivas quais as potencialidades do jogo.

Um ponto interessante e que cabe destaque, é que não partimos de proposições subjetivas, pelo contrário, utilizamos ferramentas baseadas nos currículos educacionais, sobretudo, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento e ferramenta que rege as aulas ministradas em diferentes esferas e escalas.

O quadro 1 possui três colunas: nome do jogo, habilidades (BNCC) e conteúdos (BNCC). Os preenchimentos dessas colunas são fundamentais para o estabelecimento de afinidades entre professor/educador/pais e o jogo eletrônico que se pretende trabalhar e desenvolver coletivamente e horizontalmente.

ISBN: 1981-1047

Quadro 2 – Avaliação do nível de acessibilidade

	CRITÉRIO PARA A AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE	Pontuação
1	Não requer o uso de internet para sua execução.	2
2	Pode ser jogado a partir de múltiplas plataformas (Smartphone, CPU, Tablets, entre outras plataformas que possuam sistema operacional compatível).	1
3	Faixa etária adequada.	1
4	Não requer a utilização de tipos de mídias (DVD, CD-ROM, Disquete, etc.).	2
5	Não requer a utilização de memória externa.	1
6	Pode ser jogado sem a supervisão de um educador (há, portanto, uma extensão do jogo para além dos muros da escola).	1
7	O jogo não requer aquisição/extensão (pago).	2
Total		10

Organização: Os autores, 2021.

Ao realizarmos a desconstrução do jogo (quadro 1), partimos para avaliação a partir dos critérios distribuídos no quadro 2, ou seja, todos os jogos passam pelo crivo dos critérios indicados nos quadros 1 e 2. Quando identificamos a potencialidade do jogo e a sua possível utilização em sala de aula como recurso metodológico, aplicamos os 7 critérios do quadro 2 e, assim, chegamos aos diferentes níveis de acessibilidade.

Quadro 3 – Avaliação sistemática do jogo eletrônico

0 - 3	Baixo Nível de Acessibilidade
4 - 7	Médio Nível de Acessibilidade
8 - 10	Alto Nível de Acessibilidade

Organização: Os autores, 2021.

Como expresso no quadro 3, se um determinado jogo eletrônico atingir a pontuação de 0 a 3, será classificado como um jogo de baixo nível de acessibilidade, se um jogo pontuar entre 4 e 7 pontos, será classificado como um jogo de médio nível de acessibilidade, se um jogo pontuar entre 8 e 10 pontos, será classificado como um jogo de alto nível de acessibilidade.

A partir desta avaliação, passamos para a construção das *Gameplays* na tentativa de aplicar os conhecimentos em torno das metodologias construídas durante este percurso.

ISBN: 1981-1047

Entendemos que a *Gameplay,* para além de ser um dos resultados da pesquisa foi também uma importante metodologia adaptada a esse universo digital.

A construção da *gameplay* do jogo eletrônico para mobile *"SimCity Buildit",* iniciou-se com o download do jogo, e sua prática durante o período de três semanas, para que assim houvesse a familiarização e preparação para jogar, principalmente para explorar as suas potencialidades, no qual foi utilizado a Base Nacional Comum Curricular, como documento que auxiliasse na análise de suas competências, habilidades e aprendizagens da Geografia.

O passo seguinte consolidou-se com o início da gravação da tela do celular onde seria executado o jogo, para esta gravação foi utilizado o aplicativo *"A-Z Screen Recorder",* possibilitando a gravação também do áudio da narradora responsável pelas explicações e associações da ferramenta com a Geografia.

O jogo foi gravado em três momentos diferentes, a primeira gravação foi executada na configuração e comando inicial do jogo, a segunda gravação no nível 1 e a terceira gravação ocorreu no nível 13, com o intuito de mostrar diferentes cenários e possibilidades de ensino-aprendizagem que o jogo proporciona.

Por fim, o vídeo foi editado no programa "*Windows Movie Maker",* onde foram unidos os três momentos do jogo, junto com a aceleração de algumas partes necessárias, para que se tornasse mais fluido para aqueles que terão acesso ao conteúdo.

A *gameplay* do jogo *"Age of Empires 2 – The Age of Kings*" foi elaborada a partir da aquisição e download do jogo, seguida da experiência de 1 mês com o mesmo; que apesar de um conhecimento prévio do jogo, sua prática a partir das perspectivas educacionais, assim como as competências e habilidades do BNCC ainda não tinham sido exploradas.

Após isso, foi elaborado um roteiro com as partes significativas do game para que fosse possível dar ênfase em determinados momentos da jogatina. O software utilizado para gravação do game foi o *AMD Radeon Software*, onde também é possível gravar a voz de forma simultânea.

Alguns momentos do vídeo foram gravados com a voz em tempo real com o uso do *AMD Radeon Software*, entretanto, nem sempre é possível gravar corretamente os momentos de voz e vídeo. Por conta disso alguns áudios foram gravados separadamente com o *software* Gravador de Voz do sistema Operacional *Microsoft Windows* e sincronizados com os vídeos no editor de vídeo *Sony Vegas Pro 17.0*.

 ISBN: 1981-1047

Como os enfoques de aprendizagem dão-se em diferentes momentos do jogo (em alguns momentos no início e outros no final) foi realizada uma única gravação e após isso os recortes pelo editor *Sony Vegas Pro 17.0*.

Os efeitos de ampliação do Mini-Mapa, assim como textos inseridos, músicas de fundo e outros recursos de edição são ferramentas do Editor de Vídeo *Sony Vegas Pro 17.0*.

Apresentado as normas, regras e metodologias que regem dada organização e sistematização convidamos você a mergulhar nesse mundo/universo de potencialidades em que o jogo e o aluno ativo ocupam centralidade.

Resultados e considerações finais

Os jogos eletrônicos podem ajudar a realizar uma árdua tarefa implicada à docência: despertar o interesse dos alunos e alunas. Nessa empreitada, reconhecemos as potencialidades de aliar os jogos eletrônicos ao ensino, como ferramentas pedagógicas de aprendizagem. No entanto, um dos maiores obstáculos em trazer esse componente eletrônico para dentro das salas de aula é o preconceito em torno dos jogos eletrônicos e as desigualdades socioespaciais já elencadas. Discursos como a problemática da violência e do vício são alguns dos empecilhos.

Apesar do potencial pedagógico que possui, concluímos que os jogos eletrônicos não devem ser lançados em sala de aula sem uma análise de como essa atividade vai ajudar o aluno a interpretar determinado conceito/tema trabalhado em sala, pois há um objetivo didático à vista, não é somente entretenimento. Esse é um desafio que pode assustar muitos docentes e afastá-los dessa experiência.

Sendo assim, o jogo precisa ser analisado e estar de acordo com os conteúdos trabalhados em geografia, de fácil correlação com aquilo que se deseja estudar. Além de fomentar outras questões importantes, como ética, violência, entre outros. É dessa forma que Lima (2014) trabalha em seu grupo de pesquisa, o Núcleo de Games, Atividades e Metodologia de Ensino (NuGAME), onde se debatem os jogos pensando na temática proposta e no que o jogo pode acrescentar para o aprendizado, seguido do estudo dos jogos a partir da prática e sistematizando os conhecimentos adquiridos a partir de uma material didático para utilização por outros professores e alunos.

 ISBN: 1981-1047

Quadro 4 – Lista de jogos indicados aplicando os critérios de acessibilidade

Nº	Nome do Jogo	Avaliação
1	Era da Modernidade	Alta Acessibilidade
2	*SimCity Buildlt*	Alta Acessibilidade
3	*War (mobile)*	Alta Acessibilidade
4	Presidente *Simulator Lite*	Alta Acessibilidade
5	*Plague Inc*	Alta Acessibilidade
6	*Among Us*	Média Acessibilidade
7	*Age Of Empires 2*	Média Acessibilidade
8	*Don't Starve*	Média Acessibilidade
9	*Pokemon GO*	Média Acessibilidade
10	*The Sims*	Média Acessibilidade

Organização: Os autores, 2021.

Entendemos que o percurso metodológico apresentado e construído também faz parte dos resultados alcançados. O quadro 4 é a materialização de um trabalho coletivo como citado anteriormente e desenvolvido em torno de 6 meses a partir da leitura, sistematização, construção e proposta metodológica, aplicação metodológica e conquista de resultados. A partir do quadro 4, é possível observar a lista dos jogos avaliados por nós e que possuem uma relação direta com a geografia e que podem ser potencialmente trabalhados dentro e fora da sala de aula.

Por fim, conclui-se que a inserção dos jogos eletrônicos pode ajudar muito no processo pedagógico, pois traz uma maior aproximação e interesse dos alunos com os conteúdos geográficos, podendo suscitar um debate interessante em temáticas como a desigualdade social, violência, além de conceitos geográficos como território, paisagem, espaço, entre outros, instigando a criatividade e coletividade dentro do processo de ensino-aprendizagem entre seus diversos agentes envolvidos.

ISBN: 1981-1047

Referências

BREDA, T. V; PICANÇO J. L. **O uso de jogos no processo de ensino-aprendizagem na geografia escolar**. IN: Encontro de Geógrafos da América Latina, 14., Lima, 2013. Anais, Lima: EGAL, p. 1-19. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf (mec.gov.br). Acesso em 25/01/2021.

BRASIL, Secretaria de Educação Básica. **Orientações curriculares para o Ensino Médio** volume 3. Brasília: Ministério da Educação, 2006. Disponível em: Volume 3.pdf (mec.gov.br). Acesso em 25/01/2021.

BOMFIM, Natanael Reis. A imagem da Geografia e do ensino da Geografia pelos professores das séries iniciais. **Revista Estudos Geográficos**. Rio Claro, junho de 2006, p. 117. Disponível em: <http://cecemca.rc.unesp.br/ojs/index.php/estgeo/article/view/210/176.. Acesso em: 04/01/2021.

BUDAI, Gilberto; CIPOLA, E. S. M.; RÉ, Adilson Luiz. Tecnologia como metodologia de Ensino na Geografia no Ensino Médio. **Revista Científica UNAR**, Araras (SP), n.1, p.14-20, 2018.

CANHOLATO, Camila S.; SILVA, Fernando M. C. da. **O uso dos mapas conceituais no ensino de Geografia mediado pela tecnologia da informação e comunicação**. 2015, p. 12. Monografia apresentada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense**.** Campos dos Goytacazes – RJ. Acesso em 04/01/2021.

EVANGELISTA, A. M.; ARAUJO, T. H; LEAL, J. M. **A Utilização de Jogos Eletrônicos no Ensino da Geografia no Contexto da Tecnologia Educacional**. In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. VITÓRIA-ES. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. A AGB e a Geografia Brasileira no Contexto das Lutas Sociais Frente aos Projetos Hegemônicos., 2014.

GIROTTO, E. D.; SANTOS, D. A. O uso de jogos e filmes no ensino de geografia: um estudo de caso com alunos do 3º ano do ensino médio. **GEOGRAFIA ENSINO & PESQUISA**, v. 21, p. 98-109, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Taxa de analfabetismo no Brasil em 2019.** Disponível em: https://infograficos.gazetadopovo.com.br/educacao/taxa-de-analfabetismo-no-brasil/. Acesso em: 19/01/2021

LACOSTE, Yves. **A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** Papirus, 2005.

 ISBN: 1981-1047

LIMA, Marcos Rodrigues Ornelas de. Lições dos games para pensar a criação de um núcleo de pesquisa no Colégio Pedro II. In: Edite Resede Vieira; Marcia Martins; Marco Santoro; Rogerio Neves. (Org.). **O Novo Velho Colégio Pedro II**. 1ed.Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2017, v. 4, p. 67-83.

LIMA, Marcos Rodrigues Ornelas de. VIDEOGAME E ENSINO: a geografia nos games. **Revista de Geografia do Colégio Pedro II**, v. v.2, p. 79-86, 2015.

MACÊDO, H. C. D.; SILVA, R. D. O.; MELO, J. A. B. D. O uso das TIC'S na aprendizagem de conceitos cartográficos e geográficos no ensino fundamental**. Revista de Ensino de Geografia**, Uberlândia, v.6, n.10, p.88-105, jan./jun. 2015.

MATHERLY, John. Complete guide to Shodan. **Shodan, LLC (2016-02-25)**, v. 1, 2015.

OLIVEIRA, André Jorge. Mapa mostra todos os dispositivos conectados à internet no mundo. **Revista Galileu**, 02 set de 2014. Disponível em: https://revistagalileu.globo.com/Tecnologia/Internet/noticia/2014/09/mapa-mostra-todos-os-dispositivos-conectados-internet-do-mundo.html. Acesso em: 18/01/2021.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA (PNAD). **Pessoas que utilizaram internet em algum momento de 2018.** Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=o-que-e. Acesso em: 19/01/2021.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA (PNAD). **Pessoas que utilizaram internet em 2018**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=o-que-e. Acesso em: 19/01/2021

PEREIRA, F. L. F. O ENSINO DE GEOGRAFIA E AS NOVAS TECNOLOGIAS: as perspectivas dos jogos eletrônicos como recurso metodológico. **Rev. Bras. Educ. Geog**., Campinas, v. 2, n. 4, p. 173-191, jul./dez., 2012.

SANTOS, M. **A Natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. **Currículo Paulista Ensino Médio**, 2020. Disponível em: CURRÍCULO PAULISTA etapa Ensino Médio.pdf (educacao.sp.gov.br). Acesso em: 19/01/2021.

 ISBN: 1981-1047

EIXO 5

GEOGRAFIAS E IDENTIDADES

ISBN: 1981-1047

CULTURA UNIVERSITÁRIA E EXPERIÊNCIA DE JUVENTUDE DE ESTUDANTES DO SEGUNDO E TERCEIRO ANO DE GEOGRAFIA DA FCT/UNESP - PRESIDENTE PRUDENTE

GT – Geografias e Identidades

João Pedro Turino Silva
jp_turino@hotmail.com
FCT/UNESP-Presidente Prudente

Resumo

A pesquisa tem como foco a cultura universitária que se constitui no curso de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (FCT/UNESP), Presidente Prudente, mais particularmente a experiência que têm dela jovens estudantes do segundo e terceiro anos do curso (inicialmente, antes da pandemia de Covid 19, a ideia era trabalhar com o primeiro e segundo anos), justamente aqueles que estão passando pelo processo de inserção na vida universitária, vindos de trajetórias de vida e com projetos de futuro muito diversos. . As questões principais que orientaram a pesquisa foram: quem são os jovens que chegam ao curso de Geografia da FCT/UNESP e quais eram suas experiências prévias de juventude e que experiências passaram a ter quando ingressam no curso? O que seria a graduação em Geografia da FCT/UNESP enquanto contexto socioespacial e cultural específico, que tornaria esta experiência de juventude singular? Como os estudantes em sua diversidade articulam sua especificidade às experiências como estudantes de Geografia? Para responder estas questões, seguimos um percurso investigativo que articulou estratégias quantitativas e qualitativas de produção de informação. Por um lado, trabalhamos tanto com dados secundários da própria UNESP, quanto com questionários aplicados ao universo dos estudantes, foco da pesquisa. Por outro lado, realizamos uma pesquisa qualitativa, com grupos focais e entrevistas. Como resultado, conseguimos traçar um perfil dos estudantes do 2° e 3° ano do curso de Geografia e analisar suas diversas trajetórias; constatamos assim, uma cultura universitária própria do curso de Geografia.

Palavras-chave: Cultura Universitária, Estudantes de Geografia, Juventudes, UNESP- Presidente Prudente

Introdução

Esse texto é resultado de uma pesquisa amparada pela FAPESP (iniciação científica) que se tornou monografia para a conclusão do curso de bacharel em Geografia. A pesquisa, estava interessada inicialmente no processo de adaptação dos estudantes do 1° e 2° ano de curso. A pandemia exigiu que o foco fosse para o 2° e 3° ano de curso, pois os calouros de 2020 não tiveram uma vivência universitária considerável. Frente a esses desafios, passamos a nos interessar por esses 2 anos que tiveram uma experiência de juventude mais integrada

 ISBN: 1981-1047

na universidade e a sua cultura. A singularidade da Geografia perante os outros cursos e sua pluralidade interna me instigaram a buscar informações quantitativas e qualitativas das pessoas que compõem a graduação, em especial o segundo e o terceiro ano, que se apresentam como anos de adaptação e transição, além de vermos nesses anos os maiores números de evasão.

O registro de atividades e identidades criadas também me motivaram na busca de um conhecimento mais aprofundado do que as meras especulações que explicavam os estereótipos, dilemas e tradições do curso – ainda que estas possam ser entendidas como imagens que circulam e fazem apelos aos estudantes ingressantes. Vale também pontuar que o curso de Geografia tem certa tradição na FCT/UNESP, no bairro que circunda a universidade e na própria cidade, já formando estudantes há mais de 60 anos. Com o recorte temático no campo da Geografia das Juventudes, escolhemos trabalhar especificamente a questão da cultura universitária dos estudantes do segundo e terceiro ano de Geografia, da Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", UNESP Campus de Presidente Prudente (como já dito). Este universo de pesquisa é atualmente constituído por cerca de 110 pessoas, divididas em duas turmas, 69 pessoas no 2° ano e 41 pessoas no 3° ano.

Além disso, este universo é internamente diversificado, visto que os estudantes se diferenciam em inúmeros pontos, desde suas cidades de origem, passando pelos locais atuais de residência, formas de relacionamento com o curso e com a vida universitária em geral, aos estilos musicais e locais de convivência, bem como a questões ligadas ao gênero, renda e cor da pele. Essa pesquisa teve como objetivos específicos os seguintes: (a)Conhecer o perfil dos/as estudantes do segundo e terceiro ano de Geografia, seus percursos até o curso da FCT/UNESP, bem como suas experiências prévias de juventude; (b) Identificar os espaços e práticas de interação social, os percursos e rotinas dos estudantes, para conhecer suas formas de socialização e os tempos, espaços e práticas de sociabilidade informais, feitos de estudantes para estudantes; e (c) Conhecer os processos de socialização nos espaços mais institucionais extraclasse e como nestes contextos de interação participam da constituição da cultura universitária e da instituição da identidade dos estudantes ingressantes com o curso.

 ISBN: 1981-1047

Desenvolvimento e Contextualização

Antes de focarmos no nosso objeto de estudo, vale a pena resgatarmos o texto de Oliveira (2012), que nos traz, de forma sucinta, a trajetória do curso de Geografia no Brasil. Segundo a autora, até o século XIX, a Geografia não era uma disciplina específica nas escolas de cunho jesuíta, até que em 1926 é criada a escola superior de Geografia. Nas décadas seguintes, um movimento chamado "escolanovismo", liderado por Anísio Teixeira, teve impacto no pensamento geográfico. Tal movimento buscava uma escola que conversasse com os interesses do projeto de identidade nacional e a construção de uma nação ainda pouco integrada e planejada pelos próprios meios. A escola da Universidade de São Paulo (USP) com forte influência francesa, vai trazer as ideias de Vidal de La Blache (geógrafo dos mais proeminentes da Escola Francesa de Geografia) para a formação dos professores de Geografia. A relação homem-natureza é tomada com o objeto de estudo no início do pensamento geográfico nacional, tendo como foco os estudos regionais.

A partir dos anos de 1950, as tecnologias de mapeamento e orientação espacial se revelaram pertinentes e revolucionárias, impactando também o pensamento geográfico, que ficou mais técnico e menos preocupado com a formação pedagógica dos professores.

Nas décadas seguintes, houve um aumento de escolas particulares Brasil afora, e a Associação de Geógrafos Brasileiros(AGB) surge, se posicionando de forma crítica à privatização do ensino. Ela sofre também com a ditadura militar, pois sempre foi uma resistência à redução de carga horária das ciências humanas nas escolas, redução dos salários dos professores e censura e perseguição aos mesmos.

A década de 1990, com a recém redemocratização, nos trouxe a "ditadura do mercado" e as escolas desde então precisam ter professores versáteis, numa lógica competitiva e produtivista. Vale a pena apreendermos esse histórico, pois uma das grandes reclamações e descontentamentos que vimos por parte dos estudantes foi a cultura "academicista" (palavras colocadas pelos próprios estudantes), que muitas vezes deixa de lado a preocupação com a formação para o ensino nas escolas e foca apenas na pós-graduação; mas vamos ainda explorar melhor esse tema.

Ainda no âmbito de compreendermos a universidade no contexto nacional, segundo Neves e Martins (2016), a universidade antes de tudo, diferenciando-a de centro

 ISBN: 1981-1047

universitário ou instituto, é caracterizada por ter autonomia didática administrativa e financeira e por ter presente um número expressivo de mestres e doutores, voltados para o ensino, a pesquisa e a extensão.

Ristof (2014) afirma que, de 1991 a 2012, houve um crescimento de 171% das instituições de ensino superior, com um salto correspondente no número de matrículas que, no período, passou de um pouco mais de 1,5 milhão para mais de 7 milhões, o que indica a existência de uma enorme demanda represada.

Segundo Neves e Martins (2016), a universidade pública no Brasil não deu conta de oferecer vagas suficientes à demanda (demonstrada acima), demanda essa que foi respondida pelas as universidades particulares, com incentivos fiscais e programas do governo (principalmente nos Governos dos presidentes Lula e Dilma), que hoje têm mais estudantes que as públicas. Porém, apesar da graduação ser mais "privada", os cursos de pós-graduação estão mais presentes nas universidades públicas, apesar da recente vinda de cursos de *Master in Business Administration* (MBA´s) do exterior ao país.

Vasconcelos (2016), baseado em dados do Censo de 2010, afirmou que as universidades particulares correspondiam a 70% das matrículas no ensino superior, e que da população total de jovens no Brasil entre 18 e 24 anos (24 milhões de pessoas), apenas 19% ingressaram na graduação.

Assim percebemos que os estudantes da FCT/UNESP podem ser considerados privilegiados, tanto por terem acessado a educação superior, quanto por estarem em uma universidade pública, já que esta não é a realidade nem da maioria dos jovens entre 18 e 24 anos do país, nem daqueles que chegam à universidade. Desta forma, o recorte temático escolhido por nós não pode servir de base para analisar a cultura universitária da juventude brasileira como um todo, pois não daria conta de responder situações completamente diversas das analisadas nesta pesquisa. Para nos situarmos espacialmente, colocamos uma figura que mostra a localização da universidade no contexto da cidade de Presidente Prudente.

ISBN: 1981-1047

Figura 1-Unesp – P. Prudente – imagem de satélite-22°1' Sul,51°4' Oeste.

Fonte: Qgis,Google Satélite 2021.

A figura acima nos traz importantes informações, principalmente das dimensões do campus e sua proximidade com locais de encontro pontuados pelos estudantes que colaboraram conosco nessa pesquisa. Os dois círculos vermelhos indicam as duas grandes áreas do campus, que tem sua área Norte (círculo de cima) próxima ao Prudenshopping, o Habib´s e ao Parque do Povo, enquanto o segundo círculo, mais abaixo, representando a área Sul do campus e tem proximidade maior com o Sesc Thermas, o Bar do Makoto, entre outros. Os locais citados revelaram importantes conteúdos do ciclo de encontros dos estudantes do curso de Geografia, que têm o campus e suas moradias (normalmente repúblicas próximas ao campus) como referência.

A FCT/UNESP tem 10 departamentos, oferecendo 12 cursos, são eles: Química, Física, Matemática, Pedagogia, Fisioterapia, Estatística, Engenharia Cartográfica e Agrimensura, Engenharia Ambiental, Educação Física, Ciência da Computação, Arquitetura e Urbanismo e Geografia.

Segundo Lima e Ribeiro (2013), a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente foi criada pela Lei 4.131, de 17/09/1957, no governo do Doutor Jânio

 ISBN: 1981-1047

Quadros, na qualidade de Instituto Isolado de Ensino Superior. Vale pontuar, que o Oeste paulista nessa situação não tinha centros de ensino superior, apesar de Presidente Prudente já ser um importante centro econômico-administrativo. Segundo UNESP (2016), a faculdade foi autorizada a funcionar através do Decreto Federal 45.755, de 13/04/1959, com os Cursos de Geografia e Pedagogia, tendo seu início no dia 03/05/1959.

Através do Decreto 191, de 30/01/1970, a Faculdade, juntamente com outros 14 Institutos Isolados do Ensino Superior, foi transformada em Autarquia de Regime Especial. Em 30 de janeiro de 1976, através da Lei 952, foi criada a Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" e, a partir daí, esta Unidade recebeu a denominação de Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais - IPEA. Nesta passagem, foram extintos alguns cursos, mas mantido o curso de Geografia. O departamento de Geografia, como mencionado antes, foi pioneiro na universidade, sendo instalado em 1959, e sua primeira turma de doutorado foi aberta em 1997. Hoje o departamento conta com 22 docentes, sendo um mestre e 21 doutores.

Diante desse panorama apresentado, vale também a pena identificarmos o modelo de campus da FCT/Unesp. Podemos inferir, que o campus em análise, segue o modelo de campus das universidades norte americanas. Buffa e Pinto (2016) colocam que em contrapartida ao claustro das universidades europeias, o território universitário norte americano foi sendo firmado em sítios e não apenas em prédios. Há espaços verdes e uma paisagem mais associada ao ambiente rural. O lugar de destaque das universidades norte-americanas são as bibliotecas e não mais as igrejas, como nas universidades antigas da Europa. O modelo do nosso campus, não distante da realidade dos outros campus universitários nacionais, é criticado por Buffa e Pinto (2016, p.829).

> A crítica, já mencionada neste texto, feita por Hottin aos campus de algumas grandes escolas francesas parece mais pertinente aos congêneres brasileiros que, igualmente, sem as instalações e equipamentos fundamentais dos norte- americanos, acabam sendo um território fechado, quase nunca autossuficiente, mas que volta as costas para a cidade próxima.

A segregação, causada pelo modelo de campus, é a maior crítica feita a essa

 ISBN: 1981-1047

arquitetura. Segregação essa que se faz entre a academia e o povo, entre os cursos e entre a reitoria e os estudantes.

Lugar e Território

Através da influência da Geografia Cultural, Humanista e Urbana, buscamos conceitos da Geografia que suprissem a nossa necessidade de falar da universidade, como um espaço não só palco de tudo que acontece, mas também parte da experiência de juventude e da cultura universitária. Dessa forma, os conceitos geográficos que se somariam à nossa discussão seriam lugar e território, ambos exprimem, nas definições encontradas por nós, significados pertinentes para pensar as culturas juvenis, os encontros, as sociabilidades e formas de convivência entre os jovens universitários estudantes do curso de Geografia.

Massey (1991) traz um conceito de lugar interessante, aquele onde há a interação, a troca, a reunião. Para a autora "trata- se na verdade, de um lugar de *encontro*" (1991, p.184); um encontro de múltiplas trajetórias em processo, que se iniciaram em outros contextos e escalas, mas que vão se encontrar no aqui/agora do lugar.

Compreendemos a universidade muitas vezes como esse lugar, que está em processo de transformação, que se faz diferente a cada momento, é mutável, (des)construído pelos inúmeros encontros entre os estudantes que fazem do espaço universitário parte de quem são, que o fazem lugar. Esse encontro é na maioria das vezes um encontro de trajetórias muitíssimo diferentes, origens diversas que no espaço universitário trazem suas experiências, recordando Turra Neto (2015), tão plurais e aleatórias. Trajetórias de vida que se ligam às trajetórias institucionais e mesmo à trajetória da Geografia Brasileira, feita em alguma medida na graduação e na pós graduação da FCT. Tudo isto se encontra no aqui/agora do lugar e o constitui na sua complexidade.

Vale também lembrar, que a universidade em uma perspectiva de lugar definido por Massey (1991), se mistura com o que não é institucional, com os seus arredores, com o cotidiano da cidade como um todo, cujo movimento a afeta e a constitui. Seja os cotidianos dos estudantes do curso de Geografia, suas formas de mobilidade na cidade, ou interurbana, já que muitos vêm diariamente das as cidades vizinhas cursar Geografia, como abordado por Freitas e Braga (2013), seja o cotidiano da própria vida universitária, nas aulas, nas refeições

 ISBN: 1981-1047

do RU, nos grupos de pesquisa e biblioteca, nas praças e caminhos do campus.

Porém, a universidade também se faz território. Turra Neto (2000) ao fazer um resgate de várias definições de território, em busca de elaborar um conceito que lhe permitisse abordar as culturas juvenis urbanas, argumenta que os territórios são uma construção social sobre determinado espaço que envolve uma apropriação simbólica e concreta. Definição próxima a de Haesbaert (2004, p. 23) para quem o território também guarda essa dualidade.

> [...] todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de funções quanto na produção de significados.

Logo, ainda nos baseando em Haesbaert (2004), entendemos o território funcional enquanto processo de dominação, quando há o princípio da exclusividade (unifuncional) e o território como recurso e valor de troca; o território se faz simbólico quando há o processo de apropriação, o princípio da múltipla territorialidade/identidade e a existência do território como símbolo (abrigo e lar). Assim, um mesmo espaço concreto pode ser ao mesmo tempo funcional e simbólico, em formas de apropriação e dominação que se chocam e se combinam.

A universidade é, sem dúvida, um território de exercício do poder institucional, das regras e normas que regem a vida universitária e estabelecem como tudo deve funcionar. Mas é também um espaço apropriado pelos estudantes, no fluir da sua experiência enquanto jovens universitários. Para muitos, o centro de sua vida social e da sua experiência juvenil. É assim, que neste encontro há sempre tensões, entre uma concepção de espaço universitário e uma vivência de espaço universitário, que negociam permanentemente, fazendo do campus um território contestado. Os jovens universitários ressignificam os espaços dos grupos, da biblioteca, das praças, ao espaço do diretório acadêmico.

Por outro lado, e pensando que a vida universitária não se limita à universidade ou ao espaço físico do campus, mas extrapola para a cidade, o território enquanto símbolo traz contribuições ao nosso debate acerca dos jovens estudantes universitários, o pertencimento presente nos discursos de quem faz parte de uma república, os espaços de sociabilidade no

 ISBN: 1981-1047

bar, nos parques, e mesmo no shopping, indicam que a territorialidade da cultura universitária é mais difusa, embora que quando levado em conta os ambientes mais frequentados pelos estudantes que têm sua origem fora de Presidente Prudente se revela circunscrita a certo quadrante da cidade, enquanto os que sempre moraram aqui apresentam outros circuitos. De todo modo, também aí ocorrem disputas e ressignificações de espaços, quando apropriados por jovens universitários, Santos (2014, p. 24) propõe, "A universidade é um território onde (a)os estudantes experimentam transformações de habitus...".

Na sua busca por um conceito de território, Turra Neto (2000) aborda as culturas juvenis, em meio a uma cidade cada vez mais fragmentada e "privada", em que emergem agrupamentos juvenis organizados em rede, que compartilham de símbolos, vivências, costumes e práticas e que demandam espaços de encontro, socialização e manifestação. Quando nos voltamos aos relatos oferecidos pelos entrevistados e questionados ao longo da pesquisa, percebemos que também na universidade cada vez mais pressionada a servir a uma lógica mercadológica e capitalista, como Chauí (2003) nos coloca; surgem práticas de ressignificação do espaço e do cotidiano do campus, como um simples piquenique de despedida aos estudantes prestes a desistir do curso, como relatado por uma das estudantes, aos movimentos de cunho político do curso, como as resistências a um ensino remoto precário e às pressas, no contexto da pandemia de Covid-19.

Assim, o curso de Geografia da FCT/UNESP, que apesar de ser um curso pouco elitizado, se faz território de poucos, às vezes se mostra disputado, quando notamos as tantas desistências presentes no curso, aqueles que não se territorializaram, a militância protagonista no discurso dos estudantes e as exigências que a universidade como um todo faz.

Eis um desafio ao curso de Geografia da nossa universidade: ser menos um território de dominação e exclusão, e mais um território que propõe o encontro e se faz simbólico e um importante recurso na vida de um número maior de pessoas; mesmo que isso signifique ir na contramão da tendência, apontada por Chauí (2003), da competitividade já tão presente nas universidades brasileiras, decorrente da onda neoliberal.

ISBN: 1981-1047

Metodologia

A pesquisa, como todas as outras, iniciou-se com um levantamento bibliográfico, ainda que este já estivesse em andamento antes mesmo da aprovação do projeto pela Fapesp.

No levantamento bibliográfico, levamos em consideração as contribuições de Silva, Silva e Junckes (2009), que propõem uma busca de leituras relacionadas a um tema já estabelecido, ou seja, antes de qualquer levantamento, há a necessidade de definir um problema de pesquisa (os objetivos da pesquisa), a cautela com a escolha de textos e a atenção para evitar a leitura de textos que não contribuem com a pesquisa (valorização de tempo de leitura), estiveram presentes também em nosso levantamento. Os autores apresentam o termo "vigilância epistemológica" que seria a atenção para com as referências usadas, a busca por embasamento em tudo que é dito, comprovação por meio de dados e fatos e a disciplina dentro dos termos estabelecidos pela academia.

O período de leitura e fichamento se deu em todos os meses dessa pesquisa (Junho de 2020 a Fevereiro de 2021). Nos primeiros meses da pesquisa, trabalhamos tanto no levantamento de dados junto aos setores acadêmicos da FCT/UNESP, quanto na produção de dados primários. No primeiro caso, buscamos conhecer o perfil dos estudantes do 2° e 3° ano do curso de Geografia, como forma de termos um panorama inicial do tipo de público atendido pela nossa pesquisa, solicitamos os dados de: escola em que estudaram, cor de pele, cidades de origem, justificativas de desistência (para entender um pouco dos motivos da evasão do curso, o que é uma preocupação do Conselho de Geografia) e se ingressos por meio de cotas ou não.

Depois do devido levantamento e tratamento dos dados, realizamos a aplicação de um questionário aos estudantes do 2° e 3° anos. O questionário foi via web, enviado pelo e-mail institucional da universidade, mas também foi enviado o link em grupos de *whatsapp*. Segundo Chagas (2000), o questionário é um conjunto de questões, feito para gerar dados necessários para os objetivos da pesquisa, criando uma relação entre o problema de pesquisa, seus objetos, a população a ser pesquisada e os métodos de análise escolhidos.

Também realizamos dois grupos focais para a produção de dados de outra natureza, na pesquisa. Segundo Cruz Neto, Moreira e Sucena (2002), os grupos focais são grupos de

 ISBN: 1981-1047

discussão informal de tamanho reduzido, com o objetivo de obter informações qualitativas sobre o tema pesquisado. Seu objetivo é produzir uma fala em debate, por isso, é diferente de entrevista de grupo ou de entrevistas em geral. Sua execução é mais complexa do que as metodologias anteriores, pois exige apoio de colaboradores, visto que para sua realização, deve contar com um mediador, um relator, um observador e um operador de gravação. Funções que podem ser desempenhadas por pelo menos duas pessoas. O roteiro do grupo focal deve trazer um número bastante reduzido de perguntas que estimulem o debate, porque o objetivo não é que os membros do grupo respondam perguntas ao mediador, mas que debatam entre si a partir de questões que são gerais e comuns.

Diante da inédita situação vivida por nós nesse momento, a metodologia foi adaptada para a interação à distância, por meio da ferramenta *google meeting*, por meio de vídeo chamada gravada. Vale reforçarmos aqui a distinção entre a entrevista e o grupo focal, o primeiro apresenta dados singulares e personalizados, enquanto o segundo amplia as ideias, contradições, (des)acordos e opiniões, de estudantes jovens que compartilham de muitas experiencias e da própria cultura universitária.

O primeiro grupo focal foi realizado e gravado no final de 2020 e durou uma hora e cinquenta e três minutos, a transcrição foi feita com base em Gatti (2005), que recomenda que para o exame das informações com o grupo focal, sejam retomados os objetivos da pesquisa, assim fazendo uma análise guiada pelas premissas e fundamentos da nossa busca por respostas, a transcrição deve ser feita de forma cautelosa, levando em conta o comportamento, reações e consensos ou contradições que o grupo teve sobre os diversos temas.

Esse grupo foi constituído por 6 estudantes, 3 do segundo ano e 3 do terceiro, tendo eu como mediador, todos do grupo expressaram suas ideias acerca das provocações e contribuíram para a nossa pesquisa. A busca pelos estudantes foi tentar encontrar diversas posições socioeconômicas, de gênero e cidades de origem, podendo assim abranger as várias trajetórias pessoais presentes no curso de Geografia.

O segundo grupo focal foi realizado e gravado em Janeiro de 2021 e durou um pouco mais de uma hora, a transcrição também feita com base em Gatti (2005), apenas 5 dos 6 convidados compareceram ao grupo focal, com 2 integrantes do terceiro ano e 3 integrantes

 ISBN: 1981-1047

do segundo ano, eu também mediei esse grupo focal, que seguiu o mesmo roteiro, mas teve menos falas que o primeiro, por isso, o tempo também mais curto. As trajetórias apresentadas durante o grupo focal também se mostraram diversificadas.

As entrevistas, foram orientadas segundo os critérios apresentados por Colognese e Mélo (1998), que indicam uma série de cuidados para que esta "conversa interessada" seja mais eficiente, ainda que reconheçam que não é possível evitar todos os ruídos de comunicação. Trabalhamos com o roteiro específico e com entrevistas semi-estruturadas, também segundo as definições destes autores e assim fizemos a transcrição das 4 entrevistas realizadas.

Usando todas essas metodologias, referenciadas nas obras acima citadas, tivemos acesso a muitos dados e informações que somados ao arcabouço teórico e nos indicam caminhos para compreender a questão em foco nesta pesquisa.

Cultura Juvenil Universitária

Para compreendermos melhor o objeto de estudo da pesquisa, e os fundamentos teóricos utilizados para a investigação dos estudantes do 2° e 3° ano do curso de Geografia da FCT/Unesp, utilizaremos o título de nossa pesquisa para guiar nossa reflexão.

A cultura universitária aqui explorada deve ser antes fundamentada nas referências tidas durante a pesquisa acerca do tema: culturas juvenis.

Pais (1993) define juventude como uma fase de vida, socialmente construída, sendo uma fase de transição e descoberta, porém, plural e diversificada. Vale também pontuar que o autor define a “cultura juvenil” como a cultura praticada por grupos juvenis, em espaços e tempo próprios, em que estão “fazendo nada juntos”, ou seja, em tempos e espaços dos quais os adultos, que representariam alguma autoridade, estão ausentes. A definição de “cultura juvenil” está ligada ao cotidiano e ao tempo livre, um tempo de maior autonomia dos jovens. Ainda acerca do termo “cultura juvenil” vale salientar a colocação de Menegon (2016, p.46):

 ISBN: 1981-1047

> […] a Sociologia da Juventude opta pelo termo Culturas Juvenis, pois, além da amplitude de significados que pode lhe ser atribuída, o termo no plural é ainda mais pertinente. Não há limites quando se estuda culturas, há um campo infinito prestes a ser desvelado, seja ele na área da Sociologia da Juventude ou em qualquer outra.

O autor nos traz a mesma ideia de Pais (1993), inclusive cita o mesmo em seu texto, mostrando o porquê da palavra cultura(s), e isto está ligado a sua amplitude e seus plurais valores que a juventude adquire através de seu cotidiano e sua vivência, ou seja, as culturas juvenis abrangeriam manifestações culturais e coletivas que talvez outros termos não o fariam. Logo, a cultura juvenil seria um processo de socialização do jovem entre jovens, e o que ele interioriza/exterioriza diante das suas relações e vivências nos seus grupos de pares, todas cheias de símbolos e valores.

Fortalecendo a ideia de cultura juvenil como processo, Dayrell (2001) afirma que esta seria construída pelas condições concretas de vida de cada jovem, mas com um enfoque especial para a sua origem social, origem essa que, na compreensão do autor, pode limitar ou expandir a vivência e sociabilidade do jovem, além de ser um fator determinante daqueles que compartilharão espaço com o jovem.

Ainda acerca do tema, trazemos mais uma definição de cultura juvenil, desta vez com Feixa (1999, p. 84), para quem:

> Em um sentido amplo, as culturas juvenis se referem à maneira em que as experiências sociais dos jovens são expressas coletivamente mediante a construção e estilos de vida distintos, localizados fundamentalmente, no tempo livre, ou em espaços intersticiais da vida institucional.(tradução nossa)

A partir dessa outra definição de cultura juvenil, percebemos a importância do tempo livre para a construção dessa cultura, já pontuado por Pais (1993). Por isso, conhecer o jovem apenas em seu período de aulas e obrigações curriculares é uma compreensão limitada do que é a experiência juvenil em questão. As formas como vivem seu tempo livre nos dizem muito sobre essa cultura juvenil que buscamos investigar nos

 ISBN: 1981-1047

estudantes do 2° e 3° anos, pois revelam processos de socialização de jovens entre jovens.

Além disso, para Pais (1993), as culturas juvenis possuem uma dimensão espacial inegável. As culturas juvenis, cheias de significados, apropriam-se de determinados espaços, transformando-os em espaços de encontro, de sociabilidade, há a ressignificação dos espaços e isto é nítido também na universidade, pelo que já conseguimos identificar entre os estudantes de Geografia.

A partir desse entendimento sobre cultura juvenil, inicialmente, tomaremos a cultura universitária como uma manifestação de cultura juvenil, praticada por jovens que têm entre seus pares da universidade um espaço-tempo privilegiado de sociabilidade e socialização que nos permite demarcar uma diferença em relação a outras culturas juvenis elaboradas em outros contextos de interação social.

Ou seja, é possível identificar na universidade a constituição de uma experiência de juventude bastante particular, que a diferencia de outros contextos.

Contudo, a cultura universitária dos estudantes de Geografia é mais ampla que a cultura juvenil, pois a abarca e a vê na sua relação com a dimensão da experiência enquanto estudante do curso, nos espaços e tempos institucionais, nas relações de ensino e aprendizagem. A cultura universitária, portanto, se constrói na ambiguidade entre o jovem e o aluno.

Estudando jovens do ensino médio, Severo (2015) afirma que há uma tensão e contradição vivida pelo mesmo sujeitos, na sua dupla identidade de aluno e jovem. Enquanto aluno, o jovem muitas vezes precisa deixar de ser o que é, para ficar quieto, obediente e em posição de submissão. Enquanto jovem, é no recreio que se pode ser menos maquinizado e mais humano, mais si mesmo, pode conversar, mexer no celular e praticar outras atividades com seus pares.

Nesse sentido, encontramos semelhanças entre o que estamos entendendo por cultura universitária e a cultura escolar, pois ambas trazem esta tensão vivida pelos sujeitos, a de estudantes e a de jovem. Enquanto a cultura universitária é vivida englobando as práticas de um cotidiano marcado pelo estudo, trabalho, pesquisa, a

 ISBN: 1981-1047

cultura juvenil praticada por jovens entre jovens, no tempo livre, cuja agregação, muitas vezes, tem forte relação com este espaço institucional, se dá também para além dele, estendendo-se pela cidade.

Também é importante considerar que dentro da própria universidade, as culturas juvenis também podem variar, visto que os jovens e as jovens que ali se encontram vivenciaram antes disso diferentes processos de socialização entre jovens em diferentes contextos socioespaciais, de modo que sua inserção na cultura universitária e na cultura juvenil que lhe é tributária traz também estas marcas. Os estudantes do 2° e 3° anos lidam com uma cultura universitária preexistente ao seu ingresso na universidade, ao passo que também contribuem para sua permanente transformação, tensionando-a com a cultura juvenil própria de seu tempo e de sua geração.

Feixa (2003, p. 136) afirma que "entre os jovens e o ecossistema suburbano produz-se uma profunda simbiose."(2003, p.136). Ora, entre a universidade e os jovens também há essa simbiose, ela faz parte dos seus dias e os jovens fazem da universidade seu território e lugar.

Como afirma Malta (2011, p.3), através da cultura universitária, os espaços públicos (a própria universidade) são constituídos, e assim são diversos os caminhos que essa manifestação se faz presente nos espaços urbanos:

> Dentre as diferentes culturas urbanas, poucos estudos têm focado no modo como a cultura universitária constitui espaços públicos. Diversas são as formas como esta configuração complexa de práticas rituais, formais e festivas, acompanhada de uma constelação de imagens, de objetos e de mitos, confere ostensivamente à Universidade os sinais de uma singularidade reivindicada e de uma exemplaridade muito pouco estudada (FRIAS, 2003, p. 81). A vida universitária registra recursos de ampla publicização das identidades urbanas. São manifestações de diversas ordens que articulam universidades e cidades: os movimentos estudantis politizados; as práticas sociais e culturais com o teatro, a arte, a música, o esporte, as intervenções urbanas; os estilos de vida, hábitos e espaços de consumo. São diversos os modos de vida estudantis e as maneiras como constituem lugares de sociabilidade pública.

Assim, compreender essa cultura universitária é também compreender a própria

 ISBN: 1981-1047

universidade, enquanto um espaço de vida pública, em que esta cultura ganha possibilidade de existir.

Dessa forma, entendemos que a FCT/UNESP, como qualquer universidade, constitui-se enquanto espaço não só de estudo, mas de convivência, cultura, sociabilidade, lazer e experiências de juventude(s).

Não podemos também deixar de lado o valor do cotidiano para que isso tudo aconteça. É pertinente que compreendamos que é no cotidiano e nas práticas rotineiras que a cultura se revela. Feixa (2003, p. 126) afirma que "O conceito de vida cotidiana faz referência ao conjunto de relações sociais e práticas culturais, normalmente de caráter informal, que organizam e dão sentido às rotinas diárias de indivíduos e grupos."

Compreendendo o significado do cotidiano, percebemos que a universidade como parte do cotidiano desses jovens se torna um espaço repleto de relações sociais e práticas culturais. Mais adiante Feixa (2003, p. 126) afirma que, "[...] o cotidiano pode ver-se como um lugar de conflito entre cultura dominante e cultura subalternas, um espaço de negociação e resistência que frequentemente se expressa através do simbolismo e do ritual."

Após essa reflexão acerca do tema em discussão, trataremos de elementos que em nossa investigação se revelaram muito presentes na cultura universitária do curso de Geografia. Os temas tratados serão: política, cultura "academicista", relação professor e estudante e evasão.

Quando questionados, seja nas entrevistas ou nos grupos focais, acerca da cultura universitária dos estudantes de Geografia, houve o destaque para o caráter político do curso, sendo um elemento que o diferenciava diante dos outros cursos da unidade. Como aparece na fala abaixo.

"...a militância da Geografia é muito forte, não do curso, mas das pessoas que frequentam esse curso, mais voltado, tipo, pra uma consciência mesmo; acho que essa é a parte que mais me marca na diferença entre os outros cursos." (Aluna do 2° ano, branca)

Turra Neto (2015) vai nos dizer o quão político podem ser as culturas juvenis, assim parecem ser também os jovens do curso de Geografia, que chegam a falar que se a Geografia

 ISBN: 1981-1047

não faz presença nos movimentos, chega a ser chocante, como foi consenso no primeiro grupo focal.

"...a Geografia representando principalmente no movimento estudantil, atos de paralisação, tipo chega a ser um choque se a Geografia não estiver presente." (Grupo Focal 1)

O primeiro grupo focal, em unanimidade, concordou com a existência de uma cultura universitária no curso de Geografia. Elucidaram outros elementos dessa cultura universitária, que conversa muito com os outros cursos, nos coletivos e grupos, mas que tem suas particularidades, mas se trata de uma cultura que conversa muito com os outros cursos, que integra.

O segundo grupo focal também abordou a questão da militância e da crítica presente no discurso dos estudantes, sempre preocupados com a questão social, mas houve parte dos estudantes que não consideram que o curso, nem a FCT/UNESP de Presidente Prudente, tivesse uma cultura universitária própria, mas sim uma cultura academicista.

Exatamente usando essas palavras, um dos estudantes do segundo grupo focal disse não enxergar uma cultura universitária na FCT/UNESP e sim uma "cultura academicista", pois afirmou que a graduação é praticamente um curso preparatório para o mestrado.

Em concordância com ele (nenhum estudante contrariou veemente essa posição, a maioria dos comentários foram endossando o ponto), e em tom de crítica, outra estudante, integrante ao grupo focal se posicionou:

"Olha eu também não acredito que haja uma cultura Universitária da Unesp, concordo com o que o C acabou de dizer da questão que são completamente academicista… se é muito academicista principalmente na questão de colocar mais mestrado e doutorado, aí a galera sai da licenciatura entra numa sala de aula achando que tá dando aula em universidades e tá fora da universidade, o que me chocou muito na Geografia foi essa questão de não enxergarem o que tem fora da Universidade. São poucas pessoas que se preocupam com o que tem fora da universidade e é só isso." (Grupo Focal 2)*

Essa crítica a uma formação voltada a uma carreira acadêmica, foi também abordada no primeiro grupo foc por dois estudantes, mas não gerou engajamento e concordância como no caso acima.

ISBN: 1981-1047

No primeiro grupo focal, quando falando do lado negativo da cultura universitária da Geografia, a hipocrisia foi um dos tópicos mais falados, como se a Geografia não reconhecesse seus próprios defeitos, privilégios e erros. Na fala abaixo, o estudante critica a postura de alguns professores, que na aula apresentam um repertório teórico de luta e consciência, mas não o fazem na prática.

"...a questão que eu acho que tipo pessoas ficam muito no lado científico eu vejo muito professor falando com uma linda perfeita disso daquilo é quando a gente vê na prática ele é contrário né" (Grupo Focal 1)

Apesar de muitos estudantes citarem situações de impaciência e incompreensão por parte dos professores com os estudantes, a maioria dos estudantes considera a relação que estabelecem com os professores diferente da observada nos outros cursos, tendo sido recorrente o reconhecimento do auxílio de diversos professores na adaptação nos primeiros anos de curso, e o bom acolhimento nos grupos de pesquisa. A relação entre os estudantes e professores parece ser mais de amizade do que de disputa. Para Bueno (1993), a boa relação entre docentes e estudantes é fundamental na adaptação dos segundos à vida universitária.

O primeiro grupo focal fez poucas críticas aos professores, apenas pontualmente, em assuntos como saúde mental e ensino remoto, enquanto que nas entrevistas tivemos diversas opiniões, elogios, críticas e mágoas.

Em uma das entrevistas, a estudante iniciou a conversa criticando a postura de uma professora, ao passo que elogiou muito sua orientadora, como abaixo transcrito.

"...a N que maravilhosa como orientadora, ela dá todo o suporte necessário te ajuda de diversas maneiras, assim a N* é uma mãezona, também eu tive muita sorte de fazer projeto de pesquisa com ela e enfim, estou tentando aproveitar bem né, até esse EAD chegar e a pandemia destruir tudo..." (Aluna do 2° ano, branca)*

No segundo grupo focal, a mesma estudante que relatou ter embates com determinados professores, relatou estar fazendo pela segunda vez uma matéria por conta da professora, nesse momento outros estudantes reforçaram elogios a vários professores.

 ISBN: 1981-1047

"...a R Então, nem fala, maravilhosíssima; tô fazendo psicologia da educação pela segunda vez por causa dela, né" (Grupo Focal 2)*

Nessa relação, como dito por Martins e Carrano (2011), o jovem deve ser entendido não como problema, mas como sujeito que tem voz, opinião e não apenas alguém imaturo ou despreparado, assim como também colocado por Freire (1980), em uma educação libertadora há ganhos de conhecimento tanto para os estudantes, quanto para os professores.

Muitas vezes, há esse reconhecimento mútuo, outras vezes não, mas podemos perceber que apesar de tudo, a boa relação entre os estudantes e professores no curso de Geografia a diferencia e constitui também sua cultura.

Um bom exemplo de se citar, é a cautela na transição para o ensino remoto, as reivindicações dos estudantes, os embates com a coordenação, mas também o apoio e cuidado de alguns professores, a própria disposição da coordenação em conversar com os estudantes já revela algo mais amistoso do que o ocorrido nos outros cursos, que começaram sem consenso ou consulta sobre a situação dos estudantes.

A chegada de muitos baseada na "aleatoriedade", como notado nos relatos das inúmeras trajetórias, faz com que a permanência no curso seja vivida como uma permanente justificativa e uma busca constante de algo que possa interessar, para fazer ficar.

Além disso, o fato de ser um curso de licenciatura, num contexto de histórica desvalorização da profissão docente, como posto por Oliveira (2012), também desencoraja o prosseguimento do curso, enquanto que de fato, se revela ser um curso com exigências de leitura bem maiores do que as do ensino médio, como relatado pela maioria dos integrantes do segundo grupo focal e nas entrevistas. Como exemplo, a fala de uma das integrantes do primeiro grupo focal, falando acerca das leituras exigidas pelas disciplinas, posição afirmada por outra estudante muito em sintonia com tais falas:

"...a gente tá entrando agora, muitas vezes saindo de um ensino médio ou reingressando os estudos porque tem muita gente que parou o estudo no ensino médio, daí volta com Universidade então tipo uma falta muito de noção." (Grupo Focal 1)

A desesperança diante de um futuro tão incerto, a angústia por não saber o que

 ISBN: 1981-1047

fazer depois da universidade, como colocado por Coutrim e Carioca (2009), também parece impactar os estudantes do curso e causar certa desorientação.

Categorização Dos Objetivos

Para guiar nossa primeira aproximação de resposta aos nossos objetivos, usaremos dos objetivos específicos da pesquisa, para que assim possamos seguir este texto já com certos direcionamentos. O nosso primeiro objetivo foi conhecer o perfil dos/as estudantes do segundo e terceiro anos de Geografia, seus percursos até o curso da FCT/UNESP, bem como suas experiências prévias de juventude. Assim, a partir das informações e dados obtidos nessa pesquisa, já podemos traçar o perfil mais comum dos estudantes de Geografia desses dois anos. São em sua maioria pessoas brancas, oriundas de escolas públicas, que tinham em seus planos outras opções de curso, mas que, por inúmeras razões, encontraram no curso de Geografia uma das opções possíveis, dificilmente o curso de Geografia se mostrou como primeira opção ou um "sonho de vida", nos projetos de futuro dos estudantes.

A relação com o curso desses estudantes é em geral positiva, com aspirações de se exercer a profissão de geógrafo, professor(a) e/ou seguir estudos em pós-graduação. Vale pontuar que o estudante desses anos, em sua maioria, já pensou em desistir do curso, mas permaneceu nele, às vezes, por razões extra acadêmicas. Também é notório que a maior parte tem amizades fora do curso e em outras turmas de diferentes anos da Geografia. Passa boa parte do seu dia na universidade, mora em Presidente Prudente, são em sua maioria (quase totalidade) paulistas, sobretudo, de Presidente Prudente e sua Região Administrativa, ou da Grande São Paulo, ou ainda alguma outra cidade do interior paulista (pouquíssimos estudantes do litoral).

Tendo como segundo objetivo identificar os espaços e práticas de interação social, os percursos e rotinas dos estudantes, para conhecer suas formas de socialização e os tempos, espaços e práticas de sociabilidade informais, podemos identificar certos espaços dentro e fora da universidade em que se promove a sociabilidade que constrói a cultura universitária. Ainda que esta questão seja aprofundada mais adiante, adiantamos que o Prudenshopping, o

 ISBN: 1981-1047

bar, praças e o Parque do Povo (um parque da cidade próximo a universidade), as repúblicas e as festas fazem também parte do circuito das interações entre os estudantes do curso, revelando que esse circuito se mantém próximo/dentro da universidade (com algumas exceções, sobretudo, para os estudantes naturais de Presidente Prudente). Os coletivos e os grupos de pesquisa se revelaram importantes na adaptação, afirmação e integração dos estudantes, que consideram seus respectivos espaços e tempos pertinentes à vivência universitária e experiência de juventude dos mesmos, sendo importantes pontos a serem analisados no próximo objetivo.

Por último, temos como terceiro objetivo específico conhecer os processos de socialização nos espaços mais institucionais extraclasse e como nestes contextos de interação participam da constituição da cultura universitária e da instituição da identidade dos estudantes ingressantes com o curso. Neste objetivo, a universidade é pensada como formadora além da sala de aula e o curso de Geografia enquanto construção dos coletivos, grupos de pesquisa, moradia, tradições, festas, eventos e encontros. Esses processos de socialização parecem ser marcantes para todos estudantes do segundo e terceiro anos, que colocam a vocação política do curso, aplicada também e principalmente, fora da sala de aula, como importante elemento na formação da cultura universitária, assim como a sensibilidade com os calouros, diante de um trote que se preocupa com a integridade do estudante que ingressa o curso.

Considerações Finais

Em tom de conclusão e lançando um olhar para o futuro, fechamos nosso texto acerca dos estudantes do 2° e 3° ano do curso de Geografia resgatando alguns elementos importantes, e reafirmando a pertinência do estudo acerca das juventudes, da questão cultural e universitária, para que o coletivo docente reunido no conselho do curso possa ter um conjunto de elementos para reafirmar a contribuição do curso para com a trajetória desses estudantes e pensar nas mudanças necessárias.

Vale lembrar que estudar os estudantes do curso não é olhar para o nosso próprio umbigo, mas ampliar o nosso olhar para todo um universo de estudantes, de diferentes

 ISBN: 1981-1047

classes e origens, que constroem a FCT/UNESP e o curso de Geografia no seu cotidiano, negociando este lugar e constituindo-o naquilo que ele tem de ambíguo e contraditório, mas também de potencialidade, de disruptivo e revolucionário.

Essa pesquisa foi uma experiência engrandecedora. Permitiu uma aproximação de estudantes como eu, que compartilham de muito do que eu já vivi e vivo até os dias de hoje. Logo essa pesquisa não é só uma análise dos estudantes do segundo e terceiro ano de Geografia, mas também da nossa universidade, do nosso departamento, do nosso curso, dos nossos coletivos e grupos de pesquisa e diria até de nós mesmos.

Temas, tão caros aos estudantes de hoje, apareceram, como a necessidade de uma educação pública democrática e com qualidade, a preocupação com a saúde mental e as deficiências do ensino remoto, e claro a pandemia do Covid 19 que impactou tanto a todo(a)s.

Frente a altos números de evasão e outros desafios, temos agora um estudo de mais de nove meses acerca dos estudantes do 2° e 3° ano do curso, podendo assim servir de guia para novas estratégias de integração e adaptação ao ambiente universitário. No anseio de colaborar com essa empreitada rumo a uma universidade mais democrática, preocupada com o estado dos estudantes, e formadora de cidadãos, como Freire (1980) nos propõe, nós colocamos em nosso cronograma de pesquisa(já realizada), uma apresentação sucinta ao conselho do curso de Geografia, como forma de retribuição a tudo que a Geografia me deu.

Ao longo dessa pesquisa, acreditamos que estudar a juventude do campus e do nosso curso é também compreender a universidade em que estamos e também a pensar a universidade que queremos, pois é a juventude que (re)significa e transforma esse espaço, como Malta (2011) nos detalha.

Essa cultura que perpassa trajetórias tão diferentes, desde estudantes que nasceram em assentamentos rurais, até a periferia da Região Metropolitana de São Paulo, jovens oriundos de escolas particulares, colégios internos, escolas públicas e de outros cursos da própria universidade, essa cultura geográfica, que surge nessa busca dos jovens/estudantes de encontrar seu lugar na Geografia singulariza essa experiência de juventude e marca de forma indelével as trajetórias de vida dos sujeitos que aqui se encontraram - sobretudo

 ISBN: 1981-1047

daqueles que aqui permaneceram.

Creio que esse estudo pode dar frutos a outras pesquisas, investigando elementos que não foram aprofundados, ou usando de outra concepção, além das culturas juvenis para se compreender o curso que estamos inseridos.

As juventudes, universitárias ou não, se revelam complexas e plurais, e requerem um olhar atento e afetuoso para que pontes de diálogo possam ser construídas. O curso, a partir dessa pesquisa, pode conhecer melhor estes jovens e disponibilizar uma educação emancipatória e não opressora. Como colocado por Almeida (2004), as juventudes continuam integrando e movimentando as estruturas "adultas" tão institucionalizadas e profissionais. A cultura se faz como resistência integradora e, diante da desesperança imposta pelo neoliberalismo, há a ressignificação do hoje, através das festas, "rolês" e encontros. Em um mundo de crescentes incertezas, a universidade não é mais garantia do amanhã, deve ser também "lugar do hoje".

A cultura universitária do curso de Geografia, tão pluralizada, com dimensões avaliadas das diferentes formas: positivas e negativas, mas de fato, sempre política, tem ainda muito que ser conhecida. A transformação colocada na maioria das falas sobre suas respectivas trajetórias mostra a tradição do curso não de forma oficial e institucional, mas de forma espontânea, na (con)vivência e cotidiano desses estudantes.

Podemos (in)concluir, que na nossa concepção, há uma cultura universitária no curso de Geografia, negada ou classificada de outra forma por parte dos estudantes que colaboraram com essa pesquisa. Mas, diante das informações e dados obtidos ao longo da pesquisa, percebemos vários dos elementos que constituem uma cultura juvenil, presentes no curso de Geografia, como um circuito de "rolês" , incertezas e questões perante o futuro em comum, a resistência que a cultura e práticas dos estudantes apresenta frente à autoridade que se transmuta em autoritarismo e outros inúmeros elementos, como os eventos tradicionais, os locais de encontro e sociabilidade, as pautas de luta e interesses, e aquilo que mais fortalece a cultura juvenil, segundo Pais (1993), o cotidiano e o tempo livre compartilhados entre os estudantes em sua grande maioria jovens.

É importante também pontuar, que a cultura universitária nesta pesquisa, mostrou

 ISBN: 1981-1047

ter características que incluem outros elementos, além do "fazer nada juntos" e do dia a dia; esses estudantes compartilham pautas políticas, pesquisas, obrigações, tarefas e responsabilidades, assuntos esses, não tão tratados pelos autores que abordam o tema das culturas juvenis, que focam mais em questões como lazer, tempo livre e práticas cotidianas(como já ressaltado), mas que surgiu como importante questão ao longo da nossa investigação; dessa forma essa cultura universitária em questão, através de nossa perspectiva é uma cultura juvenil, mas abrange outros fatores que são particulares a realidade de jovens universitários, e mais especificamente do curso de Geografia, trata-se então de uma cultura juvenil universitária, termo que achamos interessante de colocar para classificar essa situação específica de nosso objeto de pesquisa.

Sem dúvida, a cultura universitária do curso de Geografia, tanto dos conteúdos trabalhados na dimensão do ensino, da pesquisa e extensão, quanto aquela que envolve o ócio, os laços, o lazer e tantas outras práticas, em suas tensões e combinações, é um fator importante para construir a identificação ou não com o curso e, portanto, definir a permanência ou a evasão dos estudantes.

Referências

ALMEIDA, Loriza Lacerda de A. Juventude universitária e a nova sociabilidade: continuidade ou ruptura? In: Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, VIII,2004, Coimbra, **Anais...** Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2004.

BUENO, J. L. O. A evasão de alunos. **Revista Paideia,** Ribeirão Preto, n. 5, p.9-p.16.1993.

BUFFA, Ester; PINTO, Gelson de Almeida. O território da Universidade Brasileira: O modelo de campus. **Rev. Bras. Educ**. vol.21 no.67 Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782016216742 Acesso em: 18 de dez. de 2020.

CHAGAS, A. T. R. O questionário na pesquisa científica. **Revista Administração online**. São Paulo,SP, v. 1, n. 1.2000.Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1255609/mod_resource/content/0/O_questionariona_pesqui sacientifica.pdf. Acessado em 23/11/2020.

CHAUI, M. A universidade pública sob novas perspectivas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.24, p.5-p.15.2003.

COLOGNESE, S.; MELLO, J. L. B. A técnica da entrevista na pesquisa social. **Caderno**

 ISBN: 1981-1047

de Sociologia. Porto Alegre, v. 9, p. 143-159, 1998.

COUTRIM, R. M. da E.; CARIOCA, E.; DULCI, F. D. Jovens universitários: sociabilidades e angústias na transição para a vida adulta. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, XIV, 2009, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Sociologia, p.1- p.20. 2009.

CRUZ NETO, O.; MOREIRA, M. R.; SUCENA, L. F. M. Grupos focais e pesquisa social qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XVIII, 2002, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: Associação brasileira de estudos populacionais, 2002. p.1-26.

DAYRELL, J. **A música entra em cena**: o rap e o funk na socialização da juventude em belo horizonte. 2001. 412 f. Tese de Doutorado em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade de São Paulo, São Paulo. 2001.

FEIXA, Carles. A cidade secreta: os espaços quotidianos dos jovens. **Revista de Comunicação, Cultura e Educação,** Lisboa, n. 3, p.125-140, 2003.

FEIXA, Carles. De culturas, subculturas y estilos. In:_____. **De jóvenes, bandas y tribus**. Barcelona: Ariel, 1999. p. 84-105.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FREITAS, I. C. M. De; BRAGA, J. R. M. Os universitários viajantes: suas práticas e sociabilidades. **Revista O público e O privado**, Fortaleza, n. 21, p.91-110, 2013.

GATTI, B. A. **Grupo Focal na Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília-DF: Liber Livro Editora, 2005.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, UFF-Niterói, Ano XIX, n. 17, p.19-46, 2004.

LIMA, E. L. G;RIBEIRO,A.I.M A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente 1959-1976 : gênese da FCT - UNESP . Jundiaí: Paco, 2013.

MALTA, E. Práticas socioculturais juvenis: sociabilidade universitária nas cidades históricas de Ouro Preto (Brasil) e Coimbra (Portugal). In: Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais (CONLAB), XI , 2011, **Anais**... Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2011. p.1- 16.

MARTINS, C.H. Dos Santos; CARRANO, P. C. R. A escola diante das culturas juvenis: reconhecer para dialogar. **Revista Educação**, Santa Maria, v. 36, n. 1, p. 43-56, 2011.

MASSEY, D. 1991. Global sense of place. **Marxim Today,** v. 6, p. 24-28, 1991.

MENEGON, R. R. **Culturas juvenis e jovens do ensino superior**: em busca de caminhos para formação inicial e a prática educativa na educação física. 2016. 228f. Dissertação

(Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação)- Faculdade de Ciências e Tecnologia UNESP Campus Presidente Prudente, Presidente Prudente. 2016.

NEVES, C.E.B; MARTINS, C.B. Ensino Superior no Brasil: Uma Visão Abrangente.In: DWYER, T.; ZEN, E. L.; WELLER, W.; SHUGUANG, J.; KAYUAN, G.(org.). **Jovens universitários em um mundo em transformação**: uma pesquisa sino-brasileira. Brasília: Ipea; Pequim: SSAP, 2016. p.125-139.

OLIVEIRA, M. F. Da R. Formação do Professor de Geografia: Ensino e Pesquisa In: Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade, VI, 2012, **Anais**... São Cristóvão: Universidade Federal do Sergipe, 2012. p.1- 14.

PAIS, J. M. **Cenas Juvenis**. Lisboa- Portugal: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

RISTOFF, D. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação**. Revista Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 3, p. 723-747, 2014.

SEVERO, R.C.B.S.Identidades Juvenis Contemporâneas e Espaços e Tempos Escolares: Algo Está Fora Da Ordem? **Revista Nonada**, Porto Alegre RS, n. 24, p. 27-39, 2015.

SILVA, J. M.; SILVA, E. A.; JUNCKES, I. J. **Construindo a Ciência**: elaboração crítica de projetos de pesquisa. Curitiba: Instituto Cultural de Jornalistas do Paraná, 2009.

TURRA NETO, N. Definir juventude como ato político: na confluência entre as orientações de tempo, idade e espaço**.** In: CAVALCANTI, L. de S.; CHAVEIRO, E. F.; PIRES, L.M. (org.). **A cidade e seus jovens.** Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2015. p119-136.

TURRA NETO, N. Do Território aos Territórios**.** In: SOUZA, A. J. De.; SOUZA, E. B.C De; MAGNOMI JÚNIOR, L. (org.). **Paisagem, Território e Região:Em busca da Identidade.** Cascável: Editora Edunioeste, 2000. P.87-101.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO,Histórico FCT Atualizado.Presidente Prudente,2016.Disponível em: https://www.fct.unesp.br/Home/Instituicao/historico.pdf. Acesso em 20/02/2021.

VASCONCELOS, A.M.N. Juventude e ensino superior no Brasil. In: DWYER, T.; ZEN, E. L.; WELLER, W.; SHUGUANG, J.; KAYUAN, G.(org.). **Jovens universitários em um mundo em transformação**: uma pesquisa sino-brasileira. Brasília: Ipea; Pequim: SSAP, 2016. p.125-139.

A HISTÓRIA DO PENSAMENTO EM PERNAMBUCO: GILBERTO OSÓRIO E A GEOGRAFIA AMAZÔNICA

GT - Geografias e Identidades

Milka Lopes Beserra
milkabeserra@gmail.com
Universidade Federal de Pernambuco

Marina Loureiro Medeiros
marinalou93@gmail.com
Universidade Federal de Pernambuco

Rodrigo Dutra Gomes
rdutragomes@gmail.com
Universidade Federal de Pernambuco

Resumo

Gilberto de Osório foi um dos principais geógrafos pernambucanos do século XX, buscando desenvolver uma leitura múltipla dos processos de regionalização, tendo como influência os caminhos da reflexão sobre a regionalização nordestina a partir de eventos culturais ocorridos sediados a partir da década de 1920. Nesta direção a tradição nordestina será discorrida como representativa para a formulação dos estudos regionais no Nordeste brasileiro por um de seus marcos históricos, o Movimento Regionalista (1926). Para embasar os acontecimentos tanto os de raízes tradicionais - regionais e os que são possíveis resultados dos acontecimentos históricos da época serão utilizados alguns dos pressupostos do Método a Abordagem Contextual do Geógrafo Francês Vicent Berdoulay (2007/2017) associados às metodologia de analise bibliográfica e documental unidas a metodologia de Análise Espaço-Intelectual de Machado (2010). Geomorfólogo Gilberto de Osório junto ao Movimento Regionalista é protagonista do presente estudo por contribuir para o desenvolvimento do Ideário da Geografia em Pernambuco, utilizando –se como objeto de análise a sua tese para entrada no Colégio Pernambucano. O cerne dessa pesquisa, é entender sob quais influências essa tese foi desenvolvida e se na vida produtiva científica ele apresenta traços do que foi o Movimento Regionalista.

Palavras chaves: História do pensamento geográfico; Gilberto Osório de Andrade; Pernambuco; Amazônia

Introdução

O pensamento geográfico Pernambucano detém a sua própria história com possíveis particularidades históricas e epistemológicas que precisam ser investigadas. Diferente da

 ISBN: 1981-1047

Geografia construída no Brasil de forma clássica, sob influência francesa, em Pernambuco o ideário geográfico se construiu como produto da horizontalidade entre modernismo e regionalismo, no caso, pelo confronto de dois movimentos reflexivos: a Semana de Arte Moderna e o Movimento Regionalista. A Semana de Arte Moderna foi uma manifestação artística ocorrida no ano de 1922 que influenciou a formação intelectual brasileira. Foi promovida pela elite de São Paulo, onde a cidade se encontrava em período de reestruturação com advento dos processos de industrialização e do aumento dos fluxos migratórios. O evento foi marcante no desenvolvimento da primeira fase do Modernismo no Brasil, afirmando a influência francesa no cenário intelectual e artístico.

O Movimento Regionalista, por sua vez, ocorreu em 1926 em Recife como uma resposta da Semana de Arte Moderna, como exercício da conjunção entre tradicionalismo, modernismo e identidade regional. Foi promovido pelo Grupo Regionalista de Recife, liderado por Gilberto Freyre, e ocorreu de forma a exaltar as identidades regionais brasileiras, e nordestina, a partir de suas riquezas culturais e de sua diversidade histórica e paisagista. Neste contexto, podemos perguntar: este ideário geográfico múltiplo, com cargas tradicionais e modernista exerceu alguma influência sobre as primeiras gerações de geógrafos de Recife-Pernambuco? Observa-se resquícios dessa multiplicidade nos escritos de autores protagonistas da Geografia de Pernambuco? Das primeiras gerações de geógrafos de Pernambuco destacam-se figuras como Gilberto de Osório, Mario Lacerda de Melo, Manoel Correa de Andrade.

Destes Gilberto de Osório foi um dos que tiveram uma carreira múltipla em termos de atuação profissional, sendo, ao mesmo tempo, um grande Geomorfólogo e um atuante político municipal. Um dos principais trabalho do autor é o estudo "Um Complexo Antropogeográfico - Lineamento para uma Geografia Total da Amazônia", conseguimos observar uma possível convergência destas duas perspectivas, modernistas (de influência francesa e civilizatória) e regionalista (indenitária de cada cultura regional). Para que essas reflexões sejam discorridas, é necessário uma análise do contexto e da obra do autor, atentando para os temas, abordagens, teorias e práticas utilizadas no desenvolvimento de seus estudos. Diante desta problemática podemos perguntar: quais as influências do Movimento Regionalista nos escritos de Gilberto Osório de Andrade?

 ISBN: 1981-1047

Desenvolvimento

Abordagem Contextual Aplicada aos Estudos de História Regional

Em termos de método de abordagem, a utilização da chamada *Abordagem Contextual* de Vincent Berdoulay (2003) se deu de maneira fundamental para o entendimento das pesquisas sobre a História da Geografia feita em Pernambuco, mais precisamente para o entendimento dos estudos desenvolvidos pelo Geomorfologia Gilberto Osório de Andrade nos anos 1940. Essa abordagem consiste em entender o contexto histórico-geográfico em que os objetos de pesquisa se situam e como estes influem na construção do pensamento geográfico de determinado período. Salienta-se que este método se desenvolve através da aplicação de 5 pressupostos: 1) Os sistemas são estruturados em forma de pensamentos e continuidade das ideias; 2) Não se deve estabelecer distinção nem dicotomia entre os fatores internos e externos da mudança científica; 3) Não se deve negligenciar ao atribuir superioridade entre as tendências geográficas; 4) Não negligenciar as questões que preocupam a sociedade na época; 5) Adotar a concepção de "círculo de afinidade" para estudar as influências das comunidades científicas. Dessa maneira, o método debatido se junta aos procedimentos metodológicos, com a pesquisa e obtenção de dados primários (entrevistas e documentos originais) e secundários a partir de pesquisa bibliográfica, iconográfica, documental.

É importante apreender que em cada parte do referido trabalho houve o uso de um os mais pressupostos. Na primeira parte, A História do Pensamento em Pernambuco, foi utilizado o pressuposto 2) e 4) que combinados mostram um panorama do período pré-institucionalização universitária e acadêmica no Brasil e no Estado e como este contexto histórico influi na formação da geografia da época, em que despontaram geógrafos como Gilberto Osório. Já na segunda parte, foi utilizado os pressuposto 5) associado a o metodologia de estudo da trajetória intelectual do autor, usada em Machado (2010) [1], unidas elucidam a importância do entendimento dos ciclos de afinidades intelectuais bem como seus espaços percorridos, elementos que auxiliam no entendimento de personagem da construção da História da Geografia.

Em complemento entende-se que a busca de mostrar círculos de afinidades

 ISBN: 1981-1047

científicas, se faz pela necessidade de mostrar as conexões aos ciclos intelectuais e institucionais de poder, seja na Europa, Brasil e Pernambuco, se conectando através das redes globais de transporte (trens e navios), redes de conhecimento (simpósios, pavilhão das ciências) e de redes de telecomunicações (cartas e sistema de fax). Por fim, nos resultados da pesquisa se nota uso do pressuposto 1) mostrando que os sistemas pensamentos são formados por compostos de ideias, sendo esse conjunto de múltiplas influencias regionalista que fizeram a singularidade da tese regional, Amazônia um Complexo Antropogeográfico (1940), de Gilberto Osório de Andrade.

A História do Pensamento em Pernambuco

Os diferentes processos de regionalização no Brasil refletem não somente as demandas de planejamento para identificação e classificação espacial, mas também o embate entre tradições reflexivas e culturais da época, no caso, representados pela dualidade entre Norte e Sul do país – entre um norte e Nordeste mais agrário e um sul e sudeste em processo de urbanização e industrialização. Em 1920 São Paulo e Pernambuco passavam por diferentes processos regionais e sediaram dois acontecimentos geográficos culturais que repercutiram em como as regiões poderiam ser refletidas: um acontece sob influências urbanas, literárias, com forte presença francesa, com a regionalização crítica sulista (A Semana de Arte Moderna – São Paulo) e a outra sob possíveis influências agrárias, históricas, antropológicas com presença de reflexões inglesas, pela regionalização cultural Nordestina (o Movimento Regionalista – Pernambuco).

A Semana de Arte Moderna foi um evento ocorrido na cidade de São Paulo que reuniu artistas de todas partes do Brasil, onde eles se organizaram para uma exposição artística inovadora, a arte Modernista brasileira que retratava as mudanças espaciais ocorridas naquela época (NASCIMENTO, 2015). Manuel Bandeira, Mário de Andrade e Oswald de Andrade foram os principais representantes do chamado modernismo brasileiro, consolidado na Semana de Arte Moderna ocorrida no Teatro Municipal Vilas Lobo.

Esse evento retratou de forma artística uma das fases do movimento Modernismo no Brasil e teve como marco a Semana de Arte Moderna (NASCIMENTO, 2015). O Modernismo Brasileiro em sua fase Heroica representou as modificações que o Brasil passara na década de XX a partir da representatividade dos processos de rupturas artísticas e dos

 ISBN: 1981-1047

valores tradicionais, A Semana de Arte Moderna representou também uma da possíveis características culturais brasileiras como por exemplo a obra "Os Sertões" do escritor Euclides da Cunha que retratava em sua maioria a cultura do sertanejo, a seca, a luta e a importância da terra. Como exemplo também o escritor Monteiro Lobato em sua obra "Urupês" que escreveu sobre o homem do interior e a falta de assistência estado para com o povo interiorano (THAMINE, 2020).

Em contrapartida, em Pernambuco acontecia em 1926 o Movimento Regionalista buscando consolidar uma leitura própria do Nordeste que fizesse contraponto a ideia de flagelo, e ao contrário, exaltando as singularidades paisagísticas, culinárias, artísticas e de costumes do Nordeste. Dando continuidade aos princípios da Semana de Arte Moderna em 1926 ocorre o Congresso Regionalista de Recife com a exposição de diversos pensamentos e obras dos intelectuais da época que remetiam a ideia artística regional. E esse foi a base do Movimento Regionalista de Recife. Esse evento tem como um dos seus organizadores Gilberto Freyre cuja influência antropológica vinha de sua formação na Europa e Estados Unidos. Esse evento acontece no intuito de restituir a identidade cultural nordestina e para destacar a cultura, a produção regional e a valorização de seus aspectos culturais, ajudando na formação do ideário imaginário da região Nordeste.

Nesse Congresso, foi explorado conteúdos geográficos diversos que iam dos aspectos fitográficos locais a questão a morfologia urbana, os quais foram expostos e subdivididos nas plenárias de fala geral, como ressaltou Fernando de Mello Freyre, ao relatar o programa geral do Congresso:

> [...] estava assim definido: I - Problemas Econômicos e Sociais - 1º - Unificação econômica do Nordeste: ação dos poderes públicos e dos particulares; 2º - Defesa da população rural: habitação, instrução, economia doméstica; 3º - O problema rodoviário do Nordeste: aspecto turístico, valorização das belezas naturais da região; 4º - O problema florestal: legislação e meios educativos; 5º Tradições da cozinha nordestina: aspectos econômicos, higiênicos e estéticos. II - Vida Artística e Intelectual - 1º - Verificação da vida cultural nordestina: organização universitária, ensino artístico, meios de colaboração intelectual e artística, escola primária e secundária; 2º - Defesa da fisionomia arquitetônica do Nordeste: urbanização das capitais, planos para pequenas cidades do interior, vilas proletárias, parques e jardins nordestinos; 3º - Defesa do patrimônio artístico e dos monumentos históricos; 4º - Reconstituição de festas e jogos tradicionais (FREYRE, 1977).

ISBN: 1981-1047

O lócus urbano em Recife de tal movimento não é estranho. A cidade constitui-se como um lugar de utopia e fabricação a partir dos símbolos da modernidade contemporânea da Europa e do Brasil do século XX. Para Rama (1985) esse utópico vai para além do novo, sendo resultante das interpenetrações dos tempos realizadas nas diversas construções criadas por cada homem em seu espaço. No Recife, essa modernidade foi impelida em parte muito mais do que as forças das tradições, e o foi pelas dificuldades sociais e econômicas que cobriam não somente a capital, mas também a região nordeste como um todo. Essas dificuldades socioeconômicas acentuaram ao longo do tempo a visão negativa do apego cultural e das práticas antigas da cidade do Recife e do Nordeste como algo ruim. Essa negatividade era associada ao tradicionalismo, versão pejorativa do termo tradição, advindo da época iluminista de desmerecer os hábitos antigos tidos como antiquados e associados ao medievo (GADEMAR, 2007).

O Movimento Regionalista influenciou os Geógrafos dessa época e de gerações posteriores no sentido de direcionamentos de pesquisas Geográficas. O Movimento retratou a exaltação da paisagem do Nordeste e suas características as pesquisas produzidas pelos Geógrafos nesse período e nas gerações posteriores tinham por vezes esse direcionamento como exemplo Gilberto Osório de Andrade em suas obras: A SERRA NEGRA Uma relíquia Geomórfica e Hidrófita dos Tabuleiros Pernambucanos (1954) e Os Rios – do - açúcar no Nordeste Oriental I o rio Ceará Mirim (1957).

Gilberto Osório de Andrade Trajetória-Intelectual Espacial

A trajetória espacial que percorreu o geografo Gilberto Osório de Andrade torna possível a compreensão de como ele possivelmente se tornara representativo para o ideário da Geografia em Pernambuco, sobretudo, para a geomorfologia. Para entender essa espacialidade de Gilberto é necessário notificar o período histórico em que ele se formou profissional. Com isso, em nome do recorte temporal em que ele se formou a sua pluralidade na ocupação de cargos se desenvolve da seguinte maneira:

 ISBN: 1981-1047

Quadro 1: A trajetória profissional de Gilberto Osório de Andrade

Ano	Titulação	Local de atuação
1933	Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais	Faculdade do Recife
1937	Atuante no Governo e da Educação e Cultura	Governo Etelvino Lins
1933	Deputado Estadual	UDN
1940	Cronista	Diário de Pernambuco Jornal do Comércio Jornal Folha da Manhã
1940	Professor de Geografia	Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Universidade Católica de Pernambuco. Universidade Federal de Pernambuco
1940	Professor de História	Universidade Católica de Pernambuco Universidade Federal de Pernambuco
1986	Pesquisador	Departamento de Ciências Geográficas da Fundação Joaquim Nabuco. SUDENE
1956	Poeta	Conselho Estadual de Educação, do qual foi presidente

Fonte: Espaço Ciência. Gilberto Osório de Andrade (1912-1986) Geomorfologista Homenageado em 2007.

ISBN: 1981-1047

As contribuições de Gilberto Osório para o ideário da Geografia produzida em Pernambuco é possivelmente identificada em sua diversidade de cargos ocupados em sua vida profissional somado a dinamicidade de sua cidade de origem, Recife. O pensamento multiforme de Gilberto pode vir a ser produto dessa união, entretanto, é valido inferir o período histórico em que tudo isso se passou. Iniciou atuante na área jurídica (1912), passa pela política administrativa estadual e ele termina seus dias como renome na Geomorfologia e Climatologia (1986).

Tudo isso é discorrido possivelmente pelo local de fala ocupado por Gilberto, sendo ele um dos poucos profissionais que através de sua representação política e geográfica retratava a importância territorial de Pernambuco, e Recife, dentre as suas dificuldades e fragilidades. Dessa Forma, ele irá somar nas Ciências Geográficas por sua vasta produção: participou ativamente do Congresso Internacional de Geografia, realizado em 1956, onde apresentou o 25 Série Sinopses Biográficas trabalho intitulado Furos, Paranás e Igarapés – Análise genética de alguns elementos do sistema potamográfico amazônico. Outras produções do autor que receberam destaques: "Migrações internas e o Recife", "Propósito de Universidade", "Fundamentos da Neutralidade Portuguesa", "A Serra Negra", "Inéditos de frei Jaboatão", "A supraconstitucionalidade da declaração de direitos", "João Pais do Cabo", "O Patriarca, seus filhos, seus engenhos". (Espaço Ciência. Gilberto Osório de Andrade (1912-1986) (CIÊNCIA, 2007).

A multidisciplinaridade em Gilberto de Osório se caracteriza no ato de analisar um único objeto por diversas dimensões. Isso é desenvolvido pela suas diferentes formações por meio da integração entre várias disciplinas. Gilberto Osório com diferentes formações em diversos âmbitos científicos sempre se dispôs a produzir outras temáticas que se desenvolvem em paralelo as suas pesquisas corriqueiras. Gilberto mesmo sendo um renomado geomorfólogo, se propôs a produzir sobre os processos migratórios dentro dos estudos populacionais geográficos ocorridos dentro do Recife, escreveu sobre obras romantizadas, escreveu também sobre algumas cidades adjacentes ao Recife e como elas eram dependentes historicamente dos senhores de engenhos. Contudo, não abandonou a sua carreira de jurista e isso era manifesto em sua carreira política administrativa e em seus escritos como cronistas de jornais.

ISBN: 1981-1047

No que especifica a Geografia para com a multidisciplinariedade, Gilberto Osório de Andrade é extremamente contribuinte para o exercício da Geografia enquanto ciência múltipla em sua aplicabilidade, haja vista que o objeto de estudo da Geografia é o espaço e suas interações humanas e físicas entende- se Gilberto como um dos geógrafos que se destacou em seu tempo por sua capacidade integrativa de conhecimentos.

Resultados

Gilberto Osório: Uma Geografia Amazônica

A tese "Um Complexo Antropogeográfico - Lineamento para uma Geografia Total da Amazónia" (1940) apresentada como requisito para o concurso no Colégio Pernambucano é a primeira grande obra que Gilberto de Osório. Nessa observamos toda a multiplicidade do pensamento do autor, trazendo leituras tanto físicas quanto humanas para o processo de regionalização da Amazônia. Os processos que resultaram nessa regionalização e ocupação advém do período histórico onde o Brasil foi subdividido em regiões geográficas pelos processos de institucionalização nacional (IBGE). O então presidente Getúlio Vargas com a chamada "Marcha para o Oeste e Norte no "pós guerra em 1930", enxerga a Amazônia como localização estratégica para reerguer a economia brasileira. Isso é desenvolvido as suas particularidades, suas riquezas naturais.

A tese de Gilberto de Osório se insere neste contexto de caracterização das áreas pouco povoadas (em termos ocidentais) do Norte e Oeste. A ocupação da Amazônia advém nesse momento pela sua força produtiva atraindo a mão de obra para os seringais da Amazônia. Contudo, ao passar o período pós guerra a Amazônia volta a precariedade econômica pela falta de investimentos estatais. Gilberto Osório de Andrade estuda os lineamentos amazônicos com constante paralelo entre o político, o físico e o humano. A obra de Gilberto, é fiel ao seu tempo histórico de produção e isso é aparente pela precisão descritiva e pela representatividade tanto natural quanto cultura da Amazônia em 1940. A obra é dividida em cinco capítulos que perpassam desde o meio físico até as questões sanitárias que acometiam os povos da Amazônia.

O relato da geomorfologia amazônica e seus derivados é uma das partes onde são encontradas as possíveis influências do que foi o Movimento Regionalista nos escritos de

 ISBN: 1981-1047

Osório. Isso sendo retratado por meio da exaltação paisagista transcrita em sua pesquisa que lembra muito à forma do Movimento Regionalista se reporta à paisagens do nordeste. A orogênese no texto retrata os caminhos regionais, e ele irá desmiuçar as principais teorias e tempos geológicos para investigar o ordenamento espacial da Amazônia, por exemplo no Triásico e no Cretácio

Humbolt, citado pelo autor, é um dos possíveis influentes da análise geográfica do autor, por exemplo, na demarcação dos eventos que antecedem e sucedem a determinada eras geológicas e por quais meios são formadas as planícies, a tão importante bacia Amazônica, as vertentes andinas e os planaltos. A muralha andina, descrita por Humboldt quando de sua passagem pela Venezuela no final no início do século XIX, presente na Amazônia é um contorno orográfico ocidental que é formado por um longo trecho de cordilheira, é subdividido por Gilberto de Osório por pontos nodais, divisórias, ramificações e secções.

Os limites meridionais são representados pelos bordos externos do planalto central pelo Brasil demarcada pela crista desgastada dos chapadões de Mato Grosso e de Goiás. A moldura ao Norte compõe a moldura setentrional por ser o Brasil um maciço arqueado é composto por serras e séries de antiplanaltos. A bacia Amazônica possui características da maior bacia fluvial do mundo por seus 6.430.000 quilômetros quadrados.

Andrade (1940) nos lembra que Humbolt, junto a La acondamine, Castelnau, Agassiz, Orton, Spix e Martius formularam classificações de altitudes que são recorrentes em vários lugares da bacia amazônica e essa altitude é produto das características gerais dos relevos da bacia e dos rios adjacentes. Isso é exemplificado nos rios fluviais que sazonalmente (setembro e outubro) tem seus tributários cheios, causando o engrossamento das águas que escoam e causam as grandes enchentes anuais. Nesta dinâmica hídrica regional, a entender o equilíbrio arranjado pelo meio natural, as enchentes são em dados momentos controladas pelas pororocas que estabelecem saltos de equilíbrio entre os níveis dos rios e do atlântico. Contudo, as cheias extraordinárias possuem sua contribuição para as transformações da Amazônia, haja vista, o seu sistema hidrográfico ser predominantemente fluvial. A especificar os degelos e os acúmulos de neves, é necessário citar o papel da umidade nos locais em que se acumulam e de qual forma se esvaem.

 ISBN: 1981-1047

A estrutura física da Amazônia com a sua pluralidade de rios e de impactos ocasionam especificidades no clima lá decorrente. A sua friagem característica advém da frequência dos ventos alísios que circulam em sentido contrário a corrente fluvial. Sazonalmente é acometido por ventos que são trazidos em forma de uma queda barométrica, vinda dos degelos e gelos e dos Andes. Invadem as florestas, as águas e formam lacustres. Essa friagem dura em sua maioria dois dias, ocasionando um equilíbrio entre o meio e o homem. A fitobiogeografia é representada pelo autor pela figura da diversidade paisagista, das espécies de animais e seus processos endêmicos, da repartição espacial, da estrutura e do clima da Amazônia. A visão romantizada do que representa a região pode-se entender que é trazida das raízes de sua vivencia no Nordeste, da tradição, da representatividade, e possivelmente da herança da leitura do Movimento Regionalista que demarcava a região em suas minucias inclusive em termos lúdicos, resgatando a adaptação dos modos de vida e vivência ambiental da área.

O arcabouço histórico da pesquisa sobre a Amazônia retrata a história do descobrimento dessa região de forma singular iniciada desde o século XVI. Um dos séculos mais pertinentes a essa pesquisa é o século XIX, a partir dos anos de 1800, que descreve por quais caminhos a Amazônia passa a ser estudada cientificamente. Isso se fundamentou a partir das interações humanas ocorridas no local: a ocupação, a construção territorial na região e em áreas adjacente e construção de sua cultura. Isso foi desenvolvido pelas dinâmicas populacionais existentes sendo elas: o Indígena, o negro, o branco e o caboclo

Em suma, o estudo desenvolvido por Gilberto Osório de Andrade testifica a carga cultural de sua geração, tendo em vista os constantes traços investigativos que retratava o ideário para a geografia pernambucana. Contudo, a linearidade de suas múltiplas capacidades advindas de suas formações é uma característica marcante na pesquisa presente. Sobretudo, esse estudo parece se edificar apoiado em dois paralelos marcantes da época, sendo um produto dos estudos dos franceses, por exemplo, de Vidal de La Blache e os alemães como Humbolt, detendo, porém uma especificidade marcante ao descreve a paisagem como densidade histórica dos fatores geográficos paisagísticos ocorridos no dado espaço.

As analises geográficas de Gilberto Osório em sua obra foi reproduzida com ênfase na paisagem de forma que exaltasse as relações homem x meio como possível produtor da

 ISBN: 1981-1047

manifestação geográfica, apresentando traços, referências metodologias das Geografias alemãs e francesas (Humbolt / La Blache), mas também possuindo fortes traços do que foi o cerne do Movimento Regionalista. Desse modo, tem seu método particular descritivo, que traz também a urgência para causas sociais e um apelo por resoluções e preservação do ambiente quando se reporta à geomorfologia.

É importante destacar que as ideias do Movimento Regionalista se fazem presentes através do uso de citações em seu trabalho os trabalhos regionais feito no período recente dentro do estado como a tese Mario Lacerda, tida como a primeira tese moderna da geografia feita em Pernambuco como enfatiza Tadeu (1963) e Côrrea (1995), junto a obra de Dacio Lima Rabelo: *Pernambuco História de Uma Civilização (1932*), especialmente esta última por ser um dos primeiros retratos do estado no século XX. Além da tese da obra de Dácio Rabello *(1932*) o Prof. Osório se utiliza da leitura de Freyre para o capitulo 2 nas obras: Nordestes - *Aspectos sobre a Vida e Região da Cana sobre a Vida e Paisagem (1937)* e *Região e Tradição (1940)* onde ele ressalta aspectos do entendimento da Região da física e humana, uma síntese das ideias regionais também contida nos franceses lablacheanos como Deaffonteines e Moanbeig.

Por fim, em complemento a esta reflexão e importante o entendendo que parte dos geógrafos do período ou estavam dentro do ciclo íntimo de amizades e intelectualidade de Gilberto Freyre, , já em 1940 um nome conhecido na intelectualidade nacional e local, com Gilberto Osório isto não se deu de maneira destinta. Gilberto Osório além de funcionário da Fundação Joaquim Nabuco cerca de 30 anos (1965-1985), anos posteriores a sua tese, realizando pesquisas regionais e gemorfologicas sobre o Nordeste, era amigo pessoal de Freyre desde a ideia adulta (Figura 1), se tornando posteriormente este padrinho de sua filha.

 ISBN: 1981-1047

Figura 1 - Gilberto Osório e Gilberto Freyre em Boa Viagem com Lula Cardozo Aires.

Amigos e compadres, os dois Gilbertos - Osório e Freyre – fazem pose artística, na casa de João Cardoso Ayres, em Boa Viagem.

Fonte: RIVAS, 2001.

Conclusões

É perceptível que as transformações sócio- espaciais ocorridas nas décadas de 1920-1940 se manifestam na produção geográfica do autor estudado, haja vista o poder transformador que a cultura moderna trouxe para as diferentes regiões em seus processos de regionalização. A presente investigação buscou averiguar os pilares em que o Movimento Regionalista se fundamenta em 1926 no estado de Pernambuco e como um autor na geografia possa ter sido influenciado pelos diversos contextos. Estes diferentes contextos são sustentados pela dinâmica das mudanças geográficas de cada região. No caso podemos citar o Movimento Regionalista e a influência europeia da Semana de Arte Moderna, apresentando-se como uma leitura própria da geografia regional e transcendência a monopolização do estudo geográfico.

ISBN: 1981-1047

Sendo assim, a história do ideário do Pensamento Geográfico em Pernambuco foi construída no Brasil de forma específica e se fomenta como produto da horizontalidade de diferentes perspectivas: Modernismo como marco histórico nacional de cultura artística e Movimento Regionalista, sendo um dos resultados da diversidade cultural brasileira. Em geral, Gilberto Osório é referência do ideário da Geografia em Pernambuco e se encontra com o Movimento Regionalista através da figura da tradição, que estava influente no quando desenvolveu o seu pensamento geográfico e sua pesquisa sobre a estrutura e processos geográficos da Amazónia (1940).

Agradecimentos

Primeiramente Agradecer aos órgãos de pesquisa CNPq/CAPES responsável por financiar as pesquisas Iniciação Cientifica e o Mestrado das respectivas autora, Milka Beserra e Marina Medeiros, possibilitando ampliação de nossas pesquisas e o amplo desenvolvimento de nosso trabalho bem como nossa linha de pesquisa dentro do Grupo de Epistemologia e História da Geografia (GEHPEG) dentro da UFPE. Aos nossos companheiros de grupo pelo auxílio e a sempre prestatividade e a coordenação do Prof. Dutra que colabora com nosso aprendizado e nossas pesquisas, ampliando nossos horizontes.

Referencias

ANDRADE, G. O. **Um Complexo Antropogeográfico** - Lineamento para um Geografia Total da Amazônia. Tese Concurso Colégio Pernambucano, 1940.

ANDRADE, M. C. **Geografia Econômica**. Atlas São Paulo.1998.

ANDRADE, O.G.PIRAPAMA **Um Estudo Geográfico e Histórico.** Recife, 1984.

ANDRADE, O.G MONTEBELO. **Os males e os mascates**.Recife, 1969.

BERDOULAY, V. **A Escola Francesa de Geografia**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

BOMFIM, P. A.R. **Geopolítica e discursos territoriais no pensamento autoritário brasileiro das décadas de 1920 – 1930**. Annablume editora, São Paulo, 2018.

+ BOLSAS, E. G. PRÉ-MODERNISMO-PARTE 2. Disponível em: https://www.maisbolsas.com.br/enem/lingua-portuguesa/pre-modernismo-parte-2. Acesso em: 15/10/2020.

CIÊNCIA, E. Gilberto Osório de Andrade (1912-1986) **Geomorfologista Homenageado em 2007**. Série Sinopses Biográficas. Disponível em: http://www.espacociencia.pe.gov.br/?p=10693. Acesso em: 10/01/ 2020.

FANY, A. **A necessidade da Geografia**, São Paulo, 2019.

FREYRE, F. de M. **O movimento Regionalista e Tradicionalista e a Seu Modo Também Modernista - Algumas Considerações**. Ci. & Tróp., Recife, v. 5, n. , p. 175-188, 1977.

FGV CPDOC. **A criação da Sudene.** Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Sudene Acesso em: 23/03/2020.

MOREYRA, R. **O Pensamento Geográfico Brasileiro**. São Paulo, 2009.

MUNDO EDUCAÇÃO. **A ocupação da Amazônia.** Disponível em: https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/a-ocupacao-amazonia.htm. Acesso em:25/03/2020.

RIVAS', L. GILBERTO OSÓRIO. **Um homem do renascimento.** Recife, 2011.

NASCIMENTO, E. A Semana de Arte Moderna e o Modernismo Brasileiro: atualização cultural e "primitivismo" artistico

PEDRAS, V.R.L **A paisagem em Alexandre Von Humbolt:** o modo descritivo dos quadros da natureza. REVISTA USP, 2000.

PAULO, R.A. **(Des) encantos Modernos História da cidade do Recife na década de vinte**. Editora UFPE, Recife, 2016.

 ISBN: 1981-1047

A APROPRIAÇÃO DA SUBCULTURA GÓTICA PELO CAPITALISMO NA ATUALIDADE

GT - Geografias e Identidades

Rodrigo Meira da Silva

Digomeira11@gmail.com

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Resumo

Este estudo tem como tema a subcultura gótica, abarcando de forma introdutória desde sua origem até a atualidade. A análise se dá a partir da relação da cena gótica com o modo de produção capitalista na atualidade. Tem como objetivo explicitar características da subcultura gótica na atualidade que estão diretamente ligadas à lógica do capitalismo, sobretudo a busca pela transformação do movimento gótico de caráter contestatório da realidade como se apresenta, em uma moda de jovens que pode ser vendida pelas mídias. Parte-se do seguinte questionamento: até que ponto a subcultura gótica ainda é independente da lógica consumista do capital? Haja vista que os jovens tendem a conhecer a subcultura gótica como o consumo de produtos que permeiam as redes de comunicação por meio das mais diversas propagandas midiáticas, ignorando o essencial que é a insatisfação com a sociedade consumista. Os materiais utilizados foram a pesquisa bibliográfica, leitura de artigos, livros e acesso vídeos[34]. A partir do exposto, conclui-se que o poder de contestar da subcultura gótica, vem sendo efetivamente anulado e transformado em mais uma forma de acumulação por meio da venda de produtos.

Palavras-chave: Subcultura Gótica; Capitalismo; Mídia; Consumo

Introdução

[34] Vídeos disponíveis no *Youtube* (*link* nas referências): Fiscais da subcultura gótica: ajudam ou prejudicam a cena?; Fiscais da subcultura gótica? Quem são?; Preciso Provar Pra Alguém Que Sou Gótica? Vamos Conversar Sobre alguns Fatos Importantes; Góticos - A Visão Deles; Quem eu sou? Subcultura Gótica.

 ISBN: 1981-1047

A sociedade do século XXI gira em torno da informação. Juntamente com a invenção da internet e sua acessibilidade a um número maior de pessoas, a mídia se transforma em uma arma poderosa que consegue moldar a forma de pensar dos indivíduos, principalmente os menos instruídos, levando-se em conta que vivemos em um país com altas taxas de analfabetismo e uma educação pública precária.

Os indivíduos que têm uma visão crítica da realidade, de forma que vai de encontro ao que é apresentado como normal pela mídia, passam a ser marginalizados, levando-se a ser vistos muitas vezes como loucos ou problemáticos. Por volta das décadas de 60, 70 e 80 houveram muitos grupos que seguiam ideias opostas ao que é considerado normal pela cultura dominante, incorporando isso como um estilo de vida. Essas pessoas compunham subculturas, que podem ser encontradas até hoje como os *hippies*, *punks* e os góticos.

Com as subculturas desenvolvidas sobretudo por jovens, a ideia de que a perspectiva da realidade não é absoluta, podendo ser diferente do senso comum, passa a ser aguçada na mente de indivíduos criticamente conformados. À vista disso, a sociedade capitalista não aceita essa ideia, por colocar em xeque ideais como o consumismo e a degradação do meio ambiente. A partir da possibilidade de mudança e da propagação de ideias que vão contra a "ordem" o capitalismo busca por meio da mídia, se apropriar dessas manifestações urbanas, mudando pouco a pouco seu caráter. Esse processo não é auto-evidente, pelo contrário, ocorre lentamente de modo que o conteúdo principal da subcultura gótica seja esquecido e o que passa a ter importância é o consumo de produtos "góticos".

O objetivo do presente estudo é mostrar como esse processo vem se consolidando. A partir de leituras, de vídeos e pesquisa em redes sociais, percebe se que um dos grandes problemas da subcultura gótica na atualidade é a perda de conteúdo, a medida em que se valoriza demasiadamente a materialidade. O movimento que surgiu como forma de protesto, passa a ser tratado como uma moda. Há entre os góticos uma disputa de quem é mais gótico e até mesmo o julgamento se determinado indivíduo é ou não gótico, pressupondo que para pertencer à subcultura seja necessário o consumo de mercadorias específicas. Nesse sentido, o capitalismo reverte o que era uma ameaça em mais uma fonte de lucro, com a venda de vestimentas, acessórios, livros, filmes, músicas etc.

 ISBN: 1981-1047

Por meio das análises desenvolvidas, entende-se que para ser aceito como gótico é necessário consumir determinadas mercadorias, como se tratasse de um rito de passagem, uma maneira de ser aceito. Lembrando, que essa prática faz parte de uma parcela das pessoas que se identificam como sendo góticas e não de todas elas.

Há atualmente lojas especializadas em roupas góticas, que fazem publicidade a partir de influenciadores digitais "góticos". Ao fazer uma comparação entre como surgiu a subcultura gótica e como hoje se apresenta, conclui-se que se tornou uma moda para muitas pessoas. Por esse motivo é essencial a produção do presente trabalho, como forma de despertar nos jovens uma visão crítica da subcultura gótica na sociedade atual e enxergar as armadilhas que a sociedade capitalista engendra contra a mesma.

Algumas questões que serão respondidas neste artigo são, como surgiu a subcultura gótica; como a subcultura gótica se insere na sociedade capitalista atual; o que a ideologia capitalista é capaz de fazer com uma subcultura urbana potencialmente contestatória, e até que ponto a subcultura gótica ainda é independente da lógica consumista do capital.

A metodologia foi baseada inicialmente no conhecimento da subcultura gótica, por meio de obras clássicas da literatura, cinema, música e vídeos. Além disso, foi feita uma pesquisa bibliográfica introdutória sobre o capitalismo, podendo, portanto, ser feita uma relação entre a subcultura gótica na atualidade com o capitalismo, sobretudo levando-se em conta a mídia e o consumismo na sociedade moderna.

Os Fundamentos da Subcultura Gótica

Com a intensificação do processo de globalização no final do século XX, há a difusão cultural entre diversos países, principalmente no sentido de países desenvolvidos para os subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Assim, ocorre uma interação significativa entre a dimensão do lugar e do território, fato cada vez mais comum na era das redes. Turra Neto (2008) fala de uma relação entre territórios no processo de construção do *punk*.

No mesmo período, surgem em grandes cidades, grupos de jovens com ideias e visão de mundo diferentes do senso comum. A forma como se relacionam com a sociedade passa a

 ISBN: 1981-1047

seguir características específicas e com o decorrer do tempo tornam-se grupos mais ou menos homogêneos, com ideologias e gostos em comum. A esse respeito Kipper diz que

> Temos um cenário no qual a cultura das zonas urbanas industrializadas tende a perder características locais e a adotar características de uma cultura global economificada: a cultura da sociedade de consumo contemporânea. Neste contexto, depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), começam a surgir algumas subculturas urbanas, como os *Beats, Rockers, Mods, Skinheads, Hippies, Glam-Rockers, Punks*, Góticos, etc (2008 P.11).

O termo subcultura refere-se a uma cultura menor, composta por um conjunto de elementos específicos e que se encontra incluída dentro da cultura de um país ou estado. As subculturas compõem estilos de vida, a medida em que conseguem abarcar diversos aspectos da vida, tais como, lazer, crenças e ideologias. Ou seja, não é necessário consumir determinados produtos apenas para pertencer a uma subcultura, o que se faz necessário é se identificar com suas características e se sentir pertencente. De acordo com Kipper (2008),

> Subculturas, hoje, tendem a integrar as diversas esferas de conhecimento e relação social através dos quais o estilo subcultural é expresso. A cultura hegemônica, pelo contrário, hoje tende a fragmentar estas esferas, tratando artes, trabalho, cultura, diversão, educação, entretenimento, comércio, religiosidade, etc como universos separados (P.39).

A subcultura gótica surge na Inglaterra no final do século XX, sua origem traz características de outra subcultura, a dos punks. "Uma das primeiras referências ao Gótico está na juventude do final da década de 1970 e início de 1980. A força jovem tinha como principal vertente o *Punk*, mas nem todo jovem estava afim com este" (DIMARCH, 2007 P.49). As roupas pretas e visual chamativo foram definitivamente uma inspiração na formação e consolidação do gótico.

 ISBN: 1981-1047

A subcultura gótica é caracterizada por elementos como, o interesse por temas que envolvem a morte; uso de vestimentas em tons escuros; visão crítica da realidade; e a valorização das diferenças.

O interesse pela morte pode parecer algo ruim ou deprimente, porém os góticos veem a morte como ela realmente é, ou seja, como algo natural que não deve ser ignorado. Na sociedade ocidental, esse tema é negligenciado, é um assunto inclusive indelicado, que incomoda quase todos. Por isso, o fenômeno da morte é encoberto, não se toca no assunto, exceto quando acontece com alguém conhecido ou próximo, dessa maneira um fenômeno natural se torna um tabu na sociedade ocidental. A partir de Walter Benjamin, Kipper fala a respeito desse assunto explicando que,

> Conseguimos integrar cotidianamente nossa relação com a morte, processos vitais e de envelhecimento? Como Walter Benjamin nos lembra, durante o século XX vivenciamos na sociedade urbana industrializada do ocidente o "desaparecimento" da morte e de outros processos que costumavam gerar historicidade e sentido em nossas vidas. Os nascimentos e os moribundos foram escondidos nos hospitais. Os velórios foram retirados das habitações e cada vez mais existem espaços públicos ou empresas privadas que tem espaços para o velório. Também os processos de preparação do morto para o enterro cada vez mais passam longe de seus familiares, lar e amigos (BENJAMIN 1994 *APUD* KIPPER 2007 P.16).

Ao analisar a literatura e cinema cultuada pelos góticos, é possível identificar que a morte geralmente é tratada de forma fantástica. A personagem do vampiro é um bom exemplo disso, em Drácula de Bram Stoker, uma maldição leva o conde drácula a viver por séculos sem sua esposa, que havia tirado sua própria vida ao supor que o conde morrera na guerra, após esse tempo encontra a reencarnação de sua esposa em Mina Murray, então noiva de Jonathan Harker que é atraído até seu castelo a beira de um penhasco na Transilvânia. Ou seja, o tema da morte passa a ser debatido e mostrado de forma que com o tempo deixe de ser um tabu.

 ISBN: 1981-1047

A subcultura gótica é leiga. Muitos símbolos de diferentes religiões são usados não significa, no entanto, que exista alguma religião ligada ao gótico, símbolos como a cruz vinda do cristianismo ou o *ankh* egípcio são apropriadas e ressignificadas pelo gótico (KIPPER, 2007). As vestimentas também são uma característica essencial na identidade do gótico, são geralmente roupas pretas com acessórios personalizados. Quando teve início a subcultura, os jovens se vestiam com o que tinham em casa ou encontravam em brechós, os acessórios eram feitos por eles mesmos, essa é uma marca deixada pelos *punks*,

> A reação ao rock setentista ocorre através de jovens de classe média e baixa. Estes esboçavam um visual agressivo, repleto de adaptações que eles próprios realizavam. Por sua baixa renda, adquiriam roupas baratas em geral compradas em bazares de paróquias. Essa indumentária de segunda mão tinha o problema de ter rasgos e ser maior ou menor que o manequim do comprador. Com isso, eram feitas muitas adaptações, costurando emblemas em furos, colocando alfinetes para remendar, criando rasgos, cortando mangas e golas. Esse novo visual emerge de uma maneira criativa de lidar com a falta de dinheiro, e acaba por tornar-se o estado característico daqueles jovens. Calças e camisas apertadas, roupas grandes demais, rasgadas, tênis detonados, passam a ser procurados até por aqueles que têm condições de adquirir outro tipo de indumentária, pois esta passou a ser a imagem dos jovens que se identificam com esse movimento (DIMARCH, 2007 P.44-45).

Atualmente não é mais tão comum a prática do faça-você-mesmo, haja vista que o comércio oferece muitas opções de roupas prontas, além de lojas especializadas em moda gótica. Roupas e sapatos de famosas marcas góticas tornaram-se desejo de consumo (Figura.1). Nesse sentido, vislumbra-se a presença do Fetichismo da Mercadoria na subcultura gótica, haja vista que se negligencia o caráter de exploração da força de trabalho contida na mercadoria produzida. Ao consumir uma mercadoria, se consome também mais-valia concretizada na forma de um produto. De acordo com Marx (1974), mesmo após descobrir que as mercadorias não compõem somente a parte material, mas também tempo de trabalho humano, os trabalhadores ainda assim, acreditam que esse fenômeno seja algo natural e não socialmente arquitetado e planejado.

 ISBN: 1981-1047

Inicialmente o objetivo do gótico ao se vestir de forma diferente das demais pessoas, foi ir contra as convenções sociais, quebrando tabus e regras socialmente impostas. A roupa não era o mais importante e sim o que os levou a usá-las. Outro pilar da subcultura, sendo um dos principais é a música, uma vez que é por esse elemento que a maior parte dos góticos passam a se identificar com a subcultura. Há uma variedade de tipos de música góticas tais como o *Rock*, o *Synth-Pop*, a *Darkwave, Eletro*, *"Indie"* (KIPPER, 2007).

> [...] a música também surgiu como uma grande influência do estilo gótico, no final da década de 1970 e início de 1980, a raiva e a agressividade, que incendiavam o movimento *punk*, começaram a ceder lugar a uma profunda depressão, um sentimento de insatisfação, além da falta de
>
> perspectiva do outro. O porta voz destes angustiados vai surgir, então, em Manchester, na Inglaterra. Ian Curtis e sua banda *Joy Division* são os primeiros a transformar essa melancolia e desilusão em música. Ian suicidou-se em 18 de maio de 1980, dois dias antes da turnê do *Joy Division* pelos EUA. [...] A consolidação do gótico enquanto gênero musical, no entanto, deu-se com o grupo Bauhaus e seu primeiro single, que fazia alusão à morte, morcegos e vampiros (VILLELA *et al.* 2006 P.23).

A música é um dos elementos que leva os jovens a se identificar com a subcultura gótica, geralmente é por onde começa a se conhecer as características do gótico, incluindo sua atmosfera sombria e misteriosa. Usualmente inicia-se o contato com o rock mais popular e difundido nas mídias e posteriormente há o contato com o estilo musical especificamente gótico.

ISBN: 1981-1047

Figura.1 – Revista Gótica

Fonte*:* *Ghotic Beauty Magazine*, 2014

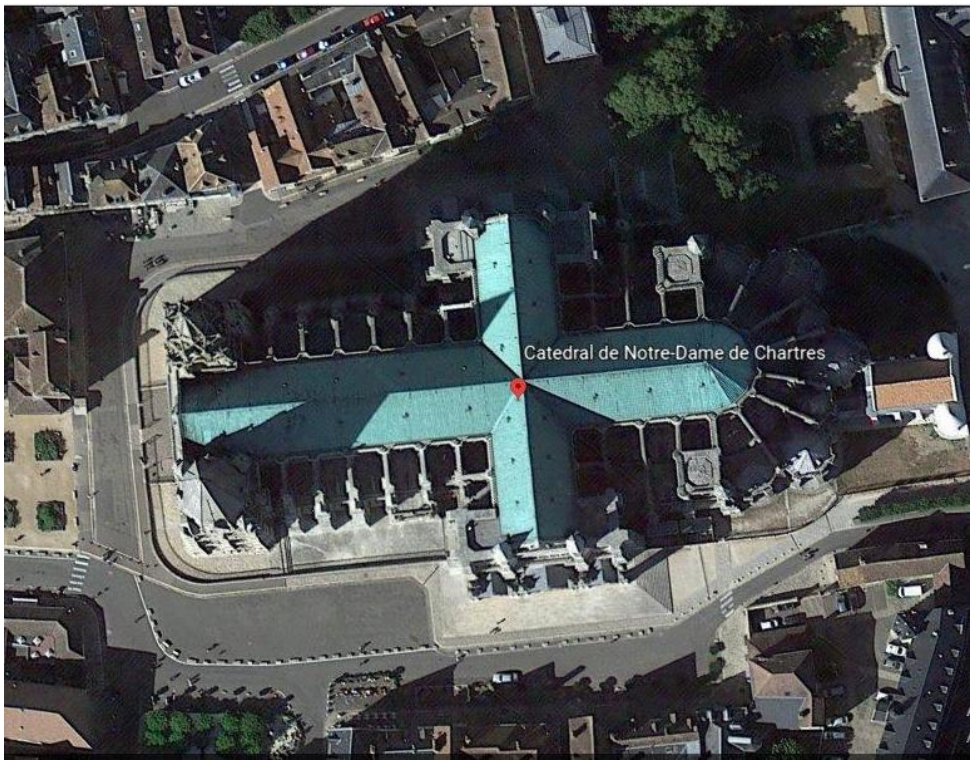
A Origem do Termo Gótico

O uso do termo gótico data da Idade Média, foi usado para designar a arquitetura deste período, marcada por um momento de inovação na área das construções. A arquitetura gótica difere bastante das construções românicas. As catedrais góticas são a maior expressão da arquitetura da Idade Média, essas possuem o interior sem pilastras, com grandes janelas de mosaicos coloridos, o exterior é composto de esculturas e principalmente com arcos em ponta com altura nunca vista na época (STRICKLAND, 2002).

A arte da Idade Média, foi como quase tudo na sociedade da época fundamentada em princípios cristãos. Strickland se referiu às catedrais góticas como "Bíblias de pedra" (2002, P.28) uma vez que praticamente tudo era pensado em torno da religião. Nas paredes imagens bíblicas eram representadas nos vitrais em mosaico, até a planta dessas edificações foram baseadas no corpo de cristo (Figura.2).

ISBN: 1981-1047

Figura.2 – Vista da parte superior da Catedral de Chartres



Fonte*:* *Google Earth,* 2021.

O termo gótico foi usado para se referir à arquitetura medieval como algo ruim, o mesmo tem seus fundamentos na palavra *Godos*, que foram povos estrangeiros considerados bárbaros pelos romanos (FERREIRA, 2000). Porém, a partir do século XVIII a arquitetura medieval começa a ser valorizada. Atualmente, ainda existem construções góticas que foram erguidas na Idade Média, como a catedral de Chartres na França (Figura.3).

> A má reputação da arte gótica – aqui no sentido de "medieval" – foi matizada, na Inglaterra, pelo ambiente de disputa política em relação às heranças culturais anglo saxã e normanda. A partir da metade do século XVIII, pode ser observada a resistência crescente aos princípios neoclássicos, e a consequente revisão do valor da arte medieval. Trabalhos como o de Richard Hurd, Letters on Chivalry and Romance(1762), procuravam demonstrar que a arte medieval não era bárbara e irracional, como afirmava o senso comum, mas que seguia princípios estéticos, que, embora diversos dos do classicismo, não eram a ele inferiores (FRANÇA, P.2496).

ISBN: 1981-1047

Figura.3 – Catedral de Chartres, França

Fonte: https://incomummagazine.com/pt/component/k2/as-catedrais-mais-bonitas-da-europa-13

O uso da palavra gótico para se referir aos jovens que compunham a subcultura, ocorreu a partir de terceiros, que chamavam de góticas algumas bandas das quais eram fonte de inspiração desses jovens. "[...] O primeiro uso (notificado) do termo foi feito pelo inglês Anthony H. Wilson, num programa de 1978 da TV BBC, onde ele descreveu o *Joy Division* como sendo gótico comparado ao pop em voga" (FERREIRA, 2000). O termo acabou sendo apreendido e é usado até hoje. No Brasil, o uso do termo gótico começa em 1985/6 substituindo o termo *dark* (KIPPER, 2007).

As Armadilhas do Capitalismo para a Subcultura Gótica

No momento em que surgem, seja em qual for o contexto, as subculturas são vistas como um desvio às regras sociais e familiares, especialmente pela parcela conservadora da sociedade, não sendo vistas com bons olhos um modo de se vestir e se comportar de maneira

 ISBN: 1981-1047

diferente da maioria das pessoas. Sendo assim, a ideia principal era a de transmitir uma mensagem à sociedade, uma forma de manifesto,

> O "discurso" não é apenas aquilo que é dito através de palavras enunciadas ou escritas. "Discurso" é também o que um objeto quer dizer, seu "sub-texto" não dito. E este objeto pode ser uma roupa, um comportamento, um acessório, uma foto, um quadro, uma peça, etc. (KIPPER, 2007 P.20).

Assim como o *Hippie* e o Gótico foram em determinado momento usados pelas mídias (televisão, revistas etc.) como mercadoria o mesmo se deu com o *punk*. "O Punk é reificado e altamente comercializado. As matérias sobre *Punk* vendem muito bem e as gravadoras buscam bandas para lançar no mercado" (DIMARCH, 2007 P.46). Entretanto, é importante lembrar que o uso dessas subculturas como moda pela mídia inclui a premissa de que mais cedo ou mais tarde a moda passará, dando lugar à outra. Ademais, o que interessa à mídia é extrair o máximo que puder de determinado conteúdo, e assim que não servir mais se livrar do mesmo. Foi o que aconteceu com o *Hippie*, quando a mídia conseguiu associar a figura de um assassino aos *Hippies*, sujando sua imagem e introduzindo na mente dos cidadãos leigos a ideia de que os *hippies* são criminosos, pensamento que perdura até hoje,

> Um outro duro golpe desferido contra o movimento *hippie*, além de ver seus principais representantes enriquecendo e abandonando o estilo para um mais elegante, foi a nomeação de Charles Manson e seus seguidores como *hippies*. A mesma imprensa que ergueu o *rock* progressivo (e também o *glam rock*) busca criar uma imagem marginal dos *hippies*. Charles Manson e seus seguidores assassinaram Sharon Tate (1943-1969) e amigos, esboçando o lado mais cruel e irracional das sombras. Foi, então, associando certos elementos das Sombras aos *hippies* que a imprensa atingiu sua meta (DIMARCH, 2007 P.44).

Na sociedade moderna capitalista a todo momento novos conteúdos, objetos e desejos são produzidos, não há espaço para o passado, há uma reconstrução constante e a

 ISBN: 1981-1047

subcultura gótica não escapa desse processo,

> "Tudo o que é sólido" — das roupas sobre nossos corpos aos teares e fábricas que as tecem, aos homens e mulheres que operam as máquinas, às casas e aos bairros onde vivem os trabalhadores, às firmas e corporações que os exploram, às vilas e cidades, regiões inteiras e até mesmo as nações que as envolvem — tudo isso é feito para ser desfeito amanhã, despedaçado ou esfarrapado, pulverizado ou dissolvido, a fim de que possa ser reciclado ou substituído na semana seguinte e todo o processo possa seguir adiante, sempre adiante, talvez para sempre, sob formas cada vez mais lucrativas (BERMAN, 1982, P.97).

Pode-se perceber o caráter fugaz das produções sociais na sociedade capitalista moderna. Pouco a pouco grupos são desfeitos, ideias são deturpadas, ideologias são ignoradas, assim a subcultura gótica perde aos poucos sua razão de ser. E quando menos se espera os jovens que outrora iam contra as convenções impostas, tornam-se apenas mais uma parcela de consumistas. Esse fato é evidente, basta circular pelas redes sociais para encontrar *influencers* góticos fazendo propaganda de lojas de roupas e de marcas internacionais que exploram a força de trabalho de seus funcionários em condições emergentes, fato que não são mostrados pelas mídias. Villela (2006) traz o trecho de uma entrevista, onde (Jonas) um membro da subcultura gótica explica sua indignação com o gótico da atualidade,

> O preto se banalizou. O tempo e a pouca informação fizeram com que milhares de jovens deturpassem a cultura em centenas de caminhos diferentes. Eles discutem entre si quem é mais gótico que quem. Chegamos a um ponto em que é impraticável definir o gótico como cultura, visto que há muitos pontos de vista sobre o assunto. Somos um bando de indivíduos distintos, ligados entre si por alguma coisa, e nunca se chegará a um consenso sobre o que essa coisa realmente é. Estamos sem rumo, perdidos, e lentamente sendo assimilados pela cultura vigente. Às vezes acho que nos dias de hoje o verdadeiro gótico deveria usar rosa choque (P.25).

Há por parte da subcultura cultura gótica, a valorização do passado, ao contrário do capitalismo que sempre busca uma maneira de "evoluir", pressupondo que tudo deve ser transformado a todo momento (BERMAN, 1982). Assim, [...] o "saudosismo" é,

 ISBN: 1981-1047

previsivelmente, uma outra forma de rejeição ao utilitarismo do mundo atual, que valoriza mais o novo e o descartável" (KIPPER, 2007 P.58).

Contudo, a subcultura gótica está cada vez mais distante de sua ideologia fundante, corre-se o risco do gótico ser transformado integralmente em uma moda com fins exclusivamente comerciais. Esse processo está em andamento, no entanto, como não é algo evidente, muitos indivíduos não conseguem perceber e acabam por colaborar com esse movimento. Na modernidade a busca pelo lucro ocupa o centro do interesse social, por outro lado, o homem é posto em segundo plano, como explica Berman,

> [...] ninguém é intocável, a vida se torna inteiramente dessantificada. De vários modos, Marx sabe que isso é assustador: homens e mulheres modernos podem muito bem ser levados ao nada, carentes de qualquer sentimento de respeito que os detenha [...] (BERMAN, 1982 P.111).

Dessa forma, muito do que é produzido na sociedade moderna é desprovido de conteúdo, para que possa ser substituído por outras relações a qualquer momento. O gótico contemporâneo vem sofrendo com esse processo de perda de conteúdo. Percebe-se uma grande quantidade de subdivisões na subcultura gótica, esta divisão se baseia essencialmente no uso de roupas e acessórios específicos, o que dificulta a compreensão da unidade da subcultura e contribui para a confirmação da ideia de que há uma demasiada valorização da materialidade e consumismo pelos góticos. Algumas subdivisões do gótico são, medieval (Figura.4), *deathrocker* (Figura.5), *old school* (Figura.6), industrial (Figura.7), *cyber* (Figura.8), entre outros.

ISBN: 1981-1047

Figura.4 – Gótica medieval

Fonte: Maria Amanda, 2012.

Figura.5– Góticos *deathrockers*

Fonte: Ernie Omega, 2015

ISBN: 1981-1047

Figura.6 – Góticos *old school*

Fonte: http://ocorvoblog.blogspot.com/2011/02/tipos-de goticos.html

Figura.7 – Gótico industrial

Fonte: https://ladydarks.blogspot.com/2016/03/industrial-gothic-gotico-industrial.html

ISBN: 1981-1047

Figura.8 – *Cyber* góticas

Fonte:https://gothtypes.fandom.com/wiki/Cyber_Goth?file=Cybergoths.jpg

Considerações Finais

Visto as análises realizadas no presente artigo, conclui-se que a subcultura gótica surge entre as décadas de 70 e 80 como um fenômeno independente das imposições sociais, sendo fruto dos jovens dessa geração. Entretanto, essa subcultura vem sendo apropriada pelo capitalismo e servindo como mais um meio de consumo de mercadorias.

O estudo realizado, assim como a problemática surgiram a partir de uma percepção da disputa entre jovens de quem é mais gótico e o julgamento de quem é ou não gótico. Este julgamento é fundamentado essencialmente no pressuposto do consumo de mercadorias como condição para pertencer à subcultura gótica. Além da publicidade nas redes sociais de lojas de vestimentas góticas.

Ademais, a subcultura gótica não foi um movimento político que poderia acabar com o capitalismo, porém, teve um cunho de revolta e rebeldia contra imposições sociais

ISBN: 1981-1047

concretizadas pelo sistema capitalista de produção, em especial a aparência e o comportamento.

Para que a autonomia da subcultura gótica seja retomada é necessário a discussão do problema em questão, para o conhecimento geral, visto que o capitalismo mudou aos poucos a forma como as pessoas enxergam o gótico. Para ser gótico seria preciso consumir roupas, maquiagens, acessórios, livros, músicas, filmes etc. Assim, o processo inverso precisa ser feito, por meio da discussão e conscientização dos indivíduos, principalmente dos jovens, do que houve com a subcultura gótica sob o capitalismo.

Referências

AMANDA, M. *Medieval Gothic stock*. **DeviantArt**, 2012. Disponível em: <https://www.deviantart.com/mariaamanda/art/Medieval-Gothic-Stock-304744379?comment=1%3A304744379%3A4655485721>. Acesso em: 02 de abr. de 2021.

BANSHEES, Bruno. **"FISCAIS" DA SUBCULTURA GÓTICA: ajudam ou prejudicam a cena?**, Youtube. Disponível em: <https://youtu.be/uUkRUvXHXwc> Acesso em: 27 de mar. de 2021. 00:08:36

BERMAN, M. **TUDO QUE É SÓLIDO DESMANCHA NO AR: A aventura da modernidade**. 1 ed. São Paulo: Editora *Schwarcz*, 1986.

DIMARCH, B. F. **O GÓTICO E AS SOMBRAS: Comunicação não Comunicada**. 2007. Dissertação (Mestrado em comunicação e semiótica), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, p.171.

FERRREIRA, C.V. O termo (gótico). **Sépia Zine - Cordel Noturno**, 2000. Disponível em: <http://www.carcasse.com/sepia/sepiazine.htm> Acesso em: 27 de mar. de 2021.

 ISBN: 1981-1047

FERREIRA, A. *Industrial gothic*. ***Lady Dark's Blog***, 2016. Disponível em: <https://ladydarks.blogspot.com/2016/03/industrial-gothic-gotico-industrial.html>. Acesso em: 30 de mar. de 2021.

FRANÇA, J. O Gótico e a Presença Fantasmagórica do Passado**.** Rio de Janeiro: abralic, 2016. Disponível em: <https://abralic.org.br/anais/arquivos/2016_1491403232.pdf>Acesso em: 12 de janeiro de 2021.

GHOT TYPES WIKI ALL THE VARIATIONS OF GOTH. **FANDOM**, [s.d.]. Disponível em: <https://gothtypes.fandom.com/wiki/Cyber_Goth?file=Cybergoths.jpg>. Acesso em: 31 de mar. de 2021.

GOOGLE**. Google Earth**, [s.d.]. Disponível em: <http://earth.google.com/>. Acesso em: 01 de abr. de 2021.

ISSUE 45 NOW AVAILABLE. ***Gothic Beauty Magazine***, 2014. Disponível em: <http://www.gothicbeauty.com/2014/10/issue-45-now-available/>. Acesso em: 02 de abr. de 2021.

KIPPER, H. A. ***A HAPPY HOUSE IN A BLACK PLANET*: INTRODUÇÃO À SUBCULTURA GÓTICA**. 1 ed. São Paulo: Edição do Autor, 2008.

MALKAVIAN, Laira**. Fiscais da subcultura gótica? Quem são?** Youtube. Disponível em: <https://youtu.be/mQnb2SfUFVU> Acesso em: 27 de mar. de 2021. 00:18:33

MALKAVIAN, Laira. **Preciso Provar Pra Alguém Que Sou Gótica? Vamos Conversar Sobre alguns Fatos Importantes**. Youtube. Disponível em: <https://youtu.be/FRy9vdGDE1o>Acesso em: 27 de mar. de 2021. 00:11:34

MARX, K. A Mercadoria. In: MARTINS, J.T; MOREIRA, V. (tradutores) LINARES, A. (transcrição). **O Capital**. Coimbra, 1974. Cap.1

 ISBN: 1981-1047

MIACIRO, Gustavo. **Góticos - A Visão Deles**. Youtube. Disponível em: <https://youtu.be/D31cNXFpqds> Acesso em: 27 de mar. de 2021. 00:04:55

MONTARGIL, G. et al. **Quem eu sou? Subcultura Gótica**, Youtube. Disponível em: <https://youtu.be/MypqpdqgKrM> Acesso em: 27 de mar. de 2021. 00:13:26

NETO, T.N. **MÚLTIPLAS TRAJETÓRIAS JUVENIS EM GUARAPUAVA: TERRITÓRIOS E REDES DE SOCIABILIDADE.** 2008. Tese (doutorado em Geografia) área de produção do Espaço, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente prudente, P.533.

NOGUEIRA, L. Tipos de góticos. **O corvo**, 2011. Disponível em: <http://ocorvoblog.blogspot.com/2011/02/tipos-de-goticos.html> Acesso em: 30 de mar. de 2021.

OMEGA, E. *80s Ghot /Deth Rock- Shadow Dancing – Video*. ***Living The Knight Life***, 2015. Disponível em: <http://omegacollektiv.com/livingtheknightlife/2015/12/23/80s-goth-at-its-height-shadow-dancing-video/>. Acesso em: 31 de mar. de 2021.

RIBEIRO, S. As catedrais mais bonitas da Europa. **Incomum magazine**, 2019. Disponível em: <https://incomummagazine.com/pt/component/k2/as-catedrais-mais-bonitas-da-europa-13>. Acesso em: 31 de mar. de 2021.

STOKER, B. Drácula. **eBooksBrasil**, 2002. Disponível em: <https://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/draculap.pdf> Acesso em: 28 de mar. de 2021.

STRICKLAND, C. P. D; BOSWELL, J. **ARTE COMENTADA: Da Pré-história ao Pós-modernismo**. 8 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

VILLELA, G; SANTOS, J; DINIZ, K; TORRES, M; MENEZES, M. Góticos, a Vida em Preto. Rio de Janeiro: **Eclética**, Jul./Dez., 2006. Disponível em: <http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/media/6%20%20g%C3%B3ticos,%20a%20vida%20em%20preto.pdf> Acesso em: 12 de Janeiro de 2021. P. 22 a 25

EIXO 6
ESPAÇOS URBANOS E RURAIS NA CONTEMPORANEIDADE

ISBN: 1981-1047

ABORDAGENS E CONCEPÇÕES SOBRE O ARRANJO ESPACIAL DA ATIVIDADE BANCÁRIA NA CIDADE DO NATAL-RN

GT – Espaços urbanos e rurais na contemporaneidade

Airon Sarug Ferreira Dantas
aironsarug@gmail.com
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo

Este trabalho parte da premissa de que a investigação geográfica é um elemento indispensável para entender a organização espacial das atuais sociedades e, com isso, por tratar-se de uma ciência que busca constantemente compreender as dinâmicas desenvolvidas ao longo do espaço geográfico, abarcando uma essência enigmática dada pela relação homem-meio dentro de escalas temporais, surge como principal dimensão para discutir os fatores locacionais para a implementação de objetos bancários no município de Natal-RN. O procedimento metodológico partiu, para além do debate teórico dos conceitos relacionados ao tema, da coleta de dados secundários junto ao Banco Central do Brasil e, a busca direta nos sites oficiais das entidades. Como resultado, observou-se então um padrão complexo e desproporcional na evolução desses serviços, já que, devido à forte dinâmica socioespacial apresentada na cidade do Natal, as grandes corporações financeiras tendem a coexistir em espaços mais tradicionais que apresentam uma ampla gama de possibilidades operacionalizantes para as instituições financeiras e seu nicho de mercado, definidos pelo fator populacional, o conjunto de infraestruturas e atividades que dão suporte ao setor, além ligação com importantes eixos viários.

Palavras-chave: Aglomeração; Atividade Bancária; Centralidade; Localização Geográfica; Lógica Espacial.

Introdução

Frente às transformações observadas desde o surgimento do capitalismo, a moeda assume uma condição decisiva na articulação e, principalmente, na organização interna das dinâmicas executadas nas cidades, visto que, como instrumento econômico, apresenta uma importância definitiva ao trabalho, à produção e ao consumo. Desse modo, a questão locacional exprime um caráter estratégico e fundamental em relação ao desenvolvimento de um determinado empreendimento.

A presente pesquisa buscou elencar a distribuição geográfica das grandes redes de atividades bancárias atuantes em Natal, tendo por objetivo sintetizar os principais fatores da organização espacial desses estabelecimentos. Nesse sentido, a hipótese inicial defendida é

 ISBN: 1981-1047

de que há uma relação inerente entre a localização de fato e o acercamento de clientes no perímetro, partindo da premissa de que se beneficiam por situar na presença de outras das agências bancárias, além do mais, constata-se uma maior aglomeração em áreas com maior concentração de renda e, em espaços de grande movimentação e circulação de pessoas, como espaços comerciais e turísticos.

Para reforçar o pensamento, nos baseamos na elaboração de mapas temáticos que viabilizem a espacialização de tal fenômeno e a ligação das variáveis atuantes. Portanto, com a finalidade de alcançar o objetivo proposto, foi apresentado as seguintes indagações a respeito da temática: Como é a logística da distribuição bancária pelo território? Quais são as disposições vistas ao longo do Natal? De que modo a localização da atividade bancária influi na dinâmica territorial estabelecida na cidade?

Em linhas gerais, o ofício metodológico se debruçou inicialmente na coleta e no levantamento de dados secundários no site oficial do Banco Central do Brasil (B.C.) para alcançar dados relativos ao número de agências bancárias, entre outros itens fundamentais ao prosseguimento da pesquisa. Sendo assim, as instituições selecionadas para a análise foram as agências de bancos públicos federais (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), bancos privados nacionais (Itaú, Bradesco) e um banco privado com controle estrangeiro (Santander) presentes na cidade.

Cabe-se, também, além do mapeamento das ocorrências a fim de identificar a disposição encontrada na área da cidade, englobar as explorações bibliográficas adotadas ao recorte temático, sendo discutidos conceitos como redes geográficas, partindo da perspectiva dos geógrafos Milton Santos (2003), Walter Christaller (1966) e Roberto Lobato Corrêa (1989, 1999),com o propósito de sobrepor as informações obtidas para proporcionar encadeamentos lógicos e sistemáticos que possibilitem levantar prognósticos acerca da lógica espacial do setor bancário em Natal.

Perante as considerações anteriores, este trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma. Na primeira seção procuramos discutir alguns pensamentos que exprimem reflexões a respeito da organização do espaço, abordamos previamente sobre a evolução das agências bancárias no Brasil, em especial no RN. Na seção posterior buscamos assimilar o modo articulado do desenvolvimento dos serviços bancários na cidade de Natal, nesse caso, apresentamos algumas questões que foram destacadas a caráter de conclusão.

ISBN: 1981-1047

Por conseguinte, o artigo se justifica pela pretensão de colaborar, com um formato claro e aprofundado, na compreensão das dinâmicas espaciais da atividade bancária no município de Natal, a fim de se desenvolver subsídios que possibilitem novas discussões frente aos estudos locacionais sobre a temática retratada.

Condições existenciais entre o capital e o espaço bancário

A fim de entender a atual estrutura organizacional de uma determinada área, se faz necessário um resgate histórico dos objetos inseridos, bem como observar as transformações que existem no decorrer do tempo, destacando a partir da investigação geográfica os fatores que influenciaram a disposição graças à dinâmica espacial do território.

O espaço pode ser reconhecido como a base material e imaterial para existência humana e, o modo diferencial do seu uso é o que exprime a singularização entre os lugares. O conjunto das relações sociais existentes, dependente do fator temporal, garantem a configuração das formas e funções vistas na organização espacial.

Diante disso, como garante Milton Santos (2003), o espaço como acumulação desigual de tempos, possível de ser destacado enquanto resultado da produção espacial por atores socioeconômicos específicos que foram introduzidos em diferentes momentos, em sua maioria representados por práticas relacionadas ao modo de produção capitalista. Nesse contexto, o capital surge como elemento que se tornou extremamente importante para o homem, por atuar na qualidade de condicionante das atividades econômicas à medida que é caracterizado como valor de troca. Por um conjunto de moedas circulantes em uma região tem-se o sistema monetário, onde manifesta-se no modelo vigente como impulsionador dos processos de acumulação de riqueza, ocasionando uma incrementação técnica pela expansão do trabalho e pela produção de mercadorias.

A crise do capitalismo pressupõe a instabilidade dos modos de produção vigentes, o abalo ocasionado por tais circunstâncias abre possibilidades para o aparecimento de novidades. Sob o mesmo ponto de vista, cada estágio da globalização capitalista implica na transformação espacial, com fins para solucionar os períodos de recessão. Então, a palavra capaz de sintetizar a termologia da reestruturação enquanto mudança no modo de produzir a partir de inovações nos sistemas é a flexibilidade, sendo um processo de acumulação flexível

 ISBN: 1981-1047

do capital com a finalidade de superar as consequências provocadas pelas alterações no equilíbrio político-econômico.

Diversos teóricos partem da concepção discutida por David Harvey (1992), do mesmo jeito que a ampla acepção de Ricardo Antunes (2000) sobre a temática, tratando da forma flexível como parte dos novos setores de produção e dos novos mercados abrangem os padrões desiguais de desenvolvimento. Assim, verificam uma reorganização geográfica da expansão de fixos e novas áreas para estruturar um novo mercado, de maneira ampliada, que contorna o processo de acumulação capitalista nas formas de produzir riquezas para o capital, no uso e contratação da força de trabalho. Além disso, observa-se a flexibilidade no Estado, sendo este mínimo, que aceita facilmente as circunstâncias impostas pelo capital, entendido como o Estado Neoliberal.

Harvey (1992), também debate ponderações relacionadas a essa nova flexibilidade da acumulação capitalista, observando transformações que afetaram o modo de vida e os relacionamentos sociais das comunidades. De modo consequente, a reformulação irá afetar pontualmente os direitos sociais dentro de uma perspectiva moldável, visto que necessitam do Estado para serem garantidos e resultam em negociações de trabalho enfraquecidas por intermédio de uma legislação maleável que anteriormente seguia uma rigidez constituída a partir das lutas e embates desenvolvidos pela sociedade, a classe hegemônica.

Apoiado pela contribuição originada da teoria das localidades centrais por Christaller (1933), demarcando o início do pensar sistêmico sobre os diferentes tipos de redes cabíveis de serem encontradas no espaço geográfico, busca-se a observação de um conjunto de ações e padrões da organização espacial vista numa região exclusiva, entendendo a rede por si mesma e a organização de uma cidade. A condição complexa sobre o princípio embasado pelo autor se apresenta ao associar o espaço com um caráter isotrópico, dado que, o espaço não é homogêneo, encontra-se em constante modificação perante a ação de quem detém poder, não obstante, é bastante eficaz para deixar claro as grandes aglutinações de um local.

De maneira a corroborar a análise em questão apreende-se o vocábulo das redes geográficas, termo trabalhado por Corrêa (1999), como o conjunto de localizações articuladas no qual estão interligadas por vias e fluxos que auxiliam na organização do espaço. Em vista disso, o que torna as agências bancárias um objeto de investigação geográfica é o fato de

 ISBN: 1981-1047

estarem diretamente relacionadas entre si ao considerarmos sua totalidade, pois, no que depende de sua dimensão estrutural e funcional, uma dada unidade é capaz de controlar os demais presentes num único território em virtude da sua posição hierárquica.

Considerando o exposto, as agências bancárias configuram na interface atual das materialidades dispostas nos espaços urbanos, o que as incluem na categoria de redes geográficas. Por oferecerem serviços planejados, influenciam diretamente nas necessidades humanas, como a criação e a circulação do dinheiro e a possibilidade de investimentos financeiros, interagindo assim com os mais diversos setores da economia de um país. Quando investiga os diferentes tipos, observa-se inclusive a forma de controle dos seus usuários, uma vez que, certas categorias devem cumprir exigências preestabelecidas para adesão.

Na corrida por ampliar o mercado e manter a instituição competitiva, fala-se nas inovações que os segmentos atualmente dispõem, como nos investimentos maciços em tecnologia que além de ampliar a porção de dependentes, nesse caso os mais jovens, rompem com um problema engrenado ao setor: a burocracia e as longas filas enfrentadas pelos clientes. Desse modo, a alteração em seu conteúdo técnico permitiu uma remodelação da categoria com a diminuição na perda, aperfeiçoamento no atendimento online, destinando ao cliente maior comodidade, precisão e segurança ao realizar diversos serviços por meio de aparelhos eletrônicos.

A metamorfose do trabalho na contemporaneidade foi determinada pelo conhecimento do Estado Neoliberal entre os governos, ligados à disputa de distintos interesses no ramo corporativista, burocrático, político e de mercado. Por Perry Anderson (1995), revela-se os diversos países do mundo que utilizaram o modelo em sua gestão administrativa, dentre eles o Brasil que iniciou de modo lento e com dificuldades a partir dos anos 1990. Alterações encontradas no Brasil, tanto quanto na América Latina, marcaram profundas repercussões na força de trabalho e organização da produção, mediante tentativas de abertura da economia para o capital internacional, privatizações, além da desregulamentação das normas trabalhistas verificado fortemente entre o fim dos anos 1980 e durante os anos 1990.

Compreendida por Harvey (2004) como um processo, a globalização acentuou essas transformações na medida em que é um fragmento integrante da ordem política e leva em consideração as necessidades momentâneas, concordantes da reorganização das

 ISBN: 1981-1047

tendências espaciais atuais. Ao trabalhar uma conexão entre a contemporaneidade das dinâmicas globais e suas alterações substanciais para paisagem geográfica, vê-se uma catalisação da associação tempo-espaço, onde as constantes mudanças recentes possibilitadas pelo capitalismo, tal qual os novos atrativos desse processo, ocasionaram um encurtamento de distâncias por ondas tecnológicas, instalações de infraestruturas físicas e a velocidade dos sistemas de informações, bem como fatores da desregulamentação financeira e o poder gerido pelo Estado em regular o dinheiro (HARVEY, 2004).

Breve panorama da rede bancária: um balanço do Brasil ao Rio Grande do Norte

Os bancos nascem com a função de hospedar o dinheiro das pessoas, garantidos por serem considerados locais confiáveis. Com o passar do tempo e posterior a criação da moeda, surgiu a necessidade de construir um ambiente específico para guardar os valores com mais segurança. As instituições financeiras lucram por meio da cobrança de taxas e juros entre as movimentações e serviços prestados, tais como manutenção de conta, empréstimos, transações.

Os primeiros sistemas bancários em território nacional originaram-se no século XIX e foram destinados a pessoas com grande poder aquisitivo, sendo grandes negociantes ou pessoas abastadas. Já os bancos estrangeiros entram no país no século seguinte, voltados para dar suporte ao setor bancário existente. Em alusão ao sistema bancário brasileiro, destacamos que estes se instalam a partir dos interesses do setor financeiro público e privado, além das intervenções praticadas em diferentes momentos pelo Estado que permitiram uma maior especialização de instituições nacionais e estrangeiras no território.

Os serviços bancários sofreram drásticas transformações no decorrer dos anos, dando início a implementação das agências bancárias, dos cartões de crédito e primeiros caixas eletrônicos, impulsionados com o advento da era tecnológica. Anterior a isso, notava-se uma desarticulação, tanto pela precarização das infra estruturas terrestres e de comunicação quanto por centros financeiros isolados.

Para Corrêa (1989), um dos elementos centrais para a expansão das instituições bancárias se deu a partir da década de 1960, com a desintegração dos bancos regionais pela união às unidades nacionais e internacionais, iniciando assim a possibilidade da articulação, mesmo que precária, com as demais regiões. Por se tratar de agentes hegemônicos, grandes

 ISBN: 1981-1047

corporações relevam as redefinições operacionais por meio de fusões, visando a rentabilidade financeira desse amplo setor. Nesse caso, à medida em que se diminuía o número de bancos operantes, aumentava gradativamente a materialização de fixos voltados à prestação de serviços operacionais no Brasil, por meio das agências bancárias.

Desse modo, a atividade bancária sofreu drásticas transformações no decorrer dos anos, principalmente após a década de 1960 em função da reestruturação produtiva, dando início a expansão e modernização do sistema. Por se tratar de agentes hegemônicos, em diferentes temporalidades as grandes corporações relevam redefinições operacionais por meio de fusões que visam a rentabilidade financeira desse amplo setor, com a absorção dos pequenos bancos regionais. Na esfera do processo de reestruturação, o segmento caracterizou-se pela internacionalização, desregulamentação e liberalização bancária.

Camargo (2009) garante que a concessão de incentivos fiscais para incorporações nacionais, a partir das reformas implantadas pelo governo, foram um dos motivos que ocasionaram as fusões em distintos períodos. A fusão dos bancos durante o período da constituição do sistema nacional foi caracterizada pela tentativa de conter os perigos financeiros enfrentados com a introdução das corporações estrangeiras no país. Nesse caso, a medida em que se diminuía o número de bancos operantes, aumentava gradativamente a materialização de fixos voltados à prestação de serviços operacionais no Brasil, por meio do espraiamento de agências e postos de atendimento ligados aos maiores conglomerados nacionais.

Em vista disso, o que torna as agências bancárias um objeto de investigação é o fato de estarem diretamente relacionadas entre si no espaço geográfico, ao considerarmos sua totalidade, pois como garante Corrêa (1999), o conjunto de localizações articuladas no qual estão interligadas por vias e fluxos que auxiliam na organização do espaço. No que depende da sua dimensão estrutural e funcional uma dada unidade é dotada de conteúdos e atuações, são feições espaciais que dependem da integração estrutural com o meio, pois independentemente da capacidade de cobrir uma dada área territorial apresentam um papel relevante na reestruturação da rede urbana.

De forma geral, a rede bancária nacional encontra-se concentrada pela região Sudeste, em um contraste a região Norte visto na Tabela 1, destacando o impacto que o nível de urbanização e o desenvolvimento tecnológico de natureza progressiva — processo de

 ISBN: 1981-1047

automação bancária — no percurso da formação socioeconômica de uma área pode exprimir para a estratégia organizacional de instalação.

Tabela 1. Distribuição geográfica das agências bancárias no país por região de 2005 a 2020

Região	2005	2010	2015	2020
Nordeste	1.975	2.527	3.320	3.163
Norte	572	746	1.047	1.094
Centro-Oeste	1.040	1.310	1.664	1.576
Sudeste	5.723	9.196	10.618	9.488
Sul	2.543	3.201	3.742	3.590
Total	11.853	16.980	20.391	18.911

Fonte: Banco Central do Brasil (2020).

No âmbito nacional a distribuição dos equipamentos bancários encontra-se reunidos nos principais centros urbanos, sobretudo nas médias e grandes cidades. Porém, mesmo ainda com todos os processos de introdução do meio técnico no interior do país, identifica-se uma estruturação aglomerada de agências bancárias. Algumas das características que induziram o alcance da eficiência para a inserção dos bancos nos municípios destacados estão relacionadas ao grau de dimensão do meio técnico-científico-informacional, definidas pela ampliação de infraestruturas terrestres e comunicacionais que facilitam os deslocamentos de produtos, pessoas e informações, do mesmo modo da formalização de uma rede bancária no espaço pelo crescimento de agências e, em especial, dos postos de atendimento bancário que possibilitou um maior alcance a população das áreas mais distantes.

Diante disso, segundo a lógica econômica de valorização e movimentação de capital, o seguimento da atividade se desenvolveu ao longo dos grandes centros urbanos do país, principalmente pelo Estado de São Paulo, como garante Corrêa (1989) ao realçar a atração que a metrópole paulista exercia em sediar as principais empresas e controlar as decisões financeiras.

No Estado do Rio Grande do Norte (RN), por sua vez, a distribuição dos equipamentos bancários encontra-se reunidos nos principais centros urbanos, sobretudo nos municípios de Mossoró e Natal que acabam exercendo funções de atração, devido às forças do mercado, os aspectos socioeconômicos, bem como a densidade técnica estabelecida.

ISBN: 1981-1047

Ainda assim, identifica-se uma estruturação aglomerada vista na Tabela 2, tendo como reflexo a geração de processos migratórios ou deslocamentos pendulares em cidades pequenas.

Tabela 2. Municípios no Rio Grande do Norte com o maior quantitativo de agências bancárias em 2019

Município	Banco do Brasil	Bradesco	Caixa	Itaú	Santander
Caicó	1	1	1	1	1
Mossoró	5	3	3	1	1
Natal	19	10	13	11	8
Parnamirim	4	1	2	1	-
São Gonçalo	1	1	1	1	-

Fonte: Informações fornecidas pelos sites oficiais dos bancos pesquisados (2020).

Algumas das características que induziram o alcance da eficiência para a inserção dos sistemas bancários nos municípios destacados estão relacionadas ao grau de dimensão tecnológica, definidas pela ampliação da energia elétrica e construção de vias terrestres que facilitam os deslocamentos de produtos, pessoas e informações, da mesma maneira que a formalização de uma rede bancária no espaço pelo crescimento de agências e, em especial, dos postos de atendimento bancário para facilitar a população no interior.

Apesar dos avanços vistos nos últimos anos com a inserção pelas mais diversas regiões do Estado, o RN, assim como as demais Unidades Federativas do país, tem acompanhado uma desaceleração na expansão de agências físicas com o propósito de redução de custos (Tabela 3).

Tabela 3. Distribuição do quantitativo de municípios desatendidos pelas redes bancárias no Rio Grande do Norte.

Unidade Federativa	Ano	Municípios desassistidos	Total de municípios
RN	2016	199	167
	2018	127	
	2020	129	

Fonte: Banco Central do Brasil (2020).

ISBN: 1981-1047

Sem dúvida, uma das principais novidades mobilizantes do período foi a fase de transição tecnológica. O processo carrega em si a ideia de que há mudanças de sentido, principalmente do interesse do capital financeiro com uma nova forma de conceber o próprio objeto e a sua finalidade, para mais de alterar de modo significativo a lógica produtiva, modificando suas estratégias frente à competitividade, pois trata-se da disputa entre interesses capitalistas distintos. Essa incorporação de novas tecnologias agregadas ao serviço bancário pode alterar consideravelmente o modo dos processos de trabalho, as mudanças das atitudes dos profissionais, como impactar a assistência fornecida aos usuários e a competitividade do segmento. Nesse contexto, a visão que se exprime idealiza a discussão da reestruturação produtiva alicerçada no crescimento da produtividade e do desemprego.

Dentre as virtudes mais aplicadas pelos bancos, inquestionavelmente ressaltamos o esforço em adaptar-se às nuances do mercado e estabelecer produtos mais econômicos, ao incorporar operações rentáveis, ou menos burocráticas, que resultem na satisfação dos clientes e usuários para a garantia dos serviços prestados à população, dos empregados no que tange ao comprometimento com os resultados. Além disso, a busca da utilização de planejamentos táticos numa perspectiva de orientação tecnológica, assim como o aperfeiçoamento dos equipamentos físicos pressupondo uma descentralização e, futuramente, concentração hierárquica em grandes cidades.

Em razão disso, o exercício da atividade bancária está estreitamente articulado com as lógicas espaciais de localização dos agentes na dimensão econômica, ligado ao papel que as empresas ocupam em controlar os serviços no país. Assim, as práticas da atividade bancária revelam como elemento central possíveis centralidades de atividades presentes em capitais estaduais, local s

ede do comando das empresas atraídas por elementos simbólicos, incentivos políticos e, especialmente, a rentabilidade econômica. Face ao capitalismo contemporâneo, reparamos notáveis instituições que desempenham um papel de gestão do território, na qualidade controladora da organização, concentração e distribuição das formas espaciais (CORRÊA, 1987).

Em tal caso, a motivação pode ser explicada pela reestruturação das redes, adotando estratégias pela operacionalização das bases digitais, com a modernização tecnológica priorizou-se o autoatendimento e a conversão de agências em postos de atendimento, ou

 ISBN: 1981-1047

seja, enfraquecendo atuação do mercado, onde o esvaziamento desses empreendimentos corrobora com os procedimentos para viabilizar a privatização das empresas públicas. Além disso, se tem visto o fechamento de agências pelo interior frente às fortes ondas de violência crescentes nas cidades, implicando diretamente na vida de uma parcela considerável da população. Para dar prosseguimento à discussão, consideramos exclusivamente as ocorrências materializadas na capital do estado, justo pela diversidade constatada no meio.

Tendências espaciais das Agências Bancárias em Natal-RN

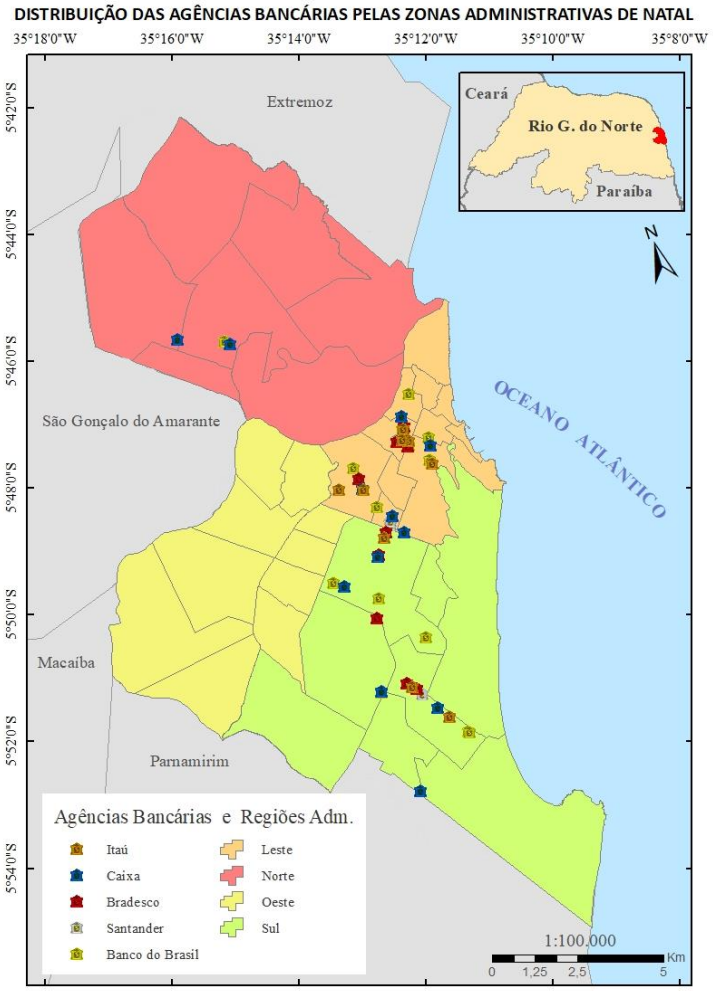
Por uma escala regional, as alterações encontradas na espacialidade desses objetos não alteram o destaque que Natal possui. Em sua configuração, as entidades tentam abarcar em seu perímetro um número expressivo de usuários, acercando a população. A princípio, a imposição espacial desses serviços é condicionada pelo protagonismo interveniente que os agentes econômicos retêm, capazes de reuni-los em locais de fácil aproximação, equipados por uma infraestrutura adequada.

Todavia, essas atividades geograficamente concentradas em determinadas zonas apontam vantagens locacionais conduzidas por interesses singulares que desvendam a ordenação dos grupos bancários sobre o território. Decorrente desse regime, reforçou-se a aglomeração das sedes nos locais onde residem pessoas com maior poder aquisitivo, desta maneira, diversas unidades conectam alguns bairros providos de melhores infraestruturas e serviços especializados que acentuam essa diferença no espaço interno da cidade.

Na interpretação visual que pode ser observada no recorte superficial da região na figura 1, percebe-se que a cidade concentra uma grande quantidade de agências bancárias, pelo poder de apresentar uma alta relevância financeira e econômica no Estado. Contudo, atenta-se a presença das companhias em bairros de renda média/alta, indicando vigorosamente a existência conexão entre a inserção de uma companhia bancária e a disponibilidade de um adensamento técnico no local.

 ISBN: 1981-1047

Figura 1. Localização geográfica das agências bancárias

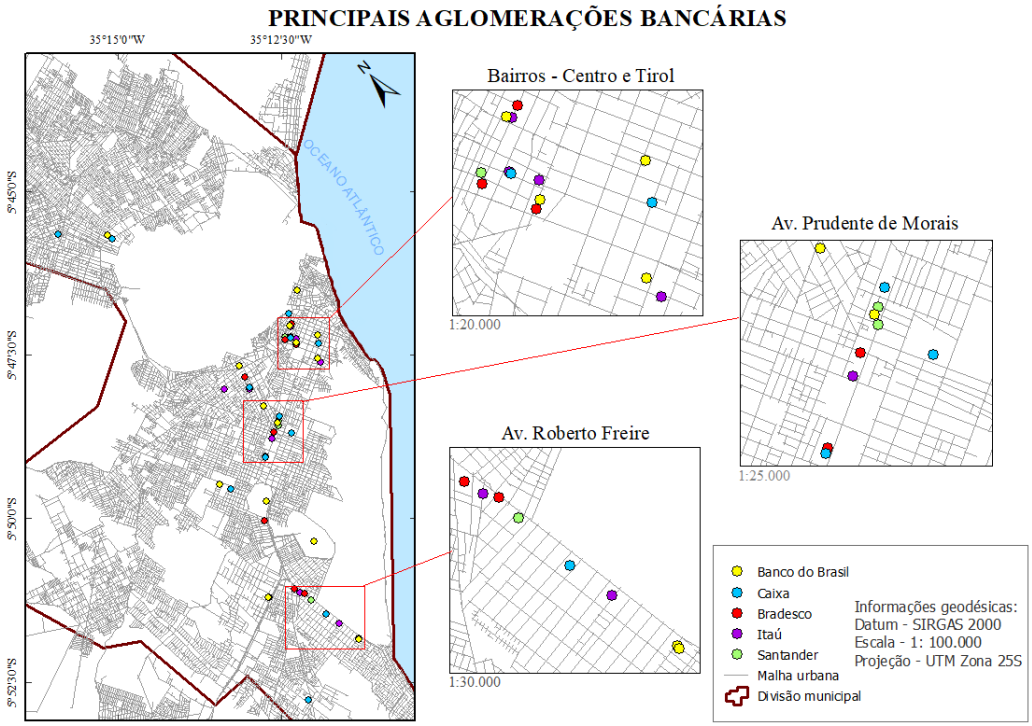


Elaboração cartográfica: Airon Sarug Ferreira Dantas.
Fonte: IBGE (2010), Itaú, Banco do Brasil, Santander, Bradesco, Caixa (2019).

A fim de determinar os fatores locacionais das agências bancárias em Natal, elaborou-se a figura 2, destacando os principais centros bancários. Para além dos aspectos anteriormente ditos, algumas variáveis podem ser elencadas para explicar o posicionamento planejado desses fixos no município: o público alvo, a origem da agência, a presença da concorrência, características populacionais, características do setor e a infraestrutura urbana. Antes de tudo, deve-se considerar que essas categorias estão estreitamente interligadas, em paralelismo a condição urbana densa que ocasionou o padrão aglutinador da feição visualizada abaixo.

ISBN: 1981-1047

Figura 2. Concentrações dos estabelecimentos bancários em Natal-RN



Elaboração cartográfica: Airon Sarug Ferreira Dantas.
Fonte: IBGE (2010), Semurb (2015), Itaú, Banco do Brasil, Santander, Bradesco, Caixa (2019).

Referente aos bairros da Cidade Alta e Ribeira, verifica-se a disseminação desses objetos, pois foi iniciado nas áreas centrais da cidade. Já para o bairro do Tirol, prevalecem os bancos que oferecem serviços especializados para clientes de alta renda, visto que, para admissão é necessário ter alguns requisitos predeterminados por cada instituição em questão. Percebe-se que, entre os motivos pelos quais foram instalados nessas regiões, há uma lógica em se preocupar com a forte concentração demográfica, pelos diferentes perfis de poder aquisitivo que habitam na redondeza, a concorrência — corrobora em aumentar a circulação de usuários no perímetro, proximidade de imponentes eixos viários que ligam a região as demais zonas, bem como do importante centro financeiro e o intenso movimento comercial estabelecido na localidade.

Pode-se inferir que a infraestrutura urbana é a principal condição para a produção de uma morfologia articulada de serviços bancários encontrados ao longo da Avenida

 ISBN: 1981-1047

Prudente de Morais, onde hoje, manifesta-se como palco que adquiriu uma qualidade central, imprimindo uma posição expressiva para a hierarquia intraurbana processada na cidade. O caso evidenciou-se pela ampla diversidade de atividades e bens oferecidos, significando em um fator atrativo para a instalação desses empreendimentos, pois, para além da redução de custos por se localizar em uma região eminente no âmbito citadino, a disposição intensifica as relações e integram o público alvo, refletida pelo nicho estratégico que a centralidade influência no número de agências, inseridas em uma ordenação contínua ou descontínua na superfície.

A compreensão dos processos mais gerais referente ao dinamismo presente em Capim Macio é desvendada pela principal via terrestre encontrada no bairro, a Avenida Engenheiro Roberto Freire. Após a intensificação da malha urbana pelos bairros circunvizinhos, principalmente Ponta Negra. Através da diversificação de suas atividades, a avenida despertou o interesse dos agentes hegemônicos identificando a área como uma potencialidade ao crescimento de usuários, porque, o consequente aumento na circulação de pessoas acarreta um local bem articulado que desfruta, para além de uma demanda múltipla, de condições favoráveis espacialmente, representando menos riscos ao investimento no setor tanto pela conexão com a zona sul quanto por ser porta de entrada para os turistas que se dirigem ao litoral, acarretando em benefícios financeiros e logísticos para as instituições.

Dentro dessa perspectiva, é perceptível que, por gerarem serviços mais íntegros e com acúmulos de funções, as firmas necessitam de funcionários qualificados, capazes de serem encontrados nos centros urbanos. Como ilustra a figura, pode-se dizer que os estabelecimentos tendem a se localizar em áreas que já existam concentrações financeiras, usufruindo do alto grau de desenvolvimento territorial, social e econômico, já constituído. No entanto, esse fenômeno do agrupamento de unidades é mediado por ações que envolvem atores econômicos e financeiros detentores de poder que expandem a partir de suas necessidades, integrando espaços considerados privilegiados, isto é, arranjos espaciais delimitados por acúmulo populacional e de renda na cidade.

No que se refere às tendências locacionais desses objetos vistos na cidade de Natal, são elementos que acompanham as dinâmicas firmadas no espaço, já que se concretizam em áreas com grande circulação de pessoas e maior visibilidade. Em razão de serem atraídas pela agilidade, os direcionamentos encaminhados aos fixos geográficos se dão de preferência aos

 ISBN: 1981-1047

locais que atravessaram um demasiado regime urbanístico, a exemplo de áreas ditas centrais e avenidas principais.

Correspondente ao cenário temporal, a racionalidade adotada pelas empresas é a flexibilização dos negócios frente às constantes metamorfizações do espaço urbano, graças ao comportamento dos agentes preponderantes em colaborar com a fluidez da atividade e potencializar a disposição territorial, baseada na maior abertura de mercado e o consequente aproveitamento do público.

Considerações Finais

Com o estudo apresentado, espera-se ter auxiliado na compreensão da dinâmica e padrões espaciais dos equipamentos bancários da cidade de Natal. Proveniente das novas configurações surgidas com a instalação desses empreendimentos no território, o dinamismo provocado por esses objetos propicia marcantes alterações no arranjo dos espaços urbanos, estejam eles em áreas consolidadas ou de expansão, cada vez mais banalizadas mediante essa configuração.

Desse modo, observa-se que a organização é percebida de um jeito diferenciado pelos cidadãos, pois o arranjo identificado pressupõe um sistema de exclusão, no qual as agências bancárias impõem contradições nítidas aos habitantes pela ampliação das distâncias e a valorização de áreas centralizadas. Logo, há uma insatisfação ao verificar o isolamento da população nas zonas Oeste e Norte da cidade, repercutida no serviço minimizado pela redução do número de agências instaladas no entorno e, agravando ainda mais as discrepâncias encontradas no território.

A grande dificuldade de incorporar espaços adjacentes parte do comando direcionado pelas forças de mercado e a geração de liberdade que essas instituições conservam no território. A cidade cresce e se torna um produto cada vez mais fragmentado, privilegiando as zonas nobres e centrais e, diminuindo a acessibilidade da população que vive em locais distantes, visto que, as características da atividade bancária seguem uma lógica de localização direcionada para atender aos interesses da classe dominante, bem como de suas interações socioespaciais, tendo em vista uma maior atração de clientes a partir da proximidade de instituições variadas e eixos viários de grande importância na cidade, que

 ISBN: 1981-1047

acarretam na aglomeração singular de serviços e, consequentemente torna-se mais atrativo para a implantação nesses espaços.

Em consonância com os dados e análises retratadas no conteúdo deste estudo, verifica-se, a título de conclusão, que os centros financeiros um caráter pouco distributivo, portanto, a expansão desses novos objetos multifuncionais ocasiona profundas mudanças na dinâmica interna da cidade, agregando elementos específicos que os tornam únicos, sendo parte integrante dos movimentos capazes de alterar os modos de circulação e uso do espaço, o viver urbano. Uma maior autonomia dessas corporações estabelece fluxos e centralidades em diferentes lugares, expandindo suas unidades de modo assimétrico, redirecionando-os para regiões dinâmicas da cidade, alvo da lógica capitalista e especulação imobiliária.

De qualquer forma, ponderações acerca de fatores locacionais são complexas, há que se despertar para as discrepâncias espaciais provocadas por tais sujeitos e adaptadas ao objeto a ser analisado. À vista disso, reforçamos a necessidade de análises detalhadas relacionadas aos impactos gerados por tais sujeitos, primordialmente, através de discussões no que concerne à mobilidade urbana, sobre o comportamento dos viajantes baseado nos fluxos de deslocamento. Outro problema encontrado nas cidades cabe ser investigado de forma detalhada, relaciona-se aos motivos causados pela desintegração de agências bancárias por toda extensão do país, onde a composição atual propicia o oferecimento de serviços por intermédio de correspondentes e postos de atendimento bancário. Trata-se de sugestões para futuros estudos, em busca de novos parâmetros e variáveis que complementam e fortalecem a temática aqui abordada.

Referências

ANDERSON, Perry. **Balanço do Neoliberalismo.** In: EMIR, Sader; GENTILI, Pablo Gentil (Org.). Pós-neoliberalismo: As políticas Sociais e o Estado Democrático. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 7a. ed. ampl. São Paulo: Cortez; Campinas, São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

CAMARGO, Patrícia Olga. **A evolução recente do setor bancário no Brasil.** São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

 ISBN: 1981-1047

CHRISTALLER, Walter. **Central places in Southern Germany.** Prentice-Hall, 1966.

CORRÊA. Roberto Lobato. **Gestão do Território – Reflexões Iniciais.** In: LAGET, 1987.

_____. **Concentração bancária e os centros de gestão do território.** Revista Brasileira de Geografia, IBGE, v. 51, n. 2, abr./jun, 1989. p. 17-32.

_____. **Redes Geográficas: cinco pontos para discussão.** In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. Novos estudos de geografia urbana brasileira. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1999.

HARVEY, David. **A condição Pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1992.

_____. **Espaços de esperança.** São Paulo: Loyola, 2004.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica, Razão e Emoção.** 3ª Edição. São Paulo: Edusp, 2003.

 ISBN: 1981-1047

A ATUAÇÃO DA MRV ENGENHARIA S/A NO ESPAÇO URBANO BRASILEIRO: O CASO DE PRESIDENTE PRUDENTE-SP E RIBEIRÃO PRETO- SP

GT- Espaços urbanos e rurais na contemporaneidade

Bruna Ribeiro Corrêa
bruna.correa@unesp.br
FCT Unesp- Campus de Presidente Prudente

Resumo
As incorporadoras do setor imobiliário brasileiro atuam como agentes na produção de habitação, modificando paisagens de diversas cidades através da incorporação de empreendimentos imobiliários. Assim, este trabalho visa compreender a atuação da incorporadora MRV Engenharia S/A em duas cidades médias brasileiras: Presidente Prudente- SP e Ribeirão Preto-SP. Para a realização do trabalho, utilizamos como base os dados retirados do sítio eletrônico da incorporadora e do Ministério de Desenvolvimento Regional. Deste modo, as informações obtidas foram compiladas e transformadas em dois produtos cartográficos, os quais foram analisados e discutidos, sendo possível a compreensão do uso de estratégias produtivas e econômicas semelhantes, porém com práticas de implantação distintas em cada cidade analisada.

Palavras- Chave: MRV; Produção do espaço urbano; Ribeirão Preto/SP; Presidente Prudente/SP

Introdução

O contexto de análise deste artigo encontra-se referenciado na expansão da produção imobiliária recente no Brasil, identificada por uma ampla gama de autores, dentre eles Shimbo (2010), Royer (2009), Melazzo (2013), Fix (2011), entre outros. Tal expansão foi promovida pela conjugação do crescimento da economia brasileira e do salário mínimo, aumento do crédito e programas públicos de acesso à moradia, bem como por concomitantes transformações estruturais na organização dos capitais imobiliários, por exemplo, a abertura de capitais ligados a este setor da produção na bolsa de valores (PAIVA, 2007; FIX, 2011; MELAZZO, 2013; ROLNIK, 2015).

As mudanças apontadas possibilitaram o surgimento e a consolidação de grandes empresas construtoras e incorporadoras imobiliárias que passaram a atuar em escala nacional de maneira efetiva.

 ISBN: 1981-1047

Com a maior disponibilização de crédito via financiamentos e o lançamento, no ano de 2009, do programa habitacional Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), foi possível a inserção de um novo público consumidor antes fora desse mercado com as diferentes formas de financiamentos e ampliação dos prazos de pagamentos e a diminuição nas taxas de juros. Logo, a corrida das grandes incorporadoras pela compra dos *landbanks* criou eixos de negócios em novas localidades, resultando em expansão de grandes incorporadoras pelo país, colaborando assim para criação de um mercado nacional.

Nesse sentido, é necessário nos atentarmos a algumas mudanças de dimensão institucional/legal que podem ser datadas até mesmo antes do período em destaque de forte expansão econômica (2005 – 2015) e que exigem a exploração e análise de algumas medidas institucionais.

Nesta dimensão legal/regulatória destaca-se a criação do sistema de financiamento imobiliário (SFI) em 1997 pela lei n° 9.514. Tratou-se de um novo sistema cujo objetivo seria de criar e consolidar mecanismos de financiamento via mercado para a produção imobiliária em geral e habitacional Poupança e Empréstimo (SBPE). Buscava-se, assim, acesso ao crédito imobiliário mais flexível, ao seguir condições de mercado, sem subsídio e sem interferência governamental. Porém, é necessário enfatizar que se tratou também de um instrumento de financiamento voltado para segmentos de renda que não fazem parte do déficit habitacional brasileiro. Desta forma, os imóveis voltados às camadas mais populares ainda estariam a cargo do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Aquele novo sistema visava consolidar "a racionalidade das finanças na organização do financiamento da política de crédito imobiliário, inclusive o habitacional" (ROYER, 2009, p.15). Ainda de acordo com esta autora:

> Ao contrário do sistema anterior, apoiado em um funding público, o SFI buscava deslanchar o crédito imobiliário com o uso de instrumentos financeiros inovadores [...] buscando introduzir, ainda que em menor escala, um mercado de financiamento habitacional semelhante ao modelo norte-americano (ROYER, 2009, p. 15).

A lei nº 9.514, sancionada em 1997, trouxe ao SFI a instituição da alienação fiduciária, cujo objetivo foi e é o de fornecer segurança aos investidores que o SFI exigia, em contraponto ao modelo de financiamento habitacional SFH. Isto posto, foi criado e oferecido um novo modelo de garantia aos investidores em caso de não pagamento dos

 ISBN: 1981-1047

financiamentos/hipotecas, sendo que essa instituição facilitaria a execução da retomada do imóvel. Define-se que a posse do imóvel só seja passada ao mutuário quando o mesmo quita a totalidade da dívida, concedendo a ele apenas o domínio do imóvel durante o período do pagamento. No entanto, a alienação fiduciária garante uma segurança jurídica se comparada ao SFH, cuja posse e o domínio do imóvel eram passadas ao mutuário após o pagamento de uma parte de 20 a 30% da dívida, fornecendo uma garantia e facilitando a execução até então lenta da retomada dos imóveis (ROYER, 2009).

Adicionalmente, é importante destacar que posterior à lei do SFI em 1997, houve no ano de 2004 com o então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, o sancionamento da lei 10.931 que trouxe mudanças importantes nas incorporações imobiliárias e patrimônio de afetação. Constitui-se, a partir de então, como um patrimônio autônomo, separado dos demais patrimônios da incorporadora. Por exemplo, uma incorporadora que possua 21 empreendimentos e um deles chega à falência, esta não irá afetar o desenvolvimento dos outros 20. Numa perspectiva geral, a lei representou um avanço no que diz respeito à proteção dos compradores de imóveis, conferindo ao mercado imobiliário um marco regulatório mais rígido e "confiável", com o objetivo de atrair investidores.

Contudo, é a partir deste contexto que se consolida e ganha destaque uma das empresas imobiliárias mais significativas de atuação nacional, inclusive no PMCMV: a MRV Engenharia S/A.

Tendo em vista a breve introdução apresentada, buscamos como objetivo geral deste trabalho compreender a atuação da MRV Engenharia S/A em Presidente Prudente (SP) e Ribeirão Preto (SP). Para tanto, os seguintes objetivos específicos foram elencados: Identificar os empreendimentos e respectivas faixas do PMCMV; mapear os empreendimentos produzidos pela MRV através do PMCMV em Presidente Prudente (2009-2019) e Ribeirão Preto (2009-2019) e comparar os dados de atuação da incorporadora nas duas cidades analisadas.

No que diz respeito as metodologias, são utilizadas como fontes para o trabalho bibliografias especializadas para o aprimoramento do estudo, bem como informações coletadas do sítio eletrônico do Ministério de Desenvolvimento Regional. Esta plataforma apresenta dados sobre a atuação da incorporadora através do PMCMV nas duas cidades

 ISBN: 1981-1047

analisadas. Também citamos o sítio eletrônico da própria incorporadora o qual expõe dados sobre a trajetória da mesma. Os sítios eletrônicos utilizados somam fontes importantes para a organização da produção cartográfica.

A MRV Engenharia S/A e sua atuação no setor imobiliário brasileiro.

A MRV Engenharia S/A iniciou sua atuação no setor imobiliário brasileiro no ano de 1979 em Belo Horizonte- MG e suas atividades envolvem a construção e incorporação de empreendimentos imobiliários em mais de 160 cidades brasileiras.

A diversificação geográfica da MRV com a ampliação do número de estados da federação e de cidades onde atua iniciou-se no ano de 1994. A incorporadora até então atuava apenas em Minas Gerais, mais precisamente em Belo Horizonte.

No ano de 2017, com a ampliação das atividades, os empreendimentos da MRV Engenharia S.A. chegam até o norte do país. Assim, até o ano de 2019 os empreendimentos da MRV passam a estar presentes em 160 cidades brasileiras, em 22 estados e no Distrito Federal. Além do fato de que em 2020 a incorporadora iniciou sua atuação em uma escala internacional, com empreendimentos em 14 cidades dos Estados Unidos da América.

Deste modo, destacamos a participação efetiva da incorporadora no lançamento do PMCMV em 2009, programa este que no último ano passou por alterações significativas e até mesmo nocivas, sendo atualmente substituído pelo programa "Casa Verde e Amarela." Ademais, o PMCMV surgiu em contribuição a reestruturação do setor imobiliário em decorrência a crise imobiliária de 2008. O programa subsidiou a aquisição de casas ou apartamentos para famílias com renda de até R$1.800,00 e em outros casos auxilia a aquisição do imóvel (SHIMBO, 2016).

O programa construía habitações voltadas a famílias com renda mensal de até 10 salários mínimos, sendo dividas de acordo com a Caixa Econômica Federal em faixas, sendo elas: faixa 1 (renda de até R$ 1.800,00), faixa 1,5 (até R$ 2.600,00), faixa 2 (até R$ 4.000,00), faixa 3 (até R$ 9.000,00).

A MRV, por sua vez, atuava majoritariamente na produção de empreendimentos destinados as faixas 2 e 3 do programa, segmentos estes operacionalizados pela Caixa Econômica Federal e financiados por diferentes fundos, a saber: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).

 ISBN: 1981-1047

Vale frisar que uma das principais problemáticas acerca do PMCMV diz respeito a sua homogeneização espacial a qual não considera as particularidades dos municípios e regiões e, sobretudo, desconsidera as necessidades singulares de cada família, produzindo então habitações padronizadas (SHIMBO 2010; SILVA, 2019).

Esta padronização acaba se tornando uma ferramenta importante para as incorporadoras, como é o caso da MRV que possui como uma de suas principais estratégias de atuação a padronização dos canteiros de obra. Tal estratégia possibilita o aumento e expansão da produção e consequentemente do capital, o que imprime na paisagem das diversas cidades em que atuam não apenas uma mesma identidade visual para o reconhecimento de seus empreendimentos, mas sobretudo a homogeneização da tipologia que ultrapassa quaisquer considerações em relação a particularidades locais e regionais.

Retomando a discussão do PMCMV, a efetiva participação da incorporadora no programa, bem como toda sua trajetória na produção habitacional, resultou na consolidação da MRV como principal empresa produtora de habitação do PMCMV desde 2014. Deste modo, a MRV Engenharia S/A. se fixou também como um dos principais agentes produtores de habitação no Brasil (SHIMBO, 2010; MELAZZO, 2013).

Todavia, é importante estabelecer uma comparação da atuação da empresa em dois períodos: o primeiro, anterior ao PMCMV (2009) e o segundo após, com a atual espacialização dos empreendimentos (2019). Este recorte temporal será utilizado para as comparações elaboradas neste trabalho. Este procedimento auxiliará a compreensão da diversificação geográfica da empresa a partir do surgimento do PMCMV, o qual serviu de base para a MRV consolidar seu poder no setor de incorporação imobiliária.

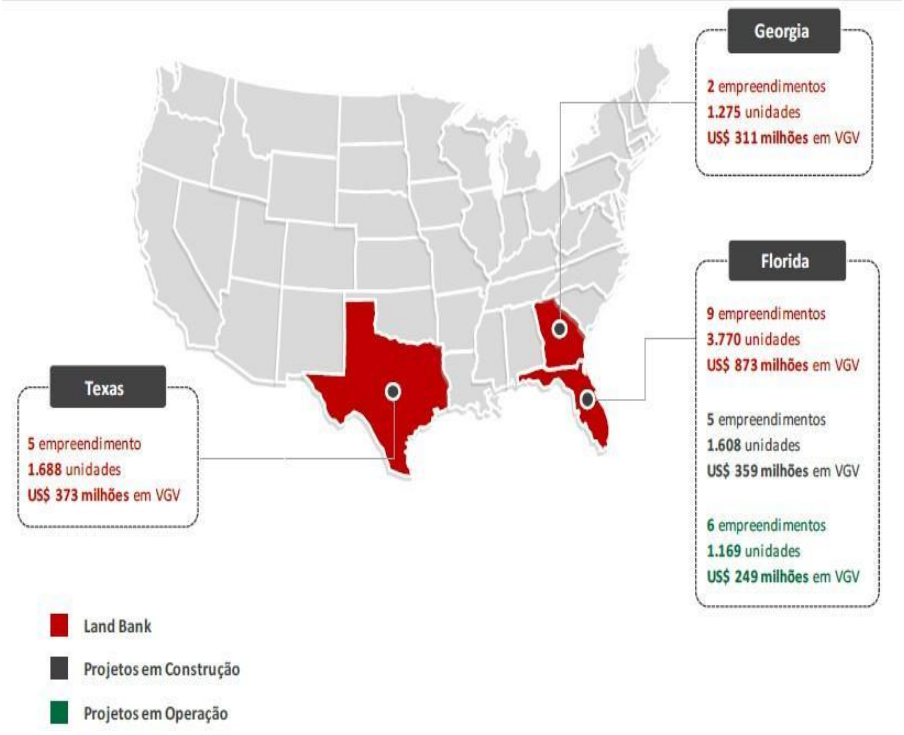
Em 2009, a MRV atuava em 13 estados e no Distrito Federal, somando 74 cidades atendidas pela empresa. Destaca-se a concentração da atuação no estado de São Paulo. Enquanto Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Ceará e Rio Grande do Norte possuíam empreendimentos da MRV apenas em suas capitais. Os demais estados apresentavam a presença da MRV em um número reduzido de cidades. Em contrapartida, é possível constatar em 2019 a presença da incorporadora em 162 cidades brasileiras, e uma concentração de empreendimentos no estado de São Paulo e uma menor presença na região norte do país. Neste caso, a empresa atua apenas em Manaus- AM.

 ISBN: 1981-1047

Um ponto relevante é a presença em todas as capitais dos 22 estados, exceto em Santa Catarina, onde não há empreendimentos em Florianópolis. Há também casos de estados da federação em que a empresa atua somente na capital, como Mato Grosso do Sul, Tocantins, Alagoas e Amazonas. Vale destacar o fato de que em 2020 a incorporadora iniciou sua atuação em uma escala internacional, com empreendimentos em 14 cidades nos Estados Unidos da América.

Os empreendimentos que estão em *land bank*, projetos em construção e em operação somados chegam a 27 e 9.510 unidades, um número expressivo para uma incorporadora que iniciou recentemente sua atuação em escala internacional. A figura 1 abaixo ilustra a atuação da MRV internacionalmente.

Figura 1. Atuação da MRV em escala internacional



Fonte: relatório econômico financeiro. B3 Bovespa

Desta forma, na medida em que 2009 a empresa atuava em 13 estados e no Distrito Federal, em 2020 sua atuação abrange uma escala internacional. A partir disso é possível

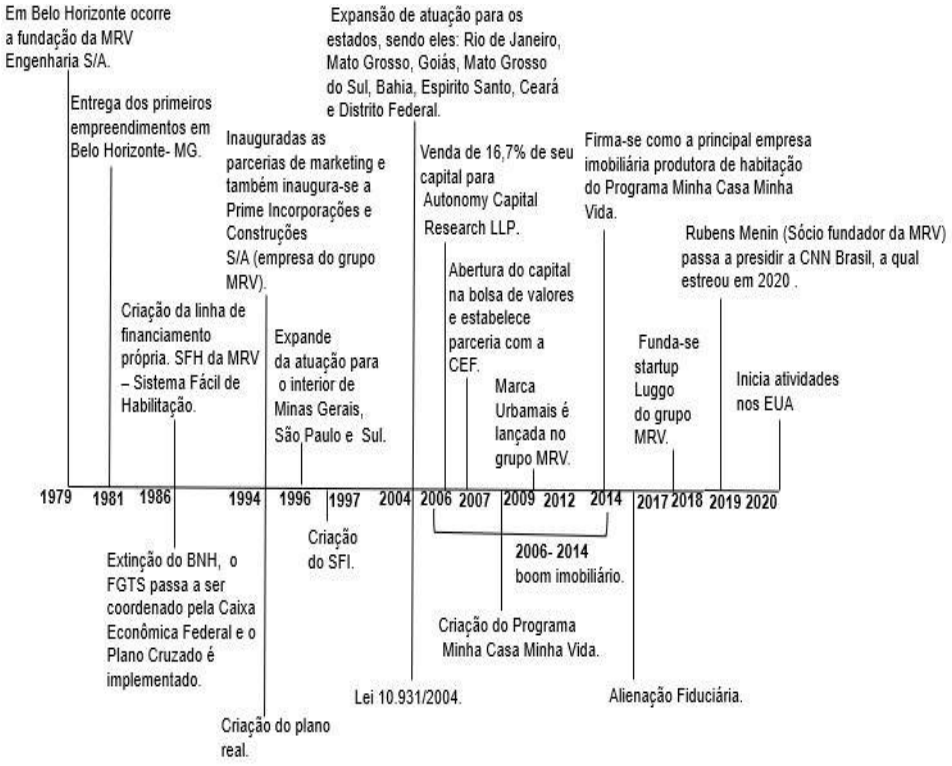
ISBN: 1981-1047

visualizar o salto escalar da produção e atuação da MRV Engenharia S/A ao investir no Programa de operação nacional.

Além do salto escalar das atividades da incorporadora, podemos destacar outras estratégias importantes que integram a trajetória da MRV.

A figura 2 abaixo representa uma linha do tempo com os principais marcos da MRV Engenharia S/A.

Figura 2. Linha do tempo: trajetória da MRV Engenharia S/A.



Fonte: MRV ENGENHARIA. MRV. A MRV, institucional, 2019. Página inicial. Disponível em: < https://www.mrv.com.br/institucional/pt/a-mrv/historia>. Elaboração: da autora (2021).

A linha do tempo apresenta os principais marcos da incorporadora desde sua origem até os dias atuais. As linhas superiores apontam os feitos da MRV, como lançamento de subsidiárias, abertura de capital na bolsa de valores e sobretudo sua atuação no PMCMV. Por sua vez, as linhas inferiores apresentam os eventos da conjuntura governamental e econômica do país que possibilitaram e contribuíram com diversos marcos da incorporadora.

 ISBN: 1981-1047

Entretanto, vale destacar que a sistematização dos dados das linhas inferiores e superiores culminam na trajetória imponente da MRV no mercado imobiliário nacional.

Neste subitem tratamos a espacialização das atividades da MRV em escala diferentes escalas e para compreender a forma de atuação da incorporadora é necessário analisar as particularidades de cada município em que ela exerce atividades, bem como seu modo de atuação. Assim, visando um breve estudo sobre os padrões e estratégias de produção da MRV, trataremos no próximo subitem a atuação da mesma em duas cidades médias brasileiras.

A atuação da MRV Engenharia S/A em Presidente Prudente-SP e Ribeirão Preto- SP

Para melhor compreensão dos dados, apresentaremos a seguir a atuação da MRV Engenharia S/A através do PMCMV entre o período de 2009 e 2019. O recorte espacial selecionado envolve duas cidades médias brasileiras: Presidente Prudente-SP e Ribeirão Preto-SP.

A partir das informações contidas no sítio eletrônico do Ministério de Desenvolvimento Regional foram elaborados dois mapas e quadros referentes às cidades analisadas. Neles são apresentados dados sobre nome dos empreendimentos e data de assinatura, localização e faixa do PMCMV. Os dados foram organizados de acordo com as datas de assinatura dos empreendimentos (do mais antigo para o mais recente).

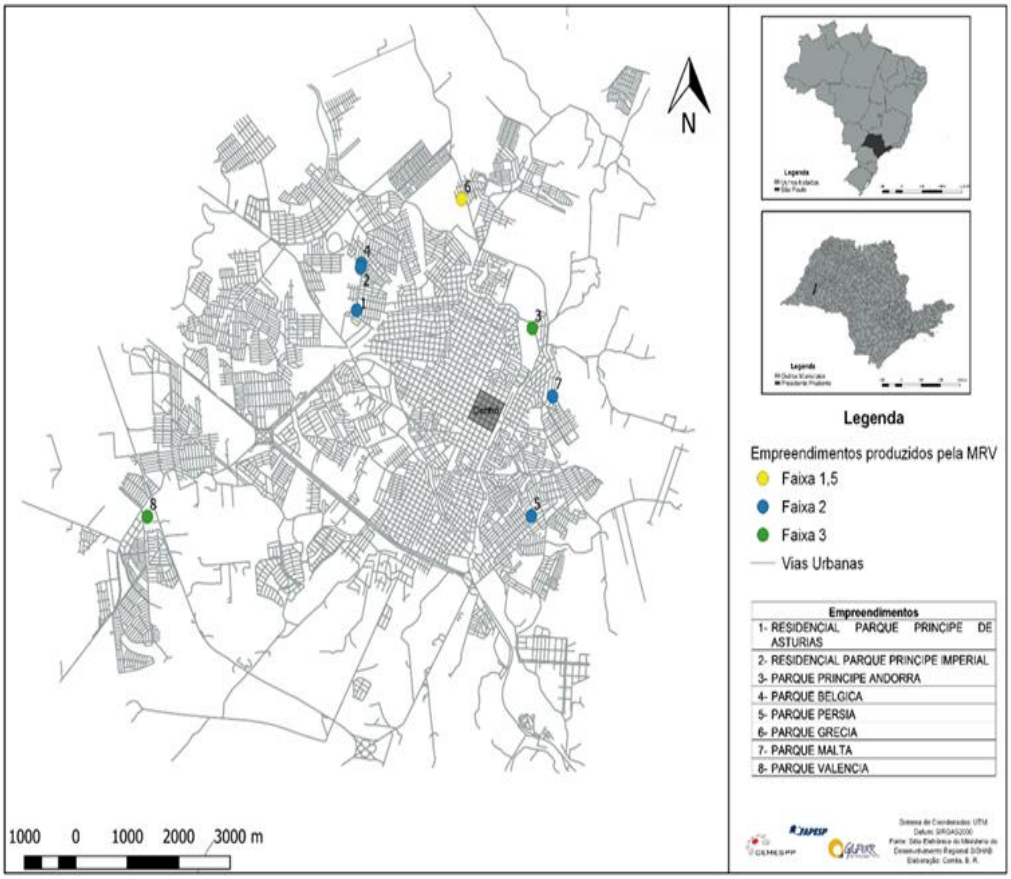
Os empreendimentos destacados em negrito estão subdivididos em dois ou mais empreendimentos, sendo que para fins de cartografia foi exposto apenas um.

Busca-se, através da análise preliminar deste material (mapas e quadros) a compreensão, mesmo que breve, dos padrões e estratégias de produção da MRV Engenharia S/A nas cidades selecionadas.

A figura 3 e o quadro 1 abaixo são referentes aos dados de Presidente Prudente/SP.

 ISBN: 1981-1047

Figura 3. Empreendimentos produzidos pela MRV em Presidente Prudente



(2009-2019)

Fonte: Sítio Eletrônico do Ministério de Desenvolvimento Regional. (2020)
Organização: autora

ISBN: 1981-1047

Quadro 1. MRV Engenharia S/A: atuação em Presidente Prudente (2011-2019)[35]

Empreendimentos	Faixa	Data de assinatura	Número de unidades entregues
1- RESIDENCIAL PARQUE PRINCIPE DE ASTURIAS	Faixa 2	03/06/2011	102
2- RESIDENCIAL PARQUE PRINCIPE IMPERIAL	Faixa 2	28/12/2012	118
3- PARQUE PRINCIPE ANDORRA	Faixa 3	11/01/2013	14
4- PARQUE BELGICA	Faixa 2	31/08/2017	170
5- PARQUE PERSIA	Faixa 2	01/09/2017	103
6- PARQUE GRECIA	Faixa 1,5	27/02/2018	4
7- PARQUE MALTA	Faixa 2	12/12/2018	Sem dados
8- PARQUE VALENCIA	Faixa 3	25/09/2019	0

Fonte: Sítio Eletrônico do Ministério de Desenvolvimento Regional. (2020)
Elaboração: autora

O município de Presidente Prudente está localizado a oeste do estado de São Paulo e possui de acordo com dados de população estimada pelo IBGE (2020) 230.371 pessoas, sendo considerada como capital regional C pelo REGIC (Regiões de Influência das Cidades) (IBGE, 2020), exercendo influência no estado de São Paulo e estados próximos.

Em relação a atuação da MRV, a incorporadora passa a atuar em Presidente Prudente-SP em 2011 e desde então mantém suas atividades ativas no município. A incorporadora por dois anos direcionou seus empreendimentos para o faixa 2 do Programa Minha Casa Minha Vida. No entanto, em 2013, inicia sua atuação no faixa 3 do programa

[35] Os dados em negrito estão subdivididos em alguns empreendimentos, sendo: Parque Belgica (3), Parque Grécia (2) e Parque Valencia (2), e para fim de cartografia foi exposto apenas 1 ponto para cada.

 ISBN: 1981-1047

com o empreendimento "Parque Príncipe Andorra." Desde 2013, a MRV atua majoritariamente nos faixas 2 e 3 do PMCMV, porém destaca-se em 2018 a construção do "Parque Grécia" destinado ao faixa 1,5.

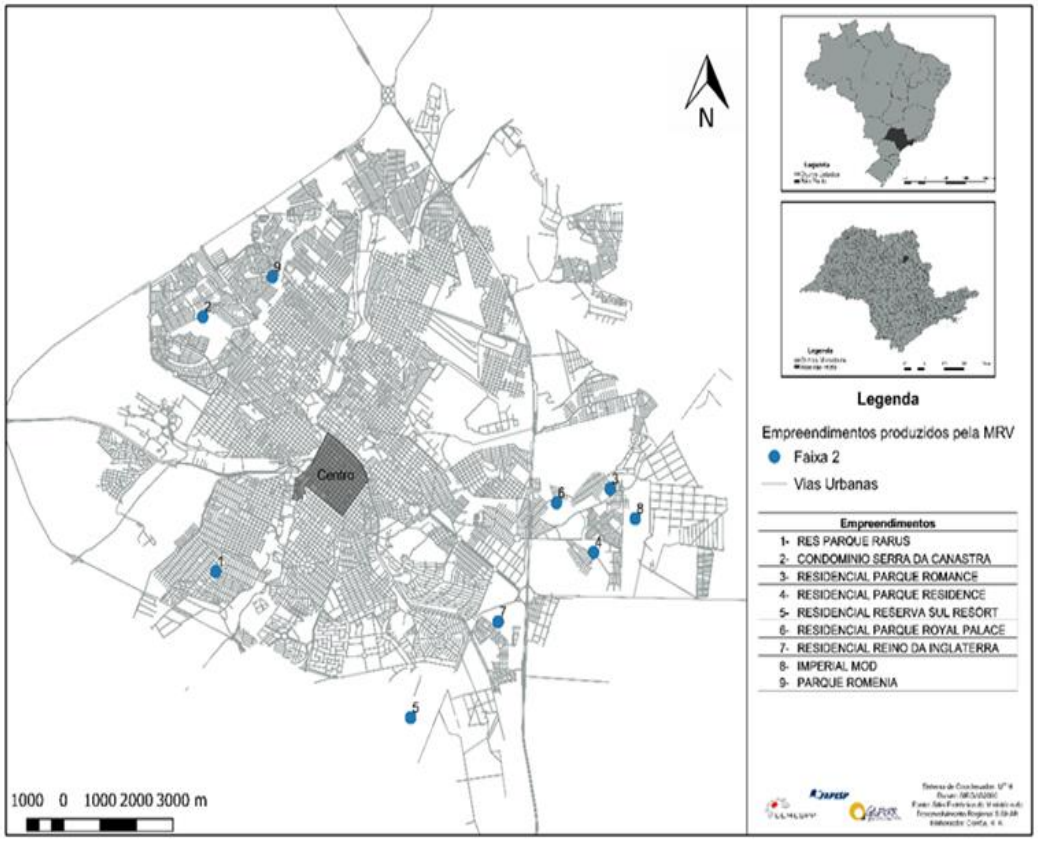
Os terrenos estão localizados em uma porção da cidade e conformam um arco que anteriormente correspondia a uma área periférica da cidade em certo momento do passado. Supõe-se que o valor da terra nesta área durante os anos de assinatura dos empreendimentos era vantajoso para a MRV. Ademais, o número total de unidades entregues até 2019 chega a 511.

Nota-se também a participação dispersa da empresa na área urbana, com alguns empreendimentos menos afastados do centro e outros com localizações periféricas. Os empreendimentos 1 (Residencial Parque Príncipe de Asturias), 2 (Residencial Parque Príncipe Imperial) e 4 (Parque Bélgica) estão próximos entre si e foram construídos em anos diferentes. Nesta direção, infere-se a questão do banco de terras da incorporadora, baseado na compra terrenos, formação de estoques e, posteriormente, seguindo estratégias econômicas, financeiras e a incorporação das unidades.

Agora, passaremos a análise de Ribeirão Preto/SP. A figura 4 e o quadro 2 abaixo são referentes a este município.

ISBN: 1981-1047

Figura 4. Empreendimentos produzidos pela MRV em Ribeirão Preto-SP (2009-2019)



Fonte: Sítio Eletrônico do Ministério de Desenvolvimento Regional. (2020)
Organização: autora

ISBN: 1981-1047

Quadro 2. MRV Engenharia S/A: atuação em Ribeirão Preto-SP (2010-2017)[36]

Empreendimentos	Faixa	Data de assinatura	Número de unidades entregues
1- RES PARQUE RARUS	Faixa 2	23/12/2010	364
2- CONDOMINIO SERRA DA CANASTRA	Faixa 2	27/06/2011	286
3- RESIDENCIAL PARQUE ROMANCE	Faixa 2	29/11/2011	145
4- RESIDENCIAL PARQUE RESIDENCE	Faixa 2	14/03/2012	215
5- RESIDENCIAL RESERVA SUL RESORT	Faixa 2	28/09/2012	460
6- RESIDENCIAL PARQUE ROYAL PALACE	Faixa 2	28/02/2013	243
7- RESIDENCIAL REINO DA INGLATERRA	Faixa 2	01/02/2015	613
8- IMPERIAL MOD	Faixa 2	01/09/2017	248
9- RESIDENCIAL PARQUE ROMENIA	Faixa 2	Sem dado	128

Fonte: Sítio Eletrônico do Ministério de Desenvolvimento Regional. (2020)
Elaboração: autora

No caso de Ribeirão Preto-SP, a MRV Engenharia S/A iniciou sua atuação em 2010 para o faixa 2 do PMCMV. Importante salientar que todos os empreendimentos da empresa na cidade estão inseridos nesta faixa do programa.

No geral, os empreendimentos se espacializam de maneira dispersa e, ao mesmo tempo concentrada, no setor oeste do município. Boa parte deles estão localizados com uma favorável inserção urbana, contando com oferta de serviços urbanos coletivos e individuais.

[36] Os dados em negrito estão subdivididos em alguns empreendimentos, sendo: Condomínio Serra da Canastra (2), Residencial Reino da Inglaterra (4) e Imperial MOD (4), e para fim de cartografia foi exposto apenas 1 ponto para cada.

 ISBN: 1981-1047

Adicionalmente, Ribeirão Preto está localizada ao norte do estado de São Paulo, e apresenta uma população de 711.825 pessoas[37]. Quanto sua classificação pelo REGIC, Silva (2019, p. 5) aponta:

> Mediante sua posição central em sua região administrativa, sendo classificada como capital regional B pelo REGIC observa-se claramente uma característica de intermediação e de "nó" central na rede urbana, tais características enquadram-na dentro do escopo das cidades médias.

Ainda de acordo com Silva (2019, p.5), concordamos com a não existência de uma definição do conceito de cidades médias, deste modo, "entendemos como cidades que se caracterizam por desempenhar um papel diferenciado aos da metrópole, com posição específica e de intermediação na rede urbana."

A partir de 1980, Ribeirão Preto vivenciou mudanças importantes no que diz respeito ao uso e ocupação do espaço urbano e, consequentemente, após esse período o município passou por um intenso processo de expansão territorial urbana. Este fator junto a criação de novos eixos comerciais e residenciais favoreceram o mercado imobiliário do local (SILVA, 2019).

Assim, podemos inferir que a produção habitacional em Ribeirão Preto conta com mecanismos importantes do mercado imobiliário local, mecanismos esses que corroboram com a espacialização dos empreendimentos produzidos pela MRV no município.

Em síntese, Presidente Prudente e Ribeirão Preto apresentam semelhanças e diferenças no que diz respeito ao modo de atuação da MRV nos municípios, a começar pelas semelhanças: ambos contam com empreendimentos inseridos de modo favorável na área urbana, além do fato de que todos os empreendimentos são verticais e estão voltados totalmente ou em grande parte ao faixa 2 do PMCMV.

Em contrapartida podemos citar algumas diferenças, sendo elas: Ribeirão Preto possui 2.702 empreendimentos entregues, enquanto Presidente Prudente apenas 504, outro fator importante está ligado ao fato de que Presidente Prudente possui empreendimentos nas faixas 1,5, 2 e 3 do PMCMV, e por outro lado Ribeirão Preto possui apenas no faixa 2. Por fim, uma diferença que deve ser destacada é em relação a complexidade, Ribeirão Preto

[37] Dado coletado do sitio eletrônico do município, com base no dado de população estimada IBGE 2020.

 ISBN: 1981-1047

é mais complexa e tem um maior alcance espacial comparado a Presidente Prudente, se tomarmos como base a REGIC e suas classificações em ambos municípios. Visto isso, a complexidade de Ribeirão Preto pode ser um fator mais atrativo para instalações dos empreendimentos.

Considerações finais

A MRV Engenharia S/A atua seguindo uma lógica industrial em cada cidade, sem considerar as particularidades das diferentes situações geográficas que apresentam distintos papéis e funções na rede urbana e, ainda, distintos portes populacionais. Barcella (2019, p. 44) sintetiza:

> É possível observar como uma empresa com atuação em nível nacional se funde com capitais internacionais e por meio de um Programa de abrangência e escala nacional formulado pelo governo federal passa a produzir habitação em uma lógica industrial em cidades diversas, mas com um mesmo modelo de produção, impactando assim, diretamente a produção habitacional, a dinâmica imobiliária destas cidades e, sobretudo, a produção do espaço urbano, com a produção de habitações em elevado número, seguindo uma padronização definida com localizações semelhantes, o que impactou diretamente na produção e reprodução das desigualdades sociais das cidades.

Tendo em vista que aqui tratamos de cidades inseridas em diferentes estratos na rede urbana nacional[38], é preciso considerar suas particularidades para compreendermos os padrões estratégicos de produção da MRV.

A localização dos empreendimentos em ambas cidades analisadas, conta com uma favorável inserção urbana, estando tanto em áreas periféricas como próximos ao centro, (re)produzindo desigualdades sociais. Cita-se também o fato de que todos empreendimentos são verticais, reafirmando a existência de um padrão construtivo, estratégia crucial para o êxito produtivo da empresa na escala intraurbana e nacional.

[38] Presidente Prudente e Ribeirão Preto ocupam posições diferentes na rede urbana, conforme indica REGIC (IBGE,2020).

 ISBN: 1981-1047

A presença de diferentes padrões espaciais que dependem do porte das cidades, métodos de negociação, preço e localização da terra, entre outros elementos, condicionam a existência de particularidades nas cidades. Assim, a MRV utiliza as mesmas estratégias econômicas e padrões construtivos, porém com práticas de implantação distintas em cada cidade de atuação.

Portanto, compreendemos a existência de uma atuação estratégica da MRV em Presidente Prudente e Ribeirão Preto e destacamos conforme Barcella (2019) as consequências deste modo de atuação que afetam diretamente na produção do espaço urbano, dinâmicas imobiliárias e sobretudo a reprodução de desigualdades sociais.

Referências

BARCELLA, Bruno Leonardo. A interescalaridade da produção habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida em cidades médias: do aumento do consumo imobiliário ao aumento das desigualdades socioespaciais. Caderno Prudentino de Geografia, v. 4, n. 41, p. 33-59, 2019.

BMF BOVESPA. Empresas listadas. Disponível em: < http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm> Acesso em 15 de outubro de 20202.

DA SILVA, Victoria Aparecida Batista. A PRODUÇÃO DA HABITAÇÃO PELO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA CIDADE DE RIBEIRÃO PRETO/SP: AGENTES E INTENCIONALIDADES. ENANPEGE, 2019. Disponível em:http://www.enanpege.ggf.br/2019/resources/anais/8/1562622516_ARQUIVO_Victoria_Batista_Enanpege.pdf

FIX, Mariana. São Paulo cidade global. Fundamentos financeiros de uma miragem. São Paulo: Boitempo, 2007. _____. Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil. (2011) Tese de Doutorado (Doutorado em Desenvolvimento Econômico), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2011.

MELAZZO, Everaldo S. Estratégias fundiárias e dinâmicas imobiliárias do capital financeirizado no Brasil dos anos 2000. Mercator, Fortaleza, V. 12, Nº Especial (2), 2013, p.29-40. Disponível em: http:/www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/1118/507.Acessado em 13 de dez. 2018.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. RELATÓRIO EXECUTIVO. Disponivel em: < http://sishab.mdr.gov.br/novo_executivo/filtro>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2020

MRV ENGENHARIA. MRV. A MRV, Institucional, 2019. Página inicial. Disponível em: < https://www.mrv.com.br/institucional/pt/a-mrv/historia>. Acesso em: 05 de setembro. 2019.

SHIMBO, Lúcia Z. Habitação Social, Habitação de Mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro (2010). Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.

 ISBN: 1981-1047

_____Sobre os capitais que produzem habitação no Brasil. Novos Estudos. CEBRAP, v. 35, p. 118-133, 2016.

PAIVA, Cláudio C. de. A diáspora do capital imobiliário, sua dinâmica de valorização e a cidade no capitalismo contemporâneo: a irracionalidade em processo. (2007). Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2007.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Ed. Boitempo, 2015.

ROYER, Luciana de O. Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas. (2009). 193f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, 2009.

 ISBN: 1981-1047

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA NO BRASIL

GT – Espaços Urbanos e Rurais na Contemporaneidade

Bruna Trevisan Negri
bruna_negri@hotmail.com
Mestranda - FCT/UNESP

Antonio Nivaldo Hespanhol
nivaldo.hespanhol@unesp.br
Docente - FCT/UNESP

Resumo

A agricultura urbana e periurbana (AUP) é uma modalidade de agricultura desenvolvida dentro das cidades e em seu entorno, envolvendo, de forma geral, o cultivo de vegetais e a criação de pequenos animais. Para garantir o desenvolvimento desta prática, as políticas públicas exercem importância fundamental. O objetivo deste artigo é averiguar a existência de políticas públicas de incentivo e apoio à AUP no Brasil, bem como analisar o funcionamento e os impactos destas políticas para o desenvolvimento desta modalidade de agricultura. Para isso, foram revisados e sistematizados artigos de periódicos, livros, teses, dissertações e textos *online* de temas pertinentes a esta análise, além de consultas a *sites* oficiais. Os resultados nos mostraram que existem algumas políticas públicas que contemplam a AUP no Brasil, como o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, em âmbito federal, e o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana do município de São Paulo (PROAURP), por exemplo, além de outras iniciativas estaduais. Entretanto, no geral, percebe-se que as ações de apoio à AUP no Brasil, tanto federais, quanto estaduais e municipais, ainda são relativamente recentes e, até então, avançaram muito pouco em relação ao potencial dessa modalidade de agricultura.

Palavras-chave: Agricultura urbana; políticas públicas; segurança alimentar.

Introdução

A agricultura urbana e periurbana (AUP) é uma prática reconhecida mundialmente pelos benefícios que proporciona, que abrangem as esferas econômica, social e ambiental. Esta atividade, que consiste sumariamente no cultivo de alimentos nas cidades e em seu entorno, desenvolveu-se no Brasil como uma forma de sobrevivência e de superação de adversidades, exercendo um papel muito importante enquanto provedora de alimentos de

 ISBN: 1981-1047

qualidade para muitas famílias, bem como de fonte de renda através da comercialização de seus produtos, além de apresentar diversas outras vantagens.

O apoio do poder público, por intermédio de políticas públicas e de outras ações de incentivo é de fundamental importância para garantir o desenvolvimento desta prática. Assim, o objetivo deste trabalho é, principalmente, averiguar a existência de políticas públicas de incentivo e apoio à AUP no Brasil, bem como analisar o funcionamento e os impactos destas políticas para o desenvolvimento desta modalidade de agricultura no país. Além disto, buscamos entender os aspectos conceituais da AUP e suas principais características e benefícios, bem como analisar o que são as políticas públicas e qual o papel exercido por elas na sociedade.

Este artigo divide-se em três partes, além desta introdução, da metodologia, das considerações finais e das referências. Na primeira, denominada "Agricultura urbana e periurbana: contextualização, aspectos conceituais e características", buscamos analisar em que contexto histórico a AUP se expandiu no Brasil, definir o que é a AUP e apresentar algumas de suas características, incluindo suas vantagens. Na segunda, "O que são políticas públicas e por que elas são importantes?" buscamos definir o que são as políticas públicas e trazemos uma reflexão a respeito do papel exercido por elas na sociedade, bem como procuramos explicar como elas podem contribuir para o desenvolvimento da AUP no Brasil. Na terceira, "Políticas públicas direcionadas à AUP no Brasil", elaboramos um panorama geral das políticas públicas existentes no país que contemplam a AUP de alguma forma e buscamos caracterizá-las e analisá-las.

Metodologia

Este texto constitui-se em um artigo de revisão, ou seja, ele busca coletar, sistematizar e analisar trabalhos e dados já existentes relacionados ao tema proposto. Para atingir os objetivos mencionados, selecionamos e revisamos textos e dados de diferentes fontes, como livros, periódicos disponíveis *online,* trabalhos publicados em anais de eventos científicos, teses e dissertações. Os textos revisados contemplam temas importantes referentes à temática proposta, tais como: urbanização e modernização da agricultura no Brasil, para contribuir no entendimento acerca do contexto histórico em que a AUP se insere no país; definição e caracterização da AUP, bem como seus benefícios; definição e

 ISBN: 1981-1047

importância de políticas públicas e o papel que elas exercem na sociedade; políticas públicas existentes no Brasil que contemplam a AUP, suas características, benefícios e limitações, entre outros. Os textos foram lidos, sistematizados e os resultados compõem esta análise.

Agricultura urbana e periurbana: contextualização, aspectos conceituais e características

A AUP é uma modalidade de agricultura praticada dentro das cidades (espaço intraurbano) e em seu entorno (espaço periurbano), que envolve, de forma geral, o cultivo de vegetais e a criação de animais. De acordo com Zaar (2015), atualmente esta prática já engloba muito além da produção: inclui também o agro extrativismo e a sua coleta e também o processamento de alimentos de origem vegetal e animal.

Este tipo de agricultura, apesar de ser muito antigo, teve sua expansão no Brasil relacionada ao êxodo rural ocasionado pelo processo de modernização da agricultura. Este processo, que alterou a base técnica da produção agropecuária brasileira, foi incentivado pelo Estado a partir da concessão de "crédito rural subsidiado a grandes e médios produtores rurais, para investimento, comercialização e custeio da produção realizada em bases técnicas modernas" (HESPANHOL, 2007, p. 274).

A permanência no campo tornou-se muito difícil para os pequenos produtores rurais, que, não tendo condições de competir com a expansão capitalista no campo, acabaram deixando os espaços rurais e ocupando as cidades e contribuindo para que, na década de 1960, a população urbana se tornasse superior à rural (BRITO, 2006).

As oportunidades de inserção econômica na cidade para a população migrante foram limitadas, e as condições de vida encontradas no espaço urbano eram extremamente precárias para as classes mais baixas, resultado de um processo de urbanização não planejado. As "periferias" começaram a crescer cada vez mais a partir de 1980, e as camadas da economia informal das cidades foram aumentadas por parte substancial do êxodo rural (CANO, 1989), além disso, a segregação urbana, expressa em extensas áreas de concentração de pobreza, aumentou consideravelmente com este crescimento desordenado das cidades, bem como os danos causados ao meio ambiente.

A AUP, neste contexto, se apresentou como uma alternativa para sanar parte dos problemas relacionados à alimentação dos migrantes do campo, especialmente de sua parcela

 ISBN: 1981-1047

mais pobre. Servindo-se de suas habilidades e conhecimentos adquiridos no meio rural, estas pessoas passam a produzir uma agricultura de subsistência e a criar pequenos animais nas proximidades das áreas em que residem ou em seus próprios quintais, na maioria dos casos.

O papel emergente da AUP no mundo urbanizado está sendo agora compreendido e quantificado, e esta transformação é uma resposta às mudanças políticas, ambientais e tecnológicas que a sociedade vem vivenciando (PESSÔA, 2005). Assim, esta modalidade de agricultura vem ganhando destaque no cenário mundial e nacional, reafirmando-se como um fator permanente nos processos de desenvolvimento sustentável das pessoas e da sociedade (ARRUDA, 2006).

Para que a importância deste tipo de agricultura seja reconhecida, porém, é importante diferenciá-la da agricultura praticada no meio rural. Dentre as características que demarcam esta diferenciação, podemos destacar:

- Apesar de não ser uma regra, a AUP é frequentemente uma atividade secundária, na qual os agricultores se envolvem parcialmente, diferentemente do que ocorre normalmente no meio rural, no qual a agricultura é realizada frequentemente como uma atividade de tempo integral;
- A variedade de gêneros hortícolas produzidos na AUP normalmente é grande, enquanto a produção realizada no meio rural é mais comumente caracterizada pelas monoculturas destinadas à exportação;
- Diferentemente da agricultura praticada no meio rural, a AUP conta com a facilidade de ser realizada na proximidade dos mercados, sendo favorável para o cultivo e comercialização de produtos perecíveis;
- Enquanto a agricultura praticada no meio rural tem alta prioridade na agenda política, ainda existem poucas políticas públicas destinadas à AUP no Brasil.

De acordo com Mougeot (2000) o aspecto mais importante dessa diferenciação é que a AUP interage e está integrada ao ecossistema urbano. Pires (2016, p.72) reforça que este tipo de agricultura se vincula às dinâmicas urbanas ou metropolitanas e articula-se com a gestão territorial e ambiental das cidades.

 ISBN: 1981-1047

A AUP pode implantar-se em grandes ou pequenas parcelas de solo, ou ainda em telhados, varandas ou alpendres, canteiros suspensos ou vasos; em terrenos privados ou públicos; pode ser praticada por indivíduos ou organizações formais ou informais, das mais diversas condições sociais; pode abranger, além das hortaliças e frutas, o cultivo de plantas medicinais, aromáticas e medicinais e pode servir-se de diversas técnicas de produção, como, por exemplo, a hidroponia, a aquaponia e a permacultura (SANTANDREU; LOVO, 2007; CRIBB; CRIBB, 2009; HODGSON; CAMPBELL; BAILKEY, 2011, *apud.* SOUSA; MADUREIRA, 2017).

A prática da AUP pode ocorrer com várias finalidades: para atender às necessidades alimentares da própria família; para ter seus produtos comercializados em mercados ou feiras locais; ou ainda para fins pedagógicos ou terapêuticos. Assim, a AUP é considerada uma prática muito benéfica em diversos sentidos.

Primeiramente, ela atua como um mecanismo de melhoria da segurança alimentar e nutricional (SAN), e esta contribuição pode acontecer de muitas formas. Ela pode aumentar a disponibilidade de alimentos frescos e nutritivos para o autoconsumo, ajudando a reduzir os gastos com alimentação e a adotar hábitos alimentares saudáveis. Nestes casos, existe a vantagem de ter os alimentos disponíveis o ano todo, independentemente da sazonalidade do mercado. Por outro lado, nos casos em que a AUP é praticada visando a comercialização, ou em que a produção excedente do consumo familiar é vendida, ela pode contribuir gerando renda extra e até mesmo postos de trabalho, além de contribuir com a disponibilidade de alimentos de qualidade para os consumidores locais.

A AUP apresenta ainda a vantagem de estar próxima aos mercados, evitando as longas distâncias percorridas pelos alimentos que vêm da zona rural para serem comercializados nas cidades, diminuindo o número de intermediários no processo de produção e comercialização e, consequentemente, diminuindo o preço dos produtos para o consumidor final.

É importante mencionar também as contribuições desta modalidade de agricultura para o ambiente, a partir da produção sustentável de alimentos. A AUP tem potencial para contribuir com a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e aumentar a resiliência do ambiente urbano, além de ajudar a conservar o solo; promover a reciclagem de nutrientes; melhorar a capacidade de infiltração de água, evitando deslizamentos e inundações; melhorar

 ISBN: 1981-1047

o manejo da água; do balanço de oxigênio e dióxido de carbono e ainda ajudar no desenvolvimento e preservação da biodiversidade (MELO, 2016).

O cultivo de alimentos na cidade e em seu entorno permite ainda uma reconexão com a natureza, trazendo benefícios terapêuticos, aumentando o bem-estar e ajudando na prevenção do estresse. A AUP melhora o aproveitamento de espaços ociosos evitando o crescimento de plantas daninhas e o acúmulo de entulhos, consequentemente diminuindo a propagação de insetos e reduzindo a reprodução de transmissores de doenças, como o *Aedes Aegypti*. Além disso, fortalece o desenvolvimento local, inclusive criando oportunidades para o associativismo; a melhoria da paisagem, o sombreamento e a qualidade dos ambientes; ajuda na reciclagem do lixo, a partir da reutilização de embalagens (para a formação de mudas, por exemplo) e de resíduos e rejeitos domésticos, transformando-os em compostos orgânicos para adubação; além de contribuir para ampliar o nível de conscientização ambiental das pessoas envolvidas no processo (ROESE, 2003).

O que são políticas públicas e por que elas são importantes?

A participação do Estado na provisão de serviços à população e a sua intervenção na economia alterou-se ao longo da história, especialmente a partir da ascensão do capitalismo, em virtude de vários fatores, destacando-se: a) a revolução industrial e suas consequências, como a aceleração dos processos de urbanização, de degradação ambiental e de mudanças nas condições de trabalho; b) o início do rompimento com o liberalismo econômico a partir da I Guerra Mundial; c) a crise de 1929 e a necessidade de maior intervenção na economia, com o estreitamento da aliança entre os Estados e a iniciativa privada; d) a II Guerra Mundial, que deixou o Estado mais intervencionista, tanto pelas necessidades trazidas pela guerra quanto para a reconstrução após o seu término; e) as crises cíclicas do sistema capitalista; f) a própria ideia de liberdade, atrelada também às liberdades sociais (DALLARI, 2013, *apud.* GIANEZINI *et al.*, 2017).

A partir das mudanças ocasionadas por estes fatores, elabora-se a concepção de um Estado assistencialista mais desenvolvido, que, segundo Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 417) *apud.* Gianezi *et al.*, 2017, traz consigo a consolidação do Welfare State (Estado do Bem Estar Social):

 ISBN: 1981-1047

> [...] independentemente da sua renda, todos os cidadãos, como tais, têm direito de ser protegidos – com pagamento de dinheiro ou com serviços – contra situações de dependência de longa duração (velhice, invalidez...) ou de curta (doença, desemprego, maternidade...) (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 417 *apud*. GIANEZINI *et al*., 2017, p. 1069).

De acordo com Silveira, Tirelli e Wbatuba (2015), há de certa forma, um consenso de que o Welfare State:

> [...] é um resultado da pressão do modelo capitalista de produção sobre a sociedade, acentuando as desigualdades (capital versus exploração de mão de obra). Assim, o Estado deve interceder e propor intervenções que atenuem tais desigualdades, pela prática do bem estar social. Nos países em desenvolvimento tardio, no caso do Brasil, é ainda mais importante o desenvolvimento e emergência do Welfare State, pois é onde acontece a maior exploração da mão de obra pelo capital, que acentua as desigualdades e é altamente concentradora de renda e de oportunidades (SILVEIRA; TIRELLI; WBATUBA, 2015, p. 10).

Neste sentido, as políticas públicas podem ser vistas e entendidas como uma forma de implementação e prática do Welfare State, ou seja, "como uma forma de corrigir desigualdades que o sistema capitalista de produção acentuou desde meados da industrialização brasileira" (SILVEIRA; TIRELLI; WBATUBA, 2015, p. 10).

Ao estudar a temática de políticas públicas, é importante, primeiramente, entender que elas estão diretamente associadas ao Estado, apesar de outros atores, tanto privados como públicos, também participarem de suas construções e implementações. Além disso, é necessário compreender que não há uma teoria completa e definida sobre o tema, mas sim vários conceitos, que, juntos, traduzem o que podemos entender como políticas públicas (GIANEZINI *et al*., 2017).

Como a magnitude e a abrangência deste tópico extrapolam os objetivos do presente texto, vamos nos ater à seguinte definição, que "está fundamentada no pressuposto de que o Estado pode e deve ser o agente fomentador da implementação, regulamentação e preservação do interesse público, pelas políticas de bem comum" (GIANEZINI *et al*., 2017, p. 1071), conceituando assim que as políticas públicas se constituem em distintas:

 ISBN: 1981-1047

> [...] diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamento), orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas (TEIXEIRA, 2002, p. 1).

Desta forma, através das políticas públicas o Estado pode atender a diversos interesses de múltiplos setores da sociedade, buscando assegurar as transformações sociais, o desenvolvimento do país e a diminuição das desigualdades.

Contudo, ressaltamos que as políticas públicas "visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis" (TEIXEIRA, 2002, p.3), constituindo-se em uma ferramenta importante para prover melhores condições de vida a esta população. Além disso, segundo o autor, "outras políticas objetivam promover o desenvolvimento, criando alternativas de geração de emprego e renda como forma compensatória dos ajustes criados por outras políticas de cunho mais estratégico (econômicas)" (TEIXEIRA, 2002, p.3).

Nesse sentido, levando em consideração que os benefícios proporcionados pela prática da AUP abrangem diversos aspectos do desenvolvimento, incluindo geração de emprego e renda, além de beneficiar principalmente as parcelas mais pobres da população, implementar políticas públicas voltadas à AUP significa contribuir não apenas com o desenvolvimento desta prática, mas também com o exercício e a manutenção de direitos e princípios previstos na Constituição Federal.

Políticas públicas direcionadas à AUP no Brasil

Muitos estudos vêm sendo realizados no Brasil nos últimos anos com o objetivo de entender a AUP e seus atributos, bem como as dificuldades enfrentadas por seus praticantes.

Um destes estudos recentes realizado por Santos e Machado (2020) avaliou o impacto da AUP sobre a SAN e o comportamento alimentar de famílias participantes de uma horta comunitária situada no bairro Campeche, do município de Florianópolis (Santa Catarina). A pesquisa, que foi pautada em entrevistas realizadas com 11 participantes da

 ISBN: 1981-1047

horta, de forma geral mostrou que a AUP, neste caso, demonstrou-se eficaz na promoção e garantia dos princípios da SAN. Além disso, o espaço da horta comunitária se apresentou como uma estratégia para a promoção de saúde e de alimentação adequada aos participantes, proporcionando sentimento de valorização e cuidado, refletindo nas práticas alimentares diárias.

Pessôa, Souza e Schuch (2006) investigaram, por meio de entrevistas realizadas em cinco bairros do município de Santa Maria - RS, a contribuição da agricultura urbana na melhoria da renda e da alimentação de famílias pobres. Os resultados revelaram que a atividade proporciona uma economia expressiva, fornecendo alimentos às famílias que podem deixar de ser comprados. Assim, a prática desta modalidade de agricultura cumpre papel relevante na complementação da alimentação, fornecendo produtos frescos e relativamente livres de contaminantes industriais, o que contribui para a melhoria da SAN das famílias.

Ambos os estudos, assim como diversos outros que abordam o tema, apontam a necessidade de políticas públicas, especialmente em escala nacional, "que integrem o debate sobre a AUP como estratégia intersetorial indispensável para o abastecimento das cidades, de modo a promover efetivamente a SAN" (SANTOS; MACHADO, 2020, p. 17). Pessôa, Souza e Schuch (2006) apontam principalmente a necessidade de políticas públicas que promovam a disponibilidade de crédito às famílias mais pobres com o objetivo de estimular o aumento da produção, já que, segundo os autores, "entre as principais dificuldades enfrentadas pelas famílias pesquisadas estão a falta de dinheiro para investir na atividade, a falta de espaço físico e de conhecimento técnico" (PÊSSOA; SOUZA; SCHUCH, 2006, p. 36), sendo, estes dois últimos, campos que também precisam ser contemplados com políticas públicas.

Ainda assim, observa-se no Brasil nos últimos anos um início, ainda que tímido, do reconhecimento da AUP no âmbito das políticas públicas. Em 2014, alterações na legislação tornaram possível a emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) para agricultores familiares que produzem em áreas urbanas, tornando-os aptos a usufruir dos financiamentos oferecidos pelo programa. Isto foi uma grande conquista para os agricultores urbanos, apesar de a maior parte deles ainda não possuir tal declaração, o que impede a participação em programas importantes, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa

 ISBN: 1981-1047

Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi a primeira política pública brasileira que reconheceu a importância da agricultura familiar, e a possibilidade de incorporação do agricultor familiar urbano ao programa, a partir de 2014, é um marco no reconhecimento da importância desta modalidade de agricultura (ROSA, 2020).

Em 7 de fevereiro de 2018 foi aprovada a Portaria nº 467, que instituiu o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social, sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O Programa é um "estímulo à produção agroecológica de alimentos nas cidades, aproveitando as áreas ociosas urbanas e periurbanas para promover a produção sustentável, o processamento e a comercialização de alimentos saudáveis" (BRASIL, 2021). Tal Programa possui as seguintes metas:

> I - formalizar parcerias na perspectiva de promover a agricultura urbana, na forma de produção agrícola sustentável, comunitária e/ou doméstica, por meio da introdução de tecnologias de produção sustentáveis como catalizador da segurança alimentar, geração de renda e inclusão social;
> II - fomentar o desenvolvimento de ações voltadas para a gestão e o aperfeiçoamento das ações de agricultura urbana e periurbana;
> III - promover a conscientização de possíveis financiadores para a agricultura urbana e periurbana; e
> IV - sensibilizar as esferas estaduais e municipais para desenvolver políticas regionais e municipais de agricultura urbana e periurbana, principalmente nas escolas e associações comunitárias (Diário Oficial da União, Seção 1, 09/02/2018, p. 64 *apud.* ROSA, 2020).

Além desse programa em nível federal, existem algumas outras iniciativas estaduais de apoio à AUP. No Estado de Minas Gerais, por exemplo, há uma lei específica para a agricultura urbana, a Lei n° 15.973, de 12/01/2006, que dispõe sobre a Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana, cujos objetivos estão relacionados, de forma geral, à melhoria da SAN, à geração de emprego e renda e à sustentabilidade ambiental a partir do estímulo à prática e desenvolvimento desta modalidade de agricultura (ROSA, 2020). Ainda de acordo com Rosa (2020):

> Outros estados brasileiros, como Santa Catarina (Lei Estadual nº 17533 de 19/06/2018), Mato Grosso (Lei Estadual nº 10.824, de 05/02/2019) e Rio de Janeiro (Lei Estadual nº 8366, de 02/04/2019) também instituíram legislações específicas sobre a

 ISBN: 1981-1047

> AUP, porém ainda são muito recentes quando comparadas a de Minas Gerais (ROSA, 2020, p. 75).

No Distrito Federal também existe uma legislação específica para a AUP, a Lei nº 3.495, de 08 de dezembro de 2004, segundo a qual o Distrito Federal implementará ações no sentido de incentivar as diversas formas de cultivo, de origem predominantemente orgânica na zona urbana e incumbirá o Poder Público de definir espaços urbanos onde serão permitidas atividades de AUP (ROSA, 2020).

Também existem no Brasil algumas iniciativas municipais de apoio à AUP, como é o caso do Programa de Agricultura Urbana e Periurbana do município de São Paulo (PROAURP) instituído em 2004 pela Lei n. 13.727/2004, que tem por objetivo incentivar e apoiar a produção agroecológica e a comercialização na cidade de São Paulo (SÃO PAULO, 2004 *apud*. GIACCHÈ; PORTO, 2015). Rosa (2020) salienta que a AUP está presente no Plano Diretor Estratégico do referido município, no qual estão previstos a legitimação e incentivos às hortas urbanas, que constituem uma atividade muito frequente da AUP nos municípios brasileiros.

No município de Americana – SP existe a Lei nº 3.189, de 27 de julho de 1998, que autoriza o Poder Executivo a conceder redução da tarifa de água e no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para produtores de hortaliças:

> Artigo 1.º Fica o poder executivo autorizado a conceder uma redução de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da taxa de consumo de água e a redução de 50% sobre o valor a ser pago do Imposto Predial e Territorial Urbano IPTU dos terrenos destinados ao cultivo de hortas comunitárias ou particulares (ROSA, 2020, p. 76).

Rosa (2020) também destaca dois municípios do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte e Governador Valadares, que participam de programas voltados ao apoio da AUP, que são o Programa Global Cidades Cultivando para o Futuro – CCF, no caso de Belo Horizonte e o Projeto Cidade Verde, no caso de Governador Valadares, ambos visando o conhecimento e o desenvolvimento da AUP nos municípios (ROSA, 2020).

No geral, percebe-se que as ações de apoio à AUP no Brasil, tanto em âmbito federal, quanto estadual e municipal, ainda são relativamente recentes e, até então, avançaram muito pouco em relação ao potencial e as necessidades da AUP.

 ISBN: 1981-1047

Para que esta modalidade de agricultura se desenvolva é necessário investir em políticas públicas que garantam e facilitem o acesso à terra, à água e aos recursos necessários, e que possibilitem e estimulem a capacitação técnica dos produtores. Além disso, políticas públicas que promovam a disponibilidade de crédito às famílias mais pobres podem ser muito importantes para o avanço da AUP em um de seus principais propósitos, que é melhorar a SAN.

Considerações finais

A AUP é uma modalidade de agricultura em ascensão, que vem sendo cada vez mais reconhecida mundialmente pelos benefícios que apresenta, relacionados: à melhoria da Segurança Alimentar e Nutricional, a partir da disponibilização de alimentos frescos e saudáveis e a partir da diminuição da pobreza através da venda dos produtos; à questão ambiental, contribuindo com a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, ajudando na conservação do solo e no desenvolvimento e preservação da biodiversidade; à questões terapêuticas e pedagógicas e ao aumento da autonomia das cidades em relação ao abastecimento alimentar.

Sua expansão no Brasil esteve relacionada ao êxodo rural provocado pela modernização da agricultura. A partir das habilidades adquiridas no campo, os agricultores migrantes passaram a produzir uma agricultura de subsistência para garantir e complementar sua alimentação, e em alguns casos para gerar uma fonte de renda extra, buscando melhorar as condições de vida precárias que encontraram nas cidades naquele momento.

Desde então, no Brasil, este tipo de agricultura vem se apresentando como uma estratégia de superação de adversidades, e atuando como um mecanismo de diminuição da pobreza. Nesse sentido, são necessárias ações do poder público que estimulem esta prática e a apoiem, tanto do ponto de vista econômico, a partir da disponibilização de crédito, especialmente para as famílias mais necessitadas envolvidas na atividade, quanto do ponto de vista de facilitar o acesso à água, à terra e aos recursos necessários, além da promoção de oportunidades de capacitação técnica para os agricultores. Isto vai ao encontro de uma das principais funções das políticas públicas, que consiste em responder às demandas de setores mais vulneráveis da sociedade ajudando a diminuir as desigualdades.

 ISBN: 1981-1047

Existem algumas políticas públicas em vigor atualmente no Brasil que contemplam a AUP, tais como o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana e o PRONAF, tendo este último se tornado acessível aos agricultores urbanos e periurbanos apenas recentemente, após algumas alterações na legislação. Também existem algumas iniciativas no âmbito de alguns estados da federação, como a Lei n° 15.973, de 12/01/2006, do Estado de Minas Gerais, que dispõe sobre a Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana; a Lei nº 3.495, de 08 de dezembro de 2004 do Distrito Federal, que busca incentivar a produção orgânica de alimentos da zona urbana e outras leis específicas mais recentes, nos Estados de Mato Grosso, Santa Catarina e Rio de Janeiro.

Além disso, observamos algumas iniciativas municipais de apoio a esta modalidade de agricultura, como é o caso do Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (PROAURP); da Lei nº 3.189, de 27 de julho de 1998, que autoriza o Poder Executivo a conceder redução da tarifa de água e o IPTU para produtores de hortaliças do município de Americana e também destacamos os municípios de Belo Horizonte e Governador Valadares, que apoiam diferentes projetos de AUP.

Como já mencionamos, estas ações ainda são relativamente recentes, e avançaram muito pouco em relação ao potencial da AUP e dos benefícios que podem ser extraídos desta prática, demonstrando a necessidade de políticas que: disponibilizem crédito às famílias mais necessitadas que estão envolvidas nesta atividade, possibilitem sua capacitação técnica e facilitem o acesso à água, à terra e aos recursos necessários. Esforços por parte de pesquisadores no entendimento das características da AUP e no reconhecimento de suas demandas são muito importantes para subsidiar e possibilitar a criação destas políticas públicas, assim como a divulgação destas informações não apenas para a comunidade científica, mas para a população em geral.

Agradecimentos

Agradecemos o suporte da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP – Campus de Presidente Prudente) e do Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária (GEDRA). Destacamos que o presente trabalho foi realizado com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) – processo nº 2020/00738-3, à qual prestamos nossos agradecimentos. As opiniões,

hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

Referências

ARRUDA, J. **Agricultura Urbana e Peri-urbana em Campinas/SP: análise do Programa de Hortas Comunitárias como subsídio para políticas públicas.** 2006. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola, Campinas – SP, 2006.

BRASIL, Ministério da Cidadania. **Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana.** Disponível em: https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acesso-a-informacao/carta-de-servicosdesenvolvimento-social/inclusao-social-e-produtiva-rural/programa-nacional-de-agricultura-urbana-e-periurbana. Acesso em: 15 fevereiro 2021.

BRITO, F. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Revista Estudos Avançados** (Universidade de São Paulo), São Paulo, vol. 20, n.57, 2006, p.221-236. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S010340142006000200017&lang=pt. Acesso em: 08 fevereiro 2021.

CANO, W. Urbanização: sua crise e revisão de seu planejamento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol. 9, n.1, 1989, p. 62-82. Disponível em: http://www.rep.org.br/pdf/33-5.pdf. Acesso em: 08 fevereiro 2021.

CRIBB, S. L.; CRIBB, A. Y. **Agricultura urbana: alternativa para aliviar a fome e para a educação ambiental.** SOBER: 47° CONGRESSO SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCILOGIA RURAL. Porto Alegre, 2009. Disponível em: https://www.alice.cnptia.embrapa.br/handle/doc/662290. Acesso em: 06 janeiro 2021.

GIACCHÈ, G., PORTO, L. Políticas públicas de agricultura urbana e periurbana: uma comparação entre os casos de São Paulo e Campinas. **Informações Econômicas**, SP, v. 45, n. 6, 2015. Disponível em: http://www.iea.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/ie/2015/tec3-1215.pdf. Acesso em: 16 janeiro 2021.

GIANEZINI, K. *et al.* Políticas públicas: definições, processos e constructos no século XXI. **Revista de Políticas Públicas.** Vol. 21, n. 2, 2017, p. 1065-1084. Disponível em: http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/8262. Acesso em: 11 fevereiro 2021.

HESPANHOL, A. N. O desenvolvimento do campo no Brasil. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I.; SUZUKI, J. C. **Geografia Agrária: teoria e poder.** 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p.271-287.

MELO, L. **Os benefícios da agricultura urbana e periurbana para a sustentabilidade da cidade de Macapá - AP**. 7º CONGRESSO LUSO BRASILEIRO PARA O PLANEJAMENTO URBANO, REGIONAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL: Contrastes, Contradições e Complexidades, Maceió, 2016.

MOUGEOT, L. **Urban Agriculture: Definition, Presence, Potentials and Risks, and Policy Challenges,** 2000. Disponível em: https://idl-bnc-idrc.dspacedirect.org/bitstream/handle/10625/26429/117785.pdf?sequence=12. Acesso em: 08 fevereiro 2021.

PESSÔA, C. **Agricultura Urbana e Pobreza: Um estudo no município de Santa Maria – RS.** 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria – RS, 2005.

PESSÔA, C.; SOUZA, M.; SCHUCH, I. Agricultura urbana e Segurança Alimentar: estudo no município de Santa Maria – RS. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, vol. 13, n.1, p. 23-37, 2006. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/1842. Acesso em: 06 janeiro 2021.

PIRES, V. Agricultura Urbana como Fator de Desenvolvimento Sustentável: Um Estudo na Região Metropolitana de Maringá. **Revista Pesquisa & Debate**, São Paulo, vol. 27, n. 2 (50), 2016. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/21318. Acesso em: 14 abril 2021.

ROESE, A. **Agricultura Urbana**, 2003. Disponível em: http://www.agronline.com.br/artigos/artigo.php?id=112&pg=1&n=3. Acesso em: 09 fevereiro 2021.

ROSA, A. **As particularidades da agricultura urbana e periurbana (AUP) em Presidente Prudente/SP.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente – SP, 2020.

SANTANDREU, A.; LOVO, I. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção** - Identificação e caracterização de iniciativas de agricultura urbana e periurbana em regiões metropolitanas brasileiras. Documento referencial geral. Belo Horizonte, 2007.

SANTOS, M.; MACHADO, M. Agricultura Urbana e Periurbana: Segurança Alimentar e Nutricional, comportamento alimentar e transformações sociais em uma horta comunitária. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 27, p. 1-20, 2020.

SILVEIRA, D.; TIRELLI, C.; WBATUBA, B. **Políticas públicas e Walfare State: O plano nacional de microcrédito produtivo orientado (PNMPO) no Brasil.** VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, Rio Grande do Sul, Brasil, 2015.

SOUSA, D.; MADUREIRA, H. Padrões territoriais da agricultura urbana na cidade do Porto. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**, n. 11, Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, p. 309-325, 2017.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Revista AATR**, Salvador, 2002. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf. Acesso em: 12 fevereiro 2021.

ZAAR, M. H. A agricultura urbana e periurbana (AUP) no marco da soberania alimentar. **Sociedade e Território**, Natal, vol. 27, n. 3, 2015, p. 26-44. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/7870/6137. Acesso em: 08 fevereiro 2021.

 ISBN: 1981-1047

PANORAMA DOS AGROTÓXICOS NO BRASIL NO GOVERNO BOLSONARISTA: LIBERAÇÃO, USO, CONFLITOS E AS CONTRA-HEGEMONIAS

GT - Espaços Urbanos e Rurais na Contemporaneidade

Diógenes Rabello[39]
diogenesrabello@yahoo.com
Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista

Resumo
No Brasil, o uso de agrotóxicos é protagonizado pelos setores da burguesia agrária, responsáveis pela produção de commodity, e é sustentado pelas figuras políticas controlam o poder legislativo, que, na prática, acabam sendo sujeitos de mesmo lado da cerca mantendo a hegemonia do capital no campo. Partindo desta compreensão, este texto traz como objetivo oferecer uma reflexão sobre o uso de agrotóxicos no Brasil sob a ótica da permissividade do Estado para o uso dos mesmos. Consideremos que a Frente Parlamentar da Agropecuária, mais conhecida como Bancada Ruralista ou do Boi, se configura como uma das maiores e mais organizadas forças parlamentares brasileiras, congregando latifundiários produtores de commodity em todas as regiões de Brasil; grandes pecuaristas do Centro-Oeste; os responsáveis pelo desmatamento desenfreado na Amazônia brasileira; grandes empresários do setor agrícolas (agrotóxicos, sementes, equipamentos agrícolas e etc). Eles têm criado estratégias e se articulado em bloco no sentido de assegurar condições plenas para a reprodução do capital agroindustrial e pecuário no campo, em detrimento o desenvolvimento de processos antagonismos à eles, como a agroecologia.
Palavras-chave: agrotóxicos; Bancada Ruralista; governo Bolsonaro; questão agrária; agroecologia.

Introdução

Este trabalho é uma das sínteses dos resultados oriundos da Dissertação de Mestrado intitulada "Camponeses assentadas e as práticas agroecológicas no contexto do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP)", defendida em 2018 pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (FCT/UNESP), campus de Presidente Prudente[40].

[39] Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa de Estado de São Paulo (Fapesp Processo: 2019/17129-0).
[40] Para o desenvolvimento deste trabalho recebemos financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Proc. Fapesp 2015/02962-0)

Nosso objetivo central é oferecer uma reflexão sobre o uso de agrotóxicos no Brasil sob a ótica da permissividade do Estado para o uso dos mesmos. Assim, pretendemos: a) apresentar com se configura a correlação de forças no sistema legislativo brasileiro; b) o atual cenário de liberação de agrotóxicos no Brasil; b) apresentar a agroecologia como uma alternativa produtiva e ideológica para o desenvolvimento do campo brasileiro.

Para fomentar as discussões que este texto se propõe fazer, nos dedicamos e buscar dados sobre o uso de agrotóxicos no Brasil e dados sobre a liberação de agrotóxicos pelo governo bolsonarista. Também buscamos informações sobre o PL do Veneno (Projeto de Lei 6.229/2002), que trata de uma manobra da Banca Ruralista para criar ainda mais facilidades no processo de registro, liberação e fiscalização do uso de agrotóxicos.

Os conflitos no campo político e ideológico para a superação da cultura do veneno.

Um dos grandes desafios para a agroecologia tem sido a desmistificação da dependência do uso de agrotóxicos. Na prática cotidiana, a Revolução Verde trouxe uma perspectiva de agricultura a produtividade só é alcançada pelo uso de agrotóxicos nos processos produtivos, e essa ideia foi sendo incorporada para os camponeses causando uma adaptação generalizada das suas técnicas para o uso de veneno. Assim, criou-se o ideário de que o agrotóxico passa a ser componente obrigatório do processo de trabalho no campo para os camponeses.

Nos latifúndios e para as práticas do agrohidronegócio, o uso de agrotóxicos é atrelado e intrínseco às outras fases do processo produtivo. A adoção de sementes geneticamente modificadas e a degradação do solo criaram dependência direta para a quimificação da agricultura.

Então, a dependência ao uso de agrotóxicos foi algo construída com interesses políticos específicos de subverter a função social da terra. Sendo assim, se foi construído, é passível de ser desconstruído, e esse tem sido o desafio da agroecologia na sua perspectiva política de difundir outro paradigma para a organização do sistema produtivo na terra.

Nesse campo de disputas ideológicas, o capital tem ganhado cada vez mais forças na propagação do discurso do uso de agrotóxicos. No Brasil, esse discurso é sustentado pelas figuras políticas controlam o poder legislativo. A Frente Parlamentar da Agropecuária, mais

 ISBN: 1981-1047

conhecida como Bancada Ruralista ou do Boi, se configura como uma das maiores e mais organizadas forças parlamentares brasileiras (Figura 1), congregando latifundiários produtores de *commodity* em todas as regiões de Brasil; grandes pecuaristas do Centro-Oeste; os responsáveis pelo desmatamento desenfreado na Amazônia brasileira; grandes empresários do setor agrícolas (agrotóxicos, sementes, equipamentos agrícolas e etc).

A Bancada Ruralista tem criado estratégias e se articulado em bloco no sentido de garantir a forma de distribuição dos recursos financeiros para agricultura centrada na priorização do desenvolvimento do agrohidronegócio, manter a estrutura fundiária baseada na concentração de terras, trabalhar para possibilitar a liberação do uso de agrotóxicos. Ou seja, assegurar condições plenas para a reprodução do capital agroindustrial e pecuário no campo.

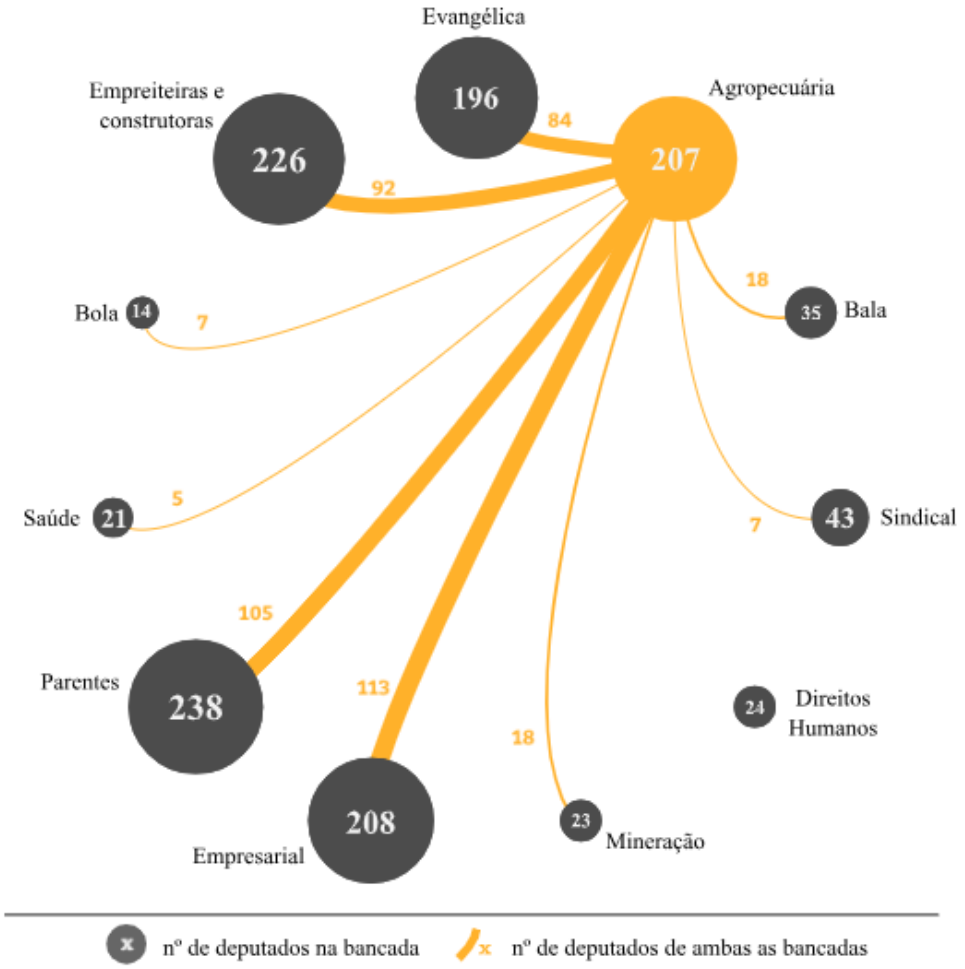
Um dos efeitos alarmantes da organização da Bancada Ruralista para garantir seu predominância no centro do poder é o acirramento e intensificação dos conflitos no campo, de acordo com Feliciano e Mitidiero Jr. (2018),

> As balas do latifúndio somam-se às armas do Estado, que costuma, em "nome da lei", tirar a vida de homens e mulheres que lutam pela terra ou lutam para permanecer na terra de trabalho. A polícia do povo brasileiro sempre foi uma polícia para os latifúndios nas demandas por terra. Por tudo isso, a violência no campo brasileiro não pode ser considerada apenas como crimes decorrentes de disputas e conflitos territoriais, mas, sim, como crimes políticos. São assassinatos políticos que visam destruir organizações sociais de luta por justiça social. Não são crimes individuais, são crimes com repercussão coletiva (MITIDIERO JR., FELICIANO, 2018, p. 238).

Os conflitos surgem porque os sujeitos organizados constroem frentes de atuação para promover resistência, sobretudo mediatizados pelos movimentos sociais de campo e organizações sociais. Desta forma, as diversas estratégias de resistências adotadas por eles, como as ocupações, manifestações, atos, etc, confrontam diretamente os interesses políticos individuais e privilégios sob os quais os grandes proprietários de terras e empresários agrícolas e pecuários estão alicerçados. É desta relação que nasce o conflito (FELICIANO, 2016).

ISBN: 1981-1047

Figura 1. Composição do Congresso Nacional em "Bancadas"



Fonte: Medeiros; Fonseca (2016).

No sentido de enraizar o discurso predominante das "vantagens" do agrohidronegócio e promover a ideia de que ele tem papel único do desenvolvimento econômico para o Brasil, o Estado tem criado um potente aliança com a mídia brasileira, capitaneada, sobretudo, pela Rede Globo de Televisão. Em junho de 2016 a emissora passou a exibir uma propaganda criada por ela mesma intitulada "AGRO: A indústria-riqueza do Brasil", uma estratégia de marketing televisiva para demonstrar as vantagens econômicas trazidas pelo agrohidronegócio no Brasil. Se apropriando de jargões como "A Agro é Pop, o Agro é Tech, o Agro é Tudo" (Figura 2), a campanha

ISBN: 1981-1047

> [...] faz parte de uma ofensiva ideológica do latifúndio, por meio do monopólio da imprensa, com o intuito de construir uma imagem perante ao povo de que o latifúndio é "a indústria riqueza do Brasil", de que é o latifúndio que "desenvolve" o país. Nesse cenário, se opor ao latifúndio é "colocar-se contra o crescimento econômico e o desenvolvimento da Nação" (ALVES, 2017, s/p).

Figura 2. Marketing para o agrohidronegócio promovido pela Rede Globo.

Fonte: Grupo Globo de Comunicação, 2018[41]. Organização: Diógenes Rabello, 2018.

De acordo com Souza (2011),

> E, nesse sentido o poder e as relações de poder neoliberais como práticas capilares insidiosas que são produzidas/incorporadas por essas mídias acabam por circular como verdades nos espaços públicos combinando arranjos nos lugares e interagindo produtivamente nos territórios (SOUZA, 2011, p. 19).

Paralelo a isso, houve uma manobra do capital no sentido de retirar a palavra agrotóxicos do cenário, incorporando o termo "defensivos fitossanitários", popularizando a ideia de que há algum tipo de benesse no uso de agrotóxicos e retirando o peso político

[41] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9z3Nnzsi038 Acesso em: 02 mai. 2021.

denuncia de risco presumido que há no termo agrotóxico. Essa estratégia, também de marketing, atingiu a população de forma que o termo defensivo fitossanitário passou a circular nos espaços de veiculação de qualquer elemento vinculado aos agrotóxicos. Em contraposição a isso, neste trabalho reafirmamos que estes produtos são **agrotóxicos**, pois oferecem riscos irreparáveis à saúde e ao ambiente, por isso, muitas vezes, a leitura pode se tornar um pouco cansativa pelo uso repetitivo da palavra agrotóxico, mas essa é a nossa demarcação política, e não vamos utilizar sinônimos.

Outro ataque direto à agroecologia e ao campesinato brasileiro tem sido a facilidade sob qual tem se dado a permissividade para o uso indiscriminado de agrotóxicos, sobretudo através da liberação jurídica para a produção, comercialização e consumo de agrotóxicos.

Todos estes assuntos que são traduzidos sob a perspectiva de um ataque severo às sanidade humanas, animal e vegetal, tem sido capitaneados no âmbito do Projeto de Lei (PL) 6.229/2002, popularmente conhecido como PL do Veneno.

A PL do Veneno, na sua redação institucional, diz que "Altera os Arts. 3º e 9º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências". Na prática, conforme posicionamento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA),

> [...] o PL não contribui com a melhoria, disponibilidade de alimentos mais seguros ou novas tecnologias para o agricultor e nem mesmo com o fortalecimento do sistema regulatório de agrotóxicos, não atendendo, dessa forma, a quem deveria ser o foco da legislação: a população brasileira. A proposta do substitutivo, de autoria do deputado Luiz Nishimori (PR-PR), é de que não haja mais avaliação e classificação de produtos pelas áreas de saúde e meio ambiente, mas apenas uma "homologação" da avaliação realizada pelas empresas registrantes de produtos agrotóxicos (ANVISA, 2018, s/p)

Já a Nota Técnica divulgada pela Abrasco e pela ABA, diz que

> É possível evidenciar que, em 2018, os argumentos voltados à defesa do PL no 6.299/2002 não possuem base técnica ou científica, configurando-se como estratégias de mercado das indústrias

 ISBN: 1981-1047

> transnacionais que produzem agrotóxicos e transgênicos e que vêem no Brasil em crise uma oportunidade para comercializar produtos que já não podem ser consumidos tão livremente em outros países em função de sua elevada toxicidade e do perigo que representam para os seres humanos e para o ambiente (FRIEDRICH, SOUZA, CARNEIRO, 2018, p. 12).

Este PL busca, em suma, criar mecanismos facilitadores para o processo de produção, registro, avaliação, comercialização e uso de agrotóxicos. As análises e fiscalizações sobre os princípios ativos e efeitos nocivos dos agrotóxicos, que antes estavam sob responsabilidade de agencias competentes, como a ANVISA, passam a ser administradas pelo MAPA, demonstrando uma manobra política escancarada da Bancada Ruralista para que eles mesmos tenham controle sobre este assunto.

O Dossiê Científico e Técnico produzido pela parceria entre a ABRASCO e a ABA conclui que, com do PL 6.299/2002 se constituirá cenário bastante crítico para a segurança alimentar e nutricional, já que permitirá o registro de agrotóxicos já proibidos em diversos outros países, com base no seu grau de periculosidade e riscos à saúde humana e ambiental.

Liberação de agrotóxicos no governo Bolsonarista

De antemão, gostaríamos de nos posicionar, ou, como a academia gosta de chamar, justificar o uso do termo bolsonarista. Estamos partindo da compreensão de que o governo Bolsonaro se sustenta com base em discursos e práticas de extrema direita, conservadoras, fundamentalistas, negacionistas e com direcionamentos muito claros ao fascismo.

Por isso, o que estamos vivendo é uma onda ideológica de pessoas que antes viviam encubadas em externalizar seus posicionamentos, ou os fazia de forma mais retraída, e, agora com a figura de Jair Bolsonaro ocupando a cadeira da presidência, se sentem mais confortáveis de demonstrar esses posicionamento para a sociedade. E, embora Bolsonaro não esteja só nestas formas de pensar e ser, é ele quem chama para si a responsabilidade de ser o corresponde de uma massa de pessoas inclinadas ao fascismo. Por isso é que adotamos o termo bolsonarista.

De acordo com o Souza e Oliveira (2020),

 ISBN: 1981-1047

> Se se pensar em descrever um campo associativo de significações sobre o bolsonarismo e o fascismo,vamos encontrar termos como "direita", "antidemocrático", "ditadura", "censura", "militarismo", "anti-pluralismo", "xenofobia", "contra minorias e políticas sociais" e "defesa da família tradicional". Esses são apenas alguns dos elementos possíveis de se estabelecer em uma correlação entre os enunciados sobre o bolsonarismo e o fascismo já apresentados (SOUZA, OLIVEIRA, 2020, p. 130).

A autora e o autor são precisos em oferecer entendimento de que há afinidades ideológicas entre a prática social de que está alinhado a este governo e o fascismo. Demonstram, no decorrer do estudo, que não se trata expressamente do fascismo tradicional clássico italiano e alemão do século XX, mas de um processo de ressignificação.

Explicado, portanto, de onde nos apoiamos para adjetivar o governo bolsonarista queremos apresentar como esse governo tem se comportado no que tange à liberação do uso de agrotóxicos no Brasil, que não acontece de forma isolada e espontânea, mas compõe um conjunto de ações de um projeto de governo com interesses claros para a defesa da burguesia e totalmente contrário às necessidades e emergências da classe trabalhadora.

Tendo o agronegócio como uma das bases de sustentação deste governo, é de que se esperar um cenário devastador para o meio ambiente. E assim te sido feito com a flexibilização da legislação que tem permitido a expansão da fronteira agrícola na Amazônia e no MATOPIBA, a inércia em relação aos crimes ambientais de desmatamento e queimadas, tanto na Amazônia quanto no Pantanal, as manchas de óleo que chegaram pelo litoral nordestino sem ações de combate ao prejuízos para a qualidade ambiental e trabalho das comunidades de pescadores(as), a falta de amparo para as famílias atingidas pelos crimes de rompimento de barragens e falta de cobrança sobre as empresas responsáveis e outras ações, ou falta delas. Isso está, para nós, bastante expresso quando o atual Ministro do Meio Ambiente diz que este momento da pandemia da Covid-19 é propício para "ir passando a boiada e simplificando normas"[42], querendo dizer que é momento de aproveitar o cenário catastrófico da saúde, onde o mundo todo de concentra nisso, para aprovar legislações de flexibilização na fiscalização ambiental.

[42] Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-sugere-passar-boiada-enquanto-o-foco-e-coronavirus. Acesso em: 02 mai. 2021.

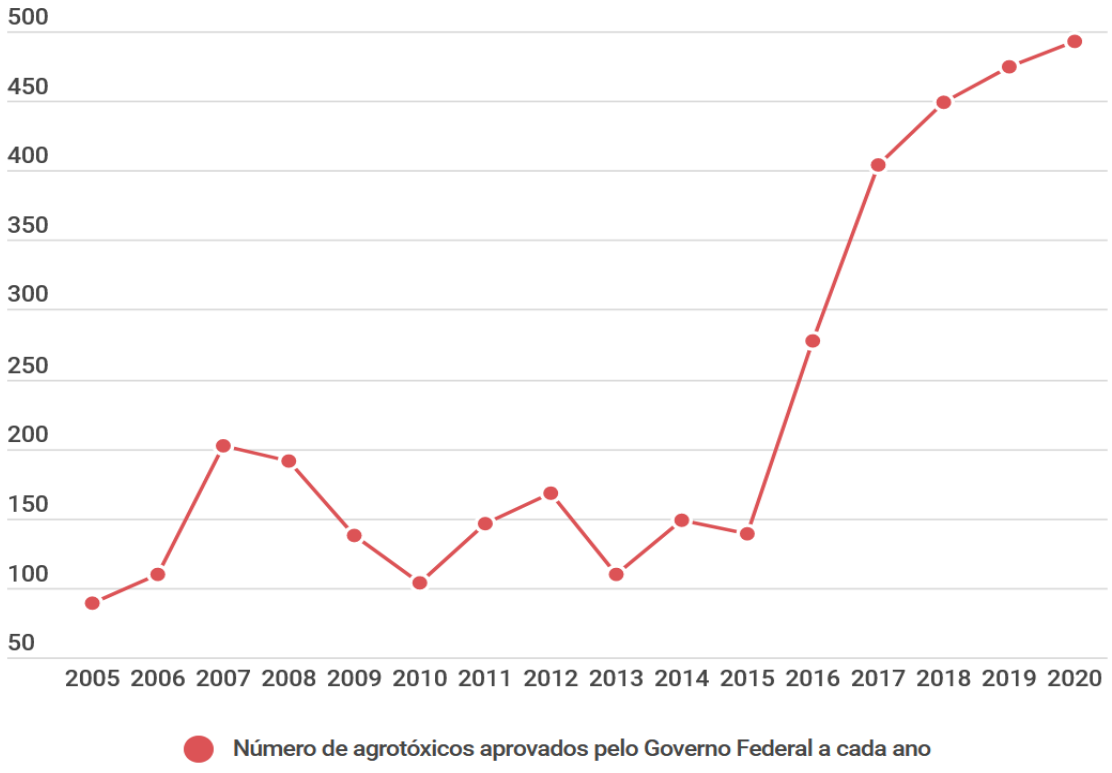
 ISBN: 1981-1047

Desta forma, estamos coadunando com Silva et al (2020), quando analisam o Brasil sob a perspectiva de que,

> Em um contexto hostil e uma realidade ambiental preocupante, emerge o aumento do desmatamento da Amazônia. O contexto socioeconômico brasileiro que se apresenta pressiona a produção e exportação de commodity pelo interesse do capital nacional e internacional em explorar o território amazônico com incentivo do Governo Federal. Como consequência, houve o enfraquecimento das leis de proteção ambiental, abertura de terras indígenas para mineração, ameaça de o Brasil sair do acordo de Paris e o enfraquecimento do Ministério do Meio Ambiente, passando a compartilhar pautas com o Ministério da Agricultura (SILVA, et al, 2020, p. 72).

A permissividade quanto ao uso de agrotóxicos tem sido uma dessas marcos do governo bolsonarista quanto à sua relação com a natureza. Os dados apresentados na figura abaixo demonstram como tem sido esse processo.

Figura 3. Liberação de agrotóxicos no Brasil entre 2005 e 2020.



Fonte: Pedro Grigori - Agência Pública/Repórter Brasil, (2021)

ISBN: 1981-1047

De acordo com matéria produzida pela Organização Não Governamental (ONG) Repórter Brasil, em janeiro de 2021,

> Quase um terço dos mais de 3 mil produtos agrotóxicos comercializados no Brasil recebeu registro durante os dois anos de governo Bolsonaro. Desde que Tereza Cristina, ex-líder da bancada ruralista no Congresso Nacional, assumiu o Ministério da Agricultura, 967 pesticidas foram aprovados. [...] Nem mesmo a pandemia de Covid-19 diminuiu o ritmo de trabalho da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Ministério da Agricultura e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), órgãos reguladores responsáveis por avaliar os produtos antes que eles sejam liberados no mercado brasileiro. [...] Foram, em média, quase 10 produtos agrotóxicos liberados por semana em 2020. E 90% das aprovações ocorreram após o início da pandemia (GRIGORI, 2021, s/p).

Este governo tem representado diversas ordens de atrasos socioeconômicos para a sociedade. Uma destas formas se caracteriza pelas alianças com a burguesia latifundiária para promover o desenvolvimento cada vez mais voraz do capitalismo no campo. Daí surgem as facilidades para negociações de dívidas com estes sujeitos, a promoção de políticas públicas que possibilitem a manutenção da produção de *commodity* e a liberação massiva do uso de agrotóxicos.

Há resistências!

Por outro lado, iniciativas que questionam o posicionamento do Estado favorável pelo agrohidronegócio e pelos agrotóxicos têm surgido no interior dos movimentos e organizações sociais. A iniciativa mais expressiva nos últimos anos, e que tem aglutinado grande parte dos movimentos de resistência é a "Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida" (Figura 3).

 ISBN: 1981-1047

Figura 4. Identidade visual da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida

Fonte: Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida. Disponível em: http://contraosagrotoxicos.org/. Acessado em: 02 mai. 2021.

A Campanha surgiu com o objetivo de difundir informações sobre agrotóxicos, sensibilizando a sociedade em geral para os riscos advindos do seu uso, e, ao mesmo tempo, promover a agroecologia como projeto de desenvolvimento para a sociedade.

Os objetivos principais[43] da Campanha são:

- Construir um processo de conscientização na sociedade sobre a ameaça que representam os agrotóxicos e transgênicos, denunciando os seus efeitos degradantes à saúde (tanto dos trabalhadores rurais como dos consumidores nas cidades) e ao meio ambiente (contaminação dos solos e das águas);
- Fazer da campanha um espaço de construção de unidade entre ambientalistas, camponeses, trabalhadores urbanos, estudantes, consumidores e todos aqueles que prezam pela produção de um alimento saudável que respeite ao meio ambiente;
- Denunciar e responsabilizar as empresas que produzem e comercializam agrotóxicos. Criar formas de restringir o uso de venenos e de impedir sua expansão, propondo projetos de lei, portarias e outras iniciativas legais.
- Pautar na sociedade a necessidade de mudança do atual modelo agrícola que produz comida envenenada para um modelo baseado na agricultura camponesa e agroecológica

[43] Retirado de: http://contraosagrotoxicos.org/ Acesso: 02 mai. 2021.

Fazem parte da Campanha, mais de 100 representações, entre movimentos sociais, movimentos sindicais, instituições educacionais, movimentos estudantis, ONGs, associações, pessoas, de diversas regiões e estados Brasileiros. Vale destacar, que com a soma de forças representa por este coletivo, "intensificaram-se as ações de denúncias dos impactos dos agrotóxicos. O conjunto de organizações que a compõe se debruçou sobre o estudo, monitoramento e o controle social sobre o uso de agrotóxicos no Brasil" (Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, p.151, 2014).

Outras ações têm sido tomadas em escalas mais locais, como a inciativa a formação em vigilância sanitária na problemática dos agrotóxicos no Pontal do Paranapanema, extremos Oeste do estado de São Paulo. Promovido por um coletivo de instituições e pessoas que se reúnem no âmbito da luta contra o agrotóxico, o curso de formação em "Vigilância em Saúde de Base Territorial Integrada e Participativa", surgiu sob a perspectiva de criar um espaço para diálogo a respeito dos efeitos dos agrotóxicos para a saúde humana e ambiental e as possibilidades de intervenção para identificar casos de contaminação e intoxicação, identificar os agentes causadores e denunciar o uso indiscriminado de agrotóxicos nos municípios do Pontal.

Este coletivo se formou na parceria entre Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST/Presidente Prudente), Coordenação Geral de Saúde do Trabalhador (CGSAT), Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST), Divisão Regional de Saúde (DRS-XI), Ministério da Saúde, Sistema Único de Saúde (SUS), Divisão de Vigilância Sanitária do Trabalho, Secretaria de Estado da Saúde; Departamento Regional de Saúde de Presidente Prudente, Grupo Regional de Vigilância Sanitária de Presidente Prudente e de Presidente Venceslau e o Coletivo CETAS de Pesquisadores da FCT/UNESP.

O curso teve como foco produzir e difundir protocolos adequados às demandas locais/regionais, sendo assim, o público-alvo foi composto por Agentes Comunitários de Saúde (sobretudo aqueles que atuam nas Estratégias de Saúde da Família localizadas em assentamentos rurais), famílias camponesas, militantes do MST, estudantes da área da saúde, etc.

Esse assunto é cada vez mais latente no Pontal do Paranapanema, posto os conflitos permanente entre a população e o capital agroindustrial canavieiro,

 ISBN: 1981-1047

> [...] numa área que atinge índices alarmantes de contaminação ambiental oriunda da aplicação de agrotóxicos, à ordem de 3 milhões de litros de princípios ativos ou 300 milhões de calda tóxica, para uma população de aproximadamente 1 milhão de habitantes, em 2,5 milhões de há. (THOMAZ JUNIOR, 2018, p.6).

Vale destacar o papel de duas das mais importantes instituições públicas que têm feito para denunciar os usos abusivos de agrotóxicos e seus riscos iminentes para a sociedade, que são: Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), que juntamente com a Anvisa têm protagonizado trabalhos de referência política e científica no tema.

Conseguimos enxergar alternativas claras e eficientes contra a distribuição da natureza promovida pelo capital agroindustrial, baseada na agroecologia. A agroecologia acontece desde diferentes contextos de conflitos e disputas. Por um lado, os conflitos territoriais diretos com a burguesia agrária pelo acesso à terra, pela permanência nela e pela garantia de condições materiais de reprodução e de desenvolvimento das práticas agroecológicas. Por outro, as disputas no âmbito ideológico, quando sinalizamos que o próprio conceito de agroecologia está em disputa, já que muitos têm feito a confusão teórica de descrever agroecologia e produção orgânica como sendo a mesma coisa. Enquanto a produção orgânica diz respeito à mudança do padrão técnico para uma produção limpa, a agroecologia traduz uma mudança paradigmática que está para além do estrato produtivo e vai incorporar os aspectos sociais e culturais. Além disso, a disputa por políticas públicas efetivas e de garantam uma transição agroecológica que não esteja moldada aos pacotes tecnológicos, mas que correspondam às estratégias reprodutivas dos sujeitos em suas diversas formas de organização social e territorial.

Gleissman (2002) assim se expressa sobre esse assunto:

> La agroecología provee el conocimiento y metodología necesarios para desarrollar una agricultura que sea, por un lado ambientalmente adecuado y por otro lado altamente productiva y económicamente viable. Esta establece condiciones para el desarrollo de nuevos paradigmas en agricultura, en parte porque prácticamente elimina la dintinción entre la generación de conocimiento y su aplicación. También valoriza el conocimiento local empírico de los agricultores, el compartir este conocimiento y su aplicación al objetivo común de sostenibilidad (GLEISSMAN, 2002. p. 13).

 ISBN: 1981-1047

A agroecologia propõe reflexões em torno das questões sociais que perpassam as discussões sobre organização em cada comunidade, buscando melhores condições de reprodução. Passa também pela discussão de gênero, pois na agroecologia a produção dos quintais, que em linhas gerais está sob os cuidados das mulheres, é considerada parte do sistema produtivo, e não uma atividade avulsa em meio às outras áreas de produção do lote. Dessa forma, o esforço despendido pela mulher para cuidar destas atividades é considerado trabalho. Isso está ligado também ao preceito de trabalho de base familiar consagrado pela agroecologia. Busca-se, ainda, a autonomia e a minimização da dependência do consumo externo, levando o camponês a priorizar o abastecimento interno. Há ainda a dimensão econômica, que explora a possibilidade de fortalecimento dos mercados locais por meio de circuitos curtos de comercialização (RABELLO, 2018).

Conforme Molina (2013),

> [...] el enfoque agroecológico adolece del necesario desarrollo de aquellos aspectos que superan el ámbito de la finca o de la comunidad estudiada y que tanta repercusión tienen sobre sus sustentabilidad. Este aspecto y otros de semejante envergadura nos hablan de la falta de integración en el enfoque agroecológico de los aspectos políticos e institucionales que regulan las relaciones en la agricultura. Carecemos de criterios que fomenten y orienten la participación en las instituciones gubernamentales (en el establecimiento de regulaciones y normas que favorezcan el desarrollo y la ampliación de las tierras y territorios en los que se realiza agricultura sustentable (MOLINA, 2013, p. 47).

A agroecologia não contribui apenas para a produção de um modo de vida menos prejudicial ao ambiente. Mais que isso, considera o camponês como protagonista na produção de alimentos saudáveis. O principal desafio é implementar a agricultura alternativa imersa num modelo de sociedade que se estrutura sob condições adversas para a produção de alimentos de qualidade. Neste contexto, o camponês aparece como sujeito detentor de sabedoria tradicional e procura valorizá-los como componentes fundamentais e intrínsecos para os fazeres dos povos tradicionais. Esses saberes são adquiridos historicamente, por meio do trabalho com a terra, e passados de geração em geração. É importante destacar que a agroecologia acontece no bojo das relações camponesas, pois eles são os sujeitos

 ISBN: 1981-1047

construtores de práticas e técnicas de trabalho com a terra e de relações sociais capazes de sustentar este outro modelo de produção.

É importante sintonizar o entendimento da agroecologia como a relação do sujeito com o território. As especificidades de cada território e dos diversos sujeitos permitem que eles incorporem elementos próprios de cada lugar. Remetendo-nos à discussão da agroecologia verticalizada para o território, vemos, primeiramente, que a geografia de cada região (aspectos físicos, naturais e sociais) possibilita novas formas de produção, cada uma delas associadas às riquezas naturais de cada território. Outro viés dessa análise é a necessidade do território, ou seja, não existe agroecologia se o campesinato não estiver territorializado. Desta forma, (re)afirmamos a necessidade fortalecer o debate entre agroecologia, reforma agrária e luta de classes.

Guterres (2006) nos oferece subsídio para a compreensão da agroecologia a partir de pressupostos teóricos e políticos, que nos levam a defendê-la enquanto possibilidade de vida no campo.

> A agroecologia é uma forma de entender e atuar para campesinar a agricultura, a pecuária, o florestamento e o agroextrativismo, a partir de uma consciência intergeracional (não exploração de crianças e velhos), de classe (não exploração do capital ao trabalho), de espécie (não exploração dos recursos naturais), de gênero (não exploração do homem à mulher), de identidade (não exploração entre etnicidades). (GUTERRES, 2006, p. 90).

Temos pensado a agroecologia não apenas ancorada no discurso das vantagens para o meio ambiente e para uma vida saudável, mas enquanto saber pautado nas práticas que potencializam os processos de resistência dos camponeses ao modelo de desenvolvimento da agricultura fundada no agrohidronegócio. Se quisermos apostar na agroecologia como uma proposta de superação do leque de malefícios causados por este modelo de agricultura praticado desde a revolução verde, precisamos defender que este conceito não é sinônimo de agricultura orgânica, o que tem sido feito com muita recorrência de forma equivocada.

Outro elemento para o entendimento da agroecologia como proposta plena de desenvolvimento desde perspectivas políticas é o fato de ela ser bandeira dos movimentos sociais. Ou seja, embora a transição agroecológica aconteça pela soma de forças dos sujeitos, instituições/organizações, academia e outros, são os movimentos sociais do campo os

 ISBN: 1981-1047

maiores protagonistas da transição agroecológica. Estes movimentos têm buscado trabalhar o princípio da agroecologia desde suas formações de base e o associam a outras discussões inerentes ao contexto agrário, como juventude, gênero e educação. Estes elementos são abarcados pelo conceito de reforma agrária popular, proposta originariamente cunhada pelo MST.

A reforma agrária popular expressa a pauta de lutas deste movimento, que busca apresentar uma proposta de desenvolvimento do campo que contemple a totalidade das necessidades dos trabalhadores rurais com e sem terra. Desde a perspectiva do MST, ela supera a ideia de reforma agrária aplicada pelo Estado, que na atualidade tem trabalhado apenas no âmbito da redistribuição de terras - oriunda da compra de terras privadas, ou indenização das benfeitorias para grileiros que estão de posse das terras públicas devolutas. Mas o Estado tem deixado outras emergências desta luta de lado. Ela é, portanto, a busca pela autonomia dos camponeses em relação aos seus modos de vida, por isso abarca a ideia de territorialização camponesa a partir da terra, da educação, da saúde, da igualdade nas relações de gênero e na reprodução social dos jovens. Nesta perspectiva, a agroecologia vem sendo pensada pelo MST como a proposta social de praticar agricultura no campo, já que ela perpassa todos estes elementos.

Nossa leitura é voltada para o entendimento da agroecologia dentro do ambiente de conflito. Estamos pensando a prática e o discurso da agroecologia para além dos limites técnicos. O que temos chamado de ruptura paradigmática para o campo a partir da agroecologia significa pensá-la com uma alternativa não apenas de inovação técnica de produção de alimentos, que substitui o *Roundap* pelo controle biológico, mas a possibilidade de retomar os debates acerca da reforma agrária, saúde, educação, geração, gênero e outros.

Considerações finais

Neste artigo buscamos dialogar sobre o comportamento do governo bolsonarista em relação à liberação de agrotóxicos no Brasil. Uso de agrotóxicos é protagonizado pelos setores da burguesia agrária, responsáveis pela produção de *commodity*, e é sustentado pelas figuras políticas controlam o poder legislativo, que, na prática, acabam sendo sujeitos de mesmo lado da cerca mantendo a hegemonia do capital no campo. Estes sujeitos estão

 ISBN: 1981-1047

reunidos e organizados na Frente Parlamentar da Agropecuária, mais conhecida como Bancada Ruralista ou do Boi, se configura como uma das maiores e mais organizadas forças parlamentares brasileiras, sendo uma das bases de sustentação do governo.

Este bloco tem criado estratégia para perpetuar sua hegemonia no campo, atuando em bloco e com a aliança declarada do presidente da República e assegurados pelas flexibilizações na legislação ambiental promovidas pelo ministro da agricultura Ricardo Salles. Assim, eles têm conseguido garantir condições plenas para a reprodução do capital agroindustrial e pecuário no campo. Reflexo disso são os 1165 novos agrotóxicos aprovados nestes quase dois anos de governo bolsonarista.

Embora as forças políticas que se juntam no Congresso Nacional para promover a destruição da saúde humana e ambiental, por outro lado, a sociedade organizada, sobretudo dentro dos movimentos sociais, e instituições públicas que ainda resistem frente ao esfacelamento do serviço público no pós-golpe, sem políticas públicas e sem recursos financeiros e humanos para desenvolverem trabalhos em condições plenas.

Uma das saídas que para a qual devemos olhar com mais urgência e incentivo é a agricultura agroecológica. A defesa da agroecologia está voltada para superação da ideia de mercantilização da alimentação, pensada pelos movimentos sociais do campo para além de mudança no padrão técnico de produção de alimentos. Ela se desdobra em princípios que estão fundamentados no manejo da terra, sendo encontrada no processo de produção do alimento, que vai desde a forma de posse da terra até a destinação/consumo deste alimento, sendo, portanto, a técnica de produção um dos componentes deste processo, sem contar o conteúdo político dessa decisão/posição.

Referências

ALVES, V. 'Agro é Pop': cultivando desinformação e elogiando a escravidão. **A Nova Democracia**, Rio de janeiro, Ano XVI, n. 196, s/p, set. 2017. Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/no-196/7473-agro-e-pop-cultivando-desinformacao-e-elogiando-a-escravidao>. Acesso em: 14 mar. 2021.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). **Agrotóxicos: Anvisa é contrária ao PL 6299**/02. Jun/2018. Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/. Acesso em: 26 set. 2018.

 ISBN: 1981-1047

FELICIANO, C. A. A prática da violência no campo brasileiro do século XXI. In: RAMOS FILHO, SANTOS, L. R. MITIDIERO, M. A. **A questão agrária e conflitos territoriais**. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

FRIEDRICH, K.; SOUZA, M. M. O. de; CARNEIRO, F. F. **Dossiê científico e técnico contra o Projeto de Lei do Veneno (PL 6.299/2002) e a favor do Projeto de Lei que institui a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos – PNARA**. ABRASCO e ABA, Brasília, 2018. Disponível em: https://www.abrasco.org.br. Acesso em: 26 set. 2018.

GLEISSMAN, E. R. **Agroecología: procesos ecológicos en agricultura sostenible**. Turrialba, C.R. CATIE, 2002.

GRIGORI, P. Bolsonaro bate o próprio recorde: 2020 é o ano com maior aprovação de agrotóxicos da história. In: **Repórter Brasil**. 2021. Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/2021/01/bolsonaro-bate-o-proprio-recorde-2020-e-o-ano-com-maior-aprovacao-de-agrotoxicos-da-historia/ Acesso em 02 mai. 2021.

MITIDIERO JR., M. A.; FELICIANO, C. A. A violência no campo brasileiro em tempos de golpe e a acumulação primitiva do capital. **Revista Okara**, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 220-246, jan./jun. 2018.

GUTERRES, I. **Agroecologia Militante:** contribuições de Ênio Guterres. Expressão Popular, São Paulo, 2006.

MOLINA, M. G. "La experiencia agroecológica y su incidencia en el desarrollo sostenible: la necesidad de una agroecología política". In: SAUER, S.; BALESTRO, M.V. (Ed.) Agroecologia e os desafios da transição agroecológica. 1ed., Expressão Popular, 2013.

RABELLO, D. **Camponeses assentados e as práticas agroecológicas no contexto do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP)**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.

SILVA, J. G. S. da et al. Conflito socioambiental amazônico: Governo Federal brasileiro versus Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE**). Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, Dossiê Temático "Conjuntura no Brasil: ações de resistência e retrocessos sociais, n. 42, v. 4, p. 62-82, 2020.

SOUSA, K. M. de; OLIVEIRA, R. C. de. Fascismo e bolsonarismo: relações teóricas e discursivas entre as duas práticas. **Heterotópica**, Uberlândia, v. 2; n. 2, p. 115-140, 2020.
SOUZA, S. M. R. **A emergência do discurso do agronegócio e a expansão da atividade canavieira**: estratégias discursivas para ação do capital no campo. 2011. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Tecnologia (Tese de Doutorado em Geografia), 2011.

THOMAZ JUNIOR, A. **Mapeamento e análise do território do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema – São Paulo – Brasil: relações de trabalho, conflitos e formas de uso da terra e da água e a saúde ambiental**. Relatório Científico. FAPESP: São Paulo. 2018. Mimeo.

Agradecimentos

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) pelo financiamento da pesquisa (Processo: 2019/17129-0).

 ISBN: 1981-1047

A GEOHISTORICIDADE CAMPONESA EM "A TERRA E O HOMEM NO NORDESTE"

GT – Espaços Urbanos e Rurais na contemporaneidade

Gerlane Gomes da Rocha
gerlanemoesufpe@gmail.com
Universidade Federal de Pernambuco

Rodrigo Dutra Gomes
rdutragomes@gmail.com
Universidade Federal de Pernambuco

Resumo

A partir do livro "A terra e o homem no Nordeste," escrito pelo geógrafo pernambucano Manuel Correia de Andrade, as direções metodológicas referentes ao campesinato nordestino mudam de uma perspectiva ambientalista descritivista para uma discussão pautada nos conflitos territoriais e contradições sociais dessa região. Assim, por meio da análise dessa obra e do pensamento geohistórico de Manuel Correia de Andrade pode-se entender a construção do campesinato nas sub-regiões nordestinas sob uma perspectiva geopolítica crítica. Para realizar esse resgate interpretativo será utilizado a abordagem contextual (BERDOULAY, 2003, 2017) que consiste, de forma geral, em analisar a conjunção da lógica interna e do conteúdo da ciência com os contextos no qual o cientista e os objetos de estudo estão situados. Dentro da espacialidade nordestina nota-se uma diferenciação entre as suas sub-regiões produzidas por fatores históricos e geográficos. Com isso, mesmo que as relações de exploração do campesinato se repitam nessas sub-regiões, os fatores que levam a esse cenário não são necessariamente iguais. No combate às contradições espaciais existentes na região Nordeste a junção de camponeses em sindicatos; cooperativas e movimentos rurais é uma ação que pode fazer frente a essas contradições.

Palavras-chave: Nordeste, conflitos, Manuel Correia de Andrade

Introdução

O livro "A terra e o homem no Nordeste" escrito pelo geógrafo pernambucano Manuel Correia de Andrade e publicado originalmente em 1963[44] renovou as direções metodológicas sobre a interpretação do campesinato nordestino. Nele ocorreu a mudança

[44] Essa obra recebeu diferentes atualizações ao longo dos anos, devido isso se utiliza aqui a versão publicada em 1973 pela editora Brasiliense.

 ISBN: 1981-1047

de uma perspectiva ambientalista descritivista para uma discussão guiada pelo método histórico e dialético. Com isso se estabeleceu a partir daí o emprego de noções referentes à organização do espaço agrário mediante relações de trabalho e produção, colocando o fator humano e social no centro do debate. Constitui-se uma ruptura interpretativa precursora na Geografia Brasileira, que, interrompida pela Ditadura de 1964, serviu depois de referência às leituras críticas que chegaram no final da década de 70 (período de abertura política) e se afirmaram nas décadas de 80 e 90. Cabe assim, trazer à tona essa leitura geohistórica do campesinato nordestino a partir do autor e da obra que antecederam e anunciaram as abordagens críticas na Geografia Brasileira.

Em termos gerais a região Nordeste apresenta dentro do seu território uma multiplicidade de características físicas, sociais e culturais que a fazem ser uma espacialidade de contrastes, um "mosaico". Em suas diversas sub-regiões os fatores geográficos e históricos modificaram as condições sociais do campesinato e de suas relações produtivas. Manuel Correia Andrade buscou problematizar essa diversidade numa leitura regional enquanto totalidades históricas, que guiou suas reflexões sobre o contexto da formação do campesinato e seus conflitos. Nesta direção, pretende-se apresentar a trajetória de vida e espacial de Manuel Correia de Andrade e aspectos de seu pensamento social. No caso busca-se resgatar sua análise da espacialidade do campesinato no Nordeste a partir da sua leitura geohistórica (Andrade, 1973). Neste mesmo movimento confrontamos ao longo da argumentação as rupturas, continuidades e contradições de sua leitura frente às proposições contemporâneas do campesinato Nordestino.

Metodologia

Para orientar a pesquisa utilizou-se a abordagem contextual de Berdoulay (2003, 2017), que consiste em analisar a conjunção tanto das lógicas internas às disciplinas e teorias, quanto às influências externas contextuais nos quais os cientistas e os objetos de estudo estão situados. Essa abordagem está dividida em 5 etapas: 1) Reconhecimento da existência de sistemas estruturados de pensamento, ao mesmo momento em que há continuidade de certas percepções; 2) Não estabelecer dicotomias entre fatores internos da ciência (teorias, conceitos) e fatores externos (contexto da sociedade da época, economia, política e poder); 3) Não negligenciar ou hierarquizar tendências geográficas; 4) Analisar algumas das questões

 ISBN: 1981-1047

principais que afligiam o contexto social da região estudada; 5) Problematizar os "círculos de afinidade" onde os autores e personagens se inserem, para compreender o pensamento científico da época.

Se fará uso também de uma espacialização para compreender e contextualizar o território da vida e as obras de Manuel Correia de Andrade, com a finalidade de buscar possíveis relações entre ele, suas obras, seu pensamento e suas contribuições (Machado, 2019). Em complemento a esses métodos foram obtidos dados secundários pela pesquisa bibliográfica e pela utilização de outras obras de Manuel Correia de Andrade (1977, 1984, 1985).

O presente trabalho está organizado em três partes, sendo essas partes compostas por um ou mais pressupostos da abordagem contextual. A primeira parte, "Manuel Correia de Andrade: Uma Geografia social", está inserida nos pressupostos 2° e 4° discorrendo sobre as características históricas, sociais e geográficas em que o autor conviveu, bem como as discussões feitas dentro da ciência geográfica no período. Na segunda parte, "Geohistoricidade do campesinato nordestino", se utilizou o 4° pressuposto destacando o contexto histórico e sua interferência na formação territorial das sub-regiões do Nordeste, bem como nas relações produtivas no campo e na construção do campesinato. Por fim, em "Rupturas, continuidades e contradições", foi desenvolvida a partir das percepções do 1° pressuposto, discorrendo sobre os mecanismo que continuam ou se modificaram na espaço agrário correlacionando dados do censo agropecuário e normas jurídicas etc com as proposições de Andrade (1973).

Manuel Correia de Andrade: Uma Geografia social

Manuel Correia de Andrade trouxe para a reflexão da espacialidade do Nordeste um debate geopolítico de caráter libertário, com o intuito de analisar de forma crítica o desenvolvimento das relações de poder que se reproduziam regionalmente. Com isso estabeleceu e analisou marcos históricos que fundamentaram a construção do sistema latifundiário nordestino, a exemplo da divisão inicial em capitanias hereditárias. Se afastou assim das tendências que buscavam naturalizar os problemas sociais dessa região. Destacou

 ISBN: 1981-1047

que a dinâmica territorial interferia no estabelecimento dos conflitos e das desigualdades presentes no Nordeste que precisariam ser estudadas por meio de uma perspectiva histórica e dialética sem a naturalização do espaço geográfico. Suas leituras não eram apartadas da sua história de vida.

Manuel Correia de Oliveira Andrade, nasceu em 1922, no Engenho Jundiá localizado em Vicência, Zona da Mata Norte de Pernambuco. O convívio no Engenho Jundiá com trabalhadores rurais possibilitou um olhar crítico sobre o tema da reforma agrária e dos conflitos territoriais no campo. Assim, mergulhado num ambiente aristocrático, patriarcal e desigual, Manuel Correia pôde observar a necessidade de uma reforma agrária que modificasse as estruturas sociais, muito baseadas em heranças do sistema colonial europeu. Somando-se a isso se tem as características da conjuntura política do Brasil e do Nordeste que contribuíram no seu engajamento político

Na década de 1930, no auge da Revolução Constitucionalista, Manuel Correia de Andrade mudou-se para o Recife, centro político do Nordeste na época, com objetivo de cursar Direito. No mesmo período cursou licenciatura em História e Geografia, essa formação o fez não dissociar os princípios históricos da formação do espaço. Durante a sua formação acadêmica, entrou em contato com organizações estudantis e diretórios acadêmicos. Posteriormente participou assiduamente da oposição ao Estado Novo (1937-1945), regime de carácter antidemocrático empreendido por Getúlio Vargas. Esse cenário, junto com a preocupação com as classes empobrecidas, fez com que também ingressasse em 1942 no Partido Comunista.

Entre 1950 e 1960, com a criação dos primeiros núcleos institucionalizados de Geografia em Pernambuco, Manuel Correia de Andrade começou a exercer, respectivamente, a carreira de professor da educação básica e superior. Nesse espaço contribuiu para o alicerçamento da geografia institucional no Estado. Destacar esses aspectos biográficos é um fator importante, pois faz parte de uma abordagem espacial que compreende e contextualiza o território da vida e as obras do autor, com a finalidade de buscar possíveis relações entre ele, suas obras, seu pensamento e suas contribuições como apontam Berdoulay (2003, 2017) e Machado (2019).

Em compromisso com uma geografia de caráter humanístico e social, Manuel Correia de Andrade não compreendia uma separação rígida entre as ciências sociais. Desse

 ISBN: 1981-1047

modo contrariava as dicotomias existentes na conceituação epistemológica da Geografia que fazia distinções entre os fenômenos físicos e humanos. Pensava a ciência social como algo único que foi desmembrado em alguns ramos a exemplo da História, Geografia, Economia e Sociologia que deveriam se complementar de forma interdisciplinar. Tal fator é importante para o entendimento do pensamento interdisciplinar desenvolvido pelo autor, pois em suas obras buscou alinhar o conhecimento geográfico com análises históricas, dialéticas, sociais e econômicas. Barros (2019), confirma essa característica do autor ao dizer que:

> Andrade, em todos os temas centrais por ele estudado, busca consubstanciar suas interpretações com relatos específicos das atividades econômicas, do papel do trabalhador na economia, das condições de vida do povo Nordestino partindo sempre de um contexto histórico o qual diz ser essencial para a compreensão acurada das realidades geoeconômicas de quaisquer região e em qualquer nível de abrangência, seja ele micro, meso ou macro. (BARROS, 2019, p.11)

Destaca-se que os trabalhos científicos produzidos em geografia no Brasil nas décadas de 1940 e 1950 não contemplavam essa visão de historicidade crítica do espaço geográfico e nem abarcavam um estudo de abrangência escalar nas correlações espaciais. Sobre isso Andrade (1977) salienta que:

> Os trabalhos em Geografia eram feitos com uma preocupação muito local, mediante análises de pequenas áreas e descrição de paisagens, quase sempre sem uma preocupação de generalidades, de correlação de causa e isolando-se dos movimentos renovadores do conhecimento científico internacional, mais preocupados com os aspectos culturais da Geografia que com a sua possibilidade de utilização política e social. (ANDRADE, 1977, p.11)

Nesse período a Geografia não era compreendida como um conhecimento voltado para a solução de problemas de desigualdade estrutural e social do Brasil, pois as escalas de análise eram bastante limitadas. A diversidade de fatos regionais e inter-regionais também não eram analisadas de forma correlatas. Esse fator se deve à influência na época da Geografia Regional nas primeiras gerações de geógrafos brasileiros, baseada na tradição

 ISBN: 1981-1047

francesa do possibilismo e na alemã do determinismo geográfico. Com isso, o viés descritivo se tornava predominante. Assim Manuel Correia de Andrade pode ser inserido num movimento de renovação da ciência geográfica que passou por contestações entre 1950 e 1970 dos seus preceitos internos defendidos pelo positivismo e neopositivismo, surgia então uma geografia de abordagem crítica (SAQUET, 2010).

No início da década de 1960, surgem novas perspectivas sobre os estudos regionais no Nordeste com a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE-1959), no Governo de Juscelino Kubitschek. Esse projeto é um desdobramento de outros relacionados ao planejamento regional no Nordeste, a exemplo do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). A partir de então a ciência geográfica passa a atuar, principalmente no Nordeste brasileiro, em projetos desenvolvimentistas e de planejamento regional, visando não apenas descrever mas solucionar os problemas regionais.

Pontua-se, porém, que mesmo marcando um avanço com esse novo direcionamento científico e estatal, as estruturas sociais permaneceram não problematizadas e as políticas públicas tomaram um caráter assistencialista que em parte subsidiaram empreendimentos de grandes proprietários rurais. Essa dinâmica de inversão do direcionamento final de políticas públicas foi estudada por Andrade (1985) em suas análises sobre o subdesenvolvimento da região Nordeste. Ademais, essas políticas de financiamento favoreceram algumas culturas alimentares (arroz, soja, café etc) em detrimento de outras, bem como o tamanho da propriedade e a região em que essa se localizava.

Em consonância com isso Andrade (1985) relata a importância do aspecto político produzido sobre o espaço da região Nordeste :

> […] de vez que, em termos nordestinos, os grupos oligárquicos e seus aliados burgueses detêm o controle do poder, refreando a organização e as reivindicações das camadas populares e, no plano nacional, apesar de possuírem uma elevada porcentagem dos representantes do povo no parlamento tem pouco poder frente às arregimentadas políticas do Sudeste. (ANDRADE, 1985, p.16)

 ISBN: 1981-1047

O livro "A terra e o homem do Nordeste", principal obra de Manuel Correia de Andrade, retrata bem esse processo de desigualdade e subdesenvolvimento regional quando destaca o controle dos grupos oligárquicos locais sobre a verba governamental proveniente para a região. Na busca por analisar as relações entre o ser humano e suas atividades produtivas, destacando o uso da terra, ocupação e as formas de trabalho no Nordeste, Andrade (1973) se depara com uma estrutura social totalmente hierarquizada.

No que concerne a aspectos geopolíticos desse subdesenvolvimento regional Andrade (1985) também destaca mecanismos de controle externo que interferem na formação espacial, social, econômica do Nordeste:

> O espaço nordestino foi produzido em quatro séculos e meio de colonização, em função do atendimento da demanda de produtos alimentícios e de matérias primas do mercado externo. Posteriormente o crescimento de outras regiões do Brasil transformou o Nordeste em fornecedor de produtos primários e de mão de obra a essas regiões (ANDRADE, 1985, p.11).

Pode-se afirmar portanto que as relações econômicas e geopolíticas do Nordeste não estavam voltadas para o desenvolvimento homogêneo da região. Nesse sentido, as riquezas produzidas no território nordestino foram historicamente transferidas para outras áreas, auxiliando no crescimento econômico da região sudeste do Brasil, por exemplo. Além disso, a concentração de terras persistiu dentro da própria espacialidade do Nordeste o que acabou por criar uma situação de precarização das relações sociais no campo.

Dessa forma, a importância de Manuel Correia de Andrade se deve à atuação que teve, como militante, professor, pesquisador e escritor para as Ciências Humanas e Sociais, e, ao legado deixado através de suas obras para as gerações que vieram depois dele. Dedicando a sua vida a decifrar a Geografia, a História e as relações de poder no Nordeste, buscou compreender as singularidades territoriais e políticas presentes na espacialidade nordestina.

Geohistoricidade do campesinato nordestino

 ISBN: 1981-1047

Até meados da década de 1910 ainda não existia um ideal geográfico, histórico e cultural do conjunto nordestino. A representação dessa parte do Brasil estava vinculada majoritariamente às percepções ambientalistas e eugênicas (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011). Esse fator influiu também na forma como essa região foi retratada em pesquisas científicas e estudos geográficos nas décadas posteriores. A descrição dos fatores naturais e climáticos foi preponderante enquanto que os conflitos de classes produzidos pela hierarquização social na região não eram analisados sobre um método crítico.

Com isso, a publicação em 1963 do livro "A terra e o homem no Nordeste" de Manuel Correia de Andrade traz uma nova forma de analisar a região Nordeste, sobretudo a respeito do espaço agrário. Em um contexto no qual surgiram reivindicações camponesas acerca da reforma agrária e uma turbulência política, esse livro não foi bem recebido. Tal rejeição inicial da própria geografia brasileira se estabeleceu por causa da forma política e crítica com que a estrutura agrária da região Nordeste foi analisada.

O livro "A terra e o homem no Nordeste" teve várias revisões, somente a partir da sua 3° edição, Manuel Correia de Andrade passa a analisar a espacialidade nordestina a partir de 5 Sub-regiões, são essas: a do Litoral e Mata, o Agreste, o Sertão e o Litoral Norte, o Meio Norte e a Guiana Maranhense. Essa atualização ocorreu devido à regionalização delimitada pela SUDENE que compreendia também o Maranhão, o sul da Bahia e o norte de Minas Gerais como parte do Nordeste. Com isso, cada uma dessas divisões apresentavam espacialidades e características próprias advindas de influências naturais e principalmente histórica da sua formação territorial, assim como exerciam uma polarização nas suas áreas circunvizinhas (ANDRADE, 2018). Por causa dessas atualizações se utiliza aqui, no presente artigo, a 3° edição do livro, publicada em 1973. Cabe agora apresentar cada uma dessas sub-regiões segundo a discussão do autor.

Sendo a primeira área do Brasil a ser habitada, o Litoral Nordestino e a Zona da Mata foram atingidos com o processo de colonização e divisão territorial a partir da lógica das capitanias hereditárias, visando a produção da cana-de-açúcar em grandes áreas monocultoras. Esse sistema de produção ligado ao plantation resultou numa sociedade de classes estratificada e racializada com pouca mobilidade social. Com isso foram construídas as estruturas agrárias do sistema de engenho tanto do ponto de vista social como econômico. O Brasil passa então a servir a interesses externos, a produção é totalmente mercantil visando

 ISBN: 1981-1047

atender a demanda europeia, o que, por sua vez, agrava a situação social e reflete essa herança colonial até os dias atuais (PRADO JÚNIOR, 1980).

Para atender as demandas produtivas desse sistema a principal mão de obra explorada por muito tempo foi a escravizada negra que além das atividades açucareiras se ocupava de demandas domésticas e da lavoura de produtos alimentícios de primeira ordem. Em contrapartida, pode-se ver segundo Andrade (1973) que:

> No século XIX os velhos engenhos que durantes três séculos haviam tido uma evolução muito lenta, foram sacudidos por uma série de inovações que melhoraram a técnica agrícola e transformaram profundamente tantos os processos industriais, como os de transportes (Andrade, 1973, p.96).

Também nesse período o trabalho livre se disseminou a baixo custo salarial, o que agravou a condição dos camponeses afetados pela problemática da moradia precária. Após a abolição dos escravizados estes passaram a fazer parte dessa massa produtiva submissa aos desmandos dos coronéis locais devido à sua vulnerabilidade sócio-econômica e política. As consequências do trabalho exploratório, mal remunerado e desumanizado resultam no empobrecimento do trabalhador rural, na alimentação deficitária e nas condições sanitárias precarizadas. Neste contexto, os camponeses somando-se a essa situação sobreviviam geralmente em sistemas de foros, como herança do sistema de produção dos engenhos no qual famílias camponesas recebiam uma pequena parte de terra do engenho (sítio) para desenvolver suas atividades agrícolas de subsistência, devolvendo em troca parte da sua produção ou sua força de trabalho e uma quantia em dinheiro.

No século XX, entretanto, ocorreu no nordeste braslieiro a entrada de capital de empresas transnacionais e vindas da região Sudeste, promovendo a substituição do latifúndio tradicional e oligárquico pelo latifúndio moderno capitalista. Tal mecanização do processo produtivo promoveu uma especialização da força de trabalho, o que resultou em impactos sociais por causa da liberação da mão de obra. Em consequência desse processo as usinas passaram a comprar as terras dos engenhos mudando o sistema de relações territoriais, de forma que os foreiros não eram mais necessários, sendo assim expulsos. As usinas eram dirigidas por grupos empresariais que detinham altíssimo capital para comprar mais terras e

 ISBN: 1981-1047

investir no processo de produção e mecanização do cultivo da cana de açúcar. Somando-se a esses fatores tinham apoio do governo na construção de infraestrutura de escoamento e distribuição de mercadoria. Esse cenário acarretou um aumento na tensão social no campo, com isso, os foreiros por não terem documentos comprobatórios de posse das terras, acabaram sendo expulsos ou inseridos no processo de proletarização das usinas.

Em resposta a esse cenário de expropriação e exploração do camponês surgiram no Nordeste em 1955 as Ligas Camponesas. A sede inicial desse levante se estruturou com a fundação da Sociedade de Agricultura e de Criação dos Plantadores de Pernambuco, no Engenho Galiléia, localizado na Zona da Mata do município pernambucano de Vitória de Santo Antão desencadeando um levante popular camponês em 1955 (ANDRADE, 1973). As Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco, se expandindo posteriormente para a Paraíba e outras regiões do Brasil. Pode-se dizer que as Ligas exerceram atividade intensa entre 1955 e 1964, após esse período houveram perseguições e desarticulamento do movimento. Observando esse quadro de modificação técnica e produtiva no espaço rural nordestino, Andrade (1973) concluiu que o aumento do grau de desenvolvimento industrial no Nordeste Açucareiro era acompanhado da proporcional precarização das condições de trabalho.

Além da produção da cana de açúcar, o desenvolvimento da atividade pecuária e algodoeira no Agreste (zona de transição entre a área de mata e o semiárido nordestino), é de suma importância para compreender as características históricas do campesinato no Nordeste. A região Agreste, diferente da região açucareira, teve um povoamento tardio que foi dinamizado a partir da pecuária. O surto algodoeiro se deu no século XVIII, proporcionado por demandas externas de matérias primas para a Revolução Industrial que se desenvolvia na Inglaterra. A cultura do algodão sofreu com oscilações de acordo com a flutuação do comércio internacional e proporcionou o desenvolvimento da área semi-árida. Dentro desse sistema a mão de obra utilizada na cultura do algodão era em grande parte livre, sendo moradores de condição/foreiros que buscavam nas terras do patrão um local de segurança e abrigo. A impossibilidade de obter terras próprias entre classes empobrecidas generaliza esses casos.

Ao retratar o Agreste nordestino, Andrade (1973) destacou as pequenas propriedades locais que produziam culturas agrícolas para a subsistência (Roça, milho, feijão)

 ISBN: 1981-1047

e pequenos rebanhos. Essas não tinham meios técnicos para se desenvolver, cabendo então ao Estado criar programas de assistência técnica e financeira para auxiliá-los em paralelo com a organização coletiva do campesinato local. As relações de trabalho e produção nas outras sub-regiões do Nordeste se assemelhavam basicamente às próprias condições de parceria, aos sistemas de foros e à exploração da mão de obra. Contudo a formação histórica e geográfica bem como as características naturais e culturais entre as regiões eram bastante diversas.

O Sertão foi colonizado a partir da concessão de sesmarias gigantescas, destacando-se pela economia pautada em concentração de terra e o desenvolvimento da "civilização do couro". A pecuária sertaneja foi o primeiro expoente do processo de povoamento de outras áreas do território da colônia para além do litoral, seguido da exploração de recursos minerais como o ouro e o diamante. Devido às características climáticas locais, marcada por grandes períodos de seca, se estabeleceu uma visão determinista ambientalista para descrever os habitantes dessa sub-região. Em tal contexto procurava-se identificar as adversidades naturais como causadoras isoladas do subdesenvolvimento local. Desse modo, foram criadas narrativas difundidas por órgãos oficiais, jornais, revistas e pela literatura da época que auxiliaram na construção dessa imagem do sertanejo, vítima da seca extrema e da fome. Essas leituras não identificavam a problemática da concentração de terras, das relações de trabalho abusivas e do desvio de recursos públicos como fatores essenciais no subdesenvolvimento local. Calavam-se também para a expropriação de pequenos agricultores sem terra que por décadas trabalhavam e residiam em grandes propriedades na forma de arrendamento.

Já o Meio Norte e a Guiana Francesa foram áreas que sofreram influência da ocupação francesa, se diferenciando cultural e geograficamente das outras sub-regiões do Nordeste. As principais atividades produtivas, neste caso, eram o extrativismo do babaçu nas áreas úmidas e a presença da pecuária realizada ao sul do Maranhão de forma extensiva, além da exportação de algodão e arroz. Essas atividades demandavam uma crescente mão de obra representada inicialmente pela exploração indígena onde havia constante conflito com os jesuítas. Após 1756 entretanto mudou-se a força de trabalho por meio do tráfico negreiro em grande escala. Dentro desse sistema de escravização houveram conflitos e fugas representados pelos quilombos e posteriormente pela Revolta da Balaiada (1838-1841). Em relação às outras áreas, essa sub-região tinha uma área pouco povoada e possuía terras

 ISBN: 1981-1047

devolutas que foram ocupadas por posseiros. Com o desenvolvimento local, a partir da criação de infraestruturas de transporte, se tem a expulsão desses posseiros por empresas e grandes proprietários de terra. Esse fenômeno intensificou o processo de grilagem, de forma que, sem condições sociais e distantes de grandes centros urbanos, os posseiros se viam à mercê desse sistema.

Diante desses problemas enfrentados na construção espacial da região Nordeste, Andrade (1973) apontou a organização dos camponeses em cooperativas de produção como um mecanismo de luta contra as explorações presentes no campo. Assim, de forma organizada poderiam reivindicar seus direitos e dar visibilidade à urgência da reforma agrária e dos conflitos do espaço agrário brasileiro.

Rupturas, continuidades e contradições

Na contemporaneidade pode-se considerar, em contraponto a algumas teorias clássicas da geografia agrária (Kautsky, Lênin) que descreveram o fim do campesinato e a sua inevitável assimilação pelo capital, que o modo de vida camponês ainda pode ser visto como ativo no campo, sendo vivenciado por pequenos produtores que se baseiam em uma agricultura camponesa de cunho familiar (ALVES, 2009). Esse setor persiste como um segmento social de expressiva importância socioeconômica no contexto regional nordestino, gerando ocupações produtivas para mais de 4,7 milhões de pessoas (IBGE, 2017), sendo a sua participação na paisagem rural da região algo incontestável. Esse resultado é consequência do processo de resistência e luta constante das famílias camponesas e do esforço coletivo de suas organizações de classe pela manutenção das pequenas propriedades agrícolas do Brasil (AQUINO, ALVES, VIDAL. 2020).

Contudo, como bem salientou Andrade (1973), o domínio de grandes latifúndios permanece de forma estrutural na agricultura brasileira. De acordo com o censo agropecuário realizado em 2017, houve um aumento de 2,7% da concentração de terras no Brasil se comparados com os dados do censo anterior de 2006. Assim, em 2017 o país possuía 51.203 estabelecimentos com 1 mil hectares ou mais, que representavam somente 1,0% do total, mas concentravam 47,6% da área ocupada pelos estabelecimentos rurais (IBGE, 2017).

 ISBN: 1981-1047

Nesse ponto é importante fazer um esclarecimento histórico. O período da década de 1960, época de publicação do livro "A terra e o homem no Nordeste", foi marcado pelo avanço autoritário da Ditadura Militar (1964-1988), com isso o debate sobre questões sociais e fundiárias tornou-se ainda mais delicado e subversivo. As elites políticas e latifundiárias vinham nesse debate um empecilho para o processo de efetivação da modernização da agricultura e refuncionalização da concentração de terra, assim a conjuntura política acentuou consideravelmente o tabu referente à discussão dessas temáticas sócio-territoriais. No nordeste isso se fez mais presente, principalmente considerando as repercussões do avanço das Ligas Camponesas na Zona da Mata nordestina desde a década de 1950. Entre os anos de 1964 e 1971, a maior parte das mortes de camponeses em conflitos no Brasil ocorreram no Nordeste, tendo como mandatários os latifundiários na intenção de silenciar o levante difundido pelas Ligas (OLIVEIRA, 2001).

Diante desse cenário de conflitos e disparidades sociais, Andrade (1973) refletiu e difundiu a situação agrária como uma das mais urgentes, pois a concentração de terras estruturava a lógica da desigualdade e desmandos sociais. Para mudar esse sistema deveria ser posta em prática uma reforma agrária que respeitasse as diversidades regionais e modificasse as estruturas sociais. Ainda como resultado da Ditadura Militar, por duas décadas, mesmo com a criação da Comissão Pastoral da Terra em 1975 e o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em 1984, a questão da reforma agrária não foi posta de forma prática e efetiva em termos de política pública. A partir disso é possível afirmar que o Estado desempenhou um papel estratégico na manutenção da dinâmica das relações entre os modos de produção e as estruturas sociais. Na década de 1980, por exemplo, o Estado agiu a favor das grandes empresas distribuindo crédito fácil e permitindo o uso de terras antes não apropriadas (ANDRADE, 1984). Com isso, as áreas rurais passaram por transformações sociais e constantes redefinições espaciais, econômicas e demográficas. O processo de mecanização foi intensificado junto com o investimento de capital financeiro, o crescimento acelerado do agronegócio, mas também das tensões ambientais, territoriais e a especulação de terras agrícolas.

Posteriormente com o período de redemocratização a nova fase política no Brasil pode ser definida por diversas tentativas de ajustes fiscais e pela inserção do país na lógica da globalização e do neoliberalismo. No que concerne à legislação trabalhista no campo

 ISBN: 1981-1047

houveram avanços em comparação com o período em que o livro "A terra e homem no Nordeste" foi publicado. Assim, o trabalho rural esteve devidamente regulado por normas jurídicas da década de 1970 e no artigo 7º da Constituição Federal/1988 (BRASIL, 1988). Antes disso já havia ocorrido um processo de sindicalização rural empreendido no Governo de Getúlio Vargas e no Governo de João Goulart (DEZEMONE, 2015). Porém, só a partir da Constituição Federal de 1988 foi possível uma unificação dos direitos de trabalhadores urbanos e rurais, tanto no que concerne às questões trabalhistas, quanto no que refere-se aos temas previdenciários. Somando-se a isso foram criadas políticas públicas para combater trabalhos análogos à escravidão, bem como mecanismos de endividamento e o aliciamento. Esses mecanismos de coerção e subjugação, como visto, foram relatados por Andrade (1973) ao caracterizar as relações de trabalho do campesinato nordestino. Mas mesmo assim, ainda é comum cenas de trabalhadores rurais sendo resgatados de situações de escravidão.

Essas contradições dentro dos avanços do capital no campo brasileiro são características inerentes à lógica neoliberal. A presença do agronegócio se agravou durante o período da Ditadura militar se dinamizando nos governos neoliberais subsequentes e teve seu apogeu no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Em grande medida a expansão do agronegócio só se viabilizou com o apoio do Estado que criou as condições políticas, jurídicas e de infraestrutura para o crescimento dessa forma de acumulação de capital (CAMPOS; CAMPOS; CASTILHOS, 2017). Diante disso é possível afirmar conforme Andrade (1984) que:

> O processo de produção do espaço é, consequentemente, dinâmico, está permanentemente em ação e reformulação. Em sendo dinâmico é também dialético, de vez que a evolução da sociedade em ação do Estado que a representa não se procede de forma linear, mas sofrem contestações, contradições que reformulam os princípios e as ações. (Andrade, 1984. p-17)

Essa colocação de Manuel Correia de Andrade ajuda a explicar o processo dialético de avanço e ao mesmo tempo de retrocessos que ocorrem dentro do campo brasileiro. Em complemento concordando com a abordagem contextual de Berdoulay (2003, 2017) é possível observar que houve sistemas de pensamento que mudaram, ao mesmo modo que também ocorreram continuidades de relações tradicionais.

 ISBN: 1981-1047

Considerações Finais

O livro "A terra e o homem no Nordeste" (Andrade, 1973) de Manuel Correia de Andrade trouxe à tona por meio da narrativa histórica e geográfica a exploração às quais os camponeses nordestinos estavam submetidos. A partir disso se evidenciou a construção dialética do espaço rural mediante transformações e demandas de cada período histórico, com as forças políticas buscando atender aos interesses dos grupos dominantes. A organização do campesinato em associações e sindicatos fez frente a esse processo, como foi visto na ação das Ligas Camponesas e em movimentos mais recentes como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Subjacente a esse processo a não efetivação da reforma agrária definiu os caminhos que nortearam o desequilíbrio de poderes e as desigualdades advindas da concentração de terras.

Referências

ALBUQUERQUE, D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes.** 5° ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALVES, F. D. **Importância das teorias agrárias para a Geografia rural.** Mercator-Revista de Geografia da UFC, 2009.

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste.** 3 ed. (Revista Atualizada).São Paulo: Brasiliense, 1973.

ANDRADE, M. C. **O pensamento geográfico e a realidade brasileira.** Boletim Paulista de Geografia, 1977.

ANDRADE, M. C. **Poder político e produção do espaço.** Recife: Fundação Joaquim - Massangana, 1984.

ANDRADE, M. C. **O caso do Nordeste brasileiro.** ASA Pernambuco, 1985.

ANDRADE, T. L C. **Vida e obra de Manuel Correia de Andrade: caminhos percorridos na geografia e contribuições aos estudos regionais e ambientais.** Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

 ISBN: 1981-1047

AQUINO, J. R.; ALVES; M.; VIDAL, M. F. **Agricultura familiar no Nordeste do Brasil: um retrato atualizado a partir dos dados do censo agropecuário 2017.** Rev. Econ. v. 51, p. 31-54, agosto de 2020.

BARROS, R. A. A. **As hipóteses de Manoel Correia de Andrade: contribuições à história econômica do Nordeste brasileiro.** Dissertação (mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

BERDOULAY, V. **A escola francesa de Geografia.** São Paulo : Perspectiva, 2017.

BERDOULAY, V. **The Contextual Approach, em Geography, Ideology and Social Concern.** Organizado por D.R. Stoddart. London: Blackwell, 1981. Traduzido por Márcia Trigueiro, 2003.

BRASIL, Constituição (1988). **Capítulo II – Dos Direitos Sociais Art.7**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 13/02/2021.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares; CAMPOS, Rosana Soares; CASTILHOS, Clarisse Chiappini. (2017). Estado e agronegócio no Brasil uma análise do papel dos poderes Executivo e Legislativo para a expansão do agronegócio.In: MEDEIROS, R.M.V; CASTHILHOS, C. C. **Dinâmicas do espaço agrário: Velhos e novos territórios.** Porto Alegre: Evangraf, 2017.

DEZEMONE, Marcus. **A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois**. Revista Brasileira de História, vol. 36, n° 71, p. 131-154, 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Agências de Notícias, Censo Agropecuário, 2017. Disponível em : https://agenciadenoticias.ibge.censo-agro-207gov.br. Acesso em: 14/02/2021.

FREYRE, G. **Nordeste: Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste açucareiro**.(7. ed). Global, 2004.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** Círculo do livro: São Paulo, 1980.

SAQUET, M. A. **Contribuições para o entendimento da obra de Manuel Correia de Andrade: Geografia, região, espaço e território.** Geo UERJ - Ano 12, nº. 21, v. 2, 2010.

 ISBN: 1981-1047

A CENTRALIDADE A PARTIR DOS PADRÕES DE LOCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NA CIDADE DE MARINGÁ/PR: RESULTADOS A PARTIR DA METODOLOGIA CNEFE-CNAE

GT — Espaços urbanos e rurais na contemporaneidade

Igor Adriano Sufi Soares da Silva
igor.sufi@unesp.br
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Faculdade de Ciências e Tecnologia — UNESP/Campus de Presidente Prudente/SP)

Resumo

A contínua complexificação econômica e as reestruturações produtivas influenciam diretamente em uma reestruturação urbana quanto aos papéis que as cidades desempenham na rede urbana, mas também em uma reestruturação da própria cidade, principalmente quanto às centralidades que se encontram no tecido urbano e são transformadas pela chegada de novos empreendimentos econômicos. Tais processos não deixam de ocorrer na cidade média de Maringá, localizada no norte do estado do Paraná, tanto que diversos trabalhos analisam as áreas centrais da cidade sob seus próprios pontos de vista. O principal objetivo é, portanto, verificar se estas teorias se confirmam ou se ressignificam sob o olhar de uma metodologia alternativa, a CNEFE-CNAE, que possibilita mapear a concentração das atividades econômicas, além de debater se as estratégias dos agentes econômicos recaem sobre as áreas centrais tradicionais ou se emergem novas centralidades. Desta forma, foi possível constatar que existe uma área central bem definida em Maringá, mas também ramificações dessa centralidade principal e centralidades isoladas. Por fim, conclui-se que a metodologia possui uma grande potencialidade, pois permite aprofundar o debate sobre as áreas centrais ao tornar possível sua visualização.

Palavras-chave: Centralidades; Atividades econômicas; Maringá/PR; CNEFE-CNAE; Cidades médias.

Introdução

Muito já se discutiu na Geografia Urbana sobre como o sistema capitalista havia influenciado o crescimento, tanto em número quanto em tamanho, das cidades. Porém, também todas as novas tendências e contradições do capitalismo influenciam uma reestruturação que é tanto na rede urbana quanto no interior da cidade, em questões tanto de forma quanto de função, de acesso ou segregação. Isso porque essas dinâmicas produtivas afetam diretamente na distribuição das atividades econômicas, na divisão, na forma e nas

 ISBN: 1981-1047

características do trabalho, e mesmo nas próprias relações humanas dentro das cidades, o que influencia socialmente e economicamente na criação e manutenção dos espaços urbanos.

Tais tendências passam a se manifestar mais do que nunca nas cidades médias, que ampliam seus papéis na rede urbana e passam a ser alvos dos investimentos de empresas, principalmente no que diz respeito ao setor terciário. Já dentro da própria cidade, essas mudanças ocorrem também quanto à dinâmica das centralidades que exercem os espaços urbanos, principalmente com a chegada de alguns empreendimentos econômicos como os *shopping centers*, os hipermercados e as franquias.

Isso não acontece de forma diferente em Maringá, cidade média localizada no norte do estado do Paraná que, com o tempo, passou a se destacar por um forte setor comercial e de serviços, que atende um abrangente arranjo populacional em sua região. Diversos fatores, porém, contribuem também para uma reestruturação da cidade que tensiona e complexifica também as áreas centrais, fazendo com que uma significativa quantidade de trabalhos científicos busque debater sobre as centralidades na cidade paranaense. Dentre os temas tratados, destacam-se especialmente os altos investimentos em questão de infraestrutura, feitos em áreas específicas da cidade, e a importância deste fato na atratividade dos espaços, além da dinamização em virtude da chegada de grandes empresas comerciais tanto do ramo varejista como do atacadista.

O principal objetivo desde trabalho consiste, portanto, em verificar se as tendências e análises sobre a centralidade em Maringá/PR se confirmam ou se ressignificam sob outro olhar. Para tanto, optou-se por investigar os agentes econômicos presentes, além de suas escolhas locacionais. Ou seja, se continuavam a se instalar majoritariamente sobre as áreas centrais "tradicionais" (centro principal e subcentros) ou se começavam a implantar novos espaços de centralidade. Para tanto, foi utilizada como metodologia a combinação de uma base que considera dados de endereço destes estabelecimentos e propicia que sejam georreferenciados, o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE), com um padrão de classificação, a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), que permite caracterizar qual atividade é desenvolvida em cada espaço e, desta forma, aprofundar as discussões.

 ISBN: 1981-1047

Desenvolvimento teórico: o que já dizem os estudos da Geografia Urbana

Reestruturação urbana e da cidade: as centralidades e as atividades econômicas

Todo o processo de reestruturação produtiva que perpassa diversos momentos da história, e que recentemente passa pela busca de implantar um regime de acumulação flexível, também possui resultados de natureza econômica, social, política e, consequentemente, espacial (HARVEY, 2007 apud AMORIN, 2013). No Brasil, tais tendências levaram à incorporação de novas relações de trabalho e estimularam investimentos públicos e privados para a implantação de técnicas em uma dispersão da produção e do consumo pelo território nacional (AMORIN, 2013).

Este ganho de complexidade na divisão social e territorial do trabalho, que caminha junto à expansão do processo de urbanização, contribuiu fortemente para uma ampliação nas relações de competição e/ou complementação entre as cidades da rede urbana. Desta forma, as interações espaciais são intensificadas e novos papéis de comando começam a surgir, agora não mais sendo exercidos apenas por grandes cidades e/ou metrópoles (AMORIN, 2013; SPOSITO, 2017).

Ao debruçar-se sobre as profundas mudanças quanto à rede urbana brasileira nos últimos cinquenta anos, destacam-se os novos papéis urbanos e regionais adquiridos pelas cidades médias que, principalmente por conta da ampliação das dinâmicas de consumo, passam a exercer uma posição intermediária entre as cidades pequenas e a metrópole (SPOSITO, 2017), além de englobarem — ou mesmo, em algumas vezes, resistirem à implantação de — lógicas globais que tendem a instituir novos espaços de semelhança e de diferença (AMORIN, 2013).

Neste contexto, diversos agentes passam a integrar mais que nunca as cidades médias, que passam a ser alvo de investimentos de empresas cada vez mais articuladas com as escalas nacional e global, e que passam a influenciar nas dinâmicas locais e regionais a partir de suas estratégias locacionais. Entende-se, portanto, que estes ramos de atividades econômicas — comerciais, industriais e de serviços — passam a ser peças chaves para a compreensão das novas relações e dinâmicas que fazem parte da reestruturação urbana, sobretudo no caso destas cidades médias (SPOSITO; SPOSITO, 2017).

ISBN: 1981-1047

Dentro destes núcleos, as consecutivas reestruturações econômicas atingem também o âmbito intraurbano — gerando uma reestruturação da (própria) cidade (SPOSITO, 2007) — e passam a configurar novas tendências geográficas que vão contribuir para com a reprodução cada vez mais ampla e dinamizada da lógica capitalista. Desta forma, as cidades médias passam a se adequar à chegada de diversas tecnologias e estruturas, como foi o caso do automóvel e é o caso dos meios informacionais, além de empreendimentos econômicos como os hipermercados e os *shopping centers* (SILVA, 2008). Novas dinâmicas estas que afetam diretamente a atratividade dos espaços urbanos perante os indivíduos que experenciam e constituem a cidade.

Defende-se, além disso, que dentro das análises sobre a reestruturação da cidade é pertinente estimular também uma reflexão sobre os papéis dos centros urbanos e das centralidades urbanas, principalmente por representarem "desde a origem das cidades, os nós, as convergências e as dispersões, as conexões e as articulações, os lugares das decisões e comandos, os lugares de encontros, ou seja, a essência das cidades" (SILVA, 2008, n.p).

Tais espaços centrais sempre estiveram em constante transformação quanto aos seus conteúdos (WHITACKER, 2017), mas com a produção da própria cidade sob novas lógicas, surgem novas centralidades, assim como a redefinição das pré-existentes, em conjunto com diversos processos de centralização e descentralização que modificam o espaço urbano e suas formas de ocupação (SILVA, 2008; WHITACKER, 2017).

As dinâmicas de centralidade em Maringá/PR

Um processo de reestruturação, tanto urbana como da própria cidade, também pode ser observado no caso da cidade média de Maringá, que é localizada no norte do estado do Paraná (Figura 1) e — de acordo com a pesquisa "Região de Influência das Cidades" de 2018 — é tida como uma Capital Regional B que desempenha um papel importante na rede urbana da região em que faz parte, influenciando diretamente em 108 outros núcleos urbanos, sem deixar de ter relações com a metrópole regional de Curitiba/PR e com a metrópole nacional de São Paulo/SP (IBGE, 2020).

Parte dessa influência tem origem no fato de Maringá/PR ser um grande polo fornecedor de bens e serviços, que abrange tanto sua população quanto sua vasta área de

 ISBN: 1981-1047

influência. Ghizzo e Ribeiro (2016), considerando este fato, contribuem argumentando que desde o início — ou seja, desde os primeiros planos da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) para a reocupação e urbanização destes espaços — a cidade foi planejada para ser protagonista e ter um papel de comando em relação aos núcleos urbanos próximos.

Ainda, para que esse papel estratégico na rede urbana fosse possível, foram feitos diversos investimentos, tanto do poder público quanto do privado (GHIZZO; RIBEIRO, 2016) em certas áreas específicas, o que aconteceu majoritariamente nos anos 1970 com a ampliação da malha rodoviária, e posteriormente, já na década de 1980, com o início da implementação de empreendimentos comerciais.

Silva (2008), neste mesmo caminho, evidencia que as grandes obras, ou mesmo os principais projetos de reestruturação que exigiram altos investimentos em infraestrutura, foram implementados principalmente no Centro Principal e no projeto Novo Centro[45], que são contíguos. Todas estas políticas, portanto, acabam influenciando no reforço de uma centralidade mais polarizada em um centro tido como tradicional, ainda que existam zonas — e não eixos, como acontece em outras cidades, sendo Londrina/PR um exemplo, segundo Silva (2008) — de expansão dele.

Ainda no final da década de 1980 e início da década de 1990, porém, começam a chegar empreendimentos econômicos, como os *shopping centers* e os hipermercados, dinamizando, diversificando e complexificando ainda mais as relações de consumo no âmbito local e regional. Sobre isso, Whitacker (2017) afirma que principalmente as inaugurações mais recentes — do Catuaí Shopping Maringá e do Shopping Cidade Maringá — contribuem para uma certa expansão do centro tradicional da cidade, pois se localizam nas extremidades de vias que possibilitam seu acesso.

A variedade na oferta de produtos também chega ao comércio atacadista, que ganha força em Maringá/PR na década de 1990, com destaque para os *shopping centers* atacadistas de confecções, que consolidam a cidade como um dos principais polos atacadistas em moda no país. Asalin (2014) contribui para o debate ao afirmar que, mesmo que este setor influencie

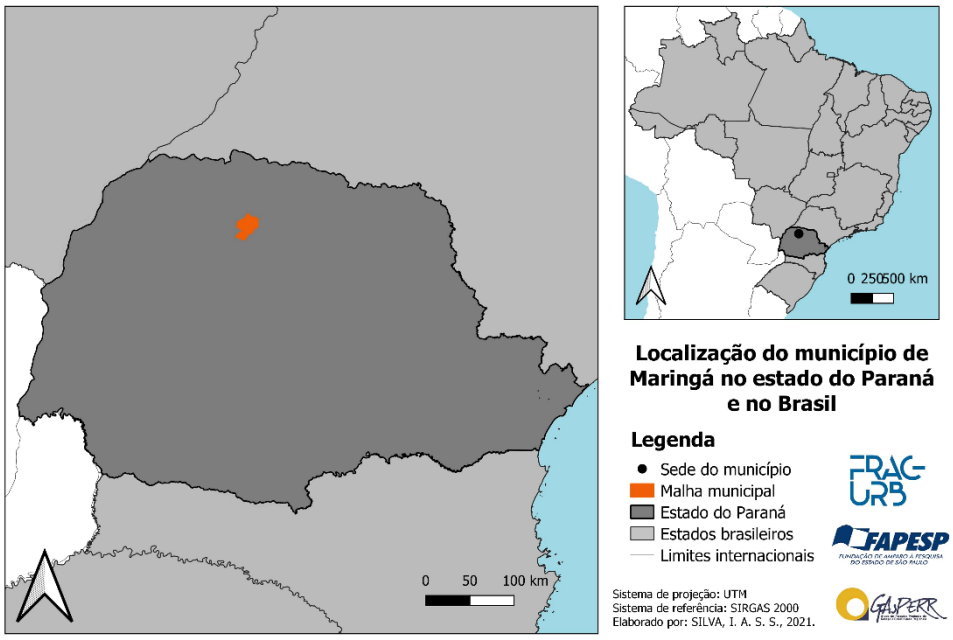
[45] Segundo Andrade e Cordovil (2008), foi inicialmente concebido como "Projeto Ágora", com primeira formulação em 1985 por Oscar Niemeyer, tendo a função de suprir a necessidade de Maringá/PR por novos arranjos urbanos, visto que as estruturas próximas ao centro principal ainda remetiam a um tráfego ferroviário. Apenas na década de 1990, todavia, que este projeto foi retomado, renomeado e aplicado.

 ISBN: 1981-1047

em uma centralidade urbana não tão polarizada quanto o centro tradicional, suas dinâmicas espaciais divergem do restante da cidade e não dialogam tão bem com circuito econômico local. Isso principalmente pelo público que tais empreendimentos atraem, constituído de compristas/lojistas de todo o estado do Paraná e do Brasil, e não necessariamente de consumidores locais.

Em suma, o que se pode dizer com base no que já foi escrito sobre as dinâmicas centrais de Maringá/PR: é que existe de fato uma reestruturação da cidade e, da mesma forma, áreas alternativas ao centro principal, mesmo que suas ocorrências sejam muito sutis e ligadas às centralidades já previamente existentes. Isso porque o centro principal continua tendo o papel mais importante na articulação com as demais áreas do tecido urbano e são poucos os espaços de grande abrangência quanto ao consumo que estão em outras localizações (SILVA, 2008).

Figura 1. Mapa de localização do município de Maringá em relação ao estado do Paraná e ao Brasil



Fonte: o próprio autor.

A metodologia CNEFE-CNAE: centralidades sob um novo olhar

ISBN: 1981-1047

Como o principal objetivo deste trabalho é o de discutir sobre todas estas questões postas sobre as centralidades e a reestruturação da cidade, especialmente no caso da cidade média de Maringá/PR, verificando se tais pautas antes levantadas se mantém ou se ressignificam, propõe-se uma metodologia já desenvolvida anteriormente por pesquisadores envolvidos com o Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR), com destaque para publicações tais como Whitacker (2003), Miyazaki (2013), Porto-Salles et al (2014) e Carli (2016), que consideram os dados do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE) combinados com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

Este raciocínio só é factível, porém, a partir de uma possibilidade que foi apontada, dentre outros trabalhos, por Whitacker (2017), quando afirma que é viável ponderar sobre as centralidades do urbano ao ser investigada a concentração das atividades econômicas naquele espaço. Ou seja, estas atividades seriam um dos indicadores de centralidade, visto que apresentam espaços conectados e articulados de uma forma mais complexa com a cidade, sendo lugares de comando no urbano e de encontro de muitos indivíduos — estes que não deixam de ser consumidores.

O Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE), levantado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é uma base de dados pública e disponível para *download* a toda a população, criada a partir de um levantamento que tem início e é aperfeiçoado entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010 (PORTO-SALES et al, 2014). Em tal estudo, publicado no ano de 2012 como resultado do Censo Demográfico de 2010, todos os endereços são compostos pelas categorias evidenciadas e exemplificadas no Quadro 1.

ISBN: 1981-1047

Quadro 1. Categorias presentes nos dados fornecidos pelo CNEFE/IBGE

Código do setor censitário	Unidade territorial para coleta de informações censitárias
Tipo de logradouro	Ruas, avenidas, vielas, vias, rodovias, becos etc.
Título de logradouro	Prefeito, Coronel, Presidente, Vereador, Professor etc.
Nome de logradouro	Nome da via, definido pela Câmara de Vereadores do município
Número do lote	Numeração do estabelecimento, quando houver.
Modificadores	Frente, fundos, térreo, andar, número/letra de apartamento etc.
Localidade	Bairros ou zonas
Variável	De 1 a 7, segundo o perfil do endereço (domiciliar, coletivo, rural, de ensino, de saúde, econômico ou em construção
Identificação do estabelecimento	Descrição do que existe naquele endereço
Indicação de domicílio individual ou coletivo	Número 1 para domicílio e número 2 para pousadas, hotéis, albergues, abrigos etc.
Números da quadra e face	Registro legal do terreno em cartório
Código de Endereçamento Postal (CEP)	Código para localização espacial de serviços postais

Fonte: o próprio autor.

No CNEFE todos estes dados sobre as localidades do urbano são separados em diversas variáveis elencadas de 1 a 7 na seguinte ordem: domicílios (1); estabelecimentos domiciliares coletivos (2); estabelecimentos agropecuários (3); estabelecimentos de ensino (4); estabelecimentos de saúde (5); estabelecimentos de outra finalidade (6) e edificações em construção/reforma (7) (IBGE, 2013). Para este trabalho foram selecionadas e analisadas apenas as variáveis 4, 5 e 6: as primeiras por representarem espaços (escolas, hospitais, consultórios médicos etc.) que atraem grande público e geram muitos movimentos no urbano, e a última por conter a maior parte dos endereços empresariais, de comércio e de serviços.

ISBN: 1981-1047

Os *shopping centers*, dentro do que lhes tange, mostraram-se um desafio, visto que, mesmo comportando diversos estabelecimentos de atividades econômicas, são caracterizados no CNEFE com apenas um endereço. Foi decidido, desta forma, consultar a quantidade de *shopping centers* presentes na cidade de Maringá/PR por meio da Associação Brasileira de Shopping Centers (ABRASCe) e, a partir dessa informação, a quantidade de lojas em cada empreendimento por meio de seus endereços eletrônicos oficiais. Todos estes estabelecimentos comerciais foram classificados e incorporados aos endereços do CNEFE.

A presença de tantas informações permite que cada atividade econômica seja identificada e analisada, mas também localizada e georreferenciada em um mapa, por meio de ferramentas presentes em *softwares* de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), em que também é possível calcular a concentração destes estabelecimentos, considerando, por exemplo, o método de Estimativa de Densidade de Kernel.

A Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) surge, por sua vez, de uma tendência internacional de padronizações nas classificações, comandada desde os anos 1970 pela Organização das Nações Unidas (ONU), visando uma comparação mundial de índices. Na década de 1990 cria-se, no âmbito do IBGE, a Comissão Nacional de Classificação (CONCLA), que atualiza e publica as normas de classificação das atividades econômicas, assim como outras diretrizes para inúmeros tipos de ordenamentos (BRASIL, 2006).

As últimas publicações da CNAE consideram uma estrutura hierárquica, dividida em cinco níveis, sendo respectivamente: seções, divisões, grupos, classes e subclasses. O primeiro nível com um código alfabético e os demais com códigos numéricos. Entretanto, uma delimitação foi necessária para a construção de um banco de dados, considerando apenas os três primeiros níveis, principalmente por conta do limite das informações obtidas com as identificações dos endereços no CNEFE, que não oferecem, muitas vezes, tantos detalhes sobre as atividades desenvolvidas nos estabelecimentos. Estes níveis estão descritos e evidenciados no Quadro 2.

 ISBN: 1981-1047

Quadro 2. Seções, divisões e grupos da CNAE 2.3/CONCLA

Seções	Denominações das seções	Divisões	Grupos
A	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	01 - 03	011 - 032
B	Indústrias extrativas	05 - 09	050 - 099
C	Indústrias de transformação	10 - 33	101 - 332
D	Eletricidade e gás	35	351 - 353
E	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	36 - 39	360 - 390
F	Construção	41 - 43	411 - 439
G	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	45 - 47	451 - 478
H	Transporte, armazenagem e correio	49 - 53	491 - 532
I	Alojamento e alimentação	55 - 56	551 - 562
J	Informação e comunicação	58 - 63	581 - 639
K	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	64 - 66	641 - 663
L	Atividades imobiliárias	68	681 - 682
M	Atividades profissionais, científicas e técnicas	69 - 75	691 - 750
N	Atividades administrativas e serviços complementares	77 - 82	771 - 829
O	Administração pública, defesa e seguridade social	84	841 - 843
P	Educação	85	851 - 859
Q	Saúde humana e serviços sociais	86 - 88	861 - 880
R	Artes, cultura, esporte e recreação	90 - 93	900 - 932
S	Outras atividades de serviços	94 - 96	941 - 960
T	Serviços domésticos	97	970
U	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	99	990

Fonte: IBGE (2002).

Tendo isso em vista, um estabelecimento que foi identificado como "FARMACIA" no CNEFE, por exemplo, é caracterizado como pertencente à seção G (Comércio; reparação

ISBN: 1981-1047

de veículos automotores e motocicletas), na divisão 47 (Comércio varejista) e no grupo 153 (Comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e cosméticos e artigos médicos, ópticos e ortopédicos) da CNAE. Da mesma forma, um estabelecimento identificado como "ESCRITORIO DE CONTABILIDADE" no CNEFE, é colocado na seção M (Atividades profissionais, científicas e técnicas), na divisão 69 (Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria) e no grupo 692 (Atividades de contabilidade, consultoria e auditoria contábil e tributária) da CNAE.

A partir dessa reclassificação é possível, além de localizar os estabelecimentos dentro do tecido urbano, também os qualificar e aprofundar os argumentos sobre o comportamento das centralidades urbanas, dizendo não apenas que elas existem, mas do que são constituídas ou se possuem estabelecimentos com alguma especialização/função específica.

Por fim, ainda com o viés de esmiuçar o balanço destas características centrais presentes no urbano, foi feito um trabalho de campo, em janeiro do ano de 2020, com enfoque na observação do centro (Tradicional e Novo Centro) da cidade de Maringá/PR, seus *shopping centers* e zonas comércio varejista. Estas atividades em campo suscitaram reflexões sobre as engrenagens do mercado local e o alcance espacial que ele proporciona.

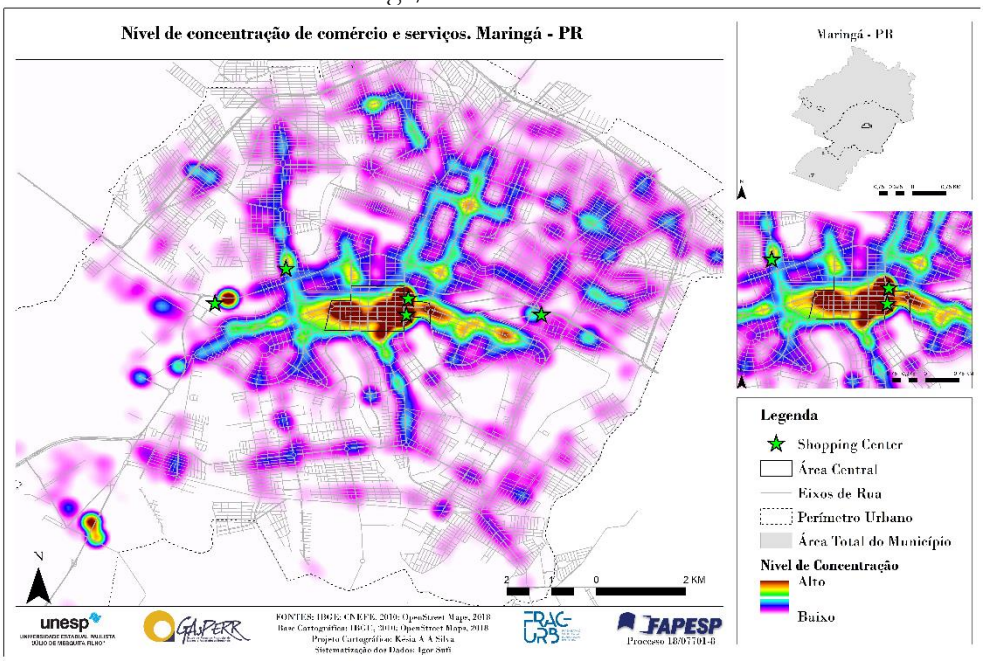
Apresentação e análise dos resultados

Ao debruçar-se, afinal, sobre o produto cartográfico rendido (Figura 2) e sobre as informações geradas ao comparar os endereços do CNEFE com as diretrizes da CNAE, evidencia-se uma centralidade bem consolidada, mas com áreas de expansão do centro tradicional que se dispõem em eixos que o cortam, assim como já comentava Whitacker (2017). Além de algumas áreas que se colocam como alternativas ao centro principal, mas que não são comparáveis em questão de complexidade, o que vai de acordo com o que propõe Silva (2008). Ademais, também se confirma o fato de existirem áreas mais funcionalizadas e isoladas do restante do circuito econômico e, por conseguinte, das demais centralidades, conforme propunha Asalin (2014). Ainda, chama atenção o caráter mais horizontal, ao ter o mapa como referência, da forma como as áreas centrais se dispõem no tecido urbano da cidade.

 ISBN: 1981-1047

Destaca-se a existência de um eixo, o da Avenida Colombo, que exerce uma certa centralidade e, mesmo não sendo a principal, detém diversos núcleos de concentração de atividades econômicas, principalmente no que diz respeito aos *shopping centers* presentes, o Catuaí Shopping Maringá e o Shopping Cidade Maringá. Também é uma tendência que pode ser observada, o fato de estes empreendimentos comerciais influenciarem no reforço de uma centralidade mais horizontalizada — novamente considerando o produto cartográfico como referência — e seguirem as vias que perpassam o centro tradicional, como propõe Whitacker (2017).

Figura 2. Mapa do nível de concentração das atividades econômicas na cidade de Maringá/PR no ano de 2010



Fonte: Plataforma de Gerenciamento das Informações da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (2021).

Apenas essa via — que cruza todo o tecido urbano no sentido Leste-Oeste — possui um total de 635 estabelecimentos, o que seria 3,94% em relação ao total de atividades econômicas encontradas em Maringá/PR (16.107 unidades). Todavia, por conta de sua extensão, nem todos os espaços em seu caminho apresentam uma concentração alta de atividades econômicas, que é maior apenas onde estão os *shopping centers*, estes que possuem somados 205 estabelecimentos comerciais.

ISBN: 1981-1047

As observações de campo também permitem ponderar sobre uma área de transição entre as centralidades da Avenida Colombo e o centro principal, esta que começaria na Avenida Prudente de Morais e terminaria na Avenida Advogado Horácio Raccanello Filho, seguindo também a tendência da horizontalidade. Esta área, apesar de não possuir uma grande quantidade de estabelecimentos, destaca-se pela presença do Mercadão de Maringá — um empreendimento que engloba uma grande quantidade de restaurantes — e de diversos hipermercados de grandes redes.

Já as principais áreas centrais de Maringá/PR possuem uma gama de estabelecimentos comerciais e de serviços que se concentram majoritariamente na Avenida Brasil, esta que sozinha possui cerca de 5% de todos as atividades econômicas encontradas na cidade. É uma centralidade muito predominante, mesmo porque chama a atenção a diferença na quantidade de atividades presentes em relação às vias próximas (Quadro 3) e que compõem essa área central.

ISBN: 1981-1047

Quadro 3. Estabelecimentos que exercem atividades econômicas em vias que se destacam pela centralidade em Maringá/PR

Via(s)	Nº de estabelecimentos	% em relação ao total	Destaques com base na CNAE
Avenida Tamandaré	38	0,24%	Comércio varejista de roupas, presentes; cabelereiros.
Eixo Avenida Mauá/Carneiro Leão	251	1,56%	Metalúrgicas; oficinas e borracharias; materiais de construção; artigos para casa; roupas; restaurantes.
Avenida Brasil	790	4,90%	Bancos; oficinas e lojas de equipamento automotivo; distribuidoras; comércio varejista muito variado, mas principalmente de roupas, calçados e artigos para casa; escritórios; restaurantes; consultórios.
Rua Santos Dumont	272	1,69%	Concessionárias; confecções; lojas de presentes, roupas e calçados; óticas; escritórios; cabelereiros; consultórios.
Avenida XV de Novembro	88	0,55%	Administração pública; imobiliárias; escritórios.
Avenida Tiradentes	76	0,47%	Restaurantes; lojas de artigos para casa e presentes; consultórios.
Avenida São Paulo (verticalmente no mapa)	417	2,59%	Dois *shopping centers*, também com entradas voltadas para as Avenidas Mauá e Brasil, além da Rua Santos Dumont.

Fonte: IBGE (2002, 2012).

É presente uma grande quantidade de lojas, principalmente quanto ao comércio varejista de roupas, calçados e bolsas, mas também de artigos para casa. Sobressai-se, porém, a existência de dois *shopping centers*, um deles o mais tradicional e com implementação mais antiga, o Shopping Avenida Center Maringá, e o outro com grifes de maior influência internacional, o Shopping Maringá Park, ambos somando 316 atividades econômicas dos mais diversos tipos em seus espaços.

ISBN: 1981-1047

Ainda sobre estes grandes centros de compra, tanto os presentes no centro principal quanto os que se instalam fora dele, os dados levantados pela Associação Brasileira de Shopping Centers destacam que são muito diversificados em relação ao público que atendem, com um deles recebendo majoritariamente a Classe A, dois deles a Classe B e dois deles a Classe C (ABRASCE, 2021). Isso mostra que além de proporcionarem uma grande centralidade, tais áreas centrais se tornam muito ricas em diversidade e em abrangência de consumidores.

O comércio atacadista, por sua vez, concentra-se às margens da PR-317, via que possui uma quantidade de 453 estabelecimentos que exercem atividades econômicas, sendo majoritariamente contidos nos *shopping centers* atacadistas (Shopping Avenida Fashion, Shopping Vest Sul e Paraná Moda Park), que sozinhos possuem 327 lojas de confecções. Esta informação já ilustra muito bem o que pode ser visto no mapa, pois mesmo com uma razoável quantidade de estabelecimentos industriais e postos de gasolina também se instalando nas margens da rodovia segundo as análises com base na CNAE, estes estão bem distribuídos, não gerando tanta atratividade para um mesmo local assim como geram os centros comerciais do atacado. Portanto, confirmam-se as afirmações de Asalin (2014) quando argumenta que este setor é isolado das demais centralidades urbanas de Maringá/PR.

Ainda examinando o mapeamento dos dados CNEFE, são nítidas algumas linhas que se originam nas áreas centrais e, como raízes, aprofundam-se no tecido urbano em direção às bordas periféricas da cidade em alguns eixos: um que vai em direção ao sul da cidade, seguindo a Avenida Cerro Azul; dois outros orientados ao norte/nordeste, seguindo o rumo das Avenidas Morangueira e Pedro Taques; o último, por fim, que tende ao norte/noroeste de Maringá, percorrendo o caminho da Avenida Mandacaru.

Suas principais atividades econômicas em destaque segundo a CNAE, além da quantidade de estabelecimentos presentes de acordo com o CNEFE, encontram-se detalhadas no Quadro 4. Apesar de não possuírem uma centralidade tamanha a das Avenidas Brasil e Colombo, por exemplo, estas vias concentram uma razoável quantidade de atividades econômicas desenvolvidas em seus espaços. Já o produto cartográfico, no que lhe diz respeito, mostra que tais vias possuem mais concentração de estabelecimentos econômicos do que muitos dos trechos da própria Avenida Colombo.

 ISBN: 1981-1047

Quadro 4. Estabelecimentos com atividades econômicas em vias que se destacam por ser uma extensão da centralidade tradicional em Maringá/PR

Via	Nº de estabelecimentos	% em relação ao total	Destaques com base na CNAE
Avenida Cerro Azul	234	1,45%	Confecções; distribuidoras; lojas de artigos para casa e estabelecimentos de manutenção; restaurantes; escritórios; consultórios; cabelereiros.
Avenida Morangueira	338	2,10%	Confecções; metalúrgicas; concessionárias; oficinas e lojas de artigos automotivos; postos de combustível; materiais de construção.
Avenida Pedro Taques	427	2,65%	Confecções; concessionárias; oficinas e lojas de artigos automotivos; supermercados e conveniências; farmácias; artigos para casa e materiais de construção; consultórios.
Avenida Mandacaru	361	2,24%	Confecções; madeireiras; concessionárias e lojas de artigos automotivos; supermercados; *pet shops*; roupas; escritórios; delegacias; cabelereiros; consultórios; pequeno *shopping center*.

Fonte: IBGE (2002, 2012).

A reclassificação segundo à CNAE contribui dizendo que, apesar da diversidade destas atividades, destacam-se as confecções de roupas, as metalúrgicas, os escritórios e os consultórios, além da presença do quinto e último *shopping center* em Maringá/PR, o Shopping Mandacaru Boulevard. Tais informações permitem uma reflexão sobre as áreas de expansão do centro principal não serem apenas por meio de zonas, como dá a entender Silva (2008), mas também por meio de eixos que possuem certa centralidade e atratividade.

Conclusões e possíveis continuidades

Este trabalho buscou um resgate e uma discussão sobre a importância das dinâmicas econômicas para os processos de reestruturação urbana, mas principalmente de reestruturação da própria cidade e de suas centralidades, além de abordar o caso específico das áreas centrais em Maringá/PR e verificar se o que foi proposto por estudos prévios sobre

 ISBN: 1981-1047

este assunto iria se manter ou passar por uma ressignificação ao se considerar uma nova metodologia, no caso, a CNEFE-CNAE.

Foi debatido, então, corroborando com o que outros autores já citados argumentaram, que há uma centralidade relativamente bem definida, compreendendo o centro tradicional e sua continuidade em direção aos *shopping centers*. No entanto, também existem tanto centralidades mais isoladas — como é o caso do complexo atacadista e dos *shopping centers* na Avenida Colombo — quanto reverberações da centralidade mais bem definida, que tendem aos bairros mais distantes do centro tradicional por meio de alguns eixos.

Conclui-se, a partir dos frutos obtidos, que a utilização dos dados do CNEFE — em conjunto com uma reclassificação que considere a CNAE — possui uma enorme potencialidade quanto ao aprofundamento na análise das centralidades e suas relações com a economia e com o consumo. Isso principalmente no caso das cidades médias brasileiras, por possuírem uma complexidade diferente da apresentada nas cidades pequenas e, ao mesmo tempo, não terem uma quantidade de endereços tão trabalhosa para ser reclassificada segundo a CNAE como seria a de uma metrópole.

Destaca-se, da mesma forma, a capacidade dialógica que o dado da concentração das atividades econômicas possui com as centralidades dentro do tecido urbano, mesmo que seja inoportuno utilizá-lo sem uma caracterização do que são essas atividades e de seu alcance dentro da cidade e da região de influência que ela possui, visto que uma centralidade é sempre constituída de algo, não existe em si mesma.

Por fim, é imprescindível ter em mente que a realidade econômica da cidade norte-paranaense aqui estudada tem suas particularidades e as centralidades reproduzidas nela possuem peculiares causas atribuídas. Mas este fato não impede, de maneira alguma, que a mesma metodologia seja aplicada em outras cidades e que analogias e confrontações sejam feitas no futuro.

Referências

ABRASCE. Associação Brasileira de Shopping Centers — Abrasce, c2021. **Guia de Shoppings**. Disponível em: https://abrasce.com.br/guia-de-shoppings/. Acesso em: 18 de março de 2021.

 ISBN: 1981-1047

AMORIN, E. M. J. C. O processo de reestruturação urbana nas cidades médias de Marília-SP e Mossoró-RN: generalidades e particularidades. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 14., 2013, Lima. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/098.pdf. Acesso em: 18 de março de 2021.

ANDRADE, C. R. M.; CORDOVIL, F. C. S. A cidade de Maringá, PR. O plano inicial e as "requalificações urbanas". **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, v. 12, n. 270, ago., 2008. Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-270/sn-270-53.htm. Acesso em: 18 de março de 2021.

ASALIN, G. A. A dinâmica de uma centralidade: os shopping centers atacadistas de confecções de Maringá – PR. **Geoingá**, v. 6, n. 1, 2014. p. 3-22. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Geoinga/article/view/49227. Acesso em: 10 de outubro de 2019.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Subcomissão CNAE. **Manual de orientação da codificação na subclasse CNAE**. Arquivos da Subcomissão CNAE, online, 2006. Disponível em: http://subcomissaocnae.fazenda.pr.gov.br/UserFiles/File/CNAE/Manual%20CNAE%202-0.pdf. Acesso em: 10 de outubro de 2019.

CARLI, L. A. D. **Delimitação, intensidade e especialização de áreas comerciais: uma proposição para o estudo das áreas centrais em cidades médias a partir da análise dos Índices de Densidade Informacional para os casos de Presidente Prudente - SP e Ribeirão Preto - SP**. 2016. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2016. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/139253. Acesso em: 18 de março de 2021.

GHIZZO, M. R.; RIBEIRO, V. H. A Produção da Cidade de Maringá-PR (Brasil) como um Polo Terciário: Rompendo Fronteiras. **Perspectiva Geográfica-Marechal Cândido Rondon**, Ed. Esp., v.11, n.15, 2016. p. 165-174. Disponível em: http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/16619. Acesso em: 10 de outubro de 2019.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

IBGE. **Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos: atualização do setor, manual do atualizador**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc3042.pdf. Acesso em: 10 de outubro de 2019.

IBGE. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

 ISBN: 1981-1047

IBGE. **Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv1358.pdf. Acesso em: 10 de outubro de 2019.

IBGE. **Introdução à Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0**. Arquivos da Comissão Nacional de Classificação, online, 2006. Disponível em: https://concla.ibge.gov.br/images/concla/documentacao/CNAE20_Introducao.pdf. Acesso em: 10 de outubro de 2019.

IBGE. **Regiões de influência das cidades: 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 187 p. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101728. Acesso em: 18 de março de 2021.

MIYAZAKI, V. K. **Estruturação da cidade e morfologia urbana: um estudo sobre cidades de porte médio da rede urbana paulista**. 2013. 305 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2013. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/105090. Acesso em: 18 de março de 2021.

PORTO-SALES, A. L.; COUTO, E. M. J.; WHITACKER, A. M.; SPOSITO, M. E. B.; REDÓN, S. M.; MIYAZAKI, V. K. Pesquisa em Geografia Urbana: desafios e possibilidades de análise espacial com o uso do Cadastro Nacional de Endereços para fins Estatísticos (CNEFE). **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 36, v. 3, p.81-103, ago./dez. 2014. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/3194. Acesso em: 10 de outubro de 2019.

SILVA, W. R. A redefinição da centralidade em cidades médias. Londrina e Maringá no contexto da reestruturação urbana e regional. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 5., 2008, Barcelona. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/37.htm. Acesso em: 18 de março de 2021.

SPOSITO, M. E. B. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SPOSITO, M. E. B. Olhando de vários pontos de vista o processo de urbanização e a rede urbana. In: SUERTEGARAY, D.; SILVA, C. A.; PIRES, C.; PAULA, C. (Org.). **Geografia e conjuntura brasileira**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, v. 1, 2017. p. 185-211.

SPOSITO, M. E. B.; SPOSITO, E. S. Articulação entre múltiplas escalas geográficas: lógicas e estratégias espaciais de empresas. **Geousp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 21, n. 2, p. 462-479, agosto. 2017. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/131655. Acesso em: 10 de outubro de 2019.

WHITACKER, A. M. Centro da cidade: consolidação e expansão. In: MAIA, D. S.; SILVA, W. R.; WHITACKER, A. M. Org. **Centro e centralidade em cidades médias**. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

WHITACKER, A. M. **Reestruturação urbana e centralidade em São José do Rio Preto-SP**. Tese (Doutorado em Geografia) – FCT-UNESP. Presidente Prudente, 2003. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/03/03_arthur.pdf. Acesso em: 10 de outubro de 2019.

Agradecimentos

Agradeço ao meu professor orientador, Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pelo financiamento da Iniciação Científica (processo nº 19/09523-2).

Agradeço aos colegas do projeto temático "Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos" (FAPESP/processo nº 18/07701-8), principalmente à pós-doutoranda Késia Anastácio Alves da Silva, à pós-doutoranda Vanessa Moura de Lacerda Teixeira e ao graduando Eduardo da Silva Correia, que contribuíram, cada um ao seu modo, em todo o processo.

O USO DE TÉCNICAS NETNOGRÁFICAS PARA REPRESENTAÇÕES DE PERCURSOS URBANOS PERIFÉRICOS EM SÃO MATEUS, CIDADE DE SÃO PAULO – SP

GT – Espaços Urbanos e Rurais na Contemporaneidade

Karina Malachias Domingos dos Santos[46]
Karina.malachias@unesp.br
Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Tecnologia Campus de Presidente Prudente (FCT/UNESP)

Resumo

O tema central deste artigo busca apresentar o procedimento metodológico da netnográfia, utilizado para a apreensão e representação de percursos urbanos. O trabalho decorre de uma investigação sobre Fragmentação Socioespacial em São Mateus, periferia do Município de São Paulo. Para responder a hipótese de ocorrência da Fragmentação Socioespacial, por meio práticas espaciais e experiências urbanas dos sujeitos dada a mobilidade dos mesmos. Deste modo, o uso da netnográfia fez-se presente como uma ferramenta que possibilitou o registro dos percursos urbanos dos sujeitos. Sendo assim, apresentamos o desenvolvimento de tal procedimento, utilizando os registros dos sujeitos participantes por meio do Google Maps, serviço de visualização de mapas, imagens de satélite e rotas de percursos, assim elaborando produtos cartográficos via QGIS. Que permitiu-nos contribuir para a identificação da ocorrência da Fragmentação Socioespacial em conjunto a dimensão analítica da mobilidade dos sujeitos, por meio de seus principais percursos realizados.

Palavras-chave: Produção do Espaço Urbano; Fragmentação Socioespacial; Práticas Espaciais; Mobilidade Urbana; Netnográfia.

Introdução

No cotidiano dos citadinos a mobilidade tem um papel fundamental nas práticas espaciais inerentes as dinâmicas urbanas. Sendo dada como prática socioespacial, permite pensarmos que sujeitos sociais possam ter ações, movimentações e transitar por distintos espaços. Ou seja, pela Mobilidade Urbana é possível avaliar a dimensões espaciais, sejam elas atribuídas a dimensões básicas da vida, como o habitar, estudar, trabalhar, momentos de lazer e consumo. Também, sendo capaz de ser estudado para compreender processos de maior natureza, como as desigualdades socioespaciais e a Fragmentação Socioespacial. Em nossa perspectiva, os estudos sobre mobilidade há a possibilidade olhar para diversos enfoques pela

[46] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Tecnologia Campus de Presidente Prudente (FCT/UNESP).

 ISBN: 1981-1047

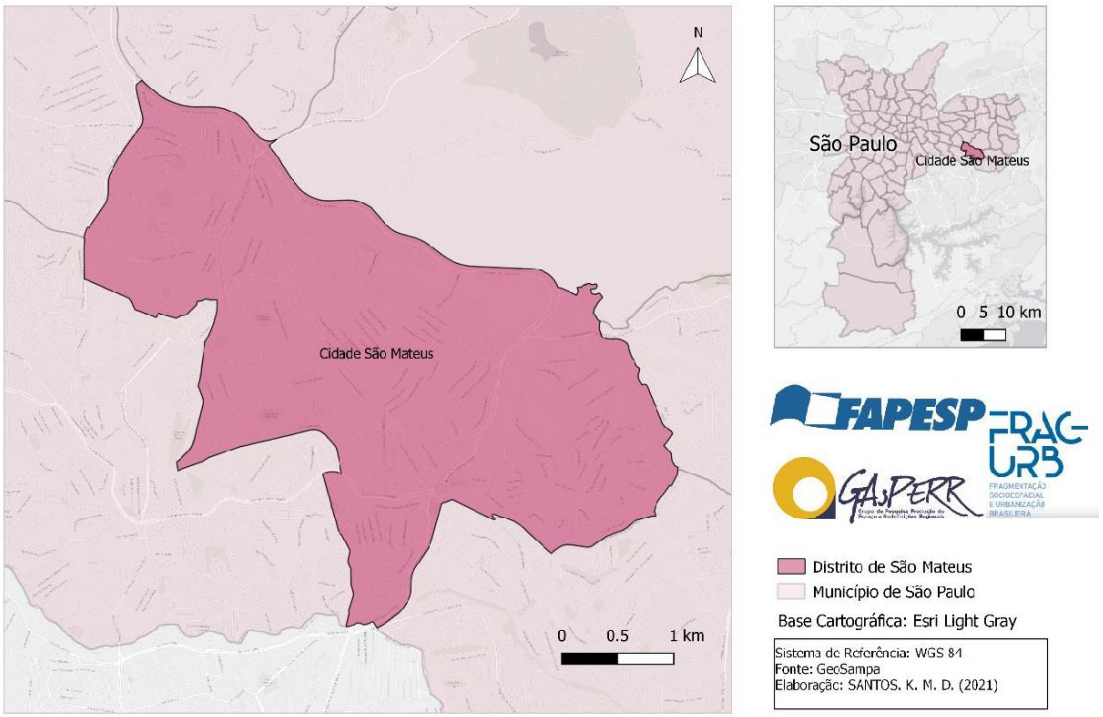
compreensão dos sujeitos nos espaços vividos e circulados, pelos mesmos, o que nos possibilitam questionamentos de como esses sujeitos se dão em suas práticas espaciais e suas experiências urbanas. Que entendemos como sendo ação e movimento. Ligadas a hipótese trabalhada, na pesquisa intitulada de "Fragmentação Socioespacial e Experiências Urbanas no distrito de São Mateus, Cidade de São Paulo – SP", vinculado ao temático "Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos e formas (FragUrb)" financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Nesta pesquisa tivemos como hipótese a possível ocorrência da Fragmentação Socioespacial, colocada contraponto ao Direito à Cidade, por meio da hipótese de que os sujeitos periféricos, como dado ao estudo, possuíam impossibilidades de apropriação da cidade e de suas funções, estruturas e equipamentos como um todo. E a mobilidade foi fundamental para esta apreensão visto que trabalhamos com os conceitos fundados por Mares e Whitacker (2019) de mobilidade efetiva dos sujeitos e mobilidade ofertada para os sujeitos. A partir da análise desse par, obtivemos resultados de que há impossibilidades de os sujeitos vivenciarem a cidade como um todo, por sua condição de mobilidade está atrelada a uma dinâmica espaço-temporal, associada ao trabalho, assim, suas experiências urbanas, estão pautados mediante a esse tempo, que iremos demonstrar na metodologia utilizada, e apresentada neste artigo, lidando com a identificação, descrição e análise dos pontos de intersecção da metodologia utilizada para tais colocações.

Como ponto de partida nossa compreensão das práticas espaciais estão direcionadas ao distrito de São Mateus, localizado na extrema periferia da Zona Leste do município de São Paulo, SP. Tal recorte territorial perpassou pela aproximação da pesquisadora com a área de estudo, sendo moradora, como sujeito-ação. A área de estudo iniciou seu crescimento populacional a partir dos anos de 1970 a 1990. Atualmente a área detém uma densidade demográfica de 110,54 hab./km (IBGE, 2010).

 ISBN: 1981-1047

Figura 1. Localização Cidade São Mateus, São Paulo, 2021



Elaboração: SANTOS (2021)

Com o intuito de apresentar resultados referentes à mobilidade, temos como ênfase o transporte público coletivo citado pelos sujeitos colaboradores em nossa pesquisa, sendo um modal importante para as dinâmicas de mobilidade urbana. Em Silva (2019) o autor expõe que, a partir do uso dos transportes públicos, a população tem maior percepção da mobilidade cotidiana, visto tratar-se de uma população que tem sua mobilidade ancorada no deste serviço. Em dados gerais, sobre a Região Metropolitana de São Paulo, o uso de transporte coletivo e as motivações das viagens como trabalho atingem 45% da população, na educação 31%, consumo e compras 27%, saúde 45% e lazer 21%. Em relação a educação, consumo e saúde, Silva (2019) aponta um número menor devido à proximidade de equipamentos ou serviços aos sujeitos em seus locais de origem, porém, ainda temos grandes deslocamentos nos usos dos transportes coletivos.

Tal estudo apresenta um perfil de mobilidade para a área, atribuindo um índice de incidências maiores de deslocamento realizados pelos moradores no interior próprio distrito de São Mateus, demonstrando que os moradores buscam equipamentos e serviços nas

ISBN: 1981-1047

proximidades, como exemplo de áreas comerciais, equipamentos de saúde e educação, que são intrínsecos ao cotidiano.

Figura 2 e 3. Distrito de São Mateus. Infraestrutura Estação do Monotrilho (Metrô) São Mateus, 2021

Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2021.

ISBN: 1981-1047

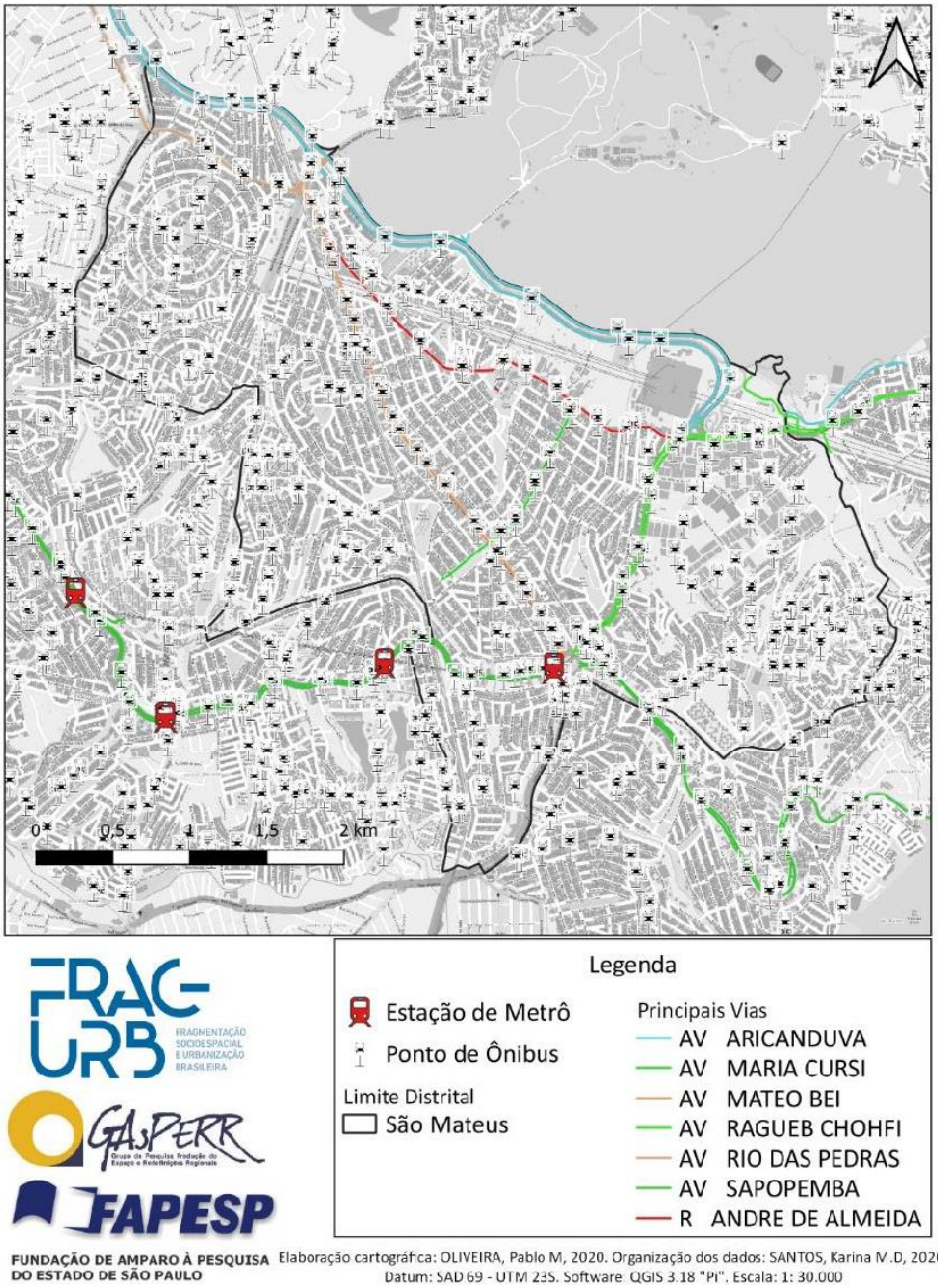
Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2021.

Em São Mateus para nossa caracterização da Mobilidade Urbana, temos como a demonstração da infraestrutura e os equipamentos especializados nas principais vias de acessos. Podemos observar uma contiguidade de equipamentos, como os pontos de ônibus, que delimitam os trajetos das linhas de ônibus que passam pelo distrito, sendo a Avenida Mateo Bei a maior concentradora desses equipamentos, seguindo pela Avenida Sapopemba onde se localiza a Estação do Monotrilho de São Mateus e o Terminal de ônibus Metropolitano de São Mateus. As demais vias de acesso dão suporte à Av. Mateo Bei ligando o acesso do distrito às áreas centrais, no próprio distrito e bairros vizinhos. É possível

ISBN: 1981-1047

observar concentrações de pontos de ônibus fora dos eixos das principais vias, tornando possível a movimentação fora delas, atendendo ao interior do distrito.

Figura 4. Distrito de São Mateus. Infraestrutura e Equipamentos de mobilidade. 2020



Elaboração: OLIVEIRA e SANTOS (2020)

 ISBN: 1981-1047

Percebe-se que as principais vias discriminadas na Figura 4 são locais de maior expressão de centralidade no distrito. A concentração em uma área normalmente ocorre a partir da existência, naquele local, de algum fator indutor que fomenta tal processo (CORRÊA, 2011). Observamos que esta centralidade emana da concentração de pessoas e fluxos advindos de estabelecimentos de comércios, mas que os equipamentos e serviços de mobilidade criam áreas centrais lineares, ao longo dos trajetos formados por essa dupla (equipamentos e serviços voltados à mobilidade).

Desenvolvimento

Metodologia

A metodologia consistiu-se pelo uso das técnicas netnográficas, o serviço do Google Maps, em suas ferramentas MyMaps reproduzindo os percursos urbanos aprendidos, e na elaboração cartográfica no Qgis versão 3.14.16, versão gratuita.

Entendemos que a netnográfia é usada como uma técnica para a compreensão do objeto investigado por meio da Internet, neste sentido para os autores CORRÊA e ROZADOS (2017), a técnica não se limita ao meio digital, e sim, em parte as interações realizadas por meio destes processos digitais. Pode-se observar que as ações e interações dos indivíduos no ambiente digital são o foco da netnográfia, porém elementos contextuais são empregados para ampliar a compreensão do objeto. Esses recursos ajudam o pesquisador a obter *insights* acerca dos fenômenos estudados, sejam eles culturais, sociais, informacionais ou outros (CORRÊA, M. de V. ROZADOS, H. B. F. 2017. p. 5)

Para lidar com tal ferramenta de netnográfica, obtivemos como base a produção de informação registradas em entrevista com 5 perfis (Quadro 1) representativos de sujeitos, em conjunto a informações compartilhadas pelo aplicativo do Google Maps e Imagens dos percursos reproduzidos no cotidiano dos sujeitos. Desta forma, identificamos quais foram os principais percursos realizados, assim privilegiando-os em nossa análise.

 ISBN: 1981-1047

Quadro 1. Perfis dos Sujeitos, 2021.

Sujeito 1: Perfil Homem Jovem, 24 anos. Modal Utilizado: transporte público coletivo, carro e a pé usados para o trabalho.
Sujeito 2: Perfil Mulher Adulta, 56 anos. Modal Utilizado: transporte público coletivo e a pé, para o trabalho.
Sujeito 3: Perfil Homem Adulto, 35 anos. Modal Utilizado: carro particular e carro por aplicativo e a pé, usados para trabalho, consumo e lazer.
Sujeito 4: Perfil Homem Idoso, 63 anos Modal Utilizado: transporte público coletivo, usados para o trabalho, consumo e lazer.
Sujeito 5: Perfil Mulher Jovem, 24 anos Modal Utilizado: transporte público coletivo, usados para o trabalho e lazer.

Elaboração da pesquisadora em SANTOS, 2021.

Ao caracterizar e registrar as principais atividades realizadas pelos sujeitos, também foi apurado em seus percursos, quais modais de transporte (Quadro 1) utilizados para atividades como trabalho, estudo, lazer e consumo, e os horários destinados para percorrer a estas atividades, essas informações foram produzidas por meio de entrevistas.

Ao utilizarmos as ferramentas netnográficas, para a apropriação desses percursos podemos destacar como desafiador, visto que a ferramenta utilizada obtinha suas limitações, as informações produzidas pelo Google Maps, para isso tivemos que trabalhar com os recursos disponíveis para gerar o produto esperado. A escolha do aplicativo decorreu ao fácil acesso, porém, em alguns smartphones dos sujeitos, a ferramenta não estava ativa ou não estava registrando os percursos, assim dificultando a padronização dos percursos realizados.

Mediante a isto, a padronização dos percursos pelos serviços de netnográfia foi possível, pelo Google Maps mesmo, porém não diretamente na linha do tempo dos percursos salvos, como estava previsto ao início da pesquisa. De forma assíncrona ao dia e horário realizado, utilizamos a ferramenta My Maps, extensão do Google Maps, para padronizar e reproduzir todos os percursos identificados, a partir dos passos de 1) criar um novo mapa 2) adicionar rotas de destinos 3) na camada de visualização – escolher qual modal foi utilizado, determinando os pontos de origem e destino, assim como os pontos destacados

 ISBN: 1981-1047

ao meio dos percursos como pontos de ligação entre a origem e destino, assim realizando e reproduzindo os percursos relatados na entrevista.

Para a elaboração cartográfica dos registos, foi utilizado os dados reproduzidos pelo My Maps, onde realizamos os downloads desses percursos como exportação em arquivo KLM/KMZ como mapa inteiro, depois forma obtivemos os pontos georreferenciados e após produzimos cartograficamente pelo software de mapeamento o Qgis em sua versão 3.14.16.

Resultados

Para os resultados iremos apresentar os produtos da metodologia e em conjunto a parte das entrevistas, também um procedimento metodológico trabalhado em conjunto as técnicas, dando a perspectiva dos sujeitos em seus percursos. As Figuras (1, 2, 3, 4 e 5) representam o registro de cada sujeito, reproduzido pelo My Maps, e como já abordamos foi selecionado apenas o principal percurso. Identificamos que todos os percursos são destinados a dimensão do trabalho, os pontos identificados como letras a ligação dos modais utilizados, desde sua origem e destino, conceito trabalhado mediante a pesquisa o Metrô de São Paulo OD – Origem e Destino, pesquisa referente às viagens internas e externas na Região Metropolitana de São Paulo.

Desta forma, indicares aos resultados além do percurso percorrido, mas também questões qualitativas sintetizadas pelos sujeitos como o tempo levado, e quantidade de modais utilizados, para obtermos uma compreensão temporal e sobre os equipamentos utilizados.

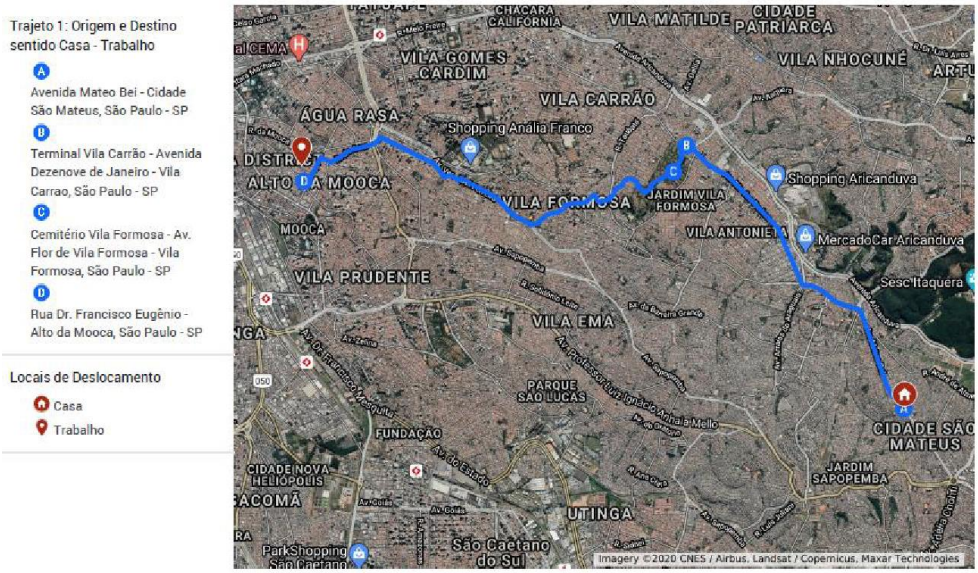
Na Figura 5, temos a reprodução de um trajeto realizado a partir da ferramenta de registro do My Maps, Google Maps. Onde podemos visualizar o trajeto feito cotidianamente pelo sujeito. Os pontos de referências sinalizados como A, B, C e D foram destacadas na entrevista pelo sujeito como sendo as principais localizações de seu trajeto, sendo os locais de deslocamento da origem ao destino, referente ao ponto A e o ponto D.

Ao longo desse percurso o sujeito destaca que há mudança em relação a sua percepção de paisagem e representações espaciais referentes ao seu local de moradia São Mateus e o bairro da Mooca, onde trabalha, destacando que:

 ISBN: 1981-1047

> "Então, eu saio de uma periferia de São Mateus Ponto A, passo pela Vila Formosa Ponto C, Anália Franco e chego na Mooca Ponto D, que é um bairro bem tradicional, bem antigo da cidade de São Paulo, e é bem diferente em relação a São Mateus. Em São Mateus você encontra muitas comunidades. Na Mooca você não encontra esse tipo de comunidade" (Sujeito 1). (SANTOS, 2021)

Figura 5. Trajeto Sujeito 1 Origem e Destino (Casa – Trabalho), 2021



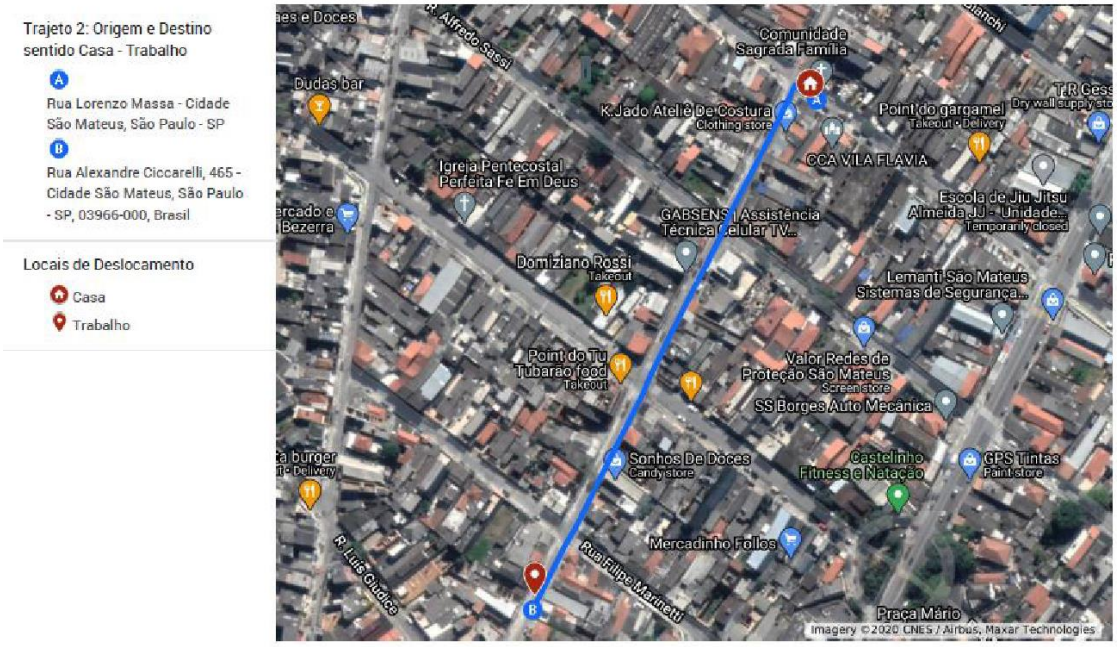
Fonte: Google Maps, extraído de SANTOS, 2021.

Na Figura 6, temos o principal percurso realizado pelo sujeito 2. Diferentemente do sujeito 1, as suas atividades estão localizadas só em São Mateus, sendo seu meio principal de locomoção a caminhada até seu local de trabalho. O sujeito destaca que sua rotina consiste em:

> "[...] eu trabalho perto da minha casa, eu trabalho em São Mateus dá uns 15 minutos da minha casa com o meu serviço, e eu vou de a pé [...] eu levo 15 minutos da minha casa até o trabalho né, e o horário é das 8h às 18h da tarde né, e o horário é das 7h às 18h uma hora de almoço, é um serviço que eu gosto de fazer" (Sujeito 2). (SANTOS, 2021)

ISBN: 1981-1047

Figura 6. Trajeto Sujeito 2 Origem e Destino (Casa – Trabalho), 2021



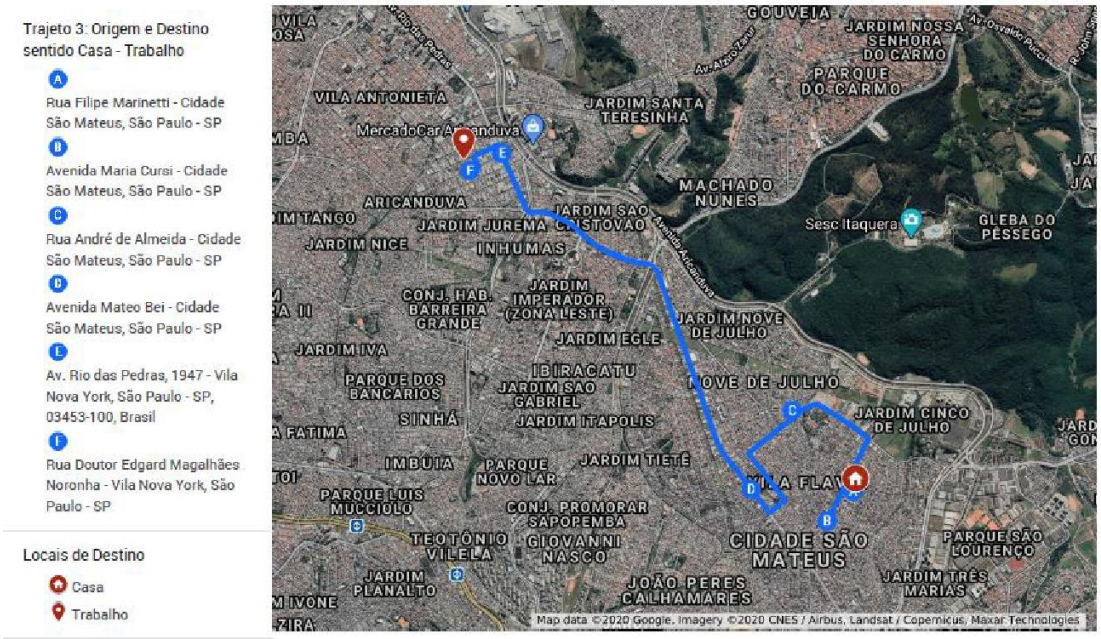
Fonte: Google Maps, extraído de SANTOS, 2021.

Em relação ao sujeito 3, temos um perfil de locomoção distinto aos outros visto que percurso é realizado pelo modal classificado como automóvel particular (Figura 7), destacando seu percurso como:

> "O dia-a-dia comum como eu trabalho perto não é uma coisa muito, não tem nada de diferente é eu vou de carro pro trabalho. Na parte da manhã eu tenho que deixar meus filhos com uma cuidadora, uma senhora que fica olhando eles que aí na manhã, a tarde vem uma perua escolar e leva eles pra escola, ela fica olhando eles na parte da manhã ai a perua vem e leva eles pra escola, e de lá eu sigo pro trabalho. Então assim, eu saio de São Mateus é passo pela Avenida André de Almeida, sigo pela Mateo Bei, Rio das Pedras e é ali nesse pedacinho da Rio das Pedras que fica a Vila Nova York, pertinho coisa de 15 minutinhos. O trajeto seria Rua Felipe Marinetti Ponto A, Avenida Maria Cursi Ponto B, Avenida André de Almeida Ponto C, Avenida Mateo Bei Ponto D, Avenida Rio das Pedras Ponto E até chegar na Rua Edgar de Magalhães de Noronha Ponto F onde fica Nova York que é o trabalho" (Sujeito 3). (SANTOS, 2021)

ISBN: 1981-1047

Figura 7. Trajeto Sujeito 3 Origem e Destino (Casa – Trabalho), 2021

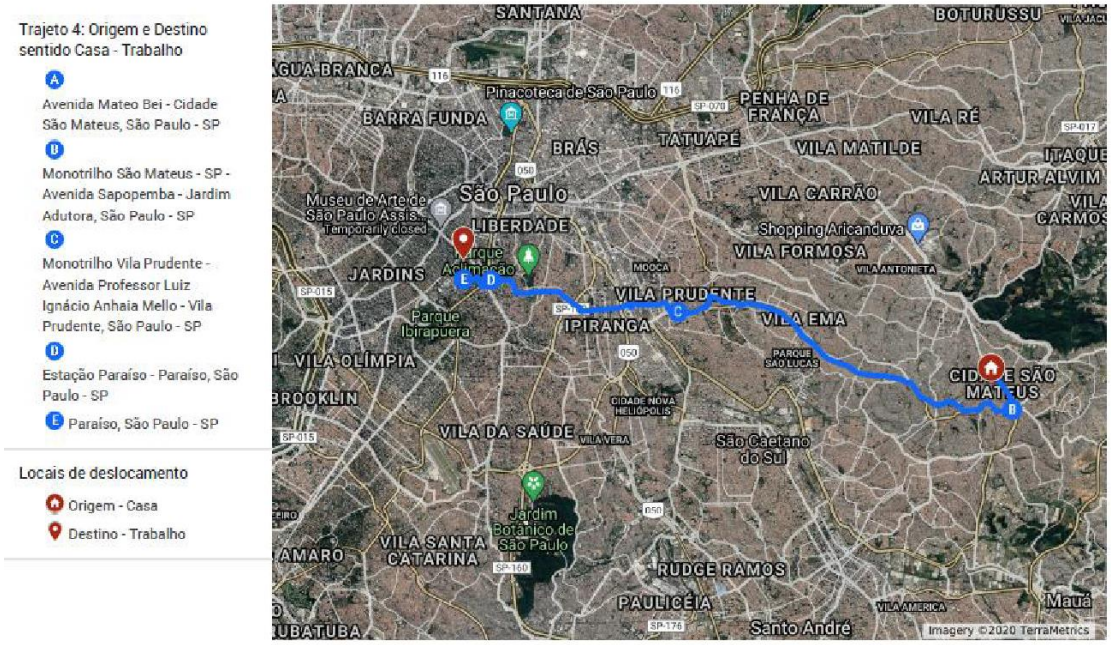


Fonte: Google Maps, extraído de SANTOS, 2021.

O percurso do Sujeito 4 é realizado majoritariamente por monotrilho/metrô, recentemente inaugurado ao final de 2019. O mesmo relata que não tem contado com a paisagem da cidade no seu cotidiano no transporte coletivo.

ISBN: 1981-1047

Figura 8. Trajeto Sujeito 4 Origem e Destino (Casa – Trabalho), 2021



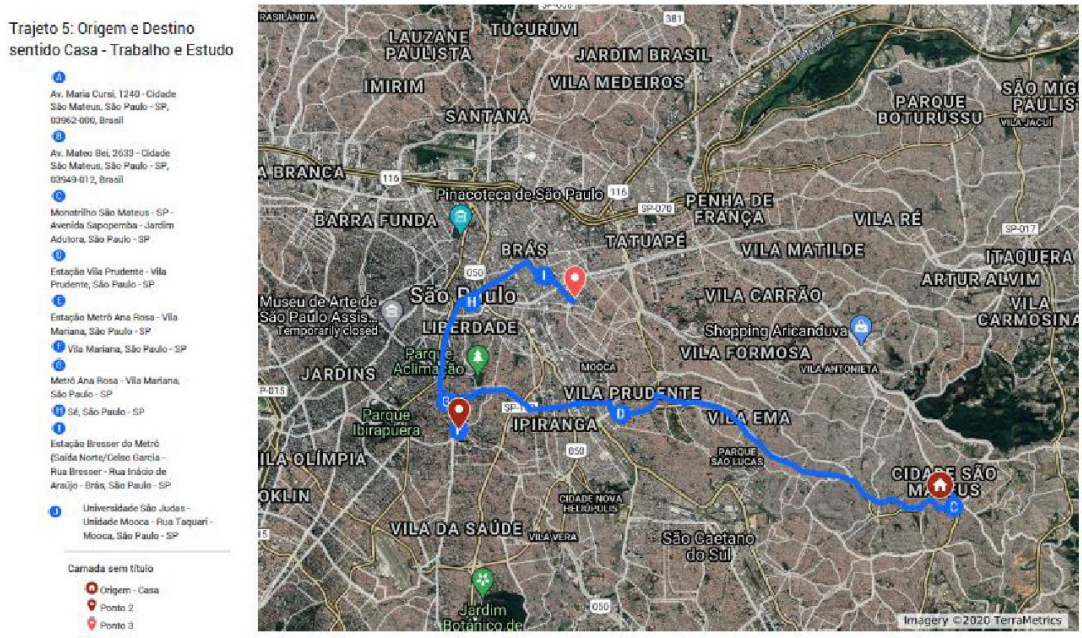
Fonte: Google Maps, extraído de SANTOS, 2021.

> "indo pro trabalho a rotina de veículo para o trabalho é eu sai daqui 6 horas da manhã de casa aqui pego o ônibus até a Estação do Monotrilho (São Mateus) Ponto B, ai eu subo no monotrilho e até ali a paisagem só prédio né, Mateo Bei. Então subo no monotrilho, e eu vou até Vila Prudente Ponto C e aí embarco no metrô para ir até meu local de trabalho Ponto D, e paisagem não tem muita paisagem em cima do monotrilho." (Sujeito 4) (SANTOS, 2021)

A última sujeito entrevistada apontou que seu percurso cotidiano é realizado no sentido casa, trabalho e estudo, sendo o único sujeito que tem seus percursos principais duas dimensões. Observamos em suas colocações a importância do transporte coletivo em sua circulação, visto que é necessário para executar ambas as atividades, passando por diversos equipamentos de mobilidade.

ISBN: 1981-1047

Figura 9. Trajeto Sujeito 5 Origem e Destino (Casa – Trabalho), 2021



Fonte: Google Maps, extraído de SANTOS, 2021.

"São Mateus Ponto A ai até o Carrão, do Carrão eu ia pra Mooca Ponto I porque eu estudava na São Judas da Mooca. [...]Mooca até a Vila Prudente de Ônibus, Vila Prudente Ponto D até a Ana Rosa de metrô Ponto E, [...] Nos outros dias da semana eu acordava também de manhã e eu me deslocava até o Terminal São Mateus Ponto B, pegava o Terminal Mercado até a Vila Prudente Ponto D e ai da Vila Prudente fazia o mesmo percurso de metrô até a Ana Rosa Ponto E. Em dezembro o monotrilho começou a funcionar, na linha toda até São Mateus, então eu não me deslocava até o Terminal São Mateus até Vila Prudente, eu conseguia fazer Linha 15 Ponto C depois Linha Verde que é 2. [...] de São Mateus até a Vila Prudente Ponto D, até a Ana Rosa Ponto E e ai a tarde eu saia 16 horas, 16 horas e meia eu me deslocava da Ana Rosa Ponto E até a Vila Prudente, da Vila Prudente Ponto D até a Mooca ou pela Linha Azul até a Sé, até a Bresser Mooca Ponto I [...] eu ia até o Terminal São Mateus, lá eu pegava o ônibus 5110 que é o Terminal Mercado, e eu gostava de ir sentado, por isso que eu vou sempre ao terminal pegar os ônibus, então tinha uma espera na fila e eu sabia que o ônibus sai sempre 7:36 que ele saia de 6 em 6 minutos. E eu chegava na Vila Prudente Ponto D, chegava mais ou menos entre 8 e 8:30 e ai eu me deslocava até a estação Ana Rosa do metrô e a Linha Verde, isso levava uns 15 minutos e eu levava mais 15 minutos da Ana Rosa até o escritório." (Sujeito 5) (SANTOS, 2021)

ISBN: 1981-1047

No Quadro 2 apresentamos síntese dos modais de transporte e motivos de deslocamentos, realizados pelos sujeitos da pesquisa.

Quadro 2. Modal de Transporte e motivos dos deslocamentos, 2021

Percurso Individual	**Sujeito 1**	**Sujeito 2**	**Sujeito 3**	**Sujeito 4**	**Sujeito 5**
Modal de Transporte	Ônibus (transporte público coletivo)	A pé (pedestre)	Automóvel (particular)	Ônibus e Metrô (transporte público coletivo)	Ônibus e Metrô (transporte público coletivo)
Motivo dos deslocamentos (de acordo com as dimensões analíticas pesquisadas)	Trabalho	Trabalho	Trabalho	Trabalho	Trabalho e Estudo
Tempo de percurso	1 hora e 30 minutos	15 minutos	20 minutos	1 hora e 30 minutos	2 horas
Distância percorrida	14 km (distância calculado pelo Google Maps)	400 m (distância calculado pelo Google Maps)	4,3 km (distância calculado pelo Google Maps)	21 km (distância calculado pelo Google Maps)	19 km (distância calculado pelo Google Maps)

Elaboração da pesquisadora com os dados presentes nas Entrevistas em 2020.

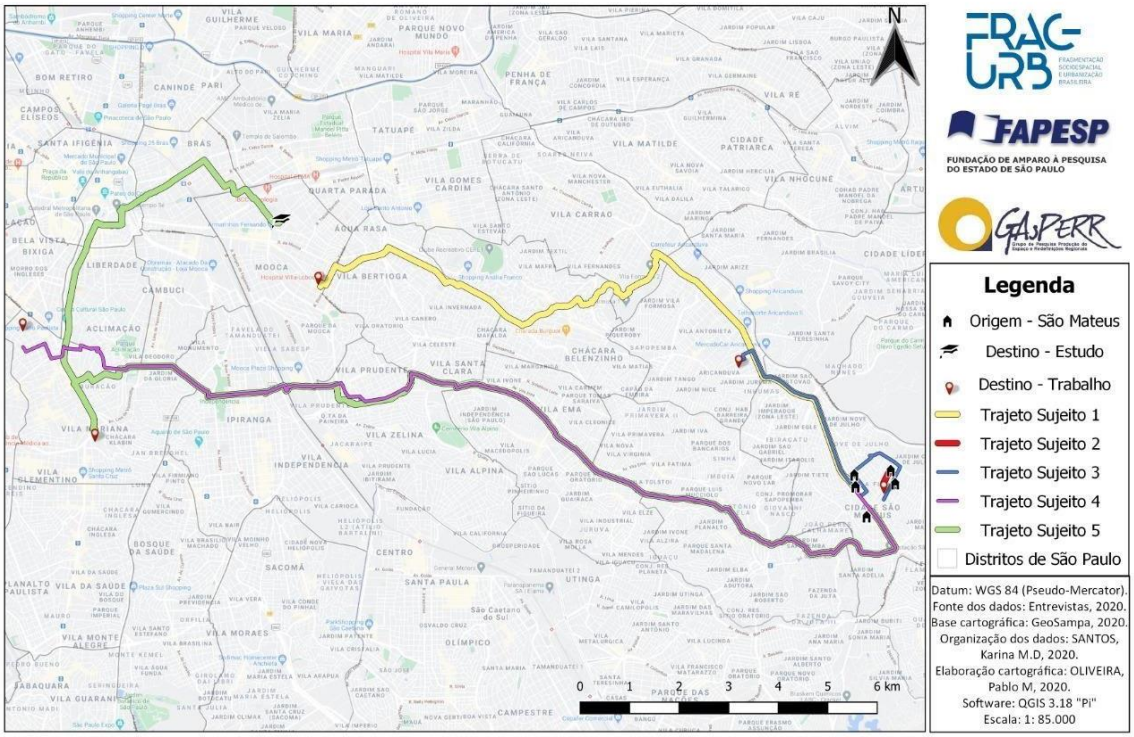
Na Figura 9 temos, portanto, o produto final da pesquisa, que referente a representação de uma síntese dos principais percursos urbanos realizados cotidianamente pelos sujeitos. Os deslocamentos, estão caracterizados por origem (casa) e destino (trabalho ou estudo). Nesta representação conseguimos identificar a espacialização desses sujeitos cotidianamente, observando que para aqueles que tem como principal modal o transporte público coletivo, como os ônibus e metrô, a suas experiências com a cidade estão mais espaçadas, porém como relatado pelos próprios sujeitos, essa experiência se dá dentro do

 ISBN: 1981-1047

transporte público coletivo, pois assim como há uma grande distância percorrida, também há um longo utilizando esses modais, e não executando outras atividades. Aos sujeitos que não utilizam os modais de ônibus e metrô cotidianamente, a sua espacialização na cidade está restrita ao bairro, onde observamos maior deslocamento para outras atividades, durando o tempo disposto ao ir e voltar do trabalho.

Por fim, demonstrando que estes sujeitos estão dados a uma lógica espaço-temporal do trabalho, e sua apropriação da cidade como um todo reflete nas impossibilidades dadas as condições de mobilidade oferecidas a estes sujeitos.

Figura 9. Principais percursos realizados pelos sujeitos (Origem – Destino). 2020



Elaboração: OLIVEIRA E SANTOS, 2020.

Conclusões

Consideramos que está metodologias ligadas à netnográfia como uma ferramenta de registro de percursos urbanos relacionados à mobilidade dos sujeitos, são essenciais para entendermos as possibilidades empregadas sobre práticas espaciais, ainda que, seja uma metodologia nova que requer possíveis melhorias ao manuseio, e aprofundamento de forma

 ISBN: 1981-1047

a explorar suas potencialidades da melhor maneira. Para cumprir que as possibilidades de registro, de frequência e de origem e destino sejam melhor registradas. Os desafios que encontramos em nossa pesquisa podem se desdobrar em novos estudos que busquem seu aprimoramento, reforçando a síntese e os objetivos propostos, as contribuições metodológicas e a essencial aproximação das narrativas dos sujeitos. Isso pode, portanto, contribuir para outras pesquisas e ações de metodologias qualitativas trabalhadas nos estudos urbanos.

Referências

CORRÊA, M. de V. ROZADOS, H. B. F. A netnografia como método de pesquisa em Ciência da Informação. Encontros Bibli: **revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 22, n.49, p. 1-18, maio/ago., 2017. ISSN 1518-2924. DOI: 10.5007/1518-2924.2017v22n49p1 Acesso: 11/02/2021.

CORRÊA, R. L. Organização do Espaço: dimensões, processo, forma e significados. **Geografia, Rio Claro**, v. 36, p. 7-16, 2011.

MARES R. y WHITACKER A. (2019). Fragmentacão socioespacial, mobilidade urbana e cotidiano na Bahia, Brasil. Papeles de Coyuntura 46, 304-327. Recuperado de: http://repository.unipiloto.edu.co/handle/20.500.12277/9009.

SANTOS, K. M. D. **Fragmentação socioespacial e experiências urbanas no distrito de São Mateus, Cidade de São Paulo-SP**, BP.IC. 2021.

SPOSITO, M. E. B. **Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores,**
ritmos, formas e conteúdos (FragUrb). São Paulo, Fapesp, 2018 [projeto de pesquisa temático].

SILVA, R. B. da. Os constrangimentos da mobilidade na metrópole de São Paulo. [165-189] ISSN 1852-7175 **Revista Transporte y Territorio** /20 (enero-junio, 2019) doi: 10.34096/RTT.i20.6388.

Agradecimentos

Agradeço a organização da XXI Semana de Geografia da FCT/UNESP, pela oportunidade de publicação do meu trabalho. E a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, pelo apoio acadêmico e financiamento desta pesquisa.

ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE LONDRINA

GT – Espaços Urbanos e Rurais na Contemporaneidade

Maria Olivia Buzato de Carvalho
buzato.olivia@gmail.com
Universidade Estadual de Londrina

Ideni Teresinha Antonello
antonello@uel.br
Professora Associada do Curso de Graduação e Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina – PR

Resumo

A Gestão Democrática da Cidade, enquanto importante instrumento da política de desenvolvimento urbano, possibilitou a descentralização do poder e a participação da sociedade nos espaços democráticos de tomada de decisão. O Conselho Municipal da Cidade de Londrina (CMC) foi criado nesse contexto, como instrumento do Plano Diretor Participativo do Município de Londrina (2008) e enquanto espaço democrático do planejamento e gestão urbanos. A análise da efetividade da participação da sociedade no CMC é o tema central da pesquisa realizada, sendo que os objetivos se voltam para a verificação da aplicação desse instrumento e da garantia da prática democrática. A metodologia é estabelecida de acordo com os objetivos e se divide em uma análise teórica a respeito da Gestão Democrática das cidades e empírica no que se refere às atividades e estrutura do CMC. A pesquisa empírica proporcionou a compreensão das discussões a respeito do espaço urbano dentro do CMC e o entendimento de como ocorre a participação da sociedade civil nesse ambiente, quais são as representações sociais as os obstáculos e desafios à participação.

Palavras-chave: Conselho municipal da cidade; desenvolvimento urbano; gestão democrática; participação social

Introdução

O processo de democratização brasileiro e a luta dos movimentos sociais urbanos a partir da década de 1980 impulsionaram a participação da população na construção da Constituição de 1988 e na criação do Estatuto da Cidade (LEI FEDERAL n° 10.257, de 10 de julho de 2001). A Gestão Democrática das Cidades foi instituída pela Constituição e regulamentada pelo Estatuto da Cidade, possibilitando a participação da sociedade na

 ISBN: 1981-1047

construção de políticas públicas a nível local, pela implementação dos Planos Diretores Municipais.

A efetivação da gestão democrática das cidades pressupõe espaços democráticos de participação da sociedade, sendo possível o envolvimento da população na construção de políticas públicas voltadas à produção do espaço urbano. Os Conselhos Municipais da Cidade são importantes instrumentos de participação dos diferentes setores da sociedade no planejamento e gestão urbanos. A luta pela concretização da participação da população nos espaços democráticos é fundamental para garantir a representatividade da sociedade na construção da cidade, principalmente dos grupos excluídos.

O Conselho Municipal da Cidade de Londrina (CMC) foi criado em 2008, enquanto espaço democrático de participação da população e descentralização do poder. O CMC possui seu próprio Regimento Interno, sendo que suas diretrizes, responsabilidades, sua composição e estrutura são organizadas de acordo com o Conselho da Cidade a nível nacional. A participação da sociedade no Conselho Municipal da Cidade é um exercício legal e, dessa forma, pesquisas voltadas para verificar a efetividade desta participação social são importantes para se poder compreender as formas de participação e adentrar na questão essencial: está realmente ocorrendo uma participação ativa, autêntica, ou uma pseudo-participação, utilizada como mecanismo para atender aos interesses da gestão administrativa e política e legitimar a participação social. Bem como a investigação se justifica para poder contribuir na luta para garantir que os diversos segmentos da sociedade participem do processo de construção da cidade, das decisões sobre o espaço urbano coletivo, instituindo a gestão democrática das cidades.

O objetivo geral do presente artigo é avaliar a efetividade da participação da sociedade no Conselho Municipal da Cidade de Londrina. A pesquisa se estruturou em três objetivos específicos, que abordam aspectos essenciais para o entendimento da participação social nos espaços democráticos da construção da cidade. O primeiro visa fazer uma análise teórica sobre a Gestão Democrática das cidades e os instrumentos de participação social, sendo possível analisar historicamente a construção da legislação que regulamenta a participação da sociedade nos espaços democráticos, com destaque para o Estatuto da Cidade (2001) e o processo de descentralização de poder, viabilizado pela instituição dos Planos Diretores Municipais e seus instrumentos urbanos. Uma vez que uma das prerrogativas do Estatuto da

 ISBN: 1981-1047

Cidade (2001) é a Gestão Democrática das Cidades, cabe ressaltar que essa Lei rege a elaboração dos planos diretores municipais, os quais se constituem na principal Lei da política urbana municipal.

O segundo objetivo se voltou para a verificação do cumprimento das recomendações legais elaboradas nas Conferências Nacionais das Cidades para as diretrizes do Conselho Municipal da Cidade de Londrina (CMC). O intuito foi constatar as orientações nacionais no que se refere à composição, estrutura e atribuições do CMC e a partir de então analisar na prática se esse regulamento se cumpre, que corresponde ao terceiro objetivo. Portanto, se dá pela investigação da aplicação dos instrumentos de participação da sociedade no planejamento e gestão urbanos no Conselho Municipal da Cidade de Londrina (CMC), sendo que o que se propõe foi averiguar a aplicação de um dos instrumentos de participação da sociedade na construção da cidade.

A metodologia elaborada para essa pesquisa se baseia no traçado de um cronograma de atividades, dividido em três partes principais, visando atender aos objetivos propostos. Na primeira parte foi feita a análise do referencial teórico metodológico e a segunda parte volta-se para a pesquisa empírica, assim sendo os primeiros objetivos foram atingidos e seus resultados serão discutidos neste artigo.

A pesquisa empírica que está em andamento tem como intuito verificar a aplicação dos instrumentos de participação popular no planejamento e gestão urbanos no Conselho Municipal da Cidade de Londrina (CMC). Mediante a participação como ouvinte nas reuniões do CMC e pela análise das atas e dos processos que fazem parte das atividades dos Conselheiros, é possível verificar as temáticas abordadas e as competências do Conselho, assim como averiguar o que é avaliado e discutido e como ocorre a participação dos grupos representantes da sociedade nesse processo.

Nesse sentido, o presente artigo se estruturou seguindo os objetivos específicos, sendo que a discussão teórica permeia todo o debate referente à gestão democrática das cidades e o conselho municipal da cidade, assim como se faz presente na discussão dos resultados obtidos na pesquisa empírica.

 ISBN: 1981-1047

Desenvolvimento

A discussão a respeito da gestão democrática das cidades, vinculada à democratização dos espaços de planejamento e gestão urbanos, é fundamental para a construção de um trabalho de pesquisa que pretende verificar a efetividade da participação da sociedade nesses espaços democráticos, como o Conselho Municipal da Cidade. O Estatuto da Cidade (LEI FEDERAL n° 10.257, de 10 de julho de 2001) regulamentou a implementação dos órgãos colegiados como instrumentos de aplicação da gestão democrática das cidades e sendo assim é possível, por meio da pesquisa empírica, verificar se há a efetiva participação e representação da sociedade no Conselho Municipal da Cidade de Londrina (CMC).

A Gestão Democrática da cidade foi instituída pelo Estatuto da Cidade (LEI FEDERAL n° 10.257, de 10 de julho de 2001) e possibilitou a participação da sociedade no planejamento e gestão urbanos enquanto diretriz da política urbana (ANTONELLO, 2013, p. 245) e, conforme especificado no inciso II do Art. 2° da Lei do Estatuto da Cidade, o ato de participar inclui atribuições e etapas importantes para o desenvolvimento urbano:

> II - Gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; (BRASIL, 2001).

A possibilidade da participação da população na promoção da política urbana, representada por grupos sociais diversos, além de proporcionar a formulação, execução e acompanhamento das políticas públicas urbanas, abre a possibilidade de promover o desenvolvimento urbano de forma democrática, direcionada para o planejamento do espaço urbano voltado para as necessidades da população. A atuação da população nos espaços democráticos é fundamental para o seu reconhecimento enquanto produtora do espaço urbano, pois na participação se fortalece a conscientização e a autonomia local e se reforça a importância da contribuição da sociedade para o desenvolvimento local do município (ROCHA, 2001 *apud* COSENZA, 2015, s/p).

O Estatuto da Cidade foi um marco para o desenvolvimento urbano participativo, ao possibilitar o deslocamento da tomada de decisão de políticas públicas voltadas ao espaço

 ISBN: 1981-1047

urbano para o nível local, aproximando os atores sociais dos espaços democráticos e instituindo a gestão e planejamento urbanos participativos. Assim, quando se pensa na construção social do espaço urbano, considera-se a possibilidade dos atores sociais "[...] de tomarem decisões de forma a interferir na ação da gestão pública voltada à produção do espaço urbano, o que significa que o resultado da participação de forma deliberativa se expressa na vida cotidiana da população, envolvendo a experiência pessoal e coletiva" (ANTONELLO, 2017 p. 135).

Nesse sentido, torna-se necessário pontuar a importância da participação da sociedade na construção coletiva da cidade, visto que a sociedade organizada dentro das instituições e indiretamente em outros espaços de luta, pode participar tanto da elaboração como da fiscalização das leis, sendo que " [...] um aspecto que parece decisivo no sentido de viabilizar tanto a elaboração quanto a implementação de instrumentos e planos, em uma sociedade tão heterônoma quanto a brasileira, onde há leis que "pegam" e outras que não "pegam", é a pressão popular e a capacidade de a sociedade civil monitorar e fiscalizar o cumprimento das leis" (SOUZA, 2010 p. 321-322).

A garantia da existência e manutenção legítima desses espaços democráticos é fundamental para que haja de fato a participação da população na elaboração e fiscalização da legislação, porém a presença dos diversos grupos representativos da sociedade por si só não basta. É necessário que os grupos se apropriem desses espaços e sejam constantemente incentivados a participar de forma crítica e a compreenderem a importância de ocupar os mesmos, pois é essencial que a participação social "[...] não se limite ao ato da participação, mas alcance uma pedagogia do espaço vivido que assuma o significado de emancipação social, contribuindo para ampliar a democracia participativa" (ANTONELLO, 2017, p. 147).

A participação da sociedade no planejamento e gestão urbanos se instituiu por meio dos instrumentos democráticos regulamentados pelo Estatuto da Cidade (2001) e é imprescindível para a construção de uma cidade que atenda aos interesses da população excluída, que se engaja na participação de algo que lhe pertence diretamente. A partir da criação do Ministério da Cidade (extinto em 2019) estabeleceram-se as bases para a

 ISBN: 1981-1047

implementação da política de desenvolvimento urbano integrada aos níveis municipal e estadual, abrindo espaço para a participação social a nível local.

O deslocamento do poder de decisão para o nível local possibilitou a existência e atuação de diferentes grupos sociais em espaços democráticos discutindo e deliberando sobre o espaço urbano, agindo politicamente na construção da cidade na convivência com grupos de poder e interesses diversos e divergentes. A importância desses espaços a nível local se volta para a questão da garantia e legitimidade da participação e das representações sociais, por meio do cumprimento da legislação e do controle popular. Quando se toma a cidade como escala de atuação direta da sociedade na produção do espaço é necessário considerar os desafios da política local, dos interesses dos grupos representantes do setor imobiliário e se atentar à legislação para garantir que a população tenha voz ativa dentro dos conselhos, seguindo as recomendações referentes à estrutura e composição do Conselho da Cidade para garantir, a princípio, que a população esteja presente nesse espaço democrático.

Dentro da perspectiva da participação da sociedade no planejamento e gestão da cidade, Marcelo Lopes de Souza (2010) introduz algumas questões relevantes a respeito da operacionalidade dos instrumentos de participação dentro de um sistema político de democracia representativa, onde a legitimidade da participação direta da população se vê ameaçada por obstáculos estruturais de ordem política. O autor pontua que na democracia representativa, parte-se da ideia de que não é possível que toda a sociedade participe de forma direta nas tomadas de decisão e que deve-se legitimar aqueles indivíduos eleitos pelo coletivo para tomarem decisões, sendo que " [...] essa participação não seria desejável, sob os ângulos da eficácia e da eficiência, uma vez que, no Executivo, os técnicos seriam os únicos capazes de deliberarem racionalmente e com isenção a respeito da administração [...]" (SOUZA, p. 325, 2010).

A grande discussão apresentada por Souza (2010, p. 328) é que existem muitos problemas dentro da gestão não-participativa e na democracia representativa que devem ser pontuados e que as objeções a respeito de práticas alternativas de democracia direta são em sua maioria enviesadas de valores elitistas relativos à participação da população nos espaços democráticos, pressupondo a inviabilidade da prática, sendo que "A dificuldade básica é de ordem política" (2010, p. 332) e portanto, se manifesta na figura dos representantes do poder

 ISBN: 1981-1047

capitalista em todas as instâncias políticas e dos cientistas intelectuais inclinados pela lógica heterônoma da sociedade.

Algumas objeções impostas à participação direta da população, seja em qualquer espaço democrático, são pontuadas e rebatidas por Souza (2010) e serão apresentadas a seguir:

- A primeira objeção se relaciona à ideia da falta de interesse político por parte da população, sendo que esta preferiria abrir mão do seu direito de decidir por uma questão de comodidade - o autor pontua que a falta de interesse da população pela política, que resulta na carência de participação social é " [...] produto de uma sociedade heterônoma e de uma vida política marcada por intransparência e corrupção, tudo isso induzindo ao escapismo privatista e consumista, à alienação, ao "declínio do homem público" (SENNET, 1995 *apud* SOUZA, 2010, p. 329);

- A segunda objeção é o da incapacidade técnica dos cidadãos comuns - aqui mais uma vez o autor pontua a questão de que por um lado, a impossibilidade e desigualdade de acesso da população à informação e escolaridade são fruto de uma sociedade heterônoma e que por outro lado, assumir a incapacidade intelectual da população é um equívoco e que mesmo com as barreiras e possíveis dificuldades de comunicação e domínio de determinados assuntos por parte da população, o suporte técnico deve sempre estar presente, como um serviço de assessoramento e disponibilidade para o diálogo com a população;

- A terceira e última objeção apresentada pelo autor é uma questão de escala geográfica da prática da representação direta, pois é pontuado a impraticabilidade de se realizar a participação direta da população em locais onde a população é grande - porém, o autor destaca que esse argumento é fraco e que existe a possibilidade da *descentralização territorial* nesse processo, obviamente realizada mantendo a articulação, da *delegação* das representações e do *uso dos recursos tecnológicos de comunicação* para possibilitar uma grande participação da sociedade.

A discussão trazida por Marcelo Lopes de Sousa (2010) contribui enormemente para se pensar a democracia e participação e é fundamental para a compreensão dos obstáculos impostos à gestão e planejamento participativos e nos permite visualizar como muitas vezes os empecilhos para a prática participativa estão sendo apresentados de forma equivocada e

 ISBN: 1981-1047

mascarada, banhados de interesses das classes política, econômica, intelectual, entre outras e precisam ser evidenciados e disseminados.

Nesse sentido, a participação da sociedade nos espaços públicos de discussão e deliberação se torna importante uma vez que pode contribuir para que as decisões tomadas não se distorçam da realidade da população e que dessa forma a probabilidade de equívocos e de corrupção pode ser minimizado (SOUZA, 2010, p. 333-334); assim como evidencia-se o sentimento de responsabilidade do cidadão no ato de participar, sendo que "Isso não é relevante apenas sob o ângulo do amadurecimento político da população: isso é importante também na medida em que, ao sentir-se mais responsável, a população irá cuidar mais e fiscalizar mais [...]" (SOUZA, 2010, p. 334).

A partir da implementação da política de desenvolvimento urbano a nível municipal, os **órgãos colegiados de política urbana** foram instituídos nos municípios seguindo as recomendações nacionais do Ministério das Cidades (extinto em 2019) mediante a realização das Conferências Nacionais da Cidade. "Os conselhos de desenvolvimento urbano, ao lado dos conselhos de orçamento participativo, são as instituições-símbolo de um esforço consistente de democratização da cidade" (SOUZA, 2010, p. 359) e são espaços de planejamento participativo. O Conselho Municipal da Cidade de Londrina foi criado em 2008 e em consonância com os parâmetros nacionais, foi regulamentado pelas diretrizes do Plano Diretor Participativo do Município de Londrina – PDPML (LEI Nº 10.637, de 24 de dezembro de 2008) e pelo seu Regimento Interno.

A Lei Geral do Plano Diretor (2008) institui o Conselho Municipal da Cidade de Londrina (CMC) enquanto "órgão superior de assessoramento e consulta da administração municipal, com funções fiscalizadoras e deliberativas" (Londrina, 2008) e como consta no Art. 61 do Capítulo III da referida Lei, dentre as **atribuições** do CMC estão: analisar e emitir parecer sobre o Estudo de Impacto de Vizinhança; emitir parecer sobre propostas de alteração da lei geral do Plano Diretor e leis complementares (Londrina, 2008). Dentre as atividades realizadas pelo CMC, que se voltam para as políticas de desenvolvimento urbano do município de Londrina, se destacam a emissão de parecer sobre o Estudo de Impacto de Vizinhança e sobre alterações na Lei Geral do Plano Diretor e leis complementares, portanto, seguindo as prerrogativas do PDML.

 ISBN: 1981-1047

Parte da pesquisa empírica se efetivou mediante a análise das atas das reuniões, que constam os processos que são avaliados e deliberados pelos Conselheiros. Salienta-se que se evidenciou as competências e atribuições do Conselho Municipal da Cidade de Londrina e a presença dos grupos de representação da sociedade civil, sendo possível fazer uma análise e verificação das atribuições e composição do Conselho conforme consta na Lei Geral do Plano Diretor (LEI Nº 10.637 DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008). Nas referidas atas dos anos de 2016 e 2019, foi possível identificar o debate a respeito da política urbana vinculado aos instrumentos urbanísticos de planejamento e gestão da cidade previstos no Plano Diretor Participativo Municipal de Londrina, com destaque para o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), principal instrumento urbanístico analisado pelo CMC, com assessoria técnica do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL).

O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) é um dos instrumentos urbanísticos do Plano Diretor Participativo do Município de Londrina – PDPML (LEI Nº 10.637 DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008) e, sendo de competência do CMC analisar e emitir parecer sobre os processos de EIV do município de Londrina, vê-se a importância de compreender alguns aspectos relacionados à legislação desse instrumento, com o intuito de identificar quais são as questões analisadas e discutidas pelos conselheiros na implementação de uma atividade ou empreendimento, o que é levado em consideração da dinâmica socioespacial urbana e como diferentes aspectos se inter-relacionam nessa análise.

Segundo consta no Art. 155 da Seção X do Capítulo 5 do PDPML (2008),

> O EIV deverá contemplar os aspectos positivos e negativos do empreendimento sobre a qualidade de vida da população residente ou usuária da área em questão e seu entorno, devendo incluir, no que couber, a análise e proposição de solução para as seguintes questões:
>
> I. adensamento populacional;
> II. uso e ocupação do solo;
> III. valorização imobiliária;
> IV. áreas de interesse histórico, cultural, paisagístico e ambiental;
> V. equipamentos urbanos, incluindo consumo de água e de energia elétrica, bem como geração de resíduos sólidos, líquidos e efluentes de drenagem de águas pluviais;
> VI. equipamentos comunitários, como os de saúde e educação;

ISBN: 1981-1047

> VII. sistema de circulação e transportes, incluindo, entre outros, tráfego gerado, acessibilidade, estacionamento, carga e descarga, embarque e desembarque;
> VIII. poluição visual, sonora, atmosférica e hídrica;
> IX. vibração;
> X. periculosidade;
> XI. geração de resíduos sólidos;
> XII. riscos ambientais;
> XIII. impacto sócio-econômico na população residente ou atuante no entorno;
> e XIV. impactos sobre a fauna e flora.

A partir da observação das questões destacadas na legislação sobre o EIV, compreende-se que diversos aspectos da dinâmica socioespacial necessitam ser considerados para a implementação de um empreendimento no espaço urbano e o CMC tem como atribuição analisar os EIVs e, com o suporte técnico do IPPUL, verificar se foram seguidas as recomendações legais levando em consideração os impactos negativos e positivos no contexto do município de Londrina e, a fim de minimizar os impactos negativos, deverá solicitar a promoção de medidas mitigadoras. Discutir e analisar os processos relacionados ao EIVs abre um leque temático muito grande no que se refere ao espaço urbano e à dinâmica socioespacial da cidade, sendo importante a participação dos grupos representantes da sociedade civil nesse debate, discutindo as transformações e impactos dos espaços individuais e coletivos da cidade.

Nos anos de 2016 e 2019 foram analisados e emitidos pareceres de 43 Estudos de Impacto de Vizinhança (EIV) recebidos pelo CMC, sendo que além da análise deste instrumento urbanístico, o CMC possui outras atribuições, como consta em lei, dentre elas a análise e deliberação a respeito da legislação relacionada à Lei do Plano Diretor Participativo do Município de Londrina e sobre projetos de lei relativos à política urbana e regulamentações, sendo que nas referidas atas dos anos de 2016 e 2019 também constam como atividade a discussão e deliberação de 28 projetos de Lei.

O resultado da análise das atas das reuniões dos anos de 2016 e 2019 se encontra tabulado nos Quadros 1 e 2, respectivamente, sendo que nestes serão evidenciadas as temáticas e discussões das atividades realizadas pelo CMC. Como destacado anteriormente, a análise e emissão de parecer do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e debates e deliberações relativos a Projetos de Lei sobre a política urbana do município de Londrina

 ISBN: 1981-1047

estão dentre as principais atividades do Conselho Municipal da Cidade de Londrina, sendo que são essas as atividades analisadas nesta fase e que serão apresentadas a seguir.

Quadro 1 – Análise das atas das reuniões do Conselho da Cidade de Londrina (2016)

Atividades	Número	Discussões
Estudo de Impacto de Vizinhança	35 pareceres emitidos	Análise e emissão de parecer dos processos relativos aos EIVs dos estabelecimentos; as discussões se voltam para a implementação do empreendimento, os impactos na qualidade de vida da população que vive no entorno e para as medidas mitigadoras/compensatórias, levando em consideração vários aspectos e instrumentos previstos no Plano Diretor Participativo do município de Londrina; as discussões voltam-se para a criação de estratégias que melhor comportem a instalação dos empreendimentos e atividades e se vinculam ao ordenamento do solo levando em consideração o zoneamento, tráfego nas vias, impactos sonoros, visuais e atmosféricos, geração de resíduos, impactos sociais diversos e impactos ambientais, com a formulação de medidas mitigadores de contrapartida por parte dos empreendimentos.
Projeto de Lei	19 PLs discutidos e deliberados	Discussões e emissão de parecer a respeito da Lei de Parcelamento do Solo do Município de Londrina; discussão e emissão de parecer a respeito de anteprojetos de lei para alteração do perímetro urbano dos distritos do município de Londrina; discussão e emissão de parecer a respeito de alterações na lei sobre Uso e Ocupação do Solo do Município de Londrina; discussão e emissão de parecer a respeito da lei de Zoneamento do município de Londrina; discussão e emissão de parecer a respeito da lei municipal do Código de Posturas; discussão a respeito das diretrizes do Plano Diretor Participativo do município de Londrina; discussão e emissão de parecer a respeito de alterações na legislação referente aos instrumento urbanísticos IPTU, PEUC e a Desapropriação-Sanção para o município de Londrina.

Fonte: IPPUL, 2016.

 ISBN: 1981-1047

Quadro 2 – Análise das atas das reuniões do Conselho da Cidade de Londrina (2019)

Atividades	Números	Discussões
Estudo de Impacto de Vizinhança	8 pareceres emitidos	Análise e emissão de parecer dos processos relativos aos EIVs de 8 estabelecimentos; as discussões se voltam para a implementação do empreendimento, os impactos na qualidade de vida da população que vive no entorno e para as medidas mitigadoras/compensatórias; os estabelecimentos são: Centro de Diagnóstico Labimagem – Palhano; Autoposto Lótus; Ferro Velho Batista; Supermercado Assaí Atacadista; Indústria Cocamar; Instituição de Ensino – Faculdade Pitágoras; Indústria/Laboratório Vencofarma; Instituição de Ensino – Faculdades Londrina
Projeto de Lei	9 discutidos e deliberados	Discussão a respeito do projeto de Lei da REURB-S; discussão a respeito do projeto de desenvolvimento urbano do Contorno Norte; discussões a respeito de desafetações de terrenos públicos para empresas de interesses privados; discussão e deliberação a respeito da segurança do Bosque Central

Fonte: IPPUL, 2019.

A partir da análise dos quadros (1 e 2) é possível estabelecer alguns pontos importantes a respeito das atividades do CMC. O primeiro ponto a ser discutido é a respeito da função deliberativa do órgão, que destaca sua importância para as tomadas de decisão a respeito do espaço urbano. A capacidade deliberativa implica o poder de decisão dos conselheiros no processo de construção e acompanhamento de políticas públicas e da legislação vinculada ao espaço urbano. A legislação garante o poder de deliberação do Conselho, porém é necessário aprofundar o debate e verificar se alguns pontos estão sendo seguidos para garantir que no processo de deliberação das pautas discutidas, exista a representatividade da sociedade civil e a convivência de interesses e potencialidades de cada setor ali representado.

 ISBN: 1981-1047

Outra questão evidenciada é a diversidade de temáticas debatidas dentro do Conselho e o seu papel político, com uma variedade de questões a serem analisadas e deliberadas a respeito da dinâmica da cidade e fundamentalmente, do direito à cidade por parte da população. As discussões a respeito das leis do Plano Diretor, que abarcam questões voltadas ao Uso e Ocupação do Solo, Lei de Zoneamento, Código de Posturas e outros instrumentos urbanísticos, assim como a análise dos processos de EIV, que se voltam principalmente para o uso privado do espaço urbano, além de serem fundamentais para as tomadas de decisão por parte das representações da sociedade no que se refere à política de desenvolvimento urbano, evidenciam o papel político do CMC no contexto da cidade e das forças políticas e econômicas de diversos setores, como é o caso do setor imobiliário.

Diante disso, o Conselho tem um papel fundamental no que se refere à contribuição para o desenvolvimento democrático da cidade, integrando políticas de planejamento, ordenamento e gestão do solo urbano e da mesma forma, na luta pelos interesses da população nos processos de tomada de decisão e no cumprimento de uma posição política na garantia e manutenção de um espaço democrático de participação da sociedade, abrindo caminho para o amadurecimento político da população.

A partir da análise das atribuições e competências do CMC que constam em lei e da verificação das atividades realizadas por ele, adentra-se na verificação da estrutura e composição do Conselho da Cidade de Londrina. O CMC possui um Regimento Interno, que segue as recomendações da lei do Plano Diretor Participativo de Londrina (2008) e das diretrizes do Conselho da Cidade (ConCidades) a nível nacional, assim como da Conferência Nacional da Cidade, como já mencionado anteriormente. Para a criação dos Conselhos da Cidade a nível municipal, o ConCidades criou um documento, "Orientações para a criação dos Conselhos da Cidade nos Municípios" e nele constam orientações para a estrutura e composição dos Conselhos Municipais da Cidade.

Nas especificidades da estrutura da composição, deve ser seguida a proporcionalidade de 60% de membros da sociedade civil e 40% do Poder Público, assim como seguir as especificidades dos setores de representação na composição do Conselho, como consta no âmbito nacional, se possível, sendo estes: poder público; movimentos

 ISBN: 1981-1047

populares; entidades empresariais; trabalhadores; entidades profissionais; acadêmicos e de pesquisa; organizações não-governamentais (BRASIL, 2008c p. 2 *apud* DIAS, 2009, p. 88).

Dessa forma, na lei do Plano Diretor (LEI Nº 10.637, de 24 de dezembro de 2008), assim como consta no Regimento Interno do CMC, a composição do Conselho é definida por "34 (trinta e quatro) membros efetivos além dos seus respectivos suplentes, com mandato de 2 (dois) anos, da seguinte forma":

> a) quatro representantes do IPPUL;
> b) um representante da Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação;
> c) um representante da Secretaria Municipal do Ambiente;
> d) um representante da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização – CMTULD;
> e) um representante da Companhia Municipal de Habitação – COHAB-LD;
> f) um representante da CODEL;
> g) um representante da Câmara Municipal de Londrina;
> h) três representantes dos distritos e áreas rurais, sendo : 1 (Irerê, Paiquerê e Lerroville), 1 (Maravilha, Warta e área rural), 1 (Patrimônio Regina, São Luiz e Guaravera);
> i) um representante das pessoas com deficiência indicado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência; j) um representante da Universidade Estadual de Londrina - UEL; k) um representante da Universidade Filadélfia de Londrina – UNIFIL;
> l) um representante da Universidade Norte do Paraná – UNOPAR;
> m) um representante da Pontifícia Universidade Católica do Paraná;
> n) um representante do CEAL;
> o) um representante do SINDUSCON;
> p) um representante do SECOVI;
> q) um representante do IAB;
> r) um representante do Sindicato dos Engenheiros do Paraná/SENGE Londrina;
> s) um representante do Conselho de Trânsito de Londrina;
> t) dois representantes comunitários da Região Sul;
> u) dois representantes comunitários da Região Norte;
> v) dois representantes comunitários da Região Leste;
> w) dois representantes comunitários da Região Oeste; e
> x) dois representantes comunitários do Centro.

 ISBN: 1981-1047

Observa-se que os membros representantes da sociedade civil estão organizados por Zonas e configuram, no caso do Conselho Municipal da Cidade de Londrina, aproximadamente 40% (quarenta por cento) dos membros do CMC, sendo que o restante corresponde aos representantes do Poder Público e de determinados setores da sociedade. No documento criado pelo ConCidades, de orientação para a criação dos Conselhos Municipais da Cidade, exposto anteriormente, a orientação para a composição é de 60% de representantes da sociedade civil e mesmo que seja uma **recomendação**, torna-se interessante e importante analisar essa proporção, compreender a existência de um favorecimento de determinados setores quando se toma a análise dos documentos e decretos oficiais de recomendação e verificar como ocorre a participação da sociedade no CMC do ponto de vista da representatividade da população e do exercício desses atores no espaço do Conselho, na expressão de opinião e levantamento de questões para discussão.

Segundo Veiga e Arôxa (2021, p. 67), a composição do Conselho Municipal da Cidade de Londrina foi organizada em uma conferência própria e não pela Conferência da Cidade, como consta em lei e, ao evidenciar a importância da composição como uma das garantias para a participação popular, as autoras evidenciam que

> [...]a composição do CMC privilegia alguns setores da sociedade, sobretudo o empresarial e da construção civil com "cadeiras cativas" no CMC representadas pelo Clube de Engenharia e Arquitetura de Londrina (CEAL), o Sindicato da Indústria da Construção Civil (SINDUSCON), o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), o Sindicato dos Engenheiros (SENGE), dentre outros. A composição não abrange todas as universidades do município, os sindicatos e a sociedade civil não participa por meio dos movimentos sociais e outros segmentos, mas pelas diferentes Zonas [...] (2021, p. 69)

Diante disso, quando se toma um instrumento de participação como o CMC e se propõe analisar e verificar a efetividade dessa participação, vê-se a importância de compreender os desafios e obstáculos no caminho à prática da democracia direta e manutenção de espaços democráticos de participação. O Conselho Municipal da Cidade de Londrina é um instrumento urbanístico de participação e tem um papel essencial no desenvolvimento urbano, no planejamento e gestão democráticos da cidade e na realização de atividades essenciais para o ordenamento do território, em vinculação com o Plano Diretor. É necessário, portanto, que se mantenha enquanto tal pois, em um contexto político

 ISBN: 1981-1047

nacional tão crítico como o atual, o jogo político municipal se revela semelhante e os obstáculos à participação se fortalecem. Fica claro, a partir do exposto, que deve haver um esforço em manter esse espaço democrático criticamente e em constante formação e aprimoramento para que haja o controle social e cumprimento da lei, garantindo uma melhor participação da sociedade

Assim, evidencia-se a necessidade de manter a existência ativa dos espaços democráticos, lutando pela participação enquanto instrumento de conscientização política e de fiscalização e cumprimento das leis, já que a população tem capacidade de participar efetivamente se houver condições igualitárias (SOUZA, 2010, p. 388) para a prática autônoma e a conscientização, por parte da sociedade, de que este espaço lhe pertence e que as forças políticas de interesses cooptam, muitas vezes, as iniciativas populares da sociedade civil em prol de questões particulares, consideração esta que vai de encontro ao que é exposto por Arôxa e Veiga (2021) e que exemplificam as ameaças à participação social no município de Londrina.

Conclusões

Como considerações finais, se faz necessário destacar dois marcos importantes para a concretização da Gestão Democrática das Cidades e para a participação da sociedade no planejamento e gestão urbanos, que são a promulgação da Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade (LEI FEDERAL n° 10.257, de 10 de julho de 2001). Esses dois marcos históricos se concretizaram pela luta dos movimentos sociais por diferentes direitos, entre eles o direito à cidade. Apesar dos resultados da luta social se virem resumidos a dois capítulos a respeito da Política Urbana na Constituição Federal e de o Estatuto da Cidade ser passivo de críticas, as consequências e legislações formuladas e aplicadas a respeito da Gestão Democrática das cidades a nível local são muito importantes para o incipiente processo de democratização da política urbana e conscientização da população sobre seus direitos e deveres no contexto da cidade.

A investigação da participação da sociedade no Conselho Municipal da Cidade de Londrina se torna imprescindível no contexto político atual sendo que, garantir a participação efetiva nos espaços democráticos se torna um desafio central em todos os setores da sociedade, uma vez que o momento de crise política e humanitária atual demanda que a

 ISBN: 1981-1047

população compreenda seus direitos e deveres enquanto cidadão e que se aproprie daquilo que é seu, podendo se libertar da apatia política intencionalmente implantada pelo interesse das classes dominantes e se fazer presente e ter voz ativa nos espaços de tomada de decisão, nas discussões a respeito do espaço urbano, tendo condições igualitárias de participar desse processo de construção coletiva da cidade e cobrar, averiguar, fiscalizar conscientemente a aplicação desses direitos.

Portanto, torna-se fundamental para o processo de participação da sociedade nos espaços democráticos, que o desenvolvimento da consciência cidadã de pertencimento à cidade e de conhecimento a respeito dos seus direitos e deveres seja trabalhado dentro das escolas, enquanto espaço de socialização, das instituições de ensino superior, dos espaços democráticos nos diversos ambientes de convívio da sociedade. É importante que o incentivo ao envolvimento da população nas tomadas de decisão sobre o espaço em que está inserida, seja na escola por meio dos grêmios estudantis, seja em outros ambientes de engajamento, possa ser um caminho de estímulo à participação de modo geral. Esse engajamento, dentro de um contexto urbano, se torna essencial para se pensar no potencial dos espaços democráticos de participação, como os Conselhos da Cidade e o estímulo deve ser contínuo, assim como a construção do sentimento de pertencimento e de consciência política devem ser aprimorados.

Referências Bibliográficas

ANTONELLO, I. T. Perspectivas dos instrumentos democráticos de planejamento e gestão do território urbano: As formas de participação da sociedade. **R. Ra'e Ga,** Curitiba, v.42, p. 133 -148, Dez./2017.

ANTONELLO, I. T. Potencialidade do planejamento participativo no Brasil. **Soc. & Nat., Uberlândia,** 25 (2): 239-254, mai/ago/2013

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanos**. 6º ed. — Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL, **LEI FEDERAL n° 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, 2001.

LONDRINA, PREFEITURA MUNICIPAL. **Plano Diretor do Município de Londrina** – PDML. Londrina: Prefeitura Municipal, 2008.

 ISBN: 1981-1047

COSENZA, Liz Sumaeta Costa. A importância da participação popular através dos conselhos municipais na formulação e aplicação de políticas públicas no âmbito local. **Âmbito Jurídico**, Santa Cruz, 2015.

DIAS, S. I. S. **Sistema de planejamento para implementação e monitoramento de planos diretores em municípios brasileiros**. Florianópolis, 2009.

ARÔXA, Barbara H.; VEIGA, Léia A. Um olhar sobre a gestão democrática em Londrina-PR a partir do Conselho Municipal da Cidade. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 43, v. 1, p. 55-79, jan.-abr, 2021.

 ISBN: 1981-1047

TRABALHO, GÊNERO E SUBORDINAÇÃO DO CAMPESINATO NO PONTAL DO PARANAPANEMA (SÃO PAULO)

GT – Espaços Rurais

Maria Aparecida Martins dos Santos
maria.martins@unesp.br
Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologias, campus Presidente Prudente

Resumo

O presente artigo objetiva apresentar resultados de pesquisa obtidos através do trabalho de conclusão de curso e debates teóricos alcançados no Desenvolvimento da pesquisa de nível mestrado. Desse modo, tecemos nele discussões sobre a subordinação do campesinato, através da integração na produção de pepinos na região do Pontal do Paranapanema (São Paulo), sobretudo, ao que diz respeito às relações de trabalho da mulher nesse modelo de produção. Dessa forma, consideramos que a pesquisa científica, ao mesmo tempo em que, identificou as estratégias de subordinação da empresa que determina o pacote de produção de pepinos, também demonstrou que a mesma fortalece a desigualdade de gênero invisibilizando o trabalho da mulher camponesa.

Palavras-chave: questão agrária; mulheres camponesas; produção de pepinos; gênero.

Introdução

Este artigo traz para o debate os resultados obtidos no trabalho de conclusão de curso (2018) e as reflexões teóricas alcançados através do desenvolvimento da pesquisa em nível do mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente. Queremos, por meio dele, oferecer discussões pertinentes aos estudos sobre a subordinação do campesinato na região do Pontal do Paranapanema (São Paulo) ao que diz respeito às relações de trabalho da mulher nesse modelo de produção.

A região do Pontal do Paranapanema é localizada no extremo oeste do estado de São Paulo, tendo sua formação territorial caracterizada por intensos conflitos de agrários, uma vez que, seu território é compreendido pelo embate de povos indígenas e os primeiros colonizadores, seguido das grilagens de terras (falsificação de documentos para titularização de terras), pela intervenção do Estado que procurava retoma-las (terras devolutas) e pelo

 ISBN: 1981-1047

processo de ocupação e a luta pela terra. Por isso, estamos entendendo que a ciência geográfica ocupa um lugar importante nas pesquisas científicas sobre os conflitos territoriais agrários que emergem neste território. Estudar a reprodução do campesinato implica, para nós, uma atenção fundamental para as discussões sobre as relações de gênero e como elas se expressam através da forma de organização da produção, da comercialização e das relações comunitárias.

As mulheres camponesas desempenham um papel fundamental para o desenvolvimento no campo. Estão organizadas na busca por direitos e autonomia dentro do lote, atuando e decidindo sobre as atividades relacionadas ao trabalho produtivo, por exemplo, na produção de alimentos. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) indica que as mulheres camponesas são responsáveis por mais da metade da produção de alimentos no mundo, no Brasil cerca de 20% da agricultura estão nas mãos delas, além da preocupação com meio ambiente e garantia da Soberania Alimentar, produzindo alimentos saudáveis e de qualidade. Porém, o processo de emancipação do trabalho produtivo é fruto de muita luta, marcado e reafirmado pela opressão de gênero que invisibiliza e subordinada o trabalho da mulher, no sentido que as atividades produtivas são extensão do trabalho do homem, visto apenas como uma ajuda e o trabalho reprodutivo como obrigação e responsabilidade da figura feminina, desencadeando a papéis socialmente construídos e atribuídos ao gênero.

É desta forma que delimitamos o recorte do nosso objetivo para o entendimento das relações de trabalho das mulheres camponesas, principalmente na dimensão da produção de alimentos nos assentamentos rurais de reforma agrária. Para chegar até este objetivo nós selecionamos para o recorte analítico o envolvimento das mulheres na produção de pepinos para conserva na região do Pontal, entendendo-o como uma estratégia do capital agroindustrial para subordinar o campesinato a ele através do controle da forma de organização da produção, da renda e da rotina de trabalho.

Nossa proposta se ancorou nos recursos metodológicos da pesquisa qualitativa, nos apoiando na entrevista semiestruturada para construção de informações primárias que foram confrontadas com o referencial teórico selecionado para ajudar nas reflexões sobre o objeto de pesquisa. Nessas discussões se debruçam sobre as experiências na escala do Pontal do Paranapanema e do lote (para desenvolvimento da metodologia critica). Em primeiro

 ISBN: 1981-1047

momento, tivemos o cuidado de escolher um perfil de família no qual a mulher trabalhasse diretamente na produção de pepinos. Os trabalhos de campo foram fundamentais para o acompanhamento da família que vivenciava a jornada de trabalho na produção de pepinos.

Desenvolvimento

O trabalho na agricultura com raízes na mão de obra da família camponesa, expressa condições de libertação e de emancipação, sendo a terra a base da propriedade do trabalho familiar camponês (SOUSA e CONCEIÇÃO, 2010). "Um dos princípios desse modelo seria o resgate dos valores que os camponeses construíram ao longo da sua história, tendo como centro a solidariedade e a igualdade entre si" (SILIPRANDI, 2015, p. 294). Cada membro da família possui um significado na unidade produtiva, nesse caso, dentro da própria família há uma divisão técnica do trabalho produtivo entre seus membros, isto é, cada pessoa que compõe a família tem uma tarefa dentro da jornada de trabalho produtivo, enquanto o trabalho reprodutivo é de incumbência muitas vezes exclusiva da(s) mulher(es) da família.

Entretanto, quando problematizamos a divisão técnica e sexual do trabalho da forma como ela é historicamente construída constatamos que, tanto no campo quanto na cidade, há atividades socialmente atribuídas as relações de gênero. Entendemos gênero como:

> "uma maneira de indicar as construções socais: a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição uma categoria social imposta sobre o corpo sexuado" (SCOTT, 1995, p. 05).

Desse modo, podemos considerar que o capitalismo se aproveitou da condição das atribuições de gênero e a imposição do trabalho reprodutivo à mulher transformando essas relações em um ato de amor, sendo que o "nosso papel como mulher e é sermos servas feliz e amorosas" (FEDERECI, 2019, p. 44). Portanto, o trabalho doméstico é umas das faces da

 ISBN: 1981-1047

função de reprodutora, resultando em relações opressoras que vem sendo reafirmadas pelo capitalismo.

Rapozo (2017) chama atenção quando analisa a construção histórica da sociedade e reflete que:

> As mulheres sertanejas sempre estiveram presentes e atuantes nos espaços produtivos e reprodutivos da agricultura. Ainda hoje elas estão presentes na produção de alimentos, seleção e cuidados com as sementes, beneficiamento de leite e frutas, cuidado com a família, manejo da biodiversidade, comercialização e geração de renda para satisfazer as necessidades da família. Nesse sentindo, há uma contradição no que diz respeito ao não reconhecimento social, protagonismo e trabalho da mulher como produtora rural, promotora das condições necessárias para reprodução da vida, a família e o campesinato enquanto categoria social histórica. Mesmo mediante os desafios, as mulheres sertanejas têm lutado pelo reconhecimento do papel social político na agricultura, como também tem lutado bravamente pelo direito de acesso à terra, a políticas específicas, previdência social, geração de renda, autonomia economia e igualdade de gênero (RAPOZO, 2017, p. 27).

Tendo amparo nestes recursos analíticos é que nos preocupamos em entender como se desenvolvem as relações de gênero no campo e como esse processo cria características específicas a partir do processo de integração da agricultura camponesa ao capital, verticalizado na produção de pepinos.

A integração das famílias no cultivo de pepinos estabelece uma relação de trabalho destrutiva, pois controla o tempo, a produção e o trabalho da/do camponesa/ês impondo uma intensa jornada de trabalho e o uso excessivo de agrotóxicos que a empresa julga necessário. A rotina trabalho da família na integração destrutiva segue o calendário determinado pela empresa, ou seja, eles se veem obrigados a realizar atividades submetendo-se ao tempo e às formas de organização do trabalho imposto pela lógica de produção capitalista, sendo esta quem determina o período de preparo do solo, do plantio e entrega final do produto. Desse modo, com a pesquisa afirmamos que uma das estratégias de subordinação da empresa compreende na determinação do trabalho das/dos trabalhadoras/res do campo.

 ISBN: 1981-1047

De modo geral, constatamos que as formas de alterações do trabalho são recorrentes na história e estamos diante da produção destrutiva do capital (THOMAZ JR., 2011) uma "modernização perversa que, ao invés de libertar, emancipar o trabalhador, deixa-o subordinado, oprimido e explorado" (SOUSA, CONCEIÇÃO, 2010, p. 70). Em nosso recorte de estudo, vemos que as famílias produtoras de pepinos se veem sem autonomia no trabalho e são controladas pelo tempo imposto pela empresa e, principalmente, pelas implicações causadas pelos agrotóxicos, uma vez que não há políticas públicas que apareçam como alternativa a essa integração destrutiva.

A bibliografia ainda nos acusa que a finalidade do capital é controlar o trabalho e a/o trabalhadora/or, objetivando através desse controle a possibilidade de acumular riqueza e eliminando dessa forma a característica de trabalhadora/or livre. Nesse sentido, a/o trabalhadora/or deve ser proprietário apenas da sua força de trabalho e no caso das/os camponesas/es produtores da terra (essa capaz de gerar o produto final) para que sendo libertos (neste caso não são proprietários) do produto final (pepino) eles vendam sua força de trabalho que é necessária para a produção dos pepinos para a empresa. O reflexo do avanço do capital no campo efetiva a expropriação do trabalho da família camponesa e monopoliza sua terra.

Sendo assim, o camponês tem sua condição de trabalho explorada pelo capital. Tavares (1984) ainda nos afirma que o processo de trabalho continua sendo o mesmo, ou seja, o lote e a força de trabalho continuam pertencendo ao camponês, no entanto, "o modo de produção capitalista imprime uma determinação fundamental ao processo de trabalho camponês, [...], além disso, verifica-se um controle parcial sobre o processo de trabalho camponês, exercido pelo capital industrial" (TAVARES, 1984, p. 129).

Além da subordinação do trabalho, a empresa controla a família através da imposição via empréstimo de venenos. Durante a safra, as famílias recebiam visitas periódicas do técnico que os instruiriam sobre formas de trabalhar na produção e o manuseio de aplicação dos venenos, lembrando que, além dessa instrução de como produzir os camponeses estavam também submetidos à ação dos agrotóxicos e o ritmo de crescimento dos pepinos.

Sobre a exposição aos riscos pelo uso de venenos, de acordo com Dossiê ABRASCO (2015), o Brasil lidera o ranking no consumo de agrotóxicos levando o país a

 ISBN: 1981-1047

consumir sozinho cerca de 1/5 deles. Bombardi (2011) aponta que é alarmante o consumo de agrotóxicos no país e que isso seria decorrente, principalmente da expansão da produção das commodities, relacionado principalmente para a produção de combustível. O uso de venenos na produção de pepinos também é determinado pela empresa e relacionado às alterações de trabalho. Desse modo, além da submissão a intensa jornada de trabalho, a família está exposta a riscos de intoxicação e contaminação pelo contato direto ou indireto diário aos agrotóxicos comprovando a integração destrutiva da família.

Há de considerar que um dos principais motivos das famílias apostarem nessa produção é pela ausência do Estado e na criação e manutenção de políticas públicas. Com o golpe de 2016 as políticas públicas foram se esvaziando e na atualidade, o que temos é um projeto combinado de destruição das políticas públicas com a perseguição e criminalização dos movimentos sociais.

O enfraquecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)[47], que incentivava as famílias camponesas a produzirem alimentos que eram comprados via Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) que os destinavam a centros de apoio social, conforme aponta Leal (2017). O mesmo autor salienta que:

> Os camponeses, incentivados pelo MST, e mediante parcerias com as instituições públicas responsáveis que estavam se envolvendo e apostando no Programa, vislumbraram que poderiam ser beneficiados. Aumentar e diversificar a produção de alimentos para atender a demanda dos trabalhadores dos centros urbanos e acampados sem terras em situação de insegurança alimentar, objetivo desde há muito reivindicado pelo movimento social, se apresentava como factível. (LEAL, 2017, p.46).

[47] O Programa foi instituído em 2003 pelo artigo 19 da Lei nº. 10.696, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº 4.772, de 02 de julho de 2003, o qual foi alterado pelo Decreto nº. 5.873, de 15 de agosto de 2006. O PAA tem como principal objetivo estimular o campesinato por meio da aquisição de alimentos e sua distribuição em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. Posteriormente a criação do PAA foi conquistada a modificação da Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com a Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que determina que 30% dos recursos destinados à compra da alimentação escolar sejam para aquisição de alimentos oriundos da agricultura de base familiar. A criação do PAA e a promulgação da Lei Nº 11947 trouxeram nova importância e dinamismo para o mercado institucional. Isso tem estimulado os governos a criarem seus próprios programas de compra de alimentos, a exemplo do Programa da Agricultura de Interesse Social (PPAIS) do Governo do Estado de São Paulo, que incentivam os camponeses a direcionarem a produção para esse tipo de mercado. A constituição do PAA também foi importante na derrubada da lei de licitações para aquisição de alimentos oriundos do campesinato no mercado institucional (LEAL, 2017).

 ISBN: 1981-1047

Era expressiva a forma como o programa se expressava nos assentamentos rurais incentivando os jovens e visibilizando o trabalho da mulher estabelecendo novas relações de trabalho e favorecendo a emancipação das mulheres camponesas.

Porém, os anos de 2010 a 2015 houve um desmonte significativo das políticas públicas destinadas ao campo, sobretudo, a partir do golpe, onde o retrocesso se tornou mais expressivo, principalmente com o fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A fragilidade do programa também se sucede da burocracia para a execução, sobretudo, ao que diz respeito à complexidade com a documentação a ser entregue (REIS, 2015; LEAL, 2017) ocasionado atrasos para a aprovação das propostas no ano de 2015.

Com o cenário que leva o fim e/ou diminuição do PAA na região do Pontal do Paranapanema um dos desafios postos aos camponeses é que sem o programa eles têm dificuldade em vender sua produção de alimentos e/ou se manterem na terra. Uma das alternativas "fáceis" encontradas por essas famílias é a produção de pepinos.

Ao analisarmos essas questões que foram pontuadas acima, houve a necessidade de entender como eram e são estabelecidas as relações de trabalho das mulheres envolvidas na produção de pepinos, desse modo, abaixo sistematizamos através das entrevistas como é organizada a jornada de trabalho durante os noventa dias de cultivo:

a) **Preparo do solo**: O preparo do solo quando a empresa avisa a família os meses certos de produção dura cerca de 60 dias, porém quando não há o aviso prévio o preparado dura apena 1 dia. As atividades realizadas são: tombar a de terra (tombação), adubação (realizada com fertilizante e esterco de galinha), enlonamento do solo, montagem da estrutura. Neste estágio trabalha toda a família sem a necessidade da contração de mão-de-obra.

b) **Plantio**: No momento do plantio a família contrata diaristas durando um dia de trabalho. A atividade neste estágio é a semeadura (lançar as sementes de pepinos no solo).

c) **Instalação dos fitilhos**: A família instala os fitilhos logo após a semeadura. Essa atividade dura 4 dias de trabalho. E a família o considerou leve, porém cansativo. Mulher e homem.

 ISBN: 1981-1047

d) **Poda e condução pelos fitilhos**: Essa atividade dura 15 dias necessitando do envolvimento de toda família. Em alguns dias surge a necessidade da contratação do diarista. Esse período foi considerado de trabalho intenso, cansativo manifestando dores nas pernas, costas e cabeça. Ela é realizada agachada e durante os dias com o crescimento das plantas é realizada a posição de agachar e levantar o dia todo.

e) **Crescimento das plantas**: O crescimento das plantas dura cerca de 25 dias e é considerado uma atividade mais leve que exige acompanhamento e pulverização diariamente, expondo a família à riscos de intoxicação.

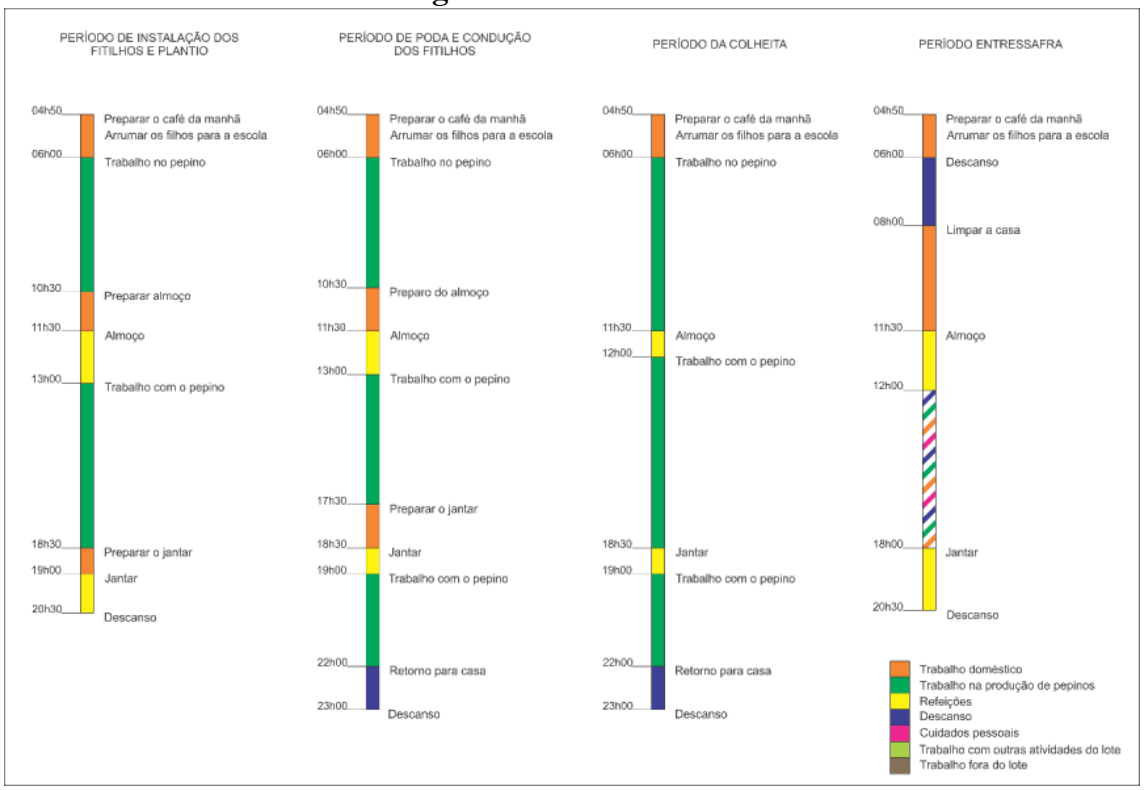
f) **Colheita**: O último estágio da safra de pepinos é a colheita e também é o mais intenso. Para não que não tenha perdas de produção é necessário trabalhar o dia todo extrapolando a rotina da família. O trabalho se inicia às 06h00 da manhã e vai até às 22h00 da noite. As atividades realizadas são a colheita e ensacamento dos pepinos. Além de organizar e enviar para empresa (frete).

Esse detalhamento de cada etapa do trabalho destrutivo, construímos como forma de representar a degradante e extenuante jornada de trabalho, relógios individuais (figuras 01 e 02) da mulher e do homem[48]. Eles irão ilustrar a rotina de trabalho da família na produção de pepinos e no período entressafras. É importante destacar que no período entressafras utilizamos diversas colorações em um mesmo período, pois a família se envolve em diferentes atividades, por exemplo, a mulher há dias que ela se dedica em cuidados com a beleza e dias que ela prepara pães e doces. O homem alguns dias trabalho no interior do assentamento e outros em atividades no interior do lote.

[48] É importante considerarmos que não são apenas a mulher e o homem que trabalham na produção, em grande parte dos casos, todas das famílias contribuem com as atividades. Como nosso objetivo é tratar especificamente do trabalho da mulher utilizamos como exemplos estes dois sujeitos.

 ISBN: 1981-1047

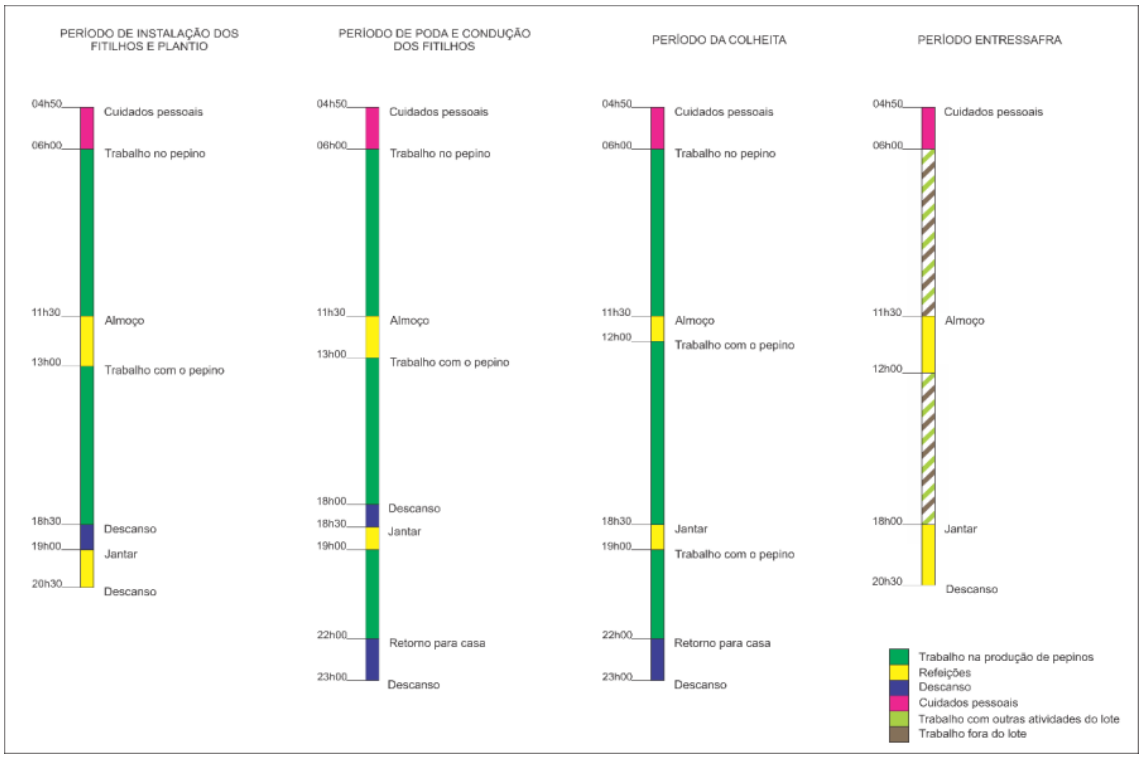
Figura 1. Rotina de trabalho da mulher



Fonte: Martins, 2018.

 ISBN: 1981-1047

Figura 2. Rotina de trabalho do homem



Fonte: Martins, 2018

A jornada se inicia entre 04h50 e 05h00 da manhã. O trabalho doméstico é de responsabilidade da mulher. O cuidado com a família (preparar os filhos para ir à escola, cuidar da saúde, se preocupar com o bem-estar) também é de incumbência feminina, do mesmo modo que ela trabalha em todos os momentos da safra de 90 dias revelando a tripla jornada de trabalho.

É bastante evidente as análises teóricas que trouxemos neste texto quando observamos a representação das jornadas de trabalho. A rotina da mulher explicita o controle que o capitalismo e o patriarcado conseguem ter nas atividades da manutenção da vida. E a representação das diversas formas de violências da natureza e dos corpos.

Dentro do conjunto de análises visualizamos que a dimensão divisão técnica e sexual do trabalho para a produção de pepinos, criada pelos próprios membros da família, reforça o que é estrutural na nossa sociedade, considerando o conservadorismo do conjunto de papeis que estabelecem que determinados procedimentos laborais são de responsabilidade da mulher ou do homem que merece atenção específica. Em geral, na maioria dos casos os homens são responsáveis pela aplicação dos venenos, pelo trabalho durante a montagem da

 ISBN: 1981-1047

estrutura, no plantio e na colheita. As mulheres se responsabilizam pelas tarefas de plantar e colher, além do serviço doméstico. As/os jovens e/ou as/os filhas/os colaboram mais durante a colheita quando o trabalho se torna mais intenso e em algumas atividades domésticas, principalmente as filhas. Essa divisão tem exposto a mulher a uma condição de subordinação pela autoridade do marido com seu trabalho em muitos casos definido apenas como uma ajuda familiar, a invisibilizando.

Outro aspecto interessante que Esteve (2017) destaca, sobre essa subordinação da mulher dentro dos assentamentos é que ela é um sujeito privado, isto é, todas as atividades em caráter privado tais os que já destacamos; trabalho doméstico, cuidado com os filhos e família, cuidado com a saúde da família, na maioria das vezes é todo sobre responsabilidade da figura feminina, enquanto os homens é uma figura pública, sua estabelece relações muito mais incisivo com a comunidade, o trabalho assalariado, participação em associações etc. Quando realizávamos as entrevistas era baste expressivo essas considerações, na grande maioria das vezes eram os homens que cediam as informações.

Se pensarmos na dimensão da renda, na maioria das vezes a mulher não possui independência econômica, elas não recebem remuneração alguma diretamente pelo trabalho no qual realizam ficando à mercê dos maridos. Quando retomamos a analisar a ilustração dos relógios, observamos que a mulher é envolvida em uma tripla jornada de trabalho que se divide em: cuidado da família, trabalho doméstico e o trabalho na produção dos pepinos, é na grande parte das condições das famílias elas não possuem remuneração direta a essas relações de trabalho da sua rotina.

Finalmente, estamos considerando que a produção de pepinos, integrado ao capital, tem como marcas fundantes o processo de subordinação do trabalho das famílias camponesas e na opressão de gênero. Quando uma família se entrega aos fetiches do capital, o faz com a prerrogativa de melhores condições de trabalho (oferta de assistência técnica e recursos materiais) e rápido retorno financeiro como garantia de renda, mas que, na verdade o que se materializa no cotidiano são os riscos iminentes para a saúde das famílias, e reafirmação da divisão sexual do trabalho e na designação de papeis específicos para mulheres e homens. É importante esclarecer que o sentido deste trabalho é a denúncia das estratégias de subordinação empenhadas pela empresa simbolizada pelo capitalismo.

 ISBN: 1981-1047

E, dentro desta relação, que as mulheres são submetidas a condições degradantes de trabalho pelo processo produtivo do pepino de conserva que ao mesmo tempo que subordina seu trabalho enquanto sujeito histórico e social do campesinato reafirma as violências e opressões de gênero.

Porém, devemos considerar a importante atuação que as mulheres camponesas desempenham na produção e reprodução, pois elas produzem mais da metade dos alimentos consumidos, "produzindo alimentos saudáveis e diversificados, sem utilizar agrotóxicos, conservando as sementes, cultivando plantas medicinais, contribuindo para o fortalecimento da biodiversidade" (SOF – Sempreviva Organização Feminista, 2016, p. 04).

É desta forma que também queremos agregar neste projeto a discussão sobre agroecologia, buscando uma análise sobre o protagonismo do trabalho da mulher camponesa no processo de transição agroecológica. Siliprandi (2015) denota que:

> As lutas de resistência em que essas mulheres estão envolvidas – por acesso à terra, ao crédito, à água, à assistência técnica, por mudanças tecnológicas e de infraestruturas no campo que ajudem os significados da sustentabilidade a melhorar as condições de sobrevivência dos agricultores, enfim – apontam para um objetivo comum: a construção de um modelo de desenvolvimento que, no meio rural, iria se apoiar em outras relações de produção e de apropriação da natureza (SILIPRANDI, 2015, p. 292-293).

A agroecologia procura visibilizar uma forma de organização da agricultura pautando a autonomia e emancipação camponesa/ês, com a produção de alimentos saudáveis e sem veneno, com destaque para o protagonismo do trabalho da mulher e promovendo mecanismos de reprodução social e familiar. Além disso, a agroecologia mostra-se como uma prática alternativa contra o modelo agroindustrial hegemônico, modelo este que reafirma as desigualdades e opressões de gênero.

O protagonismo da mulher na agroecologia nos chamou atenção quando nos propusemos a desenvolver a pesquisa de mestrado, pois as discussões anteriores demonstraram como a construção social invisibilizou e invisibiliza o trabalho mulher, quando nos deparamos com um modelo de produção que as reconhece percebemos a mudança na valorização dada às questões de gênero.

 ISBN: 1981-1047

Além disso, são principalmente as mulheres que se envolvem com a agroecologia, estudos produzidos pela SOF apresentam a importância da auto-organização das mulheres que protagonizam na linha de frente das esferas produtivas, segundo eles as experiências das camponesas ocupam os seguintes espaços:

> [...] cooperativas, grupos de mulheres, feiras livres, grupos de compra, redes de economia solidária – para, enfim, chegar ao tema dos mercados institucionais. Sua importância para a autonomia das mulheres do campo, suas vantagens, seus desafios e as ameaças de retrocesso que rondam esses programas. Nesses debates, ficam claras as inter-relações entre a autonomia econômica, política e pessoal das mulheres, como processos simultâneos, um sustentando o outro (SOF – Sempreviva Organização Feminista, 2016, p. 04).

Esse conjunto de contribuições que pautamos, nos permitem refletir que durante a construção da sociedade as mulheres sempre foram colocadas em uma condição de silenciamento oprimidas e acorrentadas pelas relações de opressão de gênero, porém, existem formas de produção e reprodução que emancipam o trabalho da mulher, neste caso a agroecologia.

A agroecologia procura visibilizar uma forma de organização da agricultura pautando a autonomia e emancipação do campesinato, com a produção de alimentos saudáveis e sem veneno, com destaque para o protagonismo do trabalho da mulher e a promoção de mecanismos de reprodução social e familiar. Além disso, a agroecologia mostra-se como uma prática alternativa contra o modelo agroindustrial hegemônico que reafirma as desigualdades e opressões de gênero.

A agronegócio é caracterizado pela exploração dos territórios e o desenvolvimento do capitalismo no campo, a agricultura nesse modelo de produção é responsável pelo consumo em grande escala de agrotóxicos que adoece a fauna, a flora, a saúde humana e animal. A agroecologia vai contra tudo isso, pois ela respeita a vida, o meio ambiente e o modo de vida dos sujeitos

Conclusão

Essas reflexões postas neste texto nos oferecem conteúdos para compreender como se relacionam gênero, trabalho e subordinação no Pontal do Paranapanema na

 ISBN: 1981-1047

condição da produção de pepinos. Com ele, fazemos uma denúncia as estratégias destrutivas do capital e do patriarcado. Entendemos que o campesinato no Brasil tem sido considerado pelo Estado como uma classe às margens da sociedade, uma vez que, este não tem se dedicado na formulação e planejamento de políticas públicas efetivas que criem possibilidades concretas de reprodução socioterritorial destes sujeitos, não lhes estando alternativas de sobrevivência senão pela via da subordinação.

A nossa metodologia teve uma posição e um cuidado crítico em representar essas informações que foram colocadas a nossa frente nas pesquisas de campo. O desenvolvimento do capitalismo no campo violenta todos os dias o campesinato e a terra, explicitados principalmente no controle do trabalho e da terra da família camponesa e isso é alarmante.

As mulheres camponesas são marcadas são marcados por constantes disputas pelo corpo e pela terra. Da terra, pela concentração, pela expropriação, pela subordinação do trabalho do campesinato, pelo uso excessivo de agrotóxicos e tudo aquilo que o capital destrutivo simboliza. E do corpo, pela sua invisibilização enquanto mulher na sociedade e no campo. Usando o exemplo da dimensão da produção, em grande parte mesmo as mulheres atuando na linha de frente na produção o trabalho delas é visto apenas como um ajuda. Essa invisibilidade da mulher é marca pelo machismo e o capitalismo só sustenta essas opressões de gêneros.

A organização do trabalho no cultivo do pepino segue os processos do pacote técnico adotado pela empresa no qual a família camponesa se encontra subordinada a realizar atividades submetendo-se ao tempo e a rotina de trabalho imposto pela empresa. Na lógica da agricultura camponesa o tempo de produção e as etapas estão atrelados às dinâmicas da natureza. Já na agricultura da indústria está comprometida com o desenvolvimento do capitalismo no campo buscando imprimir um ritmo acelerado na produção, intervindo nos processos naturais, modificando as características do solo, através do uso de agrotóxicos e sementes geneticamente modificadas.

Entretanto, temos alternativas que firmam um compromisso social, político e econômico contra a esse modelo destrutivo de produção e opressão, uma delas é a agroecologia. A agroecologia aparece como uma dimensão concreta que garante a emancipação do campesinato e das mulheres camponesas em seus territórios. É um modelo

 ISBN: 1981-1047

de vida que garante trabalho digno as famílias do campo e a Soberania Alimentar da sociedade. As mulheres camponesas tem papel fundamental nesse processo e na produção agroecológica elas são os principais sujeitos que defendem a manutenção da agroecologia.

Referências

ABRASCO, Dossiê. **Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. 1ª edição. ed. Rio de Janeiro/São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.abrasco.org.br/dossieagrotoxicos/wpcontent/uploads/2013/10/DossieAbrasco_2015_web.pdf>. Acesso em: 28 outubro 2018.

BOMBARDI, L M. **Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado**. In: Boletim Dataluta. NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Presidente Prudente, Setembro de 2011, p. 1 - 21.

ESTEVE, E. V. **O negócio da comida: quem controla nossa alimentação?** 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017, 269 p.

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. **Mulheres camponesas na América Latina e Caribe têm menos acesso a crédito que homens**. Publicado em: 18/07/2013. Disponível em: https://nacoesunidas.org/fao-mulheres-camponesas-na-america-latina-e-caribe-tem-menos-acesso-a-credito-que-homens/ Acesso em: 25 de setembro de 2019.

FEDERICI, S. **O ponto Zero da Revolução**: Trabalho doméstico, Reprodução e Luta Feminista. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019. 390 p. ISBN 978-85-93115-26-4.

LEAL, S. C. T. **A dinâmica territorial do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Pontal do Paranapanema - SP no contexto dos conflitos.** 2017. 103 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.
LÔBO, E S**. A questão da Mulher na Reprodução da Força de Trabalho**. Perspectivas, São Paulo, p. 43-47, 1981.

REIS, A.T. **Trabalho, Políticas Públicas e Resistências em Assentamentos do estado de São Paulo**: um estudo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). 2015. 167p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. 1995.

SILIPRANDI, E. Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro, 2015 Editora: UFRJ. 356 p.

SOF – Sempreviva Organização Feminista. **Mulheres do Campo Construindo Autonomia Experiências de Comercialização**. Disponível em: http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2016/03/Mulheres-do-campo-web-1.pdf. Acesso em: 30 de setembro de 2019.

SOUSA, R. A. D.; CONCEIÇÃO, A. L. **O camponês e o trabalho: Analisando a importância do excedente social**. In: Revista Pegada – vol. 11 n.1, junho de 2010, p. 64-76.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. (1984). **Colonos do Vinho: Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: HUCITEC.

THOMAZ JUNIOR, A. Desenvolvimento destrutivo das forças produtivas, a insustentabilidade do capital e os desafios para a produção de alimentos. In: THOMAZ JUNIOR, A; FRANÇA JUNIOR, L B (Org.). **Geografia e Trabalho no século XXI**. 1ª edição. ed. Presidente Prudente: Entelha, 2010. p. 176-216. v. 5

 ISBN: 1981-1047

COMPARAÇÃO ENTRE AS REGIONALIZAÇÕES DE 1989 E 2017 DO IBGE EM MINAS GERAIS: BREVES DISCUSSÕES

GT – Espaços Urbanos e Rurais na Contemporaneidade

Marina Gabriele Amarante Santos
amarantemarinageo@gmail.com
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG)

Resumo

Em 2017 foi realizada, pelo Instituto de Geografia e Estatística, uma nova regionalização do território brasileiro, as denominadas regiões geográficas imediatas e intermediárias, em substituição às mesorregiões e microrregiões de 1989. Diante disso, o objetivo geral da pesquisa é comparar as duas regionalizações no âmbito de Minas Gerais com vistas a verificar as mudanças e identificar as possíveis explicações destas. A hipótese da pesquisa se refere ao fato de que o IBGE levou em consideração na nova regionalização as redes urbanas, hierarquização dos centros urbanos e as áreas conurbadas entre as unidades espaciais. Metodologicamente, este trabalho pautou-se na leitura das duas regionalizações e referenciais teóricos da área de Geografia Regional. A regionalização de 1989 propunha 12 mesorregiões e 66 microrregiões, já a de 2017 apresentou 13 regiões geográficas intermediárias e 70 regiões geográficas imediatas. Os limites das regiões também mudaram, afinal, as relações entre os municípios alteraram em função dos processos de urbanização, crescimento populacional, das políticas públicas, das áreas conurbadas e da constituição de 1988 que delegou aos municípios o poder de reestruturar seus territórios.

Palavras-chave: Regionalizações; Regiões Geográficas; Mesorregiões e Microrregiões; Espaços Urbanos.

Introdução

A região e a análise regional são conceituações teóricas que auxiliam no processo de compreensão das inúmeras regionalizações propostas pelos agentes governamentais. Regionalizar, no seu sentido mais amplo, refere-se a noção de compartimentar o território devido a diversos fins, sejam eles econômicos, culturais, políticos, sanitários, administrativos, dentre outros. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) elaborou inúmeras regionalizações em âmbito nacional e a compartimentação do território para fins administrativos vigente até 2016 era a de mesorregiões e microrregiões geográficas. Em 2017 o (IBGE) divulgou a regionalização por regiões geográficas em substituição a antiga subdivisão do território brasileiro concebida pelo mesmo órgão em 1989. As regiões

 ISBN: 1981-1047

geográficas são desmembradas em regiões geográficas intermediárias e regiões geográficas imediatas, substituindo, respectivamente, às mesorregiões e microrregiões.

Com a presente pesquisa buscou-se fazer uma comparação destas duas regionalizações, com vistas a identificar os possíveis intuitos de se compartimentar o território mineiro de maneira diferenciada. Para realizar o contraponto entre essas duas regionalizações, utilizou-se como unidade espacial o Estado de Minas Gerais, localizado na porção sudeste do Brasil. Especificamente, discutiu-se os conceitos de região, análise regional e regionalização para funcionar como aporte teórico da pesquisa. Tendo como base as questões anteriormente apresentadas, foi formulada seguinte hipótese: durante o processo de elaboração da regionalização por regiões geográficas, o IBGE levou em consideração principalmente as redes urbanas, hierarquização dos centros urbanos e as áreas conurbadas entre as unidades espaciais, que foram capazes de diferenciar espaços regionais em escalas de análise adequadas.

A relevância da pesquisa se refere ao fato de que compreender as subdivisões do território a partir de critérios sejam eles socioeconômicos, ambientais ou culturais permite aos pesquisadores ter uma análise de conjunto de características semelhantes que foram agregadas com intuitos específicos. No caso das regionalizações por mesorregiões, microrregiões e regiões geográficas o critério utilizado é sumariamente o político-administrativo, a fim de garantir uma melhor gestão das regiões compartimentadas. Comparar as duas regionalizações, com o intuito de identificar suas potencialidades e desafios a serem enfrentados faz parte do esforço de compreender as mudanças ocorridas no território mineiro nas últimas décadas, além, é claro, de buscar identificar alguns dos fatores que foram levados em consideração para elaborar uma nova regionalização.

Dessa forma, o presente trabalho se divide nos seguintes tópicos: introdução, essa em questão, metodologia, que contém as etapas, métodos e técnicas utilizadas, desenvolvimento, desmembrado em 4 tópicos, a saber: "região e análise regional" explicando a conceituação teórica destas, "regionalizações do IBGE em mesorregiões, microrregiões e regiões geográficas", fazendo uma breve explicação do surgimento das duas regionalizações. Além disso, os outros dois tópicos do desenvolvimento são: "as regionalizações de 1989 e 2017 do IBGE" em Minas Gerais, que contém a comparação entre as duas regionalizações e o outro tópico denomina-se "tecendo algumas relações sobre os motivos de se elaborar

 ISBN: 1981-1047

uma nova regionalização", buscando compreender os motivos que levaram a se desenvolver uma nova compartimentação do território. Ademais, nas conclusões, discorreu-se sobre a efetividade da regionalização por regiões geográficas e a eficiência destas em países latino-americanos, como é o caso do Brasil.

Metodologia

A metodologia deste trabalho foi dividida em 3 etapas: 1) busca de referenciais teóricos, 2) elaboração dos mapeamentos e 3) análise de resultados. A primeira etapa foi subdivida em duas temáticas: busca de referenciais a respeito de região e análise regional e sobre as regionalizações do IBGE em mesorregiões, microrregiões e regiões geográficas. Para discutir os conceitos de região e análise regional, utilizou-se os pressupostos teóricos dos seguintes autores: Dollfus (1978), Ferreira (1986), Corrêa (2003 e 2007), Diniz e Batella (2005), Lencioni (2009), Amorim Filho (2006) e Soares (2015).O debate acerca da compartimentação do território de Minas Gerais em mesorregiões, microrregiões e regiões geográficas intermediárias e imediatas foi realizado a partir das ideias de Diniz e Batella (2005), Haesbert (2010 e 2020), Bordieu (2012), IBGE (2015 e 2017) e Bertolucci Jr (2019).

Na segunda etapa elaborou-se 4 mapas de Minas Gerais, no software livre *QGis* (Quantum Gis) versão 3.18.1, utilizando bases de dados do IBGE (1991, 2010 e 2017) sendo que no primeiro mapa tinha-se o intuito de localizar o Estado de Minas Gerais no contexto do Brasil. No segundo mapeamento, buscou-se comparar as regionalizações de mesorregiões e de regiões geográficas imediatas em Minas Gerais, e, no terceiro mapeamento, realizou-se a sobreposição dos limites territoriais destas, para identificar as alterações ocorridas nesta nova regionalização.

No quarto e último mapa gerado, comparou-se a população de Minas Gerais em 1991, ano do recenseamento na década de 1990, com o último recenseamento gerado pelo IBGE em 2010. A terceira parte da pesquisa pautou-se na análise dos resultados, que foi realizada com base nos mapeamentos propostos e na breve contextualização de Minas Gerais quanto a sua rede urbana, áreas conurbadas, mudança de seus eixos rodoviários e do fato de que a Constituição de 1988, concedeu aos municípios brasileiros a opção de reestruturar seus territórios.

ISBN: 1981-1047

Desenvolvimento

Região e Análise Regional

O debate acerca de região e análise regional ultrapassa o escopo da definição de região, podendo ser discutido até o próprio cerne da disciplina Geografia. A etimologia da palavra região, segundo o dicionário Aurélio provém do latim "regere", que significa domínio e poder (FERREIRA, 1986, p.1474). Sendo assim, entende-se a região como uma delimitação político-administrativa, que possui certa autonomia a nível local, mas que subordina-se a poderes de maiores ordens centrais (DINIZ; BATELLA, 2005, p.60). A região na visão de Corrêa (2003) é um conceito, diferente de outros autores, como Dollfus (1978), que a consideram como uma categoria de análise. Para Corrêa (2003):

> "[...] a região deve ser vista com o um conceito intelectualmente produzido. Partimos da realidade, claro, mas a submetemos à nossa elaboração crítica, na sequência, procurando ir além da sua apreensão em bases puramente sensoriais. Procuramos captar a gênese, a evolução e o significado do objeto, a região" (CORRÊA, 2003, p.22).

O conceito de região difere-se nas correntes de pensamento da geografia tradicional, teorética-quantitativa, corrente crítica e humanística-cultural. Neste trabalho adota-se as concepções humanístico-culturais, em que o espaço e região adquirem significado de espaço vivido, quando se considera as relações de um grupo ou povo neste espaço, por meio de seus experimentos, simbolismos e lutas (CORRÊA, 2007, p. 31). Entretanto, pode-se considerar a região como resultado do processo de classificação e hierarquização do espaço, independente da corrente de pensamento a ser adotada. A noção de classificação é pautada no agrupamento de itens semelhantes, de acordo com suas relações e propriedades (SOARES, 2015, p. 29). Lencioni (2009) discute o conceito de região a partir na noção desta ser parte integrante de uma unidade espacial maior, que representaria o "todo":

> O conceito de região está vinculado à ideia de parte de um todo. Nesse sentido, conduz diretamente à ideia de divisão e a questão da dimensão das partes. Mas, cada parte é igualmente parte de um todo,

 ISBN: 1981-1047

> mas também se constitui numa totalidade. Essa possibilidade de ser, ao mesmo tempo, parte e todo só pode ser compreendida se tomarmos a concepção dialética da totalidade; considerando-a como uma totalidade aberta e em movimento (LECIONI, 2009, p. 27-28).

A partir das ideias de Lencioni (2009) entende-se que a noção de região deve ser entendida por meio da mudança de escalas, isto é, da parte ao todo. Dollfus (1978) acrescenta o fato de que o "espaço regional não é uma porção qualquer da superfície terrestre [...]. É uma porção organizada de acordo com um sistema e que se insere num conjunto mais vasto". O espaço regional é estudado por inúmeras áreas, inclusive pela disciplina geográfica de Análise Regional, que possui como objeto de estudo, na concepção de Dollfus (1978):

> [...] a área de extensão de um fenômeno susceptível de conferir individualidade a uma parte do espaço; implica o estudo do mecanismo dos processos que se combinam em sistemas que por sua vez explicam a criação, o crescimento e o deperecimento de uma região. Mas implica também, como toda pesquisa geográfica, o estabelecimento de comparações. Os estudos regionais não consistem apenas em monografias [...] Esses estudos exigem igualmente que cada fenômeno seja situado no interior de uma escala e que se observem as relações estabelecidas nos diferentes níveis, desde as combinações locais até os grandes conjuntos espaciais. (DOLLFUS, 1978, p.107).

A análise regional fundamenta-se no princípio da diferenciação de áreas existente na atividade geográfica, desde os gregos clássicos, que foram adotados por Alfred Hettner, na escola alemã (SOARES, 2015, p. 32). Na abordagem regionalista, em especial da escola francesa, analisa-se pequenas extensões territoriais, que interligam aspectos físicos, sociais, demográficos e culturais à região a ser estudada (AMORIM FILHO, 2006, p. 15). Desse modo, entende-se que a análise do espaço, especificamente no espaço regional, agrega aspectos físicos e culturais que podem ser identificados pelas diferentes paisagens existentes no espaço urbano-regional. O espaço urbano-regional pode ser compartimentado por diversos fins, dentre eles, cita-se o critérios administrativo, que foi levado em consideração pelo IBGE ao formular as regionalizações que serão explanadas no tópico seguinte.

Regionalizações do IBGE em Mesorregiões, Microrregiões e Regiões Geográficas

ISBN: 1981-1047

As regionalizações para Bourdieu (2012) integram uma noção de poder engendrada pelos agentes representativos do Estado e pelas classes dominantes que desejam instaurar a noção de ordem e de administração do território. De acordo com Haesbert (2010) a conceituação de região, associa-se a recortar e classificar o espaço e\ou a região, e, portanto, sempre que tem-se o intuito de regionalizar, algumas concepções são priorizadas em detrimento a outras. Inúmeras foram as regionalizações realizadas pelo IBGE, a saber: zonas fisiográficas em 1941, microrregiões homogêneas em 1969, regiões funcionais urbanas em 1972 (DINIZ; BATELLA, 2005- p. 64-70), mesorregiões e microrregiões em 1989 e regiões geográficas em 2017e, esta pesquisa dará enfoque para as duas últimas regionalizações supracitadas. Em 1989 o IBGE realizou a compartimentação do Brasil em mesorregiões e microrregiões, como resultado do trabalho intitulado "Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas". Sendo assim, a mesorregião é definida pelo IBGE (2015) como:

> [...] uma área individualizada em uma Unidade da Federação, que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante e, a rede de comunicação e de lugares, como elemento da articulação espacial (IBGE, 2015, p.1).

As microrregiões, por sua vez, são entendidas como "partes das mesorregiões que apresentam especificidades, quanto à organização do espaço" (IBGE, 2015, p. 1). Tais especificidades se relacionam as atividades produtivas existentes em cada unidade da federação, tais como: agropecuária, indústria, mineração, dentre outras. A elaboração das mesorregiões e microrregiões para Diniz e Batella (2005) "adotou um critério híbrido que contemplou, ao mesmo tempo, preocupações explicitamente humanistas, como uma busca pela identidade regional, sem perder de vista o arsenal metodológico da geografia teórico-quantitativa", que foi marcada pela interdependência entre os municípios e pela homogeneidade matemática.

O recorte realizado pelo IBGE em 2017 em regiões geográficas, por sua vez, foi pautado na rede urbana e seus elementos concretos: hierarquização de centros e sub-centros regionais, fluxos de bens, mercadorias, pessoas e de gestão do território, dentre outros. A nova regionalização acompanhou as mudanças ocorridas no Brasil, e logo em Minas Gerais, nas três últimas décadas (IBGE, 2017, p. 1). No lugar das antigas mesorregiões e

 ISBN: 1981-1047

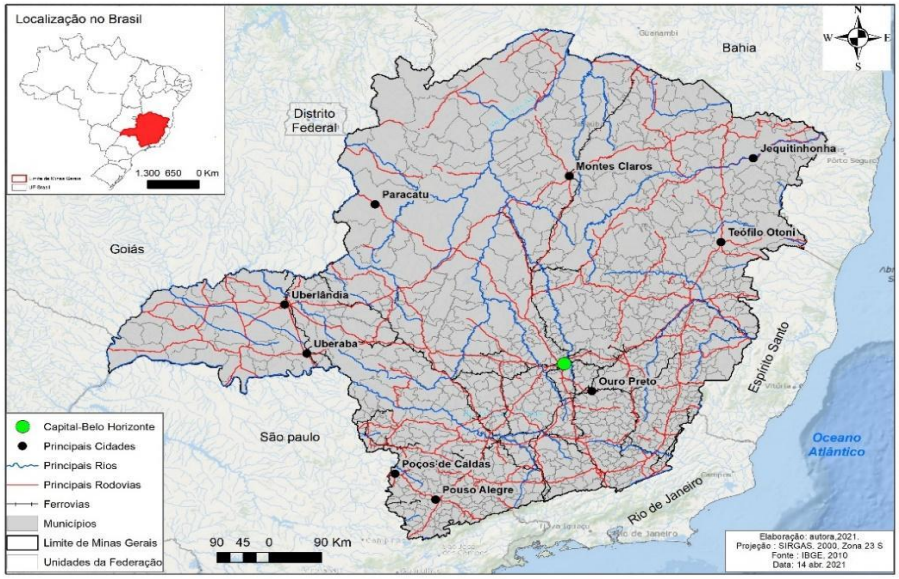
microrregiões, o órgão propôs regiões geográficas intermediárias e regiões geográficas imediatas, respectivamente. A regionalização por regiões geográficas imediatas e intermediárias foram delimitadas devido a interesses políticos-administrativos e do planejamento urbano-regional assim como a maioria das regionalizações brasileiras (HAESBERT, 2020, p. 15). As propostas de regionalização anteriores à regionalização de 2017 em regiões geográficas imediatas e intermediárias segundo Bertolucci Jr (2019) "contavam com suas zonas de influência socioeconômica restritas a unidade da federação", mesmo quando a interação econômica e demográfica demonstrava que a área de atuação dos municípios excedia os limites estaduais.

As Regionalizações de 1989 e 2017 do IBGE em Minas Gerais

Em um primeiro momento é importante fazer uma breve contextualização de Minas Gerais, uma unidade da federação localizada na porção sudeste do Brasil, que faz limite com os seguintes estados: Bahia a norte, Espírito Santo e Rio de Janeiro a leste, São Paulo a sul e Goiás a leste (figura 1). Ao traçar um perfil de norte a sul no estado mineiro, pode-se perceber diversas discrepâncias, seja a respeito de questões fisiográficas, como clima, solo, litologia e recursos naturais, seja a respeito de aspectos socioeconômicos tais como a densidade populacional, urbanização dos centros urbanos e a renda da população. Por exemplo, a porção nordeste de Minas Gerais, limítrofe ao Estado da Bahia, é marcada por um clima seco, que impacta também em sua vegetação, que é do tipo arbustiva ou arbórea, além de possuir um histórico de diversos estigmas :pobreza, precariedade habitacional, dentre outros. Já a porção sul, é conhecida na literatura pela produção de diversos produtos de alta especialidade tecnológica, devido a sua proximidade a São Paulo, principal pólo econômico e tecnológico do país. E, na figura 1 foram destacadas alguns dos principais pólos regionais de Minas Gerais, quais sejam: Montes Claros, a norte, Jequitinhonha e Teófilo Otoni a nordeste, Uberlândia e Uberaba a leste e Poços de Caldas e Pouso Alegre a sul, além da capital Belo Horizonte, lugar de maior ordem central no Estado (figura 1).

ISBN: 1981-1047

Figura 1: Localização de Minas Gerais (BR)-2021



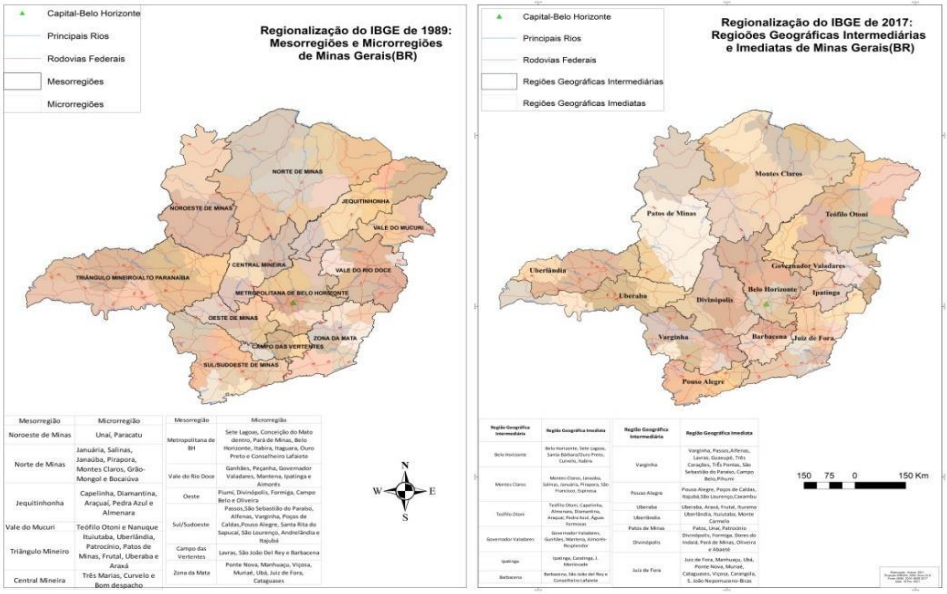
Fonte: a própria autora.

Em relação as unidades espaciais utilizadas para analisar os estados do Brasil, inclusive Minas Gerais, cita-se principalmente os municípios, as mesorregiões, e as regiões geográficas, todas estabelecidas pelo IBGE em 1989 e 2017, respectivamente. A regionalização do IBGE em mesorregiões e microrregiões, subdividiu o Estado de Minas Gerais em 12 mesorregiões e 66 microrregiões.

As 12 mesorregiões estabelecidas pelo IBGE na década de 1990 foram: Norte de Minas, Noroeste de Minas, Central Mineira, Triângulo Mineiro, Vale do Rio Doce, Vale do Mucuri, Jequitinhonha, Zona da Mata, Campo das Vertentes, Oeste de minas, Sul/Sudoeste de Minas e Metropolitana de Belo Horizonte. Na regionalização por regiões geográficas proposta pelo IBGE, por sua vez, subdividiu-se o território mineiro em 13 regiões geográficas intermediárias cujos nomes se remetem ao polo regional (Belo Horizonte, Montes Claros, Teófilo Otoni, Governador Valadares, Ipatinga, Varginha, Pouso Alegre, Uberlândia, Uberaba, Patos de Minas, Juiz de Fora e Divinópolis) e 70 regiões geográficas imediatas (figura 2).

ISBN: 1981-1047

Figura 2: Comparação de Regionalizações em Minas Gerais-1989 e 2017

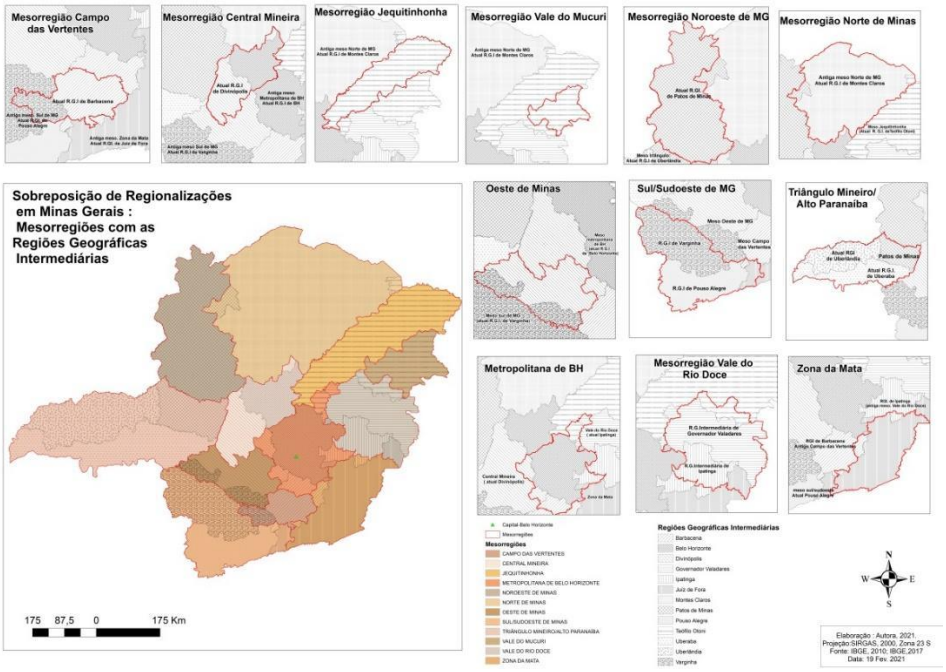


Fonte: a própria autora.

As 13 regiões geográficas, também subdividam-se assim como as mesorregiões, mas, ao contrário de 66 microrregiões como na regionalização anterior, estabeleceu-se nesta nova regionalização 70 regiões geográficas para Minas Gerais. E, com o intuito de identificar as mudanças ocorridas de uma regionalização para outra, elaborou-se o mapa da figura 3, que demonstra, pontualmente, as alterações ocorridas no território mineiro. Agregou-se a mesorregião Jequitinhonha com a mesorregião Vale do Mucuri e se formou a região geográfica intermediária de Teófilo Otoni. A mesorregião Triângulo mineiro foi subdividida em duas regiões geográficas intermediárias: Uberlândia e Uberaba e a porção leste da mesorregião triângulo mineiro integrou a nova região geográfica intermediária de Patos de Minas (figura 3).

ISBN: 1981-1047

Figura 3: Sobreposição de Regionalizações em Minas Gerais- 1989 e 2017



Fonte: a própria autora.

Situação parecida ocorreu com a mesorregião Sul/Sudoeste que se transformou nas regiões intermediárias de Varginha e Pouso Alegre. A Mesorregião Zona da Mata transfigurou-se na região intermediária de Juiz de Fora, que se estendeu até a porção sul da antiga mesorregião Vale do Rio Doce e leste da mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte. A mesorregião Vale do Rio Doce se estendeu para a parte oeste da mesorregião Zona da Mata e perdeu uma parcela sul para a mesma mesorregião. Além disso, a mesorregião Vale do Rio Doce se compartimentou nas regiões geográficas intermediárias de Governador Valadares e Ipatinga (figura 2).

A mesorregião Oeste de Minas perdeu parte do seu território para a mesorregião Sul/ Sudoeste de minas e ocupou parte das mesorregiões Central Mineira e Metropolitana de Belo Horizonte, se transformando na região geográfica intermediária de Divinópolis. A mesorregião Norte de Minas transformou-se na região geográfica intermediária de Montes Claros, que se estendeu até a porção centro-leste da mesorregião Noroeste de Minas, denominada nesta nova regionalização de Patos de Minas. E as antigas mesorregiões Metropolitana de Belo Horizonte e Central Mineira deram lugar às regiões geográficas intermediárias de Divinópolis e Belo Horizonte (figura 2).

ISBN: 1981-1047

As redes urbanas, hierarquia de cidades e as áreas conurbadas entre as regiões foram levadas em consideração na nova regionalização por regiões geográficas, além das transformações espaciais ocorridas da década de 1990 a 2010 como o crescimento populacional e a urbanização dos centros urbano-regionais. No próximo tópico, se fará uma breve discussões sobre essas temáticas, buscando estabelecer relações sobre os intuitos de se elaborar uma nova compartimentação do território brasileiro, mas com foco para Minas Gerais, a unidade espacial escolhida nesta pesquisa.

Tecendo Algumas Discussões Sobre os Motivos de Elaborar uma Nova Regionalização

Por que novas regionalizações são propostas? As mesmas fazem parte de planos urbano-regionais submetidos pelos agentes governamentais para mascarar algumas situações que ainda não foram superadas? Villaça (2000) relata que quando os planos instituídos pelo Estado não surtem mais o efeito desejado, mudam-se os planos, pois é muito mais fácil incorporar novos aspectos ao planejamento urbano-regional do que admitir que os mesmos falharam.

No caso das regionalizações designadas pelo IBGE em 1989 e 2017, pode-se perceber os dois lados da situação discutida anteriormente: foram incorporados novos aspectos, pois a dinâmica das regiões brasileiras se alteraram, mas, ao mesmo tempo, a nova subdivisão também pode fazer parte do objetivo de mascar as mazelas que as unidades espaciais ainda vivenciam. Minas Gerais, como apresentado no tópico anterior, possui muitas dissimilaridades nas esferas sociais, econômicas e culturais. Portanto, neste tópico alguns dos intuitos de se estabelecer uma nova regionalização serão explanados, quais sejam: as redes urbanas, a hierarquia de cidades, as áreas conurbadas, a Constituição de 1988 e a mudança dos eixos rodoviários.

A mudança da compartimentação do território brasileiro de mesorregiões e microrregiões para regiões geográficas se relaciona com à inserção de pólos e redes que reestruturaram as delimitações geográficas, algumas mais aparentes do que outras (IBGE, 2017, p.3). Usufruiu-se dos pressupostos teóricos das redes urbanas e da hierarquia das cidades, inclusive da região de influência de cidades (REGIC) elaborada pelo mesmo órgão estatístico em 2007. As redes são estudadas em diversas áreas do conhecimento, inclusive,

 ISBN: 1981-1047

na Geografia, a partir das redes urbanas. As redes urbanas são muito importantes para organização do território e para os agentes envolvidos no planejamento urbano-regional (ALVIM, 2009, p. 17). A definição da hierarquia da rede urbana brasileira, segundo o REGIG foi realizada tendo como base 5 níveis de centralidade, que também se subdividiram em 2 ou 3 níveis hierárquicos (REGIC, 2007, p. 11). No primeiro nível hierárquico, tem-se as metrópoles, divididas em grande metrópole nacional, metrópole nacional e metrópole. No caso brasileiro, a grande metrópole nacional seria São Paulo, as metrópoles nacionais seriam Rio de Janeiro e Brasília. Belo Horizonte, se encaixa na categoria de metrópoles propriamente ditas, juntamente com Fortaleza, Manaus, Belém, Recife, Salvador, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre.

O segundo grau da hierarquia é composto pelas capitais regionais, subdivididas em capital regional A, com cidades com medianas de 955 mil habitantes e 487 relacionamentos, capital regional B, constituído por cidades por volta dos 435 mil habitantes e 406 relacionamentos e as capitais regionais C, representadas por cidades com 250 mil habitantes e 162 relacionamentos. Em Minas Gerais, as cidades de Montes Claros e Juiz de Fora compõem exemplos de capitais regionais B e Governador Valadares, Ipatinga representam as consideradas Capitais regionais C. O centro sub-regional representa o terceiro nível na hierarquia urbana, dividindo-se em centro sub-regional A, com cidades com 95 mil habitantes e 112 relacionamentos (representado pelas cidades mineiras de Barbacena, Muriaé, Ubá, Ponte Nova, Patos de Minas, Lavras, Manhuaçu e Passos e centro sub-regional B, composto por cidades com 71 mil habitantes e 71 relacionamentos, como Cataguases, Janaúba, Caratinga, São Lourenço, Viçosa, Conselheiro Lafaiete e São João Del Rey (REGIC,2007, p. 11).

O quarto grau hierárquico, o centro de zona, também é compartimentado em 2 níveis: centro de zona A, representando cidades por volta dos 45 mil habitantes e 49 relacionamentos e o centro de zona B, em que tem-se cidades com 23 mil pessoas e 16 relacionamentos. Diamantina e Capelinha, que fazem parte da mesorregião Jequitinhonha, são exemplos de centro de zona A e a cidade de Nanuque da mesorregião Vale do Mucuri, pode ser considerada um centro de zona B. O quinto e último nível nesta hierarquia, os centros locais, são aqueles cujas centralidades não ultrapassaram os limites de seu município, não servindo de influência para as unidades espaciais que as rodeiam, podendo ser retratadas

 ISBN: 1981-1047

por uma série de unidades espaciais mineiras, dentre elas Rio Casca e Jequeri no sudeste de Minas.

A região de influência das cidades, assim como citado anteriormente, foi um dos fatores utilizados na definição da hierarquia das cidades pelo IBGE em 2007. Ao analisar o recorte das regiões geográficas, percebe-se que as mesmas também usufruíram desse critério. As regiões geográficas intermediárias de Teófilo Otoni, Uberlândia e Uberaba, são exemplos de áreas que foram reconfiguradas devido a estas apresentarem grande influência regional. As áreas conurbadas entre os municípios também foram levadas em consideração, demonstrando que a área de influência dos pares de municípios e/ou cidades extrapola os limites das regionalizações. A região geográfica intermediária de Patos de Minas, por exemplo, perdeu parte de seu território para as regiões geográficas intermediárias de Uberlândia e Uberaba, devido a fronteira entre essas unidades da federação apresentarem continuidade espacial. Outro exemplo é a junção das antigas mesorregiões Jequitinhonha e Vale do Mucuri na nova região geográfica intermediária de Teófilo Otoni, a cidade pólo da região.

O processo de ampliação e melhoria das rodovias existentes no Brasil como um todo e, inclusive em Minas Gerais, ocorrido de 1990 em diante, pode ter facilitado também a intensificação dos fluxos de bens, mercadorias e pessoas entre as regiões geográficas. Os eixos rodoviários são um dos fatores levados em consideração para se instalar empreendimentos, tendo em vista que somente o preço baixo da terra e a mão de obra barata e qualificada não garante o escoamento dos produtos. Sendo assim, muitas empresas escolhem como local ótimo de instalação de seus empreendimentos, os pontos de entroncamento de rodovias, facilitando a distribuição de seus produtos.

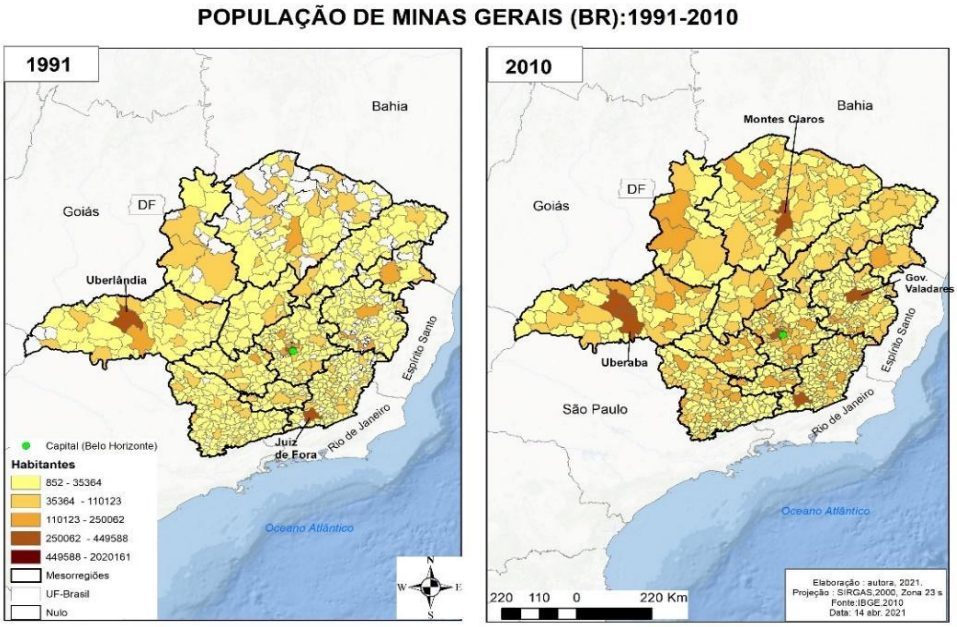
A Constituição Federal de 1988 e as emancipações ocorridas de um censo a outro concederam aos municípios segundo Magalhães (2000) a posição de ente federado, que os deixou capazes de elaborar suas próprias leis orgânicas municipais e reestruturar seus territórios. Minas Gerais teve seus municípios passando de 756 para 853 na última década do século passado, aspecto que pode ser notado pelos municípios em branco na figura 4, que só foram criados após o censo de 1991.

A demografia é outro aspecto importante a ser ressaltado, tendo em vista que a população de Minas Gerais, alterou-se do censo de 1991 para 2010, sendo que alguns

 ISBN: 1981-1047

municípios foram criados neste período. Grande parte dos municípios mineiros em 1991 (figura 4) apresentavam-se no intervalo de 852-35.364 habitantes, entretanto, a situação se alterou em 2010, e muitos desses passaram a pertencer as classes intermediárias (35.34-110.123 e 110.123-250.062). Na década de 1990, Minas Gerais possuía somente com 3 municípios na classe de 250.062-449.558 habitantes: Uberlândia a leste, Belo Horizonte na porção central e Juiz de Fora a sudeste.

Figura 4- População de Minas Gerais-1991 a 2010



Elaboração: a própria autora.

Os municípios de Uberlândia e Juiz de Fora foram mantidos nesta classe no censo de 2010, mas, neste novo recenseamento incorporou-se outros municípios neste intervalo, como é o caso de Montes Claros a norte, Uberaba, a oeste e Governador Valadares a leste (figura 4). A classe enunciada anteriormente representa os municípios mais populosos depois de Belo Horizonte, município mineiro que possui maior densidade demográfica, enquadrando-se na classe de 449.588-2.020.161 habitantes.

Agregando todos os aspectos levados em consideração neste tópico, redes urbanas, hierarquia de cidades, população, Constituição de 1988 e áreas conurbadas, diz-se que a cada regionalização proposta incorporam-se novos elementos que auxiliam em analisar o espaço

 ISBN: 1981-1047

geográfico de forma mais detalhada. Entretanto, muitos desafios ainda devem ser enfrentados e uma releitura das questões regionais não segregacionistas ainda deve ser pensada. Processos de regionalização que não levem em consideração os grupos minoritários, principalmente nos países latino-americanos, como é o caso do Brasil, podem parecer muito limitados (HAESBERT, 2020, p. 15).

Conclusões

As conceituações de região, análise regional e regionalizações utilizadas nesta pesquisa auxiliaram na compreensão das regionalizações propostas pelo IBGE de mesorregiões, microrregiões e regiões geográficas em Minas Gerais. O objetivo geral desta pesquisa, comparar as regionalizações de 1989 e 2017 do IBGE demonstrou que modificou-se a compartimentação do território de Minas Gerais de 12 mesorregiões para 13 regiões geográficas intermediárias, devido à inserção de pólos e redes que alteraram suas delimitações geográficas. A hipótese elaborada nesta pesquisa foi validada, tendo em vista que o IBGE levou em consideração as redes urbanas, a hierarquização dos centros urbanos e as áreas conurbadas entre as unidades espaciais para propor a regionalização de regiões geográficas.

A regionalização proposta em 2017 levou em consideração também as áreas conurbadas entre os municípios, demonstrando que a zona de influência administrativa, econômica, e cultural de uma unidade espacial ultrapassa os limites geográficos impostos pelos agentes federais. Esses aspectos puderam ser bem percebidos na sobreposição dos mapeamentos, que revelou que grande parte das regiões limítrofes entre as regiões geográficas foram agrupadas devido a estas apresentarem continuidade espacial. As mudanças dos eixos rodoviários permitiram também novas relações aos pares de municípios e/ou cidades que conseguiram distribuir melhor suas mercadorias e instalar seus empreendimentos em locais de mais fácil acesso. Além disso, deve-se citar a Constituição de 1988 que concedeu as unidades espaciais maior autonomia para reestruturar seus territórios, auxiliando no processo de modificação da dinâmica das regiões.

Desse modo, entende-se que as regionalizações planejadas em países latino-americanos, devem precisamente levar em consideração os grupos sociais excluídos e suas desigualdades socioeconômicas, com vistas a facilitar a gestão de seus territórios. Por fim, pode-se dizer que de norte a sul, o Estado de Minas Gerais possui diferentes graus de

 ISBN: 1981-1047

urbanização, quantidade de população, índices de desenvolvimento e características fisiográficas e climáticas distintas. Sendo assim, dificilmente se conseguirá fazer uma compartimentação do território fidedigna a realidade, mas deve-se vangloriar que a cada regionalização proposta são incorporados novos aspectos, facilitando a análise do espaço geográfico.

Referências

AMORIM FILHO, O. B.; ABREU, J. F. Ciudades intermédias y tecnópoles potenciales en Minas Gerais-Brasil. **Tiempo e Espacio**, Chillan (Chile), Universidad del Bio-Bio, n.9-10, p.23-32, 2000. Disponível em: http://revistas.ubiobio.cl/index.php/TYE/article/view/1625. Acesso em: 20 abr.2021.

AMORIM FILHO, O.B. A pluralidade da Geografia e as Abordagens Humanistas/Culturais. **Caderno de Geografia**, v.16, n.26, p.35-58, 2006. Disponível em: http://bib.pucminas.br/arquivos/350000/351600/25_351611.htm. Acesso em :07 abr. 2021.

ALVIM, A.M.M. **Análise da Rede Urbana de Minas Gerais a partir de fluxos migratórios**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=189625. Acesso em: 19 mar. 2021.

BERTOLUCCI JR, L. Dinâmica demográfica e a recente divisão regional do Brasil: As regiões geográficas de Uberlândia, Patos de Minas e Uberaba localizadas no estado de Minas Gerais**.** In: BERTOLUCCI JR, L (org). **Dinâmica demográfica e a recente divisão regional do Brasil: As regiões geográficas de Uberlândia, Patos de Minas e Uberaba localizadas no estado de Minas Gerais**, v. 1/5, 2019, p.1-11. Disponível em: http://www.ieri.ufu.br/system/files/conteudo/cepes_pe_aesdrgiu_2019_vol01_dinamica_demografica_e_recente_divisao_regional_1.pdf.Acesso em: 19 Fev. 2021.

BOURDIEU, P. **O Poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz -16ª edição – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CORRÊA, R. L. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Editora Ática, 2003. 7ª ed. Série Princípios.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C; CORRÊA, R.L. (orgs.). **Geografia conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.p-11-47.

 ISBN: 1981-1047

DINIZ, A. M.A; BATELA, W. B. O Estado de Minas Gerais e suas regiões: um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização. **Sociedade e Natureza**. Uberlândia, p. 59 -77, 2005. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadenatureza/article/view/9208. Acesso em: 07 abr. 2021.

DOLLFUS, O. **O Espaço Geográfico**. 3 ed. Rio de Janeiro – São Paulo, 1978.

HAESBERT, R. Região, Regionalização e regionalidade :questões contemporâneas. **Antares**, Caxias do Sul, nº3. p.-2-24, Jan./jun. 2010.Disponível em: http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/antares/article/view/416. Acesso em: 13 abr. 2021.

HAESBERT, R. Regionalizações Brasileiras: antigos e novos legados. **Confins-Revue franco-brésilienne de Géographie.** São Paulo, n. 44, p. 1-18, 2020. Doi: https://doi.org/10.4000/confins.26401.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de Influência das Cidades,2007-REGIC**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão político administrativa do Brasil,** 2015. Disponível em: www.ngb.ibge.gov.br. Acesso em: 07 abr. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)**. Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017**-Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

LENCIONI, S. **Região e Geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

MAGALHÃES, J. L. **Quadros de. Poder Municipal**. 2ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

REGIÃO. In*:* FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1986, p.1474.

SOARES, Thiago Leonardo. **Indicador de desenvolvimento municipal (2000-2010):** atlas da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). 2015. Dissertação (mestrado em Geografia) -Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/TratInfEspacial_SoaresTL_1.pdf?_ga=2.56541035.1352067646.1602511681-672512445.1596724161. Acesso em: 23 Out.2020.

VILLAÇA, F**. Perspectivas do Planejamento Urbano no Brasil de hoje**. Campo Grande, 2000. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2080299/mod_resource/content/1/Villa%C3%A7a%20planejamento%20urbano.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

Agradecimentos

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de dedicação exclusiva ao mestrado concedida.

FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL E MOBILIDADE: CIDADE TIRADENTES NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO[49]

GT – Espaços urbanos e rurais na contemporaneidade

Renata Cristina Rizzon
renata.rizzon@unesp.br
Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT Unesp)

Alejandro Morcuende González
morcuende.gonzalez@unesp.br
Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT Unesp)

Resumo

Considerando as mudanças ocorridas nos últimos anos na Região Metropolitana de São Paulo, que possuem rebatimento em áreas como a periferia devido às suas interações, o objetivo deste artigo é o de demonstrar as transformações ocorridas no Distrito de Cidade Tiradentes, no extremo leste da cidade, com relação à mobilidade e acessibilidade dos moradores, ao passo que se conferiu a necessidade de maior pesquisa e avanço de estudos na área. A hipótese é a de que Cidade Tiradentes não mais se constitua no conceito de Cidade-Dormitório, segundo o esquema centro-periferia, baseando-se no fluxo de viagens internas e surgimento de comércios formais e informais que podem não sustentar tal definição. Utilizamos o aporte teórico para realizar a caracterização socioespacial do distrito e para destacar elementos para a compreensão das transformações, como o de fragmentação socioespacial e a seleção de dados da Pesquisa Origem e Destino da Companhia do Metropolitano de São Paulo, nos anos 2007 e 2017. Inferiu-se que apesar da existência dos comércios e intenso fluxo de viagens internas, se denota a consolidação de seu caráter periférico, embora a superação da lógica centro-periferia esteja presente, ao passo que essas mudanças não possuem capacidade de mediação de escalas.

Palavras-chave: Fragmentação socioespacial; Periferia; Mobilidade; Cidade Tiradentes

1. Introdução

O presente artigo, com base no aporte teórico, tem o intuito de realizar a caracterização socioespacial do distrito de Cidade Tiradentes, por uma perspectiva atualizada com relação às transformações ocorridas nos últimos anos e sua relação com a metrópole

[49] Este artigo é resultado de pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, por meio do Projeto FragUrb, sob a orientação de Maria Encarnação Beltrão Sposito, da Bolsa de IC (Processo nº 2019/09852-6), e da Bolsa de Pós-doutorado (Processo nº 2019/04385-0).

paulista. Além da atualização de dados que confirmem essas transformações, a hipótese é a de que o distrito, situado no extremo leste, não possa mais ser definido dentro do conceito de Cidade-Dormitório, segundo o esquema centro-periferia, baseado no fluxo intenso de viagens internas e na existência de comércios formais e informais que não sustentam essa definição, a partir da Pesquisa Origem e Destino, selecionadas as informações de 2007 e 2017 para esse texto.

Tudo isso visa avançar o objetivo especifico de observar e sistematizar as formas de mobilidade e graus de acessibilidade efetivados pelos moradores e frequentadores de Cidade Tiradentes, tendo em vista a localização, as condições de infraestrutura e as representações sociais que foram construídas no distrito e sobre ele.

Assim, o artigo traz, em primeiro lugar, os elementos teóricos sobre a fragmentação socioespacial, como conceito que aponta para uma incipiente superação da lógica centro-periferia. Em segundo lugar, é caracterizado social e espacialmente o caso de estudo, Cidade Tiradentes, para, em terceiro ugar, analisar a dimensão da mobilidade nesta periferia paulista. Por fim, são apresentadas algumas considerações a respeito a possibilidade da superação de Cidade Tiradentes como bairro inserido estritamente no esquema centro-periferia.

2. Fragmentação socioespacial e a lógica centro-periferia

O espaço urbano capitalista caracteriza-se por ser produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço (CORRÊA, 2004, p. 11). Este, por sua vez, é resultado de múltiplos condicionantes sociais que o regem de maneira complexa e desigual, com destaque aos agentes imobiliários, que agem diretamente no preço da habitação e ao Estado, que regulamenta o uso da terra e é capaz de promover a infraestrutura espacial urbana.

As diferentes formas de apropriação desses espaços urbanos, regidas por diferentes agentes, produzem, nas cidades, diferentes padrões que, em sua forma e localização, revelam a classe e o poder de organização territorial a qual pertencem. Esse poder, por meio da condição socioeconômica dos indivíduos, segmentos e classes, valoriza o espaço consumido, produzindo e reproduzindo a segregação socioespacial pois, segundo Villaça (2001), ao citar as metrópoles brasileiras, as elites concentram-se em um setor da cidade, para o qual buscam

 ISBN: 1981-1047

atrair investimentos públicos e privados, sendo a acessibilidade um produto social.

Por outro lado, àqueles aos quais não é conferido o poder de escolha e organização territorial, constitui-se uma série de dificuldades que reduzem e/ou excluem esses citadinos do chamado "direito à cidade" (LEFEBVRE, 1975 [1968]). Essa redução e/ou exclusão refere-se às múltiplas dimensões que compõem as práticas cotidianas espacializadas nas cidades, sendo que sua primeira condição se realiza na dimensão do habitar.

A construção de habitações, em vínculo com o Banco Nacional de Habitação, deveria vir a ser uma política de promoção da construção e aquisição da casa própria, especialmente pelas classes de menor renda (CPDOC, 2009). Como menciona Alcantara (2018, p. 27), essa política possibilitou a obtenção de residências às famílias, particularmente por meio da construção de gigantescos conjuntos habitacionais, localizados nas áreas de expansão das cidades.

Tais conjuntos, situados na periferias urbanas e distantes dos grandes centros, acabam, muitas vezes, por limitar as práticas espaciais ocorridas no espaço urbano. A ausência ou precariedade de equipamentos públicos e de infraestrutura e de serviços redireciona a vida cotidiana, limitando-os somente ao habitar, o que não ocorre, por exemplo, com citadinos de maior poder aquisitivo, que possuem situação espacial que lhes garante fácil acesso aos meios de consumo coletivo

A distância da habitação em relação aos grandes centros pode ser considerada o fator primeiro da redução, e da dificuldade, ao acesso integral às cidades, em sua totalidade. Por sua vez, a segregação imposta (CORRÊA, 2004) materializada pela localização, redimensiona as dimensões da vida cotidiana, limitando essencialmente a mobilidade, o lazer e também o trabalho dos citadinos aos quais foi imposta a segregação.

Ao cada vez mais restrito e diferenciado acesso à cidade, que pode ser caracterizado como um fenômeno e um processo atual das cidades, marcado pelo distanciamento entre citadinos de diferentes classes, dá-se o nome de fragmentação socioespacial. SPOSITO (2011) conceitua que

> [...] para se compreender a realidade contemporânea, não apenas nas metrópoles, mas em cidades de diferentes portes e que têm níveis diversos de complexidade na combinação de seus papéis urbanos, pode- se falar de um processo que não é mais apenas de segregação

 ISBN: 1981-1047

> socioespacial, nela incluída as iniciativas de autossegregação. Trata-se de aprofundamento das desigualdades, negando as possibilidades de diálogo entre as diferenças, o que justifica a adoção da noção de fragmentação socioespacial [...]. (SPOSITO, 2011, p. 142).

Há a constituição da fragmentação socioespacial, em decorrência da atuação dos agentes que operam na arena do mercado imobiliário -, uma vez que a grande incidência de espaços residenciais fechados de alto padrão, por exemplo, são resultado de uma percepção crescente da insegurança, que não se baseia apenas na representação social da violência e dos "outros violentos", mas envolve aspectos subjetivos relacionados às mudanças globais, ainda que expressos pela referência a problemas cotidianos (GOES; SPOSITO, 2014, p. 2).

A fragmentação socioespacial é, assim, o conceito central deste artigo. Ele tem sido utilizado para a análise de diversos processos socioespaciais, habitualmente vinculado às fortes reestruturações urbanas ocorridas em todas as cidades do mundo, pelo menos, desde os anos 1970. O conceito foi utilizado para explicar o aprofundamento de dinâmicas já existentes, como a segregação, o crescimento das periferias urbanas, o surgimento de um novo tipo de cidade e, também, como um novo paradigma para os Estudos Urbanos, entre outras esferas da vida urbana (SANTOS, 1990; VIDAL, 1994; PRÉVÔT-SHAPIRA, 2001; SPOSITO y GÓES, 2013; DUHAU y GIGLIA, 2016).

Essa constatada polissemia do termo não permite a imprescindível apreensão do conceito, obrigando o estabelecimento dos limites do debate sobre a fragmentação socioespacial. Alguns dos obstáculos analíticos principais, apresentam: a) um peso excessivo dos aspectos formais associados ao urbanismo, entendido como a intervenção e gestão do espaço construído; b) um olhar restringido aos processos de segregação, amiúde restrito à determinação social de bairros e áreas urbanas; c) uma fixação pelos elementos visíveis e cartografáveis; d) um olvido daquelas variáveis temporais; e, e) uma clara inclinação para o fixo, frente ao movimento.

Os limites que orientam essa proposta, por sua vez, fazem com que o conceito de fragmentação socioespacial deva estar associado a outros, visando a superação da autorreferência. Dentre eles, os conceitos de mobilidade, de práticas espaciais e de cotidiano auxiliam ao principal. Da associação deles, surge uma concepção da fragmentação como um conjunto de tendências histórico-políticas que se superpõem no tempo. De todas elas, a

 ISBN: 1981-1047

reflexão aqui vai focar nos processos de superação do esquema centro-periferia.

Esse esquema foi cristalizando nos sucessivos modelos da Escola de Chicago, formulados na primeira metade do século XX. Desde o original de Ernest Burgess, em que o caso de Chicago era sobrelevado, até os mais sofisticados de Chauncy Harris e Edward Ullman, nos quais já aparecia uma organização em diferentes centros.

Por outro lado, no que se refere aos estudos sobre gentrificação, iniciados por Ruth Glass nos anos sessenta, embora analisassem um movimento em sentido contrário - a recuperação do centro por parte de grupos sociais de alta renda-, a explicação continuou baseando-se na relação centro-periferia (CARRERAS, 2016).

As cidades pré-industriais caracterizaram-se, grosso modo, por um espaço interno homogêneo, com uma mistura de usos comerciais e residenciais. É a partir da consolidação da cidade industrial que o centro aparece marcado pela separação das funções no espaço e a consequente segregação socioespacial. Um processo cujas origens foram descritas por Friedrich Engels em *A condição da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845).

As transformações sociais, políticas, econômicas e culturais iniciadas nos anos 1970, apontam para uma importante reestruturação das relações espaço-sociedade, que Lefebvre sintetizou no par implosão-explosão (LEFEBVRE, 1972) e, com elas, a necessária atualização das ferramentas teóricas e metodológicas. Para o caso do centro-periferia, Schmid (2014, p.68) afirma que a nova característica da urbanização é que a centralidade está se tornando geral, onipresente e ainda assim efêmera.

Por um lado, o caráter onipresente manifesta-se na existência de áreas consideradas periféricas com caraterísticas de centro, que levam à queda da condição marginal na estrutura espacial urbana. Essas áreas não se situam mais numa posição longe de um centro, mas em interstícios, espaços entre vários corpos. Por outro lado, porém num mesmo sentido, a centralidade é, também, efêmera, pois tem setores da periferia que conseguem escapar ao centro, redefinindo-se por meio da mediação que um lugar, a partir de redes, escalas, fronteiras, logra estabelecer com outros (SCHMID, 2014). Os condomínios fechados de alto padrão, são a melhor expressão urbanística dessa periferia que consegue escapar ao centro, pois concentram serviços e equipamentos no interior, constituindo-se em espaços totais e rejeitando o exterior e o diferente.

Na escala intraurbana, a esse processo de superação do esquema centro- periferia,

 ISBN: 1981-1047

é atribuído às novas dinâmicas espacializadas nas cidades, materializadas por áreas comerciais crescentes e outras atividades que descentralizam a hierarquia do centro 'principal', que pode igualmente conduzir o processo de fragmentação.

A descentralização passa então a redefinir e superar a dinâmica centro- periferia pela formação dos subcentros, transformando os espaços urbanos, que se diferenciam de acordo com seus próprios aspectos socioespaciais. Sposito (2001) aponta três pontos importantes no que se refere às dinâmicas no espaço urbano, decorrentes da redefinição centro-periferia:

> a. Nova lógica das indústrias com relação ao espaço (flexibilização do uso do espaço), através da diminuição das plantas industriais e separação entre gestão e produção, sendo que esta última concentrando-se na periferia;
> b. Nova configuração do habitat urbano e diferentes formas de assentamentos humanos. Instalação de conjuntos habitacionais na periferia de metrópoles, grandes e médias cidades para população de baixo poder aquisitivo. Para população de classe média e alta os villages que divulgam a qualidade de vida, localizando-se fora e dentro das áreas urbanas e tem-se também as cidades satélites, exemplo Brasília, nas quais a função sócio-econômica está atrelada ao planejamento urbano;
> c. Novas localizações de equipamentos de consumo e prestação de serviços (shoppings centers, hipermercados, centros empresariais, outros), que geralmente se instalam em áreas antes não loteadas, assim reforçando a produção de novas centralidades ou a polinucleação.

Desse modo, o surgimento de múltiplas atividades reconfigura-se por meio de diferentes localizações, distribuindo-se além do centro da cidade, transformando também as práticas espaciais e seus respectivos deslocamentos cotidianos, ainda que essa redistribuição espacial esteja inserida no processo de fragmentação.

O que se apresenta aqui, pois, é um exercício com o qual pretendemos nos aproximar de uma periferia da metrópole de São Paulo, sob o ângulo analítico da fragmentação socioespacial e os conceitos a ela associados. Uma periferia que tem sido modificada por meio de diversos processos fragmentários, que permitem explicar hoje Cidade Tiradentes, também em relação com a Região Metropolitana de São Paulo.

 ISBN: 1981-1047

3. Cidade Tiradentes na metrópole paulista

3.1 Os contextos de enquadramento e origem

Cidade Tiradentes, distrito do município de São Paulo, localizado no extremo Leste, não fugiu às condições de fragmentação socioespacial, constituindo-se como o maior complexo de conjuntos habitacionais da América Latina, dispondo de cerca de quarenta mil unidades, desde a criação da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo, na década de 1980 (SUBPREFEITURA DE CIDADE TIRADENTES, 2020).

Como área da periferia da metrópole paulistana, Cidade Tiradentes contém uma diversidade de dinâmicas entrelaçadas com a metrópole, marcada pela construção dos conjuntos habitacionais, pelo estigma territorial sofrido por seus moradores e o processo de lutas cotidianas frente ao distanciamento como barreira social e espacial.

Frente aos processos de "reestruturação urbana", que constituem dinâmicas e processos atinentes aos espaços regionais e/ou ocorridos no âmbito das redes urbanas, e aos de "estruturação ou reestruturação da cidade", compreendendo dinâmicas e processos que ocorrem na escala intra- urbana (SPOSITO, 2007), confere-se a importância de revisitar definições e caracterizações frente às periferias, em consonância com o centro das cidades, uma vez que as práticas espaciais e o conteúdo lá existentes podem estar passando por transformações (D'ANDREA, 2020).

Pode-se datar a formação da Cidade Tiradentes pelo marco da criação da Companhia Metropolitana de Habitação – COHAB, em 16 de dezembro de 1965. Antes disso, Cidade Tiradentes fazia parte de Guaianases –que se tornou distrito na década de 1960, juntamente com Itaquera - não aparecendo na distribuição de distritos e subdistritos do mapa oficial do município. Guaianazes, Itaquera e Cidade Tiradentes formavam, até o século XIX, o Antigo Aldeamento de São Miguel.

Já nos anos 1970, a Companhia Metropolitana de Habitação, em conjunto com o poder público, iniciou a aquisição da Fazenda Santa Etelvina, uma gleba de terras constituída por chácaras e sítios esparsos, cercados por trechos da Mata Atlântica. Sua finalidade principal, não somente com relação ao distrito, era o de "favorecer o acesso à habitação digna à população de menor renda, obedecendo às normas e critérios estabelecidos pelo Governo Municipal e pela legislação federal" (COMPANHIA METROPOLITANA DE

 ISBN: 1981-1047

HABITAÇÃO DE SÃO PAULO, 2019). Essa aquisição de glebas deu início à maior intervenção habitacional, inaugurada em 21 de abril de 1984 – data em que faz jus ao nome do Distrito, em homenagem a Tiradentes–, com 15 quilômetros quadrados de edificações, aproximadamente. É importante ressaltar que já existiam outras formas de habitação anterior à inauguração da COHAB, mas que sua inauguração impulsionou o crescimento populacional daquela área.

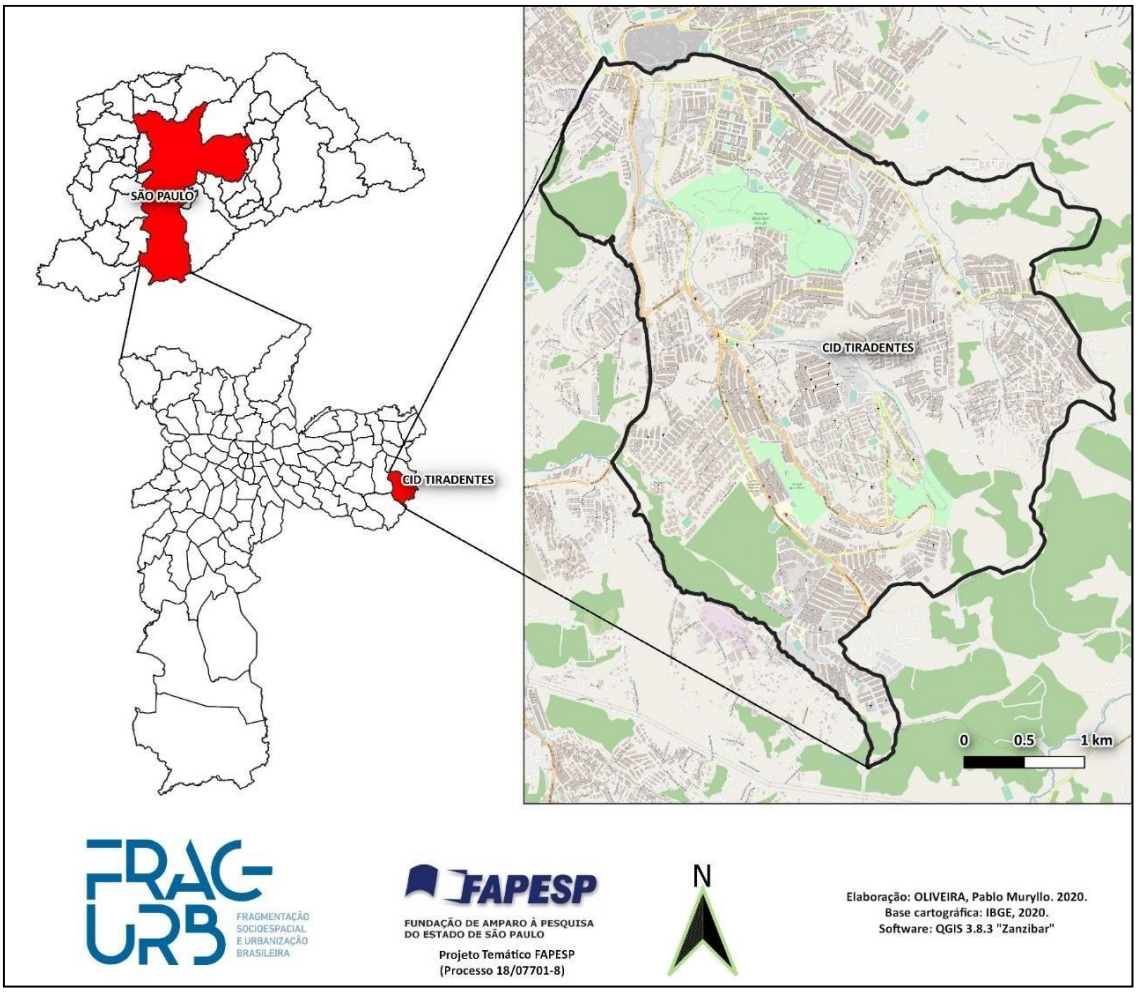
Na década de 1960, o bairro contava com 1.418 moradores e aumentou para 96.281 habitantes, quando da finalização da construção das edificações. Cordeiro (2009) aponta uma transformação urbana e demográfica do local, além da modificação de sua fisionomia e configuração espacial; além disso, chama a atenção para a intensa ocupação da periferia da zona leste de São Paulo pela corrente migratória vinda do Nordeste, marcando esse crescimento populacional.

3.2 Caracterização socioespacial

Atualmente, o Distrito de Cidade Tiradentes está localizado (Figura 1) na extremidade da zona leste paulistana, faz fronteira com o município de Ferraz de Vasconcelos (leste) e, no município de São Paulo, com as subprefeituras de Guaianases (norte), Itaquera (oeste) e São Mateus (sul), constituindo a Zona Leste 2, localizada a 30 km da Praça da Sé, marco zero da capital.

 ISBN: 1981-1047

Figura 1: Cidade Tiradentes. Situação Geográfica. 2020



Elaboração: Oliveira, Pablo Muryllo, 2020.

A população representa 1,9% do total município de São Paulo, contando com 211.501 habitantes somente no distrito de Cidade Tiradentes (CENSO, 2010). O que o diferencia, além da longa distância até o centro, é o fato de se destacar pelos mais de 10 conjuntos habitacionais, que configuram a paisagem local. Segundo o Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras (2016), existe um processo de crescimento desordenado na porção nordeste do distrito, nas áreas de Vila Yolanda, Jardim Pérola e Jardim Fátima.

ISBN: 1981-1047

Tabela 1: Distrito de Cidade Tiradentes. Dados Gerais. 2007 e 2017

ANO	2007	2017
Domicílios	62.017	73.282
Famílias	62.667	74.250
População	237.239	229.988
Matrículas Escolares	53.603	63.474
Empregos	27.601	45.845
Automóveis Particulares	17.555	27.650
Renda Per Capita (R$)	346	828
Renda Média Familiar (R$)	1.311	2.540
Área Total (Ha)	1.495	1.495

Fonte: Metrô/SP – Pesquisa Origem e Destino (2007) e Pesquisa Origem e Destino (2017).
Organização: Autores, 2020.

Ao comparar os dados gerais, produzidos pela Pesquisa Origem Destino nos anos 2007 e 2017, nota-se a expressiva diminuição da população, com redução de cerca de 3%; já o número de empregos no Distrito obteve aumento de 66%, em um período de 10 anos; a renda per capita igualmente chama a atenção, com um aumento que leva à ultrapassagem o dobro do valor, quando comparado 2017 a 2007, ainda que os dados não tenham sido deflacionados.

O aumento de matrículas escolares no período analisado pode ter como motivação a inauguração do Centro Educacional Unificado (CEU) de Cidade Tiradentes, no ano de 2007, que contou com a ampliação da Educação Infantil e de Ensino Fundamental, além da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Já o aumento em quase 60% da aquisição de automóveis particulares pode explicar-se pelo aumento da renda média familiar e sobretudo pela dificuldade da mobilidade no distrito por meio do transporte coletivo.

A renda é um fator de destaque, já que o distrito apresenta altos índices de vulnerabilidade social e baixos índices de desenvolvimento, pois mais de 80% da população possui renda igual ou inferior a três salários mínimos (SUBPREFEITURA DE CIDADE TIRADENTES, 2020).

ISBN: 1981-1047

Como território marcado pelo adensamento de conjuntos habitacionais, Cidade Tiradentes está demarcada pela Zona Especial de Interesse Social 1 (ZEIS 1), constituindo, quando da regularização de assentamentos habitacionais populares pela Lei 16.402/2016, 27,2% da área caracterizada pela presença de favelas e loteamentos irregulares, habitados por população de baixa renda e, apenas, 3,9% constituindo a ZEIS 2, formada por glebas ou lotes não edificados ou subutilizados adequadas à urbanização (CADERNOS DE PROPOSTAS DOS PLANOS REGIONAIS DAS SUBPREFEITURAS, 2016).

Silva (2008, p. 11) destaca o processo de valorização capitalista do espaço, que ainda não se coloca como fato consumado e sim um processo em Cidade Tiradentes, ao passo que a implantação e melhoria de equipamentos e infraestrutura no distrito têm potencializado o fato. Destaca-se, portanto, a presença do Hospital Municipal Cidade Tiradentes, a Escola Técnica de Saúde Pública da Cidade Tiradentes e o CEU Água Azul, todos parcialmente inaugurados no ano de 2007 e situados na Avenida dos Metalúrgicos, importante via do distrito.

Quadro 1: Cidade Tiradentes. Principais equipamentos públicos. 2020

CULTURA, LAZER E ESPORTE	EDUCAÇÃO	SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
- Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes - Fábrica de Cultura Cidade Tiradentes - Casa de Cultura Municipal Hip-Hop Leste - Parque Municipal do Rodeio - Parque Municipal da Ciência - Parque Municipal Linear da Consciência Negra - Ginásio Poliesportivo Juscelino Kubitschek	- Centro de Educação Unificado Água Azul -Total de 20 escolas distribuídas pelo distrito - Biblioteca Comunitária Solano Trindade -Biblioteca Maria Firmina dos Reis -Biblioteca da Fábrica de Cultura Cidade Tiradentes	- Hospital Municipal Cidade Tiradentes -Escola Técnica de Saúde Pública - CRAS Cidade Tiradentes -Serviço de Assistência Social à Família (SASF) - 3 ambulatórios especializados - 12 Unidades Básicas de Saúde (UBS)

Fonte: Sistema de Consulta do Mapa Digital da Cidade de São Paulo. Disponível em: http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br**.** Organização: Autores, 2020.

ISBN: 1981-1047

Como demonstra o Quadro 1, o distrito conta com diversidade de equipamentos públicos, com destaque para os quatro parques arborizados e os três centros de cultura, que dispõem de biblioteca, cinema e oficinas para a população em diferentes faixas etárias.

Além disso, boa parte dos equipamentos, como as escolas e as Unidades Básicas de Saúde (UBS), mostram-se consideravelmente bem distribuídas pelo distrito. Algumas estão localizadas nas principais vias já nomeadas, como o Centro de Formação Cultural e a Biblioteca Maria Firmina na Rua Inácio Monteiro e o Clube Esportivo André Vital Ribeiro Soares e a Biblioteca do CEU Água Azul na Avenida dos Metalúrgicos, por exemplo.

Ao visitar o distrito, em trabalho de campo, foi possível observar mais detalhadamente sua infraestrutura e as dimensões que compõem a vida cotidiana. O destino, especificamente os conjuntos habitacionais Florestan Fernandes e José Maria Amaral, produzidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida Faixa 1, permitiu observar algumas questões em seu percurso. Da Vila Paulista, local onde as 396 unidades do conjunto estão situadas, pode-se realizar o trajeto ao Terminal de Cidade Tiradentes a pé, com duração de quinze minutos.

Há de se prestar atenção, ainda, para os espaços comerciais construídos nos conjuntos habitacionais promovidos pela CDHU, além da quantidade de estabelecimentos comerciais e de serviços em vias principais, como a já mencionada Avenida dos Metalúrgicos e a ausência de grandes equipamentos desse setor como *shopping centers*, pois o mais próximo, *Shopping Metrô* Itaquera, localiza-se a 13 km distante do distrito.

Outro importante aspecto para caracterizar a situação socioespacial de Cidade Tiradentes e as condições de vida urbana nesse bairro está na quantidade predominante de viagens, por transporte público, para áreas da própria Zona Leste, ao passo que há apenas uma linha, o Terminal Parque Dom Pedro II, que conecta o distrito à área central da cidade, o que pode confirmar o acentuado deslocamento de moradores em direção às mais centralidades próximas.

4. A mobilidade urbana em Cidade Tiradentes

Sabe-se que a mobilidade, para a vida urbana, é considerada um elemento essencial com relação à escolha não somente da moradia, mas também está ligada à locomoção para o

 ISBN: 1981-1047

trabalho, já que os deslocamentos dispendem considerável tempo, além de definirem práticas espaciais de múltiplas categorias. Pode-se definir a mobilidade urbana como

> Um atributo das cidades se refere à facilidade de deslocamento de pessoas e bens no espaço urbano. Tais deslocamentos são feitos através de veículos, vias e toda a infraestrutura...É o resultado da interação entre os deslocamentos de pessoas e bens com a cidade" (BRASIL, MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).

Infere-se a indissociabilidade entre a mobilidade e o cotidiano urbanos, uma vez que a diferenciação socioespacial – e isso inclui as grandes distâncias e diferentes formas e condições de acessos -, está atrelada ao sistema de infraestrutura para transportes das cidades, exigindo, no caso de Cidade Tiradentes, atenção especial ao sistema de transporte público, já que segundo o Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras para a locomoção dos moradores (2016, p. 5), 58% das viagens diárias locais são realizadas por meio do transporte coletivo.

Com relação à estrutura viária, Cidade Tiradentes dispõe de quatro importantes vias com diferentes acessos: i) A Estrada do Iguatemi, que possibilita o acesso à Guaianazes, onde está localizada a estação de trem (Linha Coral – CPTM); ii) A Rua Inácio Monteiro, que dá acesso às COHABs Prestes Maia, Inácio Monteiro e Vila Yolanda; iii) A Avenida dos Metalúrgicos, onde se encontram alguns equipamentos públicos, como o Terminal Cidade Tiradentes, o CEU Água Azul e o Hospital Municipal; iv) Avenida dos Têxteis que, juntamente com a Avenida Sara Kubitschek, possibilita o acesso ao distrito de Guaianases, além de dispor de aparatos de comércio, escolas e pontos de ônibus.

Percebe-se o número reduzido de vias de conexão dentro do distrito e, ainda, a necessidade de locomoção para outros distritos, como Guaianases, já que Cidade Tiradentes ainda não dispõe de serviços de trem ou metrô, havendo acentuada dependência do ônibus para o deslocamento.

A dinâmica da mobilidade, em Cidade Tiradentes, pode ser elucidada com base na pesquisa, realizada pela Companhia do Metropolitano de São Paulo: A Pesquisa Origem e Destino – OD (2017), que permite dimensionar os dados das viagens tanto para a Zona Leste

 ISBN: 1981-1047

como para as demais áreas da Região Metropolitana de São Paulo (RMPSP), demonstrando o motivo, tempo da locomoção e o meio de transporte.

Essa pesquisa, importante referência para esse trabalho, realizada a cada dez anos, desde o ano de 1977, busca investigar o padrão de viagens diárias de acordo com determinada região, levantando também uma série de dados que constituem os motivos de deslocamento e modos de transporte, por exemplo. (COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO, 2017)

Ao abranger a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), o levantamento de dados dispõe da metodologia de Pesquisa Domiciliar, que investiga as viagens internas, realizadas dentro dos 39 municípios inseridos, e a Pesquisa da Linha de Contorno, que investiga as viagens externas à RMSP.

Além disso, na Pesquisa Domiciliar, ainda segundo a Companhia do Metropolitano de São Paulo (2017), são realizadas perguntas específicas sobre quem se desloca; motivos de deslocamento; quais modos de deslocamento e se utiliza mais de um; tempo gasto nas viagens e a origem e o destino dessas viagens.

Todas as informações levantadas cruzam-se com o contexto socioespacial vivido pelos entrevistados, como a renda, escolaridade, local de residência, habitação, que são reorientados e organizados em forma de uma matriz de viagens por zona de origem e destino.

Para a definição das zonas que farão parte das etapas de pesquisa, as chamadas "zonas OD", são levados em conta aspectos como a condição socioeconômica e a homogeneidade entre elas, além dos critérios de compatibilidade com o zoneamento dos anos anteriores, como é o caso do ano de 2007 em compatibilidade com 2017 e os limites de setores censitários do IBGE (2010) (PESQUISA ORIGEM E DESTINO, 2017).

No ano de 2017, a Região Metropolitana de São Paulo contou com 517 zonas de pesquisa, enquanto que seu município principal foi dividido em 342 zonas. Há, ainda, os conceitos utilizados para a precisão da aferição de dados. Neste texto, os principais conceitos apresentados para a análise de dados sobre o distrito de Cidade Tiradentes são: i) Modo Coletivo, que abrange metrô, trem, ônibus transporte fretado e escolar; ii) Modo Individual, considerado quando se está dirigindo automóvel, passageiro de automóvel, táxi, motocicleta e outros; iii) Viagem a Pé, realizada da origem ao destino, com a premissa de que o motivo da viagem é trabalho ou escola, independente da distância percorrida, ou a distância

 ISBN: 1981-1047

percorrida é superior a 500 metros para os demais motivos e iv) Viagens realizadas de bicicleta. (COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO, 2017)

Tabela 2: Tempo médio de viagens (minutos) produzidas por modo de viagem. 2007 e 2017

ANO	2007	2017
Coletivo	83	70
Individual	62	21
A pé	16	11
Bicicleta	0	10

Fonte: Metrô/SP – Pesquisa Origem e Destino (2007) e Pesquisa Origem e Destino (2017). Elaboração: Autores, 2020.

Para questões de entendimento, em relação aos dados comparativos da Pesquisa Origem Destino, para os dados referentes a 2007 consta apenas um zoneamento, o de número 217; já os dados referentes a 2017, são atinentes a dois zoneamentos - Santa Etelvina e Cidade Tiradentes (Zonas 229 e 230), correspondentes, entretanto, no total da área e sua delimitação, ao zoneamento de 2007. Para o agrupamento dos dados de 2017, foi realizada a média de ambos os zoneamentos (229 e 230), já que eles se referem ao tempo médio de viagens em minutos.

O que se pode observar é a redução do tempo médio por modo coletivo, em que se considera o metrô, trem, ônibus, transporte fretado e escolar, em treze minutos. Outro dado que sobressai refere-se ao tempo médio das viagens individuais (dirigindo automóvel, passageiro de automóvel, táxi, motocicleta e outros), que reduziu mais da metade do tempo. O tempo médio das viagens a pé, considerando quando o motivo da viagem é trabalho ou escola e a distância percorrida é superior a 500 metros para outros motivos, permaneceu praticamente a mesma.

Em relação ao tempo médio de viagem de bicicleta, não havia dados para o ano de

 ISBN: 1981-1047

2007, ao passo que em 2017, o tempo médio foi de 10 minutos. Esse indicador pode significar viagens curtas, mas há expressivo aumento da utilização da bicicleta como meio de locomoção. Ressalta-se, aqui, o fato de a ciclovia localizar-se na Avenida dos Metalúrgicos, com 2 km de extensão que, apesar das alegações da pouca utilização da via e incômodo ao trânsito, a Organização Vá de Bike (2017), em conjunto com a Ciclocidade, em uma sexta-feira do ano de 2017, registrou 580 viagens em apenas 14 horas de contagem, com 69 ciclistas/hora, no horário de pico.

Tabela 3: Cidade Tiradentes. Comparativo de Viagens Produzidas por Modo Principal. 2007 e 2017

ANO	2007	2017
Metrô	28.518	33.486
Trem	4.758	15.944
Ônibus	75.520	86.683
Transporte Fretado	1.293	603
Transporte Escolar	20.672	28.828
Dirigindo Automóvel	10.467	36.262
Passageiro de Automóvel	8.284	18.467
Táxi Convencional	-	-
Táxi Não Convencional	-	1.737
Dirigindo Moto	1.211	1.481
Passageiro de Moto	-	637
Bicicleta	-	660
A Pé	134.874	142.077
Outros	-	-
Total	285.597	366.205

Fonte: Metrô/SP – Pesquisa Origem e Destino (2007) e Pesquisa Origem e Destino (2017). Elaboração: Autores, 2020.

Outro importante dado que, aliado ao tempo de deslocamento, possibilita a apreensão do cotidiano da mobilidade em Cidade Tiradentes, refere-se propriamente aos

 ISBN: 1981-1047

modais de deslocamento. Os que mais se destacam são o ônibus, já que esse pode ser considerado o principal meio de locomoção tanto para viagens internas como para o deslocamento para outras áreas; o trem e o metrô, consideradas vias de acesso a outras áreas da região metropolitana; o automóvel, que aumentou mais que o dobro, juntamente com o aumento da aquisição de automóveis particulares; para o táxi convencional, em 2007, não havia dados e, em 2017, teve aumento devido ao boom dos transportes por aplicativo e por fim, as viagens a pé, que chamam a atenção pelos números elevados, constituindo motivo de trabalho ou escola e distância percorrida superior a 500 metros para os demais motivos.

Como parte do deslocamento diário dos habitantes do distrito, distantes do centro da metrópole, um dos principais motivos diários que levam a esse deslocamento é o trabalho. No ano de 2000, segundo dados da Prefeitura de São Paulo, para uma população de quase 200.000 habitantes, constavam apenas 459 empregos disponíveis no distrito, o que pode refletir o caráter de "cidade dormitório" que Cidade Tiradentes levou e que ainda carrega como estigma.

Silva (2008, p. 9) ressalta tais dados como fortes indicadores da necessidade de deslocamento diário aos seus postos de trabalho, em outras áreas da metrópole. Ainda com relação à descrição da Prefeitura do Município de São Paulo (2004, p. 13, apud SILVA, 2008, p. 9)

> Do ponto de vista socioeconômico, a Cidade Tiradentes caracteriza-se como distrito exportador de mão-de-obra, ou seja, atividades econômicas são predominantemente familiares, de subsistência, irregulares, espalhadas por todas as áreas que compõem o distrito, normalmente concentradas nas vias de maior circulação. A segunda forma de atividade é o setor de serviços, normalmente ligado à construção civil. (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, PLANOS REGIONAIS ESTRATÉGICOS: MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, SUBPREFEITURA CIDADE TIRADENTES, p. 13, apud SILVA, 2009, p. 9).

Há que se fazer um comparativo entre a caracterização socioeconômica feita pela Prefeitura do Município de São Paulo e as mudanças que se seguiram ou permaneceram. Destaca-se, no distrito, a predominância do emprego no setor de serviços, parte do chamado Setor Terciário, compreendido por comércio e serviços, com 37.433 empregos, em

 ISBN: 1981-1047

contraponto com o Setor Secundário, com 8.412 empregos, no ano de 2017. (PESQUISA ORIGEM E DESTINO, 2017).

Ainda, no que se refere aos empregos por classe de atividade e zona de emprego, em 2017, a predominância no distrito foi de empregos na área de comércio (10.698), construção civil (6.994) e indústria (1.419). Pode-se perceber o aumento da quantidade de empregos, se comparado com o ano 2000, em que constava apenas 459 empregos.

No entanto, apesar da significativa mudança, o distrito é o que possui a menor proporção de postos formais de trabalho, totalizando 0,2 para cada 10 habitantes (MAPA DA DESIGUALDADE SOCIAL, 2018, apud 32X SÃO PAULO).

Lavos (2009, p. 56) aponta o desenvolvimento da construção civil, atrelado ao desenvolvimento industrial brasileiro, com a regulação estatal como colaboradora para o achatamento de salários e a existência de ampla informalidade nas relações trabalhistas. Pode-se relacionar, aqui, a observação da construção de garagens e lugares para o comércio em prédios da CDHU no distrito, durante o trabalho de campo.

A quantidade reduzida de empregos para os moradores de Cidade Tiradentes, quando comparada a outros distritos, direciona-os novamente à condição de deslocamento não somente para o centro 'principal' da metrópole, como também para outros subcentros, como os da própria Zona Leste.

Ao observar a predominância de linhas de ônibus, por exemplo, que levam não somente aos bairros de Cidade Tiradentes, como também a outros municípios da Zona Leste, é possível admitir que práticas espaciais da vida cotidiana nas dimensões do trabalho, lazer e consumo, estejam sendo espacializadas em centros que não o 'principal', que dista 30 km do distrito, podendo constituir multi ou policentralidades. Sposito (2013,) elucida que

> [...] Tenho usado o termo MULTICENTRALIDADE para me referir à conformação de mais de uma área de concentração comercial e de serviços nas cidades, influenciando a perda relativa do peso e da importância do centro 'principal' em estruturas espaciais tipicamente monocêntricas até então.
> [...] Reservo a expressão POLICENTRALIDADE para tratar de dinâmicas mais recentemente observadas, que se combinam com as sinteticamente descritas no parágrafo anterior, contendo-as, mas superando a lógica que orienta sua formação. São atinentes ao aparecimento de grandes superfícies comerciais e de serviços, que redefinem de modo profundo, a estrutura espacial que vinha se

 ISBN: 1981-1047

> estabelecendo no decorrer do tempo. [...] especialmente, hipermercados modernos de grandes grupos do setor, shopping centres, centros especializados de grande porte (de negócios, de serviços médico-hospitalares, de feiras, de festas etc.).

A relação de Cidade Tiradentes com as demais áreas da Zona Leste, no que se refere à composição de áreas centrais, pode ser analisada pela multicentralidade nas dimensões da vida cotidiana, já que apesar de não dispor de grandes superfícies comerciais, exercem a função da concentração comercial e de serviços para atender população que se encontra próxima à área, demandando percorrer menor distância que a necessária até o centro 'principal' de São Paulo. Do ponto de vista conceitual, trata-se, portanto, de área central que atende um setor da cidade, à qual se denomina subcentro, e que hierarquicamente é subordinada a outras áreas na cidade, como o centro 'principal', caracterizadas por maior presença de atividades terciárias e maior diversidade delas.

Guaianases, como aponta Silva (2008, p. 74), constituía-se, desde a construção da linha de trem, uma nova centralidade possível para a área, já que os moradores mais antigos costumavam realizar compras em distritos próximos, como também em Itaquera e São Mateus. Como essa informação, verificamos então que na hierarquia da multicentralidade, as áreas comerciais e de serviços desses distritos ocupam posição superior à área de mesmo tipo em Cidade Tirantes, ainda que, estejam igualmente dependentes do centro 'principal', para uma oferta mais diversificada, como, aliás o próprio sistema de circulação por transporte público indica, pois ele continua a se organizar, predominantemente, de modo radial (bairro – centro 'principal') ou diametral (bairro – bairro, passando pelo centro 'principal' da metrópole).

Ao observar o crescimento de estabelecimentos comerciais e de serviços, bem como os equipamentos públicos em Cidade Tiradentes e na Zona Leste, pode-se apontar para a discussão acerca do estigma territorial (WACQUANT, 2006) que os moradores do distrito carregam em decorrência de ele ser caracterizado como uma "Cidade Dormitório", que se limitaria apenas à dimensão do habitar no que concerne às práticas cotidianas de seus moradores.

Como consta na página da Subprefeitura de Cidade Tiradentes, o bairro foi planejado como um grande conjunto periférico e monofuncional do tipo "bairro dormitório" (SUBPREFEITURA DE CIDADE TIRADENTES, 2020). Ainda, Silva (2008, p. 36) coloca

 ISBN: 1981-1047

essa condição, aliada aos relatos dos moradores, para os quais, por muito tempo, a imobilidade e a precariedade de equipamentos de consumo e serviços básicos condenaram uma parcela da população ao "exílio" nos tempos do nascimento dos primeiros conjuntos habitacionais. Entretanto, percebe-se o surgimento de equipamentos comerciais e de serviço ao longo dos anos, como o já citado Hospital Municipal Cidade Tiradentes, o comércio crescente em vias importantes do distrito, como a Avenida dos Metalúrgicos e a existência de parques e centros culturais.

Tabela 4: Cidade Tiradentes. Quantidade de viagens diárias dos moradores por modo coletivo e área. 2007 e 2017

ANO	2007	2017
Viagens Internas Diárias	20.849	55.592
Zona Leste (*)	22.984	23.961
Centro (**)	18.947	21.195

(*) Zona Leste: Mooca, Penha, Vila Prudente, Aricanduva, Ermelino Matarazzo, São Miguel, Itaim, Guaianases, Itaquera e São Mateus.
(**) Centro: Sé, República, Bela Vista, Liberdade, Brás, Pari, Cambuci, Consolação, Bom Retiro e Santa Cecília.
Fonte: Metrô/SP - Pesquisa Origem e Destino (2007) e Pesquisa Origem e Destino (2017). Elaboração: Autores, 2020.

Ao observar a Tabela 5, que contém a quantidade de viagens diárias por modo coletivo e área, a Pesquisa Origem e Destino do Metrô permitiu comparar dados de viagens do ano de 2007 e 2017. Percebe-se o destacado aumento de 66% das viagens internas diárias ao longo desses dez anos, um aumento expressivo se comparado com o aumento das viagens para o Centro, por exemplo.

Ainda, quando se comparam os dados de viagens para a Zona Leste com viagens para o Centro, é possível observar certa paridade, o que pode significar a perda relativa do peso e a importância do centro 'principal' em estruturas até então tipicamente monocêntricas (SPOSITO, 2013).

ISBN: 1981-1047

Tabela 5: Cidade Tiradentes. Viagens Diárias Produzidas por Motivo e Zona de Origem e Viagens Diárias Atraídas por Motivo e Zona de Destino. 2007 e 2017

	2007		2017	
	Produzidas	**Atraídas**	**Produzidas**	**Atraídas**
Trabalho Indústria	5.037	1.323	15.966	16.169
Trabalho Comércio	20.686	17.784	27.523	26.775
Trabalho Serviços	63.045	66.896	85.162	76.917
Educação	155.983	157.489	168.129	169.992
Compras	16.076	16.076	16.952	18.518
Saúde	1.313	2.537	11.541	10.797
Lazer	964	745	15.925	19.813
Procurar Emprego	0	0	1.026	1.026
Assuntos Pessoais	22.494	27.214	23.374	24.148
Refeição	-	-	1.263	1.263
TOTAL	285.596	290.063	366.861	365.418

Fonte: Metrô/SP - Pesquisa Origem e Destino (2007) e Pesquisa Origem e Destino (2017)**.** Elaboração: Autores, 2020.

O que pode afirmar a hipótese ou tendência de que Cidade Tiradentes não se constitui mais como cidade dormitório, e que a valorização do espaço e do comércio em suas

 ISBN: 1981-1047

vias principais têm se estabelecido, é novamente a Pesquisa de Origem e Destino do Metrô (2017). Foi possível realizar a comparação de dados entre viagens diárias produzidas e atraídas com relação ao distrito entre os anos de 2007 e 2017.

Apesar de o total de viagens produzidas ser maior que a quantidade de viagens atraídas, o que se pode perceber é a semelhança de indicadores no que se refere às viagens produzidas e atraídas pelo motivo do trabalho na área de indústria e serviços, no ano de 2017. Os dados de indústria mostram-se relevantes ao compará-los, já que o número de viagens diárias, em 2007, era de 1.313, com um salto para 16.169 no ano de 2017.

Ainda, as dimensões em que foi observado maior quantidade de viagens atraídas, de acordo com a pesquisa, foram o trabalho no setor de comércio e serviços, também ligado às dimensões do lazer e do consumo, o que pode ser explicado pelo demonstrativo aumento de estabelecimentos desse setor no distrito; além disso, as viagens atraídas pelo motivo de saúde que obtiveram aumento significativo devem-se à ampla distribuição de equipamentos de saúde, como as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e o Hospital Municipal de Cidade Tiradentes. O aumento de viagens atraídas pode demonstrar que existe a ocorrência de práticas cotidianas no distrito, não somente associadas à dimensão do habitar e que o espaço está sendo utilizado e apropriado de múltiplas formas do ponto de vista funcional.

As novas centralidades que compõem a Zona Leste e o distrito podem apontar para uma nova tendência e a superação do fato e do estigma territorial de que Cidade Tiradentes constitui uma Cidade Dormitório, além da crescente valorização do espaço já apontada por Silva (2008), aliada ao crescimento de equipamentos de comércio, serviços, lazer e saúde.

5. Considerações Finais

De acordo com as transformações ocorridas, principalmente no que se refere à evolução da infraestrutura, como a crescente área comercial e de serviços na Cidade Tiradentes, podem ser percebidas alterações com relação às práticas dos habitantes no distrito, que aumentaram significativamente, ao observar a quantidade de viagens internas produzidas no ano de 2017, em comparação com as viagens ocorridas há dez anos atrás.

O crescente processo de valorização do espaço pelo desenvolvimento comercial e de serviços em vias principais, como é o caso por exemplo da Avenida dos Metalúrgicos, em

 ISBN: 1981-1047

que se situa não somente o Hospital Municipal, como também escolas, o Centro Cultural Arte em Construção, além de hipermercados e restaurantes, pode justificar essa mudança.

A mobilidade ainda se mostra reduzida pela inexistência de estação de trem, por exemplo, que obriga o deslocamento para a Estação Guaianases, além do tempo despendido para o centro 'principal', que ainda é elevado. Essa dimensão cotidiana pode ser destacada como um dos elementos principais que regem o processo de fragmentação socioespacial em que se insere Cidade Tiradentes e que podem reduzir o uso e apropriação do espaço de centros como o considerado principal.

Apesar de tal constatação, deve-se destacar que, por meio da Pesquisa Origem e Destino (2017), foi possível verificar elevada quantidade de viagens internas para o próprio distrito, que mais do que dobrou nos últimos dez anos, além da elevada quantidade de viagens para as próprias áreas da Zona Leste; ambas, no ano de 2017, superaram as viagens realizadas para o Centro da metrópole.

Tais dados podem conotar mudanças significativas não somente na dimensão da mobilidade, mas também relacionadas ao trabalho, nos setores de indústria, comércio e serviços, por exemplo, que atraem viagens bastante significativas quando comparadas às produzidas.

As modificações ocorridas colocam-nos diante da possibilidade da superação de Cidade Tiradentes como bairro inserido estritamente no esquema centro-periferia, o que pode confirmar também a tendência à superação do distrito como Cidade Dormitório. Isso porque, a redefinição da localização e a construção de novos equipamentos não somente no distrito, mas na Zona Leste, têm colaborado para a redefinição da importância do chamado centro 'principal' da cidade, redimensionando a mobilidade e propiciando maiores, mais diversas e intensas atividades no espaço intra-urbano, configurando, portanto, a existência de novas centralidades, ainda que se encontre em escassez de recursos de infraestrutura e serviços públicos, que acabam por levar ao deslocamento obrigatório a outros municípios ou ao denominado centro 'principal'. Por outro lado, é preciso também considerar a hipótese oposta, ou seja, em função de sua condição periférica foi necessário e possível a constituição de uma subcentralidade para atender demandas de consumo de bens e serviços de seus moradores cujas condições de acessibilidade (associadas à mobilidade urbana) ao centro principal ou a outros subcentros não são boas, tanto pela frequência e qualidade do

 ISBN: 1981-1047

transporte público, como pelo tempo cotidiano necessário aos deslocamentos para aceder as áreas de maior qualidade e densidade na oferta comercial e de serviços.

É perceptível, ainda que alguns padrões se mantenham através do tempo, como a mobilidade e o trabalho, a ocorrência de alterações no que se refere ao uso e apropriação do espaço pelos moradores de Cidade Tiradentes, ao nos aproximarmos das condições socioespaciais atuais e principais para o trabalho, que a Pesquisa Origem e Destino (2017) permitiu aprofundar.

Tudo isso aponta, pois, para a existência desse centro efêmero do qual Cidade Tiradentes parece começar a escapar. No entanto, o caráter onipresente do centro não se destaca no caso aqui apresentado. Essa onipresença ocorre mais num outro tipo de periferia, como aquelas que acolhem grandes investimentos e infraestruturas em diferentes escalas, como por exemplo o município de Guarulhos.

O que parece estar acontecendo em Cidade Tiradentes é, ao contrário, uma consolidação do seu carácter periférico, pois embora existam centralidades no âmbito do comércio e do consumo como dito, a capacidade de mediação em escalas diversas ainda é pouco significativa. Um caráter periférico que bem pode ser provisional, pois a superação da lógica centro-periferia é profunda e presente, segundo o estado da atual urbanização planetária (Brenner, Schmid, 2015), ainda que essa superação, do ponto de vista dos sujeitos sociais, possa não seja vivida ou apreendida no mesmo momento histórico e da mesma forma.

Este texto apresenta, assim, alguns avanços na análise das mudanças no ser de Cidade Tiradentes em relação à Região Metropolitana de São Paulo. São apenas alguns caminhos, vista a dificuldade decorrente de relativo esquecimento científico recente, no qual parece estar submergido o caso de estudo aqui apresentado, o que mostra, de novo, a necessidade de mais pesquisa e mais conhecimento sobre a realidade de Cidade Tiradentes, visando empiricizar muitos desses processos fragmentários que a caracterizam, resultado da mediação exercida pelas atuais relações entre espaço e sociedade.

Referências

ALCÂNTARA, Danilo Marcondes de. **“Minha Casa Minha Vida”:** trajetórias e práticas espaciais na produção de um lugar na cidade de Londrina/PR. 2018. 237 f. Tese (Doutorado

em Geografia) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - FCT Unesp, Presidente Prudente, 2018.

BERNARDO, Ricardo Billi. **Um Estudo sobre Mobilidade Urbana e Cidadania**: Os Movimentos Pendulares e a Infraestrutura de Transportes na Periferia de São Paulo – Cidade Tiradentes. 2015. 83 f. Dissertação (Bacharel em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2015.

BRENNER, Neil; SCHMID, Christian. **Towards a new epistemology of the urban?** City, 19: 2-3, 151-182. 2015.

CANDIDO, Jônatas Lima. **Multicentralidade e Policentralidade**: A Zona Norte de Londrina. In: Congresso Brasileiro de Geógrafos, 7. 2014, Espírito Santo.
BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável. Brasília, v. 6, p. 13, [s.n.], 2004.

CIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO. **Pesquisa Origem e Destino 2007**. Secretaria de Transportes Metropolitanos.

_____. Pesquisa Origem e Destino 2017. Secretaria de Transportes Metropolitanos. Síntese das informações. Pesquisa Origem e Destino 2017. Secretaria de Transportes Metropolitanos, 2017.

CARRERAS, Carles. **El centro de la ciudad postgentrificada en la sociedad de los consumidores**. En GASCA, J; Espacios del consumo y el comercio en la Ciudad contemporánea. Ciudad de México, UNAM, ISBN: 978-607-02-9130-2.

CORDEIRO, S. L. **Cidade Tiradentes e COHAB:** Moradia Popular na Periferia da Cidade de São Paulo – Projetos e Trajetórias (1960 – 1980). Tese de Doutorado em História Social pela PUC – SP, 2009. Capítulo 1 – Cidade Tiradentes: Subprefeitura na Periferia da "Cidade que mais cresce no mundo" (p. 19 – 55).

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano.** 4º Edição. São Paulo: Ática, 2004.

D'ANDREA, T. (2020). **40 ideias de periferia**. São Paulo: Editora Dandara.

DUHAU, E; GIGLIA, A. (2016). **Metrópoli, espacio público y consumo**. México: Fondo de Cultura Económica.

GOES, Eda Maria; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A insegurança e as novas práticas espaciais em cidades brasileiras**. In: Colóquio Internacional de Geocrítica, 13. 2014, Barcelona.

LAVOS, Ana Paula Alves de. **Sociabilidade em conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado**: O caso da COHAB Cidade Tiradentes. 2009. Dissertação (Mestrado em Teoria

e História da Arquitetura e do Urbanismo) Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009.

LEFEBVRE, H. **Le droit à la ville**, Paris, Éditions Anthropos, 1968.

LOPES JUNIOR, Wilson Martins; SANTOS, Regina Celia Bega Dos. **Novas centralidades na perspectiva da relação centro-periferia**. Soc. nat. (Online), Uberlândia, v. 21, n. 3, p. 351-359, Dez. de 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1982-45132009000300010&script=sci_arttext.

PRÉVOT-SHAPIRA, M. (2001). **Fragmentación espacial y social:** conceptos y realidades. Perfiles latino-americanos, Revista de la Sed Académica de México de la Facultad latino-americana de Ciencias Sociales.

SANTOS, M. **Metrópole Corporativa Fragmentada:** o caso de São Paulo. São Paulo: Edusp, 136 p.

SCHMID, C. **Networks, borders, differences**: towards a theory of the urban. In: BRENNER, N. (2014). Implosions-Explosions. Towards a study of planetary urbanization. Berlin: Jovis.

SILVA, M. R. **"Mares de prédios" e "Mares de gente":** território e urbanização crítica em Cidade Tiradentes. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo, 2008.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano**: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani; SOUZA, Marcelo; SPOSITO, Maria Encarnação (Org.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p. 123- 145. Reestruturação Urbana e Segregação Socioespacial no Interior Paulista. Barcelona, vol. XI, n. 245, 01 de agosto de 2007. Número extraordinario dedicado ao IX Coloquio de Geocritica. Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24511.htm#_edn1.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Ed. Studio Nobel, FAPESP. Lincoln Institute, 2001, 2ª Ed.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/.

Cidade de São Paulo. Histórico: Cidade Tiradentes - O bairro que mais parece uma cidade. 01 de julho de 2017. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/cidade_tiradentes/historico/index.php?p=94.

Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo. São Paulo, 05 de jul. de 2019. Disponível em: http://cohab.sp.gov.br/Historia.aspx.

CRUZ, William. **Vá de Bike.** SP: Ciclovia ameaçada de remoção tem grande fluxo de crianças, adolescentes e idosos. São Paulo, 08 de julho de 2017. Disponível em: http://vadebike.org/2017/07/ciclovia-avenida-metalurgicos-cidade- tiradentes-zona-leste-risco-remocao-retirada/.

Prefeitura de São Paulo. **Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras** - Cidade Tiradentes. São Paulo, dezembro de 2016. Disponível em: https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/planos-regionais/arquivos/.

VICENZO, Giacomo. **32xsp**: Cidade Tiradentes é o distrito com menos oportunidades de emprego. São Paulo, 22 de dezembro de 2018. Disponível em: https://32xsp.org.br/2018/11/29/cidade-tiradentes-tem-246-vezes-menos- chances-de-emprego-que-a-barra-funda/

VIDAL, L. (1995). **Les mots de la ville au Brésil**. Un exemple: la notion de fragmentation. Cahiers des Amériques Latines, n.18, p.161-181.

WACQUANT, Löic. **A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada**. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, v. 16, 2006.

 ISBN: 1981-1047

PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS FAMÍLIAS CATADORAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO LIXÃO DE NOVA OLINDA DO MARANHÃO-MA

GT – Espaços urbanos e rurais na contemporaneidade

Silvia Glaciane de Almeida Magalhães
silviama1992@gmail.com
Universidade Estadual do Maranhão - MA- UEMA

Cícero Alves Nunes
ciceroalvesadm@gmail.com
Universidade Estadual do Maranhão - MA- UEMA

Danilo Ribeiro Leite
daniloribeiro0144@gmail.com
Universidade Estadual do Maranhão - MA- UEMA

Laís Santos Pereira
rpg.lalaz0@gmail.com
Universidade Estadual do Maranhão - MA- UEMA

Resumo

Este texto apresenta resultados de uma pesquisa realizada com catadores de resíduos sólidos, tendo como objetivo a caracterização do perfil socioeconômico de famílias que atuam em um lixão de Nova Olinda do Maranhão – MA. Trata-se de uma pesquisa exploratório-descritiva que teve como sujeitos 15 famílias que coletam diariamente resíduos sólidos no lixão desse município maranhense. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário com perguntas abertas e fechadas e observação não-participante. Os dados permitiram constatar que as famílias eram de baixa renda, tendo como sustento principal o programa Bolsa Família do Governo Federal e sentiam-se excluídas socialmente por trabalharem em um lixão.

Palavras-chave: Lixão: Catadores de lixo: Perfil socioeconômico

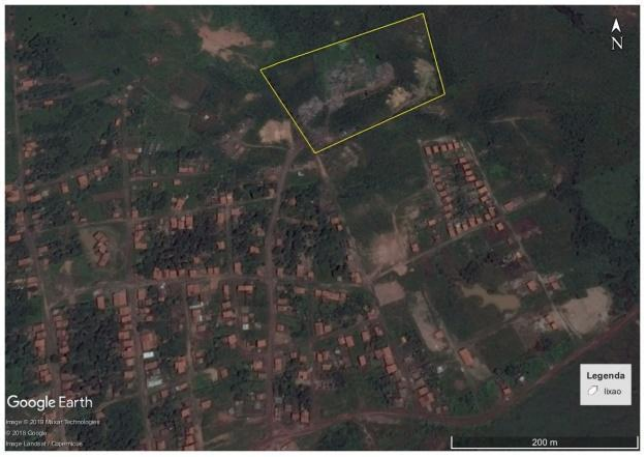
Introdução

O ambiente insalubre dos lixões pode tornar-se o local de renda para algumas pessoas, visto que, são descartados nesses locais todos os tipos de resíduos que podem ser reutilizados. Nesse âmbito, o desemprego e a baixa renda são fatores que corroboram para que as famílias se tornem catadoras de resíduos. Uma pequena parcela da população cada vez mais crescente e pouco reconhecida.

 ISBN: 1981-1047

No caso do município de Nova Olinda do Maranhão os resíduos têm como disposição final o lixão localizado na Vila Esperança (Figura 01), encontrando-se bem próximo das moradias.

Figura 01. Localização do lixão no município de Nova Olinda do Maranhão - Ma.



Fonte: Google Earth, 2019.

> A gestão de resíduos sólidos no município de Nova Olinda do Maranhão acontece de maneira inadequada, ocasionando impactos ambientais e sociais. O lixão fica localizado na Vila Esperança a céu aberto, em uma área elevada em relação à cidade. As pessoas que moram no local ficam expostas aos riscos de contaminação de doenças causadas pela disposição de resíduo próximo às suas casas. Além disso, a maioria das casas dessa vila, principalmente as mais próximas do lixão, não tem abastecimento de água, os moradores utilizam poços amazonas, que tem um risco enorme de contaminação pelo chorume gerado no lixão. Há presença de pessoas, inclusive crianças, que procuram no lixo uma maneira de sobreviver, catando materiais e alimentos que podem ser reaproveitados por eles. (MAGALHÃES, 2016, p.120).

A maioria das famílias que moram no entorno do lixão são de baixa renda, muitos desempregados e que possuem apenas o Programa Bolsa Família para sustento do lar. Por estarem muito próximos do lixão, estão sujeitos a vários tipos de contaminação pelos micro e macro vetores, como moscas, ratos, baratas e etc.. Além da contaminação pela proximidade do lixão, muitos frequentam o local em busca de algo que possa ser reaproveitado e complemente sua renda familiar. Devido a esses fatores, surgiu a necessidade de estudar os fatores que levam essas famílias a se tornarem catadores de resíduos sólidos.

 ISBN: 1981-1047

A relevância acadêmica e social da pesquisa reside principalmente no fato de que traz para conhecimento e reflexão a realidades ainda bem presentes no Brasil: falta de saneamento básico, condições precárias de mordia e subemprego. Através dos resultados encontrados na pesquisa será possível obter conhecimento mais detalhado de como essas famílias vivem e qual o nível socioeconômico que elas se encontram.

E nesse sentido, o objetivo do estudo foi caracterizar o perfil socioeconômico das famílias catadoras de resíduos sólidos no lixão do município de Nova Olinda do Maranhão - Ma. E para tanto, procurou-se identificar o perfil socioeconômico dos catadores de resíduos sólidos, os instrumentos de saneamento básico no local de suas moradias e que conhecimentos possuíam sobre os riscos daquela atividade laboral à saúde.

A metodologia fundamenta-se na abordagem quali-quantitativa uma vez que se procura quantificar e qualificar os dados obtidos. De acordo com Hegel, no universo nada está isolado, tudo é movimento e mudança, tudo depende de tudo. (LAKATOS & MARCONI, 2007).

Para atingir os objetivos propostos a presente pesquisa foi realizada em etapas descritas a seguir. Revisão bibliográfica do referido tema. Seleção de 15 famílias que catam resíduos sólidos no lixão do município de Nova Olinda do Maranhão/MA. Aplicação de questionário com 17 perguntas abertas e fechadas.

Foram realizadas 3 visitas de reconhecimento e observação in loco do lixão nos dias 20/08/2019, 29/08/2019 e 11/09/2019. Nessas visitas tivemos os primeiros contatos com os catadores de resíduos sólidos, onde nos apresentamos e falamos do objetivo do projeto. As visitas in loco, foram realizados ás 10h00min e ás 16h30min horário que os catadores estavam em atividade. Posteriormente foram realizadas visitas nas casas das famílias para observação. Prosseguiu com registros fotográficos do lixão e das residências envolvidas no processo.

Desenvolvimento

Desde o surgimento do homem na Terra até a metade do século XVIII o lixo era produzido em pequena quantidade e composto principalmente por resíduos orgânicos, ou seja, restos de alimentos, podas de árvores, papel, papelão, e tecidos. A partir da Revolução Industrial, as fábricas começaram a produzir objetos de consumo em longa escala e novas

 ISBN: 1981-1047

embalagens, aumentando assim o volume e a diversidade de resíduos gerados. (RODRIGUES, 1997 apud JERÔNIMO et al,2012, p.2221).

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2004, p.1) define resíduos sólidos como:

> Resíduos nos estados sólido e semi-sólido, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exijam para isso soluções técnica e economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível.

De acordo com a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos, resíduos sólidos consiste em:

> Material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível. (BRASIL, 2010).

Os resíduos sólidos das atividades humanas constituam, cada vez mais, um problema ambiental, principalmente nas cidades, o qual tende a agravar-se, à medida que crescem os aglomerados urbanos.

> Entre os problemas que um lixão traz ao meio ambiente e à população urbana, situada em suas proximidades, pode-se citar: a) poluição do ar, das águas e do solo - a decomposição do lixo ocasiona não apenas o cheiro forte, mas, também, a liberação de biogás- gás combustível, inflamável e de grande poder calorífico - e do chorume, liquido putrefato que pode contaminar o lençol freático; b) poluição sonora, devido ao trânsito dos veículos e presença constante de catadores e animais domésticos ; c) comprometimento visual da paisagem ; d) deslizamento e explosão dos montes de lixo. Além disso, é preciso salientar a escassez de lugares disponíveis para colocar os resíduos no território urbano e a

 ISBN: 1981-1047

> necessidade de estudos técnicos especializados para a definição das áreas que servirão de aterro. (ARAUJO, 1997, p.58)

As pessoas que catam resíduos sólidos e que moram no entorno do lixão são afetadas mais diretamente. Muitas dessas pessoas até sabem dos riscos, mas devido à suas necessidades básicas de sobrevivência e por não ter alternativa se submetem a frequentar e a permanecer nesses locais.

Os resíduos sólidos representam um problema social e de saúde pública em todo o mundo, em menor ou maior proporção, considerando-se o nível de desenvolvimento dos países. O que muito é causado pelo consumismo exacerbado onde são produzidos muitos produtos prejudiciais ao meio ambiente. Esses resíduos demoram anos para serem decompostos, como é o caso do plástico, eles ficam expostos no meio ambiente causando impactos ambientais no solo, na água e no ar.

> A problemática do lixo urbano se revela com intensidade, quando se sabe que as formas mais utilizadas para o descarte do lixo são o lixão e o aterro sanitário, que possibilitam a recepção de grandes toneladas diárias de resíduos e operam a baixo custo, embora condenável, tanto do ponto de vista ambiental, quanto da saúde pública. (ARAUJO, 1997, p.58)

A Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE, 2013), revela que 3.344 municípios ainda fazem usos de locais impróprios para destinação final de resíduos. Desse total, 1.569 municípios utilizam lixões, mesmo esse seja uma forma inadequada de disposição final. (LEAL, 2013, p.3)

O gerenciamento inadequado dos resíduos afeta todas as outras áreas do saneamento (esgotamento sanitário, abastecimento de água e drenagem de águas pluviais urbanas) e causando variáveis problemáticas ao meio ambiente, à saúde e às condições sociais do homem, além de constituir crimes ambientais (SILVA et al., 2011 apud LEAL, 2013,p.3).

> No Brasil, em primeira instância, cabe à administração pública municipal a gestão e o gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos, que devem ser implementados por meio de técnicas e metodologias definidas pelo planejamento estratégico, devendo, entretanto, ser levado em conta as particularidades inerentes a cada região. Todavia, a falta de dados e informações atualizadas sobre o lixo nos diferentes municípios maranhenses tem dificultado sobremaneira o planejamento e a tomada de decisão por parte das municipalidades.

 ISBN: 1981-1047

> Some-se a isso a falta de determinação política para solução da referida problemática em alguns municípios em nosso estado. (SANTOS, 2016, p.113).

Segundo Santos (2016, p.113) "No estado do Maranhão, a situação dos resíduos sólidos é bastante preocupante se comparado à realidade nacional". Nas pequenas cidades, o problema dos resíduos agrava-se pela ausência e/ou carência de um sistema adequado de seu gerenciamento. "

Isso não é diferente no município de Nova Olinda do Maranhão/MA onde há uma grande deficiência na gestão dos resíduos sólidos.

Geralmente as famílias que moram próximas ao lixão não possuem um sistema de saneamento básico adequado fazendo com que aumente o risco de contaminação nos diferentes meios. A falta de abastecimento de água é comum, e como alternativa os moradores fazem poços nos quintais para suprir às necessidades e por estar próximo ao lixão tem um enorme risco desta água está contaminada pelo chorume originado pela decomposição do lixo que infiltra no lençol freático. Há um grande índice de vetores causadores de doenças, por exemplo, as moscas que são comuns nesses ambientes.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

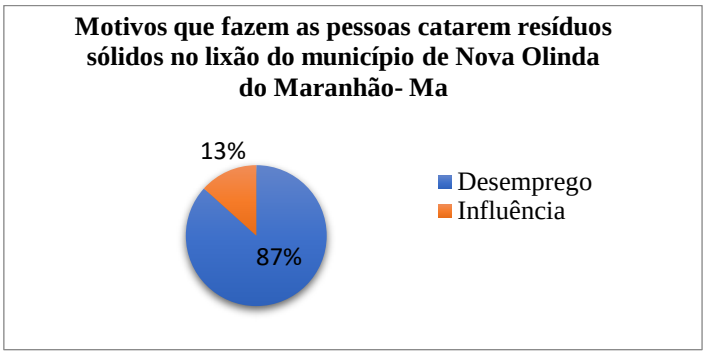
O tema desenvolvido neste trabalho foi selecionado a partir da necessidade de estudar o perfil socioeconômico das famílias catadoras de resíduos sólidos no município de Nova Olinda do Maranhão – MA, para compreensão dos motivos que levam as famílias a se tornarem catadores e quais os impactos sociais são decorrentes dessa atividade.

Das pessoas entrevistadas 11 eram mulheres e 4 homens, a maioria com a faixa etária de 21 a 60 anos. Dessas 15 pessoas 5 são analfabetas, 1 é alfabetizada, 5 não concluíram o ensino fundamental, 2 não concluíram o ensino médio e 2 concluíram o ensino médio. Discutiremos os resultados obtidos no questionário, nossas observações e conhecimento científico a respeito de cada assunto.

Na figura 2 refere-se aos motivos que as pessoas se tornaram catadores de resíduos sólidos no lixão.

 ISBN: 1981-1047

Figura 2: Gráfico dos motivos que as pessoas se tornam catadoras.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Das pessoas entrevistadas, 87% responderam que o desemprego é o principal motivo que as levaram a se tornarem catadores e a buscarem no lixão alguma coisa que possam reaproveitar para o consumo e para venderem, Os outros 13% responderam que frequentam o lixão por influência dos outros que convidam para ir ao local, pois relatam que são encontradas muitas coisas que podem ser reutilizadas e nesse espaço encontram um momento de socialização com os vizinhos, onde compartilham as experiências e os fatos ocorridos no dia-a-dia.

O lixão aparece como uma alternativa do chamado "mercado informal de trabalho", constituindo-se num refúgio contra o desemprego e fonte de sobrevivência para aqueles indivíduos que tradicionalmente compõem o "exército industrial de reserva": pobres que sobreutilizam sua força de trabalho por remunerações abaixo do mínimo necessário de subsistência. (ARAUJO, 1997, p. 62)

De acordo com Araújo (1997), as pessoas que não estão inseridas no mercado formal buscam outras maneiras de sobreviver que podem está muito abaixo do mínimo necessário, isso acontece com os catadores do lixão de Nova Olinda que por falta de emprego se submetem a trabalhar no lixão, um lugar insalubre, para obter o básico para sua subsistência.

Observam-se na figura 3 as pessoas vasculhando o lixo que são despejados diariamente pelas caçambas municipais para procurarem alguma coisa para aproveitarem.

ISBN: 1981-1047

Figura 3: Pessoas catando resíduos sólidos no município de Nova Olinda do Maranhão-MA.

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

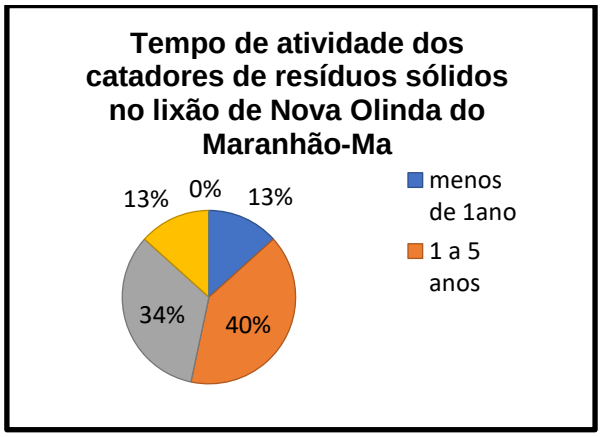
As pessoas que são excluídas do mercado de trabalho formal não têm muitas alternativas de sobrevivência, principalmente quando não têm um grau de escolarização, como é o caso das famílias entrevistadas em que a maioria não terminou o ensino fundamental. Essas famílias precisam se alimentarem, vestirem, calçarem, comprar remédios e etc., e para isso são capazes de frequentar os lixões.

> Os baixos níveis educacionais dos catadores limitam as oportunidades de trabalho, fazendo com que eles se contentem com trabalhos não qualificados. Assim, a característica mais geral da população é a instabilidade ocupacional e quase nenhuma qualificação profissional. (ARAUJO, 1997, p.83)

A exclusão social é visível, apesar de essas famílias participarem da sociedade elas não são vistas pela maioria das pessoas, passam despercebidas e são esquecidas pela maioria. Na figura 4 refere-se ao tempo que as pessoas exercem a atividade de catadores de resíduos sólidos no lixão.

ISBN: 1981-1047

Figura 4. Tempo de atividade



Fonte: Dados da pesquisa, 2019

A maioria dos catadores de resíduos sólidos já estão a mais de 5 anos no lixão, isso demonstra que as condições socioeconômicas das famílias não melhoraram durante esses anos de atividade. Apesar das condições insalubres, o lixão se tornou o único meio de sobrevivência para essas pessoas.

> O mesmo lixão que degrada o ambiente natural constitui-se em estratégia de sobrevivência para os pobres da cidade. Enquanto chafurdam no lixo, esses indivíduos trabalham e desempenham um papel importante na coleta e reciclagem de resíduos sólidos, prestando serviços essenciais à economia e à sociedade a um custo muito baixo. No entanto, esses grupos são desprezados e desvalorizados socialmente. (ARAUJO, 1997, p.63).

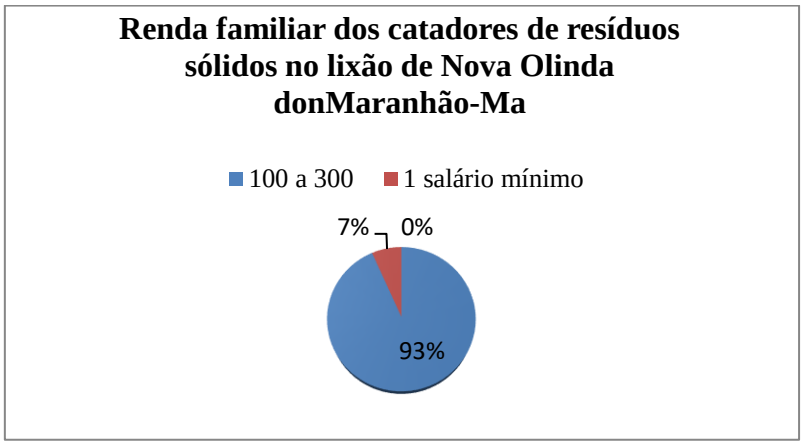
Os pobres desempregados, catadores de resíduos sólidos, são excluídos da sociedade, são menosprezados, vivem em um ambiente impróprio para conseguir seu sustento e desempenham um papel muito importante para o meio ambiente, mesmo sem terem consciência, pois são responsáveis em reduzir a quantidade de resíduos depositados no lixão, encontrando outros usos que permitem que passem de "lixo" para se tornarem objetos novamente.

Quando perguntados sobre a expectativa de deixarem de serem catadores, todos responderam que o mais rápido possível, se surgisse alguma oportunidade de emprego deixariam de frequentar aquele ambiente. Isso mostra que só estão lá por necessidade e que ainda tem esperança de terem uma vida melhor.

ISBN: 1981-1047

Sobre a renda das famílias, será mostrado na figura 5.

Figura 5. Renda familiar dos catadores.



Fonte: Pesquisa, 2019.

Neste gráfico fica evidente a baixa renda das famílias, pois a maioria das pessoas tem a renda de 100 a 300 reais, isso mostra que é a necessidade que faz com que elas procurem como recurso de sobrevivência ir para o lixão, colocando em risco sua saúde.

Das 15 famílias entrevistadas 14 responderam ter a renda de 100 a 300 reais por mês, essa renda é proveniente em primeiro lugar, do programa Bolsa Família do Governo Federal para as famílias de baixa renda. Sem esse benefício as famílias estariam em uma situação bem pior, chegando ao estado de extrema pobreza. E em segundo lugar, a renda é complementada pela venda de latinha, garrafa pet, plástico, ferro, chumbo e venda de carvão da madeira coletada no lixão.

Apenas 1 das pessoas entrevistadas responderam receber um salário mínimo por mês, que provêm de seu benefício de aposentadoria por idade.

> A revista britânica the Economist (15.09.2005), enfatiza que o Bolsa Família vem sendo o melhor caminho para ajudar os pobres, em comparação com os programas existentes anteriormente. Outros estudos realizados no Brasil destacam que o Programa representa um apoio significativo no sentido de garantir uma alimentação mínima a muitas famílias pobres brasileiras. Na opinião de Silva, Yasbek & Giovanni, o Bolsa Família possui um significado real para os beneficiários, uma vez que para muitas famílias pobres do Brasil, esse Programa é a única possibilidade de obtenção de uma renda. (ZIMMERMANN, 2006, p. 146)

ISBN: 1981-1047

As famílias entrevistadas tem na sua maioria de 2 a 5 pessoas que residem na mesma residência, ou seja, essa renda entre 100 e 300 reais é dividido pra todos podendo chegar a uma renda per capita de R$ 20,00 reais no caso de quem recebe R$ 100,00 e moram 5 pessoas na casa. É uma situação alarmante que requer uma atenção.

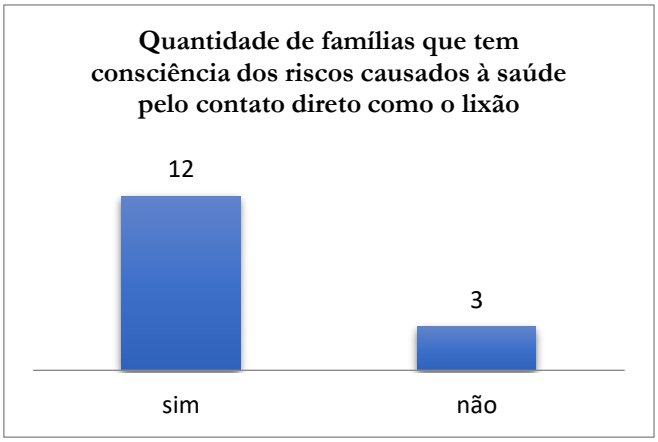
Perguntadas sobre a venda dos materiais coletados no lixão, responderam que o mais vendável é a latinha que está custando R$ 2,00 cada 1 Kg. Além das latinhas elas coletam plásticos, ferro, chumbo e garrafa pet. A garrafa pet custa R$ 0,10 centavos uma unidade, o plástico custa R$ 0,30 centavos o Kg, o ferro custa R$ 0,10 centavos o Kg e o chumbo custa R$ 0,15 centavos o Kg. Esses materiais coletados são vendidos para um atravessador que vai toda semana ao lixão comprar e leva para o município de Pinheiro - Ma.

A madeira também é coletada no lixão e usada para fazer carvão. As caieiras são feitas ao entorno do lixão e ensacadas para serem vendidas, o saco de carvão de 60Kg é vendido em média por R$ 13,00 reais. Dessas atividades conseguem tirar uma renda extra, chegando ao máximo uns R$ 180,00 reais por mês.

Das 15 famílias entrevistadas, 13 tem casa própria e 2 tem casas emprestadas. Os que têm casa própria foram conquistadas por meio de invasões de terrenos da área próxima ao lixão e por meio de "doações" de políticos no período eleitoral.

Na figura 6 mostra se as pessoas tem consciência dos riscos à saúde causados pelo contato direto com o lixão.

Figura 6. Número de famílias que tem consciência dos riscos ambientais.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

ISBN: 1981-1047

Em relação aos conhecimentos dos catadores de resíduos sólidos sobre os riscos à saúde causados pelo contato com o lixão, 12 responderam que sabem que correm riscos e 3 responderam que não. Mesmo a maioria tendo respondido que tem consciência dos riscos causados à saúde, identificou-se que o conhecimento é pouco quando perguntado mais especificadamente sobre cada risco.

> Cavalcante & Franco (2007) apud Gonçalves (2013, p.240) destacam que a exposição da saúde humana e ambiental aos agentes danosos a partir dos lixões ocorre de duas formas: pelo modo direto, quando há um contato estreito do organismo humano com agentes patogênicos presentes no lixão, e pelo modo indireto, por meio da amplificação de algum fator de risco, que age de forma descontrolada sobre o entorno e por três vias principais, a saber: a ocupacional, a ambiental e a alimentar.

Eles não utilizam nenhum equipamento de proteção, como por exemplo, botas, luvas, chapéus e etc. encontraram-se no local durante a pesquisa, pessoas descalças, homens sem camisa, crianças, cachorros, gados, urubus e moscas (figura 7). Nas casas visitadas observou-se a grande quantidade de moscas, estando esses indivíduos sujeitos à contaminação.

Figura 7. Criança no lixão no meio dos urubus.

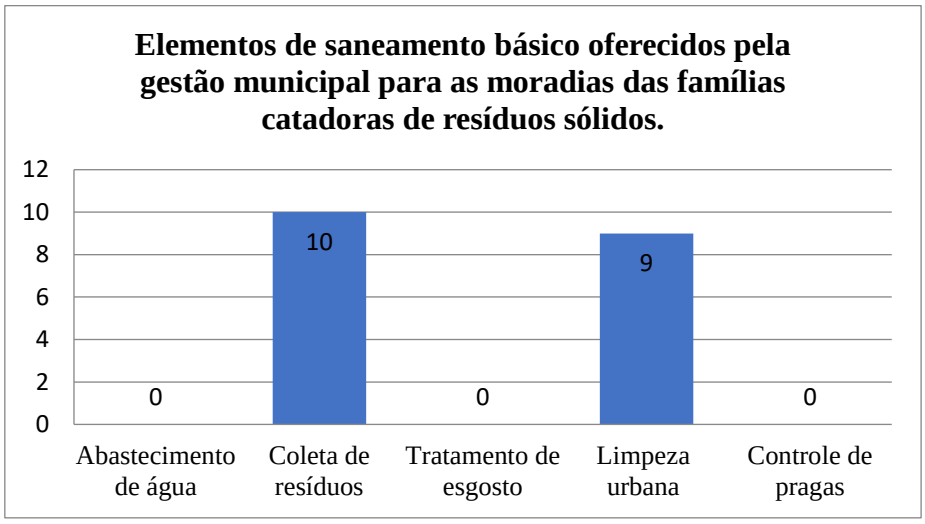
Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Perguntados se tinham vergonha de serem catadores, 12 responderam que não e 3 disseram que sim. Eles apesar da situação em que se encontram, tem orgulho de serem pessoas trabalhadoras e honestas que não utilizam meios ilícitos para sobreviverem.

 ISBN: 1981-1047

Na entrevista foram perguntados sobre os elementos básicos de saneamento básicos oferecidos pela gestão municipal nas moradias das famílias catadoras de resíduos sólidos. Os dados estão representados no gráfico 8.

Figura 8. Saneamento básico.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

O saneamento básico está relacionado como controle e distribuição dos recursos básicos (abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, coleta de resíduos, limpeza pública, controle de pragas) tendo em conta o bem-estar físico, mental e social da população. A falta de saneamento básico pode gerar inúmeros problemas de saúde.

> O saneamento básico, portanto, é fundamental na prevenção de doenças. Além disso, a conservação da limpeza dos ambientes, evitando resíduos sólidos em locais inadequados, por exemplo, também evita a proliferação de vetores de doenças como ratos e insetos que são responsáveis pela disseminação de algumas moléstias. (RIBEIRO e ROOKE, 2010, p.13)

Percebe-se no gráfico que os únicos elementos de saneamento básicos oferecidos pela prefeitura são: coleta de resíduos sólidos e limpeza urbana, sendo que apenas 10 famílias responderam que passa regularmente a coleta de resíduos sólidos na sua casa e 9 responderam que há limpeza urbana. Para as famílias que não tem coleta de resíduos sólidos elas mesmas levam seus resíduos para o lixão ou colocam fogo.

ISBN: 1981-1047

Nenhuma família tem abastecimento de água potável, elas utilizam poços que são cavados nos seus quintais para o seu consumo. Isso é um grande risco para a saúde, pois há uma grande probabilidade do lençol freático está contaminado pelo chorume produzido no lixão, já que as casas ficam ao entorno do mesmo.

O tratamento de esgoto não existe, é jogado a céu aberto igualmente o esgoto do restante da cidade. Não há controle de pragas, os moradores ficam expostos às moscas que pousam no lixão e depois vão para as casas podendo causar contaminação, e aos demais micro vetores que podem está no lixão.

Além dos riscos á saúde ao qual estão expostos em contato direto com o lixão os catadores ainda estão sujeitos à contaminação por falta de saneamento básico em suas residências o que agrava mais a situação dos catadores.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho permitiu constatar que as famílias catadoras de resíduos sólidos no lixão do município de Nova Olinda do Maranhão - MA são de baixa renda, tendo como sustento principal o programa do Bolsa Família do Governo Federal. Isso constitui um problema social, pois o lixão é um lugar insalubre suscetível a vários tipos de doenças e quem o frequenta é discriminado pela sociedade.

Os materiais coletados no lixão como o plástico, a latinha e o ferro são vendidos a baixo custo para um atravessador. O valor obtido nessa prática é insignificante em relação aos riscos que essas pessoas estão submetidas.

Muitas dessas pessoas dizem ter consciência dos riscos causados pelo contato direto com o lixão, mas na realidade elas apenas sabem que o lixão é um lugar impróprio para estarem, pois tem lixo e animais que podem causar doenças.

A maioria dos catadores não tem vergonha de estarem no lixão, pois se qualificam como pessoas honestas, trabalhadoras, que trabalham com que é acessível para eles por falta de emprego, falam que é melhor do que roubar ou fazer coisas ilícitas. Apesar da maioria não ter vergonha de serem catadores, eles tem esperança de saírem o mais rápido possível do lixão, encontrarem um trabalho que possa tirar seu sustento, que der de usufruir dos requisitos básicos de uma vida digna.

 ISBN: 1981-1047

As famílias estão expostas a contrair doenças tanto com o contato direto com o lixão, como também em suas residências, pois apenas algumas famílias tem 2 tipos de instrumentos de saneamento básico, que é a limpeza urbana e a coleta de resíduos sólidos. Elas não são beneficiadas pelo abastecimento de água potável e para suprir a necessidade do consumo de água fazem poços nos seus quintais. Esses poços têm grande probabilidade de estarem ou serem contaminados pelo chorume que é produzido pelo lixão, pois as casas dos moradores são ao entorno. Não há coleta e tratamento de esgoto, todo o esgoto produzido é jogado a céu aberto.

Muitos foram morar no local pelo sonho de possuírem uma casa própria, pois receberam propostas de políticos que estavam fazendo doações de terrenos na proximidade do lixão, mesmo sabendo que não é permitido construir imóveis nessa proximidade. Conseguiram a casa própria, mas, foram esquecidos, tendo que buscar alternativas de sobrevivência.

Os catadores reclamam dos baixos custos que são vendidos os materiais coletados, pois só existe um comprador, que estabelece os preços e nem sempre que pagar o valor certo. O carvão fabricado também é vendido à baixo do preço de mercado, pois o preço é de R$ 25,00 reais um saco de 60 Kg e eles só conseguem vender por no máximo R$13,00 reais. Percebe-se que de todas as formas as famílias são exploradas tendo que vender os produtos coletados e produzidos por baixos preços, pois não há uma valorização do seu trabalho.

Era necessário oferecer a essas famílias alguma fonte de renda que os retirassem do contato direto com o lixão, poderiam trabalhar com materiais recicláveis, fazendo a segregação na fonte da geração dos resíduos sólidos, para isso é preciso ser criado uma associação, cooperativa, ou algum projeto que der oportunidade de um trabalho digno e com segurança para essas pessoas.

Enquanto não é feito nada, homens, mulheres, crianças e idosos frequentam diariamente esse local para retirarem seu sustento, mesmo sendo tão pouco. Essas famílias conseguem resistir à exclusão social, ao desemprego, ás doenças, aos riscos causados pelo trabalho que fazem tudo isso para terem o pão de cada dia em suas mesas.

 ISBN: 1981-1047

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Esther; BEZERRA, Juliana F. Tavares; NETO, Jaime Barros; **Perfil socioeconômico e ambiental dos catadores de resíduos sólidos recicláveis do município de Queimadas-PB.** Revista a Barriguda, Campina Grande p. 110-0120| mai-ago 2015.

ARAUJO, Lidice Maria Silva De (1997). **Trabalho sociabilidade e exclusão social: o caso dos bagulhadores do lixão de Aguazinha.** Tesis de Mestrado em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: https://br.antropotesis.alterum.info/?p=809 Acessado: Setembro de 2019.

BRASIL, Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 3 ago. 2010. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/.../lei/l12305.htm>. Acesso em: 17/09/2019

GONÇALVES, C. V; MALAFAIA, G; CASTRO, L. S; VEIGA, B.G. A. **A vida no lixo: Um estudo de caso sobre os catadores de materiais recicláveis no município de Ipameri-Go**. HOLOS, Ano 29, volume 02, 2013.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007. 312 p.

JERÔNIMO, Carlos Enrique de Medeiros; CARVALHO, Ana Maria de; ARAÚJO, Jane Azevedo de. **Gerenciamento dos resíduos sólidos do município de natal/rn: caracterização das cooperativas de catadores**. Monografias ambientais. v(10), nº 10, p. 2220 – 2234, OUT-DEZ 2012

LEAL, Andressa. **Análise da disposição final dos resíduos sólidos urbanos no Distrito de Pilar-Ba**. Revista de Comunicação e Cultura no Semiárido (ComSertões), 2013.

MAGALHÃES, Silvia Glaciane de Almeida. **Caracterização da problemática socioambiental no município de Nova Olinda do Maranhão, MA**. In: CASTRO, Claudio Eduardo de; MASULLO, Yata Anderson Gonzaga (Org.). GESTÃOAMBIENTAL, uma diversificada ferramenta na consolidação de paradigma ecológico inovador. São Luís: EDUEMA, 2016, p. 113-130

RIBEIRO, Júlia Werneck; ROOKE, Juliana Maria Scoralick. **Saneamento básico e sua relação com o meio ambiente e a saúde pública. Juiz de Fora, 2010.** Disponível em:

https://www.ufjf.br/analiseambiental/files/2009/11/TCC-SaneamentoeSa%c3%bade.pdf Acessado em: Setembro de 2019.

SANTOS, Nádja Furtado Bessa dos**. Diagnóstico e percepção ambiental dos moradores de Icatu em relação aos resíduos sólidos.** In: PORTO, Íris Maria Ribeiro Porto (Org.). Geografias em questão. São Luís: EDUEMA, 2016, p.99-116

SANTOS, Claudete dos; BISOGNIN, Ramiro Pereira; SOUZA, Eduardo Lorensi de; GUERRA, Divanilde; VASCONCELOS, Márlon de Castro. **Perfil socioeconômico de catadores de materiais recicláveis do município de Três passos-RS**. Revista Extensão em foco, nº 15, Jan/Jul, p.56-70, 2018.

SILVA, R.R.S. da; LUBARINO,P.C.;SOUZA, G.M.M. de. **Principais dificuldades dos catadores de lixo de Petrolina, PE, e Juazeiro, BA**. Ver. Acad., Agrár.Ambient, Curitiba, v.8, n.2,p.235-248, abr./jun.2010

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. **Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do Bolsa Família do governo Lula no Brasil.** SUR - Revista Internacional De Direitos Humanos. Número 4 • Ano 3 • 2006.

 ISBN: 1981-1047

CARACTERIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DOS PIMENTAS (GUARULHOS- SP): ENTRE PERIFERIA METROPOLITANA E SUBCENTRO MUNICIPAL

Taís Souza da Cruz[50]
tais.souza@unesp.br
Faculdade de Ciências e Tecnologia (UNESP)

Jean Legroux[51]
jean.legroux@unesp.br
Faculdade de Ciências e Tecnologia (UNESP)

Resumo

Este artigo é oriundo da pesquisa "Práticas espaciais e cotidiano urbano na periferia da metrópole de São Paulo: os usos e apropriações do espaço, segundo diferente grupos etários e temporalidades", vinculado ao projeto temático, intitulado "Fragmentação socioespacial e Urbanização Brasileira: Escalas, Vetores, Ritmos, Formas e Conteúdos", e tem como objetivo caracterizar do ponto de vista socioespacial a área dos Pimentas, situada na zona leste do município de Guarulhos/SP. Para isso foi importante retomarmos a formação histórica e socioespacial do Município de Guarulhos, a qual teve rebatimento direto nas transformações urbanas e dinâmicas espaciais do Pimentas, sobretudo na década de 1980. Desse modo, observa-se que, a partir dessas mudanças, somadas as intervenções do setor público e privado, houve a concentração e diversificação/heterogeneidade das atividades, serviços e infraestrutura nos Pimentas, constituindo-se essa área numa centralidade (subcentro) no município de Guarulhos, porém permanecendo o seu papel periférico tanto na escala municipal como metropolitana.

Palavras-chave: Fragmentação socioespacial; Subcentro; Periferia; Pimentas; Guarulhos

Introdução

Localizada ao norte/nordeste da área metropolitana de São Paulo, Guarulhos é a maior cidade não capital do Brasil, sendo a 13ª em termos de população. Com 1 milhão e

[50] Bolsista de iniciação cientifica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, vinculada ao projeto temático Fragmentação Socioespacial e Urbanização brasileira (FRAGURB) - Processo nº 2019/09852-6, sob orientação da Profª Drª Maria Encarnação Beltrão Sposito.

[51] Bolsista de pós-doutorado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, vinculada ao projeto temático Fragmentação Socioespacial e Urbanização brasileira (FRAGURB)- Processo nº 2019/04664-7, sob orientação da Profª Drª Maria Encarnação Beltrão Sposito

 ISBN: 1981-1047

300 mil habitantes, é também a segunda cidade do Estado de São Paulo, integrando a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) com uma posição de destaque, em especial com o Aeroporto Internacional de Guarulhos, e pela reestruturação das suas atividades econômicas ao longo do tempo. Por outro lado, mantém sua condição de periferia metropolitana, como espaço de moradia na organização territorial metropolitana.

Frequentemente estudada na escala do município ou como parte integrante do espaço metropolitano, as pesquisas e análises de áreas e/ou bairros específicos de Guarulhos são mais escassas e, também, mais recentes. No intuito de contribuir para a produção de conhecimento e para o levantamento de informações e dados existentes sobre áreas do município de Guarulhos, este artigo visa caracterizar o bairro dos Pimentas do ponto de vista socioespacial.

De forma mais abrangente, enfocaremos a Unidade de Planejamento Regional (UPR) de Pimentas, que apresenta interesse por duas razões principais, que organizam a reflexão: i) vem constituindo-se em um subcentro, na escala do município de Guarulhos e de outras áreas urbanas contíguas, ii) assume um papel periférico na escala da região metropolitana, mas, também, no próprio município de Guarulhos.

No entanto, a área de estudo apresenta mudanças significativas e recentes que oferecem um terreno fértil de pesquisa para a geografia urbana. Diversos processos relevantes, dentre outros, podem ser apontados: i) a reestruturação urbana advinda com as mudanças do capitalismo a partir dos anos 1970, em termos de redefinição das redes, funções e papéis das cidades nas suas redes locais, nacionais e internacionais (Sposito, 2010; Sposito e Góes, 2013); ii) os efeitos socioespaciais de investimentos significativos, recentes, em termos de infraestruturas e serviços urbanos e públicos; iii) os impactos do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) na dinâmica habitacional da área e nos cotidianos dos moradores.

Desta forma, este artigo propõe uma caracterização socioespacial do bairro dos Pimentas, principalmente a partir de dados secundários, e das poucas pesquisas existentes até hoje sobre este território. Dentro da abordagem centro-periferia, cabe ressaltar o momento histórico em que as estruturas espaciais metropolitanas se tornam mais complexas, multiplicando-se e diferenciando-se as centralidades constituídas e em constituição. A realização de visitas de campo, de dois grupos focais com mulheres moradoras do programa MCMV, além de diversas entrevistas com citadinos da área pesquisada, permitem dar

 ISBN: 1981-1047

consistência a uma agenda de pesquisa que oferece continuidade à reflexão aqui sintetizada, a qual será apresentada no final deste artigo. No mesmo sentido, é relevante mencionar que a primeira autora deste artigo mora próximo a Unidade de Planejamento Regional de Pimentas, aportando profundo conhecimento e prática espacial do objeto de pesquisa, ao mesmo tempo em que é sabedora dos cuidados necessários para não reduzir a análise à sua experiência pessoal.

Em primeiro lugar, o contexto histórico ou a formação socioespacial na qual se inserem o município de Guarulhos e o bairro dos Pimentas, é apresentada. Em segundo lugar, abordamos os elementos que permitem compreender a área pesquisada como centralidade. Na terceira seção do artigo, destacamos o papel periférico dos Pimentas na escala metropolitana. Em um último ponto, a partir destas premissas e do contato com um material empírico produzido em parte pelos autores, algumas pistas de pesquisas e hipóteses são propostas a modo de agenda futura de pesquisa.

1. O contexto histórico do município de Guarulhos

1.1 A origem de Guarulhos: da Aldeia ao Município

A formação socioespacial de Guarulhos, estabeleceu-se pela presença, no mesmo território, de dois aldeamentos indígenas: a Capela Nossa Senhora da Conceição dos Guarulhos, entre 1555-1560, que devido a sua proximidade, foi criado com objetivo de defender o povoado da vila de São Paulo, por causa de ameaças de ataques de grupos indígenas "hostis" à presença jesuítica e portuguesa que, em 1560 pairavam (ROMÃO E NORONHA, 1980, p.110 apud SANTOS, 2006, p.39); e, São Miguel, atualmente área do Bairro dos Pimentas e Itaim (zona leste do Município)

> A partir da descrição da extensão territorial do aldeamento dos índios de São Miguel Paulista, percebe-se que o território onde se encontram os bairros Pimentas, Água Chata, Aracília, Presidente Dutra, Itaim, enfim, todo o território guarulhense, se achava na sesmaria de São Miguel Paulista (CAMPOS, OLIVEIRA e FERREIRA, 2014, p.23)

Em 1687, dos dois aldeamentos que faziam parte do território Guarulhense, apenas o aldeamento Capela Nossa Senhora da Conceição dos Guarulhos foi elevado à condição de freguesia. Isso se deveu às descobertas de jazidas de ouro, desde 1590, o que atraiu

 ISBN: 1981-1047

colonizadores interessados na exploração do ouro, influenciando na transformação do status político-administrativo de aldeamento para a categoria de freguesia, com a intenção de facilitar o processo de espoliação de terra indígenas, para atender seus próprios interesses.

> É perceptível que a proximidade geográfica de Guarulhos, como áreas de lavras de ouro, ao núcleo central de São Paulo ajuda a compreensão a atuação dos colonizadores no "precoce" processo de apropriação das terras do antigo Aldeamento de Nossa Senhora da Conceição e em sua emancipação como freguesia. O interesse, porém, pelo ouro, pela terra indígena e pela transformação de aldeamento em freguesia foram dimensões que ganharam aspectos particularizados em Guarulhos e se inseriram no todo do processo de exploração colonial (SANTOS, 2006, p. 46).

Nesse período, a relação do aldeamento São Miguel com as jazidas de ouro, presentes na freguesia Nossa Senhora da Conceição dos Guarulhos, restringiu-se apenas à complementaridade da atividade, através da antiga rota do trabalho escravo, via de acesso à antiga aldeia dos indígenas de São Miguel, passando pelas atuais cidades de Ribeirão Pires, São Sebastião, Santos e São Vicente (CAMPOS, OLIVEIRA e FERREIRA, 2014, p.39).

Em 1850, após o fim da exploração das jazidas de ouro na freguesia, algumas medidas deram início ao processo de ocupação, apossamento e legalização das terras do aldeamento de São Miguel. Essas medidas influenciaram e fundamentaram a proposta de elevação da freguesia Nossa Senhora da Conceição dos Guarulhos à condição de Vila (atual município), que, em 1880, se emancipa de São Paulo. Em 1906, através da promulgação das Leis Estaduais nº 1.021 e nº 1.038, Guarulhos passou à condição de município e seu núcleo urbano foi elevado à condição de cidade. Hoje, este núcleo ocupa a área central e é centro histórico. Sintetizada essa primeira fase, na próxima seção abordamos as principais fases de industrialização e de crescimento urbano de Guarulhos.

1.2 As ondas de industrialização e urbanização em Guarulhos: do início do século XX à década de 1980

Diferentemente de São Paulo e dos municípios ao seu redor, Guarulhos não desfrutava de condições ambientais para a implantação da lavoura cafeeira durante o final do século XIX e durante toda a primeira metade do século XX (SANTOS, 2006, p. 101). Porém, o desenvolvimento urbano da cidade de São Paulo, possibilitou a consolidação do seu papel de "fornecedor" de produtos agrícolas (verduras, legumes e frutas) e de matérias primas

 ISBN: 1981-1047

(tijolos, telhas, cerâmicas, extração de areia, pedregulho, cal, madeira e lenha). As infraestruturas de transporte acompanharam esta função guarulhense do início do século XX na divisão interurbana do trabalho. Inaugurou-se, por exemplo, o ramal da estrada de ferro da Cantareira (1915) que interligava o município de Guarulhos à zona Norte da Capital, facilitando o escoamento de matérias primas de construção civil, de produtos agrícolas, alimentícios e bens de consumo para São Paulo (SANTOS, 2017, p.60).

A implantação da política econômica de "substituição de importação", durante a era Vargas (1930-1945), favoreceu o processo de concentração e centralização industrial na cidade de São Paulo. Diante desse processo, Guarulhos caracterizou-se como "espaço estratégico para acomodar a crescente industrialização do Planalto" (GAMA, 2009, p.40). Nesse sentido, a partir de 1946 até aproximadamente 1980, foram instalados equipamentos que proporcionaram a expansão industrial do município de Guarulhos. No início deste período, inaugurou-se a Base Aérea de São Paulo em 1945, e, em 1946, estabeleceu-se o Loteamento Industrial "Cidade Satélite Industrial de Cumbica", ambos situados em Cumbica (zona leste do município).

Ademais, as indústrias, motivadas pela escassez e alto custo dos imóveis no município de São Paulo, passaram a se instalar ao longo da Rodovia Presidente Dutra (BR116), inaugurada em 1951. De fato, este sistema rodoviário responde principalmente às demandas da indústria, sendo o setor industrial predominante na economia de Guarulhos, entre os anos 1950 e 1970: "em 1969, havia diversas multinacionais, que, junto às nacionais, somavam 791 estabelecimentos industriais no município de Guarulhos" (NOVAES, 2012, p.61). Essas indústrias instalaram-se em vastas áreas não urbanizadas (como Taboão, Lavras, Cumbica e Bonsucesso), atraindo mão de obra em busca de melhores oportunidades de vida, emprego e moradia, e, dessa maneira, direcionando o processo de expansão urbana em áreas distantes do núcleo central, principalmente na porção leste do município. A partir dos anos 1950 e 1960, diversos loteamentos foram criados em Guarulhos. Se, anteriormente, a concentração urbana limitava-se à zone oeste do município, a ocupação, através de loteamentos novos, começou a espraiar-se na direção contrário, ou seja, em bairros como Bonsucesso, Cumbica, Pimentas e Jardim Presidente Dutra (LANGEBUCH, 1971).

A venda desses lotes, acontecia através do sistema de concessão, em que o proprietário repassava sua extensão de terra diretamente para o loteador, que ficava

 ISBN: 1981-1047

responsável por realizar a repartição e as condições para a comercialização dos lotes (ARAÚJO, 2013). Muitos desses lotes não passavam pela fiscalização municipal. Assim, estas implantações irregulares ou clandestinas, explicam a carência em infraestruturas e serviços urbanos básicos, em termos, por exemplo, de saneamento básico, de transporte, mas também de diversidade comercial. Do ponto de vista do tecido urbano, é importante remarcar que o processo de industrialização e de urbanização de Guarulhos, nesse período, ocasionou a expansão do perímetro urbano metropolitano, favorecendo o aparecimento de novas áreas (loteamentos privados e outras formas de assentamento residencial, glebas para atividades industriais ou para depósitos etc.). Isso deu-se pela construção das grandes avenidas e induziu a um processo de periferizacão gradual da metrópole e de Guarulhos, ocupando diversas áreas do município, principalmente, aquelas que são próximas aos corredores industriais, como é o caso dos Pimentas.

Já no final deste período, em 1979, o governador Paulo Salim Maluf, desapropriou 14 km2, por decreto, as áreas próximas à Base Área para a construção do Aeroporto Internacional de Guarulhos, que foi inaugurado no dia 20 de janeiro de 1985 (SANTOS, 2017, p.93).

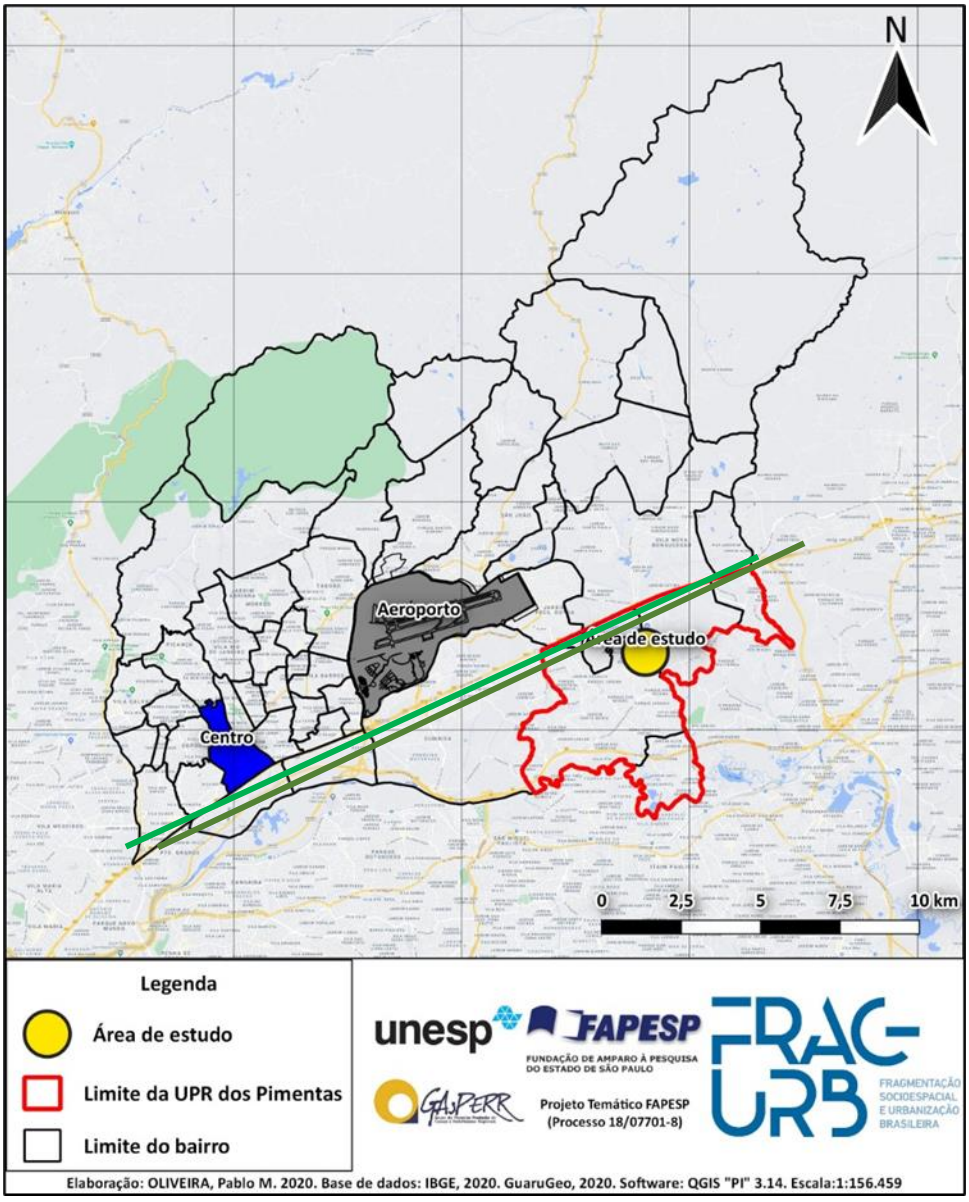
Segundo Araújo (2013, p.34) no mesmo período, foi construída a Rodovia Ayrton Senna, um acesso ao Aeroporto de Guarulhos, que alivia o tráfego da Rodovia Dutra. Evidentemente, a partir da inauguração do Aeroporto Internacional, por sinal o maior terminal aéreo do país, Guarulhos começou a assumir outra posição no mundo globalizado e nas escalas nacionais e regionais. Segundo Santos (2017), a construção do Aeroporto Internacional de Guarulhos, gerou uma configuração espacial mais fragmentada, no sentido em que diversos bairros, ficaram sem as vias de acesso que facilitavam e permitiam o deslocamento, principalmente da zona leste à área central do município (Ilustração 1).

> Com vistas a garantir o acesso da capital paulista e as áreas centrais do município até o aeroporto, foram feitas diversas outras intervenções para adequar a estrutura viária, o que contribuiu ainda mais para a fragmentação do espaço entre o centro e a zona Leste do município, especialmente as regiões de Cumbica e Pimentas (SANTOS, 2017, p. 95).

 ISBN: 1981-1047

A Figura 1 contém o mapa do município de Guarulhos, no qual se demarcam o centro, o aeroporto e a área de estudo. A linha verde sobreposta aproximadamente sobre a BR 116, entre Rio de Janeiro e São Paulo denominada Rodovia Presidente Dutra, mostra ao leitor o grau de separação espacial, o que Santos (2017) denominou de fragmentação do município. Essa rodovia constitui uma barreira entre o centro principal e o aeroporto, à norte da via, e a área do Pimentas ao sul dela.

Figura 1: Município de Guarulhos. Localização do centro principal, do Aeroporto de Guarulhos e do Pimentas.



Elaboração: OLIVEIRA, 2020.

 ISBN: 1981-1047

O aeroporto também trouxe diversos problemas ao cotidiano da população. Além do aumento das distâncias entre os bairros, nota-se: "a poluição atmosférica e sonora, inundações, a ausência de recuperação das áreas degradadas, a superexploração do aquífero Baquirivu e a ausência de retorno de impostos da área operada para o município" (ARAÚJO, 2013, p.68).

Assim, a década de 1980 representa uma mudança importante para Guarulhos e, consequentemente, para o Pimentas, em termos de crescimento urbano e populacional, de complexificação das suas dinâmicas socioespaciais e de ampliação de seus papeis em múltiplas escalas geográficas. Alguns autores (SANTOS, 2017; GAMA, 2009) argumentam que esta configuração ligada ao aeroporto levou a parte leste do município a desenvolver características e a conformar seus espaços de maneira distinta das outras áreas do município de Guarulhos, dessa maneira, juntamente com a intensificação da expansão do tecido urbano da cidade, provocou o surgimento de novos espaços de (re)produção do consumo nas áreas mais afastadas do centro, o que acarretou o surgimento, dentre outros, do subcentro dos Pimentas, sobre o qual concentramos nossa análise, delimitando para tal as últimas décadas.

2. A Unidade de Planejamento Regional dos Pimentas: um subcentro?

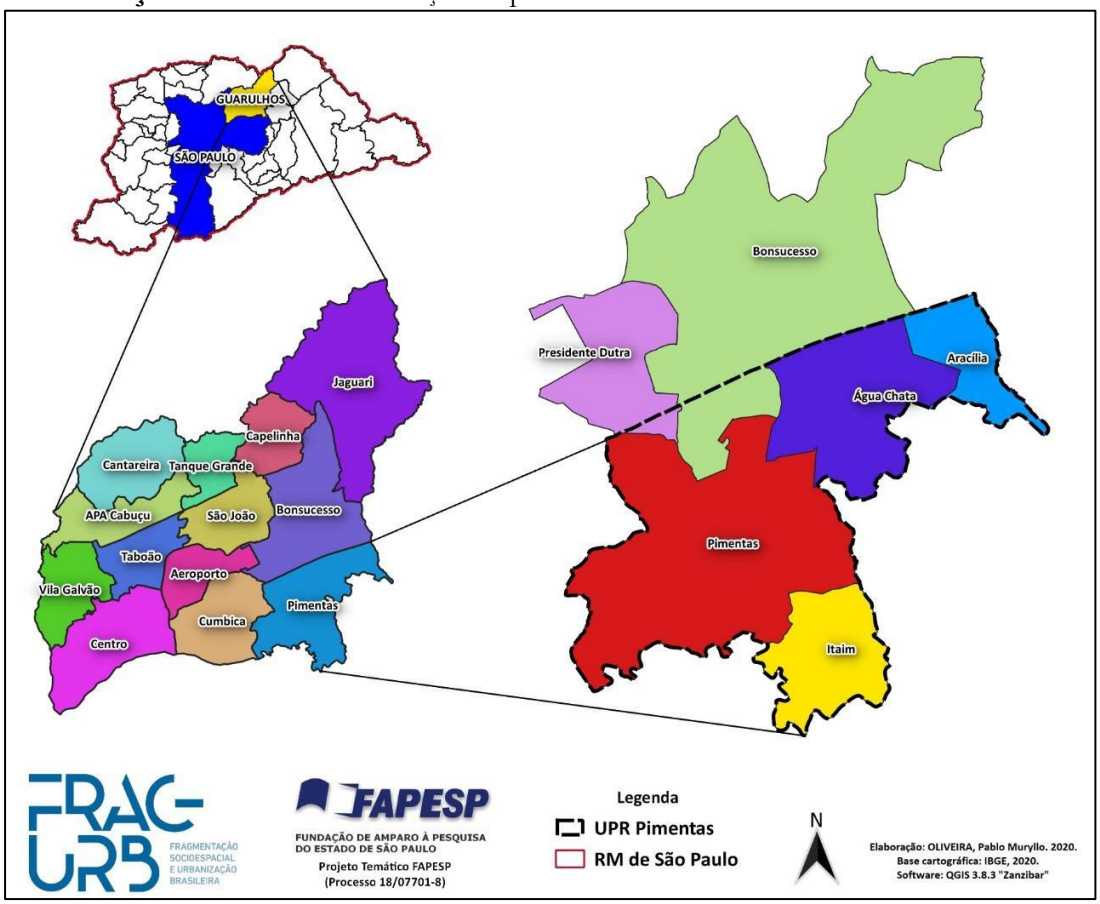
2.1 As transformações urbanas e administrativas no Pimentas

O município de Guarulhos é dividido em 47 bairros, cada um destes sendo subdividido em 500 ou mais loteamentos. Em 2008, o governo municipal, através do Decreto Municipal n.11.131/2008, criou as Unidades de Planejamento Regional (UPR), que reagrupam bairros com características administrativas e físico-territoriais parecidas em 11 UPRs: Centro, Vila Galvão, Taboão, Bonsucesso, São João, Cumbica, Tanque Grande, Jaguari, Cabuçu, Capelinha e Pimentas (Figura 2). Localizada na zona leste do município de Guarulhos, a UPR dos Pimentas – composta pelo agrupamento dos bairros Itaim, Água Chata, Aracilia, partes dos bairros Bonsucesso, Presidente Dutra, e o bairro dos Pimentas – seria a área mais populosa do município, com aproximadamente 400.000 habitantes. Já o próprio bairro dos Pimentas, segundo levantamento do Geofusion publicado no Jornal "Guarulhosweb" em maio 2020, é considerado o 4º mais populoso do Estado de São Paulo

 ISBN: 1981-1047

e o 9º do Brasil, com aproximadamente 170 mil habitantes[52], equivalente a 12% da população total do município de Guarulhos, com ilustrado na Figura 3.

Ilustração 2: Guarulhos. Situação Espacial da UPR e dos Pimentas e seus bairros

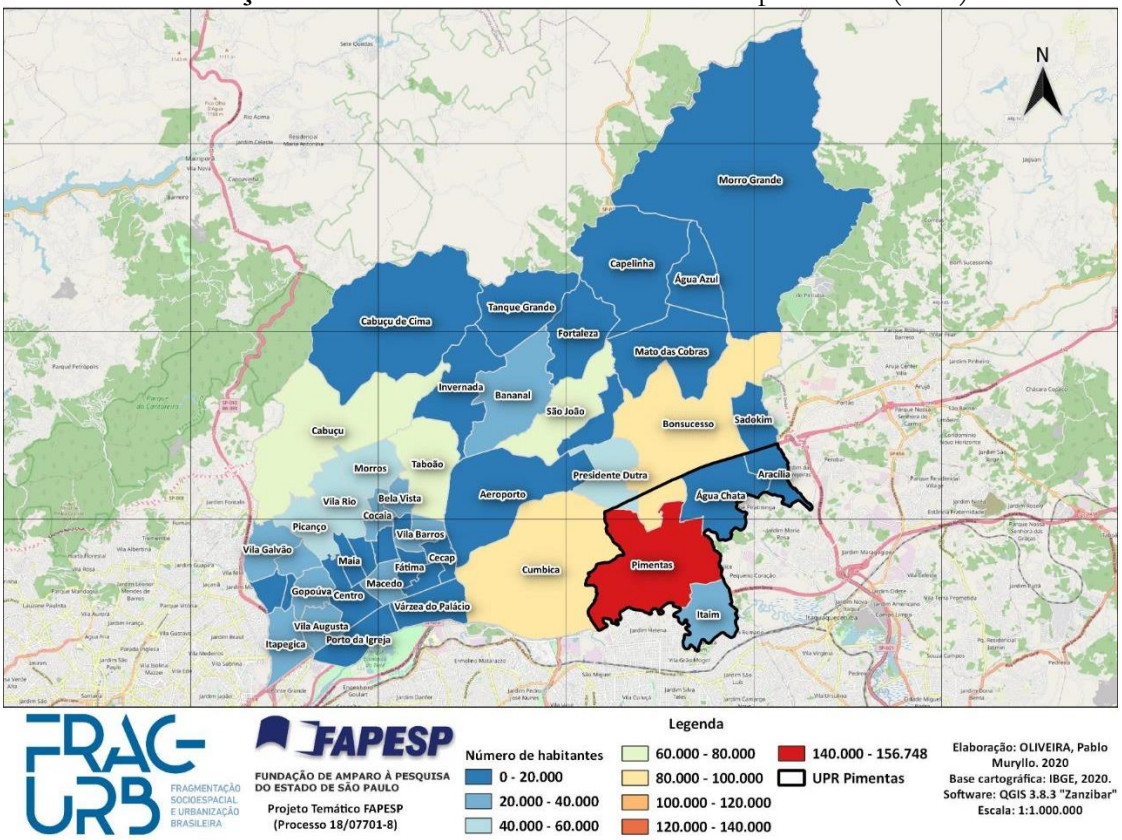


Elaboração: OLIVEIRA, 2020.

[52] De 1980 a 1991, o número de habitantes cresceu de 28.466 habitantes a 72.991, isto é, uma taxa anual de crescimento bem superior ao resto do município, respectivamente de 9,8% para Pimentas e de 3,9 % para Guarulhos, neste período.

ISBN: 1981-1047

Ilustração 3: Guarulhos. Número de habitantes por bairro (2010)



Fonte: IBGE, 2010.
Elaboração: OLIVEIRA, 2020

A partir dos anos 1980, a reestruturação do território metropolitano como um todo, através do processo de desindustrialização, também se traduziu em mudanças significativas em Guarulhos, onde as indústrias mais antigas deixaram lugar a atividades de outros setores: o de logística, os serviços hoteleiros, o turismo de negócios, o setor imobiliário e o comércio. Esse processo repercutiu diretamente na restruturação na área e no subcentro dos Pimentas, provocando o surgimento de edificações não ocupadas ou inadequadamente ocupadas, bem como iniciativas de novos usos e aparecimento de conflitos.

Parte dessas áreas mais recentemente são ocupadas por populações de baixa renda, mas, também, houve a construção de condomínios residenciais para as classes médias e altas, abertura de hipermercados e *shopping centers*. Mais recentemente, nota-se também a construção de conjuntos habitacionais financiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida etc. Ou seja, o que desponta neste período é uma dinâmica de "transformação do uso e ocupação do solo de glebas antes predestinadas ao uso industrial, gravadas como zonas industriais, e que foram

ISBN: 1981-1047

sendo paulatinamente ocupadas por galpões de logística e principalmente por condomínios residenciais para população de baixa renda" (SANTOS, 2017, p.99).

A partir dessa dinâmica, houve um crescimento das reivindicações pelos movimentos populares, por melhorias de condições de moradia, infraestruturas e serviços, pautando a necessidade de implementação de novas políticas direcionadas para essa área. Desta forma, pouco a pouco, a partir da década de 1980, esta área, outrora periferia distante, tornou-se visível para os poderes públicos de Guarulhos. Assim, uma série de leis e medidas governamentais também participaram deste processo.

Em 1978, uma parte da UPR do Pimentas foi reconhecida como Zona de Uso Predominantemente Industrial (ZUPI) pela Lei Estadual n.1817. Uma década mais tarde, em 1987, a partir do projeto de Lei Municipal 3283/87, algumas áreas dos Pimentas, passaram a ser consideradas de interesse social, recebendo melhorias urbanas como "pavimentação viária, equipamentos urbanos, infra estruturas de saneamento básico, de redes de fornecimento de energia elétrica, linhas de ônibus, entre outros itens" (SANTOS, 2017, p 89). Interessante notar que as mudanças jurídicas no que diz respeito à lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei n.6253), de 2007, parecem acompanhar a diversificação das atividades do setor. Através desta lei o subcentro dos Pimentas é considerado Zona de Comércio e Serviços (ZCS), Zona de Uso Misto (ZMB); Zona Industrial (ZI); e Zona de Projetos Estratégicos (ZPE-C).

Em razão desse processo, a área dos Pimentas, nos anos 2000, já dispunha de serviços públicos e privados como: bancos, universidade pública, hipermercados, hospitais e a presença de um *shopping center*. A implantação desses equipamentos favoreceu o surgimento de espaços de (re) produção do consumo nos Pimentas e consequentemente a valorização dessas terras, o que, com a presença do capital imobiliário formal, contribuiu para o crescimento da densidade construtiva nessa área.

2.2. Caracterização do subcentro de Pimentas

Nas palavras de Santos (2017, p.117): "o subcentro dos Pimentas é o subcentro popular de maior diversificação e heterogeneidade funcional da periferia de Guarulhos". Em outros termos, trata-se de um subcentro periférico com relação ao centro de município, que, por sua vez, é periférico na escala da RMSP. Dois eixos principais nos permitem abordar a caracterização da UPR dos Pimentas: i) a questão da sua localização e das infraestruturas de

 ISBN: 1981-1047

transporte, fortemente ligadas à mobilidade e à acessibilidade, mas também à concentração de empregos, ii) a "heterogeneidade funcional" (SANTOS, 2017), isto é, considerando infraestruturas, equipamentos e serviços, desde estabelecimentos comerciais, serviços públicos e privados, infraestruturas destinadas ao lazer, à saúde e à educação, de alguma forma, concentrados ali.

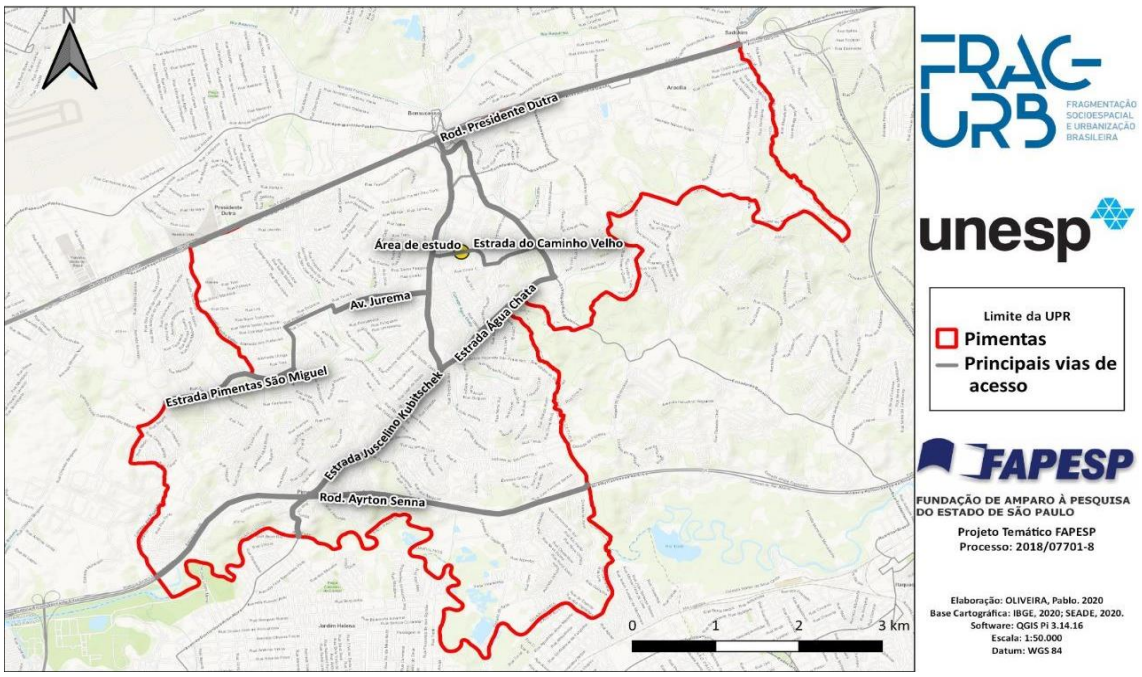
No que diz respeito ao primeiro ponto, como visto anteriormente, a UPR dos Pimentas comporta espécies de "centralidades eixos" pela sua localização e a existência de vias importantes (Figura 4), que orientam a configuração de pequenos corredores de comércio, sendo o subcentro principal localizado no ponto amarelo.

Ao Norte, o bairro é limitado pela rodovia Presidente Dutra, enquanto, ao sul, a área dispõe da rodovia Ayrton Senna. Importante para a ligação entre estes dois eixos viários, é a estrada Presidente Juscelino Kubistchek de Oliveira, que liga a porção leste da UPR dos Pimentas à porção leste do município de São Paulo. Além disso, a Av. Jurema e a Estrada Pimentas/ São Miguel, são, também, ligações internas importantes entre a UPR dos Pimentas e a UPR de Cumbica.

No que diz respeito ao seu papel de centralidade, o bairro se articula, internamente e principalmente, em torno da estrada Juscelino Kubitschek de Oliveira, da estrada do Caminho Velho e da Estrada da Água Chata que são os três corredores que orientam a constituição dessa centralidade urbana. Segundo a lei municipal de 2007, citada acima, estes três corredores viários foram transformados em Zonas de Comércio e Serviços (ZCS).

ISBN: 1981-1047

Figura 4: Guarulhos. UPR, Subcentro do bairro dos Pimentas e corredores de comércio e serviços



Elaboração: OLIVEIRA, 2020.

Interessante notar que o fator geográfico da localização, que foi importante na fase da industrialização, é doravante o principal utilizado na apresentação do Shopping Bonsucesso, espaço emblemático das formas contemporâneas de consumo:

Localizado na Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, principal ligação entre as Rodovias Presidente Dutra e Ayrton Senna, na cidade de Guarulhos, o Shopping Bonsucesso situa-se em local de grande visibilidade e fácil acesso, além de estar bem servido de transportes coletivos e ao lado do terminal de ônibus. Está a apenas 500 metros do Trevo de Bonsucesso – que interliga os bairros e dá acesso aos dois sentidos da via Dutra – ponto de passagem para aproximadamente 858 mil pessoas, conforme dados da Nova Dutra, entre moradores e trabalhadores da região[53].

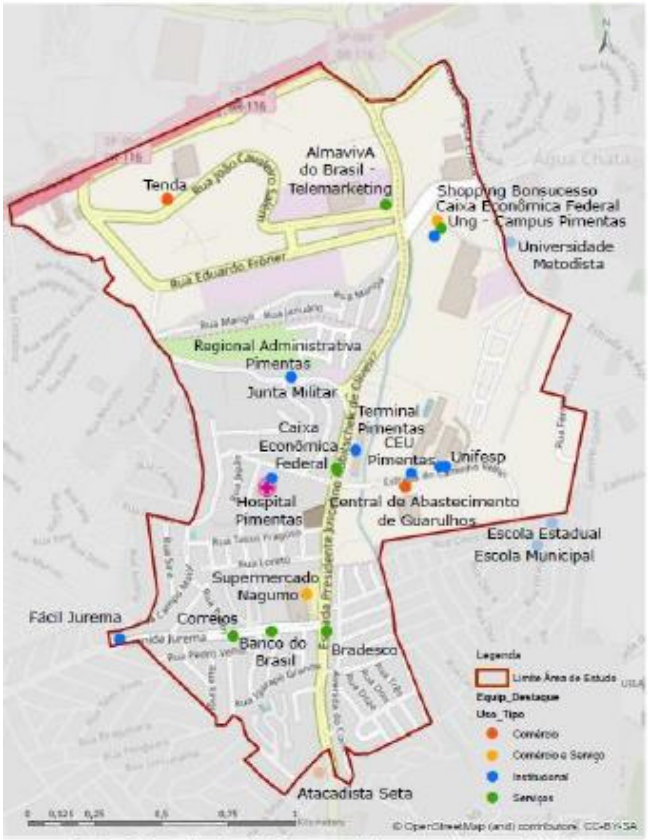
Com relação ao segundo ponto, relativo à diversificação e à concentração de atividades, a análise diz respeito ao subcentro dos Pimentas propriamente dito (Figura 5). Estes fatores de concentração e diversificação/heterogeneidade das atividades, serviços e

[53] http://www.shoppingbonsucesso.com.br/o-shopping/

 ISBN: 1981-1047

infraestruturas explicam talvez como esta área acabou consolidando-se como um polo central em relação a outros subcentros, localizadas em outras UPRs próximas a esta área. A carência de serviços básicos, tanto quanto a distância e as dificuldade de aceder aos serviços e bens oferecidos no centro de Guarulhos, levou os moradores destas áreas à construção de estabelecimentos comerciais e de serviços capazes de abastecer minimamente a capacidade de consumo da população daquela área. Esta posição de polo central é certamente devido à grande quantidade e concentração de desses estabelecimentos: supermercados, shopping centers, bancos, lojas, bares, lanchonetes, universidades, concessionárias, empresas de telemarketing etc.

Figura 5: Funcionalidades principais do subcentro dos Pimentas



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Urbano, PMG.

Elaboração: SANTOS, 2020, p.130

Na constituição desta centralidade, além das atuações públicas em termos legislativos, o poder público, participou fortemente na conversão deste território, com a

 ISBN: 1981-1047

transformação do uso do solo de antigas glebas industriais em equipamentos públicos, como Centro Educacional Unificado (CEU) dos Pimentas, a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) de Guarulhos; o Teatro Adamastor Pimentas, o Terminal Rodoviário Municipal, além da Central de Abastecimento de Guarulhos (CEAG) e do Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso (HMPB), os quais têm como principal característica serem de abrangência "regional". Também há de notar os investimentos residenciais do nível federal, através do Programa Minha Casa Vida (PMCMV), tanto nesta área quanto em diversas outras do bairro, onde já desponta uma paisagem com tendência à verticalização.

Com relação ao setor privado, em termos de comércio e de serviços, encontramos uma grande diversidade. Ao localizar os estabelecimentos por logradouros, Santos (2017) identificou, à título de exemplo, a presença, nos principais eixos viários, de 56 cabeleireiros, manicures e pedicures, 72 oficinas de reparação e manutenção de veículos, 13 casas de festas e eventos, 108 bares e/ou restaurantes, soverteria, 13 casas de eventos, 171 comércios varejista de vestuário e acessórios, 48 farmácias, 17 serviços de reparação e manutenção de eletrodomésticos, 20 caixas eletrônicos, 30 comércios varejistas de CDs e DVDs, 25 lojas de materiais de construção etc.

Um estudo mais aprofundado dos ramos comerciais e de serviços presentes na área ainda precisa ser realizado, porém, estes exemplos mostram uma disposição, *a priori,* que permite satisfazer a maioria das necessidades dos habitantes dos Pimentas.

Para resumir, retomamos a caracterização do subcentro dos Pimentas a partir da proposta de Santos (2017), que observa: i) uma funcionalidade institucional público-privada, com a existência de praças, de equipamentos esportivos, de saúde e de educação, ii) uma funcionalidade educacional, de cultura e de lazer, com, por exemplo o CEU (2009), o campus da Unifesp[54], o Teatro Adamastor Pimentas, a Universidade de Guarulhos (UNG), a Faculdade Metodista, fora as academias de esporte e outros instituições privadas de ensino, iii) a funcionalidade de saúde, com o Hospital Municipal Pimentas-Bonsucesso[55], iv) a

[54] A UNIFESP, criada em 2007, é também, ao nosso ver, uma instituição essencial no bairro do Pimentas. Em 2017, a UNIFESP contava 3.200 alunos matriculados, sendo que 25 % deles moravam em Guarulhos e 60 % do município de São Paulo.

[55] Importante ressaltar que o Hospital Municipal Pimentas-Bonsucesso, com 95 leitos, oferece atendimento a mais de 500.000 habitantes da região, com uma média de 15.000 atendimentos mensais e aproximadamente

 ISBN: 1981-1047

funcionalidade administrativa, com, por exemplo, o "Fácil Atendimento ao Cidadão" que disponibiliza mais de 700 serviços relacionados a prefeitura (como segunda via do IPTU, atualização cadastral, etc.), e também um CIET (Centro Integrado de Emprego, Trabalho e Renda), o PROCON, o CICI (Centro Integrado da Cidadania), v) a funcionalidade de comércios e serviços já abordada.

3.O papel periférico dos Pimentas

O subcentro dos Pimentas ocupa uma situação espacial periférica na escala do município de Guarulhos, mas desponta como verdadeira centralidade na UPR dos Pimentas e também ao nível regional, sendo que atrai visitantes, trabalhadores, consumidores e frequentadores de outras UPR e também de outros municípios vizinhos. Apesar da sua transformação em subcentro, a área de estudo não deixa de se constituir e/ou de ser associada a um papel periférico, seja na visão dos que a conhecem ou sobre ela construíram alguma representação, seja nas próprias representações de seus habitantes.

O conceito de periferia conserva hoje em dia visões que o identificam como um espaço de miséria, de marginalidade, onde vive "o trabalhador que não trabalha", como um território do irregular, reduzindo-o, por vezes, à sua função de "cidade dormitório" (HIERNAUX e LINDÓN, 2004). Segundo estes autores, a categoria analítica centro-periferia seria cada vez menos pertinente, tendo em vista as transformações ocorridas a partir dos anos 1970 nas cidades latino-americanas.

Por um lado, evidentemente, como se verifica no caso dos Pimentas, postulamos que a periferia da região metropolitana, também passou por um processo de heterogeneização, como foi apontado para os espaços mais populares do município de São Paulo nas duas últimas décadas (MARQUES e REQUENA, 2013, MARQUES, 2014). Por outro lado, a literatura aponta para uma certa diluição e esvaziamento dos centros clássicos, alimentada pelos mitos da "periferia refúgio" e da "casa própria" (HIERNAUX e LINDÓN, 2004) ou, através da análise da fragmentação socioespacial, mostra como a auto segregação dos estratos médios e altos da sociedade também vem redefinir a dicotomia centro-periferia,

1.000 funcionários. Desta forma, é um indutor de viagens (do próprio Pimentas, Cumbica e Bonsucesso), mas também de outros municípios (Arujá, Itaquaquecetuba e Santa Isabel, por exemplo).

 ISBN: 1981-1047

com o acirramento da policentralidade (SPOSITO e GÓES, 2013). Apesar da sua diversificação e complexificação, a periferia nunca deixou de existir (D'ANDREA, 2020).

Voltando no tempo, importante lembrar que nos anos 1950 e 1960, a expansão populacional de Guarulhos deu-se nas áreas em que o preço da terra era mais acessível, contribuindo para a formação de nucleamentos urbanos em áreas distantes do centro do município, beirando as áreas de proteção ambiental, com grandes declividades (Cabuçu de Cima, Tanque Grande e Morro Grande). Além disso, as áreas da porção leste da cidade (Cumbica, Pimentas, Presidente Dutra e Bonsucesso), que também foram fortemente ocupadas, eram menos dotadas de infraestruturas. Esta característica, junto com a proximidade desta área com o município de São Paulo, participa da constituição da condição e da imagem periférica de Guarulhos em relação ao município de São Paulo e tendo em vista o crescimento populacional da zona leste.

Este papel periférico reafirma-se no presente, conforme o plano diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social do município de Guarulhos (2004), em que a UPR dos Pimentas é classificada como *macrozona de Urbanização em Desenvolvimento*. Ou seja, esta área, na qualidade de periferia do município, requer melhorias urbanas em termos de infraestruturas básicas, de equipamentos sociais e culturais, mas também em termos de construção de habitação de interesse social e de regularização urbanística e fundiária.

O caráter relativamente recente das transformações urbanas e socioespaciais do subcentro dos Pimentas, junto com esta "tensão" entre a aquisição progressiva de caraterísticas de centralidade e a permanência de um papel ou uma imagem periférica na escala do município de Guarulhos e da RMSP, oferece um campo de estudo pertinente para análise empírica e teórica deste território. A final de contas, a UPR dos Pimentas seria uma periferia dentro da periferia na escala metropolitana? E, na escala do município, seria uma "centralidade periférica"?

4. Agenda de pesquisa no subcentro dos Pimentas

Certamente, a identificação da UPR dos Pimentas, tanto enquanto periferia ou enquanto subcentro, não pode apenas basear-se em dados. Em outros termos, o tratamento da área pelo poder público como periferia, e os elementos que permitem identificar a consolidação de uma centralidade, ou de uma sub-centralidade, devem também ser guiadas

 ISBN: 1981-1047

por visões egocêntricas, e não apenas excêntricas (HIERNAUX e LINDÓN, 2004). As primeiras baseiam-se na "interpretação das interpretações" dos habitantes sobre a periferia e acrescentamos sobre a centralidade, de modo a se contrapor as visões excêntricas (segundo a qual o "especialista" propõe uma intepretação do fenômeno da periferia a partir da sua própria concepção).

Neste sentido, as pistas de pesquisa elencadas aqui, além de aprofundar e sistematizar os dados quantitativos e formais existentes, devem considerar os imaginários e as representações dos próprios habitantes. No nosso caso, é importante captar e entender o que é central para os residentes, o que ajudaria também a entender a periferia. Assim, por exemplo, a despeito da enorme quantidade de serviços presentes no subcentro dos Pimentas, uma pessoa residente da área, deveria ter condições por diversos modais de circulação frequentar com facilidade o centro principal de Guarulhos.

Da mesma forma, a proximidade destas infraestruturas não garante necessariamente uma frequentação ou um acesso fácil para alguns habitantes. A participação dos autores em dois grupos focais realizados com mulheres beneficiárias e moradoras de dois conjuntos habitacionais, situados em frente à UNIFESP, permitiu-nos perceber uma realidade mais complexa. Apesar de terem passado a morar nas proximidades de muitas infraestruturas, equipamentos e serviços, o que, a priori, configura uma condição menos segregada que antes para elas, pois a maioria morava em ocupações, favelas ou áreas de risco, oferecendo, com certeza, uma condição mais digna em termos de moradia, os discursos destas mulheres, porém, refletiam processos, situações e sentimentos de exclusão e de discriminação expressas por frase como "vou no posto e nunca sou atendida", ou ainda, "entro no shopping e o segurança me segue".

Além disso, certos processos de diferenciação e de discriminação se reproduzem dentro dos próprios conjuntos habitacionais[56] do programa Minha Casa Minha Vida. Um dos elementos que se destacou após uma primeira análise deste material aponta para uma certa "rugosidade" nas identidades e representações. Neste sentido, atrás da classificação "MCMV faixa 1", que pode aparentar uma certa homogeneidade social neste espaço

[56] Nos dias 14 e 15 de fevereiro de 2020, dois Grupos Focais foram realizados com mulheres do bairro de Pimentas (Guarulhos), respectivamente dos conjuntos habitacionais Minha Casa Minha Vida "Dunas" (13 mulheres) e Esplanada (9 mulheres).

 ISBN: 1981-1047

residencial, os dados empíricos mostram certa heterogeneidade e processos internos de diferenciação socioeconômica – por exemplo, entre um edifício ocupado por pessoas que antigamente viviam em moradias "ilegais" e em locais de risco, e o edifício vizinho, no mesmo conjunto, com pessoas que viviam antes em apartamentos pagando aluguel.

Em outros termos, mesmo que alguns elementos permitam caracterizar este território como periferia, na escala municipal e metropolitana, e como subcentro, na escala local e municipal, o estudo das práticas espaciais, das atividades do cotidiano (uso do tempo e do espaço) é um dos caminhos que despontam para a análise da complexidade desta configuração socioespacial do bairro de Pimentas.

Considerações Finais

Ao caracterizar o Pimentas, a partir da constituição de espaço de (re) produção do consumo, em seu subcentro, e do seu papel periférico, nota-se que as transformações urbanas materializadas, principalmente a partir da década de 80, com a inauguração do Aeroporto Internacional, somado ao processo de desconcentração industrial, no município de Guarulhos, repercutiram em mudanças significativas, nas dinâmicas socioespacial e urbanas do setor, sobretudo na reestruturação da distribuição espacial de suas atividades comerciais e de serviços, estabelecendo novas centralidades e funcionalidades (SANTOS, 2017), no contexto de uma área periférica.

Além do reflexo dessas transformações nos Pimentas, a atuação dos agentes produtores do espaço (CORREA, 1989) representa, também, um elemento importante na consolidação desses espaços de (re) produção do consumo, especialmente de serviços públicos. Diante disso, destacamos aqui as ações do Estado, através de deliberações e decretos, que possibilitaram a instalação de equipamentos públicos, como o Terminal Rodoviário Municipal, a Universidade Federal de São Paulo, e o Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso. A atuação do setor privado também é notada, com estabelecimentos de comércios e serviços: como Bancos, Shopping do Bonsucesso, entre outros.

Somadas às intervenções dos setores público e privado nos Pimentas, temos, como destaque neste último, a atuação dos agentes de produção fundiária e imobiliária, ocasionando a valorização dessa área, atraindo empreendimentos de moradias, de classe baixa, média e alta, e contribuindo para o crescimento dos Pimentas. E por fim, não menos

 ISBN: 1981-1047

importante, a participação dos grupos sociais excluídos (CORREA, 1989) através de reivindicações por melhores condições de moradia e de infraestrutura nos Pimentas.

Dessa maneira, tais ações possibilitaram a concentração e a diversificação/heterogeneidade das infraestruturas, dos equipamentos e dos serviços. Nesse sentido, configura-se uma posição de destaque em relação a funcionalidades e papeis desempenhados pelo bairro dos Pimentas e seu subcentro, em comparação a outros próximos, constituindo uma "tensão" entre ser um território periférico, porém dotado de características de centralidade no município de Guarulhos

Por fim, frisamos que este artigo inicia um debate sobre a relevância de estudar os aspectos históricos e sociais, explicando a posição de destaque dos Pimentas, em uma área periférica do município de Guarulhos, ainda que carências sejam observadas. Desse modo, este artigo, deixará algumas lacunas, que interpretamos como pistas para a continuidade da pesquisa, o que requer estudo empírico e teórico mais aprofundada dessa área.

Referências

ARAÚJO, V.C.G. **Espaços livres e coletivos em condomínios habitacionais verticalizados: o centro de Guarulhos - SP**. 2013. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Tecnologia e Cidade) - Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CAMPOS. D. C; OLIVEIRA. E. S; FERREIRA. J.A. **Revelando a História do Pimentas e Região.** São Paulo: Noovha América, 2014.

CORREA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

D'ANDREA, P. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. Novos Estudos, Cebrap, v.39, n.01, p.19-36, 2020.

GAMA, N.C.O. **O processo de conformação da periferia da periferia urbana no município de Guarulhos: os loteamentos periféricos como (re) produção de novas espacialidades e lugar de reprodução de força de trabalho**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras, e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

HIERNAUX, D., LINDÓN, A. **Repensar la periferia: de la voz a las visions exo y egocêntricas.** In AGUILAR, A.G. **Procesos metropolitanos y grandes ciudades: Dinámicas recientes en México y otros países.** México**:** Miguel Ángel Porrúa, 2009. p. 413-443.

 ISBN: 1981-1047

LANGENBUCH, J. **A estruturação da grande São Paulo**. Biblioteca Geográfica Brasileira, publicação n. 26, Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, da Universidade de Campinas, 1971.

MARQUES, E., REQUENA, C. O centro voltou a crescer? Trajetórias demográficas diversas e heterogeneidade na São Paulo dos anos 2000. **Novos Estudos - CEBRAP,** São Paulo, n. 95 p. 17-37, 2013.

MARQUES, R. Estrutura social e segregação em São Paulo: transformações na década de 2000. **Dados**, Rio de Janeiro, vol.57, n. 3, 2014.

MATOS, C. F. **Lazer nos Pimentas: estudo sobre as formas de apropriação dos espaços públicos em um bairro "periférico".** 2011. Monografia – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos.

NOVAES, M.C. **A segregação socioespacial em Guarulhos e a representação em mapas**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras, e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SANTOS, C. J. F. **Identidade Urbana e Globalização: a formação dos múltiplos territórios em Guarulhos/SP**. São Paulo: Annablume /SINPRO-Guarulhos, 2006.

SANTOS, P.S. **A transformação da estrutura urbana na cidade de Guarulhos e a constituição de uma nova centralidade no Bairro de Pimentas**. 2017. Dissertação (Mestrado em projeto, produção e gestão do espaço) – FIAM FAAM, São Paulo.

Sposito, M.E y Góes, E. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacia/**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

GUARULHOS WEB. **Quarto bairro mais populoso do Estado e nono do Brasil está em Guarulhos.** Disponível em: https://guarulhosweb.com.br/noticia/415603/Quarto+bairro+mais+populoso+do+Estado+e+nono+do+Brasil+est%C3%A1+em+Guarulhos . Acesso em: 02/11/ 2020.

LEIS MUNICIPAIS. **Decreto nº 25.303 de 2 de abril de 2008**. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sp/g/guarulhos/decreto/2008/2531/25303/decreto-n-25303-2008-dispoe-sobre-a-criacao-das-unidades-de-planejamento-regional-upr-no-municipio-deguarulhos-e-da-outras-providencias. Acesso em: 20/09/2020.

PREFEITURA DE GUARULHOS. **Estatística e Geografia.** Disponível em: https://www.guarulhos.sp.gov.br/estatisticas-e-geografia . Acesso em: 02/11/2020.

Agradecimentos

Agradecemos a Professora Maria Encarnação Beltrão Sposito pela revisão do artigo, e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP pelo financiamento das duas bolsas de pesquisa (Processo nº 2019/09852-6 e Processo nº 2019/04664-7) que permitiram a elaboração deste artigo.

 ISBN: 1981-1047

RESUMOS

ISBN: 1981-1047

EIXO 2

GEOGRAFIA, AMBIENTE E ECOLOGIA

ISBN: 1981-1047

CADEIA DOS PNEUS INSERVÍVEIS EM UBERLÂNDIA-MG

GT - Geografia, Ambiente e Ecologia

Eduardo Rodrigues Ferreira
eduardo.ferreira@uemg.br
Professor Adjunto na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
Grupo de Estudos e Pesquisas em Resíduos Sólidos (GEPERS)

Introdução

A gestão integrada e o gerenciamento dos resíduos sólidos ainda necessitam de alguns avanços para que se possa haver em todo território nacional um manejo eficaz do ponto de vista ambiental, social e econômico.

Muitas são as precariedades encontradas para que o panorama de gerenciamento possa ser o melhor possível, favorecendo o cumprimento dos objetivos preconizados pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) que, após uma década, ainda não conseguiu extinguir os locais de disposição final na forma de lixões, como será exposto mais à frente. Muitas são as razões para que tal panorama perdure, a saber: falta de recursos financeiros nas municipalidades; ausência de recursos humanos especializados para o enfrentamento da questão; falta de interesse de alguns municípios em executar de forma correta os preceitos existentes para a consecução de um bom manejo dos resíduos sólidos de forma geral e; até mesmo, a falta de interesse dos municípios em participação em pesquisas de instituições de ensino superior que buscam compreender como se dão os processos de manejo dos resíduos sólidos e, podem vir a oferecer subsídios para tomadas de decisão ao setor. Aqui, já se coloca a priori crítica a este posicionamento.

 ISBN: 1981-1047

Tal conjunto de aspectos contribuem à não consecução de um panorama mais favorável, fazendo com que haja mais uma década para que a gestão integrada e o gerenciamento sejam de fato como necessitam ser.

Uma reflexão inicial se faz necessária, antes de penetrar nas particularidades de nosso recorte e objeto de pesquisa. A Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Urbana e Resíduos Especiais (ABRELPE) desde de 2003 publica o Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil. Uma ferramenta importante para o acompanhamento dos aspectos qualitativos e quantitativos da geração e das formas de gestão integrada e gerenciamento empregadas para cada tipo de resíduos nas cinco regiões do país. De acordo com a mesma, hoje o Brasil, de acordo com o último panorama geral - 2018/2019, apresenta o seguinte contexto: Os dados revelam que, em 2018, foram geradas no Brasil 79 milhões de toneladas, um aumento de pouco menos de 1% em relação ao ano anterior. Desse montante, 92% (72,7 milhões) foram coletados. Por um lado, isso significa uma alta de 1,66% em comparação a 2017: ou seja, a coleta aumentou num ritmo um pouco maior que a geração. Por outro, evidencia que 6,3 milhões de toneladas de resíduos não foram recolhidas junto aos locais de geração. A destinação adequada em aterros sanitários recebeu 59,5% dos resíduos sólidos urbanos coletados: 43,3 milhões de toneladas, um pequeno avanço em relação ao cenário do ano anterior. O restante (40,5%) foi disposto em locais inadequados por 3.001 municípios. Ou seja, 29,5 milhões de toneladas de RSU acabaram sendo dispostas em lixões ou aterros controlados, os quais não contam com um conjunto de sistemas e medidas necessários para proteger a saúde das pessoas e o meio ambiente contra danos e degradações.

Para a execução dos serviços de limpeza urbana no Brasil, os municípios aplicaram mensalmente, em média, R$ 10,15/hab. Tais serviços empregaram diretamente, em vagas formais de trabalho, 332 mil pessoas no período – um recuo de 1,4% em relação a 2017. O mercado de limpeza urbana movimentou recursos correspondentes a R$ 28,1 bilhões no país, queda de 1,28% na comparação com o ano anterior. (ABRELPE, p. 11, 2020, grifo nosso).

Cabe salientar que os dados acima citados dizem a respeito dos resíduos domiciliares (RD) e que os dados apresentaram pequenos avanços, sobretudo no que se refere às formas de disposição final. Porém, em relação ao número de empregos gerados e

 ISBN: 1981-1047

movimentação financeira os dados não se mostraram positivos; mas, mesmo assim sendo significativos em termos financeiros. Os dados, sobretudo no que diz respeito às formas de disposição final, reforçam a necessidade de revisões ou de ações mais contundentes e específicas no setor, mesmo que tenham sido verificados avanços.

Em função da origem os resíduos estão classificados pela PNRS em: os resíduos domiciliares; resíduos de limpeza urbana: os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana; resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços; resíduos industriais; resíduos de serviços de saúde; resíduos da construção civil; resíduos agrossilvopastoris; resíduos de serviços de transportes; resíduos de mineração. Os resíduos objetos deste estudo estão contemplados na PNRS pelo artigo 33[57] que assim preconiza:

> "São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de: III pneus" (BRASIL, 2010).

As justificativas apresentadas para a realização desta investigação foram: a geração de um número maior de dados e informações sobre este tipo de resíduo, fornecendo subsídios para o processo decisório; o grande impacto ambiental negativo que a disposição inadequada destes resíduos causa ao meio ambiente; os danos à saúde individual e coletiva face esta disposição; a importância da reinserção destes à cadeia produtiva fazendo com que matérias primas "virgens" não sejam extraídas para a fabricação de novos produtos. Portanto, o estudo da logística deste tipo de resíduo pode vir a oferecer subsídios para melhoramentos na gestão integrada e o gerenciamento dos pneus inservíveis no município em questão.

[57] Os pneus estão incluídos no inciso III do artigo citado.

 ISBN: 1981-1047

Ademais, dentro da perspectiva dos objetivos propostos estabeleceu-se os seguintes ideários. De forma geral buscou-se analisar a cadeia, da geração até a disposição final, dos pneus inservíveis no município de Uberlândia sob a perspectiva da logística reversa. Dentro do universo dos objetivos específicos buscou-se identificar: os atores integrantes do processo de logística reversa de pneus em Uberlândia; avaliar a participação destes atores no processo de logística reversa dos pneus inservíveis no município; identificar as atividades de logística reversa dos pneus inservíveis no município; verificar as ações de gestão integrada e gerenciamento dos pneus inservíveis pela administração pública municipal; analisar a aplicação dos instrumentos legais municipais, estaduais e federais relacionados ao gerenciamento dos pneus inservíveis; analisar as condições dos pontos de coleta de pneus inservíveis no município. O município de Uberlândia, através da direção do Centro de Controle de Zoonoses, não atendeu à solicitação da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) feita por meio do ofício. E, em função desta indiferença, os objetivos de forma geral não foram por completo atingidos e Informações mais ricas não puderam ser incluídas à pesquisa, tal aspecto será melhor apresentado e discutido nas linhas que se seguem deste resumo.

Metodologia

A presente proposta de investigação se deu através do emprego das seguintes técnicas, a saber: pesquisa bibliográfica e documental e pesquisa de campo. Esta por sua vez se caracterizou em uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo. Exploratória uma vez que buscou-se compreender o processo da logística reversa dos pneus inservíveis no município de Uberlândia. Neste sentido, Severino (2007) nos ensina que a pesquisa exploratória é a busca pela compreensão do comportamento de determinado objeto de estudo, com base em informações colhidas a seu respeito. Na perspectiva descritiva, afirmam Cervo e Bervian (2002, p. 66), "[...] observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los". Ademais, também mediar a execução e, efetivar esta investigação, serão empregadas algumas técnicas de pesquisa, as quais foram: pesquisa bibliográfica (teses, livros e artigos) e documental (legislação, normológio), pesquisa de campo (emprego de formulário, questionário, entrevista e observação). Algumas ações

 ISBN: 1981-1047

metodológicas não foram plenamente empregadas em função da não sinalização de participação do município.

Resultados e discussão

Em relação aos resultados e discussões, a priori, cabe ressaltar que toda instituição, empresa ou entidades públicas não são e nunca serão obrigadas a participar de pesquisas realizadas por instituições de ensino, sejam elas públicas ou privadas.

Retomando o que foi exposto na introdução deste resumo, onde destacou-se a indiferença dos poderes públicos municipais às pesquisas das instituições de ensino superior públicas, sobretudo as relacionadas a resíduos sólidos. Portanto, em relação aos resultados e discussões chegados, irar-se-ão expô-los com base em informações retiradas do site da Reciclanip[58]. E, as discussões girarão em torno de uma análise crítica frente a este tipo de posicionamento do poder público municipal.

Com efeito, após contatos telefônicos e envio de ofício da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) devidamente assinado e, junto, um questionário simples buscando saber como se mostra a cadeia dos pneus inservíveis. Não se obteve resposta nenhuma da solicitação, e respeitou-se o posicionamento do poder público. Então, iremos aos resultados parciais.

No município de Uberlândia a responsabilidade de realizar a coleta dos pneus inservíveis é do controle de zoonoses, especificamente o controle da dengue. O processo de logística desta coleta funciona da seguinte maneira: o veículo que percorre os estabelecimentos de venda e troca de pneus e os estabelecimentos que prestam serviços de reparo (borracharias) aproveitam as atividades fiscalizadoras para recolher os pneus inservíveis. Assim que realizam esta coleta, transportam até o local que está disposto no site da Reciclanip, exatamente na Avenida José Andraus Gassani, 4655, no Distrito Industrial do município.

[58] A Reciclanip é a entidade gestora do sistema de logística reversa de pneus inservíveis no país.

 ISBN: 1981-1047

Todo o município que recebe a coleta de pneus inservíveis da Reciclanip firma um convênio para que ocorra esta coleta, exigindo-se para tanto, um local que seja coberto. No site da empresa consta o município e o endereço acima descrito. Portanto, foi firmado convênio com esta empresa para que venha até o município efetuar a coleta dos pneus inservíveis.

O ponto fulcral que se faz necessário aqui expor é como as administrações públicas demonstram falta de cooperação com as instituições públicas de ensino e, sobretudo quando as mesmas buscam informações sobre a gestão integrada e gerenciamento dos resíduos sólidos gerados no município. Como dito a princípio, nesta seção ninguém se faz obrigado a responder a nenhuma pesquisa, mas, acredita-se que minimamente sejam respeitadas, sinalizando as razões pelas quais não fizeram parte da pesquisa. A impressão que temos é que existem receios em responder questionamentos dessa ordem. Retornemos à introdução deste relato em que se elencaram os obstáculos para pesquisas na área de resíduos sólidos. Um deles foi a indiferença, em que iremos em poucas linhas descrevê-la nas conclusões.

Conclusão

Para concluir, o município de Uberlândia de forma geral possui uma cadeia clara de coleta, transporte e armazenamento temporários dos pneus inservíveis gerados no município. Apresentando preocupação com a disposição final deste resíduo, o que é um aspecto extremamente positivo sob a perspectiva da gestão integrada e gerenciamento de resíduos sólidos e, seguindo os preceitos preconizados nas legislações em vigor. Por outro lado, também se chegou à conclusão que atitudes como esta atrapalham possíveis comunicações com a universidade e seu corpo de pesquisadores. Uma vez que os mesmos não têm acesso às informações que poderiam ser transformadas em subsídios para tomadas de decisão, assim, impedindo diálogos e trocas de experiências e, sobretudo, avanços no setor. O que se configura em uma lacuna que, independente do objeto de estudo, o principal perdedor é a sociedade a qual fomenta ambas as instituições. A universidade pública não é uma instituição fiscalizadora; pelo contrário, é uma instituição que preza e busca pela melhoria da sociedade dentro de seus limites teóricos. Para concluir, se faz necessárias mudanças paradigmáticas

 ISBN: 1981-1047

para que a gestão integrada e gerenciamento de resíduos sólidos atinja níveis mais elevados e que não tenhamos panoramas desfavoráveis a nível, nacional, estadual e local.

Referências

ABRELPE. **Panorama de resíduos sólidos no Brasil**. 2019. p.73.

Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos (ANIP). Dados gerais de pneus. Disponível em: <htpp:// Dados Gerais | ANIP - Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos. Acesso em 29 out. 2020.

BARRIOS et al. **Panorama da indústria de pneus no Brasil: ciclo de investimentos, novos competidores e a questão do descarte de pneus inservíveis.** Rio de Janeiro: BNDES, 2007, 129p.

BRASIL. Casa Civil. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm> Acesso em: 27 jan, 2011, 20:26.

BRASIL. Casa Civil. Resolução CONAMA Nº 416/2009 - "Dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada, e dá outras providências." Disponível em:<http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=616. Acesso em 05 out 2020.

CERVO, A. L.; BERVIAN P. A. **Metodologia científica.** 5ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002, 242p.

FONSECA. E. **Iniciação ao estudo dos resíduos sólidos e da limpeza urbana.** 2º ed. João Pessoa: JCR, 2001, 130p.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Relatório de pneumáticos.** Resolução CONAMA 416/09. 2017 (ano base 2018). Diretoria de qualidade ambiental. Brasília. Ibama, 2017. 77p.

LAGARINHOS, Carlos Alberto Ferreira. **Reciclagem de pneus: análise do impacto da**

 ISBN: 1981-1047

legislação ambiental através da logística reversa. Tese (Doutorado em Engenharia) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

LAGARINHOS, Carlos Alberto Ferreira; TENÓRIO Jorge A. S. Logística reversa de pneus usados no Brasil. **Revista Polímeros**, v. 23, n. 1, p. 49-58, 2013.

LEITE, P. R. **Logística reversa**. São Paulo: Pearson Education, 2013.

Raymundo Ferreira Filho. Logística reversa de pneus inservíveis: diagnóstico situacional com aplicação de matriz de indicadores de sustentabilidade nos municípiose Belém e Ananindeua, Pará**. Navus Revista de Gestão e Tecnologia**. V. 09, n. 1, p. 165-181.

Pinho, E. B. Chemical recycling of waste tires: Recovery of liquid fractions via thermal and catalytic pyrolysis. **Revista Virtual de Química**. v. 10 n. 05 p. 1420 -1437, 2018. Rio de Janeiro: Qualitymarck, 2012, p. 99.

RECICLANIP. Informações sobre a logpística reversa dos pneus inservíveis. Disponível em: <http:// www.reciclanip.org.br. Acesso em: 07 dez 20.

RODRIGUES, A. M. **Produção e Consumo do e no espaço: problemática ambiental urbana**. São Paulo: Hucitec, 1998, 239p.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23º ed. rev. E atual. São Paulo: Cortez Editora, 2007, 304p.

TCHOBANOGLOUS G. KREITH, F. **Hand book of solid waste management**. Mc Graw-Hill, 2002, 2 Ed. p 13.3-13.84.

 ISBN: 1981-1047

ANÁLISE DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO TIMBURI, PRESIDENTE PRUDENTE-SP A PARTIR DO HISTÓRICO DE COBERTURA E USO DA TERRA

GT - Geografia, Ambiente e Ecologia

Emanuela Sanches Moreira
emanuela.sanches@unesp.br
FCT/UNESP – Presidente Prudente

Introdução

A Área de Proteção Ambiental de Uso Sustentável no Timburi, criada em março de 2019 pela Lei Complementar Nº235 (PRESIDENTE PRUDENTE, 2019), está localizada na área rural do município de Presidente Prudente-SP e engloba os bairros rurais Timburi e Primeiro de Maio. A área total da APA é de 4.608 hectares, sendo que apenas 11,24% do total é coberto por vegetação nativa e percorrem por ela cerca de 118 km de extensão de cursos d'água, os quais fazem parte da bacia do Rio do Peixe (NUNES, 2019). Esta área tornou- se palco de um conflituoso debate acerca da implantação de um aterro sanitário na área, motivo este que desencadeou uma série de estudos a análises ambientais. Por fim, a APA foi decretada com base em argumentos de que a área em questão possui grande diversidade biótica e abiótica, além de características físicas que a torna altamente vulnerável aos processos erosivos lineares, como a geomorfologia, a concentração de fluxo de escoamento superficial e o uso da terra.

A área passou por inúmeras transformações em decorrência da atividade agropecuária, predominando hoje a criação de gado de corte e gado leiteiro. No entanto, desde o início das transformações antrópicas não foi considerada a conservação da vegetação nativa, nem o manejo adequado do solo (VARCACEL e SILVA, 1997).

De acordo com Moreira et al (2020), o mau uso e conservação do solo resultou no grande número de nascentes desprotegidas, em trechos de cursos d'água assoreados, resquícios de mata ciliar e inúmeros focos erosivos. Pensando nisso é que se propõe aqui uma análise do histórico de cobertura e uso da terra dos anos 1989, 1999, 2009 e 2019 realizado por Moreira (2021), a fim de compreender as transformações antrópicas que a área da atual APA esteve sujeita nas últimas décadas.

 ISBN: 1981-1047

Portanto, o presente trabalho tem como objetivo analisar o histórico da cobertura e uso da terra da Área de Proteção Ambiental de Uso Sustentável no Timburi, segundo a perspectiva da degradação ambiental ao longo dos últimos quarenta e dois anos com intervalos de dez anos entre cada mapa para uma análise precisa das mudanças ocorridas.

Metodologia

Os mapas das classes de cobertura e uso da terra foram elaborados através do software ArcGIS PRO 2.5, utilizando como bases as imagens dos satélites Landsat-5, Landsat-7, Alos Avnir-2 e Sentinel-2. A técnica utilizada para a realização dos quatro mapas foi a Classificação Supervisionada. Para a classificação das imagens foram observados textura, rugosidade e tonalidade dos objetos. Após a observação, confrontou-se os dados obtidos com a Tabela de Classes da Cobertura e do Uso da Terra Níveis I e II, encontrada na página 149 do Manual Técnico de Uso da Terra (IBGE, 2013), optando-se pelas classes descritas anteriormente. No entanto é preciso fazer um adendo sobre a escolha da categoria "Áreas Antrópicas Agrícolas" que foi generalizada devido a difícil distinção entre pastagens e culturas agrícolas na imagem de satélite.

O passo a passo detalhado encontra-se a partir da página 30, em Moreira (2021).

Resultados e discussão

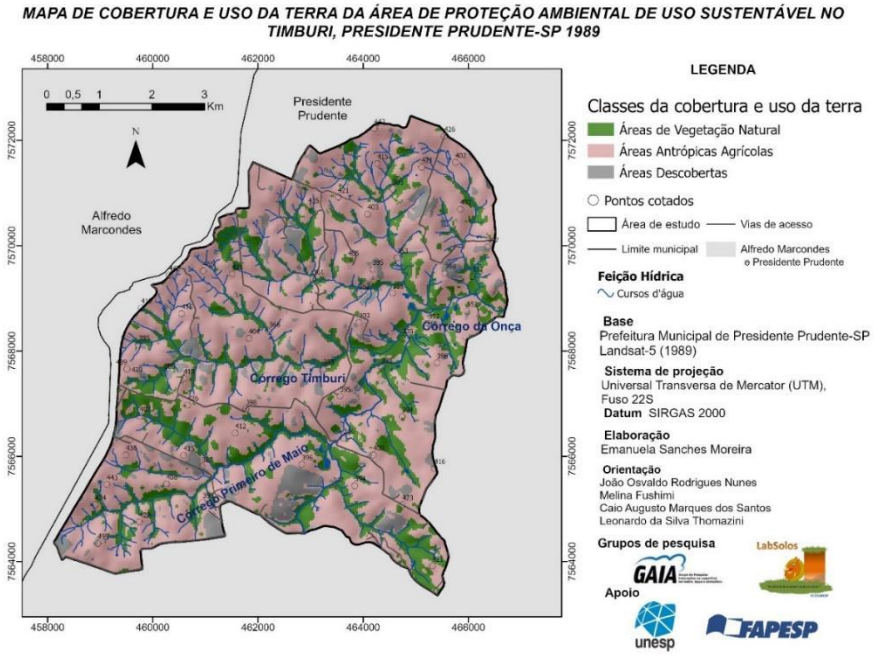
A partir da compilação dos mapas de Moreira (2021), foi possível analisar as transformações existentes na paisagem da Área de Proteção Ambiental de Uso Sustentável no Timburi. Esta teve sua vegetação nativa substituída pelas atividades agropecuárias, desde a produção do café, passando pelo algodão, amendoim e a menta, até chegarmos a intensa criação de bovinos, decorrente do aumento do consumo de carne em todo o mundo, ao final da Segunda Guerra Mundial (SCHLESINGER, 2009). Esse cenário pode ser observado em toda a região do município de Presidente Prudente, que passou por transformações semelhantes.

A substituição de vegetação nativa por pastagens propicia a degradação ambiental devido ao desmatamento, ao pisoteio do gado compactando o solo e a exposição do mesmo. Os mapas das Figuras 1, 2, 3 e 4 revelam a diminuição das matas ciliares ao redor dos cursos d'água, além de apontarem como as nascentes dos córregos veem se apresentando mais

 ISBN: 1981-1047

expostas a cada década. Além disso, a Figura 4, que representa o mapa de 2019, traz os pontos de erosão linear detectados na área, possibilitando relacionarmos a falta de cobertura vegetal nas nascentes dos córregos com a intensificação da ocorrência de erosões.

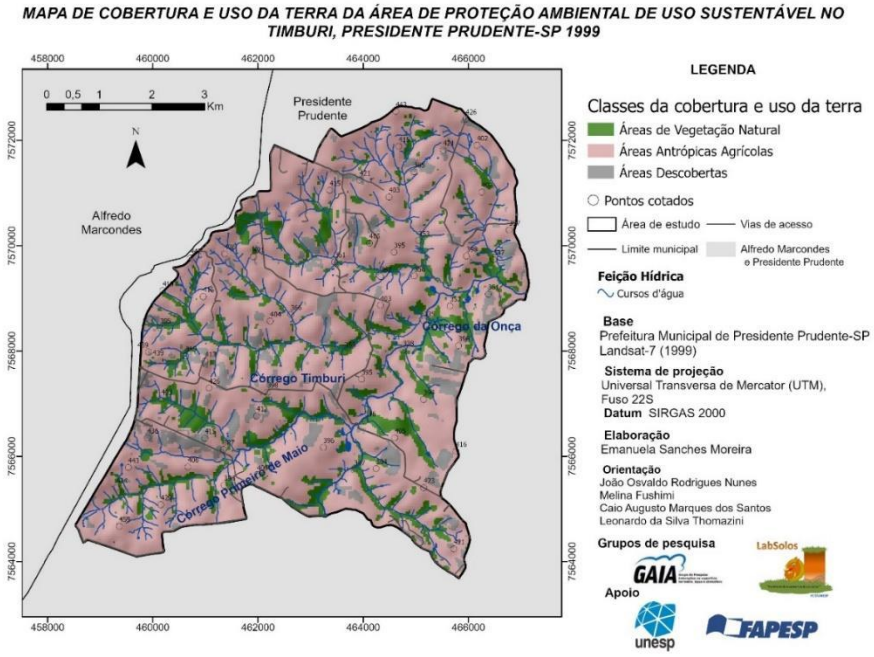
Figura 1: Mapa de cobertura e uso da terra da Área de Proteção Ambiental de Uso Sustentável no Timburi, Presidente Prudente-SP (1989)



Fonte: MOREIRA (2021)

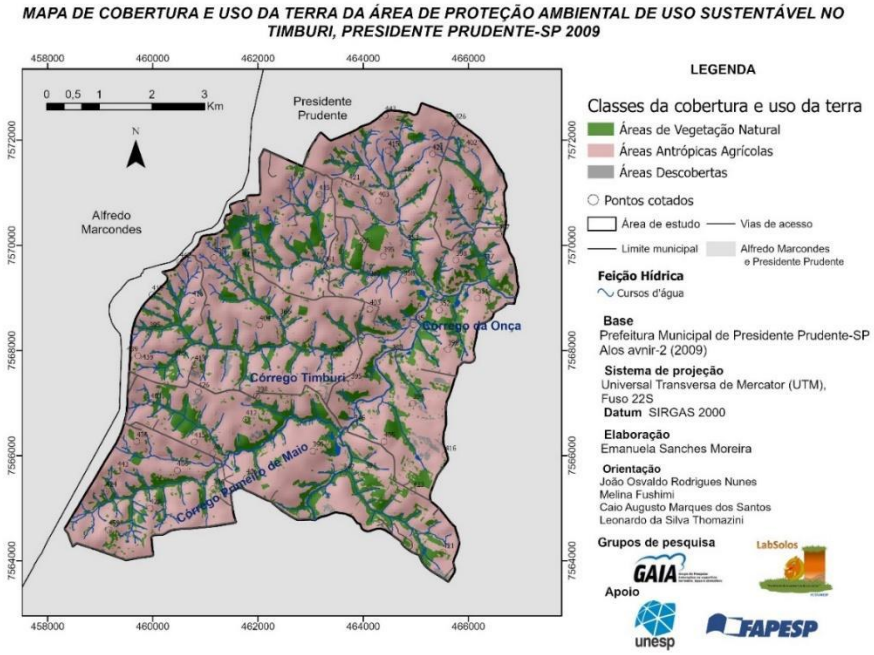
ISBN: 1981-1047

Figura 2: Mapa de cobertura e uso da terra da Área de Proteção Ambiental de Uso Sustentável no Timburi, Presidente Prudente-SP (1999)



Fonte: MOREIRA (2021)

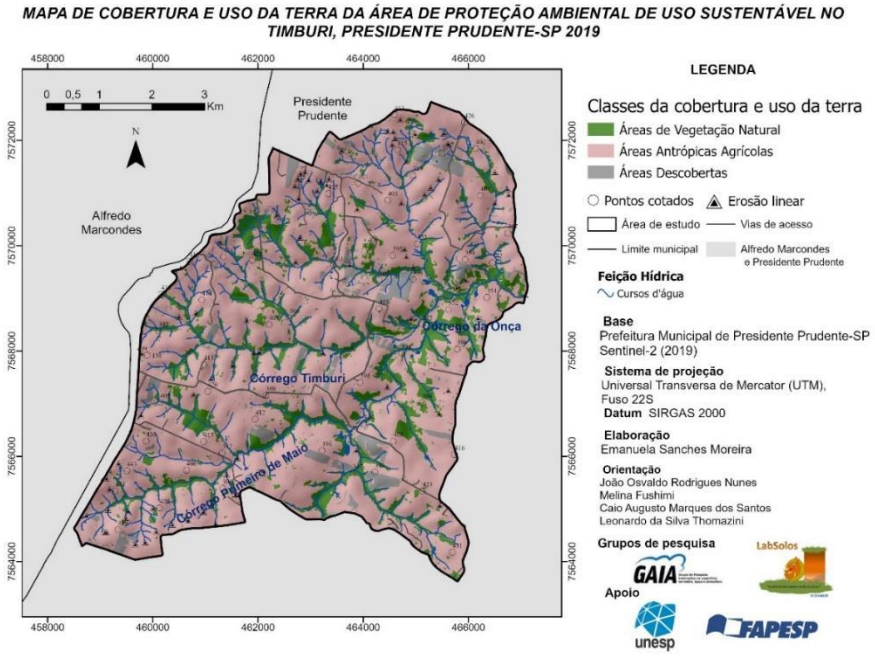
Figura 3: Mapa de cobertura e uso da terra da Área de Proteção Ambiental de Uso Sustentável no Timburi, Presidente Prudente-SP (2009)



Fonte: MOREIRA (2021)

 ISBN: 1981-1047

Figura 4: Mapa de cobertura e uso da terra da Área de Proteção Ambiental de Uso Sustentável no Timburi, Presidente Prudente-SP (2019)



Fonte: MOREIRA (2021)

Com base na análise dos quatro mapas apresentados pudemos observar uma grande diminuição na mancha de Áreas de Vegetação Natural, a qual perde seu espaço para a as Áreas Antrópicas Agrícolas ao longo dos quarenta anos analisados. No entanto, desde de 1989 a vegetação nativa já representava uma pequena porcentagem da área total da APA, se limitando majoritariamente às margens dos cursos d'água.

Por fim, destaca-se a importância da sequência de mapas elaborados, que nos permite observar os fatores influenciadores na ocorrência de focos erosivos lineares, possibilitando a intervenção para recuperação das áreas degradadas, como as relatadas por Nunes (2020).

Conclusão

Em virtude do exposto acima conclui-se que a análise ambiental a partir do histórico de cobertura e uso da terra, nos fornece subsídios para compreender uma das causas da concentração de focos erosivos na APA do Timburi, possibilitando uma maior precisão na

 ISBN: 1981-1047

escolha das técnicas de intervenção. Consideramos que a cartografia e o uso de técnicas de geoprocessamento são essenciais para a análise ambiental e implementação de projetos de intervenção que buscam a recuperação de áreas degradadas.

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Manual técnico de uso da terra.** 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

MOREIRA, E. S. et al. **Análise da ocorrência de feições erosivas lineares na Área de Proteção Ambiental (APA) do Timburi.** Geografia, Presidente Prudente, v. 45, n. 1, p. 163-184, jan./jun. 2020.

MOREIRA, Emanuela Sanches. **Elaboração de bases cartográficas como subsídio para implantação de projetos de recuperação de áreas degradadas na área de proteção ambiental de uso sustentável do Timburi, município de Presidente Prudente-SP**. 2021. 61f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2021.

NUNES, J. O. R. **Recuperação de áreas degradadas da área de proteção ambiental de uso sustentável no Timburi, município de Presidente Prudente - SP.** Presidente Prudente: FAPESP, 2019.

NUNES, J. O. R. **Relatório Anual do Projeto Regular "Recuperação de áreas degradadas da área de proteção ambiental de uso sustentável no Timburi, município de Presidente Prudente – SP".** Presidente Prudente: FAPESP, 2020.

PRESIDENTE PRUDENTE. Lei Complementar nº 235, de 13 de março de 2019. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental do Timburi, e dá outras providências. **Leis e Decretos Municipais**, Presidente Prudente, 2019.

SCHLESINGER, S. **O gado bovino no Brasil.** 2009. Disponível em: <http://www.boell-latinoamerica.org/web/592.html>.

VARCACEL, R.; SILVA, Z. S. **A eficiência conservacionista de medidas de recuperação de áreas degradadas: proposta metodológica.** Revista Floresta, Rio de Janeiro, v. 27, n. 12, p. 101-114. 1997.

LEVANTAMENTO ACERCA DO PARQUE MUNICIPAL FLORESTA FÓSSIL, UMA PERSPECTIVA DE ANÁLISE INTEGRADA DO AMBIENTE, TERESINA-PIAUÍ

GT –Geografia, Ambiente e Ecologia

Fernando Edson de Abreu Ramos
fernando-geo@outlook.com
PPGGEO-UFPI

Introdução

Com a intensificação do processo de urbanização assistiu-se ao aumento da preocupação com os impactos ambientais, surgindo desse contexto a necessidade de se priorizar a conservação e preservação de áreas verdes fragmentadas nos espaços urbanos. Pode-se dizer que no final do século XX observou-se o interesse no âmbito da política, pela constituição de parques urbanos públicos visando atividades paisagísticas, neste período iniciou-se um processo crescente de implantação desse tipo de espaço nos médios e grandes centros urbanos do Brasil, sendo de competência tanto dos municípios, como dos governos estaduais à gestão e fiscalização dos parques urbanos (MACEDO; SAKATA, 2002).

Parques urbanos preenchem as necessidades da sociedade, contemplando o lazer, a preservação ambiental e é um condicionante para amenizar as altas temperaturas nos períodos mais quentes do ano. De acordo com Bueno (2008) os parques urbanos reconhecidos em Teresina assumem diferentes funções no contexto da cidade e das necessidades da sociedade, desde a preservação do patrimônio ambiental, a oferecer recreação e lazer, além de constituírem-se em lugares ideais para o exercício da educação ambiental.

Pode-se destacar na cidade de Teresina, o Parque Zoobotânico, localizado na zona Leste da cidade, o Parque Potycabana, área de lazer ativo, com forte impermeabilização, também localizado na Zona Leste, o Parque Curva São Paulo, com destaque para o balneário, na Zona Sudeste, atualmente em repleto abandono, o Parque Ambiental de Teresina, voltado para preservação ambiental e o Parque da Cidade na Zona Norte de Teresina, e mais recentemente o Parque da Cidadania, no cruzamento da av. Frei Serafim e av. Miguel Rosa.

 ISBN: 1981-1047

"Torna-se necessária à conservação dos parques urbanos pela sociedade para evitar futuramente possíveis impactos gerados pela ação indevida do homem, acarretando uma série de impactos ambientais e alterações no meio ambiente" (OLIVEIRA; FREITAS, PINHEIRO, 2014 p. 86). Nesse ponto compreende-se o dever da sociedade pelo cuidar do meio ambiente, exercendo assim, a cidadania plena.

O resumo em evidência tem como filiação a perspectiva da Análise Integrada do Ambiente e tem como objeto de discussão o Parque Urbano Floresta Fóssil, na cidade de Teresina-PI. O trabalho foi resultado de uma observação expedita realizada na perspectiva da sociedade e do meio ambiente.

Metodologia

O texto trará como categorias de análise, parques urbanos e turismo. "O advento dos estudos geográficos a luz da análise integrada da paisagem ajudaram sobremaneira a consolidar a abordagem sistêmica no âmbito da Geografia teórica e aplicada" (MARQUES, 2008 p.74). O conceito de geossistema foi concebido entre os muros da Escola Soviética e apresentado no ano de 1962, por Viktor Sotchava.

O processo metodológico a ser desenvolvido compreende a perspectiva integrada, consistindo no entendimento analítico do equilíbrio ou desequilíbrio nas relações entre sociedade e natureza. Para a identificação e caracterização do Parque urbano "Floresta Fóssil" foi realizada leitura bibliográfica e observação expedita em campo de estudo. Para a realização da análise integrada do ambiente foi utilizada a ferramenta SWOT, em Português, FOFA (Força, Oportunidades, Fraquezas, Ameaças).

Resultados e discussão

O trabalho foi construído com base na narrativa das questões postas nas observações de campo e levando-se em consideração as variáveis contextuais e teóricas. As imagens 01 e 02 retrata o terraço aluvial da margem direita do rio Poti, pode-se observar na imagem a alteração antrópica em virtude da obra de terraplanagem para construção da Av. Raul Lopes.

ISBN: 1981-1047

O Parque Floresta Fóssil está situado em uma faixa linear entre o rio Poti e a av. Raul Lopes. Observa-se nas imagens 03 e 04, que apesar do parque ter sido criado com o objetivo de preservar os vestígios paleontológicos que se encontram aflorando no leito e na planície aluvial do rio Poti, na zona urbana de Teresina, o parque não vem cumprindo com essa função, tendo em vista as condições em que se encontram as trilhas, quantidade de lixo, e as depredações pelo uso indevido do espaço.

Imagem-01Terraço aluvial da margem direita do rio Poti, com intervenção antrópica no espaço do Parque Floresta Fóssil. Imagem-02 Resto de fogueira ao lado de vestígio paleontológico que se encontra aflorando na margem direita do rio Poti, Parque Floresta Fóssil.

Imagem-03Pichação rabiscada na estrutura rochosa que se encontra na margem direita do rio Poti, Parque Floresta Fóssil. Imagem-04 Solo descoberto em área descampada na margem direita do rio Poti, Parque Floresta Fóssil.

ISBN: 1981-1047

Imagem-05 Manejo incorreto do ambiente, impedindo a formação de serrapilheira na margem direita do rio Poti, Parque Floresta Fóssil. Imagem-06 Córrego que desagua no rio Poti o Parque Floresta Fóssil.

Fonte: RAMOS (2019).

O Parque Floresta Fóssil, além de cumprir a função de preservar os vestígios paleontológicos, que remontam a história geológica do Piauí e da Terra, deveria ter também finalidade científica e educativa, tendo em vista o conteúdo e o valor do referido Parque urbano. No entanto, não se observam facilmente iniciativas nesse sentido visto às próprias condições em que se encontra o parque, com ausência de trilhas adequadas, placas informativas e manejo inadequado da área florestal, impedindo a formação de serrapilheira.

O córrego da imagem-06 adentra o Parque Floresta Fóssil, pode-se afirmar que o mesmo seria de uma grande beleza cênica, se não fosse alimentado basicamente pelos resíduos de esgotos doméstico e comercial da cidade de Teresina, dessa forma contribuindo com a poluição do rio Poti.

Conclusões

Ficou claro que os Parques urbanos são de relevância singular e que apesar disso o Parque Floresta Fóssil encontra-se revestido de um caráter de abandono, observou-se que no referido parque a presença de visitantes é bem reduzida, mesmo o local situando-se em uma localização privilegiada no espaço urbano de Teresina. Além disso, o parque carece de alguns atributos que poderiam contribuir para o melhoramento de suas funções, visto que o Parque apresenta vocação educativa e científica.

ISBN: 1981-1047

Portanto, a observação possibilitou o esclarecimento de questões importantes sobre o meio ambiente e a função dos Parques urbanos, sobretudo relacionados à perspectiva da análise integrada do ambiente. Ao mesmo tempo o texto serve de alerta para o amadurecimento e atualização sobre a situação do Parque Urbano Floresta Fóssil, na cidade de Teresina-PI.

Referências

BUENO, J. L. C.**A importância das áreas livres para a sustentabilidade urbana: a função, o uso e a percepção ambiental no parque da cidade Teresina, Piauí.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G**. Parques urbanos no Brasil.** 2 ed. São Paulo: Edusp, 2002.

OLIVEIRA, Livânia; FREITAS, Jackson; PINHO, Sheila. Contribuição do Parque Floresta Fóssil no Meio Urbano de Teresina (PI): Teresina-PI, Revista Equador (UFPI), Vol.3, nº2, p. 82 - 93 (Julho/Dezembro, 2014).

SCABELLO A.L.M., SILVA A.F.S., ROCHA, E.B., ALENCAR, L.L de, GOMES, H.K.T. 2010. **Sítio Paleontológico Floresta Fóssil do Rio Poti (Teresina-PI): Vulnerabilidade na Preservação dos Fósseis.** História e-História. URL: http://www.historiaehistoria.com.br/materia. cfm?tb=arqueologia&id=36. Em: 18 de maio 2020.

TERESINA. **Parques Urbanos de Teresina/PI: Diagnóstico e Recomendações**. Cadernos de Teresina, ano XVII, n. 37, agosto, 2005.

VASCONCELOS, Marcela Vitória, LIMA, Iracilde Maria de Moura Fé, MORAES, Maria Valdirene Araújo rocha; **Floresta Fóssil do rio Poti em Teresina, Piauí: porque não preservar?** Revista Equador (UFPI), Vol. 5, Nº 3 (Edição Especial 02), p. 239 – 259.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DA BACIA HIDROGRÁFICA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA

GT – Geografia, Ambiente e Ecologia

Laura Patrícia Lopes

laurapatricilopes@gmail.com

UFPR

Marília Andrade Torales Campos

mariliat.ufpr@gmail.com

UFPR

Valdir Nogueira

drvalnog@gmail.com

UFPR

Introdução

A Educação Ambiental é um campo complexo que se articula a variados contextos, a partir de perspectivas ideológicas, narrativas, percepções de mundo etc. Portanto, não é um campo neutro - a política, a representatividade, a resistência, a diversidade, dentre outros elementos, fazem parte dessa tessitura (CARVALHO, 2012).

Para Sauvé (2016, p. 291) a Educação Ambiental nos traz inquietudes sobre aprender a viver juntos – humanos e todas as formas de vida que fazem parte do meio ambiente, sobretudo "[...] ela pode nos levar a uma cultura do pertencimento, do engajamento crítico, da resistência, da resiliência e da solidariedade". A articulação entre a ciência geográfica e temática ambiental perpassa pela relação sociedade e natureza (MENDONÇA, 2005). Esse processo se dá pelas transformações mediadas pela ação dos humanos e não-humanos no espaço geográfico do qual as bacias hidrográficas fazem parte.

Nesta pesquisa, em especial interessa-nos a abordagem dos temas relacionados a bacia hidrográfica no contexto escolar. Neste sentido, entende-se que o professor de

 ISBN: 1981-1047

Geografia contextualiza em suas práticas pedagógicas (aula, projetos, aulas de campo ou estudo do meio) os problemas socioambientais (poluição hídrica; retirada da mata ciliar; impermeabilização; ocupação irregular; retificação/canalização; inundações; qualidade da água) que acontecem na bacia hidrográfica de forma geral, ou mais especificamente no entorno da escola (TUNDISI; MATSUMURA-TUNDISI, 2020).

Neste sentido, a formação continuada dos professores de Geografia (mas, também de outras áreas) é essencial para a escola assumir-se como um espaço educador sustentável, comprometida com a construção de uma sociedade ambientalmente mais sustentável. Assim, concordamos com Torales (2013) e Sepulcri e Tristão (2017) que consideram a formação continuada como um processo inacabado, que tem a pretensão de contextualizar as vivências, as práticas que os docentes articulam na dinâmica escolar.

A pesquisa tem como objetivo analisar os estudos científicos (artigos, dissertações e teses) por meio da revisão integrativa sistemática quantitativa sobre a Educação Ambiental no contexto da Bacia Hidrográfica e a Formação Continuada dos Professores de Geografia entre os anos de 2000 a 2020.

Metodologia

A metodologia adotada se fundamenta nos princípios da metodologia qualitativa, orientada com a intenção de realizar uma revisão da produção científica sobre determinado tema. A revisão integrativa sistemática foi feita com base nos seguintes descritores: Educação Ambiental, Bacia Hidrográfica e a Formação Continuada dos Professores de Geografia. Os critérios de inclusão foram: pesquisas publicadas em português, inglês e espanhol sobre os descritores selecionados.

O banco de dados analisados foram: 1) Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), que viabiliza e dissemina as produções científicas de instituições brasileiras; 2) Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com produção científica nacional que articula, divulga e promove o fortalecimento dos programas de pós-graduação no Brasil; 3) Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental (REMEA) divulgação e publicação de pesquisas científicas do Brasil e América Latina. Na BDTD foram encontrados 10 estudos, restando 7 para análise. No

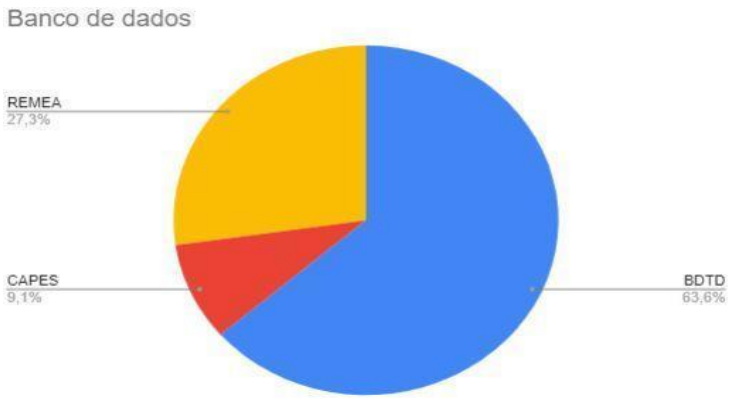
 ISBN: 1981-1047

CAPES foram encontrados 12 artigos científicos, mas apenas um foi selecionado para análise. Na REMEA foram encontradas 14 produções, após a leitura foram selecionados 3 artigos científicos.

Resultados da revisão integrativa sistemática: dados quantitativos

A revisão integrativa sistemática dos três bancos de dados é representada no Gráfico I. Os dados demonstram uma maior incidência de produções no BDTD, ou seja, foi encontrado um percentual de 63,6% produções em formato de dissertações e teses. Na REMEA, por sua vez, foram encontradas 27,3% de produções em formato de artigos científicos. E, por fim, na CAPES foi encontrada 9,1% das produções em formato de dissertação.

GRÁFICO I: BANCO DE DADOS BDTD, REMEA E CAPES



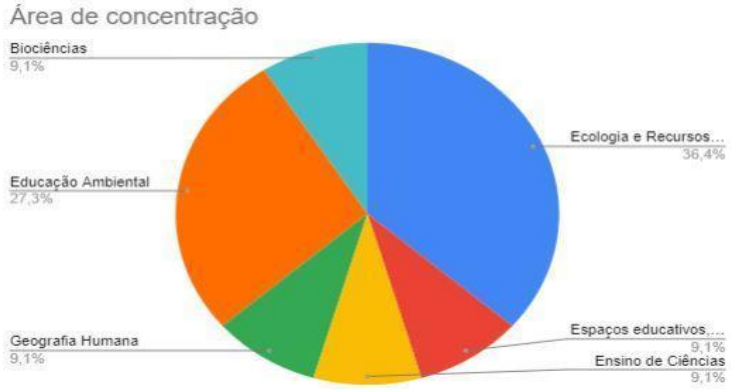
FONTE: a autora, 2021.

No que tange às universidades que têm a maior produção em relação à temática, a UFScar aparece com 36,4% na sequência Unesp, USP, UFMG e UFGRS. Sobre as demais produções científicas, o destaque são as dissertações com 54,5%, e na sequência os artigos

 ISBN: 1981-1047

com 27,3%. Desta forma, as áreas de concentração em que foram encontradas as produções são a) Ecologia e Recursos Naturais (36,4%); Educação Ambiental (27,3%); Biociências, Geografia Humana, Espaços Educativos, produções e apropriações do conhecimento e Ensino de Ciências (9,1%).

GRÁFICO II: ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DAS PESQUISAS

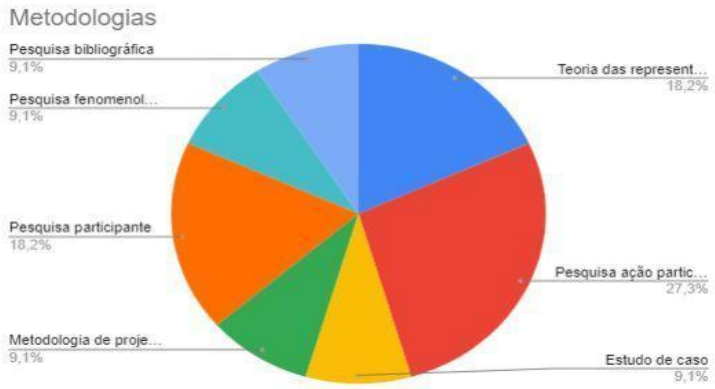


FONTE: a autora, 2021.

Sobre os participantes dos estudos científicos, temos 54,5% das pesquisas foram desenvolvidas por professores e 45,5% foram desenvolvidas por professores e estudantes. As metodologias utilizadas, no geral, foram num total de 7, entre elas a mais utilizada foi a pesquisa ação participante com 27,3%, na sequência pesquisa participante e teoria das representações com 18,2%. A base dos instrumentos de coleta dos dados foram as entrevistas (36,4%), os questionários (27,3%) e a aula de campo, entre outros, com 9,1%.

ISBN: 1981-1047

GRÁFICO III: METODOLOGIAS DAS PESQUISAS CIENTÍFICAS



FONTE: a autora, 2021

Conclusão

Para finalizar, no que tange aos resultados sobre a formação continuada dos professores de Geografia sobre a EA no contexto da BH, percebe-se os seguintes aspectos: 1) insuficiência de formação continuada; 2) falta de tempo do professor para participar; 3) ausência de recursos didáticos, financeiros e de materiais; 4) rotatividade de professores na escola; 5) baixa remuneração dos professores; 6) desconhecimento a respeito da BH em que a escola está inserida; 7) resistência entre os docentes para desenvolver projetos interdisciplinares; 8) algumas equipes gestoras não validam os projetos na área ambiental – desmotivando os professores a dar continuidade na prática pedagógica ambiental voltada a BH.

Referências

CARVALHO, I. de M. **Educação Ambiental a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2012.

 ISBN: 1981-1047

MENDONÇA, F. **Geografia e meio ambiente.** São Paulo; Contexto, 2012.

PARANÁ, Lei nº. 17.505, de 11 de Janeiro de 2013. Institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental. Diário Oficial do Paraná, Curitiba, PR, n. 8875, 11 jan. 2013a.

_____. Deliberação CEE Nº 04/2013. Estabelece as Normas estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná. Diário Oficial do Paraná nº 9112, Curitiba, PR, 26 de dezembro de 2013b.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental.** São Paulo: Brasiliense, 2009.

SAUVÉ, L. Viver juntos em nossa Terra: Desafios contemporâneos da educação ambiental. **Revista Contrapontos - Eletrônica**, Vol. 16 - n. 2 - Itajaí, mai-ago 2016, p.288-299.

SEPULCRI, B. N. TRISTÃO, M.F. Formação Continuada, pesquisa e narrativas em educação ambiental. **Revista Eletrônica Mestrado em Educação Ambiental**. Rio Grande/RS, v. 34, n. 2, p. 190-203, maio/ago. 2017. E-ISSN 1517-1256.

TORALES, M.A. A inserção da educação ambiental nos currículos escolares e o papel dos professores: da ação escolar a ação educativo-comunitária como compromisso político-ideológico. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient**. ISSN 1517-1256, 2013.

TUNDISI, J. G.; MATSUMURA-TUNDISI, T. **A Água**. São Carlos, 2020. Disponível em: <https://sbhsf.com.br/wp-content/uploads/2020/08/novo_A_AGUA.pdf>. Acesso em: janeiro. 2021.

NORMA E TERRITÓRIO: RECENTES MUDANÇAS NA CESSÃO DE USO DE ÁGUAS DA UNIÃO DESTINADAS À PISCICULTURA E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

GT – Geografia, Ambiente e Ecologia

Maico Eduardo Dias Dias
maico.eduardo.dias@uel.br
Universidade Estadual de Londrina

Edilson Luis de Oliveira
edilsonluis64@gmail.com.
Universidade Estadual de Londrina

Introdução

As normas ocupam um papel ativo e de destaque na regulação e organização territorial, seja em aspectos formais pelo uso de legislações ou mesmo informais, estabelecendo ordem nas relações de apropriação e acesso a frações do território. Compreendemos a organização territorial como:

> Um conjunto de possibilidades de ação dadas pelas quantidades, qualidades, arranjo e distribuição de objetos naturais e técnicos, combinados com a dinâmica histórica de valorização e desvalorização das diferentes frações dessa base material, num determinado compartimento político-jurídico do espaço geográfico (CASTILLO, 2017, p. 6).

A partir das considerações de Castillo (2017, p. 6) podemos evidenciar as águas da União e as normas de uso para a prática de piscicultura (criação de peixes) como nosso recorte de análise, considerando seu arranjo de objetos naturais e técnicos num compartimento político-jurídico que compõe o espaço geográfico brasileiro. De acordo com Santos (2006) as normas territoriais estruturam a realidade, sendo o *território normado* aquele regulado por ações do Estado e o *território como norma* aquele em que o lugar estabelece o sistema de normas. Neste caso, nos atentaremos ao território normado em que "Uma norma pública age sobre a totalidade das pessoas, das empresas, das instituições e do território" (SANTOS, 2006, p. 191).

 ISBN: 1981-1047

A disseminação de discursos e práticas neoliberais no atual período histórico brasileiro e o domínio do capital financeiro sobre diversos setores econômicos exige do Estado normas de regulação territorial que minimizem as desigualdades sociais e impactos ambientais. No entanto, as recentes mudanças na norma de cessão de uso das águas da União destinadas à piscicultura mostram o contrário, pois, suas alterações desregulam e fragilizam esses territórios aquáticos. Sendo assim, o principal objetivo deste trabalho é analisar as mudanças na legislação de cessão de usos de águas da União para a piscicultura em tanques-rede, e evidenciar as fragilidades sociais e ambientais provocadas por essas mudanças.

Metodologia

A metodologia consistiu em revisão bibliográfica e documental, possibilitando uma análise crítica das implicações normativas referentes aos mecanismos de cessão de usos de águas da União, em uma perspectiva voltada aos impactos socioambientais nesses territórios.

Resultados e discussão

O que de fato caracteriza águas da União das quais são utilizadas para a piscicultura? De acordo com MAPA (2021) todos os rios, lagos, açudes, reservatórios de hidroelétricas, canais, ou qualquer outra corrente de águas em terrenos de domínio do Estado Nacional, ou que banhem mais de uma Unidade da Federação servindo de limite com outros países e que se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, como por exemplo, o mar territorial, denominam-se águas da União.

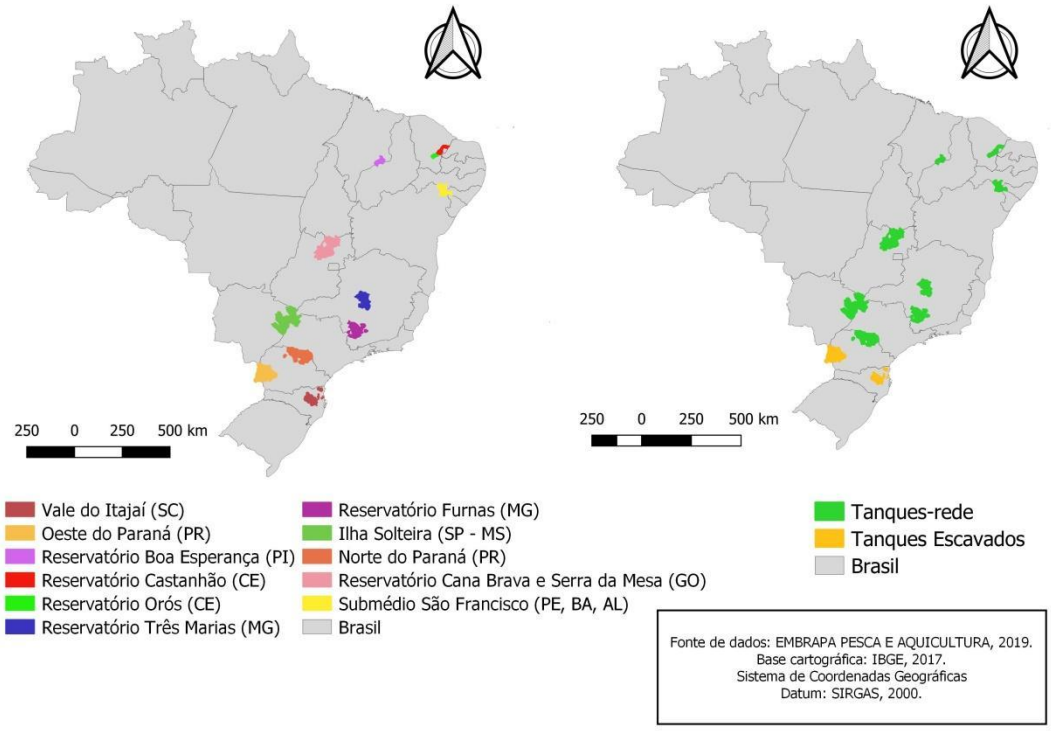
A piscicultura brasileira vem expandindo sua produção nos últimos anos, principalmente na modalidade técnica de tanques-rede que utiliza as águas da União. Somente no ano de 2019 a produção de peixes no Brasil cresceu 4,9% e atingiu a marca de 758.006 toneladas, a espécie tilápia (*Oreochromis niloticus*) representou 57% desse total, mantendo o Brasil como o 4° maior produtor da espécie no mundo, ficando atrás apenas dos maiores produtores que são: China, Indonésia e Egito, respectivamente. O restante da produção se divide em um grupo de espécies, que são dos peixes nativos (PEIXEBR, 2020).

Nas últimas décadas, o mundo passou por uma crescente demanda por carne de peixe, e isso é resultado principalmente do crescimento populacional e da procura por alimentos mais saudáveis, e a proteína de peixe apresenta esta característica. Tendo em vista

 ISBN: 1981-1047

que a pesca de captura apresenta uma produção estabilizada desde a década de 1990, a piscicultura apresenta uma forma viável de expandir a oferta dessa proteína animal para a população mundial (DIAS, 2020). Para compreendermos a dimensão da utilização de águas da União, destacaremos na figura 1 os onze pólos de produção de tilápias no território nacional, dos quais oito praticam a modalidade técnica de tanques-rede utilizando reservatórios de hidroelétricas.

Figura 1: Principais polos de tilapicultura no Brasil, por modalidade técnica



Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Sabemos da importância da piscicultura para a segurança alimentar do país, bem como os seus reflexos socioeconômicos para as populações envolvidas nas regiões dos polos produtivos, especialmente para os pequenos e médios piscicultores. No entanto, faz-se necessário a aplicação de normas territoriais de cessão de usos dessas áreas aquáticas que visem os maiores níveis de preservação ambiental possível, além de assegurar territórios pertencentes às comunidades tradicionais.

As mudanças que aqui destacamos chegaram ao setor da piscicultura brasileira com o Decreto N° 10.576 de 14 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a cessão de uso de

 ISBN: 1981-1047

espaços físicos em corpos d'água de domínio da União para prática da aquicultura, emitido pelo atual Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, este revoga o Decreto N° 4.895 de 25 de novembro de 2003 (BRASIL, 2003; 2020). O Decreto surtiu para o setor como uma ferramenta que dará celeridade aos processos de pedidos de cessão de uso das águas da União, porém, para alcançar esse objetivo foi suprimida uma etapa de avaliação importante dos projetos que serão submetidos à análise para implantação daqui em diante. Esta etapa é a avaliação ambiental feita pelo IBAMA – Instituto Brasileiro e dos Recursos Naturais Renováveis, órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, deixando isso a critério apenas dos Estados.

Segundo Aranha (2020) com a exclusão desta etapa, exclui-se também a segurança ambiental de ordem federal em relação ao projeto a ser instalado. Com a simplificação do processo de licenciamento ambiental alerta-se para o risco de desequilíbrios ambientais provocados pela atividade, além de que, o novo decreto exclui a previsão de faixas ou áreas de preferências cedidas prioritariamente para populações tradicionais atendidas por programas de inclusão social. Dessa forma, quem mais se beneficia do decreto são os grandes produtores, com alto poder de capital para investir nesse tipo de cultivo, ocupando de forma acelerada os espaços aquáticos. O pequeno e médio piscicultor, e pescadores artesanais, não estão entre os beneficiários deste decreto; pelo contrário, correm mais riscos (ARANHA, 2020).

De acordo com Assad (2020) ao suprimir trechos específicos relacionados ao desenvolvimento social da piscicultura gera-se a necessidade de medidas adicionais que garantam a inclusão de pequenos produtores. O autor ressalta que é de suma importância produzir mais e gerar mais empregos. No entanto, nos moldes do novo decreto, o processo de concessão pode se tornar extremamente excludente, uma vez que a velocidade da atuação e ocupação destas áreas por parte de grandes empresários podem ser muito diferentes daquelas que são possíveis para grupos ribeirinhos que também querem ter acesso a essa modalidade técnica da atividade (ASSAD, 2020). Fica evidente que, na prática, o novo decreto, ao invés de regular, desregula as ações em favor do grande capital e de seu controle sobre os territórios aquáticos de domínio da União, inclusive abrindo portas para atuação de grandes empresas de capital estrangeiro. Desta forma a desregulação introduzida pelo novo decreto potencialize que, o lugar ofereça "ao movimento do mundo a possibilidade de sua

 ISBN: 1981-1047

realização mais eficaz" (SANTOS, 2014, p. 169), e neste caso, desfavorecendo as potencialidades sociais e ambientais do próprio lugar.

Conclusão

Conclui-se que o território aquático brasileiro de domínio da União, tornou-se mais vulnerável a impactos socioambientais com Decreto N° 10.576/2020, pelo fato de que foram suprimidos os direitos resguardados no decreto anterior que assegurava áreas de preferências para populações tradicionais ribeirinhas e o controle ambiental feito pelo IBAMA. A norma passou a ser um mecanismo de desregulação territorial, favorecendo grupos específicos, uma vez que, a ação deveria ser inversa, a norma como mecanismo de regulação igualitária de cessão de usos das águas, ditando ainda o rigor necessário à sua preservação.

Referências

ARANHA, José Marcelo. Governo exclui análise ambiental em cessão de águas da União para Aquicultura. **Revista Globo Rural.** 16 de Dezembro de 2020. Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Criacao/Peixe/noticia/2020/12/governo-exclui-analise-ambiental-em-cessao-de-aguas-da-uniao-para-aquicultura.html>. Acesso em 15 fev. 2021.

ASSAD, Luís Tadeu. Governo exclui análise ambiental em cessão de águas da União para Aquicultura. **Revista Globo Rural.** 16 de Dezembro de 2020. Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Criacao/Peixe/noticia/2020/12/governo-exclui-analise-ambiental-em-cessao-de-aguas-da-uniao-para-aquicultura.html>. Acesso em 15 fev. 2021.

BRASIL. Decreto N° 10.576 de 14 de dezembro de 2020. Dispõe sobre a cessão de uso de espaços físicos em corpos d'água de domínio da União para a prática da aquicultura. Distrito Federal. Diário Oficial da União, edição 239, Seção 1, p. 7.

BRASIL. Decreto N° 4.895 de 25 de novembro de 2003. Dispõe sobre a autorização de uso de espaços físicos de corpos d'água de domínio da União para fins de aquicultura, e dá outras providências. Brasília, 25 de novembro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

CASTILLO, Ricardo. In: SILVEIRA, R. L. L; SOUZA, M. B. **Norma e Território: Contribuições multidisciplinares.** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2017. Prefácio, p. 6-9.

DIAS, Maico Eduardo Dias. **Circuitos espaciais de produção da tilapicultura paranaense:** contextos regionais. 2020. 186 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

 ISBN: 1981-1047

MAPA, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Aquicultura em Águas da União.** Governo Federal, Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/aquicultura-e-pesca/aquicultura-1/aquicultura-em-aguas-da-uniao>. Acesso em: 15 Fev. 2021.

PEIXE BR, Associação Brasileira de Piscicultura. **Anuário da Piscicultura Peixe BR.** São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.peixebr.com.br/anuario-2020/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** Ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar.** Ed. 1. 3. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

 ISBN: 1981-1047

O FENÔMENO DAS TERRAS CAÍDAS E OS IMPACTOS NA COMUNIDADE SÃO LUIZ DO MACARÍ, TEFÉ - AM

GT – Geografia, Ambiente e Ecologia

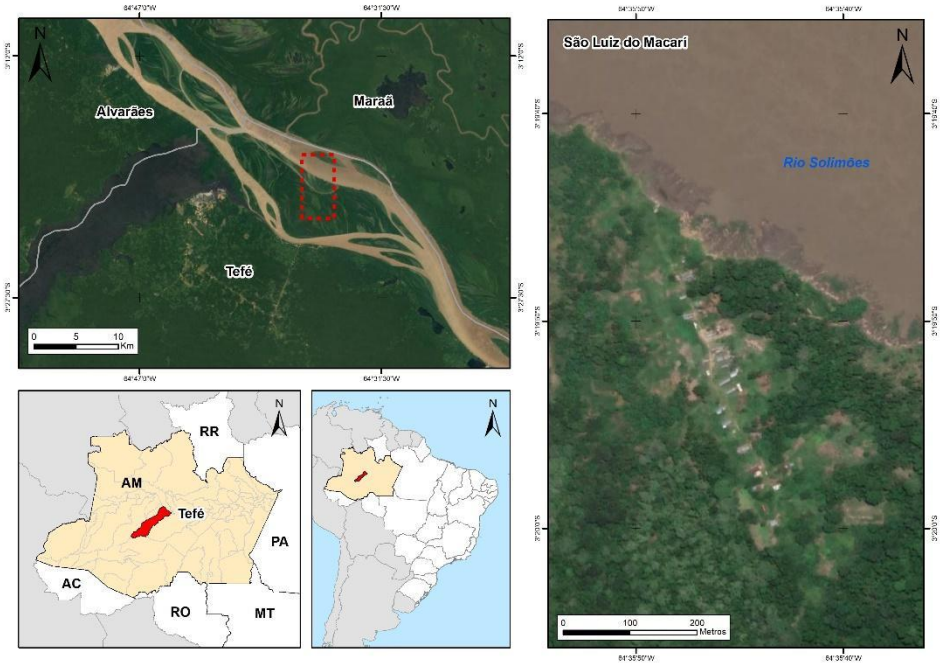
Paula dos Santos Silva
pauladossantossilva@gmail.com
Universidade do Estado do Amazonas – UEA

Francisco Davy Braz Rabelo
frabelo@uea.edu.br
Universidade do Estado do Amazonas – UEA

Introdução

A comunidade de São Luiz do Macari (SLM) está situada na margem direita do Rio Solimões, zona rural do município de Tefé, estado do Amazonas (figura 1). É constituída por aproximadamente quarenta famílias que vivem em uma área de várzea nas margens do rio. As mudanças na dinâmica da paisagem são constantes, situação costumeira vivenciada pelos ribeirinhos, principalmente entre os períodos de enchente e seca.

Figura 1: mapa de localização da área de estudos.



Fonte: autores, 2021.

 ISBN: 1981-1047

O presente trabalho busca apresentar os resultados preliminares da pesquisa que tem como objetivo compreender os principais impactos causados pelo fenômeno das terras caídas e as repercussões na comunidade.

É importante destacar que a Geografia tem como componente de estudo o espaço em todos os seus aspectos, da biosfera a geosfera, bem como seus territórios, vegetação, fauna, flora, relação homem- natureza. No entanto, "a Geografia não é o estudo do espaço nem simplesmente dos lugares, mas sim da organização espacial" (CHRISTOFOLETTI, 1999, p.40). De acordo Sauer (1925 apud CHRISTOFOLETTI, 1999) a paisagem ocupa uma posição no sistema ambiental e está sujeita a mudanças conforme as transformações do meio ambiente. Para o autor a Geografia é "uma fenomenologia das paisagens", pois sua estrutura e forma pode ser modificada conforme seu desenvolvimento.

Nessa perspectiva é importante compreender a paisagem enquanto um sistema dinâmico e complexo, formado pela interação de diferentes elementos. Na área onde atualmente está localizada a comunidade, assim como outros espaços no contexto amazônico, foi assentada em um ambiente ocupado com extensa e densa vegetação, rica em biodiversidade. Segundo relatos de um dos primeiros moradores, alguns vieram da Taboca, localizada no município de Juruá, por volta de 1970/71 chegaram na cidade de Tefé e em 1978 foram morar na ilha, juntamente com outros migrantes e formaram a comunidade.

A partir de 1978, com a chegada das primeiras famílias, se intensificou o processo de ocupação e em 1979 o lugar recebeu a nomenclatura de Macari. Com o aumento da população houve a preocupação em construir uma escola e criar uma comunidade que, de acordo com relatos, possivelmente ocorreu no ano de 1989.

Desde o início de sua fundação os ribeirinhos cultivam primordialmente hortaliças, através de pequenas roças para subsistência, bem como da atividade pesqueira. O excedente da produção agrícola e pesca são comercializados na feira e mercado municipal na cidade de Tefé, onde os mesmos adquirem produtos alimentícios que não produzem, utilizam serviços disponibilizados na sede, entre outros.

 ISBN: 1981-1047

Metodologia

A metodologia adotada foi baseada seguindo as etapas de a) revisão bibliográfica; b) realização de trabalhos de campo; c) marcação de coordenadas em pontos de ocorrência de erosão fluvial (terras caídas), d) registros fotográficos e, e) entrevistas com moradores.

Resultados e discussão

Dentre os processos erosivos de origem fluvial as denominadas "terras caídas" ocorrem na região Amazônica, são frequentes e abundantes, podendo ocorrer por meio de deslizamento, escorregamento, desabamentos e desmoronamento de terras. Quanto a sua extensão são variáveis iniciando em pequenos blocos, com poucos metros, alcançando dimensões desastrosas na superfície terrestre (IGREJA, CARVALHO e FRANZINELLI, 2010, p.135).

Conforme relatado pelos moradores, a problemática das terras caídas ocorre desde os primórdios de ocupação da comunidade. Na percepção e imaginário de alguns ribeirinhos o fenômeno acontece quando a "cobra grande" muda de um lugar para o outro. Ao longo dos anos essas estórias da narrativa tradicional foram contadas para outras gerações. Relatam ainda que quando os botos começam a boiar com frequência às margens do rio é um sinal que a terra vai começar a cair.

Esse fenômeno é comum na região e é bastante conhecido, fazendo parte do cotidiano de muitas populações no interior Amazônico. Diversos fatores são responsáveis por influenciar na ocorrência, como a infiltração de água no solo, variações das águas no período da cheia e seca do rio e as fortes correntezas contínuas que ocorrem em suas margens. Todos estes elementos podem contribuir para um eventual deslizamento, seja ele catastrófico ou não (IGREJA, CARVALHO e FRANZINELLI, 2010, p.135).

Estão relacionadas principalmente a) hidrodinâmicos, b) litológicos, c) climáticos, d) antropogênicos e, e) neotectônicos. As terras caídas podem ser classificadas em 1) terras caídas lentas, 2) moderadas, 3) terras caídas 4) rápidas, e 5) abruptas. Cada uma dessas dimensões e níveis diferentes que vai do deslizamento em blocos, um processo que pode levar anos para ocorrer ou catastrófico acontecendo de forma repentina associadas ao evento sísmico levando tudo o que estiver pela frente como casas, vegetação, plantações, etc (IGREJA, CARVALHO e FRANZINELLI, 2010, p. 142-144).

 ISBN: 1981-1047

Ao longo dos anos a comunidade sofreu diversos deslizamentos de terras e que na maioria das vezes obrigou os moradores a recuarem suas moradias. A paisagem era constituída predominantemente por vegetação nativa e plantações de cacau e buriti nas margens do rio que se estendiam até chegar às primeiras casas.

Os ribeirinhos sofreram grandes perdas materiais no decorrer dos anos, uma delas foi a Escola Municipal Samuel Fritz que teve sua construção de alvenaria destruída em janeiro de 2019, parte dela foi levada pelo rio por conta do processo erosivo. No momento do deslizamento os moradores relatam que não imaginavam que tomaria tal proporção já que a escola não ficava tão próxima das margens do rio, mesmo assim preventivamente foram retirados alguns bens da escola, uma maneira de resguardar algo se tudo fosse arrastado pelas "terras caídas".

Após o desmoronamento a Defesa Civil em parceria com a Agência Fluvial de Tefé, subordinada à Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental, realizou o atendimento das famílias atingidas, totalizando oito famílias desalojadas, não havendo feridos (BRASIL, 2019). Os moradores preocupados onde os filhos iriam estudar procuraram a prefeitura para construção de uma nova escola com o mesmo nome, logo foi construída de madeira, mas em outra ilha com a nomenclatura de Assanim, e apesar desse impacto os ribeirinhos da comunidade que residiam próximo a escola continuaram com suas casas no local.

Em 2019 ocorreram outros deslizamentos. Como consequência algumas famílias mudaram suas residências que estavam próximas às margens do rio, construindo-as em distância considerada segura pela defesa civil, a partir de análises realizadas na área afetada. Esses acontecimentos fizeram com que os moradores decidiram se mudar para outra ilha (Assanim), no entanto o processo de mudança para outro território acontece aos poucos.

Conclusão

A partir das informações coletadas podemos concluir que a problemática das "terras caídas" é um fato grave, seus impactos trouxeram perdas e estão se agravando ao longo do tempo. Os riscos para a população ribeirinha são perceptíveis para os residentes dessa comunidade, onde a cada erosão ocorrida leva parte do seu território e identidade.

Por fim, são necessárias ações de conscientização da população sobre os graves riscos dos processos erosivos fluviais, definição de estratégias por parte do poder público

 ISBN: 1981-1047

voltadas para a conservação e mitigação dos impactos na área, tendo em vista a complexidade do fenômeno das terras caídas, remoção e reassentamento dos moradores em áreas menos suscetíveis.

Agradecimentos

Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM, pelo financiamento de uma bolsa de Iniciação Científica.

Referências

BRASIL. Marinha do Brasil, Agência Fluvial de Tefé Presta Apoio à Defesa Civil do Município | Comando do 9° Distrito Naval. 2019. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/com9dn/node/1118. Acessado em: 07 de março de 2021.

CHRISTOFOLETTI, **Antônio. Modelagem de sistemas ambientais**. São Paulo: Edgard Blücher, 1999.

IGREJA, H.; CARVALHO, J.A.L.; FRANZINELLI, E. Aspectos das terras-caídas na região Amazônica. In: RABELLO, A. **Contribuições teórico-metodológicas da geografia física**. Manaus: EdUFAM, 2010.

CONFLITO PELA ÁGUA NO MUNICÍPIO DE RIACHO DE SANTANA/RN

GT – Geografia, Ambiente e Ecologia

Vinícius Domingos Aires de Almeida
vinicius1729@hotmail.com
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Paulo Victor Menezes Vieira
paulomenezes744@gmail.com
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Isabel Cristina Silva Ferreira
isabelferro070@gmail.com
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Nathália Helane Simão da Silva
nathaliahelane9@gmail.com
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Dr. Filipe da Silva Peixoto (Orientador)
felipepeixoto@uern.br
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Introdução

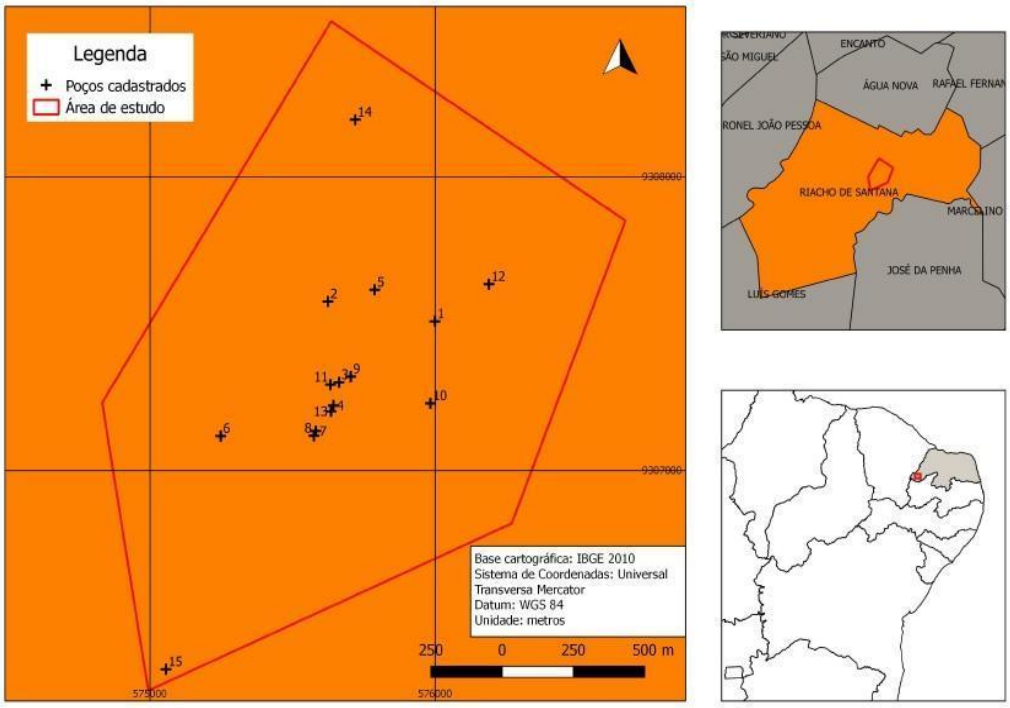
No Nordeste semiárido, em áreas onde predominam o embasamento cristalino, como é o caso da região do Alto Oeste potiguar, a dificuldade de abastecimento público é acentuada, pois além das irregularidades climáticas e escassez de fontes hídricas, a água subterrânea se limita a sistemas hidrogeológicos cristalino-fissurais que apresentam majoritariamente vazões e qualidade da água muito limitada. Nesse contexto, sendo a água caracterizada como um atributo do território, disputas pelo controle desse recurso podem comprometer o uso desse recurso, sobretudo em locais onde há escassez mais acentuada. Vianna (2005) observa que o conflito é uma oposição ou embate entre diferentes forças e interesses, indicando que atores sociais estão em disputa por um objetivo: o controle do território, de uma população, de um recurso natural. O território se modifica em função do quadro resultante como produto das relações de poder em jogo a partir da atuação dos grupos sociais.

 ISBN: 1981-1047

Peixoto (2020) afirma que em áreas mais isoladas do Nordeste Semiárido com acentuada dificuldade de acesso a fontes seguras de abastecimento, ocorrem disputas de grupos hegemônicos no acesso e distribuição da água de forma alternativa, aproveitando o vácuo produzido pela falta de eficiência das prestadoras legais do serviço. No município de Riacho de Santana – RN, localizado no alto oeste potiguar e inserido na bacia hidrográfica do Rio Apodi-Mossoró (Figura 1), o conflito se dá a partir da utilização de um sistema alternativo de distribuição desenvolvido por um grupo de comerciantes, "comerciantes da água", disputando assim o abastecimento hídrico da população urbana, com o detentor legal do direito de prover esse serviço, a Companhia de Água e Esgoto do Rio Grande do Norte - CAERN.

Tendo em vista a baixa qualidade dos serviços prestados pelo órgão responsável, com meses de colapso no abastecimento, o serviço alternativo atinge parte significativa da população, porém com problemas de ordem legal, e de qualidade da água, que é bastante salobra, segundo relato dos moradores, não havendo, assim qualquer controle da qualidade da água consumida.

Figura 1 - Mapa de localização da área de estudo



Fonte: (ALMEIDA, 2019. p. 21).

ISBN: 1981-1047

Metodologia

O processo metodológico foi dividido em três etapas, primeiramente a pesquisa bibliográfica, na qual foi feito o levantamento de dados e de informações. Na segunda parte foram realizadas entrevistas informais como levantamento para o constructo da pesquisa com a população de Riacho de Santana e também uma entrevista formal (estruturada com questionário) enviada, via e-mail, ao escritório da CAERN – Regional Alto Oeste, acerca do abastecimento urbano realizado em Riacho de Santana/RN. A terceira parte foi à produção do trabalho de campo, com o levantamento dos poços locais e dos usuários do sistema alternativo de abastecimento, e finalmente foi feito a análise dos dados e a produção dos gráficos, tabelas e mapas que foram produzidos por meio do libre Office Writer versão 6.1, e Qgis 3.10 de modo a integrar e apresentar os dados levantados.

Resultados e discussão

A origem da cidade de Riacho de Santana – RN se dá a partir da busca pela água em decorrência dos efeitos da seca. O município possui 4.156 habitantes, de acordo com o último censo (IBGE, 2010), sendo, 1.708 habitantes da área urbana e 2.448 da área rural. Durante muitos anos o abastecimento da cidade foi responsabilidade dos próprios moradores, que pegavam água das cacimbas cavadas dentro do leito do rio. A partir de 1979 o abastecimento hídrico de Riacho de Santana passou a ser a cargo da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN.

Ao ser questionada sobre a demanda de água dos usuários do município, foi informado pela CAERN (2019) que ela vem conseguindo atender regularmente toda a demanda atual do município. Contudo, mesmo diante da declaração da CAERN de que é suprir as necessidades da população, consta no site da empresa, que o município de Riacho de Santana vive em situação de rodízio no seu abastecimento. No caso, o referido rodízio ocorre entre setores da cidade, uma vez que o volume liberado é insuficiente para o atendimento de toda população urbana, conforme se identificou nas entrevistas com os consumidores.

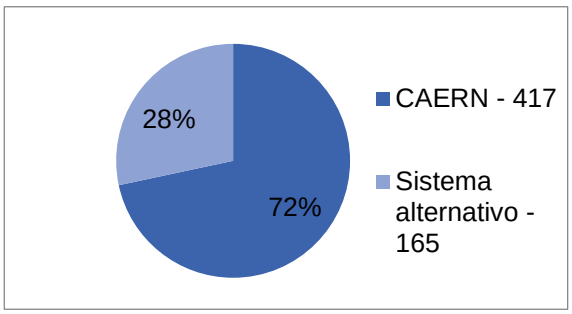
Assim os "comerciantes da água" organizaram-se para produzir um sistema alternativo, disponível para parte da população por uma quantia de mensal de 50,00 R$, as fontes de abastecimento desses sistemas são poços construídos na própria área urbana do

 ISBN: 1981-1047

município, sendo que não ocorre qualquer tipo de tratamento prévio, portanto a água é distribuída de forma bruta e sem qualquer controle de sua qualidade. Assim, esse conflito se estabelece pelo controle do serviço de abastecimento da água entre comerciantes locais e a CAERN.

Foi evidenciado que o abastecimento alternativo vem ganhando força no município pela baixa qualidade do serviço prestado pela CAERN. Atualmente, 417 domicílios são atendidos pela rede de distribuição de água da companhia. Enquanto o setor alternativo tem abastecido, de modo alternativo, 158 domicílios (figura 2).

Figura 2 - Residências abastecidas pelos sistemas legal e clandestino



Fonte: (ALMEIDA, 2019. p. 57).

Além da disputa pelo uso e comercialização da água entre setor alternativo e setor prestador do serviço, existe também o conflito entre membros do abastecimento de água alternativos. Os "comerciantes da água" disputam o poder sobre o território da área urbana do município, realizando obras de distribuição de água para compor o maior número de residências na sua clientela. Muitas das residências estão ligadas a rede de distribuição da CAERN, porém em consequência das constantes faltas de água também estão ligadas a rede alternativa para garantia da segurança hídrica de suas famílias.

Além disso, o consumo de água sem a garantia da qualidade para potabilidade e demais usos pode acarretar sérios danos à saúde pública, como também as questões legais evidenciadas nesse conflito, é necessário uma maior qualidade e ampliação da infraestrutura do serviço por parte do poder público, implementando sistemas eficientes de convivência com a seca e combater práticas de oportunismos de lucro com a venda da água.

ISBN: 1981-1047

Conclusão

A situação de conflito é caracterizada por graves irregularidades no abastecimento municipal, onde populares perfuraram poços sem nenhum tipo de pesquisa de locação de poços, e sem outorga para o uso de abastecimento urbano. Ressalta-se ainda, a inexistência do tratamento da água para garantia do consumo de uma água de qualidade. Ocorre uma operação de comercialização e cobrança pelo uso da água de forma completamente ilegal.

Sendo esse sistema clandestino responsável pelo abastecimento hídrico urbano de 28% das residências em Riacho de Santana. Concluímos ainda, a ineficiência das autoridades locais para fiscalizar essa situação. No mais tocante a gestão municipal, não há cumprimento da política nacional de saneamento básico Lei nº 11.445 de 5 de Janeiro de 2007 que atribui ao município a responsabilidade pela fiscalização do uso ilegal dos recursos hídricos.

Referências

ALMEIDA, V. D. A. Conflitos de uso da água no ambiente de escassez hídrica no município de Riacho de Santana – RN. **Monografia**. Departamento de Geografia. Universidade do estado do Rio Grande do Norte, 2019.

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE – CAERN. **Quadro de abastecimento**. Disponível em: <http://www.adcon.rn.gov.br/ACERVO/caern/DOC/DOC000000000176563.PDF>, Acessado em: 22 de Janeiro de 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades.** (online), Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/riacho-de-santana/panorama>, Acessado em: 14 de Janeiro de 2021.

PEIXOTO, F. S. **Por uma Geografia das águas: ensaio sobre território e recursos hídricos no Nordeste Setentrional**. Curitiba: Editora CRV, 2020. p. 142. https://doi.org/10.24824/978655578979.9

VIANNA. Pedro. "A água vai acabar?" In: ALBUQUERQUE, Edu. (Org.). **Que país é esse**. São Paulo: Globo, 2005. p. 217-234.

 ISBN: 1981-1047

EIXO 3
GEOGRAFIA, ECONOMIA E TRABALHO

ISBN: 1981-1047

A GEOGRAFIA HISTÓRICA E ECONÔMICA DA POPULAÇÃO ESTRANGEIRA NO BRASIL COLÔNIA (1500-1808)

GT- Geografia, Economia e Trabalho

Adriano Amaro de Sousa
adramaro@yahoo.com.br
Doutor em Geografia pelo PPGG da UNESP-FCT
Professor da Faculdade de Tecnologia de São Paulo (FATEC-Itaquaquecetuba-SP)

Introdução

O processo de formação do elemento humano brasileiro se iniciou no começo da colonização. O indígena era ocupante autóctone do solo brasileiro. A luta contra o índio era justamente a luta conta o nativo que era nômade comunitarista/tribal. Nesta continuidade de movimentação, era claro que o índio não haveria de parar suas tarefas de sobrevivência e de mobilidade (coleta, pesca e caça), para participar do processo agrário-mineral de ocupação do Brasil. Nesse sentido, o objetivo desse artigo é analisar a geografia histórica/econômica da população estrangeira no Brasil colônia (1500-1808). Iremos utilizar os aspectos teórico-metodológicos do levantamento bibliográfico das ciências humanas balizado no conceito de Santos (1977) de formação socioespacial.

A geografia da população estrangeira na colônia brasileira

Portanto, a primeira população de origem estrangeira no país ocorreu com a entrada do branco europeu denominado de português, o colonizador. Tal entrada caracterizou a imigração portuguesa pelas correntes: metropolitanas e insulares. Essas foram as duas formas de ocupação humana portuguesa que coexistiram com os indígenas no início do território brasileiro no século XVI.

Segundo Diégues Júnior, (1964, p. 5):

> [...] as correntes imigratórias de Portugal vieram, sobretudo a partir de 1534, para a formação do Brasil. Vieram portugueses do norte, do sul e do centro do território metropolitano. Aos louros, de olhos azuis, altos do norte, vieram juntar-se os morenos, baixos, entroncados, vindos do sul. Uns vinham com uma tarefa agrária, outros pelo espírito de aventura, outros forçados pelas leis severas

 ISBN: 1981-1047

> da sua majestade. Imigrantes de todo o tipo chegaram de Portugal: fidalgos, militares, degredados, criminosos, sacerdotes, colonos, artesões, lavradores.

A entrada dos portugueses no Brasil denotava uma população híbrida de diversas localidades (tanto do Norte quanto do Sul) cujos fenótipos eram distintos (louros e morenos). De fato, Portugal não tinha um "padrão" populacional específico para ocupar o novo mundo, pois aqui vieram de fidalgos até criminosos e, também, pessoas que não se convertiam ao cristianismo.

Para muitos historiadores (COSTA, 1999; FAUSTO, 1998; PRADO JÚNIOR, 1973) e geógrafos (ANDRADE, 2003; MORAES, 2005) à colônia brasileira era um não lugar para os portugueses de bem, pois estiveram aqui na formação da ocupação territorial apenas: os aventureiros, os criminosos e os não convertidos ao catolicismo, chegaram ao país para povoar o território. A elite branca portuguesa pertencia à empresa colonizadora marítima da coroa, que tinha a finalidade de explorar as riquezas do novo mundo: ouro, prata e metais preciosos. De modo geral, a presença branca portuguesa na colônia era irrisória diante do quadro da população autóctone, mas a sua lógica colonizadora se impôs pela força (física, psicológica e sexual) e pelo genocídio, sendo que aos poucos o branco foi se apropriando das riquezas e do país.

Os fidalgos portugueses no Brasil formavam um tipo de classe social que incluía os nobres e os senhores de terras. Com a chegada deles se tornou necessário a introdução de uma mão-de-obra que suprisse a lavoura sedentária e os serviços domésticos da casa grande. Por isso, a entrada da mão-de-obra traficada africana foi a mais "viável" para lidar com os interesses dos fidalgos. A partir do século XVI, conforme Diégues Júnior (1964), os portugueses usavam o negro da África nessas tarefas como escravo, destinando-os ao trabalho braçal na lavoura, à extração de minérios, ao plantio e colheita do algodão, da agricultura do café, enfim, para atender a todas as necessidades da produção. Ao nosso ver, o negro foi traficado da África como imigrante forçado, em um autêntico, processo de imigração dirigida. Não tinha qualquer de direito de escolha, devido à sua condição de escravo.

Todavia, esse período de 1500 a 1808 não considerava a entrada das grandes correntes migratórias para o país, o que havia era a presença individual e esporádica do

 ISBN: 1981-1047

estrangeiro, dentre eles podemos considerar de forma significativa: o português e o negro traficado da África. Além deles não podemos esquecer a presença peculiar e ímpar desses estrangeiros: franceses, holandeses, castelhanos, judeus, entre outros. Como foi o caso dos franceses, que já em 1504 andavam na costa do Brasil, disputando terras e comercializando pau-brasil. Muitas lutas entre indígenas e portugueses foram estimuladas pelos franceses.

Para Diégues Júnior (1964), a presença dos franceses era grande a ponto de, por volta de 1530, não se pode dizer se o Brasil continuaria português ou se tornaria francês. Os franceses tentaram se alojar no Rio de Janeiro e no Maranhão, sendo neste último estado, onde permaneceram majoritariamente por um período curto, deixando marcas e signos no lugar. Logo, os portugueses reagiram na luta contra a ocupação francesa no Brasil.

Outro exemplo da presença de estrangeiro no Brasil se deu pelos holandeses no Nordeste, durante o século XVII, quando a burguesia flamenga passou a controlar o comércio do açúcar da colônia brasileira, continuando a usufruir de grandes lucros gerados por esse produto. Eles possuíam o direito exclusivo sobre sua refinação e distribuição (DIÉGUES JÚNIOR, 1964; ANDRADE, 2003). A Holanda tinha dominado a região produtora de açúcar da colônia brasileira. O motivo principal desse domínio era o comércio do açúcar. Contudo, os portugueses expulsaram os holandeses do Brasil, que foram produzir açúcar nas Antilhas concorrendo, então, no mercado europeu, com o açúcar brasileiro (FURTADO, 1995).

Na região meridional brasileira tivemos a presença estrangeira dos castelhanos. Eles são espanhóis que na América do Sul eram chamados de castelhanos. Viviam nos territórios argentinos, uruguaios e paraguaios que fazia fronteira com o Brasil. Para Diégues Júnior (1964), lusos e castelhanos encontram-se disputando o domínio da região do Rio da Prata, digladiando-se pela posse da colônia de Sacramento. Durante vários anos foi importante o comércio português na região castelhana, e da mesma forma, o indivíduo de castela se infiltrava no território, então, brasileiro.

Já o judeu estava presente no Brasil antes da independência, praticando suas atividades de comércio através do tipo mascate por ele criado, interligava os núcleos urbanos e rurais da colônia. Ele se tornou elemento integrante da população brasileira, quando começaram a entrar no país em maiores proporções, principalmente no século XVII com o domínio holandês que facilitou a sua entrada pela ausência do Santo Ofício. Com a expulsão

 ISBN: 1981-1047

dos holandeses em 1654 os judeus se dispersaram: uns saíram para Amsterdã (Holanda) e outros para Antilhas ou América do Norte, porém, muitos deles permaneceram no Brasil, perseguidos por motivos religiosos passaram a se esconder até a segunda metade do século XVIII, quando o Marquês de Pombal proibiu as perseguições aos judeus no Brasil (DIÉGUES JÚNIOR, 1964).

Resultados e discussão

De modo geral, como resultado desse processo de entrada no Brasil esses grupos de estrangeiros foram os mais marcantes do período na formação socioespacial da sociedade no Brasil colonial. Todos entraram no país de modo individual e espaçadamente. Também se verificou a presença dos ingleses, alemães, italianos e etc., com menor grau de expressão e representatividade. Portanto, para compreendermos essa população brasileira no período deveríamos recorrer às características do capitalismo comercial português que foram implantadas no Brasil e que deram base para a empresa colonial.

Nessa perspectiva, a ocupação do Brasil aconteceu pela expansão comercial e marítima desenvolvida por Portugal. Essa ocupação ocorreu devido às pressões das demais nações europeias, que levou Portugal a ocupar o novo território para impedir que outras nações o fizessem. No novo território, a coroa portuguesa esperava encontrar metais preciosos para a solução de sua crise financeira gerada pelos altos gastos com as grandes navegações e com a colonização. Mas, não encontrando os metais preciosos esperados, coube a Portugal a tarefa de ocupar economicamente o Brasil.

Povoar para garantir a posse do território, mas povoar produtivamente para garantir o retorno financeiro que pudesse tornar essa tarefa economicamente viável. Para Furtado (1995, p. 34), "havia quatro problemas básicos que se antepõem à empresa colonizadora portuguesa: aquisição de conhecimentos técnicos de produção do açúcar, criação de mercados consumidores, obtenção de financiamento e mão-de-obra". Todos esses problemas foram resolvidos satisfatoriamente cada um a seu tempo. Entre eles, interessa ressaltar a mão-de-obra.

A ideia dos colonizadores portugueses inicialmente era utilizar mão-de-obra indígena, mas o escravo africano foi mais "apropriado", inclusive em razão dos lucros gerados pelo tráfico negreiro. Segundo Castilho (2000 p. 19),

 ISBN: 1981-1047

> "[...] o trabalho escravo foi usado em toda a colônia, ele se explica pela política mercantilista portuguesa, pela quantidade mínima de portugueses interessados em vir trabalhar na colônia, pela escassez da população portuguesa, pela agressividade do clima tropical, pela distância da colônia, ou pela hostilidade do meio natural que desencorajava a vinda de trabalhadores europeus. O trabalho escravo, porque compulsório, desconsiderava todas essas dificuldades e se realizava como solução".

No Nordeste brasileiro tínhamos a ocupação populacional do português e do escravo africano na dinâmica da economia açucareira. Posteriormente, nesse território se verificou a participação do estrangeiro pelo imigrante holandês, que foi decisivo na questão do financiamento da produção, no controle, na ampliação dos mercados consumidores e no transporte do açúcar e, também, contribuiu no setor de aquisição de mão-de-obra. Contudo, a ajuda dos holandeses capitalistas levou ao sucesso da empresa colonizadora, sem cuja ajuda, seria inviável.

Conclusão

A geografia da população no Brasil colônia tem centralidade na população branca pelo imigrante português, no escravizado traficado e na população nativa o indígena. As outras entradas foram esporádicas: franceses, holandeses, castelhanos, judeus, entre outros. Logo, a população dominante e que fez a gestão do território foi a portuguesa. Nesse sentido, a permanência dos portugueses no Brasil se deu pela expansão da empresa colonizadora, possibilitando, assim, no século XVII e XVIII uma acumulação de capitais em Portugal. Para Novais (1979, p. 89), tal acumulação teve centralidade na *"noção de reserva de mercado, no monopólio sendo o elemento definidor do sistema colonial, através da qual a colônia cumpre a sua função de fornecer super lucros para a metrópole"*. Assim, o escravo africano era muito importante para a manutenção do super lucros da economia colonial. O trabalho escravo permaneceu na economia mineradora do século XVIII e na economia cafeeira do século XIX, somente a partir deste último período que houve o fluxo migratório no Brasil, antes tínhamos somente alguns indivíduos estrangeiros isoladamente no território, para além da matriz étnica inicial balizada no branco português, no traficado africano e no autóctone indígena.

 ISBN: 1981-1047

Referências bibliográficas

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 2003.

CASTILHO, Marilena dos Santos Ferreira de. **Imigração chinesa para o Brasil no século XIX**: o discurso parlamentar. Assis: Unesp, 2000. (Dissertação de Mestrado)

COSTA, Emilia Viotti da. **Da colônia a senzala**. 4.ed. São Paulo: Unesp, 1998.

DIÉGUES JR, Manuel. **Imigração, Urbanização e Industrialização**. Rio de Janeiro: Centros Brasileiros de Pesquisas Educacionais, 1964.

FAUSTO, Boris. **Fazer a América**: a imigração em massa para a América, EDUSP, 1999.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 25 ed. São Paulo: Nacional, 1995.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Editora ANNABLUME. 2005.

NOVAIS, Fernando. **Portugual e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1979.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 17 ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SANTOS, Milton. **Sociedade e espaço**: a formação social como teoria e método e como método. São Paulo: Boletim Paulista de Geografia, nº 54, p. 81-99, 1977. (Traduzido por Maria Encarnação Vasquez Beltrão).

SILVA, Adevaldo A. **História da Imigração no Brasil**: as famílias. São Paulo: S.N.D.C.B., 1986.

 ISBN: 1981-1047

NEOLIBERALISMO E ESPAÇO BRASILEIRO: ENTRE O ESTADO REGULADOR E AS CORPORAÇÕES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

GT – Geografia, Economia e Trabalho

Aline Pagio Küster
aline.küster@ufv.br
Universidade Federal de Viçosa

Gabriel Passos de Jesus
gabriel.jesus@ufv.br
Universidade Federal de Viçosa

Introdução

No presente trabalho, teve-se por objetivo investigar o papel do Estado no modelo neoliberal vigente, assim como, suas implicações no contexto brasileiro a partir da década de 90 até uma conjuntura neodesenvolvimentista nos anos 2000.

Para isso, o presente estudo foi feito a partir do método teórico-reflexivo, priorizando um debate interdisciplinar com base em autores que discorrem sobre a produção do espaço urbano, tendo por bibliografia principal algumas das obras de Henry Lefebvre (1974; 1976a; 1976b; 1985) e David Harvey (1995; 2004; 2011; 2012).

Sendo assim, através de uma pesquisa bibliográfica e sistêmica pode-se chegar nos principais tópicos a serem elencados para que as considerações necessárias fossem postas, sendo estes: a produção do espaço e o direito à cidade, a natureza do espaço, o capitalismo pautado na ética neoliberal, os agentes formadores do espaço urbano e os estudos voltados para a biopolítica e território.

Destarte, e segundo as presentes considerações levantadas, levantou-se como hipótese que o poder do Estado sendo ele canalizado num modelo neoliberal ou neodesenvolvimentista apenas se altera qualitativamente, uma vez que suas ações são colocadas igualmente em centralidade.

 ISBN: 1981-1047

Metodologia

O presente trabalho possui natureza teórico-reflexiva ao analisar os impactos da doutrina neoliberal na construção do espaço brasileiro, de forma a afetar as noções de espacialidade bem como seu uso e apropriação além do gênero de vida.

A análise foi feita sob a égide da geografia urbana proposta pelo professor Roberto Lobato Corrêa (1989) em que a atuação do Estado se mostra como um fundamental fator na reprodução social. A pesquisa foi desenvolvida a partir da pesquisa bibliográfica cujo os conceitos utilizados foram: neoliberalismo, reprodução social e construção do espaço urbano. Os principais autores que discutem tais conceitos são Lefebvre (1974; 1976a; 1976b; 1985; 2006), David Harvey (1995; 2004; 2011; 2012), Dardot e Laval (2014), Foucault (2008), Friedman (1962), Ometto (1995), Sandroni (1999) e Santos (2003).

A motivação para a escolha do tema se deu a partir das consequências que o regime neoliberal trouxe para o Brasil e na observação de que tais ultrapassam as fronteiras da economia e do trabalho, atingindo também, as geografias na biopolítica e a formação do território.

Tendo as seguintes etapas: pesquisa bibliográfica a fim de realizar o embasamento teórico-reflexivo para a temática; relatar, por meio de discussões, as premissas que envolvem o tema; discorrer sobre o tema e a questão proposta para a escrita do trabalho; criticar e concluir acerca dos impactos do regime neoliberal na produção do espaço urbano.

Resultados e discussão

A fim de que se compreenda o papel do Estado no modelo neoliberal é preciso salientar, primeiramente, assim como afirmam Dardot e Laval (2014) e Foucault (2008) que as primeiras discussões críticas sobre a função do Estado na regulação do capital ocorrem no Colóquio Walter Lippmann (1938) em Paris. Uma das principais questões girava ao redor da perda de liberdade em razão do poder decisório do Estado, visto que "numa sociedade livre o Estado não administra os negócios dos homens. Ele administra a justiça dentre homens que conduzem seus próprios negócios" (DARDOT e LAVAL, 2014, p.68). Para mais, o governo deveria optar por elites competentes em seu escopo, "cujas qualidades seriam o exato oposto à mentalidade mágica e impaciente das massas" (DARDOT e LAVAL,

 ISBN: 1981-1047

2014, p.72). Ou seja, o Estado deveria controlar o excesso de exigências dos cidadãos para que estes não afetassem os desígnios políticos e econômicos planejados pelas indústrias.

Dessa forma, aponta-se a fundação do neoliberalismo como regime a partir dos anos 70 no capitalismo contemporâneo, com as crises sucessivas do modelo fordista-keynesiano. Neste antigo modelo, destaca-se o emprego de alguns aspectos do "Estado do bem-estar social" (*Welfare State*), ocorrido fundamentalmente no período de vigência do New Deal (1933-1937). Segundo Sandroni (1999), o mesmo pode ser definido como um "Sistema econômico baseado na livre-empresa, mas com acentuada participação do Estado na promoção de benefícios sociais."

Seu objetivo maior é a valorização dos padrões de vida mínimos para os cidadãos, de modo a desenvolver a produção de bens e serviços sociais e controlar o ciclo econômico, sendo este ajustável aos custos e as rendas sociais. Em contrapartida ao *Walfare State*, no modelo neoliberal ocorre a sobrevalorização dos direitos individuais e de livre-mercado. Nesse viés, o espaço passa a ser tratado como um recurso, uma vez que os modos de produção se tornam estritamente ligados ao território - igualmente chamado por Milton Santos de capitalismo informacional.

Por conseguinte, ao analisar o contexto brasileiro aponta-se que a década de 1980 ficou conhecida como "A década perdida" por meio de sua conjuntura econômica. Nesse momento, o país atravessava o fim da ditadura militar (1964 - 1985) junto com o processo de redemocratização indireta.

A economia brasileira na década de 80 passou por uma de suas mais graves crises da sua história, a qual resultou na estagnação de seu Produto Interno Bruto e em taxas de inflação sem precedentes. Apesar deste quadro econômico crítico, os indicadores sociais apresentaram evolução positiva (OMETTO, et. al,; 1995, p.403).

Neste mesmo período, Ometto (1995) define que houve uma expansão da informalização da economia - isto é, de suas atividades produtivas - o que acarretou um novo padrão de vida brasileiro, promovendo reflexos no espaço urbano, uma vez que as políticas exercidas pelo Estado condicionam a reprodução social (CORRÊA, 1989). Na década de 1970, o Brasil encarou o chamado "Milagre Econômico" - uma série de sucessivos crescimentos no produto da economia - que alcançou a taxa média de 6 % a.a.

ISBN: 1981-1047

Esta reversão econômica promove uma crise, a princípio, de endividamento externo; todavia, o cenário internacional como a moratória mexicana e o choque do petróleo de 1979 contribuíram para o agravamento do quadro no Brasil. Embora a problemática externa tenha contribuído para o cenário da década de 1980, o presente trabalho se atém à discussão no espaço brasileiro.

Tabela 1: Crescimento acumulado do PIB per capita por década

Período	Crescimento Acumulado em 10 anos	Crescimento Médio Anual
1961 - 1970	36,9%	3,2%
1971 - 1980	79,1%	6,0%
1980 - 1990	-3,9%	-0,4%

Fonte: *IBGE e BCB até 2017 e estimativa do autor para 2018-20. in: FGV (2020)*

Visto a tabela acima, nota-se o decrescimento dito exponencial do PIB no decênio 1980-90, período conhecido pela sucessão de fracassados planos econômicos, sobretudo durante o governo José Sarney (1985 - 1990) que resultou na presença do temido chamado "fantasma da hiperinflação" (grifo dos autores).

Em 1994 é eleito Fernando "FHC" Henrique Cardoso (PSDB) a partir de um discurso da reestruturação do projeto nacional e de sua economia; e que tal reforma livraria o país das suas mazelas. O cenário deixado por Itamar Franco (1992 - 1995) que assumiu após a renúncia de Collor de Mello foi um cenário que necessitava de várias costuras, sobretudo após uma dura abertura da economia.

Por fim, a doutrina já se mostrava como solução para a reprodução socioespacial brasileira. Segundo Milton Santos (2003), toda ação é dotada de intencionalidade. As relações entre os sistemas de objetos e sistemas de ações são medidas pelas leis e normas". Desta forma, o neoliberalismo como projeto é dotado não somente de intencionalidade, mas normatizado a partir das privatizações e desmonte de diversas políticas públicas; o que configura ao Estado, um agente corporativista da apropriação do espaço.

 ISBN: 1981-1047

Conclusão

Ante o exposto do presente trabalho, ratifica-se o espaço como produto e produtor das relações sociais, onde a vida urbana toma lugar de mercadoria, havendo assim, expropriação dos sentidos de cidadania e de pertencimento para alguns grupos. Para tanto, expõe-se perante ao modelo neoliberal vigente, o papel do Estado como garantidor do direito à propriedade privada, uma que se dê apoio ao poder financeiro e aos agentes capitalistas. Logo, observa-se a deterioração de serviços públicos essenciais à vida humana, fazendo com que os mesmos também sejam privatizados.

Por conseguinte, segue-se como pressuposto a mudança do Estado apenas qualitativamente na produção das cidades, tendo em visto que seu respectivo poder ainda se encontra em centralidade. Como visto anteriormente, a tecnosfera e a psicosfera trabalham como forças complementares e não-harmônicas sustentando o braço político da globalização, sendo este o regime neoliberal.

No Brasil, a era das privatizações teve início a partir do Consenso de Washington na década de 90 e assumiu novas características nos anos 2000 com o início de políticas desenvolvimentistas. Todavia, o direito à cidade ainda não engloba grande parte da população. Destarte, percebe-se uma questão de escala neste contexto: enquanto as forças promotoras do neoliberalismo se organizam em nível global a partir do urbano, as resistências se organizam e se mobilizam horizontalmente, a começar pelo conceito de lugar.

Referências

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** São Paulo. Ática. 1989.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **The new way of the world: on neoliberal society**. Nova York: Verso, 2014.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade.** São Paulo: Ed. LTC, 2014 [1962].

FOUCAULT, M. **O nascimento da biopolítica.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HARVEY, D. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1995

_____. **O novo imperialismo.** São Paulo: edições Loyola, 2004.

_____, **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____, **O direito à cidade.** Lutas Sociais, São Paulo, v. 1, n. 29, p. 73-89, dez./2012.

LEFEBVRE, Henri. La production de l'espace. Paris: Anthropos, 1974.

_____. **De l'État.** Paris: Union generale, 1976a.

_____. **De l'État**, vol 2: De Hegel à Mao par Staline. Paris, Union Génerale, 1976b.

_____, **A produção do Espaço.** 2. ed. Paris: Ed anthropos, 1985. p. 123-132.

OMETTO, A. M. H; SILVA, M. V. **Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população**. Rev. Saúde Pública vol.29 no.5 São Paulo Oct. 1995 Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0034-89101995000500011

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia.** São Paulo. Editora Best Seller. 1999.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** Técnica, Razão e Emoção. 3ª Edição. São Paulo: Edusp (Editora da USP), 2003.

 ISBN: 1981-1047

DESAFIOS PANDÊMICOS: O AVANÇO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS E SEUS IMPACTOS NO TRABALHO DOCENTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

GT – Geografia, Economia e Trabalho

Barbara Giovanna Ortiz

barbara.ortiz@unesp.br

Licenciada em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista - FCT/Unesp

Introdução

Mais de 2,5 milhões de professoras(es) da educação básica brasileira (INEP 2020), viram, de um dia para o outro, seus lares tornarem-se seus ambientes de trabalho, não havendo mais a separação entre o lugar de descanso e lazer e do labor.

Dessa forma, pensamos: como está a saúde dessas (es) profissionais que tiveram que mudar drasticamente a sua rotina? Propomos, neste texto, analisar os possíveis impactos do teletrabalho pandêmico na vida e na saúde das (os) docentes da educação básica brasileira.

Metodologia

Para a construção deste resumo nos apoiaremos em duas pesquisas: A pesquisa "Trabalho docente em tempos de pandemia" realizado pelo Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais - GESTRADO UFMG e com parceria da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE e a pesquisa "Situação dos professores no Brasil durante a pandemia", promovida pela Nova Escola.

 ISBN: 1981-1047

Resultados e discussão

Em março de 2020, as duas jornadas de trabalho da mulher foram unificadas em um único espaço: seus lares. O teletrabalho foi inserido na vida das (os) docentes de um dia para o outro, sem nenhum planejamento. Trabalhar em casa é como se morássemos no trabalho: administramos, limpamos e mobiliamos o escritório, arcamos com as despesas de internet, luz, alimentação, etc.

Para nós, professoras, nossa casa tornou-se a escola: o quarto, a sala ou a cozinha tornaram-se sala de aula, de reuniões, dos professores, da coordenação etc; para todos os lugares que olhamos vemos o diário, o computador, celulares, livros, materiais, e toda a parafernalha que nos lembra trabalho…

Dessa forma, as responsabilidades do trabalho produtivo e reprodutivo ficam sempre em evidência. Acreditamos que essa centralização das atividades em um único espaço, sem oportunidade de "refugiar-se" de parte das responsabilidades por algumas horas do dia e, portanto, o aumento das responsabilidades em um curto espaço de tempo pode causar um aumento de estresse vivido no cotidiano e é por isso que acreditamos que seja essencial atentarmo-nos à saúde mental dessas mulheres.

A implementação do trabalho remoto intensifica as relações de precarização do trabalho, trazendo diferentes consequências para a vida privada e profissional, sobretudo para a mulher. Dentre as consequência, destacamos a transferência dos custos dos meios de produção e a intensificação da jornada de trabalho. Agora, além de terem de financiar seus meios de reprodução, como a casa e a sua manutenção, as docentes passam a financiar os custos dos equipamentos necessários para o trabalho remunerado, despesa que antes era atribuída aos empregadores, como os custos de energia elétrica, o espaço de trabalho, computadores, *softwares* etc, sem haver um aumento real em sua base salarial.

A pesquisa "Trabalho docente em tempos de pandemia" realizado pelo Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais - GESTRADO UFMG e com parceria da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE demonstrou que a grande parte das (os) respondentes não se sentiam

 ISBN: 1981-1047

preparadas, nem no âmbito da capacitação como no aparato tecnológico necessário para atuar no ensino remoto

No que se refere a capacitação dos docentes, o estudo demonstrou que 53% do professorado que atua na rede municipal de ensino não recebeu nenhum tipo de formação para o uso das tecnologias digitais, enquanto nas redes estaduais o total é de 24,6%. Dessa forma, apenas 28,9% dos respondentes afirmam não ter dificuldade para utilizar as tecnologias digitais no trabalho remoto, apesar de 47% das (os) entrevistados possuíam experiência com o ensino remoto, sendo 16% atuantes no Ensino Médio, 12,3% nos anos finais do Ensino Fundamental e 10% nos anos iniciais e, na educação infantil apenas 9% do total.

Percebemos que a questão da renda infere diretamente no acesso à internet e aos dispositivos móveis para que professores possam estar presentes nas aulas remotas. Pensando no caso dos docentes da rede pública da educação básica brasileira, com média salarial de R $ 2.886,24 (uma média de 2,7 salários mínimos), o acesso aos dispositivos e à internet pode ser limitado. A renda das famílias também impacta o meio de acesso à internet. Segundo o IBGE (2020), os lares que utilizam tablet e televisão para ter acesso a internet apresentam rendas de R $ 3.538 e R $ 3.111 respectivamente, enquanto aqueles que utilizam microcomputador e celulares têm renda média mensal de R $ 2.569 e R $ 1.765, respectivamente.

Isso fica evidente na pesquisa do GESTRADO e do CNTE. Mais da metade dos docentes entrevistados (53,6%), não estavam preparados para ministrar aulas de maneira remota pois 3 em cada 10 professores possuem recurso tecnológico e preparo para lecionar à distância. Dos 83% dos professores que alegam possuir recursos em casa, para ministrar aulas remotamente, metade precisa dividir estes recursos com outra pessoa de seu lar. Os dispositivos mais utilizados são o aparelho celular (91,1%) e o notebook (76%), para acessar a internet, 24% utilizava o plano de dados móveis do celular.

Segundo a pesquisa, as professoras (res) sentem que sua jornada de trabalho tem aumentado. Neste contexto estão desenvolvendo atividades que antes da pandemia não eram desenvolvidas: as (os) docentes têm gravado ou lecionado ao vivo suas aulas, aplicando e

 ISBN: 1981-1047

corrigindo atividades, participado de reuniões com gestores e outras com colegas de trabalho (57,2%).

Segundo os dados da pesquisa "Situação dos professores no Brasil durante a pandemia", promovida pela Nova Escola, 30% dos respondentes avaliam o ensino remoto como ruim ou péssimo. Dentre os fatores negativos destacam-se a falta de preparo dos professores para a mudança da modalidade de ensino, a falta de infraestrutura, etc.

Tudo isso tem afetado também a saúde mental dos professores que está em "sinal amarelo" uma vez que, 30% dos respondentes avaliam sua saúde emocional como razoável devido ao estresse em ter de adaptar suas atividades a uma outra modalidade de ensino, o medo do adoecimento pela covid-19, o aumento do tempo de trabalho, falta de reconhecimento de trabalho e pela sensação de não conseguir dar conta das atividades domésticas, familiares e profissionais.

Dessa forma, o teletrabalho docente no contexto pandêmico acentua as formas de precarização e flexibilização do trabalho docente pois, para nós, é justamente na flexibilização do trabalho em que se expressa a diminuição das fronteiras entre a atividade laboral e o espaço da vida privada, no desmonte da legislação trabalhista e nas diferentes formas de contratação da força de trabalho e em sua expressão negada, o desemprego estrutural. (ANTUNES, 2018).

Entendemos que essas mudanças de cunho econômico, político e social, ocorrem também na forma da construção da individualidade do sujeito. No neoliberalismo, todas as ações humanas são enquadradas no domínio de mercado.(HARVEY, 2005). Sendo justamente nessa negação da subjetividade e na transformação de homens e mulheres em uma máquina vazia de sentimentos e desejos, resumindo nossa vida em produtividade, seja no trabalho doméstico ou fora dele, somadas à precarização do trabalho, bem como as inseguranças e a falta de perspectiva de futuro que aparecem as formas de sofrimento.

Conclusão

Pudemos perceber que essa forma de socialização neoliberal, sobretudo neste contexto pandêmico, tem atingido a saúde mental das docentes brasileiras. É evidente que

 ISBN: 1981-1047

não podemos usar ambas as pesquisas citadas em nosso artigo para traçar um panorama que abrange todo o contexto nacional pois os respondentes da pesquisa representam apenas uma parcela do professorado brasileiro, porém pode nos dar um panorama e um direcionamento para o entendimento de como isso tem afetado a vida das mulheres professoras de nosso país.

Referências

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Universidade Federal de Minas Gerais-Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente. **Trabalho Docente em Tempos de Pandemia – Relatório Técnico.** Disponível em: <https://anped.org.br/sites/default/files/images/cnte_relatorio_da_pesquisa_covid_gestrado_v02.pdf >. Acesso em: 29 de março de 2021.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: História e implicações.** São Paulo: Loyola. 2005

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Básica, 2020**. Brasília: MEC, 2020. Disponível em:<https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_escolar_2020.pdf> Acesso em: 14 de fevereiro de 2020

NOVA ESCOLA. **A situação dos professores no Brasil Durante a Pandemia.** Disponível em:<https://novaescola.org.br/conteudo/19386/qual-e-a-situacao-dos-professores-brasileiros-durante-a-pandemia>. Acesso em: 29 de março de 2021.

 ISBN: 1981-1047

PRÁTICAS E DISCURSOS DO ESTADO NA CONDUÇÃO POLÍTICA DE TURISMO NO BRASIL: DA CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TURISMO AO GOLPE POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DE 2016

GT - Geografia, Economia e Trabalho

Roberson da Rocha Buscioli
roberson.buscioli@unesp.br
Professor Assistente na Universidade Estadual Paulista - Campus de Rosana

Introdução

A prática do turismo tem sido constantemente alvo da ação do Estado - via implementação de programas, densidades normativas/regulamentações, financiamentos e incentivos fiscais – para promover sua mercantilização. Desde os anos de 1990, e em especial após os anos 2000 com a criação do Ministério do Turismo, estabeleceu-se no Brasil um processo de ajustamento do espaço, promovido/induzido pelo Estado a partir de expressivos investimentos voltados ao consumo do espaço, via atividade turística. Este processo apresentou como característica fundante um padrão de financiamento público - o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), que tem o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) como seu principal financiador - relacionado às políticas de turismo, precipuamente orientado na concentração de investimentos em espaços e setores considerados prioritários no bojo deste Programa, em espaços denominados ao longo do tempo de Áreas de Turismo Prioritárias, Polos Turísticos, Destinos Indutores do Turismo, Rotas Turísticas produzindo processos de interações e de rearticulações espaciais.

Desse modo, essa pesquisa teve como objetivo geral analisar a atuação do Estado brasileiro via Política Pública de Turismo na sua relação com o Capital e suas frações e os desdobramentos dessa política no processo de (re)produção espacial, no período considerado como "Era PT", correspondendo interregno de 2003 a 2016, compondo os Governos Luiz Inácio Lula da Silva I e II (2003-2006 e 2007-2010) e os Governos Dilma Rousseff, I e II (2011–2014 e 2015-2016) que teve seu segundo mandato interrompido por um Golpe Político administrativo 2016.

 ISBN: 1981-1047

Metodologia

Para tanto, foram realizadas, pesquisas bibliográficas, na qual levantamos literatura geral a respeito das características do Estado, da reprodução do capital, ajuste espaço-temporal e discurso. Secundariamente, buscando documentos oficiais através de consulta a centros de documentação, e endereços eletrônicos de órgãos governamentais encarregados institucionalmente de planejar, executar e acompanhar as políticas turismo, o universo da pesquisa foi definido na análise dos Planos Nacionais de Turismo e seus programas, buscando identificar as diretrizes básicas da política nacional do turismo. Percorremos por análise do PRODETUR Nacional responsável por materializar as diretrizes da Política Nacional.

Resultados e discussão

Observou-se no período analisado um processo de institucionalização das ações do Estado via planejamento e execução de políticas públicas que buscam de modo geral promover um necessário ajuste espaço-temporal em concordância com as necessidades de (re)produção do capital como movimento de acumulação fracionado em ramos – neste caso turístico

De um modo geral, os órgãos oficiais, responsáveis por elaborar e executar a política de turismo, discursiva e ideologicamente, apontaram a atividade turística como estratégica para a redução das desigualdades regionais por meio da geração de renda e emprego nas regiões mais periféricas do país.

Neste contexto, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ocupa papel de centralidade, constituindo-se como um dos principais organismos internacionais de financiamento das políticas nesse setor. No caso ora em análise, de modo, essa participação ocorreu via PRODETUR, de modo que buscamos compreender o modo de financiamento do BID e sua estratégia de territorialização da política de turismo. Nesta perspectiva, temos como hipótese inicial, que o papel deste organismo vai além de financiador, mas que também plays the role de mentor de tais políticas, precipuamente através da proposição de "modelos", ou mesmo um conjunto de exigências a serem cumpridas para acessar seus recursos/financiamentos.

Desse modo, sustentado nas análises empreendidas, na bibliografia e documentos consultados, entendemos que há em curso um processo de ajustamento do espaço em

 ISBN: 1981-1047

território nacional, capitaneado pelo Estado a partir de vultosos investimentos nacionais e internacionais, que buscam proporcionar as condições para um histórico processo de mercantilização da prática turística, produzindo uma rearticulação dos espaços, tendo como características a seletividade, seja do ponto de vista espacial, assim como da perspectiva de seus objetivos, consonantes com as demandas do capital - nacional e internacional - na busca por territórios para sua expansão.

No interior desse processo, as políticas de Estado ao tratar de questões relacionadas às desigualdades regionais e concentração da riqueza, mostram-se incapazes de tratar as causas como causas, e na busca por realizar ajustes nos efeitos – com a estratégia da polarização - acaba por promover uma nova reconcentração no interior das regiões, transferindo para o âmbito regional a mesma lógica da escala nacional, ou mesmo internacional, num movimento de "Desenvolvimento Geográfico Desigual" tal como discorrido por Harvey (2018).

Uma vez definido esses "pólos" a estratégia de posicionamento de mercado adotado pelo Governo Federal foi a roteirização, ou seja, quando de fato um atrativo turístico está pronto para ser "vendido".

A despeito da constituição de Pólos Turísticos, Cruz (1999, p. 31-32) estudando a estratégia de sua implantação no litoral do Nordeste no início dos anos de 1990, aponta que a ideia de polo de desenvolvimento turístico, nos moldes da Teoria dos Polos de Perroux, é idealizada desde 1969, embora neste primeiro momento nunca tenha se efetivado.

Com tais pressupostos, o discurso do Estado, que aponta o turismo como indutor de desenvolvimento regional polarizado, e considerando também nossa visão, de que os problemas de distribuição de recursos e da produção espacial são inseparáveis, é que a presente pesquisa se justifica. Trata-se de um processo que Silveira (2003, p. 414) denominou, "invenção da viabilidade do território".

Considerações finais

Assim, a estratégia territorial de implementação da política de turismo buscou de um lado, através da constituição de regiões turísticas, garantir a unidade administrativa de execução da política, uma vez que tais empréstimos estão vinculados a apresentação dos PDITS e estes necessariamente ficam circunscritos ao âmbito estadual, podendo sobre algumas

 ISBN: 1981-1047

circunstâncias ser apresentados por municípios, mas via de regra são apresentados por regiões.

Do outro lado, com a constituição dos roteiros garante-se a conexão desses espaços, neste sentido, os roteiros podem extrapolar a escala das regiões turísticas, das Unidades Federativas e a escala nacional, dado que existem roteiros internacionais. Tais roteiros tem, portanto, o papel de "organizar" esses espaços num modelo comercial, conforme apresentado pelo Ministério do Turismo. Deste modo, a roteirização é um "processo de organização de itinerários, a partir de um planejamento integrado, reunindo atrativos, equipamentos e serviços de uma ou mais regiões turísticas, de forma a estruturar produtos para comercialização no mercado turístico" (BRASIL, [2005?], p. 22).

Resumidamente, entendemos que se trata de Polos, pensados e organizados para receberem investimentos em infraestrutura turística, imbricados em redes de comercialização a partir do processo de roteirização. No interior desse processo, as políticas de Estado ao tratar de questões relacionadas às desigualdades regionais e concentração da riqueza, mostram-se incapazes de tratar as causas como causas, e na busca por realizar ajustes nos efeitos – com a estratégia da polarização - acaba por promover uma nova reconcentração no interior das regiões, transferindo para o âmbito regional a mesma lógica da escala nacional, ou mesmo internacional, num movimento de "Desenvolvimento Geográfico Desigual" tal como discorrido por Harvey (2018).

Diante de todo o caminho percorrido neste trabalho, buscando compreendermos o processo de constituição da Política Nacional de Turismo e suas interfaces com a lógica local e global, constatou-se que a estratégia de territorialização da Política Nacional de Turismo, municipalização, regionalização e Roteirização, fora atravessada pelo PRODETUR, principal programa de investimentos em infraestrutura turística, que somou-se às demais ações efetivar a materialização programática dessas políticas, através de ações, objetos e densidades normativas.

Dado a relação dos mais diversos organismos multilaterais, sobretudo as ADMs na constituição e financiamento de tais políticas, particularmente, o BID na sua relação com o PRODETUR, sendo o seu principal financiador externo.

 ISBN: 1981-1047

Referências

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Cores do Brasil:** Marketing Turístico Nacional: Fase! – Diagnóstico. [Brasília?]: Ministério do Turismo, [2005?].

CRUZ, R. de C. A. da. **Políticas de Turismo e (re)ordenamento de territórios no litoral do Nordeste do Brasil.** São Paulo: USP/FFL, Tese (Doutorado), geografia, 1999.

HARVEY, D. **Justiça, naturaleza y la geografia de la diferencia.** Quito – Ecuador: Editora IAEN Instituto de Altos Estudios Nacionales de Equadm, 2018.

SILVEIRA, M. L. "A região e a invenção da viabilidade do território" In: SOUZA, M.A. **Território brasileiro – usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003, p. 408-416.

 ISBN: 1981-1047

TRABALHO POR APLICATIVO EM LONDRINA/PR: ENSAIO SOBRE OS ENTREGADORES DE ALIMENTOS

GT –Geografia, Economia e Trabalho

Lucas Costa

lucascosta0594@gmail.com

Universidade Estadual de Londrina

Introdução

Nas grandes e médias cidades, ao trafegar pelas ruas, podemos observar carros, ônibus, pedestres, ciclistas e agora por diversas vezes motocicletas com o motociclista utilizando uma caixa térmica com cores bem chamativas, geralmente na tonalidade vermelha ou um verde claro fluorescente. Esta pessoa geralmente é um entregador de alimentos por aplicativo, e este tipo de atividade vem crescendo e se tornando a opção de renda de muitos jovens e adultos que precisam ter seu dinheiro para se manter economicamente.

Contudo é importante buscar entender o porquê este tipo de atividade vem atraindo muitas pessoas para exercer este serviço, e também analisar que esta importante área conta com muitas pessoas e ao mesmo tempo sem a legislação vigente e muito menos direitos e regras para cumprir, sendo desta forma uma questão bastante problemática, onde temos diversos trabalhadores atuando sem ter leis que lhe amparam.

Um fator relevante nesta problemática é o desemprego. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2018 foi registrada uma média de desemprego em 12,3%. Em 2019 a taxa cai, fechando o ano na média de 11,9%. E no ano de 2020 temos a taxa de desemprego no segundo trimestre de 11,8%. Estes números evidenciam que cerca de 12,8 milhões de pessoas estão desempregadas em território brasileiro.

 ISBN: 1981-1047

Porém com a chegada do Covid-19 e a pandemia global, os números no terceiro trimestre de 2020 no Brasil pioraram, e a taxa sobe para 13,8 % conforme levantado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), e em um único trimestre 7,214 milhões de pessoas perderam seus empregos.

Estes dados do desemprego são atrelados diretamente com a informalidade e a questão do trabalho por aplicativo. Em 2019, segundo dados do IBGE, a taxa de informalidade teve um novo recorde, de 41,3%, o equivalente a 38,683 milhões de pessoas nesta situação. Nesse contexto de informalidade, chama-se a atenção nesse ensaio, para a categoria de trabalhadores que atuam por aplicativo, mais especificamente na entrega de alimentos, na cidade de Londrina em 2020-2021. O presente ensaio busca investigar o perfil e a visão do trabalhador, especificamente dos entregadores de alimentos, que atuam por aplicativo na cidade de Londrina no ano de 2020-2021.

Metodologia

Para tanto, em termos de procedimentos metodológicos foi realizado levantamento bibliográfico e aplicado um questionário junto aos entregadores. A entrega de alimentos por parte de restaurantes, lanchonetes e outros, por si só não é novidade, mas consistia em uma relação empregatícia entre os restaurantes e os funcionários entregadores apenas. Com o avanço da dinâmica digital, os entregadores passaram a atuar em diversos estabelecimentos, fazendo a entrega conforme é chamado pelo aplicativo.

Essa pesquisa pode ser caracterizada como de abordagem qualitativa e do tipo exploratória. É qualitativa ao passo que o pesquisador preocupou-se mais em descrever a complexidade de determinado problema, buscando compreender o processo dinâmico vivenciado pelo grupo de sujeitos (RICHARDSON, 1999), no caso os trabalhadores entregadores de alimentos por aplicativos. E ainda pode ser caracterizada como exploratória por proporcionar as primeiras aproximações do pesquisador com o problema em tela, com vistas a torná-lo mais explícito (GIL, 2012).

ISBN: 1981-1047

Os procedimentos de pesquisa para o levantamento de informações primárias foram estabelecidos a partir da técnica do questionário, entendido por Gil (2012) como uma técnica de coleta de dados composta por certa quantidade de questões abertas e/ou fechadas, apresentadas por escrito às pessoas, objetivando o levantamento de opiniões e conhecimentos cotidianos dos sujeitos acerca do fenômeno em tela. O questionário foi organizado no *Google* Documentos e disponibilizado no final do mês de setembro de 2020 em um grupo de *whatsapp* de entregadores de alimentos por aplicativos que atuam em Londrina. E segue disponibilizado até meados de junho de 2021.

Resultados e discussão

O questionário, ainda em fase de aplicação junto aos entregadores, foi dividido em 3 partes principais, sendo a primeira a caracterização do entregador, a segunda sendo a caracterização da atividade atual e a terceira sobre os problemas, desafios e perspectivas.

Em relação à primeira parte de questões, que tratavam da faixa etária, gênero, escolaridade e zona da cidade no qual residia. Verificamos que o trabalho de entregador pode mostrar um salto muito grande de idade entre os trabalhadores, tendo uma pessoa no questionário que se enquadra na faixa etária de 50 a 60 anos, um cidadão que na teoria estaria próximo de se aposentar numa atividade que exige atenção e cuidado ao se envolver com o trânsito. Todos os entrevistados se identificaram sendo do sexo masculino, e com diferentes níveis de escolaridade, tendo desde um entrevistado sem possuir ensino fundamental, até mesmo com um entrevistado cursando Pós-graduação.

Na segunda parte do questionário foram levantadas elementos da atividade atual, onde buscamos entender um pouco mais sobre questões como: qual aplicativo era utilizado, a carga horária e de dias na semana, se trabalha com outra atividade além dos aplicativos, sua renda salarial, custos de manutenção, se a carteira era assinada e a motivação para trabalhar neste ramo de entregas de alimentos por aplicativo.

Nesta segunda parte todos os entrevistados alegaram que já trabalhavam em outra atividade antes de ser entregador de alimentos, e o aplicativo usado para trabalhar neste serviço atual, era o Ifood. Em relação a carga horária trabalhada, 50% dos entrevistados trabalham de 8 a 12 horas por dia, e 16,7% de 2 a 4 horas por dia, 16,7% de 6 a 8 horas por

 ISBN: 1981-1047

dia, 16,7% de 12 horas a mais por dia. Outro dado interessante que perguntamos era sobre a quantidade de dias trabalhados, sendo quase todas respostas com uma carga semanal a partir de 5 dias ou mais.

Em relação ao piso salarial, cerca de 33,3% afirmaram receber o valor de R$ 2000,00 a R$ 2500,00, 33,3% de R$ 1500,00 a R$ 2000,00 reais, e 33,3% de R$ 500,00 reais a R$ 1000,00 reais. Vale salientar que o salário mínimo atual no Brasil em 2020 é de 1045,00 reais. Os entrevistados alegaram também haver custos com despesas na motocicletas, e também que não possuíam carteira assinada ao atuar neste tipo de atividade.

A Terceira e última parte do questionário era composto por seis perguntas e todas com respostas abertas para o respondente expressar os problemas e desafios da atividade por aplicativo. Os trabalhadores indicaram como problemas: conflito com cliente insatisfeito e com a loja de distribuição de alimentos; a demora do cliente; as taxas baixíssimas; o trânsito, tempo pra entregar sem atrasos; a demora dos restaurantes e clientes; exposição às intempéries do tempo (sol muito forte, chuva); o trânsito muito perigoso, locais de entrega arriscados.

Em relação ao trânsito, os trabalhadores indicaram que as principais dificuldades enfrentadas eram asfaltamento em condições precárias e, principalmente, falta de respeito no trânsito com os motociclistas. Além desses problemas, para os respondentes, outro problema sério seria a questão da legislação, pois o trabalhador por aplicativo não tem seus direitos garantidos e a grande maioria atua na informalidade. De acordo com Ponchmann (2016) no trabalho por aplicativo é o trabalhador negociando sua remuneração, seu tempo de trabalho, seus custos de trabalho, que é a Uberização.

Mesmo com tais problemas e desafios, os respondentes quando indagados sobre as perspectivas para os trabalhadores de entrega de alimentos, emitiram respostas ora positivas, dizendo que sim, mas desde que melhore também a taxa paga pelas empresas aos mesmos. E ora indicando respostas negativas, de que não conseguem vislumbrar possibilidades de melhorias para esse grupo de trabalhadores. Um respondente afirmou que "[...] Não há como melhorar, uma vez que, se virar tendência, esse modelo informal de trabalho vai se expandir para outras áreas, sem ninguém estar assegurado de nada".

ISBN: 1981-1047

Conforme cita Da Silva (2019, p.6) estamos vivendo um período de mudanças, "transformações socioeconômicas e culturais que reorganizam o modo de consumo e de trabalho". Toda esta dinâmica de trabalho por aplicativo gera novos contrastes e desafios para se pensar a cidade, onde a tendência é que este tipo de atividade cresça cada vez mais.

Conclusão

A precarização do trabalho se mostra cada vez mais forte e predominante no cenário brasileiro e mundial. Por enquanto está realidade se encontra mais forte em poucas modalidades, como o transporte de passageiro, e as entregas de comida, porém temos perspectivas que este tipo de função, vai alcançar outras atividades de trabalho, onde o cliente vai pedir determinado serviço via aplicativo, um exemplo é o ramo das domésticas, que já se encontra aplicativos que contratam este tipo de trabalho, como é o caso da empresa "Diaríssima", que serve para contratar diarista (Trabalhadora autônoma doméstica).

Referências

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo. Editora Atlas S.A, 2012.

IBGE, (INSTTUO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA), **Desemprego**, Disponível em: https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php

POCHMANN, M. Entrevista**. Revista Poli: saúde, educação e trabalho**. Ano IX, Nº 48, Rio de Janeiro. nov./dez. 2016a.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, A. A. N. S.. **Relações entre força de trabalho uberizada e a necessidade de expansão do capital.** In: Fernando Romero Wimer; Natalia Boff; Adrian Cabrera Solarte. (Org.). ENCRUCIJADAS LATINOAMERICANAS Observatório Social da América Central e Caribe Movimientos sociales, autoritarismo e imperialismo. 1ed.Bahía Blanca: Ediciones del Ceiso,, 2020, v. , p. 6-582.

 ISBN: 1981-1047

OS IMPACTOS DA PANDEMIA NA ECONOMIA POPULAR: REFLETINDO SOBRE O CASO DA ECONOMIA CRIATIVA EM ARARAQUARA/SP

GT- Geografia, Economia e Trabalho

Renan Augusto Ramos
renan.ramos@unesp.br
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Introdução

A análise do mercado de trabalho no Brasil precisa levar em consideração o seu processo histórico de formação. O conjunto de atividades econômicas no espaço brasileiro apresenta uma complexa heterogeneidade que não se pode deixar de reconhecer. São práticas econômicas que surgem mediante a incapacidade de gerar emprego de acordo com relações formais de assalariamento, na medida em que essa forma de ocupação econômica não se difundiu por completo no território. Nesse sentido, iniciativas que buscam superar essas problemáticas são constatadas no espaço urbano em função do trabalho autônomo, por conta própria, bem como em função da mobilização de recursos pessoais dos indivíduos (COSTA, 2016).

A Economia Criativa desenvolvida no município de Araraquara remete a essas novas possibilidades de organização econômica no espaço urbano, de acordo com as demandas concretas por provisão social dos sujeitos (RAMOS, 2020). Os indivíduos transformam um conhecimento pessoal em possibilidade econômica de geração de renda, destacando a inventividade como auxiliador na busca pela inserção nos circuitos produtivos da cidade. Em trabalho anterior, foi possível reconhecer esse segmento enquanto forma de renovação do próprio circuito inferior da economia, no qual, pela incapacidade de rendas permanentes, os sujeitos constroem caminhos alternativos de provisão, utilizando-se do trabalho intensivo como ferramenta de efetivação das práticas econômicas (SANTOS, 2018). Vulnerabilidades estruturais são constatadas nesses empreendimentos não somente na dimensão financeira, mas também em relação aos canais reduzidos de trocas para essas atividades. As edições da "Rolêfeira" funcionavam enquanto um importante canal de

 ISBN: 1981-1047

visibilidade para os sujeitos responsáveis pelos empreendimentos, pois eram eventos organizados para proporcionar um espaço favorável a essas práticas econômicas (RAMOS, 2020).

No entanto, a pandemia do novo coronavírus alterou profundamente as relações socioespaciais em todo o território nacional. O município de Araraquara decretou Estado de Calamidade, impossibilitando aglomerações no espaço público onde aconteciam as edições. Desse modo, ao longo do ano de 2020, as feiras criativas foram suspensas no município. A não ocorrência desses eventos eliminou um dos principais espaços de trocas econômicas e interações socioespaciais desses empreendimentos. A partir disso, esse trabalhou refletiu sobre os impactos financeiros no interior dessas atividades, bem como sobre os impactos decorrentes de outras esferas das relações sociais, tais como a esfera cultural, simbólica e dos encontros promovidos no espaço público.

Objetivos

- Compreender os desdobramentos da pandemia do novo coronavírus na economia popular, levando em consideração a organização dos empreendimentos de Economia Criativa de Araraquara/SP;
- Caracterizar as principais decorrências da pandemia para os sujeitos responsáveis pelos empreendimentos econômicos em função da suspensão das feiras criativas do município;
- Demonstrar as principais estratégias utilizadas pelos agentes econômicos de acordo com as pressões exercidas pela nova conjuntura colocada pela pandemia, destacando o aumento das fragilidades estruturais já constatadas nesses empreendimentos.

Metodologia

A metodologia utilizada para esse estudo esteve relacionada com a realização de uma pesquisa qualitativa sobre os desdobramentos da crise sanitária da Covid-19 nos empreendimentos da Economia Criativa araraquarense. A proposta trouxe ênfase à nova realidade vivenciada pelos agentes econômicos vinculados a essas práticas. O novo contexto demandou uma análise das implicações do decreto de Estado de Calamidade em Araraquara

 ISBN: 1981-1047

para a organização da provisão desses sujeitos em função da suspensão de um dos principais canais de negócios, ou seja, as edições das feiras de Economia Criativa.

Foi utilizado o recurso das entrevistas semiestruturadas com os agentes responsáveis pelos empreendimentos para reconhecer quais foram os principais elementos colocados pela pandemia na organização desses negócios. A proposta foi realizar uma entrevista semiestruturada com os empreendimentos vinculados a cada um dos principais segmentos presentes nas feiras. A partir disso, os eixos estruturantes das entrevistas articularam a compreensão do que significou a suspensão das feiras criativas, os impactos nos rendimentos, bem como as estratégias elaboradas com vistas à superação dessa problemática. As perguntas foram as seguintes: 1) Gostaria de perguntar sobre a história do seu empreendimento. Considerações nesse sentido mesmo da história do seu negócio; 2) Gostaria que você falasse um pouco sobre as principais mudanças que vocês precisaram fazer para dar andamento ao empreendimento nessa pandemia; 3) Você poderia fazer considerações sobre os principais desdobramentos da suspensão das feiras criativas nas vendas do seu empreendimento?; 4) Vocês foram capazes de observar uma diminuição, manutenção ou uma expansão dos negócios ao longo dessa crise sanitária?; 5) Passados alguns meses da pandemia, vocês poderiam fazer considerações sobre os novos horizontes que se abrem para o seu negócio?

Escolhemos um empreendimento do setor de artesanato, de roupas, de alimentos e, por fim, de cosmetologia natural. O objetivo desse roteiro pré-estabelecido de questões fundamentou-se na busca pela verbalização dos sujeitos, que expressaram seu pensamento em função desse tema central (ALVES e SILVA, 1992). As entrevistas foram gravadas para a preservação do discurso elaborado (ALVES e SILVA, 1992) pelos responsáveis dos empreendimentos. A posterior transcrição representou um instrumento que permitiu revisitar constantemente a verbalização dos sujeitos entrevistados. O cumprimento dessas etapas da pesquisa contribui para facilitar a análise qualitativa do discurso, favorecendo a maior apreensão do significado das falas desenvolvidas (ALVES e SILVA, 1992). A capacidade de encurtamento dos caminhos mediante a análise temática, possibilitada por esses recursos, converge em direção à interpretação das entrevistas com esses agentes sociais (DUARTE, 2004).

 ISBN: 1981-1047

Resultados e discussão

As principais decorrências desse novo contexto vivenciado pelos empreendimentos da Economia Criativa de Araraquara dizem respeito não somente aos impactos financeiros, mas também aos impactos simbólicos e imateriais. A suspensão das feiras criativas teve um desdobramento expressivo no andamento dos negócios dessas atividades pelo fato das edições representarem canais fundamentais de troca para os empreendimentos (RAMOS, 2020). Os agentes responsáveis pontuaram que as edições favoreciam a maior estabilidade financeira do negócio, já que alcançavam vendas mais expressivas que as demais estratégias de efetivação das mercadorias. No entanto, também reforçaram que as trocas simbólicas em função da sociabilidade desenvolvida nesses eventos também vivenciaram uma ruptura importante. Os responsáveis reconheceram que o retorno dos clientes acontecia de forma bem mais simplificada, mantendo uma relação direta com eles. Outro aspecto diz respeito ao encontro e parcerias com os demais expositores das feiras, na medida em que muita articulação conjunta era construída no decorrer das edições das feiras criativas.

Em síntese, o estudo evidenciou as contribuições que as entrevistas trazem para interpretar as transformações vivenciadas pelos agentes econômicos vinculados à Economia Criativa em Araraquara. A percepção alcançada demonstra as novas formas de organização dos sujeitos nessas práticas não hegemônicas em função da pandemia da Covid-19. As atividades da Economia Criativa no município se apoiam no contato direto com o consumidor final nas edições da "Rolêfeira". Em vista disso, as entrevistas permitiram compreender o novo contexto dessas atividades, pois deu voz aos agentes que pontuaram as implicações e impactos da suspensão das feiras criativas no andamento de seus negócios.

Os empreendimentos da Economia Criativa em Araraquara podem ser caracterizados como forma de renovação do circuito inferior da economia urbana (RAMOS, 2020). Essas práticas econômicas apresentam uma série de vulnerabilidades que está vinculada à baixa escala econômica de suas atividades, bem como a própria necessidade de canais ativos para a realização de suas vendas. As feiras organizadas pelo coletivo "Rolêfeira" são espaços fundamentais de visibilidade aos empreendimentos em função do seu papel central para os negócios desse segmento da economia. Dessa forma, a suspensão de seu

 ISBN: 1981-1047

cronograma trouxe impactos em diversas esferas no andamento dos empreendimentos vinculados a esses espaços de troca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Zélia Mana Mendes Biasoli; SILVA, Maria Helena G. F. Dias da. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, n. 2, p. 61-69, 1 jul. 1992.

COSTA, Sibelle Cornélio Diniz da. **Do precário ao plural**: realidades e possibilidades da economia popular no Brasil contemporâneo. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, p. 204. 2016.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**, v. 20, n. 24, p. 213-225, dez. 2004.

RAMOS, Renan. Augusto. A atualidade da teoria dos circuitos na compreensão das práticas econômicas populares: o caso da Economia Criativa em Araraquara/SP. **Revista do Departamento de Geografia (USP)**, [S. l.], v. 40, p. 1-12, 2020.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2018.

 ISBN: 1981-1047

PRESIDENTE PRUDENTE/SP E A 10ª REGIÃO ADMINISTRATIVA: UM BALANÇO DE GEOGRAFIA ECONÔMICA DO MUNICÍPIO E SUA REGIÃO DE 2016 A 2020

GT – Geografia, Economia e Trabalho

William Hiroshi Abeno Ronchi
william.ronchi@unesp.br
FCT/UNESP – Presidente Prudente/SP

Introdução

O município de Presidente Prudente/SP, possui uma população aproximada de 230 mil habitantes. Considerada uma cidade de porte médio, dispõe de uma influência econômica e social importante, destacando-se pela sua capacidade de geração de oportunidades, tanto por ser o município mais populoso da parte oeste do estado de São Paulo como também o centro regional principal que leva o nome de 10ª região administrativa de Presidente Prudente/SP. A décima região administrativa é composta por 53 municípios e faz parte das 19 regiões administrativas existentes no Estado de São Paulo de acordo com [59]Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC).

Segundo dados da Fundação Seade, trinta e um (31) destes municípios detém menos de dez mil (10) habitantes. A partir daí destacamos que existem fatores fundamentais para podermos caracterizar diferentes dinâmicas econômicas e sociais entre a cidade média de Presidente Prudente e as cidades pequenas dependentes da sua força de atratividade de emprego e renda, favorecendo o intercâmbio em relação às trocas de mercadorias e serviços.

Desses trinta e um (31) municípios, pode-se dizer que grande parte deles constituem quase predominantemente por espaços rurais. Parte significativa dos residentes são

[59] Disponível em: http://www.igc.sp.gov.br/produtos/mapas_rad41d.html?. Acesso em fevereiro de 2021.

 ISBN: 1981-1047

assentados de reforma agrária, numa outra parte – citadinos, e noutra residentes de áreas peri-urbanas.

De fato, esses trinta e um municípios não estão inseridos como um todo, na velocidade da globalização e fragmentação socioespacial, isto é, bastante importante pois, permite-se, assim viabilizar, segundo Milton Santos (1996) a densidade comunicacional entre a população e sua forma espacial de estar no mundo e, por fim a possibilidade de criação do seu modo ou forma de viver como possibilidade de [60]estar aí no mundo, podendo estabelecer suporte para construção do seu lugar de referência dentro do espaço, sendo demarcado territorialmente por solidariedades orgânicas.

Assim, o vetor comunicativo necessário não são relações capitalistas, mas sim relações sociais e humanas em primeiro lugar (SANTOS, 1953). Esta possibilidade Armando Corrêa da Silva caracteriza como intercâmbio societário e comunitário.

A seguir pontuarei os caminhos objetivos que levam a metodologia deste trabalho. Assim, analisarei a questão da economia, a partir de dados da Associação Comercial do Estado de São Paulo, verificando os dados do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) mapeados na região administrativa de Presidente Prudente/SP, no ano 2018. Ao mesmo tempo, também, elaborei produto cartográfico do *PIB* municipal a preços correntes do município e região do ano 2015, associando-o, ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) – 2013, dos 53 municípios destacados. Por outro lado, também enfatizei a questão de analisar dados da secretaria da fazenda do Estado de São Paulo, buscando informações a respeito do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e o ICMS.

Metodologia

A) Identificar na 10ª região administrativa os territórios onde o *PIB*-Municipal a preços correntes é mais presente, e onde não é.

[60] HUSSERL, E. *Méditations Cartésiennes*: Introduction à la Phénoménologie. Trad. G. Peiffer e E. Levinas. Paris: Vrin, 1969.

 ISBN: 1981-1047

B) Analisar a arrecadação total do ICMS na 10ª região administrativa a partir do primeiro trimestre de 2018, associando-os à força populacional.

C) Analisar, a partir das informações da Associação Comercial do Estado de SP, o valor *per* capita sobre ICMS em R$, em relação a 10ª região administrativa.

D) Elaborar e analisar um quadro sobre os dados a respeito do IPVA e ICMS de 2016 a 2020.

E) Relacionar as informações da 10ª região administrativa de Presidente Prudente/SP, à situação estrutural do Estado de São Paulo em nexo, a taxa de desocupação e subutilização da força de trabalho.

Os passos metodológicos da pesquisa seguem a sequência alfabética acima, assim seus objetivos, articulam-se abaixo - com os resultados e discussões - tendo por atribuição - realizar uma síntese e descrição das relações entre economia, trabalho e renda a partir do estudo de suas diferenças e desigualdades na 10ª região administrativa de Presidente Prudente/SP. (SANTOS, 1953).

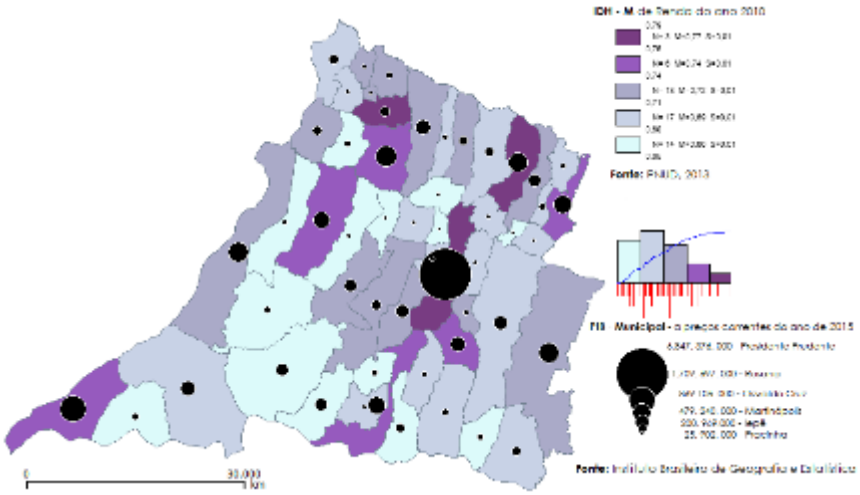
Resultados e discussão

Com base na técnica da cartografia através do [61]philcarto, produziu-se três (3) mapas que atendem aos objetivos A), B) e C), descritos acima e analisados, por conseguinte.

[61] Disponível em: http://philcarto.free.fr/indexPT.html. Acesso em fevereiro de 2020.

 ISBN: 1981-1047

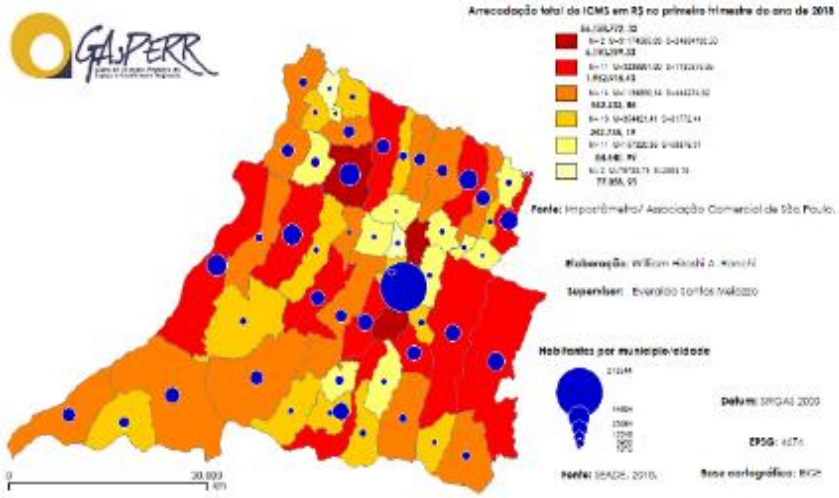
Figura 1. Mapa do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Renda (2010) e PIB Municipal a preços correntes (2015) da 10ª região administrativa de Presidente Prudente/SP



Fonte: PNUD, 2013 e IBGE, 2015. Mapa elaborado pelo autor (2021).

Com base neste mapa, podemos dizer que Presidente Prudente/SP tem o maior *PIB* municipal a preços correntes, associando-o aos 53 municípios. Com o valor de R$ 6.847.376, 00 no ano de 2015. E, ao mesmo tempo, apresenta o melhor *IDH-M-Renda* com 0,79. De fato, isso não pode ser consideravelmente positivo, pois as desigualdades sociais são encobertas pelas desigualdades de distribuição de renda. (GUIMARÃES, 1996)

Figura 2. Mapa da arrecadação total do ICMS em R$ no primeiro trimestre de (2018) na 10ª região administrativa de Presidente Prudente/SP

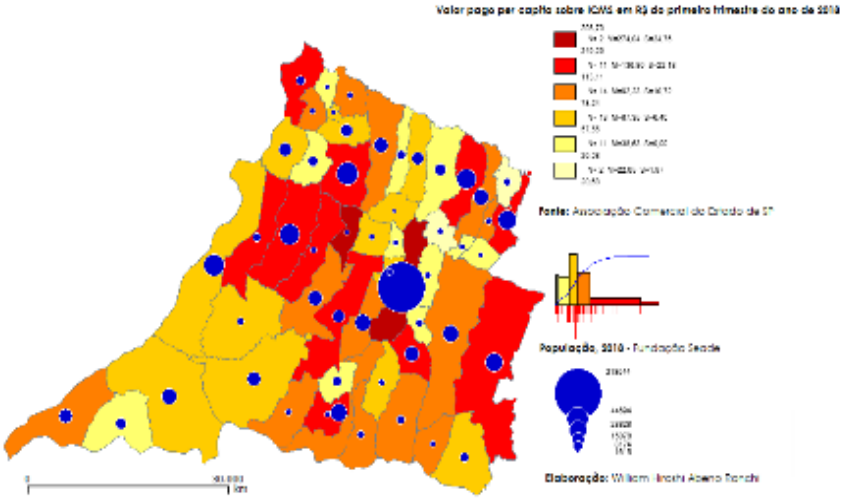


Organizado e Elaborado pelo autor (2021). Fonte: Associação Comercial do Estado de SP e Fundação Seade

 ISBN: 1981-1047

O município de Presidente Prudente/SP, representado neste mapa, apresenta uma arrecadação total do ICMS, de R$ 56.158.772,33, sendo o mais expressivo da 10 ª região administrativa, assim, confirmando a sua situação de capital regional e seu papel enquanto pólo da/na rede urbana.

Figura 3. Mapa do valor pago *per* capita sobre ICMS em R$ do primeiro trimestre de 2018 na 10ª região administrativa de Presidente Prudente/SP



Organizado e Elaborado pelo autor (2021)

O município de Presidente Prudente/SP, possui o maior valor *per* capita sobre ICMS em reais, estando entre R$ 249,29 a R$ 298,79, tendo importância para o conjunto de territórios que é a região enquanto *práxis* das relações econômicas e sociais.

Quadro 1. Valores totais da arrecadação do Imposto sobre Propriedades de Veículos Automotivos (IPVA) e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em Presidente Prudente/SP

IPVA	**ICMS**
2016 - R$ 45.108.480,89	**2016** - R$ 76.586.979,17
2017- R$ 46.485.365,60	**2017** - R$ 80.923.465,67
2018 - R$ 49.147.889,49	**2018** - R$ 89.073.236,14
2019 - R$ 52.501.275,14	**2019** - R$ 96.660.661,24
2020 - R$ 55.263.050,06	**2020** - R$ 93.638.275, 48

Fonte: Secretária da Fazenda do Estado de SP. Autor (2021)

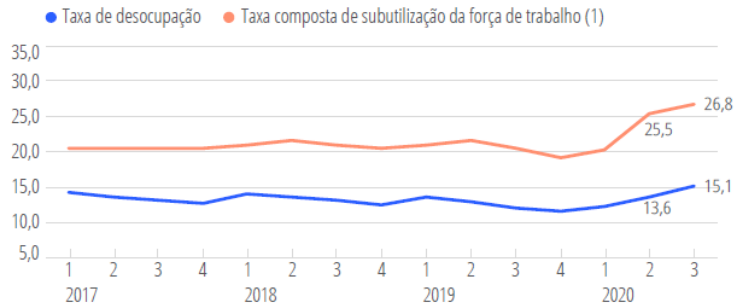
O IPVA, de 2016 a 2020, aumentou para pouco mais de 10 milhões de reais. Ou seja, mesmo com o contexto da pandemia do Covid-19, no Brasil e no mundo. Em

 ISBN: 1981-1047

Presidente Prudente/SP, por exemplo, é possível afirmar que a população comprou mais carros, tendo em vista a relação de 2019 a 2020.

O governo do estado de São Paulo também elevou o valor da tarifa do imposto. Já o ICMS, para Presidente Prudente/SP, diminuiu a arrecadação, uma vez que as medidas de isolamento social, priorizaram a preservação da vida e capacidade de atendimento da saúde pública. Os comércios e serviços tiveram queda no consumo e assim precarização das condições de renda para o pagamento dos aluguéis. A seguir, mostrarei a taxa de desocupação e a taxa composta de subutilização da força de trabalho evidenciando-se problemas estruturais do Estado de São Paulo com relação ao emprego.

Gráfico 1. Taxa de desocupação e taxa composta de subutilização da força de trabalho – 1ºtrimestre – 2017 – 3º trimestre – 2020.



(1) Notas da fonte: Pessoas desocupadas + subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas + força de trabalho potencial, dividida pela soma da força de trabalho e da força de trabalho potencial. **Fonte:** Seade

No Estado de São Paulo como um todo, do segundo para o terceiro trimestre de agosto de 2020, a taxa de ocupação elevou-se de 13,6% para 15,1%. Ao mesmo tempo, a taxa composta de subutilização da força de trabalho aumentou de 25,5% para 26,8%.

Conclusão

Este trabalho permitiu uma breve síntese e interpretação da relação entre a geografia, economia e trabalho, associados aos territórios municipais e a região administrativa de Presidente Prudente/SP.

Agradecimentos

Ao Programa de Pós-Graduação da Geografia (PPGG) da UNESP – Presidente Prudente/SP e a CAPES – pelo suporte financeiro com bolsa de pesquisa.

ISBN: 1981-1047

Referências

DADOS DOS MAPEAMENTOS NO PHILCARTO. Disponível em: < https://www.imparcial.com.br/noticias/regiao-paga-8-47-a-mais-em-impostos,20008 >. Acesso em fevereiro de 2020.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <https://www.seade.gov.br/mercado-trabalho/wp-content/uploads/2020/12/SP_Trabalho_Ocup_Rend_3TRIM2020_ESP.pdf>. Acesso em fevereiro de 2021.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO. http://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/linkPdf.php?pdf=10041499-1.pdf. Acesso em maio de 2021.

GUIMARÃES, Raul Borges. Produção do espaço e (re)definições regionais: um jogo de palavras?. In: Jayro Gonçalves Melo. (Org.). **Região, cidade e poder.** Presidente Prudente: GAsPERR, 1996.

HUSSERL, E. **Méditations Cartésiennes:** Introduction à la Phénoménologie. Trad. G. Peiffer e E. Levinas. Paris: Vrin, 1969

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em < https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/presidenteprudente/pesquisa/38/47001?tipo=ranking&ano=2015>. Acesso em maio de 2021.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Disponível em < https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html > Acesso em maio de 2021.

SANTOS, M. A. **Os estudos regionais e o futuro da geografia.** Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1953.

SANTOS, M. A. **A Natureza do Espaço.** Técnica e Tempo. Razão e Emoção (1996). 3. ed. SÃO PAULO: HUCITEC, 1999.

SECRETÁRIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <https://portal.fazenda.sp.gov.br/acessoinformacao/Paginas/Relat%C3%B3riosdaReceitaTribut%C3%A1ria.aspx>. Acesso em fevereiro de 2021.

 ISBN: 1981-1047

EIXO 4
GEOGRAFIA E A PRÁTICA DE ENSINO

ISBN: 1981-1047

GEOGRAFIA ESCOLAR: USO DA GEOGRAFIA FÍSICA NA SALA DE AULA

GT – Geografia e a Prática de ensino

Damião Amiti Fagundes

damifagundes@gmail.com

Professor da Rede Estadual de Ensino do Espírito Santo (SEDU) e da Faculdade de Filosofia,Ciências e Letras de Alegre-FAFIA-ES

Introdução

Este estudo tem como objetivo fazer uma reflexão sobre a prática do ensino de Geografia Física na sala de aula, a partir do tema estrutura da Terra, que é parte do currículo ensinado nos manuais de Geografia adotados em todo o Brasil, trabalhado por meio de uma oficina em uma escola estadual da região do Caparaó Capixaba no Estado do Espírito Santo.

A Geografia Escola contemporânea é fruto do movimento de renovação dos estudos geográficos desde os fins do Século XX quando o saber como o ensino de Geografia ocorre no cotidiano das salas de aulas se tornou objeto de pesquisa.

É nesse sentido que este estudo visa compreender, na prática, como os educadores de uma escola pública podem abordar o tema Estrutura da Terra com a Geografia Física.

Metodologia

O estudo adota um método de revisão de literatura para um levantamento bibliográfico sucinto, visando apenas pautar o estudo do tema para apresentar os resultados da observação participativa de uma oficina realizada com alunos do 6º ano do Ensino Fundamental, onde se abordou o tema Estrutura da Terra, que faz parte da unidade temática da BNCC para o 6º ano do Ensino Fundamental: Terra e Universo e tem como objetivo o conhecimento da forma, estrutura e movimentos da terra, no caso, em específico a oficina trabalha a habilidade EF06CI11 – identificar as diferentes camadas que estruturam o planeta terra (da estrutura interna à atmosfera) e suas principais características (BNCC, 2018).

 ISBN: 1981-1047

O espaço geográfico do recorte da pesquisa é a região do Caparaó Capixaba, que é formada por vários municípios no entorno do Parque Nacional do Caparaó (AGENDA 21, 2006) (Figura 1). O educandário escolhido é a Escola de Ensino Fundamental e Médio Antônio Carneiro Ribeiro, situada na zona urbana do município de Guaçuí.

Figura 1: Mapa da região do Caparaó Capixaba

Fonte: elaborado pelo pesquisador Lucas Valverde Santana

Resultados e discussão

Kimura (2010) salienta que o ensino de geografia deve conduzir o aluno para ser um protagonista do ensinar-aprender, onde o professor, em uma perspectiva salvacionista, é

 ISBN: 1981-1047

um agente transformador da sociedade. Ela ensina que "quando se enfatiza o que chamamos de fazer-pensar do homem no seu ser e estar no mundo, é possível ver como este é primordial" (KIMOTO, 2010, p.55).

A Geografia Física, conforme narra Suertegaray (2018), avalia a organização espacial levando em conta os componentes do seu quadro natural.

O estudo da Geografia Física por meio da oficina com o tema Estrutura da Terra utilizada na sala de aula em que o professor dividiu a turma em grupos e após uma explanação sobre o assunto estudado com base no material didático da disciplina, os alunos foram convidados a confeccionarem moldes de representação cartográfica da Terra. Cada aluno após receber seu material, fez o molde e coloriu as camadas da Terra, depois montaram um cartaz que ficou exibido na sala de aula.

Rego (2007) narra que o ensinar e o apreender na disciplina de Geografia é um exercício de compreensão do mundo. Por outro lado, em seus estudos sobre as práticas em sala de aula, Louzada e Brota Filho (2017) afirmam que esse fazer e ensinar a Geografia Escolar são chamadas de reálias que consistem em adotar objetos para representar um assunto, situação ou simular uma realidade, podendo ser reais modelos ou mesmo miniaturas, com a finalidade de auxiliar na proposição de situações-problemas ou na análise de casos, usados para fortalecer o entendimento de significados de palavras ou conceitos de realidades abstratas ou distantes para os alunos.

Na prática observada na sala de aula, uma das reálias que o professor utiliza é a confecção da estrutura da Terra através de moldes recortados e pintados pelos próprios alunos (Figura 02).

ISBN: 1981-1047

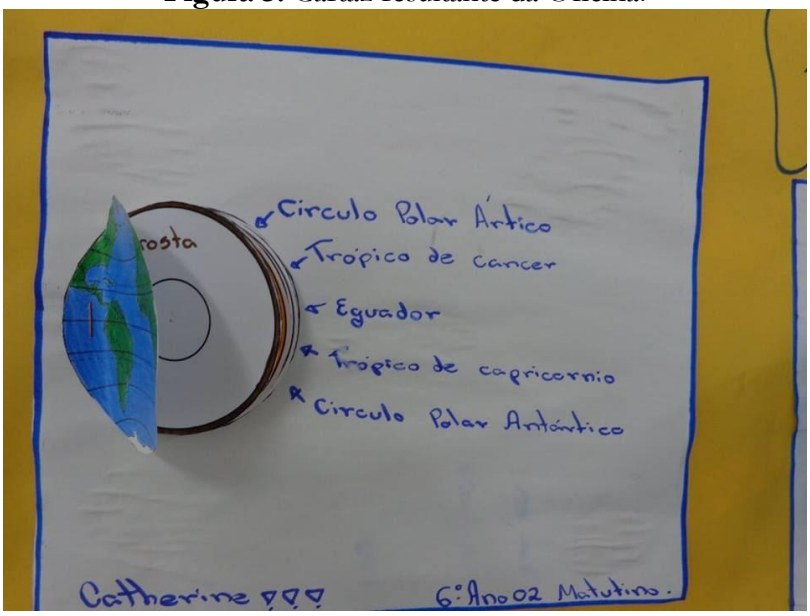
Figura 2: Aluno durante a oficina

Fonte: Registro fotográfico do autor

O resultado do trabalho realizado na oficina com a Estrutura da Terra em reálias elaboradas pelos próprios alunos (Figura 3), através do lúdico e a partir de uma metodologia interdisciplinar entre o trabalho de Arte e Geografia foi bastante exitoso, e possibilitou um ensinar e aprender prático e interativo de um dos temas de grande relevância preconizado pela BNCC para a fase de formação dos alunos participantes.

ISBN: 1981-1047

Figura 3: Cartaz resultante da Oficina.



Fonte: Registro fotográfico do autor

Sousa; Cordeiro Jr. e Albuquerque (2019) mencionam que os professores de Geografia hoje buscam metodologias diferentes dos modelos tradicionais para o processo de ensinar e aprender Geografia na escola. Priorizando formas que instiguem os alunos a se posicionarem como agentes participativos na busca de conhecimento. Os métodos e abordagens devem fazer com que os alunos se sintam motivados e interessados no conteúdo da disciplina no âmbito escolar e em sua vida cotidiana, simultaneamente.

> A Geografia Física no ambiente escolar se constitui, edifica e se produz no cotidiano do trabalho árduo presente no processo de ensino/aprendizagem. E o professor deve ser o mediador, já que este é detentor do conhecimento, ou seja, é o possuidor dos aportes teóricos do ensino geográfico, e que esta eficácia do ensino só é possível quando se utiliza teoria e prática em conjunto (SOUSA, CORDEIRO JR, ALBUQUERQUE, 2019, p. 82).

Através da oficina observada, foi possível compreender que, apesar das diversas dificuldades enfrentadas pelo professor para estruturar a metodologia ativa na sala de aula, principalmente em se tratando de recursos e materiais na rede pública de ensino, é possível encontrar ideias ricas, principalmente com a facilidade da internet hoje, que possibilita o acesso a sites, blogs, e canais com exemplos de práticas exitosas para um fazer e ensinar a

 ISBN: 1981-1047

Geografia Escolar com abordagens lúdicas e interdisciplinares, colocando o aluno com centro na construção do conhecimento geográfico.

Esta prática observada vai de encontro com a proposta atual da BNCC (2018) que é o instrumento norteador para o educador repensar sua prática e usar as ferramentas digitais para encontrar formas e métodos para um novo fazer e ensinar Geografia e desenvolver as competências e habilidades preconizadas para cada fase do ensino geográfico.

Conclusão

A análise da oficina realizada é relevante para a área docente, principalmente diante da necessidade de estudos aprofundados sobre metodologias ativas na prática pedagógica do ensino de Geografia Física em sala de aula, para instrumentalizar os docentes no cotidiano da sala de aula.

A temática da Geografia Física em sala de aula não se esgota apenas em uma oficina de prática exitosa, mas é um ponto de partida para futuras pesquisas do que está sendo realizado na prática no espaço da sala de aula e do que pode ser implementado para um fazer e ensinar Geografia cada vez mais satisfatória, onde o aluno seja autor do conhecimento e o professor, o interventor direto desse processo de transformação da realidade de mundo que só a educação é capaz de proporcionar.

Referências

AGENDA 21. **Plano de Desenvolvimento sustentável**: Programa Vale Mais. Caparaó Capixaba: 2006-2026. Rio de Janeiro, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

KIMURA, Shoko. **Geografia no ensino básico**: questões e propostas. Paulo: Contexto, 2010.

LOUZADA, Camila Oliveira; FROTA FILHO, Armando Brito da. Metodologias para o ensino de Geografia Física. **Geosaberes**: Revista de Estudos Geoeducacionais, v. 8, n. 14, 2017.

REGO, Nelson et al. **Geografia práticas**: para o ensino médio. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SOUSA, Marcos Gomes de; CORDEIRO JR., Iran de Oliveira; ALBUQUERQUE, Emanuel Lindemberg Silva. **Geosaberes**. Fortaleza v. 10, n. 22, p.81-90, set/dez. 2019.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Geografia física e geomorfologia**: uma releitura. 2ª ed. Porto Alegre: Compasso Lugar-Leitura, 2018.

RELAÇÕES ENTRE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) E PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM EM GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

GT – Geografia e a Prática de Ensino

Francisco Fernandes Ladeira
ffernandesladeira@yahoo.com.br
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Tânia Seneme do Canto
taniasc@unicamp.br
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Introdução

Constituindo-se em processo inicial de realização de um curso de doutorado em Geografia, este trabalho apresenta uma reflexão teórica e pesquisa em campo que buscará analisar em que medida o ensino de Geografia na educação básica tem sido afetado pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

Surgidas no contexto da chamada "Revolução Informacional" – ocorrida no final do século XX –, as TICs podem ser definidas como "conjunto organizado de todos os conhecimentos com elevado conteúdo de inovação; resultado de numerosas interações cruzadas entre ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento experimental, engenharia e tecnologia industrial básica (desenho industrial, normas, metrologia), entre outras atividades, que alteram os modos de vida e os relacionamentos nos mais diferentes setores e segmentos da sociedade, inclusive na educação". (BARRETO, 1992; PIERRÓ LONGO, 2007; ROBREDO, 2003).

 ISBN: 1981-1047

Neste trabalho, limitaremos nosso objeto de estudo (TICs) à internet, enfatizando seu conteúdo (textos, vídeos e imagens presentes no espaço virtual) e os dispositivos utilizados para seu acesso (telefones celulares, tablets, smartphones, etc.).

Nosso objetivo geral é analisar os impactos das TICs no trabalho do professor e no processo de ensino e aprendizagem em Geografia na educação básica. Em outras palavras, buscaremos compreender como os diferentes conteúdos presentes na internet – acessados através de computadores, telefones celulares, tablets e smartphones, entre outros dispositivos digitais – podem influenciar as diferentes maneiras de ensinar e de aprender Geografia.

Já os objetivos específicos são: a) Avaliar o papel do professor de Geografia como mediador dos conteúdos disponibilizados no espaço virtual; b) Compreender como os alunos da educação básica utilizam as TICs na aquisição de conhecimentos, dentro e fora da sala de aula; c) Verificar se os alunos da educação básica conseguem distinguir informações verídicas de informações falsas relacionadas aos conteúdos da Geografia Escolar que estão presentes na internet; d) Entender como o ensino de Geografia pode contribuir na formação do pensamento crítico, na desconstrução de fake news (notícias falsas) e na contextualização das informações disponíveis no espaço virtual, dando a elas sentido histórico e espacial.

Metodologia

Para melhor compreensão sobre a temática estudada, em nossa revisão bibliográfica, abordaremos os impactos das TICs no andamento das redes sociais, de maneira geral, e nos diferentes processos de aquisição e construção de conhecimentos, em particular. (McLUHAN, 2005; SIBILIA, 2012; 2015; LÉVY, 2002).

As novas tecnologias, ao proliferar e democratizar o acesso à informação, transformaram as relações entre professor e aluno, pois a escola vem perdendo o monopólio de centro privilegiado de irradiação, transmissão e socialização do saber.

Em relação a aspectos metodológicos, o presente trabalho pretende utilizar procedimentos quantitativos e qualitativos. Recorreremos aos procedimentos metodológicos quantitativos no uso de técnicas estatísticas (cálculo de amostragem, nível de confiança e margem de erro) e na tabulação dos dados obtidos a partir das informações coletadas na

 ISBN: 1981-1047

aplicação de questionários compostos por perguntas objetivas ou "fechadas" e subjetivas ou "abertas". Por outro lado, os procedimentos metodológicos qualitativos embasarão nossas observações em sala de aula e também serão utilizados para analisar os resultados apurados nos questionários que não puderem ser pautados em gráficos ou quantificados (sob o risco de se perder a riqueza de subjetividades, experiências e saberes presentes nas respostas de alunos e professores).

Em nossa pesquisa de campo, serão aplicados questionários para alunos e professores e realizadas observações de aulas em que docentes e discentes estiveram em contato com algum tipo de TICs. No questionário dirigido aos professores, serão apresentadas perguntas sobre a formação de docentes, as práticas pedagógicas mediadas pelas tecnologias da comunicação e o uso de conteúdos educacionais digitais em sala de aula. O questionário para discentes abordará as relações dos alunos com as tecnologias da comunicação, se possuem perfis virtuais, intensidade de acesso à internet, como utilizam a rede mundial de computadores em suas pesquisas escolares, sites mais acessados e em que medida são influenciados pelos vídeos, textos e imagens presentes no espaço virtual. Os questionários aplicados para alunos e professores de Geografia da educação básica (que poderão ser enviados aos participantes por e-mail, via Google Drive; ou aplicados diretamente em escolas) apresentarão perguntas objetivas ou "fechadas" – nas quais já estarão disponíveis opções de resposta e o participante poderá escolher uma alternativa – e perguntas subjetivas ou "abertas" – em que o participante poderá expressar livremente suas concepções sobre as temáticas propostas.

Os dados levantados nas perguntas objetivas serão tabulados, ordenados e contabilizados estatisticamente em gráficos. Nas questões que permitirem mais de uma resposta por parte do participante, ou seja, em que ele poderá optar por responder uma ou mais alternativas, os resultados serão tabulados e organizados em gráficos ou quadros, de acordo com a frequência em que forem citados.

Para analisar como o professor de Geografia introduz as TICs em sala de aula, se ele promove reflexões com os seus alunos sobre os impactos causados pelos avanços tecnológicos na sociedade e no ensino, observamos aulas de Geografia em que docentes e discentes estejam em contato com algum tipo de TICs. Estas observações serão realizadas

 ISBN: 1981-1047

levando em consideração três fatores: a) relação do educador com a TICs; b) relação pedagógica estabelecida em sala de aula; c) relação da TICs com o conhecimento geográfico. A princípio, nosso universo amostral será formado por docentes e discentes do estado de São Paulo, redes pública e privada.

Resultados esperados e discussão

O surgimento de novas técnicas e tecnologias alteram não apenas as maneiras como são produzidas e difundidas informações, mas também impactam decisivamente as diferentes formas de viver e refletir do ser humano, bem como a organização das diversas sociedades.

Nas últimas décadas, os avanços tecnológicos ligados à informática levaram a humanidade do mundo linear, aristotélico, tipográfico e mecânico, referente às duas primeiras revoluções industriais, para o mundo audiotáctil, tribalizado e cósmico da Era Eletrônica (MCLUHAN, 2005). Portanto, podemos concluir que é plausível dividir a história em um "pré" e um "pós" advento das tecnologias digitais.

No tocante ao processo de ensino-aprendizagem, as TICs têm sido responsáveis por mudanças de paradigmas. O conceito de inteligência, por exemplo, deixa de ser concebido como "acúmulo de informações" e passa a ser entendido como "habilidade para estabelecer conexões entre as informações".

Mediante esse quadro contextual, consideramos que nosso estudo é inédito, relevante para Educação Geográfica e poderá contribuir cientificamente para a Geografia, à medida em que buscará compreender as TICs não somente como mais um recurso didático, conforme constatado em estudos anteriores (COIMBRA, 2017; FURTADO, 2015), mas como objeto de estudo a ser analisado em seus potenciais aspectos positivos e negativos sob o ponto de vista pedagógico.

A partir da ideia de neuroplasticidade, concebemos as TICs como ferramentas cujo uso frequente pode alterar nossa estrutura cognitiva, isso é, o próprio processo como nosso cérebro aprende um determinado conteúdo (WOLF, 2019).

As três etapas presentes no percurso metodológico de nossa pesquisa em campo – aplicação de questionários, observações em sala de aula e criação de grupos focais – foram

 ISBN: 1981-1047

planejadas para se complementarem. Isso significa que estão interligadas para que possam oferecer os dados necessários para compreendermos como a apropriação das linguagens digitais pode influenciar as diferentes maneiras de ensinar e de aprender Geografia.

Por meio da aplicação de questionários, procuraremos conhecer percepções e posicionamentos de professores de Geografia e alunos da educação básica sobre as TICs. Em sequência, as observações em sala de aula nos permitirão visualizar as interações docentes e discentes com essas tecnologias quando aplicadas como recursos de aprendizagem. Por fim, acreditamos que os grupos focais nos revelarão quais motivações estão por trás desses posicionamentos, percepções e interações, permitindo assim que possamos interpretá-los e analisá-los, ou seja, encontrar os argumentos que os corroboram, compreender seus "porquês".

Conclusão

Um dos principais desafios para as instituições escolares consiste em incorporar as TICs de maneira crítica e reflexiva para que, consequentemente, os alunos possam melhor utilizá-las em seus cotidianos.

Para tanto, é imprescindível aperfeiçoar a formação docente, proporcionar aos graduandos o contato com possibilidades e estratégias pedagógicas sobre como trabalhar na educação básica os conteúdos geográficos a partir das TICs. Assim, os futuros profissionais do magistério poderão se apropriar de práticas pedagógicas consonantes à contemporaneidade, as quais perpassam por novas metodologias de ensino, subsidiadas pelas tecnologias, o que significa estimular o desenvolvimento e a melhoria da qualidade do ensino geográfico amparado em recursos digitais.

Referências

BARRETO, Aldo de Albuquerque. **Informação e transferência de tecnologia:** mecanismos e absorção de novas tecnologias. Brasília: IBICT, 1992.

 ISBN: 1981-1047

COIMBRA, Thainá S. **Ensinar e aprender Geografia com TICs cotidianas**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional. Universidade Federal Fluminense (UFF), Campos dos Goytacazes, 2017.

FURTADO, Ires de Oliveira. **A importância da análise da paisagem para o ensino de geografia:** os smartphones como uma ferramenta no processo de ensino-aprendizagem. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, Pelotas, 2015.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência:** o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 2002.

McLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. 17 ed. São Paulo: Cultrix, 2005.

PIERRÓ LONGO, Waldimir. Alguns impactos sociais do desenvolvimento científico e tecnológico. **Data Grama Zero - Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p.1-18, fev. 2007.

ROBREDO, Jaime. **Da ciência da informação revisitada:** aos sistemas humanos de informação. Brasília: Thesaurus; SSRR Informações, 2003.

SIBILIA, Paula. **O homem pós-orgânico:** a alquimia dos corpos e das almas à luz das tecnologias digitais. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

_____. **Redes ou paredes:** a escola em tempos de dispersão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

WOLF, Maryanne. **O cérebro no mundo digital:** os desafios da leitura na nossa era. São Paulo: Contexto, 2019.

 ISBN: 1981-1047

SUJEITO E SEU LUGAR NO MUNDO: PAISAGEM E USO/OCUPAÇÃO DO SOLO ATRAVÉS DA BACIA DO RIBEIRÃO ANHUMAS

GT - Geografia e a Prática de Ensino

Izabella de Oliveira Rodrigues
izabelladeoliveirarodrigues@gmail.com
Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Vanessa Juliana da Silva
v187791@dac.unicamp.br
Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Introdução

Este trabalho consiste na apresentação de um plano de aula desenvolvido a partir dos conteúdos propostos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no que toca a disciplina escolar de Geografia a partir da proposição de um trabalho de campo na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Anhumas – localizada nos municípios de Campinas e Paulínia, ambos no Estado de São Paulo. Nele, objetiva-se trabalhar a habilidade do raciocínio espacial, princípio curricular concernente à geografia escolar, em resposta ao desafio colocado pelo contexto de ensino público da cidade de Campinas-SP no que tange a viabilidade e acessibilidade para realização da proposta de trabalho de campo com alunos do 6° ano do Ensino Básico.

Metodologia

A metodologia empregada na realização deste trabalho contempla a) revisão bibliográfica; b) caracterização multidimensional da área; c) coleta e análise de dados cartográficos disponíveis nos sites do município de Campinas e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Discussão

A Geografia escolar – descrita pela BNCC enquanto disciplina promotora do "pensar espacialmente", do "raciocínio geográfico" e de possibilitar conexões entre componentes físico-naturais e as ações antrópicas – orienta o estudo das formas de representação espacial e a construção/aprimoramento do raciocínio espacial dos estudantes (BRASIL, 2018). Voltado ao público-alvo de alunos do 6º ano do Ensino Básico, este plano

 ISBN: 1981-1047

de aula é orientado pela premissa de que os trabalhos de campo são práticas de ensino estruturantes da ciência geográfica e que, por sua vez, a observação e análise da paisagem da região delimitada permitem que estudantes possam vir a compreender o estado ambiental da mesma e seus diversos usos e ocupações do solo, bem como os riscos e perspectivas de preservação dos mananciais dos municípios onde está localizada a bacia. Para tanto, o trabalho de campo pode estimular habilidades mencionadas na BNCC no que tange a: "(EF06GE01) comparar modificações das paisagens nos lugares de vivência e os usos desses lugares em diferentes tempos" (BRASIL, 2018, p. 387); "(EF06GE04) descrever o ciclo da água, comparando o escoamento superficial no ambiente urbano e rural, reconhecendo os principais componentes da morfologia das bacias e das redes hidrográficas e a sua localização no modelado da superfície terrestre e da cobertura vegetal" (BRASIL, 2018, p. 387); e "(EF06GE07) explicar as mudanças na interação humana com a natureza a partir do surgimento das cidades" (BRASIL, 2018, p. 387). No conteúdo programático proposto aos estudantes do 6º ano do Ensino Básico, a unidade temática *Conexões e Escalas* tem como objeto de conhecimento as *relações entre os componentes físico-naturais*, conteúdo privilegiado por esta proposta de trabalho de campo. Tais objetos de conhecimento estimulam o desenvolvimento de determinadas habilidades com relação ao raciocínio espacial, como a descrição do ciclo da água – a fim de reconhecer os principais componentes da morfologia das bacias, das redes hidrográficas e verificar a sua localização no modelado da superfície terrestre – tal como estabelecer relações entre padrões climáticos, tipos de solo, de relevo e de formações vegetais, mas também analisar o comportamento do escoamento pluvial e fluvial em ambientes urbanos e rurais.

A bacia hidrográfica do Ribeirão das Anhumas, afluente da margem esquerda do rio Atibaia, drena áreas dos municípios de Campinas (97%) e Paulínia (3%) em seus 150 km² de área (mais precisamente 15.011,18 ha). À luz do Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH, a bacia do Ribeirão das Anhumas compõe a Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Piracicaba, Capivari e Jundiaí (bacia do PCJ). Localizada na transição entre o Planalto Atlântico e a Depressão Periférica Paulista, estende-se por terrenos de rochas cristalinas (à sudeste) e rochas sedimentares associadas a rochas magmáticas nas demais áreas. Por situar-se em considerável fração do sítio urbano da cidade de Campinas, a ocupação residencial e atividades industriais e comerciais do município culminaram na canalização de

 ISBN: 1981-1047

diversos trechos da bacia hidrográfica e consequente impermeabilização do solo, o que impacta as áreas de recarga do manancial e o escoamento superficial para suas vertentes, logo as dinâmicas de cheia do Ribeirão Anhumas e seus afluentes.

O roteiro estabelecido para a realização do trabalho de campo se inicia na "Torre do Castelo" – ponto turístico da cidade situado na mais alta cota altimétrica do município de Campinas e, por sua vez, no interflúvio delimitador da borda à montante da bacia hidrográfica do Ribeirão das Anhumas – onde é possível observar na paisagem parte das sub-bacias componentes da bacia hidrográfica e diversas regiões do município de Campinas. É possível também estabelecer, junto aos estudantes, a relação entre as áreas densamente urbanizadas e a impermeabilização do solo urbano, fato que compromete o balanço hídrico da área de recarga do manancial e, consequentemente, o escoamento superficial da água em direção aos rios tributários, pois o planejamento urbano da cidade orienta o uso e ocupação do solo de modo comprometedor às matas ciliares. Por conseguinte, o segundo ponto do roteiro de campo compreende a região central do município de Campinas. O estudo desse ponto é fundamental para a discussão a respeito do aumento do risco de inundações, evento que ocorre na região em função da impermeabilização do solo pela pavimentação, a retilinização e canalização do córrego Proença, realizada em obras de planejamento urbanas pretéritas que, além de descaracterizar os cursos d'água, não solucionaram as problemáticas preexistentes. O terceiro ponto do trabalho de campo é o Conjunto Gênesis – também conhecido como Favela Moscou – região de baixa altimetria (em relação às estudadas) paralela ao curso do Ribeirão das Anhumas. Neste ponto as águas do curso recebem os rejeitos, poluentes e detritos das áreas mais elevadas em relação à mesma visíveis ao observador. O quarto e último ponto proposto pelo roteiro localiza-se na entrada da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), próximo à Faculdade de Ciências Médicas (FCM). Apresentando média altimetria (em relação aos demais pontos), o local permite a análise de dinâmicas de uso e ocupação do solo heterogênea, de cunho: residencial, institucional, industrial e rural. Pode ser considerada uma área de transição e coexistência entre diversas morfologias espaciais, portanto torna-se fundamental à compreensão das diversas dinâmicas intrínsecas ao espaço geográfico.

Visto a difusão de aparelhos celulares entre estudantes de Ensino Básico e Médio, propõe-se ressignificar a prática fotográfica, a partir de registros fotográficos de campo – a

 ISBN: 1981-1047

fim de analisar a paisagem das distintas sub-bacias que compreendem a bacia hidrográfica do Ribeirão Anhumas – trazendo tal ao cotidiano dos estudantes enquanto registro temporal e espacial do espaço vivido e, essencialmente, do espaço geográfico.

Considerações Finais

Por meio da apresentação de dados cartográficos discutidos em trabalho de campo, a prática de ensino adotada permite que sejam analisados os (1) parâmetros da bacia que tocam a geomorfologia, a geologia, a drenagem e os solos; (2) suas fragilidades, compreendendo inundações e erosão; (3) o uso e ocupação do solo e o (4) estado ambiental, a fim de que possa compreender de que maneira os elementos citados relacionam-se sistemicamente. Propostas de aula como esta valorizam conhecimentos e experiências que possibilitam a compreensão das relações entre espaço natural e espaço construído e de que forma tais relações condicionam a reprodução do cotidiano nos espaços urbanos e rurais dos municípios onde está localizada a Bacia Hidrográfica do Ribeirão Anhumas (SP).

Referências

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Ensino Básico**. Consulta Pública. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2019. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 11 nov. 2019.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Proposta curricular do Estado de São Paulo**. Disponível em: <http://www.escoladeformacao.sp.gov.br/portais/Portals/84/docs/pdf/curriculo_paulista_26_07_2019.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2019. São Paulo: SEE, 2019A.

TORRES, R. B.; ADAMI, S. F.; COELHO, R. M. (Org.). **Atlas Socioambiental da Bacia do Ribeirão Anhumas**. Campinas: Pontes, 2014. 92 p. Disponível em: <http://www.iac.sp.gov.br/atlasanhumas/>. Acesso em: 15 nov. 2019.

TORRES, R. B. et al. Cartografia, sensoriamento remoto e sistemas de informações geográficas In, Torres, R.B.; Costa, M.C.; Nogueira, F.P. & Perez Filho, A. (coord.). **Recuperação ambiental, participação e poder público**: uma experiência em Campinas. Relatório de Pesquisa. Disponível em <http://www.iac.sp.gov.br/ProjetoAnhumas/mapas.htm>.

METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO DE GEOGRAFIA: QUEM PODE QUERER REFUTÁ-LAS OU IGNORÁ-LAS?

GT – Geografia e a Prática de ensino

Jackson Junio Paulino de Morais

jacksmorais@hotmail.com

Mestrando em Geografia - UFMG

Introdução

Não há novidade ao afirmar que o ensino de Geografia precisa ser contextualizado para a interpretação de fenômenos e suas consequências ao espaço geográfico. Quando o docente em Geografia desenvolve sua prática no contexto escolar, ele faz - conscientemente ou não - escolhas teórico-metodológicas que são basilares ao seu trabalho.

Lacoste (2009), em 1976 já criticava a forma como a Geografia era pensada e trabalhada nas escolas. Segundo o autor, para o senso comum a Geografia tinha caráter de "uma disciplina escolar e universitário, cuja função seria a de fornecer elementos de uma descrição do mundo, numa certa concepção 'desinteressada' da cultura dita geral" (LACOSTE, 2009, p. 21).

Apesar da crítica acima ser datada, pouco ou quase nada tem se alterado no que diz respeito a forma de se ensinar Geografia na educação básica. E isso também não é novidade. A partir da preocupação supracitada, esse trabalho se propõe a refletir sobre as possíveis contribuições das metodologias ativas ao ensino de Geografia, ao passo em que considero que elas podem favorecer a aprendizagem significativa (AUSUBEL, 1968).

Trata-se de um texto teórico mas, que ao mesmo tempo, tratará de considerações sobre o ensino de Geografia, metodologias ativas e aprendizagem significativa, visando debater sobre as possibilidades e limites para as práticas pedagógicas na Geografia escolar. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é colaborar nas recentes discussões sobre os processos de ensino e aprendizagem pautadas pelas metodologias ativas no ensino de Geografia.

 ISBN: 1981-1047

Mas afinal, o que são metodologias ativas?

As metodologias ativas não são recentes, mas estão em voga por suas características "inovadoras" ao proporcionar práticas pedagógicas motivadoras. Além disso, elas têm se mostrado como alternativas eficazes ao ensino meramente expositivo. Suas potencialidades podem ser observadas no estímulo ao engajamento e envolvimento discente por meio de atividades investigativas, a partir de situações vivenciadas pelos estudantes no cotidiano.

Essas metodologias são apresentadas como um promissor caminho teórico-metodológico que pode ser trilhado por professores a fim de obter resultados satisfatórios no processo de ensino aprendizagem e, no que diz respeito a Geografia escolar, no processo de interpretação dos fenômenos geográficos. Porém, há a necessidade de se compreender o que de fato são metodologias ativas. Esse termo acabou se tornando bastante genérico, já que é utilizado para justificar quaisquer práticas pedagógicas que forneçam um certo protagonismo ao aluno, ou até mesmo, utilize ferramentas digitais.

Dessa forma, tem-se uma importante premissa: metodologias ativas não são apenas atividades lúdicas, práticas e criativas, ou até mesmo, não podem ser resumidas a ferramentas ou tecnologias digitais - por mais bonitos, facilitadores e usuais que sejam esses aspectos para educação. Se assim for feito, reduzimos as metodologias ativas ao *status* de técnica, ignorando a sua dimensão pedagógica e epistemológica.

Entretanto, o professor que assume as metodologias ativas como possibilidade, deve se comprometer em construir um arcabouço teórico robusto que embase sua prática docente, pois a falta de aprofundamento na literatura sobre este tema, prejudica sua apropriação, demarcação e defesa. Se assim for feito, nada há de inovador nessas proposições, somente uma modernização de premissas ou propostas pedagógicas já conhecidas e experimentadas. Trata-se de um novo rótulo para práticas antigas.

Outro ponto a ser destacado é a modernização de ferramentas que correlacionam os processos de ensino e aprendizagem, nomeados equivocadamente de metodologias ativas, nos quais carregam em seu bojo pautas que transcendem, ou pouco dizem respeito, às dimensões pedagógica e cognitiva. Vem da iniciativa privada o grande volume de *softwares*,

 ISBN: 1981-1047

plataformas e repositórios dos conteúdos de ensino, além da necessidade e urgência em vender ferramentas inovadoras que garantam uma melhor aprendizagem. São ferramentas para criar apresentações, questionários interativos, murais virtuais, atividades individuais ou colaborativas e, inclusive, avaliar os trabalhos dos estudantes.

Não há intenção de discutir aqui o mérito acadêmico desses produtos e serviços proporcionados pela iniciativa privada, mas não há como negar que, geralmente, essas práticas alimentam poderosos interesses econômicos sobre as políticas e práticas educacionais. São interesses mercadológicos. Se tornou altamente rentável defender e promover um cenário educativo em que todo estudante consuma compulsoriamente conteúdos digitais ou analógicos que são vendidos como metodologias ativas.

Posto isto, corrobora-se com o pressuposto de que as metodologias ativas devam ser práticas pedagógicas que coloquem os estudantes em estado de mobilização em seus processos de construção do conhecimento para além das ferramentas utilizadas nesse processo, sejam analógicas ou digitais.

Por um ensino de Geografia ativo e significativo

Para o ensino de Geografia, se apropriar das metodologias ativas se constitui como fundamental na tentativa de romper com as aulas informativas. A princípio, o conhecimento geográfico era considerado extremamente baseado na observação, registro e descrição e limitava-se a catalogar nomes das localidades, servindo para as rotas de viagens ou para exercícios estratégicos de conflitos. Em função disso, historicamente, a Geografia escolar era concebida como um estudo mnemônico sustentado pela estrutura curricular assentada nos estudos baseados nas descrições e enumerações de dados que permaneceu por bastante tempo e ainda está presente em diversas escolas.

Nesse cenário, o ensino de Geografia praticado em muitas escola, ainda tem por base a descrição e a informação de fatos, fenômenos e componentes espaciais de forma fragmentada, sendo o livro didático tomado como principal currículo, obedecendo a sequência nele disposta, sem fugir da sua linearidade e, desvinculada do cotidiano e do conhecimento prévio dos alunos, com pouca abertura para a investigação e/ou reflexão. A

 ISBN: 1981-1047

consequência disso? Não se ensina Geografia. Para muitas pessoas, essa disciplina que inicialmente deveria ser interessante aos discentes, é considerada sem significado algum para a vida.

Retomando Lacoste (2009), percebemos que suas contribuições foram extremamente importantes para a Geografia e ainda hoje, ampara diversas pesquisas na área de ensino, o que nos é muito caro. Isso porque, diante do atual cenário em que ainda se encontra o ensino de Geografia, a obra deste autor continua sendo capaz de explicar parte da nossa realidade. Caso sua obra fosse considerada decrépita, certamente seria um forte indício de que mudanças significativas teriam acontecido. Podemos inferir, segundo o autor, que a opinião popular sobre a Geografia nas escolas pouco mudou:

> Uma disciplina maçante, mas antes de tudo simplória, pois, como qualquer um sabe, "em Geografia nada há para entender, mas é preciso ter memória". De qualquer forma, após alguns anos, os alunos não querem mais ouvir falar dessas aulas que enumeram, para cada região ou para cada país, o relevo - clima - vegetação - população - agricultura - cidades - indústrias (LACOSTE, 2009, p. 21).

É importante notar que não corroboro que esta visão sobre a Geografia escolar seja única, mas que ainda há uma certa consolidação sobre ela como prática docente, não tenho dúvidas. Para romper com essa perspectiva, é necessário que o docente tenha robustez teórica sobre a epistemologia geográfica e seja capaz de contextualizá-la a práticas pedagógicas atuais e investigativas. É neste momento em que as metodologias ativas são chamadas a compor uma prática docente que favoreça a aprendizagem significativa.

> A essência do processo de aprendizagem significativa está em que o aluno relaciona, não arbitrária e substantivamente as proposições e soluções de problemas à sua estrutura cognitiva ou seja, é relacionada a alguma aspecto relevante da sua estrutura de conhecimento para transformá-lo em modo alternativo de raciocínio que são potencialmente significativo para ele (AUSUBEL, 1968, p. 51)

Sendo assim, para que a aprendizagem ocorra, ela deve ser significativa. Logo, temos como perspectiva a relevância do conhecimento prévio do aluno como ponto de partida, isto é, a aprendizagem tende a ocorrer a partir do que o discente já sabe, conhece ou aprendeu.

Ausubel (1968), afirma que a aprendizagem pode ocorrer por descoberta ou recepção. A aprendizagem por recepção acontece quando o aluno recebe a informação pronta, assim

 ISBN: 1981-1047

como é auferido em aulas expositivas. Já a aprendizagem por descoberta, tende a instigar o aluno a aprender, individual ou coletivamente, geralmente, em busca de resoluções de problemas. A partir dessa concepção, as metodologias se apresentam como potencialidade para a aprendizagem significativa, como por exemplo a metodologia de Aprendizagem Baseada na Resolução de Problemas (ABP).

É nessa esteira de possibilidades de práticas pedagógicas que constituem as metodologias ativas que há o favorecimento da aprendizagem significativa, pois uma nova ideia é incorporada a outra pré-existente, servindo de ancoragem, o que Ausubel (1968) denominou como "subsunçor". À medida que a aprendizagem significativa tem início, esses subsunçores vão se tornando cada vez mais complexos e mais capazes de ancorar novas informações e significados. Assim como Ausubel, Moreira (1982) ressalta que:

> Contrastando com a aprendizagem significativa, Ausubel define aprendizagem mecânica como sendo a aprendizagem de novas informações com pouca ou nenhuma associação com conceitos relevantes existentes na estrutura cognitiva [...] neste caso, a nova informação é armazenada de maneira arbitrária. Não há interação entre a nova informação e aquela já armazenada. O conhecimento assim adquirido fica arbitrariamente distribuído na estrutura cognitiva sem ligar-se a conceitos subsunçores específicos (MOREIRA, 1982, p. 9)

Podemos citar diversos exemplos de aprendizagens mecânicas trabalhadas durante as aulas de Geografia. Desde memorizar localização e características de países, regiões, estados e capitais; ou estudar sobre formas de relevo, tipos de climas, vegetações, biomas, construções ou qualquer outro componente espacial de forma descontextualizada de uma situação a ser investigada.

A aprendizagem significativa em Ausubel (1968) caracteriza-se pela relação entre a estrutura conceitual do sujeito e as novas informações ou conceitos que estão sendo mobilizados nas atividades desenvolvidas em sala de aula. Para oportunizar o processo de passagem para a aprendizagem significativa, o autor aconselha o uso de organizadores prévios que são utilizados como âncoras para a nova aprendizagem e que levam ao desenvolvimento de subsunçores. Organizadores prévios são atividades ou materiais introdutórios apresentados aos alunos antes do próprio material a ser aprendido.

 ISBN: 1981-1047

Conclusões

Considero as metodologias ativas promissoras na superação da aprendizagem mecânica, na medida em que elas utilizam questões ou problemas que podem promover a transformação do conhecimento existente. Nesse sentido, um exemplo dessa possibilidade ao ensino de Geografia é solicitar ao aluno que investigue a possibilidade de deslizamento de terra em determinada localidade, e aponte uma melhor localização para uma possível construção em uma vertente, considerando a morfologia, a constituição do terreno, o nível de pluviosidade e retirada de vegetação e como esses aspectos relacionados podem resultar na erosão do solo, favorecendo o deslizamento. A metodologia e a atividade são construídas e propostas pelo professor, mas é o aluno quem faz esse trajeto de investigação, ele é o sujeito responsável pela resolução do problema. Isso é aprendizagem significativa.

Porém, é importante salientar que as metodologias ativas têm uma base teórica-epistemológica que não pode ser ignorada. Se assim for feito, elas se tornam apenas técnicas, que não estão distantes do ensino geográfico informativo. Se utilizadas com robustez teórica, fazendo parte de um ambiente investigativo em sala de aula, possibilita o caráter significativo da aprendizagem. Na sala de aula, o conhecimento não deve ser apenas transmitido pelo professor e aprendido pelos seus alunos. Ensinar e aprender de maneira significativa implica em engajamento, mobilização, tensões, contradições e uma ação ativa frente ao conhecer. Na aprendizagem significativa não há um caminho linear e unívoco, mas sim uma seara de possibilidades que favorecem a investigação e que ainda é muito cara ao ensino de Geografia.

Referências

LACOSTE, Y. **A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Ed. 15ª. São Paulo: Papirus, 2009.

AUSUBEL, D. P. **Educational psychology: a cognitive view.** New York, Holt, Rinehart and Winston. 1968.

MOREIRA, M. A. **Aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel.** São Paulo, Editora Moraes. (1982)

 ISBN: 1981-1047

A PRODUÇÃO DE MAQUETES E MAPAS TÁTEIS PARA A CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS GEOGRÁFICOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

GT - Geografia e a Prática de Ensino

Janaina Natali Antonio

janainaantonio.geo@gmail.com

Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal - SEEDF

Introdução

A escola possui papel de destaque na vida dos indivíduos como ambiente em que se desenvolve a educação formal, com a finalidade do pleno desenvolvimento do educando, prevista na LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996). A qual possui caráter ideológico representado nas políticas educacionais do tempo em que se situa, as quais na contemporaneidade visam à ampliação da visão de mundo dos estudantes, para situarem-se em todas as esferas da vida com senso crítico.

Nesse sentido, o ensino de geografia é imprescindível, pois possibilita, ao estudante, a construção do raciocínio espacial, que permite pensar a vida cotidiana com clareza da importância da dimensão social dos fenômenos espaciais. O entendimento da realidade será crucial para o estudante exercer a cidadania e perceber seu papel político transformador na sociedade (CAVALCANTI, 1998).

O raciocínio geográfico está presente nas orientações para o ensino de geografia, na BNCC - Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), no sentido de exercitar o pensamento espacial, partindo de princípios para compreensão de aspectos da realidade como: a localização e distribuição dos fenômenos na superfície terrestre, o ordenamento territorial e as conexões entre componentes físico-naturais e ações antrópicas.

Para a construção do raciocínio espacial, Cavalcanti (1998) propõe que o professor inicie a tarefa a partir da vida cotidiana e dos saberes dos estudantes, para posteriormente,

 ISBN: 1981-1047

por meio da mediação do processo pedagógico, transformar tais saberes em um saber científico significativo, como deve ocorrer na construção de conceitos geográficos.

Entre os principais conceitos da geografia destaca-se o espaço geográfico, o qual é produzido a partir da relação entre a sociedade e a natureza, de diferentes formas e intensidade, de acordo com uso das técnicas, as quais são um conjunto de meios instrumentais e sociais (SANTOS, 2009). Fato que torna as relações que alteram e produzem o espaço mais complexas.

Todavia, seu conhecimento é imprescindível para compreender a realidade desigual, visto que ações globais afetam o local e a vida dos indivíduos. Neste sentido, a geografia escolar, representa um conhecimento significativo, pois possibilita a compreensão do espaço, ao desenvolver capacidades de observação, análise e interpretação dos fenômenos.

Para que o educando aprenda a ler o espaço e seja capaz de se reconhecer em seu espaço vivido, uma condição importante é a realização da alfabetização cartográfica. A qual diz respeito a aprender a operar com signos que expressam significados, e permitem a leitura do mundo, por meio da interação com mapas.

O uso do mapa possibilita aproximar os lugares não acessíveis, bem como permite uma visão global dos espaços próximos (CALLAI, 2010). A representação do espaço geográfico pode ser feita por meio de cartas, plantas, croquis, mapas, fotografias, imagens de satélites, perfis topográficos, maquetes etc.

Para a leitura e representação do espaço geográfico, com uso da linguagem cartográfica, devem-se ter noções de visão oblíqua e vertical, lateralidade e orientação, do alfabeto cartográfico, símbolos e variáveis visuais, que compõem o mapa e a legenda. Além dos mapas bidimensionais podem-se produzir modelos cartográficos tridimensionais, como as maquetes que facilitam ao estudante passar do nível da abstração.

Bem como, a produção de mapas táteis, recursos da tecnologia assistiva, voltados às pessoas cegas ou com baixa visão. Sua produção possibilita a compreensão da linguagem simbólica tradicional e da variável visual volume, além da reflexão sobre a inclusão (LOCH, 2008).

 ISBN: 1981-1047

Nesse sentido, o professor poderá mediar o processo de aprendizagem com uso de diferentes materiais e metodologias que envolvam mapas, imagens, fotografias, trabalhos de campo, visando à leitura do espaço geográfico, e suas relações entre o global e o local, manifestadas nas questões culturais, políticas, econômicas e ambientais, associando-as à realidade vivida.

Para contemplar tais desafios, foi proposta uma atividade, para o 2º ano do ensino médio do Instituto Federal Catarinense, em forma de projetos de trabalho, que visam estimular os educandos por meio da articulação entre pesquisa e trabalho coletivo, incentiva o respeito às diferenças, à formação de cidadania, o saber ouvir e expressar-se e o pensamento crítico. O que favorece a conquista da autonomia e construção da aprendizagem significativa (OLIVEIRA, 2006).

Assim, o objetivo do presente trabalho é apresentar a proposta de atividade desenvolvida a partir da elaboração do projeto de trabalho e da produção de materiais cartográficos para a compreensão de conceitos abordados no ensino de geografia, pelas turmas de 2º ano do ensino médio do Instituto Federal Catarinense, campus São Francisco do Sul-SC, no ano de 2019.

Metodologia

O projeto foi composto por etapas iniciando pela organização em grupos e escolha da temática entre os assuntos trabalhados durante as aulas de geografia. Os temas escolhidos foram as culturas Maia, Inca e Asteca; o relevo da América do Sul; os biomas brasileiros e um roteiro dos pontos turísticos do centro histórico de São Francisco do Sul-SC.

Na sequência, os grupos realizaram uma pesquisa sobre o tema escolhido e elaboraram um pôster para apresentação dos resultados da pesquisa. Em seguida, os grupos realizaram a construção de maquetes e mapas táteis sobre as temáticas.

Foram produzidas maquetes sobre o sistema de irrigação Inca, o sistema de plantio nas Chinampas, ou canteiros flutuantes, pelos Astecas, as pirâmides Maias, mapa tátil do

 ISBN: 1981-1047

relevo da América Latina, mapa tátil dos biomas brasileiros e mapa tátil do centro histórico da cidade de São Francisco do Sul-SC.

Os pôsteres, maquetes e mapas táteis foram expostos durante uma feira para todos os educandos, funcionários e professores do instituto.

Resultados e discussões

Os educandos destacaram que para a construção dos materiais cartográficos foi necessário o desenvolvimento de conceitos cartográficos, como de escala, das visões oblíquas e verticais, das variáveis visuais tradicionais e da variável volume e o uso de signos para construção de legendas, além da importância do uso da linguagem cartográfica para a compreensão dos conteúdos geográficos e da discussão sobre a temática da inclusão.

Conclusão

Conclui-se que trabalhar os temas em forma de projetos favorece a autonomia, a coletividade, o uso de múltiplas linguagens e engaja o educando ao aprendizado a partir da ação ativa e crítica na construção de conceitos e a compreensão da realidade. E, portanto, possibilita, aos educandos, compreenderem-se como protagonistas na transformação da sociedade ao agir ativamente em seu cotidiano.

Referências

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - **Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **BNCC** - Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

CALLAI, H. C. Escola, Cotidiano e Lugar. In: BUITONI, M. M. S. (Org.). **Geografia**: ensino fundamental [coleção explorando o ensino volume 22]. Brasília: MEC, 2010.

 ISBN: 1981-1047

CAVALCANTI, L.S. **Geografia, escola e construção do conhecimento**. Campinas: Papirus, 1998.

LOCH, R. E. N**. Cartografia tátil**: mapas para deficientes visuais. Portal da Cartografia. Londrina, v.1, n.1, maio/ago., p. 35 - 58, 2008.

SANTOS, M. **A natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

OLIVEIRA, C. L. **Significados e contribuições da afetividade, no contexto da Metodologia de Projetos, na Educação Básica**. 2006. Dissertação (Mestrado) – CEFET – MG, Belo Horizonte MG, 2006.

 ISBN: 1981-1047

O PIBID PARA ALÉM DA FORMAÇÃO DE FUTUROS PROFESSORES: POLÍTICA ASSISTENCIALISTA UNIVERSITÁRIA NO INTERIOR DO CEARÁ – O CASO DA UVA SOBRAL (CE)

GT – Geografia e a Prática de Ensino

Jerfeson Alves da Costa
jerfensalves8765@gmail.com
Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA.

Maria Jocilene Lima da Silva
jocilenelimma16@gmail.com
Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA.

Introdução

As políticas públicas de permanência universitária são ferramentas que tem por objetivo auxiliar os discentes que não dispõem de condições para permanência na universidade. É sabido que este espaço é composto por diferentes públicos e que grande parte precisa trabalhar para se manter nesse espaço. Com a expansão das universidades em todo Brasil, não seria diferente no interior dos Estados da região nordeste. Muitos não possuíam a possibilidade de ingressar no Ensino Superior, agora é possível graças a programas como SISU e PROUNI, que possibilitou às classes desfavorecidas economicamente ingressarem no Ensino Superior. Porém, não basta apenas acessar, é preciso se manter e nesse viés entram as políticas de permanência universitária, que possibilitam a estadia dentro e fora dos espaços universitários.

Ao se falar de programas de permanência, alguns fomentam não apenas a estadia na universidade, mas possibilita um aperfeiçoamento pessoal. Temos como exemplo o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, Residência Pedagógica,

 ISBN: 1981-1047

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica etc., bolsas que perpassam o Ensino, Pesquisa e Extensão.

O PIBID está presente na Universidade desde 2009, tendo início nos cursos de Ciências Sociais, Filosofia, Física, Letras, Matemática, Pedagogia e Química, com um total de 40 bolsas, de 2010 a 2019 o programa abrangeu diversos cursos e completou em 2020, dez anos de atuação na Universidade.

Localizada no município de Sobral, no semiárido cearense, a UVA vem alçando diversas localidades, possuindo cerca de 9.869 alunos matriculados sendo que 66,16% dos discentes são oriundos de outros municípios. (UVA, 2016). O translado para o município ocorre através de ônibus municipais disponibilizados pelas secretarias municipais, a viagem tem duração em torno de 20 minutos à 1 hora e 40 minutos, alguns municípios ficam distante a 98km da universidade, muitos não conseguem vivenciar a universidade por conta de não obterem mecanismos que possibilitem permanecer na cidade sede, Sobral, os que conseguem são apenas através dos programas de assistência estudantil como no caso, o PIBID.

Metodologia

A pesquisa é de caráter investigativa e descritiva, buscando os dados sobre os números de bolsas que vingaram o ano de 2009 a 2018, com foco no PIBID 2018 e sua contribuição na permanência dos bolsistas. Na parte descritiva conta com a construção de um pequeno questionário para o levantamento de dados e posterior a construção de gráficos. Na tabela a seguir, exibe as perguntas que foram feitas para os bolsistas através do *Google Forms*.

Quadro 1: Perguntas realizadas.

Nº	Perguntas:
1	Qual sua renda?
2	Quais são seus gastos com o auxílio do Programa?
3	Quais motivos o(a) levou a escolha do PIBID?

Elaboração: Os autores, 2020.

ISBN: 1981-1047

A presente pesquisa tem como objetivo investigar as políticas de assistência estudantil com ênfase no PIBID, subprojeto Geografia, postulando sua importância como mantenedora de discentes no curso. Apresentamos ainda a importância da manutenção desse programa para a Universidade e posteriormente, apresentamos gráficos que evidenciem os números de pessoas atingidas e que tiveram suas vidas impactadas pelo PIBID.

Vários cursos foram contemplados com o PIBID 2018, dentre eles o curso de Geografia, diferente de outros cursos, os licenciados são pessoas de classes baixas, em diferimento a cursos como direito e engenharia, composto em sua grande maioria, por pessoas com condições de permanecer na universidade, já que estes contam com ajuda familiar. Desta forma, é notável que programas como o PIBID vão além de fomentar e aperfeiçoar a prática docente, são ferramentas de auxílio para permanência, já que possibilita também a participação em eventos.

Embora o programa seja focado no aperfeiçoamento dos licenciandos, não podemos deixar de destacar sua contribuição financeira para a vida dos bolsistas, muitos advém de localidades com poucos recursos, e diversas vezes precisam escolher entre o trabalho e a faculdade, uma vez que a bolsa possibilita uma permanência na faculdade. Segundo Araújo *Et all.*

> Não adianta termos Universidades Públicas sem as garantias aos estudantes de poder cursá-las. O estabelecimento das políticas de permanência é um direito dos estudantes, é também do interesse dos docentes, das próprias Universidades e de toda a sociedade. (ARAÚJO, Et all, p. 18, 2011).

O PIBID serve como instrumento de manutenção e permanência na universidade, e além de ser um incentivo para os licenciados, em um país que poucos querem seguir a carreira docente.

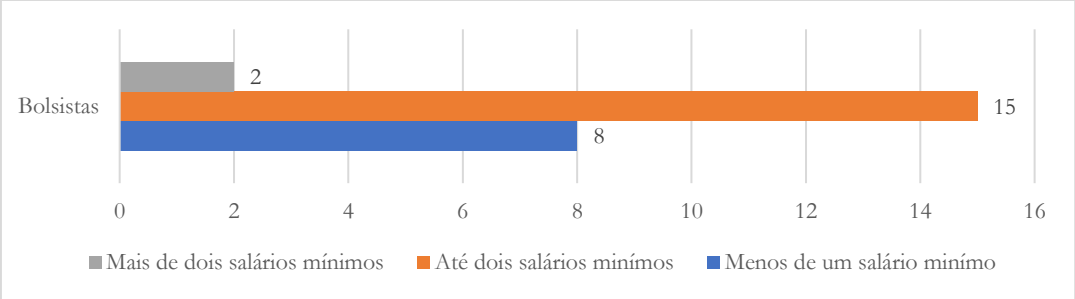
Resultados e discussão

No primeiro gráfico, grande parte dos bolsistas participam de um núcleo familiar em que a renda é de até dois salários mínimos e dito isso, no gráfico 2 exibe que metade dos bolsistas utilizam o auxílio para despesas acadêmicas e para amparar seu núcleo familiar, os

 ISBN: 1981-1047

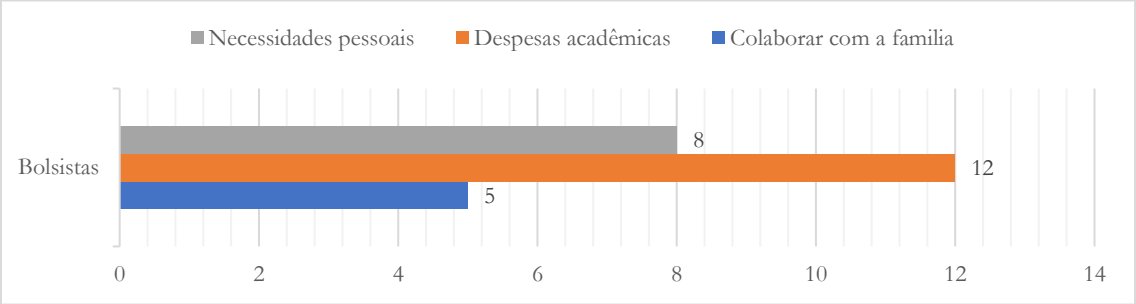
demais utilizam para suas necessidades pessoais, que podem ser diversas. No terceiro gráfico, exibe a escolha da vaga para a bolsa do PIBID e no último, o uso da bolsa.

Gráfico 1: Qual a sua renda?



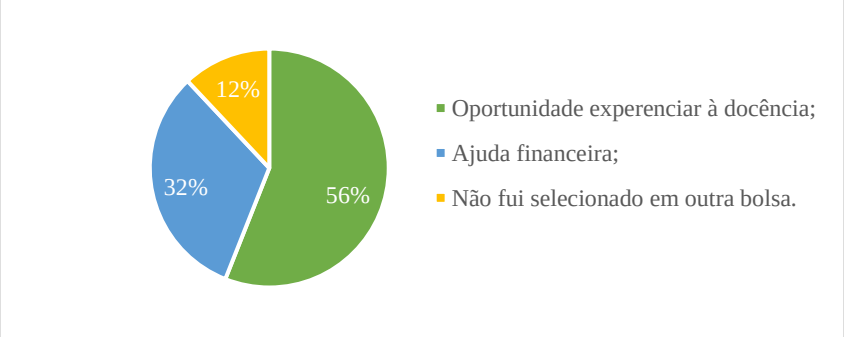
Elaboração: Os autores, 2018.

Gráfico 2: Quais são seus gastos com o auxílio do programa?



Elaboração: Os autores, 2018.

Gráfico 3: Escolha da vaga para à bolsa do PIBID



Elaboração: Os autores, 2018.

Nos gráficos anteriores, exibem os gastos dos bolsistas, sendo um dos principais uso as despesas acadêmicas e necessidades pessoais, além de auxiliar a família, ou seja, a bolsa é

ISBN: 1981-1047

uma oportunidade para muitos, que por diversas vezes, precisam sair da faculdade para conseguir se manter.

Conclusão

Logo, a pesquisa ressalta a importância da existência das bolsas como o PIBID, que além de valorizar o futuro profissional, possibilita a permanência nos espaços universitários, logo promovendo uma inclusão daqueles que sempre ficaram à margem da sociedade, que por diversas vezes, não tiveram acesso à educação superior. Embora o programa seja focado no aperfeiçoamento dos licenciandos, não podemos deixar de destacar sua contribuição financeira para a vida dos bolsistas, muitos advém de localidades com poucos recursos, e muitas vezes precisam escolher entre o trabalho e a faculdade, ou seja, o PIBID serve como instrumento de manutenção e permanência na universidade, e além de ser um incentivo para os licenciados, em um país que poucos querem seguir a carreira docente.

Agradecimentos (opcional)

Agradecimentos à CNPQ por possibilitar a formação de futuros professores através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID

Referências

ARAÚJO, M. A. M; ALMEIDA, L. L; LOURO, D, D. O IMPACTO DA POLÍTICA DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA UNESP - A PERCEPÇÃO DO ALUNO BOLSISTA. **Revista Ciência em Extensão.** v.7, n.2, p.16, 2011.

BARROS, E. N; Souza, E.J.S; MSCEDO, Marly. **PIBID X ESCOLA PÚBLICA:** uma parceria na melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem das séries iniciais do ensino fundamental. In; V Fórum Internacional de Pedagogia - V FIPED, 2013, Vitória da conquista - BA.

BURGGREVER, T; MORMUL, N. M. A IMPORTÂNCIA DO PIBID NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: Um olhar a Partir do Subprojeto de Geografia da Unioeste Francisco Beltrão**. Revista Ensino de Geografia.** Volume 8, número 15, jul/dez.2017

GATTI, Bernardete Angelina. Formação de Professores no Brasil: Características e problemas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v 31, p.1355 out-dez 2010

 ISBN: 1981-1047

O USO DE MAPAS MENTAIS PARA A PERCEPÇÃO SOCIOAMBIENTAL DO LUGAR: UMA ABORDAGEM NA GEOGRAFIA HUMANÍSTICA

GT – Geografia e a Prática de Ensino

Lino Antonio Batista Lemes
lino_lemes@hotmail.com
Universidade Estadual de Londrina

Introdução

Este trabalho tem como objetivo entender como o estudante pode analisar e transmitir o seu espaço de vivência e suas percepções socioambientais em mapa. Bem como, analisar como a Cartografia pode ser integrada ao ensino de Geografia a partir do uso dos mapas mentais como recurso didático.

A pesquisa proposta justifica-se pela necessidade que o ensino de Geografia na atualidade tem de transformar os conteúdos abordados em algo que se torne significativo, práticos e presente na vida dos alunos. O texto está estruturado em três seções, a primeira parte apresenta conceito de Lugar definido pela Geografia Humanística. A segunda seção discute a Cartografia no ensino de Geografia. Por fim, apresenta-se o mapa mental como recurso didático no ensino de Geografia.

Categoria Lugar na Geografia Humanística

O conceito de lugar é fundamental no estudo da Geografia, sendo sempre amplamente debatido. Obtendo importância a partir da década de 1970. Para Cavalcanti (1998), os alunos têm o lugar como ideia de referência da Geografia.

No viés humanístico, a partir da fenomenologia, lugar é o espaço familiar ao indivíduo, espaço do vivido, experienciado. Nessa concepção, a tarefa do geógrafo é saber

 ISBN: 1981-1047

como o espaço pode se tornar lugar. Muitos autores de livros didáticos consideram o lugar como primeiro passo para estudar geografia (CAVALCANTI, 1998).

Holzer (1999) fala que lugar é o espaço vivenciado pelos seres humanos no cotidiano. Próximo ao indivíduo, espaço experienciado, subjetivo. Sendo a base da própria existência humana através de uma experiência profunda e imediata do mundo ocupado com significados abordando o espaço. Tuan (1983) afirma que o espaço indiferenciado torna-se um lugar conforme se conhece e dota-se de valor, adquirindo definição e significado. O lugar é qualquer objeto estável, a partir da atenção. Assim, pode existir em diferentes escalas.

> O lugar é um mundo de significado organizado. É essencialmente um conceito estático. Se víssemos o mundo como processo, em constante mudança, não seríamos capazes de desenvolver nenhum sentido de lugar. (TUAN, 1983, p. 198).

Para Tuan (1983), o ser humano moderno que se movimenta não cria raízes, sua experiência e apreciação de lugar são superficiais. O sentir é uma mistura singular de vistas, sons e cheiros. Uma relação inseparável entre espaço e tempo, uma pausa no movimento. Assim, a afeição é raramente adquirida de passagem, mas pode ocorrer devido à intensidade. Portanto,

> [...] o lugar é construído a partir de experiências e dos sentidos, envolvendo sentimento e entendimento, num processo de envolvimento geográfico do corpo amalgamado com cultura, a história, as relações sociais e a paisagem. (TUAN, 1983, p. 7)

Na Geografia Humanista questionam-se as ações integrantes no mundo contemporâneo, globalizado. Destruindo e desconsiderando a importância dos lugares. De tal modo, diminui-se o número de lugares significativos e a homogeneizar-se as paisagens. Existem autores que se preocupam com uma possível extinção do lugar pelos processos de globalização capitalista (FERREIRA, 2000).

 ISBN: 1981-1047

Tuan (1983) alega que pode ser complicada a definição de lugar em uma sociedade moderna. As pessoas adquirem uma posição estável, mantendo a mesma rotina de trabalho, casa e férias. Os lugares de importância não mudam. Assim, com o tempo, se estende a sensação de lugar, para uma região definida pelas localidades. Esta região torna-se um lugar sem limites visíveis.

Cavalcanti (1998) diz que o conceito de lugar tem de ser construído pelo aluno a partir dos valores e atitudes a partir da vivência cotidiana no seu bairro, resultando em reavaliações de uma ética ambiental.

Igualmente, o ambiente escolar é o espaço que o aluno passa boa parte do seu dia. Espaço de vivência, lugar de emoções coletivas e/ou individuais, sentimentos de afetividade e/ou fobia. Local de formação em que se realiza ou se concretiza a possibilidade de um trabalho criativo que leve o aluno a pensar e questionar o meio em que vive a partir de sua condição real de existência. Com a possibilidade da manifestação do entusiasmo pela descoberta, do estímulo e da reflexão.

Cartografia no Ensino de Geografia

De acordo com Simielli (1999), os mapas promovem a possibilidade de um domínio espacial e realizar a síntese dos fenômenos que acontecem em um determinado espaço. Pode-se fazer a leitura do espaço por meio de diferentes informações, a Cartografia promove diferentes formas de representar e transmitir estas informações. Constituindo-se um recurso visual muito utilizado.

Segundo Cavalcanti (1998, p. 150), "o mapa é uma forma de expressão muito característica do discurso geográfico, é uma linguagem peculiar dessa ciência e precisa ser aprendida pelos alunos".

Simielli (1999) propõe três níveis de trabalho em conjunto com a Cartografia aos professores. A localização e a análise, a partir de fenômenos isolados. A correlação pode-se combinar duas ou mais cartas de análise. E por fim, a síntese, relações de várias cartas de análise, como uma carta-síntese.

ISBN: 1981-1047

Busca-se alcançar o um aluno participante ativo do processo de produção do mapa. Em que este estará selecionando e correlacionando informações, de forma estruturada e sistematizada, Simielli (1999) sugere o uso de mapas mentais. Cavalcanti (1998) também comenta que os mapas mentais são uma forma de expressão da vivência do lugar como recurso didático.

Mapa Mental como Recurso Didático no Ensino de Geografia

Os mapas mentais são representações construídas inicialmente tomando por base a percepção dos lugares. Assim, parte-se de uma realidade específica, da vivência subjetiva. "O trabalho com mapas mentais construídos pelos alunos, na escola, tem por finalidade conhecer o nível de sua consciência espacial, ou seja, entender como os alunos percebem o lugar que vivem" (CAVALCANTI, 1998, p. 150).

O uso destes mapas integrado ao ensino de Geografia possibilita ao aluno a transferência, para essa linguagem cartográfica, de suas análises espaciais, socioambientais e ainda pode-se ampliar seu conhecimento.

> Os mapas mentais nos permitem analisar todos os elementos que são básicos em uma representação cartográfica. Ele nos possibilitam analisar a representação oblíqua e a representação vertical, o desenho pictórico ou abstrato, a noção de proporção, a legenda, as referências utilizadas (particular, local, internacional e inexistente) e o título. (SIMIELLI, 1999, p. 107)

Quando o aluno produzir seu o mapa, tendo a colaboração dos saberes científicos, este fará uma revisão do espaço representado, poderá acrescentar leituras individuais e coletivas do ambiente em que vive.

> O mapa mental permite observar se o aluno tem uma percepção efetiva da ocorrência de um fenômeno no espaço e condições de fazer a sua transposição para o papel. Ele vai trabalhar com todos os elementos essenciais que a cartografia postula no tocante a sua

 ISBN: 1981-1047

> forma de expressão – a linguagem gráfica. O aluno ou outro usuário trabalhando com o mapa mental em cartografia/geografia tem que fundamentar-se nos elementos básicos para a representação, utilizando-se, portanto, da linguagem gráfica. (SIMIELLI, 1999, p. 107).

Richter (2011) entende que a construção de mapas mentais não deve ocorrer nas aulas de Geografia desprovida de uma proposta didática. Assim sendo, afirma-se que é fundamental a articulação com as demais atividades e/ou conteúdos ensinados na escola.

Para analisar as representações cartográficas produzidas pelos alunos, pode-se observar a delimitação espacial apresentada nos mapas mentais. Richter (2011) afirma que não existe uma hierarquia no modo de analisar os mapas mentais, mas a forma pode ser a primeira interpretação de um leitor da produção dos esboços cartográficos. Esse mesmo autor diz que não se deve restringir a observação desse mapa à perspectiva da forma sem levar em consideração a função, a estrutura e o processo. (RICHTER, 2011).

Portanto, compreender o seu "Lugar" pode instigar o aluno a questionar as situações concretas que vivenciam em seu cotidiano. Estimulando-se este a procurar analisar os problemas ambientais e sociais. Assim, o estudante poderá compreender melhor a sua realidade. Enquanto cidadão, transformando-se em um agente ativo.

Considerações Finais

A metodologia acerca dos mapas mentais a partir do ensino de Geografia se torna relevante em contribuir para que a educação escolar seja mais facilmente compreendida. Aliada à Cartografia, as análises espaciais podem ampliar e facilitar o conhecimento e a compreensão do ambiente em que vive. De forma abrangente, o ensino de geografia relacionado à linguagem cartográfica pode promover a capacidade de desenvolver alunos mais conscientes e críticos de sua realidade socioambiental e com um senso espacial mais apurado.

Referências

ISBN: 1981-1047

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papirus, 1998.

FERREIRA, Luiz. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. **Território**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 65-83, jul./ dez, 2000.

HOLZER, Werther. O lugar na Geografia Humanista. **Território**. Rio de Janeiro, ano IV, n. 7, p. 67-78, jul./dez.1999.

RICHTER, Denis. **O mapa mental no ensino de geografia**: concepções e propostas para o trabalho docente. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

SIMIELLI, Maria Elena Ramos. Cartografia no Ensino Fundamental e Médio. In: CARLOS, Ana Fani (Org.). **Geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1999. (p. 92-108).

TUAN, Yi Fu. **Topofilia, um estudo da percepção, atividades e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.

 ISBN: 1981-1047

A IMPORTÂNCIA DIDÁTICA DA HISTÓRIA EM QUADRINHOS: DIÁLOGOS E APRENDIZAGENS COM A TURMA DO 9° ANO: NO ENSINO DE GEOGRAFIA DA ESCOLA ESTADUAL DOM MOISÉS COELHO NA CIDADE DE CAJAZEIRAS - PB

GT – Geografia e a Prática de ensino

Luciana Belso Pinheiro
lucianabelso@gmail.com
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG/CFP

Israely Alves de Brito
israelyalves_@hotmail.com
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG/CFP

Introdução

O presente resumo apresenta a utilização das HQs (histórias em quadrinhos) como recurso didático no ensino de Geografia com a turma do 9° ano da EEEFM Dom Moisés Coelho. O tema escolhido foi Ásia, assunto trabalhado com a turma.

Assim, esta pesquisa tem como objetivo analisar o uso das HQs em sala de aula para desenvolvimento de atividades mais dinâmicas, saindo da rotina do ensino tradicional, despertando a reflexão e análise sobre o tema que está sendo estudado.

Desse modo, o problema central da pesquisa pode ser expresso na seguinte pergunta: Como o uso das histórias em quadrinhos pode ser desenvolvido de maneira reflexiva e analítica para o estudo de determinados assuntos?

Dessa forma, este recurso didático assim como os demais no ensino de Geografia tem como finalidade de complementar os assuntos trabalhados com o livro didático como também, trazer uma alternativa como uma atividade lúdica despertando o interesse pela

 ISBN: 1981-1047

aprendizagem geográfica. Para isso, utilizou-se como método as HQs e o uso de celulares como ferramenta de pesquisa.

Este recurso didático assim como os demais no ensino de Geografia tem como finalidade de complementar os assuntos trabalhados com o livro didático como foi aplicado com esta turma e também de trazer uma atividade lúdica despertando o interesse pela aprendizagem geográfica.

A partir disso, tem como objetivo o uso das HQs em sala de aula para desenvolver uma atividade mais dinâmica, saindo da rotina do ensino tradicional e despertar a reflexão e análise sobre o tema que está sendo estudado.

Desse modo, elas contribuem para o processo de ensino e aprendizagem na Geografia, mostrando que esta disciplina não é decoreba e descritiva como é visto pelos alunos, em que eles podem usar a sua criatividade e que isso torna-se significativo para ele e desperta um novo olhar para a Geografia.

O uso das HQs e de outros recursos no ensino de geografia podem contribuir para o processo de aprendizagem, não se prendendo somente no livro didático em que não podemos negar a sua importância neste processo, em que a sua finalidade:

> Um livro didático deve fornecer subsídios suficientes para que o aluno possa comparar a sua realidade com a realidade que o livro apresenta, possibilitando a discussão acerca das diferentes vivências e experiências. Também deve apresentar textos específicos e não apenas conceitos superficiais, pois só assim o aluno conseguirá entender as tabelas, gráficos e figuras existentes. Por outro lado, o livro deve estimular o aluno a expor suas próprias ideias, não contendo textos limitados. (TUSSI; MARTINS, 2009, p. 5).

A partir disso como professores e estudantes de licenciatura devemos buscar recursos didáticos para que haja uma complementação com o livro didático no ensino de Geografia, em que podemos utilizar sites, revistas, livros paradidáticos, o uso das tecnologias também é relevante, principalmente porque estamos inseridos em um meio tecnológico. Apesar de todos esses recursos e tecnologias, as HQs sempre conquistaram e conquistam os seres humanos, sendo um recurso bastante viável para o ensino de geografia.

 ISBN: 1981-1047

Assim o seu uso contribui para que nós enquanto professores ao utilizar este recurso retirem a desmistificação da disciplina pelos alunos de ser uma matéria decorativa e descritiva. Corrobora para isso Freitas et al. (2014) que falta a reflexão e motivação do aluno desencadeia uma dispersão de atenção, justificando muitas vezes a inquietude dos alunos em sala e o conteúdo insignificante para eles. Por isso, há a necessidade de trazer atividades lúdicas para a sala de aula.

Buscou-se com a atividade um olhar diferente para novas metodologias utilizando como método a história em quadrinhos, no qual foi uma maneira de atrair a atenção e despertar a curiosidade dos alunos.

A proposta das HQs também possibilitou a interdisciplinaridade entre português, arte e geografia. Segundo Morin (2001), a educação deve promover a "inteligência geral" apta a referir-se ao complexo, ao contexto, de modo multidimensional e dentro da concepção global. Interagir com diferentes formas de comunicação e expressão da linguagem com o uso das HQs, que podemos associar ao uso da língua portuguesa com os conceitos trabalhados no ensino de geografia e também com o uso de ilustrações a partir de desenhos ligados ao ensino da arte. As HQs são uma maneira de ligar o geral fazendo a relação com as demais disciplinas de forma que as partes completam o geral e o geral completa as partes.

Vale ressaltar que trabalhar com as HQs leva os alunos a saírem da rotina de aulas tradicionais e o mais importante relacionar o conteúdo trabalhado de uma forma lúdica e renovadora nas aulas de Geografia. Assim, a história em quadrinhos também tem a possibilidade de ampliar a comunicação.

Metodologia

Para a elaboração da atividade, o referencial teórico para essa pesquisa foi constituído inicialmente por autores que analisam e discutem questões sobre o ensino de geografia mediado pelas histórias em quadrinhos, a história em quadrinhos como prática pedagógica no ensino de Geografia, os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro e Geografia, Educação Comunicação: dispersões, conexões e articulações na cibercultura.

 ISBN: 1981-1047

Também usou o celular como ferramenta para realização da pesquisa relacionada ao tema. Segundo Tonetto (2017), assim, sem usar a sensibilidade das lentes teóricas ou invadidos pelo imediatismo do cotidiano, corremos o risco de apenas desprezar estes novos modos de ser/estar/comunicar e considerá-los, como na estória do *WhatsApp*, meros bate-papos, equipamentos ruidosos a atrapalhar o andamento das aulas e do cotidiano. A tecnologia sendo utilizada da maneira certa é uma ferramenta de pesquisa e apoio dentro das aulas de Geografia. Vale lembrar que, cada professor sabe como se apropriar dessas ferramentas de acordo com sua sala de aula.

Assim, para desenvolvimento da atividade primeiramente houve a explanação de todo o conteúdo sobre a Ásia, que abordamos desde os aspectos gerais como o relevo, hidrografia, clima e formações vegetais até adentrar nos assuntos sobre população, economia, Oriente Médio e as potências asiáticas. Depois, propomos a atividade sobre construir histórias em quadrinhos no qual os alunos poderiam escolher um assunto sobre a Ásia que foi visto durante as aulas.

Resultados e discussão

A partir da aplicação da atividade em sala de aula tivemos como resultados as seguintes histórias em quadrinhos criadas pelos alunos do 9° ano, em que os alunos abordaram sobre os aspectos gerais, população, cultivo de arroz no continente asiático, a cultura asiática e sobre a política do filho único na China.

Diante disso, mostra que as histórias em quadrinhos, o despertar da curiosidade, a reflexão, interesse e o desejo de aprender dos alunos foi maior, o qual só foi possível esse benefício pela inserção lúdica ao conteúdo, saindo dos modelos tradicionais. Outro ponto também que contribuiu para o aprofundamento do assunto foi o uso do celular como ferramenta de pesquisa.

 ISBN: 1981-1047

Conclusão

Portanto, a utilização das HQs teve como finalidade a contribuição nas aulas de Geografia, sendo utilizado como recurso pedagógico para uma melhor exploração e aprofundamento do assunto. Desse modo, torna-se necessário nas aulas de geografia métodos inovadores que possam ajudar os alunos a interpretarem o conteúdo de uma forma menos tradicional, quando possível. Assim, desenvolvendo o potencial do aluno em relacionar o conteúdo e se expressar livremente, na comunicação, escrita e desenho.

Referências

FREITAS, V. da S. et al.. O ensino de geografia mediado pelas histórias em quadrinhos**.** IN: I Congresso Nacional de Educação, 1, 2014, Campina Grande. **Anais** [...] Campina Grande: Realize Editora, 2014.

MORIN, E. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, Brasília, 2001.

TONETTO, É. P. **Geografia, Educação e Comunicação:** dispersões, conexões e articulações na cibercultura. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

TUSSI, G. B.; MARTINS, R. E. M. W. A história em quadrinhos como prática pedagógica no ensino de Geografia**.** In: 12 Encuentro de Geógrafos de América Latina, 12, 2009, Montivideo. **Anais** [...] Montivideo: EGAL, 2009.

 ISBN: 1981-1047

O ENSINO DE BIOMAS BRASILEIROS USANDO GOOGLE EARTH NO CURSINHO POPULAR PRÉ-VESTIBULAR

GT – Geografia e a Prática de Ensino

Mariama Aina Ferreira Silva
mariamaferreira.di@gmail.com
Universidade de São Paulo

Introdução

O presente trabalho é uma descrição da proposta de ensino dos biomas brasileiros no Cursinho Popular Tia Gê (CPs) na disciplina de Geografia utilizando o Google Earth a partir do diagnóstico de uma situação-problema identificada pela autora. O Cursinho Popular da Tia Gê foi fundado em 2018, na Zona Leste de São Paulo, como uma iniciativa do Ponto de Cultura Tia Gê, que homenageia Geralda Duarte de Oliveira, líder comunitária representante no bairro Vila Esperança, a qual fomentou a cultura e a diversidade na região. Os passos para desenvolvimento da pesquisa foram estabelecidos com a finalidade de buscar melhorias no ensino sobre os biomas com a ferramenta tecnológica criada em 2001, que apresenta um modelo tridimensional do globo terrestre e alguns comandos básicos para identificação e localização de espaços. A aplicação aconteceu a partir de uma atividade em que os alunos foram orientados a produzir uma demarcação sobre o bioma escolhido por cada um, entendendo a territorialização das características específicas. Com isso, o estudo almejou contribuir por meio da aplicações de ferramentas tecnológicas com o ensino dos biomas brasileiros.

A pesquisa teve origem na percepção docente que identificou a dificuldade de assimilação dos alunos sobre os biomas brasileiros e as respectivas localizações no território nacional durante uma das aulas, que ministrou no referido cursinho. Dessa forma, o objetivo geral foi tornar tangível o aprendizado de biomas por meio do Ensino de Geografia com o uso do Google Earth. Os objetivos específicos foram desdobrados na identificação das

 ISBN: 1981-1047

dificuldades na assimilação dos biomas brasileiros, a pesquisa de ferramentas que poderiam auxiliar nesse processo de ensino-aprendizagem, a proposta do uso do Google Earth como recurso pedagógico nas aulas e por fim, verificação da eficiência no desenvolvimento da proposta pedagógica ao utilizar a ferramenta sugerida. Com os objetivos delimitados, houve a organização do *brainstorming*, no qual as ideias foram sistematizadas objetivando o aprofundamento pelo programa de computador para auxiliar o processo de ensino-aprendizagem, inclusive de outros conteúdos.

Entre as principais referências para a realização do trabalho, destaca-se a abordagem de estudo do meio, em que Pontuschka, Paganelli e Cacete (2007) conceituam como atividade de prática educativa, aquela que solidifica a construção do conhecimento para além dos livros didáticos, ou seja, ultrapassa-se os limites da escola na construção de uma criticidade. O estudo do meio é feito normalmente por trabalhos de campo ou elementos trazidos do espaço escolhido para ser estudado. Em razão do contexto pandêmico e da distância territorial entre os biomas que impossibilitaram o deslocamento, a ferramenta digital Google Earth foi a principal aliada para a articulação do conteúdo de biomas brasileiros com o método.

Metodologia

O desenvolvimento do trabalho foi iniciado a partir de um diagnóstico inicial, em que a autora percebeu algumas lacunas no processo de ensino-aprendizagem com relação ao conteúdo de biomas brasileiros em questionamentos sobre dúvidas, e também a percepção sobre os erros em listas de exercícios. A partir disso, buscou fundamentação teórica para elaborar uma solução que contemplasse as demandas do ensino. Ao deparar-se com o conceito de estudo do meio (Pontuschka; Paganelli; Cacete, 2007), procurou adaptá-lo para o meio digital, bem como resguardando a perspectiva de fomentar a aprendizagem significativa (Pelizzari, 2002), ou seja, considerando a predisposição para aprender e também fazendo um recorte do conteúdo geográfico para que ele fosse relevante ao aluno e se integrasse às suas experiências anteriores, entrelaçando-se e criando um novo conhecimento.

 ISBN: 1981-1047

A partir da inspiração pelo embasamento teórico, chegou-se a proposta de oficina interativa, para que os discentes exercessem os conhecimentos recém adquiridos e explorassem o meio dos biomas estudados. Dessa forma, a oficina seguiu os seguintes passos: acolhida dos participantes, introdução expositiva, seguida de imersão ao Google Earth e por fim, proposição do exercício em que cada discente delimitaria no território brasileiro o bioma escolhido por ele. A análise dos resultados aconteceu ao final da oficina em diálogo com os participantes, alguns relataram maior assimilação do conteúdo e interesse em aprofundar-se na ferramenta digital, outros mostraram um "encantamento" com a facilidade de manejo da ferramenta e sugeriram outras matérias em que poderiam utilizá-la. Posteriormente, houve a sistematização do material produzido como exercício da oficina pelos participantes com a finalidade de alinhar a prática docente com os resultados obtidos.

Resultados e discussão

O ensino de Geografia em uma organização popular voltada à aprovação em exames vestibulares tem as suas particularidades, entre elas, a tentativa de sanar, em poucos meses, as possíveis defasagens na aprendizagem dos discentes, que são, em sua maioria, advindos da educação pública e carregam histórias de matérias que nunca tiveram professores e/ou conteúdos nunca vistos no ensino básico. Nesse sentido, a Geografia se difere das demais ciências ao estar intrinsecamente relacionada ao que se chama estudo do meio, ou seja, visitar os lugares que se estuda pode ser enriquecedor para desenvolver uma linha de raciocínio que aproxima a teoria da realidade social. A pandemia enquanto obstáculo para deslocamentos e encontros nesse período, fez com que se unisse a necessidade do uso tecnológico na busca pela ferramenta digital como possibilidade plausível.

A parte final da oficina, que continha o seguinte enunciado: escolha um dos seis biomas apresentados e o delimite como pela ferramenta, criando um projeto no Google Earth. Essa atividade teve como ideia principal compreender o entendimento individual sobre a espacialização do bioma. Por isso, não foi julgado um polígono de demarcação fiel

 ISBN: 1981-1047

às divisões territoriais do IBGE, mas o espaço que o bioma ocupa nas representações de cada participante.

No debate, após a exposição da autora foi pautada a relevância sobre o uso da tecnologia para melhorar o entendimento de discentes também na Graduação, além de produzir mapas para trabalhos acadêmicos. Houve comentários sobre a fragilidade do ecossistema na natureza e a importância da ferramenta tecnológica para a disseminação de informações. Alguns participantes fizeram ponderações relativas à autonomia da população brasileira ao seu território e, além disso, o relevante papel da educação nesse processo de politização e emancipação social. Os alunos regulares do Cursinho Popular demonstraram grande motivação em prosseguir explorando a ferramenta.

Conclusão

O estudo foi executado a partir de uma percepção da autora em seu exercício docente, que resultou na esquematização de uma atividade prática, antecedida por muitas leituras e treinamentos com a ferramenta tecnológica. A particularidade de ter como público-alvo discentes de um Cursinho Popular da Zona Leste de São Paulo foi um enorme desafio para traçar as abordagens que contemplassem o processo de ensino-aprendizagem de indivíduos tão plurais e de diferentes faixas etárias.

A fundamentação teórica também trouxe contribuições valorosas para o rigor científico do estudo e, ao prezar pelo conceito de aprendizagem significativa, a docente buscou tornar o ensino de biomas brasileiros mais próximo aos discentes. Referente à esse conteúdo, houve a prioridade em pautar na exposição dialogada fatores ligados ao contexto social em abordar acontecimentos recentes como a degradação ambiental por queimadas e o desmatamento. O debate ao final da oficina permeou comentários sobre a fragilidade do ecossistema na natureza e a importância da ferramenta tecnológica para a visualização de conteúdo. Houve ponderações relativas à autonomia da população brasileira ao seu território e, além disso, o relevante papel da educação nesse processo de soberania popular.

 ISBN: 1981-1047

Na avaliação oral com os participantes, houve a demonstração de grande interesse pela ferramenta e pelo conteúdo trabalhado, a satisfação, daqueles que se posicionaram, sobre a facilidade de se usar a ferramenta para localizar as características vistas na aula inicial de biomas e, por isso, pode-se inferir que o estudo atingiu êxito no cumprimento dos objetivos específico e tornou possível o aprendizado de biomas por meio do Ensino de Geografia com o uso da plataforma *Google Earth*, como previsto no objetivo geral.

O fechamento deste estudo se propõe como início do debate sobre a importância dos usos dos recursos tecnológicos no ensino, principalmente, de Geografia. Por isso, as considerações acima resgatam o processo do trabalho que se finda com o anseio pela defesa do aprendizado significativo, que respeita a pluralidade social e oferece reflexões importantes para a compreensão da realidade de cada discente, maior leque de saberes, além do vislumbre da ampliação do universo ambiental e maior conscientização sobre o contexto espacial do país.

Referências

CANTO, T. S. Os mapas e as tecnologias digitais: novos letramentos em pauta no ensino de Geografia. **Revista do Centro de Ciência da Educação**, Florianópolis, v. 36, n. 4, p.1186-1197, 2018.

EVANGELISTA, A. M.; MORAES, M. V. A. R.; SILVA, C. V. R. Os usos e aplicações do Google Earth como recurso didático no ensino de Geografia. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 18, n.38, p. 152 - 166, 2017.

LOPES, C. S.; PONTUSCHKA, N. N. Estudo do meio: teoria e prática. **Geografia**, Londrina, v. 18, n. 2, p. 173 – 191, 2009.

PELIZZARI, A. et al. Teoria da Aprendizagem Significativa segundo Ausubel. **Revista PEC – Programa de Educação Corporativa**, Curitiba, v. 2, n.1, p. 37-42, 2002.

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I; CACETE, N. H. **Para ensinar e aprender geografia**. São Paulo: Cortez, 2007.

SIQUEIRA, T. A.; DEUS, S. P. **Google Earth Pro**: as possibilidades para o estudo da cidade no ensino de Geografia. In: IX FÓRUM NACIONAL NEPEG DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA, 9, 2018, Caldas Novas: Alfa, 2018, p. 13 - 22.

DIFICULDADES E OPORTUNIDADES NA EDUCAÇÃO E NO ENSINO DE GEOGRAFIA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

GT – Geografia e a Prática de ensino

Nayara Barreto da Costa
nayara.costa@igdema.ufal.br
Universidade Federal de Alagoas

Introdução

A Educação é direito de todos e o acesso a ela também deveria seguir a mesma regra, mas na realidade, sobretudo no contexto brasileiro, demonstra que esse acesso ainda é desigual. A eficiência das políticas públicas, especialmente no âmbito educacional, é ainda muito fragmentada e desfavorece principalmente àqueles que vivem às margens da sociedade. Bastos (2017) salienta que é impossível considerar qualquer situação sem analisar a complexidade que é estabelecida entre a educação e a sociedade assim como as suas interações, para que haja o cumprimento de uma política educacional de forma qualificada.

Em tempos de pandemia da Covid-19, considerando a realidade do Brasil, essa questão torna-se ainda mais nítida, sobretudo no que tange a desigualdade social e a inacessibilidade a tecnologias educacionais por parte daqueles que necessitam continuar desenvolvendo a sua aprendizagem, gerando déficits educacionais ainda maiores em função da não resolução de problemas, ou falta da busca por esta, de modo que o acesso à educação se torna ainda mais restrito. Conforme Souza (2020) ressalta, esse período pandêmico tem imposto inúmeros desafios à comunidade escolar, tais como a adaptação emergencial à nova dinâmica de ensino e aprendizagem, e é nesse cenário de grandes dificuldades que a educação e o ensino são postos frente a uma necessária ressignificação de seus processos e metodologias, como tem ocorrido desde o momento que a Organização Mundial de Saúde decretou a pandemia.

Com o cotidiano escolar afetado, novas práticas pedagógicas e metodológicas vêm sendo adotadas pelas escolas, mas os obstáculos que estas já enfrentam principalmente as da

 ISBN: 1981-1047

rede pública de ensino, demonstram-se cada vez mais evidentes, especialmente pelas disciplinas em geral e no ensino de Geografia, as quais são configuradas diante à rápida instrumentalização e adaptações técnicas e metodológicas por parte dos professores (MACÊDO; MOREIRA, 2020). É nessa conjuntura que se faz necessária a geração de reflexões voltadas à função do professor de Geografia e suas práticas, de modo a realizar um ensino crítico e de qualidade ao educando. Assim, este trabalho objetiva-se em verificar as dificuldades e as oportunidades na educação, especialmente no ensino de Geografia, levando em consideração o contexto da pandemia da Covid-19.

Metodologia

A presente discussão pautou-se na leitura e análise de trabalhos científicos com temáticas voltadas à educação, especialmente no Brasil, o acesso a esta, a educação geográfica enfatizada pelo ensino de Geografia, assim como nas experiências vivenciadas pela autora concernentes ao modelo de ensino em tempos de pandemia.

Resultados e discussões

Arquitetada mediante as intensas relações estabelecidas entre a sociedade e o contexto o qual está inserida, a educação configura-se como basilar à formação do indivíduo não só intelectual, mas também social e pessoal. A educação pode ser considerada como toda modalidade que promove influências e inter-relações que confluem positivamente para a criação de traços de personalidade e ações mediante a realidade como o desenvolvimento cognitivo e moral (LIBÂNEO, 2012). A educação escolar está vinculada ativamente à relação entre aluno e professor, de maneira que se busque alcançar o aprendizado através de saberes científicos e estímulo por parte do alunado em gerar espaço para o conhecimento (MANFIO, 2020).

Santana Filho (2020) salienta que este cenário educacional desigual, especialmente nas escolas da rede pública, se torna abissal quando se leva em consideração a conjuntura das escolas da rede privada de ensino. Logo, a de se considerar as dificuldades educacionais em

 ISBN: 1981-1047

ambas as redes de ensino de uma maneira geral, quanto ao o quê e como ensinar, mas as diferenças quanto às oportunidades são significativas, como a infraestrutura e o amplo uso tecnológico dispostos em boa parte das escolas particulares do Brasil, por exemplo.

O acesso à educação no Brasil, especialmente na conjuntura política atual, na qual pouco se tem pautado sobre educação, tornou-se ainda mais desigual durante a pandemia. Enquanto que por um lado, organismos nacionais e internacionais traçaram novas possibilidades de se pensar no desenvolvimento de mecanismos educacionais voltados a comunidade escolar, sobretudo aos alunos, no objetivo de continuar acompanhando o processo de aprendizagem destes fora da sala de aula, por outro são inúmeros os dilemas apontados pelos educadores, os quais encontram-se num caminho cheio de impedimentos, que barram as possibilidades de se capacitarem para enfrentar a nova forma de ensino.

Em virtude desse cenário, Faustino e Silva (2020) afirmam que o uso das ferramentas tecnológicas, que funcionam como apoio educacional, simplifica as práticas e o processo de aulas na busca por novos conhecimentos, e ainda dá aos alunos a possibilidade de se tornarem autores e coprodutores das informações obtidas, o que é uma oportunidade significativa para o desenvolvimento do ensino geográfico, embora não muito eficaz, mas frente a esta situação encontram-se àqueles, tanto professores como alunos, que estão digitalmente excluídos e que consequentemente são impedidos de participar ativa ou parcialmente dessa nova realidade.

Se ensinar e produzir conhecimento eram de uma responsabilidade inquestionável por parte do professor, nesse período pandêmico, mediante aos novos desafios sobrepostos à docência, esse fator se tornou ainda mais nítido, sobretudo perante o receio do fracasso, assim como da intensa cobrança por parte dos gestores que acabam pressionando essa responsabilidade em ensinar e manter funcionando o curso da educação de suas escolas, muitas vezes sem recursos para isso (SOARES; COLARES; HORA, 2020). Considerando esses elementos, no campo do conhecimento geográfico, o ensino de Geografia se apresenta, conforme Macêdo e Moreira (2020), como um novo objeto de estudo para a ciência geográfica de modo que a curiosidade acerca dos efeitos e consequências nos mais variados setores da sociedade, especialmente na educação, é amplificada.

 ISBN: 1981-1047

Além disso, destacam-se as inúmeras pesquisas que certificam a busca ininterrupta por intermédio da comunidade geográfica para que o ensino de Geografia em novos parâmetros seja estabelecido. Por outro lado, esse período de pandemia da Covid-19 é sugestivo à ciência geográfica, especificamente a Geografia escolar, a qual melhor pode contribuir para a formação dos sujeitos, de modo a problematizar o contexto atual o qual a sociedade encontra-se por meio da análise espacial, possibilitando-os a pensar de maneira mais crítica sobre o seu espaço vivido, assim como sobre o seu cotidiano. Além disso, o ensino de geografia constitui-se como um conhecimento fundamental que oportuniza a formação crítica e cidadã do educando (MANFIO, 2020; SANTANA FILHO, 2020; SILVA; NASCIMENTO; FELIX, 2020).

A transição do ensino presencial para o ensino remoto emergencial, diferente de educação à distância, pois esta é planejada, possui currículo, atividades programadas e profissionais adaptados ao EAD, foi bastante desafiadora tanto para o professor como para os estudantes, e atualmente depois de mais de um ano de decretada a pandemia, com a implementação do ensino híbrido, continua sendo desafiador. Pode-se afirmar que a forma como o ensino tem sido instituída precisa ser alterada, novas estratégias que venham atender a toda comunidade escolar precisam ser pensadas, saindo do tradicionalismo, e em especial as aulas de Geografia na sua forma remota podem ser significativas a depender de como o educador processa o uso das tecnologias que ele possui a sua disposição, de maneira a possibilitar ao educando a compreensão do espaço geográfico e o desenvolvimento de sua análise espacial diante os fenômenos ao seu entorno.

Mediante esse cenário, destaca-se a metodologia ativa de ensino, a qual diferentemente do modelo atual de educação que é a metodologia passiva, esta possibilita aos educandos a aprendizagem colaborativa envolvendo-os na construção e troca de conhecimento de forma coletiva, incentivando-os à reflexão acerca da atividade e seu conhecimento. Nesse sentido, dentre as inúmeras metodologias ativas, destacam-se a sala de aula invertida, a qual de acordo com Pavanelo e Lima (2017, p. 1) "os conteúdos e as instruções são estudados de maneira on-line antes da aula presencial, onde se realizam atividades práticas como resolução de problemas e projetos, discussão em grupo", e o ensino híbrido que pode ser definido como um modelo de ensino que combina o ensino presencial

 ISBN: 1981-1047

e o ensino a distância por meio de TDICs, aperfeiçoando e tornando o ensino de Geografia mais significativo.

Conclusão

Diante do exposto, fica nítida a gama de desafios e dificuldades que a educação está enfrentando mediante o contexto pandêmico atual. Além disso, conclui-se que os desafios no ensino de Geografia, sobretudo quanto ao processo de aprendizagem, caminham para além da falta de meios eficazes para o desenvolvimento das aulas, destacando-se a falta de recursos suficientes para se trabalhar a ciência geográfica de forma dinâmica nas turmas de ensino fundamental e médio, além da dificuldade de acompanhar os estudantes por meio do ensino remoto ou híbrido, principalmente na condução e articulação das atividades aplicadas.

Apesar disso, considera-se também que o cenário pandêmico atual é sugestivo à ciência geográfica, a qual permite relacionar com o contexto atual que a sociedade encontra-se por meio de uma análise espacial, possibilitando a pensar de forma crítica e reflexiva sobre o espaço vivido, as transformações socioambientais e econômicas, as funções e posicionamentos políticos, e as influências dessa situação no cotidiano. É certo que mediante as inúmeras dificuldades sobrepostas a educação e ao ensino de Geografia foram escancaradas durante a pandemia da Covid-19, mas as possibilidades como o uso de metodologias ativas de ensino para ressignificar o ensino e repensar a educação geográfica também são oportunas.

Referências

BASTOS, M. J. Os desafios da educação brasileira. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, [s. I.], v. 14, n. 2, p. 39-46, 2017. Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/educacao-brasileira. Acesso em: 28 fev. 2021.

FAUSTINO, L. S. S.; SILVA, T. F. R. S. Educadores frente à pandemia: dilemas e intervenções alternativas para coordenadores e docentes. **Boletim de Conjuntura**, Boa Vista, v. 3, n. 7, p. 53-64, abr. 2020. Disponível em: https://revista.ufrr.br/boca/article/view/Faustinoetal. Acesso em: 26 fev. 2021.

LIBÂNEO, J. C. Didática na formação de professores: entre a exigência democrática de formação cultural e científica e as demandas das práticas socioculturais. In: SANTOS, A.; SUANNO, J. H.; SUANNO, M. V. (orgs). **Didática e formação de professores: novos tempos, novos modos de aprender e ensinar**. Porto Alegre: Sulina, 2012. 342 p.

MACÊDO, R. C.; MOREIRA, K. S. Ensino de Geografia em tempos de pandemia: vivências na escola municipal Professor Américo Barreira, Fortaleza –CE. **Revista Verde Grande–Geografia e Interdisciplinaridade**, Montes Claros, v. 2, n. 2, p. 70-89, 2020. Disponível em: https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/verdegrande/article/view/2993/3086. Acesso em: 26 fev. 2021.

MANFIO, V. O ensino de geografia na pandemia COVID-19: uma análise da perspectiva do lugar através de histórias em quadrinhos pelos alunos da escola municipal de ensino fundamental Profª. Cândida Zasso de Nova Palma - RS. **Disciplinarum Scientia:** Santa Maria, v. 21, n. 2, p. 133-144, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumCH/article/view/3424. Acesso em: 26 fev. 2021.

PAVANELO, E.; LIMA, R. Sala de Aula Invertida: a análise de uma experiência na disciplina de Cálculo I. **Bolema:** Rio Claro, v. 31, n. 58, p. 739 – 759, ago, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/bolema/v31n58/0103-636X-bolema-31-58-0739.pdf. Acesso em: 18 abr. 2021.

SANTANA FILHO, M. M. Educação geográfica, docência e o contexto da pandemia covid-19. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 1, n. 1, p. 3-15, maio 2020. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/viewFile/50449/33467. Acesso em: 27 fev. 2021.

SILVA, M. J. S.; NASCIMENTO, F. L. A.; FELIX, P. W. S. A. Ensino remoto e educação geográfica em tempos de pandemia. In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO, n. 7, 2020, Maceió. **Anais...** Maceió: Realize, 2020, p. 1-10. Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/68526#. Acesso em: 24 fev. 2021.

SOARES, L. V.; COLARES, M. L. I. S.; HORA, D. L. Ensinar n pandemia: dilemas atuais da docência. **Revista Educação Básica em Foco**, [s. I], v. 1, n. 1, p. 1-6, abr. 2020. Disponível em: https://educacaobasicaemfoco.net.br/NumeroAtual/Artigos/Ensinar-na-Pandemia-dilemas-atuais-da-docencia-Lucas-MariaLilia-Dinair.pdf. Acesso em: 26 fev. 2021.

SOUZA, E. P. Educação em tempos de pandemia: desafios e possibilidades. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 30, p. 110-118, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.22481/ccsa.v17i30.7127. Acesso em: 08 mar. 2021.

EIXO 5

GEOGRAFIAS E IDENTIDADES

ISBN: 1981-1047

COMPARAÇÃO ENTRE AS PICHAÇÕES DE CONTAGEM E RIBEIRÃO DAS NEVES, MINAS GERAIS

GT – Geografias e Identidades

Erick Vinicius Pereira Lopes
erick.viniciuspl@gmail.com
PUC Minas

Introdução

A dinâmica urbana é baseada em trocas, fluxos, relações hierárquicas e funções, responsáveis pela criação de complexas cidades. Tais elementos estão presentes no espaço e na paisagem da cidade. O espaço concebe o mesmo, fonte e base para tais manifestações. Santos (1996) alerta para a disputa pela paisagem urbana existente entre atores nessa dinâmica.

Há simbolismos que se encontram associados a diversos aspectos da cidade. Um destes são os Grafismos Urbanos, que são qualquer expressão considerada artística ou não, produzida manualmente com o intuito de se passar mensagem e que possua como suporte a cidade (RAMOS, 1994). As pichações são, de longe, as mais populares e evidentes. Estas são formas de demarcar simbolicamente as paisagens ou territórios urbanos, em que o(s) autor(es) se expressam através de palavras, signos, cores, formas e desenhos no ambiente urbano, em vias de se projetarem no espaço (LOPES, 2020). Essas marcas fazem parte da construção do pichador, na qual este tipo de grafismo representa uma forma de expressão e crítica dos valores sociais, grupos de poder e meios de produção hegemônicos.

O termo "pichar", segundo Burzlaff (2008), tem relação com o verbo "pinchar", que significa lançar pinche contra alguma coisa ou alguém. No âmbito de sua grafia, segundo Diniz, Ferreira e Lacerda (2017) encontra-se a palavra pichação grafada com "ch" ou "x". Destaque-se, neste sentido, que a utilização do "ch" implica no ato de demarcar as paredes

 ISBN: 1981-1047

(sendo grafite, marcações políticas, aleatórias, propagandistas), enquanto a utilização do "x" implica em um desrespeito deliberado à ortografia oficial, fato que é representativo de um estilo de vida contestador dos pichadores, marcado por sua ousadia.

Carvalho (2013) afirma que o grafite e suas variações de produção são diferentes da pichação, pois, tem um foco um pouco maior na estética, nas cores e formas. Ressalta-se aqui, que o Brasil é o único país no mundo em que existe uma separação das duas manifestações: pichação e grafite (SILVA, 2013).

Buscando um maior entendimento da atuação dos praticantes da pichação, estes fazem os diversos compostos das cidades mudarem seus significados, em busca da fama, conhecimento, causar no imaginário popular e afins (DINIZ; FERREIRA; LACERDA, 2017). Nessas suas intencionalidades, fazem com que o território venha a tornar-se territorialidade. Dematteis (1995) afirma que o território é a combinação entre os aspectos horizontais de pessoas, produção, circulação (ou seja, relação social-social) e verticais de clima, solo, culturas (ou seja, relação social-natural) (DEMATTEIS, 1995).

Já na territorialidade, Raffestin (1993) afirma que estão em acordo com a vivência dos territórios por participantes de grupos; com organização, influências, territórios diferentes e únicos, com compartimentos de interação e integração humana, a partir de identidades.

Na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), em Minas Gerais, destacam-se os municípios de Contagem e Ribeirão das Neves. Vizinhos de Belo Horizonte, situadas a oeste/noroeste e noroeste/norte da mesma, ambas se destacam por terem sido importantes setores/vetores de expansão/migração. A primeira tornou-se um polo econômico e a segunda é uma cidade dormitório (DINIZ; ANDRADE, 2015).

Busca-se aqui identificar os padrões dos Grafismos Urbanos encontrados no bairro Eldorado em Contagem e Esperança em Ribeirão das Neves - MG, áreas que se constituem como importantes centralidades nesses municípios.

ISBN: 1981-1047

Metodologia

Devido a impossibilidade de percorrer toda a extensão dos municípios e de todos os bairros, destacam-se aqui, recortes estudados, extraídos das áreas mais densamente habitadas e movimentadas dos bairros (escolhidas pelo histórico e nível de adensamento).

A metodologia seguiu procedimentos adotados em trabalhos anteriores desenvolvidos na cidade de Belo Horizonte, com Diniz e outros (2015, 2017, 2019) sendo composta dos seguintes passos: planejamento de rotas; utilização dessas rotas para a realização de registros fotográficos das pichações; registro das suas coordenadas geográficas e preenchimento de formulários específicos para cada pichação, com 14 variáveis relacionadas à localização geográfica, estilo, materiais empregados, tipo de edificação, posição na edificação, dentre outros aspectos que serão apresentados nas análises; construção de um banco de dados alfanumérico com esses dados; e geração de estatísticas descritivas.

Resultados e discussão

A partir dos dados coletados, faz-se necessário destacar alguns elementos. Contagem será referenciado em primeiro e Ribeirão das Neves em segundo. O primeiro dado representa as motivações dos mesmos, sendo que praticamente todos são pelo intuito de demarcar territórios (99,6% - 99,6%), mostrando sua particularidade e adesão. Mas, analisando a pequena quantidade de pichações por motivações políticas (0,2% - 0,4%), pode se dizer que demonstra uma pequena calmaria neste contexto. Nos tipos de construções alvos, tem-se o predomínio das marcações em casas com 50,2 % e 64% e prédios comerciais com 33,5% e 32,5%, pelo próprio fato da função dos bairros, sendo residenciais e com comércios para atender as demandas.

No local da edificação em si que foi demarcado, obtém a predominância nos muros (79% - 78,6%), por serem em maior quantidade e extensão e, nas portas de lojas (15,3% - 14,6%), fato este que demonstra que a atividade está sendo realizada nos períodos em que os estabelecimentos se encontram fechados. Na altura em que a pichação se encontra na edificação específica, demonstra o nível de ousadia dos praticantes, pelo fato de quanto mais

 ISBN: 1981-1047

arriscado e mais alto, maior a visibilidade dos transeuntes e admiração dos praticantes. Há pouca utilização de marcação no topo da edificação (4,4% - 2,2%), por fatores de possuírem poucas edificações altas e por ser ousadia de poucos. Na marquise também se tem as mesmas considerações que no topo, porém, com menor escala/status (12,4% - 4,7%). Já o nível do olhar (82,7% - 92,9%), como é o mais fácil de ser realizado e de evitar ser pego na prática, é o mais difundido.

Do ponto de vista dos materiais utilizados, a predominância do spray com 82,3% e 67,5% na utilização demonstra o desejo de agilidade que se tem de produzir, sendo mais prático de carregar e esconder. Na técnica do rolinho (14,1% - 31,8%) e do borrifador (3,6% - 0,7%) necessitam de serem carregados de formas difíceis de se esconder. Sobre o estilo da pichação, tem-se a paulista (57,6% - 49,4%), mineira e a carioca, que se encontram com 28,2% - 41,3% e 5,8% - 1%, respectivamente. Outro fato também importante é a aparição do grapixo (3,3% - 0,4%), bomb (2,5% - 0,6%) e grafite (2,2% - 6,7%), uma vez que são os produtos mais coloridos e desenhados, porém ainda com a intenção de demarcar (com exceção do grafite).

As sobreposições demonstram conflitos e/ou rixas entre pichadores e/ou grupos, tendo poucos casos (0,1% - 0%), havendo uma maior relação de compartilhar territórios por um bem comum. Assim, pode ser visto, que a atratibilidade principal dos pichadores é a visibilidade, a ação de fazer mais e o ato de evitar ser pego.

Conclusão

A paisagem urbana faz parte do composto cotidiano das cidades e dos indivíduos. A dinâmica interrelacional entre o que é material e imaterial passa muita das vezes despercebidos pelos olhares. As pichações, assim como a paisagem urbana, estão em intensa transformação e comunicação, sendo particulares a si mesmas e a outros processos. Como uma forma de manterem-se vivas, isso se faz de extremo necessário para as mesmas. O processo de demarcação da cidade pelos grafismos urbanos são processos que decorrem de inúmeros significados e subjetivação. Tais marcas se tornam de entendimentos subjetivos, podendo haver situações escondidas.

 ISBN: 1981-1047

Dentre todos os pontos de vista, o que é marginalizado também se constitui como uma categoria do espaço, sendo possíveis de relações e análises, demonstrando o fazer geográfico também nas mesmas. Sendo este, um objeto de estudo rico de análises.

Referências

BURZLAFF, Vicente Pithan. **Ponto e linha sobre plano**: a pichação na região central da cidade de Porto Alegre. 2008. 44f. Monografia (Bacharelado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/16042>. Acesso em: 20 set. 2020.

CARVALHO, R. A. de C. **Entre prezas e rolês**: pixadores e pixações de / em Belo Horizonte. 2013. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Belo Horizonte, 2013.

DEMATTEIS. **Progetto implícito**: contributo della geografia umana alle scienze de territorio. Milano: Franco Angeli, 1995.

DINIZ, A. M. A, FERREIRA, R. G. B, LACERDA, A. G. Territórios renitentes: os efeitos das políticas repressivas à pichação em Belo Horizonte (2011-2015). **Caderno de Geografia**, n. 27.50, p. 589-616, 2017.

DINIZ, A. M. A, FERREIRA, R. G. B, LACERDA, A. G. Territórios Verticais Grafismos Urbanos no hipercentro de Belo Horizonte. **Caminhos de Geografia, Uberlândia**, v. 20, n. 71, 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/45174>. Acesso em: 6 de nov. 2019.

DINIZ, A. M. A; ANDRADE, L. T. de. Metropolização e hierarquização das relações entre os municípios da RMBH. *In*: ANDRADE, L. T. de; MENDONÇA, J. G. de; DINIZ, A. M. A. (org.). **Belo Horizonte**: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles; Belo Horizonte, MG: PUC - Minas, 2015.

 ISBN: 1981-1047

DINIZ, A. M. A; FERREIRA, R. G. B; ALCÂNTARA, S. A. Pichação, paisagem e território no hipercentro de Belo Horizonte. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 22, n. 30, p. 85-103, 2015. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/article/view/P.2316-1752.2015v22n30p84>. Acesso em: 6 de nov. 2019.

ISNARDIS, A. Pinturas rupestres urbanas. **Revista de Arqueologia**, [S.l.], v. 10, n. 1, p. 143-161, 1997.

LOPES, E. V. P. (2020). **A METROPOLIZAÇÃO DA PICHAÇÃO**: evidências de Contagem e Ribeirão das Neves. Monografia (Graduação em Geografia) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <http://bib.pucminas.br:8080/pergamumweb/vinculos/000076/000076e4.pdf>. Acesso em: 31 de ago. 2020.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, CMA. **Grafite pichação & CIA**. São Paulo: Editora Annablume, 1994.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA. H. V. B. A da. **Graffiti e pichação na paisagem urbana de Curitiba**. Instituto Federal do Paraná - Campus Curitiba, Curitiba, 2013. Disponível em: <http://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/RELAT%C3%93RIO-FINAL_-Graffiti-e-Picha%C3%A7%C3%A3o-em-Curitiba-Heloisa-V-B-A-da-Silva.pdf>. Acesso em: 6 de nov. 2019.

 ISBN: 1981-1047

ENTRE O ESPAÇO E O LUGAR: O MUSEU DO HOMEM DO NORDESTE (MUHE) E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO BAIRRO CASA FORTE, RECIFE/PE

GT - Geografias e Identidades

Maria Clara Lima Nunes
nunesclara1999@gmail.com
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Milka Lopes Beserra
milkabeserra2gmail.com
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Caio Augusto Amorim Maciel
caio.maciel@ufpe.br
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Introdução

O Museu do Homem do Nordeste (MUHE) é um patrimônio do Governo Federal (vinculado à Fundação Joaquim Nabuco / Ministério da Educação) que nascera em 1979, em Recife, capital de Pernambuco (GASPAR, OLIVEIRA, 2010). Esse equipamento cultural foi erguido a partir da fusão de três museus: o Museu de Antropologia (1961-1978), o Museu de Arte Popular (1955-1978) e o Museu do Açúcar (1963-1978). A sua importância deve-se ao que ele representa: a sua arquitetura, o seu acervo e o seu incentivo à qualificação em forma de iniciação do fazer cultural aos jovens estudantes do ensino superior (monitorias no museu).

Para o entendimento do papel da forma simbólica espacial (CORRÊA, 2007) do museu, a princípio discorreremos sobre alguns aspectos históricos, como também a contextualização de sua localização e suas recorrências históricas e geográficas espaciais. Localiza-se significativamente no bairro de Casa Forte, antiga área de engenhos de açúcar nas várzeas do Capibaribe e centro simbólico do Nordeste freyreano. Portanto, o bairro de Casa Forte possui fatos marcantes na historiografia da cidade do Recife/PE, pois em determinado tempo passa de engenho a arrabalde, para finalmente integrar fragmento urbano, ou seja, participa do desenvolvimento urbano e regional. Para situar o leitor sobre a

 ISBN: 1981-1047

epistemologia do bairro junto ao desenvolvimento de um perfil social dos habitantes desse espaço, é válido reforçar as raízes que fundaram o bairro que sedia o MUHE: ele surge, a priori, em forma de produção rural – o engenho Casa Forte, em plena fase da produção escravista. Às margens do Rio Capibaribe era feito o depósito e transporte do açúcar fabricado para o mercado local e internacional, já suas casas e a capela localizavam-se numa praça chamada de "Campina de Casa Forte".

Hoje o bairro de mesmo nome carrega heranças simbólicas espaciais do que foi a sua fundação; a exemplo: onde eram localizadas as casas e a capela fica hoje a denominada Praça de Casa Forte, local sede da batalha contra os flamengos que nomeou o bairro no dia 17 de agosto de 1645 com a intenção de libertar Pernambuco do jugo holandês. A casa grande, em função do uso durante a guerra, ficou conhecida pelo nome de "Casa Forte", que posteriormente foi estendido para toda a propriedade, para a povoação e depois ao bairro. Assim, a história do bairro carrega muitos simbolismos para Recife e Pernambuco.

Metodologias

A presente pesquisa estruturou-se na etapa de gabinete mediante revisão bibliográfica, com base nas referências da disciplina de Geografia Cultural, assim como levantamento de dados junto à Prefeitura da Cidade do Recife. Em seguida realizou-se a etapa de entrevistas remotas (de forma *on line*) com alguns sujeitos que frequentam o MUHE, para compreender o que o museu representa para a construção social do bairro de Casa Forte. Por fim, é apresentado um apanhado geral das entrevistas (utilizando nomes hipotéticos para preservar a identidade dos entrevistados).

Resultados e discussão

A identidade territorial e social do bairro de Casa Forte

Em meados do século XVI, o português Diogo Gonçalves veio a Pernambuco como trabalhador braçal no início da colonização, e logo tornou-se Auditor da Gente de Guerra da Capitania. Devido a seu cargo de importância, recebeu do Capitão Donatário Duarte Coelho com o título de dote nupcial o Engenho Santo Antônio de Beberibe e as terras onde atualmente se localizam os bairros de: Beberibe, Casa Forte e Várzea. Diogo Gonçalves

 ISBN: 1981-1047

construiu dois engenhos a partir dessa sesmaria: o Engenho Santo Antônio da Várzea e o Engenho Jerônimo Gonçalves que teve vários proprietários sendo chamado sucessivamente de: Isabel Gonçalves, Dona Anna Paes, Tourlon, Nassau, de With e, a partir de 1645, Casa Forte. O engenho se localizava às margens do Rio Capibaribe, onde era feito o depósito e transporte do açúcar fabricado para o mercado do Recife. Suas casas e a capela se localizavam numa praça chamada de "Campina de Casa Forte", atualmente denominada por Praça de Casa Forte, local onde travou-se a batalha que deu nome ao bairro no dia 17 de agosto de 1645 com a intenção de libertar senhoras pernambucanas que tinham sido presas pelos holandeses na casa grande do engenho que na época se chamava "Dona Anna Paes".

A casa grande ficou conhecida pelo nome de "Casa Forte", que posteriormente foi estendido para toda a propriedade, para a povoação e depois ao bairro.Após a morte do sargento mor João Freitas da Silva – último representante familiar do fundador do engenho – as terras do engenho Casa Forte, de acordo com a avaliação judicial das terras, deveria ser partilhada, e os herdeiros decidiram doar o terreno da praça localizada em frente a igreja para que a lembrança da segunda batalha contra os holandeses fosse perpetuada. No ano de 1810, José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima, conhecido com Padre Roma, surge como proprietário do engenho e a casa grande passa por uma reforma, e no ano de 1907, mais uma vez, foi comprada e reformada pelas irmãs Francesas da Sagrada Família, onde foi instalado o Colégio Sagrada Família.

Hoje não existe mais construção física pertencente ao antigo engenho. Onde se localizava seu pátio, encontra-se praça de casa forte; No lugar de sua antiga capela, a Matriz de Casa Forte; A casa grande permanece sendo um colégio onde houve a associação do Colégio Sagrada Família a outra escola recifense, e atualmente chama-se NAP – Sagrada Família. Todo o resto de sua terra se tornou o bairro de Recife que hoje conhecemos como Casa Forte.

Atualmente o bairro originado por uma família de engenho possui 6.750 habitantes, sendo 77,41% autodeclarados brancos, 1,81% pretos, 20,16% pardos e 0,1% indígenas. 99,1% da população acima dos 10 anos é alfabetizada, e seu Rendimento Nominal Médio Mensal dos Domicílios chega a 11.318,97. O bairro segue conservando heranças

 ISBN: 1981-1047

iconográficas físicas e não físicas, seja em alguns antigos casarões que se mantém até os dias de hoje como o prédio velho, onde funciona hoje a sede da Fundação Joaquim Nabuco e o Museu do Homem do Nordeste localizados na rua 17 de agosto – que tem esse nome em homenagem à segunda batalha dos brasileiros contra os holandeses – ou nas nomenclaturas presentes nos restaurantes, lojas e condomínios do bairro, onde é constantemente resgatada a origem colonial.

As heranças iconográficas e a influência cultural do Museu do Homem do Nordeste

Imagem 1: Museu do Homem do Nordeste

Fonte: Diário de Pernambuco, 2020

Conforme aponta Roberto Lobato Corrêa em seu texto *"Formas simbólicas e espaço*: algumas considerações", as formas simbólicas do espaço representam a realidade que é resultado do processo de produção e comunicação dos significados entre um grupo cultural. Essa forma simbólica que pode ser material ou imaterial é passível de interpretações distintas. usemos como exemplo o bairro de Casa Forte aqui citado: um bairro de origem colonial - destaca-se aqui o tratamento desumano dos senhores de engenho em relação aos escravizados -, de classe média alta que permanece até os dias atuais reafirmando suas origens

 ISBN: 1981-1047

tanto por permanência de antigas construções (forma simbólica material) quanto por nomenclaturas de praças, ruas, lojas e condomínios (forma simbólica imaterial), além de apresentar nos dias atuais um cenário socioeconômico em que apenas 1,81% é autodeclarada preta, está sujeito tanto a interpretações de louvor e pertencimento por parte da população. de origem dominante, quanto a interpretação de crítica e negação por parte da população originalmente oprimida.

Diante disso, o Museu do Homem do Nordeste tem grande papel de importância, tanto em relação ao ponto de vista constitucional - Art. 215. "O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais." – quanto no ponto de vista social, pois traz exposições que abordam a problemática e a cultura presente em cada período histórico, o que é de extrema importância não só para a população local, mas também a todos os visitantes, tendo em vista que a reconstrução do passado proporciona uma nova interpretação, a atribuição de um novo significado, e a reafirmação dessas formas simbólicas espaciais contribuem ricamente no processo de formação e manutenção das identidades, sejam elas étnicas, raciais ou sociais (RELPH, 1976).

O Museu do Homem do Nordeste - Muhe (Imagem 1) é um um patrimônio do Governo Federal (vinculado à Fundação Joaquim Nabuco / Ministério da Educação) que nascera em 1979. Esse monumento é erguido por intermédio da fusão de três museus: o Museu de Antropologia (1961-1978), o Museu de Arte Popular (1955-1978) e o Museu do Açúcar (1963-1978). A sua importância deve-se ao que ele representa: a sua arquitetura, o seu acervo e o seu incentivo à qualificação em forma de iniciação do fazer cultural aos jovens estudantes do ensino superior. O simbolismo é o processo de perpetuação de uma marca que pode vir a ser enterrada junto aos novos processos espaciais que a região passará.

> "A Geografia e a história natural estão sem dúvida relacionadas em seu modo de observação." (SAUER, 1956)

No entanto, a crítica holística referente ao patrimônio nacional, o Museu do homem do Nordeste - Muhe não se particulariza apenas ao simbólico, como também abrange as diferentes vivências sociais. A sua importância representa a construção de uma identidade

 ISBN: 1981-1047

territorial, a centralização social e até mesmo retrato das fragilidades sociais que a região ainda carrega. O Museu eterniza em seu acervo a dominância sobre o coletivo, e o coletivo: possui peças que remetem ao passado escravista, como também peças de uso diário de pessoas pobres. O ambiente do museu é em sua essência regional, possui artefatos da cultura nordestina como roupas, ornamentações, representações de comidas e utensílios da culinária nordestina, representa também a raiz indigena brasileira e a sua diversidade cultural materializadas pela pluralidade religiosa. A existência do museu deve-se a necessidade que o ser social possui em se conectar a sua história e a conhecer o passado de seu semelhante

Agradecimentos

Primeiramente vamos agradecer a Universidade Federal de Pernambuco e ao Departamento de Ciências Geográficas - UFPE por nos proporcionar a Disciplina de Geografia Cultural para o Curso de Geografia Bacharelado possibilitando a ampliação do nosso aprendizado e o amplo desenvolvimento de nosso trabalho na UFPE. Ao nossos companheiros de turma pelo auxílio e a sempre prestatividade e a coordenação do Prof. Dr. Caio Augusto Amorim que colabora com nosso aprendizado, ampliando nossos horizontes.

Referências

CASA Forte. **Prefeitura da Cidade do Recife**. Disponível em: http://www2.recife.pe.gov.br/servico/casa-forte acesso em novembro de 2020.

CORRÊA, R. L. Formas simbólicas e espaço: algumas considerações. Aula Inaugural do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF, Niterói. **GEOgraphia**. v. 9 n. 17 (2007). Disponível em: https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13530, acessado em 01/02/2021.

ENGENHOS de Pernambuco, Casa Forte. **Engenhos de Pernambuco**, 2014. Disponível em: http://engenhosdepernambuco.blogspot.com/2014/11/engenhode-jeronimo-paes-de-gonsalves.html . Acesso em novembro, 2020.

FEDERAL, Senado 2020 < Constituição da República Federativa do Brasil - Art. 215 (senado.leg.br)> Acesso em novembro, 2020.

GASPAR, L.; OLIVEIRA, A. **Museu do Homem do Nordeste**. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=721 acessado em 15 de fevereiro de 2021.

MARANDOLA JR, E. et al. **Qual o espaço do lugar?** São Paulo, Perspectiva, 2012

EIXO 6

ESPAÇOS URBANOS E RURAIS NA CONTEMPORANEIDADE

ISBN: 1981-1047

EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO FERRAMENTA NECESSÁRIA PARA A DEFESA DOS CAMPONESES E CAMPONESAS DO BRASIL

GT - Espaços urbanos e rurais na contemporaneidade

Daniel Carneiro Mendes
danielmendes2090@gmail.com
Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA

Introdução

O campo brasileiro, desde a invasão dos portugueses, e da expansão mundial do capitalismo é marcado por fortes conflitos, levando ao aprisionamento das terras, genocídio dos povos originários e desenvolvendo um modelo de sociedade agrário exportadora/escravocrata por mais de três séculos. Ao mesmo tempo, a história nos mostra que houve nesse contexto muitas lutas de resistência e libertação (interiorização indígena e quilombos).

Atualmente presenciamos ainda, a hegemonia do modo de produção capitalista, com as terras aprisionadas, desgarradas e mercantilizadas. Um modelo econômico, marcado pelo trabalho alienado e explorado. Na cultura e educação temos um movimento focado na formação de capital humano e padronização dos meios culturais a serviço do mercado.

Com o advento da organização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, nos diversos espaços da sociedade brasileira, foi se constituindo projetos alternativos a serviço dos menos favorecidos. É nesse contexto que o campo é marcado pela disputa de dois projetos: do agronegócio e da agricultura camponesa/familiar.

 ISBN: 1981-1047

Até o momento, segundo o site Econômico Valor (2012), estima-se que cerca de 23% da população do campo seja analfabeta e 4% dessa população seja sem-terra. Tais dados, são exemplos da desigualdade existente no espaço agrário brasileiro, que desde a modernização do campo vem se intensificado cada vez mais.

A pesquisa em questão, almeja relatar a Educação do Campo como pedagogia necessária aos camponeses e camponesas, enquanto forma de legitimar e resguardar a identidade do campo, alicerçada em experiências exitosas, dentro das mais de 2 mil escolas do campo espalhadas em território brasileiro. (BRASIL DE FATO, 2019)

Autores como Roseli Salete Caldart (2004), foram essenciais para o embasamento teórico da pesquisa. Documentários e os cadernos de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, também auxiliaram na construção do trabalho.

Metodologia

Do ponto de vista metodológico, o artigo é resultado de análise teórica baseado em pesquisas bibliográficas e discussões realizadas no contexto, pelo Programa de Bolsa de Permanência Universitária – PBPU, da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, que desenvolveu pesquisas teóricas e empíricas sobre os diversos temas tratados no trabalho em questão.

Roseli Salete Caldart (1998) e Adeliane Vieira de Oliveira (2016) foram as duas autoras responsáveis pelo embasamento teórico, além de documentários e os cadernos de formação do MST.

Resultados e discussão

A proposta de Educação do Campo, surge nesse cenário como importante ferramenta dos camponeses e camponesas, para a construção de um projeto de campo que tenha como base o respeito à vida, construindo novas relações com a natureza e resgatando o sentido ontológico do trabalho. Na experiência do Movimento dos Trabalhadores Rurais

 ISBN: 1981-1047

Sem Terra, as práticas educativas fazem parte das estratégias de luta pela Reforma Agrária Popular.

A educação no MST, assim como em outros movimentos populares do campo – Sindicatos, Via Campesina, Comissão Pastoral da Terra - é entendida como um processo amplo de formação humana que ultrapassa a dimensão do ensino e aprendizagem. Sua proposta compreende a necessidade do processo educativo, na qual está vinculado a matrizes da formação humana do trabalho, da luta social, da história, da organização coletiva e da cultura. Isso exige da escola o vínculo permanente com a vida em seu entorno, entendidos como agências formadoras, possibilitando compreender e intervir na realidade em que os sujeitos estão inseridos. Deste modo a cultura camponesa não só é trabalhada na escola, isto é, ela é parte integrante da organização do trabalho pedagógico.

Segundo Adeliane (2016), "a Educação do Campo, surge na tentativa de afirmar o campo enquanto espaço de vida e trabalho, tendo o MST como principal articulador dessa luta". É compreendido como processo e vivência que difere da Educação no Campo, pois "no campo", já existem centenas de escolas espalhadas no território brasileiro, todavia, normalmente, sua pedagogia difere totalmente da realidade rural. A proposta de Educação do Campo, volta-se, exclusivamente, para a vida dos camponeses e camponesas, valorizando sua cultura e tendo o processo de luta pelo acesso à terra como forma de aprendizagem.

Mais do que uma proposta pedagógica, a Educação do Campo é uma forma de pagar uma dívida histórica que envolve os camponeses e camponesas do Brasil, já que sempre lhes foi negado o direito a estudar, perpetuando o ditado popular que diz que: "para o camponês lhe basta apenas as primeiras letras, o resto ele se apega na inchada". (CALDART, 2004, p. 82).

Certamente, se não fosse a pressão dos movimentos populares do campo, não haveria a existência de políticas públicas tão importantes para a defesa da educação camponesa, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e o Programa Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO).

 ISBN: 1981-1047

Conclusão

Na atual conjuntura, propostas como a pedagogia da Educação no Campo, estão sendo cada vez mais atacadas pela ala neoliberal e conservadora do Estado - considerando que esses enfrentamentos não ocorrem somente no poder executivo, mas em todas as esferas institucionais. Apesar dos avanços nessa área, ainda existem muitos desafios no âmbito da Educação do Campo no país, que refletem no cotidiano dos assentamentos e acampamentos.

Desde o início do seu mandato, o Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, sem partido, prometeu fechar todas as escolas regidas pelo Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra, alegando que tais instituições de ensino básico não formam alunos, e sim militantes. A constituição brasileira é clara, ao afirmar que fechar escolas é crime, além disso, o direito de estudar é para todos e todas, sem distinção de pessoas.

O momento exige unidade das diversas frentes populares organizadas no campo, para que se avance na construção de um projeto popular que legitime e defenda a camponesa e o camponês brasileiro.

Lutar em defesa da Educação do Campo, na perspectiva da Reforma Agrária Popular, deve ser o objetivo daquele(a) que almeja uma nova sociedade. Mais do que isso, tais sujeitos devem compreender as contradições presentes no campo brasileiro, desde a invasão dos portugueses em 1500, para assim, entender as contradições do espaço agrário brasileiro.

Referências Bibliográficas

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MOREIRA, Anelize. **Como funcionam as escolas do campo que estão na mira do governo Bolsonaro.** Brasil de Fato. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/25/como-funcionam-as-escolas-do-campo-que-estao-na-mira-do-governo-bolsonaro >. Acesso em: 16 de abril de 2021.

MST**. O que queremos com as escolas dos assentamentos**. Caderno de Formação n.º 18. São Paulo: MST, 1991.

OLIVEIRA, A; V. A **Territorialização das Escolas de Ensino Médio do Campo: o caso da Escola de Ensino Médio Francisco Araújo Barros no Assentamento Lagoa do Mineiro em Itarema – Ceará**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, Sobral.

SARAIVA, A.; MARTINS, D. **Analfabetismo na Zona Rural é o dobro da Média Nacional.**EconômicoValor.Disponívelem<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/11/28/analfabetismo-na-zona-rural-e-o-dobro-da-media-nacional-segundo-ibge.ghtml >. Acesso em: 21 de março de 2021.

STÉDILE, João Pedro. **A Luta Pela Terra no Brasil**. São Paulo: Scritta, 1993.

 ISBN: 1981-1047

ENSAIO SOBRE PROBLEMAS AMBIENTAIS URBANOS A PARTIR DA ANÁLISE DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO RELEVO MATERIALIZANDO-SE EM CIDADES IMPERMEÁVEIS

GT – Espaços urbanos e rurais na contemporaneidade

Húrbio Rodrigues de Oliveira Costa
hurbio.costa@unesp.br
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Faculdade de Ciências e Tecnologia - Campus de Presidente Prudente

Introdução

No que tange um dos principais paradigmas da Geografia, Sociedade e Natureza, essa relação é percebida no Espaço Geográfico de maneira entrelaçada, permitindo a interpretação dos processos e formas estabelecidos na paisagem. Uma das materializações dessa relação entre sociedade e natureza está nas cidades, sejam elas pequenas ou metrópoles, é notável a conexão entre os fatores sociais e naturais, que passam a interferir uns sobre os outros.

As cidades passam a concentrar uma maior quantidade de pessoas, que se aglomeram e estabelecem relações de diferentes níveis, sejam elas de trabalho, lazer, política, cultura, religiosa, entre outras. Na medida em que o número de pessoas vai aumentando, tem-se a potencialização das intervenções promovidas pela sociedade na natureza, com o objetivo de transformá-la ou adaptá-la às funções urbanas.

Com o avanço do processo de urbanização em cidades, observa-se o aumento das áreas impermeáveis, ou seja, a quantidade de solo exposto à atmosfera e capaz de permitir a infiltração da água, vai diminuindo ao passo em que a urbanização avança. Tem se tornado recorrente nas cidades a presença de eventos relacionados à má drenagem das águas pluviais, os alagamentos, por exemplo, ocorrem quando o sistema de drenagem não é capaz de escoar toda a água oriunda das chuvas, permitindo que ela fique acumulada momentaneamente (COSTA, 2019).

Neste sentido, observa-se o rompimento de uma relação harmoniosa entre sociedade e natureza, no qual a sociedade ao não considerar as dinâmicas naturais como a infiltração de água nos solos, durante o processo de ocupação do relevo, "obriga" a natureza

 ISBN: 1981-1047

a buscar outros caminhos para escoar a água das chuvas. A expressão "cidades impermeáveis" passa a ser usada no sentido de demonstrar o uso de materiais que impossibilitam determinadas dinâmicas naturais, como a infiltração e escoamento da água advinda das chuvas. A prática de impermeabilizar a superfície do solo mediante as construções e pavimentações já se tornou uma atividade inerente ao espaço urbano. O solo por vezes é tido como algo ligado ao rural e, em muitos casos, atrelado ainda à ideia de sujeira.

Assim, a ideia de cidades impermeáveis, ligadas a diminuição do solo exposto e disponível para o processo de infiltração das águas pluviais, além de ser fruto do planejamento do processo de expansão da malha urbana não considerando as dinâmicas da natureza, está associado ainda ao distanciamento da imagem de rural e a busca pelo ambiente mais urbano possível.

Desta maneira o objetivo principal do presente estudo, consiste em compreender as relações entre sociedade e natureza a partir da dinâmica de ocupação dos diferentes compartimentos do relevo e das morfologias de vertente, permitindo associar o processo de urbanização à impermeabilização da superfície do solo e consequente escoamento superficial das águas pluviais. Considera-se ainda dois objetivos específicos: 1) classificar os principais impactos do processo de urbanização na dinâmica de infiltração e escoamento das águas pluviais levando em consideração a morfologia das vertentes; e 2) elencar possíveis medidas que promovam uma melhor relação entre sociedade e natureza, no contexto das cidades.

Metodologia

Diante dos objetivos estabelecidos adotou-se como área de estudo a cidade de Capinópolis/MG, uma cidade de pequeno porte, o município de Capinópolis/MG possui, de acordo com o último censo (IBGE, 2010), 15.290 habitantes e está localizado na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, mais precisamente na microrregião de Ituiutaba no estado de Minas Gerais. Capinópolis/MG tem sofrido com eventos relacionados às dinâmicas de infiltração e escoamento das águas pluviais, sobretudo entre os anos de 2015 e 2020 (COSTA, 2019).

A metodologia para o presente estudo consiste na análise das formas de relevo e morfologias de vertente presentes na cidade de Capinópolis/MG, identificadas por meio de mapeamentos e trabalhos de campo. Foi realizado um esboço geomorfológico para a área

 ISBN: 1981-1047

urbana de Capinópolis/MG, numa escala de 1:22.000, devido ser o foco para a realização do estudo, exigindo, assim, maiores informações no que tange o relevo, morfodinâmica atual e áreas ocupadas pela malha urbana.

O esboço consiste na reunião de informações, que se complementam e permitem classificar o relevo de acordo com suas formas e processos atuantes. Por meio das curvas de nível, da declividade do relevo e dos trabalhos de campo, foi possível identificar as formas do relevo. Num primeiro momento apontou-se as áreas de topo e divisores de água, por meio das classes hipsométricas e da confirmação em campo, observando os pontos mais altos do terreno e direcionamento das vertentes. A próxima etapa foi destacar as áreas de topo e os tipos de fundo de vale, se são vales em V ou em berço, indicando a ação erosiva do canal de cunho mais acentuado ou não.

O terceiro elemento observado durante o mapeamento dos compartimentos geomorfológicos foi o domínio e a morfologia das vertentes, destacando se são côncavas, convexas ou retilíneas. Essa classificação foi realizada utilizando-se das curvas de nível e dos trabalhos de campo que permitiam confirmar ou refutar as considerações feitas no software. As curvas de nível permitem identificar a partir da curvatura das linhas e distância entre elas, fato que auxiliou no mapeamento geomorfológico, já que não existem bases que forneçam tamanho detalhamento.

Resultados e discussão

O crescimento no sentido horizontal da cidade passa a promover a impermeabilização de uma área maior, a partir da ocupação do relevo, interferindo na dinâmica dos processos naturais, como infiltração e escoamento, o que ocorre de maneira mais significativa quando em vertentes dotadas de comprimento de rampas longos (COSTA, 2019). Dependendo da morfologia do relevo, sobretudo das vertentes (retilíneas, côncavas e convexas), a instalação de elementos antrópicos contribui diretamente para a ocorrência de alagamentos, enchentes e inundações.

Observa-se então, por meio de mapa hipsométrico que se tem como área mais baixa o vale do Córrego do Capim, com 480 metros de altitude, e como parte mais alta a área de topo onde se localizam bairros como o Roney de Almeida Garcia e Alvorada III, com aproximadamente 580 metros de altitude. O que se percebe é uma variação suave das formas

 ISBN: 1981-1047

do relevo, que são acentuadas especialmente próximas aos cursos d'água, com vales mais encaixados. As vertentes côncavas tendem a concentrar a água das chuvas, quando impermeabilizadas tornam-se propensas aos alagamentos momentâneos devido a insuficiência de drenagem.

Em áreas urbanas, em especial aquelas que passaram pelo processo de impermeabilização da superfície do solo, a água tende a se direcionar por meio do escoamento superficial para pontos de concentração, em sua maioria vertentes côncavas. Quando essa concentração de água num determinado ponto vai de encontro à ineficiência do planejamento, especialmente com relação a drenagem das águas pluviais, passam a surgir os alagamentos, o mesmo ocorre em vertentes retilíneas com declividade baixa.

Já as vertentes convexas tendem a dispersar o fluxo de água das chuvas, deste modo tem-se a menor infiltração e maior escoamento superficial, quando combinada com as vertentes retilíneas esse escoamento torna-se ainda mais acelerado, aumentando o potencial erosivo. É comum identificar a combinação entre duas morfologias em uma mesma vertente, quando não ocorre um estudo prévio dessas morfologias e suas características, associado às alterações nas dinâmicas de infiltrações, passar a se tornar comuns problemas ambientais urbanos, como os alagamentos e enxurradas.

Na área urbana de Capinópolis/MG é possível observar vertentes retilíneas ou convexas que vão ao encontro de fundos de vale em V, combinação que durante as chuvas pode provocar a cheia do canal e por vezes sua inundação. Essa possibilidade se explica por ambas morfologias terem caráter dissipador de fluxos, e não concentrador, fornecendo uma quantidade maior de água ao canal fluvial.

Deste modo, a morfologia das vertentes, especialmente nas convexas e retilíneas, deve ser um fator a ser considerado durante o processo de expansão da malha urbana. No caso das áreas de topo, a relação entre morfologia e problemas ambientais urbanos se direcionam aos fatores de planejamento urbano, principalmente no que tange a drenagem das águas pluviais. As áreas de topo, normalmente mais planas, tendem a permitir que a água infiltre lentamente pelo solo, no entanto, a impermeabilização da superfície, rompe com essa dinâmica de infiltração. A partir do momento em que essas áreas de topo são impermeabilizadas a água tende a permanecer na superfície ou escoar pelas vertentes.

 ISBN: 1981-1047

Em Capinópolis/MG, ressalta-se o fato de que o processo de ocupação do relevo e expansão da malha urbana, produziu áreas impermeáveis e com baixo investimento no que tange a drenagem das águas pluviais. A ocorrência de alagamentos em áreas de topo, e as enxurradas em vertentes convexas e retilíneas, demonstram a alteração em dinâmicas naturais. A impermeabilização da superfície do solo, processo que ocorre naturalmente, é potencializado por meio de uma urbanização que não leva em consideração a necessidade de infiltrar e escoar as águas pluviais.

O aumento do escoamento superficial passa a promover impactos em diferentes escalas, indo desde o transporte de resíduos, desmantelamento das vias públicas, instalação de processos erosivos e em alguns casos invasão da água nas construções. Cabe, durante o processo de expansão da malha urbana, considerar os elementos naturais e sociais, buscando evitar o surgimento de problemas ambientais urbanos, que representam uma relação desequilibrada entre sociedade e natureza (COSTA, 2019).

Conclusão

Diante disso, observa-se a necessidade de buscar por uma Geografia que busque uma maior discussão, considerando o caráter Físico e Humano como complementares e codependentes. Na busca por uma urbanização que considere não somente as questões de interesse imobiliário, como as de dever ambiental, investindo recursos e tecnologias nas morfologias de vertente de modo a proporcionar a ocupação de qualidade e reduzir os impactos ambientais urbanos.

O anseio pelo uso de materiais permeáveis, estabelecimento de áreas verdes e a implantação de taxas de permeabilidade demonstram a necessidade de manter minimamente as condições de infiltração de água no solo, diminuindo o escoamento superficial. Quanto mais água na superfície, seja ela acumulada ou escoando em forma de enxurradas, maiores serão os impactos para a sociedade, bem como para a natureza. Conclui-se então, as cidades impermeáveis devem abrir espaço para construções e um planejamento urbano que considere a entrada de elementos como a chuva, uma dinâmica natural que adquire potencial destrutivo a partir do momento em que as cidades não estão preparadas para recebê-la ou muito menos escoá-la.

 ISBN: 1981-1047

Referências

COSTA, Húrbio Rodrigues de Oliveira. **O risco ambiental em uma cidade pequena**: análise da morfodinâmica atual e sua relação com as áreas de risco à enchentes, inundações e alagamentos na cidade de Capinópolis/MG. 2019. 161 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.662

 ISBN: 1981-1047

A AGROECOLOGIA COMO RESISTÊNCIA PRODUTIVA DO MST: DO DEBATE PARADIGMÁTICO A COMERCIALIZAÇÃO EM ROSANA (SP)

GT – Espaços Urbanos e Rurais na contemporaneidade

Lara Dalperio Buscioli
lara.dalperio@gmail.com
Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista

Introdução

Partimos do pressuposto de que a agroecologia deve ser entendida como um campo científico que envolvem diferentes formas paradigmáticas de análise de seus os processos via valorização, utilização de técnicas, métodos e teorias neste conhecimento em consonância com os saberes tradicionais do campesinato e também como uma forma de resistência ao avanço do capitalismo no campo brasileiro, em que os movimentos socioterritoriais ganham destaque na sua forma de produção e comercialização.

Zarref (2018) aponta que no Brasil temos mais de 55 mil famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) produzindo de forma agroecológica nos assentamentos por meio de sementes crioulas, com sistemas extrativistas/agroflorestais, de produção animal produzindo leite/derivados e carne, de produção de cana-de-açúcar/erva-mate/cachaça/melado etc.: "enfim, inúmeras práticas que articulam conhecimento popular e acadêmico, formas organizativas coletivas e muita luta" (p. [1]).

Assim, a produção agroecológica torna-se uma forma de resistência produtiva do campesinato, de modo especial do Movimento, promovendo melhores condições de vida e a soberania alimentar. Como é o caso das 18 famílias do assentamento Gleba XV de Novembro, que fazem parte da Associação Regional de Cooperação Agrícola (ARCA) pertencente ao setor de produção do MST, que produzem de forma agroecológica em Rosana no estado de São Paulo (SP) e comercializam suas produções com o projeto das cestas na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) desde 2019.

Neste sentido, o trabalho busca apresentar como objetivo de estudo a agroecologia no debate científico em consonância com o entendimento do MST, bem como suas práticas pela comercialização através do citado projeto.

 ISBN: 1981-1047

Metodologia

Para isso partimos de três procedimentos metodológicos da pesquisa que foram realizados no sentido de produzirmos informações quantitativas e qualitativas, iniciamos com a) pesquisas bibliográficas; b) Aplicação de entrevistas caráter formal e semi-estruturadas, ou seja, por mais que em sua execução utilizamos um roteiro, tivemos a possibilidade para adicionarmos perguntas que julgarmos pertinentes (COLOGNESE, MELO, 1998), sendo apresentadas as falas de quatro depoentes (sendo três executadas de forma presencial e uma por aplicativo de WhatsApp) Cabe ressaltar que para este trabalho utilizamos nomes fictícios devido ao caráter conflituoso dos territórios e atual conjuntura política de criminalização das ações dos movimentos; c) Observação Participante no local de comercialização das cestas, entendendo que é um procedimento complexo de produção de informações, exigindo uma gama de atividades, bem como as anotações no caderno de campo por ordem cronológica, tópicos temáticos etc. (FOOTE-WHYTE, 1980), sendo realizadas as atividades de reserva dos pedidos, montagem e comercialização entre outros.

Desenvolvimento

Para Mendonça (2011) a agroecologia enquanto ciência se coloca a partir de diferentes perspectivas e não pode ser vista apenas no sentido de acúmulos de conhecimentos, mas pelos distintos conhecimentos que os processos de aprendizagem sociais trazem através das suas interações. Se identificando como elemento de questionamento, buscando por meio da sua construção/desconstrução que interligam teorias-métodos científicos e saberes tradicionais (não científicos), explicar elementos dos sistemas socioambientais complexos.

Nicolas Floriani e Dimas Floriani (2010), apontam que no quadro explicativo da agroecologia enquanto ciência temos os "Sistemas de entendimento e explicação da realidade" que ocorrem e decorrem de conflitualidades de significação de diferentes objetos materiais e imateriais aliados a diferentes interesses (crenças, valores, práticas sociais de produção/apropriação/reprodução etc.). A estes "sistemas de entendimento e explicação da realidade", correlacionamos com Kuhn (2005) e Fleck (2010) nas referências de paradigmas/estilos de pensamentos e a comunidade científica/coletivo de pensamento.

 ISBN: 1981-1047

Para Kuhn (2007) os paradigmas são conhecimentos sustentados por leis, metodologias, teorias etc., compartilhados e aceitos pela comunidade. E o processo de revolução científica decorre das fases do seu desenvolvimento em ciência normal e ciência extraordinária, ocorrendo por rupturas gerando um novo paradigma único daquele momento. Fleck (2010) nos ajuda avançar a partir da historicidade o desenvolvimento da ciência, que ocorre pelo coletivo de pensamento, que compartilha um estilo de pensamento, trazendo elementos do anterior, possibilitando dois estilos de pensamentos no mesmo momento histórico.

Neste sentido, a agroecologia se coloca como elemento de revolução científica (paradigmas) dos referidos autores, ao confrontar o autoritarismo na ciência positivista, que desconsidera os saberes tradicionais como elementos explicativos. E esta crise se coloca a partir do Paradigma vigente na Ciências Agrárias não explicar, em sua totalidade, a crise socioambiental que os territórios rurais estão enfrentando (BORSATTO; CARMO, 2013). Assim, pensarmos nesta ruptura é irmos além destes elementos analíticos considerando outros campos de ações tal qual os criados/descontruídos pelos movimentos socioterritoriais no âmbito político/social construindo seus conhecimentos. Ou seja, a produção do conhecimento do campesinato e de sua produção agroecológica, se colocam como forma de ruptura desta epistemologia e um novo saber tradicional.

Compreendemos que a agroecologia vem fortalecer a autonomia camponesa de produção, pois seu objetivo é: "trabalhar com e alimentar sistemas agrícolas complexos onde as interações ecológicas e sinergismos entre os componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das plantas" (ALTIERI, 1998, p. 23). Sendo uma política resistente ao atual modelo de produção e do avanço neoliberal, bem como no campo científico, ela promove o desenvolvimento sustentável assentado nas características locais e de indenitárias criando ações coletivas e participativas no campo (GÚZMAN, 2001).

O MST propõe, esta prática e resistência, através da agroecologia, que foge dos princípios de produção do agronegócio. Como, por exemplo, com o projeto das Cestas Agroecológicas em Rosana (SP) comercializadas no campus da UNESP. Segundo Luiz, do setor de produção do MST, o projeto tem como objetivo abranger a temática da reforma agrária no município tanto com os membros da comunidade acadêmica como o da sociedade

 ISBN: 1981-1047

em geral, desenvolvendo a questão da soberania alimentar com alimentos saudáveis e com preços acessíveis.

Um fato marcante do projeto na produção agroecológica é a sua diversidade: banana, mamão, abóbora, alface, beterraba, almeirão, manga espada, tomatinho cereja, pimentão, pepino, berinjela, laranja, chicória, salsinha/cebolinha, rabanete, limão, maxixe, jiló, rúcula, couve, acelga, vagem, maracujá, quiabo, cheiro-verde, abacate, coentro, repolho, pimenta de cheiro, mandioca, ovos, bem como, melado, requeijão, leite, queijo, polpa de maracujá e acerola, cocada, farinha de mandioca, frango/galinhas, pão, bolacha, mel e camisas/bonés.

A produção destes alimentos é realizada com insumos do próprio lote da família, como estercos (gado e galinha), compostagem a partir da palha com o esterco de gado onde ocorre a adubação por meio da mistura com a água ou mesmo com técnicas que permitem maior fertilidade ao solo como adubação com esterco de galinhas e insumos oriundos dos processos realizados no lote, cobertura com a palha seca, plantação consorciada etc.

Luiz nos afirmou que há uma divisão entre as famílias internamente aos lotes e o recebimento da comercialização é feito por quinzena pela ARCA: "assim, ajuda muito porque consegue pagar uma internet, um botijão de gás, uma energia elétrica, as pessoas falam com essas palavras, complementa a renda do assentamento" (Em entrevista ao autor em 2020). Assim, observamos que as cestas agroecológicas contribuem para a permanência dos camponeses em seus territórios, contribuindo para questões de infraestruturas e de subsistências.

Segundo dados de pesquisas de campo a partir das reservas, em 2019 foram comercializadas 101 cestas agroecológicas, 57 queijos e 46 pães que são os principais produtos, já no ano de 2020 o projeto triplicou o crescimento dos pedidos de cestas agroecológicas, sendo comercializadas 304 cestas, 302 queijos e 142 pães dos pedidos reservados, evidenciando a importância do projeto na soberania alimentar durante a Pandemia. Cabe ressaltar que ainda são vendidos separadamente, todos os produtos que vem nas cestas e os avulsos na feira.

O militante Diro nos aponta que por meio desta comercialização dos produtos agroecológicos que os consumidores da cidade, conhecem a estrutura de produção do MST, conhecem a forma de trabalho, suas ferramentas e perspectivas, ou seja, o que os camponeses

 ISBN: 1981-1047

estão fazendo na terra, evidenciando as trocas de conhecimentos e de práticas entre consumidores e produtores.

Em relação a melhoria na qualidade de vida da população, cabe destacar que na atualidade em tempos de pandemia, o MST realizou 67 doações de cestas agroecológicas para famílias carentes em Rosana (SP), compondo um período especial de suas ações, dando maior visibilidade para suas produções e causas políticas. Pois para o Movimento: "o princípio é olhar pro próximo com carinho, com solidariedade e o nosso papel é produzir em cima do nosso território que é a nossa terra e produzir sem veneno porque veneno, os químico tira a vida e a agroecologia salva-vidas" (Luiz em entrevista ao autor em 2020).

O perfil das famílias que recebem as cestas solidárias são os mais variados: Famílias que já vivem numa vulnerabilidade social; famílias de idosos; famílias das quais a mulher é a componente principal na geração de renda; famílias das quais a mulher é solo com filhos menores de idade; mulheres/mães que ficaram desempregadas devido a pandemia com a não realização de trabalhos domésticos; famílias das quais o homem, como provedor de renda, perdeu o emprego; e, famílias das quais o provedor autônomo não teve mais condições de continuar seu trabalho, como é o caso do consumir Marcos que trabalha como taxista e não teve mais serviço disponível diante da pandemia que vem recebendo a cesta solidária.

Na perspectiva de Marcos, ele é muito agradecido pela doação das cestas agroecológicas para sua família que está passando por dificuldades na questão da soberania alimentar, conforme podemos analisar em sua fala: "Que deus possa abençoar grandemente vocês, o pessoal que tá dando essa força pra quem tá precisando nesse momento difícil que tá todo mundo passando aí, deus abençoe todos vocês".

Neste contexto, o consumidor Rodrigo nos aponta que os povos do campo, em especial os sem terras, vem trazendo essa contribuição das cestas para Rosana (SP) com produtos de qualidade, ajudando as famílias carentes, sendo um processo importante, pois a cidade não sobrevive sem o campo. Ou seja, para ambos consumidores há um processo de ajuda mútua entre eles na comercialização e pelos camponeses na produção.

Considerações finais

A agroecologia se estabelece no campo científico por meio de diferentes técnicas, disciplinas, aportes teóricos-metodológicos em consonância com os saberes tradicionais do

 ISBN: 1981-1047

campesinato, que buscam a partir de uma análise crítica da crise socioambiental avançar na consolidação das resistências produtivas no âmbito agroecológico, como é o caso das cestas agroecológicas em Rosana (SP) que se consolidou como importante instrumento de luta e resistência produtiva para o MST.

A cesta contribui para o processo de transição produtiva dos camponeses, permite o debate da soberania alimentar da população via doações de cestas neste período de pandemia do COVID-19, cria laços afetividades entre os produtores e consumidores, leva consumo de alimentos saudáveis livres de agrotóxicos a população que constatou-se que também consome produtos oriundos da reforma agrária como luta política, evidenciando assim, o crescimento em números de pedidos das cestas desde o seu surgimento.

Referências

ALTIERI, M. **Agroecologia:** a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. do. A Agroecologia como um campo científico. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 8, n. 2, p. 4-13, 2013.
COLOGNESE, S. A.; MELO, J. L. B. **A Técnica da Entrevista na Pesquisa Social.** Porto Alegre: Cadernos de Sociologia, 1998. V. 9, p. 143-159.
FLECK, L. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico.** Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.
FLORIANI, N.; FLORIANI, D. Saber Ambiental Complexo: aportes cognitivos ao pensamento agroecológico. **Revista Brasileira de Agroecologia,** v. 5, n. 1, p. 3-5, 2010.
FOOTE-WHYTE, W. Treinando a observação participante. In: GUIMARÃES, A. Z. (org.). **Desvendando máscaras sociais.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. p. 77-86.
GUZMÁN, E. S. **Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia.** Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentado. Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar.2001.
KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Perspectiva, 2007.
MENDONÇA, M. A. F. C. **Agroecologia e indicadores de sustentabilidade:** uma revisão teórico-metodológica. 100 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural – Magister Scientiae) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa – Minas Ferais, 2011.
ZARREF. L. **Agroecologia e o MST.** Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 24 out. 2018. Disponível em: <https://mst.org.br>. Acesso em: 16 fev. 2021.

POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS PARA AS CIDADES: PARTICIPAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

GT – Espaços Urbanos e Rurais na Contemporaneidade

Lucas Barbosa de Santana
Lucas.barbosa@unesp.br
Universidade Estadual Paulista – UNESP/FCLAr

Introdução

A dimensão das políticas públicas para as cidades é ampla, e é composta por uma variabilidade de atores e cenários complexos, que requerem do pesquisador grande imersão teórica e conceitual.

Nesse sentido, o presente trabalho busca investigar o panorama geral da participação da sociedade civil no desenvolvimento e na materialização de políticas públicas culturais nos municípios brasileiros, através da análise de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Metodologia

Por conseguinte, trata-se, nesse trabalho, de um estudo de caso, que conforme define Yin (2001 p.121) "é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real", Ou seja, por meio do levantamento dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e de criteriosa revisão e análise bibliográfica, desenvolveu-se um quadro comparativo e interpretativo, da participação da sociedade civil no processo decisório das políticas públicas culturais nos entes subnacionais. É relevante mencionar que o conteúdo deste trabalho segue a metodologia adotada em uma investigação de caso indutiva, que também "baseia-se em várias fontes de evidências, (...) e beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados" (Yin 2001 p. 125).

 ISBN: 1981-1047

Resultados e discussão

Tal qual Santos (2008), entende-se que o espaço é um construto social e sua compreensão passa pela análise dos processos atuantes em múltiplas dimensões. Assim, investigar as cidades é analisar as dinâmicas sociais estabelecidas nela, sobretudo as relações em seu bojo, sejam entre os cidadãos, entre as instituições públicas e/ou privadas, dentre outras.

Com isso, é fundamental apontarmos que o IBGE desenvolve uma série de levantamentos estatísticos acerca da situação dos municípios brasileiros, e, durante os anos de 2006 e 2014, realizou levantamentos sobre o cenário cultural dos municípios, apontando, dentre outras coisas, o grau de modernização das instituições públicas municipais para cultura, a especialização dos quadros técnicos, os recursos orçamentários investidos na área pelos entes subnacionais, bem como o grau de participação social da sociedade no processo decisório envolvendo as políticas culturais nas cidades.

A participação popular é norma, e devem ser instituídos mecanismos para tal, como define a Constituição Federal. Contudo, as inúmeras particularidades entre os municípios brasileiros conferem grandes distinções na participação popular dentro dos conselhos e setores culturais nos municípios.

A formulação e a implementação de políticas públicas em nosso tempo, são marcadas pela participação daqueles atores que mais sentirão os efeitos da política implementada: A sociedade civil. É nesse aspecto que se assenta a necessidade de compreensão da envergadura da participação e suas disparidades locais.

Conforme afirma Brandão (2010 p.45) ao considerarmos que "O que interessa não é valorizar ou não, encenar ou não o Bumba Meu Boi ou o Samba de Roda, mas incorporar a eles e a outras manifestações populares o melhor instrumental e conhecimento técnico existentes" e ainda "a melhor qualificação possível dos seus atores, conduzindo-os a tornarem-se efetivos produtores culturais de elite". Compreendemos que o papel das

 ISBN: 1981-1047

instituições públicas locais é garantir o acesso e as condições materiais e técnicas para viabilização das mais diversas práticas culturais nas cidades.

Os conselhos de cultura são instituições de caráter consultivo e/ou deliberativo e fiscalizador em boa parte dos municípios brasileiros, com certa variação de suas competências em determinadas localidades. Os conselhos garantem maior participação da sociedade civil no processo de gestação das políticas públicas de cultura, permitindo maiores condições de controle e de ingerência social no processo decisório do setor cultural em nossas cidades.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2015), apontam que aproximadamente 40% dos municípios brasileiros possuem conselhos de cultura, número que demonstra aumento expressivo da presença dos conselhos frente ao último levantamento realizado pelo IBGE em 2006, quando 17% possuíam esse mecanismo.

Ainda com dados do IBGE (2015), é possível afirmar que a maior parte dos conselhos de cultura nos municípios brasileiros possui composição paritária (as cadeiras são ocupadas 50% por integrantes da sociedade civil e 50% por integrantes do governo local), o que nos demonstra o caráter inclusivo e participativo das demandas e processos culturais, desponta-se, portanto, o caráter coletivo e inclusivo das dinâmicas culturais, sejam elas institucionalizadas (como é o caso em análise) ou não.

Os levantamentos do IBGE (2015), também nos mostram que os conselhos possuem atribuições bastante distintas entre os municípios, mas, de maneira geral, a construção e anuência dos planos municipais de cultura, que traçam as diretrizes para o setor cultural nas cidades, além do monitoramento e avaliação dos projetos e programas implementados, são responsabilidades em comum.

A presença dos Conselhos de preservação do patrimônio histórico e artístico nas cidades também é fator de grande relevância para as investigações acerca das dinâmicas da participação popular no processo decisório e nas diretrizes de gestão dos bens culturais materiais e imateriais das cidades.

ISBN: 1981-1047

De acordo com dados do IBGE (2006; 2015), a presença de conselhos para preservação do patrimônio histórico e artístico nos municípios aumentou, mas o crescimento e sua presença nas diversas localidades do Brasil ainda são pequenos. Em 2006, cerca de 13% das cidades brasileiras possuíam o órgão gestor, enquanto que em 2014 esse percentual atingiu quase 19%.

Ao entendermos o patrimônio histórico como marca importante e fundamental do processo de socialização humana e de formação de nossas cidades, é imperativo pressupor que a presença de conselhos que estabeleçam diretrizes e projetos capazes de garantir a integridade do patrimônio é fundamental. Ainda que boa parte das cidades brasileiras ainda não contem com o mecanismo, o aumento da presença denota uma maior preocupação da sociedade e dos agentes governamentais com a memória histórica de suas cidades.

Logo, os mecanismos de participação dentro das cidades despontam como uma das maneiras de democratizar o espaço urbano. A sociedade não é um ator passivo dentro da dinâmica política e social de nossas cidades. A inserção dos cidadãos no processo decisório é um passo fundamental para que as políticas implementadas nas cidades despontem como ações concretas, que levem em consideração as demandas da comunidade.

Com isso, sabe-se que a cultura (de maneira geral, não só suas manifestações materiais e imateriais, mas também suas instituições políticas e sociais) tem um lugar extremamente importante na tentativa de diminuir o mal estar vivido pelos indivíduos nas cidades. Como aponta Simmel (1973, p.23) o desenvolvimento da cultura moderna é caracterizado pela preponderância do que se poderia chamar de o "espírito objetivo" sobre o "espírito subjetivo". Nesse sentido, a realidade social imposta nas cidades é essencialmente individualista, orientação que subjuga a subjetividade à objetividade, traço marcante das cidades de nosso tempo. Contudo, é imperativo considerar que as dinâmicas culturais, em suas mais diversas instâncias, são atores decisivos na transformação das categorias sociais reproduzidas no contexto urbano.

Nessa ideia, assentam-se as considerações de participação e corresponsabilidade pelas decisões políticas dentro das cidades. É nela onde a coletividade pode expressar sua máxima condição de realização, e são os sujeitos dessas localidades capazes de identificar e

 ISBN: 1981-1047

prognosticar os meios para atender suas necessidades. Vê-se, assim, que por sua dimensão substancialmente comunitária (pois faz-se de, e é para pessoas), a cultura representa terreno fértil para essas transformações.

Ao analisar os indicadores de políticas culturais no âmbito das cidades brasileiras, esse trabalho tem como objetivo evidenciar as transformações no âmbito da gestão cultural nos municípios, dando luz aos principais indicadores na área e aos avanços da participação da sociedade civil no processo decisório, além da modernização dos aparatos institucionais de escolha e decisão no âmbito do poder local.

Nesse sentido, ao analisar as transformações da gestão de políticas públicas para cultura nas cidades, o que se pretende é contribuir para o que Lefebvre (2011) define como uma "Ciência da cidade", na qual:

> A realização da sociedade urbana exige uma planificação orientada para as necessidades sociais, as necessidades da sociedade urbana. Ela necessita de uma ciência da cidade (das relações e correlações na vida urbana). Necessárias, estas condições não bastam. Uma força social e política capaz de operar esses meios (que são mais do que meios) é igualmente indispensável. (LEFEBVRE. 2011, p. 138)

Conclusão

Concluo, afirmando que o campo das políticas públicas e também o da cultura são amplos, e que historicamente vêm recebendo diversos tratamentos e orientações investigativas por meio dos pesquisadores. Contudo, cabe salientar que a vastidão do território brasileiro e a variabilidade de formas, processos, atores e cenários nas cidades torna o trabalho investigativo ainda mais complexo. Seja pelas inúmeras particularidades do Brasil, pela forma como a gestão municipal desenvolve suas dinâmicas administrativas e de poder, ou pela própria heterogeneidade do povo brasileiro, manifestada imediatamente onde vivem, nas cidades.

A construção de uma "Ciência para as cidades", como aponta Lefebvre (2011), trata-se de uma tarefa de grande relevância e alto grau de dificuldade, pelos motivos supracitados. Contudo, vale apontar que procedimentos investigativos como este, que

 ISBN: 1981-1047

pretendem dar lucidez aos números e clareza aos levantamentos meramente quantitativos, tornam-se uma tarefa essencial para o entendimento da realidade dos municípios brasileiros, sobretudo quanto ao seu avanço histórico.

Foi, portanto, o intuito deste trabalho: Pôr luz sobre os cenários enfrentados pelos diversos municípios brasileiros quanto a um aspecto corriqueiramente negligenciado pela administração pública, a cultura. Que embora seja uma garantia constitucional e legalmente instituída como dever do Estado, por vezes sua materialização pode ser inadequada e insuficiente. Nesse sentido caminha a necessidade do aumento da participação política da sociedade na tomada de decisão. Quem além do cidadão para apontar e decidir qual a melhor política cultural para sua comunidade?

Agradecimentos

Agradeço ao Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Desenvolvimento Urbano e Ambiental – NEPDUA, da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP-Araraquara, ao qual este trabalho se vincula e à FAPESP pelo apoio financeiro para realização deste trabalho.

Referências

BRANDÃO, M. A. Cidade, Cultura e Políticas Públicas. In: RUBIM, A. A. C. e ROCHA, R. **Políticas Culturais para as Cidades**. Salvador. EDUFBA: 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos estados e dos municípios brasileiros**: Cultura. Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos municípios brasileiros:** Cultura. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** 5. ed. São Paulo: Centauro. 2011.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2008.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. (org.). **O fenômeno urbano.** Rio de Janeiro: Zahar. 1973.

YIN, R. K. **Estudos de Caso:** planejamento e métodos**.** Porto Alegre: Bookman, 2001.

 ISBN: 1981-1047

DA ALIENAÇÃO E HETERONOMIA À EMANCIPAÇÃO: A PEDAGOGIA URBANA COMO POSSIBILIDADE DE DEMOCRATIZAÇÃO DO PLANEJAR A CIDADE

Osmar Fabiano de Souza Filho
osmarfabiano980@gmail.com
Universidade Estadual de Londrina

GT – Espaços urbanos e rurais na contemporaneidade

Introdução

A formação do espaço urbano advém das relações sociais (LEFEBVRE, 2006). Neste sentido, a estrutura social vigente, em um determinado tempo e espaço, tende por influenciar diretamente nas relações, interações e dinâmicas sociais e espaciais (HARVEY, 1992).

Este trabalho busca refletir, considerando o paradigma vigente da Modernidade, o estado de alienação e heteronomia que esta estrutura social causa à sociedade, refletindo-o em conjunto com o planejar e pensar a cidade. Adota-se para tal, o conceito de alienação discutida em Marx (2010), onde com a propriedade privada assume um importante papel na negação da humanidade dos seres humanos. Já por heteronomia, têm se a ideia de ser alijado dos processos decisórios, sendo este poder, ou direito, restrito apenas a alguns poucos grupos da sociedade discutido em Lopes (2016).

A proposta, neste sentido, tem como objetivo introduzir na discussão, a temática, da Pedagogia Urbana, pois, acredita-se que com seu auxílio ao ensino de Geografia torna-se possível promover a consciência crítica do planejar o urbano, e assim, o direito à cidade. Apresenta-se, ao menos enquanto discussão teórica, a possibilidade de se romper com a alienação social e heteronomia postas em prática pelo capital atualmente.

Tem-se que a introdução da modernidade capitalista formou este profundo estado de heteronomia e alienação social, onde o pensar e planejar, no caso aqui focalizado aos

 ISBN: 1981-1047

assuntos citadinos, se tornaram um grande privilégio restrito à alguns grupos nas mais diferentes esferas. Desta maneira, o trabalho tem como justificativa o imperativo de trazer à ribalta das discussões problematizações que visam romper com o atual estágio de heteronomia e alienação que é estendido a vários segmentos da sociedade, e promover, por meio da Geografia com a Pedagogia Urbana, o direito à cidade.

Metodologia

Consistindo em uma pesquisa de discussão teórica, a metodologia empregada para realização deste trabalho se deu com a problematização de conceitos e teorias acerca da temática proposta, e debates entre as mesmas

Inicialmente apresentou-se a discussão da temática da alienação e heteronomia da sociedade, isso graças à lógica capitalista, a propriedade privada, bem como por causa da estrutura social moderna, e produziu-se uma problematização acerca de como estes fatores, existentes na sociedade, contribuem para a confirmação do *status quo* e para a privação do direito à cidade. Por fim, apresentou-se a proposta da Pedagogia Urbana e a sua potencialidade de superação para com estas questões.

Planejamento Urbano na Modernidade: Um território em disputa.

O planejar o espaço é uma ação constante da ação humana desde os tempos mais longínquos. Todavia, com o surgimento da estrutura social da Modernidade, no século XVI, este espaço, agora urbano, que outrora poderia ter sua dinâmica e disposição formatada por influência direta de relações subjetivas, de crenças, passa, com este advento, a ter outros significados, e a sofrer outra forma de influência, a do capital e da racionalização capitalista (SOUZA, 2016).

A dinâmica espacial que surge de maneira hegemônica, desconsidera os fatores subjetivos, deixando, assim, à existência de diferentes ações espaciais dos mais variados povos com relação ao espaço, e se impõe uma racionalidade espacial, que preconiza o uso do espaço para melhor realizar o capital (HARVEY, 2014). O espaço para o capitalismo tem seu significado auferido pelo seu valor de troca, e não mais pelo valor de uso. Se antes vivia-se sobre a hegemonia dos valores humanos subjetivos, o mesmo, agora, tem sua dinâmica

 ISBN: 1981-1047

influenciada diretamente pela cultura da mercadoria que sempre visa, por meio dele, acelerar o processo de realização do capital (HARVEY, 1992).

Por se fazer enquanto uma estrutura social, como base das relações sociais, a Modernidade tem influência direta, para além da dinâmica espacial, nas concepções dos seres humanos, em suas noções de ser e estar neste tempo e espaço. As concepções humanas passam a ser inseridas, também, dentro da lógica de reprodução do capital que é preconizada propagada (HARVEY, 1992). Funda-se com isso, um estágio profundo de alienação social, da própria formação humana, e de heteronomia, onde a maior parte da sociedade é alijada dos processos decisórios (SOUZA, 2016).

Como discute Marx (2010), é com o advento da propriedade privada, que compõem essa base estrutural da sociedade, que se funda este estado de alienação presente na sociedade. Já Marcelo Lopes de Souza (2016), mostra como esta mesma Modernidade, instaura na sociedade o estado de heteronomia que se faz predominante até os dias atuais. Sobre estas influências, de alienação e de heteronomia, que se dão as relações sociais que envolvem a produção do espaço. Tem-se assim a produção do espaço realizadas conforme os ditames do capital e para a reprodução de sua lógica, sendo a população alijada de qualquer participação ao planejamento urbano daquilo que é fruto de seu trabalho, a cidade.

Como é sabido, o planejar e o pensar à cidade são, também, um território em disputa, onde há o confronto de diferentes concepções e visões da realidade urbana, que disputam a hegemonia deste segmento, mas na atual modernidade o capital ganha força em detrimento do trabalho e dos trabalhadores (SOUZA FILHO, 2021).

Marx (2010), em seus Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844, chama atenção ao fato de ser a propriedade privada, e as relações capitalistas que promovem o estado de desumanização do homem. Essa desumanização se dá, primeiro, pelo fato do homem não mais se reconhecer enquanto homem; não reconhecer a sua atividade produtiva; não mais reconhecer a natureza e sua relação com a mesma; e por fim não mais reconhecer a espécie humana enquanto tal.

Na lógica capitalista o ter torna-se mais importante que o ser e fazer, para se constituir enquanto sociedade humanizada. Se antes, o homem formava-se através de sua

 ISBN: 1981-1047

atividade produtiva, hoje, com esta alienada, ele apenas pensa o que pode comprar com seu salário de forma a se satisfazer (MARX, 2010). Essa alienação se estende ao nível do pensar e planejar a cidade, que é fruto das relações humanas, onde o desinteresse atualmente existente, que se percebe com o baixo nível de participação nos processos de construção dos planejamentos urbanos da sociedade brasileira, que modifica diretamente a cidade, pois essa alienação faz com que o conjunto maior da sociedade não reconheça a cidade enquanto sua.

Deve ser lembrado que o homem e a mulher, se reconhecem enquanto tal por meio de seu trabalho na natureza. É assim, neste processo, que os mesmos se humanizam, humanizam a sociedade, criando também, sentimentos humanos, relações sociais, e cada vez mais humanizadas. Porém, a Modernidade e o Capitalismo, que fundam a Propriedade Privada, negam aos seres humanos seu principal fator de humanidade, o trabalho e o seu reconhecimento no fruto dele.

A sociedade, fica assim, no meio desta estrutura construindo relações que prezam pela negação de sua própria humanidade e cerceamento de sua capacidade de escolha e de pensar, ficando à mercê de tecnocratas a serviço do capital para formularem o seu espaço alheio à sua vontade. Ou seja, grande parte do conjunto da sociedade fica alijadas do direito à cidade, está sendo fruto direto, também, de suas relações sociais (HARVEY, 2014).

O grande desafio que se apresenta é como romper com esta estrutura social vigente, que séculos após séculos, se modifica, mas se perpetua como a estrutura que domina as relações sociais. Como promover uma emancipação humana, que rompa com o processo de desumanização promovido pelo capitalismo e que acabe com o estado de heteronomia da sociedade? Acredita-se que um caminho possível seja aquele que una Geografia e Pedagogia Urbana.

Emancipação possível pela Pedagogia Urbana

As discussões referentes à Pedagogia Urbana tiveram seu início por volta dos anos 1970. Diretamente influenciada pelos eventos de maio de 1968, onde a modernidade, suas instituições e o capitalismo, foram fortemente colocados em perspectiva e crítica, a Pedagogia

 ISBN: 1981-1047

Urbana carrega consigo o teor crítico deste momento histórico que problematiza as relações desiguais de poder (DE MEDEIROS NETA, 2010).

Com base na crítica à modernidade, a Pedagogia Urbana, carrega como princípio problematizar a concepção de que, apesar de muito importante, não cabe apenas à instituição escolar, sobretudo a Escola moderna, o processo de educação. O processo educativo deve acontecer em conjunto com diferentes instituições obras das relações humanas, e por meio delas, sendo uma destas a cidade (DE MEDEIROS NETA, 2010).

Com os estudantes vivenciando a realidade urbana no seu dia a dia e cotidiano, a cidade possui um papel educativo fundamental na construção da cidadania e dos processos de educação (DE MEDEIROS NETA, 2010). Têm-se com a Pedagogia Urbana, e reflexões realizadas seguindo seus princípios como emancipação, formação crítica, promoção do direito à cidade e ruptura com o estado de heteronomia, a possibilidade de construir uma sociedade urbana autônoma (SOUZA, 2006).

Neste sentido, problematizar criticamente as relações sociais vivenciadas pelos/as estudantes possibilita a promoção de uma problemática urbana, no ensino de geografia, com um viés mais crítico, onde as pretensões sejam voltadas em explicar à descrever; analisar à inventariar; interpreta à apenas ler.

Refletir e problematizar temáticas, como as desigualdades socioespaciais, desigualdade de renda, a racionalização do espaço, e as relações de classe, leia-se de poder, que ajudam a formar, e estruturam, a configuração espacial, se praticado com o auxílio da Pedagogia Urbana na Geografia, pode vir a construir uma geração crítica e autônoma quanto a seu exercício de cidadania e da própria democracia (SOUZA, 2006).

Neste sentido, por meio da aliança desta ao ensino de Geografia abre-se a possibilidade de romper com o estado de heteronomia, tão presente na modernidade, e fundar uma contracorrente de formação de uma cidadania autônoma que lute pelo direito à cidade (SOUZA, 2006). Abre-se também, já que se relaciona em outras bases, superar a alienação presente nas relações sociais que é imposta pela estrutura moderna.

ISBN: 1981-1047

Referências

DE MEDEIROS NETA, Olivia Morais. É possível uma pedagogia da cidade?. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 10, n. 40, p. 212-221, 2010.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1992

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: O Direito à Cidade e à Revolução Urbana**; tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **A Produção do Espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sério Martins do original. (La Production de l'Espace, 4°ed. Paris, Éditions Anthipos, 2000). Primeira versão, 2006.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Boitempo Editorial, 2010

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora: reflexões em torno da redemocratização do planejamento urbano e da gestão das cidades** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

SOUZA FILHO, Osmar Fabiano de. Planejamento urbano como território em disputa: as relações de poder no pensar a cidade, o caso londrinense. **Anais do II Congresso da Guerra do Contestado**. Londrina, p.493-509, 2021.

 ISBN: 1981-1047

PADRÕES DE LOCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES COMERCIAIS E DE SERVIÇOS EM PRESIDENTE PRUDENTE – SP

GT – Espaços urbanos e rurais na contemporaneidade

Victor Hugo Quissi Cordeiro da Silva
victorqcs123@hotmail.com
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Resumo

A redefinição da centralidade intraurbana nas cidades médias brasileiras comparece como uma das principais transformações por que passam estes espaços, modificando, por conseguinte, as relações entre o que é central e periférico nestas cidades. Neste artigo discutimos os processos de desconcentração e recentralização das atividades comerciais e de serviços em Presidente Prudente – SP, revelando a formação de uma centralidade múltipla e polinucleada. Ao mesmo tempo que percebemos que o centro principal ainda mantém importante papel na configuração da centralidade intraurbana, novas centralidades emergem nessa cidade, principalmente quando observamos as áreas em que se localizam os *shopping centers*. Como instrumento metodológico utilizamos o Cadastro Nacional de Endereço para Fins Estatísticos (CNEFE) e da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), construindo uma base de dados própria e original, fundamento para a construção das representações cartográficas presente nesse texto.

Palavras-chave: Centro. Centralidade. Multicentralidade. Policentralidade. Presidente Prudente – SP.

Introdução

A discussão que apresentamos é resultado de pesquisa de iniciação científica intitulada *Padrões de localização de atividades econômicas nas cidades médias brasileiras: Presidente Prudente/SP, Ribeirão Preto/SP, Ituiutaba/MG e Chapecó/SC*, financiada pela FAPESP (Processo: 2019/06233-2). Este trabalho está vinculado ao Projeto temático *Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos*, também financiado pela FAPESP (Processo: 2018/07701-8). Como parte dos instrumentos metodológicos, discutimos o uso do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE) e da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) em estudos sobre a localização de atividades comerciais e de serviços. No tópico referente à análise dos resultados anexamos o mapa com as concentrações de comércios e serviços em Presidente Prudente, fruto do uso do CNEFE/CNAE. Por fim, concluímos nosso texto destacando o papel exercido pelo

 ISBN: 1981-1047

centro principal e as novas concentrações que emergem no interior da cidade, principalmente motivadas pela implantação dos *shopping centers*.

Metodologia

Na pesquisa realizada utilizamos dois procedimentos metodológicos para o desenvolvimento da análise, sendo eles: formação de um banco de dados das atividades comerciais e de serviços e a produção de mapas que expressam as concentrações de atividades econômicas estudadas por esta pesquisa, ou seja, comércios e serviços. O banco de dados foi construído a partir do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE), tal banco de dados é produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos levantamentos feitos nos censos demográficos.

O CNEFE possui como uma das suas principais vantagens a abrangência nacional das informações coletadas, dando condições para que possamos desenvolver análises comparativas entre cidades de diferentes regiões do país. Além desta característica destacamos a possibilidade de realizar um processo de georreferenciamento dos endereços coletados pelos recenseadores, resultando na produção de mapas, tal como vamos apresentar neste trabalho.

Uma primeira classificação dos endereços é realizada pelo próprio CNEFE quando este divide os usos do solo urbano em sete variáveis diferentes. No entendo, as variáveis que nos interessam são referentes aos números 4 (Estabelecimentos de ensino), 5 (Estabelecimentos de saúde) e 6 (Estabelecimentos de outras finalidades). Com a finalidade de construir uma base de dados mais detalhada sobre a distribuição das atividades econômicas na cidade, escolhemos tomar como parâmetro a CNAE para classificar os endereços do CNEFE.

A CNAE é um sistema de classificação das atividades econômicas e está estruturado de maneira hierárquica, ou seja, partindo de uma definição mais genérica até chegar a uma mais detalhada das atividades. Os níveis da CNAE estão divididos em cinco, sendo eles: seções, divisões, grupos, classes e subclasses, respectivamente do mais geral ao mais

 ISBN: 1981-1047

específico. Em nossa pesquisa realizamos a classificação dos endereços até o terceiro nível da CNAE.

Resultados e discussão

Iniciamos este tópico discutindo brevemente os conceitos de centro, centralidade, multicentralidade e policentralidade. Encontramos em Sposito (2013, p. 73) a descrição da centralidade urbana como uma expressão e uma condição de central exercido por uma determinada área da cidade. Como também defendem outros autores, tais como Corrêa (2002), Whitacker (2017a) e Whitacker (2017b) os conceitos de centro e centralidade não podem ser compreendidos separadamente devido à condição de interpenetração em que ambos estão inseridos. Sendo assim, Sposito (2013, p. 73) completa: "As áreas centrais são, assim, espaços que ancoram a constituição de centralidades, mas não são a mesma coisa que elas".

No período mais recente podemos observar a formação de novas áreas centrais, concentradoras de comércios e serviços, resultantes da descentralização destas mesmas atividades. Associadas ao processo de descentralização das atividades comerciais e de serviços temos formas e funções que expressam essa relocalização, sempre associada com novas concentrações (SPOSITO, 2001). Deste modo, os subcentros podem ser considerados uma aglomeração diversificada de comércios e serviços localizada fora do centro principal. As novas concentrações buscam área que possuam o atributo da acessibilidade. Entretanto, a acessibilidade dos subcentros diz respeito a apenas uma parte da cidade e não à cidade como um todo, como acorre no centro principal (VILLAÇA, 2001).

Gostaríamos de acentuar duas dinâmicas econômicas e territoriais que nos ajudam a compreender esse processo de reestruturação do espaço urbano, sendo elas a descentralização e a recentralização territorial das atividades comerciais e de serviços. A partir de Sposito (2001) podemos afirmas que elas não ocorrem de maneira simplesmente dispersa no tecido urbano pois, paralelamente, há a formação de novas concentrações fora do centro principal. Logo, vemos a formação de uma centralidade múltipla e polinucleada (SPOSITO, 2001). De outra forma, Sposito (2010, p. 205) afirma que, "Em outros termos, se constatamos a existência de mais de um centro, temos uma **multicentralidade**. Se

 ISBN: 1981-1047

constatamos deferentes níveis de especialização e importância entre esses centros, estamos em face de uma **policentralidade**"

Como dos resultados alcançados nesta pesquisa gostaríamos de apresentar o percentual de classificação dos endereços CNEFE a partir da CNAE para a cidade de Presidente Prudente. Na Tabela 1 abaixo podemos ver que atingimos um percentual de classificação de 86% de um total de 10.542 endereços.

Tabela 1 – Total de endereços CNEFE: *classificados, não classificados e o percentual de classificação obtido*.

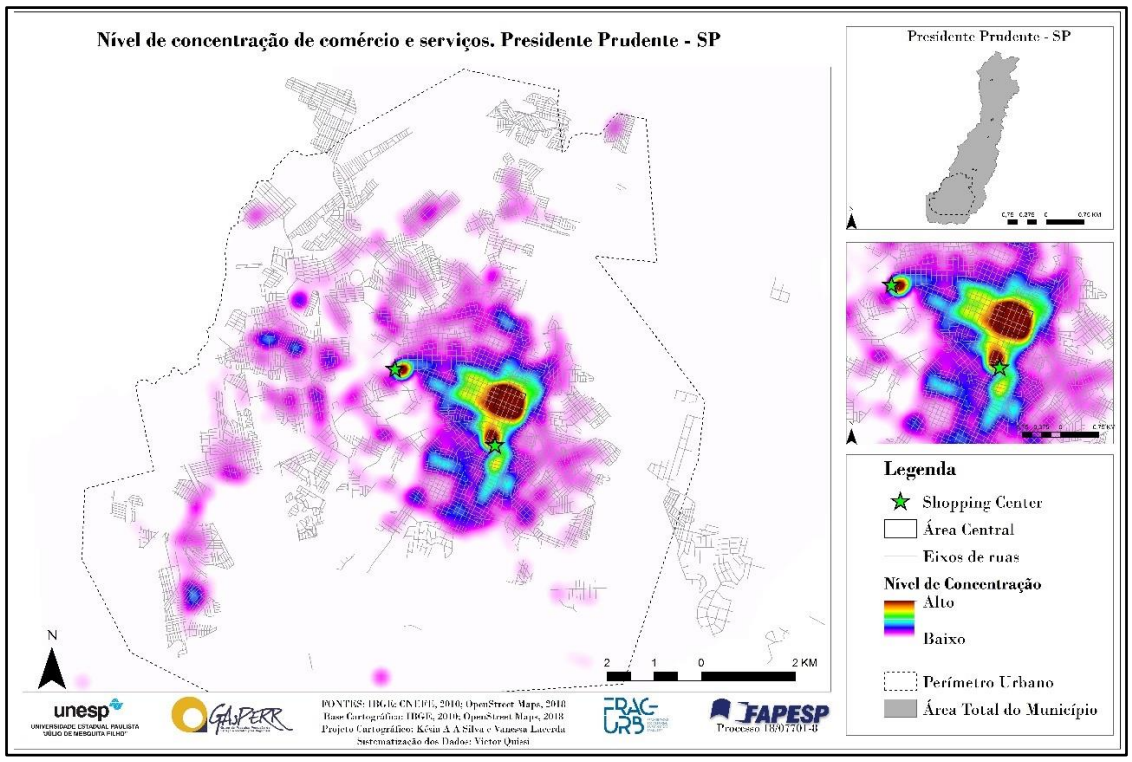
Cidade	Total de endereços CNEFE	Total de endereços CNEFE classificados	Total de endereços CNEFE não classificados	*% de classificação*
Presidente Prudente	10.542	9.062	1.480	86%

Organização: Victor Hugo Quissi

Após efetuarmos a classificação CNEFE/CNAE realizamos o processo de georreferenciamento dos endereços, formando através de *software* de mapeamento coordenadas X e Y para cada um dos endereços classificados em nossa base de dados. Esse procedimento foi indispensável para que pudéssemos construir as manchas de concentração de atividades comerciais e de serviços, representadas abaixo no Mapa 1.

ISBN: 1981-1047

Mapa 1 – Nível de concentração comércio e serviços em Presidente Prudente – SP.



Projeto cartográfico: Késia A. A. Silva e Vanessa Lacerda. Sistematização dos dados: Victor Quissi.

No caso de Presidente Prudente podemos observar que no centro principal e nas áreas pericentrais está localizada a maior densidade de estabelecimentos comerciais e de serviços, expressa pela maior mancha de concentração representada no Mapa 1. Este resultado nos indica que estas áreas da cidade ainda desempenham um importante papel na constituição da centralidade urbana em Presidente Prudente, apesar de não serem mais as únicas que concentram estas atividades econômicas.

Seguindo a tendência de descentralização e reconcentração notamos que há a formação de novas concentrações no interior do espaço urbano de Presidente Prudente, principalmente nas áreas em que se instalaram os dois *shopping centers*. Cabe destacar que as citadas áreas são as únicas que conseguem atingir o mesmo nível de concentração atingido pelo centro principal da cidade. Sobre o papel dos *shopping centers* podemos notar que o Parque Shopping Prudente está localizado mais próximo ao centro principal podendo indicar um papel de maior complementariedade, por outro lado, o Prudenshopping localizado na

ISBN: 1981-1047

intersecção entre as avenidas Manuel Goulart e Washington Luiz pode nos indicar uma relação de maior concorrência.

Considerações finais

Em relação as metodologias utilizadas nessa pesquisa destacamos as potencialidades do uso do CNEFE e da CNAE nos estudos sobre localização de atividades comerciais e de serviços. A produção de uma base de dados a partir dessas fontes de informação resultou numa detalhada descrição dos usos do solo urbano em Presidente Prudente, o qual pudemos explorar parcialmente neste texto. No que se refere a análise dos resultados obtidos, na cidade em estudo percebemos que o centro principal ainda possui grande capacidade de concentração de estabelecimentos de comércio e serviços, revelando sua importância da constituição da centralidade intraurbana. No entanto, novas áreas com densidades tão fortes como a do centro principal também emergem no interior de Presidente Prudente, sobretudo motivadas pela implantação dos *shopping centers,* revelando seu papel da redefinição da estrutura urbana.

Referências bibliográficas

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 2002.

SPOSITO, M. E. B. Multi(poli)centralidade urbana. In: SPOSITO, E. S.; NETO, J. S. L. (Org.). **Uma geografia em movimento**. – 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SPOSITO, M. E. B. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: Maria Encarnação Beltrão Sposito (Org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média.** Presidente Prudente: Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP, 2001, v. 1, p. 235-254.

SPOSITO, M. E. B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Org.). **A cidade contemporânea**. **Segregação espacial.** – São Paulo: Contexto, 2013.

WHITACKER, A. M. Centro da cidade, centralidade intra-urbana e cidades médias. In: MAIA, D. S.; SILVA, W. R.; WHITACKER, A. M. **Centro e centralidade em cidades médias.** - 1. ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017a.

WHITACKER, A. M. Centro da cidade: consolidação e expansão. In: MAIA, D. S.; SILVA, W. R.; WHITACKER, A. M. **Centro e centralidade em cidades médias.** - 1. ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017b.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil** – São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincon Institute, 2001.

 ISBN: 1981-1047